

600

QUESTÕES COMENTADAS DE PROVAS E CONCURSOS EM

PEDAGOGIA

A **EVOLUÇÃO** DO LIVRO **300 QUESTÕES DE PEDAGOGIA**

600

QUESTÕES COMENTADAS DE PROVAS E CONCURSOS EM

PEDAGOGIA

A **EVOLUÇÃO** DO LIVRO **300 QUESTÕES DE PEDAGOGIA**

COORDENADORA

POLIANA MARINA MASCARENHAS DE SANTANA MAGALHÃES



TEORIA ESQUEMATIZADA



QUESTÕES CLASSIFICADAS POR GRAU DE DIFICULDADE



QUESTÕES COMENTADAS ALTERNATIVA POR ALTERNATIVA



2018

© Todos os direitos autorais desta obra são reservados e protegidos à Editora 2B Ltda. pela Lei nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume ou qualquer parte deste livro, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, gravação, fotocópia ou outros), essas proibições aplicam-se também à editoração da obra, bem como às suas características gráficas, sem permissão expressa da Editora.

Título | 600 Questões comentadas de provas e concursos em pedagogia
Editor | Georgito Arouca
Projeto gráfico | Inis Leahy
Diagramação | Edílano Santana Capistrano Filho
Capa | Didário Teles Fiais
Conselho Editorial | Caio Vinicius Menezes Nunes
Paulo Costa Lima

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

S462 600 questões comentadas de provas e concursos em Pedagogia / Poliana Marina Mascarenhas de Santana Magalhães, coordenadora ; Ana Cristina Silva de Oliveira Pereira ... [et al.], autores. – Salvador : 2B, 2018.
598 p. : il. ; 17x24 cm.

ISBN 978-85-54815-05-9

1. Pedagogia - Problemas, questões, exercícios. 2. Pedagogia - Concursos.
I. Magalhães, Poliana Marina Mascarenhas de Santana, coord. II. Pereira, Ana Cristina Silva de Oliveira.

CDD: 370



Editora 2B Ltda.

Rua Dr. José Peroba, 275 - Stiep,
Metropolis Empresarial, Sala 109/110,
CEP: 41770-235, Salvador - BA - Brasil
Tel.: 71 3023-2707
atendimento@editora2B.com.br
www.editora2B.com.br

Autores

Poliana Marina Mascarenhas de Santana Magalhães

Coordenadora

Doutoranda e Mestre em Educação (Programa de Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia - UNEB - 2011). Possui graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2004). Especialista em Política do Planejamento Pedagógico: Currículo, Didática e Avaliação pela Universidade Estadual da Bahia - UNEB (2006), e em Neuropsicologia pela IBEPEX (2006). Atualmente é coordenadora pedagógica do Núcleo de Pós-Graduação Gastão Guimaraes, em Feira de Santana; Professora Substituta da Universidade Estadual de Feira de Santana; e pesquisadora do Grupo de Estudos em Psicanálise, Educação e Representação Social - GEPE-RS da Universidade do Estado da Bahia. Pesquisadora colaboradora do CIERS-ed/ FCC (Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade - Educação/ Fundação Carlos Chagas).

Ana Cristina Silva de Oliveira Pereira

Mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia - PPGEduC/UNEB, Especialista em Alfabetização. Licenciada em Pedagogia. Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia/UNEB, atuando com os componentes curriculares: Didática, Políticas Educacionais e Gestão Educacional; Coordenadora do Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus XI da UNEB. Membro do grupo de pesquisa GEO(BIO)GRAFAR – Geografia, diversas linguagens e narrativas de professores - Campus XI/UNEB. Membro do grupo gestor do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) na UNEB; Membro da comissão de reformulação curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UNEB. Membro do CONSEPE/UNEB.

Genigleide Santos da Hora

Doutoranda (Aluna bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)) e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação(PPGE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Graduada em Pedagogia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Pós-Graduada em Didática no Ensino Superior e em Psicopedagogia com ênfase na Epistemologia Convergente de Jorge Visca. Membro Associada e Titular da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) e Pesquisadora da área de Formação de Professores, Políticas Públicas, Educação Inclusiva, Psicopedagogia. Atua na Formação de Professores. Professora Assistente do Departamento de Ciências da Educação (DCIE), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC, 2005), pesquisadora da área de Formação de Professores, Políticas Públicas, Educação Inclusiva, Psicopedagogia. Atua na Formação de Professores. Membro Associada e Titular da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp).

Mestre em Inovação Pedagógica pela Universidade da Madeira (UMA) Funshal. Pós graduada em Neuropsicologia pelo Instituto Brasileiro de Pós- Graduação e Extensão- IBPEX. Especialista em Psicopedagogia Transdisciplinar pelo Instituto Superior dw Educação Ocidentemnte- ISEO; Especialista em Formação Pedagógica para Educação Inclusiva- FORPEI/UESC. Especializada em Atendimento educacional Especializado na área de educação de surdo pela faculdade de Uberlândia. Graduada em Pedagogia pela Uesc. Professora de AEE área de avaliação Psicopedagógica. Coordenadora educacional do colégio Municipal Cândido Romero Pessoa- CMCRP- Una- Ba

Jefferson da Silva Moreira

Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Mestrando em Educação. Especialista em Docência no Ensino Superior. Coordenador Pedagógico efetivo da Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde – Bahia. Desenvolve estudos e pesquisas nas seguintes temáticas: formação de professores; aprendizagem da docência; base de conhecimentos profissionais para o ensino e casos de ensino como instrumento formativo e investigativo.

Camila Bahia Góes

Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA; Psicopedagoga Institucional, Clínica e Hospitalar pela Gastão Guimarães e especialista em Neuropsicologia. Formação inicial em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS. Experiência com palestras e apresentações ao público na área de gerontologia educacional, arte-educação, coordenação, dificuldades de aprendizagem, educação infantil, ensino superior, psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, neuroeducação, neurociências e neuropsicologia. Como também, tem atuação com educação básica (educação infantil e ensino fundamental), atuação em coordenação de educação infantil , ensino fundamental e médio. Atuação em ensino superior e tutoria EAD.

Carla Verônica Albuquerque Almeida

Doutora em Educação - Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). Especialista em Metodologia e Docência do Ensino Superior (UNEB). Licenciada em Pedagogia (UCSAL). Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Pesquisadora dos Grupos: Família, (auto)biografia e poética da (UCSal) e Psicanálise e Representações Sociais - Geppe-rs (UNEB). Atuou como professora na Educação a distância de 2005 a 2016. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Didática, Política e Educação, Educação Brasileira, Gestão e Prática de Ensino, Avaliação, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino a distância, Políticas Públicas, Gestão, Fundamentos e Metodologias na área de Educação, Metodologia da Pesquisa e Prática Pedagógica.

Karina Macêdo de Assis

Graduada em Pedagogia Universidade Estadual de Feira de Santana. Pós graduada em Gestão, Coordenação e Orientação Educacional pela FACCEBA. Pedagoga Empresarial com experiência em RH de Indústria e Consultorias. Atualmente atua como Especialista em Educação na Secretaria Municipal de Feira de Santana (Servidora Pública) e Professora Convidada do Programa de Formação de Professores (PARFOR) na Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Possui experiência na área educacional, treinamento e desenvolvimento de pessoal, atuando principalmente nos seguintes temas: docência no Ensino Superior, formação de professores, capacitação profissional e diagnóstico organizacional.

Patrícia Maltez Rodrigues

Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana, especialista em Psicopedagogia, Gestão, Orientação e Coordenação Pedagógica, Neuropsicologia - todas pela Visconde de Cairu. Autora do livro Funções Executivas e Aprendizagem - O uso dos jogos no desenvolvimento das funções executivas - Editora 2B.

Mônica Borges de Andrade

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana, Especialização em Alfabetização e Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade pela mesma instituição. É professora substituta na Universidade Estadual de Feira de Santana e coordenadora pedagógica da Educação Infantil - Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana. Tem experiência de 22 anos na área de Educação. Já atuou, também, no Programa AABB Comunidade e foi formadora de professores alfabetizadores de um programa do MEC (PROFA) em parceria com a Secretaria de Educação do município. É uma das autoras do livro 'Educação, Tecnologias e Representações Sociais'. Atuou como professora formadora do Programa Pacto Nacional pela alfabetização da idade certa do Governo Federal.

Ananda Teixeira do Amaral

Graduada e Mestre em Letras Vernáculas – UFBA. Docente da Universidade Salgado de Oliveira. Coordenadora do departamento de Língua Portuguesa do Colégio Anglo-Brasileiro.

Davi Monteiro Alves de Queiroz

Graduado em Matemática e Letras Vernáculas. Mestrando em Matemática pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Matheus Cardoso De Andrade Silva

Engenheiro da Computação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), mestrando em Ciências da Computação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e desenvolvedor de soluções web e mobile pela Maqhin Soluções Tecnológicas.

Apresentação

O livro **600 Questões Comentadas de Provas e Concursos em Pedagogia** é o mais organizado e completo livro para Pedagogos que desejam ser aprovados em concursos no Brasil. A presente obra foi redigida a partir do uso de 4 premissas didáticas que julgamos ser de fundamental importância para todo estudante que almeja ser aprovado em um concurso:

1. Questões comentadas, alternativa por alternativa (incluindo as incorretas), por autores especializados.
2. 100% das questões são de concursos passados.
3. Questões categorizadas por grau de dificuldade sinalizadas de acordo com o seguinte modelo:

FÁCIL	
INTERMEDIÁRIO	
DÍFICIL	

4. Teoria esquematizada ao final dos capítulos.

O livro **600 Questões Comentadas de Provas e Concursos em Pedagogia** será um grande facilitador para seus estudos, sendo uma ferramenta diferenciada para o aprendizado e, principalmente, ajudando você a alcançar o seu objetivo.

Bons Estudos

Georgito Arouca
Editor

Sumário

1. Organização e Planejamento Pedagógico	13
Ana Cristina Silva	
2. Políticas Educacionais e Gestão Educacional	49
Genigleide da Hora, Jefferson Moreira e Luzia Gonçalves	
3. Currículo	111
Camila Bahia	
4. Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	155
Carla Verônica Albuquerque	
5. Fundamentos da Educação	191
Carla Verônica Albuquerque	
6. Educação Corporativa e Aprendizagem Organizacional	243
Karina Macêdo	
7. Educação Infantil	283
Patrícia Maltez	
8. Bases Psicológicas da Aprendizagem	307
Patrícia Maltez	
9. Avaliação da Aprendizagem	331
Poliana Marina Mascarenhas e Jefferson Moreira	
10. Identidade do Pedagogo e Práticas Pedagógicas	363
Mônica Borges	
11. TICs e EAD	393
Mônica Borges	
12. Educação Especial	425
Genigleide da Hora e Luzia Gonçalves	
13. Língua Portuguesa	439
Ananda Teixeira	
14. Matemática e Raciocínio Lógico	529
Davi Monteiro	

01. Questão

(UFAM/AM - COMVEST - 2014) O Projeto Pedagógico, segundo a Lei de Diretrizes e Bases, deve ser definido, com autonomia:

- Ⓐ pelas Secretarias de Educação para os estabelecimentos de ensino do país.
- Ⓑ pelos estabelecimentos de ensino, independentemente das regras dos sistemas de ensino.
- Ⓒ pelos estabelecimentos de ensino, de acordo com as regras dos sistemas de ensino.
- Ⓓ pelos Conselhos Estaduais de Educação para os estabelecimentos oficiais.
- Ⓔ pelo Conselho Nacional de Educação para escolas públicas e particulares.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Esta alternativa está equivocada, tendo em vista que o papel das secretarias de Educação, municipais e estaduais, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, volta-se a “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados” (Art. 11, inciso I). Logo, não é papel das secretarias de educação definir o projeto pedagógico das escolas.

Alternativa B: INCORRETA. Esta opção está incorreta, haja vista que os estabelecimentos de ensino fazem

parte do sistema de ensino - municipal, estadual e/ou federal, o que lhes impede de agir “independentemente das regras dos sistemas de ensino”. Todas as ações elaboradas e desenvolvidas na escola devem estar em consonância com as diretrizes orientadoras do sistema de ensino mais amplo.

Alternativa C: CORRETA. Esta alternativa traz a afirmativa verdadeira, tendo em vista que há garantias na lei para que os estabelecimentos de ensino sejam autônomos na definição do seu projeto pedagógico. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9394/96, em seu artigo 12, Título IV, que trata da organização da Educação Nacional, está definido que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica...”. Ademais, como afirma VEIGA (1999), “a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos... É fundamental que ela assuma suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem essa iniciativa, mas que lhe deem condições necessárias para levá-lo adiante (p. 11-12). Desse modo, e considerando que “a principal possibilidade de construção do projeto político pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade”, os estabelecimentos de ensino têm fundamentos nas bases legais para construir, implementar e avaliar o

seu Projeto Político-Pedagógico, de acordo com as regras/diretrizes do sistema de ensino que estão inseridos.

Alternativa D: INCORRETA. Esta alternativa não contempla a questão, haja vista que o Conselho Estadual de Educação, é um órgão da Secretaria de Educação, que disciplina/acompanha as atividades do ensino público e privado no Estado, assumindo as funções, normativas, deliberativas, fiscalizadoras e consultivas. Trabalha na perspectiva de credenciar Instituições, autorizar funcionamento de cursos, reconhecer cursos superiores ministrados pelas Universidades Estaduais, viabilizar regularização de vida escolar, apurar denúncias envolvendo estabelecimentos de ensino, fornecer orientação, dentre outras. Portanto, não é sua atribuição definir o projeto pedagógico das instituições de ensino.

Alternativa E: INCORRETA. Esta opção é inválida para a questão, considerando que o Conselho Nacional de Educação, no texto da lei, LDBEN 9394/96, tem “funções normativas e de supervisão e atividade permanente”. Segundo a Lei 9.131, de 24.11.1995, no seu artigo 7º o “Conselho Nacional de Educação, composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, terá atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional”. Logo, não cabe ao Conselho Nacional de Educação, definir o Projeto pedagógico dos estabelecimentos de ensino.

02. Questão

(DETRAN/RO - IDECAN - 2014) Quanto à concepção do Projeto Político-Pedagógico, analise.

- I. É um processo democrático de decisões.
- II. Preocupa-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições.
- III. Contém opções implícitas na direção da superação de problemas no decorrer do trabalho educativo voltado a uma realidade específica.
- IV. É construído continuamente, pois, enquanto produto é, também, processo, incorpora ambos numa interação possível.

Estão corretas as afirmativas

- Ⓐ I, II, III e IV.
- Ⓑ I e III, apenas.
- Ⓒ II e IV, apenas.
- Ⓓ III e IV, apenas.
- Ⓔ I, II e IV, apenas.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. Esta é uma afirmativa válida para contemplar a concepção do Projeto Político-Pedagógico, haja vista que, conforme destaca Veiga (1999) “o Projeto Político-Pedagógico, ao se constituir um processo democrático de decisões” possibilita que todos os segmentos da escola e da comunidade em que a escola está inserida, participem e promovam o movimento da transformação da realidade escolar.

Assertiva II: CORRETA. Esta afirmativa é válida para a questão, tendo em vista que o Projeto Político-Pedagógico “[...] preocupa-se em instaurar uma formação de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola”.

Assertiva III: INCORRETA. Esta alternativa está equivocada, tendo em vista que, como afirma Veiga (1999), o Projeto Político-Pedagógico “[...] é uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente... está intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população” (p. 13). Essa afirmação traz aspectos comprometedores quanto à concepção do PPP ao afirmar que “contem opções implícitas”, ofende aos princípios de elaboração-execução-reelaboração do Projeto Político-Pedagógico e invalida a possibilidade dessa afirmativa ser verdadeira.

Assertiva IV: CORRETA. Afirmativa válida, se consideramos que a concepção do PPP evidencia-se como um processo que se constrói continuamente “[...] em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”. Nesse sentido, o PPP é considerado “um processo permanente de reflexão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade” (VEIGA, 1999, p. 13-14). Sendo assim, o PPP é “construído con-

tinuamente, pois enquanto produto é, também, processo, incorpora ambos numa interação possível”.

Resposta: **E**

03. Questão

(CEFET/RJ - CESGRANRIO - 2014) Considere as seguintes características:

- supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro;
- significa a tentativa de romper com uma realidade já dada, a fim de construir algo novo;
- envolve riscos durante um período de instabilidade e de busca de melhores resultados;
- contém o desejo de um resultado melhor do que o encontrado no presente;
- explicita intenção frente a determinadas dificuldades;
- torna visíveis os campos de possibilidades dos sujeitos envolvidos.

Tais características se referem a

- A** Planejamento Participativo
- B** Avaliação Diagnóstica
- C** Utopias Pedagógicas
- D** Temas Transversais
- E** Currículo Oculto

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Esta é a alternativa que melhor contempla a solicitação da questão. As características citadas acima são comuns à prática do planejamento participativo, o qual é concebido, segundo Dalmás (1994), como um processo que envolve as “[...] pessoas como sujeitos, a partir de sua elaboração e com a presença constante na execução e avaliação... visando o desenvolvimento individual e comunitário” (p. 27). Tal perspectiva “supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro”, por buscar superar a visão de planejamento como ritual burocrático e apontar a possibilidades de transformação social; com isso busca “romper com uma realidade já dada, a fim de construir algo novo”, sobretudo porque, conforme destaca Gadotti (2001) “projetar significa tentar quebrar um estado con-

fortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente” (p. 57-58). Na construção do processo de mudanças, “envolve riscos durante um período de instabilidade e de busca de melhores resultados”, sobretudo porque “contém o desejo de um resultado melhor do que o encontrado no presente”. Ademais, o planejamento participativo “explicita intenção frente a determinadas dificuldades e torna visíveis os campos de possibilidades dos sujeitos envolvidos”, promovendo assim, a partir de ações da coletividade, a mudança que se espera.

Alternativa B: INCORRETA. Esta opção não atende a solicitação da questão, se considerarmos que a avaliação diagnóstica tem por finalidade fazer uma análise preliminar da realidade, buscando identificar a situação real e as possibilidades de ação. Por si só a avaliação diagnóstica não muda a realidade e não “supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro”. A avaliação diagnóstica não é contemplada pelas características citadas.

Alternativa C: INCORRETA. Opção inválida. Tendo em vista que as utopias pedagógicas trazem ideais e propostas distantes da realidade, evidenciam um querer longe de ser alcançado/efetivadas, é possível afirmar que os aspectos citados não caracterizam as utopias pedagógicas, sobretudo porque são características possíveis de efetivação a curto prazo.

Alternativa D: INCORRETA. As características descritas não trazem a especificidade dos temas transversais, os quais são propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN para expressar conceitos e valores básicos voltados à democracia, à diversidade e à cidadania (descritas em 06 temas), abordando questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea. Embora os temas transversais, tragam uma perspectiva que visa romper com o currículo fechado que predominou em décadas passadas, o papel da escola ao trabalhar os temas transversais, segundo os PCN, é facilitar, fomentar e integrar as ações pedagógicas de modo contextualizado, trazendo a possibilidade da interdisciplinaridade e transversalidade, com a intenção superar a fragmentação do conhecimento.

Alternativa E: INCORRETA. Esta alternativa não contempla a solicitação desta questão, haja vista que as características descritas não atendem a especificidade do currículo, especialmente porque o currículo

oculto refere-se às diversas influências que afetam o aluno e o professor, representando tudo que aprendem diariamente, em meio às práticas, atitudes, comportamentos, percepções que são vigentes no meio social. É tratado como oculto por não aparecer no planejamento da escola e do professor e, por vezes, nem é percebido ou analisado pelos sujeitos que constituem a escola.

04. Questão

(UFAM/AM - COMVEST - 2014) No pensamento de Vasconcellos (1998), o processo de mudança da prática educacional envolve três aspectos a serem observados pelos professores, quais são eles?

- Ⓐ A dificuldade de alterar a prática, o papel da reflexão e a perspectiva de construção de uma práxis transformadora.
- Ⓑ A dificuldade de alterar a prática, o papel da reflexão e a articulação com a família.
- Ⓒ A dificuldade de alterar a prática, a mudança na avaliação do processo ensino-aprendizagem e a articulação com a família.
- Ⓓ A dificuldade de alterar a prática, o papel da reflexão e a relação professor-aluno.
- Ⓔ A dificuldade de alterar a prática, a relação professor-aluno e a articulação com a família.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Esta alternativa contempla a solicitação da questão, logo é a verdadeira, especialmente se considerarmos que na visão de Celso Vasconcelos (1998), a qual demarca que “[...] estamos postulando que o essencial é a mudança de atitude, de postura da escola/professor”, tendo em vista que “[...] a prática pela prática não resolve. Não adianta o professor fazer uma série de atividades diferentes se não mudou de postura”. Assim, para o referido autor, a grande dificuldade de alterar prática está diretamente articulada à dificuldade de mudança de concepção, ou seja, “[...] é preciso mudar tanto a concepção quanto a prática”, com vistas à mudança de postura – concepção e prática – da escola/professor. Nesse processo, a reflexão assume um lugar singular, haja vista que é pela reflexão que o professor se percebe sujeito e constrói a consciência da sua condição humana e da sua função social, num

movimento em que se transforma ao transformar a prática numa perspectiva de construção de uma práxis transformadora, “[...] pela autêntica união da ação e da reflexão... a atividade prático-crítica, fertilizada pela reflexão teórica”, portanto, carregada de sentido, de significado, de intencionalidade, e uma teoria provocada, desafiada pelas questões da prática” (p. 159). Na verdade, o grande desafio é a tão desejada articulação entre teoria e prática: “[...] enquanto unidade contraditória, uma exige a outra, uma nega a outra, e nesse movimento, ambas se superam na atividade concreta do educador” (p. 159).

Alternativa B: INCORRETA. Para Vasconcelos (1998), dos três aspectos a serem observados pelos professores na mudança educacional podem ser destacadas a “dificuldade de alterar a prática e o papel da reflexão” - conforme análise da alternativa A, porém a articulação com a família, embora seja um aspecto importante, não pode ser tomado como aspecto de mudança observado pelo professor por não estar diretamente no campo da ação/da sua prática. Os modos de articulação com a família dependerão das perspectivas de gestão da escola como um todo.

Alternativa C: INCORRETA. Esta alternativa traz elementos pertinentes a serem observados pelo professor e pela escola, porém, se considerarmos o posicionamento de Vasconcelos, a especificidade do aspecto “mudança na avaliação do processo ensino-aprendizagem”, refere-se a um elemento de mudança da prática, como consequência na mudança de concepção/postura do professor. Logo, não pode é uma alternativa que não pode ser tomada como verdadeira para a questão.

Alternativa D: INCORRETA. Esta alternativa não condiz com o pensamento de Vasconcelos, segundo o qual a dificuldade de alterar a prática e o papel da reflexão – ver análise do item A – são aspectos a serem observados pelo professor na mudança educacional, porém a especificidade do aspecto “relação professor-aluno”, refere-se a mais um dos diversos elementos subjacentes à mudança da prática, diretamente atrelada ou como consequência na mudança de concepção/postura do professor.

Alternativa E: INCORRETA. Esta alternativa é incorreta se considerarmos a visão de Vasconcellos (1998), o qual ressalta que no processo de mudança da prática educacional, dos aspectos a serem observados pelos professores está a “dificuldade de alterar a prática” - conforme análise do item A, porém a “re-

lação professor-aluno e a articulação com a família”, embora sejam importantes, não podem ser tomados como aspectos de mudança observados pelo professor por não estarem diretamente no campo da ação/da sua prática.

05. Questão

(PREF. JUATUBA/MG - CONSULPLAN - 2015) “(...) não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo Projeto Pedagógico da escola é também político. O Projeto Pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.” (GADOTTI, 2000.)

Acerca do fragmento anterior e buscando compreender o caráter político e pedagógico do Projeto Pedagógico na escola é necessário considerar os seguintes aspectos, exceto:

- Ⓐ A função social da educação e da escola em uma sociedade cada vez mais excludente, compreendendo que a educação, como campo de mediações sociais, deve definir-se sempre por seu caráter intencional e político.
- Ⓑ A necessária organicidade entre o Projeto Pedagógico e os anseios da comunidade escolar implica a efetiva participação de todos em todos os seus momentos (elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação).
- Ⓒ Entender o Projeto Pedagógico como um conjunto de atividades que resultarão em um produto: um documento programático, pronto e acabado, no qual aparecem sistematizadas as principais concepções, os fundamentos, as orientações curriculares e organizacionais de uma instituição educativa. Outorga-se à escola um documento a ser executado, cuja principal preocupação é inovar para produzir melhores resultados.
- Ⓓ Compreender a dialética entre o político e o pedagógico torna-se imprescindível para que o Projeto Pedagógico não se torne um documento pleno de intenções e vazio de ações; pois de pouco adianta declarar que a finalidade da escola é formar um sujeito crítico, criativo, participativo, ou anunciar sua vinculação às teorias críticas se, nas suas práticas pedagógicas cotidianas, perduram estruturas de po-

der autoritárias, currículos engessados, experiências culturais empobrecidas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Esta opção A não pode ser assinalada como verdadeira na questão, sobretudo, porque não é possível construir um “projeto sem uma direção política, um norte, um rumo”, haja vista que a escola precisa ter clareza de metas e objetivos que pretende alcançar a partir da sua visão de homem, de mundo e de sociedade, com vistas à transformação social. Nesse processo de construção é preciso considerar a “função social da educação e da escola em uma sociedade cada vez mais excludente, compreendendo que a educação, como campo de mediações sociais, deve definir-se sempre por seu caráter intencional e político”, para assim direcionar seu modo de caminhar e sua identidade. Toda escola precisa ter clareza de seu papel e consciência política de suas ações.

Alternativa B: INCORRETA. Esta alternativa não pode ser tomada como verdadeira, tendo em vista que na construção do projeto político-pedagógico da escola, torna-se imprescindível explicitar a articulação existente entre os “anseios da comunidade escolar” e os modos como o PPP está organizado e será efetivado. Essa articulação “implica a efetiva participação de todos em todos os seus momentos”. Conforme destaca Veiga (1999), o Projeto Político-Pedagógico centra seus esforços “em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal, racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola” (p. 13-14).

Alternativa C: CORRETA. Esta alternativa é a correta. Ao traçar os seus rumos/seu norte na construção do PPP, a escola não pode cometer o equívoco de compreender “o Projeto Pedagógico como um conjunto de atividades que resultarão em um produto: um documento programático, pronto e acabado, no qual aparecem sistematizadas as principais concepções, os fundamentos, as orientações curriculares e organizacionais de uma instituição educativa”, haja vista que o PPP transcende a característica de um mero documento burocrático, e ganha vida na prática como um processo em andamento que se reelabo-

ra a cada necessidade, sendo, portanto, “uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola”. Assim não se pode outorgar à escola um documento a ser executado, cuja principal preocupação é inovar para produzir melhores resultados”, como se fosse uma receita a ser desenvolvida. O que qualifica o PPP da escola é o “processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade” (VEIGA, 1999, p. 13).

Alternativa D: INCORRETA. Esta alternativa não pode ser assinalada, pois ao traçar o direcionamento político e norteador do PPP, a escola precisa “compreender a dialética entre o político e o pedagógico” para não cair na armadilha de ter o PPP apenas como um “documento pleno de intenções e vazio de ações”. Essa compreensão, evita que a escola defenda princípios e concepções, sem pensar nas práticas que dão vida a tais princípios e concepções, considerando que “pouco adianta declarar que a finalidade da escola é formar um sujeito crítico, criativo, participativo, ou anunciar sua vinculação às teorias críticas se, nas suas práticas pedagógicas cotidianas, perduram estruturas de poder autoritárias, currículos engessados, experiências culturais empobrecidas”.

06. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) Leia o trecho abaixo.

“Às vezes, há uma tentativa enorme de ficar gastando tempo com problemas menores, quase sempre da esfera administrativa ou burocrática. Justamente por isso é tão importante planejar o planejamento.”

(Celso Vasconcelos)

Planejar é antecipar ações para atingir certos objetivos, que vêm de necessidades criadas por determinada realidade e, sobretudo, agir de acordo com essas ideias antecipadas. Existem dimensões básicas que precisam ser consideradas no planejamento, entre as quais,

Ⓐ a utopia, o sonho de uma educação de qualidade. O planejamento expressa o desejado e não o momento da realidade. A humanidade precisa ter sonhos para suportar os desafios.

Ⓑ a realidade, a finalidade e o plano de ação. O plano de ação pode ser fruto da tensão entre a realidade e a finalidade ou o desejo da equipe.

Ⓒ a avaliação do ano anterior focando os problemas e aspectos negativos ocorridos, ou seja, os fracassos e as ameaças presentes na instituição e o diagnóstico da realidade escolar. A avaliação é o instrumento que aponta de fato qual é a realidade do trabalho escolar.

Ⓓ o sistema de acompanhamento ou monitoramento e controle. O planejamento em si é um instrumento burocrático e autoritário. O planejamento é uma arma que se volta contra o professor porque o que ele disser ou alguém disser por ele que vai ser feito tem que ser cumprido. Caso contrário, ele foi incompetente, e nem sempre conseguimos fazer o que planejamos, por diversas razões, inclusive por falha nossa, mas não unicamente por isso.

Ⓔ a avaliação do ano anterior e sistema de acompanhamento e controle.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Alternativa inválida diante da solicitação. Embora “a utopia, o sonho de uma educação de qualidade” seja aspecto a se considerar, é inconcebível afirmar que o “planejamento expressa o desejado e não o momento da realidade”, tendo em vista que o movimento do ato de planejar envolve a elaboração, a realização interativa e a reelaboração, possibilitada pela avaliação. Desse modo, apesar de compreender que “a humanidade precisa ter sonhos para suportar os desafios”, este item se equivoca ao tratar o ato de planejar apenas em sua dimensão reflexiva, desconsiderando o “momento da realidade”.

Alternativa B: CORRETA. Esta é a alternativa mais aproximada do que foi solicitado na questão. Na visão de Celso Vasconcelos (2006), “a realidade, a finalidade e o plano de ação” são dimensões básicas que precisam ser consideradas na prática do planejamento. Para esse autor, toda ação planejada, para ter eficiência e eficácia, parte da realidade, tal qual ela é, como referência e constrói, a partir dela, os objetivos para intervir e mudar tal realidade. Logo, ao ser efetivado, o planejamento tem uma finalidade definida, traçada intencionalmente, a partir da qual se torna possível a construção de um plano de ação, “fruto da tensão entre a realidade”, com todas as suas neces-

sidades e a “finalidade ou o desejo da equipe”, com todas as perspectivas de transformação.

Alternativa C: INCORRETA. É equivocado pensar que para a prática do planejamento basta apenas observar “os problemas e aspectos negativos ocorridos, ou seja, os fracassos e as ameaças presentes na instituição e o diagnóstico da realidade escolar”. A avaliação além de ser “instrumento que aponta de fato qual é a realidade do trabalho escolar”, evidencia, falhas, dificuldades, conquistas, desafios e novas possibilidades de ação que precisam ser tomadas como referência no cotidiano do ato de planejar. Isso implica afirmar que a avaliação é um dispositivo de investigação, dinâmico e permanente, das ações da escola, sempre com a intenção de intervir, melhorar e modificar a realidade.

Alternativa D: INCORRETA. Alternativa inválida. Esta análise é equivocada, tendo em vista que “o sistema de acompanhamento ou monitoramento e controle” não pode ser tomado como “dimensões básicas” do planejamento, pois ao planejar, a intenção da escola é construir metas, objetivos, princípios e ações que possam promover a transformação do espaço escolar. Para Vasconcelos (2007), “o planejamento se coloca no campo da ação, do fazer” (p. 98), numa perspectiva participativa que orienta as ações da prática pedagógica e não “um instrumento burocrático e autoritário” ou “uma arma que se volta contra o professor”, até porque “todo processo de educação escolar, por intencional e sistemática, implica em elaboração e reelaboração” que envolvem os sujeitos da comunidade escolar. Isso implica dizer que ao invés do “planejamento ser uma arma que se volta contra o professor”, é um processo que o orienta todas as etapas pedagógicas, e se reconstrói constantemente a partir das necessidades manifestadas na realidade..

Alternativa E: INCORRETA. Essa alternativa é inválida. Embora a “avaliação do ano anterior” sirva de parâmetro para o ano seguinte, por trazer aspectos e dados que devam ser observados e apreciados pelo professor e pela escola, o foco no planejamento não é produzir um “sistema de acompanhamento e controle”, até porque esse controle não se configura em parâmetro orientador do processo de planejamento. Os aspectos que orientam o ato de planejar na escola são “a realidade, a finalidade e o plano de ação”, haja vista que é a partir da reflexão sobre realidade com todas as suas necessidades e desejos, que se torna possível construir um plano de ação que

realmente transforme a realidade com eficiência e eficácia.

07. Questão

(IFN/MG - FUNDEP - 2014) “Planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto” (VASCONCELLOS, 2006, p.79).

Analise as afirmativas sobre o planejamento no processo ensino-aprendizagem.

- I. A prática do planejamento também dependerá do entendimento de currículo que se tem, considerando as implicações na organização do trabalho pedagógico.
- II. Numa escola em que se vivencia um processo de planejamento, existirão planos globais referentes a toda a instituição e planos de cada um dos setores – direção e coordenação pedagógica, por exemplo.
- III. A participação é considerada um elemento estratégico, sendo uma forma de diminuir as resistências dos próprios agentes internos da instituição.

A partir dessa análise, pode-se concluir que estão corretas:

- Ⓐ I e II apenas.
Ⓑ I e III apenas.
Ⓒ II e III apenas.
Ⓓ I, II e III.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. Essa afirmação é verdadeira. Ao referendar que o ato de “Planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto”, no sentido de processo que defende a consonância entre da reflexão/elaboração, ação/realização interativa e nova reflexão/reelaboração, Vasconcelos (2006) aborda nessa afirmativa uma íntima relação entre o projeto a ser elaborado e a concepção de educação, de currículo e de conhecimento da escola, para assim promover o movimento entre o desejado, a partir da reflexão da realidade, e sua execução/avaliação. Nesse processo ele enfatiza que “a prática do planejamento tam-

bém dependerá do entendimento de currículo que se tem, considerando as implicações na organização do trabalho pedagógico”, haja vista que o currículo da escola “não pode ser pensado apenas como rol de conteúdos a serem transmitidos para um sujeito passivo” (p. 98). É pela prática do planejamento que os aspectos curriculares – “síntese dos elementos culturais (conhecimentos, valores, costumes, crenças, hábitos...) confirmam-se como uma proposta político educativa pensada e impulsionada” pelo coletivo da escola, com vistas a transformar a realidade.

Assertiva II: CORRETA. As análises apresentadas nessa afirmativa estão corretas. “Na verdade ao elaborar seu projeto político pedagógico, a escola traça todas as diretrizes orientadoras/norteadoras de toda a instituição, contemplando os diversos setores”. Porém, para fazer acontecer, cada setor planeja suas ações focando na razão de ser da escola que é pedagógica. Assim, as ações administrativas, financeiras e jurídicas da escola voltam-se ao pedagógico, num processo que “se organiza na coletividade e na construção do conhecimento” (p. 102) em que a relação sociedade e escola – sujeitos, projeto, recursos... manifesta-se no trabalho de sala de aula, mas é operacionalizado na ação de cada setor que constitui a escola.

Assertiva III: CORRETA. Nessa afirmativa “a participação é considerada um elemento estratégico”, por se configurar num processo democrático de decisões, em que todos os segmentos da escola e da comunidade, envolvem-se e colaboram na elaboração-execução-reelaboração do processo de planejamento, tendo como foco “eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola” (p.13). Desse modo, ao ser “construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”, a estratégia da participação é uma “forma de diminuir as resistências dos próprios agentes internos da instituição”, sobretudo porque acaba produzindo “um compromisso definido coletivamente” (p. 13).

Resposta: ①

08. Questão

(PREF. PINHALÃO/PR - FAFIPA - 2015) Segundo Ilma Passos Veiga, o projeto político-pedagógico (PPP) da escola deve estar norteador pelos princípios norteadores da escola pública democrática. Sobre o projeto político-pedagógico, é correto afirmar:

- Ⓐ O PPP deve se constituir na referência norteadora de todos os âmbitos da ação educativa da escola.
- Ⓑ O PPP deve ser elaborado pela direção e equipe pedagógica para ser aprovado posteriormente pela Secretaria de Educação.
- Ⓒ O marco situacional é a parte do PPP em que são definidas as referências teóricas, políticas, filosóficas que nortearão o trabalho da escola.
- Ⓓ O PPP é um instrumento de controle, burocratizado, voltado para o cumprimento de normas técnicas, de aplicação de estatísticas, de cumprimento de metas, sem que se atente para o caráter processual e para a qualidade das mudanças projetadas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A alternativa A contempla a solicitação da questão, ao trazer a perspectiva de que o “PPP deve se constituir na referência norteadora de todos os âmbitos da ação educativa da escola”, sobretudo porque o direcionamento da escola, como um todo, estará expresso na efetividade no PPP se consideramos que, segundo Veiga (1999), “a abordagem do projeto político-pedagógico, como organização do trabalho da escola como um todo está fundamentada nos princípios que deverão nortear a escola democrática, pública e gratuita” (p. 16), tendo em vista, o processo educativo que acontece intencionalmente no interior da escola é manifestado não apenas nas práticas dos professores ou dos estudantes, mas também de funcionários, direção, coordenação, pais, comunidade local, a partir das concepções de homem, sociedade e educação, as quais são orientadoras das práticas no interior da escola como um todo. Assim, na visão de Veiga (1999), a escola, concebida como “espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias e que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico”, deve defender um processo de construção do seu projeto pedagógico tomando como princípios a

“igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério...”, cujos quais permitem “decidir coletivamente, o que se quer reforçar dentro da escola e como detalhar as finalidades para se atingir a tão almejada cidadania”.

Alternativa B: INCORRETA. Esta alternativa é completamente inválida, tendo em vista que não se pode conceber o Projeto pedagógico da escola como um documento a “ser elaborado pela direção e equipe pedagógica para ser aprovado posteriormente pela Secretaria de Educação”. Ao atribuir a construção de um processo que envolve vários sujeitos e sua formação, situações, metas e objetivos a serem alcançados coletivamente e perspectivas futuras à direção e à equipe pedagógica, a escola estaria negando sua condição de instituição autônoma estaria comprometendo a noção de coletividade. Na visão de Gadotti (2001), “o projeto da escola não é de responsabilidade apenas de sua direção. Ao contrário, numa gestão democrática, a direção é escolhida a partir do reconhecimento da competência e da liderança de alguém capaz de executar um projeto coletivamente” (p. 34). Desse modo, torna-se visível que a autonomia da escola e o modo de gestão, configuram-se em parte constitutiva da natureza do projeto pedagógico e não o contrário. A gestão democrática da escola, que conta com a coletividade para fazer a escola ser o que ela é, deve ser uma exigência do próprio projeto político pedagógico da escola.

Alternativa C: INCORRETA. Esta alternativa não contempla a solicitação da questão. Dizer que “o marco situacional é a parte do PPP em que são definidas as referências teóricas, políticas, filosóficas que nortearão o trabalho da escola” configura-se num equívoco, haja vista que, conforme destaca Gandin (1996), o marco situacional refere-se à percepção que o coletivo da escola tem em torno da realidade, sobretudo no que se refere ao como a escola se vê, quais suas principais características, como se situa no contexto social, político, cultural e econômico, como é o seu cotidiano. A importância do marco situacional para o referido autor está em ter uma visão geral da realidade escolar e não apenas uma análise isolada da instituição numa perspectiva micro. O marco situacional traz elementos que permite à escola ir para a fase do diagnóstico com clareza dos aspectos macro da sociedade, para assim se compreender no aspecto micro, enquanto instituição.

Alternativa D: INCORRETA. Esta alternativa é absolutamente equivocada, não podendo ser tomada como verdadeira, se considerarmos que o PPP é a marca identitária da escola. Seria reducionista, fadado ao fracasso, compreendermos o projeto pedagógico da escola um mero “instrumento de controle, burocratizado, voltado para o cumprimento de normas técnicas, de aplicação de estatísticas, de cumprimento de metas, sem que se atente para o caráter processual e para a qualidade das mudanças projetadas”.

Resposta: **A**

09. Questão

(INSS - FUNRIO - 2014) Segundo Danilo Gandin, as dimensões do planejamento participativo de uma instituição educativa são as seguintes:

- A** Marco político, metodologia, avaliação.
- B** Diagnóstico, metodologia, avaliação.
- C** Marco pedagógico, objetivos, estratégias.
- D** Marco referencial, diagnóstico, programação.
- E** Análise da realidade local, objetivos e avaliação.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETO. Esta alternativa não referenda a solicitação da questão, pois na visão de Danilo Gandin (1996), os aspectos apontados neste item são partes constituintes do Marco referencial e da programação. Logo este item não contempla as dimensões necessárias para o planejamento participativo – Ver análise do Item D.

Alternativa B: INCORRETO. Esta também é uma opção inválida, considerando que para Gandin, o diagnóstico é uma das dimensões imprescindíveis à prática do planejamento participativo, porém prescinde do marco referencial, o qual dá suporte à elaboração de um diagnóstico real. Metodologia e avaliação são elementos que estão presentes em todas as dimensões do planejamento participativo – marco referencial, diagnóstico e programação.

Alternativa C: INCORRETO. Esta alternativa é inválida. A razão de ser e de existir da escola é pedagógica, por sistematizar processos de construção do conhecimento e de formação do sujeito, o qual é o foco central da instituição, logo não é possível apontar o aspecto pedagógico apenas como “um” marco da

prática do planejamento participativo, em virtude do pedagógico estar presente em todo o processo. Ademais objetivos e estratégias são aspectos que transversalizam toda a prática do planejamento participativo.

Alternativa D: CORRETO. Esta alternativa contempla o pensamento do Danilo Gandin quanto à prática do planejamento, tendo em vista que para esse autor, as dimensões que constituem o planejamento participativo em uma instituição educativa são o “Marco referencial, o diagnóstico e a programação”. Ele destaca que o Marco referencial, cuja função é tencionar a realidade existente com vistas à sua transformação, é constituído pelo marco situacional (onde estamos? como vemos a realidade? ...), marco filosófico (o que pretendemos? onde queremos chegar? ...) e marco operativo (o que desejamos para a nossa ação?). Para ele o Marco referencial, além de evidenciar a posição da instituição, sua visão de mundo, valores, objetivos... indica os rumos/horizontes escolhidos, sustentados em elementos teóricos e filosóficos e apoia-se na força da coletividade. O tencionamento provocado pelo marco referencial, para Gandin, conduz a instituição a expressar o sentido do seu trabalho pedagógico e as perspectivas de ação futuras. Desse modo, o marco referencial, produz parâmetros que orientam o diagnóstico e a programação. O diagnóstico centra-se na análise da dimensão da realidade – quem é a escola, a quem atende, como se apresenta, como é gerida, como é organizada, como é desenvolvido o trabalho pedagógico, quais os resultados da aprendizagem... – a partir das quais será possível esclarecer o que lhe fala para chegar onde se deseja. Ou seja, o diagnóstico servirá de base orientadora para a definição dos objetivos e das ações futuras da/na escola, assim como para a definição da prática de gestão, das perspectivas pedagógicas, das formas de organização da escola, e da sua função social no contexto onde está inserida. Isto posto, torna-se possível desenvolver a Programação de modo mais aproximado das necessidades e desejos da comunidade local. A programação refere-se ao conjunto das ações concretas e dos meios, definido pela comunidade escolar para superar as necessidades detectadas e assim promover a transformação da realidade. Configura-se num marco da prática do planejamento participativo, não só por envolver a coletividade, mas por

construir conscientemente e em coletividade, a ação que promoverá a mudança, a realidade escolar.

Alternativa E: INCORRETA. Seria limitado pensar as dimensões do planejamento participativo apenas com a “Análise da realidade local, objetivos e avaliação”, tendo em vista que para a construção de uma análise da realidade, que se caracterize como diagnóstico, é imprescindível tomar o marco referencial como suporte – ver análise do item D. Ademais, objetivos e avaliação são aspectos transversais a toda a prática do planejamento participativo, logo, não podem ser tratados como “um” marco no ato de planejar.

10. Questão

(INSS - FUNRIO - 2014) O marco referencial de um planejamento participativo refere-se aos seguintes componentes:

- Ⓐ MARCO SITUACIONAL – que delimita a aproximação com a realidade a ser trabalhada; MARCO DOUTRINAL – que estabelece a proposta político-social da ação educativa; e MARCO OPERATIVO – que trata dos meios, ações e técnicas para viabilização do plano.
- Ⓑ MARCO PEDAGÓGICO – que delimita a metodologia; MARCO DOUTRINAL – que estabelece a forma como a ação educativa deve acontecer; e MARCO OPERATIVO – que trata dos meios e ações.
- Ⓒ MARCO POLÍTICO – que delimita a aproximação com a realidade a ser trabalhada; MARCO DOUTRINAL – que estabelece a doutrina pedagógica; e MARCO METODOLÓGICO – que trata dos meios e ações.
- Ⓓ MARCO SITUACIONAL – que delimita a aproximação com a realidade a ser trabalhada; MARCO DOUTRINAL – que estabelece a proposta político-social da ação educativa; e MARCO PEDAGÓGICO – que trata dos meios e ações educativas.
- Ⓔ MARCO EDUCACIONAL – que estrutura os meios e estratégias políticas; MARCO DOUTRINAL – que estabelece a forma como a ação educativa acontecerá; e MARCO OPERATIVO – que trata dos meios e ações educativas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETO. Esta alternativa é verdadeira, por contemplar o pensamento de Danilo Gandin

quanto ao Marco Referencial no ato do planejamento. Para o referido autor, a constituição do Marco referencial, cuja função é tencionar a realidade existente com vistas a sua transformação, dá-se pelo marco situacional, marco doutrinal ou filosófico e marco operativo. O marco situacional, para ele, constitui-se da análise macro da escola, situada num dado tempo e espaço, buscando compreender como o coletivo da escola se percebe em torno da realidade, o como se vê diante do contexto econômico, social, cultural e político, suas características diante deste contexto e como isso impacta no seu cotidiano. É um marco de suma importância, por possibilitar à escola ter uma visão geral da sua realidade; possibilita ainda que a escola produza um diagnóstico com clareza dos aspectos macro da sociedade, para assim se compreender no aspecto micro, enquanto instituição. O marco doutrinal ou filosófico, “que estabelece a proposta político-social da ação educativa”, designando os princípios norteadores e as pretensões da escola, os quais fundamentam a concepção/visão de homem, educação e sociedade que a escola defende, para assim demarcar onde deseja chegar. O marco doutrinal é pensado e elaborado buscando explicitar a sustentação teórico-metodológica-epistemológica que referenda as ações desenvolvidas na escola, partindo da inquietação em torno do tipo de sociedade que se quer construir, a finalidade da escola, que tipo de homem se pretende formar... E ainda temos o marco operativo, o qual explicita os ideais da instituição, o que se deseja, com vistas ao que queremos ou devemos ser. Refere-se ao modo de organização das atividades coletivas em torno das dimensões pedagógica, comunitária e a administrativa, enquanto dimensões que configuram a prática educativa. Deve existir uma articulação coerente entre o marco operativo e o marco situacional e filosófico, para que não haja desarticulação entre a realidade e as finalidades assumidas pela escola. É importante destacar que o diagnóstico e a programação tomam como base os sinalizadores apontados pelo marco operativo.

Alternativa B: INCORRETA. Esta alternativa não procede, haja vista que, segundo a concepção de Danilo Gandin, existem equívocos presentes nesta proposição que comprometem a sua veracidade. Para Gandin, a dimensão pedagógica não pode ser confundida com “um” marco, pois é uma dimensão presente em todo o processo de planejamento, sobretudo no

marco operativo. Esta dimensão não é a única responsável por construir os aspectos metodológicos, haja vista que não existe metodologia que não esteja atrelada ao marco doutrinal, com as concepções abraçadas pela escola; ao marco situacional, que demarca a aproximação com a realidade a ser trabalhada e ao marco operativo, com seus meios e fins educativos. No tocante ao marco doutrinal, a proposição se equivoca ao afirmar que “estabelece a forma como a ação educativa deve acontecer” – ver análise da alternativa A. A única análise desta alternativa que traz uma afirmativa verdadeira refere-se ao marco operativo que realmente “trata dos meios, ações e técnicas para viabilização do plano- ver análise na opção A”.

Alternativa C: INCORRETA. Esta alternativa está incorreta, principalmente por que na visão de Gandin, não existem marco político nem marco metodológico. O aspecto político é subjacente a todo o processo de planejamento, em todas as suas etapas. O marco que “delimita a aproximação com a realidade a ser trabalhada” é o situacional, conforme análises feitas na opção A. Existe veracidade na afirmativa do marco doutrinal – ver análise da opção A. E no que se refere à última afirmativa da proposição, é fato que não existe “marco metodológico”, conforme analisado na alternativa B.

Alternativa D: INCORRETA. Esta proposição também apresenta equívocos conceituais, sobretudo pela inexistência do que foi chamado de “marco educacional, que estrutura os meios e estratégias políticas”. O processo educacional não pode ser tratado como “um” marco, tendo em vista que a educação e o fundamento de toda essa análise; é a busca de uma educação de qualidade que faz toda essa discussão se intensificar a cada dia. São verdadeiras as afirmativas quanto ao “marco doutrinal, que estabelece a forma como a ação educativa acontecerá” e no que se refere ao “marco operativo, que trata dos meios e ações – ver análise na alternativa A.

Alternativa E: INCORRETA. Esta proposição está incorreta, haja vista que na concepção de Gandin “o marco referencial de um planejamento participativo” parte do marco situacional, o qual “delimita a aproximação com a realidade a ser trabalhada”, do marco doutrinal que “estabelece a proposta político-social da ação educativa” e do marco operativo “que trata dos meios, ações e técnicas para viabilização do plano – ver análise do item A. Para Gan-

din, não existe “um marco educacional”, embora reconheça que a análise do contexto educacional é uma referência constante para toda a ação do planejamento participativo, pois é a partir da análise da educação que se estrutura os meios e estratégias político-pedagógicas da ação educativa.

11. Questão

(PREF. JUATUBA/MG - 2015 - CONSULPLAN) Acerca do plano de aula, assinale a afirmativa incorreta.

- Ⓐ É um documento que registra o que se pensa fazer, como fazer, quando fazer, com quem fazer e com quem fazer. Evita o improviso sendo um norte para as ações educacionais.
- Ⓑ É a apresentação sistematizada e justificada das decisões tomadas. Serve para evitar o improviso sendo um norte para as ações educacionais, sendo a formalização dos diferentes momentos do processo de planejamento escolar.
- Ⓒ Tem a função de orientar a prática, partindo da própria prática, mas deve ser um documento rígido e absoluto, pois é a formalização dos diferentes momentos do processo de planejar que, por sua vez, deve estar organizado didaticamente para todos os desafios e contradições.
- Ⓓ Deve levar em consideração na sua elaboração, em primeiro lugar, que a aula é um período de tempo variável e que o processo de ensino e aprendizagem se compõe de uma sequência articulada de fases, ou seja, a preparação e apresentação dos objetivos; conteúdos e tarefas; desenvolvimento do conteúdo; consolidação (fixação, exercícios, recapitulação, sistematização); síntese integradora e aplicação e avaliação.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Esta alternativa não é válida para a questão, haja vista que é verdadeiro afirmar que o plano de aula se configura num “documento que registra o que se pensa fazer, como fazer, quando fazer, com quem fazer e com quem fazer”. Logo, é de fundamental importância para a garantia do êxito nos processos de ensinar e de aprender. O plano de aula busca pensar em ações sistematicamente com vistas a garantia de uma prática pedagógica eficiente e eficaz, evitando assim o improviso e “sendo

um norte para as ações educacionais”. Sendo assim, é possível afirmar que um aspecto-chave de um ensino eficaz está no planejamento das atividades pedagógicas realizados na escola, especialmente na sala de aula, a partir de um plano elaborado dia a dia pelo professor, a partir das necessidades de aprendizagem do sujeito.

Alternativa B: CORRETA. Embora esta alternativa seja correta, não é válida para a questão, uma vez que o plano de aula refere-se a “apresentação sistematizada e justificada das decisões tomadas”, tornando-se num instrumento essencial para o professor pensar e elaborar sua prática pedagógica em conformidade com os objetivos traçados a partir da realidade dos estudantes de cada turma, sendo flexível diante das necessidades emergentes. Desse modo, o plano de aula tem a função de “evitar o improviso sendo um norte para as ações educacionais, sendo a formalização dos diferentes momentos do processo de planejamento escolar”. Na visão de Vasconcelos (2000), é através do projeto da aula que o professor programa as ações que serão desenvolvidas, sendo também um momento de reflexão sobre a sua própria prática e profissão.

Alternativa C: INCORRETA. Esta proposição está incorreta, logo é a que deve ser assinalada. Apesar de ter a “função de orientar partindo da própria prática”, o plano de aula não é “um documento rígido e absoluto”. Fusari (2008) destaca que o preparo das aulas é uma das atividades mais importantes do trabalho do profissional de educação escolar. Nada substitui a tarefa de preparação da aula em si. (...) faz parte da competência teórica do professor, e dos compromissos com a democratização do ensino, porém o plano de aula não pode ser encarado como “um documento rígido e absoluto”, haja vista que deve ser flexível às necessidades que emergem no processo de ensino e de aprendizagem. Assim, embora seja a “formalização dos diferentes momentos do processo de planejar” e esteja “organizado didaticamente”, o plano de aula não consegue contemplar “todos os desafios e contradições”.

Alternativa D: CORRETA. Esta alternativa está correta, logo não atende à solicitação da questão. É importante frisar que um bom plano de aula contribui para a realização de uma prática pedagógica satisfatória, em que estudantes e professor se envolvam no processo de construção do conhecimento, tornando o conteúdo mais agradável com vistas a facilitar a

compreensão. Assim, é preciso “levar em consideração na sua elaboração, em primeiro lugar, que a aula é um período de tempo variável e que o processo de ensino e aprendizagem se compõe de uma sequência articulada de fases, ou seja, a preparação e apresentação dos objetivos; conteúdos e tarefas; desenvolvimento do conteúdo; consolidação; síntese integradora e aplicação e avaliação”. Ou seja, o plano de aula, contempla uma lógica sequencial na produção do conhecimento, de modo que o aluno perceba a importância do que está sendo ensinado.

12. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) As fases do planejamento escolar podem ser divididas em: o planejamento da escola, o planejamento curricular e o projeto ou plano de ensino. O planejamento curricular é

- Ⓐ o que chamamos de Projeto Político-Pedagógico ou projeto educativo, sendo este o plano integral da instituição e que é composto de marco referencial, diagnóstico e programação. Esse nível envolve tanto a dimensão pedagógica quanto a comunitária e administrativa da escola.
- Ⓑ a proposta geral das experiências de aprendizagem que serão oferecidas pela escola incorporadas nos diversos componentes curriculares, podendo ter como referência os seguintes elementos: fundamentos da disciplina, área de estudo, desafios pedagógicos, encaminhamento, proposta de conteúdos, processos de avaliação.
- Ⓒ o planejamento mais próximo da prática do professor e da sala de aula. Diz respeito, mais restritamente, ao aspecto didático. Pode ser subdividido em projeto de curso e plano de aula.
- Ⓓ o planejamento global da escola, que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição.
- Ⓔ uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho: focalizar sua energia, assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos e avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança. É considerado um processo de planejamento estratégico desenvolvido pela escola para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Esse plano

define diretrizes, objetivos e metas estabelecidas pela Unidade escolar.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A alternativa A não pode ser assinalada como verdadeira, pois embora traga uma afirmativa correta ao destacar que “Projeto Político-Pedagógico ou projeto educativo, sendo este o plano integral da instituição e que é composto de marco referencial, diagnóstico e programação... envolve tanto a dimensão pedagógica quanto a comunitária e administrativa da escola”, esta não é uma afirmativa que conceitua o planejamento curricular e sim o PPP da escola.

Alternativa B: CORRETA. Esta é a alternativa que contempla a solicitação de conceituação do planejamento curricular, como um dos níveis do ato de planejar. O currículo é “a proposta geral das experiências de aprendizagem que serão oferecidas pela escola incorporadas nos diversos componentes curriculares”, a qual é construída coletivamente, a partir das orientações das diretrizes contidas na LDBEN e da regulamentação do sistema de educação estadual. Esta compreensão é defendida por Vasconcelos (2006), o qual amplia a discussão, afirmando que “o currículo não pode ser pensado apenas como um rol de conteúdos a serem transmitidos para um sujeito. Temos que levar em conta que as atitudes, as habilidades... fazem parte dele” (p. 99). Sendo assim, o currículo tem “como referência os seguintes elementos: fundamentos da disciplina, área de estudo, desafios pedagógicos, encaminhamento, proposta de conteúdos, processos de avaliação”, o que implica afirmar que o currículo deve envolver “a elaboração e realização (incluindo aí a avaliação) de um programa de experiências pedagógicas a serem vivenciadas em sala de aula e na escola”, principalmente, por que o currículo expressa o processo intencional e sistemático de produção do conhecimento e formação do sujeito na educação escolar.

Alternativa C: INCORRETA. Esta afirmativa é limitada, ao demarcar que “o currículo é o planejamento mais próximo da prática do professor e da sala de aula... mais restritamente, ao aspecto didático”. A ideia de currículo contempla essa perspectiva da prática do professor, porém não a ela ou meramente ao aspecto didático, sobretudo porque o currículo “reflete não só a natureza do conhecimento em si

mesmo, como também a natureza do conhecedor e do processo de conhecimento em si” (p. 99). Como já dito, o currículo expressa um processo intencional e sistemático de produção do conhecimento e formação do sujeito na educação escolar, que embora se expresse no “projeto de curso e plano de aula”, não se limita a estes.

Alternativa D: INCORRETA. Esta alternativa, embora traga uma afirmativa pertinente no tocante às discussões do planejamento, não pode ser tomada como verdadeira para conceituar o “planejamento curricular”. Ao destacar que é “o planejamento global da escola, que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição” esta alternativa traz aspectos do PPP da escola e não da especificidade do planejamento curricular.

Alternativa E: INCORRETA. Esta opção também não pode ser tomada como verdadeira por trazer afirmativas que caracterizam o projeto educativo da escola como um todo, logo não traz o conceito específico do planejamento curricular.

13. Questão

(CBTU/RJ - CONSULPLAN - 2014) O pedagogo deve analisar e fazer uma adequação dos métodos e abordagens a serem utilizadas aos objetivos e condições diferenciadas de ensino-aprendizagem. Considerando os diferentes paradigmas e abordagens para escolha e melhor condução dos trabalhos numa empresa, analise.

- I. Na abordagem tradicional, os ensinamentos são definidos alheios à vontade daquele que aprende, pois alguém fará o julgamento e organizará a seleção de temas a serem repassados.
- II. Na abordagem comportamentalista, defende-se um comportamento padronizado com o intuito de manter a ordem. O homem tem de se submeter ao ambiente e, a partir daí, explicitar suas ações.
- III. Na abordagem cognitivista, o homem e o mundo possuem relação dinâmica de trocas e atuação constantes. O homem, pela sua inteligência em constante aperfeiçoamento, modifica-se sempre e modifica o meio em benefício próprio.
- IV. Na abordagem sociocultural, o mundo é o resultado da ação do homem e, por isso, o ho-

mem deve pré-avaliar suas ações porque elas têm ascendência sobre o ambiente. Neste paradigma, colocam-se nas mãos dos indivíduos as responsabilidades por suas escolhas.

- V. Na abordagem humanista, o homem e o mundo são inseparáveis, mas neste paradigma, o homem se sobressai sobre o mundo por ser o organizador, o estruturador, o grande agente de mudanças.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e III.
(B) I, II e III.
(C) II, IV e V.
(D) I, II, IV e V.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. Ao analisarmos os fundamentos da veracidade dessa afirmativa, percebemos que, em conformidade com a abordagem tradicional “os ensinamentos são definidos alheios à vontade daquele que aprende”, tendo em vista que a criança é um ser em miniatura, sem condições de fazer escolhas. Cabe ao professor, autoridade máxima da escola, fazer “o julgamento e organizar a seleção de temas a serem repassados”, pois seu papel é o de ensinar/transmitir os conteúdos, e ao aluno cabe o papel de assimilar, como um receptor passivo e nas provas e testes evidenciar o que ficou retido na memória.

Assertiva II: CORRETA. A abordagem comportamentalista “defende um comportamento padronizado com o intuito de manter a ordem”, por compreender o indivíduo como produto do meio, o qual é educado para conseguir chegar ao padrão de comportamento desejável. Cabe à escola, como agência educacional, e ao professor, organizador dos processos de ensino, a função de garantir uma instrução programada, com reforços negativos e positivos, para que o indivíduo atinja o padrão de comportamento desejável socialmente. Só assim, o indivíduo poderá “se submeter ao ambiente e, a partir daí, explicitar suas ações”.

Assertiva III: CORRETA. Esta afirmativa tem veracidade, sobretudo porque a abordagem cognitivista é interacionista e defende que “homem e mundo possuem relação dinâmica de trocas e atuação constan-

tes”, partindo do princípio que o conhecimento está em constante construção a partir da interação entre sujeito e objeto. Cabe à escola, como espaço de investigação, proporcionar ao sujeito o desenvolvimento de sua inteligência, considerando-o inserido numa situação social. Para esta abordagem a verdadeira aprendizagem se dá no exercício operacional da inteligência de cada sujeito.

Assertiva IV: INCORRETA. Para a abordagem sociocultural é um equívoco afirmar que “o mundo é o resultado da ação do homem e, por isso, o homem deve pré-avaliar suas ações porque elas têm ascendência sobre o ambiente”. Nessa abordagem, homem e mundo se constroem simultaneamente, a relação sujeito e objeto é imprescindível para que o homem se torne sujeito da práxis. Sua condição de sujeito acontece à medida que, interagindo em seu contexto, reflete sobre ele e com ele compromete, tomando consciência de sua historicidade. Cabe à escola trabalhar numa perspectiva dialógica, a partir da investigação, provocando o sujeito a refletir sobre suas capacidades na construção do conhecimento, os quais devem pensar, refletir e se conscientizar do seu papel social, considerando a realidade cada um e visando a transformação da sociedade.

Assertiva V: INCORRETA. Essa afirmativa não é verdadeira, haja vista que para a abordagem humanista o homem é uma pessoa situada no mundo, mas o mundo é algo produzido pelo sujeito mediante a si mesmo. É uma abordagem centrada no primado do sujeito. Cabe à escola respeitar o sujeito tal qual ele é, oferecendo condições para que ela possa desenvolver-se no seu processo de vir a ser.

14. Questão

(PREF. PINHALÃO/PR - FAFIPA - 2015) A Pedagogia Nova faz uma crítica à Pedagogia Tradicional, esboçando uma nova maneira de interpretar a educação. São características da Pedagogia Nova, exceto:

- (A) Ênfase no aluno.
- (B) Professor estimulador.
- (C) Espontaneidade.
- (D) Diretivismo.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Esta alternativa que trata da “ênfase no aluno” é um dos princípios primordiais da Pedagogia Nova, por compreender que os processos educacionais devam estar centrados na pessoa/sujeito, o qual deve ser respeitado tal qual é para que se desenvolva em seu processo constante de vir a ser. Considera que as pessoas são diferentes, cada indivíduo é único e a escola precisa se adaptar a isso, pois o aluno é o núcleo da aprendizagem. Desse modo, é uma alternativa que não pode ser tomada como a correta, haja vista que a solicitação requer apontar a característica que não contempla a Pedagogia Nova.

Alternativa B: INCORRETA. Esta opção também não contempla a solicitação da questão, uma vez que na Pedagogia Nova o professor é tomado como o facilitador, o estimulador da aprendizagem; aquele que promove os meios para que o aluno entre em contato com situações provocativas do dia a dia e, assim, envolva-se com a construção do conhecimento, como autor de si mesmo. O professor estimula e busca facilitar, mas a iniciativa para a construção do conhecimento e de formação pessoal é do aluno.

Alternativa C: INCORRETA. A característica apontada nesta opção é típica da Pedagogia Nova, a qual defende que a espontaneidade é um pressuposto básico e fundamental de aprendizagem do sujeito, na medida em que aprender é uma atividade de descoberta que só acontece se o sujeito se interessar e se envolver no processo de construção do conhecimento. Até porque a espontaneidade gera autoaprendizagem e emerge em cada sujeito de forma única. Logo, essa alternativa é inválida.

Alternativa D: CORRETA. Esta é a única alternativa que satisfaz a solicitação da questão, tendo em vista que das características citadas, o “diretivismo” é a única que a Pedagogia Nova despreza/abomina por acreditar que o diretivismo tira do sujeito à autonomia, o direito de se descobrir e de produzir com envolvimento e inteireza. Ademais, ofende o ato de conhecer-se a si mesmo. Na visão de Karl Rogers, a não diretividade promove ao aluno um clima propício de confiança, um conhecimento de si próprio, consequentemente, uma aceitação de si, a partir da autodescoberta. O professor não diretivo, parte do princípio que o raciocínio já nasce com o sujeito e cabe-lhe promover os meios para este sujeito seja despertado. Assim, para a Pedagogia Nova, a não diretividade refere-se essencialmente a não emissão

de juízo de valor, o que segundo Dermeval Saviani faz a Pedagogia Nova deslocar a questão do intelecto para o sentimento, do lógico para o psicológico, do esforço para o interesse, da disciplina para a espontaneidade.

15. Questão

(DETRAN/RO - IDECAN - 2014) Ao selecionar conhecimentos, as teorias de currículo agem intencionalmente; pensam na formação do ser humano para uma determinada sociedade. A escolha de um currículo é sempre intencional. Silva (2005) classificou as teorias do currículo em teorias:

1. tradicionais;
2. críticas;
3. pós-críticas.

Relacione-as adequadamente com as afirmativas apresentadas a seguir.

() Enfatizam ensino, aprendizagem, avaliação, metodologia, didática, organização, planejamento, eficiência, objetivos.

() Enfatizam identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação e discurso, saber-poder, representação cultural, gênero, raça, sexualidade e multiculturalismo.

() Enfatizam ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, conscientização, emancipação e libertação, currículo oculto e resistência.

A sequência está correta em:

- (A) 1, 2, 3.
- (B) 1, 3, 2.
- (C) 3, 2, 1.
- (D) 2, 3, 1.
- (E) 2, 1, 3.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Embora o primeiro item faça referência às teorias tradicionais do currículo, essa opção não procede, haja vista que o segundo item não trata das teorias críticas e o terceiro não se refere às teorias pós-críticas. Ver análise no item B.

Alternativa B: CORRETA. O primeiro item refere-se às teorias tradicionais do currículo, as quais, para Silva (2005), a ênfase está no aspecto da organização, no qual as práticas de “ensino, aprendizagem, avaliação, metodologia, didática, organização, planejamento, eficiência, objetivos”, precisam ser estruturadas, modeladas, tomando o status quo como referência. As práticas são centradas no professor, autoridade máxima, e ao aluno cabe o papel de receptor passivo do conhecimento, um “adulto em miniatura”. No segundo item, temos aspectos das teorias pós-críticas, cuja ênfase está na “ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, conscientização, emancipação e libertação, currículo oculto e resistência”. Para Silva (2005), as teorias pós-críticas do currículo, apresentam uma perspectiva multicultural, considerando que o multiculturalismo “é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais...” (p. 85), com a intenção de pensar no respeito à diversidade, uma vez que a igualdade só é possível no exercício da diferença. Logo, segundo o multiculturalismo, defendido nas teorias pós-críticas, “não é possível estabelecer nenhum critério transcendente pelo qual nenhuma cultura possa ser julgada superior a outra” (p. 86). E, por fim temos as teorias críticas, item 02, como uma perspectiva de ruptura, uma completa inversão às teorias tradicionais, o foco está na defesa da “identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação e discurso, saber-poder, representação cultural, gênero, raça, sexualidade e multiculturalismo”. Ou seja, “enquanto os modelos tradicionais se restringem a atividade técnica de como fazer o currículo..., as teorias críticas desconfiam do status quo, responsabilizando-o pelas desigualdades e injustiças sociais... são teorias de desconfiança, questionamento e transformação radical” (p. 30). Isso permite afirmar que para as teorias críticas, o mais importante não é “desenvolver técnicas de como fazer o currículo, mas desenvolver conceitos que nos permitam compreender o que o currículo faz” (p. 30). Alternativas C, D e E: INCORRETAS. Ver análise no item B.

16. Questão

(DETRAN/RO - IDECAN - 2014) “À palavra currículo associam-se distintas concepções, que derivam dos diversos modos de como a educação é concebida

historicamente, bem como das influências teóricas que a afetam e se fazem hegemônicas em um dado momento. O currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar. Na organização curricular é preciso considerar alguns pontos básicos para sua construção.” Considerando essa assertiva, marque a alternativa incorreta.

- Ⓐ Os objetivos devem ser alcançados por meio do processo de ensino.
- Ⓑ As experiências de aprendizagem escolares devem ser vividas pelos alunos.
- Ⓒ Os planos pedagógicos devem ser elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais.
- Ⓓ Os processos de avaliação terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.
- Ⓔ Os conteúdos são distribuídos por uma base nacional diferente em cada estado brasileiro e uma parte é diversificada em conformidade com as legislações.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Embora essa alternativa seja verdadeira ela não atende à solicitação da questão, haja vista que os objetivos propostos, traçados com vistas à mudança da realidade escolar, devem ser alcançados por meio do processo de ensino, sobretudo porque o ensino é a forma de operacionalização dos desejos/objetivos que promovem a aprendizagem do aluno e, consequentemente, a transformação da realidade escolar.

Alternativa B: CORRETA. As análises dessa alternativa são verídicas, o que faz essa alternativa não contemplar a questão proposta. Tendo em vista que “o currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar [...] é preciso considerar alguns aspectos básicos para a sua construção”, dentre os quais se destacam “as experiências de aprendizagem escolares devem ser vividas pelos alunos.” Para Moreira (1997), se consideramos o enfoque de experiência de aprendizagem o “currículo passa a significar o conjunto de experiências a serem vividas pelo estudante sob a orientação da escola”. Em tal perspectiva, cabe à escola promover ao estudante a oportunidade e possibilidades de vivenciar tais experiências de aprendizagem.

Alternativa C: CORRETA. Apesar da veracidade dessa alternativa, ela não pode ser tomada como correta para atender a questão. É importante destacar que é função dos professores, como responsáveis pelo fazer pedagógico na sala de aula; das escolas, como instituições promotoras do ensino que deve ser de qualidade; e dos sistemas educacionais que tem por função aprovar e acompanhar a qualidade da educação, elaborar seus planos pedagógicos com a intenção de garantir aprendizagem, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e para estudos posteriores, como reza a Lei. Ademais, a escola, por meio de sua proposta curricular, é a instituição capaz de contribuir para que a realidade sócio-histórica seja refletida pelo estudante, para que ele se conscientize da sua condição social e da sociedade como um todo.

Alternativa D: CORRETA. Embora essa alternativa seja verdadeira, não atende ao pleito da questão. Na organização do currículo, é evidente que “os processos de avaliação terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização”, sobretudo porque a avaliação tem o princípio da diagnose/mediação da realidade que implica diretamente na escolha dos conteúdos e no modo como são selecionados os procedimentos, a partir da necessidade de cada etapa educacional do estudante.

Alternativa E: INCORRETA. Essa alternativa é a que deve ser assinalada, haja vista que, embora haja na organização curricular “uma parte é diversificada em conformidade com as legislações” está incorreto afirmar que “[...] os conteúdos são distribuídos por uma base nacional diferente em cada estado brasileiro”, até porque a Base Nacional Comum Curricular tem como princípio garantir uma formação comum ao estudante em qualquer parte do território nacional, conforme preconiza o artigo 26º LDBEN 9394/96, ao afirmar que “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

17. Questão

(UFRB/BA - FUNRIO - 2015) Aquilo que se ensina na escola, sem que se perceba que está sendo ensinado, é de-

nominado pelos estudiosos do campo do currículo como:

- (A) currículo real.
- (B) transposição didática.
- (C) currículo oculto.
- (D) saber experiencial.
- (E) aprendizagem significativa.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Esta alternativa não atende ao pleito da questão, uma vez que o currículo real, ao contrário do “que se ensina na escola, sem que se perceba que está sendo ensinado”, é aquele que de fato acontece na sala de aula, em decorrência de um projeto pedagógico intencionalmente pensado para ser posto em prática... É “aquilo que se ensina na escola”, a efetivação do que foi planejado para acontecer. É o chamado currículo em ação, a partir do que o professor projetou para colocar em prática, ainda que nesse processo haja alterações/modificações a partir das demandas dos sujeitos em busca de novos conhecimentos. Na visão de Libâneo (2004), o Currículo real é planejado pelo professor, “[...] sai da prática dos professores, da percepção e do uso que os professores fazem do currículo formal” (172).

Alternativa B: INCORRETA. Esta alternativa também não contempla a solicitação, considerando que a transposição didática não se refere ao que “[...] se ensina na escola, sem que se perceba que está sendo ensinado”, ao contrário, a transposição didática é a forma intencionalmente pensada pelo professor e pela equipe pedagógica da escola para transformar o conhecimento científico em conhecimento escolar, ou seja, uma proposta pedagógica se materializa pela transposição didática, pois é através desta que o professor transforma objetos do conhecimento em objetos de ensino e de aprendizagem.

Alternativa C: CORRETA. Esta alternativa é verdadeira. O currículo oculto é “aquilo que se ensina na escola, sem que se perceba que está sendo ensinado” e refere-se, segundo Libâneo (2004) “[...] as influências que afetam a aprendizagem dos estudantes e o trabalho dos professores provenientes da experiência cultural, dos valores e significados trazidos pelas pessoas de seu meio social e vivenciados na própria escola”. Para esse autor, é “oculto” justamente por

que “[...] ele não está prescrito, não aparece no planejamento”, mas representa tudo que se aprende [...] pela convivência espontânea em meio às várias práticas atitudes, comportamentos, gestos e percepções que vigoram no meio social e escolar”. A importância do currículo oculto está no reconhecimento de que essas percepções e ações espontâneas influenciam e afetam o processo de aprendizagem do estudante e os modos de ensino do professor.

Alternativa D: INCORRETA. Esta alternativa é inválida para a questão, uma vez que saber experiencial é um movimento de cada sujeito que, segundo Josso (2004) “diz respeito ao todo da pessoa, diz respeito à sua identidade profunda, à maneira como ela vive como ser; enquanto aprendizagem a partir da experiência, ou pela experiência, está relacionada apenas às transformações menores”. O papel dos saberes da experiência é, na verdade, reunir e mobilizar os demais saberes que o sujeito adquire durante sua trajetória. Logo, não pode ser tratado como “aquilo que se ensina na escola, sem que se perceba que está sendo ensinado”.

Alternativa E: INCORRETA. Esta alternativa é incorreta, uma vez que a aprendizagem significativa, segundo Ausubel (2003) se caracteriza pela interação entre os conhecimentos já adquiridos pelos estudantes e os conhecimentos novos que são intencionalmente projetados pelo professor, a partir do repertório que o estudante já possui. Nesse processo, o professor busca promover uma ação pedagógica eficiente e eficaz, com novos conhecimentos que, em articulação aos conhecimentos prévios, vão adquirindo significado para o estudante e lhe proporcionando maturidade na estrutura cognitiva. Esse é um processo, que segundo o mesmo autor necessita da disposição do sujeito para relacionar o conhecimento, como potencial significativo, a um conhecimento mínimo preexistente na estrutura sua cognitiva. Logo, é um processo que é planejado pelos professores que acontece intencionalmente na sala de aula, não devendo ser, “aquilo que se ensina na escola, sem que se perceba que está sendo ensinado”.

18. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) É correto afirmar que um processo avaliativo mediador

Ⓐ exige planejamento do professor de acordo com a rotina da instituição, especificando as ações e as tarefas a cumprir. Exige que o professor avalie o grupo todo no sentido de perceber como a maioria dos alunos se comporta em relação à determinada expectativa de aprendizagem instituída, para o componente curricular, a faixa etária e o ano escolar.

Ⓑ verifica se os alunos atingiram os objetivos propostos no currículo escolar. Possibilita medir o desempenho escolar do aluno e registrá-lo. O planejamento do professor deve sempre levar em conta o que os alunos precisam aprender e trabalhar de improviso, como fator motivacional, o que os alunos querem aprender e seus interesses.

Ⓒ não julga os objetivos socioafetivos, pelo contrário centraliza nos objetivos cognitivos. Não há indissociabilidade entre os objetivos educacionais socioafetivos e os cognitivos, são duas dimensões distintas do ser humano.

Ⓓ não entra em sintonia com um planejamento rígido de atividades por um professor, com rotinas inflexíveis, com temas previamente definidos por unidades de estudo, em que as vivências, as experiências e os contextos de vida dos alunos não sejam levados em conta.

Ⓔ não se reporta a comportamento alcançado e sim a conteúdo aprendido. Não se avalia objetivos socioafetivos mesmo quando existentes no projeto educacional da instituição. Na educação escolar avalia-se e registra-se resultados, faz parecer conclusivo com base nos objetivos cognitivos desejados.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Esta alternativa é incorreta, sobretudo porque o planejamento do professor, embora deva estar em sintonia com proposta pedagógica da escola, prima pela construção e aprendizagem do aluno para além da rotina escolar. A perspectiva de um processo mediador transcende a exigência de uma avaliação do “... grupo todo”, e busca promover a avaliação individual no sentido de analisar como cada aluno está se desenvolvendo. É uma perspectiva que ao invés de “[...] perceber como a maioria dos alunos se comporta em relação à determinada expectativa de aprendizagem instituída, para o componente curricular, a faixa etária e o ano escolar”, busca proporcionar a investigação do pro-

cesso de evolução de cada estudante, desafiando-o a avançar.

Alternativa B: INCORRETA. Esta alternativa também não contempla a solicitação, haja vista que um processo mediador de avaliação não se preocupa com a mensuração do “[...] desempenho escolar do aluno” para “registrá-lo”. Ademais, a avaliação mediadora entra em contradição com a “prática do planejamento do professor... para trabalhar de improviso, como fator motivacional, o que os alunos querem aprender e seus interesses”.

Alternativa C: INCORRETA. Esta alternativa não é válida para a questão, tendo em vista que um processo mediador de avaliação não se “centraliza nos objetivos cognitivos”, por considerar que o sujeito em formação é multidimensional, logo, embora afetividade e cognição sejam dimensões distintas do ser humano, são indissociáveis e uma implica no desenvolvimento da outra.

Alternativa D: CORRETA. Esta é a alternativa correta, por expressar um processo avaliativo mediador, haja vista que esse processo mediador de avaliação, enquanto perspectiva construtivista de educação, “não entra em sintonia com um planejamento rígido de atividades por um professor, com rotinas inflexíveis”, ao contrário, prima pela relação dialógica, de troca de experiências e discussões, provocações e desafios aos alunos, possibilitando o entendimento progressivo da formação e da aprendizagem do aluno. Na concepção mediadora da avaliação, as práticas do professor visam compreender essa evolução e assumir compromisso diante as diferenças individuais dos alunos, ou seja, o processo de aprendizagem torna-se contínuo através da avaliação mediadora, sobretudo por que, a avaliação mediadora permite investigar, mediar, desafiar os alunos e provocá-los à novas descobertas e construções; possibilita ainda perceber pontos de vistas diferentes para construir um caminho comum para o conhecimento científico. Pressupõe uma análise qualitativa e processual, que nega as “[...] rotinas inflexíveis, com temas previamente definidos por unidades de estudo, em que as vivências, as experiências e os contextos de vida dos alunos não sejam levados em conta”.

Alternativa E: INCORRETA. Esta alternativa não pode ser tomada como verdadeira, uma vez que um processo mediador de avaliação busca avaliar o sujeito em sua totalidade, sendo um processo para além do conteúdo, sobretudo por propor um diálogo/

aproximação entre professor, estudante e conhecimento, de modo que a prática pedagógica seja pensada, repensada e reelaborada em consonância com a realidade sociocultural do estudante. Nesse processo, supera-se a perspectiva em que “avalia-se e registra-se resultados, faz parecer conclusivo com base nos objetivos cognitivos desejados”, e busca-se compreender que o erro é parte do processo na construção do conhecimento, em que o professor é capaz de criar situações desafiadoras que tornem capaz a reflexão e ação tornando a aprendizagem mais significativa.

Resposta: ①

19. Questão

(UFRB/BA – FUNRIO – 2015) O processo de planejamento participativo implica uma gestão

- ① centralizada.
- ② democrática.
- ③ autocrática.
- ④ autônoma.
- ⑤ humanista.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Esta alternativa é incorreta, pois não é possível a prática de um planejamento participativo numa gestão centralizadora, em que as ordens são hierarquicamente determinadas pelo gestor como regra autoritária de funcionamento da escola. Conforme destaca Paro (2002), a “[...] escola, assim, só será uma organização humana e democrática na medida em que a fonte desse autoritarismo, que ela identifica como sendo a administração (ou a burocracia...), for substituída pelo espontaneísmo e pela ausência de todo tipo de autoridade ou hierarquia nas relações vigentes na escola” (p.12). Participação e centralização são termos que não dialogam.

Alternativa B: CORRETA. Esta é a alternativa que deve ser assinalada, tendo em vista que só é possível um processo de planejamento participativo na escola dentro de uma perspectiva de gestão democrática, a qual busca a descentralização de poder e autonomia no espaço escolar. Segundo Gadotti (1995) “[...] a luta pela autonomia da escola insere-se numa luta maior pela autonomia no seio da própria sociedade” (p. 202).

A gestão numa perspectiva democrática promove o discurso e o debate num ambiente civilizado, até porque o planejamento participativo não acontece por decreto. Numa democracia todos podem emitir sua opinião, concordar, discordar e debater os problemas até chegar a certo consenso, o que faz a construção ser conjunta, coletiva, em colaboração. Esse processo contribui para que os sujeitos sintam-se corresponsáveis pelas diretrizes traçadas na organização e pelo bom funcionamento do espaço escolar. É um modelo de gestão em que toda a equipe gestora busca interagir com o grupo, encoraja a participação das pessoas e se preocupa com o trabalho coletivo e com a qualidade da ação pedagógica na escola.

Alternativa C: INCORRETA. Esta alternativa é inválida, se considerarmos que não é possível pensar em planejamento participativo na gestão autocrática, a qual se centraliza totalmente na autoridade, poderio e decisões do líder. Nesse modelo de gestão “os subordinados” não têm nenhum direito, nem liberdade de escolha ou de decisão, pois o líder é dominador, controlador e temido pelo grupo, emite ordens e espera plena obediência dos subordinados, os quais trabalham sob forte tensão.

Alternativa D: INCORRETA. Esta alternativa não contempla a questão, pois embora a autonomia seja um princípio da prática do planejamento participativa, ela é uma característica da gestão democrática, a qual promove ao sujeito a liberdade de participar e se sentir corresponsável pelo funcionamento do espaço escolar. Para Gadotti (2002), a escola pública autônoma é, antes de mais nada, democrática (para todos), democrática na sua gestão, democrática quanto ao acesso e permanência de todos.

Alternativa E: INCORRETA. Esta alternativa também não atende ao pleito, se considerarmos que a perspectiva humanista é um princípio da gestão democrática, a qual respeita o sujeito com construtor de conhecimento, como ser humano que tem opinião própria, visão de mundo e perspectivas.

20. Questão

(CEFET/RJ - CESGRANRIO - 2014) Considerando o planejamento pedagógico na perspectiva da Didática Fundamental, como o proposto por Vera Maria Candau, três dimensões devem ser levadas em conta:

- Ⓐ contextual, social e política, pois o ensino contextualizado é a principal meta do planejamento pedagógico.
- Ⓑ técnica, instrucional e científica, já que a didática é o artifício metodológico que permite ensinar tudo a todos.
- Ⓒ humana, político-social e técnica, a fim de valorizar as relações entre professores e alunos, o contexto social e a capacidade de saber ensinar.
- Ⓓ subjetiva, afetiva e motivacional, uma vez que a relação entre os sujeitos (professor e alunos) é o principal elemento da aprendizagem.
- Ⓔ instrucional, subjetiva e lúdica, pois a educação envolve o conhecimento, o estilo pessoal e a arte de promover a aprendizagem.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Esta alternativa é incorreta, pois “o planejamento na perspectiva da Didática Fundamental”, não se sustenta apenas pelas dimensões “contextual, social e política”, tendo em vista que até o “ensino contextualizado” como meta do planejamento pedagógica, requer uma perspectiva técnica e humana. Os estudos de Candau demonstram que a afirmação da dimensão política da prática pedagógica foi, em um dado momento da história (anos 80), acompanhada da negação da dimensão técnica, sem o entendimento de que a competência técnica e competência política não são aspectos contrapostos. A prática pedagógica, exatamente por ser política, exige a competência técnica.

Alternativa B: INCORRETA. Esta alternativa está equivocada, tendo em vista que essas dimensões “técnica, instrucional e científica”, fizeram parte da didática instrumental, em que os condicionantes socioeconômicos, políticos e estruturais da educação não eram considerados. Era uma didática alheia à realidade, cuja prática pedagógica foi altamente técnica e centrada no “conhecimento” do professor, detentor dos métodos e técnicas. Essa perspectiva instrumental partia do pressuposto básico de que a didática é o artifício metodológico que permite ensinar tudo a todos”. Uma didática concebida como estratégia para o alcance de “produtos” previstos para o processo de ensino-aprendizagem.

Alternativa C: CORRETA. Esta é a alternativa válida para a questão, uma vez que “o planejamento na perspectiva da Didática Fundamental”, na visão de

Candau (2010), tem como grande preocupação romper com a visão meramente instrumental que se tem da didática e evidenciar uma didática comprometida com as transformações sociais e com a busca por um conhecimento pedagógico mais eficiente e eficaz. Desse modo, a Didática Fundamental deve ser compreendida como “um saber de mediação”, contemplado no planejamento pedagógico, o qual é entendido como uma intervenção que se sustenta nas dimensões “humana, político-social e técnica”. Para a autora, essa “multidimensionalidade” dos processos de ensinar e aprender, busca “[...] valorizar as relações entre professores e alunos, o contexto social e a capacidade de saber ensinar”, sobretudo porque o planejamento pedagógico deve estar articulado às inúmeras categorias que são subjacentes ao sujeito em sua dimensão humana, com seus objetivos e interesses; às condições políticas e sociais que envolvem as necessidades de cada contexto; e as questões técnicas, que procuram organizar as condições pedagógicas (estratégias de ensino, avaliação, conteúdo... etc.) para que promovam uma aprendizagem significativa. Candau afirma ainda que as dimensões “humana, político-social e técnica” da prática pedagógica se exigem reciprocamente. Porém, é uma implicação que não acontece automaticamente e espontaneamente. Logo, é necessário que seja conscientemente planejada e trabalhada, a partir da visão de homem, sociedade, conhecimento e educação.

Alternativa D: INCORRETA. Esta afirmativa é inválida, haja vista que no planejamento pedagógico, na perspectiva da didática fundamental, não é suficiente pensar apenas na dimensão humana (subjetiva, afetiva e motivacional) sem articulá-la às dimensões político-social e técnica. É importante frisar que para a abordagem humanista, a dimensão humana é o eixo orientador dos processos de ensino e de aprendizagem e nessa abordagem a “relação entre os sujeitos (professor e alunos) é o principal elemento da aprendizagem”, desconsiderando-se outros fatores que interfere no processo. Essa abordagem sinaliza uma perspectiva eminentemente subjetiva e individualista do processo de ensino-aprendizagem.

Alternativa E: INCORRETA. Esta afirmativa também é inválida, se considerarmos que as dimensões “instrucional, subjetiva e lúdica” não referenciam o planejamento pedagógico na perspectiva da didática fundamental, sobretudo por não considerar o contexto e dimensão técnica. Embora a “educação

envolva o conhecimento, o estilo pessoal e a arte de promover a aprendizagem”, a didática fundamental, segundo Candau (2010), busca analisar a prática pedagógica concreta, a partir da análise sobre experiências concretas, que articulem teoria e prática, com vistas a um ensino eficiente e eficaz.

21. Questão

(CEFET - CESGRANRIO - 2014) Numa reunião de planejamento da Escola X, a diretora organiza com os professores as avaliações bimestrais, as tarefas de casa e o calendário das provas. No entanto, o Professor W informa que não pretende aplicar nenhuma prova, alegando que atribuirá notas pela frequência dos estudantes. A diretora deve argumentar com o professor que, na escola, sua autonomia docente deve estar:

- Ⓐ determinada pelas políticas públicas estabelecidas no órgão central, uma vez que as avaliações fazem parte do sistema educacional.
- Ⓑ subordinada à gestão escolar, tendo em vista que as provas fazem parte do plano da direção para o melhor desempenho dos estudantes.
- Ⓒ articulada ao Projeto Político-Pedagógico da escola e ao planejamento decidido coletivamente e que ambos preveem atividades e provas.
- Ⓓ condicionada à decisão da maioria, uma vez que o grupo de professores votou que em todas as disciplinas devem ser aplicadas provas.
- Ⓔ relacionada à vontade individual de cada professor.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Esta alternativa não atende ao que demanda a questão, haja vista que a autonomia do professor, como processo que desenvolvimento da capacidade da vontade humana de se autodeterminar, a partir de princípios morais por ela mesma estabelecida em um dado contexto, tornando-a capaz de assumir responsabilidades e tomar decisões diante das demandas, não é e nem pode ser “determinada pelas políticas públicas estabelecidas no órgão central...” ainda que as avaliações, com seus princípios e procedimentos, estejam integradas a um sistema educacional.

Alternativa B: INCORRETA. Esta alternativa é inválida, considerando que subordinação e autonomia são termos contraditórios e o professor, enquanto sujeito construtor de sua própria prática não está subordinado à gestão escolar, contudo é parte constituinte desta gestão, como sujeito partícipe. Ademais, numa perspectiva autônoma, nenhuma escola admite que as provas estejam restritas apenas ao “plano da direção para o melhor desempenho dos estudantes”.

Alternativa C: CORRETA. Esta é a alternativa que contempla a solicitação feita na questão, sobretudo se consideramos que o exercício da autonomia acontece sempre pelo movimento da articulação do professor com seu contexto de atuação. Logo, a autonomia docente deve estar “articulada ao Projeto Político-Pedagógico da escola e ao planejamento decidido coletivamente e que ambos preveem atividades e provas”. Na visão de Contreras (2002), a autonomia é articulada ao PPP da escola, por que o professor reflete sobre prática que desenvolve, percebe que seu trabalho “[...] não pode ser compreendido à margem das condições sociopolíticas que dão credibilidade a própria instituição escolar” (p. 69). O professor percebe ainda que sua prática faz parte de um contexto mais amplo, constituído de vários atores que buscam a “[...] preservação do ensino e daqueles que o realizam, do debate e da participação social” (p. 69). Ainda segundo Contreras, a partir dessa perspectiva, “[...] a responsabilidade profissional deixa de ser um ato individual e isolado na sala de aula, para passar a ser coletiva e sobre a atuação pedagógica” (p. 67).

Alternativa D: INCORRETA. Esta alternativa não atende a questão, especialmente se considerarmos que o exercício da autonomia nunca está “condicionada à decisão da maioria”. O professor autônomo reflete e debate com responsabilidade e envolvimento, analisa possibilidades a partir da escuta sensível da realidade e participa conscientemente das tomadas de decisões. Logo, num espaço pedagógico que favorece ao exercício da autonomia, as ações não são desenvolvidas simplesmente porque “o grupo de professores votou que em todas as disciplinas devem ser aplicadas provas”.

Alternativa E: INCORRETA. Esta alternativa também é inválida, tendo em vista que o exercício da autonomia não pode estar simplesmente “relacionado à vontade individual de cada professor”, uma vez que

o professor é parte de um contexto mais amplo, com ações construídas coletivamente.

22. Questão

(CEFET - CESGRANRIO - 2014) Antônio é professor recém-formado e, ao chegar ao colégio, depara-se com o quadro abaixo, afixado no mural de entrada.

“Virando os jogos dos aprendizados”
Para onde caminharemos?

- Adesão de uma visão mais igualitária da escola;
- Possibilidade de reunir o que já foi aprendido e o que deve vir a sê-lo, nos vários campos do conhecimento;
- Participação ativa e dinâmica dos estudantes desencadeando forças em geral;
- Ruptura com o esquema tradicional de ensino por disciplina;
- Articulação entre trabalho individual e coletivo e valorização de atitudes;
- Combinação entre o trabalho realizado internamente e o de várias outras instituições e agências.

Em conversa posterior com a equipe docente, a coordenação pedagógica destaca alguns pontos sobre a concepção de avaliação da aprendizagem escolar a ser adotada no planejamento.

- O trabalho escolar passa a ser avaliado, não como julgamento definitivo e dogmático do professor, mas como uma comprovação para os estudantes de seu progresso em direção a noções mais sistematizadas.
- Parte-se de uma relação direta com a experiência dos estudantes, confrontada com o saber trazido de fora.
- Passa a ser imperativo propor conteúdos e modelos compatíveis com experiências vividas, para que os estudantes se mobilizem para uma participação ativa.

Pelo exposto, o projeto educativo está pautado na:

Ⓐ concepção de avaliação enquanto mensuração, por meio de provas e testes voltados para a medida de aptidões e habilidades dos alunos.

Ⓑ concepção tecnicista de avaliação com ênfase na eficácia e na competência.

Ⓒ concepção de avaliação formativa, que demanda um processo acompanhado de uma intervenção diferenciada.

Ⓓ concepção que rompe com a diversidade de práticas avaliativas e prioriza a avaliação somativa.

Ⓔ concepção que fomenta a criação de hierarquias de excelência, pela valorização do mérito.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Esta alternativa é inválida, tendo em vista que os princípios estabelecidos pela escola, evidenciados no diálogo entre a coordenação pedagógica e a equipe docente, sinalizam que o projeto educativo da escola não está sustentado numa “concepção de avaliação enquanto mensuração”. Para Lusckesi (2000), na perspectiva da mensuração, a avaliação tem caráter quantitativo e é realizada ao final do processo de aprendizagem, a fim de medir seu produto final, atuando como instrumento de coleta de “nota” para classificar o aluno sem considerar o processo de construção. Nessa concepção, o professor apenas domestica o aluno, sem contribuir para desenvolver seu potencial, com vistas a mensurar o acúmulo de informações, a partir de testes padronizados. O que importa são as notas finais, coletadas em geral por meio de provas, para aprovar ou reprovar o aluno.

Alternativa B: INCORRETA. Esta alternativa é incorreta, pois os princípios apresentados pela coordenação pedagógica da escola em análise transcendem a “concepção tecnicista de avaliação com ênfase na eficácia e na competência”. Esta concepção centra-se no fato de que no comportamento humano, existem características externas que podem levar a resultados positivos, logo a avaliação consiste em constatar se as habilidades e competências esperadas para o aluno foram atingidas, a partir do cumprimento do programa estabelecido.

Alternativa C: CORRETA. Os princípios apresentados pela coordenação pedagógica expressam que o projeto educativo da escola está em consonância com uma “concepção de avaliação formativa, que demanda um processo acompanhado de uma intervenção diferenciada”. Para Luckesi (2000), a avaliação formativa vai além dos resultados e provas, proporcionando ao aluno uma aprendizagem significativa e

um desenvolvimento satisfatório, em que esse aluno passa a se compreender no processo de construção do conhecimento e de formação. Isso reforça a ideia de projeto educativo sustentado “numa relação direta com a experiência dos estudantes, confrontada com o saber trazido de fora”, em que o professor não avalia para julgar ou classificar o aluno, mas para promover-lhes “seu progresso em direção a noções mais sistematizadas”. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível “propor conteúdos e modelos compatíveis com experiências vividas, para que os estudantes se mobilizem para uma participação ativa”, garantindo assim a formação integral do indivíduo e visando prepará-lo para o exercício efetivo da cidadania.

Alternativa D: INCORRETA. Esta alternativa é incorreta. O projeto educativo da escola não está sustentado numa “concepção que rompe com a diversidade de práticas avaliativas e prioriza a avaliação somativa”, tendo em vista que essa concepção sustenta uma prática avaliativa que ocorre ao final da instrução, com a intenção de verificar o que aluno “aprendeu” a partir dos conteúdos demarcados como mais relevantes e dos objetivos predefinidos para o período da instrução.

Alternativa E: INCORRETA. Esta alternativa é inválida. A escola apresenta princípios que sustentam um projeto educativo que supera a “concepção que fomenta a criação de hierarquias de excelência, pela valorização do mérito”. Essa concepção centra-se na comparação de resultados obtidos com diferentes alunos, métodos e materiais de ensino, com a intenção de classificar hierarquicamente a partir dos resultados obtidos.

23. Questão

(IFBA - FUNRIO - 2014) O planejamento e a gestão participativos e democráticos são tratados por diversos autores na educação. As diferentes concepções e práticas da gestão escolar vão configurar sua natureza: tradicional ou democrática. Para Gandin, podemos dizer que uma gestão democrática prioriza:

- Ⓐ tomada de decisão entre toda a comunidade escolar.
- Ⓑ consulta aos professores da escola nos casos específicos.

- Ⓒ envolvimento dos professores nas decisões do gestor e sua equipe.
- Ⓓ colaboração dos pais nos projetos elaborados pela escola.
- Ⓔ participação de cada profissional em seu setor particular.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Esta é alternativa correta. Na visão de Danilo Gandim (1994), não é possível a existência de uma gestão democrática sem o envolvimento de toda a comunidade escolar, em que toda decisão a ser tomada deve ser planejada com a participação dos sujeitos que compõem a escola, logo, esse autor considera que o planejamento participativo é estratégia da gestão democrática da educação e que “a construção em conjunto acontece quando o poder está com as pessoas, independentemente dessas diferenças menores e fundamentadas na igualdade real entre as pessoas... Todos crescem juntos, transformam a realidade, criam o novo em proveito de todos e com o trabalho coordenado” (p. 57).

Alternativa B: INCORRETA. Esta alternativa é inválida. Se considerarmos a noção de igualdade de direitos e deveres defendidos pela democracia, não é concebível num contexto de gestão democrática escolar que haja prioridade de “consulta aos professores da escola nos casos específicos”. Ao contrário, todas as tomadas de decisões deverão ser planejadas na coletividade, contemplando todos os sujeitos que compõem a escola.

Alternativa C: INCORRETA. Esta alternativa é inválida. Num contexto de gestão democrática, as decisões não podem ser centralizadas no gestor e sua equipe. Para Gandim (1994), quando a gestão prioriza o “envolvimento dos professores nas decisões do gestor e sua equipe” há um equívoco na noção de participação democrática, em que “a ‘autoridade’ chama as pessoas a trazerem sua contribuição para o alcance do que esta mesma ‘autoridade’ decidiu como proposta”. Nessa perspectiva, as pessoas são convocadas a colaborar “[...] com seu trabalho, com seu apoio ou, pelo menos, com o seu silêncio, para que as decisões da ‘autoridade’ tenha bons resultados e, ao final, para o ‘status quo’ não seja rompido” (p. 56).

Alternativa D: INCORRETA. Alternativa inválida. A gestão democrática prioriza a participação de todos os sujeitos envolvidos que constituem a realidade escolar, com igualdade de direitos, para construção coletiva e não para apreciação do que foi produzido pela equipe gestora da escola. Logo, num contexto escolar que concebe a gestão como democrática, não é possível priorizar a mera “colaboração dos pais nos projetos elaborados pela escola”. Para Gandim (1994), “esse tipo de prática leva inexoravelmente à descrença das pessoas porque elas descobrem, com o tempo, que sua participação é apenas secundária ou, simplesmente, não serve pra nada”. Na verdade, os pais deverão estar envolvidos na construção de tais projetos, juntamente com os demais atores escolares.

Alternativa E: INCORRETA. Alternativa inválida. É inconcebível num espaço que toma a gestão como democrática priorizar a “participação de cada profissional em seu setor particular”, haja vista que a democracia garante igualdade de direitos. Logo, a escola que se diz democrática, deverá garantir o direito ao exercício da democracia aos sujeitos que a compõem, priorizando a construção coletiva de seus projetos, a partir do debate, da escuta, da troca, de discussões que garantam que cada proposta a ser desenvolvida foi produzida pelo coletivo.

24. Questão

(PREF. JUATUBA/MG - CONSULPLAN - 2015) O ato de planejar faz parte da história do ser humano e, podemos dizer, até que é inerente ao mesmo, pois está aliado ao seu dia a dia, tendo em vista suas necessidades, suas atribuições e funções cotidianas, porém, usamos os processos racionais para alcançar o que desejamos. Neste sentido, pensando este ato no processo escolar, entende-se que a escola é um espaço de contradições, ocupada por diferentes saberes culturais e necessita de planejamento das ações para que seus objetivos sejam alcançados, portanto, planejar (na escola) requer:

- I. Pesquisar sempre, para atender as necessidades e inovar o ensino.
- II. Ser criativo na elaboração dos planos de ação.
- III. Estabelecer prioridades e limites, na busca da obtenção dos resultados que devem ser analisados periodicamente.

- IV. Estar aberto para acolher os alunos, a comunidade escolar e sua realidade.
 - V. Ser flexível e replanejar sempre que necessário.
- Dentre o disposto acima, estão corretas:

- Ⓐ Apenas as afirmativas I, II e IV.
- Ⓑ Apenas as afirmativas II, III e V.
- Ⓒ Apenas as afirmativas I, III e V.
- Ⓓ Todas as afirmativas estão corretas.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. Esta afirmativa é verdadeira. O ato de planejar prescinde da prática de “pesquisar sempre, para atender as necessidades e inovar o ensino”, tendo em vista que é pela pesquisa que o professor garante a construção do conhecimento necessário, tanto no que tange a questão específica do conteúdo a ser trilhado na ação pedagógica, quanto no que se refere ao domínio pedagógico do como fazer para que o aprendiz seja desafiado a produzir seu próprio conhecimento, conforme resalta Severino (2007), a pesquisa “de um lado, tem uma dimensão epistemológica: a perspectiva do conhecimento. Só se conhece construindo o saber, ou seja, praticando a significação dos objetos [...] assume ainda uma dimensão pedagógica: a perspectiva decorrente de sua relação com a aprendizagem. Ela é mediação necessária e eficaz para o processo de ensino/aprendizagem. Só se aprende e só se ensina pela efetiva prática da pesquisa. Mas ela tem ainda uma dimensão social...” (p. 26). Ademais, como resalta Demo (1995) “sem pesquisa, o ensino se desnutre e morre...”.

Assertiva II: CORRETA. Esta afirmativa é verdadeira. À medida que o professor tem a prática de planejar conscientemente a ação pedagógica a se desenvolvida em sala de aula, um aspecto que passa a ser foco do seu interesse é a ‘criatividade’ “na elaboração dos planos de ação”, com vistas a promover ao estudante o desafio, para que esse se sinta provocado a produzir o seu próprio conhecimento, a partir de práticas inovadoras e diferenciadas, que tenham o aprendiz como sujeito/centro do processo e se sinta autor de suas próprias construções, conforme destaca Vasconcelos (2000), ao afirmar que “o plano de ação é fruto da tensão entre a realidade e a finalidade ou desejo”. Desse modo, Libâneo (2001) ressalta que “[...] o planejamento consiste numa ati-

vidade de previsão da ação a ser realizada, implicando definições de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação. O processo e o exercício de planejar referem-se a uma antecipação da prática, de modo a prever e programar as ações e os resultados desejados, constituindo-se numa atividade necessária à tomada de decisões (p. 123).

Assertiva III: CORRETA. Esta afirmativa é verdadeira, haja vista que é impossível “estabelecer prioridades e limites, na busca da obtenção dos resultados que devem ser analisados periodicamente”, sem planejar. O planejamento é uma atividade inerente ao ser humano, mas, como destaca Vasconcelos quando falamos de planejamento na escola, envolvendo os processos de ensino e de aprendizagem, estamos falando de algo muito sério e que precisa ser sistematicamente planejado, com qualidade e intencionalidade. Logo, ao professor cabe estar atento à realidade do estudante e às suas necessidades, para construir sequências didáticas e sequências de conteúdos que atendam as suas prioridades formativas. É pelo planejamento que o professor vislumbra as possibilidades de mudanças e analisa em que medidas tais mudanças se efetivam.

Assertiva IV: CORRETA. Esta afirmativa é verdadeira. Ao planejar, o professor busca contemplar todas as necessidades que circundam a realidade do estudante e ter clareza de que é preciso “estar aberto para acolher os alunos, a comunidade escolar e sua realidade”, tendo em vista que para o professor o “desejo é que a escola cumpra um papel social de humanização e emancipação, onde o aluno possa desabrochar, crescer como pessoa e como cidadão, e onde o professor tenha um trabalho menos alienado e alienante, que possa repensar sua prática, refletir sobre ela, ressignificá-la e buscar novas alternativas” (p. 14).

Assertiva V: CORRETA. Esta afirmativa é verdadeira. O planejamento não é um instrumento burocrático, rígido e fechado. Ao contrário, uma das principais características inerentes ao planejamento é sua flexibilidade diante das demandas da realidade, a partir da qual o professor pode “replanejar sempre que for necessário”, tendo em vista que se trata de uma prática social, interativa e imprevisível. Na ótica de Vasconcelos (1999) o planejamento deve ser compreendido como um instrumento capaz de intervir em uma

situação real para transformá-la de acordo com as necessidades dos sujeitos que compõem essa realidade. Porém, traçar princípios norteadores para a ação não significa que seja possível prevê-la em todos os seus detalhes. Logo, ao professor cabe estar atento as adversidades, intercorrências e necessidades que emergem da realidade, para buscar intervir de forma consciente e intencional. O autor ainda destaca que o planejamento explicita-se como um processo dinâmico, investigativo e contínuo, que envolve a elaboração (ação mental, reflexiva a partir da realidade); execução (concretização da mudança); e reelaboração (que indica a reconstrução da ação).

Resposta: **D**

25. Questão

(IFPR - CETRO - 2014) Sobre a participação popular no planejamento e na organização da educação nacional, analise as assertivas abaixo.

- I. Observa-se um avanço em ritmo acelerado das conquistas no campo da participação popular no planejamento e na organização da educação nacional.
- II. A participação popular faz parte de uma “pedagogia participativa”. Ela é um pressuposto da própria aprendizagem.
- III. A gestão democrática dos sistemas de ensino e das instituições educativas constitui uma das dimensões que possibilitam o acesso à educação de qualidade como direito universal.
- IV. A participação popular diz respeito às formas mais independentes e autônomas de organização e de atuação política dos grupos das classes populares e trabalhadoras, constituindo-se em movimentos sociais, associações de moradores etc..

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: INCORRETA. Esta afirmativa é inválida, tendo em vista que “a participação popular no planejamento e na organização da educação nacional”, ainda não é uma conquista que avança em ritmo acelerado. Para Moacir Gadotti (2014), “[...] no planejamento educacional no Brasil ela vem ocorrendo, ora com mais, ora com menos intensidade (com exceção do período do regime autoritário quando foi sistematicamente combatida), desde os anos 20 do século passado, quando ocorreram as primeiras Conferências Nacionais de Educação”. Logo, ainda se apresenta frágil e desarticulada, se considerarmos que, conforme destaca Gadotti (2014) essa participação popular “[...] corresponde às formas de luta mais direta do que a participação social... e embora dialogando e negociando pontualmente com os governos, em determinados momentos, essas formas de organização e mobilização não atuam dentro de programas públicos e nem se subordinam às suas regras e regulamentos”.

Assertiva II: CORRETA. Esta afirmativa é verdadeira, haja vista que, como adverte Gadotti (2014) “[...] a participação popular e a gestão democrática fazem parte da tradição das chamadas “pedagogias participativas”, as quais tomam como pressuposto básico da aprendizagem a participação do sujeito no seu próprio processo de aprender, de formar-se, de constituir-se cidadão. Para o autor, “[...] pode-se dizer que a participação e a autonomia compõem a própria natureza do ato pedagógico”. A participação é um pressuposto da própria aprendizagem. Mas, formar para a participação é, também, formar para a cidadania, isto é, formar o cidadão para participar, com responsabilidade, do destino de seu país”.

Assertiva III: CORRETA. Esta afirmativa é verdadeira. É válido destacar que não é possível falar de qualidade da educação como direito universal fora da perspectiva de gestão democrática, tendo em vista que a noção de igualdade de direito é um princípio da democracia. Assim, “[...] a gestão democrática – como princípio pedagógico e como preceito constitucional – não se restringe à escola. Ela impregna todos os sistemas e redes de ensino. O princípio constitucional da gestão democrática também não se limita à educação básica: ela se refere a todos os níveis e modalidades de ensino”. Desse modo, “a gestão democrática dos sistemas de ensino e das instituições educativas constitui uma das dimensões que possibilitam o acesso à educação de qualidade

como direito universal”, constituindo-se em um “[...] princípio basilar a partir do qual se fortalecem espaços de participação e de pactuação já instituídos e por instituir”. É pela perspectiva democrática da gestão que se torna possível dirimir as desigualdades sociais.

Assertiva IV: CORRETA. Esta afirmativa é verdadeira, tendo em vista que a participação popular, considerada como pressuposto da cidadania e inerente à noção de democracia e, conforme defende Gadotti (2014) “[...] corresponde às formas mais independentes e autônomas de organização e de atuação política dos grupos das classes populares e trabalhadoras e que se constituem em movimentos sociais, associações de moradores, lutas sindicais etc... corresponde a formas de luta mais direta do que a participação social, por meio de ocupações, marchas, lutas comunitárias etc.”.

RESPOSTA: ©

26. Questão

(METRO/DF - IADES - 2014) Acerca do desenvolvimento de projetos pedagógicos para as organizações, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ O uso de projetos pedagógicos possui grande valia no cenário escolar, mas, dentro da empresa, essa prática tem eficácia restrita.
- Ⓑ No trabalho em equipe, o uso de projetos é dispensável por inviabilizar a articulação dos diferentes saberes oriundos dos colaboradores.
- Ⓒ Projetos pedagógicos relacionam-se diretamente com o alcance dos objetivos propostos pela instituição, uma vez que o ato de projetar permite vislumbrar o ponto a que se quer chegar.
- Ⓓ O surgimento de projetos pedagógicos no ambiente organizacional desqualifica os processos formativos desenvolvidos pela instituição.
- Ⓔ A aplicação de projetos pedagógicos é algo simples e pouco dispendioso, não necessitando sequer da presença de um pedagogo, ou formador, para o sucesso dessa ação.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA: Esta afirmativa é inválida, tendo em vista que a eficiência dos projetos peda-

gógicos é inquestionável, independente do espaço a que se destina, sobretudo se considerarmos que a formação humana, o aprendizado dos sujeitos e o crescimento organizacional das instituições, independentemente de sua natureza, envolvem pessoas, procedimentos e sistemas que precisam de intervenção contínua para se desenvolver e se aperfeiçoar de acordo com as necessidades da realidade. Desse modo, o planejamento expresso nos projetos pedagógicos, com vistas às mudanças desejadas para as organizações (escola, empresas, indústrias, ONGs...) possui grande valia e eficácia tanto no cenário escolar, como em qualquer outra organização que deseje investir na qualidade e na transformação.

Alternativa B: INCORRETA: Esta afirmativa é inválida. Se considerarmos que as organizações contemporâneas são marcadas pela busca do trabalho em equipe como estratégia pedagógica, em que todos empreendem esforços pela qualidade, é possível afirmar que “no trabalho em equipe, o uso de projetos é imprescindível para superar o desafio da desarticulação ainda existente no espaço organizacional, oriundo dos diversos saberes dos colaboradores. Para Chiavenato (1987), o capital humano é o pilar de sustentação da organização, tendo em vista que é ele que faz a organização avançar. Assim, torna-se importante compreender que o trabalho em equipe implica em conviver com pessoas de opiniões e posturas diferentes, objetivos e modo de ver o mundo distintos. Para essas diferenças tornarem-se convergentes dentro da organização, a proposta de trabalho em equipe precisa garantir a formação dos sujeitos para que estes se compreendam na diferença como colaboradores em prol da instituição. Ou seja, o projeto pedagógico, precisa contemplar processos formativos para a equipe de trabalho para que seus colaboradores compreendam melhor suas funções e do outro dentro da equipe.

Alternativa C: CORRETA: Esta afirmativa é verdadeira. O desenvolvimento de projetos pedagógicos nas organizações contemporâneas (sejam escolas, empresas, indústrias...) está centrado na busca do “alcance dos objetivos propostos pela instituição”, com qualidade. Ribeiro (2003) destaca que “[...] os projetos são empreendimentos ou conjunto de atividades, únicos e não repetitivos, com metas fixadas dentro de parâmetros de custo, qualidade e prazos” (p. 44) que têm a preocupação central de promover a mudança e garantir qualidade na oferta a que se destina

a instituição. A autora salienta ainda que o projeto pedagógico se constrói a partir da “[...] combinação de pessoas, técnicas e sistemas necessários para a administração dos recursos indispensáveis ao objetivo de atingir o êxito final de tal projeto”. É válido destacar que para que o êxito seja atingido, o projeto precisa ser gerenciado pela equipe gestora com o envolvimento dos diversos sujeitos que constituem a organização. Para Chiavenato (1987), o projeto pedagógico “[...] implica fundamentalmente em traçar o futuro e alcançá-lo, sua essência consiste em ver as oportunidades e problemas do futuro e explorá-los ou combatê-los”. Desse modo, “projetos pedagógicos relacionam-se diretamente com o alcance dos objetivos propostos pela instituição, uma vez que o ato de projetar permite vislumbrar o ponto a que se quer chegar”, por se constituir num processo permanente de discussão para definir, coletivamente, as metas, objetivos, diretrizes e prioridades da instituição e, ao mesmo tempo, traçar os caminhos para alcançá-los satisfatoriamente.

Alternativa D: INCORRETA. Esta afirmativa é inválida. É um equívoco achar que “o surgimento de projetos pedagógicos no ambiente organizacional desqualifica os processos formativos desenvolvidos pela instituição”. Ao contrário, o surgimento dos projetos pedagógicos no âmbito das organizações contemporâneas desponta como possibilidade de investimento nos processos formativos dos sujeitos que compõem a instituição, empreendimento nos procedimentos e modo de produção e na qualificação dos sistemas que articulam o funcionamento das organizações.

Alternativa E: INCORRETA. Afirmativa inválida. O processo de elaboração, aplicação e avaliação para reelaboração de projetos pedagógicos nas organizações contemporâneas não é “algo simples e pouco dispendioso”, especialmente por ser um processo de articulação envolvendo todos os sujeitos que compõem a organização na busca de garantia de qualidade. Ademais o processo de gestão dos projetos pedagógicos é condição para seu êxito, o que necessariamente requer “a presença de um pedagogo, ou formador, para o sucesso dessa ação”.

27. Questão

(EMSERH - FUNCAB - 2016) Libâneo (1995) divide as tendências pedagógicas em dois grupos: “pedagogia li-

beral” e “pedagogia progressista”. No primeiro grupo estão as vertentes que concebem a educação como:

- Ⓐ instrumento de prevenção e de correção de desvios.
- Ⓑ responsável pelo caráter essencialmente político, valorizando a experiência como fundamento na relação pedagógica.
- Ⓒ uma forma de resistência contra o Estado.
- Ⓓ instrumento de construção e sistematização de um saber que terá ressonância na vida dos alunos, no sentido de favorecer mudanças sociais.
- Ⓔ ação que visa à interação entre o meio cultural, social e natural e o educando, sendo o professor mediador.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Esta é a alternativa que contempla a questão solicitada. Para Libâneo (1995), as tendências pedagógicas abarcadas pela “Pedagogia Liberal”, concebem a Educação como “instrumento de prevenção e de correção de desvios”. A pedagogia liberal é uma manifestação própria de um tipo de sociedade liberal, a qual estabeleceu como doutrina, uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção, gerando a sociedade de classes. Para Libâneo (1995), todas as tendências da Pedagogia Liberal (tradicional, renovada progressista, renovada não diretiva e tecnicista) partem do princípio de que a educação visa “[...] preparar o indivíduo para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos vários valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através de desenvolvimento da cultura individual. A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difundida a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições” (p. 22,23). Na pedagogia liberal é escola é vista como espaço que garante “[...] a preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição social... os menos capazes devem lutar para superar suas dificuldades e conquistar seu lugar junto aos mais capacitados” (p. 23).

Alternativa B: INCORRETA. Esta alternativa é inválida. A pedagogia liberal não concebe a educação como

“responsável pelo caráter essencialmente político, valorizando a experiência como fundamento na relação pedagógica. Aliás, ao contrário, as tendências pedagógicas liberais são caracterizadas pelo “[...] ensino humanístico, de cultura geral, no qual o aluno é educado para atingir, pelo próprio esforço, sua realização pessoal. Os conteúdos, os procedimentos didáticos, a relação professor-aluno não tem nenhuma relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as realidades sociais... os conteúdos são separados das experiências dos alunos e da sua realidade” (p. 23-24).

Alternativa C: INCORRETA. Esta afirmativa é inválida. Para a pedagogia liberal a educação não pode ser concebida como “uma forma de resistência contra o Estado”. Ao contrário, a educação é o “[...] meio eficaz de obter a maximização da produção e garantir um ótimo funcionamento da sociedade; é instrumento capaz de promover, sem contradição, o desenvolvimento econômico pela qualificação da mão de obra, pela redistribuição da renda, pela maximização da produção e, ao mesmo tempo pelo desenvolvimento da ‘consciência política’, indispensável à manutenção do Estado autoritário”. Assim, a educação é tomada pela pedagogia liberal como tecnologia a serviço do Estado e não como “forma de resistência”.

Alternativa D: INCORRETA. Esta alternativa é inválida. As tendências que compõem a Pedagogia liberal concebem a educação como forma de manutenção da hegemonia social, logo não pode ser “instrumento de construção e sistematização de um saber que terá ressonância na vida dos alunos, no sentido de favorecer mudanças sociais”. A finalidade da escola se resume a “[...] adequar as necessidades individuais ao meio social” (p. 25).

Alternativa E: INCORRETA. Esta alternativa é incorreta, haja vista que para a Pedagogia liberal, a educação não é concebida como “ação que visa à interação entre o meio cultural, social e natural e o educando, sendo o professor mediador”. Ao contrário, segundo Libâneo (1995), esta é uma concepção defendida pela Pedagogia crítico-social dos conteúdos, a qual defende a educação como “uma atividade mediadora no seio da prática social global, ou seja, uma das mediações pela qual o aluno, pela intervenção do professor e por sua própria participação ativa, passa de uma experiência inicialmente confusa e

fragmentada (sincrética), a uma visão sintética, mais organizada e unificada” (p. 39).

28. Questão

(UFRB - FUNRIO - 2015) O planejamento é de grande utilidade para os professores e para o processo pedagógico, uma vez que:

- Ⓐ facilita o enriquecimento profissional, por ser uma atividade que é motivo de reflexão sobre a prática e um esquema flexível para uma ação consciente.
- Ⓑ é elaborado para além da prática concreta, das características dos alunos e das condições do meio em que trabalham.
- Ⓒ desvincula sua elaboração da avaliação dos processos educativos e pedagógicos instaurados pelo currículo.
- Ⓓ obriga à busca prévia de materiais, tomando o tempo da elaboração dos itens dos conteúdos para a programação das disciplinas.
- Ⓔ discutido e conhecido pelos alunos, é uma forma de descomprometê-los com as atividades e comunicá-lhes seu sentido.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Esta é a alternativa válida para a questão. Para Vasconcelos (2010), quando o professor se propõe a fazer um trabalho pedagógico de qualidade, consciente, crítico e criativo, ele precisa se deslocar de sua “zona de conforto” e rever conceitos, capacitar-se, enfrentar conflitos e construir novas perspectivas e possibilidades para a ação pedagógica. Esse movimento de reflexão-ação-reflexão, provocado pelo ato de planejar, “facilita o enriquecimento profissional, por ser uma atividade que é motivo de reflexão sobre a prática e um esquema flexível para uma ação consciente”. Desse modo, como destaca Vasconcelos (2010), planejar, como processo contínuo e dinâmico, é também, de algum modo, comprometer-se com a efetividade do que foi pensado, aperfeiçoar-se profissionalmente e buscar novas possibilidades de intervir na realidade conscientemente. Para a mudança acontecer, o professor precisa resgatar-se como ser autônomo e consciente da sua função social, com sujeito de transformação.

Alternativa B: INCORRETA. Esta alternativa é inválida. Não é possível conceber o planejamento como algo “elaborado para além da prática concreta, das características dos alunos e das condições do meio em que trabalham”. Ao planejar, o professor precisa estar atento ao que é exequível, a aquilo que é possível fazer no contexto da escola. Para tal, o professor precisa levar em consideração as condições do meio em que trabalha, as características dos alunos, e seu nível de desenvolvimento, para que possa proporcionar situações desafiadoras aos alunos e estes, por sua vez, possam construir significativamente seu conhecimento.

Alternativa C: INCORRETA. Esta afirmativa é inválida, tendo em vista ser impossível no processo de planejamento “desvincular a elaboração da avaliação dos processos educativos e pedagógicos instaurados pelo currículo”. Se consideramos que o planejamento se constitui num conjunto de ações coordenadas entre si, que concorrem para a obtenção de um certo resultado desejado, elaborado coletivamente, é preciso nesse processo tomar como referência, para os planos de ação a serem desenvolvidos, a proposta curricular da escola. Para Libâneo (2004), “o processo de planejamento inclui, também, a avaliação dos processos e resultados previstos no projeto, tendo em vista a análise crítica e profunda do trabalho realizado e a reordenação de rumos” (p. 151). Assim, o planejamento é um meio de organizar as ações docente partir da pesquisa e da reflexão, intimamente ligado à avaliação.

Alternativa D: INCORRETA. Esta alternativa não contempla a questão. O planejamento, sem dúvidas, de grande importância para o professor e para o êxito de sua prática, porém no ato de planejar não se restringe ao programa de conteúdo a ser ministrado nas disciplinas. Logo, o planejamento para o professor não “obriga à busca prévia de materiais, tomando o tempo da elaboração dos itens dos conteúdos para a programação das disciplinas”. Vai muito além disso por estar inserido dentro do plano global da escola, incluindo aí seu papel social, suas metas e seus objetivos. No planejamento, o professor tem de assumir seu papel, considerando que o planejamento “é uma organização de intencionalidades”.

Alternativa E: INCORRETA. Esta alternativa é inválida. O planejamento, embora deva ser “discutido e conhecido pelos alunos” não pode ser analisado como “uma forma de descomprometê-los com as atividades e comunicá-lhes seu sentido”. Ao contrário, os

alunos precisam estar engajados na proposta planejada com a participação de todos, os quais precisam.

29. Questão

(PREF. JABOATÃO DOS GUARARAPES - AOCF - 2015) “Consolida-se num documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativa da comunidade escolar” (LIBÂNEO, 2004, p. 151). Este trecho refere-se a qual documento?

- (A) Parâmetros Curriculares Nacionais.
- (B) Plano Nacional de Educação.
- (C) Projeto Pedagógico-curricular.
- (D) LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- (E) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Esta alternativa é inválida para a questão, tendo em vista que a afirmação de Libâneo não trata dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais se configuram como um documento amplo, que referencia os Ensinos Fundamental e Médio de todo o país, com diretrizes orientadoras para a Educação Básica em todos os segmentos e modalidades, tendo como finalidade primordial estabelecer uma referência curricular e apoiar as escolas que compõem os sistemas de ensino na elaboração de sua proposta curricular. Não possui caráter obrigatório, logo pressupõe que suas diretrizes serão adaptadas às especificidades locais. O objetivo dos PCN é garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania.

Alternativa B: INCORRETA. Esta alternativa é incorreta. O plano Nacional de Educação (PNE) é um documento de fundamental importância, orientador das políticas educacionais no país, a partir de diretrizes, metas e estratégias, válidas por um período de dez anos, que visam uma educação mais igualitária e de qualidade para o ensino no país em todos os níveis (infantil, básico e superior). Pelo PNE, tem-se a ga-

rantia da intencionalidade dos governos, das instituições educativas e da sociedade civil de investir na construção de uma educação de qualidade para todos, indistintamente, em todos os níveis, prevenindo financiamento e o aparato jurídico que garanta legalmente a oferta educacional.

Alternativa C: CORRETA. Esta é a alternativa válida para a questão. Na visão de Libâneo (2004), o projeto pedagógico-curricular “consolida-se num documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola”, tendo clareza da finalidade a que se destina a escola e a prática pedagógica, enquanto atividade intencional, instrumento e processo de organização da escola que se corporifica a partir da interação com os sujeitos, “expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativa da comunidade escolar”. Para esse autor, é pelo projeto pedagógico-curricular que a escola orienta sua prática pedagógica para produzir a realidade com toda a sua dinâmica: “[...] conhece-se a realidade presente, reflete-se sobre ela e traçam-se as coordenadas para a construção de uma nova realidade, propondo-se as formas mais adequadas de atender as necessidades sociais e individuais dos alunos” (p. 151).

Alternativa D: INCORRETA. Alternativa inválida. A afirmação de Libâneo não se refere à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Na verdade a LDBEN é uma legislação nacional, que foi criada para garantir a toda população o direito de acesso à Educação gratuita e de qualidade, tem a função de organizar a estrutura de toda a Educação brasileira, regulamentando e direcionando os rumos que essa Educação deve seguir. Trata ainda da formação docente e da valorização do magistério. É uma lei que contem as indicações fundamentais para organizar os sistemas de ensino no país, desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior, além das modalidades que deverão ser ofertadas.

Alternativa E: INCORRETA. Esta alternativa não é válida para a questão. O trecho acima não se refere às “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil”, as quais reúnem princípios, procedimentos e fundamentos a serem observados na organização de propostas para a Educação Infantil. São essas diretrizes que orientam as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação

Infantil. Segundo as Diretrizes (2010), “a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças” (p. 18).

30. Questão

(PREF. JUATUBA/MG - CONSULPLAN - 2015) O Projeto Político Pedagógico é um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Também explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a comunidade escolar. Para que a elaboração do Projeto Político pedagógico de uma escola se efetive é preciso que antes de tudo seja feito um planejamento, pois, supõe-se as seguintes etapas:

- Ⓐ Ratificação da situação; o diretor escolhe as estratégias e estabelece os objetivos e o cronograma; participação somente dos professores da escola; Implementação.
- Ⓑ Análise da situação; Definição dos objetivos; Escolha das estratégias, Estabelecimento de cronograma; Coordenação entre os diferentes profissionais da escola; Implementação; Acompanhamento e Avaliação.
- Ⓒ Definição dos objetivos pautados na intenção da direção da escola; Colaboração entre professores e equipe pedagógica; Implementação; Acompanhamento inicial sem a necessidade de averiguação dos resultados durante o processo. Não há necessidade de avaliação, pois se trata somente de um projeto.
- Ⓓ Verificação da realidade escolar, levantamento dos dados necessários à elaboração do projeto da escola, reprodução de métodos e técnicas de escolas distintas, estabelecimento de objetivos que visem à formação de homem alienado ao sistema social (como salienta Paulo Freire).

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Esta opção não é válida para a questão. As “etapas” propostas nesta alter-

nativa são equivocadas, sobretudo porque o Projeto Político-Pedagógico da escola propõe uma ação de transformação e mudança da realidade, buscando evitar o imprevisto, empreendendo em ações futuras, estabelecendo caminhos a serem percorridos, metas e objetivos a serem alcançados e que possam nortear as ações empreendidas. O PPP é um processo de racionalização, de organização e de coordenação das ações escolares articuladas à problemática do contexto social. Assim, não é possível conceber um Projeto Político-Pedagógico que parte da “ratificação da situação” em que se encontra a escola como se tal escola não apresentasse nenhuma necessidade de intervenção. Até porque, como enfatiza Gadotti (1994) “[...] todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente” (p. 579). Ademais, é outro equívoco pensar que no processo de construção do PPP o diretor escolar tem o papel de escolher “as estratégias e estabelecer os objetivos e o cronograma” ou deve contar com “participação somente dos professores da escola”, uma vez que o PPP é – e deve ser – construído e vivenciado, em todas as suas etapas, por todos os sujeitos envolvidos no processo educativo da escola.

Alternativa B: CORRETA. Esta é a alternativa que contempla a solicitação feita na questão. Segundo Veiga (1995) “[...] ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos a intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante com base no que temos, buscando o possível” (p. 12). Logo, a análise da situação em que se encontra a escola se configura numa etapa de grande importância, o ponto de partida na elaboração do PPP, a partir da qual se “busca um rumo, uma direção”. Na construção desse caminho definido pela escola, a partir de suas finalidades, interesses e metas, a “definição dos objetivos e metas; Escolha das estratégias; Estabelecimento de cronograma; Coordenação entre os diferentes profissionais da escola; Implementação; Acompanhamento e Avaliação”, configuram-se em etapas imprescindíveis, haja vista o caráter de “[...] ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente” (p. 13), por todos os sujeitos que constituem a escola, com

sustentação dos princípios da “[...] igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério...(p. 22). Em todo o processo, a escola precisa ter clareza de que a elaboração-implementação- avaliação do PPP “[...] requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório” (p. 33). O PPP resulta das reflexões e inquietações de seus profissionais sobre o que a escola é e, acima de tudo, o que ela poderá vir a ser.

Alternativa C: INCORRETA. Esta opção não é válida, pois existem equívocos nas afirmações desta alternativa. Na construção do PPP, embora a “colaboração entre professores e equipe pedagógica”, seja um aspecto a se considerar, a definição dos objetivos não deve estar “pautada na ‘intenção da direção’ da escola”. Ao contrário, os objetivos devem ser delineados coletivamente a partir da reflexão “[...] sobre a ação educativa que a escola desenvolve com base nas suas finalidades” (p. 23). Ademais, em todas as etapas do PPP, é preciso haver “acompanhamento inicial” com um cuidadoso processo de avaliação dos resultados.

Alternativa D: INCORRETA. Esta alternativa é inválida para a questão, por trazer afirmativas equivocadas. Apesar de se considerar na construção do PPP, a “realidade escolar, o levantamento dos dados necessários à elaboração do projeto da escola”, é um equívoco afirmar que a “reprodução de métodos e técnicas de escolas distintas” se configura como uma etapa desse processo. Além disso, não é concebível a busca do “estabelecimento de objetivos que visem à formação de homem alienado ao sistema social”.

Caro(a) Leitor(a),

Esta seção destina-se a retomar e sistematizar diversos pontos relevantes do campo da Didática, enquanto área do conhecimento que se ocupa, analítica e reflexivamente, do estudo referente aos processos de ensinar e aprender, no que tange aos aspectos do planejamento e Projeto Político Pedagógico, currículo e avaliação, cujas questões foram comentadas ao longo do capítulo, a fim de propiciar-lhe entendimento e aprendizagem desses conteúdos.

As questões iniciais desta seção tratam do aspecto Planejamento, a partir da compreensão de que o ato de planejar, inerente ao ser humano no seu cotidiano, é processo que busca “[...] antever uma intervenção na realidade visando sua mudança; é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada; é buscar fazer algo incrível, essencialmente humano: o real ser comandado pelo ideal [...] é uma mediação teórico-metodológica para a ação consciente e intencional” (VASCONCELOS, 1996, p. 42). Desse modo, cada etapa do planejamento - planejamento da escola, planejamento curricular e planejamento de ensino, tem como foco as necessidades da escola, suas atribuições e funções cotidianas, procurando fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar determinada mudança desejada. No que se refere ao Projeto Político Pedagógico, a tônica é tratá-lo como processo democrático e participativo de tomada de decisões, com vistas a estabelecer os caminhos e percursos de mudança da instituição, constituindo-se na referência norteadora de todos os âmbitos da ação educativa da escola. O PPP é elaborado, implementado e reelaborado continuamente, como um processo permanente de reflexão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade. Nesse sentido, o planejamento se configura como um processo dinâmico, investigativo e contínuo, que envolve a elaboração, enquanto ação mental, reflexiva a partir da realidade; a execução, como concretização da mudança; e a reelaboração, vista como processo avaliativo, que indica a reconstrução da ação. Logo, planejar é a própria ação: primeiramente refletida, pensada; depois executada, posta em prática; e novamente refletida para ser

reconstruída e garantir a intervenção/transformação desejada para a realidade.

Na análise das questões em torno do Currículo, em sua versão moderna consolidada a partir da virada do século XIX e tal qual conhecemos hoje, há uma evidência de que a escolha de uma abordagem pedagógica do currículo é intencional, configurando-se na proposta geral das experiências de aprendizagem que serão oferecidas pela escola, incorporadas nos componentes curriculares ofertados, a qual é construída coletivamente, a partir das orientações das diretrizes e regulamentação do sistema de educação, incluindo, além dos conteúdos e saberes previstos, aquilo que se ensina na escola sem que se perceba que está sendo ensinado, as influências que afetam a aprendizagem dos estudantes e o trabalho dos professores provenientes da experiência cultural, dos valores, sentidos e significados trazidos pelas pessoas de seu meio social e vivenciados na própria escola. Independente das teorias que o sustentam, o currículo, por sua complexidade, não pode ser pensado apenas como um rol de conteúdos a serem transmitidos para um sujeito, mas “[...] como praxis interativa... sistema aberto e relacional, extremamente sensível às recursividades, à dialigicidade, à contradição, aos paradoxos cotidianos, a indexilidade das práticas” haja vista que a complexidade e multireferencialidade do pensamento “[...] aparece como mobilizador contemporâneo potente, de uma outra visão, de uma outra prática no campo das concepções e implementações curriculares”.

No tocante as questões em torno da Avaliação, é preciso referendar uma concepção de avaliação mediadora/formativa, que demanda um processo acompanhado de uma intervenção diferenciada, que transcenda os resultados e provas e promova ao estudante uma aprendizagem significativa e um desenvolvimento satisfatório, em que esse estudante passa a se compreender no processo de construção do conhecimento e de formação. Assim, a avaliação é elemento da prática pedagógica que visa investigar, dinâmica e permanentemente, os processos de ensinar e aprender, destacando as relações entre o foi proposto e sua execução: falhas, dificuldades,

conquistas/avanços e novas possibilidades. É a avaliação que permite acompanhar o trabalho docente, o rendimento da aprendizagem, o alcance dos objetivos, constituindo-se, assim, em um meio de atingir os fins, pois a avaliação dá retorno à prática pedagógica. Nessa concepção, as práticas do professor visam compreender essa evolução e assumir compromisso diante as diferenças individuais dos estudantes, ou seja, o processo de aprendizagem torna-se contínuo permitindo investigar, mediar, desafiar os estudantes e provocá-los à novas descobertas e construções e pressupõe uma análise qualitativa e processual.

Ao final deste resumo e nesta seção, encontra-se a indicação de referências bibliográficas de autores e teóricos renomados que referendam cada análise e possibilitam a ampliação e aprofundamento de cada discussão.

REFERÊNCIAS

- CANDAU, Vera Maria. A Didática em questão. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2010.
- CANDAU, Vera Maria (org). Rumo a uma nova Didática. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2006.
- GADOTTI, Moacir. A autonomia como estratégia da qualidade de ensino e a nova organização do trabalho na escola. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GADOTTI, Moacir. Escola Cidadã: uma aula sobre autonomia da escola. 2002.
- HOFFMAN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma Prática da Construção da Pré-escola a Universidade. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.
- JOSSO, Marie-Christine. Experiências de vida e formação. São Paulo: Cortez, 2004.
- AUSUBEL, David. P. (2003). Aquisição e retenção de conhecimentos. Lisboa: Plátano Edições Técnicas. Tradução do original The acquisition and retention of knowledge (2000).
- MOREIRA, A. F. B. (Org.). Currículo: questões atuais. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- LDBEN 9394/96; Constituição Federal 1988;
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do Currículo. Editora Autêntica, 2005.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.
- ROGERS, C. R. Liberdade para aprender. Trad. de Edgard de Godói da Mata Machado e Márcio Paulo de Andrade. 2ª ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1973.
- MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1990
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto Político Pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Editora Libertad, 2006.
- VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: Projeto de Ensino- Aprendizagem e projeto Político Pedagógico. São Paulo: Libertad. 2000.
- GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1996.
- GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1996.
- GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1996.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro(org). Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas/SP: Papirus, 1999.
- GADOTTI, Moacir. Projeto Político-Pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização. In: Autonomia da escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 2001
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto Político Pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Editora Libertad, 2006.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro(org). Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas/SP: Papirus, 1999
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto Político Pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Editora Libertad, 2006.

25. VEIGA, Ilma Passos Alencastro(org). Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas/SP: Papirus, 1999
26. VASCONCELOS, Celso dos Santos. Para onde vai o professor? O resgate do professor como sujeito de transformação. São Paulo: Libertad, 1998.
27. DALMAS, Angelo. Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e a avaliação. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1998.
28. GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1996.
29. GADOTTI, Moacir. Projeto Político-Pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização. In: Autonomia da escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 2001
30. VEIGA, Ilma Passos Alencastro(org). Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas/SP: Papirus, 1999.
31. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs). Autonomia da Escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez Instituto Paulo Freire, 2001.
32. LDBEN 9394/96; Constituição Federal 1988; Lei 9.131/95;
33. VEIGA, Ilma Passos Alencastro(org). Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas/SP: Papirus, 1999.
34. INDICAÇÃO – GADOTTI, Moacir, 2000. “Educar para e pela Cidadania”. In: RATTNER, Henrique (org) Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: EDUSP, 2000 p. 289-307.
35. GADOTTI, Moacir. CONAE 2014. Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da organização da educação escolar. Disponível em: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf
36. INDICAÇÃO – HERNÁNDEZ, F. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
37. CHIAVENATO, Idalberto; Teoria Geral da Administração. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.
38. INDICAÇÃO – VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: Projeto de Ensino- Aprendizagem e projeto Político Pedagógico. São Paulo: Libertad. 2010.
39. LIBANEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2004
40. INDICAÇÃO – LIBÂNIO, José Carlos. LIBANEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2004
41. INDICAÇÃO – DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo, SP: Atlas, 1995.
42. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Cortez, 2007.
43. VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: Projeto de Ensino- Aprendizagem e projeto Político Pedagógico. São Paulo: Libertad. 2000.
44. LIBÂNIO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.
45. INDICAÇÃO – LIBÂNIO, José Carlos. Planejamento: Projeto de Ensino- Aprendizagem e projeto
46. GADOTTI, Moacir. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Tese de livre-docência. Campinas, Unicamp, 1994.
47. VEIGA, Ilma Passos Alencastro(org). Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas/SP: Papirus, 1995.

01. Questão

(UFAM/AM - COMVEST - 2014) Para a educação superior, o Conselho Nacional de Educação (CNE) indicou ao Plano Nacional de Educação (PNE, 2011-2020) o objetivo de democratizar e expandir a oferta de educação superior, sobretudo da educação pública, sem descuidar dos parâmetros de qualidade acadêmica com as seguintes metas:

- I. Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.
- II. Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.
- III. Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.
- IV. Elevar rapidamente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 80 mil mestres e 25 mil doutores.
- V. Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 70% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Quais dessas são as metas para a educação superior:

- (A) Somente as metas I e II.
- (B) Somente as metas I, II e III.
- (C) Somente as metas I, II e IV.
- (D) Somente as metas I e V.
- (E) Somente as metas III e IV.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. É a meta 12 e 13 do PNE que aborda a democratização do acesso à educação superior. No entanto, esta não se restringe apenas à oferta da qualidade e expansão do ensino superior. Torna-se urgente, como já destacado no documento, promover a melhoria da qualidade dos cursos na instituição superior, principalmente pedagogia e licenciaturas, elevando o padrão de qualidade das universidades, visando à realização de pesquisa institucionalizada de modo articulado a programas de pós-graduação stricto sensu.

Alternativa B: INCORRETA. Como já destaca a LDB nº 9.394/96, para atender o que expõe os incisos I, II, III para os municípios em regime de colaboração é preciso assegurar políticas públicas de formação contínuas dos seus professores, com vista a adquirir sua formação específica.

Alternativa C: CORRETA. Vale destacar que a melhoria da educação sugere profissionais bem qualificados. É preciso disseminar a oferta de matrículas stricto

sensu favorecendo a equidade social, o empoderamento cultural, bem como a formação autônoma.

Alternativa D: INCORRETA. Esses dados referentes à oferta das matrículas no nível superior está errôneo, pois conforme ressalta a meta 12 do PNE, a oferta de expansão para o aluno com idade entre 18 a 24 anos deve ser de pelo menos 49%.

Alternativa E: INCORRETA. Ambas propõem números extremos de “elevar gradualmente o número de” e outro “elevar rapidamente o número de” matrículas na pós-graduação stricto sensu, os quais não correspondem adequadamente ao que fora proposto pelo PNE.

02. Questão

(UFAM/AM - COMVEST - 2014) Conforme a Constituição Brasileira compete, privativamente, à União:

- (A) Promover o financiamento da educação pública.
- (B) Legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto nacionais.
- (C) Ofertar educação superior.
- (D) Legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.
- (E) Fazer a validação de diplomas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A Constituição Federal Brasileira (CBF, 1988) deixa claro, em seu Artigo 06, que a educação é um direito social. Nesse sentido, o financiamento público da educação não se restringe apenas à União, mas a todos os seus entes federativos (dirigentes municipais e estaduais). Enfim, toda a sociedade de um modo geral, contando com a participação ativa da família, dos estudantes, gestores e professores, acompanhando e fortalecendo o papel dos órgãos fiscalizadores que, na maioria das vezes, funcionam de forma passiva.

Alternativa B: INCORRETA. Está incorreta, conforme o atual cenário educacional para as políticas públicas, que sugere um regime colaborativo entre seus entes: União, estados e municípios, contribuindo para a descentralização dos recursos e autonomia das escolas. No entanto, de forma oculta, a União detém uma centralização dos financiamentos de forma dissimulada. Nossa Carta Magna impõe os interesses de um grupo hegemônico que se mantém no poder,

fortalecendo o controle social, quando delimita as regras da União, no que concerne ao uso dos financiamentos disponível as unidades escolares. O que é considerado prioridade não é o que a comunidade deseja, mas o que está discriminado nos protocolos encaminhados à comunidade.

Alternativa C: INCORRETA. O papel da União é organizar o sistema de ensino, instituindo as diretrizes e bases da educação. Também é de sua responsabilidade regular o ensino superior. Assim, o Artigo 09 e 16 da LDB nº 9.394/96 atribui à União e ao MEC a competência para assegurar processo de avaliação do ensino superior com vista à qualidade do ensino; ademais, no inciso IX, assegura o credenciamento e supervisão dos cursos oferecidos na instituição superior. Ainda, convém salientar, não basta regular o ensino, é preciso oportunizar condições em favor da sociedade, promovendo a disseminação do acesso e permanência no ensino superior, provocando, assim, equidade e empoderamento social da maioria.

Alternativa D: CORRETA. Cabe à União regular os sistemas nacionais de ensino, nesse sentido, quando a Constituição estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, está almejando, com esse caminho, que os sistemas de ensino sejam organizados seguindo uma base comum.

Alternativa E: INCORRETA. O procedimento de revalidação de diplomas estrangeiros só poderá ser reconhecido por universidades brasileiras habilitadas que possuam cursos de pós-graduação avaliados, autorizados e reconhecidos, no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), na mesma área de conhecimento, em nível equivalente ou superior.

03. Questão

(UFAM/AM - COMVEST - 2014) Dentre as características abaixo citadas, **uma não** distingue a organização e gestão escolar democrática. Identifique-a:

- (A) Relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe escolar.
- (B) Autonomia das escolas e da comunidade educativa.
- (C) Avaliação escolar classificatória.
- (D) Envolvimento da comunidade no processo escolar.

Ⓔ Formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade de escolar.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O papel da gestão escolar democrática é, dentre outros aspectos, a relação com a participação no processo organizacional. Espaços em que os profissionais e comunidade escolar compartilham, institucionalmente, certos processos de tomada de decisões. Conforme o quesito solicitado, este alerta-nos para identificarmos que “a questão A não corresponde à gestão democrática”. Assim, não poderemos considerá-la.

Alternativa B: CORRETA. Quando há autonomia escolar e da comunidade educativa, estará consistente o regimento, que se encontra de acordo com aquilo que a comunidade escolar deseja. Mas por se tratar de categorizar a opção que não corresponde a uma organização à luz da gestão escolar, a opção B desse quesito torna-se incorreta.

Alternativa C: INCORRETA. A avaliação escolar classificatória não distingue a organização e gestão escolar democrática. Por esse turno, a opção C, por estar a conciso com o teor da pergunta elaborada, torna-se a opção que atende ao quesito. Torna-se oportuno acrescentar que o processo de avaliação na gestão escolar está para além da nota, estimulando o pensamento reflexivo, tendo o docente como o mediador de estudos, um motivador do aprofundamento pelas indagações.

Alternativa D: CORRETA. Quando há gestão em favor da autonomia, a comunidade mantém vínculos com a instituição educacional, acompanhando, participando e avaliando os serviços prestados. Na organização de uma gestão democrática, o cenário é esse.

Alternativa E: CORRETA. Se o que se espera do candidato é identificar a questão que não atende ao desenho de gestão democrática, por considerar a formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar, essa opção está de acordo aos preceitos do enunciado da questão, tornando-se a escolha incorreta.

04. Questão

(UFAM/AM - COMVEST - 2014) Em 2004, a Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do En-

sino Superior (SINAES), imprimiu outras características aos processos de avaliação da educação superior, tendo em vista a preocupação em diferenciar os processos de avaliação e de regulação. Os principais instrumentos que compõem o SINAES, atentos às distintas dimensões complementares da avaliação da educação superior, são:

- I. Avaliação institucional, que compreende dois momentos distintos: autoavaliação orientada e avaliação externa.
- II. Avaliação de Cursos de Graduação (ACG), que visa a “identificar as condições de ensino oferecido aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didática pedagógica”.
- III. Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que busca mensurar os conhecimentos dos estudantes acerca de conteúdos programáticos, competências e habilidades.
- IV. Avaliação Nacional dos Currículos dos Cursos de Graduação.

Exceto(s):

- Ⓐ II e III.
- Ⓑ I.
- Ⓒ IV.
- Ⓓ I, II e IV.
- Ⓔ I e IV.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. São dimensões complementares da avaliação da educação superior os seguintes aspectos: avaliação das instituições, que se realiza em dois momentos principais – uma conduzida pelas Comissões Próprias de Avaliação e outra realizada por comissões externas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC). Segundo diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), avaliação dos cursos de graduação e avaliação do desempenho dos estudantes com o ENADE.

Alternativa B: INCORRETA. A avaliação do curso de graduação segundo SINAES deve acontecer periodicamente, passando por três tipos de avaliação: para autorização, para reconhecimento e para renovação de reconhecimento.

Alternativa C: CORRETA. Os resultados positivos do uso da avaliação poderão provocar uma ação política do Estado, articulada com as demais instâncias da sociedade para a prestação de contas e promoção da qualidade, provocando, assim, ajustamentos estruturais, curriculares, dentre outros.

Alternativa D: INCORRETA. Não é responsabilidade do SINAES reconstruir currículos das instituições superiores. Seu maior mérito tem sido melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da ampliação da sua oferta, o aumento permanente da eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social por meio do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, valorizando sua missão pública de autonomia e de identidade institucional.

Alternativa E: INCORRETA. Os princípios da avaliação da educação superior procuram promover a avaliação como instrumento de política educacional com vista à qualidade do ensino superior; à avaliação institucional e aos efeitos regulatórios, quando necessários a autorização e reconhecimento de cursos; avaliação participativa e ética, respeitando as distintas categorias que constitui esse corpo de educação superior.

05. Questão

(UFAM/AM - COMVEST - 2014) As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) visam proporcionar às Instituições de Ensino Superior (IES) direcionamentos para a implantação e a implementação de:

- Ⓐ Projetos pedagógicos dos cursos das IES.
- Ⓑ Projetos para investimentos nos cursos das IES.
- Ⓒ Projetos de capacitação de seu quadro docente e técnico.
- Ⓓ Projetos específicos para as licenciaturas.
- Ⓔ Projetos específicos para os bacharelados.

Grau de Dificuldade

DICA DOS AUTORES: para responder essa questão é necessário conhecer as políticas públicas, principalmente a LDBEN, lei que estabelece as diretrizes da educação como um todo, que ampara e fundamenta o Ministério da Educação conforme os critérios básicos e gerais à promoção do Projeto Político-Pedagógico, além de disponibilizar recursos orientado-

res quanto à sua utilização no processo de ensino aprendizagem do ensino comum e especial.

Alternativa A: CORRETA. Reconhecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) tornou-se um documento imprescindível para todos os estabelecimentos de ensino, fazendo parte, inclusive, dos elementos analisados nas avaliações internas e externas. Os projetos pedagógicos dos cursos de graduações precisam assegurar, dentre outros aspectos, a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes.

Alternativa B: INCORRETA. As DCNs não buscam investir em projetos para investimentos em cursos superiores. A Portaria nº 4.361, de 29 de dezembro de 2004, por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior (SAPIEnS/Ministério da Educação), sugere Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aditamento de PDI, além de outros processos afins.

Alternativa C: INCORRETA. A qualificação de docentes do ensino superior é uma exigência para a melhoria da qualidade do ensino superior, bem como para a ampliação da competência científico-tecnológica do país. Por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, vários programas de concessão de bolsas de estudo.

Alternativa D: INCORRETA. Não é responsabilidade das DCNs instituir projetos específicos para as licenciaturas. Por outro lado, existem leis federais que dispõem de programas de iniciação à docência, como é o caso do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência destinado ao aperfeiçoamento e à valorização da formação inicial de professores para a educação básica, oferecendo bolsas de iniciação à docência para estudantes de cursos de licenciaturas que desenvolvam ações nas escolas públicas.

Alternativa E: INCORRETA. Quando relacionados aos projetos específicos para os cursos de bacharelados.

06. Questão

(UFAM/AM - COMVEST - 2014) São temas transversais relacionados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs/BRASIL, 1996), **exceto**:

- Ⓐ Temas que se articulam com a vida dos alunos.
- Ⓑ Temas que aparecem transversalizados em áreas específicas.
- Ⓒ Temas que são abordados em datas que são relevantes.
- Ⓓ Temas que constituem novas áreas para trabalhar com os alunos.
- Ⓔ Temas que tratam de problemas sociais.

Grau de Dificuldade

DICA DOS AUTORES: vale considerar que as temáticas transversais fundamentadas nos PCNs da legislação vigente expandem as relações multiculturais, educação especial e inclusiva, que visam materializar-se nos temas cotidianos escolares do ensino regular, validando esses saberes e práticas docentes.

Alternativa A: CORRETA. Os temas transversais expressam-se com um conjugado de temas, com vistas a serem transversalizados em áreas do currículo, com temáticas sociais, atendendo à realidade, envolvendo a participação social, a fim de interferir na realidade para transformá-la. Estão presentes nos temas transversais os seguintes aspectos: ética, o meio ambiente, a saúde, os temas locais, a orientação sexual e a pluralidade cultural.

Alternativa B: CORRETA. Conforme ressalva os PCNs, volume 08 (1997, p. 25), os temas transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Ou seja, não há uma área de conhecimento específica e responsável em abordá-lo. Não se recomenda um trabalho solitário, isolado e de responsabilidade de apenas uma disciplina, mas deve ser visto como uma temática possível de atravessar os diferentes campos do conhecimento. Por exemplo, a questão ambiental não é responsabilidade apenas da área de geografia, mas das questões histórica, política, sociais, econômica, culturais, religiosos, envolvendo, assim, campos como: história, geografia, ciências sociais, naturais, enfim, necessita-se de um olhar complexo e que colabore para uma aprendizagem planetária.

Alternativa C: CORRETA. O objetivo dos temas transversais não é se limitar a datas específicas, mas integrar o currículo às diferentes áreas, relacionando-os às questões atuais.

Alternativa D: INCORRETA. A proposta é transformar o currículo da escola, incluindo temas que possibilitem um tratamento cada vez mais aprofundado das

questões eleitas. Busca-se a transformação pedagógica em favor do processo da aprendizagem que empodere o aluno.

Alternativa E: CORRETA. A inclusão de questões sociais exige a tomada de posição diante de problemas fundamentais e urgentes da vida social. A eleição dos temas transversais imprimiu a sistematização de critérios exposto no documento. Assim, a escolha considera:

- Urgência social: preocupação de eleger como temas transversais questões graves, que se apresentam como obstáculos para a concretização da plenitude da cidadania [...];
- Abrangência nacional: pertinentes a todo o país. Isso não excluiu a possibilidade e a necessidade de que as redes estaduais e municipais, e mesmo as escolas, acrescentem outros temas relevantes à sua realidade;
- Possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental: esse critério norteou a escolha de temas ao alcance da aprendizagem nessa etapa da escolaridade, como educação para a saúde, educação ambiental e orientação sexual;
- Favorecer a compreensão da realidade e a participação social: desenvolver a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a indiferença, intervir de forma responsável.

07. Questão

(UFAM/AM - COMVEST - 2014) “[...] são normas obrigatórias que orientarão o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação por meio da Câmara de Educação Básica. O ponto de partida para a formulação das diretrizes para o ensino médio foi o primeiro Artigo da Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB). Esse artigo afirma que a educação escolar deverá estar vinculada ao trabalho e à prática social” (Guiomar Namó de Melo).

O texto acima refere-se:

- Ⓐ Ao currículo.
- Ⓑ Ao planejamento.
- Ⓒ Às Diretrizes Curriculares Nacionais.
- Ⓓ Aos projetos em ação.

Ⓔ Ao projeto pedagógico.

Grau de Dificuldade

DICA DOS AUTORES: observe essa compreensão acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Se faz necessário atentar para os regulamentos obrigatórios para educação básica. Estas orientam e assinalam o que cabe a cada instância: à União, em colaboração com os estados, Distrito Federal e os municípios, conforme as competências que nortearão e assegurarão a formação básica comum e que devem estar atreladas ao trabalho pedagógico e à prática social.

Alternativa A: INCORRETA. Em sentido amplo, o currículo abrange todas as experiências escolares. Em sentido restrito, é a organização de matérias a serem ministradas em determinado curso ou ensino abrangendo a matriz curricular + programa de ensino (ementa). Nesse sentido, o artigo de Guiomar Namó de Melo não se refere ao currículo.

Alternativa B: INCORRETA. Planejamento, na perspectiva de Libâneo: “é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino”. O planejamento é um meio para direcionar a ação, já as diretrizes são normas obrigatórias, com bases legais a serem seguidas.

Alternativa C: CORRETA. O Artigo denota as linhas organizacionais e administrativas, as providências a serem seguidas, as perspectivas e orientações que nortearão o trabalho nesse segmento. As normas aqui estabelecidas descrevem o caminho das diretrizes curriculares nacionais que têm como objetivo orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, nortecendo seus currículos e conteúdos mínimos.

Alternativa D: INCORRETA. Os projetos de ação são ações pontuais com vista a atingir um determinado fim num determinado tempo, o que difere do que a autora propõe em seu artigo vinculando as normas para as quais os sistemas de ensino possam se direcionar.

Alternativa E: INCORRETA. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola. É através dele que a comuni-

dade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos. Conforme o artigo sugerido por Guiomar Namó de Melo, há um destaque para as normas obrigatórias que orientarão o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação. Daí a opção E torna-se incorreta.

08. Questão

(CEFET/RJ - CESGRANRIO - 2014) “A escola continua sendo lugar de mediação cultural e a pedagogia, ao viabilizar a educação, constituem-se como prática cultural intencional de produção e internalização de significados para, de certa forma, promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos indivíduos” (LIBÂNEO, José Carlos. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Davydov. Revista Brasileira de Educação. n. 27, p. 5. set./out./nov./dez. 2004).

Com base no pensamento acima, a gestão escolar e a equipe docente têm como tarefa central promover uma ambiência de aprendizagem comprometida com:

- Ⓐ A centralidade da organização do planejamento e da sistematização de avaliações somativas com o apoio de instrumentos de verificação, visando à melhoria da aprendizagem.
- Ⓑ A mediação/transposição didática disciplinar baseada nas teorias educacionais de ajuste, eficácia e qualidade, visando à melhoria da aprendizagem.
- Ⓒ Uma prática focada nas disciplinas escolares e na organização das classes baseada no rendimento e na faixa etária dos alunos, de modo a garantir a aprendizagem.
- Ⓓ Uma orientação que garanta a intervenção deliberada dos profissionais no desenvolvimento dos alunos, de modo a provocar avanços que não ocorreriam espontaneamente.
- Ⓔ Um maior domínio dos recursos tecnológicos para o trabalho pedagógico, de modo a contribuir para a superação das dificuldades de aprendizagem.

Grau de Dificuldade

DICA DOS AUTORES: na Teoria do Ensino Desenvolvidor¹, de Dávidov (1988), conforme ratifica Libâneo (2004), a didática e as didáticas específicas têm como objeto de estudo o processo de ensino. Para ele, são disciplinas complementares toda abordagem pedagógico-didática de um conteúdo e pressupõe a abordagem epistemológica deste. Até porque é o ensino como aquele que incentiva e expande o desenvolvimento das capacidades cognitivas mediante a formação de conceitos e o desenvolvimento do pensamento teórico-científico. Ratifica Libâneo (p. 12): “Na aprendizagem de um conteúdo científico, o que importa é o domínio do processo de origem e desenvolvimento de um objeto de conhecimento do que o domínio apenas do seu conteúdo formal” (apud DÁVIDOV, 1992).

Alternativa A: INCORRETA. A avaliação na perspectiva somativa tem o propósito de demonstrar o cumprimento, ou não, dos propósitos da unidade ou programa. Constitui uma prática quantitativa com méritos apenas de verificação. Esse modelo de investigação não colabora para o processo de aprendizagem duradoura.

Alternativa B: INCORRETA. As teorias educacionais não devem deter-se a ajustes, mas à construção de competências e habilidades.

Alternativa C: INCORRETA. Uma prática focada nas disciplinas escolares limita-se a um modelo de ensino meramente instrucionista, priorizando apenas técnicas e não a arte do aprender.

Alternativa D: CORRETA. Para que a gestão e a equipe docente promovam uma ambiência de aprendizagem comprometida, a atuação dos profissionais deve buscar compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos e a autonomia na interpretação da realidade e dos conhecimentos que constituem seus objetos de ensino.

Alternativa E: INCORRETA. A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) apenas com o fim de instrução pouco colaborará no avanço do trabalho pedagógico. As TICs devem oportunizar ricos nutrientes de aprendizagem ao serem utilizadas como ferramentas de aprendizagem e não trocando o quadro e o giz pela lousa digital com o mesmo fim.

09. Questão

(CEFET/RJ - CESGRANRIO - 2014) O texto e a figura abaixo fizeram parte de um dos textos de apoio para o trabalho da equipe de educadores nas diferentes etapas de elaboração do Projeto Político-Pedagógico de uma escola pública estadual do Rio de Janeiro.



“Colocar futuros professores em contato com metodologias de pesquisa e conduzir atividades que demandem a realização de investigações de campo e discussão de caminhos metodológicos empreendidos, em uma perspectiva multicultural, permite o desenvolvimento de professores pesquisadores que questionam a apreensão do real e sua tradução nos relatos de pesquisa, tradução esta sempre vinculada às identidades culturais” (CANEN, Ana. A pesquisa multicultural como eixo na formação docente: potenciais para a discussão da diversidade e das diferenças. Ensaio: aval. pol. pool. Educ., RJ, v. 16, n. 59, abr./jun. 2008. p. 7).

DEBRET, J. B. Escravos e seus senhores. Disponível em: <<http://imagenshistoricas.blogspot.com.br/2009/08/escravos.html>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

Tendo em vista o compromisso com a promoção de uma educação para a pluralidade, as urgências do planejamento e dos temas que ganham centralidade nos currículos praticados no cotidiano escolar dessa instituição, considere as afirmativas abaixo.

- I. Ao traçar metas que promovam a educação para a pluralidade cultural, será necessário que

¹Considera-se “interiorização ou internalização”, na teoria de vygotskyana, o processo de apropriação de instrumentos cognitivos por parte do indivíduo, requerendo uma reelaboração pessoal. Para Libâneo: “A internalização de formas culturais de comportamento envolve a reconstrução da atividade psicológica, tendo como passe as operações com signos” (VYGOTSKY, 1984, p. 65).

a elaboração/execução do Projeto Político-Pedagógico (PPP) incluía metodologias de aprendizagens com vistas a enfrentar a questão da intolerância com as diferenças.

- II. É parte das ações estratégicas discutir na equipe de professores de história questões sobre o processo de colonização na América Latina e do Brasil, sobretudo para dinamizar o trabalho nas datas comemorativas.
- III. Deve-se valorizar como temática o ideário da democracia racial no projeto educativo da instituição escolar, tendo em vista os avanços provocados por essa visão de sociedade e os efeitos positivos em termos da igualdade de oportunidades.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Os PCNs (BRASIL, 1996) apresentam, dentre os objetivos propostos, conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural, respeitando as características individuais e sociais. Assim, os documentos federais brasileiros já reconhecem o respeito e o direito a uma educação pluricultural, cabendo aos PPP das Unidades Escolares fortalecer essa meta.

Alternativa B: INCORRETA. A Lei nº 10.639/03 sugere o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil, atribuindo à relação com a diversidade cultural da sociedade brasileira. Por outro lado, os PCNs recomendam a divisão do ensino de história por eixos temáticos de acordo com o ciclo de estudo do aprendiz, podendo assim, no terceiro ciclo, orientar estudos de “relações entre a realidade histórica brasileira, a História da América, da Europa, da África e de outras partes do mundo”. Assim, é possível contribuir para o conhecimento de momentos históricos nas suas singularidades, favorecendo estudos de processos e relações de semelhanças, diferenças, permanências e transformações entre diferentes épocas.

Alternativa C: INCORRETA. Ao traçarem metas à educação plural no PPP, a escola precisará ter uma formação mais ampla para que se incluía nas ações da gestão escolar um viés da participação coletiva, para que, dessa forma, aprendam a enfrentar todas as questões da intolerância com as diferenças. Embora ainda não façam parte das ações das equipes escolares, muitos fazem um trabalho apenas voltado às datas comemorativas, o que não atinge os princípios básicos das relações humanas, mais especificamente as “relações entre a realidade histórica brasileira, a História da América, da Europa, da África e de outras partes do mundo”.

Alternativa D: INCORRETA. O que se constata é que o PPP inclui apenas metodologias de aprendizagens da intolerância com as diferenças. Não valorizam o respeito ao ideário da democracia racial no projeto educativo das instituições escolares, assim, os efeitos positivos são mínimos, pois apenas tangenciam noções de igualdade de oportunidades.

Alternativa E: INCORRETA. Ao incluirmos as três assertivas, consequentemente, negativamos a referida questão, uma vez que é apenas a assertiva B que tem o respaldo da Lei nº 10.639/03 que por si basta. Esta sugere o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil e atribui à relação com a diversidade cultural da sociedade brasileira, além de abarcar e orientar os estudos de “relações entre a realidade histórica brasileira, a História da América, da Europa, da África e de outras partes do mundo”.

10. Questão

(CEFET/RJ - CESGRANRIO - 2014) Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, são finalidades do ensino médio, à exceção de:

- (A) A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.
- (B) A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.
- (C) A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

- Ⓓ O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- Ⓔ O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meio básico o domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Está previsto no artigo 35 da LDB “consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos”. Por esse turno, a palavra “exceção”, presente no final do enunciado, o torna incorreto.

Alternativa B: CORRETA. O inciso II do artigo 35 da LDB estabelece como finalidade do ensino médio “A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. Assim, por estar presente no corpo do enunciado da questão identificar a restrição que não faz parte da finalidade do ensino médio, está também se torna uma escolha inadequada.

Alternativa C: CORRETA. O inciso que corresponde a essa finalidade do ensino médio na LDB é o IV. Essa opção torna-se, para a estrutura do enunciado, inválida.

Alternativa D: CORRETA. Essa alternativa faz parte dos aspectos e finalidades do ensino médio, o que invalida essa escolha, conforme a estrutura do texto interrogativo.

Alternativa E: INCORRETA. Não há como finalidade do ensino médio “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meio básico o domínio da leitura, da escrita e do cálculo”. De acordo com a questão proposta, o que se procura é a alternativa que não corresponde à finalidade do ensino médio. Nesse sentido, analisando o corpo da LDB, a alternativa E torna-se a adequada.

11. Questão

(CEFET/RJ - CESGRANRIO - 2014) O processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma instituição educacional contou com a participação de lideranças locais, incluindo alguns jovens ex-alunos

que organizam as festas temáticas no entorno do colégio. Considerando-se os pilares democracia representativa e democracia participativa, a participação social e popular deve ser entendida como uma:

- Ⓐ Forma de atender a todas as exigências burocráticas, bem como às recomendações técnicas, orientações e parâmetros dos documentos que regulam as ações apresentadas pelas Secretarias de Educação e pelos Conselhos Educacionais.
- Ⓑ Aposta para se conseguir melhorar a qualidade da educação e das políticas educacionais, já que tais iniciativas favorecem a criação de espaços de deliberação coletiva e de avaliação permanente do instituído como ideário para o projeto educativo.
- Ⓒ Etapa a mais da execução do Projeto Político-Pedagógico (PPP), tendo em vista as próximas ações a serem desenvolvidas para o convencimento do coletivo da instituição escolar.
- Ⓓ Lógica colaborativa que faz sentido apenas na etapa da elaboração do documento a ser apresentado quando da avaliação dos órgãos que analisam os processos internos da instituição educativa.
- Ⓔ Novidade a ser questionada, podendo interferir negativamente no plano instituído com base em uma organização interna e desestabilizar as práticas construídas pelos profissionais por impor a presença de pessoas de fora da comunidade escolar.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve ser pautada em estratégias que deem voz a todos os atores da comunidade escolar: funcionários, pais, professores e alunos. Esse documento não se limita a atender exigências burocráticas, sendo um documento norteador das demandas daquelas comunidades. Não se espera apenas certificar o cumprimento da legislação, mas garantir a construção, organização, decisão e autonomia da escola sem reduzir a mais uma atividade burocrática e formal a ser cumprida.

Alternativa B: INCORRETA. Na verdade, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) é a demonstração das singularidades da escola com sua (re)criação e desenvolvimento, cultura, impregnada de crenças, valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que participaram da sua elaboração, contemplando ações metodológicas mais adequadas às necessida-

des, criando parâmetros de acompanhamento e avaliação do trabalho, bem como considerando o descrito nas diretrizes e políticas públicas de educação.

Alternativa C: INCORRETA. O PPP não visa ao convencimento da equipe institucional ou comunidade local, mas orientar a escola na importante tarefa de formação plena do indivíduo, dando vez e voz aos envolvidos em sua construção, sem perder de vista o papel social de cada envolvido.

Alternativa D: CORRETA. De fato, a participação social e popular deve ser entendida como uma lógica colaborativa onde cada sujeito social tem o seu papel, considerando a existência de funções e níveis hierárquicos diferenciados nesse espaço, sem, contudo, confundir a competência e papel de cada um.

Alternativa E: INCORRETA. A participação social não impõe papéis, muito menos desestabiliza práticas construídas pelos profissionais. O que se propõe é uma participação efetiva com responsabilidade, acompanhamento, reavaliação, reelaboração de ações se necessários, tudo em vista da melhoria da qualidade.

12. Questão

(CEFET/RJ - CESGRANRIO - 2014) Mudanças econômicas, políticas e comunicacionais têm ocorrido em todo o mundo nas últimas décadas, transformando instituições e profissões, dentre elas a escola e o magistério. Respondendo ao novo cenário das sociedades contemporâneas, o trabalho dos professores deve ser realizado levando em conta ações importantes para o desenvolvimento do ensino sob os novos paradigmas educacionais, dentre as quais:

- Ⓐ Empregar materiais e recursos didáticos construídos, a partir de experiência docente anterior.
- Ⓑ Realizar projetos e propostas de ensino que privilegiem a interdisciplinaridade.
- Ⓒ Desconsiderar as particularidades dos objetos de estudo das disciplinas escolares.
- Ⓓ Estabelecer metodologia única de avaliação que possibilite a apreensão do grau de aprendizagem dos alunos.
- Ⓔ Promover projetos didáticos que enfatizem o respeito às fronteiras das disciplinas escolares.

Grau de Dificuldade

DICA DOS AUTORES: conhecer o que diz respeito ao interdisciplinar é fazer avançar a concepção atual de educação do século XXI. É uma forma de pensar mais ampla, considerando os espaços em que se contemplam o homem e a natureza como unidades e não dissociá-los, separá-los distintamente um do outro. Ainda, conforme Fazenda (2001), essas discussões sobre a interdisciplinaridade ocorreram no Brasil no final da década de 1960, mas com sérias distorções devido ao modismo daqueles que se aventaram ao novo sem as devidas reflexões. Cabe-nos ressaltar que autora apresentou os avanços mais significativos em relação à interdisciplinaridade: a) atitude interdisciplinar não seria apenas resultado de uma simples síntese, mas de sínteses imaginativas e audazes; b) interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento, mas de ação; c) a interdisciplinaridade nos conduz a um exercício de conhecimento: o perguntar e o duvidar; d) entre as disciplinas e a interdisciplinaridade existe uma diferença de categoria; e) interdisciplinaridade é a arte do tecido que nunca deixa de ocorrer o divórcio entre seus elementos, entretanto, de um tecido bem traçado e flexível; f) a interdisciplinaridade se desenvolve a partir do desenvolvimento das próprias disciplinas (p. 28-29).

Alternativa A: INCORRETA. Os novos paradigmas educacionais não se restringem a empregar materiais e recursos didáticos construídos, a partir da experiência docente anterior, mas por meio da flexibilidade do professor, com as práticas qualitativas a nível micro transformando a rotina da escola, bem como com a colaboração para a formação de cidadãos conscientizados, formadores de opinião.

Alternativa B: CORRETO. O trabalho interdisciplinar promove o fortalecimento do pensamento complexo, a compreensão de que o todo complementa as partes e que as partes são fundamentais para entender o todo. Além do mais, por meios de projetos e propostas de ensino que privilegiem a interdisciplinaridade, estará se reduzindo o ensino comparimentado para se pensar de forma mais complexa, ampla e interligada.

Alternativa C: INCORRETA. O trabalho do professor não deve desconsiderar as particularidades dos objetos de estudo das disciplinas escolares, mas aprofundar, interligar, promover a curiosidade, permitir ao aluno aprender a intuir, criar, recriar, imaginar, interligar, construir e desconstruir.

Alternativa D: INCORRETA. O professor não deve estabelecer metodologia única de avaliação que possibilite a apreensão do grau de aprendizagem dos alunos. Cada sujeito tem seu estilo de aprendizagem e a promoção de uma única estratégia de ensino pode provocar o fracasso, o desinteresse, o atrofamento do saber.

Alternativa E: INCORRETA. O que se discute não é a disciplinarização do ensino, mas a condição de se propor ações, atos educativos, projetos de trabalho que colaborem para o pensamento multidimensional, para o direito a identidade territorial, cultural, em favor de um currículo multicultural.

13. Questão

(CEFET/RJ - CESGRANRIO - 2014) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu Artigo 56, estabelece como obrigação dos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicar ao Conselho Tutelar os casos de:

- Ⓐ Maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar; ausência dos pais nas reuniões escolares.
- Ⓑ Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar; indisciplina em sala de aula; dificuldades de aprendizagem.
- Ⓒ Maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar; elevados níveis de repetência.
- Ⓓ Maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e evasão escolar; desempenho escolar aquém do esperado.
- Ⓔ Indisciplina em sala de aula; evasão escolar; ausência dos pais nas reuniões escolares.

Grau de Dificuldade

DICA DOS AUTORES: vale considerar que a temática do Artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, BRASIL, 1990) é de sumária importância para os profissionais da educação se atentarem para tais discussões. Para esse item há indicativos diretos do Ministério Público (MP), pois inclui itens de “Responsabilidade dos Educadores” e aborda a responsabilidade civil deste. Afinal, os adultos mais próximos dos familiares da criança/adolescente são

os professores e devem zelar pela integridade física e psicológica devido à proximidade e convívio diário.

Alternativa A: INCORRETA. O Artigo 56 do ECA considera comunicar ao Conselho Tutelar os seguintes aspectos: I. Maus-tratos envolvendo seus alunos; II. Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III. Elevados níveis de repetência. A ausência dos pais nas reuniões escolares não é responsabilidade do Conselho Tutelar. Compete às unidades escolares criar alternativas, bem como propor no PPP da escola metas para superar essa situação, aproximando a comunidade da escola e os envolvendo-os, fazendo com que percebam sua importância na participação do crescimento potencial dos seus filhos.

Alternativa B: INCORRETA. A indisciplina em sala de aula e dificuldades de aprendizagem poderá ter relação com outros fatores como o orgânico, os fatores ambientais, externos ou psicológicos. É preciso, para essas situações, oportunizar outros serviços que favoreçam a transformação intrínseca do sujeito.

Alternativa C: CORRETA. O Artigo 56 do ECA assegura que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: I. Maus-tratos envolvendo seus alunos; II. Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III. Elevados níveis de repetência.

Alternativa D: INCORRETA. Apesar de estar bem parecida com a alternativa C, compete à escola criar alternativas que contribuam para a melhoria de desempenho de todos os alunos. Dá a importância de uma avaliação que não se limita ao mérito de classificar o aluno a um determinado conceito. É preciso entender que ao avaliarmos estamos também avaliando nossas práticas. Repensar as formas de conceber o processo de ensino aprendizagem é reconhecer a condição que todos têm de aprender.

Alternativa E: INCORRETA. Os aspectos citados nessa alternativa não atribuem ao Conselho Tutelar a resolução dessa demanda. Compete à escola estar sensível à situação do outro para compreender o porquê de sua atuação.

14. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) Conforme o disposto no Artigo 26, da Constituição Federal de 1988, incluem-se entre os bens dos Estados as:

- I. Águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.
- II. Áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, municípios ou terceiros.
- III. Ilhas fluviais e lacustres não pertencentes aos municípios de outros estados.
- IV. Terras devolutas não compreendidas entre as da União.

É correto o que está contido em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Os bens sociais do Estado de uso comum referem-se não apenas ao inciso I e II dessa opção de alternativa. Na Carta Magna acrescenta-se como bens do Estado: I. As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União; II. As áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, municípios ou terceiros; III. As ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União; IV. As terras devolutas não compreendidas entre as da União. Em outras palavras, corresponde a tudo que faz parte de uma coletividade, independentemente de ser de entidade pública ou privada, mas um bem social de ordem natural que favorece a todos.

Alternativa B: INCORRETA. Após situar os argumentos que sustentam a necessidade de considerar a opção anterior como incorreta, reconhecemos que a alternativa B limita-se a analisar apenas como bens do Estado: I. Áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, municípios ou terceiros; e, IV. Terras devolutas não compreendidas entre as da União. Por essa restrição na alternativa e conhecendo que o Artigo 26 da constituição federal traz mais

incisos além destes, destacamos essa alternativa como incorreta.

Alternativa C: INCORRETA. O inciso III, proposto como a alternativa adequada, não atende ao previsto na Constituição Federal. Conforme trata o Artigo 26, inciso III, são considerados bens do Estado nesse inciso: III. As ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União; e não as III. Ilhas fluviais e lacustres não pertencentes aos municípios de outros Estados, como propõe a alternativa C.

Alternativa D: INCORRETA. Enquanto o inciso I do artigo 26 da Carta Magna federal está exposta nessa opção adequadamente, o inciso III já não atende aos critérios previstos na Constituição.

Alternativa E: CORRETA. Conforme asseverado, as alternativas I, II e IV apenas atendem aos critérios do artigo 26 contidos na Constituição Federal. Cabe-nos refletir acerca dos processos de políticas públicas em favor dos bens sociais, bem como a definição de responsabilidade administrativa. Afinal, as nossas fontes hídricas estão sendo desperdiçadas de forma equivocada, enquanto não compreendermos e nos conscientizarmos de que, se todo o ambiente natural desaparecer, não conseguiríamos sobreviver no planeta.

15. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) Leia o trecho abaixo e, com base nos princípios que regem a educação brasileira desde a última Constituição Federal, assinale a alternativa que o completa corretamente.

A escola é a instituição especializada da sociedade para oferecer oportunidades educacionais que garantam a educação básica de qualidade para todos. A prática educativa escolar, de acordo com os princípios expressos na legislação vigente, tem a função de contribuir para que cada um dos estudantes:

- (A) Desenvolva competências e habilidades necessárias para vida cidadã; tenha a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização; tenha preparação para o trabalho.
- (B) Amplie seu conhecimento e a capacidade de descobrir, criar, questionar, criticar e transformar a realidade; amplie sua capacidade de viver, de se alegrar e de trabalhar com os outros, na corresponsabilidade sociopolítica e cidadã; e torne maior sua

sensibilidade para encontrar sentido na realidade, nas relações e nas coisas.

© Adquirir os conhecimentos científicos; tenha preparação para o trabalho; tenha educação para a carreira; desenvolva o seu cognitivo.

© Desenvolva a competência leitora e escritora; tenha conhecimento do que foi a atividade humana no imenso campo do pensamento; adote uma filosofia e siga a tábua de valores morais, políticos e econômicos que formam a base ideológica da nação.

© Assimile os conhecimentos historicamente já elaborados; desenvolva aptidões para a inserção no mercado de trabalho; adquira habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A Constituição Federal assegura que a educação é direito de todos, ratificada pela Lei nº 9.394/96, que esclarece que o ensino será ministrado com vista a assegurar igualdades de condições para acesso e permanência na escola. Assim, a escola adequada para os estudantes não se delimita a desenvolver competências e habilidades para vida cidadã nem tampouco ao desenvolvimento de potencialidades como elemento de autorrealização e tenha preparação para o trabalho. Os aspectos formativos escolares recomendam o desenvolvimento de ações que contribuam para o crescimento dos aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade e, ao mesmo tempo, ampliando e intensificando, gradativamente, o processo educativo com qualidade social, conforme asseguram as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013).

Alternativa B: CORRETA. A escola é o espaço que deve contribuir para expandir o crescimento potencial do aprendiz; colaborar para favorecer capacidade de desvendar novos saberes: criar, protestar, criticar e transformar a realidade; ampliando sua disposição de viver, contentar-se e de trabalhar com os outros, na corresponsabilidade sociopolítica e cidadã; e torne maior sua sensibilidade para encontrar sentido na realidade, nas relações e nas coisas.

Alternativa C: INCORRETA. O aprendiz é um ser biopsicossocial e espiritual. Por isso, limitar suas aprendizagens e desenvolvimentos apenas aos aspectos cog-

nitivos é um princípio meramente positivista que vê o aprendiz como um ser desprovido de criatividade.

Alternativa D: INCORRETA. A escola que apenas oferece aos estudantes a concessão dos conhecimentos científicos, a preparação para o trabalho e o desenvolvimento cognitivo reduz o aprendiz a uma tábua rasa, pois oferece um ensino restrito ao técnico sem, contudo, oportunizar o que ele tem de melhor que é a criatividade, bem como as diversas formas de aprender.

Alternativa E: INCORRETA. Assimilar os conhecimentos historicamente já elaborados faz parte de um modelo de ensino positivista que atendeu a uma determinada era; desenvolver aptidões para a inserção no mercado de trabalho, o que também teve funcionalidade no modelo de escola técnica. Hoje a escola precisa promover a curiosidade, a descoberta, o desejo de criar e recriar, oportunizando a participação de sujeitos mais autônomos.

16. Questão

(UFAM/AM - CONVEST - 2013) Conforme a Constituição Brasileira, compete, privativamente, à União:

- Ⓐ Promover o financiamento da educação pública.
- Ⓑ Legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto nacionais.
- Ⓒ Ofertar educação superior.
- Ⓓ Legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.
- Ⓔ Fazer a validação de diplomas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Compete à União organizar o sistema federal de ensino, financiar as instituições públicas federais e exercer as funções redistributiva e supletiva. Dessa forma, aos estados e ao Distrito Federal cabe atuar prioritariamente no ensino fundamental e médio. Os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Alternativa B: INCORRETA. De acordo ao Art. nº 24. da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre “[...] IX. Educação, cultura, ensino e desporto, e não apenas a União”.

Alternativa C: CORRETA. O Artigo 09 da LDB, inciso IX, salienta que é dever da União: autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. É responsabilidade da união atender as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Alternativa D: INCORRETA. Compete à União estabelecer, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (Artigo nº 09 da LDB nº 9394/96).

Alternativa E: INCORRETA. A União não valida diplomas, mas conforme assevera o Artigo 09 da LDB, inciso 09: autoriza, reconhece, credencia, supervisiona, e avalia, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

17. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) Leia o texto abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

“O Projeto Político-Pedagógico deve, pois, ser assumido pela comunidade educativa, ao mesmo tempo, como sua força indutora do processo participativo na instituição e como um dos instrumentos de conciliação das diferenças, de busca da construção de responsabilidade compartilhada por todos os membros integrantes da comunidade escolar, sujeitos históricos concretos, situados num cenário geopolítico preenchido por situações cotidianas desafiante” (Parecer CNE/CEB nº 07/2010).

Assim concebido, o processo de formulação do Projeto Político-Pedagógico tem como referência:

- Ⓐ A ordenação dos órgãos regionais gestores do sistema local. Geralmente, os supervisores dos órgãos regionais organizam uma série de planilhas para serem preenchidas pela unidade educacional. Dessa forma, o projeto educacional vira um documento para ser analisado e homologado pelo dirigente regional.
- Ⓑ As normas expressas na legislação educacional federal, estadual e municipal sobre o assunto. Não há como a unidade produzir um documento que trace sua identidade, pois a legislação engessa a

produção do projeto educacional. Na verdade, há um projeto educacional institucional e a escola tem apenas de ver o que fazer para executá-lo. A legislação vigente é limitadora da autonomia da unidade.

Ⓒ A democrática ordenação pedagógica das relações escolares cujo horizonte de ação procura abranger a vida humana em sua globalidade. É um documento em que se registra o resultado do processo negocial estabelecido por aqueles atores que estudam a escola e por ela respondem em parceria.

Ⓓ A hierarquia que marca as relações escolares. A equipe gestora da unidade elabora o projeto educacional de acordo com as orientações e normas do sistema. Passa para a aprovação pelo Conselho de Escola que o aprova sem ler e encaminha para a análise das instâncias regionais e aguarda a sua homologação. Trata-se de um procedimento de rotina, burocrático.

Ⓔ Os interesses e necessidades da comunidade educativa do entorno. A elaboração do projeto pedagógico pela equipe gestora parte de um diagnóstico da comunidade educativa e, a partir daí, a equipe busca identificar quais projetos governamentais melhor atendem essas demandas e expectativas locais. Elabora o documento e o encaminha para análise, aprovação e liberação das verbas para sua execução.

Grau de Dificuldade



DICA DOS AUTORES: a organização e gestão escolar pautam-se pela garantia e atendimento da função social da escola (dimensões que estão articuladas, socialização dos saberes conhecimentos, formação de valores e atitudes voltados à plena cidadania). E, saber articular e organizar tais objetivos educacionais são garantias dessa teoria e prática, que é a idealização e execução do Projeto Político-Pedagógico (PPP). Nesse sentido, cabe ao pedagogo envolver-se na construção do PPP. Esse processo define os caminhos de participação dos segmentos institucionais de todos (gestão, professor, funcionário, família, aluno e comunidade) na vida escolar. As instâncias deliberativas de escolhas destes são: gestor, conselho escolar, reuniões de pais, que se constitui em formas democráticas de participação. Portanto, a construção do PPP é um momento imprescindível para se fazer sínteses entre normas legais (respeito à legislação nacional e diretrizes do sistema) e contextos de cada escola (regimento e

funcionamento escolar), que é o reflexo do cenário educacional local.

Alternativa A: INCORRETA. O princípio do PPP é o atendimento das demandas atuais de uma localidade, de forma a atender a problemática situacional. Não podemos perder de vista que o PPP é o espelho do cenário educacional local.

Alternativa B: INCORRETA. Para dar conta da elaboração e execução do PPP, é preciso atender às seguintes demandas: missão (o que pretende alcançar); clientela (quem são os envolvidos, quais suas aspirações, expectativas e sua formação); dados sobre a aprendizagem (nessa perspectiva, a aprendizagem sugere o que o público já sabe e o que precisam aprender para alcançar uma comunidade mais forte); relação com as famílias (o PPP da escola precisa ter a identidade de todos os envolvidos para que tenham vez e vozes, reforçando o papel social de todos). Recursos às ferramentas disponíveis para oportunizar a motivação intrínseca e extrínseca; diretrizes pedagógicas (organizar a proposta curricular sem, contudo, desconsiderar a proposta curricular comum); plano de ação (categorizar no documento as ações não apenas para ficar arquivado, mas para atender as necessidades atuais).

Alternativa C: CORRETA. Conforme assevera o documento, o processo de reformulação do PPP visa à democrática ordenação pedagógica das relações escolares cujo horizonte de ação procura abranger a vida humana em sua globalidade. É um documento em que se registra o resultado do processo negocial estabelecido por aqueles atores que estudam a escola e por ela respondem em parceria.

Alternativa D: INCORRETA. A equipe gestora não elabora o PPP sozinho. Ele precisa ter a cara da instituição e não servir apenas como um documento engavetado que preza apenas por uma exposição de suas metas.

Alternativa E: INCORRETA. O PPP vai além da dimensão pedagógica, pois envolve também a questão financeira e administrativa da escola, expressa a cultura, valores, crenças, significados, assim como um modo de pensar e agir de todos que colaboraram com sua elaboração. E, também, deve ser um caminho para que todos possam mostrar suas habilidades e enriquecer essa instituição.

18. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) Na organização e gestão do currículo, as abordagens disciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar requerem a atenção criteriosa da instituição escolar porque revelam a visão de mundo que orienta as práticas pedagógicas dos educadores e organizam o trabalho do estudante. Perpassam todos os aspectos da organização escolar, desde o planejamento do trabalho pedagógico, a gestão administrativo-acadêmica, até a organização do tempo e do espaço físico e a seleção, disposição e utilização dos equipamentos e mobiliário da instituição, ou seja, todo o conjunto das atividades que se realizam no espaço escolar, em seus diferentes âmbitos. As abordagens multidisciplinar, pluridisciplinar e interdisciplinar fundamentam-se nas mesmas bases, que são as disciplinas, ou seja, o recorte do conhecimento. É correto afirmar que a multidisciplinaridade.

- Ⓐ Expressa frações do conhecimento e o hierarquiza.
- Ⓑ Estuda um objeto de uma disciplina pelo ângulo de várias outras ao mesmo tempo.
- Ⓒ Refere-se ao conhecimento próprio da disciplina, mas está para além dela. O conhecimento situa-se na disciplina, nas diferentes disciplinas e, além delas, tanto no espaço quanto no tempo. Busca a unidade do conhecimento na relação entre a parte e o todo, entre o todo e a parte.
- Ⓓ Pressupõe a transferência de métodos de uma disciplina para outra. Ultrapassa-as, mas sua finalidade inscreve-se no estudo disciplinar. Ocorre a transversalidade do conhecimento constitutivo de diferentes disciplinas, por meio das ações didático-pedagógicas mediadas pela pedagogia dos projetos temáticos.
- Ⓔ É uma forma de organizar o trabalho didático e pedagógico em temas, eixos temáticos integrados às disciplinas, às áreas de conhecimentos de forma a estarem presentes em todas elas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O modelo multidisciplinar pode estar associado e fragmentado, havendo justaposição de disciplinas, sem relação aparente entre elas.

Alternativa B: INCORRETA. Para Nicolescu (2000), a abordagem multidisciplinar está sempre com o foco na disciplina. Apesar de ultrapassar as fronteiras disciplinares, seu quadro de referência ainda é o disciplinar, ou seja: cada indivíduo domina sua área e, para determinadas discussões, o especialista da área é que pode responder. Não há uma percepção da luz multidimensional, onde se torna possível tecer um conhecimento sobre um tema, à luz da área que domina.

Alternativa C: INCORRETA. O olhar multidisciplinar situa-se em sua área de conhecimento e não consegue complementar o todo dentro das partes, apenas expressa uma fração do conhecimento e o hierarquiza.

Alternativa D: INCORRETA. No olhar multidisciplinar, as disciplinas não dialogam, cada área quer sobrepor a outra.

Alternativa E: INCORRETA. O que se defende na perspectiva multidisciplinar encontra-se envolvido múltiplas disciplinas, no entanto, as disciplinas ficam a serviço de si mesmo e não discutem a unidade do conhecimento na relação das partes dentro do todo.

19. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) Leia o trecho abaixo.

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente” (Paulo Freire).

O Conselho Escolar é uma instância de democratização da educação e de construção da cidadania e é fundamental que ele:

- Ⓐ Acompanhe a aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens na escola. Para tanto, é fundamental que o Conselho zele pelo uso significativo do tempo pedagógico na escola e participe da gestão democrática da instituição escolar.
- Ⓑ Fiscalize a utilização dos recursos e verbas públicas. Não tem função pedagógica, a responsabilidade de zelar as aprendizagens é dos professores e familiares.
- Ⓒ Acompanhe os fluxos de papéis emitidos pela escola em atendimento às exigências legais. Sua função

é garantir a eficiência e a eficácia da instituição. Não tem função pedagógica, pois a sua composição não é de profissionais da área, pois conta com 50% de membros da comunidade.

Ⓓ Estabeleça as normas, os direitos, os deveres, as competências e os papéis de cada segmento da unidade. Sua função é normativa e somente para tais fins tem autonomia. Não tem caráter deliberativo nas instituições públicas.

Ⓔ Estabeleça as finalidades e os princípios da educação que se desenvolvem na unidade. Sua função é consultiva e de apoio à gestão profissional instituída, sendo uma instituição soberana no que tange à vida escolar.

Grau de Dificuldade

DICA DOS AUTORES: a gestão escolar deve-se atentar para sua missão e promover a inclusão de todos os atores sociais locais constituídos em suas instâncias, como o Conselho Escolar. Ações do Conselho Escolar são ativas, participativas, espaços em que cada membro titular tem vez, voz e formação esclarecedora da função que exerce como conselheiro. O Conselho Escolar deve acompanhar o trabalho do gestor de forma comprometida e respeitável. Orientar e organizar o que precisa junto aos seus pares para elevar a qualidade do ensino e ajudando a enfrentar as dificuldades no dia a dia. O gestor é membro nato do Conselho, mas obrigatoriamente não é presidente. O presidente do Conselho é escolhido, através de votação, entre os membros titulares que comparecerem à votação. O gestor só será presidente se for eleito pelos conselheiros titulares. O grupo gestor prioriza ocasiões específicas junto com toda equipe escolar e Conselho Escolar para eleger prioridades para utilização de toda verba que chega à escola e, de forma transparente e detalhada, com o mesmo grupo, realiza as prestações de contas.

Alternativa A: CORRETA. O serviço do Conselho Escolar não é apenas fiscalizador, mas atuante em conformidade com as instituições escolares, a fim de zelar pelo uso adequado do tempo pedagógico do aluno, contribuindo em favor da plenitude de sua cidadania.

Alternativa B: INCORRETA. Os Conselhos devem funcionar como mediadores e articuladores, atribuindo relação entre sociedade e gestores municipal, estabelecendo, quando necessário, as regras comple-

mentares que atendam às necessidades dos currículos municipais.

Alternativa C: INCORRETA. Podemos destacar cinco funções significativas desse serviço municipal: 1) normatizar – elaborar as regras que adaptam para o município as determinações das leis federais e/ou estaduais e que as complementem, quando necessário; 2) deliberar – autorizar ou não o funcionamento das escolas públicas municipais e da rede privada de ensino; 3) legalizar cursos e deliberar sobre o currículo da rede municipal de ensino; 4) assessorar – responder aos questionamentos e dúvidas do poder público e da sociedade. As respostas do órgão são consolidadas por meio de pareceres; 5) fiscalizar – acompanhar a execução das políticas públicas e monitorar os resultados educacionais do sistema municipal.

Alternativa D: INCORRETA. Os CME têm caráter deliberativo, podendo autorizar ou não o funcionamento das escolas públicas municipais e da rede privada de ensino. Legalizar cursos e deliberar sobre o currículo da rede municipal de ensino.

Alternativa E: INCORRETA. A função do Conselho não é apenas consultiva, mas: a) consultiva – responder a consultas sobre alvará, credenciamento e leis educacionais e suas aplicações, submetidas a ele por entidades da sociedade pública ou civil (Secretaria Municipal da Educação, escolas, universidades, sindicatos, câmara municipal, Ministério Público), cidadão ou grupo de cidadãos; b) propositiva – sugerir políticas de educação, sistemas de avaliação institucional, medidas para melhoria de fluxo e de rendimento escolar e propor cursos de capacitação para professores; c) mobilizadora – estimular a sociedade no acompanhamento dos serviços educacionais, informá-la sobre as questões educacionais do município e tornar-se um espaço de reunião de esforços do executivo e da comunidade para melhoria da educação; d) deliberativa – essa atribuição deverá ser definida na lei que cria o conselho que pode, por exemplo, aprovar regimentos e estatutos, autorizar cursos, séries ou ciclos e deliberar sobre os currículos propostos pela secretaria; e) normativa – só é exercida quando existe o sistema de ensino próprio. Ele pode, assim, elaborar normas complementares às nacionais em relação às diretrizes para regimento escolar, determinar critérios para acolhimento de alunos sem escolaridade e interpretar a legislação e

as normas educacionais; f) e fiscalizadora – promover sindicâncias, solicitar esclarecimento dos responsáveis ao constatar irregularidades e denunciá-las aos órgãos competentes (Secretaria Municipal de Educação, Ministério Público, Tribunal de Contas, Câmara dos Vereadores).

20. Questão

(IFPR/PR - CETRO - 2014) Com base na Resolução nº 01/2004 do CNE/CEB, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnorraciais e para ensino de história e cultura afro-brasileira e africana tem como base estruturante Eixos Estratégicos propostos no documento “Contribuições para a Implementação da Lei nº 10.639/2003”. Sobre esses eixos, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Política de formação para gestores e profissionais de educação.
- () Condições institucionais.
- () Fortalecimento do marco legal.
- () Gestão democrática e mecanismos de participação social.

- Ⓐ V/ V/ V/ V.
- Ⓑ V/ V/ V/ F.
- Ⓒ F/ F/ V/ F.
- Ⓓ F/ F/ F/ F.
- Ⓔ V/ F/ F/ V.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Conforme assevera a Lei Federal nº 10.639/2003, a sequência referente aos eixos que corresponde às relações étnico-raciais são: política de formação para gestores e profissionais de educação; condições institucionais; fortalecimento do marco legal e gestão democrática; e mecanismos de participação social.

Alternativa B: INCORRETA. Todas as questões compõem o corpo da alternativa seguindo a sequência apresentada no modelo da questão. Assim, não há alternativas falsas.

Alternativa C: INCORRETA. A estruturação do documento foi realizada à luz dos seguintes eixos: forta-

lecimento do marco legal; política de formação para gestores e profissionais de educação; política de material didático e paradidático; gestão democrática e mecanismos de participação social; condições institucionais: a) financiamento; b) sensibilização e comunicação; c) pesquisa; d) equipes e regime de colaboração; e) avaliação e monitoramento.

Alternativa D: INCORRETA. Não podemos considerar as quatro sequências como incorretas. Os eixos estratégicos propostos no documento têm como mérito assegurar projetos em favor da igualdade de condições.

Alternativa E: INCORRETA. As disposições das respostas nesse enunciado revelaram equívocos, conforme assegura o documento. A implementação efetiva da Lei nº 10.639/2003 exige o desenvolvimento dessa terceira abordagem de forma sistêmica, refletida em novo desenho de política educacional que articule o Ministério da Educação em seu conjunto na direção do combate ao racismo e da valorização da educação das relações étnico-raciais.

21. Questão

(PREF. JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE - AOC - 2014) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), em seu artigo primeiro, parágrafos 1 e 2, regulamentam:

- Ⓐ A educação escolar e a vincula ao mundo do trabalho.
- Ⓑ A educação em geral e a vincula ao mundo do trabalho.
- Ⓒ A educação escolar e não a vincula ao mundo do trabalho.
- Ⓓ A educação em geral e não a vincula ao mundo do trabalho.
- Ⓔ Somente a educação escolar de nível básico e a vincula ao mundo trabalho.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Os princípios de ensino-aprendizagem no ambiente escolar estão vinculados à formação profissional e inserção desse indivíduo no mercado de trabalho, contribuindo para estratégias, métodos, ideias que colaborem para o crescimento e progresso da sociedade atual.

Alternativa B: INCORRETA. A questão é uma pegadinha que exige atenção situada para não comprometer a opção de escolha.

Alternativa C: INCORRETA. Todo modelo de ensino preza pela inserção no mercado de trabalho. No entanto, vale destacar que o modelo de escola que temos hoje não condiz mais com o modelo de sociedade que estamos vivendo.

Alternativa D: INCORRETA. A prática educativa precisa estar em conformidade ao cenário de sociedade que estamos inseridos.

Alternativa E: INCORRETA. O processo de educação sistemática visa à formação social e profissional do aprendiz, com méritos para que compreendam a função social da escola "[...] Para que a educação fosse o instrumento da transformação seria necessário que a classe dominante no poder se suicidasse! Ela teria de abrir mão de seu poder de dominação na sociedade, inclusive da criação e supervisão das escolas e faculdades. Nunca tivemos um caso desses na história e não acredito que venham a dar o exemplo neste século" (FREIRE, 1986, pp. 28-29).

22. Questão

(PREF. JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE - AOC - 2014) O investimento estatal na educação pública ainda é um problema a ser enfrentada no Brasil. A Meta 20 do novo Plano Nacional de Educação (PNE, 2010-2020), sancionado em 2014, apresenta o percentual a ser investido em educação no decênio em questão. Esse percentual, de acordo com o texto do PNE 2010-2020, é de:

- Ⓐ 7% do Produto Interno Bruto (PIB) já no primeiro ano de vigência.
- Ⓑ 10% do Produto Interno Bruto (PIB) no quinto ano de vigência.
- Ⓒ 7% do Produto Interno Bruto (PIB) no quinto ano de vigência e 10% até o final do Plano.
- Ⓓ 10% do Produto Interno Bruto (PIB) já no primeiro ano de vigência.
- Ⓔ 7% do Produto Interno Bruto (PIB) desde o início até o fim do Plano.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Apesar de sabermos que uma pátria educadora se faz com investimentos

adequados que favoreçam a minimização dos problemas sociais que afligem a sociedade, não está descrito no Plano Nacional de Educação que será no primeiro ano de vigência o percentual proposto.

Alternativa B: INCORRETA. Apesar de ter lutado por 10% do PIB, infelizmente este percentual não foi aprovado.

Alternativa C: CORRETA. De acordo com o texto do PNE, 7% do Produto Interno Bruto (PIB) será concedido no quinto ano de vigência e 10% até o final do Plano.

Alternativa D: INCORRETA. O que está previsto no PNE é um aditivo de 7% e não 10%. Conforme destaca Perrenoud (2002, p. 94), “O objetivo da escola obrigatória tem que ver com as competências que nos transforma não apenas em trabalhadores, independentes ou assalariados, mas, em seres autônomos, cidadãos responsáveis, pessoas que têm uma vida privada”.

Alternativa E: INCORRETA. O PNE foi criado com o intuito de disseminar a participação da sociedade para que envolvesse nas discussões sociais, tornando-se autores de sua própria história.

23. Questão

(UFCA/CE - CCV/UFC - 2014) Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no seu Artigo 208, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- Ⓐ Progressiva universalização do ensino fundamental.
- Ⓑ Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 6 anos de idade.
- Ⓒ Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, exclusivamente na rede regular de ensino.
- Ⓓ Atendimento ao educando, somente do ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte e alimentação.
- Ⓔ Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Esse artigo 208 assegura a progressiva universalização do ensino médio gratuito.

Alternativa B: INCORRETA. Já o ensino de 9 anos à educação infantil e pré-escola que passa a ser garantia até os 5 anos.

Alternativa C: INCORRETA. O artigo constitucional sugere a oferta do AEE preferencialmente na rede regular de ensino e não exclusivamente. De certo, no seu Artigo 206, Inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Alternativa D: INCORRETA. Está incorreta, pois o princípio VII do Artigo 208 da Carta Magna assevera que o atendimento ao educando deve acontecer em todas as etapas da educação básica.

Alternativa E: CORRETA. Salientamos que não apenas a Constituição Federativa Brasileira, mas o próprio PNE (2014), elucida mais uma vez essa oferta da educação básica e gratuita dos 4 aos 17 anos.

24. Questão

(IFNMG/MG - FUNDEP - 2014) Segundo Candau (2002), um grande desafio para os educadores, diante dos novos cenários da sociedade contemporânea, é articular igualdade e diferença à base cultural comum e expressões da pluralidade social e cultural.

Analise as seguintes afirmativas sobre cidadania, pluralidade cultural e educação.

- I. O papel de formadora de identidades, sejam estas individuais, sociais e culturais, tem sido um dos trunfos da legitimação da escola.
- II. A percepção da escola como espaço sociocultural possibilita pensar o processo educativo escolar como sendo heterogêneo, produto da ação recíproca entre sujeito e instituição e capaz de reconhecer e incorporar a diversidade no desenvolvimento dos educandos como sujeitos socioculturais.
- III. No mundo de hoje há uma grande igualdade, não só do acesso, mas também do uso que se faz do conhecimento.

A partir dessa análise, pode-se concluir que estão corretas:

- (A) I e II apenas.
- (B) I e III apenas,
- (C) II e III apenas.
- (D) I, II e III.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Para Candau (2002), a educação deve promover o reconhecimento do “outro” e o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais, ou seja, uma educação para a negociação cultural.

Alternativa B: INCORRETA. O direito a sermos iguais nas diferenças, muito bem defendido por Boaventura Sousa Santos (2001), sugere-nos a pensarmos a educação na óptica da transculturalidade, ultrapassando a fronteira do pré-conceito dos espaços intersociais já estabelecidos, para defender uma educação como afirma a autora intercultural onde a identidade da escola seja definida pela relação com as questões inerentes à realidade, construída a partir da diversidade dos sujeitos, vinculando práticas educativas que deem conta de aproximar sociedade, escola e cultura(s).

Alternativa C: INCORRETA. Ao considerar a alternativa III como correta, invalida a alternativa C.

Alternativa D: INCORRETA. Conforme destaca a alternativa III: “No mundo de hoje, há uma grande igualdade, não só do acesso, mas também do uso que se faz do conhecimento”. Infelizmente, a alternativa ainda é ilusória, estamos longe de promover igualdades de condições e de acesso, mas lutamos para que esse princípio possa tornar-se universal.

25. Questão

(PREF. JOABOTÃO DOS GUARARAPES/PE - AOC - 2014) O Plano Nacional de Educação (PNE) é o documento que norteia as ações do Estado nacional em relação às políticas públicas em educação no período de dez anos. Em julho de 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação com vigência para a próxima década. A modalidade de educação especial que abrange, segundo o PNE, crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e

altas habilidades, está contemplada em qual meta do documento?

- (A) 20.
- (B) 05.
- (C) 18.
- (D) 04.
- (E) 09.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Essa meta diz respeito à ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Alternativa B: INCORRETA. A meta 05 diz respeito a alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

Alternativa C: INCORRETA. Essa meta é a tentativa de assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para o(a)s profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino. E, para o plano de carreira do(a)s profissionais da educação básica pública, a qual tomará como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do Art. 206 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL,1988).

Alternativa D: CORRETA. Os princípios do PNE representam o desejo da sociedade civil em universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Bem acessos à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Alternativa E: INCORRETA. Já a meta 09 do PNE procura elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência desse PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

26. Questão

(IFNMG/MG – FUNDEP – 2014) Para Jonnaert, Etayebi e Defise (2010), o currículo de um sistema educativo deve possibilitar a definição clara de suas finalidades e a operacionalização do conjunto de um plano de educação e sua aplicabilidade por meio de um plano de ação administrativo.

Analise as seguintes afirmativas sobre o currículo:

- I. Um mesmo currículo pode ser entendido segundo três níveis de interpretação bem diferentes: currículo oficial, currículo implantado e currículo assimilado.
- II. Entre as correntes curriculares está a que se refere a uma abordagem cultural do currículo, a qual gerou a pedagogia por objetivos e a pedagogia (do domínio).
- III. Uma abordagem focalizada nos alunos não exclui nem os saberes disciplinares nem os interesses para a sociedade.

A partir dessa análise, pode-se concluir que estão corretas:

- (A) I e II apenas.
(B) I e III apenas.
(C) II e III apenas.
(D) I, II e III.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Não é possível compreender o real papel desempenhado pela escola através dos tempos, desconsiderando a função exercida pelo currículo, no enquadramento da escola, concernente ao que se deve ou não ser ensinado, segundo a lógica dos interesses, determinada por quem detém o poder, em favor da classe dominante. Tal circunstância remete à reflexão sobre a dimensão política e ideológica do currículo, como fator determinante da cultura que deve ser veiculada pela escola cuja compreensão exige um exame epistemológico das correntes e teóricos que versam sobre o tema. A abordagem cultural do currículo tem a ver com o respeito ao universo cultural do sujeito, conforme salienta Sousa (2004, p. 180): “O currículo, do ponto de vista das teorias críticas [...], é um artefacto

político que interage com a ideologia, a estrutura social, a cultura e o poder”.

Alternativa B: CORRETA. O pensamento de Giroux (1999) sobre a noção da “política cultural” que permeia a pedagogia e o currículo, juntamente com Silva (2009, p. 55), enfatiza que antes de se ater apenas à transmissão de “fatos” e conhecimentos objetivos, “o currículo envolve a construção de significados e valores culturais” e se constitui em um “local onde, ativamente, se produzem e se criam significados sociais”. Assim, ao dar vez e voz aos sujeitos sociais, o próprio sujeito cognoscente aprenderá a articular o conhecimento formal apreendido na escola com os conceitos presentes no espaço social que se encontra.

Alternativa C: INCORRETA. Para Giroux (1999), a abordagem cultural do currículo envolve construção de significados e valores culturais. Assim, associar a abordagem cultural do currículo a uma pedagogia do domínio é um equívoco invalidando, assim, essa alternativa.

Alternativa D: INCORRETA. Nem todas as afirmativas expostas na questão devem ser consideradas como verdadeiras. A afirmativa II supracitada no texto é inadequada para o conceito de abordagem cultural do currículo.

27. Questão

(IFBA/BA – FUNRIO – 2016) Segundo a Constituição Federal de 1988, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, constituem:

- (A) Ação facultativa do Poder Executivo Federal.
(B) Diretriz secundária dos Poderes legalmente constituídos
(C) Objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
(D) Princípio das organizações não governamentais.
(E) Fundamento da Organização das Nações Unidas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Compete ao poder Executivo Federal se empenhar a manter, defender e cumprir a Constituição Federal, observando as leis, promovendo o bem geral de todos, fortalecendo a união, a integridade e a independência do Bra-

sil. O executivo federal não legisla sozinho. Para o executivo, o apoio do congresso representado pelo poder legislativo faz toda a diferença na aprovação de ementas, projetos que colaborem com o crescimento social do país. Por isso, a escolha dos nossos representantes no poder legislativo faz toda a diferença para o bom andamento das propostas que favoreça o crescimento da nação.

Alternativa B: INCORRETA. Não há diretrizes secundárias dos poderes legalmente constituídos. O princípio dos três poderes visa estabelecer um equilíbrio, oportunizando que cada um estabeleça certo controle sobre o outro, evitando, assim, um modelo autoritário geral.

Alternativa C: CORRETA. O objetivo fundamental da república federativa do Brasil é erradicar a pobreza, marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, conforme sugere o artigo 3º da Constituição Brasileira Federal (CFB, 1988).

Alternativa D: INCORRETA. Conforme assevera Capó (1994) e Senillosa (1996 apud TEIXEIRA, 2001), as ONGs elegem as organizações de acordo com as orientações dos seus dirigentes e do cenário onde atuam. Classificando-as como: de caráter assistencial (ações de ajuda humanitária); de desenvolvimento autossuficiente, com ideologias desenvolvimentistas e projetos de caráter setorial, sobretudo nos anos 1960, e defensoras de mudanças estruturais (visando ao desenvolvimento autossustentável e autônomo sob o ponto de vista da participação política).

Alternativa E: INCORRETA. A Organização das Nações Unidas tem como objetivo principal garantir a paz no mundo através do bom relacionamento entre os países.

28. Questão

(METRÔ/DF - IADES - 2016) Com relação aos processos de educação profissional e educação a distância, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ O formato vigente de educação profissional remete unicamente ao modelo norte-americano, sem sofrer influências ou interferências de outros modelos.
- Ⓑ Conciliar educação profissional com educação a distância, em processos de formação, exige altos custos por parte da instituição, o que faz com que esse modelo seja pouco rentável e eficaz.

Ⓒ Uma empresa que faz uso da Educação a Distância pode dispensar todo o respectivo quadro de formadores, uma vez que, nesse modelo, o formador é completamente prescindível.

Ⓓ O uso da Educação a Distância nos processos de formação é uma exclusividade de instituições que atuam nas áreas de tecnologia.

Ⓔ A Educação a Distância surgiu na Europa na primeira metade do século XIX, sendo a corrente mais predominante a que registra na Suécia, em 1833, a primeira experiência nesse campo de ensino.

Grau de Dificuldade



Alternativa A: INCORRETA. Conforme assegura o Artigo 40 da LDB, “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. Já a Educação a Distância visa multiplicar o desenvolvimento dos saberes por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A Educação a Distância (EaD) é um serviço visto na LDB, no Artigo 80, reconhecendo ao poder público o incentivo, a implementação e veiculação desses serviços.

Alternativa B: INCORRETA. Tanto o ensino profissional quanto a Educação a Distância (EaD) apresentam direcionamentos específicos para o aprendiz e torna-se um modelo significativo para estudantes que desejam iniciar a vida profissional, bem como a Educação a Distância permite aos seus usuários organizar seu tempo de estudo de forma mais flexível e oportuniza acessibilidade, já que o espaço de sala de aula não é apenas o arquitetônico.

Alternativa C: INCORRETA. Conforme salienta Litwin (2001): “os recursos tecnológicos, continua residindo, como em qualquer projeto educacional, na qualidade das propostas para o ensino, dos conteúdos selecionados e na formação do professor. Devendo contar, assim, com um corpo docente preocupado com o processo de aprendizagem dos estudantes, estejam eles em um espaço público ou diante de um computador fazendo exercício”.

Alternativa D: INCORRETA. No palco da tecnologia educacional, a investida das TICs tem sido usada especificamente nos meios educacionais, exigindo dos professores novos esquemas mentais e novas concepções acerca do saber que envolve diálogos constantes, intercâmbios singulares, criatividade e

disponibilidade para investigação, indispensáveis ao cumprimento do compromisso real com as políticas democráticas e de equidade social. Isso não quer dizer que seja de responsabilidade exclusiva das EaD o uso das tecnologias.

Alternativa E: CORRETA. A Educação a Distância surgiu na Europa na primeira metade do século XIX, sendo a corrente mais predominante a que registra na Suécia, em 1833, a primeira experiência nesse campo de ensino e que hoje tem sido a modalidade de ensino que mais cresce no Brasil, segundo dados do MEC.

29. Questão

(METRÔ/DF - IADES - 2016) No que tange à capacitação em serviço e treinamento pedagógico nas empresas, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Cabe ao gestor, nesse cenário, pensar currículos e programas necessários para o desenvolvimento da instituição.
- Ⓑ O paradigma de capacitação adotado pelas empresas em nada difere daquele que é trabalhado pelas escolas.
- Ⓒ O pedagogo empresarial é o profissional formado e capacitado para desenvolver esse trabalho, sem sofrer ou necessitar da interferência de quaisquer outros profissionais.
- Ⓓ O uso da capacitação em serviço leva a realidade da instituição para dentro do processo formativo, contextualizando as aprendizagens ao real interesse da organização.
- Ⓔ Para que inexistam dificuldades no processo de capacitação em serviço, devem-se selecionar somente os melhores colaboradores da instituição para participação nesses momentos de formação.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O currículo não pode ser constituído de forma unilateral, pensando apenas programas de ensino. Conforme elucida Toffler (1970, p. 329), o atual currículo, com sua divisão em compartimentos estanques, não se baseia em nenhuma concepção bem refletida sobre as necessidades humanas contemporâneas.

Alternativa B: INCORRETA. Apesar da escolar ter sido pensada para atender um mercado de trabalho in-

dustrializado, o paradigma educacional de qualificação profissional, mesmo constituído à luz de um modelo técnico, é possível de ser construído com reflexividade, bem como oportunizar práticas autênticas de aprendizagem, se esse profissional estiver disposto a aprender. Assim, ele poderá disseminar ideais que favoreçam os processos de meta-reflexão do seu grupo.

Alternativa C: INCORRETA. A ação pedagógica na empresa deve estar ligada à implementação de projetos destinados a programas de qualificação, requalificação profissional, produção e construção de novos saberes, estruturação do setor de treinamento, além de desenvolver e adequar métodos de informação e comunicação às práticas de ensino e aprendizagem, envolvendo a participação de outros profissionais. Até porque o ato pedagógico envolve a inter-relação com o outro, por isso, a pedagogia empresarial bem-sucedida tem uma íntima relação com a gestão interdisciplinar.

Alternativa D: CORRETA. O uso da capacitação em serviço leva a realidade da instituição para dentro do processo formativo, contextualizando as aprendizagens ao real interesse da organização. Construir situações reais colabora para tomadas de decisões que não se limitam a atender um fim em si mesmo, mas colaboram para intervenção em problemas sociais reais.

Alternativa E: INCORRETA. Conforme assevera Machado: “[...] O desafio das práticas significa tornar as vivências e experiências objetos de análise e reflexão. Em geral, não há preocupação com o contexto em que são construídas e consolidadas as nossas práticas, [...], o desafio do compromisso significa transitar do discurso para a ação, articular o real possível e o ideal, destruir as fantasias que cercam o mundo dos planejamentos e programas, gestar e gerir propostas capazes de dialogar com as práticas e as realidades, resgatar o sentido do planejar para a ação” (1996, p. 103-104).

30. Questão

(METRÔ/DF - IADES - 2016) Quanto ao conceito de educação corporativa, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Relaciona-se unicamente com a formação de mão de obra especializada.

- Ⓑ Prescinde de vinculação com os interesses da instituição.
- Ⓒ Vincula-se exclusivamente aos interesses da equipe gestora.
- Ⓓ Lança mão de estratégias de manipulação e doutrinação de colaboradores para seguir os objetivos da empresa.
- Ⓔ A educação corporativa organiza-se de forma coerente e sistematizada, às competências da equipe, possibilitando um processo significativo de inovação dentro da organização. Por meio dessa parceria, é possível alcançar o sucesso.

Grau de Dificuldade

DICA DOS AUTORES: a educação corporativa é uma temática interessante, pois nasceu com demandas das mudanças trazidas pela Era do Conhecimento. A educação nas empresas sempre ocorreria, porém, com uma nova aparência, conferida pelas transformações vivenciadas pelo mundo a fora, a partir da década de 1990, com o avanço da globalização, traçando cenários de mudanças e incertezas. Nesse sentido, cabe aos profissionais se atentarem para os “novos” rumos que a pedagogia empresarial tem assumido frente aos novos cenários organizacionais atuais.

Alternativa A: INCORRETA. Mais que mão de obra especializada, a educação corporativa visa ao caráter estratégico fundamental para o crescimento possível, ou seja, busca-se aumentar competências essenciais para o sucesso da campanha, ampliando práticas que contribua para desenvolver a cidadania para o sucesso da instituição.

Alternativa B: INCORRETA. A educação corporativa posiciona o pedagogo empresarial na condição de articulador, buscando conjuntamente encontrar as soluções práticas para a otimização da produtividade profissional.

Alternativa C: INCORRETA. Um trabalho corporativo não se limita exclusivamente aos interesses da equipe gestora, mas às necessidades da aprendizagem organizacional, aperfeiçoando a cada momento, com o bom emprego de ações com vista a estender e aprimorar as práticas pedagógicas nas empresas, tornando-as mais eficientes e eficazes.

Alternativa D: INCORRETA. O princípio de educação corporativa não se assemelha à manipulação e pas-

sividade dos colaboradores. Esse tipo de princípio empobrece o sistema e denigre seu espaço social.

Alternativa E: CORRETA. A educação corporativa organiza-se de forma coerente e sistematizada às competências da equipe, possibilitando um processo significativo de inovação dentro da organização.

31. Questão

(METRÔ/DF - IADES - 2016) O modelo de gestão e informação para a tomada de decisão na gestão de pessoas, que é mais discutido hoje principalmente pelo nível de complexidade, é a gestão por competências. Acerca desse assunto, assinale a alternativa que apresenta o conceito de gestão por competência.

- Ⓐ Orientação de esforços com o foco em planejar, captar, desenvolver e avaliar as competências organizacionais para o alcance de seus objetivos.
- Ⓑ Compreensão quanto às faculdades de mobilizar redes de atores em torno das mesmas situações e compartilhar os desafios, assumindo zonas de responsabilidade.
- Ⓒ Identificação das competências necessárias dos indivíduos.
- Ⓓ Conjunto de esforços para a realização das tarefas cotidianas dos indivíduos nas organizações para garantir sua efetividade.
- Ⓔ Avaliação dos indivíduos no sentido de verificar se um conjunto de colaboradores é ou não eficaz no que faz.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Ao discutir a gestão por competência, compreendemos que a orientação de esforços com o foco em planejar, captar, desenvolver e avaliar as competências organizacionais para o alcance de seus objetivos se convergem, incorporando ideais em favor da unidade, e não se limitam a situações isoladas podendo, assim, arruinar o verdadeiro sentido do objetivo.

Alternativa B: INCORRETA. Não basta mobilizar redes em torno da mesma situação, compartilhando os desafios, mas compreender as partes dentro do todo ou o todo dentro das partes, congregando ideias com vista a alcançar o objetivo comum.

Alternativa C: INCORRETA. Não basta identificar competências em cada indivíduo, mas, conforme salien-

ta Perrenoud: “Para desenvolver competências é preciso, antes de tudo, trabalhar por problemas [...] mobilizar seus conhecimentos e, em certa medida, completá-los. [...] Os professores devem parar de pensar que dar o curso é o cerne da profissão. Ensinar, hoje deveria consistir em conceber, encaixar e regular situações de aprendizagem, seguindo os princípios pedagógicos ativos construtivistas” (2010, p. 30).

Alternativa D: INCORRETA. A gestão por competência reconhece a busca pela contextualização da situação, estabelecendo a dicotomia entre teoria e prática, aproximando-se dos conflitos reais para mobilizar conhecimentos em favor de resultados positivos.

Alternativa E: INCORRETA. A gestão por competência procura impulsionar os colaboradores ao alcance de suas competências profissionais. Conforme destaca Chiavenato (2006, p. 216): “a gestão por competências é considerada: [...] um programa sistematizado e desenvolvido no sentido de definir perfis profissionais que proporcionem maior produtividade e adequação ao negócio, identificando os pontos de excelência e os pontos de carreira, suprimindo as lacunas e agregando conhecimento, tendo por base certos critérios objetivamente mensuráveis”.

32. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) publicados em 1997 constituem um conjunto de diretrizes norteadoras para a elaboração do currículo escolar. O documento foi elaborado pelo Ministério da Educação e reúne em seu corpo orientações fundamentadas sobretudo por pesquisas e produções na área de Educação. Os PCNs se dirigem aos professores, gestores e ao corpo pedagógico do ensino fundamental, preocupado em assegurar a qualidade de ensino nessa etapa da educação básica.

Uma de suas diretrizes é a adoção:

- (A) Do tempo escolar organizado em ciclos.
- (B) De sistemas avaliativos externos à escola.
- (C) Da jornada escolar de tempo integral.
- (D) De classes multisseriadas.
- (E) Da gestão democrática da escola.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A proposta do tempo escolar organizado em ciclo, conforme sugerem os PCNs, permite ao aprendiz respeitar seu tempo de maturação, como sugeria Piaget.

Alternativa B: INCORRETA. Foi por meio do Decreto nº 6.074, de 24 de abril de 2007, que nasceu a proposta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), instituindo, assim, as avaliações externas.

Alternativa C: INCORRETA. A política de educação integral nasceu do manifesto da Escola Nova, com Anísio Teixeira, pioneiro do movimento por um programa educacional que não se limitasse aos conhecimentos aritméticos e linguísticos, mas também ao empenho da música, da arte dentre outros aspectos. Porém, foi o Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação integral, surgindo, assim, o programa Mais Educação.

Alternativa D: INCORRETA. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) ponderam a disposição dos alunos em grupos de trabalho, favorecendo o desenvolvimento destes. Nesse sentido, o que se orienta é a organização das classes multisseriadas em grupos, não por séries, mas por objetivos em que a diferenciação se dê pela exigência adequada ao desempenho de cada um. Nessa sanção, a proposta de trabalho, à luz de ciclos de aprendizagem, seria o melhor caminho para o trabalho pedagógico com esse público.

Alternativa E: INCORRETA. As Diretrizes Nacionais da Educação Básica serão responsáveis por direcionar o percurso que contribuirá para o trabalho de gestão democrática nos estabelecimentos de ensino.

33. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Para muitas perspectivas, sobretudo para o senso comum, a escola é um espaço de democratização do conhecimento e ascensão social das camadas sociais mais carentes. Entretanto, para pensadores como Bourdieu, não é isso que a escola vem propiciando, desde sua origem. Para o autor, com a entrada dos menos abastados na escola, o que se fez foi substituir a eliminação clara e evidente dessa camada social, logo no início da escolarização, por uma eliminação suave e diluída desses jovens

ao longo desse processo. Dessa forma, criam-se no cenário escolar diversas mecânicas, como classes de aceleração ou a aprovação com dependência em disciplina para maquiagem a exclusão desses jovens. Como consequência desse processo, vemos alunos saindo da escola com uma grande defasagem idade/série e, quando se formam, com diplomas socialmente desvalorizados. Dessa forma, para Bourdieu, essa escola “para todos” é ainda mais perversa do que seu modelo anterior, na medida em que:

- Ⓐ Exerce sobre os alunos de maior capital cultural uma forte violência simbólica, pois passam a ser minoria na escola e passam por um processo de deslegitimação de sua cultura.
- Ⓑ Nega aos alunos menos abastados a apropriação de capital cultural legítimo, preferindo educá-los a partir de valores simbólicos mais próximos de sua realidade marginalizada.
- Ⓒ Mesmo possibilitando a ascensão de classe, esse modelo de escola também dá espaço para que o processo inverso ocorra, garantindo a manutenção da desigualdade social.
- Ⓓ Oculta e legitima a exclusão desses alunos, criando a ilusão de uma oportunidade de escolarização que em realidade não existe.
- Ⓔ Põe sobre o mesmo teto alunos de diferentes camadas sociais, não criando espaços diferenciados para alunos de menor capacidade intelectual.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Os alunos com maior capital cultural são beneficiados, visto que os sistemas perversos de ensino que colaboram para uma exclusão oculta. Há equívocos nas políticas de igualdades e de educação para todos. O processo educacional prioriza uma aprovação automática de todos, desconsiderando as especificidades do sujeito.

Alternativa B: INCORRETA. O que se percebe é um jogo de dominação simbólica sobre um grupo. Para Bourdieu, os indivíduos se posicionam nos campos de acordo com o capital acumulado – que pode ser social, cultural, econômico e simbólico.

Alternativa C: INCORRETA. A escola para todos discute o direito que todos têm garantido por uma educação de qualidade. Mesmo acometido de desigualdades, convém destacar que, apesar das transformações curriculares contribuirão na nova forma

de instituir o processo de ensino-aprendizagem para todos, compete a cada profissional envolvido com a educação constituir as transformações micro na rotina de sua prática.

Alternativa D: CORRETA. O princípio de escola para todos oculta e legitima a exclusão desses alunos, criando a ilusão de uma oportunidade de escolarização que, em realidade, não existe. Longe de ser uma operação asséptica, o processo de seleção dos saberes que devem constituir o currículo (sua construção) reflete as tendências políticas e a ideologia que se quer incutir na sociedade, estabelecendo, conforme Sousa (2004, p. 170), uma correlação entre o “conhecimento que deve ser veiculado pela escola e as forças econômicas, culturais e ideológicas da sociedade, afetando de uma forma subterrânea os processos educacionais”.

Alternativa E: INCORRETA. O objetivo da educação para todos não é criar conteúdo menos complexos para um grupo, oportunizando o mínimo para uns e o máximo para outros. Compreender o alicerce da educação para todos é perceber essa nova forma de pensar a educação a luz do empoderamento de todos os estudantes.

34. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Para Vitor Henrique Paro, a administração escolar vai para muito além do mero gerenciamento dos recursos materiais da escola, configurando-se em um trabalho de construção conjunta de leitura da realidade e de efetivação de metas e objetivos necessários e desejáveis para os diferentes sujeitos que passam por esta instituição. Em suas palavras:

“Dessa forma, o que determina o caráter [...] da administração é a natureza dos objetivos que ela busca concretizar, os quais – em conjunto e como resultante das forças sociais predominantes em um determinado momento histórico, de uma dada formação econômico-social – acabam por determinar a própria forma em que se dá a atividade administrativa” (PARO, V. H. Administração Escolar: introdução crítica. 17ª Ed. Cortez Editora, São Paulo. 2012. p. 206).

Nessa medida, é essencial que a gestão da escola se guie pelas perspectivas, concepções e metas elaboradas e planejadas em conjunto pela comunidade escolar, por meio, sobretudo:

- Ⓐ Dos Parâmetros Curriculares adotados pela escola.
- Ⓑ Da análise dos diferentes planos de aula da escola.
- Ⓒ Do Projeto Político-Pedagógico da escola.
- Ⓓ Do planejamento semestral da escola.
- Ⓔ Dos projetos adotados e produzidos pela escola.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são diretrizes separadas por disciplinas elaboradas pelo governo federal e não obrigatórias por lei. Elas visam subsidiar e orientar: a elaboração ou revisão curricular; a formação inicial e continuada dos professores; as discussões pedagógicas internas às escolas; a produção de livros e outros materiais didáticos; e a avaliação do sistema de educação.

Alternativa B: INCORRETA. A instituição escolar não pode se guiar simplesmente por diferentes planos de aula, mas por uma proposta articulada que tenha a cara da instituição escolar sem perder de vista os preceitos das diretrizes da educação básica.

Alternativa C: CORRETA. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola é a matriz norteadora da unidade escolar. Através desse PPP que escola constituirá sua identidade. Conforme referenda Vasconcelos (2002): “como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É o elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação” (p. 169).

Alternativa D: INCORRETA. Não será por meio de planejamentos semanais que se alcançará o direcionamento da unidade escolar, mas por meio de uma proposta que seja o elo do percurso educacional.

Alternativa E: INCORRETA. Os projetos desenvolvidos sem uma articulação aos objetivos e metas propostos no PPP poderão comprometer o bom andamento da instituição. O PPP deve ser construído com a participação de todos, apresentando o cenário da instituição, seus valores, suas manifestações culturais, seus princípios e demandas, oportunizando uma mudança significativa na realidade situada.

35. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) O currículo escolar é um elemento fundamental para a discussão e elaboração de perspectivas, métodos e objetivos não apenas pedagógicos, mas de diversas dimensões, a serem propostos pela comunidade escolar. Dessa forma, pode-se dizer que o currículo, juntamente com o Projeto Político-Pedagógico da escola, são as estruturas que dão alma aos fazeres e experiências escolares. O currículo, entretanto, não é apenas aquilo que é conscientemente planejado.

“Pode-se definir currículo oculto da escola como o conjunto de normas sociais, princípios e valores transmitidos tacitamente através do processo de escolarização. Não aparece explicitado nos planos educacionais, mas ocorre sistematicamente produzindo resultados não acadêmicos, embora igualmente significativos. Em certo sentido, representa a operacionalização – ainda que não declarada – da função social de controle que a escolarização exerce” (VALLANCE, apud GIROUX, Teoria crítica e resistência em educação. Petrópolis, Vozes, 1986).

Dessa forma, poderia compor o que Vallance define como currículo oculto:

- Ⓐ A regulamentação do uso obrigatório de uniformes pelo corpo discente.
- Ⓑ A criação de disciplinas diferenciadas, como ética, religião, cultura africana etc.
- Ⓒ As práticas sexistas por parte dos alunos durante as atividades escolares.
- Ⓓ As diretrizes escolares que primam pelo exercício da tolerância e do respeito.
- Ⓔ A criação de classes de aceleração para alunos com menor desempenho escolar.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O currículo oculto diz respeito ao que não está explícito, são as mensagens transmitidas por meio do corpo, não se torna evidente nos programas de ensino, mas representa a operacionalização – ainda que não declarada – da função social de controle que a escolarização exerce (VALLANCE, apud GIROUX, 1986, p. 71).

Alternativa B: INCORRETA. Para Vallance, o currículo oculto representa o reflexo do universo cultural do sujeito.

Alternativa C: CORRETA. Reconhecendo que o currículo representa uma relação de poder, salienta Giroux (1999, p. 93) salienta que a pedagogia crítica rompa com os limites disciplinares e estabeleça novas esferas de produção do conhecimento, ensejando o surgimento de novas formas de conhecimento. E acrescenta: esta não é apenas uma questão epistemológica, mas uma questão de poder, ética e política. “A pedagogia crítica, como política cultural, aponta para a necessidade de se inserir a luta sobre a produção e a criação do conhecimento como parte de uma tentativa mais ampla de criar várias culturas públicas críticas” (GIROUX, 1999, p. 93).

Alternativa D: INCORRETA. As diretrizes escolares que primam pelo exercício da tolerância e do respeito não têm relação com currículo oculto, segundo Vallance e Giroux (1986).

Alternativa E: INCORRETA. A criação de classes de aceleração para alunos com menor desempenho escolar tem a ver com programas de aceleração do desenvolvimento, do governo federal como os fluxos.

36. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) O Brasil, como um país democrático, decreta em sua Constituição (1988) uma série de direitos comuns a todos os seus cidadãos. Dentre eles, podemos encontrar na área dos direitos sociais o direito à educação, assim como podemos encontrar na lista dos direitos fundamentais o direito ao livre exercício de crenças e cultos religiosos. Se pensarmos na educação em seu sentido mais amplo, que transcende o cenário e as práticas escolares, a aceitação ou negação das diferentes crenças religiosas exerce um papel formativo e identitária muito importante no sujeito. Por sua vez, criou-se uma discussão muito polêmica na área da educação escolar sobre como lidar com a temática religiosa dentro da escola pública e, supostamente, laica. Apesar das divergentes perspectivas políticas sobre a temática, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 decreta que:

Ⓐ O ensino religioso é dever da família e da igreja e não se constituirá como disciplina dos horários normais das escolas públicas.

Ⓑ O ensino religioso não se constituirá como disciplina escolar sob nenhuma hipótese, na medida em

que não existe uma formação docente oficial para essa categoria.

Ⓒ O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas em todas as etapas da educação básica.

Ⓓ O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Ⓔ O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários de contra turno das escolas públicas em todas as etapas da educação básica.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Conforme destaca a LDB (nº 9394/96), “O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso”.

Alternativa B: INCORRETA. Se analisarmos o Inciso 2 da LDB (nº 9394/96), “Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso”. Nesse sentido, se o documento recomenda a definição de conteúdo de ensino religioso conforme o prescrito na lei, nessa situação, é possível categorizar esse ensino como disciplina no currículo, visto que a discussão da Base Nacional Curricular (2016) já anunciava essa situação.

Alternativa C: INCORRETA. Em 22 de julho de 1997, a Lei nº 9.475/97 foi aprovada com o objetivo de dar nova redação ao Artigo 33 da Lei nº 9.394/96, passando a vigorar com a seguinte redação: “Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à di-

versidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”.

Alternativa D: CORRETA. Conforme atualização da LDB em julho de 1997, o Artigo 33 desse documento passa a ser redigido constituindo o ensino religioso como disciplina dos horários normais das escolas públicas, assegurando o respeito à diversidade cultural.

Alternativa E: INCORRETA. O Artigo 33 da LDB (nº 9394/96) já elucida o ensino religioso dentro do horário normal dos estabelecimentos de ensino.

37. Questão

(UFCA/CE - CCV/UFC - 2014) Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no seu Artigo 208, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- Ⓐ Progressiva universalização do ensino fundamental.
- Ⓑ Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 6 anos de idade.
- Ⓒ Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, exclusivamente na rede regular de ensino.
- Ⓓ Atendimento ao educando, somente do ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte e alimentação.
- Ⓔ Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Esse Artigo 208 assegura progressiva universalização do ensino médio gratuito.

Alternativa B: INCORRETA. O ensino de 9 anos à educação infantil e pré-escola passa a ser garantia até aos 5 anos.

Alternativa C: INCORRETA. O artigo constitucional sugere a oferta do AEE preferencialmente na rede regular de ensino e não exclusivamente. De certo, no seu Artigo 206, Inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e garante,

como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208).

Alternativa D: INCORRETA. Está incorreta, pois o que diz o princípio VII do Artigo 208 da Carta Magna assevera que o atendimento ao educando deve acontecer em todas as etapas da educação básica.

Alternativa E: CORRETA. Salientamos que não apenas a Constituição Federativa Brasileira (CBF, 1988), mas o próprio PNE (2014), elucida mais uma vez essa oferta da educação básica e gratuita dos 4 aos 17 anos.

38. Questão

(PREF. ARARUAMA/RJ - FUNCAB - 2015) No currículo, por competências, os resultados a serem obtidos dirigem o processo educacional, assim:

- Ⓐ Primeiramente se definem os resultados, depois os processos necessários para alcançá-los.
- Ⓑ Os encontros educacionais são centrados na aquisição do conhecimento, em contraposição à sua simples aplicação.
- Ⓒ O enfoque é dado ao que tem que ser ensinado pelo educando e não ao que tem que ser apreendido.
- Ⓓ O sistema de avaliação enfatiza a avaliação somativa em detrimento da formativa.
- Ⓔ A organização e o fluxo do aprendizado dependem de uma relação hierárquica estabelecida entre o professor e aprendiz.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A avaliação por competência implica uma disposição curricular que, constantemente, contrabalança e alterna a obtenção de conhecimento com o incremento das habilidades e atitudes necessárias à boa prática médica, buscando articular todos esses domínios do aprendizado.

Alternativa B: INCORRETA. Se analisarmos as dez competências sugeridas por Perrenoud (2000), percebemos que o processo de avaliação por competência considera: 1. Organizar e estimular situações de aprendizagem; 2. Gerar a progressão das aprendizagens; 3. Conceber e fazer com que os dispositivos de diferenciação evoluam; 4. Envolver os alunos em suas aprendizagens e no trabalho; 5. Trabalhar em

equipe; 6. Participar da gestão da escola; 7. Informar e envolver os pais; 8. Utilizar as novas tecnologias; 9. Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão; 10. Gerar sua própria formação contínua.

Alternativa C: INCORRETA. Na instrução dirigida se prioriza o ensino.

Alternativa D: INCORRETA. Na avaliação por competência, o que se leva em consideração é o processo de formação do aprendiz e não o resultado quantitativo submetido por uma nota.

Alternativa E: INCORRETA. O processo de aprendizagem, valorizando as competências e habilidades do aprendiz, posiciona o estudante como protagonista da ação e não um expectador passivo que assiste ação de forma submissa.

39. Questão

(PREF. ARARUAMA/RJ - FUNCAB - 2015) Sobre o currículo por aquisição de conhecimentos, base para a maioria dos currículos tradicionalmente em curso no país, é correto afirmar que:

- Ⓐ A ênfase é dada nos processos.
- Ⓑ O objetivo do encontro educacional é a aplicação do conhecimento.
- Ⓒ É centrado no aluno que apresenta suas curiosidades e interesses.
- Ⓓ O curso ou treinamento é definido pela construção de conteúdos específicos.
- Ⓔ Os resultados do processo de aprendizagem são auferidos pela avaliação formativa.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. De fato, o currículo com base na construção do conhecimento analisa o processo, o percurso que o aprendiz trilhou para alcançar seu processo de formação.

Alternativa B: INCORRETA. Não se busca aplicar conhecimentos, mas construir, através das inter-relações, nas interferências, numa perspectiva de co-orientação, favorecendo a construção e não a transmissão.

Alternativa C: INCORRETA. Não se restringe apenas àqueles que apresentam interesses e curiosidades, mas busca oportunizar uma relação dialógica, criando espaços de múltiplas discussões e negociação do conhecimento.

Alternativa D: INCORRETA. Não há treinamento para desenvolvimento de competências, mas a construção de pensamentos estruturados de forma interdisciplinar, permitindo ao aprendiz construir suas estratégias interligando com o mundo real.

Alternativa E: INCORRETA. O processo de aprendizagem envolve estruturas funcionais significativas, contribuindo para que o aprendiz perceba o seu processo de crescimento.

40. Questão

(PREF. MANDAGUARI/PR - FAUEL - 2015) Sobre o ProUni, que está completando 10 anos, é correto afirmar:

- Ⓐ O ProUni oferece bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsistas integrais.
- Ⓑ O ProUni oferece bolsas de estudo integrais e parciais para todos os estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular.
- Ⓒ O ProUni oferece financiamento para estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsistas integrais.
- Ⓓ O ProUni oferece financiamento para todos os estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Com o propósito de ampliar o acesso ao ensino superior, o governo federal criou, em janeiro de 2005, o Programa Universidade para Todos (ProUni), através da Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005). O Programa tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais (50% e 25%) a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

Alternativa B: INCORRETA. A bolsa de estudo integral é cedida a brasileiros sem diploma de curso superior cuja renda familiar mensal não atinja o valor de até um salário mínimo meio. As bolsas de estudo parciais de 50% ou de 25% serão concedidas a brasileiros não portadores de diploma de curso superior

cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até três salários mínimos.

Alternativa C: INCORRETA. A bolsa será destinada ao estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, a estudantes deficientes a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda.

Alternativa D: INCORRETA. Os estabelecimentos privados de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, poderão aderir ao ProUni conforme firmar termo de adesão, cumprindo-lhe proporcionar, no mínimo, uma bolsa integral para o equivalente a 10,7 estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo ProUni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

41. Questão

(PREF. MANDAGUARI/PR - FAUEL - 2015) O filósofo John Locke foi o fundador do empirismo e um dos mais importantes precursores do iluminismo europeu, com isso, sua contribuição para a educação é extremamente significativa, pois ele também se preocupou com a teoria do conhecimento. Segundo Locke, o conhecimento é inerente às ideias e, para tanto, há duas fontes possíveis para nossas ideias. São elas:

- Ⓐ A sensação e a reflexão.
- Ⓑ A prática e a teoria.
- Ⓒ A sensação e a prática.
- Ⓓ A reflexão e os sentidos.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Para Locke, há duas fontes do conhecimento: os sentidos, que nos dão a percepção dos objetos externos, e a reflexão ou percepção interna das operações da razão.

Alternativa B: INCORRETA. A teoria empirista de Locke baseia-se no conhecimento do senso comum. Para o autor, aprendemos por meio das sensações (sentidos). Para a teoria, o conhecimento está fora do sujeito.

Alternativa C: INCORRETA. Não há a contribuição da prática na teoria empirista, mas a relação dos dois movimentos: sensação – advindo dos sentidos sensoriais – e a reflexão – que é a ideia deposita por meio dos sentidos.

Alternativa D: INCORRETA. Para o autor, o primeiro elemento é a sensação derivada dos sentidos e, depois, a elaboração das ideias por meio do pensamento.

42. Questão

(PREF. MANDAGUARI/PR - FAUEL - 2015) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina em seus artigos 12, 13 e 14 a incumbência dos estabelecimentos de ensino em elaborar a proposta pedagógica da escola, assim como a participação dos envolvidos no processo, visando à gestão democrática. Nesse sentido, podemos afirmar que:

- Ⓐ Essa lei deve ser seguida pelas instituições públicas, sendo facultativa aos estabelecimentos de ensino da rede privada.
- Ⓑ Essa determinação ratifica a Carta Magna (1988), que foi resultado de uma construção política dos segmentos da sociedade civil que reivindicaram e lutaram por tornar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9394/96) uma lei comprometida com a democracia e com a cidadania.
- Ⓒ Essa lei também determina a gestão democrática aos estabelecimentos privados, tendo em vista que o financiamento público também é destinado às instituições privadas.
- Ⓓ Essa lei é inócua e ratifica os mesmos princípios de gestão, organização de ensino, carga horária anual e planejamento que as leis educacionais anteriores apresentaram.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A Lei de Diretrizes e Bases, por ser um documento federal instituído a todos os estabelecimentos, público ou privado, precisa ser seguida por todos.

Alternativa B: CORRETA. Atualmente, os sistemas de ensino têm autonomia para constituir uma gestão democrática, desde que não fira a legislação federal.

Alternativa C: INCORRETA. Os artigos supracitados estabelecem como incumbência para os docentes,

no Inciso IV, do Artigo 12 da LDB, que os estabelecimentos de ensino devem zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente e zelar pelo seu plano de trabalho docente. Já no Inciso I do Artigo 13 da LDB, cada docente deve participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Alternativa D INCORRETA. Os artigos 12,13 e 14 da LDB não abordam gestão de financiamentos.

Alternativa E: INCORRETA. Os princípios de uma lei federal não apresentam dados inocentes para serem ratificados.

43. Questão

(PREF. MANDAGUARI/PR - FAUEL - 2015) O sistema educacional brasileiro, diante da democratização do ensino, tem vivido muitas dificuldades para equacionar uma relação complexa, que é garantir escola para todos, mas de qualidade. É inegável que a inclusão coloca ainda mais “lenha na fogueira” e que o problema escolar brasileiro é um dos mais difíceis, diante do número de alunos que se tem de atender, das diferenças regionais, do conservadorismo das escolas, entre outros fatores. Nesse sentido, a legislação educacional brasileira assegura:

- I. Atendimento educacional em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que não for possível a integração do aluno em classes comuns.
- II. Atendimento à alunos na faixa etária de 0 a 6 anos, durante a educação infantil.
- III. Serviços de apoio especializado disponíveis na escola regular para a complementação de atendimento ao aluno da educação especial.
- IV. Currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender a necessidade do educando.
- V. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado.

Dentre o disposto acima, estão corretas:

- (A) Duas afirmativas.
- (B) Três afirmativas.
- (C) Quatro afirmativas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

Alternativa A: INCORRETA. Considerando o enunciado, bem como as opções de escolhas disponíveis, afirmamos que a opção A é considerada incorreta.

Alternativa B: INCORRETA. Não há apenas três alternativas corretas. A escolha por essa questão inviabiliza a alternativa porque, de acordo, com as afirmativas disponíveis no enunciado, não consideramos apenas três alternativas incorretas.

Alternativa C: INCORRETA. Não podemos considerar, com base nas alternativas de escolhas, apenas quatro questões. É preciso categorizar mais afirmativas.

Alternativa D: CORRETA. De fato, está previsto na LDB (nº 9394/96), nas Diretrizes da Educação Básica Nacional, bem como em outros documentos norteadores federais, que a legislação federal brasileira assegura os seguintes aspectos: I. Atendimento educacional em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que não for possível a integração do aluno em classes comuns; II. Atendimento à alunos na faixa etária de 0 a 6 anos, durante a educação infantil; III. Serviços de apoio especializado disponíveis na escola regular para a complementação de atendimento ao aluno da educação especial; IV. Currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender a necessidade do educando e, V. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado.

44. Questão

(PREF. JABOATÃO/PE - AACP - 2015) O Plano Nacional de Educação (PNE) é o documento que norteia as ações do Estado nacional em relação às políticas públicas em educação no período de dez anos. Em julho de 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação com vigência para a próxima década. A modalidade de educação especial que abrange, segundo o PNE, crianças e adolescentes com: deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, está contemplada em qual meta do documento?

- (A) 20.
- (B) 05.
- (C) 18.
- (D) 04.
- (E) 09.

Alternativa A: INCORRETA. Essa meta diz respeito à ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência dessa lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Alternativa B: INCORRETA. A meta 05 diz respeito a alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

Alternativa C: INCORRETA. Essa meta é a tentativa de assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para o(a)s profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino. E, para o plano de carreira do(a)s profissionais da educação básica pública, a qual tomará como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL,1988).

Alternativa D: CORRETA. Os princípios do PNE representam o desejo da sociedade civil em universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Bem acessos à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Alternativa E: INCORRETA. Já a meta 09 do PNE procura elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência desse PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

45. Questão

(PREF. MANDAGUARI/PR - FAUEL - 2015) O Artigo 4º do Estatuto da Criança e do adolescente (Lei nº 8.069/90) dispõe que “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência

familiar e comunitária”. O mesmo Artigo ainda apresenta que a garantia de prioridade compreende:

- I. Atendimento específico à criança e ao adolescente, considerando criança até os 12 anos completos e adolescentes até os 18 anos completos.
- II. Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- III. Precedência de atendimento nos serviços públicos e particulares ou de relevância pública.
- IV. Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- V. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Dentre o disposto acima, estão corretas:

- Ⓐ Apenas as afirmativas I, II e III.
- Ⓑ Apenas as afirmativas III, IV e V.
- Ⓒ Apenas as afirmativas II, IV e V.
- Ⓓ Apenas as afirmativas II, III, IV e V.

Alternativa A: INCORRETA. A afirmativa I, presente nessa alternativa, diz respeito ao Artigo 2 do ECA. Nesse sentido, essa alternativa torna-se inválida.

Alternativa B: INCORRETA. A afirmativa III não compõe o Artigo 4 do ECA (1990), assim, essa questão torna-se inválida também.

Alternativa C: CORRETA. Corresponde ao Artigo 4 do ECA (1990) os seguintes incisos: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Alternativa D: INCORRETA. A afirmativa I e III não corresponde ao Artigo 4 do ECA (1990).

Alternativa E: INCORRETA. Conforme já referendado, diante das opções disponíveis nessa afirmativa, consideramos como elementos do Artigo 4 da ECA (1990) as seguintes afirmativas: II, IV e V.

46. Questão

(PREF. MANDAGUARI/PR - FAUEL - 2015) A Lei nº 8.842/94 fixa a Política Nacional do Idoso e apresenta no artigo 3º os princípios que regem tal política. Dentre o disposto abaixo, assinale a alternativa que **não** condiz com tais princípios:

- Ⓐ A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida.
- Ⓑ O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade específica, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos.
- Ⓒ O idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza.
- Ⓓ O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O Artigo 1º da política nacional do idoso assegura os direitos sociais em integração com a família e a sociedade.

Alternativa B: CORRETA. Não há na Política Nacional do Idoso o princípio referente ao “processo de envelhecimento diz respeito à sociedade específica, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos”. Nesse sentido, o enunciado da questão sugere discriminar a alternativa que não condiz com a Lei nº 8.842/94.

Alternativa C: INCORRETA. Conforme assevera a Política Nacional do Idoso, o Artigo 3 da Lei Federal nº 8.842/94 repugna discriminações, bem como maus-tratos de qualquer natureza. Todos devem gozar de sua velhice com qualidade.

Alternativa D: INCORRETA. Esse indicativo da lei federal, presente no artigo 3, Inciso IV notifica os direitos dos idosos.

47. Questão

(PMMG/MG - IBFC - 2015) Ao longo do século XX, em diferentes momentos e lugares do Brasil, surgiram associações e movimentos organizados em prol do atendimento às necessidades de populações negras. A intensa mobilização emergiu em fins dos anos

1970 e nesse cenário aconteceu uma reorganização do movimento negro, podendo-se considerar como um de seus importantes marcos a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, com intuito de articular entidades diversas e demarcar o caráter político da luta contra a discriminação racial. Tratou-se, assim, de um momento de rearticulação e instauração de uma nova agenda política de combate antirracista, que passa a se organizar em frentes de luta como:

- I. A recuperação da autoestima negra, por meio da modificação de valores estéticos, da reapropriação de valores culturais, da recuperação de seu papel na história nacional e do avivamento do orgulho racial.
- II. O processo de abertura política e a emergência dos movimentos sociais em consonância com a transição democrática no Brasil.
- III. O combate à discriminação racial, por meio da universalização da garantia dos direitos e das liberdades individuais, incluindo os negros, mestiços e pobres.
- IV. O combate às desigualdades raciais, por meio de políticas públicas que estabeleçam, a curto e médio prazo, um maior equilíbrio de riqueza, prestígio social e poder entre brancos e negros.

Assinale a alternativa correta:

- Ⓐ I, II e III apenas.
- Ⓑ I, III e IV apenas.
- Ⓒ I e III apenas.
- Ⓓ I e IV apenas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O processo de abertura política e a emergência dos movimentos sociais, em consonância com a transição democrática no Brasil, não têm relação com o MNU. A ideia principal é corroborar para o desenvolvimento de diversas estratégias de luta pela inclusão social do negro e superação do racismo na sociedade brasileira.

Alternativa B: CORRETA. Dentre os princípios do MNU destaca-se: a) a recuperação da autoestima negra, por meio da modificação de valores estéticos, da reapropriação de valores culturais, da recuperação de seu papel na história nacional e do avivamen-

to do orgulho racial; b) o combate à discriminação racial, por meio da universalização da garantia dos direitos e das liberdades individuais, incluindo os negros, mestiços e pobres; e c) o combate às desigualdades raciais, por meio de políticas públicas que estabeleçam, a curto e médio prazo, um maior equilíbrio de riqueza, prestígio social e poder entre brancos e negros.

Alternativa C: INCORRETA. Por estar incompleta, considera-se essa alternativa como inadequada, visto que faltou implementar a opção IV para compor de forma adequada a alternativa.

Alternativa D: INCORRETA. Torna-se oportuno acrescentar “O combate à discriminação racial, por meio da universalização da garantia dos direitos e das liberdades individuais, incluindo os negros, mestiços e pobres”; que deveria estar compondo essa alternativa.

48. Questão

(PMMG/MG - IBFC - 2015) Programas mais amplos de combate ao racismo e de valorização da população negra desdobraram-se em diferentes frentes de atuação, dando origem a algumas centenas de entidades, associações e Organizações Não Governamentais (ONGs), em todo o país. Entre os inúmeros grupos que surgiram nas últimas décadas, poderíamos citar, entre outros, aqueles ligados à defesa da cultura negra. Nesse contexto, dê valores de verdadeiro (V) ou falso (F) aos itens a seguir:

- () Olodum e Ilê Aiyê.
- () Tambor Mineira e Tambolelê.
- () Multiculturalismo Racional.
- () Casa de Cultura da Mulher Negra.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:

- (A) V, V, F, V.
- (B) V, V, V, F.
- (C) V, F, V, V.
- (D) V, F, V, F.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Os grupos em defesa às raízes e luta pela afirmação da cultura negra, como o

Olodum e Ilê Aiyê, que são grupos culturais de que lutam pela valorização do legado afrodescendente. A riqueza desses movimentos provocou o reconhecimento dos grupos como patrimônio cultural. A Bahia já foi considerada a primeira capital do Brasil em 1549 e é o estado com maior contingente de população afrodescendente. Nesse sentido, o fortalecimento das raízes afros por meio da musicalidade e das expressões corporais deram visibilidade aos movimentos de valorização da cultura negra.

Alternativa B: INCORRETA. O multiculturalismo racional pode ser considerado como uma fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade. A diversidade cultural, que é uma proposta inclusiva em favor dos grupos minoritários, ou seja, não defende um grupo específico, mas está em favor de todos da pluralidade cultural. Nesse sentido, não é um movimento específico de valorização da cultura negra. Já a casa de cultura da mulher negra discute a importância da comunicação popular na transformação das relações de gênero e raça. Assim, tanto o movimento multicultural quanto a casa de cultura negra não são programas de combate ao racismo e valorização da cultura negra, mas esses movimentos tramitam numa dimensão mais ampla.

Alternativa C: INCORRETA. Conforme comentários tecidos nas alternativas anteriores, programas de valorização prezam por delimitar o público, os interesses desse grupo, bem como as características, ao passo que o princípio do multiculturalismo racional apresenta uma visão de conjunto evidenciando o simbolismo imaginário.

Alternativa D: INCORRETA. Apenas a opção multiculturalismo não deve ser considerada como um movimento de defesa do racismo e valorização da cultura afrodescendente, pois o princípio do multiculturalismo é uma estratégia que visa lidar com as diferenças, no âmbito político social-cultural ou educativo.

49. Questão

(PREF. CRISTÁLIA/MG - COTEC UNIMONTES - 2015) José Carlos Libâneo, em seu livro Didática, discute sobre os elementos constitutivos da didática, entre os quais **não** se encontra:

- (A) Conteúdos das matérias.
- (B) Ação de ensinar.
- (C) Ação de aprender.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Nas seções componentes do processo didático, o autor descreve os elementos constitutivos da didática, dentre eles, conteúdos das matérias, ação de ensinar e ação de aprender.

Alternativa B: INCORRETA. O segundo elemento da didática sugerido por Libâneo (1994) é a ação de ensinar. Adiante, no capítulo 4 de sua obra, ele apresenta as características do ensino.

Alternativa C: INCORRETA. O terceiro elemento proposto por Libâneo está relacionado à ação de aprender. O autor destaca o trabalho do professor como sendo um trabalho docente que “visa também a mediação entre a sociedade e os alunos”.

Alternativa D: CORRETA. O autor não faz declarações acerca das tendências pedagógica, apenas sintetiza os temas fundamentais da didática, considerando: 1. Os objetivos sociopedagógicos; 2. Os conteúdos escolares; 3. Os princípios didáticos; 4. Os métodos de ensino aprendizagem; 5. As formas organizadas do ensino; 6. Aplicação de técnicas e recursos; 7. Controle e avaliação da aprendizagem.

50. Questão

(PREF. CRISTÁLIA/MG - COTEC UNIMONTES - 2015) Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, não se encontram:

- Ⓐ Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas.
- Ⓑ Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente.
- Ⓒ Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.
- Ⓓ Garantir a execução de sua proposta pedagógica conforme modelo elaborado pelo Conselho de Diretores Regionais.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Conforme Artigo 12 da LDB (nº 9394/96), é responsabilidade dos estabeleci-

mentos de ensino: “III. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas”.

Alternativa B: INCORRETA. O Inciso IV, do mesmo Artigo 12 da LDB (nº 9394/96), considera como incumbência dos estabelecimentos de ensino: “IV. Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente”. A prática educativa precisa estar em conformidade com a escola e com a vida porque, na vida real, os alunos produzem, experimentam e a escola precisa acompanhar essa dinâmica, tornando-se fundamental despertar a curiosidade.

Alternativa C: INCORRETA. Conforme Inciso V (Artigo 12) da LDB (nº 9394/96), os sistemas de ensino devem “Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento”. De fato, os sistemas de ensino precisam manter a atenção na aprendizagem, contribuindo para a melhoria do desempenho de todos por meio de práticas que conduza o educando a tornar-se autor de sua própria aprendizagem, o professor o mediador do diálogo construtivo entre teoria e espaço situado, e a escola o espaço vivo aberto ao diálogo e a relação de troca, conhecendo a realidade para transformá-la.

Alternativa D: CORRETA. Conforme o enunciado da questão, a única opção que não se encontra nas normas estabelecidas nos sistemas de ensino corresponde à opção D, assim, torna-se consistente destacá-la como adequada. A LDB evidencia que as instituições de ensino precisam elaborar e executar sua proposta pedagógica.

51. Questão

(PREF. CRISTÁLIA/MG - COTEC UNIMONTES - 2015) Quando tratam da identidade de gênero, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil assim orientam: “No que concerne à identidade de gênero, a atitude básica é transmitir, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes e permitir que a criança brinque com as possibilidades relacionadas tanto ao papel de homem como ao da mulher”.

Observadas essas orientações, os educadores devem estar atentos:

- Ⓐ Para assegurar a concepção de que homem não chora e que mulher não briga.

- Ⓑ Para que não sejam reproduzidos, nas relações com as crianças, padrões estereotipados quanto aos papéis do homem e da mulher como, por exemplo, que à mulher cabe cuidar da casa e dos filhos e que ao homem cabe o sustento da família e a tomada de decisões.
- Ⓒ Para manter os estereótipos que surgem entre as próprias crianças, fruto do meio em que vivem.
- Ⓓ Para incentivar a divisão entre meninos e meninas nas salas de aula e nas brincadeiras.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Conforme sugere o documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RNCEI), lançado em 1998 trouxe observação e suscetibilidade do professor são elementos essenciais para o reconhecimento das diferentes situações envolvendo a temática, podendo, assim, ter perceptibilidade quanto aos encaminhamentos a serem tomados.

Alternativa B: CORRETA. Um dos princípios do trabalho pedagógico à luz da identidade de gênero é desenvolver atitudes de respeito às particularidades de cada um, evitando o fortalecimento de atitudes machistas do comportamento subordinado para o gênero feminino, muito menos contribuindo para a supervalorização do papel masculino na sociedade.

Alternativa C: INCORRETA. O que se espera é cuidar das relações que se criam entre os vários indivíduos que constituem o grupo, favorecendo a condição de igualdade de todos.

Alternativa D: INCORRETA. A prática pedagógica com os pequenos não deve ser de separação, mas de colaboração, contribuindo para atitudes permanentes de respeito e compreensão, fortalecendo, assim, um dos importantes pilares da educação, que é: aprender a conviver com o outro.

52. Questão

(PREF. BRUSQUE/SC - FEPESE - 2014) No artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), em vigor, consta que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- Ⓐ Educação básica, obrigatória, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

- Ⓑ Ensino fundamental, opcional e gratuito, exclusivamente para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- Ⓒ Ensino fundamental, obrigatório, somente para os que comprovarem idade própria para o acesso à escola.
- Ⓓ Educação básica gratuita exclusivamente para os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- Ⓔ Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A LDBEN 9394/96 preconiza que a Educação Básica (Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio) tem caráter obrigatório dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive, para os sujeitos que não tiveram acesso a ela na idade própria. O referido documento sinaliza, ainda, a possibilidade de oferta de Atendimento Educacional Especializado para educandos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, além da criação de modalidades de ensino.

Alternativa B: INCORRETA. De acordo com a LDBEN 9394/96, o Ensino Fundamental não possui caráter opcional, mas obrigatório. Além disso, sua oferta é centralizada para todos os sujeitos sociais e não exclusivamente para aqueles que não tiveram acesso a ela na idade própria.

Alternativa C: INCORRETA. O inciso IV do art. 4º da LDBEN 9394/96 coloca em relevo que o dever do Estado com a educação pública será efetivado, dentre outras ações, mediante acesso público e gratuito ao Ensino Fundamental e Médio para todos os que não os concluíram na idade própria.

Alternativa D: INCORRETA. O termo exclusivamente, utilizado na questão, vai de encontro ao que está proposto na LDBEN 9394/96, documento que corrobora a tese de que o dever do Estado com a Educação Básica deverá ser propiciada a todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

Alternativa E: INCORRETA. O artigo 4º da LDBEN (9394/96) explicita que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica (Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e não somente com a oferta do Ensino Fundamental.

53. Questão

Grau de Dificuldade

(IF/PR - CETRO - 2014) É correto afirmar que o Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança a pessoa até:

- Ⓐ 10 (dez) anos de idade completos.
- Ⓑ 12 (doze) anos de idade incompletos.
- Ⓒ 12 (doze) anos de idade completos.
- Ⓓ 10 (dez) anos de idade incompletos.
- Ⓔ 11 (onze) anos de idade incompletos.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A idade estabelecida na consigna não vai ao encontro do que dispõe o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Alternativa B: INCORRETA. O termo incompleto, utilizado na questão, deixa evidente o seu equívoco.

Alternativa C: CORRETA. De acordo com o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, pode ser considerada criança a pessoa até 12 anos de idade completos.

Alternativa D: INCORRETA. Idade incorreta de acordo com o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Alternativa E: INCORRETA. Idade incorreta de acordo com o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente.

54. Questão

(IF/PR - CETRO - 2014) Segundo o artigo 208 da Constituição Federal de 1988, o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia, entre outras, de:

- I. Progressiva universalização do ensino médio pago.
- II. Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educador.
- III. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

É correto o que está contido em

- Ⓐ III, apenas.
- Ⓑ II e III, apenas.
- Ⓒ I e III, apenas.
- Ⓓ II, apenas.
- Ⓔ I, II e III.

Assertiva I: INCORRETA. De acordo com os princípios elencados na Constituição Federal de 1988, a progressiva universalização do ensino médio deve ser feito de modo gratuito.

Assertiva II: INCORRETA. O texto da Constituição Federal de 1988 propõe que a oferta de ensino noturno regular deve ser adequada às condições do educando.

Assertiva III: CORRETA. Constitui-se, inclusive, um dos princípios da Educação Especial na perspectiva da inclusão. A ideia de que os sujeitos com necessidades educativas especiais tenham acesso à escola regular pressupõe um conjunto de adaptações e mudanças a serem efetivadas pelas instituições educativas.

Resposta: Ⓐ

55. Questão

(CEFET/RJ - CESGRANRIO - 2014) O processo de elaboração do projeto político-pedagógico de uma instituição educacional contou com a participação de lideranças locais, incluindo alguns jovens ex-alunos que organizam as festas temáticas no entorno do colégio. Considerando-se os pilares democracia representativa e democracia participativa, a participação social e popular deve ser entendida como uma

- Ⓐ forma de atender a todas as exigências burocráticas, bem como às recomendações técnicas, orientações e parâmetros dos documentos que regulam as ações apresentadas pelas Secretarias de Educação e pelos Conselhos Educacionais.
- Ⓑ aposta para se conseguir melhorar a qualidade da Educação e das políticas educacionais, já que tais iniciativas favorecem a criação de espaços de deliberação coletiva e de avaliação permanente do instituído como ideário para o projeto educativo.
- Ⓒ etapa a mais da execução do projeto político-pedagógico, tendo em vista as próximas ações a serem desenvolvidas para o convencimento do coletivo da instituição escolar.
- Ⓓ lógica colaborativa que faz sentido apenas na etapa da elaboração do documento a ser apresentado quando da avaliação dos órgãos que analisam os processos internos da instituição educativa.

Ⓔ novidade a ser questionada, podendo interferir negativamente no plano instituído com base em uma organização interna e desestabilizar as práticas construídas pelos profissionais por impor a presença de pessoas de fora da comunidade escolar.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Tendo por base os princípios da democracia representativa e da democracia participativa, a participação popular não pode se atentar, meramente, ao cumprimento de ações burocráticas e orientações técnicas determinadas pelas instâncias superiores.

Alternativa B: CORRETA. A participação de lideranças locais onde está situada a instituição escolar pode favorecer a melhoria da qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, além de estimular o protagonismo desses sujeitos enquanto agentes que pensam na elaboração de um projeto pedagógico que evidencie suas características.

Alternativa C: INCORRETA. Essas práticas democráticas não podem se vistas, apenas, como uma etapa burocrática para se conseguir construir o projeto político-pedagógico. Deve ser vista na sua essência como um processo descentralizador de tomada de decisões, o que implica o debate, a escuta entre os agentes de uma determinada comunidade.

Alternativa D: INCORRETA. As práticas de participação democrática não podem ser pensadas, apenas, no processo de elaboração do projeto político-pedagógico. A construção desse documento deve ser resultado de um amplo debate com os diversos setores da comunidade escolar, e que será resultante da sua característica identitária.

Alternativa E: INCORRETA. A participação da comunidade deve ser incentivada no âmbito escolar. Trata-se de um princípio democrático que pode colaborar para a fiscalização das ações desenvolvidas pela escola.

56. Questão

(IF/PR - CETRO - 2014) Sobre a Educação, de acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **incorreta**.

Ⓐ É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

Ⓑ Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Ⓒ A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

Ⓓ Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Ⓔ O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino infantil, fundamental e médio.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Conforme preconiza a LDB 9394/96, a partir do princípio da autonomia universitária, essas instituições podem admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, desde que observados os princípios legais.

Alternativa B: CORRETA. Inciso 3º do artigo 208 da Constituição Federal de 1988.

Alternativa C: CORRETA. Texto vigente na Constituição Federal de 1988. Nesse sistema de colaboração, os municípios atuarão prioritariamente na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Cabe aos Estados e Distrito Federal a incumbência de atuar no Ensino Fundamental e Médio.

Alternativa D: CORRETA. Trata-se de um princípio constitucional que assevera a necessidade de uma base comum de conhecimentos a serem trabalhados nas diversas instituições educacionais do Brasil. O texto da Constituição Federal de 1988 destaca, ainda, uma parte de conhecimentos diversificada, que deve contemplar as características e especificidades de cada região do país.

Alternativa E: INCORRETA. O inciso I do artigo 210 da Constituição Federal de 1988 destaca que o ensino religioso, de caráter facultativo, constituirá disciplinas das escolas públicas de ensino fundamental e não da Educação Infantil e Ensino Médio, como sinalizado na consigna.

57. Questão

(UFSC - COPERVE - 2008) A gestão democrática como princípio de organização dos sistemas de ensino e das

unidades educativas é princípio constitucional, garantido, também, pela LDB 9.394/96 (artigos 3º, inciso VIII; 12º, inciso I). Em relação a essa afirmação, marque a alternativa **incorreta**:

- Ⓐ Na gestão democrática, o coletivo da escola é representado em seus órgãos colegiados ou equivalentes – pais, professores, estudantes e funcionários decidem juntos, corresponsabilizando-se pela direção das unidades educativas.
- Ⓑ A gestão democrática implica a participação da comunidade escolar na elaboração do projeto pedagógico da unidade de Educação Infantil e também em suas instâncias colegiadas.
- Ⓒ Uma das características da gestão democrática é a forma de provimento de cargo dos diretores, escolhidos diretamente com a participação do coletivo das unidades educativas.
- Ⓓ A gestão democrática dos sistemas de ensino e unidades educativas não se aplica às creches e pré-escolas, mas apenas às unidades escolares, pois nas instituições de Educação Infantil não há representatividade do coletivo estudantil.
- Ⓔ A gestão democrática dos sistemas e unidades educativas implica a discussão coletiva dos dispositivos reguladores da política educacional, possibilitando melhor controle social de todas as instâncias envolvidas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Dentro dos princípios da gestão democrática, os diversos agentes que compõem a comunidade escolar devem participar da deliberação das suas decisões e, ao mesmo tempo, se corresponsabilizar pelos efeitos das mesmas.

Alternativa B: CORRETA. Um dos princípios da gestão democrática é a descentralização das tomadas de decisões. Assim, a comunidade escolar deve participar da elaboração da proposta pedagógica, do mesmo modo que da fiscalização da aplicação dos recursos.

Alternativa C: CORRETA. A gestão democrática pressupõe o princípio que a escolha dos dirigentes escolares deva ser feita por meio de eleições com a participação do coletivo da escola.

Alternativa D: INCORRETA. A gestão democrática é um princípio constitucional para os sistemas de ensino e unidades educativas. Portanto, independente

do nível de ensino, esse princípio deve ser preservado nas diversas unidades educacionais.

Alternativa E: CORRETA. Alguns dos princípios da gestão democrática são a dialogicidade e discussão acerca da política educacional e dos aspectos que possibilitem uma maior efetivação do trabalho realizado.

58. Questão

(UFSC - COPERVE - 2008) A partir da LDBEN (1996), a regulamentação da Educação Infantil, em âmbito nacional, vem sendo complementada por normas e pareceres do Conselho Nacional de Educação, destacando-se, entre elas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999). De acordo com as citadas Diretrizes, analise as afirmativas abaixo.

- I. Essas diretrizes, de caráter obrigatório, estabelecem princípios gerais que devem fundamentar a proposta pedagógica das creches e pré-escolas, públicas e privadas.
- II. Os princípios gerais defendidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil são os seguintes: princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade, da qualidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.
- III. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil foram sistematizadas a partir das Diretrizes Operacionais (Parecer CNE/CEB no 04/00).
- IV. A existência e a utilização dessas diretrizes possuem especial relevância para a Educação Infantil pública e privada e podem ser consideradas como consistente fator e indicador de qualidade.
- V. Como medida complementar às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o MEC produziu e divulgou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e desenvolveu atividades de capacitação de professores por intermédio do Programa Parâmetros em Ação.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I, II, III e V estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (E) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.

Grau de Dificuldade



Assertiva I: INCORRETA. O termo obrigatório, proposto na consiga, está INCORRETA. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil estabelecem um conjunto de orientações, princípios e parâmetros para a construção das propostas pedagógicas das escolas. Portanto, supera a lógica da obrigatoriedade.

Assertiva II: CORRETA. O texto da consigna está em acordo com o que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, promulgadas no ano de 2010.

Assertiva III: CORRETA. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil possuem uma articulação com as orientações promulgadas pelo Conselho Nacional de Educação 04/00.

Assertiva IV: CORRETA. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, enquanto instrumento orientador, podem possibilitar indícios da qualidade da Educação Infantil.

Assertiva V: INCORRETA. Os Referenciais Curriculares Nacionais (RCNEI) foram elaborados no ano de 1997. Além disso, o programa de capacitação criado pelo Ministério da Educação (MEC), chamado parâmetros em ação, foi direcionado aos professores do Ensino Fundamental e Médio após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Resposta: (D)

59. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Hoje em dia, não há dúvidas de que a educação escolar no Brasil é vista como essencial e indispensável. A própria Constituição da República Federativa do Brasil (1988) elege a Educação como um dos direitos do indivíduo, que é, ainda, enfatizado por outras leis e políticas governamentais e de Estado. O surgimento de diversas modalidades de ensino durante o século XX é um exemplo de como

a educação escolar vem se tornando cada vez mais acessível a todos. A Educação de Jovens e Adultos é um exemplo claro desse fenômeno, na medida em que busca:

- (A) dar acesso ao jovem de baixa renda à escola;
- (B) combater a evasão escolar e o abandono na educação básica;
- (C) reparar a violação de um direito que foi negado ao indivíduo;
- (D) estender o tempo de escolaridade dos alunos desfavorecidos;
- (E) atender o excesso de matrículas do ensino regular.

Grau de Dificuldade



Alternativa A: INCORRETA. O texto da LDB 9494/96 não explicita, em nenhum momento no corpo do seu texto, que a Educação de Jovens e Adultos se destina aos jovens de baixa renda que não tiveram acesso à escola.

Alternativa B: INCORRETA. O objetivo dessa modalidade não é combater a evasão e nem o abandono da escola básica, mas oferecer condições e adaptações à realidade dos educandos.

Alternativa C: CORRETA. Conforme preconiza o art. 37 da LDB 9394/96, que trata da Educação de Jovens e Adultos, essa modalidade é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade ao ensino fundamental e médio na idade própria. Portanto, visa reparar um direito negado aos diversos sujeitos social.

Alternativa D: INCORRETA. O item proposto seria incoerente com o que propõe a Educação de Jovens e Adultos que é criar condições adaptáveis às características e necessidades dos estudantes.

Alternativa E: INCORRETA. O principal objetivo da Educação de Jovens e Adultos não é atender o excesso de matrículas do ensino regular, mas oferecer oportunidades aos estudantes que não tiveram acesso ao ensino fundamental e médio na idade própria.

60. Questão

(PREF. SÃO PAULO DO PONTENGI - COMPERVE - 2014) A respeito da construção de projetos pedagógicos na escola é correto afirmar que:

- Ⓐ o plano de ensino é documento oficial que deve ser executado pelos docentes pelo fato de ter sido elaborado pelos representantes legais da instituição.
- Ⓑ o projeto político-pedagógico é a sistematização definitiva de um planejamento, seguido de uma supervisão controlada de todas as aquelas ações que estão sendo realizadas no âmbito da escola.
- Ⓒ o projeto político-pedagógico da escola deve ser construído e vivenciado por todos os envolvidos no processo educativo da escola, sendo uma ação intencional e um compromisso definido coletivamente.
- Ⓓ o plano de ensino, o plano de aula e o plano de curso podem ser considerados projetos pedagógicos de uma turma.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. De acordo com as discussões realizadas por Vasconcelos (2007), o plano de ensino constitui-se um documento de autoria do professor, onde ele deve explicitar suas concepções teóricas, epistemológicas, tendo como objetivo a seleção de conhecimentos, metodologias para a realização das suas aulas e critérios claros para avaliar os estudantes. Nesse viés, o plano de ensino constitui-se documento elaborado por cada docente a partir da sua realidade escolar.

Alternativa B: INCORRETA. As provocações realizadas por Veiga (2000) colocam em relevo a ideia de que o Projeto Político-Pedagógico deve ultrapassar a mera função técnica e burocrática. Sendo assim, constitui-se um planejamento sempre em busca de aprimoramento, revisão e constante avaliação pelos agentes que vivenciam a complexidade da escola. Não pode ser avaliado como um documento pronto e acabado, mas, em constante processo de ressignificação.

Alternativa C: CORRETA. Os estudos realizados por Veiga (2000) salientam que a construção de um Projeto Político-Pedagógico emancipador envolve a participação de diferentes agentes e setores da escola na sua elaboração. Assim, constitui-se um documento construído intencionalmente, devendo ser constantemente avaliado e praticado em forma de compromisso coletivo.

Alternativa D: INCORRETA. O projeto pedagógico de uma turma ultrapassa a construção de planos de ensino, planos de aulas e planos de curso. A construção de um projeto pedagógico de uma turma deve

estar atrelada ao Projeto Político-Pedagógico de uma instituição, que explicita sua visão de homem, de mundo e de sociedade. Além disso, o PPP explicita uma filosofia de educação que deve sustentar as práticas pedagógicas ali realizadas.

61. Questão

(PREF. SÃO PAULO DO PONTENGI - COMPERVE - 2014) A LDB concedeu à escola progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Ter autonomia significa construir um espaço de liberdade e de responsabilidade para elaborar seu próprio plano de trabalho, definindo seus rumos e planejando suas atividades de modo a responder às demandas da sociedade. A respeito da Autonomia e do projeto pedagógico, é correto afirmar:

- Ⓐ orienta a prática de produzir conhecimentos, tornando desnecessário conhecer a realidade na qual se insere a escola.
- Ⓑ é uma exigência legal que precisa ser transformada em realidade por todas as escolas do país, negando o cumprimento da legislação vigente.
- Ⓒ reduz-se à dimensão pedagógica, sem englobar a gestão financeira e administrativa e os recursos necessários à implementação das atividades.
- Ⓓ reflete a autonomia que permite à escola a construção de sua identidade e à equipe escolar uma atuação que a torna sujeito histórico de sua própria prática.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O conceito de autonomia proposto na LDB (9394/96) para tratar da produção de conhecimento na escola e, consequentemente, da elaboração do projeto pedagógico da instituição implica a observância da realidade histórica, social e cultural dos sujeitos que vivenciam o cotidiano da escola.

Alternativa B: INCORRETA. O princípio legal de autonomia deve ser cumprido em observância às bases legais da legislação que regulamenta a educação no Brasil, em especial, o artigo 15 da LDB (9394/96).

Alternativa C: INCORRETA. A LDB (9394/96) preconiza no seu art. 15 que “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de au-

onomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público” (BRASIL, 1996, p. 15).

Alternativa D: CORRETA. O conceito de autonomia pedagógica proposto na LDB (9394/96) está atrelado ao pressuposto de que as instituições educativas devem assumir um papel protagonista na construção da sua identidade enquanto comunidade. No entanto, esses princípios devem estar em observância ao art. 15 da LDB 9394/96, levando em consideração as normas gerais de direito financeiro público.

62. Questão

(PREF. SÃO PAULO DO PONTENGI - COMPERVE - 2014) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 (LDB), estabelece as diretrizes e as bases da educação brasileira e expressa componentes do currículo escolar que devem ser respeitados nas instituições de ensino. A esse respeito, é correto afirmar que:

- Ⓐ De acordo com o art. 1º da LDB, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sindicais e organização da sociedade civil.
- Ⓑ A LDB, quando estabelece os princípios e os fins da educação nacional, esclarece a forma como o ensino deve ser ministrado, levando em consideração vários itens, entre os quais está o da desvalorização da experiência extraescolar.
- Ⓒ A LDB chama de parte diversificada do currículo os conteúdos específicos que foram regulamentados nas diretrizes curriculares, no entanto, ela manifesta-se desfavoravelmente acerca da educação que respeite e valide os saberes para a formação do currículo escolar.
- Ⓓ De acordo com a LDB, a cultura constitui-se em mais um relevante recurso pedagógico que auxilia no desenvolvimento das atividades de cunho educativo. A tarefa do educador seria a da manipulação pedagógica adequada da vivência cultural das crianças.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A Educação acontece em diversos espaços, sejam eles formais, não formais e informais. O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão

(2007, p. 7), afirma que “em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender – e – ensinar”.

Alternativa B: INCORRETA. O artigo II da LDB que estabelece os princípios e fins da Educação Nacional coloca em consideração diversos itens, dentre os quais se destaca a valorização da experiência escolar para o desenvolvimento do trabalho pedagógico nas instituições educacionais.

Alternativa C: INCORRETA. O termo desfavoravelmente, utilizado na consigna, estabelece uma mudança de sentido no texto, o que torna a alternativa incorreta.

Alternativa D: INCORRETA. O termo manipulação pedagógica, usada na consigna, é incorreto e fere com os princípios profissionais da atuação docente.

63. Questão

(CEFET - CESGRANRIO - 2014) Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20/12/1996, são finalidades do Ensino Médio, a **exceção** de:

- Ⓐ A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.
- Ⓑ A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.
- Ⓒ A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
- Ⓓ O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- Ⓔ O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meio básico o domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O Ensino Médio deve possibilitar um aprofundamento progressivo dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental,

assegurando que os estudantes aprofundem os seus estudos.

Alternativa B CORRETA. Objetivo delineado no inciso II do artigo 35, que trata do Ensino Médio na LDB 9394/96.

Alternativa C: CORRETA. O Ensino Médio deve possibilitar aos estudantes uma compreensão ampliada e aprofundada dos conhecimentos científicos, estabelecendo relação entre teoria e prática no âmbito dos diversos componentes curriculares.

Alternativa D: CORRETA. Além dos conteúdos de natureza conceitual, o Ensino Médio deve se ter como objetivo trabalhar conteúdos atitudinais com os estudantes, favorecendo uma formação voltada para valores éticos, indispensáveis para a sua vida em sociedade.

Alternativa E: INCORRETA. As competências listadas na consiga de incumbência do Ensino Fundamental, conforme preconiza o artigo 32 da LDB 9394/96, que trata dos objetivos desse nível de ensino.

64. Questão

(CEFET - CESGRANRIO - 2014) De acordo com o disposto no art. 44 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei no 9.394, de 20/12/1996, considere as afirmativas abaixo.

- I. Os cursos de graduação e os programas de pós-graduação stricto sensu constituem a totalidade da educação superior no Brasil.
- II. A educação superior no Brasil abrange os cursos e programas de graduação, de pós-graduação, de extensão e cursos sequenciais por campo de saber.
- III. Os cursos de especialização oferecidos por instituições de ensino superior não integram a educação superior brasileira.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I
(B) II
(C) III
(D) I e II
(E) II e III

Grau de Dificuldade

Assertiva I: INCORRETA. Conforme preconiza a LDB 9394/96, na seção que trata da Educação Superior, esta será composta pelos cursos de graduação, pós-graduação, cursos sequenciais por campo de saber e de extensão.

Assertiva II: CORRETA. O artigo 44 da LDB 9394/96, que trata da estrutura da Educação Superior, assevera as questões sinalizadas na consigna.

Assertiva III: INCORRETA. É um equívoco afirmar que os cursos de especialização, que integram a pós-graduação, não constituem a Educação Superior no Brasil.

Resposta: (B)

65. Questão

(CEFET - CESGRANRIO - 2014) O Estatuto da Criança e do Adolescente, de acordo com a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu Artigo 56, estabelece como obrigação dos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, comunicar ao Conselho Tutelar os casos de:

- (A) maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar; ausência dos pais nas reuniões escolares.
- (B) reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar; indisciplina em sala de aula; dificuldades de aprendizagem.
- (C) maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar; elevados níveis de repetência.
- (D) maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e evasão escolar; desempenho escolar aquém do esperado.
- (E) indisciplina em sala de aula; evasão escolar; ausência dos pais nas reuniões escolares.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A frase ausência dos pais nas reuniões escolares torna a consigna incorreta, visto que, não cabe aos dirigentes de ensino a obrigação de oferecer essa informação ao Conselho Tutelar.

Alternativa B: INCORRETA. Questões relacionadas à indisciplina em sala de aula e dificuldades de aprendizagem são de incumbência da escola buscar apoio

com os seus pares e/ou com outros profissionais para sanar essas questões.

Alternativa C: CORRETA. O texto vai ao encontro do que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), definindo as incumbências do Conselho Tutelar.

Alternativa D: INCORRETA. Não cabe ao Conselho Tutelar prover ações sobre questões relacionadas ao desempenho escolar aquém do esperado.

Alternativa E: INCORRETA. Indisciplina em sala de aula e ausência dos pais nas reuniões não se constitui elementos obrigatórios a serem informados ao Conselho Tutelar pelos dirigentes de estabelecimentos.

66. Questão

(PREF. BRUSQUE/SC - FEPSE - 2014) De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- I. Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
- II. Impossibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.
- III. Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante decisão do gestor escolar.
- IV. Aproveitamento de estudos concluídos com êxito.

Assinale a assertiva que indica todas as afirmativas corretas.

- (A) () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
(B) () São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
(C) () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
(D) () São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
(E) () São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. De acordo com o inciso V do artigo 4 da LDB, a avaliação do rendimento escolar deverá ser contínua, observando critérios qualitativos para além de resultados esporádicos.

Assertiva II: INCORRETA. O termo impossibilidade, utilizado na consigna, vai de encontro ao que propõe a LDB 9394/96 na seção que trata das disposições gerais para a Educação Básica.

Assertiva III: INCORRETA. A LDB 9394/96 preconiza a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado e não mediante a decisão do gestor escolar, conforme propõe a consigna.

Assertiva IV: CORRETA. A consigna está em consonância com o que propõe a LDB 9394/96, no artigo 24, inciso V.

Resposta: (B)

67. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Para Vitor Henrique Paro, a administração escolar vai para muito além do mero gerenciamento dos recursos materiais da escola, configurando-se em um trabalho de construção conjunta de leitura da realidade e de efetivação de metas e objetivos necessários e desejáveis para os diferentes sujeitos que passam por esta instituição. Em suas palavras: “Dessa forma, o que determina o caráter [...] da administração é a natureza dos objetivos que ela busca concretizar, os quais – em conjunto e como resultante das forças sociais predominantes em um determinado momento histórico, de uma dada formação econômico-social – acabam por determinar a própria forma em que se dá a atividade administrativa”. (Paro, V. H. Administração Escolar: introdução crítica. 17ª Ed. Cortez Editora, São Paulo. 2012. P. 206.)

Nessa medida, é essencial que a gestão da escola se guie pelas perspectivas, concepções e metas elaboradas e planejadas em conjunto pela comunidade escolar, por meio, sobretudo:

- (A) dos parâmetros curriculares adotados pela escola;
(B) da análise dos diferentes planos de aula da escola;
(C) do Projeto Político-Pedagógico da escola;
(D) do planejamento semestral da escola;
(E) dos projetos adotados e produzidos pela escola.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) foram documentos elaborados pelo Ministério da Educação com o objetivo de estabelecer um conjunto de critérios e procedimentos pedagógicos para o ensino das diversas áreas de conhecimento nas escolas do Brasil. Sendo assim, não se constitui um planejamento com metas elaboradas e planejadas pela comunidade escolar.

Alternativa B: INCORRETA. Os planos de aulas são documentos que explicitam os objetivos dos professores e orientam o desenvolvimento do seu trabalho pedagógico. Para além do caráter meramente burocrático e técnico, esses planos são, por excelência, registros de intenções e finalidades do ensino.

Alternativa C: CORRETA. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) constitui-se como o documento que explicita as ações e metas elaboradas e planejadas pelos diferentes setores da comunidade escolar. De acordo com Veiga (2000), o PPP evidencia a identidade da instituição escolar, além de suas metas e anseios.

Alternativa D: INCORRETA. O planejamento semestral, como o próprio nome indica, estabelece um conjunto de metas e estratégias para um determinado período letivo. Sendo assim, não pode se constituir o documento norteador para a explicitação das metas e objetivos definidos coletivamente pela comunidade escolar.

Alternativa E: INCORRETA. Os projetos institucionais e aqueles produzidos pela própria escola não são documentos que a gestão da escola pode se guiar pelas perspectivas, concepções e metas elaboradas e planejadas em conjunto pela comunidade escolar.

68. Questão

(PREF. LAGES - FAPES - 2013) Consta nas Diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil que:

- Ⓐ a Educação Infantil exerce a mesma função da família, o que implica uma profunda, permanente e articulada comunicação entre elas.
- Ⓑ a educação de crianças com necessidades educacionais não deve ser realizada em conjunto com as demais crianças, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado mediante avaliação e interação com a família e a comunidade.
- Ⓒ A Educação Infantil tem função diferenciada e complementar à ação da família, o que implica uma

profunda, permanente e articulada comunicação entre elas.

Ⓓ O processo pedagógico deve considerar as crianças de maneira homogênea e observar sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio de propostas repetitivas e lineares.

Ⓔ As professoras e professores e os outros profissionais que atuam na Educação Infantil exercem um papel secundário na formação das crianças, e não precisam ser qualificados para o desempenho de suas funções com as crianças de 0 a 3 anos.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A escola e a família possuem funções complementares no processo educativo das crianças. Todavia, estes não podem ser confundidos, mas diferenciados.

Alternativa B: INCORRETA. O que está preconizado na questão vai de encontro ao que propõe a LDB 9394/94, quando dispõe sobre a educação especial e assevera que a mesma deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

Alternativa C: CORRETA. As funções da escola de Educação Infantil e da família são diferenciadas, porém, complementares no processo educativo das crianças. Portanto, deve haver um profundo diálogo para a qualidade desse nível de ensino.

Alternativa D: INCORRETA. O processo pedagógico deve valorizar as crianças, enquanto sujeitos plurais e possuidores de uma cultura. Além disso, deve estimular a construção de atividades criativas que possibilitem o avanço cognitivo das crianças e o seu desenvolvimento pessoal.

Alternativa E: INCORRETA. Os professores, as professoras e demais profissionais que atuam na Educação Infantil possuem um importante papel no desenvolvimento das crianças, tanto no aspecto cognitivo como pessoal. Por isso, precisam ser profissionais qualificados. Para os professores, a exigência mínima deve ser o curso de nível superior, incentivada de políticas de formação continuada e desenvolvimento profissional.

69. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) A educação escolar, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, é dever da família e do Estado.

Cabe ao Estado garantir, a partir da nova redação do Art. 4º da LDB instituída pela Lei nº 12.796, de 2013:

- Ⓐ educação básica obrigatória e gratuita dos seis aos quatorze anos de idade;
- Ⓑ educação infantil e ensino fundamental obrigatórios e gratuitos;
- Ⓒ ensino fundamental e ensino médio obrigatórios e gratuitos;
- Ⓓ educação básica obrigatória e gratuita a todos que desejarem cursá-la;
- Ⓔ educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. É incorreto afirmar que a Educação Básica obrigatória e gratuita será ofertada dos seis aos quatorze anos de idade, em conformidade com o que propõe a LDB 9394/96.

Alternativa B: INCORRETA. Ao restringir somente a Educação Infantil e Ensino Fundamental como obrigatórios e gratuitos, sem considerar o Ensino Médio, a questão fica incorreta. Além disso, o que está proposto na consigna não se coaduna com a nova redação do Art. 4º da LDB instituída pela Lei nº 12.796, de 2013.

Alternativa C: INCORRETA. É um equívoco afirmar que somente o Ensino Fundamental e o Ensino Médio seriam obrigatórios e gratuitos.

Alternativa D: INCORRETA. O texto proposto na consigna não está de acordo com a alteração introduzida no art. 4º LDB instituída pela Lei nº 12.796, de 2013.

Alternativa E: CORRETA. O texto está coerente com o que propõe o art. 4 da LDB 9394/96 e instituído pela Lei nº 12.796, de 2013.

70. Questão

(DETRAN/RO - IDECAN - 2014) Quanto à concepção de Projeto Político-Pedagógico, analise:

- I. É um projeto democrático de decisões.
- II. Preocupa-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições.

- III. Contém opções implícitas na direção da superação de problemas no decorrer do trabalho educativo voltado a uma realidade específica.
- IV. É construído continuamente, pois, enquanto produto, é, também, processo, incorpora ambos numa interação possível.

Estão corretas as assertivas:

- Ⓐ I, II, III e IV
- Ⓑ I e III apenas
- Ⓒ II e IV apenas
- Ⓓ III e IV apenas
- Ⓔ I, II e IV apenas

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. De acordo com Veiga (2000), o projeto político-pedagógico deve possibilitar, na sua construção, uma relação democrática e dialogada entre os diferentes agentes que compõem a comunidade escolar.

Assertiva II: CORRETA. O projeto político-pedagógico deve ser um documento que revele a identidade da escola, assim como os conflitos existentes, suas contradições, sempre na perspectiva de superá-las.

Assertiva III: INCORRETA. O projeto político-pedagógico deve conter opções explícitas na perspectiva de superação de problemas e dificuldades enfrentadas pela escola.

Assertiva IV: CORRETA. O projeto político-pedagógico é um documento em constante construção e reconstrução. Seu delineamento acontece de modo ininterrupto.

Resposta: Ⓔ

71. Questão

(METRÔ - IADES - 2014) Muitas estratégias ou recursos instrucionais podem ser utilizados nas organizações para a aprendizagem dos adultos, no sentido do que exigem as normas com relação ao uso das teorias da aprendizagem, como a andragogia. Considerando esse assunto, é correto afirmar que a andragogia é a ciência que estuda:

- Ⓐ Como aprendem os seres humanos, independentemente da faixa etária.
- Ⓑ a Pedagogia.

- © como aprendem as crianças, com a finalidade do desenvolvimento por meio das brincadeiras na escola.
- © como aprendem os adultos, com a finalidade do desenvolvimento de habilidades e conhecimentos.
- © como aprendem os filhos que vão ao trabalho dos seus pais.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. As teorias do desenvolvimento humano, em especial, os estudos de Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henry Wallon trouxeram importantes contribuições sobre como os seres humanos aprendem. Todavia, esses teóricos estabeleceram faixas etárias com características bem específicas de como a aprendizagem acontece em cada momento da vida humana.

Alternativa B: INCORRETA. Pedagogia é a ciência que estuda o fenômeno educativo em sua complexidade. Para Franco (2010), trata-se de um campo científico que bebe na fonte das diversas ciências da Educação – dentre os quais se destaca a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia – para explicar o seu objeto de análise.

Alternativa C: INCORRETA. As teorias do desenvolvimento humano trouxeram grandes contribuições para a análise dos processos de aprendizagem das crianças, inclusive, colocando em relevo estratégias pedagógicas que poderiam favorecer esse processo.

Alternativa D: CORRETA. A Andragogia é a ciência que se preocupa com a aprendizagem do adulto. Na análise de Placco (2004) e sua equipe de colaboradores, há uma série de elementos que diferenciam os processos de aprendizagem da criança da aprendizagem do adulto, dentre os quais destacamos o fato de que o adulto se volta para uma aprendizagem de natureza mais prática que simplesmente teórica.

Alternativa E: INCORRETA. Nenhuma ciência tem como objeto específico de estudo a relação entre a aprendizagem das crianças e a relação com o ambiente de trabalho dos seus pais.

- © espaços estritamente acadêmicos.
- © contextos escolares e não escolares.
- © espaços escolares.
- © espaços hospitalares.
- © espaços de hospitais e empresas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O termo estritamente, utilizado na questão, restringe a atuação do profissional pedagogo em ambientes acadêmicos, o que vai de encontro ao que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais (2006) que possibilitam uma diversidade de lócus de atuação para esse profissional.

Alternativa B: CORRETA. O artigo 5, inciso IV das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia (2006), assevera que o egresso desse curso de graduação deverá estar apto a desenvolver suas atividades profissionais em espaços escolares e não escolares.

Alternativa C: INCORRETA. A atuação profissional do pedagogo, conforme preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais (2006), ultrapassa os espaços escolares na contemporaneidade.

Alternativa D: INCORRETA. O espaço hospitalar é uma das modalidades de trabalho nos espaços educativos não escolares. Contudo, a questão deixa margem para uma interpretação equivocada quando sinaliza esse ambiente de atuação profissional do pedagogo sem destacar o espaço educativo que a inclui.

Alternativa E: INCORRETA. Os hospitais e empresas são modalidades que constituem os espaços educacionais não escolares. Todavia, existem diversos outros, tais como ONG's, movimentos sociais, instituições sociais como possibilidades de trabalho do pedagogo em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2006).

73. Questão

(GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS - FGV - 2014) A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), no seu art. 14, traz explícita a Gestão Democrática na escola pública, deixando claro os princípios que esta deve seguir, condicionando a melhoria e eficiência da qualidade do sistema educacional brasileiro. Indique os princípios:

72. Questão

(GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS - FGV - 2014) Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (2006) e sobre a atuação do Pedagogo, é correto afirmar que sua atuação ocorre em:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
- III. Participação dos gestores articulando famílias, comunidade e sociedade em geral.
- IV. Participação dos gestores na elaboração de metas para a educação.

Assinale a assertiva correta:

- (A) Somente a afirmativa I está correta.
- (B) Somente a afirmativa II está correta.
- (C) Somente a afirmativa III está correta.
- (D) Somente a afirmativa IV está correta.
- (E) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. O texto vai ao encontro do que propõe a LDB 9384/96, quando trata da necessidade de participação dos profissionais da Educação na construção do projeto pedagógico da escola.

Assertiva II: CORRETA. A participação da comunidade escolar e local nos conselhos locais e escolares constitui-se um importante princípio de gestão democrática, quando permite que estes sujeitos opinem e participem da deliberação dos aspectos propostos.

Assertiva III: INCORRETA. A questão solicita a afirmação de aspectos explícitos sobre a Gestão Democrática na escola pública a partir da LDB 9394/96, o que não acontece com o texto que aparece na questão III.

Assertiva IV: INCORRETA. O texto proposto na consigna não consta no artigo 14 da LDB 9394/96.

Resposta: (E)

74. Questão

(GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS - FGV - 2014) Relacione as atribuições previstas na Constituição Federal de 1988 com os respectivos entes federados responsáveis:

- 1. União
- 2. Estados
- 3. Municípios

- I. () Oferecer Educação Infantil e Ensino Fundamental.
- II. () Estabelecer normas para o Ensino Superior e pós-graduação.
- III. () Oferecer Ensino Fundamental e Médio.

- (A) 1, 2, 3
- (B) 3, 2, 1
- (C) 3, 1, 2
- (D) 2, 3, 1
- (E) 2, 1, 3

Grau de Dificuldade

Alternativa I: MUNICÍPIOS. De acordo com o texto da LDB 9394/96, os municípios devem se responsabilizar pela oferta de vagas na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Alternativa II: UNIÃO. A LDB 9394/96 propõe no seu texto que à União fica incumbida a tarefa de estabelecer normas para o Ensino Superior e a pós-graduação.

Alternativa III: ESTADOS. Aos estados cabe a tarefa de ofertar o Ensino Fundamental e Médio.

Resposta: (C)

75. Questão

(PREF. LAGES - FAPSE - 2013) O documento Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) adota as seguintes definições para criança:

- I. A criança é um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade individual e coletiva.
- II. Criança é um adulto em miniatura.
- III. A criança deve ser entendida como um vir a ser, devendo sempre ser preparada para algo.
- IV. A criança é questionadora e constrói sentido sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- (A) () É correta apenas a afirmativa 2.
- (B) () São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.

- © () São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
© () São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
© () São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. Conforme destaca Sônia Kramer (2008), a criança deve ser compreendida como um sujeito histórico e de direitos, o que implica a criação de práticas pedagógicas que a considerem como um sujeito com potencialidades.

Assertiva II: INCORRETA. Conforme destaca o historiador Philippe Ariés, essa foi a visão predominante sobre a criança na idade média.

Assertiva III: INCORRETA. A criança deve ser educada para o desenvolvimento de suas potencialidades, entendendo-a como um sujeito histórico, e não com um fim de prepará-la para algo.

Assertiva IV: CORRETA. A criança é um sujeito produtor de cultura, que influencia e é influenciada pelo meio em que está inserida.

Resposta: ©

76. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013) Conforme a Constituição Brasileira compete privativamente à União:

- © Promover o financiamento da educação pública.
© Legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto nacionais.
© Ofertar educação superior.
© Legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.
© Fazer a validação de diplomas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Não compete somente à União o financiamento da educação pública.

Alternativa B: INCORRETA. Conforme consta na Constituição Federal de 1988, cabe privativamente à União legislar sobre “XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as

empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;” (CF de 1988, p. 17).

Alternativa C: CORRETA. Cabe à União a oferta da Educação Superior.

Alternativa D: INCORRETA. Essa incumbência fica a cargo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96).

Alternativa E: INCORRETA. É assegurado às universidades fazer a validação de diplomas.

77. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013) Dentre as características abaixo citada, uma **não** distingue a organização e gestão escolar democrática. Identifique-a:

- © Relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe escolar.
© Autonomia das escolas e da comunidade educativa.
© Avaliação escolar classificatória.
© Envolvimento da comunidade no processo escolar.
© Formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Sob os pressupostos de uma concepção de gestão democrática, a relação entre direção e demais membros da equipe escolar se dá por meio de uma perspectiva dialógica e horizontal. Nesse sentido, Paro (2000) afirma que sob uma ótica democrática, a gestão escolar têm no diretor um dos principais agentes de mediação das deliberações tomadas.

Alternativa B: CORRETA. Conforme preconiza a LDB 9394/96, as instituições de ensino, sob uma perspectiva democrática, terão autonomia para elaborarem a sua proposta pedagógica em diálogo com a comunidade educativa que a compõe.

Alternativa C: INCORRETA. A avaliação escolar classificatória não se coaduna com uma perspectiva de gestão democrática que deve, acima de tudo, buscar garantir a aprendizagem dos estudantes. Com efeito, a avaliação sob a ótica da gestão democrática deve estar a serviço da garantia da aprendizagem dos estudantes e não, apenas, da sua mera classificação.

Alternativa D: CORRETA. Uma proposta de gestão democrática nas escolas implica a criação de estratégias que viabilizem o envolvimento da comunidade escolar, tanto na elaboração, como na viabilização de estratégias que concretizem o planejamento do que se têm como objetivo.

Alternativa E: CORRETA. Uma gestão democrática deve ter como um dos seus principais objetivos a consolidação da formação pessoal e profissional do seu corpo docente. Isso implica a criação de estratégias que viabilizem o processo de desenvolvimento profissional desses sujeitos. Para Marcelo García (2010), desenvolvimento profissional é um conjunto de processos e estratégias que viabilizam ao professor a construção de conhecimento prático e estratégico, a partir de suas próprias experiências.

78. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013) O Projeto Pedagógico, segundo a Lei de Diretrizes e Bases, deve ser definido, com autonomia:

- Ⓐ pelas Secretarias de Educação para os estabelecimentos de ensino do país.
- Ⓑ pelos estabelecimentos de ensino, independentemente das regras dos sistemas de ensino.
- Ⓒ pelos estabelecimentos de ensino, de acordo com as regras dos sistemas de ensino.
- Ⓓ pelos Conselhos Estaduais de Educação para os estabelecimentos oficiais.
- Ⓔ pelo Conselho Nacional de Educação para escolas públicas e particulares.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. De acordo com a LDB 9394/96, os estabelecimentos de ensino terão autonomia para construir o seu projeto pedagógico. Tal observância implica na ideia de que os agentes que vivenciam a comunidade escolar devem ser protagonistas na construção deste, o que desmistifica o pressuposto de que as secretarias de Educação devam elaborar projetos pedagógicos e encaminhá-los às escolas.

Alternativa B: INCORRETA. Conforme preconiza a LDB 9394/96, os estabelecimentos de ensino devem elaborar seus projetos pedagógicos com autonomia, desde que em observância com as regras dos sistemas de ensino.

Alternativa C: CORRETA. Conforme exposto no artigo 14 da LDB 9394/96, que dispõe sobre as normas da gestão democrática no ensino público, a construção do projeto pedagógico deve envolver a participação da comunidade escolar e profissionais da Educação. Além disso, esse documento deve estar em observância com as regras do sistema de ensino.

Alternativa D: INCORRETA. Os Conselhos Estaduais de Educação são responsáveis por criar normas a nível macro e não dispõe de prerrogativas legais que os autorizem a criar projetos pedagógicos para os estabelecimentos de ensino. Esse último documento deve expressar as necessidades dos agentes que vivenciam o cotidiano da escola.

Alternativa E: INCORRETA. O projeto pedagógico deve ser construído pela comunidade escolar, visto que, são esses agentes que conhecem a realidade em que estão inseridos, e, assim, podem, ao construir seu projeto, definir e traçar metas a partir das suas realidades.

79. Questão

(DETRAN/RO - IDECAN - 2014) A abordagem do Projeto Político-Pedagógico (PPP) como organização do trabalho na instituição como um todo está fundada nos princípios que deverão nortear a escola democrática, pública e gratuita. São princípios norteadores do PPP, **exceto**:

- Ⓐ Qualidade de ensino formal ou técnica, e política.
- Ⓑ Igualdade de condições para acesso e permanência na escola.
- Ⓒ Decisão das ações centradas na equipe técnica pedagógica da escola.
- Ⓓ Valorização do magistério, formação profissional e valorização do trabalho pedagógico.
- Ⓔ Liberdade como um princípio constitucional que está sempre associado à ideia de autonomia.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Conforme sinaliza Veiga (2009), ao discutir sobre a elaboração do PPP, este documento deve formalizar as dimensões da qualidade do ensino formal, técnica e política.

Alternativa B: CORRETA. O Projeto Político-Pedagógico é o documento que deve revelar os anseios e

objetivo da instituição escolar para manter as condições de acesso e permanência na instituição escolar.

Alternativa C: INCORRETA. A construção do Projeto Político-Pedagógico, sob a ótica de uma gestão democrática, deve favorecer a descentralização das decisões. Assim, o delineamento do PPP deve pressupor diálogo, abertura e compartilhamento na tomada de decisões.

Alternativa D: CORRETA. O PPP, enquanto documento que caracteriza a instituição escolar, deve formalizar os anseios da comunidade escolar no que diz respeito à valorização do magistério, formação profissional e valorização do trabalho pedagógico.

Alternativa E: CORRETA. A construção do PPP deve ter como um dos seus princípios constitucionais a ideia de autonomia e liberdade como princípio institucional.

80. Questão

(PREF. DE GALVÃO/SC - ICAP - 2013) A Lei nº 9394 estabelece, no artigo 13, o que compete aos professores. Assinale a alternativa **falsa**:

- Ⓐ Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar parcialmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
- Ⓑ Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
- Ⓒ Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
- Ⓓ Zelar pela aprendizagem dos alunos.
- Ⓔ Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A questão torna-se incorreta pela utilização do termo parcialmente. O inciso V, do artigo 13 da LDB, sinaliza que os docentes deverão participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

Alternativa B: CORRETA. A questão está em consonância com o que propõe o inciso I do artigo 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96.

Alternativa C: CORRETA. A questão está em consonância com o que dispõe o inciso II do artigo 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96.

Alternativa D: CORRETA. A questão está em consonância com o que dispõe o inciso III do artigo 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96.

Alternativa E: CORRETA. A questão está em consonância com o que dispõe o inciso VI do artigo 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96.

81. Questão

(IFBA - FUNRIO - 2014) O planejamento e a gestão participativa e democrática são tratados por diversos autores na educação. As diferentes concepções e práticas da gestão escolar vão configurar sua natureza: tradicional ou democrática. Para Gandin, podemos dizer que uma gestão democrática prioriza:

- Ⓐ tomadas de decisão entre toda a comunidade escolar.
- Ⓑ consulta aos professores da escola nos casos específicos.
- Ⓒ envolvimento dos professores nas decisões do gestor e sua equipe.
- Ⓓ colaboração dos pais nos projetos elaborados pela escola.
- Ⓔ participação de cada profissional em seu setor particular.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Os estudos desenvolvidos por Gandin evidenciam que as tomadas de decisões, dentro de uma perspectiva democrática, devem ser realizadas por todos os agentes da comunidade escolar. Assim, estas devem ser negociadas coletivamente, mediante o diálogo e debate.

Alternativa B: INCORRETA. A gestão democrática não prioriza a consulta aos professores somente em determinados casos específicos, pelo contrário, é uma consulta coletiva e que envolve a participação de todos os profissionais que vivenciam a escola.

Alternativa C: INCORRETA. A proposta da gestão democrática não é de que as decisões de professores se sobreponham a dos gestores e vice-versa. O que

deve haver é uma perspectiva de descentralização das decisões, com a participação de todos os agentes.

Alternativa D: INCORRETA. A gestão democrática não implica que os pais assumam atividades que são, por natureza, da escola. O que pode haver são o apoio e colaboração entre esses agentes. No entanto, a função de cada um desses deve ser bem definida.

Alternativa E: INCORRETA. Numa perspectiva de gestão democrática, todos os profissionais da escola devem deliberar, coletivamente, sobre as decisões. Assim, a perspectiva de gestão democrática implica em diálogo, o que supõe um trabalho coletivamente planejado.

82. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013) Sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência (Pibid), é **incorreto** afirmar que:

- Ⓐ Há concessão de bolsas a alunos de licenciatura participantes do projeto de iniciação à docência, desenvolvido por instituições de Educação Superior (IES) em parcerias com escolas de educação básica da rede pública e privada de ensino.
- Ⓑ Um dos seus objetivos é elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, propiciando a integração entre educação superior e educação básica.
- Ⓒ A escolha dos bolsistas do PIBID é feita por meio de seleções promovidas por cada Instituto de Educação Superior que teve o seu projeto aprovado pela CAPES.
- Ⓓ É uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A questão torna-se incorreta por sinalizar que a parceria do PIBID com escolas da rede privada de ensino.

Alternativa B: CORRETA. Um dos princípios defendidos pela CAPES para a continuidade do PIBID é a atratividade da carreira docente na educação básica e a elevação da qualidade da formação inicial de professores, que tenha a escola como principal locus de formação.

Alternativa C: CORRETA. A seleção dos bolsistas PIBID é feita mediante a publicação de edital e projetos aprovados pelas instituições de Ensino Superior.

Alternativa D: CORRETA. O PIBID surge como importante experiência para a valorização dos saberes dos professores que atuam na Educação Básica.

83. Questão

(PREF. DE COLATINA/ES - FUNCAB- 2012) É **incorreto** afirmar de acordo com a Lei nº 8.069 – ECA, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sendo-lhes assegurado no âmbito escolar.

- Ⓐ Condições para o acesso e permanência na escola, exceto para aqueles que residem nas áreas rurais.
- Ⓑ O direito de ser respeitado por seus educadores e autoridades civis.
- Ⓒ O direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- Ⓓ O direito de organização e participação em entidades religiosas.
- Ⓔ O acesso à escola pública ou particular próxima de sua residência.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A consigna torna-se incorreta quando sinaliza que

Alternativa B: CORRETA. A consiga está em consonância com o que propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente quando trata dos direitos e deveres desses sujeitos.

Alternativa C: CORRETA. A consiga está em consonância com o que propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente quando trata dos direitos e deveres desses sujeitos.

Alternativa D: CORRETA. A consiga está em consonância com o que propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente quando trata dos direitos e deveres desses sujeitos.

Alternativa E: CORRETA. A consiga está em consonância com o que propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente quando trata dos direitos e deveres desses sujeitos.

84. Questão

(PREF. DE VÁRZEA PAULISTA/SP - UFRJ - 2008) Os estabelecimentos de ensino, conforme a LDB, Lei nº 9394/96, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I. elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II. assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aula estabelecidas;
- III. assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio;
- IV. prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- V. solicitar aos órgãos públicos apoio técnico e financeiro para a administração de seu pessoal técnico e pedagógico.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II, III;
- (B) I, II, IV;
- (C) II, III, V;
- (D) III, IV, V;
- (E) I, IV, V.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A questão torna-se incorreta pelo item sinalizado na questão III. De acordo com a LDB 9394/96, cabe ao Estado assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio, a todos que o demandarem.

Alternativa B: CORRETA. A questão contempla os aspectos sinalizados pela LDB 9394/96, quando trata da organização da instituição escolar.

Alternativa C: INCORRETA. A questão torna-se incorreta por não contemplar todos os aspectos apontados na LDB sobre a incumbência dos estabelecimentos de ensino.

Alternativa D: INCORRETA. A questão torna-se incorreta por não contemplar todos os aspectos apontados na LDB sobre a incumbência dos estabelecimentos de ensino.

Alternativa E: INCORRETA. A questão se torna incorreta por não contemplar todos os aspectos apontados na LDB sobre a incumbência dos estabelecimentos de ensino.

85. Questão

(SEPLAG/BA - CESGRANRIO - 2010) O Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola é contemplado pela LDB no 9.394/96 no âmbito da regulamentação da gestão das escolas públicas. Nesse sentido, o planejamento e a avaliação do PPP devem assegurar:

- (A) soberania da gestão escolar no planejamento, implementação e avaliação periódica do documento.
- (B) parceria da gestão escolar com as comunidades escolares e não escolares do entorno no planejamento, implementação e avaliação periódica do documento.
- (C) delegação, por parte da gestão escolar, do planejamento, implementação e avaliação do PPP às equipes da comunidade escolar e não escolar.
- (D) centralização, por parte da gestão escolar, dos procedimentos de avaliação do documento, delegando as outras etapas à comunidade escolar.
- (E) parceria da gestão escolar com empresas e organizações não governamentais para o planejamento.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O conceito de soberania, proposto na consigna, evidencia uma proposta de hierarquização nas relações de gestão no interior da escola, o que vai de encontro à perspectiva de gestão democrática.

Alternativa B: CORRETA. Seguindo princípios da LDB 9394/96 que coloca em relevo princípios da gestão democrática para a escola pública, deve existir a configuração de estratégias para planejamento, implementação e avaliação coletiva do PPP.

Alternativa C: INCORRETA. A gestão escolar deve constituir-se parceira da comunidade escolar e não escolar na elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico. Sendo assim, é incorreto afirmar que tais atividades devam ser delegadas a outras pessoas.

Alternativa D: INCORRETA. A gestão escolar, deve trabalhar, conforme propõe a LDB 9394/96 numa perspectiva de gestão democrática, mantendo diálogo com os diversos agentes que compõem esse espaço na elaboração e avaliação do Projeto Político-Pedagógico.

Alternativa E: INCORRETA. A gestão escolar deve constituir-se parceira da comunidade escolar para a

elaboração do PPP. Nesse viés, a construção do referido documento implica ações e tomadas decisões. Ainda, não é coerente afirmar que a parceria com empresas e instituições não governamentais se torna imprescindível para a sua elaboração.

86. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013). De acordo com princípios legais da LDB (9394/96), cabe aos municípios assegurar, com prioridade:

- Ⓐ Educação profissional técnica de nível médio;
- Ⓑ Educação Infantil e com prioridade o Ensino Fundamental;
- Ⓒ Ensino Médio e pós-graduação;
- Ⓓ Todas as modalidades.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Conforme preconiza da LDB 9394/96, no seu art. 10, esta incumbência fica aos Estados.

Alternativa B: CORRETA. Conforme disposto no artigo 11, inciso V da LDB 9394/96, os municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Alternativa C: INCORRETA. De acordo com a LDB 9394/96, esta incumbência é dos Estados.

Alternativa D: INCORRETA. De acordo com a LDB 9394/96, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios se organizarão em regime de colaboração para organizar os sistemas de ensino.

87. Questão

(PREF. DE GALVÃO/SC - ICAP - 2013) Assinale a alternativa incorreta. De acordo com o Art. 3º da LDB/96, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e de concepções determinadas pelo MEC;
- IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. gestão democrática do ensino público com eleição dos diretores da escola;
- IX. garantia de padrão de qualidade;
- X. valorização da experiência extraescolar;
- XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Assinale a alternativa correta:

- Ⓐ Todos os itens estão corretos.
- Ⓑ Todos os itens estão incorretos.
- Ⓒ Apenas os itens I, II, III, IV, V, VI estão incorretos.
- Ⓓ Apenas os itens VII, IX, X e XI estão incorretos.
- Ⓔ Apenas os itens os itens III e VIII incorretos.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A alternativa não contempla todas as especificidades apontadas pela LDB 9394/96, quando trata dos princípios que regerão os sistemas de ensino.

Alternativa B: INCORRETA. A alternativa não contempla todas as especificidades apontadas pela LDB 9394/96, quando trata dos princípios que regerão os sistemas de ensino.

Alternativa C: INCORRETA. A alternativa não contempla todas as especificidades apontadas pela LDB 9394/96, quando trata dos princípios que regerão os sistemas de ensino.

Alternativa D: INCORRETA. A alternativa não contempla todas as especificidades apontadas pela LDB 9394/96, quando trata dos princípios que regerão os sistemas de ensino.

Alternativa E: CORRETA. Os itens sinalizados não contemplam o que propõe a LDB 9394/96 quando trata sobre os princípios do ensino. A questão III, ao

destacar que as concepções determinadas pelo MEC devem ser seguidas fere com o princípio de autonomia das instituições educacionais.

88. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013) A educação no Brasil, segundo o que determina a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

- (A) Deve ser gerida e organizada separadamente por cada nível de governo.
- (B) Deve ser gerida e organizada unicamente pelo Governo Federal.
- (C) Deve ser gerida e organizada pelo Governo Federal e pelos municípios.
- (D) Deve ser gerida e organizada pelo Distrito Federal e pelos Estados.
- (E) Deve ser gerida e organizada pelos municípios.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Conforme dispõe o artigo 8 da LDB 9394/96, "A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino".

Alternativa B: INCORRETA. A consigna não está em consonância com o que propõe a LDB 9394/96.

Alternativa C: INCORRETA. A consigna não está em consonância com o que propõe a LDB 9394/96.

Alternativa D: INCORRETA. A consigna não está em consonância com o que propõe a LDB 9394/96.

Alternativa E: INCORRETA. A consigna não está em consonância com o que propõe a LDB 9394/96.

89. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013) Considerando o que prevê a Constituição Federal a respeito dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, seguem-se quatro disposições:

- I. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- II. Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- III. Defender a paz.

IV. Cooperar com outros povos para o progresso da humanidade.

Está correto apenas o que se afirma em:

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e III.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A alternativa contempla os aspectos destacados na Constituição Federal de 1988 quando trata dos princípios fundamentais para a vida em sociedade.

Alternativa B: INCORRETA. A questão torna-se incorreta pelo item sinalizado no elemento IV que não está em consonância com pressupostos da Constituição Federal de 1988.

Alternativa C: INCORRETA. A questão torna-se incorreta pelo item sinalizado no elemento IV que não está em consonância com pressupostos da Constituição Federal de 1988.

Alternativa D: INCORRETA. A questão torna-se incorreta pelo item sinalizado no elemento IV que não está em consonância com pressupostos da Constituição Federal de 1988.

Alternativa E: INCORRETA. A questão torna-se incorreta pelo item sinalizado no elemento IV que não está em consonância com pressupostos da Constituição Federal de 1988.

90. Questão

(PREF. DE VÁRZEA PAULISTA/SP - UFRJ - 2008). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB N.º 9.394/1996), ao tratar da composição dos níveis escolares, estabelece que a educação básica compõe-se de

- (A) ensino fundamental e ensino médio.
- (B) educação infantil e ensino fundamental.
- (C) educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
- (D) ensino médio, educação especial e educação tecnológica.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A LDB 9394/96 estabelece que a composição da Educação Básica é feita pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Alternativa B: INCORRETA. A questão não está de acordo com o que propõe a LDB 9394/96, quando estabelece que a composição da Educação Básica é feita pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Alternativa C: CORRETA. A consigna atende as recomendações propostas pela LDB 9394/96, quando dispõe sobre a estrutura e organização da Educação Básica.

Alternativa D: INCORRETA. A educação especial e a educação tecnológica, segundo a LDB 9394/96, são modalidades da educação.

91. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013) A respeito das concepções tradicional e democrática de gestão educacional, julgue os itens subsequentes.

- Ⓐ Uma das estratégias fundamentais da concepção democrática é a criação de conselhos de escola com caráter essencialmente consultivo.
- Ⓑ Na descentralização administrativa, o processo de transferência de competências para as escolas é um processo de autolimitação decidido e controlado pelo Estado na perspectiva tradicional.
- Ⓒ A racionalidade dos processos e o controle são as principais características da concepção democrática e constituem os métodos essenciais para a obtenção dos melhores resultados para as organizações.
- Ⓓ Na concepção democrática, destacam-se a qualificação e a competência profissional e nega-se todo o poder instituído.
- Ⓔ O gestor escolar, na concepção democrática, deve ser aquele que zela pelos interesses da comunidade mesmo tendo sido indicado pelo poder local e não por processos eleitorais.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A consigna torna-se incorreta ao afirmar que a criação de conselhos escolares possui um caráter, apenas, consultivo.

Alternativa B: INCORRETA. A perspectiva de descentralização administrativa implica no compartilhamento de decisões que deve ser compartilhado, não

somente pelo Estado, mas por aqueles que participam da construção de uma proposta.

Alternativa C: INCORRETA. É incorreto afirmar que a racionalidade e o controle de decisões sejam as principais características de uma concepção democrática. De acordo com Paro (1998), essa proposta de gestão requer uma decisão compartilhada de atribuições e decisões.

Alternativa D: INCORRETA. A questão torna-se incorreta ao pressupor que uma perspectiva de gestão democrática implica a negação de todo o poder instituído.

Alternativa E: CORRETA. Numa concepção de gestão democrática, o gestor escolar deve preocupar-se, acima de tudo, pelos interesses a aprendizagem da comunidade local.

Julgue os seguintes itens, relativos à concepção, aos princípios e aos eixos norteadores do projeto político-pedagógico (PPP).

92. Questão

(FUB - CESPE - 2013) A participação dos especialistas no processo de elaboração do PPP é aceitável, desde que estes estejam em posição funcional igual à da equipe gestora da escola, em uma concepção transformadora.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. Sob os pressupostos de uma gestão democrática, a participação de especialistas no processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico é imprescindível. Todavia, é importante destacar a necessidade de que não exista uma relação de hierarquia entre esses agentes e os demais membros da equipe escolar, mas, uma relação de ajuda e apoio mútuo.

93. Questão

(FUB - CESPE - 2013) A teoria e a prática são consideradas dimensões distintas, porém articuladas, em uma concepção da práxis, quando se trabalha na perspectiva emancipatória do PPP.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. Conforme sinaliza Vasquéz (1998), práxis é a união entre teoria e prática de modo correlacionado e não distinto, como aparece na consigna.

94. Questão

(FUB - CESPE - 2013) Os encargos burocrático-administrativos são priorizados em relação aos da organização do trabalho pedagógico na visão empresarial do PPP.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. Numa perspectiva de ação transformadora, os aspectos burocráticos-administrativos não devem ser priorizados em relação aos aspectos pedagógicos que devem estruturar o PPP.

95. Questão

(FUB - CESPE - 2013) A qualidade que se busca na perspectiva emancipatória do PPP implica duas dimensões indissociáveis: a formal ou técnica e a política, sendo que a primeira deve estar subordinada à segunda.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. A consigna torna-se incorreta quando destaca que a dimensão formal e técnica deve se subordinar à dimensão política. Trata-se de um equívoco, pois ambas as perspectivas são importantes e complementam-se com o objetivo de colaborar para a estruturação do PPP.

96. Questão

(FUB - CESPE - 2013) O PPP, em uma perspectiva empresarial, busca a superação dos conflitos por meio da diminuição dos efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. Sob uma lógica empresarial, o PPP aparece como um documento que hierarquiza as relações e as tomadas de decisão.

97. Questão

(PREF. DE GALVÃO/SC - ICAP - 2013) A gestão democrática do ensino público é um dos princípios estabelecidos na Constituição Federal/88, e a concepção de educação como formação humana contida no texto da LDB. nº 9.394/96 reafirma o princípio da gestão democrática do ensino público. Para gerir democraticamente o ensino e a escola, é necessário:

- Ⓐ desenvolver ações que promovam a participação de todos de acordo com uma programação estipulada pelo corpo docente.
- Ⓑ aplicar corretamente os recursos financeiros arrecadados pela escola.
- Ⓒ desenvolver atividades na escola que serão executadas pelos alunos que tiverem melhor desempenho escolar.
- Ⓓ estimular a participação de diferentes pessoas na articulação dos aspectos financeiros e administrativos da escola.
- Ⓔ programar com os docentes reuniões de planejamento para análise do resultado das avaliações, visando à melhoria da qualidade do ensino.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Para que uma escola possa ser gerida de modo democrático, torna-se necessário a participação de toda a comunidade nas ações dessa instituição, mediante uma programação coletiva e não só do corpo docente.

Alternativa B: CORRETA. Um dos pilares da gestão democrática é a transparência e aplicação correta dos recursos públicos.

Alternativa C: INCORRETA. A escola deve incentivar a participação de todos os alunos nas atividades desenvolvidas nesse espaço, inclusive, aqueles/as alunos que não obtêm um resultado satisfatório.

Alternativa D: INCORRETA. A articulação dos aspectos financeiros e administrativos da escola devem ser feitos com base em um conjunto de profissionais capacitados e previamente definidos.

Alternativa E: CORRETA. A alternativa está em consonância com o que propõe a LDB 9394/96, quando trata das atribuições dos profissionais da educação na elaboração de planejamentos e atividades que visem alterar os resultados de aprendizagem insatisfatório dos estudantes.

98. Questão

(UFSC - COPERVE - 2014) A Constituição de 1988 marca o surgimento, na legislação brasileira, de um novo paradigma com relação aos direitos sociais, entre eles, o direito à educação.

Assinale a alternativa que **não** completa a afirmação acima.

- Ⓐ A Constituição de 1988 considera o direito à creche como um direito somente dos filhos das mães trabalhadoras.
- Ⓑ A Constituição de 1988 considera a criança como “sujeito de direito” e não apenas “objeto de tutela”, como era na legislação anterior.
- Ⓒ A Constituição de 1988 considera novas definições legais para Educação Infantil: creches e pré-escolas passam a desempenhar funções básicas de educar e cuidar de forma complementar a ação da família.
- Ⓓ A Constituição de 1988 considera a educação como um direito universal e proclama em seu artigo 205 que a educação é um direito de todos e, especificamente, no artigo 208, que a educação é um direito das crianças de zero a seis anos.
- Ⓔ A Educação Infantil, além de ser um direito da criança, é um direito da família e uma exigência da vida atual, na qual a mulher trabalha e participa da vida social em igualdade de direitos com os homens, o que é reconhecido pela Constituição.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A consigna torna-se incorreta ao restringir o direito à creche, somente, a filhos de mães trabalhadoras.

Alternativa B: CORRETA. A consigna está em consonância com o que propõe a Constituição Federal de 1988, no seu capítulo III, seção I, quando trata da Educação.

Alternativa C: CORRETA. A consigna está em consonância com o que propõe a Constituição Federal de 1988, no seu capítulo III, seção I, quando trata da Educação.

Alternativa D: CORRETA. A consigna está em consonância com o que propõe a Constituição Federal de 1988, no seu capítulo III, seção I, quando trata da Educação.

Alternativa E: CORRETA. A consigna está em consonância com o que propõe a Constituição Federal de 1988, no seu capítulo III, seção I, quando trata da Educação.

Este capítulo versa sobre questões de concurso que tratam das políticas educacionais brasileiras e da gestão educacional no interior das instituições educacionais. Coloca em relevo um importante debate sobre os temas supracitados no campo da educação, explorando os seus nexos com o trabalho docente. No âmbito dos marcos legais que normatizam a educação brasileira, são analisadas questões atinentes à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e ao Estatuto da Criança e do Adolescente. No que diz respeito, mais especificamente, aos aspectos do cotidiano da escola, debruçamo-nos a compreender questões ligadas ao Projeto Político-Pedagógico e à Gestão Democrática, como importantes princípios para o trabalho no interior das unidades educacionais. Debruçamo-nos sobre os estudos teóricos de autores como Paro (2010); Saviani (1998); Libâneo (2009), entre outros, os quais discutem, em suas pesquisas, sobre os aspectos aqui focalizados. Em síntese, acreditamos que o estudo das questões focalizadas nesse capítulo poderá colaborar para o sucesso na realização de exames e processos seletivos.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Gestão Educacional. Questões de concurso

SÍNTESE DO CAPÍTULO: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO EDUCACIONAL

A composição das questões selecionadas através dos editais públicos federais apresenta análises refinadas acerca das informações contidas à luz das políticas públicas, por se tratarem de questões que requerem dos participantes análises críticas minuciosas para com os enunciados de cada questão. Sugerimos adotarem critérios de exclusão com base nas especificidades dos trechos das alternativas que envolvem situações mais subjetivas, exigindo um aprofundamento mais consistente do participante.

Até porque o universo multicultural de cada contexto reflete a necessidade de criar estratégias diversificadas da/na prática pedagógica, sala de aula, didática e nas aprendizagens que se fortalecem nas relações entre professor-aluno. E caberá ao profissio-

nal da educação saber identificar e reconhecer das políticas públicas, leis que visam suprir carências e garantias à comunidade de uma escolarização com qualidade, visto que há garantias Constituição Federal Brasileira (1988), lei máxima que deixa claro em seus Artigos, ser a educação um direito social de todos indistintamente.

Nessa concepção de educação que valoriza os processos, as Diretrizes e as Bases Nacionais da Educação são também de sua responsabilidade regular os ensinamentos da educação básica ao superior. Conforme os artigos concernentes às Leis das Diretrizes e Bases Nacionais (LDBN nº 9394/96), há atribuição à União e ao MEC as competências para assegurar os processos de avaliação dos ensinamentos, organizando-os seguindo uma base comum, visto a qualidade do ensino.

Assim, o papel da gestão escolar democrática é, dentre outros aspectos, estabelecer relações com a participação no processo organizacional em que os profissionais e comunidade escolar compartilham, institucionalmente, certos processos de tomada de decisões. Torna-se adequado acrescentar, também, o processo de avaliação escolar na gestão escolar para além da nota, instigando o pensamento reflexivo, mediador de estudo, motivador do aprofundamento pelas indagações.

A avaliação das instituições se realizaria em dois momentos principais: através do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), conduzida pelas Comissões Próprias de Avaliação; e outra realizada por comissões externas designadas pelo INEP, conforme as diretrizes da CONAES; avaliação dos cursos de graduação; e avaliação do desempenho dos estudantes através do ENADE, os quais buscam a transformação pedagógica em favor do processo da aprendizagem que empodere o aluno.

Não é possível deixar de considerar as normas estabelecidas, que descrevem o caminho das diretrizes curriculares nacionais para que tenham clareza, objetivos e orientem o planejamento curricular das escolas, os sistemas de ensino, como eixos norteadores e conteúdos mínimos; bem como considerando o descrito nas diretrizes e políticas públicas de educação, assim, oportunizando a voz e a vez dos

envolvidos em sua construção, com vista no papel social de cada envolvido.

Incumbência das Unidades Escolares é propor ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola metas alcançáveis para superarem os desafios diários, ou seja, aproximar a comunidade da escola e os envolvendo, para que percebam a sua importância na participação, no desenvolvimento potencial dos seus filhos. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1994), assegura que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar.

As políticas de formação para gestores e profissionais de educação propõem condições institucionais de fortalecimentos dos marcos legais e de gestão democrática e de mecanismos da participação social. Tais circunstâncias remetem-nos às reflexões sobre as dimensões política e ideológica do currículo como fator determinante da cultura escolar, pois exigem exames epistemológicos das correntes e teóricos que versam as políticas.

Por fim, as análises das questões dos diversos editais presente nessa síntese é uma tentativa de demonstrar a relevância dos aspectos técnicos, políticos e ideológicos, conforme o quadro curricular atuante na/da escola e os seus pressupostos da sociedade atual e da nova missão da escola na pós-modernidade.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.
2. _____. Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
3. _____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
4. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
5. CANDAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s). Educação & Sociedade, ano XXIII, n. 79, Agosto/2002.
6. CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública. Série provas e concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
7. DAVYDOV, V.V. O problema da generalização e do conceito na teoria de vygotsky. Texto de conferência proferida na reunião do Comitê Internacional da International Society for Cultural Research and Activity Theory. Departamento de Ciências Psiquiátricas e Medicina Psicológica da Universidade de Roma. 1992.
8. _____. Problems of developmental teaching. The experience of theoretical and experimental psychological research. Soviet Education, New York, Aug. 1988.
9. GIROUX, Henry A. Cruzando as fronteiras do discurso educacional. Novas políticas em educação. Trad. Magda França Lopes. Porto alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
10. _____. Teoria crítica e resistência em educação (para além das teorias da reprodução) Petrópolis, Vozes, 1986.
11. LIBÂNEO, José C. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Davydov. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 27, 2004.
12. _____. Didática: velhos e novos temas. São Paulo, Editora: Cortez, 1994.
13. LITWIN, Edith. Introdução: O Bom Ensino na Educação a Distância, In: LITWIN, Edith (org), Educação a Distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa, Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
14. MACHADO, L. M. Mercado global: a esfinge do presente. In: SILVA Jr., C. A. (Org). O profissional formado por seu curso está preparado para as exigências da nova ordem mundial? São Paulo, Pro-Reitoria de Graduação da UNESP, 1996. p. 91-106 (VI Circuito PROGRAD).
15. PERRENOUD, Philippe. Construir competências é virar as costas aos saberes? 2000. Acesso em: 14 fev. 2010.
16. SOUSA, Jesus Maria. Educação: textos de intervenção. Portugal: O Liberal, Ltda. 2004.
17. TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo, Ed. Cortez; Recife: EQUIP: Salvador: UFBA, 2001.
18. VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.
19. VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

20. FRANCO, M. A. S. Pedagogia como ciência da educação. Campinas: Papirus, 2003, 144p.
21. PLACCO, V. M. N. S. Aprendizagem do adulto professor. São Paulo: Loyola, 2006.
22. PARO, V. H. Gestão democrática da Escola Pública. São Paulo SP. Ática, 1998.
23. SAVIANI, D. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

Camila Bahia

Julgue os próximos itens, referentes às concepções ou teorias do currículo.

01. Questão

(FUB - CESPE - 2013) Na teoria pós-crítica, a discussão é centrada na questão ideológica e nas relações de poder entre as classes sociais.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. A teoria pós-crítica não é centrada nas relações de poder entre as classes sociais e, sim, no direcionamento de um currículo no qual se vincule conhecimento, identidade e poder com temas de gênero, raça, etnia, sexualidade, subjetividade, multiculturalismo, entre outros.

02. Questão

(FUB - CESPE - 2013) A ênfase nos conceitos pedagógicos de ensino, aprendizagem, avaliação, metodologia, didática, organização, planejamento, eficiência e objetivos é própria da teoria crítica.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. A teoria crítica coloca em pauta maior para discussão os pressupostos arran-

jos sociais e educacionais para a construção do currículo.

03. Questão

(FUB - CESPE - 2013) Em uma perspectiva tradicional, a base nacional comum e a parte diversificada são consideradas como partes distintas do currículo.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. Na perspectiva tradicional, o currículo devia ser neutro, tendo como principal foco garantir que a escola funcionasse como um fábrica.

04. Questão

(FUB - CESPE - 2013) A concepção tradicional propõe a existência de um currículo implícito, considerado oculto.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. De acordo com MOREIRA; SILVA (1997), as teorias críticas não se importam com o desenvolvimento das técnicas de como fazer o currículo, mas o desenvolvimento dos conceitos que permitam compreender o que o currículo faz.

05. Questão

(FUB - CESPE - 2013) A concepção pós-crítica é caracterizada pela identificação do outro e da possibilidade de múltiplas culturas na construção do currículo.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. A visão pós-crítica distingue o currículo como uma linguagem dotada de significados, imagens, falas, posições discursivas valorizando e respeitando as individualidades.

06. Questão

(UFAM - CONVEST - 2013) As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) visam a proporcionar às Instituições de Ensino Superior (IES) direcionamento para a implantação e a implementação de:

- (A) Projetos Pedagógicos dos cursos das IES.
- (B) Projetos para investimentos nos cursos das IES.
- (C) Projetos de Capacitação de seu quadro docente e técnico.
- (D) Projetos específicos para as Licenciaturas.
- (E) Projetos específicos para os Bacharelados.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Uma das metas das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) é conferir maior autonomia às Instituições de Ensino Superior (IES) na definição dos currículos de seus cursos. Para isso, explicitam as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas por meio de um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas sociais, no qual a graduação constitui etapa inicial de formação no processo de educação permanente (BRASIL, 2004);

Alternativa B: INCORRETA. Apesar de existirem projetos com o fim de investimento nas Instituições de Ensino Superior (IES), o objetivo das Diretrizes Curriculares Nacionais é de propor um direcionamento para elaboração e execução curricular dos cursos.

Alternativa C: INCORRETA. A capacitação do quadro docente e técnico das IES devem ser asseguradas segundo o Projeto Político Pedagógico de cada uma das Instituições e de acordo com sua proposta curricular.

Alternativa D: INCORRETA. Segundo a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, constituem-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica.

Alternativa E: INCORRETA. Os projetos específicos para os Bacharelados têm sua definição e organização de acordo com a proposta de cada curso oferecido para esta formação.

07. Questão

(UFAM - CONVEST - 2013) São temas transversais relacionados nos Parâmetros Curriculares Nacionais **exeto**:

- (A) Temas que se articulam com a vida dos alunos.
- (B) Temas que aparecem transversalizados em áreas específicas.
- (C) Temas que são abordados em datas que são relevantes.
- (D) Temas que constituem novas áreas para trabalhar com os alunos.
- (E) Temas que tratam de problemas sociais.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Os temas transversais se apresentam como uma alternativa de organização do conhecimento no currículo.

Alternativa B: INCORRETA. A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é que as temáticas sejam incorporadas às diferentes disciplinas sempre que os conteúdos e objetivos a serem trabalhados por essas disciplinas o permitirem.

Alternativa C: INCORRETA. Os PCNs propõem que são as temáticas fundamentais para a inserção dos alunos na vida social que devem ser tratadas transversalmente.

Alternativa D: CORRETA. O documento afirma que a organização dos currículos por disciplinas é incapaz de dar conta de temáticas sociais relevantes. A sociedade e os modos de produção estão cada dia mais complexos e globais e a estruturação discipli-

nar do conhecimento deve atender às novas demandas da sociedade.

Alternativa E: INCORRETA. Parafraseando os PCNs (1995) “conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País. ”.

08. Questão

(UFAM - CONVEST - 2013) [...] são normas obrigatórias que orientarão o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação por meio da Câmara de Educação Básica. O ponto de partida para a formulação das diretrizes para o ensino médio foi o primeiro artigo da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB). Esse artigo afirma que a educação escolar deverá estar vinculada ao trabalho e à prática social (Guiomar Namó de Melo). O texto acima refere-se a:

- (A) Currículo.
- (B) Planejamento.
- (C) Diretrizes Curriculares Nacionais.
- (D) Projetos em ação.
- (E) Projeto Pedagógico.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Parafraseando Moreira; Silva (1997), o currículo não é um elemento transcendente e atemporal, ele tem uma história vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

Alternativa B: INCORRETA. Planejamento é o ato de colocar o currículo em prática, ele precisa de um direcionamento claro e sequencial dos conteúdos que formam o currículo escolar.

Alternativa C: CORRETA. As Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais, derivam dos acordos feitos entre o governo brasileiro aos organismos internacionais, através das quais o estado compromete-se em promover um novo ordenamento para o conhecimento que se quer produzido/ensinado nas escolas;

Alternativa D: INCORRETA. Projetos em ação são resultados dos estudos e das práticas da pedagogia por projetos.

Alternativa E: INCORRETA. O Projeto Pedagógico ou proposta pedagógica resulta dos princípios, diretrizes e prioridades definidas pela comunidade escolar a partir dos objetivos educacionais e da definição do que se quer alcançar com o ensino oferecido, sem perder de vista a melhoria da aprendizagem dos alunos e o desempenho da escola.

09. Questão

(UFAM - CONVEST - 2013) A Abordagem Processual ou Prática Processual ou Prática do Currículo:

- (A) representa uma crítica profunda à sociologia do currículo, uma vez que rejeita as implicações políticas na definição dos conteúdos.
- (B) define o trabalho do professor como mera reprodução dos conteúdos curriculares.
- (C) considera o currículo em sua relação dialética com a atividade do professor em sala de aula.
- (D) Destaca o abismo que separa a teoria da prática.
- (E) Define o trabalho da escola como mera reprodução da sociedade.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Segundo Souza (2008), a prática do Currículo ou Prática Processual articula uma reflexão sobre a prática vinculando-a com o exame das relações entre sociedade e educação.

Alternativa B: INCORRETA. Na Inglaterra, Laurence Stenhouse foi um dos primeiros teóricos a defender um modelo alternativo para entender o currículo, de forma que este se convertesse em um instrumento eficaz para mudar a prática da educação como reprodução dos conteúdos.

Alternativa C: INCORRETA. A Abordagem Processual define três aspectos básicos: mudança da prática, desenvolvimento do currículo e aperfeiçoamento do professor.

Alternativa D: INCORRETA. Souza (2008) afirma que essa abordagem elege como foco de análise como o currículo se realiza de fato, buscando compreender tanto o nível da prescrição quanto da ação do currículo.

Alternativa E: CORRETA. Para Souza (2008), tal abordagem busca explicar a relação do currículo com o exterior e do currículo como regulador do interior das instituições escolares.

10. Questão

(UFRB – FUNRIO - 2015) O currículo há muito vem sendo entendido como um campo de estudos importantes para a educação e tais estudos vem contribuindo cada vez mais para as práticas escolares. Em seu desenvolvimento na escola, os componentes do currículo são:

- (A) As etapas do processo didático-metodológico.
- (B) Porque ensinar e aprender os conteúdos escolares.
- (C) A sequenciação dos processos de ensino.
- (D) O que, como e quando ensinar e o que, como e quando avaliar.
- (E) A hierarquização dos conteúdos das áreas de conhecimento.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. As etapas do processo didático-metodológico só poderão ser idealizadas e concretizadas de acordo com os objetivos definidos na construção do currículo escolar.

Alternativa B: INCORRETA. Os conteúdos escolares precisam aparecer na organização curricular sem se desvincular da análise do contexto social, cultural e educativo em que se insere a proposta da instituição escolar.

Alternativa C: INCORRETA. Para Ribeiro (2002), a organização e sequência do processo de ensino-aprendizagem devem ser planejadas em termos de tipos de atividades, experiências e situações de aprendizagem e proporcionar, incluindo, pois, ações do professor e ações do aluno: estratégias/métodos, atividades, materiais e meios de ensino-aprendizagem.

Alternativa D: CORRETA. A natureza do currículo deve seguir a organização dos elementos, tais como: finalidades a objetivos; matérias a conteúdos; estratégias a atividades e avaliação. Ou seja, elementos que se relacionam e definem a organização e sequenciação de todo o processo de ensino e aprendizagem.

Alternativa E: INCORRETA. Segundo Ribeiro (2002) o modelo de organização curricular centrado em disciplinas ou matérias, sobrevaloriza os conteúdos programáticos, subordinando-lhes os objetivos curriculares; em contrapartida, uma estrutura curricular assente em núcleos de problemas ou experiências atribui grande relevo às experiências, atividades e situações de aprendizagem, sem se preocupar muito com o âmbito dos conteúdos a incluir.

11. Questão

(UFRB – FUNRIO - 2015) Aquilo que se ensina na escola, sem que se perceba que está sendo ensinado, é denominado pelos estudiosos do campo do currículo como:

- (A) currículo real.
- (B) transposição didática.
- (C) currículo oculto.
- (D) saber experiencial.
- (E) aprendizagem significativa.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O currículo real é idealizado pela prática do professor e sua característica marcante é a contextualização dos conteúdos e o que efetivamente se passa em sala de aula.

Alternativa B: INCORRETA. A transposição didática se configura em um instrumento procedimental que transforma o conhecimento científico em conhecimento escolar.

Alternativa C: CORRETA. É a representação de tudo o que os alunos aprendem através da convivência uns com os outros por meio de várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepção entre outros fatores que vigoram no meio social e escolar.

Alternativa D: INCORRETA. O saber experiencial é aquele que se adquire durante a execução teórica na prática. É constituído de experiências e vivências do sujeito.

Alternativa E: INCORRETA. A aprendizagem significativa apresentada por Ausubel diz respeito ao sentido e significado dado sobre uma nova aprendizagem à medida que é relacionada com o seu conhecimento prévio.

12. Questão

(SESI/PA - CONED - 2014) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (9.394/96), no seu artigo 26, afirma: "Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela". Com base nesse artigo, é correto afirmar que:

- Ⓐ o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.
- Ⓑ a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno que tenha prole e maior de 21 anos de idade.
- Ⓒ as disciplinas história e geografia são obrigatórias, embora, a disciplina história deva levar em consideração as diferentes culturas e etnias para a formação de um só povo indígena, africano e europeu.
- Ⓓ na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da 6ª série, o ensino de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna, como o inglês ou espanhol, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar.
- Ⓔ os currículos a que se refere a LDB devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico, natural e do trabalho, a realidade social e política, especialmente do Brasil.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. De acordo com a LDB 9394/96, Art 26, § 2º "o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos".

Alternativa B: INCORRETA. A Educação Física é componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo sua prática facultativa aos alunos que tenha prole, maior de 30 anos de idade, que estiver prestando serviço militar inicial e que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas.

Alternativa C: INCORRETA. De acordo com a LDB, o conteúdo programático incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir do estudo das culturas afro-brasileira e indígenas.

Alternativa D: INCORRETA. O Art. 26, § 5º da LDB 9394/96 dispõe que "na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição".

Alternativa E: INCORRETA. O § 1º do Art. 26 da LDB 9394/96 garante que os currículos do ensino fundamental e médio devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

13. Questão

(SESI/PA - CONED - 2014) O profissional da educação tem sua prática fundamentada por teorias educacionais, que são conhecidas como tendências pedagógicas. Elas são divididas em duas grandes correntes: liberal e a progressiva. As tendências liberais são as:

- Ⓐ Crítico-social dos Conteúdos e a Libertadora
- Ⓑ Tecnista e a Tradicional
- Ⓒ Libertadora e a Tecnista
- Ⓓ Renovada e a Crítico-social dos Conteúdos
- Ⓔ Tradicional e a Libertária

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Tais tendências configuram a corrente progressista, a qual parte da análise crítica das realidades sociais e atenta-se as finalidades sociopolíticas da educação.

Alternativa B: CORRETA. As duas tendências se configuram em tendências liberais

Alternativa C: INCORRETA. A libertadora se configura como tendência da corrente progressista, enquanto a tecnista, liberal.

Alternativa D: INCORRETA. A perspectiva "renovada" veio ampliar as possibilidades da tendência tradicional justamente porque a mesma, apesar de ser considerada "liberal", de liberal não tinha nada por conta da sua finalidade.

Alternativa E: INCORRETA. A tendência tradicional se configura como tendência da corrente liberal, sendo a primeira a ser instituída junto com as instituições. Enquanto a tendência libertária faz parte da corrente progressista e tem o objetivo de transformar a personalidade do aluno através da escola.

14. Questão

(SESI/PA - CONED - 2014) As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, aplicam-se à formação:

- Ⓐ inicial para o exercício da docência, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional. Na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.
- Ⓑ continuada para o exercício da docência, no Ensino Médio e nos anos iniciais do Ensino Fundamental na modalidade Propedêutica, e em cursos de Especialização na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.
- Ⓒ inicial para o exercício da docência, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Educação Superior e Pós-médio, na modalidade Magistério, excluindo cursos de Educação Profissional.
- Ⓓ complementar ao Médio Normal, para o exercício da coordenação pedagógica, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Pós-graduação na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos e psicológicos.
- Ⓔ a nível de Pós-graduação, para o exercício da docência, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, excluindo o Ensino Médio em cursos de Educação Profissional ou na área de serviços e apoio escolar, por meio do profuncionário, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Grau de Dificuldade



Alternativa A: CORRETA. O art. 2 da Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura afirma.

Alternativa B: INCORRETA. A formação, apesar de ser continuada, a Resolução CNE de 2006, não apresenta a proposta como formação continuada e sim, como inicial.

Alternativa C: INCORRETA. A Resolução CNE de 2006, não inclui na sua organização legal. Não exclui os cursos de Educação Profissional.

Alternativa D: INCORRETA. Não é definida a formação nos cursos de Pós-graduação pela Resolução CNE de 2006, apesar de profissionais das áreas de pedagogia e licenciaturas poderem assumir tal competência.

Alternativa E: INCORRETA. A Resolução CNE de 2006, é bastante clara ao afirmar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia e Licenciaturas garante a formação inicial para o exercício da docência nas modalidades afirmadas na letra “a”.

15. Questão

(NUCLEP - BIORIO - 2014) Para se definir, de forma clara e precisa, a concepção filosófica do planejamento que vai nortear os fins e objetivos da ação educativa na elaboração de um currículo escolar, tal currículo deve abranger:

- Ⓐ uma análise e reflexão de várias facetas do sistema educacional, para delimitar suas dificuldades e prever alternativas de solução circunstancial.
- Ⓑ um processo de decisão quanto aos objetivos a serem atingidos e a previsão de ações pedagógicas e administrativas que devem ser executadas somente pela gestão escolar.
- Ⓒ uma previsão de diferentes componentes que serão desenvolvidos ao longo do curso, com a definição dos objetivos gerais e dos conteúdos programáticos de cada componente.
- Ⓓ uma antevisão dos componentes a serem desenvolvidos e das atividades a serem realizadas em uma determinada classe, durante certo período de tempo.
- Ⓔ uma seleção dos objetivos imediatos a serem alcançados, especificando conteúdos, procedimentos,

recursos a serem trabalhados e estabelecendo critérios de avaliação somativa.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Tal análise diz respeito a planejamento educacional ou de um sistema educacional, onde para atender tais ações educativas são desenvolvidas as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Alternativa B: INCORRETA. O currículo escolar permeia as ações que serão desenvolvidas por toda a equipe escolar, partindo do projeto curricular maior aplicado pela gestão até as práticas desenvolvidas em sala de aula pelo professorado.

Alternativa C: CORRETA. O currículo escolar precisa ser planejado através dos diversos componentes curriculares que serão desenvolvidos ao longo do curso, com a definição dos objetivos gerais e a previsão dos conteúdos programáticos de cada componente.

Alternativa D: INCORRETA. O currículo já deve ter definido os componentes curriculares para o desenvolvimento das práticas.

Alternativa E: INCORRETA. Os objetivos precisam ser contemplados dentro da perspectiva geral e não pretendidos ser alcançados de forma imediata.

16. Questão

(IF/PR - CETRO - 2014) O Conselho Nacional de Educação estabelece, em sua Resolução nº 01/2005, a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Com base nessa resolução, é correto afirmar que a nomenclatura dos cursos e programas de Educação Profissional passa a ser atualizada nos seguintes termos:

- Ⓐ “Educação Profissional de nível básico” passa a denominar-se “Educação Profissional Técnica continuada de trabalhadores” e “Educação Profissional de nível tecnológico” passa a denominar-se “Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação”.
- Ⓑ “Educação Profissional de nível técnico” passa a denominar-se “Educação Profissional Técnica de nível básico e continuada de trabalhadores”.

Ⓒ “Educação Profissional de nível tecnológico” passa a denominar-se “Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação”.

Ⓓ “Educação Profissional de nível tecnológico” passa a denominar-se “Educação Profissional Técnica de nível médio”.

Ⓔ “Educação Profissional de nível técnico” passa a denominar-se “Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação”.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Não é correto afirmar que a Educação Profissional de Nível Básico passa a denominar-se Educação Profissional Técnica continuada de trabalhadores, e, sim, formação inicial e continuada de trabalhadores.

Alternativa B: INCORRETA. Segundo o inciso II do art. 3º da Resolução nº 01/2005, Educação Profissional de nível técnico passa a denominar-se Educação Profissional Técnica de nível médio.

Alternativa C: CORRETA. O inciso III do art. 3º da Resolução nº 01/2005 garante que Educação Profissional de nível tecnológico passa a denominar-se Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação.

Alternativa D: INCORRETA. Existe uma confirmação errônea nesta alternativa devido à Educação Profissional de nível tecnológico não passar a se denominar Educação Profissional Técnica de nível médio.

Alternativa E: INCORRETA. Segundo o art. 4º da Resolução nº 01/2005, os novos cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio serão oferecidos na forma integrada com o Ensino Médio e não de graduação e pós-graduação.

17. Questão

(IF/BA - FUNRIO - 2014) A concepção crítica do currículo se caracteriza por compreendê-lo intrinsecamente relacionado às questões de:

- Ⓐ Ensino, aprendizagem, classe social, cultura e eficiência.
- Ⓑ Ideologia, poder, currículo oculto, emancipação e libertação.
- Ⓒ Identidade, objetivos, discurso, gênero e multiculturalismo.

- Ⓓ Avaliação, organização, objetivos, eficácia e eficiência.
- Ⓔ Planejamento, poder, capitalismo, metodologia e meritocracia.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O ensino e a aprendizagem passam a ser colocados como questões de segunda instância, pois, o que se discute nesta concepção é justamente a educação como reprodução da ideologia capitalista.

Alternativa: CORRETA. A visão crítica do currículo vai deslocar a ênfase nos conceitos pedagógicos do processo ensino-aprendizagem para conceitos ideológicos, ou seja, existe uma crítica ao currículo por acreditar que o mesmo tem como reprodução e intensificação das relações de poder e ideologia capitalista.

Alternativa C: INCORRETA. As questões apresentadas na referente alternativa dizem respeito à visão pós-crítica do currículo, a qual defende que o multiculturalismo representa um importante instrumento de luta política.

Alternativa D: INCORRETA. A visão da concepção tradicional do currículo assegurava que a escola deveria identificar de forma precisa os resultados/objetivos que deseja obter (currículo/eficácia), os métodos para conseguir tais resultados (ensino/organização) e as formas de mensuração do trabalho realizado (avaliação/eficiência).

Alternativa E: INCORRETA. A meritocracia, neste ponto, é resultado das relações de poder reproduzidas através da organização curricular e não por mérito do indivíduo.

- Ⓓ Linguagens, Estudos Sociais, Ciências da Natureza e Filosofia.
- Ⓔ Linguagens, Ciências, História e Geografia.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O § 1º da Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012, corrobora ao dizer que o currículo deve contemplar as quatro áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos.

Alternativa B: INCORRETA. O art. 7º da Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012 afirma que a organização curricular do Ensino Médio tem uma base nacional comum e uma parte diversificada que não devem constituir blocos distintos, mas um todo integrado, de modo a garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade e as características locais e especificidades regionais.

Alternativa C: INCORRETA. A língua portuguesa integra a área de conhecimento de linguagens, tais como: língua materna, para populações indígenas; língua estrangeira moderna; arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical; educação física.

Alternativa D: INCORRETA. A filosofia é componente curricular obrigatório proveniente da LDB que compõe a área de conhecimento de ciências sociais, em conjunto com história, geografia e sociologia.

Alternativa E: INCORRETA. A organização das áreas de conhecimento faz divisão das ciências, compondo assim: ciências naturais e ciências sociais.

18. Questão

(IF/BA - FUNRIO - 2014) A Resolução Nº 2, de 30 de Janeiro 2012, que define as diretrizes curriculares para o ensino médio, em seu Título II, capítulo I, organiza o currículo em quatro áreas de conhecimento, a saber:

- Ⓐ Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza.
- Ⓑ Língua portuguesa, Matemática, Estudos Sociais e Ciências.
- Ⓒ Língua Portuguesa, Linguagem matemática, Linguagens da Natureza e Humanas.

19. Questão

(IF/BA - FUNRIO - 2014) Tanto a Lei 9394/96 quanto as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio definem o trabalho e sua relação com a educação a partir de uma perspectiva:

- Ⓐ ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.
- Ⓑ profissionalizante e inerente ao ser humano, como possibilidade de progressão socioeconômica e cultural.

- © curricular e acadêmica, cuja concepção deve ser estudada a partir dos enfoques, históricos, geográficos, sociológicos e filosóficos.
- Ⓓ filosófica e social, com cunho profissionalizante como uma transformação do trabalho em força produtiva e mediado pelo mercado de trabalho.
- Ⓔ científica de mediação do mundo do trabalho com o conhecimento científico produzido para fins de desenvolvimento não só pessoal, mas social e tecnológico.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O § 1º da Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012, afirma que o trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.

Alternativa B: INCORRETA. O § 1º da Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012, defende o trabalho na perspectiva do estudo do ser, aprimoramento do ser e não na perspectiva profissionalizante, de atender o mercado de trabalho.

Alternativa C: INCORRETA. O desenvolvimento curricular nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio atende a integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

Alternativa D: INCORRETA. O § 3º da Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012, traz a tecnologia como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida.

Alternativa E: INCORRETA. O § 2º da Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012, apresenta a ciência como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade.

20. Questão

(PREF. JABOATÃO - AOC - 2015) No artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil, afirma-se: "A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica". Segundo a LDB 9.394/96, devidamente atualizada, a Educação Infantil compreende o ensino de:

- Ⓐ 0 a 3 anos.
- Ⓑ 0 a 4 anos.
- Ⓒ 0 a 5 anos.
- Ⓓ 0 a 6 anos.
- Ⓔ 0 a 2 anos.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A LDB 9394/96 define que de 0 a 3 anos de idade, as crianças serão atendidas por creches ou entidades equivalentes.

Alternativa B: INCORRETA. No que diz respeito às crianças de 4 a 5 anos de idade, a LDB 9394/96 garante que as mesmas serão atendidas em pré-escolas.

Alternativa C: CORRETA. O Art. 29. Da LDB 9394/96 define que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Alternativa D: INCORRETA. O Art. 32. da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 garante que o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, inicia-se aos 6 (seis) anos de idade.

Alternativa E: INCORRETA. As crianças com esta faixa etária são consideradas integrantes da Educação Infantil, sendo que até os 3 anos deverão ser atendidas nas creches e de 4 a 5 anos em pré-escolas.

21. Questão

(IF/BA - FUNRIO - 2014) Uma professora trabalha com temas como água, animais, Dengue, Copa do Mundo, etc., a partir de uma metodologia de trabalho com projetos. Os temas são escolhidos pelas crianças a cada dois meses, aproximadamente. Essa forma de trabalho traz implícita uma concepção de organização curricular que se caracteriza pela:

- Ⓐ disciplinaridade dos conhecimentos.
- Ⓑ interdisciplinaridade entre conceitos.
- Ⓒ transversalidade dos temas.
- Ⓓ identidade dos conhecimentos.
- Ⓔ multidisciplinaridade das matérias escolares.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A alternativa apresenta a organização curricular dividida por blocos de disciplinas que deverão ser trabalhados de forma separada os conhecimentos de cada área.

Alternativa B: INCORRETA. A interdisciplinaridade diz respeito às conexões estabelecidas entre as disciplinas para trabalhar determinados conteúdos.

Alternativa C: CORRETA. Segundo o Ministério da Educação (MEC), “os temas a serem escolhidos devem estar voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes”.

Alternativa D: INCORRETA. Para Moreira (2007), o conhecimento e o saber se renovam do choque de culturas, sendo a produção de novos conhecimentos e técnicas, produto direto da interposição de culturas diferenciadas – com o somatório daquilo que anteriormente existia.

Alternativa E: INCORRETA. Quando se fala de multidisciplinaridade, se fala em conjunto de disciplinas que deverão ser trabalhadas simultaneamente, mas cada uma na sua especificidade.

22. Questão

(IFN/MG - GESTÃO DE CONCURSOS - 2014) Para Jonnaert, Etayebi e Defise (2010), o currículo de um sistema educativo deve possibilitar a definição clara de suas finalidades e a operacionalização do conjunto de um plano de educação e sua aplicabilidade por meio de um plano de ação administrativo.

Analise as seguintes afirmativas sobre o currículo.

- I. Um mesmo currículo pode ser entendido segundo três níveis de interpretação bem diferentes: currículo oficial, currículo implantado e currículo assimilado.
- II. Entre as correntes curriculares está a que se refere a uma abordagem cultural do currículo, a qual gerou a pedagogia por objetivos e a pedagogia (do domínio).
- III. Uma abordagem focalizada nos alunos não exclui, nem os saberes disciplinares, nem os interesses para a sociedade.

A partir dessa análise, pode-se concluir que estão corretas:

- (A) I e II apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) I, II e III.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Apesar de o currículo ser interpretado pelos níveis: oficial, implantado e assimilado. A pedagogia por objetivos não surge pela abordagem cultural do currículo.

Alternativa B: CORRETA. No que diz respeito ao currículo assimilado, os alunos desenvolvem competências e constroem conhecimentos e tais conhecimentos podem ser estimulados através da abordagem focalizada nos alunos, sem perder de vista os conteúdos disciplinares e a relação social.

Alternativa C: INCORRETA. A pedagogia do domínio diz respeito à reprodução ideológica e cultural transmitida pela educação, através da construção curricular, onde são valorizados determinados conteúdos em detrimento de outros para intensificar as relações de poder.

Alternativa D: INCORRETA. Para Jonnaert, Etayebi e Defise (2010) as correntes tecnicistas e a cultural que vão dar origem à pedagogia por objetivo e por domínio, além da própria abordagem cultural do currículo.

23. Questão

(FUNDAÇÃO DA CASA - CETRO - 2014) Na organização e gestão do currículo, as abordagens disciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar requerem a atenção criteriosa da instituição escolar, porque revelam a visão de mundo que orienta as práticas pedagógicas dos educadores e organizam o trabalho do estudante. Perpassam todos os aspectos da organização escolar, desde o planejamento do trabalho pedagógico, a gestão administrativo-acadêmica, até a organização do tempo e do espaço físico e a seleção, disposição e utilização dos equipamentos e mobiliário da instituição, ou seja, todo o conjunto das atividades que se realizam no espaço escolar, em seus diferentes âmbitos. As abordagens multidisciplinar, pluridisciplinar e interdisciplinar fundamen-

tam-se nas mesmas bases, que são as disciplinas, ou seja, o recorte do conhecimento. É correto afirmar que a multidisciplinaridade:

- Ⓐ expressa frações do conhecimento e o hierarquiza.
- Ⓑ estuda um objeto de uma disciplina pelo ângulo de várias outras ao mesmo tempo.
- Ⓒ refere-se ao conhecimento próprio da disciplina, mas está para além dela. O conhecimento situa-se na disciplina, nas diferentes disciplinas e, além delas, tanto no espaço quanto no tempo. Busca a unidade do conhecimento na relação entre a parte e o todo, entre o todo e a parte.
- Ⓓ pressupõe a transferência de métodos de uma disciplina para outra. Ultrapassa-as, mas sua finalidade inscreve-se no estudo disciplinar. Ocorre a transversalidade do conhecimento constitutivo de diferentes disciplinas, por meio da ação didático-pedagógica mediada pela pedagogia dos projetos temáticos.
- Ⓔ é uma forma de organizar o trabalho didático e pedagógico em temas, eixos temáticos integrados às disciplinas, às áreas de conhecimentos de forma a estarem presentes em todas elas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Berger afirma que a multidisciplinaridade é a justaposição de disciplinas diversas, às vezes sem aparente relação entre elas.

Alternativa B: INCORRETA. A multidisciplinaridade não tem a função de estudar pelo olhar de uma disciplina, e, sim por um bloco de disciplinas selecionadas que não necessariamente estão relacionadas.

Alternativa C: INCORRETA. Segundo Silva, a multidisciplinaridade é ter o objeto de interesse abordado por várias disciplinas, determinando várias dimensões da realidade, sendo que cada um com seus respectivos domínios linguísticos.

Alternativa D: INCORRETA. Na visão de Piaget, a multidisciplinaridade acontece quando a obtenção de um problema requer a obtenção de uma ou mais ciências, sem que as disciplinas organizadas sejam alteradas ou enriquecidas por isso.

Alternativa E: INCORRETA. Esta última se justifica com a função da transversalidade dos temas. São escolhidos temas sociais pertinentes para permear pelas disciplinas.

24. Questão

(INSS - FUNRIO - 2014) O currículo compreendido como algo não estático, mas dinâmico e concreto, se expressa a partir de:

- Ⓐ modelos de protocolos que viabilizarão os procedimentos necessários à realização dos conteúdos expressos nas programações.
- Ⓑ práticas com função socializadora e cultural de determinada instituição que concretizam princípios e valores expressos em seu projeto escrito.
- Ⓒ conflitos e interesses de determinados grupos, mas que necessita garantir a neutralidade dos conhecimentos que ajudará a disseminar.
- Ⓓ programações de conteúdos de ensino e de aprendizagem que expressam os valores e princípios da instituição.
- Ⓔ listagens de conteúdos a serem ensinados aos sujeitos do processo, garantindo sua assepsia científica.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Como diz Freire (1996, p. 77), educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios, a quem o mundo encha de conteúdos, mas sim que a problematização dos homens em suas relações com o mundo. O currículo precisa perpassar os conteúdos dentro desta perspectiva.

Alternativa B: CORRETA. Toda a prática referente ao currículo é estabelecida através de comportamentos didáticos, políticos, administrativos e econômicos, de uma determinada realidade, que segundo Sacristán (2000), se encobrem muitos pressupostos, teorias parciais, esquemas de racionalidade, crenças, valores, etc., que condicionam a teorização sobre o currículo.

Alternativa C: INCORRETA. As atividades curriculares devem basear-se em uma teoria que atenda as expectativas de uma educação problematizadora, dessa forma, deve atender a demanda social de todos os grupos e não por um determinado grupo.

Alternativa D: INCORRETA. Parafraseando Grinspun (2001), o currículo se trata de uma organização de práticas que envolvem todo o processo da educação, por isso, o currículo tem como essência, a “constru-

ção cultural” e não meramente organização de conteúdos.

Alternativa E: INCORRETA. Grinspun (2001, p. 247), afirma que, o currículo é muito mais que listagem de conteúdos, inclui todas aquelas atividades e iniciativas que o faz ser planejado, criado, adotado, apresentado, experimentado, criticado, atacado, defendido e avaliado, assim como todos aqueles objetivos materiais que o confirmam, como são os livros-textos, os aparelhos e equipamentos, os planos e guias do professor, etc.

25. Questão

(PREF. URUAÇU - IBGE - 2014) Existem diferentes situações de currículos percebidas em sala de aula:

- I. Um currículo formal – prescrito como desejável de forma normativa.
- II. Um currículo não operacional – que realmente ocorre e pode ser observado.
- III. Um currículo percebido – que o professor diz estar desenvolvendo.
- IV. Um currículo experienciado – que é percebido pelos alunos e ao qual eles reagem.
- V. Um currículo informal – sem prescrição metodológica gerencial.

É correto apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e IV.
(B) III, IV e V.
(C) I, III e IV.
(D) II, IV e V.
(E) II e III.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. Goodlad et al. (1979) afirma que o currículo experienciado traduz o que os alunos recebem e aprendem, em resposta ao planejado e ao transmitido.

Assertiva II: INCORRETA. O currículo percebido designa aquele que os professores transmitem, de acordo com a sua interpretação acerca do oficialmente definido.

Assertiva III: CORRETA. Outra função do currículo prescrito, para Goodlad et al. (1979), é garantir a igualdade de oportunidades propiciadas a partir

dos mínimos curriculares estabelecidos para os sistemas educacionais.

Assertiva IV: CORRETA. O currículo formal identifica-se com o oficialmente aprovado pelas entidades responsáveis pelo sistema educativo.

Assertiva V: INCORRETA. O currículo observado (ou operacional) representa a perspectiva “externa” daqueles que o descrevem tal como acontece na situação de ensino escolar, independentemente das perspectivas de entidades oficiais, professores e alunos. GOODLAD et al (1979).

Resposta: ©

26. Questão

(PREF. URUAÇU - IBGE - 2014) O currículo escolar abrange as experiências de aprendizagens implementadas pelas instituições escolares e que deverão ser vivenciadas pelos estudantes. Nele estão contidos os conteúdos que deverão ser abordados no processo de ensino-aprendizagem e a metodologia utilizada para os diferentes níveis de ensino. As diferentes teorias do currículo se diferenciam, inclusive, pela ênfase que dão à natureza da aprendizagem, do conhecimento, da cultura, da sociedade, enfim, à natureza humana.

Sobre o currículo e suas diferentes teorias, é correto afirmar que:

A Teoria _____ procura ser neutra, tendo como principal foco identificar os objetivos da educação escolarizada, formar o trabalhador especializado ou proporcionar à população uma educação geral e a Teoria _____ argumenta que existe uma teoria neutra, já que toda teoria está baseada nas relações de poder. Isso está implícito nas disciplinas e conteúdos que reproduzem a desigualdade social que fazem com que muitos alunos saiam da escola antes mesmo de aprender as habilidades das classes dominantes. Percebe o currículo como um campo que prega a liberdade e um espaço cultural e social de lutas.

Marque a alternativa que representa a sequência respectiva das teorias abordadas no enunciado da questão:

- (A) Tradicional e Crítica.

- Ⓑ Tradicional e Pós-crítica.
- Ⓒ Crítica e Empírica de Campo.
- Ⓓ Generalista e Pós-crítica.
- Ⓔ Teoria generalista e Contemporânea.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. De acordo com Silva (2005, p.75) “a visão tradicional do currículo, este devia ser neutro, tendo como principal foco garantir que a escola funcionasse como um fábrica”. E, ainda afirma que para a “teoria crítica a escola contribui para o processo de reprodução capitalista não propriamente através do conteúdo explícito de seu currículo, mas ao espelhar, no seu funcionamento, as relações sociais do local de trabalho” (p.83).

Alternativa B: INCORRETA. A teoria pós-crítica defende que a realidade não poderá ser concebida fora dos processos linguísticos de significação, ou seja, o currículo é uma linguagem dotada de significados e sentidos.

Alternativa C: INCORRETA. A teoria crítica argumenta que não existe uma teoria neutra, já que toda teoria está baseada nas relações de poder.

Alternativa D: INCORRETA. Na perspectiva pós-crítica o currículo é tido como algo que produz uma relação de gêneros, pois predomina a cultura patriarcal.

Alternativa E: INCORRETA. A função da teoria curricular é descrever, explicar e compreender os fenômenos curriculares para a orientação das atividades resultantes da prática e sua melhoria, por isso, é necessário o conhecimento da teoria generalista mais tradicionais até a teoria contemporânea.

27. Questão

(SEDUC/AM - FGV - 2014) Leia o fragmento a seguir. “As experiências escolares que se desenvolvem em torno do conhecimento, buscando articular a vivência dos alunos com os conhecimentos acumulados, contribuem para construir suas identidades.” O fragmento acima apresenta o conceito de:

- Ⓐ autonomia.
- Ⓑ currículo.
- Ⓒ conhecimento.
- Ⓓ multiculturalismo.
- Ⓔ planejamento.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A autonomia é um termo de origem grega cujo significado está relacionado com independência, liberdade ou autossuficiência. Diz em relação a realização de alguma atividade pelo sujeito de forma independente.

Alternativa B: CORRETA. Para a LDB 9394/96, o currículo é a expressão de princípios e metas a que se propõe a educação, e mais especificamente o projeto educativo que a persegue.

Alternativa C: INCORRETA. O conhecimento é o ato ou efeito de conhecer. O conhecimento é um objeto pré-existente e o papel da escola e do currículo é simplesmente revelá-lo.

Alternativa D: INCORRETA. O multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional.

Alternativa E: INCORRETA. O planejamento escolar é um processo de reflexão sobre os desafios do cotidiano tendo em vista o comprometimento com a transformação da prática.

28. Questão

(SUS/AM - FGV - 2014) As afirmativas a seguir apresentam exemplos do conceito de Currículo Oculto, à exceção de uma. Assinale-a.

- Ⓐ Os conteúdos de Higiene e Saúde que a professora ensina no Ensino Fundamental.
- Ⓑ A forma como a criança chama a professora.
- Ⓒ A maneira como as carteiras estão dispostas.
- Ⓓ Os exemplos de famílias que aparecem nos livros didáticos.
- Ⓔ O material dos alunos que a professora seleciona para expor nos murais da escola.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Tais conteúdos apresentados precisam aparecer dentro do currículo real, aquele que é constituído pela prática do ensino do professor e o que está sendo aprendido pelos alunos.

Alternativa B: CORRETA. No currículo oculto, pode-se englobar tudo que o aluno aprende no meio social escolar.

Alternativa C: CORRETA. A maneira que as carteiras estão dispostas é a representação da organização da concepção escolar aparente no currículo oculto.

Alternativa D: CORRETA. O currículo oculto engloba as ações denominadas que influenciam e afetam a aprendizagem dos alunos e trabalho dos professores.

Alternativa E: CORRETA. O currículo oculto é a representação de tudo o que os alunos aprendem através da convivência uns com os outros, por meio de várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções, entre outros fatores que vigoram no meio social e escolar.

29. Questão

(SUS/AM - FGV - 2014) Com relação à abordagem da saúde no currículo das escolas brasileiras, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei nº 5.692/71 introduziu formalmente a temática da saúde nas atividades escolares, sob a designação de Programas de Saúde.
- II. A temática é, prioritariamente, desenvolvida na disciplina de Ciências Naturais.
- III. Nos Parâmetros Nacionais Curriculares, o tema Saúde é um dos temas transversais.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e introduz a temática da saúde nas atividades escolares.

Alternativa B: INCORRETA. Segundo Brito Bastos (1979), a educação para a saúde escolar não deve se limitar a simples informações de assuntos de saúde. A educação para saúde só pode ser efetiva se promover mudança no comportamento da criança, tornando-a consciente do que é necessário à conservação da saúde.

Alternativa C: INCORRETA. Com a estruturação dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo Ministério da Educação em 1997, a temática saúde foi destacada como um tema transversal, que deveria ser trabalhado, dentro das possibilidades, por todas as disciplinas curriculares, não necessitando de formação especializada.

Alternativa D: INCORRETA. A educação em saúde tem por função tornar o cidadão capaz de alterar seus hábitos e comportamentos e de estar em condições de reivindicar seus direitos, portanto, a prática educativa em saúde ajuda a construir um cidadão consciente de seu papel enquanto agente social (LOUREIRO, 1996).

Alternativa E: CORRETA. Os Parâmetros Curriculares Nacionais entendem Educação para a Saúde como fator de promoção e proteção à saúde e estratégia para a conquista dos direitos de cidadania.

30. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) publicados em 1997, constituem um conjunto de diretrizes norteadoras para a elaboração do currículo escolar. O documento foi elaborado pelo Ministério da Educação e reúne em seu corpo orientações fundamentadas, sobretudo por pesquisas e produções na área de Educação. Os PCNs se dirigem a professores, gestores e ao corpo pedagógico do ensino fundamental, preocupado em assegurar a qualidade de ensino nessa etapa da educação básica. Uma de suas diretrizes é a adoção:

- (A) do tempo escolar organizado em ciclos;
(B) de sistemas avaliativos externos à escola;
(C) da jornada escolar de tempo integral;
(D) de classes multisseriadas;
(E) da gestão democrática da escola.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Os Parâmetros Curriculares Nacionais adotam a proposta de estruturação por ciclos, pelo reconhecimento de que tal proposta permite compensar a pressão do tempo que é inerente à instituição escolar, tornando possível distribuir os conteúdos de forma mais adequada à natureza do processo de aprendizagem. (PCN, 1997)

Alternativa B: INCORRETA. Os autores Bendoricchio e Gomes (2010, p.164) afirmam que grande parte dos sistemas avaliativos é acordada em conferências internacionais entre Estados e colocados em prática nos países através da implantação de políticas públicas específicas, voltadas exclusivamente para se atingir os índices e metas pré-estabelecidos pelos Organismos Internacionais.

Alternativa C: INCORRETA. Quando se fala de educação em tempo integral ou escola de tempo integral diz respeito, resumidamente, àquelas escolas e secretarias de educação que ampliaram a jornada escolar de seus estudantes, trazendo ou não novas disciplinas para o currículo escolar ou realizando atividades extracurriculares que possam ser desenvolvidas no espaço.

Alternativa D: INCORRETA. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) consideram que a organização dos alunos em grupos de trabalho influencia o processo de ensino e aprendizagem, além de poder ser otimizada quando o professor interfere na organização desses grupos. Nesse contexto, os PCNs orientam para que nas classes multisseriadas reúna-se grupos que não sejam estruturados por série e sim por objetivos, em que a diferenciação se dê pela exigência adequada ao desempenho de cada um.

Alternativa E: INCORRETA. A gestão democrática da educação “trabalha com atores sociais e suas relações com o ambiente, como sujeitos da construção da história humana, gerando participação, corresponsabilidade e compromisso” (BORDIGNON; GRACINDO, 2001, p. 12).

31. Questão

(UNIFESP - VUNESP - 2014) A Lei nº 10.639/03, ao tornar obrigatória a inclusão de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos da educação básica, muda não apenas um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeia para um africano, mas também amplia o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Neste sentido, seu ensino sistemático contribui para a formação de cidadãos atuantes no seio da sociedade brasileira, que é multicultural e pluriétnica, capazes de, por meio de relações étnico-sociais positivas, construir uma nação democrática. Tal ensino, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação das Relações Étnico-Raciais, deve ser:

- Ⓐ reduzido a estudos esporádicos ou unidades didáticas isoladas para não comprometer o desenvolvimento dos conteúdos regulares.
- Ⓑ desenvolvido de forma simplificada em algumas áreas ou disciplinas nos anos finais do ensino fundamental.
- Ⓒ uma disciplina específica, a ser criada no currículo do ensino médio pela escola.
- Ⓓ ministrado por um professor devidamente licenciado em História ou Geografia.
- Ⓔ incorporado aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento, por isso, deve-se ter a importância devida no desenvolvimento dos conteúdos regulares.

Alternativa B: INCORRETA. O art. 26 da Lei nº 10.639/03 afirma que o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira torna-se obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

Alternativa C: INCORRETA. A resolução determina que as instituições de ensino superior incluam, nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a educação das relações étnico-raciais.

Alternativa D: INCORRETA. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais defendem que caberá, aos sistemas de ensino, às mantenedoras, à coordenação pedagógica dos estabelecimentos de ensino e aos professores, estabelecer conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

Alternativa E: CORRETA. O § 2º da Lei nº 10.639/03 afirma que, os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

32. Questão

(UNIFESP - VUNESP - 2014) Diante da preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, reconhece-se o papel transformador da Educação Ambiental. É com essa preocupação que são criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais que determinam que a Educação Ambiental deve:

- Ⓐ ser uma atividade neutra e, desse modo, deve assumir, na prática educativa, de forma independente, as suas dimensões política e pedagógica.
- Ⓑ como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico na educação básica e superior.
- Ⓒ ter como professores, profissionais da educação regularmente habilitados em cursos específicos.
- Ⓓ assumir uma dimensão da educação que visa ao controle do consumo por parte dos indivíduos como forma de preservação do meio ambiente.
- Ⓔ ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A Educação Ambiental tem como proposta curricular ser capaz de acrescentar à tal formação não apenas os conteúdos desta temática e a relação dela com as diversas áreas do conhecimento, mas uma formação crítica que fortaleça a postura ética, política e o papel social dos docentes para a construção do projeto de cidadania.

Alternativa B: INCORRETA. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental propõem que a Educação Ambiental seja atividade curricular, disciplina ou projetos interdisciplinares.

Alternativa C: INCORRETA. Sobre a formação inicial de professores, a Lei 9.795/99 preceitua, em seu artigo 11, que “a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”.

Alternativa D: INCORRETA. A Lei identifica a Educação Ambiental como um processo, ou seja, uma vez iniciado prossegue indefinidamente por toda a vida, aprimorando-se e incorporando novos significados sociais e científicos.

Alternativa E: CORRETA. As Diretrizes afirmam que devido ao próprio dinamismo da sociedade, o despertar para a questão ambiental no processo educativo deve começar desde a infância, por isso, há determinação para que a Educação Ambiental seja integrada, contínua e permanente implica o início do seu desenvolvimento na educação infantil sem futura interrupção.

33. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) O currículo escolar é um elemento fundamental para a discussão e elaboração de perspectivas, métodos e objetivos não apenas pedagógicos, mas, de diversas dimensões, a serem propostos pela comunidade escolar. Dessa forma, pode-se dizer que o currículo, juntamente com o Projeto Político Pedagógico da escola, são as estruturas que dão alma aos fazeres e experiências escolares.

O currículo, entretanto, não é apenas aquilo que é conscientemente planejado.

“Pode-se definir currículo oculto da escola como o conjunto de normas sociais, princípios e valores transmitidos tacitamente através do processo de escolarização. Não aparece explicitado nos planos educacionais, mas ocorre sistematicamente produzindo resultados não acadêmicos, embora igualmente significativos. Em certo sentido, representa a operacionalização – ainda que não declarada – da função social de controle que a escolarização exerce.” (VALLANCE, apud GIROUX, Teoria crítica e resistência em educação. Petrópolis, Vozes, 1986).

Dessa forma, poderia compor o que Vallance define como currículo oculto:

- Ⓐ a regulamentação do uso obrigatório de uniformes pelo corpo docente;
- Ⓑ a criação de disciplinas diferenciadas, como ética, religião, cultura africana, etc.;
- Ⓒ as práticas sexistas por parte dos alunos durante as atividades escolares;
- Ⓓ as diretrizes escolares que primam pelo exercício da tolerância e do respeito;
- Ⓔ a criação de classes de aceleração para alunos com menor desempenho escolar.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A regulamentação do uso obrigatório de uniformes pelo corpo discente deve aparecer no corpo do regimento escolar que é resultado do próprio currículo da escola.

Alternativa B: INCORRETA. O currículo escolar tem como eixo fundamental a construção de saberes educacionais, conhecimento social, a valorização dos saberes popular e a crítica as concepções da sociedade.

Alternativa C: CORRETA. O currículo é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que contribuem, de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes. São os comportamentos, valores e orientações que permitam crianças e jovens a se ajustarem de forma mais conveniente às estruturas e às pautas do funcionamento da sociedade capitalista.

Alternativa D: INCORRETA. O currículo oculto é a representação de tudo o que os alunos aprendem através, principalmente, do pilar da educação aprender a viver junto. Através das relações estabelecidas com o mundo, com o outro e consigo mesmo.

Alternativa E: INCORRETA. O currículo é um conjunto de experiências possíveis e imagináveis organizados com a finalidade de formar jovens e crianças em processo de aprendizagem.

34. Questão

(PREF. ARUMAUMA - FUNCAB - 2015) Sobre o currículo por aquisição de conhecimentos, base para maioria dos currículos tradicionalmente em curso no país, é correto afirmar:

- (A) a ênfase é dada aos processos;
- (B) o objetivo do encontro educacional é aplicação de conhecimento;
- (C) é centrada no aluno, que apresenta suas curiosidades e interesses;
- (D) o curso ou treinamento é definido pela construção de conteúdos específicos;
- (E) os resultados do processo de aprendizagem são auferidos pela avaliação formativa.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Nesta perspectiva, a ênfase é dada aos processos a fim de alcançar os resultados

almejados no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, os métodos para os conseguir (ensino).

Alternativa B: INCORRETA. Os objetivos do currículo por aquisição de conhecimentos devem ser formulados em termos de comportamento explícito.

Alternativa C: INCORRETA. O currículo centrado no aluno, que leva em consideração as suas curiosidades e interesses parte de uma perspectiva muito mais humanista.

Alternativa D: INCORRETA. Os objetivos do sistema educacional currículo por aquisição de conhecimentos é alcançar habilidades necessárias para a profissão na vida adulta.

Alternativa E: INCORRETA. As formas de avaliação no currículo por aquisição de conhecimentos deverão ser precisas do trabalho realizado, sendo estas rigorosamente mensuradas.

35. Questão

(DETRAN/MT - UFMT - 2015) Um projeto curricular que inclui proposições de educação para o trânsito requer entendimento de que a intersetorialidade e a interdisciplinaridade são princípios fundamentais para análises sobre trânsito, prevenção de acidentes e mobilidade humana. Em relação à concepção de interdisciplinaridade defendida em documentos que tratam dessa educação, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Um programa de educação para o trânsito precisa ser assumido como uma proposta que envolve diversas áreas do conhecimento para abordar questões como a ética, a cidadania, o meio ambiente, o valor à vida, o respeito às pessoas, o convívio social e a observância das regras sociais.
- () Os projetos, programas e ações educativas para o trânsito, quando desenvolvidos de forma dissociada, não geram resultados efetivos, pois os educadores tendem a não dialogar entre si, tornando a prática pedagógica um monólogo que se mantém distante das proposições da interdisciplinaridade.
- () As práticas pedagógicas interdisciplinares devem ser ancoradas na visão cartesiana que deu base à revolução científica ocorrida no contexto do Renascimento, a qual exerceu influências sobre a organização administrativa e pedagógica da escola.
- () A interdisciplinaridade deve ser concebida como um eficiente método de ensino, uma vez que estabe-

lece procedimentos técnicos que podem ser generalizados para qualquer contexto social, facilitando o trabalho dos educadores.

Assinale a sequência correta.

- Ⓐ F, F, V, V
- Ⓑ V, F, V, F
- Ⓒ F, V, F, V
- Ⓓ V, V, F, F

Grau de Dificuldade

Item I: CORRETA. A interdisciplinaridade consegue unir e fazer relações das disciplinas que estavam sendo trabalhadas de forma separadas e dissociadas. Assim, com a interdisciplinaridade o diálogo significativo passou a ser o objetivo da mudança curricular.

Item II: CORRETA. As práticas pedagógicas interdisciplinares são apoiadas na proposta de educação comprometida com a cidadania, ou seja, na intenção de intervir na sociedade para transformá-la.

Item III: INCORRETA. A ética e a cidadania devem ser temas inseridos em todas as disciplinas de forma interdisciplinar e transdisciplinar a fim de contribuir para construção de saberes e valores sociais.

Item IV: INCORRETA. A transversalidade e a interdisciplinaridade são abordadas como meios de trabalhar o conhecimento na busca da reintegração de procedimentos acadêmicos, que ficaram isolados uns dos outros pelo método disciplinar. Ou seja, a transversalidade e interdisciplinaridade diz respeito a integração dos conteúdos em todas as áreas do conhecimento.

Resposta: Ⓓ

36. Questão

(DETRAN/MT - UFMT - 2015) Segundo as diretrizes curriculares nacionais para a educação básica (Resolução CNE N.º 4, de julho de 2010), uma escola de qualidade social, que compreende o seu projeto pedagógico e a necessidade de formação para a conquista da cidadania discente, adota como centralidade o estudante e a aprendizagem.

Esse princípio **não** requer:

Ⓐ Consideração sobre a inclusão, valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade.

Ⓑ Revisão das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela.

Ⓒ Compatibilidade entre a proposta curricular e a infraestrutura entendida como espaço formativo dotado de efetiva disponibilidade de tempos para a sua utilização e acessibilidade.

Ⓓ Foco na avaliação das aprendizagens como instrumento de nivelamento e progressão dos estudantes.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. De acordo com a Resolução CNE N.º 4, de julho de 2010, deve-se considerar que a escola de qualidade no que diz respeito a inclusão, a valorize das diferenças e o atenda à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade.

Alternativa B: INCORRETA. O inciso I do Art. 9º afirma que a escola de qualidade social adote como centralidade o estudante e a aprendizagem deve atender como critério, a revisão das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela.

Alternativa C: INCORRETA. A escola como centralidade, o estudante e a aprendizagem devem ter compatibilidade entre a proposta curricular e a infraestrutura entendida como espaço formativo dotado de efetiva disponibilidade de tempos para a sua utilização e acessibilidade.

Alternativa D: CORRETA. O inciso III do Art. 9º confirma que o foco deverá ser no projeto político-pedagógico, no gosto pela aprendizagem e na avaliação das aprendizagens como instrumento de contínua progressão dos estudantes.

37. Questão

(POLÍCIA MILITAR/MG - IBFC - 2015) Evidenciar o caráter interdisciplinar do componente curricular possibilita o desenvolvimento das habilidades de forma coletiva na escola. Os instrumentos de registro dos resultados obtidos pelos alunos nas atividades de seu componente curricular, desenvolvidos nos projetos interdisciplinares, promovem a avalia-

ção contínua e, caso necessário, redirecionam as

Assinale a alternativa que complete de maneira fidedigna a lacuna:

- a) Habilidades de aprendizagem.
- b) Práticas pedagógicas.
- c) Metodologias planejadas.
- d) Competências curriculares.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. As habilidades de aprendizagem são constitutivas no desenvolvimento dos aprendizes que podem ser ampliadas ou minimizadas de acordo com os estímulos oferecidos.

Alternativa B: CORRETA. Já dizia Paulo Freire, que é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. Por isso, o autor defendia a ideia de ação-reflexão- ação.

Alternativa C: INCORRETA. As metodologias planejadas são estratégias utilizadas na prática do professor, então, se são repensadas as práticas, as metodologias ou estratégias são reorganizadas a fim de uma nova prática pedagógica.

Alternativa D: INCORRETA. O componente curricular tem a precisão de ter objetivos claros e bem definidos que atendam a organização e desenvolvimento do mesmo.

38. Questão

(POLÍCIA MILITAR/MG - IBFC - 2015) As áreas de conhecimento na organização curricular devem expressar o potencial de aglutinação, integração e interlocução de campos de saber, ampliando o diálogo entre os currículos e seus respectivos professores, com consequências perceptíveis pelos educandos e transformadoras da cultura escolar rígida e fragmentada. Trata-se de um tipo de organização que tem a interdisciplinaridade como princípio e que, por sua vez, não é um processo interno somente às respectivas áreas, mas também entre os _____ de outras áreas.

Assinale a alternativa que complete de maneira fidedigna a lacuna:

- (A) Desafios de aprendizagem
- (B) Campos científicos

- (C) Componentes curriculares
- (D) Conceitos de ensino

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A interdisciplinaridade esforça os professores em integrar os conteúdos da história com os da geografia, os de química com os de biologia, ou mais do que isso, em integrar com certo entusiasmo no início do empreendimento, os programas de todas as disciplinas e atividades que compõem o currículo de determinado nível de ensino, constatando, porém, que, nessa perspectiva não conseguem avançar muito mais (BOCHNIAK, p. 21, 1998).

Alternativa B: INCORRETA. A interdisciplinaridade deve além de relacionar os campos científicos, trabalhar acima de tudo com os temas que refletem diretamente na vida em sociedade, ou seja, em prol do desenvolvimento dos aspectos político administrativos do ensino e da pesquisa.

Alternativa C: CORRETA. Os Parâmetros Curriculares Nacionais defendem que a interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados. (1999, p. 89).

Alternativa D: INCORRETA. Segundo Fazenda (1993), o pensar interdisciplinar parte da premissa de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional. Tenta, pois, o diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpenetrar por elas.

39. Questão

(POLÍCIA MILITAR/MG - IBFC - 2015) A abordagem da história e cultura afro-brasileira, como conteúdo curricular da Educação Básica, implica no enfretamento de inúmeros desafios, dos pontos de vista político-social e teórico-conceitual. Nesse sentido, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Apresentar um conteúdo de fortes significações político sociais no contexto da sociedade brasileira, marcada por disputas e conflitos, por opressões e

desigualdades que, historicamente, têm reservado aos afrodescendentes e às suas histórias e culturas, um lugar de subalternidade e de desqualificação.

Ⓑ O desafio está em desenvolver um trabalho pedagógico em torno da história e cultura afro-brasileira, considerando que essa proposta requer muito mais do que introduzir novos conteúdos nos programas escolares.

Ⓒ Trata-se de uma oportunidade ímpar para se propor reflexões e para construção de novas compreensões sobre a nossa história e cultura e na desconstrução de algumas narrativas históricas que nos acostumamos a ouvir na escola e nos meios de comunicação em diferentes espaços de aprendizagem e de convivência social.

Ⓓ Pensar que os momentos históricos foram marcados por pontos de vista interpretativo de cada época, por interesses de diferentes grupos sociais e por perspectivas analíticas inacabadas do presente.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O § 2º da Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, afirma que o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

Alternativa B: INCORRETA. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

Alternativa C: INCORRETA. § 1º da Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, defende que a Educação das Relações Étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e

valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

Alternativa D: CORRETA. A Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, em seu Art. 4º afirma que os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino.

40. Questão

(SEDUC/AM - FGV - 2014) Relacione as Teorias dos Currículos às respectivas palavras-chave.

1. Teoria Tradicional
2. Teoria Crítica
3. Teoria Pós-Crítica

- () Objetivos e metodologia
- () Identidade e multiculturalismo
- () Sociologia e currículo oculto

Assinale a opção que indica a relação correta, de cima para baixo.

- Ⓐ 1 – 2 – 3
- Ⓑ 1 – 3 – 2
- Ⓒ 3 – 1 – 2
- Ⓓ 2 – 1 – 3

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A teoria crítica defende a ideia de um currículo oculto, ou seja, o que há por de trás do currículo aparente, discutindo a ideia de que o currículo não é neutro.

Alternativa B: CORRETA. As teorias tradicionais eram vistas como neutras, científicas e objetivas. As teorias críticas trazem como discussão as relações de poder e as pós-críticas demonstram a preocupação das relações entre saber, identidade e poder.

Alternativa C: INCORRETA. A teoria tradicional abordava o currículo como uma questão de organização e ocorria de forma mecânica e burocrática.

Alternativa D: INCORRETA. A teoria pós-crítica aborda a concepção do currículo multiculturalista, ou seja, nenhuma cultura pode ser julgada melhor que a outra.

41. Questão

(PREF. CRISTALIA/MG - UNIMONTES - 2015) Quando tratam da identidade de gênero, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil assim orientam: “No que concerne à identidade de gênero, a atitude básica é transmitir, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes e permitir que a criança brinque com as possibilidades relacionadas tanto ao papel de homem como ao da mulher.” Observadas essas orientações, os educadores devem estar atentos:

- Ⓐ Para assegurar a concepção de que homem não chora e que mulher não briga.
- Ⓑ Para que não sejam reproduzidos, nas relações com as crianças, padrões estereotipados quanto aos papéis do homem e da mulher, como, por exemplo, que à mulher cabe cuidar da casa e dos filhos e que ao homem cabe o sustento da família e a tomada de decisões.
- Ⓒ Para manter os estereótipos que surgem entre as próprias crianças, fruto do meio em que vivem.
- Ⓓ Para incentivar a divisão entre meninos e meninas nas salas de aula e nas brincadeiras.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil defendem a transmissão, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes.

Alternativa B: CORRETA. Os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil defendem: “No que concerne a identidade de gênero, a atitude básica é transmitir, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes e permitir que a criança brinque com as possibilidades relacionadas tanto ao papel de homem como ao da mulher. Isso exige uma atenção constante por parte do professor, para que não sejam reproduzidos, nas relações com as crianças,

padrões estereotipados quanto aos papéis do homem e da mulher, como, por exemplo, que à mulher cabe cuidar da casa e dos filhos e que ao homem cabe o sustento da família e a tomada de decisões, ou que homem não chora e que mulher não briga”.

Alternativa C: INCORRETA. As crianças se constituem através das relações estabelecidas no meio social, com os outros e consigo mesmo. Por isso, as crianças aprendem as regras sociais através deste contato.

Alternativa D: INCORRETA. A intenção dos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil é contribuir para o desenvolvimento de práticas que introduzam a valorização da igualdade de gêneros e não da sua distinção.

42. Questão

(PREF. CRISTALIA/MG - UNIMONTES - 2015) Observadas as diretrizes apontadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, 1.ª a 4.ª séries, para elaboração dos Projetos Pedagógicos das escolas, os conteúdos curriculares devem ser vistos “como meios para que os alunos desenvolvam as capacidades que lhes permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos.” Nessa abordagem, os conteúdos e o tratamento que a eles deve ser dado:

- Ⓐ Assumem papel secundário, uma vez que o papel central do processo pedagógico é a formação humana e não a intelectual.
- Ⓑ Adquirem papel central, uma vez que é por meio deles que os propósitos da escola são operacionalizados, ou seja, manifestados em ações pedagógicas.
- Ⓒ Ganham caráter de legitimidade, impondo uma compreensão quase mecânica dos conceitos a serem aprendidos.
- Ⓓ Adquirem sentido de acordo com o planejamento inicial, que não deve ser alterado até o final do ciclo.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, tanto nos objetivos educacionais que propõem quanto na conceitualização do significado das áreas de ensino e dos temas da vida social contemporânea que devem permeá-las, adotam como eixo o desenvolvimento de capacidades do aluno, processo em que os conteúdos curriculares atuam não como fins em si mesmos, mas como meios para

a aquisição e desenvolvimento dessas capacidades. Nesse sentido, o que se tem em vista é que o aluno possa ser sujeito de sua própria formação, em um complexo processo interativo em que também o professor se veja como sujeito de conhecimento. (BRASIL, 1997, pg.33)

Alternativa B: CORRETA. Os Parâmetros Curriculares Nacionais auxiliam o professor na tarefa de reflexão e discussão de aspectos do cotidiano da prática pedagógica, a serem transformados continuamente pelo professor.

Alternativa C: INCORRETA. Os Parâmetros, pela sua natureza, não se impõem como uma diretriz obrigatória: o que se pretende é que ocorram adaptações, por meio do diálogo, entre estes documentos e as práticas já existentes, desde as definições dos objetivos até as orientações didáticas para a manutenção de um todo coerente.

Alternativa D: INCORRETA. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, referenciais para a renovação e reelaboração da proposta curricular, reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da corresponsabilidade entre todos os educadores.

43. Questão

(PREF. CRISTALIA/MG - UNIMONTES - 2015) Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental assim orientam: “No primeiro ciclo deve-se propor aos alunos que leiam e escrevam, ainda que não o façam convencionalmente. Mas o fato de as escritas não convencionais serem aceitas não significa ausência de intervenção pedagógica para a construção da escrita convencional, muito pelo contrário. Por ser condição para a constituição da autonomia leitora, escritora e também intelectual, o conhecimento sobre a natureza e o funcionamento do sistema de escrita precisa ser construído pelos alunos o quanto antes. Isto é, quanto mais rapidamente os alunos chegarem à escrita alfabética, mais e melhor poderão avançar na aprendizagem dos conteúdos propostos nesse ciclo.” Observadas essas orientações, é correto afirmar:

Ⓐ Para não confundir os alunos, a escola não deve variar muito os materiais impressos de leitura.

Ⓑ É necessário organizar situações de aprendizagem que possibilitem a discussão e reflexão sobre a escrita alfabética. Essas situações de aprendizagem devem acontecer de modo a possibilitar que o professor conheça as concepções que os alunos possuem sobre como escrever e assim possa intervir para ajudá-los a pensar sobre elas, a avançar para além delas.

Ⓒ Os textos oferecidos pela escola não devem servir como fonte de informação, mas somente como distração e lazer.

Ⓓ Nessa fase, a produção de textos escritos não merece atenção, pois, no início da escolaridade, essa ação é quase mecânica por parte das crianças.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Considerando que a leitura é uma competência muito importante para o desenvolvimento da escrita, acredita-se que quanto maior o ramal de leituras do estudante a escrita aperfeiçoasse.

Alternativa B: CORRETA. Os Parâmetros defendem que se o objetivo principal do trabalho de análise e reflexão sobre a língua é imprimir maior qualidade ao uso da linguagem, as situações didáticas devem, principalmente nos primeiros ciclos, centrar-se na atividade epilinguística, na reflexão sobre a língua em situações de produção e interpretação, como caminho para tomar consciência e aprimorar o controle sobre a própria produção linguística.

Alternativa C: INCORRETA. Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de: posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas. Por isso, os textos precisam ter caráter analítico e reflexivo.

Alternativa D: INCORRETA. A aquisição da escrita é processual e não meramente mecânica e automática. Por isso, o professor precisa conhecer a Psicogênese da Língua Escrita para que possa analisar a escrita dos seus estudantes de forma sensível.

44. Questão

(PREF. CRISTALIA/MG - UNIMONTES - 2015) Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Matemática no Ensino

fundamental, ao falarem da resolução de problemas, assim orientam: “(...) Desse modo, o que o professor explora na atividade matemática não é mais a atividade, ela mesma, mas seus resultados, definições, técnicas e demonstrações. Consequentemente, o saber matemático não se apresenta ao aluno como um sistema de conceitos que lhe permite resolver um conjunto de problemas, mas como um interminável discurso simbólico, abstrato e incompreensível. Nesse caso, a concepção de ensino e aprendizagem subjacente é a de que o aluno aprende por reprodução/imitação.”

Esse documento defende uma proposta para a qual apresenta alguns princípios entre os quais **não** se encontra:

- Ⓐ No processo de ensino e aprendizagem, conceitos, ideias e métodos matemáticos devem ser abordados mediante a exploração de problemas, ou seja, de situações em que os alunos precisem desenvolver algum tipo de estratégia para resolvê-las.
- Ⓑ O problema certamente não é um exercício em que o aluno aplica, de forma quase mecânica, uma fórmula ou um processo operatório. Só há problema se o aluno for levado a interpretar o enunciado da questão que lhe é posta e a estruturar a situação que lhe é apresentada.
- Ⓒ O aluno não constrói um conceito em resposta a um problema, mas constrói um campo de conceitos que tomam sentido num campo de problemas. Um conceito matemático constrói-se articulado com outros conceitos, por meio de uma série de retificações e generalizações.
- Ⓓ O ponto de partida da atividade matemática é a resolução satisfatória do problema e não o próprio problema.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Os conhecimentos das crianças não estão classificados em campos (numéricos, geométricos, métricos, etc.), mas sim interligados. Essa forma articulada deve ser preservada no trabalho do professor, pois as crianças terão melhores condições de apreender o significado dos diferentes conteúdos se conseguirem perceber diferentes relações deles entre si. (BRASIL, 1997, p. 46).

Alternativa B: INCORRETA. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Matemática dizem que no Ensi-

no Fundamental, o ensino da matemática deve levar o aluno a resolver situações-problema e construir, a partir delas, os significados das operações fundamentais, buscando reconhecer que uma mesma operação está relacionada a problemas diferentes e um mesmo problema pode ser resolvido pelo uso de diferentes operações.

Alternativa C: INCORRETA. Uma das finalidades do ensino da matemática segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Matemática é de comunicar-se matematicamente, ou seja, descrever, representar e apresentar resultados com precisão e argumentar sobre suas conjecturas, fazendo uso da linguagem oral e estabelecendo relações entre ela e diferentes representações matemáticas.

Alternativa D: CORRETA. Na resolução de situações-problema, o estudante precisa saber validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínio e processos, como dedução, indução, intuição, analogia, estimativa, e utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como instrumentos tecnológicos disponíveis.

45. Questão

(IF SUDESTE/MG - IF SUDESTE/MG - 2016) A educação inclusiva direciona suas ações para o atendimento às especificidades dos alunos no processo educacional, fomentando adaptações e flexibilidades. As adaptações e as flexibilidades curriculares constituem medidas pedagógicas para:

- Ⓐ Atendimento das exigências dos sistemas de ensino para a seleção dos alunos.
- Ⓑ Atendimento das necessidades da sociedade atual e treinamento de hábitos e atitudes.
- Ⓒ Reforço das dificuldades de aprendizagem e favorecimento do processo de aprovação e reprovação escolar.
- Ⓓ Seleção de um grupo homogêneo de alunos em processo de escolarização.
- Ⓔ Atendimento das dificuldades de aprendizagem e das necessidades educacionais especiais e o favorecimento de escolarização.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O objetivo da educação inclusiva é ensinar a todos seus estudantes, sem

distinção e com qualidade, favorecendo condições de acessibilidade, permanência e promovendo seu processo de ensino e aprendizagem, bem como seu desenvolvimento global.

Alternativa B: INCORRETA. O currículo inclusivo deve considerar a possibilidade de superar a lógica de adaptações de conteúdos e ampliar o conhecimento de estudantes acerca de suas experiências de vida.

Alternativa C: INCORRETA. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva defende que o Atendimento Educacional Especializado tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação de estudantes, considerando suas necessidades específicas.

Alternativa D: INCORRETA. A sala de aula do ensino regular representa o espaço real de inclusão no contexto escolar, uma vez que as diferenças se apresentam como fator que contribui para a convivência com a heterogeneidade, em um ambiente inclusivo e de enriquecimento para todos os sujeitos.

Alternativa E: CORRETA. Cada sujeito se desenvolve e aprende de forma singular, por isso, a escola e seu currículo precisam estar sensíveis e atentos às singularidades dos sujeitos na sala de aula, principalmente, aqueles que apresentam um grau de dificuldade ou alguma deficiência que comprometa ou implique no fator: aprendizagem.

46. Questão

(IF SUDESTE/MG - IF SUDESTE/MG - 2016) As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, instituída na Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, pelo Ministério da Educação, é produto de longo debate em torno da necessidade de repensar a formação de professores da educação básica. Elas se inserem, ainda, como importante ação para o cumprimento das metas 15 e 16 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) no que concerne à formação desses profissionais. Posto isso, assinale a alternativa que **não** corresponde às DCNs em observância, no que compete à formação inicial do magistério da educação básica em nível superior.

Ⓐ Os cursos de formação inicial compreendem os cursos de graduação de licenciatura, os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e os cursos de segunda licenciatura.

Ⓑ Os cursos de formação inicial devem compreender carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos de duração, no mínimo de, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos; essas horas são distribuídas em prática, estágio supervisionado, atividades formativas e atividades teórico-práticas.

Ⓒ Os cursos de formação inicial deverão capacitar o profissional do magistério da educação básica para o exercício da docência e da gestão educacional e escolar na educação básica.

Ⓓ Os cursos de formação inicial deverão garantir nos currículos, entre outros conteúdos, aqueles específicos das áreas respectivas de conhecimento, bem como direitos humanos e Linguagem Brasileira de Sinais (Libras).

Ⓔ Os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados, de caráter emergencial e provisório, não requererá horas de estágio supervisionado se o curso de formação pedagógica pertencer à mesma área do curso de origem.

Grau de Dificuldade



Alternativa A: CORRETA. O Art. 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica afirma que tais diretrizes aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar.

Alternativa B: CORRETA. As Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2015) em seu Art. 13 afirma que: § 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo [...].

Alternativa C: CORRETA. Art. 3º A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional.

Alternativa D: CORRETA. No Art. 13, § 2º apresenta que os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Alternativa E: INCORRETA. O inciso II do Art. 13. diz respeito a divisão da carga horária dos cursos de formação em 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

47. Questão

(IFB - IFB - 2016) O currículo refere-se aos programas e conteúdos de cada componente curricular e também expressa os princípios e metas do projeto educativo de uma instituição. Considerando uma perspectiva crítica do currículo, marque a alternativa correta:

Ⓐ O currículo deve ser utilizado para a reprodução de uma visão de mundo hegemônica.

Ⓑ O currículo é um documento formal e estabelecido pelo sistema educacional que deve ser seguido pelas instituições de ensino, pois visa uma igualdade educacional.

Ⓒ O conhecimento estabelecido na organização curricular do currículo é neutro, cabe ao professor dar uma direção a esse conhecimento.

Ⓓ A organização curricular deve levar em consideração as relações entre os sujeitos e o espaço tempo em que se situam.

Ⓔ É importante evitar, sistematicamente, que situações ocorridas na escola tragam contextos diferentes daqueles que estão devidamente planejados e incluídos no currículo.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A escola e o currículo devem ser locais onde os estudantes tenham a oportunidade de exercer as habilidades democráticas da discussão e da participação, de questionamento dos pressupostos do senso comum da vida social. (SILVA, 2013)

Alternativa B: INCORRETA. O currículo é uma prática antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. (MACEDO, 2009)

Alternativa C: INCORRETA. Moreira; Tadeu (2013, p.75) afirma que o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares.

Alternativa D: CORRETA. Devemos perceber que o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato e sim, uma forma de organizar uma série de práticas educativas que visem as relações entre os sujeitos e o espaço tempo em que se situam.

Alternativa E: INCORRETA. O currículo envolve a construção de significados e valores culturais. O currículo não está simplesmente envolvido com a transmissão de “fatos” e conhecimento “objetivos”. O currículo é o local onde, ativamente, se produzem e se criam significados sociais. (GIROUX, 1986, p. 76)

48. Questão

(PREF. DE ALTAMIRA - PREF. DE ALTAMIRA - 2017) Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, os sistemas de ensino verdadeiramente devem criar condições para a aprendizagem conforme:

- Ⓐ O poder econômico e os tempos mentais dos educandos.
- Ⓑ Os tempos mentais e a aparência dos educandos.
- Ⓒ Os tempos mentais, socioemocionais, culturais e identitários dos educandos.
- Ⓓ O poder econômico e a aparência dos educandos.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A educação pode ser considerada dentro do processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores independente das condições econômicas dos educandos.

Alternativa B: INCORRETA. De fato os tempos mentais são importantes para serem considerados no pensar sobre a aprendizagem, visto que, cada sujeito tem a sua forma, seu ritmo e tempo de aprender. Entretanto, tais condições devem ser desvinculadas da aparência dos educandos, pois a aparência não traduz a individualidade dos mesmos.

Alternativa C: CORRETA. Considera-se que os objetivos da formação básica, definidos para a Educação Infantil e durante os anos iniciais do Ensino Fundamental devem priorizar o desenvolvimento dos aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social dos educandos.

Alternativa D: INCORRETA. As condições para o processo de ensino e aprendizagem devem propiciar o desenvolvimento integral dos educandos independente da sua situação econômica e aparência.

49. Questão

(PREF. DE ANDRADAS - IBGP - 2017) É verdadeiro que, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, as atividades lúdicas devem:

- Ⓐ Se fazer presentes em todo o currículo.
- Ⓑ Se restringir aos conteúdos de Artes.

- Ⓒ Se restringir aos conteúdos de Artes e de Educação Física.
- Ⓓ Ser evitados em Matemática e Ciências.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A ludicidade não pode ser vista apenas como diversão, visto que ela facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, auxilia para que se tenha uma boa saúde mental, torna mais fáceis os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento (KURATANI, 2004).

Alternativa B: INCORRETA. O Estatuto da Criança e do Adolescente de 2004, no artigo 58, capítulo IV, apresenta que no processo educacional devem se respeitar os valores culturais e criar acesso às fontes de cultura, reconhecer o lúdico como expressão cultural e inseri-lo nas práticas escolares de forma geral e não restrito apenas a disciplina de Artes.

Alternativa C: INCORRETA. A escola tem seu enfoque principal na educação para o trabalho, por essa razão é que o lúdico é, muitas vezes, inferiorizado por ela. Entretanto, o lúdico não pode ser inexistente ao ato de ensinar qualquer disciplina devido a contribuir de forma positiva para o processo. Como afirma BUSTAMANTE (2004), “todo o prazer existente no ato de ensinar e aprender é dificultado e limitado pela escola, acarretando na formação de sujeitos não estimulados a criar, ousar, saber fazer escolhas próprias, questionar, realizar-se como ser humano, o qual possui desejos e vontades”.

Alternativa D: INCORRETA. As atividades lúdicas trazem benefícios no processo de aprendizagem na medida em que melhoram a atenção, o interesse, a concentração, a socialização e a autoestima dos educandos (MELLO, 2004). Por isso, a ludicidade deve estar presente em todas as disciplinas, sejam elas exatas ou humanas, pois com o lúdico, as aulas se tornam mais atrativas, onde o aluno se diverte ao mesmo tempo em que está aprendendo.

50. Questão

(PREF. DE ANDRADAS - IBGP - 2017) Conforme as suas Diretrizes Curriculares Nacionais, a Educação Básica deve de fato se articular:

- I. Com o mundo do trabalho.

II. Com a prática social.

- Ⓐ I e II estão corretas.
- Ⓑ Apenas I está correta.
- Ⓒ Apenas II está correta.
- Ⓓ I e II estão incorretas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica surge pela necessidade de atualizar as políticas educacionais que consubstanciem o direito de todo brasileiro à formação humana e cidadã, como também à formação profissional, na vivência e convivência em ambiente educativo.

Alternativa B: INCORRETA. A elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica pressupõe clareza em relação ao seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com os objetivos constitucionais de projeto de Nação, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que implica igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade. (BRASIL, 2013)

Alternativa C: INCORRETA. As DCNs surgem com a intenção de reinventar a Educação Básica: priorizar processos capazes de gerar sujeitos inventivos, participativos, cooperativos, preparados para diversificadas inserções sociais, políticas, culturais, laborais e, ao mesmo tempo, capazes de intervir e problematizar as formas de produção e de vida.

Alternativa D: INCORRETA. A própria LDB – Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação no ser, Art. 2º têm como foco o pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

51. Questão

(PREF. DE ANDRADAS - IBGP - 2017) Sobre as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 anos analise as afirmativas a seguir:

- I. O ensino fundamental deve comprometer-se com uma educação com qualidade social, igualmente entendida como direito humano.

- II. A educação de qualidade, como um direito fundamental, é antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa.
- III. A relevância da educação de qualidade reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal.
- IV. A pertinência da educação de qualidade refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidade e interesses.

Estão corretas as afirmativas.

- Ⓐ I, II e III apenas.
- Ⓑ II, III e IV apenas.
- Ⓒ I, III e IV apenas.
- Ⓓ I, II, III e IV.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Ao lado das políticas universais, dirigidas a todos sem requisito de seleção, é preciso também sustentar políticas reparadoras que assegurem maior apoio aos diferentes grupos sociais em desvantagem. (BRASIL, 2013)

Alternativa B: INCORRETA. A garantia do Ensino Fundamental de qualidade para todos está intimamente relacionada ao caráter inclusivo da escola e à redução da pobreza, ao mesmo tempo em que tem um papel importante nesse processo. As políticas educacionais só surtirão efeito se articuladas a outras políticas públicas no campo da saúde, habitação, emprego, dentre outros, porque essas políticas dependem umas das outras, pelo estreito relacionamento que mantêm entre si. (BRASIL, 2013)

Alternativa C: INCORRETA. Em documento de 2007, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ao entender que a qualidade da educação é também uma questão de direitos humanos, defende conceito semelhante quando reporta que além de eficácia e da eficiente, advoga que a educação de qualidade, como um direito fundamental, deve ser antes de tudo relevante, pertinente e equitativa.

Alternativa D: CORRETA. Os conhecimentos escolares podem ser compreendidos como o conjunto de conhecimentos que a escola seleciona e transforma,

no sentido de torná-los passíveis de serem ensinados, ao mesmo tempo em que servem de elementos para a formação ética, estética e política do aluno. Por isso que, nenhuma ação escolar deve estar desvinculada da formação social do indivíduo.

52. Questão

(**PREF. FORTALEZA - PREF. FORTALEZA - 2017**) Segundo o Art. 7º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), “a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica”, fazendo opções claras pelos princípios de liberdade, de tolerância, de cuidado com a vida, de solidariedade e de responsabilidade na construção do bem comum. Aponte a ÚNICA alternativa que exemplifica uma função social da escola.

- Ⓐ Ofertar condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais.
- Ⓑ Assumir a responsabilidade pela a educação e o cuidado das crianças pequenas em espaços extraescolares.
- Ⓒ Possibilitar a convivência das crianças com classes sociais diferentes da sua, ampliando sua visão de mundo.
- Ⓓ Promover oportunidade educacional e acesso aos níveis escolares segundo o potencial de cada criança.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. No que diz respeito ao cumprimento da função sociopolítica e pedagógica no âmbito da Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil apontar a necessidade de oferecer as melhores condições e recursos construídos histórica e culturalmente para que as crianças usufruam de seus direitos civis, humanos e sociais e possam se manifestar e ver essas manifestações acolhidas, na condição de sujeito de direitos e de desejos.

Alternativa B: INCORRETA. A proposta curricular da escola deve assumir a responsabilidade pela educação e o cuidado das crianças pequenas em espaços escolares.

Alternativa C: INCORRETA. A redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de

todos (Art. 3º, incisos II e IV da Constituição Federal) são compromissos a serem perseguidos pelos sistemas de ensino e pelos professores também na Educação Infantil.

Alternativa D: INCORRETA. A instituição de Educação Infantil organiza seu currículo, que pode ser entendido como as práticas educacionais organizadas em torno do conhecimento e em meio às relações sociais que se travam nos espaços institucionais, e que afetam a construção das identidades das crianças. Por expressar o projeto pedagógico da instituição em que se desenvolve, englobando as experiências vivenciadas pela criança, o currículo se constitui um instrumento político, cultural e científico coletivamente formulado (MEC, 2009).

53. Questão

(**PREF. FORTALEZA - PREF. FORTALEZA - 2017**) Segundo Connell (1993 apud Moreira e Candau, 2003), uma justiça curricular pautada por princípios como os interesses dos menos favorecidos, a participação e escolarização comum, e a produção histórica da igualdade, ainda está longe de ser alcançada. Para o autor, o critério da justiça curricular é:

- Ⓐ o fortalecimento da cultura das minorias em detrimento de uma cultura elitizada e desprovida de sentido para as classes populares.
- Ⓑ a igualdade na distribuição curricular de temáticas relacionadas tanto ao saber das classes populares quanto ao conhecimento científico.
- Ⓒ o grau em que uma estratégia pedagógica produz menos desigualdade no conjunto de relações sociais ao qual o sistema educacional está ligado.
- Ⓓ o nível de adequação das práticas curriculares aos conhecimentos prévios dos alunos vindos das classes menos favorecidas e minorias étnicas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O reconhecimento da constituição plural das crianças brasileiras, no que se refere à identidade cultural e regional e à filiação socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, é central à garantia de uma educação comprometida com os direitos das crianças.

Alternativa B: INCORRETA. A organização da proposta pedagógica deve prever o estabelecimento de uma relação positiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes comunitários, seja ela composta pelas populações que vivem nos centros urbanos, ou a população do campo, os povos da floresta e dos rios, os indígenas, quilombolas ou afrodescendentes.

Alternativa C: CORRETA. As DCNs garantem que ao lado das políticas universais, dirigidas a todos sem requisito de seleção, é preciso também sustentar políticas reparadoras que assegurem maior apoio aos diferentes grupos sociais em desvantagem. Dessa forma, contribuiremos para produção de menor desigualdade no conjunto de relações sociais.

Alternativa D: INCORRETA. O nível de adequação das práticas curriculares aos conhecimentos prévios dos alunos valorizando o que esses já sabem do seu convívio social, familiar e vivência de mundo.

54. Questão

(**PREF. GUAIRÁ - INSTITUTO EXCELÊNCIA - 2017**) De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil assinale a alternativa correta que se refere à Proposta Pedagógica e Diversidade:

- Ⓐ A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevenindo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.
- Ⓑ O reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades.
- Ⓒ Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância.
- Ⓓ Nenhuma das alternativas.

Alternativa A: CORRETA. A Constituição de 1988, no artigo 227, declara que “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

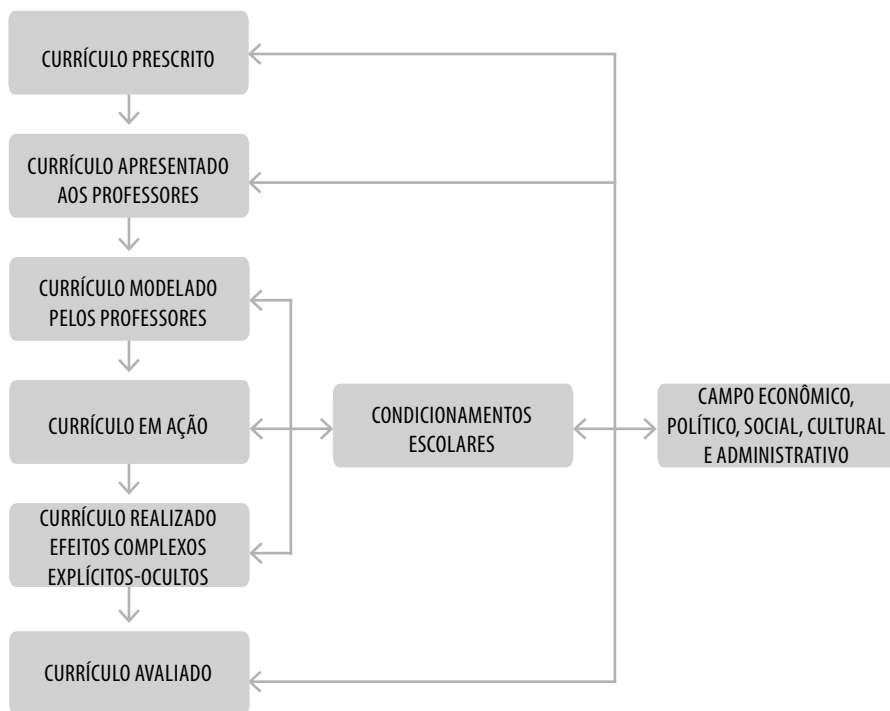
Alternativa B: INCORRETA. A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo principal promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade garantindo a cada uma delas o acesso a processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças.

Alternativa C: INCORRETA. As instituições necessariamente precisam conhecer as culturas plurais que constituem o espaço da creche e da pré-escola, a riqueza das contribuições familiares e da comunidade, suas crenças e manifestações, e fortalecer formas de atendimento articuladas aos saberes e às especificidades étnicas, linguísticas, culturais e religiosas de cada comunidade.

Alternativa D: INCORRETA. A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevenindo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

55. Questão

(**UTRPF - UTFPR - 2017**) Sacristán (2000) apresenta a seguinte figura referente à objetivação do currículo no processo de seu desenvolvimento:



A respeito a dessa figura, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Refere-se a um modelo normativo definido pelo autor, que acredita que as decisões do currículo devem se configurar de maneira vertical.
- Ⓑ Refere-se a um modelo de interpretação do currículo como algo construído no cruzamento de influências e campos de atividades diferenciados e inter-relacionados.
- Ⓒ Ao representar os condicionamentos escolares, o autor se apoia na perspectiva do reflexo condicionado, focando, sobretudo, na relação Estímulo-Resposta.
- Ⓓ O autor aponta o termo “currículo” moldado pelos professores para se referir à falta de formação continuada dos profissionais da educação, que, desatualizados, não aplicam o currículo prescrito.
- Ⓔ A figura aponta que, em uma perspectiva pós-moderna, o currículo se molda de várias maneiras, por isso, atualmente, não faz mais sentido falar em currículo na educação, descaracterizando esta área na educação.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A figura apresenta, inicialmente, uma ideia de verticalidade no processo de elaboração do currículo, partindo do prescrito para o avaliado. Entretanto, tais etapas curriculares não podem perder de vista a construção socio-histórico-cultural dos sujeitos.

Alternativa B: CORRETA. O processo de desenvolvimento do currículo deve ser percebido através das influências sociais, históricas e culturais. Da mesma forma que, precisa atender os campos de atividades diferenciados e inter-relacionados na elaboração curricular.

Alternativa C: INCORRETA. Reflexo condicionado e a relação Estímulo-Resposta são aspectos discutidos e apresentados na Teoria do Comportamento, a qual tem como teórico fundamental Skinner, defensor das práticas pedagógicas como necessárias para a modelagem do comportamento adequado.

Alternativa D: INCORRETA. O currículo prescrito será aquele que servirá como norteador da elaboração das propostas curriculares no campo educacional por parte das escolas e professores na execução de tais propostas.

Alternativa E: INCORRETA. Em uma perspectiva pós-moderna, o currículo necessita ser articulado com todas as mudanças sociais atuais, respeitando e

atendendo todos os sujeitos em suas diversas culturas e facetas. Por isso, o conceito de multiculturalismo se faz presente nas discussões teóricas e práticas do currículo.

56. Questão

(PREF. TRÊS FRONTEIRAS/SP - INSTITUTO EXCELÊNCIA - 2017) O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 18) fundamenta-se no reconhecimento da criança como cidadã e na família como unidade referencial. Nela, a criança é vista num contexto amplo, interdisciplinar e interinstitucional, mediante a proposição de ações que se complementam e se inter-relacionam num trabalho de construção e cooperação, visando ao atendimento de suas necessidades globais. Assim sendo, a apropriação da linguagem escrita na Educação Infantil designa o processo educativo por meio do qual as crianças vão expandindo seus conhecimentos e suas experiências relacionadas à cultura escrita. Esse processo pressupõe situações de aprendizagem planejadas, sequenciadas, sistematizadas e desenvolvidas por profissionais qualificados e devidamente habilitados, que, de um lado, garantam o contato cotidiano das crianças com variados suportes e gêneros discursivos orais e escritos e, de outro lado, incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento e o conhecimento das crianças sobre a linguagem escrita.

De acordo com o contexto apresentado, julgue as assertivas:

- I. A escola é a única e principal responsável pelo ensino do registro verbal e cultural da criança na etapa da educação infantil.
- II. Durante o processo de construção da escrita, a criança formula diversas hipóteses sobre a representação gráfica de sua fala, mas nem sempre essa fase é compreendida pelos educadores, o que pode acabar comprometendo a sólida formação do educando.
- III. O processo da construção da escrita deve ser realizado de maneira sólida e eficaz, principalmente pelo fato desta ser responsável pelo progresso social do indivíduo. Por isso, cabe ao educador se preocupar com a efetivação de tal prática em sala, pois, dependendo de sua

ocorrência, pode contribuir para um desenvolvimento educacional negativo na criança.

- IV. A construção da escrita e da leitura não tem idade para começar, tudo depende da maturidade dos alunos, mas essa aprendizagem sistêmica pode muito bem começar na Educação Infantil para que posteriormente a criança consiga um maior desenvolvimento e um melhor rendimento nas aulas e, consequentemente, em sua alfabetização.

Assinale a alternativa correta:

- (A) São verdadeiras I e IV apenas.
- (B) São verdadeiras II e III apenas.
- (C) São verdadeiras II, III e IV apenas.
- (D) Nenhuma das alternativas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A escola é fundamental, porém, não é a única responsável pelo ensino do registro verbal e cultural da criança na etapa da educação infantil. Entretanto, ao se falar em escrita e leitura, deve ser respeitado o tempo e ritmo da criança partindo da sua individualidade.

Alternativa B: INCORRETA. Apesar da aprendizagem da fala pelas crianças não se dá de forma desarticulada com a reflexão, o pensamento, a explicitação de seus atos, sentimentos, sensações e desejos. (BRASIL, 1998) A construção da escrita e da leitura não tem idade para começar, tudo depende da maturidade dos alunos.

Alternativa C: CORRETA. De acordo com o RCNEI (1998), para aprender a escrever, a criança terá de lidar com dois processos de aprendizagem paralelos: o da natureza do sistema de escrita da língua – o que a escrita representa e como – e o das características da linguagem que se usa para escrever. A aprendizagem da linguagem escrita está intrinsecamente associada ao contato com textos diversos, para que as crianças possam construir sua capacidade de ler, e às práticas de escrita, para que possam desenvolver a capacidade de escrever autonomamente. Por isso, o educador precisa estar atento a tais processos, respeitando o tempo e ritmo de cada criança e efetivando as práticas de leitura e escrita na sala de aula.

Alternativa D: INCORRETA. Na educação infantil, a oralidade, a leitura e a escrita devem ser trabalha-

das de forma integrada e complementar, potencializando-se os diferentes aspectos que cada uma dessas linguagens solicita das crianças. (BRASIL, 1998)

57. Questão

(PREF. TRÊS FRONTEIRAS/SP - INSTITUTO EXCELÊNCIA - 2017) No que diz respeito à Arte na Educação Infantil, o Referencial Curricular para Educação Infantil (RCNEI) diz que: “[...] tal como a música, as Artes Visuais são linguagens, e, portanto uma das formas importantes de expressão e comunicação humanas, o que, por si só, justifica sua presença no contexto da educação, de um modo geral, e na Educação Infantil, particularmente.” (BRASIL, 1998c, p.85) De acordo com as propostas pedagógicas da educação infantil, devem-se respeitar princípios estéticos, voltando-se para diferentes manifestações artísticas e culturais que considerem a diversidade cultural, religiosa, étnica, econômica e social do país. A dimensão lúdica e a dimensão estética são condições fundamentais para a formação humana e, assim, ter um olhar diferenciado sobre as produções artísticas das crianças da Educação Infantil. Percebendo-a como uma manifestação de seu desenvolvimento cognitivo e afetivo pode ser um diferencial deste segmento educacional.

- I. As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular na educação da primeira infância devem reconhecer e promover a imersão das crianças em diferentes linguagens e favorecer o domínio paulatino de vários gêneros e formas de expressão, bem como vivências com outras crianças e grupos culturais.
- II. É importante garantir ambientes em que sejam respeitadas as especificidades das crianças na educação infantil, bem como dos saberes que elas portam quando chegam às creches e pré-escolas e aqueles que constroem durante o tempo de permanência nesses espaços.
- III. É importante também que as salas de aula sejam organizadas de forma adequada às crianças, tornando-se ambientes prazerosos e agradáveis, que valorizem a criatividade e a espontaneidade dos educandos. Essas são condições importantes para que as crianças possam, por meio de situações pedagógicas dirigidas, desenvolverem-se em suas múltiplas potencia-

lidades – corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas.

- IV. Detectar os conhecimentos prévios das crianças não é tarefa do professor. Isso implica que o professor estabeleça estratégias didáticas próprias para desenvolver as atividades cotidianas.

Mediante o exposto, assinale a alternativa correta:

- (A) São verdadeiras II e IV apenas.
- (B) São verdadeiras II e III apenas.
- (C) São verdadeiras I, II e III apenas.
- (D) Nenhuma das alternativas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. As práticas pedagógicas precisam partir dos conhecimentos prévios dos alunos, ou seja, é necessário o levantamento do que eles já sabem sobre determinados conteúdos ou conceitos a partir do seu conhecimento de mundo.

Alternativa B: INCORRETA. A educação infantil precisa ser trabalhada a partir do reconhecimento e promoção de diferentes linguagens, favorecendo às crianças o domínio paulatino de vários gêneros e formas de expressão, bem como vivências com outras crianças e grupos culturais.

Alternativa C: CORRETA. As artes visuais, assim como os outros eixos na educação infantil, devem estimular a imaginação das crianças através da exploração de diversos materiais que conotem a aproximação com o mundo que as cercam, desenvolvendo-se em suas múltiplas potencialidades – corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas.

Alternativa D: INCORRETA. O cotidiano da escola de Educação Infantil é permeado por práticas expressivas com linguagens artísticas. Essas linguagens são instrumentos de comunicação usuais na ação da criança sobre o mundo e no fazer pedagógico do professor. Os professores, para atender às demandas de comunicação com as crianças, fazem usos das linguagens artísticas voltadas para os mais variados objetivos. (PONTES, 2001)

58. Questão

(PREF. TRÊS FRONTEIRAS/SP - INSTITUTO EXCELÊNCIA - 2017) As Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação In-

fantil, de 2009, indicam que: as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação infantil devem ter como eixos norteadores: as interações e a brincadeira, as quais devem ser observadas, registradas e avaliadas. A aquisição de brinquedos para uso das crianças na Educação Infantil é uma estratégia de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. As crianças brincam de forma espontânea em qualquer lugar e com qualquer coisa, mas há uma diferença entre uma postura espontaneísta e outra reveladora da qualidade. A alta qualidade é resultado da intencionalidade do adulto, que, ao programar o eixo das interações e brincadeiras, procura oferecer autonomia às crianças, para a exploração dos brinquedos e a recreação da cultura lúdica. Na educação infantil, sob a ótica das crianças, ocorrem interações entre:

- I. As crianças e as professoras/adultos - essenciais para dar riqueza e complexidade às brincadeiras.
- II. As crianças entre si - a cultura lúdica ou a cultura infantil só acontece quando as crianças brincam entre si, com idades iguais ou diferentes (maiores com bebês, crianças pequenas com as maiores).
- III. As crianças e o ambiente - a organização do ambiente facilita ou dificulta a ação de brincar. Uma estante na altura do olhar das crianças facilita o uso independente dos brinquedos. Um escorregador alto no parque, além do risco oferecido ao uso pelos pequenos, leva a uma situação de estresse no grupo quando a professora proíbe utilizá-lo.
- IV. As crianças, as instituições e as famílias - tais relações possibilitam vínculos que favorecem um clima de respeito mútuo e confiabilidade, gerando espaços para o trabalho colaborativo e a identificação da cultura popular da criança e de sua família, de suas brincadeiras e brinquedos preferidos.

Mediante o exposto, assinale a alternativa correta:

- (A) São verdadeiras I, II e IV apenas.
- (B) São verdadeiras II e III apenas.
- (C) São verdadeiras I, II III e IV.
- (D) Nenhuma das alternativas.

Alternativa A: INCORRETA. O manual de orientação pedagógica Brinquedos e brincadeiras de creche defende que, na educação infantil, sob a ótica das crianças, ocorrem interações entre as crianças e o ambiente, dizendo que a organização do ambiente facilita ou dificulta a ação de brincar. Uma estante na altura do olhar das crianças facilita o uso independente dos brinquedos. Um escorregador alto no parque, além do risco oferecido ao uso pelos pequenos, leva a uma situação de estresse no grupo quando a professora proíbe utilizá-lo. (BRASIL, 2012)

Alternativa B: INCORRETA. O brincar é importante para o desenvolvimento integral do ser humano nos aspectos físico, social, cultural, afetivo e cognitivo, como também é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia.

Alternativa C: CORRETA. O manual de orientação pedagógica Brinquedos e brincadeiras de creche afirma que o conjunto desses fatores: concepções, planejamento do espaço, do tempo e dos materiais, a liberdade de ação da criança e a intermediação do adulto que farão a diferença no processo educativo, resultando em uma educação de qualidade na primeira infância.

Alternativa D: INCORRETA. O documento de orientação pedagógica define que, na educação infantil, sob a ótica das crianças, ocorrem interações das crianças e as professoras/adultos, das crianças entre si, das crianças e o ambiente e das crianças, as instituições e as famílias, defendendo que tais experiências são fonte para o desenvolvimento integral das crianças.

59. Questão

(PREF. TRÊS FRONTEIRAS/SP - INSTITUTO EXCELÊNCIA - 2017) Em seu cotidiano, professoras da educação infantil experimentam dúvidas, ansiedades e inseguranças relacionadas à linguagem escrita e ao trabalho pedagógico a ser desenvolvido. De um lado, veem-se pressionadas pelas exigências e comparações feitas pelas famílias, pelos gestores, pelos políticos ou pelos profissionais que atuam em etapas educacionais posteriores. De outro lado, deparam-se com a ausência de referenciais teóricos e práticos que as ajudem a compreender melhor a relação entre a

criança de zero a seis anos, a prática pedagógica e o processo de apropriação da linguagem escrita. Em razão disso, o Ministério da Educação – MEC –, comprometido com a construção e a disponibilização de referências para que a professora da educação infantil seja autora de uma prática pedagógica que respeite a criança e o seu direito de frequentar creches e pré-escolas de qualidade, elegeu como temas a serem problematizados, a partir da Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB 20/2009 e Resolução CNE/CEB Nº05/2009), a leitura, a escrita e as práticas pedagógicas destinadas a crianças de zero a seis anos. Nesta abordagem, a concepção que se pretende afirmar como referência para o trabalho com a linguagem escrita na educação infantil se baseia nos seguintes pressupostos:

- I. A educação infantil tem uma identidade própria, constituída a partir das características dos sujeitos aos quais ela se destina.
- II. O trabalho com a linguagem escrita deve respeitar a criança como produtora de cultura. As práticas discursivas orais das crianças influenciam o processo de apropriação da linguagem escrita e sofrem influências desse processo.
- III. A brincadeira, forma privilegiada de a criança se manifestar e produzir cultura, é o elemento central para a constituição da ação educacional e deve ser entendida como fonte de conhecimento sobre a criança e sobre seu processo de apropriação e de produção de cultura.
- IV. Entendendo a criança como um sujeito de direitos, a creche e a pré-escola devem ser espaços de garantia do direito apenas da leitura e da escrita.

Assinale a alternativa correta:

- (A) São verdadeiras I, II e IV apenas.
- (B) São verdadeiras I, II e III apenas.
- (C) São verdadeiras I, III e IV.
- (D) Nenhuma das alternativas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O manual de orientação pedagógica Brinquedos e Brincadeiras de creche defende que a brincadeira é, para a criança, um dos

principais meios de expressão que possibilita a investigação e a aprendizagem sobre as pessoas e o mundo. Quando se valoriza o brincar, é necessário espaços e brinquedos que favoreçam a brincadeira como a atividade com maior ocupação na rotina escolar de educação infantil. (BRASIL, 2012).

Alternativa B: CORRETA. Considera a Lei nº 9.394/96, em seu artigo 22, que a Educação Infantil é parte integrante da Educação Básica, cujas finalidades são desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Essa dimensão de instituição voltada à introdução das crianças na cultura e à apropriação por elas de conhecimentos básicos requer tanto seu acolhimento quanto sua adequada interpretação em relação às crianças pequenas.

Alternativa C: INCORRETA. A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei nº 9.394/96, art. 29).

Alternativa D: INCORRETA. Segundo o Parecer CNE/CEB 20/2009 e Resolução CNE/CEB Nº05/2009, o currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças, desde bem pequenas, estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades.

60. Questão

(PREF. MUN. DE TAQUARITUBA/SP - INSTITUTO EXCELÊNCIA - 2017)

O termo “currículo” é encontrado em registros do século XVII, sempre relacionado a um projeto de controle do ensino e da aprendizagem, ou seja, da atividade prática da escola. Desde os seus primórdios, currículo envolvia uma associação entre o conceito de ordem e método, caracterizando-se como um instrumento facilitador da administração escolar. A visão de conjunto dos componentes curriculares do ensino obrigatório parte do âmbito legal, passando pelas finalidades do sistema educacional, definidas

na Lei de Diretrizes e Base da Educação, nº 9394/96, com o objetivo de definir as unidades de tempo do currículo (ciclos) e as áreas nas quais esse currículo está organizado. Quanto ao exposto acima, assinale a alternativa correta:

- Ⓐ Currículo é o conjunto daquilo que se ensina e daquilo que se aprende, de acordo com uma ordem de progressão determinada, no quadro de um dado ciclo de estudos, sendo um programa de estudos apenas, mas considerado em sua globalidade, dentro de sua coerência didática, onde aprender a ler e escrever diz respeito ao currículo.
- Ⓑ Todo currículo é um processo de seleção, de decisões acerca do que será e do que não será legitimado pela escola, que visa prever, na medida do possível, o curso da ação que se deve tomar. Assim, o currículo torna-se um elo entre a ação educacional e a prática pedagógica.
- Ⓒ O currículo favorece certas formas de conhecimento sobre outras e mede os valores de grupos seletos de estudantes sobre outros grupos de classe ou gênero.
- Ⓓ Nenhuma das alternativas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Currículo é o conjunto daquilo que se ensina e daquilo que se aprende, entretanto, deve ser visto como objeto de conhecimento, pois é também resultado da produção de respostas para o entendimento sobre como organizar o ensino do que se considera relevante para a manutenção ou transformação do modo dos indivíduos se relacionarem em sociedades humanas e como entendem ser a interdependência entre indivíduo e realidade. (MOURA, 2017)

Alternativa B: CORRETA. O currículo se constitui um instrumento político, cultural e científico coletivamente formulado para expressar o projeto pedagógico da instituição em que se desenvolve, englobando as experiências vivenciadas pela criança, sendo o elo entre a ação educacional e a prática pedagógica.

Alternativa C: INCORRETA. O currículo não deve favorecer certas formas de conhecimento sobre outras e muito menos medir os valores de grupos seletos de estudantes sobre outros grupos de classe ou gênero, pois necessita trabalhar na perspectiva de valorização de diversas culturas e classes, respeitando-as.

Alternativa D: INCORRETA. O currículo é um processo de seleção, dentre outras características, de conteúdos e conceitos que devem ser trabalhados na escola, ou seja, é ele quem define o percurso de escolarização nas instituições através da prática pedagógica planejada.

61. Questão

(PREF. MUN. DE TAQUARITUBA/SP - INSTITUTO EXCELÊNCIA - 2017)

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Complemente o Art. 5º, O direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano, constitui o fundamento maior destas Diretrizes.

- Ⓐ A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais.
- Ⓑ As escolas que ministram esse ensino deverão trabalhar considerando essa etapa da educação como aquela capaz de assegurar a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade, assim como os benefícios de uma formação comum, independentemente da grande diversidade da população escolar e das demandas sociais.
- Ⓒ A educação escolar está comprometida com a igualdade do acesso de todos ao conhecimento e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- Ⓓ Nenhuma das alternativas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O currículo é ideológico, tem suas motivações políticas, entretanto, também se desenvolve por uma dimensão formadora daqueles que, na qualidade de sujeitos, participam dessa atividade concretizadora de uma concepção de sociedade e de homem que objetivam formar. (MOURA, 2017)

Alternativa B: INCORRETA. Não somente as escolas que ministram esse ensino deverão trabalhar considerando tal etapa da educação como aquela capaz de assegurar a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade. Porém, todo o processo educativo deverá prezar por tal objetivo, como também prezar pelos benefícios de uma formação comum, independentemente da grande diversidade da população escolar e das demandas sociais.

Alternativa C: INCORRETA. A educação escolar está comprometida com a igualdade do acesso de todos ao conhecimento e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo com práticas que influenciem na minimização de quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Alternativa D: INCORRETA. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais.

62. Questão

(PREF. MUN. DE TAQUARITUBA/SP - INSTITUTO EXCELÊNCIA - 2017)

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, Art. 32, a avaliação dos alunos, a ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica e deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, com vistas a:

Analisar as afirmativas abaixo:

- I. Identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e detectar problemas de ensino.
- II. Subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente.
- III. Manter a família informada sobre o desempenho dos alunos.
- IV. Reconhecer o direito do aluno e da família de discutir os resultados de avaliação, inclusive

em instâncias superiores à escola, revendo procedimentos sempre que as reivindicações forem procedentes.

- V. Analisar o rendimento dos alunos com base nos indicadores.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) Somente I, III, IV, V.
- (B) Somente II, III, V.
- (C) Somente I, II, III, IV.
- (D) Nenhuma das alternativas

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Se a avaliação tiver caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, não se pode avaliar rendimento dos alunos com base nos indicadores que só apresentam resultados e que, muitas vezes, não podem ser considerados fidedignos.

Alternativa B: INCORRETA. Toda e quaisquer avaliação deverá ter como objetivo identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e detectar problemas de ensino para que, deste modo, os professores possam perceber quais aspectos podem ser aperfeiçoados no processo de ensino e aprendizagem.

Alternativa C: CORRETA. O inciso II do Art 32º reafirma os objetivos da avaliação, dizendo que esta deverá ser realizada por vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando.

Alternativa D: INCORRETA. O inciso I do Art 32º na Resolução Nº 7, de 14 de Dezembro de 2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, define: identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e detectar problemas de ensino; subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente; manter a família informada sobre o desempenho dos alunos; reconhecer o direito do aluno

e da família de discutir os resultados de avaliação, inclusive em instâncias superiores à escola, revendo procedimentos sempre que as reivindicações forem procedentes, exceto analisar o rendimento dos alunos com base nos indicadores.

63. Questão

(PREF. MUN. DE TAQUARITUBA/SP - INSTITUTO EXCELÊNCIA - 2017)

Os conhecimentos geométricos constituem parte importante do currículo de Matemática no Ensino Fundamental. Assinale a alternativa CORRETA referente à geometria:

- Ⓐ O ensino de Geometria nos anos iniciais deve possibilitar que o aluno estabeleça pontos de referência que lhe permitam situar-se e posicionar-se no espaço. Além disso, perceber semelhanças e diferenças entre objetos no espaço, identificar e representar as formas dimensionais são habilidades essenciais.
- Ⓑ A geometria constitui parte importante do currículo de ciências no ensino fundamental, porque, por meio deles, o aluno desenvolve um tipo especial de pensamento que lhe permite compreender, descrever e representar, de forma organizada, o mundo em que vive.
- Ⓒ O trabalho com geometria contribui para a aprendizagem de figuras apenas o que estimula a criança a observar, perceber semelhanças e diferenças, identificar regularidades e vice-versa.
- Ⓓ Nenhuma das alternativas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) destacam a importância da geometria como ramo da matemática, que também serve de instrumento para outras áreas do conhecimento: O aluno desenvolve um tipo especial de pensamento que lhe permite compreender, descrever e representar, de forma organizada, o mundo em que vive. [...] O trabalho com noções geométricas contribui para a aprendizagem de números e medidas, pois estimula a criança a observar, perceber semelhanças e diferenças, identificar regularidades e vice versa. Além disso, se esse trabalho for feito a partir da exploração dos objetos do mundo físico, de obras de arte, pinturas, desenhos, esculturas e artesanato, ele permitirá ao aluno estabelecer conexões entre

a Matemática e outras áreas do conhecimento (BRASIL, 1997, p. 39).

Alternativa B: INCORRETA. Segundo Lindquist (1994, p. 983), a geometria é a ciência que “investiga as formas e as dimensões dos seres matemáticos”, ou, ainda, “um ramo da matemática que estuda as formas, plana e espacial, com as suas propriedades”, ou, ainda, ramo da matemática que estuda a extensão e as propriedades das figuras (geometria Plana) e dos sólidos (geometria no espaço).

Alternativa C: INCORRETA. As Diretrizes Curriculares (1998, p. 37) defendem que “a geometria é rica em elementos que favorecem a percepção espacial e a visualização; constitui, portanto, conhecimentos relevantes, inclusive para outras disciplinas escolares”.

Alternativa D: INCORRETA. Fürkotter e Morelatti (2009, p. 29) apontam que “é cada vez mais indispensável que as pessoas desenvolvam a capacidade de observar o espaço tridimensional e de elaborar modos de comunicar-se a respeito dele, pois a imagem é um instrumento de informação essencial no mundo moderno”. Por isso, se faz importante o trabalho com geometria visando que o aluno estabeleça pontos de referência que lhe permitam situar-se e posicionar-se no espaço.

64. Questão

(PREF. SANTO EXPEDITO/SP - 2017) No Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, as Artes Visuais devem ser concebidas como linguagem, que tem estrutura e características próprias, cuja aprendizagem, no âmbito prático e reflexivo dá por meio da articulação dos seguintes aspectos:

- Ⓐ Fazer artístico, apreciação e reflexão.
- Ⓑ Fazer artístico, percepção e apreciação.
- Ⓒ Fazer artístico, motricidade e apreciação.
- Ⓓ Apreciação, percepção e reflexão.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O fazer artístico está centrado na exploração, expressão e comunicação de produção de trabalhos de arte por meio de práticas artísticas, propiciando o desenvolvimento de um percurso de criação pessoal. A apreciação diz respeito à percepção do sentido que o objeto propõe,

articulando-o tanto aos elementos da linguagem visual quanto aos materiais e suportes utilizados, visando desenvolver, por meio da observação e da fruição, a capacidade de construção de sentido, reconhecimento, análise e identificação de obras de arte e de seus produtores e, por fim, a reflexão é um pensar sobre todos os conteúdos do objeto artístico que se manifesta em sala. (BRASIL, 1998)

Alternativa B: INCORRETA. O aspecto de reflexão é importante, pois considera tanto o fazer artístico como a apreciação, ou seja, é um pensar sobre todos os conteúdos do objeto artístico que se manifesta em sala, compartilhando perguntas e afirmações que a criança realiza instigada pelo professor e no contato com suas próprias produções e as dos artistas.

Alternativa C: INCORRETA. A motricidade é um aspecto a ser desenvolvido quando se trabalha com artes visuais, entretanto, ao pensar no eixo como linguagem, que tem estrutura e características próprias, prioriza outros aspectos importantes para o desenvolvimento da imaginação criadora, da expressão, da sensibilidade e das capacidades estéticas das crianças. (BRASIL, 1998)

Alternativa D: INCORRETA. O RCNEI define que o desenvolvimento da capacidade artística e criativa deve estar apoiado, também, na prática reflexiva das crianças ao aprender, que articula a ação, a percepção, a sensibilidade, a cognição e a imaginação sem perder de vista a articulação dos aspectos: fazer artístico, apreciação e reflexão.

Prezado(a) leitor(a), esta seção destina-se a resgatar e sintetizar os aspectos mais importantes ao tema “Currículo” que foram comentados no decorrer deste capítulo com o objetivo de auxiliar na aprendizagem desse conteúdo. Este resumo apresentará os tópicos de forma breve com a discussão do conceito de currículo, um panorama histórico das teorias que representam o currículo e a prática deste nas escolas. Pontos estes considerados importantes para facilitar a compreensão do estudo do leitor(a).

Conceituação de currículo

Sempre existiu currículo, mesmo antes da denominação. A palavra curriculum significa “organização e método”. O termo surge como campo especializado de estudos devido à:

- Educação como objeto próprio de estudo científico;
- Extensão de educação escolarizada;
- Processo crescente de industrialização e urbanização.

O currículo ganha força na discussão entre vertentes: Bobbit, que defendia a educação com objetivos de uma empresa ou indústria, e Dewey, que estava muito mais preocupado com a construção de democracia. Modelos tecnocráticos e progressistas surgem como reação ao currículo clássico, humanista, sem interesse de questionar os arranjos educacionais e as formas dominantes de conhecimento.

Para Moreira e Tadeu (2013), o currículo:

[...] não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal, ele tem uma história vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

Corroborando Macedo (2009) ao dizer que o currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos

jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. Ou seja, o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas.

Panorama histórico dos enfoques teóricos

O currículo, por ter base ideológica, é reconhecido e apresentado sob a base de três vertentes: a epistemologia tradicional, que defende a ideia do currículo preparatório para atender ao mercado de trabalho; teoria crítica, que defende a ideia de que não há neutralidade do currículo, e a teoria pós-crítica, que aborda as diversas linguagens incluídas no campo do currículo. Apresentaremos a seguir um pouco de cada uma delas:

Teoria tradicional

No século XIX, na França, inicia a institucionalização do ensino, o que resulta em novas intervenções e preocupações com as práticas escolares. Dessa forma, diferentes forças políticas, econômicas e culturais procuravam moldar os objetivos e as formas de educação da massa. Há uma preocupação e direcionamento para que os objetivos do sistema educacional sejam equiparados às habilidades necessárias para a profissão na vida adulta.

De acordo com a visão tradicional do currículo, este deveria ser neutro, tendo como principal foco garantir que a escola funcionasse como uma fábrica. Portanto, a escola deveria identificar de forma precisa e de acordo com as necessidades da vida adulta, os resultados/objetivos que deseja obter (currículo), os métodos para conseguir (ensino) e as formas de mensuração precisa do trabalho realizado (avaliação). Reforça Silva (2005, p. 3) ao dizer que o currículo é visto como a especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos, visando à obtenção de resultados que possam ser rigorosamente mensurados.

Bobbitt ganha grande destaque nesse período por defender a ideia de que o sistema educacional deveria ser tão eficiente quanto qualquer outra empresa econômica. Tendo referência nos princípios do taylorismo, Bobbitt faz uma equivalência entre a educação e indústria ou fábrica.

Na perspectiva de Bobbitt, o currículo é a organização do sistema educacional, simplesmente uma mecânica e por ser, essencialmente, uma questão técnica, o currículo deve ter estabelecimento de padrões. Na mesma linha ideológica, surge Tayler, em 1949, para reforçar o modelo de “currículo” defendido por Bobbit. Tayler dominou o campo de currículo nos Estados Unidos e reafirmava que currículo é a organização e desenvolvimento do sistema educacional e que seus objetivos devem ser formulados em termos de comportamento explícito (o apresentado pelo sujeito).

Também no século XX surge outra vertente do currículo, a democrática, defendida por Dewey. Esta se preocupou mais com a democracia que com o funcionamento da economia. Defendendo que os interesses e experiências dos jovens deveriam ser levados em conta no planejamento curricular, ou seja, que o currículo não deveria ter maior preparação para a vida ocupacional adulta, e sim, como um local de vivência e prática direta de princípios democráticos.

Entretanto, mesmo discordando da vertente tecnocrática apresentada por Bobbitt e Tayler, a vertente democrática comunga da defesa de “neutralidade” do currículo. Dessa forma, a teoria tradicional aborda o currículo enquanto proposta com base científica, como um saber desvinculado das relações de poder, colocando-se como um saber legítimo.

A teoria tradicional não tem interesse de questionar os arranjos educacionais estabelecidos, tampouco as formas dominantes de conhecimento. Dessa forma, a teoria tradicional está ligada à ideia de aceitação, ajuste e adaptação. Tal teoria restringe-se à atividade técnica de como fazer o currículo, apoiando, assim, o currículo na metodologia “conteudista”.

Na perspectiva técnica da teoria tradicional, surgem conceitos que respaldam tal tecnicidade educacional, tais como: ensino, aprendizagem, avaliação, metodologia, didática, organização, planejamento, eficiência, objetivos e resultados.

Teoria crítica

Partindo da premissa de que os modelos tradicionais (clássico, tecnocrático e progressistas) se preocupavam com a atividade técnica do currículo, surgem, a partir dos anos 1960, as teorias que colocavam em pauta os pressupostos arranjos sociais e educacionais para a construção do currículo, a Teoria Crítica.

A teoria crítica ganha destaque por ser considerada teoria de desconfiança, questionamento e transformação radical. Afirmar Moreira (1997, p. 36) que para as teorias críticas o importante não é desenvolver técnicas de como fazer o currículo, mas desenvolver conceitos que nos permitam compreender o que o currículo faz.

A teoria crítica desloca a ênfase dos conceitos pedagógicos do processo ensino-aprendizagem para conceitos ideológicos, ou seja, percebe a educação como reprodução da ideologia capitalista e o currículo, nesse contexto, é o meio que veicula tal reprodução, ao mesmo tempo através de disciplinas explícitas, como também privilegiar relações sociais.

Para apresentar um pouco sobre a teoria crítica, é necessário compreender os teóricos que comungam da proposta, tais como: Althusser; Bordieu e Passeron; o movimento de reconceptualização (fenomenologia, hermenêutica e autobiográfica) e as vertentes marxistas e estruturais, como: Michael Apple; Henry Giroux e Paulo Freire (no Brasil).

Althusser

Partindo do ensaio de Althusser, existe uma análise de que a escola, enquanto aparelho ideológico do Estado, transforma seu currículo como instrumento de reprodução da sociedade de classes, atuando no sentido de sustentar seu status quo sem criticar e sem ver a desigualdade inerente à estrutura do capitalismo.

Bourdieu e Passeron

Na perspectiva de Bourdieu e Passeron, na organização do currículo escolar é identificado o favorecimento dos elementos simbólicos da classe dominante: sua linguagem, valores, expressões de arte e cultura, identidade. As camadas sociais médias e altas entendem facilmente esses códigos e respondem a ele de forma positiva e as culturas populares tem a sua cultura nativa desvalorizada, sua lingua-

gem desqualificada, sua origem diminuída. Reforça Silva (2013, p. 60) dizendo que:

[...] o resultado é que as crianças e jovens das classes dominantes são bem-sucedidas na escola, o que lhes permite o acesso aos graus superiores do sistema educacional. As crianças e jovens das classes dominadas, em troca, só podem encarar o fracasso, ficando pelo caminho.

Os reconceptualistas

O movimento de reconceptualização exprime uma insatisfação crescente de pessoas do campo do currículo com os parâmetros tecnocráticos estabelecidos pelos modelos de Bobbitt e Tyler, tratando-se de desafiar tais modelos técnicos dominantes.

Os reconceptualistas defendiam as teorias sociais (fenomenologia, hermenêutica, autobiográfica), procuravam lançar mão de estratégias analíticas que permitissem colocar em xeque as compreensões naturalizadas do mundo social e, em particular, da pedagogia e do currículo. Ao mesmo tempo que teciam críticas e distanciamento dos marxistas por considerar o movimento muito mais subjetivo do que com objetivos políticos. Vamos entender um pouco sobre cada um desses movimentos:

Fenomenologia:

- Sua perspectiva tem ênfase nas experiências, no mundo vivido, nos significados subjetivos e intersubjetivos;
- Os estudantes são encorajados a aplicar à sua própria experiência, ao seu próprio mundo vivido;
- O currículo é visto como experiência e como local de interrogação e questionamento da experiência.

Hermenêutica:

- Existe uma múltipla interpretação dos significados;
- Interpretação dos fatos, realidade, ações;
- Estratégias de interpretação dos dados.

Autobiográfica:

- Permite investigar as formas pelas quais a subjetividade e identidade são formadas;
- O currículo deve ser compreendido como uma atividade que não se limita à vida escolar, mas à vida inteira;

- Para Pinar, permite focalizar o concreto, o singular, o situacional, o histórico da vida. Permite conectar o individual ao social de uma forma que outras perspectivas não fazem.

A teoria marxista, apesar de ser considerada uma teoria crítica, analisa o currículo pelo viés estrutural e relacional com as estruturas econômicas e sociais, ou seja, considera que o currículo não é corpo neutro, inocente e desinteressado. É através da crítica por Michael Apple que surge a ideia de currículo oculto, o que aparece em segunda instância na produção do currículo – o ensino implícito.

Para Apple, a questão não é saber qual conhecimento é verdadeiro, e sim, qual conhecimento é considerado verdadeiro. Dessa forma, a preocupação é com os conhecimentos tidos como legítimos em detrimento de outros, vistos como ilegítimos, justamente por defender a ideia de que o currículo é selecionado pelo resultado de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes.

Teoria pós-crítica

Nos meados do século XXI surgem as teorias pós-críticas que direcionam suas bases para um currículo no qual se vincula conhecimento, identidade e poder com temas de gênero, raça, etnia, sexualidade, subjetividade, multiculturalismo, entre outros.

A visão pós-crítica distingue o currículo como uma linguagem dotada de significados, imagens, falas, posições discursivas e, nesse contexto, destaca que nas margens do discurso curricular se comunicam códigos distintos, histórias esquecidas, vozes silenciadas que, por vezes, tomam parte com o estabelecido, regulamentado e autorizado.

Importante

- Não toma a realidade tal como ela é, mas sim como que os discursos sobre elas dizem como ela deveria ser;
- A realidade não poderá ser concebida fora dos processos linguísticos de significação;
- O poder é ainda importante, mas encontra-se descentrado, “espalhando por toda a rede social”;
- Com as teorias pós-críticas, o mapa do poder é ampliado para incluir os processos de domina-

ção centrados na raça, na etnia, no gênero, na sexualidade.

Currículo Em Prática

O currículo é entendido como um conjunto de disciplinas, programas, planos de estudos e objetivos. O currículo deve ir além de uma seleção de materiais e conteúdos, ou seja, deve transmitir o legado histórico e social, adquirindo assim um saber cultural da sociedade fundamental no seu papel social.

Partindo do pressuposto de que o currículo não se contempla com uma mera seleção de conteúdos justapostos ou desordenados, sem critério algum, o currículo não deve se esgotar em si mesmo, deixando antever um fenômeno inacabado e sempre dinâmico, por isso, os conteúdos são planejados para formar de fato um currículo escolar.

O currículo escolar tem como eixo fundamental a construção de saberes educacionais, conhecimento social, a valorização dos saberes popular e a crítica as concepções da sociedade. O currículo tem ação direta e indireta na formação e no desenvolvimento do aluno, por isso, é um conjunto de experiências possíveis e imagináveis organizado com a finalidade de formar jovens e crianças em processo de aprendizagem, ou seja, constituído de:

- Saberes: conhecimentos;
- Conteúdos: que devem ser aprendidos e ensinados (contexto);
- Práticas: como é oferecido (métodos de ensino e aprendizagem);
- Aprendizagem significativa: avaliação visando a promoção/avaliação;
- Recursos usados: por exemplo, livros usados para ministrar os conteúdos e para o processo ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12907:legislacoes>. Acesso em 12 de Novembro de 2017.
2. BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em 12 de Novembro de 2017.
3. BRASIL, Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de Maio de 2006, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 12 de Novembro de 2017.
4. BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf> Acesso em: 12 de Novembro de 2017.
5. BUSTAMANTE, G. O. Por uma vivência escolar lúdica. In: SCHWARTZ, G. M. (Org.). Dinâmica lúdica: novos olhares. Barueri: Manole Ltda., 2004.
6. GIROUX, Henry. Teoria Crítica e Resistência em Educação. Para além das teorias de
7. reprodução. Tradução de Ângela Maria B. Biaggio. Petrópolis: Vozes, 1986.
8. KURATANI, S. U. O lúdico: forma prazerosa de aprender. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Curso de Pedagogia. Faculdade Afirmativo, Cuiabá, 2004.
9. Macedo, Elizabeth. Como a diferença passa do centro à margem nos currículos: o caso dos PCN. Educação & Sociedade, Campinas, n. 106, p. 23-43, 2009.
10. MELLO, F. E. C. Alfabetização na educação de jovens e adultos: uma reflexão sobre a importância da ludicidade. 2004. Disponível em: <http://www.cereja.org.br>. Acesso em: 12 de Novembro de 2017.
11. MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
12. SILVA, D.J. O paradigma transdisciplinar: um perspectiva metodológica na pesquisa ambiental. Disponível em: <http://www.ufrj.br/leptans/link/pesquisaambiental.pdf>. Acesso em: 12 de Novembro de 2017.
13. BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12907:legislacoes>

- d=12907:legislacoes. Acesso em 16 de Março de 2016.
14. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto / Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
 15. BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em 16 de Março de 2016;
 16. BRASIL, Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de Maio de 2006, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 16 de Março de 2016.
 17. MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
 18. RIBEIRO, Romilda Iyakemi. Até quando educaremos exclusivamente para a branquitude? Redes de significado na construção da identidade e da cidadania. In: POTO, M R S, CATANI, A M, PRUDENTE, C L e GILIOLI, R S. Negro, educação e multiculturalismo: Editor Panorama, 2002.
 19. SOUZA, Rosa Fátima de. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX. Ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.
 20. BOCHNIAK, Regina. Questionar o conhecimento: interdisciplinaridade na escola. 2 Edição. Editora Loyola. Soa Paulo, 1998.
 21. Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.
 22. Brasil.. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf . Acesso em 14 de julho de 2016.
 23. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.
 24. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: matemática / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
 25. FAZENDA, Ivani. A Interdisciplinaridade: um projeto em parceria. São Paulo: Loyola, 1993.
 26. BERGER, Guy. Conditions d'une problématique de l'interdisciplinarité. In CERI (Eds).
 27. L'Interdisciplinarité. Problèmes d'enseignement et de recherche dans les Universités., p. 21- 24. Paris: UNESCO/OCDE, 1972 apud POMBO, Olga. Contribuição para um vocabulário sobre interdisciplinaridade. In: POMBO, Olga, GUIMARÃES, Henrique, LEVY, Teresa. Interdisciplinaridade: reflexão e experiência. 2 ed. rev. aum., Lisboa: Texto, 1994.
 28. BRASIL, Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.
 29. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a
 30. Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005.
 31. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
 32. GRINSPUN, Mirian P. S. Educação Tecnológica: desafios e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
 33. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012.
 34. PIAGET, Jean. Epistemologie des relations interdisciplinaires. In: CERI (EDS.) L'interdisciplinarité. Problèmes d'enseignement et de recherche dans les Universités, p. 131- 144. Paris: UNESCO/OCDE, 1972 apud POMBO, Olga. Contribuição para um vocabulário sobre interdisciplinaridade. In: POMBO, Olga, GUIMARÃES, Henrique, LEVY, Teresa. Interdisciplinaridade: reflexão e experiência. 2 ed. rev. aum., Lisboa: Texto, 1994.

35. SACRISTÁN, J.Cimeno. O currículo uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.
36. SILVA, D.J. O paradigma transdisciplinar: um perspectiva metodológica na pesquisa ambiental. Disponível em: <http://www.ufrj.br/leptrans/link/pesquisaambiental.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2016.
37. BENDRATH, Eduard Angelo; Gomes, Alberto Albuquerque. Estado, políticas públicas e organismos internacionais: a educação no foco do debate. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.16, n.32, p.157-171, jul./dez. 2010.
38. BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12907:legislacoes>. Acesso em 16 de junho de 2016.
39. BRASIL. Lei n 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf. Acesso em 16 de junho de 2016.
40. BRASIL. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em 22 de junho de 2016.
41. BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da Educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura; AGUIAR, Márcia (orgs.). Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.
42. BRITO BASTOS, N. C. "Educação para a Saúde na Escola". Revista da FESP, vol. XXIV, nº 2, 1979.
43. GOODLAD, J.I., Klein, M.F., & Tye, K.A. (1979). The domains of curriculum and their study. In J.I. Goodlad (ed.), Curriculum inquiry @p. 43-76). New York: McGraw-Hill. Traduzido por: RIBEIRO, Antônio Carrilho. Desenvolvimento Curricular. Texto Editora, Lisboa, 1992;
44. LOUREIRO, C. F. B. "A Problemática de Saúde da Criança no Brasil: Desafios p/ uma Prática Educativa". Revista Brasileira de Saúde na Escola, 4 (1/2) 1996.

Carla Verônica Almeida

EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

01. Questão

(**PREF. CUIABÁ - FGV - 2015**) Com relação ao direito à profissionalização presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Menores de 14 anos somente podem trabalhar sob a condição de aprendiz.
- () A formação técnica profissional deverá garantir acesso e frequência obrigatória ao ensino regular.
- () Ao adolescente portador de deficiência é proibido, sob qualquer condição, realizar atividades profissionais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) V, V e V.
- (C) V, V e F.
- (D) V, F e V.
- (E) F, F e V.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: As respostas das assertivas contêm trechos literais do Estatuto.

Assertiva 1: VERDADEIRA. Quanto ao direito à profissionalização, o Artigo 60 do Estatuto da Criança

e do Adolescente declara que é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. O artigo a que se refere o presente Estatuto respalda-se no art. 7º, XXXII da Constituição Federal, que determina no inciso IV “Os menores de 16 anos não podem ser expostos a qualquer trabalho sem a qualidade de aprendiz”.

Assertiva 2: VERDADEIRA. O Estatuto da Criança e do Adolescente determina como um dos princípios da formação técnico Profissional, no Art. 63, inciso I, a “garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular”; inciso II, “atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente” e no inciso III “horário especial para o exercício das atividades”.

Assertiva 3: FALSA. O Art. 66 do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que “Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido”. Esta obrigação do Poder Público em assegurar ao deficiente o trabalho protegido presente no ECA decorre do texto constitucional, art. 227, § 1º, II. O adolescente deficiente deve ter todas as oportunidades de desenvolvimento pleno, inclusive a realização pelo trabalho, por meio de programas de assistência integral, criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas com deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem com deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência.

Resposta: (C)

02. Questão

(NUCLEP - BIORIO - 2014) Os cursos de educação profissional e tecnológica podem ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

Avalie se a educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

- I. formação inicial e continuada ou qualificação profissional.
- II. educação profissional técnica de nível médio.
- III. educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.
- IV. educação do campo tratando-se da base nacional comum.
- V. educação rural tratando-se de nível fundamental.

Estão corretos apenas:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II, IV e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTORA: Ainda que as alternativas pareçam óbvias, elas se aproximam consideravelmente; e para responder com convicção essa questão, é preciso conhecer o documento citado.

Assertiva I: VERDADEIRA. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9394/96 no Artigo 39 § 2º, inciso I - discorre que “a educação profissional e tecnológica abrangerá a formação inicial e continuada ou qualificação profissional”; incluído pela Lei nº 11.741, de 2008.

Assertiva II: VERDADEIRA. O próprio Artigo 39 § 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no inciso II - postula que “a educação profissional e tecnológica abrangerá a formação inicial e continuada ou qualificação profissional”; incluído pela Lei nº 11.741, de 2008.

Assertiva III: VERDADEIRA. O inciso III do Artigo 39 § 2º, da mesma Lei, inclui também como cursos da educação profissional e tecnológica “graduação e pós-graduação”, incluído pela Lei nº 11.741, de 2008.

Assertiva IV: FALSA. A Lei de Diretrizes de Base da Educação no Artigo 39 § 2º determina que no que concerne à educação profissional e tecnológica, fazem parte dos cursos dessa modalidade: a formação inicial e continuada ou qualificação profissional, a educação profissional técnica de nível médio e a educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Desta forma, esta modalidade da educação, não contempla educação do campo tratando-se da base nacional comum.

Assertiva V: FALSA. O Artigo 39 § 2º da Lei 9394/96, não constitui como curso, a educação rural tratando-se de nível fundamental, no que se refere aos cursos de educação profissional e tecnológica, a qual contempla os seguintes cursos: a formação inicial e continuada ou qualificação profissional, a educação profissional técnica de nível médio e a educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Resposta: (D)

03. Questão

(IFPR - CETRO - 2014) Com base na Resolução no 06/2012, conforme disposto no seu artigo 5º, proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais, diz respeito ao(à)

- (A) finalidade dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- (B) objetivo do Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.
- (C) princípio constitucional da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- (D) fundamento principal da Educação Tecnológica.
- (E) objetivo dos professores de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTORA: As respostas das alternativas podem apresentar semelhança, ou conter trechos literais da Lei, por se tratar de um conteúdo da legislação.

Alternativa A: CORRETA. A Resolução 06/2012, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no capítulo I – quanto ao Objeto e Finalidade da Educação Técnica e profissional, dispõe, no artigo 5º, sobre a finalidade dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, discorre sobre competências e saberes necessários ao exercício profissional e da cidadania, alicerçados aos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais.

Alternativa B: INCORRETA. O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação tem como objetivo, constituir comissões especiais temporárias, as quais tem a função de examinar os problemas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, da Educação Especial e do Ensino Médio e Tecnológico; oferecendo sugestões para solucioná-los; analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação dos diferentes níveis e modalidades; deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo MEC; colaborar na preparação do PNE e acompanhar sua execução; assessorar o MEC e manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, acompanhando a execução dos respectivos planos de educação e analisar as questões relativas à aplicação da legislação da Educação Básica.

Alternativa C: INCORRETA. Com base na Resolução no 06/2012, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, constitui-se como um dos princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, disposto no Capítulo II, art. 6º, inciso XVII.

Alternativa D: INCORRETA. O fundamento principal da Educação Tecnológica consiste em definição de ações voltadas a formação profissional e tecnológica no País. Neste contexto, questões centrais são analisadas e caminhos propostos no que tange a sua organização, financiamento, competências e responsabilidades, formação de docentes, certificação, gestão e avaliação. Especificamente, o art. 5º, da Resolução 06/2012, dispõe sobre a finalidade dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, discorre sobre competências e saberes necessários ao exercício profissional e da cidadania, alicerçados aos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais.

Alternativa E: INCORRETA. A Resolução nº 06/2012, dispõe, conforme posto no seu artigo 5º: proporção

nar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais, diz respeito ao(à). Tal disposição está relacionada à finalidade dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

04. Questão

(UFCA - CCV - 2014) A educação profissional e tecnológica:

- Ⓐ integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.
- Ⓑ enquanto modalidade da educação e do ensino fica restrita ao ensino médio e, quando ofertada em nível técnico, será efetivada somente na modalidade à distância.
- Ⓒ será ofertada com exclusividade na modalidade à distância àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
- Ⓓ enquanto modalidade da educação e do ensino fica restrita aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio e será efetivada à distância para aqueles que a ela não tiveram acesso em idade própria.
- Ⓔ quando ofertada em nível técnico, será efetivada somente na modalidade à distância, sendo sua oferta garantida com exclusividade àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, redimensiona, institucionaliza e integra as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. A referida Lei, no Art. 39, quanto ao cumprimento dos objetivos da educação nacional, define que a educação profissional e tecnológica, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Alternativa B: INCORRETA. A educação profissional e tecnológica não se restringe apenas ao Ensino

Médio. De acordo com o Art. 39, parágrafo segundo, esta modalidade de educação abrange os cursos de: formação inicial e continuada ou qualificação profissional; educação profissional técnica de nível médio; educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação; sendo ofertada tanto presencialmente, como em cursos à distância.

Alternativa C: INCORRETA. O Art. 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação assinala que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Ressalta-se que tal modalidade de Educação é ofertada tanto presencial, como também à distância.

Alternativa D: INCORRETA. A educação profissional e tecnológica abrange os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio e não do Ensino Fundamental. Sendo ofertada também na educação superior (graduação e pós-graduação), podendo estar unida a outra modalidade educacional – a educação de jovens e adultos (EJA), a educação especial e a educação à distância (EaD).

Alternativa E: INCORRETA. Quando ofertada em nível técnico, a educação profissional e tecnológica será oferecida tanto presencialmente como em cursos a distância (EaD), e deve ser desenvolvida, segundo o Art. 36-B, de forma articulada com o ensino médio ou subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

05. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Para muitos pensadores contemporâneos, a Educação e o Trabalho são ações humanas indissociáveis, na medida em que, historicamente, é através do trabalho que o homem educa-se a si mesmo. Para Saviani, por exemplo, é através do trabalho que “o homem forma-se homem”. Assim, o trabalho se constitui como o ato humano que melhor nos caracteriza e mais nos diferencia dos outros animais. A educação escolar surge como um direito exclusivo de alguns que não precisavam trabalhar para garantir a sua própria sobrevivência, na medida em que possuíam servos, escravos, súditos ou operários que os sustentavam com seus trabalhos. Entretanto, após as Revoluções Industriais, começaram a surgir em crescente escala escolas voltadas às massas de trabalhadores.

Esta educação escolar, no entanto, em muito se diferenciava de sua predecessora, que se voltava às elites, na medida em que:

- Ⓐ passou a desassociar a Educação do Trabalho, eliminando a causalidade entre os dois processos sociais;
- Ⓑ buscava uma democratização da sociedade e uma maior distribuição de suas riquezas;
- Ⓒ tinha como objetivo a formação de um operário revolucionário e consciente de seus direitos de classe;
- Ⓓ era uma educação escolar orientada e dirigida pelo povo e, portanto, se ocupava, sobretudo com o desenvolvimento da cultura popular;
- Ⓔ buscava responder às novas demandas da indústria por formação de mão de obra.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O desenvolvimento das cidades e a extensão do capital financeiro provocadas pelas Revoluções Industriais contribuíram para que a escola se transformasse, pressionada pelos movimentos de trabalhadores que passaram a exigir o direito de ter seus filhos em escola, à cultura e ao conhecimento dominante. Nesse contexto, a escola passou a atender outras demandas sociais além da burguesia, associando a educação ao trabalho.

Alternativa B: INCORRETA. Desde os primórdios, a educação brasileira foi exclusivamente destinada à elite. Com a nova ordem de produção, oriunda da Revolução industrial, a escola se volta para o ensino técnico e profissional, capaz de garantir a mão de obra qualificada, para atuar em favor do crescimento da indústria e gerar riqueza para a burguesia capitalista; a qual, sempre no poder, liderava a sociedade, não permitindo a democratização e distribuição de suas riquezas.

Alternativa C: INCORRETA. Para a educação, não era relevante formar um operário crítico e com ideias revolucionárias, bem como consciente dos seus direitos, uma vez que a educação tinha um caráter modelador e reprodutivista e desta forma, as escolas deveriam formar alunos para atender as demandas e ordens vigentes na sociedade, de forma mecânica.

Alternativa D: INCORRETA. As escolas criadas para as massas populares, após a Revolução Industrial, ofertavam uma educação que se voltava a atender aos

interesses da elite que viam na educação técnica a formação da cultura para atender aos interesses capitalistas da burguesia, através da exploração da mão de obra.

Alternativa E: CORRETA. A educação escolar com o advento da industrialização e a necessidade de mão de obra qualificada assumem um perfil técnico de formação de mão de obra, de dar competência aos sujeitos que sob o mando da elite capitalista, precisavam cumprir ordens, operar máquinas e cumprir tarefas diárias, gerando cada vez mais lucro para o país.

06. Questão

(UFRB - CESPE - 2015) A História mostra que a educação profissional e tecnológica no Brasil passou por inúmeras transformações desde a colônia. Mas foi no período republicano que ela ganhou maiores contornos. Foi também, já no século XX, em 1941, que o ensino profissional passou a ser considerado de

- Ⓐ nível básico com a Lei 5692/78.
- Ⓑ nível profissional com a Lei 9394/96.
- Ⓒ nível superior com a Reforma Francisco Campos.
- Ⓓ nível fundamental com a Lei 9394/96.
- Ⓔ nível médio com a Reforma Capanema.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A lei 5692, promulgada em 1971, ou seja, 30 anos após 1941, teve como objetivo, reestruturar os níveis de ensino fundamental e médio e tinha uma clara intenção no contexto nacional da década de 1970: reordenar o sistema educacional básico do país.

Alternativa B: INCORRETA. Em 1941, passou a vigorar uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema” que remodelou todo o ensino no país. A Lei 9394 foi promulgada em 1996, ou seja, 55 anos depois.

Alternativa C: INCORRETA. A Reforma Francisco Campos, ocorrida em 1931, estabeleceu, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro. Tal Reforma, organizava o ensino em dois ciclos (um fundamental outro complementar), que se constituíam em pré-requisitos para o ensino superior; estabelecia o currículo seriado; bem como, a frequência obrigatória.

Alternativa D: INCORRETA. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LEI 9.394 de 1996, promulgada cinquenta e cinco anos após 1941, ao discorrer sobre o ensino profissional, determina que este deve ser de nível médio e não de nível fundamental, sendo desenvolvido de forma integrada ou subsequente.

Alternativa E: CORRETA. A Reforma Capanema, promulgada em 1941, trouxe uma série de leis que vigoraram no Brasil, remodelando todo o ensino no país e implantando reformas como: o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades.

07. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) Os mundos do trabalho vêm passando por inegáveis transformações de base técnica e tecnológica, o que afeta, significativamente, os processos de trabalho e a educação. No Brasil, após a Lei nº 9.394/1996, a educação profissional, na óptica do direito à educação e ao trabalho, está

- Ⓐ associada, unicamente, à “formação de mão de obra” de acordo com as necessidades do mercado. A baixa escolaridade da massa trabalhadora não é considerada entrave significativo à expansão econômica.
- Ⓑ integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Deve ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, na perspectiva do exercício pleno da cidadania.
- Ⓒ limitada ao treinamento para a produção em série e padronizada com a incorporação maciça de operários semiqualiificados, adaptados aos postos de trabalho, desempenhando tarefas simples, rotineiras e previamente especificadas e delimitadas. Apenas uma minoria de trabalhadores precisa contar com competências em níveis de maior comple-

xibilidade, em virtude da rígida separação entre o planejamento e a execução.

Ⓓ associada, desde as suas origens, com o ensino destinado às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detêm o saber (ensino médio, ensino superior) e os que executam tarefas manuais (ensino profissional).

Ⓔ associada ao dualismo existente. De um lado, as “elites condutoras” e, de outro, a maioria da população, levando, inclusive, a se considerar o ensino regular e a educação superior como não tendo nenhuma relação com a educação profissional.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A baixa escolaridade da massa trabalhadora torna-se um obstáculo à expansão econômica, uma vez que pela Lei nº 9394/96, ao técnico será exigido tanto uma escolaridade básica sólida, quanto uma educação profissional mais ampla e polivalente; possibilitando aos educandos maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor.

Alternativa B: CORRETA. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9394/96, em seu art. 39, determina que a educação técnica profissional, deve conduzir o cidadão "ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva", intimamente "integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia"; o que supera a visão tradicional de Educação Profissional como simples instrumento de uma política de cunho assistencialista.

Alternativa C: INCORRETA. A educação profissional após a Lei nº 9.394/1996 possibilitou aos cidadãos, em número cada vez maior, efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade contemporânea. Tal medida diferenciou esta modalidade da educação do modelo tradicional, o qual estava limitado ao treinamento para a produção em série e padronizada com a incorporação maciça de operários semiquualificados.

Alternativa D: INCORRETA. Após a Lei nº 9.394/1996, a educação profissional possibilitou o acesso a todos os cidadãos, independente da classe social a qual pertencem; assegurando que todos tenham acesso ao conhecimento, aliado a formação técnica e humana.

Alternativa E: INCORRETA. A Lei nº 9.394/1996 dispõe que "a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva". Essa concepção supera o enfoque assistencialista e o preconceito social que desvalorizava esta modalidade de educação.

08. Questão

(IF BAHIA - FUNRIO - 2014) Em relação às Diretrizes Curriculares do Ensino Técnico Profissional podemos afirmar que a educação profissional observará as seguintes premissas:

- I. organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica.
- II. articulação entre escola de nível médio e empresas conveniadas.
- III. interdisciplinaridade entre o mundo do trabalho e a escola.
- IV. articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Estão corretas apenas as afirmações

- Ⓐ I e II.
Ⓑ I, II e III.
Ⓒ I e III.
Ⓓ I e IV.
Ⓔ I, II, III e IV.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. As Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seus artigos 1º e 2º determinam que a educação profissional, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será organizada por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica.

Assertiva II: INCORRETA. As Diretrizes determinam a articulação entre a educação profissional e o ensino médio, denominada “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, e financiamento para a melhoria da qualidade do ensino médio integrado e ampliação de sua oferta nos sistemas de ensino.

Assertiva III: INCORRETA. Nas Diretrizes, a interdisciplinaridade aparece como necessidade e como princípio organizador do currículo e como método de ensino-aprendizagem e deve assegurar a transversalidade e a articulação do conhecimento de diferentes componentes curriculares, propiciando a interlocução entre os saberes das diferentes áreas de conhecimento e não apenas entre o mundo do trabalho e a escola.

Assertiva IV: CORRETA. A Educação Profissional Técnica de nível médio será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio (Decreto nº 5.154/2004, Artigo 4º). Os sistemas e os estabelecimentos de ensino deverão observar, de acordo com o Art. 2º, Inciso II que determina: “a articulação dos esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia”.

Resposta: Ⓓ

09. Questão

(NUCLEP - BIORIO - 2014) A educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, às ciências e à tecnologia objetiva garantir ao cidadão o direito permanente de desenvolvimento de aptidão para a vida produtiva e social. São princípios norteadores da educação profissional de nível técnico, exceto:

- Ⓐ respeito aos valores éticos, estéticos e políticos.
- Ⓑ flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização.
- Ⓒ atualização permanente dos cursos e currículos.
- Ⓓ identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso.
- Ⓔ vinculação irrestrita da escola e seu projeto pedagógico à empresa.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTORA: As respostas das alternativas podem apresentar semelhança, ou conter trechos literais da Lei, por se tratar de um conteúdo da legislação.

Alternativa A: INCORRETA. O respeito aos valores éticos, estéticos e políticos, constitui-se como um dos princípios norteadores da educação profissional de nível técnico enunciado no artigo 3º da LDB – Resolução nº 04/99.

Alternativa B: INCORRETA. O inciso IV da Resolução nº 04/99, dispõe sobre a flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização, para a Educação Profissional de Nível Técnico.

Alternativa C: INCORRETA. A atualização permanente dos cursos e currículos é um dos princípios norteadores para a Educação Profissional de Nível Técnico, disposta no inciso VI, artigo 3º da LDB.

Alternativa D: INCORRETA. A identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso é um dos princípios norteadores da educação profissional de nível técnico, disposto no inciso V da Resolução nº 04/99.

Alternativa E: CORRETA. A vinculação irrestrita da escola e seu projeto pedagógico à empresa, não se constitui de acordo com a Resolução nº 04/99, como princípio norteador da educação profissional de nível técnico.

10. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) De fato, a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica pode ser considerada uma modalidade de educação transversal à Educação Básica e à Educação Superior, pois há, no mundo contemporâneo, uma necessidade de vincular trabalho e educação. Desse modo, é correto afirmar que, no ensino fundamental,

- Ⓐ a educação é bem básica. Aprender a ler, a escrever e a calcular para poder se inserir na sociedade moderna. A sociedade é, então, uma referência para a organização do ensino. A relação entre trabalho e educação ali é implícita, porque não estuda sobre o processo de produção em si, mas sim sobre o mundo em qual vive e sobre a função do trabalho.
- Ⓑ a relação entre trabalho e educação é explícita, no sentido que o conhecimento é relacionado ao processo de trabalho. Os alunos aprendem como a ciência e seus princípios são aplicados ao processo produtivo. Não se quer formar técnicos especializados, mas politécnicos, sujeitos que dominam os fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna.
- Ⓒ a educação politécnica faz a união entre escola e trabalho, entre instrução intelectual e trabalho produtivo, pois ali os alunos aprendem (por meio de matérias como Física, Química, Desenho Técnico etc.) não saberes separados que não têm finalidade,

mas sim conhecimentos e práticas sobre o mundo de trabalho no qual todos serão inseridos.

Ⓓ há uma formação integrada que expressa a unidade entre instrução e trabalho visando a formar homens capazes de produzir, mas também de serem dirigentes. Para isso, é necessário o conhecimento das leis da natureza como das humanidades e da ordem legal que regula a vida em sociedade, das normas de convívio.

Ⓔ a educação busca possibilitar os seguintes entendimentos: o da realidade humana enquanto constituída pelo trabalho; o de que todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos e do exercício mental, intelectual; o de que há uma separação natural entre trabalho manual e intelectual, cabendo ao aluno a opção entre que tipo de trabalho quer desenvolver.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Para Saviani (2012), no Ensino Fundamental, a educação deve priorizar o desenvolvimento das habilidades fundamentais de leitura, escrita e operações matemáticas básicas, tendo como referência a sociedade para a organização desta modalidade de educação. Desta forma, a relação entre o trabalho e a educação, não prioriza o processo de produção, mas sim, a função do trabalho e o mundo em que o indivíduo se insere.

Alternativa B: INCORRETA. A relação entre trabalho e educação é explícita no Ensino Médio e não no Ensino Fundamental, onde esta relação é implícita, uma vez que não estuda sobre o processo de produção em si e sim sobre a função do trabalho.

Alternativa C: INCORRETA. A educação politécnica é da competência do Ensino Médio, uma vez que é através dela que há a relação entre trabalho e educação de forma explícita, e o conhecimento é relacionado ao processo de trabalho (prática).

Alternativa D: INCORRETA. A formação integrada que expressa a unidade entre instrução e trabalho visando a formar homens capazes de produzir é da responsabilidade do Ensino Médio e não do Ensino Fundamental.

Alternativa E: INCORRETA. A educação busca não apenas preparar o indivíduo para as questões voltadas ao trabalho, mas também, desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe

meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

11. Questão

(IFPR - CETRO - 2014) São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de acordo com o artigo 6º da Resolução no 06/2012, entre outros, o(a)

- I. dissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem.
- II. identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais.
- III. respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- IV. flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos.

É correto o que está contido em

- Ⓐ I, II e IV, apenas.
- Ⓑ II, III e IV, apenas.
- Ⓒ I e III, apenas.
- Ⓓ I e IV, apenas.
- Ⓔ II e III, apenas.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: INCORRETA. O inciso V do Art. 6º da Resolução no 06/2012 determina a “indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem”.

Assertiva II: CORRETA. O inciso XV postula que a identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso deve contemplar conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, do desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais.

Assertiva III: CORRETA. O respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas está deliberado no inciso XVII do Art. 6º da Resolução no 06/2012.

Assertiva IV: CORRETA. A Resolução no 06/2012 determina no inciso XIV do Art. 6º sobre a flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos.

Resposta: **B**

12. Questão

(IFPR - CETRO - 2014) Segundo o disposto no artigo 7º, da Resolução nº 06/2012, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio. Sobre essas duas formas, assinale a alternativa correta.

- A** A forma subsequente, desenvolvida de maneira integrada, é ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental.
- B** A forma subsequente, realizada de maneira integrada, é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade.
- C** A forma articulada, desenvolvida de maneira concomitante, é ofertada a quem ingressa no Ensino Médio, ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis.
- D** A forma articulada é desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.
- E** A forma subsequente, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio, poderá ocorrer em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A forma subsequente é desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio e não o Ensino Fundamental.

Alternativa B: INCORRETA. A forma subsequente não é realizada de maneira integrada, uma vez que a

mesma só pode ser desenvolvida, exclusivamente em cursos destinados aos que já tenham o Ensino Médio concluído.

Alternativa C: CORRETA. A forma articulada desenvolvida de maneira concomitante, de acordo com o artigo 7º da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é ofertada a quem ingressa no Ensino Médio, ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino.

Alternativa D: INCORRETA. A forma articulada é desenvolvida de maneira integrada, a quem já concluiu o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica.

Alternativa E: INCORRETA. De acordo com o Art. 7º, § 3º da Resolução nº 06/2012, a forma subsequente da Educação Profissional Técnica de Nível Médio é ofertada a quem já concluiu o Ensino Médio e não a quem está ingressando.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Julgue os itens a seguir, acerca da educação de adultos e de características da atividade pedagógica.

13. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) O conceito de alienação é frequentemente associado à atividade pedagógica desenvolvida em países economicamente dependentes.

Grau de Dificuldade

Alternativa: CORRETA. Segundo Pinto (2002), a alienação se refere ao estado do indivíduo ou da comunidade, que não retira de si mesma, de seus fundamentos, os objetivos, os motivos, o que constitui a sua consciência. Ou seja, o indivíduo recebe passivamente, informações e deliberações, e se comporta de acordo com o que elas determinam ou sugerem. Seu comportamento torna-se indiferente a sua realidade ou alheio a ela, uma vez que se transporta em pensamento a um mundo que não é o seu, ao qual passa a pertencer, adotando atitudes, estilo de

vida, valores, etc., que não são seus. A alienação é característica da pedagogia nos países em vias de desenvolvimento. No caso dos países economicamente dependentes, é natural que a consciência social comum do indivíduo, seja do tipo ingênuo e por isto a visão de si mesmo e do mundo não se origina de sua realidade, e sim, da dominação cultural que recebem dos dominantes. Nesta perspectiva, “não tem óptica própria, vendo-se a si mesmos e a toda a realidade com olhos alheios” (PINTO, 2002, p. 53).

14. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) Na sociedade globalizada, o conteúdo da educação de adultos deve ter caráter eminentemente técnico e diretamente relacionado a matérias básicas, como ciências da natureza e códigos de linguagens.

Grau de Dificuldade

Alternativa: INCORRETA. O principal objetivo da educação de adultos é possibilitar ao indivíduo uma integração, mais plena possível diante das circunstâncias da vida, a partir de uma perspectiva mais humanista que possibilite o desenvolvimento de valores, conhecimentos, saberes e habilidades que ajudem os alunos a interpretar, de maneira crítica, a realidade em que vivem e nela inserir-se de forma mais consciente e participativa e não eminentemente técnica.

15. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) Cabe ao educador garantir que os aspectos técnicos e formais no método de ensino-aprendizagem sejam alcançados, evitando que questões ideológicas sejam desenvolvidas diretamente na atividade, para preservar a neutralidade do processo educativo.

Grau de Dificuldade

Alternativa: INCORRETA. Freire (2006) afirma que não existe neutralidade na educação posto que “é impossível uma educação neutra, que se diga a serviço da humanidade, dos seres humanos em geral; de outro, uma prática política esvaziada de significação educativa”. Os diferentes conhecimentos sempre se

apresentam permeados por diferentes ideologias. Mesmo quando tratamos de métodos, estes nunca são isentos de ideologia. As ideologias são as diferentes ideias que estão em permanente disputa na sociedade. Nesse sentido, cabe ao educador, garantir uma relação didática e pedagógica e não apenas técnica e formal entre ensino e aprendizagem; possibilitando a formação do educando para que sejam cidadãos ativos, reflexivos, críticos e participativos na sociedade em que vivem.

16. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) A educação de adultos distingue-se da educação infantil basicamente pelos conteúdos e métodos utilizados.

Grau de Dificuldade

Alternativa: INCORRETA. Não só os conteúdos e métodos utilizados diferem a educação de adultos da educação infantil. A Andragogia é a ciência que estuda as melhores práticas para orientar adultos a aprender; considerando a experiência como a fonte mais rica para a aprendizagem de adultos. Nesse sentido, o foco é naquilo que é necessário à vivência do aluno na sociedade, com propostas de atividades que envolvam ações do cotidiano que irão ajudá-lo a enfrentar problemas reais (surgidos na vida pessoal), uma vez que é centrada na aprendizagem e não somente no ensino. Já a Educação Infantil é a modalidade da educação básica, onde o ensino deve atender as crianças de zero a cinco anos de idade em duas etapas: a creche (0 a 3 anos) e a pré-escola (4 a 5 anos). Nesta etapa de escolarização, os conteúdos e atividades de ensino devem estar voltados para o cuidar, o educar e o brincar, que se constituem como pilares para o desenvolvimento integral da criança.

17. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) O emprego de conteúdos predefinidos e aulas centradas na figura do professor caracterizam o tipo de educação classificada como educação bancária.

Grau de Dificuldade

Alternativa: CORRETA. A concepção bancária de educação foi conceituada por Paula Freire, o qual comparava esta educação com um banco, como imposição do conhecimento realizada pelo professor sobre o aluno na medida em que o professor já os havia adquirido e dispõe destes sendo assim possível sua ação de depósito deste conhecimento nos alunos.

18. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) Na EJA, é necessária a flexibilização de tempos e espaços para atender à especificidade do educando jovem e adulto. A reflexão pedagógica, nessa modalidade educativa, tem especial relevância a consideração de suas dimensões social, ética e política. O ideário da Educação Popular é referência importante na área. Hoje, a EJA caracteriza-se

- Ⓐ pela Campanha Nacional de Massa por um Brasil alfabetizado. Essa campanha em curso visa à alfabetização de todos e todas e uma capacitação profissional aligeirada.
- Ⓑ por atender um adulto-criança, um jovem-criança e como crianças eles vivem em um mundo de egocentrismo que não lhe permite ocupar planos em que as decisões comuns têm de ser tomadas.
- Ⓒ por atender sujeitos jovens e adultos que são sujeitos não produtivos, incapazes de resolver seus problemas e na verdade com a capacidade de aprender bem menos do que a das crianças.
- Ⓓ não só pela diversidade do público que atende e dos contextos em que se realiza, como pela variedade dos modelos de organização dos programas.
- Ⓔ como modalidade de educação que ensina para alunos adultos com grande experiência de vida agrária, de trabalho com a terra e os animais. A experiência destes alunos é típica do mundo agrário, o que impossibilita a incorporação da realidade do educando como conteúdo escolar.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A Campanha Nacional de Massa, em prol da Educação de Jovens e Adultos foi criada em 1945, com o objetivo de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo central e incrementar a produção. Desta forma, como estratégia política, os adultos eram alfabetizados em três

meses. Posteriormente, as ações voltavam-se para o desenvolvimento comunitário e para o treinamento profissional. Tal Campanha pretendia estimular o desenvolvimento social e econômico, através de um processo educativo que supostamente poderia promover a melhoria das condições de vida da população.

Alternativa B: INCORRETA. Esta era visão da EJA quando foi lançada a Campanha de Educação de Adultos, em 1947. A referida campanha tinha como objetivo a alfabetização de grande parte da população e a capacitação profissional e atuação junto à comunidade. Neste período, o adulto analfabeto era tido como um problema, e muito comparado com a criança, que era considerada como um ser desprovido de conhecimento e de autonomia para tomar decisões. Paiva (2001) afirmava que: “Como as crianças, o adulto tem que viver num mundo de egocentrismo que não lhe permite ocupar os planos em que as decisões comuns têm que ser tomadas”.

Alternativa C: INCORRETA. A partir da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, a educação de jovens e adultos tem o papel de atender aos interesses e às necessidades de indivíduos que já tinham uma determinada experiência de vida e participam do mundo do trabalho. Nesse sentido, a visão da EJA na contemporaneidade está voltada para o reconhecimento do sujeito como produtivo, capaz de raciocinar e resolver seus problemas. Quanto ao processo de aprendizagem, as teorias da moderna Psicologia, desmentem a crença de que a capacidade de aprendizagem dos adultos é menor do que a das crianças. O sujeito da EJA espera aprender melhor sobre aquilo que já sabe para depois elaborar o processo de aprendizagem sobre aquilo que é desconhecido, ampliando seus próprios interesses e horizontes. Desta forma, deve compreender que a aprendizagem se dá ao longo da vida; sendo assim, sempre está apto a aprender.

Alternativa D: CORRETA. Na contemporaneidade, a EJA caracteriza-se por homens e mulheres, jovens (maiores de 15 anos), adultos e idosos de toda a diversidade étnica, religiosa, sexual, política brasileira, diversidade de níveis de escolarização, de trajetórias escolares e, sobretudo de trajetórias humanas. Além disso, são diversos os contextos de realização da EJA: a educação popular, educação indígena, educação técnica e profissional, educação para privados de liberdade, educação no campo, dentre outros espaços.

Alternativa E: INCORRETA. O contexto brasileiro contemporâneo demanda uma educação para jovens e adultos que tenha em vista um trabalho voltado para a construção de habilidades e competências que vão além do domínio do código da escrita. A contemporaneidade requer uma educação capaz de contribuir para a inserção destes sujeitos em diferentes contextos e âmbitos da sociedade.

19. Questão

(INSS - FUNRIO - 2014) Diz Antônio Nóvoa (2000): “O adulto em situação de formação é portador de uma história de vida e de uma experiência profissional [...]. Mais importante do que pensar em formar esse adulto é refletir sobre o modo como ele próprio se forma, isto é, o modo como ele se apropria do seu patrimônio vivencial através de uma dinâmica de compreensão retrospectiva”.

Essa afirmação aponta para uma educação de adultos que priorize

- Ⓐ os métodos e técnicas de ensino que atribuem qualidade.
- Ⓑ o ensino frontal na relação professor-aluno.
- Ⓒ o diálogo como opção metodológica.
- Ⓓ a instrução como fundante dos processos de aprender.
- Ⓔ a aula expositiva como fonte de transmissão de informações.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. É importante pensar que a formação para o adulto não deve estar restrita a métodos e técnicas de ensino que atribuem qualidade. É necessário valorize seus interesses, conhecimentos e expectativas, que favoreça sua participação na sociedade como cidadãos e não somente como objeto de aprendizagem. Neste sentido, a prática pedagógica de qualidade deve ser: inovadora, significativa, dinâmica e acima de tudo feita com seriedade, compromisso e responsabilidade para fazer a diferença no contexto educacional.

Alternativa B: INCORRETA. A perspectiva de Nóvoa (2000) é considerar as habilidades e saberes que o adulto possui na relação professor e aluno. Tal

perspectiva se diferencia do ensino frontal, no qual o professor é considerado o detentor e o transmissor do conhecimento ao aluno, que é considerado tábula rasa, isto é, destituído de conhecimentos anteriores. Há uma verticalização da relação professor e aluno.

Alternativa C: CORRETA. A afirmação de Nóvoa (2000), reflete uma educação de adultos que priorize o diálogo como opção metodológica, como instrumento de mediação entre educando(a) e educador(a), para favorecer o acompanhamento do percurso da aprendizagem de forma mais participativa e democrática, superando preconceitos e discriminações.

Alternativa D: INCORRETA. Consideramos que a instrução se refere a formação intelectual e desenvolvimento das capacidades cognitivas, mediante o domínio de certo nível de conhecimento sistematizado. Nesta perspectiva, a aprendizagem não deve ter apenas a instrução como elemento fundante do processo, posto que o processo ensino-aprendizagem é uma integração entre instrução e educação, seria uma apropriação dos conhecimentos, não só pela lógica, pelo cognitivo, mas principalmente pela formação de sentimentos, qualidades, valores e atitudes.

Alternativa E: INCORRETA. A aula expositiva caracteriza-se pela exposição oral/escrita do conteúdo pelo professor, desconsiderando o conhecimento prévio do educando, e espaço para questionamentos. A EJA deve priorizar a aula expositiva dialogada, na qual a exposição dos conteúdos pelo professor, conta com a participação ativa dos educandos, considerando o conhecimento prévio dos mesmos. Desta forma, cabe ao professor a contextualização e a mediação da aula, de maneira a estimular que os educandos questionem, interpretem e discutam o objeto de estudo, articulando informações que já trazem consigo com as que serão apresentadas.

20. Questão

(CBTU/RJ - CONSULPLAN - 2014) “Segundo Finger (2003), a educação de adultos tem merecido especial atenção da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), desde a sua criação, podendo a sua contribuição para este campo ser considerada histórica, especialmente no que se refere à alfabetização e educação básica de adultos”.

Considerando a andragogia, são características que fundamentam este método:

- I. Despertar no adulto a consciência da necessidade de instruir-se e a noção clara da sua participação na sociedade.
- II. Partir dos elementos que compõem a realidade do educando, que se destacam como expressão de sua relação direta e contínua com o mundo em que vive.
- III. Impor o método ao educando de acordo com a realidade em que vive e sua condição cognitiva de aprendizagem. O professor deve atuar como orientador experiente.
- IV. Propor o conteúdo da instrução, o que deve ser justificado como uma contribuição para melhorar as condições de vida do homem.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. Para Pinto (2002), a prática pedagógica de jovens e adultos deve criar condições para que os alunos possam superar a consciência “ingênua”, sendo despertado para a consciência crítica de sua realidade como ser humano, que compreende o mundo em que vive seu país – com as peculiaridades da etapa histórica na qual ele se encontra – sua região, despertando a noção clara de sua participação na sociedade pelo trabalho que executa, dos direitos que possui e dos deveres com seus iguais.

Assertiva II: CORRETA. Na perspectiva da andragogia, a alfabetização deve partir dos elementos que compõem a realidade autêntica do educando, seu mundo de trabalho, suas relações sociais, suas crenças, valores, gostos artísticos, etc. Desta forma, deve desenvolver uma proposta pedagógica que dialogue com as necessidades dos educandos da EJA.

Assertiva III: INCORRETA. A educação pautada nos princípios da andragogia, não deve impor o método ao educando e, sim, criá-lo com ele, com base na realidade em que vive. O professor instrutor deve

atuar como incentivador da busca autônoma de conhecimentos.

Assertiva IV: CORRETA. O método andragógico, segundo Moreira (2016), é fundamental no processo de educação do adulto, por se tratar de pessoa já dotada de uma consciência formada, com hábitos de vida e situações de trabalho que não podem ser arbitrariamente modificados. Nesta perspectiva, a proposta pedagógica de alfabetização deve partir de aspectos atitudinais, afetivos e cognitivos, voltados para a instrução, ou seja, a formação intelectual e desenvolvimento das capacidades cognitivas dos educandos.

Resposta: (D)

21. Questão

(IFNMG - FUNDEP - 2014) São princípios do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade EJA - PROEJA, exceto:

- (A) Inclusão da população em suas ofertas educacionais.
- (B) Inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos.
- (C) Ampliação do direito à educação básica pela universalização do ensino fundamental.
- (D) O trabalho como princípio educativo.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Este é o primeiro princípio do PROEJA, o qual diz respeito ao papel e compromisso que entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais têm com a inclusão da população em suas ofertas educacionais. Segundo o programa, tal princípio dessa política – a inclusão – precisa ser compreendido não apenas pelo acesso dos ausentes do direito à escola, mas questionando também as formas como essa inclusão tem sido feita, muitas vezes promovendo e produzindo exclusões dentro do sistema, quando não assegura a permanência e o sucesso dos alunos nas unidades escolares.

Alternativa B: INCORRETA. A inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos, constitui-se como o segundo princípio do PROEJA, o qual defende

perspectiva da educação como direito — assegurada pela atual Constituição no nível de ensino fundamental como dever do Estado. Além disso, alarga-se a projeção desse dever ao se apontar a educação básica iniciando-se na educação infantil e seguindo até a conclusão do ensino médio.

Alternativa C: CORRETA. De acordo com o documento oficial do Programa, constitui-se como o terceiro princípio, a ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio, face à compreensão de que a formação humana não se faz em tempos curtos, exigindo períodos mais extensos, que consolidem saberes, a produção humana, suas linguagens e formas de expressão para viver e transformar o mundo.

Alternativa D: INCORRETA. O quarto princípio do PROEJA, compreende o trabalho como princípio educativo. A vinculação da escola média com a perspectiva do trabalho não se pauta pela relação com a ocupação profissional diretamente, mas pelo entendimento de que homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho — ação transformadora no mundo, de si, para si e para outrem.

22. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) A visão de mundo de uma pessoa que retorna aos estudos depois de adulta, após um tempo afastada da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória escolar nessa fase da vida, é bastante peculiar. O acesso à escolaridade deve proporcionar aos alunos jovens e adultos, inseridos em uma sociedade letrada, a possibilidade de analisar, criticar e enfrentar questões que fazem parte de seu contexto, mas também de desenvolver seu pensamento, o raciocínio, para que os alunos possam operar de forma “abstrata” em outros contextos, independentemente de vivências pessoais concretas ou relacionadas em um campo perceptual imediato; se a contextualização tem papel relevante, também a capacidade de regular sua própria instrução, os procedimentos metacognitivos e a tomada de consciência sobre os próprios processos de pensamento merecem fundamental atenção.

A dimensão cultural da escola para o aluno jovem e adulto pode ser observada sob diferentes aspectos. A escola é um espaço privilegiado de divulgação da cultura: da cultura local, regional, nacional e, claro, da cultura de diferentes povos, em diferen-

tes épocas. Nessa perspectiva, a cultura vivenciada na EJA deve

Ⓐ possibilitar a tomada de conhecimento das formas de expressão da nossa cultura, nossas músicas, nossas artes, nossas crenças, nossa forma de ver, pensar e agir não na perspectiva da diversidade e, sim, da hegemonia.

Ⓑ possibilitar a tomada de conhecimentos das manifestações populares dos afrodescendentes e da cultura africana, em função do alto percentual de alunos negros na EJA, embora ela seja considerada de menor importância quando comparada com a cultura erudita.

Ⓒ ser fruto do estímulo dado aos alunos tanto no sentido de se manifestarem das mais diferentes formas, como no de produzir e partilhar suas produções de conhecimentos, expressões artísticas, performances esportivas. Estimular, valorizar e oferecer subsídios para enriquecer as diversas manifestações e produções dos alunos contribui para que eles se reconheçam como produtores de cultura, como seres capazes de propor, criar e de participar.

Ⓓ possibilitar o acesso às manifestações típicas do mundo do trabalho, pois os alunos jovens e adultos fazem parte de uma demanda diferenciada, com características específicas e já inserida no mundo do trabalho, e apresentam experiências pessoais e de participação social vinculadas ao saber fazer.

Ⓔ possibilitar o conhecimento da cultura erudita, branca, centrada na herança europeia dada a sua relevância social, uma vez que uma forte razão para a procura de programas de ampliação de escolaridade é a busca do reconhecimento social e da afirmação da autoestima. O conhecimento escolar, independentemente de sua aplicabilidade, é um valor, de modo que dominá-lo é uma forma de se sentir ou estar incluído na sociedade.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A cultura vivenciada na EJA não deve se configurar de forma hegemônica ou preponderante e sim, na perspectiva da diversidade das diversas formas de expressão da nossa cultura: nossa história, nossas músicas, nossa arte, nossas crenças, nossa forma de ver, falar e pensar o mundo.

Alternativa B: INCORRETA. A Educação de Jovens e Adultos deve possibilitar a tomada de conheci-

mentos das manifestações populares dos afrodescendentes e da cultura africana, a todos indistintamente da sua condição étnica, e não em razão do percentual de alunos negros.

Alternativa C: CORRETA. A perspectiva de acolhimento da Educação de Jovens e Adultos se traduz principalmente no estímulo dado a estas pessoas, tanto no sentido de se manifestarem das mais diferentes formas, como em produzir e partilhar suas produções (de conhecimentos, expressões artísticas, performances esportivas e as produzidas fora do espaço escolar). Estimular, valorizar e oferecer subsídios para enriquecer as diversas manifestações e produções dos alunos contribui para que eles se reconheçam como produtores de cultura, criadores e partícipes do processo.

Alternativa D: INCORRETA. A EJA deve possibilitar o acesso às diferentes manifestações socioculturais, e não apenas àquelas específicas ao mundo do trabalho. Importante ressaltar que estes sujeitos, na atual conjuntura, apresentam experiências pessoais e de participação social, nem sempre vinculadas ao saber fazer.

Alternativa E: INCORRETA. A Educação de Jovens e Adultos deve possibilitar ampliação de escolaridade por meio da busca do conhecimento social e diversificado, da afirmação da autoestima, e não apenas da cultura erudita, branca, centrada na herança europeia.

23. Questão

(NUCLEP - BIORIO - 2014) Considerando adultos pouco escolarizados como indivíduos ativos e cognoscentes e em interação com o mundo letrado, torna-se realmente impossível considerá-los analfabetos. É, pois, através do processo de interação com a sociedade letrada que adultos pouco escolarizados podem produzir e reconhecer o sistema de escrita e os diferentes tipos de textos. As características do leitor que irá produzir maneiras diferenciadas de interpretação do texto são:

- Ⓐ cultura, conhecimento prévio e linguístico, esquemas conceituais e seu propósito na leitura.
- Ⓑ limitação na aquisição da leitura, utilizando somente o processo de decodificação.

Ⓒ interpretação dos textos pela aprendizagem das letras sabendo juntá-las, sem, contudo, relacioná-las a objetos concretos.

Ⓓ o ato de escrever e a leitura que dependem das características do texto escrito, porém independem daquilo que o indivíduo conhece.

Ⓔ experiência vivida, trabalho, pedagogia e prática em contato com os esquemas expressos na forma da escrita.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. No processo de leitura, pensamento e linguagem atuam de forma a possibilitar que o leitor busque significado no texto. Segundo Goodman (2001), só existe um processo de leitura. As diferenças entre leitores competentes, não competentes, ou principiantes não estão relacionadas com o processo pelo qual é obtido o significado, mas com a maneira de cada um utilizar o processo. As características do leitor: cultura, conhecimento prévio e linguístico, esquemas conceituais e o seu propósito na leitura é que irão produzir maneiras diferenciadas de interpretação dos textos.

Alternativa B: INCORRETA. A leitura não pode ser reduzida a um processo de decodificação de símbolos linguísticos, mas a interpretar e compreender o que se lê e é também um processo interativo. Nesse sentido, para o processo de aprendizagem de leitura, não basta apenas reconhecer as palavras e juntá-las, dando significado à palavra.

Alternativa C: INCORRETA. Ler significa não só ver as letras do alfabeto e juntá-las em palavras, decifrar e interpretar o sentido. Faz-se necessário que o bom leitor descubra a importância da leitura, que se envolva no mundo literário; o que possibilitará desta forma, interpretar textos pela aprendizagem das letras, juntando-as e relacionando-as a objetos concretos.

Alternativa D: INCORRETA. O ato de ler, não só as palavras, mas também a realidade têm na vida dos educandos jovens e adultos da EJA, a oportunidade de inserção no mundo da leitura e escrita e a melhoria na qualidade e significado de vida. Desta forma, o ato de ler e escrever depende não só da leitura do texto escrito, mas sobretudo é importante considerar aquilo que o educando conhece, a sua "leitura de mundo", como afirmava Paulo Freire.

Alternativa E: INCORRETA. Segundo Ferreira e Dias (2004), interpretar um texto, implica reconhecer a intenção do autor, evidenciando a força do enunciado através dos recursos gráficos e léxicos. Nesse sentido, o leitor deve considerar dentre maneiras diferenciadas de interpretação do texto, a cultura, conhecimento prévio e linguístico, esquemas conceituais e o seu propósito na leitura.

24. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Hoje em dia, não há dúvidas de que a educação escolar no Brasil é vista como essencial e indispensável. A própria Constituição da República Federativa do Brasil (1988) elege a Educação como um dos direitos do indivíduo, que é, ainda, enfatizado por outras leis e políticas governamentais e de Estado. O surgimento de diversas modalidades de ensino durante o século XX é um exemplo de como a educação escolar vem se tornando cada vez mais acessível a todos.

A Educação de Jovens e Adultos é um exemplo claro desse fenômeno, na medida em que busca:

- Ⓐ dar acesso ao jovem de baixa renda à escola;
- Ⓑ combater a evasão escolar e o abandono na educação básica;
- Ⓒ reparar a violação de um direito que foi negado ao indivíduo;
- Ⓓ estender o tempo de escolaridade dos alunos desfavorecidos;
- Ⓔ atender o excesso de matrículas do ensino regular.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade do ensino fundamental e do ensino médio, a qual oportuniza a jovens e adultos iniciar e/ou dar continuidade aos seus estudos; inclusive àqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria, independente da sua condição social. Em sua proposta, deve atender aos interesses e às necessidades de indivíduos que já tinham uma determinada experiência de vida, considerando a sua cultura e suas especificidades.

Alternativa B: INCORRETA. Não é a EJA, como modalidade da Educação Básica, que é responsável por combater a evasão e o abandono escolar. A equipe

gestora deve criar alternativas para sanar este problema. Entretanto, cabe principalmente ao professor, principal agente do processo para o combate da evasão escolar; uma vez que, por ter um contato mais direto e diário com o aluno, poderá diagnosticar as causas, refletir sobre as metodologias utilizadas e iniciar o processo de retomada dos alunos ao ambiente escolar e a sala de aula.

Alternativa C: CORRETA. A Educação de Jovens e Adultos é uma oportunidade concreta para Jovens e Adultos frequentarem a escola, atendendo às especificidades socioculturais que apresentam, recuperando, de acordo com o que está prescrito no Art. 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/1996, o direito que lhes foi negado à escolarização na idade própria, uma educação que lhe foi tolhida no decorrer de sua história de vida, possibilitando-lhes, assim, o acesso aos direitos civis.

Alternativa D: INCORRETA. A Educação de Jovens e Adultos busca ampliar a escolaridade, não apenas para alunos desfavorecidos, mas para todos; possibilitando o acesso a escolarização, ao domínio da leitura e escrita; não apenas para obter ascensão profissional, ou para evitar o desemprego, mas para encarar novos desafios e conquistas, assumindo novos paradigmas e posturas na sociedade, de forma crítica e participativa.

Alternativa E: INCORRETA. A EJA busca atender a jovens e adultos que buscam escolarização, bem como aqueles que não tiveram interrompidos o seu processo de escolarização. O Plano Nacional da Educação (1999), determina que a EJA deve erradicar o analfabetismo presente em nossa sociedade, treinar o imenso contingente de jovens e adultos para o mercado de trabalho e criar oportunidades de educação permanente, considerando as especificidades da realidade social e pedagógica da educação de jovens e adultos.

25. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) Leia o trecho abaixo.

“A instituição da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido considerada como instância em que o Brasil procura saldar uma dívida social que tem para com o cidadão que não estudou na idade própria. Destina-se, portanto, aos que se situam na faixa etá-

ria superior à considerada própria, no nível de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio”.

É incorreto afirmar que os cursos de EJA devem pautar-se pela flexibilidade, tanto de currículo quanto de tempo e espaço, para que seja(m)

- Ⓐ rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os alunos.
- Ⓑ desenvolvida a agregação de competências para o trabalho.
- Ⓒ desenvolvida a educação profissional mesmo sem articulação com a educação básica.
- Ⓓ providos suporte e atenção individual às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem.
- Ⓔ valorizadas a realização de atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras do enriquecimento do estudante.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica no Art. 28, parágrafo 2º, inciso I, que os cursos de EJA, preferencialmente tendo a Educação Profissional articulada com a Educação Básica, devem pautar-se pela flexibilidade, tanto de currículo quanto de tempo e espaço, para que seja rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos.

Alternativa B: INCORRETA. Segundo o Art. 28 das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, a EJA destina-se aos que se situam na faixa etária superior à considerada própria, no nível de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e deve ser de acordo ao parágrafo 2º - inciso IV - desenvolvida a agregação de competências para o trabalho.

Alternativa C: CORRETA. A legislação prevê que a educação profissional deve ser articulada com os níveis da educação básica, na oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, e nos de Educação Profissional Técnica de nível médio. Neste último nível, o artigo 36, parágrafo 2 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

expressa que “o ensino médio, atendida à formação geral do educando, pode preparar o educando para o exercício de profissões técnicas”; promovendo uma “integração”, por meio da qual educação profissional e ensino regular se complementam de forma integrada.

Alternativa D: INCORRETA. A seção I – da Educação de Jovens e Adultos, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, no Art. 28, parágrafo 2º, inciso II, que os providos o suporte e a atenção individuais às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas.

Alternativa E: INCORRETA. As políticas de formação de pessoas adultas deverão ser necessariamente abrangentes, diversificadas e altamente flexíveis. Nesse contexto, as atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras do enriquecimento do estudante, devem ser valorizadas, como prevê o Art. 28 das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, definidas pela Resolução nº 4 de 13 de Julho de 2010.

26. Questão

(SEDUC/AM - FGV - 2014) Relacione os tipos de políticas para a Educação de Jovens e Adultos às respectivas características.

1. Políticas de Educação Crítica
2. Políticas de Educação para a Conformidade
3. Políticas de Educação e Formação para a Competitividade

() Estabelecem patamares mínimos de caráter universal e de conhecimentos de natureza funcional úteis para o desenvolvimento econômico.

() Valorizam a gestão de recursos humanos e a formação de instrumentos de promoção da qualidade do trabalho, de caráter técnico e racional.

() Procuram articular modalidades educativas distintas em programas integrados e inclusivos, aceitando espaços e tempos que estão além da escola e suas regras.

Assinale a opção que mostra a relação correta, de cima para baixo.

- Ⓐ 1 – 2 – 3

- Ⓑ 3 – 2 – 1
- Ⓒ 3 – 1 – 2
- Ⓓ 2 – 3 – 1
- Ⓔ 2 – 1 – 3

Grau de Dificuldade

Assertiva 1: As Políticas Críticas de Educação de Jovens e Adultos, alertam para a necessidade de realizar uma educação de adultos crítica, voltada à transformação social. A educação deve ser segundo Lima (2008), “um instrumento de promoção do capital humano, da qualidade do trabalho, de caráter técnico e racional”.

Assertiva 2: As Políticas de Educação para a Conformidade, de acordo com Lima (2008), “apostam na educação como um direito social e inclusivo”. Envolve a valorização da escola e dos conhecimentos nela privilegiados. São desenvolvidas na organização escolar ou em entidades que são concebidas e trabalham à semelhança da escola, através de programas integrados e inclusivos, acolhendo o trabalho educativo e pedagógico em espaços e tempos que estão além da escola e suas regras.

Assertiva 3: As Políticas de Educação e Formação para a Competitividade têm como prioridades o aumento da empregabilidade, da produtividade, da competitividade, da eficácia, da eficiência e da modernização econômica. Valorizam os recursos humanos, sendo a educação um instrumento de promoção do capital humano, da qualidade do trabalho, de caráter técnico e racional (Lima, 2008).

Resposta: Ⓒ

27. Questão

(DETRAN RO - IDECAN - 2014) À medida que as pessoas amadurecem, sofrem transformações, acumulam experiências de vida que irão fundamentar o substrato de seu aprendizado, direcionam seus interesses para o desenvolvimento das habilidades que utiliza em seu papel social, esperando uma imediata aplicação prática do que aprendem. Dessa forma, pode se considerar a andragogia como uma forma sequencial do modo de aprender do que como uma teoria, segundo Kaufmann (2000), pois ela oferece, quando muito, as diretrizes de aprendizagem para pessoas que tenham tendência à autonomia e à au-

toinstrução. Sobre a andragogia, marque a afirmativa incorreta.

- Ⓐ Os estudantes devem fixar suas necessidades de aprendizagem, ou seja, a responsabilidade principal por seu aprendizado é deles próprios.
- Ⓑ Os estudantes devem ser estimulados a participar na determinação de suas necessidades educativas, o que favorece a automotivação, a autoavaliação e a reflexão.
- Ⓒ Os estudantes devem receber o programa de estudos elaborado por uma equipe técnica eficiente em que devem constar o conteúdo e a metodologia para o processo de aprendizagem.
- Ⓓ Os estudantes devem se sentir calmos do ponto de vista psíquico, seguros para se exprimir sem se expor ao julgamento ácido ou ao ridículo. É necessário um ambiente de aprendizagem eficaz.
- Ⓔ Deve-se incitá-los a identificar os recursos necessários para que atinjam os objetivos de aprendizado. Esse princípio estabelece a ligação entre as necessidades, os recursos e os objetivos finais da aprendizagem.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. De fato, a andragogia fundamenta-se no “aprender fazendo”, o que supõe, ser dos estudantes, a responsabilidade principal por seu aprendizado.

Alternativa B: INCORRETA. Cabe aos educadores e profissionais de educação, estimularem os estudantes a participarem na determinação de suas necessidades educativas, favorecendo desta forma, a automotivação, a autoavaliação e a reflexão.

Alternativa C: CORRETA. É incorreto que os estudantes recebam um programa de estudos prontos contendo conteúdos e metodologia, uma vez que o currículo deve partir das experiências de vida e saberes dos estudantes da EJA.

Alternativa D: INCORRETA. Uma das hipóteses defendidas por Kaufmann (2000), sobre a EJA é que é necessário um ambiente de aprendizagem eficaz, onde os estudantes sentam-se calmos do ponto de vista psíquico e seguros para se exprimir sem se expor ao julgamento ácido ou ao ridículo.

Alternativa E: INCORRETA. De fato, para Kaufmann (2000), a Andragogia deve motivar os estudantes a identificar os recursos necessários para que atin-

jam os objetivos de aprendizado, interfaceando as necessidades, os recursos e os objetivos finais da aprendizagem.

28. Questão

(**PREF. PINHALAO/PR - FAFIPA - 2015**) Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Sobre a EJA, assinale (V) para Verdadeiro e (F) para Falso:

- () A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional.
- () Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.
- () Os exames são realizados no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quatorze anos.
- () Os exames são realizados no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezesseis anos.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) F – V – V – V.
- (B) F – F – F – F.
- (C) V – V – V – V.
- (D) V – V – F – F.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: Por se tratar de uma questão sobre Legislação, as respostas das assertivas contêm trechos literais da Lei.

Assertiva I: VERDADEIRA. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/1996 determinam em seu Art. 37, § 3º (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008), que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento”.

Assertiva II: VERDADEIRA. O Art. 38 da Lei 9394/1996 define que “Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”.

Assertiva III: FALSA. De acordo com o Art. 38, Parágrafo primeiro, inciso I da Lei 9394/1996, os exames serão realizados “no nível de conclusão do Ensino Fundamental, para os maiores de quinze anos”.

Assertiva IV: FALSA. O Parágrafo primeiro, inciso II, Art. 38 da Lei 9394/1996, determina que os exames serão realizados “no nível de conclusão do Ensino Médio, para os maiores de dezoito anos”.

Resposta: (D)

Caro(a) Leitor(a),

Com o objetivo de subsidiar a sua aprendizagem de forma mais significativa, apresentamos nesta seção, uma síntese de alguns pontos relevantes da Educação Técnica Profissional e da Educação de Jovens e Adultos, comentados ao longo do capítulo; contemplando teoricamente, através de uma linguagem clara e objetiva, conteúdos subdivididos por tema. Desejamos a todos, conhecimentos e aprendizagens significativas e exitosas.

Sucesso e bons estudos!

EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

Aspectos Históricos e Legais da Educação Técnica

A formação do trabalhador no Brasil teve início no período colonial. Nesta época, o modelo econômico agrário exportador sustentava a economia, demandando uma mão de obra escrava (constituída por negros e mulatos), subordinada a elite, ao trabalho exaustivo de caráter manual e com uso excessivo da força física. De acordo com Oliveira (2010), mantidos sob a condição de escravos, estas pessoas não teriam “acesso a qualquer educação que permitisse o aprendizado e exercício de outras diferentes atividades ocupacionais; aos homens livres, aqueles pertencentes à classe mais favorecida economicamente, cabia aprender as profissões por meio das Corporações de Ofício”.

As Corporações de Ofício possuíam rigorosas normas de funcionamento que impediam o ingresso de escravos, e o ensino oferecido era centrado exclusivamente nos ofícios que eram exercidos pelos homens livres. O trabalho manual era considerado uma atividade indigna para o homem branco e livre. “Atividades artesanais e manufatureiras, como a carpintaria, a serralheria, a construção, a tecelagem, entre outras, eram repudiadas por se tratarem de ocupações de escravos” (CUNHA 2000, p. 3).

A separação social entre trabalho intelectual e trabalho manual é consequência da produção priva-

da dos meios de produção, estando esta separação na base dos conflitos dos interesses opostos entre classes de homens – Elite Intelectual e Classe Trabalhadora. Desta forma, os primeiros momentos da constituição de uma educação profissional no Brasil foram excludentes e discriminatórios em relação aos ofícios, traduzido pela relação entre atividade escrava e trabalho exercido pelos homens livres.

A formação profissional, no Brasil, sempre foi reservada, desde as suas origens, às classes menos favorecidas, àqueles que necessitavam engajar-se de imediato na força de trabalho, e que tinham pouco acesso à escolarização básica regular (CORDEÃO, 2006, p. 49).

A partir de 1808, com a chegada de D. João VI, o Brasil experimentou um avanço no setor industrial, com a abertura de novas fábricas, o que teve como consequência, o surgimento de um novo cenário para a aprendizagem profissional.

No Período Imperial, o ensino profissional continuou a ser desvalorizado; contudo, foram implementadas diversas iniciativas voltadas para a educação profissional, uma ampliação da capacitação profissional compulsória, de caráter assistencialista e moralizador, voltada para os pobres e desvalidos.

Com a Revolução Industrial em 1930 e a criação do Ministério da Educação e da Saúde, a educação profissional se consolida, por meio da Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que ampliou os espaços de concretização da estrutura do ensino profissional no Brasil. Neste cenário, com a crescente necessidade de produção, a urgência pela mão de obra se intensifica; não havendo, entretanto, uma preocupação com a formação humana do indivíduo, uma vez que o interesse era exclusivamente para a formação técnica. Mais uma vez, se reforça a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual.

A Constituição Brasileira de 1937 foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo no artigo 129 que:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. (Art. 29, Constituição 1937)

Reforma Capanema

No período do Governo Vargas, ocorreu a Reforma Capanema em 1942 que reformulou todo o ensino no país, determinando que: o ensino profissional passasse a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais dependeria de exames de admissão; e os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio:

- 1º Ciclo: compreendendo cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria.
- 2º Ciclo: correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades.

Este modelo – sistema educacional dualista formava por um lado, intelectuais (ensino secundário) e, por outro, trabalhadores (cursos profissionais), estabelecendo-se a denominada dualidade estrutural. Os ramos técnicos não tinham direito de acesso aos cursos superiores (este direito só foi concedido anos depois, mediante a aprovação em Exame de Adaptação, do qual constavam conteúdos do curso secundário).

Também, foi no período de Capanema que foi criado o Sistema S4 composto pelo: Serviço Nacional de Aprendizagem industrial (SENAI, em 1942); o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI), todos criados em 1946. Estas empresas eram subsidiadas e administradas pelo empresariado, que para atender aos seus interesses, formava trabalhadores submissos ao capital.

A dualidade estrutural, a partir das demandas e funções do mundo da produção econômica, legitimou dois caminhos para a educação: um deles era voltado para os que seriam preparados para exer-

cerem função de dirigentes na escola; o outro, para aqueles com poucos anos de escolaridade, os quais seriam preparados para o exercício do trabalho, por meio de cursos específicos de formação profissional, na rede pública ou privada.

Após a Reforma Capanema, a educação básica e a profissional passaram por mudanças: na educação básica, desapareceram os cursos médios de 2º ciclo (atual ensino médio), chamados de cursos colegiais, com duas modalidades: científico e clássico, ambos voltados para preparar cidadãos para ingressarem no ensino superior.

A partir destas mudanças, a educação brasileira regular se estrutura em dois níveis: educação básica e ensino superior. A educação básica era dividida em: curso primário (duração de cinco anos) e curso secundário subdividido em ginásial (duração de quatro anos) e o colegial (duração de três anos).

Quanto a vertente profissionalizante, o ensino secundário era constituído pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico. Todos com o mesmo nível e duração do colegial, mas não habilitavam para o ingresso no ensino superior (Moll, 2010).

Com toda esta diferenciação, surge “pela primeira vez uma tentativa de aproximação entre o ramo secundário propedêutico (colegial nas vertentes científico e clássico) e os cursos profissionalizantes de nível médio, através de exames de adaptação” (MOLL, 2010, p. 65), os quais eram realizados pelos concluintes, que tinham interrompido a sua trajetória escolar e através da aprovação nos exames de adaptação, poderiam continuar os estudos no ensino superior. Posteriormente, em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

Em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases – Lei 4.024, a qual tinha como princípio, promover a igualdade e a identidade entre ensino técnico e o secundário, extinguindo a dualidade estrutural. A equivalência aos demais cursos secundários permitia acesso ao ensino superior. Contudo, esse rompimento é apenas formal, pois “[...] o ensino voltado para os estudos em nível superior, destinado às elites privilegiava os conteúdos exigidos nos processos seletivos à educação superior, ou seja,

as ciências, as letras e as artes. Enquanto isso nos cursos profissionalizantes, esses conteúdos eram reduzidos em favor das necessidades imediatas do mundo do trabalho". (BRASIL, 2007, p.13).

No período de 1964 a 1968 não se constatam reformas na educação profissional. Neste período são fixados vários acordos com agências internacionais que avaliam a educação profissional, no sentido de moldá-la à ideologia dos países hegemonicamente, mantinham a economia mundial e que "investiam" no Brasil.

A Lei 5692/71 e a Educação Técnica Profissional

A prioridade pela qualificação para o trabalho, pela necessidade de formação técnica dos trabalhadores, foi a meta prioritária da segunda Lei de Diretrizes e Bases – Lei 5692 de 1971. A profissionalização no ensino médio torna-se obrigatória, o que de certa forma desvaloriza o ensino profissionalizante, colocando a escola de ensino médio como formadora de mão de obra qualificada. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Sobre a Lei 5692/71, o Conselho Nacional de Educação (CNE, 1999, p. 09) destaca que a rápida implantação da profissionalização do ensino médio desencadeou "uma falsa imagem da formação profissional como solução para os problemas de emprego, possibilitando a criação de muitos cursos, mais por imposição legal e motivação político-eleitoral que por demandas reais da sociedade [...]". Desta forma, a realidade não foi modificada pela lei, ficando as escolas técnicas com o ensino profissionalizante para a classe trabalhadora e as escolas de 2º grau preparando para o vestibular.

A década de 80 e a estrutura do trabalho

O período compreendido entre a década de 70 e o início da década de 80 foi marcado por uma intensa insatisfação de profissionais e de estudantes da educação pública, que frente à longa trajetória de repressão, ensinaram vários protestos contra o descaso do Estado pela educação, contra a privatização das escolas públicas, a falta de qualidade do ensino e a desvalorização dos professores e técnicos da área educacional.

A partir da década de 80, novas formas de organização e de gestão modificaram a estrutura do mundo do trabalho e as empresas passaram a exigir empregados mais qualificados. Novas competências passaram a ser requeridas, como inovação, criatividade, capacidade para o trabalho em equipe e autonomia na tomada de decisões. Tudo isso, mediado pela utilização de novas tecnologias da informação.

Em 1982, foi promulgada a Lei 7044/82, que determinou o fim da obrigatoriedade da profissionalização do ensino, tornando-o facultativo e instituindo a qualificação para o trabalho.

O Art. 1º exprime os objetivos amplos da Educação:

"O ensino de 1º e 2º graus têm por objetivo proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania".

O Art. 4º da Lei 7044/82 determina:

Artigo. 4º - Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos de ensino e às diferenças individuais dos alunos.

§ 1º - A preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, será obrigatória no ensino de 1º e 2º graus e constará dos planos curriculares dos estabelecimentos de ensino.

§ 2º - A preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau, poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino.

É importante sinalizar que essa legislação não afetava o Ensino Técnico na sua estrutura curricular, devendo este continuar a promover formação que contemplasse tanto o núcleo comum quanto às disciplinas específicas, situação que se altera, como já se viu, com a nova legislação.

ANOS 90: Novos tempos, novos rumos para a Educação

No início dos anos 90, houve a reforma da educação profissional, a qual se propôs a retomar o crescimento econômico interrompido na década de 80, pela crise do capitalismo. Diante das exigências socioeconômicas surgidas no contexto da globalização que desencadeou o aparecimento de novos

modelos produtivos relacionados à capacidade de produzir e de competir, como afirma Manfredi (2008, p. 128-129): "Assim é que se propõe modernizar o ensino médio e o ensino profissional no País, de maneira que acompanhem o avanço tecnológico e atendam às demandas do mercado de trabalho, que exige flexibilidade, qualidade e produtividade".

Em 13 de Julho de 1990, foi decretada e sancionada, a Lei 8.069, a qual dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. De acordo com a referida lei, quanto à profissionalização e a formação técnico-profissional, o ECA dispõe:

Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

- I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
- II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
- III - horário especial para o exercício das atividades.

Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

- I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;
- II - perigoso, insalubre ou penoso;
- III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;
- IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

(BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990)

Nesse contexto, anos depois é aprovada a LDB de nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, como referencial para todas as reformas implementadas na educação nos anos seguintes e, especificamente no ensino profissional. Essa lei caracteriza a educação profissional como uma modalidade de

educação e estabelece a relação de complementaridade entre Educação Básica e Educação Profissional. A referida Lei substitui o conceito de "qualificação profissional" por "Educação Profissional".

Em 1997, o Governo de Fernando Henrique Cardoso institui a reforma da Educação Profissional por meio do Decreto Federal 2.208/97, o qual regulamentava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) em seus artigos 39 a 42:

- Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.
- Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.
- Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.
- Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, conhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão dos estudos.
- Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.
- Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além de seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionando a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

A Educação Profissional, de caráter complementar, conduzirá ao permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva e será destinada a alunos e egressos do ensino fundamental, médio e superior, bem como ao trabalhador em geral, jovem e adulto, independentemente da escolaridade alcançada.

O Decreto Federal 2.208/97 e as finalidades, objetivos e níveis da Educação

Quanto às finalidades da Educação Profissional, o Decreto Federal 2.208/97, dispõe que esta modalidade de educação deve:

- Formar técnicos de nível médio e tecnológico de nível superior para os diferentes setores da economia
- Especializar e aperfeiçoar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos
- Qualificar, requalificar e treinar jovens e adultos com qualquer nível de escolaridade, para a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho

Em relação aos objetivos, o referido documento determina que a educação profissional deve:

- I. promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;
- II. proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
- III. especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;
- IV. qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho (BRASIL, 1997).

Quanto aos níveis, o ensino profissional de acordo ao Decreto, previa a possibilidade legal de ser desenvolvido em três níveis:

- Nível básico: livre a todos os trabalhadores, não exigindo qualquer nível de escolaridade e com direito à certificação;
- Nível técnico: a estudantes ou a egressos do ensino médio, com currículo distinto deste, com a flexibilidade de poder ocorrer concomitante ou sequencialmente ao ensino médio, porém a diplomação só se daria com a conclusão deste;

- Nível tecnológico: referente a todo curso superior da área tecnológica, e voltado a quem concluisse o ensino médio e/ou técnico.

Em síntese, o Decreto nº 2.208/1997, teve como principal característica a desvinculação dos ensinos médio e técnico; o que reforçou o dualismo entre a formação geral e a formação profissional; mantendo em sua estrutura a separação entre a formação geral - propedêutica - destinada a preparar para o ingresso no ensino superior, e a formação técnica, dedicada a preparar para o mercado de trabalho de maneira imediata, para atender as demandas da sociedade.

O Decreto Federal nº 5.154/2004 - alguns aspectos

Em 2004 o decreto nº 2.208/97, foi substituído pelo Decreto nº 5.154/2004, o qual determina:

Art. 1º: A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I. formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II. educação profissional técnica de nível médio; e
- III. educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

- I. organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica;
- II. articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Art. 3º Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

- I. os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;
- II. as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e
- III. as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

- I. integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- II. concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:
 - a. na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
 - b. em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
 - c. em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;
- III. subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Em síntese, o decreto nº 5.154/04 dispõe sobre a atribuição de uma identidade que contribua para a formação integral dos educandos, “capaz de superar a dualidade estrutural entre cultura geral e

cultura técnica e/ou formação instrumental – para os pobres e desvalidos da sorte – versus formação acadêmica – para os filhos da elite” (VIAMONTE, 2011, p. 44).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2012) - Considerações

A Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Art. 2º A Educação Profissional e Tecnológica, nos termos da Lei nº 9.394/96 (LDB), alterada pela Lei nº 11.741/2008, abrange os cursos de:

- I. formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II. Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- III. Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação.

Quanto às formas de oferta, as Diretrizes alteram o Art. 4º § 1º do Decreto nº 5.154/2004 e dispõem no Art. 7º que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio:

- I. a forma articulada é desenvolvida nas seguintes formas:
 - INTEGRADA, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica;
 - CONCOMITANTE, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino;
 - CONCOMITANTE NA FORMA, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de

intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado.

II. a subsequente, é desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

E quais seriam os Princípios Norteadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de acordo com as Diretrizes?

- I. relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;
- II. respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
- III. trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
- IV. articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;
- V. indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;
- VI. indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
- VII. interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;
- VIII. contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;
- IX. articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;

- X. reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade;
- XI. reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;
- XII. reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;
- XIII. autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;
- XIV. flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;
- XV. identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;
- XVI. fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;

Currículo e Estrutura Pedagógica

O currículo da educação profissional define para esta modalidade de ensino, a articulação entre a escola e o âmbito do trabalho. Nesta perspectiva, a educação profissional, tem como função qualificar, requalificar e (re)profissionalizar trabalhadores em geral, independentemente da escolaridade que possuem (nível básico) e, ainda, habilitar para o exercício de profissões, seja de nível médio, seja de nível

superior. O mundo do trabalho exige cada vez mais dos trabalhadores “maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, bem como capacidade de visualização e resolução de problemas” (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, DCNETP – 2012).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem estar centradas na oferta de uma Educação Profissional mais ampla e politécnica. As mudanças sociais e a revolução científica e tecnológica, bem como o processo de reorganização do trabalho demandam uma completa revisão dos currículos, tanto da Educação Básica como um todo, quanto, particularmente, da Educação Profissional.

Nesse sentido, o currículo deve possibilitar procedimentos didáticos pedagógicos constituídos de atividades teóricas, demonstrativas e práticas contextualizadas, bem como de projetos voltados para o desenvolvimento da capacidade de solução de problemas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Técnica Profissional de nível médio (2012), a Organização Curricular dos cursos técnicos de nível médio deve considerar:

- I. adequação e coerência do curso com o projeto político-pedagógico e com o regimento da instituição de ensino;
- II. adequação à vocação regional e às tecnologias e avanços dos setores produtivos pertinentes;
- III. definição do perfil profissional de conclusão do curso, projetado na identificação do itinerário formativo planejado pela instituição educacional, com base nos itinerários de profissionalização claramente identificados no mundo do trabalho, indicando as efetivas possibilidades de contínuo e articulado aproveitamento de estudos;
- IV. identificação de conhecimentos, saberes e competências pessoais e profissionais definidoras do perfil profissional de conclusão proposto para o curso;
- V. organização curricular flexível, por disciplinas ou componentes curriculares, projetos, núcleos temáticos ou outros critérios ou formas de organização, desde que compatíveis com os princípios da interdisciplinaridade, da contextuali-

zação e da integração entre teoria e prática, no processo de ensino e aprendizagem;

- VI. definição de critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem;
- VII. identificação das reais condições técnicas, tecnológicas, físicas, financeiras e de pessoal habilitado para implantar o curso proposto;
- VIII. elaboração do plano de curso a ser submetido à aprovação dos órgãos competentes do respectivo sistema de ensino;
- IX. inserção dos dados do plano de curso de EPTNM, aprovado pelo respectivo sistema de ensino, no cadastro do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), mantido pelo MEC, para fins de validade nacional dos certificados e diplomas emitidos;
- X. avaliação da execução do respectivo plano de curso.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Técnica Profissional de nível médio (2012) acrescentam ainda que a melhor maneira para desenvolver os saberes profissionais dos trabalhadores está na sua inserção nas várias dimensões da cultura, da ciência, da tecnologia e do trabalho, bem como de sua contextualização, situando os objetivos de aprendizagem em ambiente real de trabalho. Deverá conduzir à superação da clássica divisão historicamente consagrada pela divisão social do trabalho entre os trabalhadores comprometidos com a ação de executar e aqueles comprometidos com a ação de pensar e dirigir ou planejar e controlar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos à sociedade.

Nesta perspectiva, faz-se necessário o desenvolvimento de metodologias de ensino diferenciadas, garantindo o necessário “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (inciso II do art. 3º da LDB) e que relacionem permanentemente “a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina” (inciso IV do art. 35 da LDB).

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Andragogia e o estudo dos Adultos

Iniciaremos a nossa abordagem sobre a Educação de Jovens e Adultos, conhecendo a ciência que estuda os adultos.

Nesta perspectiva, as nossas reflexões iniciais se voltam para a Andragogia, ciência que estuda as melhores práticas para orientar adultos a aprender. De origem grega, a palavra “andragogia” tem como significado: andros adulto e gogos-educar. Em contraposição à Pedagogia (do grego paidós, criança), que se refere à educação de crianças.

É preciso considerar que a experiência é a fonte mais rica para a aprendizagem de adultos; os quais são motivados a aprender conforme vivenciam necessidades e interesses da sua vida.

De acordo com Martins (2013, p. 145), o modelo andragógico baseia-se nos seguintes princípios:

- Necessidade de saber: adultos carecem saber por que precisam aprender algo e qual o ganho que terão no processo.
- Autoconceito do aprendiz: adultos são responsáveis por suas decisões e por suas vidas, portanto querem ser vistos e tratados, pelos outros, como capazes de se autodirigir.
- Papel das experiências: para o adulto, suas experiências são a base de seu aprendizado. As técnicas que aproveitam essa amplitude de diferenças individuais serão mais eficazes.
- Prontidão para aprender: o adulto fica disposto a aprender quando a ocasião exige algum tipo de aprendizagem relacionado a situações reais de seu dia a dia.
- Orientação para aprendizagem: o adulto aprende melhor quando os conceitos apresentados estão contextualizados para alguma aplicação e utilidade.
- Motivação: adultos são mais motivados a aprender por valores intrínsecos: autoestima, qualidade de vida, desenvolvimento.

Na perspectiva da Andragogia, o educando é o agente de sua aprendizagem, a qual tem foco no que é necessário à sua vivência na sociedade. As atividades devem envolver situações do cotidiano, dando-lhe condições de enfrentar problemas reais.

Considerações sobre a Educação de Jovens e Adultos

Gadotti (2007, p. 30), afirma que os termos “educação de adultos”, “educação popular”, “educação não formal” não são sinônimos. O termo educação de adultos, popularizado, principalmente, por orga-

nizações internacionais como a UNESCO, refere-se a uma área especializada da educação. Já a educação não formal está vinculada às organizações não governamentais, como igrejas, partidos políticos, empresas privadas, que se organizam, via de regra, onde o Estado se omitiu e, muitas vezes, opõem-se à educação de adultos oficial. A educação popular, normalmente, opõe-se à educação de adultos estatal. Tem como base o respeito pelo senso comum dos setores populares em sua prática cotidiana.

A EJA é uma modalidade do ensino fundamental e do ensino médio, que pode ser ofertada em instituições públicas ou privadas, a qual oportuniza aos jovens e adultos iniciar e/ou dar continuidade aos seus estudos.

É necessário considerar o contexto cultural do educando da EJA, assim como a diversidade social, econômica, étnica, regional e os saberes que cada um carrega consigo, construídos em suas relações sociais. De acordo com (GADOTTI; ROMÃO, 2011, p. 121), a EJA não deve ser “uma reposição da escolaridade perdida, como se configuram os cursos de aceleração ou supletivos, mas deve construir uma identidade própria, sem concessões à qualidade de ensino e propiciando uma terminalidade e acesso a certificados equivalentes ao ensino regular”.

As primeiras iniciativas para a Educação de Jovens e Adultos

A história da educação de jovens e adultos no Brasil é muito recente. Embora tivesse início desde o período do Brasil Colônia, de uma forma mais assistemática, as iniciativas governamentais no sentido de oferecer educação para jovens e adultos são recentes.

No Brasil Colônia, a população adulta tinha apenas educação para a doutrinação religiosa; um caráter muito mais religioso que educacional. Os colonos aprendiam a ler e escrever com os jesuítas, para que pudessem os ideais da igreja católica, para ler o catecismo e seguir as ordens da corte; os índios eram catequizados e, mais tarde, os negros escravos. Além do estudo do evangelho, eram ensinadas normas de comportamento e os ofícios necessários à economia colonial aos indígenas e aos escravos.

Após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, ocorreu uma desorganização do ensino, que só voltou a ser ordenado no período do Império; ainda que muito pouco tenha sido feito para a edu-

cação, pois a população com idade superior a cinco anos permanecia analfabeta.

No período da Proclamação da República, a Constituição de 1891 reafirma que a educação básica deveria ser da competência dos estados e municípios, que ofereciam o ensino elementar para a camada mais pobre. A União seria responsável pelo ensino secundário e superior, atendendo a camada da elite. De acordo com Pierro (2000, p.109), “A nova Constituição Republicana estabeleceu também a exclusão dos adultos da participação pelo voto, isto em um momento em que a maioria da população adulta era iletra”.

A partir da década de 30, o sistema público começou a demarcar seu lugar no país, dando espaço para a criação da Educação básica de adultos, ganhando assim seu lugar na história da Educação do Brasil. A Constituição de 1934 sancionou o Plano Nacional de Educação, o qual indicava que a Educação de Adultos era dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos.

A formação da identidade da educação de adultos no Brasil dá-se a partir da década de 1940, especificamente no ano de 1947, com a política de educação para as massas. Esta passava a ser considerada uma condição necessária para que o Brasil se realizasse como um país desenvolvido. Neste período, foi lançada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, cujo objetivo era alfabetizar, em três meses, esta parcela da população excluída da educação regular (PEREIRA apud MACEDO, 2007, p.2).

CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS

Em 1945, com o fim da ditadura de Vargas, o país vivia a efervescência política da redemocratização. A Segunda Guerra Mundial tinha terminado recentemente e a ONU – Organização das Nações Unidas – alertava para a urgência de integrar os povos visando à paz e à democracia. Com isso, a educação dos adultos ganhou destaque dentro da preocupação geral com a educação elementar comum, o que se concretizou em 1947, quando teve início, a política de educação para as massas com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA).

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos tinha como objetivo alfabetizar a grande

parte da população e capacitar profissionais e atuar junto à comunidade. Teve participação tanto na zona rural, que visava fixar o homem no campo, além de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul; quanto na zona urbana, cuja função era de mão-de-obra alfabetizada para atender às necessidades do contexto urbano-industrial.

Vieira (2004, p.19-20) afirma que “apesar de, no fundo, ter o objetivo de aumentar a base eleitoral (o analfabeto não tinha direito ao voto) e elevar a produtividade da população, a CEAA contribuiu para a diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil”.

Nos anos 50 foi criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), a qual buscou alfabetizar crianças, jovens e adultos durante a vigência de dez anos. Entretanto, em 1961 “a CNEA, passou por dificuldades financeiras, diminuindo suas atividades. Em 1963 foi extinta, juntamente com as outras campanhas até então existentes” (VIEIRA, 2004, p.21-22). Neste mesmo ano, Paulo Freire deu início a uma experiência pioneira de ensinar 300 adultos a ler e escrever em 45 dias.

Década de 60: Novos rumos para a EJA

Na década de 60, o analfabetismo era concebido como causa e não efeito da situação econômica, social e cultural do país. Segundo Ribeiro (1997, p. 20), “essa concepção legitimava a visão do adulto analfabeto como incapaz e marginal, identificado psicológica e socialmente com a criança”.

Nesta mesma década, os principais programas de alfabetização e educação popular se inspiraram na proposta de alfabetização de adultos de Paulo Freire, que defendia como aspectos fundamentais para este aprendizado: as experiências do indivíduo, suas opiniões e sua história de vida. Para Freire, “A leitura do mundo precede a leitura da palavra” e nesse sentido é necessário oportunizar o indivíduo a compreender o mundo a sua volta, dominando seu espaço e enxergando-se como o protagonista de sua própria história.

Nos anos 70, ainda sob a ditadura militar, deu-se início ao Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral, um projeto cujo objetivo era acabar com o analfabetismo em apenas dez anos. Alguns anos depois de sua criação, o MOBRL perdeu seu caráter ligado à alfabetização e se mostrou como um poderoso instrumento ideológico, que obedecia aos interesses dos militares. Com isso, o programa

passou por diversas alterações em seus objetivos, ampliando sua área de atuação para compor como a educação comunitária e a educação de crianças. É importante destacar que alguns grupos opostos à ditadura procuraram seguir as propostas mais críticas, baseados no Método Paulo Freire, os quais puderam se ampliar na década de 80, com o início da abertura política.

O Mobral foi extinto em 1985, por ter sido descredenciado nos meios políticos e educacionais (Ribeiro, 1997). Nos últimos anos de vigência, uma CPI foi instalada para apurar denúncias quanto às aplicações dos recursos financeiros e ao falso índice de analfabetismo emitido por conta do programa.

Em substituição ao Mobral, surgiu a Fundação Educar (extinta em 1990), a qual tinha como objetivo “promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não formais, destinados aos que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos prematuramente” (ZUNTI, 2000).

As Diretrizes Curriculares para EJA, em 1990, definiu três funções básicas, para esta modalidade de educação:

FUNÇÕES DA EJA

- Reparadora: restauração de um direito negado. Indispensável para que o aluno tenha acesso à escola de qualidade, buscando as necessidades de aprendizagem, aliado ao direito do reconhecimento de igualdade a qualquer ser humano.
- Equalizadora: relaciona as igualdades de oportunidades e novas inserções no mundo do trabalho. Representa assim, a possibilidade de reentrada no sistema educacional para aqueles que por um motivo ou outro tiveram seus estudos interrompidos.
- Qualificadora: destina-se a resgatar o tempo perdido nos estudos. Tem como objetivo alcançar o caráter incompleto do ser humano e estabelecer seu potencial de desenvolvimento e de adequação em quadros escolares. Educação permanente buscando sanar as dificuldades e adequar-se ao novo quadro social e escolar.

Durante os anos 90, aconteceu a Conferência Internacional de Educação de Adultos V (CONFINTEA), na qual educadores, pesquisadores, instituições governamentais e não governamentais e movimentos sociais se juntam na intenção de discutir, congragar

e propor experiências de EJA, busca mostrar a importância da EJA junto ao Poder Público.

De acordo com o segundo segmento da Proposta Curricular (2003), a Confinteia, indicou como princípios da EJA

- Sua inserção num modelo educacional inovador e de qualidade, orientado para a formação de cidadãos democráticos, sujeitos de sua ação, valendo-se de educadores que tenham formação permanente como respaldo da qualidade de sua atuação.
- Currículo variado, que respeite a diversidade de etnias, de manifestações regionais e da cultura popular, cujo conhecimento seja concebido como uma construção social fundada na interação entre a teoria e a prática e o processo de ensino e aprendizagem como uma relação de ampliação de saberes.
- A educação de jovens e adultos deve abordar conteúdos básicos, disponibilizando os bens socioculturais acumulados pela humanidade.
- As modernas tecnologias de comunicação existentes devem ser colocadas à disposição da melhoria da atuação dos educadores.
- A articulação da educação de jovens e adultos à formação profissional, no atual estágio de desenvolvimento da globalização da economia, marcada por paradigma de organização do trabalho, não pode ser vista de forma instrumental, mas exige um modelo educacional voltado para a formação do cidadão e do ser humano em todas as suas dimensões.
- O respeito aos conhecimentos construídos pelos jovens e adultos em sua vida cotidiana.

Em 1997, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Programa Alfabetização Solidária – PAS, o qual teve como proposta inicial, alfabetizar jovens e adultos nas regiões Norte e Nordeste do país, mas conseguiu abranger as regiões Centro-Oeste e Sudeste, e outros países africanos de língua portuguesa. Os principais objetivos do PAS é a inserção das pessoas não alfabetizadas na Educação de Jovens e Adultos e a continuidade dos estudos.

O avanço das Políticas Públicas para EJA

As políticas de Educação de Jovens e Adultos, tanto de iniciativa de instituições no âmbito do sis-

tema público de ensino quanto às organizadas pelos movimentos sociais trazem, em suas propostas pedagógicas, princípios norteadores fundamentados em uma maneira de pensar a EJA situada no que se constituiu como sendo educação popular, que consiste, segundo Barreiro (2004, p. 28), em uma educação dirigida às populações adultas, pensada como uma educação participante, “instrumento de desenvolvimento da consciência crítica popular, um dos instrumentos de ressignificação da própria realidade social na medida em que se constitui como uma situação organizada do encontro de pessoas que se empenham coletivamente na tarefa de ‘transformar o mundo’”.

A Educação de Jovens e Adultos tem a primeira referência à garantia de ensino público fundamental obrigatório, inclusive “para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”, assegurada na constituição Federal no seu Art. 208 – “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I. ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (...) § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

O acesso ao Ensino Fundamental gratuito é determinado pela Constituição de 1988, em seu art. 208, inciso I, a qual estabelece ser dever do Estado, promover a educação de jovens e adultos. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, a EJA passa a atender aos interesses e às necessidades de indivíduos que já tinham uma determinada experiência de vida e participam do mundo do trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9334/96 propôs, em seu artigo 3º, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a garantia de padrão de qualidade, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

O século XXI avança na Educação de Jovens e Adultos, especialmente a partir da política do governo do então Presidente Lula da Silva. Efetivamente era necessário implantar uma política educacional para que jovens, adultos e idosos tivessem “acesso ao conhecimento atualizado e significativo do conjunto

da sociedade e a valores que permitam construir uma identidade coletiva” (KRAWCZYK, 2000, p. 67).

A Resolução nº 1, de 5 de julho de 2000, do Conselho Nacional de Educação (CNE) – estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e assegura que esta modalidade de ensino deve considerar as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade conforme o Art. 5 das Diretrizes Curriculares Nacionais garantindo:

- I. quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares afim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;
- II. quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;
- III. quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.

De acordo com as Diretrizes, a EJA não se limita à sala de aula, mas desenvolve ações em diversos movimentos sociais, como, por exemplo, nos sindicatos, associações de bairro, comunidades etc., com o intuito de permitir a compreensão da vida moderna e o posicionamento crítico dos educandos frente à sua realidade.

Nesta perspectiva, em 2003, foi lançado o programa Brasil Alfabetizado (PBA), regido pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e pela Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007, foi reorganizado pelo Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007. O programa está voltado à alfabetização de jovens, adultos e idosos, com a proposta de ser uma via de acesso à cidadania e uma possibilidade de elevação da escolaridade. Consolidou-se por meio de parcerias com o Distrito Federal, estados, municípios, instituições de

ensino públicas e privadas (sem fins lucrativos), organizações não governamentais, que desenvolviam e executavam projetos de alfabetização de jovens e adultos, com a responsabilidade pela execução das ações financiadas pelo programa.

A promulgação do Decreto nº 5 840 em 2006, o Governo Federal instituiu, no país, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, no âmbito restrito das instituições federais vinculadas à educação profissional.

A proposta pedagógica de Paulo Freire no Brasil

A proposta pedagógica de Freire baseava-se na realidade do educando, levando em conta suas experiências, suas opiniões e sua história de vida. Educador e educando devem caminhar juntos, interagindo durante todo o processo de alfabetização. Para Freire, a alfabetização deveria conduzir o educando a libertação, o que não se dá apenas no âmbito cognitivo, mas principalmente nos aspectos social, cultural e político.

Freire critica a educação do treino, a educação bancária, em que o educador realizava “depósitos” nas cabeças “vazias” dos educandos e aposta numa educação libertadora, em que o erro não é condenado, pois faz parte do processo de ensino e aprendizagem.

O Método Paulo Freire

Ribeiro (1997) afirma que o Método Paulo Freire previa uma fase de preparação, em que o alfabetizador deveria realizar uma pesquisa sobre a realidade do grupo em que atuaria, além de um levantamento de seu universo vocabular. Desse universo vocabular, o educador selecionaria as palavras com maior densidade de sentido e que expressassem as situações existenciais mais importantes.

ETAPAS DO MÉTODO PAULO FREIRE

- Investigação: professor e aluno buscam juntos, palavras e temas mais significativos da vida do aluno, dentro de seu universo vocabular e da comunidade em que ele vive.
- Tematização: momento da tomada de consciência do mundo, por meio da análise dos significados sociais dos temas e das palavras.

- Problematização: o professor desafia e inspira o aluno a superar a visão mágica e a crítica do mundo, para uma postura conscientizada.

O Método Freireano deveria possibilitar ao educando sentir que faz parte da história que está sendo construída. No momento em que o professor dialogasse com seus alunos, ele estaria conhecendo a realidade de cada um e falando um pouco da sua vida. O método deveria partir de palavras geradoras (do contexto do educando), o que facilitaria a leitura ensinada.

As palavras geradoras, propostas pelo educador pernambucano, significam uma forma para que os alunos compreendam com mais facilidade a leitura ensinada. A palavra é apresentada junto à imagem que está relacionada ao seu significado. A cada imagem criava-se um diálogo em torno de um tema e a partir daí a palavra escrita era estudada por partes: suas sílabas. Para a aplicação de seu método, Freire propõe cinco fases:

FASES DO MÉTODO PAULO FREIRE	
1ª FASE	Levantamento do universo vocabular do grupo. Nessa fase, ocorrem as interações de aproximação e conhecimento mútuo, bem como a anotação das palavras da linguagem dos membros do grupo, respeitando seu linguajar típico.
2ª FASE	Escolha das palavras selecionadas, seguindo os critérios de riqueza fonética, dificuldades fonéticas - numa sequência gradativa das mais simples para as mais complexas, do comprometimento pragmático da palavra na realidade social, cultural, política do grupo e/ou sua comunidade.
3ª FASE	Criação de situações existenciais características do grupo. Trata-se de situações inseridas na realidade local, que devem ser discutidas com o intuito de abrir perspectivas para a análise crítica consciente de problemas locais, regionais e nacionais.
4ª FASE	Criação das fichas-roteiro que norteiam os debates, as quais deverão servir como subsídios, sem, no entanto, seguir uma prescrição rígida.

Fonte: Educação como prática de Liberdade – Paulo Freire, 2010.

O Método nega a repetição alienada e alienante de frases, palavras e sílabas, ao propor aos alfabetizando "ler o mundo" e "ler a palavra", leituras, aliás, como enfatiza Freire, indissociáveis, por isso, opõe-se à metodologia utilizada nas cartilhas.

O trabalho de Paulo Freire é mais do que um método que alfabetiza, é uma ampla e profunda compreensão da educação que tem como cerne de suas preocupações a sua natureza política. Vale a pena você conhecer as obras desse importante educador.

A proposta deste Resumo foi possibilitar a você, leitor, uma síntese dos conteúdos que subsidiam as questões. Indicamos que as bibliografias citadas ao longo do capítulo sejam consultadas, a fim de um maior aprofundamento nos temas abordados.

REFERÊNCIAS

1. BARREIRO, Julio. Educação Popular e Conscientização. Porto Alegre: Sulina, 2004.
2. BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2006. V.3.
3. _____. CNE/CEB. Parecer 16/99, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Institui as Diretrizes curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer1699.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.
4. _____. MEC/CNE. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 20 ago. 2016.
5. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_documento_base.pdf>. Acesso em 20 ago. 2016.
6. _____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.
7. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série. Secretaria de Educação Fundamental, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja>>.
8. _____. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>.
9. CORDÃO, Francisco Aparecido. Educação Profissional: Cidadania e Trabalho. Entrevista concedida a Carlos Roberto Jamil Cury. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 46 a 55, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/viewFile/326/309>.
10. CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata. São Paulo: UNESP, 2000.
11. FERRETTI, Celso João. Mudanças em Sistemas Estaduais de Ensino em Face das Reformas no Ensino Médio e no Ensino Técnico. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 70, Abril/00.
12. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido – Paz e Terra, Rio, 2012.
13. _____. Educação como Prática da Liberdade – Paz e Terra, Rio 2010.
14. GADOTTI, Moacir. Educar para um outro mundo possível. São Paulo, Publisher Brasil, 2007
15. GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (Orgs). Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2011.
16. KRAWCZYK, Nora Rut.. A construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina. IN: KRAWCZYK. Nora Rut; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (orgs). O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI:

reformas em debate. Campinas/SP: Autores associados, 2000. (Coleção Educação Contemporânea).

17. MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.
18. MARTINS, Rose Mary Kern. Pedagogia e Andragogia na construção da educação de jovens e adultos. Revista Educação Popular, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 143-153, jan./jun. 2013.
19. MOLL, Jaqueline et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.
20. OLIVEIRA, Aurelice Ruiz de. Educação Profissional no Brasil: Aspectos históricos, políticos e teórico-metodológico. Caderno Temático. Universidade Estadual de Maringá. Paraná, 2010.
21. PIERRO, Maria Clara Di (org.); HADDAD, Sérgio. Escolarização de Jovens e Adultos. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 14, pp.108-130, Mai/ Jun/ Jul/ Ago. 2000.
22. RIBEIRO, Vera Masagão. Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. São Paulo: Ação Educativa, Brasília: MEC, 1997
23. VIAMONTE, Perola Fatima Valente Simpson. Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 28-57, jan./jun. 2011.
24. VIEIRA, Maria Clarisse. Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: Aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
25. ZUNTI, Maria Lúcia Grossi Corrêa. A Educação de Jovens e Adultos promovida pelo MOBRAL e a Fundação Educar no Espírito Santo, de 1970 a 1990: uma análise dos caminhos percorridos entre o legal e o real. Vitória, 2000.
- I. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.
- II. _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- III. _____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional. D.O.U., Brasília, 21 set. 2012, Seção 1, p. 22. Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014113112619550rceb006_12-1.pdf>
- IV. _____. Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.legislação.planalto.gov.br>>. Acesso em: 21 mai. 2016.
- VI. _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.
- VII. RIBEIRO, Maria Luiza. História da Educação Brasileira. A Organização Escolar. Campinas, Autores Associados, 2003.
- VIII. BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de Julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm
- IX. _____. Resolução CNE/CEB Nº 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf>
- X. SAVIANI, Dermeval. Histórias das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas; Autores Associados, 2012.
- XI. PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo, Autores Associados. Cortez, 2002.
- XII. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 3ª ed. São Paulo: Vozes, 2006.
- XIII. NÓVOA, António. A formação tem que passar por aqui: As histórias de vida no projeto Prosalus. In António Nóvoa & Matthias Finger (Orgs.), O método (auto)biográfico e a formação. Lisboa: Ministério da Saúde, 2000, (pp. 109-130).
- XIV. _____. (pp. 109-130).

- XV. MOREIRA, Gislene Pinto. A afetividade como fator preponderante na educação do adulto universitário. I Congresso Interdisciplinar de Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão – Anais. Belo Horizonte, 2016.
- XVI. GOODMAN, Kenneth S. O processo de leitura: considerações a respeito das línguas e do desenvolvimento. In: FERREIRO, Emília; PALACIO, M. E. Os processos de leitura e escrita: novas Perspectivas. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. p.11-22.
- XVII. FERREIRA, Sandra P. Ataíde; DIAS, Maria da Graça B. Borges. A leitura, a produção de sentidos e o processo inferencial. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9, n. 3, p. 439-448, set./dez. 2004.
- XVIII. BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, 2013.
- XIX. LIMA, Licínio C. A educação de adultos em Portugal (1974-2004). In: CANÁRIO, R.; CABRITO, B. (Org.). Educação e formação de adultos: mudanças e convergências. Lisboa: EDUCA-FORMAÇÃO, 2008.
- XX. KAUFMANN, D., Le nouveau Paradigme dans l'enseignement medical: Comment la théorie peut exercer une influence sur la pratique. Conférences Inaugurales.Université Dalhousie. Halifax. Canadá. 2000. Disponível em <www.cid-med.u-bordeaux2.fr/wnantes/text2.htm>

Carla Verônica Albuquerque

01. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013) O Projeto Pedagógico, segundo a Lei de Diretrizes e Bases, deve ser definido, com autonomia:

- Ⓐ Pelas Secretarias de Educação para os estabelecimentos de ensino do país.
- Ⓑ Pelos estabelecimentos de ensino, independentemente das regras dos sistemas de ensino.
- Ⓒ Pelos estabelecimentos de ensino, de acordo com as regras dos sistemas de ensino.
- Ⓓ Pelos Conselhos Estaduais de Educação para os estabelecimentos oficiais.
- Ⓔ Pelo Conselho Nacional de Educação para escolas públicas e particulares.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A escola, a comunidade e o governo são as instituições que influem na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP). Entretanto, é a escola que tem autonomia para elaborar seu projeto político pedagógico, devendo a Secretaria de Educação e respectivos Conselhos (municipal ou estadual) assessorarem na elaboração.

Alternativa B: INCORRETA. O Projeto Político Pedagógico é definido pelas Instituições de Ensino e “precisa ser conhecido, discutido e reformulado sempre em concordância com as políticas públicas educacionais vigentes” (PICOLI; CARVALHO, 2007, p. 4) . Ou

seja, o PPP deve ser elaborado coletivamente pela escola, atentando para as regras dos sistemas de ensino.

Alternativa C: CORRETA. A definição e elaboração do Projeto Político Pedagógico é de competência da instituição que, segundo a LDB – Lei nº 9.394/96 , inciso I, deve “elaborar e executar sua proposta pedagógica”, baseando-se na realidade em que está inserida. É uma construção coletiva a qual busca solucionar problemas e transformar a prática pedagógica, possibilitando ressignificar a ação de todos os envolvidos na escola.

Alternativa D: INCORRETA. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (MEC, 2013) , no Art. 20, determinam que as escolas deverão formular o Projeto Político Pedagógico e elaborar o regimento escolar, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.

Alternativa E: INCORRETA. A autonomia para a definição do projeto Político Pedagógico deve ser da competência das escolas, públicas e/ou particulares. Uma das metas do PPP é construir uma escola democrática, capaz de contemplar vontades da comunidade na qual ele surge tanto na sua elaboração quanto na sua operacionalização.

02. Questão

(CEFET/RJ - CESGRANRIO - 2014) Mudanças econômicas, políticas e comunicacionais têm ocorrido em todo o mundo nas últimas décadas, transformando insti-

tuições e profissões, dentre elas a escola e o magistério. Respondendo ao novo cenário das sociedades contemporâneas, o trabalho dos professores deve ser realizado, levando em conta ações importantes para o desenvolvimento do ensino sob novos paradigmas educacionais, dentre as quais:

- Ⓐ Empregar materiais e recursos didáticos construídos a partir de experiência docente anterior.
- Ⓑ Realizar projetos e propostas de ensino que privilegiem a interdisciplinaridade.
- Ⓒ Desconsiderar as particularidades dos objetos de estudo das disciplinas escolares.
- Ⓓ Estabelecer metodologia única de avaliação que possibilite a apreensão do grau de aprendizagem dos alunos.
- Ⓔ Promover projetos didáticos que enfatizem o respeito às fronteiras das disciplinas escolares.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O trabalho do professor na contemporaneidade está voltado para várias ações pedagógicas que vão para além do emprego de materiais e recursos didáticos. A experiência docente anterior agrega as novas experiências conhecimentos e conteúdos que vão sendo ampliados e ressignificados com novas experiências, considerando o contexto do ambiente educativo (alunos, comunidade).

Alternativa B: CORRETA. As propostas de ensino e especialmente os projetos de trabalho tem como premissa básica ressignificar o conhecimento, a aprendizagem e, portanto, o espaço escolar. Nessa perspectiva, possibilitam a realização de trabalhos coletivos, envolvendo professores, alunos, escola e comunidade, em busca de conhecer, intervir e refletir sobre a realidade; dando ênfase à interdisciplinaridade a qual possibilita o diálogo entre as diferentes áreas, a interação entre o conhecimento e a realidade.

Alternativa C: INCORRETA. Os novos paradigmas educacionais propõem um currículo integrado a partir de ações e experiências interdisciplinares que devem considerar, quanto às disciplinas: as finalidades a que se destinam; os objetos de estudo; as modalidades de aplicação; o sistema de referência e as consequências que produzem, ressaltando distinções importantes.

Alternativa D: INCORRETA. Avaliar é um processo que deve atender às individualizações da aprendizagem, proporcionando a reflexão transformada em ação. Ação essa que deve estimular novas ideias, proporcionando ao educador inovações permanentes sobre a realidade, utilizando metodologias diversas, acompanhando o passo a passo do educando, na sua trajetória de construção de conhecimento.

Alternativa E: INCORRETA. Os projetos didáticos possibilitam trabalhar com diferentes áreas do conhecimento, possibilitando que as disciplinas escolares dialoguem de forma contextualizada, respeitando a singularidade de cada, não de maneira enfática, mas numa organização pedagógica flexível e que esteja aberta ao novo.

03. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

Ninguém é igual a ninguém. A partir do pensamento de que a natureza humana não é dada ao homem, não é natural, mas sim, é produzida historicamente em um movimento dialético, em que o homem constrói a sociedade e essa o constrói reciprocamente, o trabalho educativo é:

- Ⓐ Um ato intencional de homogeneização das crianças e jovens na luta pelo igualitarismo social. As escolas devem se organizar a partir das idades dos alunos, esperar que todos se desenvolvam e aprendam ao mesmo tempo e da mesma forma prevista, atingindo às expectativas de aprendizagens.
- Ⓑ Um ato de construção de um sujeito coletivo. Ocorre a partir da negação das subjetividades e do estabelecimento de normas e padrões de desenvolvimento cognitivo para cada faixa etária.
- Ⓒ Um ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.
- Ⓓ Uma modalidade de treinamento. Envolve a transmissão de conhecimentos, a formação de hábitos e atitudes necessárias à vida em sociedade e ao desenvolvimento de habilidades.
- Ⓔ Formação de hábitos. Envolve conhecimentos, atitudes e habilidades em função de objetivos pré-estabelecidos. Tem por finalidade modificar o com-

portamento do aluno visando uma padronização que possibilita melhor desempenho.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A educação é uma relação de influências entre pessoas, voltada para fins desejáveis no processo de formação; e, nesse sentido, o trabalho educativo é uma prática social, bem como uma atividade humana intencional, a qual deve valorizar a diversidade, não buscando a homogeneidade, mas respeitando a singularidade de cada indivíduo.

Alternativa B: INCORRETA. A subjetividade é constituída no relacionamento com outro sujeito, que possui sua história, sonhos e desejos, ou seja, sua singularidade. E o sujeito social é gerado na relação com a sociedade e é receptor das informações que necessita. A educação está relacionada com a elaboração da subjetividade, que se fundamenta em alguns princípios como o sujeito que gera suas possibilidades e sua interação com o mundo, reconhecer suas qualidades pessoais, viver e experimentar suas atitudes

Alternativa C: CORRETA. De acordo com Saviani (2009, p. 13), a essência do trabalho educativo consiste no “[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Tal concepção considera a seleção dos conteúdos humano-genéricos necessários à formação e ao desenvolvimento do educando no contexto da prática social, assim como o problema das formas, dos métodos e processos que tornarão possíveis a transmissão e a assimilação.

Alternativa D: INCORRETA. O ato educativo envolve a transmissão e construção de conhecimentos, a formação de hábitos e atitudes necessárias à vida em sociedade e ao desenvolvimento de habilidades, o que se constitui como um processo de formação do sujeito e não de treinamento.

Alternativa E: INCORRETA. O trabalho educativo é uma atividade mediadora entre o indivíduo e a cultura humana. Envolve conhecimentos, atitudes e habilidades em função de objetivos pré-estabelecidos. Tem como finalidade a formação do sujeito, por meio de conhecimentos, atitudes e valores, de modo a contribuir para a prática social dos educandos, não padronizando-os, mas respeitando a diversidade.

04. Questão

(IFMNG - FUNDEP - 2014) Uma das finalidades da educação do futuro é “[...] ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade” (MORIN, 2011, p. 93). De acordo com as reflexões sobre a compreensão realizadas por Morin (2011), é **incorreto** afirmar que:

- Ⓐ A comunicação garante a compreensão.
- Ⓑ Existem duas formas de compreensão: a compreensão intelectual ou objetiva e a compreensão humana intersubjetiva.
- Ⓒ A incompreensão de si é fonte muito significativa da incompreensão de outro.
- Ⓓ A ética da compreensão pode ser entendida como a arte de viver que nos solicita, primeiramente, compreender de modo desinteressado.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Para Morin, se a informação for transmitida e compreendida, apresenta inteligibilidade, condição primeira necessária, mas não suficiente, para a compreensão, uma vez que a comunicação não garante a compreensão.

Alternativa B: INCORRETA. De acordo com Morin (2011), as duas formas de compreensão são: a compreensão intelectual e objetiva e a compreensão humana intersubjetiva. Compreender significa intelectualmente aprender em conjunto, “com-prehender”, abraçar junto (o texto e seu contexto, as partes e o todo, o múltiplo e o uno).

Alternativa C: INCORRETA. A incompreensão, segundo Morin (2011), propicia a degradação das relações, pois “mascaramos as próprias carências e fraquezas, o que nos torna implacáveis com as carências e fraquezas dos outros” (p. 98).

Alternativa D: INCORRETA. Morin (2011) acredita que a ética da compreensão é a arte de viver que nos demanda, em primeiro lugar, compreender de modo desinteressado. Demanda grande esforço, pois não pode esperar nenhuma reciprocidade. A ética da compreensão pede que se compreenda a incompreensão. Para o autor, “se soubermos compreender antes de condenar, estaremos no caminho da humanização das relações humanas.

05. Questão

(IFMNG - FUNDEP - 2014) Três tendências filosófico-políticas interpretam o papel da educação na sociedade: educação como redenção, educação como reprodução e educação como um meio de transformação da sociedade. Elas são expressas pelas pedagogias liberais e pelas pedagogias progressistas (LUCKESI, 1994).

Numere a COLUNA II de acordo com a COLUNA I fazendo a relação das tendências pedagógicas liberal e progressista e suas respectivas características.

COLUNA I	COLUNA II
1. Pedagogia liberal	() Manifesta-se por meio de três tendências: libertadora, libertária e a crítico-social dos conteúdos. () É uma manifestação própria da sociedade de classes.
2. Pedagogia progressista	() Defende a ideia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais segundo as aptidões individuais. () Como pedagogia libertadora, indaga concretamente a realidade das relações do homem com a natureza e com os outros homens, pretendendo uma transformação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- (A) 2, 1, 1, 2.
- (B) 1, 2, 2, 1.
- (C) 1, 2, 1, 2.
- (D) 2, 2, 1, 1.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: A Pedagogia Liberal surgiu por volta dos anos 1920 e 1930 para justificar o sistema capitalista e cumprir o papel de reproduzir a sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista. Assim, pressupõe a adaptação dos indivíduos aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual. Apesar de difundir a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições, assim

como o termo “liberal” não tem o sentido de “avançado”, “democrático”, como se costuma utilizar. Enfim, a Pedagogia Liberal prega que a escola tem a função de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais para adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual.

Assertiva II: A Pedagogia Progressista surge na década de 1960, a partir das inquietações de educadores preocupados com o rumo da educação, sendo essa tendência considerada no Brasil como um paradigma educacional que propõe a transformação social por meio da educação. Segundo Libâneo (2006, p. 32), o termo “progressista” é usado para designar as tendências pedagógicas que partem de uma análise crítica das realidades sociais e sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação. Para esse autor, a pedagogia progressista se manifestou por meio de três tendências: libertadora (cujo precursor foi Paulo Freire), libertária (defende a autogestão) e crítico social dos conteúdos (prima pelos conteúdos, confrontando-os com a realidade social). Essas tendências surgem da mobilização dos educadores em busca de uma educação crítica a serviço das transformações sociais, econômicas e políticas.

Resposta: (A)

06. Questão

(INSS - FUNRIO - 2014) Para a educação, faz-se necessário o debate em torno dos projetos de sociedade que tecem a atual realidade, porque:

- (A) A escola, no Brasil, é um projeto resolvido pela modernidade.
- (B) A educação é uma prática social e, portanto, política.
- (C) O papel da educação escolar é redefinir os papéis dos diferentes grupos sociais.
- (D) A política partidária deve orientar os projetos educacionais.
- (E) A função da escola é formar produtores e consumidores conscientes de seus papéis.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A modernidade constituiu-se como um período que trouxe um novo paradigma

para a educação. No campo educacional brasileiro, sua influência foi profunda, determinando “não só o nascimento da escola pública, mas esquadrihando novos parâmetros de tempo e de espaços escolares, revestidos de um rígido sistema hierárquico e extremamente vigilante” (Siqueira, 1999). A modernidade não resolveu o problema da escola brasileira, uma vez que ela se centrava num modelo altamente tradicional, onde o aluno reproduzia o conhecimento, do qual o professor era o detentor.

Alternativa B: CORRETA. A educação é uma prática social que ocorre em todas as instâncias da sociedade humana, portanto, constitutiva e constituinte das relações sociais. Por se concretizar através da relação pedagógica entre os sujeitos que a realizam, o comprometimento político lhe é próprio, é inerente. Nesse sentido, a atividade educacional, que se concretiza através das relações pedagógicas é, portanto, uma prática social com características históricas, implicações teóricas e compromissos políticos. Segundo Saviani, “[...] a importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento. É realizando-se na especificidade que lhe é própria que a educação cumpre sua função política” (2009, p. 88).

Alternativa C: INCORRETA. A educação é compreendida como instrumento a serviço da democratização, contribuindo por meio das vivências comunitárias dos grupos sociais, no diálogo, para formar pessoas participantes. Cabe considerar a escola como uma das instituições capazes de promover educação, assim como reconhecer suas relações com os aspectos sociais e o grande poder que exerce na formação do sujeito, uma vez que pode contribuir para uma lógica de subserviência ou transformação.

Alternativa D: INCORRETA. A atuação político-partidária depende e contribui, em grande medida, para a sustentação de determinadas relações de hegemonia. A história tem nos revelado que partido político nada entende de educação, que cada ideologia político-partidária cria sua pedagogia ou copia algum modismo visando seus próprios interesses e não os da sociedade.

Alternativa E: INCORRETA. A educação deve possibilitar ao indivíduo o desenvolvimento de suas potencialidades, sua formação e sua consequente participação em sociedade. Nesse sentido, a escola deve desenvolver um processo interativo, onde todos tenham a possibilidade de falar, apresentar hipóte-

ses, estando incluídos em um processo dinâmico de construção de conhecimentos, junto ao professor, enquanto mediador. A escola, então, passa a funcionar como um lugar de troca, onde alunos e profissionais podem aprender através das interações com o conhecimento.

07. Questão

(NUCLEP - BIORIO - 2014) A prática educativa emancipatória requer do educador uma tomada de posição pela missão histórica consciente e consequente da humanidade de destruir as relações de classe que sustentam a alienação e privam o homem de seu desenvolvimento humano. Avalie se a prática educativa deve ser:

- I. Descompromissada do querer fazer.
- II. Ético-política.
- III. Profissional.
- IV. Um comprometimento com o dever e o poder.

Estão corretas apenas:

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, III e IV.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: INCORRETA. A condição emancipatória fundamenta-se numa prática comprometida com as demandas das realidades sociais e com a “qualidade social da educação”. A prática educativa emancipatória é “afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança” (FREIRE, 2011, p. 143).

Assertiva II: CORRETA. O aspecto ético-político da prática educativa emancipatória implica na rejeição da discriminação e na reflexão crítica sobre a prática, garantindo o rigor metodológico, a pesquisa, a competência, a criticidade, a ética nas relações, o respeito aos saberes dos educandos e o comprometimento político.

Assertiva III: CORRETA. A busca pelo aperfeiçoamento da prática educativa é essencial para a conquista do aprimoramento profissional e, nesse sentido, o

educador, o professor utiliza-se da pesquisa e assim faz as mudanças necessárias à prática educacional. Avaliando-se, ele beneficiará a si e aos alunos e proporcionará mais qualidade à sua prática pedagógica.

Assertiva IV: CORRETA. Freire (2011) ressalta que a prática educativa deve ser realizada com alegria, esperança, convicção de que a mudança é possível, curiosidade, poder de transformação da realidade, comprometimento, tomada de decisões e disponibilidade ao diálogo.

Resposta: ©

08. Questão

(SEDUC/AM - FGV - 2014) Relacione os tipos de conhecimento às respectivas características.

1. Conhecimento declarativo
2. Conhecimento procedimental
3. Conhecimento condicional

A () De caráter prático, é aquele que orienta a ação do indivíduo no seu meio.

B () De caráter teórico, é aquele que permite a compreensão e a explicação dos fatos.

C () De caráter validativo, é aquele que possibilita a melhor forma para resolver um problema.

Assinale a opção que mostra a relação correta, de cima para baixo.

- Ⓐ 1 – 2 – 3.
- Ⓑ 1 – 3 – 2.
- Ⓒ 3 – 1 – 2.
- Ⓓ 2 – 1 – 3.
- Ⓔ 2 – 3 – 1.

Grau de Dificuldade

Assertiva A: conhecimento procedimental. De acordo com Campos (2009), o conhecimento declarativo é de caráter teórico, dizer o que são as coisas, o mundo... No sentido amplo, são os saberes que permitem a compreensão e a explicação dos fatos.

Assertiva B: conhecimento declarativo. O conhecimento procedimental, para Campos (2009), corresponde à descrição de um procedimento, ou seja, diz como fazer, orientando a ação do indivíduo no seu

meio. Especificamente, pode ser relacionado propriamente como um saber fazer, o conhecimento prático.

Assertiva C: conhecimento condicional. Na visão de Campos (2009), o conhecimento condicional é o que valida o conhecimento procedimental. Refere-se à contextualização da ação, possibilitando aos sujeitos a melhor forma para resolver um determinado problema.

Resposta: Ⓓ

09. Questão

(UFCA/CE - CCV UFC - 2014) De forma geral, entende-se a educação como um complexo que se concretiza no conjunto das relações que os homens/mulheres estabelecem entre si ao longo da história e que, portanto, cada período histórico pode apresentar à educação distintos aspectos que a direcionam. Com base nessa assertiva, é correto afirmar que:

Ⓐ A formação para a cidadania, enquanto finalidade da educação, fica restrita ao ensino fundamental.

Ⓑ Inexiste, na educação contemporânea qualquer vinculação entre ensino escolar e o mundo do trabalho.

Ⓒ O pleno desenvolvimento do educando e sua qualificação para o trabalho são finalidades da educação brasileira.

Ⓓ A escola tornou-se tão central na sociedade contemporânea a ponto de a formação do indivíduo ser objeto exclusivo de sua competência.

Ⓔ A educação básica pública, no Brasil, não é obrigatória, especialmente pelo fato de o Estado brasileiro ter assumido os princípios do que se convencionou chamar “neoliberalismo”.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A formação para a cidadania é uma das finalidades da educação em toda a educação básica e não apenas no seguimento do ensino fundamental. O Art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9394/96 determina que “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar – lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores”.

Alternativa B: INCORRETA. As transformações econômicas, políticas, sociais e culturais da sociedade contemporânea exigiram da escola um perfil para atender essas demandas. E, nesse sentido, a sociedade exige um novo tipo de trabalhador: mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda às demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso, ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais.

Alternativa C: CORRETA. Os atuais princípios e fins da educação brasileira estão definidos no Título II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, nos artigos 2º e 3º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96. O artigo 2º afirma que “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Alternativa D: INCORRETA. São muitos os compromissos inerentes à escola no ato de educar, até porque trata-se de uma instituição cujo objetivo maior é a educação. Entretanto, a formação do indivíduo não é somente da competência da instituição escolar, uma vez que a responsabilidade de educar não é apenas da escola, é de toda a sociedade, a começar pela família.

Alternativa E: INCORRETA. A Constituição Federal, no seu Art. 205, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 9.394/96, no Art. 2º, dispõem que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O Art. 4º, inciso I da LDB, enfatiza ainda que a educação básica deve ser obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade.

10. Questão

(UFCA/CE - CCV UFC - 2014) Ao longo de sua história, a educação escolar brasileira vivenciou distintas tendências pedagógicas que, em linhas gerais, vincula-

ram-se às necessidades do período político e social atravessado pelo país. Nesse sentido, o regime militar, instaurado no Brasil na segunda metade do século XX e que perdurou por cerca de duas décadas, foi responsável pela incorporação, na organização do ensino brasileiro, de um conjunto de ideias pedagógicas conhecidas como:

- Ⓐ Pedagogia libertadora, baseada no ideário da formação para a cidadania e nacionalidade brasileiras.
- Ⓑ Pedagogia social, inspirada no pressuposto da operacionalização e da pós-modernidade científica.
- Ⓒ Pedagogia nova, baseada nos princípios da emancipação humana e no pressuposto da neutralidade científica e do desenvolvimentismo.
- Ⓓ Pedagogia tecnicista, baseada no pressuposto da neutralidade científica e nos princípios de racionalidade; eficiência e produtividade.
- Ⓔ Pedagogia da alternância, que tinha como princípio a vinculação entre o tempo escola período de estudo teórico) e o tempo empresa (período de prática).

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A pedagogia libertadora põe no centro do trabalho educativo temas e problemas políticos e sociais, entendendo que o papel da educação é, fundamentalmente, abrir caminho para a libertação dos oprimidos. Sua principal função é elevar o nível de consciência do educando a respeito da realidade que o cerca, a fim de torná-lo capaz para atuar no sentido de buscar sua emancipação econômica, política, social e cultural.

Alternativa B: INCORRETA. Historicamente, a Pedagogia Social baseia-se na crença de que é possível decisivamente influenciar circunstâncias sociais por meio da educação, com esforços em confrontar pedagogicamente aflições sociais na teoria e na prática. A Pedagogia Social, segundo Caliman (2009, p. 889), constitui-se como uma ciência orientada para indivíduos e grupos; numa relação de cuidado e ajuda; como promotora nas pessoas da capacidade de administrar seus riscos e emancipar sujeitos historicamente oprimidos; através de programas e instituições socioeducativas.

Alternativa C: INCORRETA. De acordo com Aranha (2006), a Escola Nova surge no final do século XIX justamente para propor novos caminhos à educa-

ção. Representa o esforço de superação da pedagogia da essência pela pedagogia da existência. Não se trata mais de submeter o homem a valores e dogmas tradicionais e eternos nem de educá-lo para a realização de sua “essência verdadeira”. A pedagogia da existência “volta-se para a problemática do indivíduo único, diferenciado, que vive e interage em um mundo dinâmico”.

Alternativa D: CORRETA. De acordo com Saviani (2009, p. 11), a pedagogia tecnicista, baseava-se “a partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional”.

Alternativa E: INCORRETA. A pedagogia de alternância é uma alternativa entre tantas outras que surgiu para a educação no campo, mais especificamente em Centros de Formação por Alternância (casas familiares rurais), com o objetivo de promover uma educação, formação e profissionalização eficaz e concreta mais apropriada à realidade do campo, isto é, o agronegócio. A pedagogia praticada baseia-se na alternância, o que significa: “Alternância de tempo e de local de formação, ou seja, de períodos em situação sócio profissional e em situação escolar” (GIMONET, 1999, p. 44).

11. Questão

(PREF. MANDAGUARI/PR - FAUEL - 2015) A “Escola Nova” foi um movimento que teve seu princípio no Brasil na década de 1920. Seu maior precursor foi Anísio Teixeira, portanto, sobre esse movimento, podemos afirmar que:

- Ⓐ Foi um movimento embasado nas ideias de John Dewey, tendo em vista a educação como instrumento de democracia, a difusão das ciências e o pensamento crítico, centrado no aluno.
- Ⓑ Na realidade, o enunciado está incorreto, pois o precursor da “Escola Nova” no Brasil foi Darcy Ribeiro e não Anísio Teixeira, como apresenta o enunciado.
- Ⓒ Foi totalmente contra o construtivismo, pois Emília Ferreiro não apresentou nenhuma preocupação com o estudo dos adultos, somente das crianças.
- Ⓓ Esse movimento foi um marco na Europa, mas nunca se manifestou no Brasil.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Anísio Teixeira trouxe para o Brasil as ideias do pedagogo e filósofo americano John Dewey e as introduziu em nossa educação. Entre essas ideias, as duas principais eram a defesa da escola pública e gratuita e a necessidade da implantação de experiências práticas nas salas de aula.

Alternativa B: INCORRETA. O principal idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira no século XX, foi Anísio Teixeira, pioneiro na implantação de escolas públicas de todos os níveis, que refletiam seu objetivo de oferecer educação gratuita para todos.

Alternativa C: INCORRETA. A Escola Nova não foi de encontro ao construtivismo. Entretanto, para Emília Ferreiro, “de todos os grupos populacionais, as crianças são as mais facilmente alfabetizáveis e estão em processo contínuo de aprendizagem, enquanto que os adultos já fixaram formas de ação e de conhecimento mais difíceis de modificar” (FERREIRO, 2000, p. 23).

Alternativa D: INCORRETA. A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. O escolanovismo desenvolveu-se no Brasil sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais.

12. Questão

(PREF. DE JABOATÃO/PE - AOC - 2015) De acordo com a pedagogia histórico-crítica, a função social da escola é transmitir:

- Ⓐ Os conhecimentos técnicos produzidos e sistematizados pela humanidade e necessários para a reprodução do capitalismo.
- Ⓑ Os conhecimentos das ciências humanas, exceto os conhecimentos artísticos.
- Ⓒ Os conhecimentos culturais e científicos elaborados e sistematizados pela humanidade.
- Ⓓ A ideologia da classe trabalhadora como forma de superar o modo de produção capitalista.
- Ⓔ Os conhecimentos necessários à manutenção da democracia.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A escola é o espaço onde ocorrem discussões e embates ideológicos, onde podemos continuar reproduzindo o ideário capitalista ou nos contrapor, priorizando uma prática pedagógica que sirva para romper com as desigualdades sociais, a educação de qualidade pautada em conteúdos científicos, artísticos e filosóficos e não apenas conhecimentos técnicos.

Alternativa B: INCORRETA. A escola faz a mediação entre os conteúdos historicamente produzidos pela humanidade e o aluno, buscando formas para que esses conhecimentos sejam apropriados pelos indivíduos, priorizando a educação de qualidade pautada em conteúdos científicos, artísticos e filosóficos e contribuindo para a formação de novas gerações.

Alternativa C: CORRETA. Os conhecimentos científico-culturais, na acepção de Saviani (2012, p. 87), são denominados de conteúdos “clássicos”, entendidos como saberes sistematizados, elementos culturais que precisam ser assimilados pelos alunos no decorrer do processo educativo. Trata-se dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, no sentido de distinguir os conteúdos essenciais daqueles secundários, conforme a função social que a escola se propõe a cumprir.

Alternativa D: INCORRETA. Segundo a tendência progressista crítico-social dos conteúdos, a escola tem o papel de garantir ao aluno preparação para compreender e participar da sociedade, através da assimilação de conteúdos que permitam ao educando elaborar o conhecimento de forma crítica e com ação transformadora.

Alternativa E: INCORRETA. A escola democrática deve enfatizar a prática, a participação, a ingerência e o diálogo. Entretanto, a função social da escola está para além da transmissão apenas dos conhecimentos necessários à manutenção da democracia, uma vez que deve também trabalhar conteúdos científicos, artísticos e filosóficos.

13. Questão

(PREF. DE JABOATÃO/PE - AOC - 2015) “[...] tem como princípios norteadores: a relação dialógica; a formação da consciência crítica; a desmistificação do saber; a ênfase nos processos de produção do conhecimento mais que no seu produto; a pesquisa participante, entendida como criação coletiva, com flexibilidade metodológica que permita questionar o conheci-

mento e encontrar respostas baseadas na vivência do aluno. [...] Esse enfoque parte da denúncia da ideologia e do poder engastados no conhecimento escolar”. A concepção de educação e de currículo apresentada faz referência a qual tendência pedagógica?

- Ⓐ Tradicional.
- Ⓑ Libertadora.
- Ⓒ Aprender a aprender.
- Ⓓ Tecnicista.
- Ⓔ Escolanovista.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A tendência tradicional preocupa-se com a universalização do conhecimento. O treino intensivo, a repetição e a memorização são as formas pelas quais o professor, considerado detentor do saber, transmite os conteúdos a seus alunos, que são agentes passivos desse processo. O currículo é engessado, a prática pedagógica é estática, sem questionamentos da realidade e das relações existentes; os conteúdos são verdades absolutas, pré-determinados e dissociado do cotidiano do aluno e de sua realidade social.

Alternativa B: CORRETA. Nessa tendência, a busca do conhecimento é imprescindível e constitui-se como uma atividade inseparável da prática social, e não deve se basear no acúmulo de informações, mas sim numa reelaboração mental a partir da reflexão crítica. A educação se relaciona dialeticamente com a sociedade e sua principal função é elevar o nível de consciência do educando a respeito da realidade que o cerca, a fim de torná-lo capaz para atuar no sentido de buscar sua emancipação econômica, política, social e cultural. Os conteúdos de ensino são extraídos da problematização da experiência de vida dos educandos. Os conteúdos trazidos de fora dessas experiências são considerados como invasão cultural, se for preciso trabalhar com textos de leitura serão redigidos pelos educandos com auxílio do educador. A metodologia aplicada ocorre através da relação dialógica, engajando os sujeitos do ato de conhecer.

Alternativa C: INCORRETA. Aprender a aprender não é uma tendência pedagógica, mas uma atitude do educando de aprender os procedimentos necessários ao aprendizado de qualquer conteúdo, não

para memorizar conhecimentos e repetir técnicas. Aprender na sociedade atual supõe aprender ao longo de toda a vida, porque nossa sociedade está em permanente evolução e transformação, por isso é necessário atualizar nossos conhecimentos. Novas técnicas, novos resultados, novos produtos entram em nossas vidas todos os dias e é necessário aprender a utilizá-los.

Alternativa D: INCORRETA. Nessa tendência a educação atua no aperfeiçoamento do sistema capitalista que é ordem social vigente, articulando-se diretamente com o sistema produtivo cujo interesse é produzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho. Para essa tendência, o ensino é um processo de condicionamento através de reforço das respostas, não sendo permitido o desenvolvimento do espírito científico e reflexivo nas escolas.

Alternativa E: INCORRETA. O eixo principal da escola nova era fundamentar o ato pedagógico na ação, na atividade da criança. Além disso, a educação deveria ser instigadora da mudança social, o aluno é o centro principal do processo educativo; o professor é o facilitador da aprendizagem e este deve se esforçar em despertar o interesse e provocar a curiosidade do aluno. A prática pedagógica deve possibilitar também a formação de atitudes e a aquisição de habilidades.

14. Questão

(**PREF. DE CUIABÁ/MT - FGV - 2015**) Com relação aos mecanismos relacionados com as desigualdades educacionais, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- I. () Crianças de famílias mais pobres têm menos sucesso e abandonam mais a escola que as crianças de famílias mais estudadas e ricas.
- II. () As populações indígenas e ribeirinhas têm o mesmo índice de acesso à escola que a população urbana, em especial no ensino médio.
- III. () Colégios bem estruturados, bons professores e métodos de ensino adequados melhoram o desempenho das crianças.

As afirmativas são, respectivamente:

- (A) F, V e F.
(B) V, V e V.

- (C) V, V e F.
(D) F, F e V.
(E) V, F e V.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. A disponibilidade de recursos familiares é uma variável importante na determinação do nível de escolaridade e da qualidade da educação das pessoas ainda em fase escolar. Devido às condições sociais menos favorecidas, muitas crianças e adolescentes não permanecem na escola, pois abandonam os estudos para trabalhar para sustentar a família ou se auto sustentar e, assim, devido à falta de escolarização, comprometem sua vida futura.

Assertiva II: INCORRETA. O artigo 206 da Constituição Federal determina que serão condições para a educação no Brasil, “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Inciso I) e a “garantia de padrão de qualidade” (Inciso VII). Entretanto, nas comunidades indígenas e especialmente as ribeirinhas, a situação é bem diferente em relação à população urbana: as escolas ficam isoladas em regiões de difícil acesso, a educação básica é precária, o ensino fundamental funciona geralmente em classes multisseriadas e o ensino médio praticamente não é oferecido. As condições físicas e pedagógicas das escolas, de maneira geral apresentam: falta de materiais didáticos adequados, merenda escolar, transporte escolar, infraestrutura e professores qualificados.

Assertiva III: CORRETA. O nível socioeconômico é o principal aspecto de equidade no desempenho educacional, mas poderiam existir outros fatores em contextos específicos. Segundo Schwartzman (2009), colégios bem estruturados, bons professores e métodos de ensino adequados melhoram o desempenho de crianças em relação à aprendizagem, enquanto que escolas desintegradas, professores sem formação apropriada e métodos de ensino inadequados fazem o contrário.

Resposta: (E)

15. Questão

(**UFAM - COMVEST - 2013**) Sobre a educação e a escola no Brasil, Saviani identifica quatro grandes concepções

na organização, orientação e funcionamento da escola. Assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Concepção humanista, tradicional, moderna, analítica e dialética.
- Ⓑ Concepção positivista, humanista, moderna, analítica e dialética.
- Ⓒ Concepção humanista, moderna, analítica, pós-moderna e dialética.
- Ⓓ Concepção humanista, cognitivista, analítica, moderna e dialética.
- Ⓔ Concepção humanista, tradicional, positivista, crítico social e analítico.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Saviani (1991) apresenta concepções na organização, orientação e funcionamento da escola, aliadas em parte a correntes filosóficas da época moderna e contemporânea: a concepção humanista tradicional conceitua educação a partir de uma pré-determinada visão de homem, na qual este constitui-se de uma essência imutável e à educação cabe conformar-se com essa essência. Não há lugar para inovações e as mudanças são consideradas acidentais. A concepção humanista moderna difere da educação tradicional quando afirma que a existência do homem precede a sua essência, resultando daí seu conceito de homem: “um ser completo desde o nascimento e inacabado até a morte”. Defende a predominância do psicológico sobre o lógico e desloca o centro do processo educativo do adulto para a criança (o educando), para a vida e para as atividades da existência. A concepção analítica teve destaque, no Brasil, a partir da década de 1960. Sua formulação tem como núcleo conceitual a tarefa da educação, definida como aquela que confere significado lógico à linguagem em função do contexto: o tempo, o lugar, a situação, a identidade, os temas de interesse e as histórias pessoais do educador e daqueles a quem este se dirige. Por fim, a concepção dialética defende que à educação cabe explicitar os problemas educacionais compreendidos no contexto histórico. Nessa concepção, a tarefa da educação é colocar-se a serviço da formação do “novo”, que se constrói no interior do “antigo”.

Alternativa B: INCORRETA. Para Saviani, as grandes concepções na organização, orientação e funcionamento da escola são: a concepção humanista tradi-

cional; a concepção humanista moderna; a concepção analítica; a concepção dialética. A concepção humanista tradicional engloba um conjunto de correntes que tem em comum o fato de derivarem a compreensão da educação de uma determinada visão do homem, dentre elas a corrente positivista. O homem constitui-se de uma essência imutável e à educação cabe conformar-se com essa essência. A concepção humanista, apresentava-se sob duas vertentes: a tradicional e a moderna. A concepção analítica pressupõe que a tarefa da filosofia da educação é efetuar a análise lógica da linguagem educacional. Já a concepção dialética vê o homem com o conjunto das relações sociais e a tarefa da filosofia da educação é explicitar os problemas educacionais. Contudo, a concepção positivista, idealizada por Augusto Comte, tinha como princípio que o conhecimento científico devia ser reconhecido como o único conhecimento verdadeiro.

Alternativa C: INCORRETA. As concepções voltadas à organização, orientação e funcionamento da escola, segundo Saviani, são: a concepção humanista tradicional; a concepção humanista moderna; a concepção analítica; a concepção dialética. Entretanto, a concepção pós-moderna não foi proposta por Saviani e surgiu com a desconstrução de princípios, conceitos e sistemas construídos na modernidade, desfazendo todas as posturas rígidas, as quais foram impostas ao homem moderno, gerando transformações nos modos de se produzir conhecimento (globalização, redes de trabalho, relações universidade-sociedade, inovação tecnológica, dentre outros aspectos). Dois elementos marcam a pós modernidade, segundo Barbosa (1998): primeiro é a incredulidade perante o metadiscurso filosófico-científico que trouxe, como consequência, a crise dos conceitos “razão”, “sujeito”, “totalidade”, “verdade” e “progresso”; e o segundo elemento é o esforço científico, tecnológico e político no sentido de informatizar a sociedade.

Alternativa D: INCORRETA. A concepção cognitivista não se insere na perspectiva reflexiva de Saviani. Os principais teóricos representantes dessa concepção são Piaget que estudou o desenvolvimento cognitivo de crianças e Bruner que organizou uma teoria de instrução baseada no estudo da cognição. A abordagem cognitivista investiga os caminhos percorridos pela inteligência (cognição) no processo de construção do conhecimento. Para Piaget (1999), o

conhecimento não pode ser concebido como algo predeterminado desde o nascimento e tampouco como mero resultado de percepções e informações, mas como fruto das ações e interações do sujeito com seu ambiente. A concepção cognitivista entende a aprendizagem como um processo interno, que envolve o pensamento, e que, portanto, não pode ser observado diretamente: as mudanças externas e observáveis são fruto de mudanças internas relacionadas com mentalizações, sentimentos, emoções e significações da pessoa.

Alternativa E: INCORRETA. As concepções positivista e crítico social não foram identificadas por Saviani. O positivismo é uma doutrina inaugurada na primeira metade do século XIX por Augusto Comte e consiste na observação científica dos fenômenos sem qualquer atribuição à metafísica ou à teologia, tomando como base apenas o mundo físico ou material (LACERDA, 2004). Tinha como princípio que o conhecimento científico devia ser reconhecido como o único conhecimento verdadeiro. Já a concepção crítico social, ainda que tenha sido criada por Saviani no início dos anos 1980, estava voltada ao processo de ensino e aprendizagem. Enfatiza os conteúdos, confrontando-os com a realidade social, bem como as relações interpessoais e ao crescimento que delas resulta, centrado no desenvolvimento da personalidade do indivíduo, em seus processos de construção e organização pessoal da realidade. Os métodos dessa tendência buscam favorecer a coerência entre a teoria e a prática, ou seja, a correspondência dos conteúdos com os interesses dos alunos.

16. Questão

(CEFET/RJ - CESGRANRIO - 2014) O pensamento filosófico-educacional fundamenta-se em teorias sobre a sociedade e o papel da escola. Um de seus grandes representantes foi Jean-Jacques Rousseau, que influenciou as ideias pedagógicas iluministas e inaugurou uma nova forma de pensar a educação, segundo a qual a(o):

- Ⓐ Transformação educativa deve ocorrer paralelamente à revolução social.
- Ⓑ Mente nasce desprovida de conteúdos, nada se aprende, não há ideias inatas.

Ⓒ Aversão pelo tédio deve ser evitada, devendo-se despertar a capacidade de admirar e perguntar como início de autêntico ensino.

Ⓓ Homem nasce bom e a sociedade o perverte, cabendo à educação formá-lo como ser humano e como cidadão.

Ⓔ Impulso para a busca pessoal e a verdade deve ser despertado e estimulado, sendo o autoconhecimento o início do caminho para o verdadeiro saber.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A ideia de que a transformação educativa deveria ocorrer paralelamente à revolução social foi defendida por Marx, o qual afirmava que para o desenvolvimento total do homem e a mudança das relações sociais, a educação deveria “acompanhar e acelerar esse movimento, mas não se encarregar exclusivamente de desencadeá-lo, nem de fazê-lo triunfar” (GADOTTI, 2002, p. 130).

Alternativa B: INCORRETA. A ideia de que a mente nasce desprovida de conteúdos é defendida por John Locke; para o qual não existem ideias inatas, que nascem com as pessoas, as pessoas tiram suas ideias das experiências de sua vida.

Alternativa C: INCORRETA. Ideia defendida por Thomas de Aquino que, ao romper com o paradigma vigente na Idade Média, introduz debates em sala de aula, fundamentado na sua metodologia, denominada de Escolástica, na qual se deveria “[...] evitar o tédio e despertar a capacidade de admirar e perguntar” (Tomás de Aquino).

Alternativa D: CORRETA. Rousseau deixou um grande legado a educação e o princípio fundamental defendido em toda a sua obra e que ainda está vigente na contemporaneidade é de que “o homem é bom por natureza”, mas está submetido à influência corruptora da sociedade e a só a educação poderá contribuir para a sua formação humana e social.

Alternativa E: INCORRETA. Premissa defendida por Sócrates, que teve a preocupação de levar as pessoas, por meio do autoconhecimento, à sabedoria e à prática do bem. Para Ele, a busca pessoal e a verdade devem ser despertadas e estimuladas. Para esse filósofo, o autoconhecimento é o início do caminho para o verdadeiro saber.

17. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) Conhecimento difere da informação. Desse modo, é correto afirmar que conhecimento é(são) o(s):

- Ⓐ Conjuntos de fatos, de dados que se encontram nas publicações, na internet e mesmo nas trocas interpessoais. Na escola, o professor transmite os fatos e dados de forma intencional e sistematizada, organizada e o aluno recebe. O aluno deve memorizar o transmitido rumo aos saberes.
- Ⓑ Conjunto de dados e fatos que são transmitidos por diferentes meios de comunicação. Na escola, o processo educacional é centrado no professor, embora exista uma interação entre aluno-professor. O professor passa o conteúdo para o aluno e ele deve armazená-lo ou até processá-lo. Há necessidade de verificar se o aprendiz ao menos memorizou, sendo este o papel da avaliação escolar.
- Ⓒ Produto da informação. Hoje, há uma abundância de informações e uma população com muito maior conhecimento. Na escola, a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem deve ocorrer com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação dada a importância destes materiais que já classificam e organizam os dados e fatos.
- Ⓓ O conjunto de saberes já elaborados e sistematizados ao longo dos séculos pela humanidade. Hoje, eles estão prontos e acabados. O principal papel da escola é a sua transmissão visando ao desenvolvimento cognitivo do aluno.
- Ⓔ O que cada indivíduo constrói como produto do processamento, da interpretação, da compreensão dos dados e fatos. É o significado que atribuímos e representamos em nossas mentes sobre a realidade. Esse processo não é espontâneo nem inato. Na escola, exige que o professor esteja junto com o aluno, intervindo pedagogicamente.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Os fatos, os dados que encontramos nas publicações, na internet ou mesmo aquilo que as pessoas trocam entre si, constitui-se como informação. O conhecimento é o que cada indivíduo constrói como produto do processamento, da interpretação, da compreensão da informação, e

não apenas aquilo que o aluno recebe do professor e memoriza.

Alternativa B: INCORRETA. Podemos entender que o conjunto de dados e fatos que são transmitidos por diferentes meios de comunicação são informações, e estas podem ser transmitidas pelos diferentes meios de comunicação. O conhecimento, no âmbito da educação, deve ser construído com a mediação do professor, e a avaliação, realizada processualmente, durante o processo de ensino e aprendizagem, oportunizando uma prática cotidiana de investigação e acompanhamento das atividades realizadas, verificando o que foi aprendido pelo educando.

Alternativa C: INCORRETA. A assertiva não trata do conceito de conhecimento, mas da educação a distância, enquanto modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Alternativa D: INCORRETA. No decorrer de sua história, o homem construiu conhecimentos e desenvolveu, em suas práticas diárias, uma ciência própria, a qual Borda (1994) denomina “conhecimento prático, empírico, que ao longo dos séculos tem possibilitado, enquanto meios naturais diretos, que as pessoas sobrevivam, criem, interpretem, produzam e trabalhem” (p. 48). Entretanto, cabe salientar que o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo pronto e terminado.

Alternativa E: CORRETA. O conhecimento é um processo que prevê a condição de reelaborar o que vem como um “dado”, possibilitando que não sejamos meros reprodutores; inclui a capacidade de elaborações novas. O conhecimento revela-se como o que processamos, compreendemos e interpretamos das informações, dados e fatos. No contexto escolar, cabe ao professor estabelecer com o aluno relações de parceria na aprendizagem.

18. Questão

(PREF. MENDES - IBGE - 2016) Marque a alternativa referente ao teórico que defendeu a ideia de que “a escola, como todas as outras instituições sociais, atua no cotidiano dos homens, e é a partir da dicotomia ‘mudança versus conservação’ que ela deve ser analisada; além disso, a alienação e os preconceitos

também se destacam como dois elementos básicos que contribuem para a reprodução da sociedade capitalista no cotidiano”.

- (A) Karl Marx.
- (B) Auguste Comte.
- (C) Max Weber.
- (D) Émile Durkheim.
- (E) Karl Mannheim.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Karl Marx acreditava que a educação era parte da superestrutura de controle usada pelas classes dominantes. Nesse contexto, propõe uma educação que vai contra as relações de dominação e exploração estabelecidas pelo capitalismo e pela sociedade. Para esse filósofo e sociólogo, a educação deveria ser socializada e igualitária a todos os cidadãos, possibilitando ao indivíduo conhecer a realidade social na qual está inserido, buscando a transformação da sociedade. Marx afirmava que a educação é um processo diretamente ligado à transformação das relações sociais.

Alternativa B: INCORRETA. Augusto Comte foi um filósofo que marcou a cultura brasileira, criando o movimento positivista. No plano ideológico, Comte pensa a educação como uma força reprodutiva das estruturas sociais. A escola deve reproduzir os valores vigentes daquela sociedade. Contudo, no plano epistemológico, para Comte, as escolas devem promover a prática da metodologia científica e ajudá-lo a abandonar as crenças místicas de sua infância, a ir além das pretensões infundadas da adolescência e a chegar à idade adulta adotando as conclusões sustentadas pela ciência. O positivismo esteve presente de forma marcante no ideário das escolas e na luta a favor do ensino leigo das ciências e contra a escola tradicional humanista religiosa. Desse modo, a escola deve privilegiar a busca do que é prático, útil, objetivo, direto e claro.

Alternativa C: INCORRETA. A educação é, segundo Max Weber, o instrumento que propicia ao homem a preparação necessária para o exercício de atividades funcionais adequadas às exigências das mudanças ocasionadas pela racionalização que o homem irá se deparar socialmente. A educação escolarizada é também um meio pelo qual o indivíduo pode ascender socialmente, uma vez que a educação po-

deria ser considerada uma forma de “poder”, onde aqueles que a possuem são prestigiados e desfrutam de um tratamento diferenciado. Nessa concepção, a escola seria como um dos fatores de estratificação social, um meio de destingir e privilegiar alguns indivíduos.

Alternativa D: CORRETA. Émile Durkheim abordou a educação como um fato social e defendia que “a educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta”. Nas palavras de Durkheim, “a educação tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança estados físicos e morais que são requeridos pela sociedade política no seu conjunto”. Essas exigências, com forte influência no processo de ensino, estão relacionadas à religião, às normas e sanções, à ação política, ao grau de desenvolvimento das ciências e até mesmo ao estado de progresso da indústria local. “O indivíduo só poderá agir na medida em que aprender a conhecer o contexto em que está inserido, a saber quais são suas origens e as condições de que depende. E não poderá sabê-lo sem ir à escola, começando por observar a matéria bruta que está lá representada”. E acrescentava que “numa determinada realidade social concreta, o processo educacional se dá através de instituições específicas (família, escola, igreja, comunidade) que se tornam porta-vozes de uma determinada doutrina pedagógica”, mesmo que de forma dicotômica: realizando mudanças ou conservando posturas e doutrinas.

Alternativa E: INCORRETA. Para Karl Mannheim, a educação vem a ser o processo de socialização dos indivíduos para uma sociedade racional, harmoniosa, democrática, por sua vez controlada, planejada, mantida e reestruturada pelos próprios indivíduos que a compõem. A educação não possui finalidades abstratas. Para Mannheim, a sociedade que determina a educação, e a instrução formal é o exercício de uma necessidade vital, de extrema importância que, precisa se relacionar com todas as partes e fatores da sociedade. O principal agente educativo, desse modo, é a comunidade. Podemos ser educados em qualquer espaço formativo, entre distintas concepções e padrões que se orientam no interior da comunidade.

19. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013) No pensamento de Vasconcellos (1998), o processo de mudança da prática educacio-

nal envolve três aspectos a serem observados pelos professores. Quais são eles?

- Ⓐ A dificuldade de alterar a prática, o papel da reflexão e a perspectiva de construção de uma práxis transformadora.
- Ⓑ A dificuldade de alterar a prática, o papel da reflexão e a articulação com a família.
- Ⓒ A dificuldade de alterar a prática, a mudança na avaliação do processo ensino-aprendizagem e a articulação com a família.
- Ⓓ A dificuldade de alterar a prática, o papel da reflexão e a relação professor-aluno.
- Ⓔ A dificuldade de alterar a prática, a relação professor-aluno e a articulação com a família.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Vasconcelos, na sua obra *Para onde vai o professor – resgate do professor como sujeito de transformação* (2003), aponta para a dificuldade de alterar a prática, o papel da reflexão e a perspectiva de construção de uma práxis transformadora. Para o autor, a reflexão encontra-se no campo da subjetividade, sendo que os obstáculos para a mudança estão tanto no campo subjetivo como no objetivo. A reflexão é uma mediação no processo de transformação, ou seja, ela pode agir através do sujeito, tendo por função propiciar o despertar desse sujeito, além de um conhecimento da realidade, uma nova intencionalidade e uma nova proposta de ação.

Alternativa B: INCORRETA. A dificuldade de alterar a prática e o papel da reflexão para a construção de uma práxis transformadora, na visão de Vasconcelos (2003), se constituem como aspectos fundamentais para a mudança da prática educacional. Entretanto, a articulação com a família não é um aspecto, segundo o autor, a ser observado pelos professores no processo de mudança da prática educacional.

Alternativa C: INCORRETA. No pensamento de Vasconcelos (2003), o processo de mudança da prática educacional envolve três aspectos a serem observados pelos professores: a dificuldade de alterar a prática, o papel da reflexão e a perspectiva de construção de uma práxis transformadora, destacando a questão da participação do professor como sujeito.

Alternativa D: INCORRETA. O processo de mudança da prática educacional, segundo Vasconcelos, en-

volve três aspectos a serem observados pelos professores: a dificuldade de alterar a prática, o papel da reflexão e a perspectiva de construção de uma práxis transformadora, destacando, nesse sentido, a participação do professor como sujeito.

Alternativa E: INCORRETA. A mudança da prática educacional, na visão de Vasconcelos (1998), prioriza três aspectos fundamentais para o professor: a dificuldade de alterar a prática, o papel da reflexão e a perspectiva de construção de uma práxis transformadora, estando a mudança da avaliação, implícita nesse processo de mudança.

20. Questão

(PREF. MANDAGUARI/PR - FAUEL - 2015) Para Cambi (1999), “[...] a História da Educação pode ajudar a cultivar um saudável ceticismo, cada vez mais importante num universo educacional dominado pela inflação de métodos, de modas e de reformas educativas”. Nesse sentido, o autor ainda afirma que “[...] aprender a relativizar as ideias e as propostas educativas, e a percebê-las no tempo, é”:

- Ⓐ ...atualmente necessário para que se possa reproduzir o conhecimento e alienar a sociedade.
- Ⓑ ...utópico, tendo em vista que a sociedade deve ser regida pela elite.
- Ⓒ ...ser pragmático em demasia, pois a educação já está posta, estruturada de acordo com a necessidade do mundo capitalista e sendo assim, a estrutura da sociedade não deve ser modificada.
- Ⓓ ...uma condição de sobrevivência de qualquer educador na sociedade pedagógica dos nossos dias.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Para Cambi (1999), “[...] aprender a relativizar as ideias e as propostas educativas, e a percebê-las no tempo, é tornar estas ideias e propostas aliadas em nosso cotidiano, estimulando o educador a ter uma visão crítica e reflexiva e não reprodutora e alienante diante da sociedade”.

Alternativa B: INCORRETA. “[...] aprender a relativizar as ideias e as propostas educativas, e a percebê-las no tempo” não se constitui como utopia, posto que no decorrer da História da Educação, mudanças ocorreram e vem ocorrendo e, nesse contexto, as

propostas da educação vão sendo ressignificadas e algumas implantadas; o que decorre do próprio desenvolvimento da sociedade, regida pelas leis.

Alternativa C: INCORRETA. Segundo Cambi (1999), “[...] a História da Educação fornece aos educadores um conhecimento do passado coletivo da profissão, que serve para formar a sua cultura profissional” e, nesse sentido, “[...] aprender a relativizar as ideias e as propostas educativas, e a percebê-las no tempo, é” considerar que a educação é uma construção social, que foi sendo estruturada ao longo da sua trajetória. Faz-se necessário, no âmbito da relação dialética entre estrutura/superestrutura, destacar a importância do posicionamento e da construção coletiva, em prol da construção de uma nova sociedade e a reversão da dominação posta.

Alternativa D: CORRETA. Em sua obra História da Pedagogia (1999), Franco Cambi aponta quatro ideias em defesa da História da Educação, dentre elas: “a História da Educação pode ajudar a cultivar um saudável ceticismo, cada vez mais importante num universo educacional dominado pela inflação de métodos, de modas e de reformas educativas. Aprender a relativizar as ideias e as propostas educativas, e a percebê-las no tempo, é uma condição de sobrevivência de qualquer educador na sociedade pedagógica dos nossos dias”.

21. Questão

(UFMA - NEC - 2016) No que diz respeito às concepções filosóficas e sociológicas da educação, nas décadas de 1920 e 1930 o pensamento liberal democrático, juntamente com a Escola Nova, procedem à defesa da escola pública para todas as camadas da sociedade. Julgue os itens subsecutivo como certo (C) ou errado (E) e assinale a opção que apresenta a sequência correta.

- I. (...) Para Demerval Saviani, a Escola Nova acabou aprimorando o ensino das elites e também o das classes populares.
- II. (...) A tendência liberal renovada manifestou-se em outras versões como a renovada progressista ou pragmática, tendo John Dewey e Anísio Teixeira como seus representantes.
- III. (...) A versão renovada não diretiva inspirada em Carl Rogers é um desdobramento da tendência liberal renovada, que enfatiza a igualdade e

sentimento de cultura como desenvolvimento das aptidões individuais.

- IV. (...) As versões culturalistas, piagetianas e montessorianas, como desdobramento da tendência liberal renovada, estão relacionadas aos fundamentos da Escola Nova ou Escola Ativa.
- V. (...) A tendência liberal renovada considera o professor e o aluno com sua curiosidade, criatividade e inventividade no centro do processo pedagógico.

Ⓐ C, E, E, C, C.

Ⓑ E, C, E, E, C.

Ⓒ C, E, C, C, E.

Ⓓ E, C, C, C, E.

Ⓔ C, E, C, C, E.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: INCORRETA. Para Dermeval Saviani (2009, p. 22), a Pedagogia da Escola Nova aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites, agravando a questão da marginalidade. Transforma o eixo de preocupação política em técnico-pedagógico, “[...] cumprindo uma dupla função: manter a expansão da escola em limites suportáveis pelos interesses dominantes e desenvolver um tipo de ensino adequado a esses interesses [...]”.

Assertiva II: CORRETA. A tendência liberal renovada manifesta-se por várias versões, sendo uma delas a renovada progressista ou pragmática, que teve em John Dewey e Anísio Teixeira seus representantes mais significativos.

Assertiva III: CORRETA. A tendência liberal renovada não diretiva é uma das vertentes da tendência liberal renovada. Tal tendência é fortemente inspirada em Carl Rogers, o qual enfatiza também a igualdade e o sentimento de cultura como desenvolvimento de aptidões individuais.

Assertiva IV: CORRETA. As versões culturalistas, piagetianas e montessorianas, como desdobramento da tendência liberal renovada, estão relacionadas aos fundamentos da Escola Nova ou Escola Ativa; a qual se constitui como a “corrente que trata de mudar o rumo da educação tradicional, intelectualista e livresca, dando-lhe sentido vivo e ativo. Por isso se deu também a esse movimento o nome de ‘escola ativa’” (LUZURIAGA, 1991, p. 227). Enfim, as versões da pedagogia liberal renovada têm em comum a de-

fesa da formação do indivíduo como ser livre, ativo e social.

Assertiva V: INCORRETA. Para Saviani (2009), a tendência liberal renovada retira o professor e os conteúdos disciplinares do centro do processo pedagógico e coloca o aluno como fundamental, que deve ter sua curiosidade, criatividade, inventividade, estimulados pelo professor, que deve ter o papel de facilitador do ensino.

Resposta: Ⓓ

22. Questão

(IFMNG - FUNDEP - 2014) Segundo Candau (2002), um grande desafio para os educadores, diante dos novos cenários da sociedade contemporânea, é articular igualdade e diferença à base cultural comum e expressões da pluralidade social e cultural.

Analise as seguintes afirmativas sobre cidadania, pluralidade cultural e educação.

- I. O papel de formadora de identidades, estas individuais, sociais e culturais, tem sido um dos trunfos da legitimação da escola.
- II. A percepção da escola como espaço sociocultural possibilita pensar o processo educativo escolar como sendo heterogêneo, produto da ação recíproca entre sujeito e instituição e capaz de reconhecer e incorporar a diversidade no desenvolvimento dos educandos como sujeitos socioculturais.
- III. No mundo de hoje, há uma grande igualdade, não só do acesso, mas também do uso que se faz do conhecimento.

A partir dessa análise, pode-se concluir que estão corretas:

- Ⓐ I e II apenas.
- Ⓑ I e III apenas.
- Ⓒ II e III apenas.
- Ⓓ I, II e III.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. Cabe à escola rever/repensar o seu papel enquanto instituição formadora de

sujeitos que sejam capazes de intervir/transformar a sociedade. Sendo assim, o contexto escolar e, principalmente, a prática docente podem contribuir, de modo significativo, dessa busca constante pela identidade de crianças e jovens que transitam pela escola. A educação está intrinsecamente relacionada à identidade de quem aprende, pois segundo Freire (2001), só se dispõe a construir e obter um aprendizado alguém que se dispõe a construir a sua identidade. Por isso, pode-se apontar que tanto o homem quanto o saber são constantes paralelos em busca de conhecimento. Ademais, a identidade do homem só é formada quando ele se envolve em seu meio social, se realmente se insere no mundo da linguagem, da interlocução, só assim o ser humano pode desenvolver a sua consciência.

Assertiva II: CORRETA. Analisar a escola como espaço sociocultural significa compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano, por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e brancos, adultos e adolescentes, enfim, alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos. Na visão de Dayrell (2006, p. 140), “trata-se de perceber a escola como um espaço sociocultural, construído no cotidiano das práticas escolares, buscando a possibilidade de pensar o processo educativo escolar como heterogêneo, fruto da ação recíproca entre sujeito e instituição, e capaz de reconhecer e incorporar positivamente a diversidade no desenvolvimento de alunos e alunas como sujeitos socioculturais”. Falar da escola como espaço sociocultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição.

Assertiva III: INCORRETA. A sociedade contemporânea, caracterizada pelo amplo, rápido e global acesso à informação, dispõe de meios, talvez mais eficazes, para veicular a transmissão de conteúdos, para além do que a escola se propõe a transmitir. Nesse sentido, o acesso aos conhecimentos ainda é restrito, uma vez que muitos alunos e alunas não conseguem aprender, não sabendo muitas vezes o uso que se faz do conhecimento, não encontrando sentido nos conteúdos ensinados.

Resposta: Ⓐ

23. Questão

(IF/PR - CETRO - 2014) Entre as teorias pedagógicas existentes, assinale a alternativa que apresenta aquela que procura estimular a capacidade de criação e expressão, longe das restrições impostas pela escola tradicional. Nasceu da observação da grande separação existente entre o dia a dia e a escola, e do fato de o interesse demonstrado pelas crianças pelo meio social ser muito maior que pelos textos escolares. Assim, eram feitos passeios com as crianças e, ao voltarem deles, era compartilhada a visão da experiência de cada uma. Essa teoria foi trazida para o Brasil na década de 1970.

- (A) Montessori.
- (B) Waldorf.
- (C) Múltiplas Inteligências.
- (D) Construtivismo.
- (E) Freinet.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Maria Montessori criou um dos mais populares métodos educacionais, inicialmente para crianças com deficiências e depois aplicado em crianças não excepcionais, partindo do princípio de que o método desenvolvia a inteligência. Para Montessori, o conceito de educação está relacionado com o conceito de criança: um ser capaz de crescer por si mesmo; um ser diferente do adulto; um ser com necessidades próprias, original e único, que precisa de ajuda adequada e oportuna. Ou seja, um ser capaz de aprender naturalmente.

Alternativa B: INCORRETA. A educação pela teoria Waldorf, foi criada na Alemanha por Rudolf Steiner, que a aplicou pela primeira vez em 1919 com filhos de operários da fábrica Waldorf-Astoria. A educação Waldorf entende que cada idade tem suas necessidades e, nesse sentido, busca um equilíbrio entre os trabalhos artísticos, acadêmicos e práticos, educando a criança como um todo, envolvendo as emoções, o físico e o cérebro.

Alternativa C: INCORRETA. Desenvolvido por Howard Gardner, o método das inteligências múltiplas buscou pesquisar o cérebro e pacientes com lesões cerebrais. Gardner percebeu que o que se chama de “inteligência” não se refere apenas à capacidade de entender alguma coisa, mas também à criatividade

e à compreensão. Para esse estudioso, a escola deveria ter uma educação pessoal, centrada no aluno, onde ele não poderia ser comparado, o que é próprio da escola tradicional, a qual reproduz modelos e estabelece continuamente comparação entre os educandos.

Alternativa D: INCORRETA. Fundamentado na teoria de Jean Piaget, o construtivismo tem seus princípios centrados na construção do conhecimento pelo educando, permitindo que a criança desenvolva suas próprias teorias e hipóteses a respeito da escrita, garantindo o raciocínio, que não se desenvolve com a repetição mecânica de conteúdos. Se centra em vez de apontar “erros” e fornecer a resposta “correta”, que o professor questione as respostas dadas pela criança de maneira que ela perceba as limitações da sua resposta. Para Piaget, cada vez que ensinamos prematuramente a uma criança algo que ela poderia ter descoberto por si mesma, impedimos a mesma de inventar e, conseqüentemente, de entender completamente.

Alternativa E: CORRETA. Freinet defendia uma educação na qual o indivíduo se desenvolvesse integralmente e potencialmente. A criança ocupa posição central, pois o educador a vê como um ser atuante no processo de aprendizagem, sujeito que pensa, age, constrói e reconstrói seu conhecimento. Procura estimular a capacidade de criação e expressão, longe das restrições impostas pela escola tradicional. Freinet costumava sair com as crianças para passeios e, ao voltar, cada um contava a sua visão da experiência. Em vez de se preocupar com a perfeição e correção gramatical do material, dava grande estímulo à criatividade dos alunos. Os textos elaborados pelas crianças posteriormente eram selecionados por elas para serem divulgados com a comunidade. Eram então corrigidos pelo grupo, ilustrados, impressos e distribuídos para os pais, amigos e pessoas da comunidade.

24. Questão

(INSS - FUNRIO - 2014) Na concepção de educação bancária de Paulo Freire, a relação professor-aluno é uma relação que se estabelece a partir da ideia de que os educandos são transformados em recipientes a serem cheios e na qual o educador:

- Ⓐ Se mantém em posições fixas e invariáveis, sendo sempre o que doa seu saber ao ignorante.
- Ⓑ Se antagoniza com a figura daquele que tudo sabe e que salvará da ignorância os sujeitos oprimidos.
- Ⓒ Desaliena o outro da ignorância e da opressão político-ideológica.
- Ⓓ Oprime o educando de forma bancária, seletiva e excludente.
- Ⓔ Deposita conhecimentos e valores para a libertação dos educandos.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. De acordo com Freire (2011, p. 59), na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, e os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez dessas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca.

Alternativa B: INCORRETA. Na perspectiva bancária da educação, o professor se constitui como aquele que tudo sabe e que detém o poder do conhecimento; reforçando a ideia da ignorância dos sujeitos oprimidos, ou seja, dos educandos.

Alternativa C: INCORRETA. Na visão “bancária” da educação, Freire afirma que o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais de ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui a alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro.

Alternativa D: INCORRETA. De acordo com Freire, a educação “bancária” pressupõe uma relação vertical entre o educador e educando indistintamente, independente da classe socioeconômica a qual o educando pertencia. O educador é o sujeito que detém o conhecimento, pensa e comanda, enquanto o educando é o objeto que recebe o conhecimento, é pensado e segue a prescrição.

Alternativa E: INCORRETA. O educador “bancário” faz “depósitos” nos educandos que de maneira passiva recebe as informações. Essa concepção de educação tem como propósito, intencional ou não, a formação de indivíduos acomodados, não questionadores,

oprimidos e que se submetem à estrutura de poder vigente.

25. Questão

(SEDUC/AM - FGV - 2014) Relacione os documentos internacionais sobre educação às respectivas características.

1. Declaração do Milênio 2. Declaração Mundial de Educação para Todos 3. Marco de Ação de Dakar	I. () Reuniu todos os países das Nações Unidas em torno de oito metas de desenvolvimento social. II. () Forneceu a oportunidade de avaliar os avanços e retirar lições da década anterior. III. () Enfatiza, entre outros aspectos, o direito de crianças, jovens e adultos à educação de qualidade.

Assinale a opção que mostra a relação correta, de cima para baixo.

- Ⓐ 1 – 2 – 3.
- Ⓑ 1 – 3 – 2.
- Ⓒ 3 – 1 – 2.
- Ⓓ 2 – 1 – 3.
- Ⓔ 2 – 3 – 1.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: Declaração do Milênio. A Declaração do Milênio constituiu-se como um documento no qual constam oito metas as quais deveriam atingidas pelos países até 2015, as “Metas de Desenvolvimento do Milênio”, também chamadas de “Metas do Milênio” ou “Os 8 Jeitos de Mudar o Mundo”, a saber: erradicar a extrema pobreza e a fome; educação básica de qualidade para todos; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna, reduzindo número de mortes por parto; combater a AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento para a população.

Assertiva II: Marco de Ação de Dakar. A Declaração Mundial de Educação para Todos, no Artigo 3 que

dispõe sobre a “Universalização do acesso à educação e promoção da equidade”, determina que a educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades. A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo.

Assertiva III: Declaração Mundial de Educação para Todos. O Marco de Ação de Dakar é um compromisso coletivo para a ação, avaliando os avanços e extraindo lições anteriores. Os governos têm a obrigação de assegurar que os objetivos e as metas para que a Educação para Todos sejam alcançados e mantidos. É uma educação que se destina a captar os talentos e o potencial de cada pessoa e desenvolver a personalidade dos educandos para que possam melhorar suas vidas e transformar suas sociedades. Essa responsabilidade será atingida de forma mais eficaz por meio de amplas parcerias no âmbito de cada país, apoiada pela cooperação com agências e instituições regionais e internacionais.

Resposta: **ⓑ**

26. Questão

(DETRAN/RO - IDECAN - 2014) Acerca da análise sobre a escola pública feita por Anísio Teixeira, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, em “a escola pública universal e gratuita” (1956), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- I. () Com a chegada da democracia e a consciência da emancipação política, atingida pelo povo brasileiro, deve-se repensar os problemas de organização e, entre eles, o de educação.
- II. () Deve-se reestabelecer o verdadeiro conceito de educação.
- III. () Uma das sugestões apresentadas para o fortalecimento de algumas tendências e correção de outras da expansão educacional é a padronização das escolas, independentemente das suas condições locais.
- IV. () A escola primária é o fundamento, a base da educação de toda a nação.

- V. () A escola primária, visando à formação de hábitos de trabalho, de convivência social, de reflexão intelectual, de gosto e de consciência, deve e precisa ser de tempo parcial para que as atividades não fiquem extensas.

A sequência está correta em:

- Ⓐ V, V, V, F, F.
Ⓑ V, F, F, V, V.
Ⓒ F, V, V, F, V.
Ⓓ V, V, F, V, F.
Ⓔ F, V, V, V, F.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. Para Anísio Teixeira, com a chegada da democracia e a emancipação política faz-se necessário repensar a educação. Ou seja, fazer da escola pública um espaço de “igualização” das classes, aproximação social e eliminação de preconceitos.

Assertiva II: CORRETA. Anísio preocupa-se e empenha-se não apenas em discutir, mas propor o que fazer para restaurar o sentido democrático da expansão educacional brasileira. Para ele, não bastava apenas a mudança do conceito de escola, mas especialmente o conceito da educação, que deveria ser comum, para todos, predominantemente pública. “Numa sociedade como a nossa, tradicionalmente marcada de profundo espírito de classe e de privilégio, somente a escola pública será verdadeiramente democrática e somente ela poderá ter um programa de formação comum, sem preconceitos contra certas formas de trabalho essenciais à democracia” (TEIXEIRA, 1994, p. 98).

Assertiva III: INCORRETA. Para Anísio Teixeira, uma das sugestões apresentadas para o fortalecimento de algumas tendências e correção de outras da expansão educacional seria ajustar as escolas às condições locais, sendo de esperar “que se transformassem em motivo de emulação e orgulho das comunidades a que servem e que, a seu turno, lhes dariam apoio estimulante” (TEIXEIRA, 1994, p. 87).

Assertiva IV: CORRETA. Anísio Teixeira considera a escola primária, que corresponde, hoje, à primeira etapa do ensino fundamental, como “o fundamento, a base, da educação de toda a Nação”, e vai mais além ao declarar que “se de outras se pode prescindir e a

algumas nem sempre se pode atingir, ninguém dela (da escola primária) deve ser excluído, sob qualquer pretexto, senão para todos imprescindível. Façamo-la já, de todos e para todos”.

Assertiva V: INCORRETA. Pensando em uma nova política educacional que levasse qualidade para a escola primária e a transformasse em uma escola para todos, Anísio Teixeira defendia que a escola primária não poderia ser uma escola de tempo parcial, na medida em que estaria envolvida na formação de hábitos de pensar e fazer, de conviver e participar de uma sociedade democrática. Nesse sentido, ele defendia uma escola de tempo integral.

Resposta: Ⓓ

27. Questão

(PREF. MANDAGUARI/PR - FAUEL - 2015) O filósofo John Locke foi o fundador do empirismo e um dos mais importantes precursores do iluminismo europeu, com isso, sua contribuição para a educação é extremamente significativa, pois ele também se preocupou com a teoria do conhecimento. Segundo Locke, o conhecimento é inerente às ideias e, para tanto, há duas fontes possíveis para nossas ideias. São elas:

- Ⓐ A sensação e a reflexão.
- Ⓑ A prática e a teoria.
- Ⓒ A sensação e a prática.
- Ⓓ A reflexão e os sentidos.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. John Locke, filósofo inglês liberal, salientou que há duas fontes do conhecimento: a sensação ou sentido externo, que é a percepção de objetos sensíveis e particulares, como o gosto de uma maçã, a sensação de uma xícara quente de café, o som da voz de nossa mãe ou a visão de um pôr do sol. A outra seria a reflexão ou sentido interno que seria é a percepção da operação de nossas mentes com as ideias já ali depositadas pela sensação, derivando as dúvidas, crenças, vontades e o conhecimento propriamente dito.

Alternativa B: INCORRETA. O primado da teoria e prática foi defendido pelo filósofo Platão. Na filosofia platônica, portanto, há uma relação direta entre a teoria e a prática. A primeira rege a segunda.

As ações políticas são regidas, nesse sentido, pela teoria do conhecimento. Esta sempre determinará o território da ética e da política.

Alternativa C: INCORRETA. Locke distingue duas fontes possíveis para nossas ideias: a sensação e a reflexão. A sensação é o resultado da modificação feita na mente por meio dos sentidos. A reflexão é a percepção que a alma tem daquilo que nela ocorre. Portanto, a reflexão se reduz apenas à experiência interna do resultado da experiência externa produzida pela sensação.

Alternativa D: INCORRETA. De acordo com o filósofo inglês John Locke, as ideias são os objetos do conhecimento, isto é, a matéria da qual o conhecimento é formado. Todo conhecimento está fundamentado na experiência, que nos fornece as ideias que constituem tudo aquilo que podemos saber sobre o mundo. As fontes dessas ideias são duas: sensação ou sentido externo e reflexão ou sentido interno.

28. Questão

(TJ/GO - 2014 - FGV) Concebendo a ética como um fator pedagógico de socialização entre os alunos, Paulo Freire contribui: “A educação é possível para o homem porque este é inacabado e sabe-se inacabado”.

Assim, na ótica freireana, a inclusão da ética na educação:

- Ⓐ Permite aos alunos, desde seus primeiros anos de vida escolar, compreenderem melhor os parâmetros consensuados socialmente para uma vida social possível.
- Ⓑ Consiste na explicitação dos paradigmas históricos constitutivos do percurso sociocultural desses alunos.
- Ⓒ Significa a eleição de princípios metodológicos que fundamentalmente afirmam o reconhecimento do outro e, com isso, o crescimento existencial de todos os sujeitos.
- Ⓓ Permite a difusão de novos parâmetros que possibilitem às grandes massas do proletariado ascenderem a uma condição de questionamento e de poder.
- Ⓔ Propicia um clima escolar harmônico, sendo este o principal papel da ética nos currículos escolares.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Para Freire, o aluno deve viver a ética na educação na sua integralidade de forma comprometida, o que não significa aceitação da realidade de maneira consensual, mas sim envolvimento no processo de construção de seus próprios conceitos, de forma crítica e autêntica, participando e transformando o meio em que se insere.

Alternativa B: INCORRETA. A ótica freireana sobre a ética na educação consiste não apenas na explicação dos paradigmas históricos, uma vez que, para Freire, a ética nasce na relação dialógica, em que educador e educando aprendem juntos, objetivando a prática de uma ética universal.

Alternativa C: CORRETA. Freire enfatiza a necessidade de uma metodologia conscientizadora que possibilite que a consciência dominada tenha um a visão totalizada do contexto, ou seja, que o sujeito reconheça a si e ao outro, o que promoverá o crescimento de todos. “O ser humano só se faz e se realiza mediatizado nas relações com e no mundo, em comunhão com outros se-res humanos” (FREIRE, 2006, *Pedagogia do Oprimido*).

Alternativa D: INCORRETA. A ética na educação freireana se realiza não pelo poder das massas, mas por uma educação que priorize a vigilância e o crescimento cotidianos da consciência crítica, desafiando o cidadão à conquista da autonomia e da liberdade.

Alternativa E: INCORRETA. A ética nos currículos escolares, na perspectiva freireana, deve estar centrada principalmente na curiosidade, no espírito investigador e na criatividade do educando, possibilitando a este a leitura crítica sobre a realidade em que está inserido.

29. Questão

(PREF. MENDES - IBGE - 2016) A filosofia, ao promover uma reflexão sobre a realidade escolar, contribui com a ação pedagógica. Marque a alternativa referente ao filósofo que defendia a ideia “de valorização da experiência no processo do conhecimento; de que há duas fontes possíveis para as ideias - a sensação e a reflexão; de que o conhecimento só começa após a experiência sensível e, portanto, a mente humana se comportaria como uma ‘tábua rasa’, onde seriam feitas constantes impressões”.

- (A) René Descartes.
- (B) John Locke.

(C) Immanuel Kant.

(D) Augusto Comte.

(E) Jean-Jacques Rousseau.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Considerado o pai da Filosofia Moderna, ao analisar o processo através do qual a razão chega conduz o ser humano à verdade, Descartes afirma que o recurso para essa tarefa seria a dúvida metódica. Segundo ele, para conhecermos a verdade, é necessário, em princípio, colocarmos todos os nossos conhecimentos em dúvida, questionando tudo para criteriosamente analisarmos se existe algo na realidade de que tenhamos total certeza. Assim, entendia que a verdade seria encontrada se o sujeito se voltar para dentro de si e afastado de tudo, ou seja, sem nenhuma ideia preconcebida por mestres e sem levar em conta os costumes. Vê-se bem o que caracteriza o racionalismo: a absoluta falta de contato com o mundo externo; nada de fora influencia a razão.

Alternativa B: CORRETA. Segundo John Locke, a finalidade da educação se concentrava no caráter, muito mais importante que a formação intelectual. Para esse filósofo, quando se nasce, a mente é uma página em branco (*tabula rasa*) que a experiência vai preenchendo. O conhecimento produz-se em duas etapas: a) a da sensação, proporcionada pelos sentidos; e b) a da reflexão, que sistematiza o resultado das sensações. O aprendizado depende primordialmente das informações e vivências às quais a criança é submetida e que ela absorve de modo relativamente previsível e passivo. É, portanto, um aprendizado de fora para dentro. As crianças não são dotadas de motivação natural para o aprendizado. É necessário oferecer o conhecimento a elas de modo convidativo – mediante jogos, por exemplo. Embora desse primazia teórica às sensações, não via nelas função didática: “educar com prêmios e punições (para provocar prazer e mal-estar) seria manter os pequenos no estágio mais primário do entendimento humano. Levá-los a pensar faria com que rompessem a dependência dos sentidos” (LOCKE, 1999).

Alternativa C: INCORRETA. Kant fundamentou a moral na autonomia da razão humana, ou seja, as normas morais devem brotar da razão humana. Segundo ele, ao desenvolver a faculdade da razão, o homem constituiria o caráter moral. O conhecimento é uma

súmula dos conteúdos particulares dados pela experiência e da estrutura da razão; e acontece na relação sujeito e objeto. Para Kant, são nos primeiros anos da vida humana que o infante, encontrando-se na fase pré-moral, apresenta maior dificuldade para trabalhar a moralidade. Assim sendo, não haveria necessidade de inculcar-lhe os deveres de maneira vigorosa. A problemática central do processo educativo seria o de conciliar a submissão com o livre-arbítrio da criança.

Alternativa D: INCORRETA. Fundador do Movimento Positivista, filosofia que busca seus fundamentos na ciência e na organização técnica e industrial da sociedade moderna. Para o positivismo, o método científico é o único válido para se chegar ao conhecimento. Reflexões ou juízos que não podem ser comprovados pelo método científico, como os postulados da metafísica, não levam ao conhecimento e não tem valor. A ciência, na visão positivista, é o “estado fixo e definitivo” (COMTE, 1988, p. 4) do desenvolvimento do conhecimento humano, resultado da superação dos estágios teológico e metafísico que a precederam.

Alternativa E: INCORRETA. Revolucionário na pedagogia, delineou um método liberal de educação com a finalidade de desenvolver a criança sem destruir seu estado “natural”. Assim, o núcleo central dos interesses pedagógicos passa a ser a criança e não mais o professor. Rousseau acreditava no princípio de que apenas através do processo educativo, o homem poderia recobrar o “estado natural”. Ressalta a especificidade da criança, que não deve ser encarada como um adulto em miniatura. Recusava o intelectualismo, valorizava os sentidos, as emoções, os instintos e os sentimentos, defendia a experiência, o ensino ativo voltado para a vida, para a ação.

30. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Para muitas perspectivas, sobretudo para o senso comum, a escola é um espaço de democratização do conhecimento e ascensão social das camadas sociais mais carentes. Entretanto, para pensadores como Bourdieu, não é isso que a escola vem propiciando, desde sua origem. Para o autor, com a entrada dos menos abastados na escola, o que se fez foi substituir a eliminação clara e evidente dessa camada social logo no início da escolarização, por uma eliminação suave e diluída desses jovens

ao longo desse processo. Dessa forma, criam-se no cenário escolar diversas mecânicas, como classes de aceleração ou a aprovação com dependência em disciplina para maquiar a exclusão desses jovens. Como consequência desse processo, vemos alunos saindo da escola com uma grande defasagem idade/série e, quando se formam, com diplomas socialmente desvalorizados. Dessa forma, para Bourdieu, essa escola “para todos” é ainda mais perversa do que seu modelo anterior, na medida em que:

- Ⓐ Exerce sobre os alunos de maior capital cultural uma forte violência simbólica, pois passam a ser minoria na escola e passam por um processo de deslegitimação de sua cultura.
- Ⓑ Nega aos alunos menos abastados a apropriação de capital cultural legítimo, preferindo educá-los a partir de valores simbólicos mais próximos de sua realidade marginalizada.
- Ⓒ Mesmo possibilitando a ascensão de classe, esse modelo de escola também dá espaço para que o processo inverso ocorra, garantindo a manutenção da desigualdade social.
- Ⓓ Oculta e legítima a exclusão desses alunos, criando a ilusão de uma oportunidade de escolarização que em realidade não existe.
- Ⓔ Põe sobre o mesmo teto alunos de diferentes camadas sociais, não criando espaços diferenciados para alunos de menor capacidade intelectual.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Para Bourdieu, toda ação pedagógica é uma forma de violência simbólica, pois reproduz a cultura dominante, suas significações e convenções, impondo um modelo de socialização que favorece a reprodução da estrutura das relações de poder. A educação reproduz as relações entre a reprodução social e a cultural contribuindo, “o sistema educativo, à reprodução da estrutura das relações de poder e das relações simbólicas entre as classes que participam da reprodução da estrutura da distribuição do capital cultural entre as classes” (BOURDIEU, 1998).

Alternativa B: INCORRETA. As crianças oriundas das classes populares que estão excluídas do capital cultural elitizado, ao adentrarem no mundo da escola, se veem ameaçadas num mundo estranho ao seu, não se identificando com a realidade que lhes

é apresentada. A escola cobra de seus alunos um comportamento elegante de falar, se comportar e até mesmo que sejam perfeitos na escrita e que tenham interesse, curiosidade e disciplina. Assim, “essa realidade só pode ser cumprida por indivíduos previamente educados e socializados dentro desses ambientes e valores, no cotidiano dos museus, teatros e, entre livros e boa música, atividades que são desenvolvidas e estimuladas pela família” (BOURDIEU, 1998).

Alternativa C: INCORRETA. Na sua obra *A Reprodução*, Bourdieu discorre sobre o sistema escolar francês e afirma que, ao invés de transformar a sociedade e permitir a ascensão social, a escola ratifica e reproduz as desigualdades entre as classes burguesas e as classes trabalhadoras.

Alternativa D: CORRETA. A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. O sistema educacional cria, sob uma aparência de neutralidade, os sistemas de pensamento que legitimam a exclusão dos não privilegiados, convencendo-os a se submeterem à dominação, sem que percebam o que fazem e, dessa forma, legitimam a ordem vigente.

Alternativa E: INCORRETA. A “escola para todos”, na visão de Bourdieu, contribui para reproduzir a estrutura das relações de classe, repetindo, assim, a repartição desigual do capital cultural entre as classes. A cultura transmitida pela escola se apresenta como legítima, objetiva e indiscutível, como “neutra”, portanto, dissimulando seu caráter arbitrário e sua natureza social; determinando, assim, espaços distintos para alunos de camadas sociais diferenciadas.

31. Questão

(PREF. MANDAGUARI/PR - FAUEL - 2015) Ao analisarmos os pensamentos que sustentam a filosofia da educação, devemos considerar a relevância do pensamento de Descartes. Sua teoria do conhecimento embasa-se na indagação da capacidade humana para conhecer “verdade”. Nesse sentido, é correto afirmar que:

Ⓐ Descartes parte da realidade do mundo do sujeito, que deixa de ser o resultado do conhecimento.

Ele não busca no sujeito, e sim na subjetividade, os critérios para estabelecer algo como verdadeiro.

Ⓑ Descartes não parte da realidade do mundo do sujeito, porém deixa que este descubra sozinho o princípio do conhecimento surreal, e também busca os critérios para estabelecer algo como falso.

Ⓒ Descartes parte da realidade do mundo, por ser o princípio do conhecimento, mas não busca no sujeito os critérios para estabelecer algo como verdadeiro.

Ⓓ Descartes não parte da realidade do mundo, que deixa de ser o princípio do conhecimento, mas vai buscar no sujeito, na subjetividade, os critérios para estabelecer algo como verdadeiro.

Grau de Dificuldade



Alternativa A: INCORRETA. Descartes parte do sujeito, não busca mais entender o mundo exterior, mas sim, se volta para seu interior, pois acredita que é no sujeito que está fundada a condição de conhecer o mundo.

Alternativa B: INCORRETA. Para Descartes, a realidade do sujeito, a subjetividade é o princípio do conhecimento, e se constituem como critérios da verdade. A modernidade pode ser entendida como uma série de sistemas que partem do sujeito para conhecer o mundo.

Alternativa C: INCORRETA. Descartes entendia que a verdade seria encontrada se o sujeito se voltar para dentro de si; a forma de alcançar o verdadeiro conhecimento é através da razão. O sujeito busca os critérios para estabelecer algo como verdadeiro.

Alternativa D: CORRETA. Descartes insere uma ampla mudança no pensamento moderno, segundo a qual o sujeito tem a função ordenadora do conhecimento: o pensamento, sistematicamente dirigido, encontra inicialmente em si os critérios que permitirão estabelecer algo como verdadeiro.

No que se refere à relação entre educação e sociedade, julgue os itens a seguir.

32. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) Conforme idealização de Parsons, a igualdade de oportunidades entre os competidores no início da escolarização é um princípio

frequentemente identificado nas práticas das escolas públicas do Brasil.

Grau de Dificuldade



Assertiva: INCORRETA. Parsons era um estudioso da Estratificação Social, não da mudança ou da transformação. Baseado em uma perspectiva funcionalista, buscou analisar transformações nos sistemas de estratificação social, em decorrência dos processos de modernização. A abordagem funcionalista percebe a escolaridade como representando um meio eficiente e racional de distinguir e selecionar pessoas talentosas, no qual o mais hábil e mais motivado alcança as mais altas posições.

33. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) Segundo Mannheim, o que deve ser aprendido na escola não se restringe ao âmbito pedagógico, pois abrange também uma questão política de construção da sociedade democrática.

Grau de Dificuldade



Assertiva: CORRETA. De acordo com Mannheim, uma sociedade democrática deve oferecer condições para que cada grupo possa sentir-se integrado a ela. Segundo o pensamento de Mannheim, para que as sociedades modernas alcancem esse objetivo supremo da democracia, faz-se necessário educar seus membros de acordo com as regras adotadas pelo grupo, valores e normas democráticos, a partir das bases, desde o início da vida do indivíduo em sociedade. Dessa forma, a educação assume, nessa visão, uma conotação política e a escola, como uma instituição educativa, não deve voltar-se apenas para o âmbito pedagógico.

34. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) Consoante Marx, as instituições de ensino são, por excelência, o lugar a partir do qual é possível desencadear a transformação revolucionária da sociedade, sendo, portanto, o centro irradiador do processo de revolução.

Grau de Dificuldade



Assertiva: INCORRETA. De acordo com Marx, a prática educacional deve ser transformadora, mas para o desenvolvimento total do homem e a mudança das relações sociais, a educação deveria acompanhar e acelerar esse movimento, mas não ser responsável exclusivamente de desencadeá-lo nem de fazê-lo triunfar.

35. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) De acordo com Durkheim, a educação deve ser isolada de outras práticas sociais, pois somente desse modo o processo educativo poderá garantir a autonomia de cada sistema social.

Grau de Dificuldade



Assertiva: INCORRETA. Para o sociólogo Durkheim, a educação, ao contrário de ser uma prática isolada, deve possibilitar a coesão (unidade, estabilidade) e a permanência (ou continuidade) das relações sociais entre os indivíduos, ao longo do tempo e de gerações. De acordo com suas ideias, a existência de uma sociedade só é possível a partir de um determinado grau de consenso entre seus membros constituintes: os indivíduos.

36. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) Segundo Weber, há três tipos de educação, que correspondem a três tipos de dominação: a educação carismática, a educação legal e a educação tradicional.

Grau de Dificuldade



Assertiva: CORRETA. Weber afirma que há três tipos fundamentais de educação: a) o tipo carismático, no qual a educação visa “despertar o carisma”, ou seja, “qualidades heroicas ou dons mágicos”. Esse tipo de educação corresponde ao tipo de dominação carismática (e, sendo assim, está ligado à ação social afetiva, predominante em sociedades pré-capitalistas); b) a educação legal, também chamada de “racional-burocrática”, a qual está voltada para o treinamento e transmissão do conhecimento especializado e corresponde ao tipo de dominação burocrático. Busca treinar os alunos para “finalidades práticas úteis à administração”, tanto na organização das

autoridades públicas quanto nos escritórios, oficinas, laboratórios industriais, exércitos disciplinados (Weber, 1971, p. 482) ; c) a educação tradicional visa educar “um tipo de homem culto” cuja natureza é dependente do ideal de cultura do respectivo estado (estado) ao qual se pertence. Visa preparar o aluno para “uma conduta de vida” que pode ser religiosa ou mundana.

A respeito dos fundamentos da educação e da relação educação/sociedade em suas dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica, julgue os itens subsequentes.

37. Questão

(FUB - CESPE - 2013) A institucionalização das pedagogias progressistas tem sido facilitada pelo processo de globalização da economia capitalista.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. A globalização se associa às questões do neoliberalismo, ou seja, à ruptura das fronteiras econômicas, políticas, sociais e culturais. Dessa forma, pode-se afirmar que não há relação entre pedagogia progressista e desenvolvimento do pensamento neoliberal e globalizante.

38. Questão

(FUB - CESPE - 2013) A conversão do ato de educar exclusivamente em técnicas de reproduzir conhecimentos, hábitos e atitudes nos educandos coloca no mesmo plano não humanista, educadores como Burrhus Frederic Skinner e Célestin Freinet, uma vez que ambos adotam uma abordagem individualizada do ensino.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. A abordagem de educação, na perspectiva de Burrhus Frederic Skinner, centra-se na reprodução de conhecimentos, hábitos e atitudes por parte dos educandos. Sua teoria comportamentalista baseia-se no condicionamento via estímulo-resposta, moldando o comportamento do aluno por meio de conteúdo sequenciado e por recompensas ou reforços apropriados a aprendizagem. Ao contrá-

rio dessa concepção, Freinet defendia uma proposta que respeitava a maneira de pensar da criança e de como ela construía o seu conhecimento. Através da observação constante, ele percebia onde e quando tinha que intervir e como despertar a vontade de aprender do aluno. A interação professor-aluno é essencial para a aprendizagem.

39. Questão

(FUB - CESPE - 2013) A educação, em uma abordagem funcionalista, é, essencialmente, um meio de socialização dos indivíduos a fim de torná-los membros de uma dada estrutura social preestabelecida, exercendo, portanto, a função de integração social.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. A abordagem funcionalista tem Durkheim como um dos seus principais defensores, o qual afirma que a consciência coletiva determina a consciência individual; e, nesse sentido, a educação vai ter um papel determinante na organização da sociedade, ao passar valores e regras da sociedade para os indivíduos, exercendo a função de integração social.

40. Questão

(FUB - CESPE - 2013) A concepção da educação como técnica social, desenvolvida por Karl Mannheim, difere da função da educação como integração social apresentada por Durkheim. Para Mannheim, a função da educação é a transformação social, enquanto para Durkheim, esta deve reforçar as características já existentes na sociedade.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. Tanto Durkheim quanto Mannheim tem uma visão ampla e idealista de educação. Para esses estudiosos, a educação está para além dos “muros da escola” e tem um papel de formação do ser social, do cidadão como membro da coletividade. Cabe à educação ensinar certos valores, crenças, direitos e deveres que devem ser compartilhados entre os membros de uma determinada sociedade. Para Durkheim, a sociedade deve educar os

seus membros para aprenderem as regras necessárias à organização da vida social.

41. Questão

(FUB - CESPE - 2013) A função da educação, em uma abordagem marxista, é, exclusivamente, a reprodução social.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. Marx propõe uma educação que vai contra as relações de dominação e exploração estabelecidas pelo capitalismo e pela sociedade. Para ele, era fundamental que a educação possibilitasse ao indivíduo conhecer a realidade social na qual está inserido, buscando a transformação da sociedade.

Tendo em vista o desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas, julgue os itens que se seguem.

42. Questão

(FUB - CESPE - 2013) O pensamento pedagógico contemporâneo encontra-se marcado por um conjunto de novos paradigmas, entre eles, os paradigmas holonômicos em educação. Tais paradigmas têm procurado restaurar a totalidade do sujeito individual, contrapondo-se, de certo modo, à razão produtivista e valorizando o cotidiano e a individualidade.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. Os holistas defendem que o imaginário e a utopia são os grandes fatores instituintes da sociedade e recusam uma ordem que aniquila o desejo, a paixão, o olhar e a escuta. Nesse sentido, os paradigmas holonômicos buscam restaurar a totalidade do sujeito, valorizando a sua iniciativa e a sua criatividade, valorizando o micro, a complementaridade, a convergência e a complexidade da vida em seus elementos constituintes.

43. Questão

(FUB - CESPE - 2013) O otimismo pedagógico iniciou-se durante o período da Primeira República, tendo atingido o seu apogeu nos anos 1930 e produzido,

como consequência, uma série de reformas educacionais estaduais.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. A década de 1930 dá início historicamente à Segunda República. Nesse período emergiu intensamente o Movimento do Otimismo Pedagógico (ideário escolanovista), o qual se juntou ao Movimento do Entusiasmo pela Educação e motivou os principais governos estaduais do Brasil, o que acendeu uma série de reformas de ensino. O Movimento do Otimismo Pedagógico visava à melhoria das condições de ensino, centrando sua ênfase nos aspectos qualitativos da educação.

44. Questão

(FUB - CESPE - 2013) Durante a Segunda República, basicamente três correntes pedagógicas dominaram o cenário político-pedagógico: a pedagogia tradicional, ligada às oligarquias dirigentes e à igreja; a pedagogia nova, associada à burguesia e à classe média; e a pedagogia histórico-crítica, vinculada aos intelectuais associados aos movimentos sociais populares.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. O período da Segunda República teve como correntes pedagógicas do cenário brasileiro: a pedagogia tecnicista entre as décadas de 1960 e 1970, inspirada nas teorias behavioristas da aprendizagem, moldando a sociedade à demanda industrial e tecnológica da época; a pedagogia libertadora, a qual defendia uma educação para todos inclusive para as camadas populares, tendo como precursor Paulo Freire; e a pedagogia histórico-crítica, que teve seu marco por volta da década de 1980 e cuja prática pedagógica propõe uma interação entre conteúdo e realidade concreta, visando à transformação da sociedade, superando as visões não críticas e crítico reprodutivistas da educação.

45. Questão

(FUB - CESPE - 2013) O tecnicismo educacional incorporou à educação um grau de racionalidade dos traba-

lhos escolares, trazendo consigo a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no nível médio.

Grau de Dificuldade



Assertiva: CORRETA. O tecnicismo educacional incorporou à educação um grau de racionalidade dos trabalhos escolares, que privilegiava excessivamente a tecnologia educacional, trazendo consigo a obrigatoriedade do ensino profissionalizante. Com práticas autoritárias, essa concepção de educação considerava o aluno um ser passivo e reprodutor mecânico dos conhecimentos transmitidos pelo professor.

46. Questão

(FUB - CESPE - 2013) A Lei nº 7.044/1982 introduziu significativa mudança na concepção de educação profissionalizante, ao substituir a orientação de qualificação para o trabalho.

Grau de Dificuldade



Assertiva: CORRETA. A Lei nº 7.044/1982 introduziu significativa mudança na concepção de educação profissionalizante, desobrigando a qualificação profissional no nível secundário, possibilitando a organização de sistemas diferenciados de ensino, que viabilize uma educação integral, onde a prioridade não seja unicamente a instrumentalização profissional, mas também a capacitação intelectual.

47. Questão

(PREF. DE CUIABÁ/MT - FGV - 2015) Com relação ao conceito de capital cultural e social de Bourdieu, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- I. () Os sistemas simbólicos são a base a partir da qual se constitui e se exerce o poder na sociedade.
- II. () O capital social se refere ao conjunto das relações sociais mantidas por um indivíduo.
- III. () Os indivíduos ocupam posições diferenciadas e mais ou menos privilegiadas na estrutura social, em função do volume e da natureza dos seus recursos.

As afirmativas são, respectivamente:

- Ⓐ V, F e F.
- Ⓑ F, V e F.
- Ⓒ F, F e V.
- Ⓓ V, V e F.
- Ⓔ V, V e V.

Grau de Dificuldade



Assertiva I: CORRETA. Para Bourdieu, os sistemas simbólicos, ou também chamados de culturais, são a base onde a sociedade se constitui; onde os indivíduos criariam, sustentariam e defenderiam seus sistemas simbólicos no âmbito da sociedade em geral.

Assertiva II: CORRETA. Em sua obra Bourdieu & Educação, o teórico deixa claro que capital social “se refere ao conjunto das relações sociais (amigos, laços de parentesco, contatos profissionais, dentre outros) mantidos por um indivíduo”.

Assertiva III: CORRETA. Na visão de Bourdieu, as diferentes formas de capital permitem estruturar o espaço social e, dessa forma, os indivíduos ocupam posições diferenciadas e mais ou menos privilegiadas na estrutura social, em função do volume e da natureza dos seus recursos, de acordo com o seu capital.

Resposta: Ⓔ

48. Questão

(DETRAN/RO - IDECAN - 2014) A história da humanidade está interligada à História da Educação. Considerando a História da Educação escolar, entende-se que a escola surgiu a partir de uma necessidade social. Dessa maneira, afirma-se que a História da Educação não está desvinculada da história do mundo. Acerca dessa assertiva, analise.

- I. A educação grega tinha como objetivo principal guiar os educandos, de modo que eles pudessem assumir o controle da sociedade vigente. Não se ocupava apenas em um conceito particular do homem, mas do desenvolvimento de todas as suas capacidades físicas, morais e intelectuais.
- II. No que tange à educação medieval, sua melhor representatividade foi na era de Quintiliano. Na época desse imperador, a educação era dividida em três campos. Em primeiro lugar vinha a

- dialética (as leis do raciocínio), em segundo a ética (as leis da justiça) e, em terceiro, a física.
- III. A educação romana ficou exclusivamente nas mãos da Igreja Católica que geria as escolas, organizava o que pode se chamar de currículo e ministrava os conhecimentos científicos, mas, principalmente, os conceitos morais retirados e interpretados da doutrina cristã.
- IV. A educação, no Renascimento da história humana, denota que o novo método da ciência buscava confirmação nos fatos da natureza; não havia mais ilusão ou alegoria, e sim a experiência. Enfatizavam-se os aspectos particulares em lugar das generalidades. Encontra-se, então, o começo do método hipotético da ciência moderna.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II, III e IV.
(B) I e III, apenas.
(C) I e IV, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, III e IV, apenas.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. A educação grega, de fato, tinha como propósito fundamental guiar os educandos, os jovens, para que assumissem o controle da sociedade vigente. Em seus ideais, a educação grega dava ênfase à moderação e a uma concepção equilibrada do homem e de seus poderes intelectuais. Valoriza a arte como corporificação concreta de alguma verdade proporciona para o sujeito homem ou mulher a reflexão sobre suas atitudes e sua também constituição de ser humano no contexto onde está inserido. Por isso a preocupação com o desenvolvimento de todas as suas capacidades: físicas, morais e intelectuais.

Assertiva II: INCORRETA. A era de Quintiliano teve sua representatividade na educação romana e não medieval. Defensor da filosofia como um instrumento para se conhecer a individualidade do aluno, dizia que o ideal educacional da eloquência associada à sabedoria, seria a fórmula perfeita para educar uma pessoa. Quintiliano defendia o uso de técnicas de diversas ciências para a melhoria da educação.

Assertiva III: INCORRETA. A educação na Idade Média ficou exclusivamente sob o domínio da Igreja Católica que, além de gerir as escolas, organizava o currículo de acordo aos seus princípios morais retirados e interpretados da doutrina cristã.

Assertiva IV: CORRETA. O termo “Renascimento” advém da ideia de se “nascer outra vez”, de transformação e, nesse sentido, a ciência, alicerçada na experiência, teve uma notável valoração, uma vez que eram os princípios religiosos que dominavam o cenário da educação.

Resposta: (C)

49. Questão

(IF BAIANO - FUNRIO - 2016)

Acorda Amor

Chico Buarque

“Acorda amor

Eu tive um pesadelo agora:

Sonhei que tinha gente lá fora,

Batendo no portão,

Que aflição (...)”

A música “Acorda Amor”, de Chico Buarque de Holanda, demonstra o clima de censura e repressão após o Golpe de 1964. É um dos efeitos do Golpe Militar de 1964 na educação brasileira a(o):

- (A) Manutenção das mesmas disciplinas, já que a organização escolar se perpetuava na sociedade capitalista contemporânea.
(B) Difusão do princípio da diversidade científica, da eficiência e da produtividade também no ensino, mirando-se na dimensão política.
(C) Valorização no sistema de ensino da organização racional dos meios, ocupando o professor e aluno posição prioritária.
(D) Defesa da reordenação do processo educativo, tornando-o objetivo e operacional à semelhança do trabalho fabril.
(E) Passa a ser vista de forma tecnicista, ou seja, com fatura de avaliações subjetivas e coletivistas para todos os estudantes.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Durante a ditadura militar foram introduzidas mudanças curriculares com a inclusão da matéria educação moral e cívica para os alunos do 1º e 2º grau. Também foi alterado o objetivo da disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPb), a qual foi pensada para que os estudantes conhecessem melhor a legislação. A ditadura mudou o caráter da disciplina, tornando-a um espaço que previa o culto à pátria e aos valores do Regime, uma forma de exaltar o nacionalismo presente.

Alternativa B: INCORRETA. A educação tecnicista domina o cenário educativo a partir do Golpe Militar. Negando os determinantes sociais, o tecnicismo tinha como princípios a racionalidade, a eficiência, a produtividade e a neutralidade científica produzindo no âmbito educacional, uma enorme distância entre o planejamento, preparado por especialistas e não por professores, seus meros executores e a prática educativa. Enfim, a educação deveria ser dotada de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência.

Alternativa C: INCORRETA. Após o Golpe de 1964, a educação volta-se essencialmente para o tecnicismo e, nesse contexto, o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando professor e aluno posição secundária, uma vez que a ênfase é dada para a operacionalização de objetivos, para a mecanização do processo, daí a proliferação de propostas pedagógicas baseadas num enfoque sistêmico – o ensino modular, a instrução programada etc.

Alternativa D: CORRETA. O Golpe de 1964 impactou significativamente o cenário da educação a partir da pedagogia tecnicista a qual tem como princípio, segundo Saviani (2008, p. 12), a reordenação do processo educativo, de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico.

Alternativa E: INCORRETA. A educação passa a ter caráter essencialmente tecnicista com o Golpe Militar. Seu método é o da transmissão e recepção de informações. Nele o aluno é submetido a um processo de controle do comportamento, a fim de que os objetivos operacionais previamente estabelecidos possam ser atingidos. Trata-se do “aprender fazendo”. O material instrucional encontra-se sistematizado nos manuais, nos livros didáticos, nos módulos de ensino,

no, nos dispositivos audiovisuais etc. As avaliações eram individuais e deveriam exigir do educando, a reprodução do conhecimento técnico aprendido.

50. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Demerval Saviani defende a instituição de uma educação revolucionária (nos termos gramscianos) que busque desenvolver no indivíduo uma consciência filosófica. Em suas palavras:

“Passar do senso comum à consciência filosófica significa passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada”.

Por muitas vezes, o processo de ensino-aprendizagem nas escolas trabalha com uma concepção de conhecimento muito próxima à que o autor descreve como sendo tipicamente do senso comum. Uma perspectiva pedagógica que se aproxima mais da proposta de educação de Saviani é:

- Ⓐ A intradisciplinaridade, que favorece a criação de diferentes áreas de especialização dentro das disciplinas científicas.
- Ⓑ A freudiana, guiada pelas pulsões e as relações afetivas que se manifestam no cotidiano escolar.
- Ⓒ A interdisciplinaridade, que busca juntar em um mesmo ambiente conhecimentos e práticas específicos das diferentes disciplinas escolares.
- Ⓓ A transdisciplinaridade, na qual o corpo docente se articula na construção de um conhecimento e de uma prática que transcende as individualidades de cada disciplina.
- Ⓔ A behaviorista, que acredita que o conhecimento se adquire através de estímulos a experiências vividas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A intradisciplinaridade pressupõe uma forma de disciplinaridade, posto que dialoga disciplinas de uma mesma matriz de conhecimento. Ou seja, discursos e competências que devem ser adquiridos entre os diferentes conhecimentos de um mesmo componente curricular.

Alternativa B: INCORRETA. A concepção freudiana de educação está centrada na interface com a psicanálise. Freud revelou interesse pela educação, intencionando uma melhor compreensão acerca do desenvolvimento da criança e do adolescente. Para Freud, “a finalidade da educação é permitir ao indivíduo, submetido ao princípio do prazer, a passagem de pura satisfação das pulsões (instintos e desejos) do universo simbólico”, assim como a ênfase dada às questões afetivas.

Alternativa C: INCORRETA. Ideia de interdisciplinaridade pressupõe que dois ou mais componentes curriculares estão reunidos e voltados para a análise e verificação do mesmo objeto de estudo. Os professores fazem um planejamento conjunto com objetivo de propor discussões que levem os alunos a estabelecer relações entre o que estão pesquisando nas diversas disciplinas em relação a um tema, um problema em questão, ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista.

Alternativa D: CORRETA. A transdisciplinaridade religa os saberes, atribuindo importância do todo à parte, não importando qual seja o ponto de partida ou o de chegada. É a partir dos princípios éticos e políticos que ocorre a seleção e a articulação dos saberes científicos, dos saberes da experiência, dos saberes do senso comum pedagógico, de modo a extrair dele as experiências válidas (o bom senso) e dar-lhes expressão elaborada, filosófica, com vistas à formulação de uma prática educativa transformadora, defendida por Saviani.

Alternativa E: INCORRETA. A concepção behaviorista tem o seu fundamento alicerçado na educação tradicional, pois se baseia em estímulos, respostas e reforços. O aluno reproduz comportamentos e modelos; as notas das avaliações e elogios, por exemplo, podem ser entendidas como reforço.

51. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) O processo educativo guarda íntima relação com os processos perceptivos de um indivíduo. De acordo com Lúria, “a percepção depende de práticas humanas historicamente estabelecidas que podem, não só alterar os sistemas de codificação usados no processamento da informação, mas também influenciar a decisão de situar os objetos percebidos em categorias apropriadas”. Sendo assim, o

autor trata o processo perceptivo como similar ao pensamento:

- (A) Hipotético.
- (B) Genealógico.
- (C) Derivativo.
- (D) Gráfico.
- (E) Indutivo.

Grau de Dificuldade



Alternativa A: INCORRETA. O cérebro humano não é uma tabula rasa nem muito menos constituído de circuitos hipotéticos, duvidosos. As percepções são armazenadas no cérebro, dando significado ao novo na interface com as experiências adquiridas.

Alternativa B: INCORRETA. O pensamento genealógico tem Nietzsche como percussor e está centrado nas complexas relações sociopolíticas de poder e dominação, tanto na vida material, por meio da produção e reprodução de bens materiais, quanto espiritual, através dos valores culturais, na constituição da moralidade dos costumes.

Alternativa C: INCORRETA. O pensamento derivativo designa o comportamento dissimulado ou distorcido que permite a uma pulsão do id, ou seja, os instintos, os processos primitivos, desejos, vontades, podem se expressar com menos ansiedade; principalmente pelos instintos e desejos orgânicos pelo prazer.

Alternativa D: CORRETA. Para Lúria, o processo perceptivo é chamado gráfico, uma vez que se baseia em configurações perceptuais, presentes no campo das experiências práticas do cotidiano, vividas, registradas e armazenadas na memória do indivíduo. Pode-se afirmar que o processo perceptual é similar ao pensamento gráfico, pois possui aspectos que mudam com o desenvolvimento histórico.

Alternativa E: INCORRETA. Segundo Lúria, no desenvolvimento psíquico as linhas de desenvolvimento dos processos de percepção, memória, pensamento estão imbricados e vão se constituindo historicamente, a partir das experiências concretas do indivíduo, e não de forma indutiva.

Caro(a) leitor(a),

Com o objetivo de subsidiar a sua aprendizagem de forma mais significativa, apresentamos nesta seção uma síntese de alguns pontos relevantes sobre os Fundamentos da Educação, no que concerne aos aspectos filosóficos, sociológicos e pedagógicos, comentados ao longo do capítulo, contemplando teoricamente, através de uma linguagem clara e objetiva, conteúdos subdivididos por tema. Desejamos a todos, conhecimentos e aprendizagens significativas e exitosas.

Sucesso e bons estudos!

O homem é um ser histórico-social, ou seja, que efetiva suas relações mediante práticas culturais complexas ocorridas em determinado tempo-espaço. Sendo assim, nenhuma pessoa consegue se esquivar do processo educativo. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de uma maneira ou de outra, todos nós envolvemos partes da vida com ela.

O ser humano constrói o seu lastro cultural a partir do trabalho (através do qual transforma a natureza e a si mesmo) e dos aspectos culturais (danças, jogos, relações familiares etc.). O aperfeiçoamento de suas atividades só é possível através da educação, a qual se constitui como um fator importantíssimo para a socialização e humanização dos homens.

E qual seria a finalidade básica da educação?

Essa é uma pergunta complexa, pois a finalidade pode variar bastante ao longo do tempo e a depender da cultura e da sociedade na qual se dá o processo educativo. Isso é o que tem mostrado a História da Educação:

- Na Grécia dos tempos heroicos, a finalidade era formar guerreiros; na Grécia da época das cidades-estado, almejava-se formar cidadãos;
- Em Roma, os esforços se concentravam na formação de cidadãos com espírito prático e assim sucessivamente.

"A educação dentro de uma sociedade se revela como um instrumento de manutenção ou transformação social e não como um fim em si mesma. A sociedade da qual ela está inserida precisa possuir alguns valores que possam nortear a sua prática. Pode-se entender que a educação é o processo de desenvolvimento integral do homem, isto é, de sua capacidade física, intelectual e moral, que tem como fim não só a formação de habilidades, mas também do caráter e da personalidade social. "

De forma geral, pode-se entender a educação como um complexo que se concretiza no conjunto das relações que os homens e mulheres estabelecem entre si ao longo da história e que, portanto, cada período histórico pode apresentar à educação distintos aspectos que a direcionam. No contexto brasileiro, a educação tem como finalidades principais: o pleno desenvolvimento do educando e sua qualificação para o trabalho.

Não é a prática educacional quem estabelece os seus fins. Quem o faz é a reflexão filosófica que permeia a educação, dentro de uma determinada sociedade. As relações entre educação e filosofia parecem ser quase "naturais". Enquanto a primeira trabalha com o desenvolvimento do ser humano e, sobretudo, das novas gerações, a segunda é a reflexão sobre o que e como devem ser esses seres humanos e a própria sociedade.

E na atualidade? Qual seria a finalidade básica da educação? Bom, responder a essa pergunta é um exercício bastante interessante. Num mundo globalizado é extremamente difícil ponderarmos a finalidade exata da educação, pois as realidades de cada sociedade são distintas. Nessa perspectiva...

A educação está sempre em constante mudança e, a partir do século XXI, apresenta-se como pressuposto básico da sociedade. A aquisição do conhecimento fundamenta-se na necessidade de preparar o homem para fazer frente aos desafios apresentados pelo mundo ao qual está inserido, considerando a atual realidade caracterizada como uma sociedade movida pela tecnologia e pela informação, do pro-

cesso de globalização da economia e das mudanças aceleradas no mundo do trabalho.

Um dos principais desafios da prática pedagógica no âmbito educacional, no mundo atual, é contribuir para formação de uma consciência capaz de libertar o ser humano das injustiças vivenciadas no seu cotidiano e compreender o mundo. Enquanto sujeitos sociais, só poderemos avançar em qualquer área de nossas vidas e nos desenvolvermos enquanto seres humanos, de fato, quando exercermos nossas capacidades de reflexão.

A educação é uma prática que pode conduzir à libertação, implicando numa concepção do ser humano e do mundo. Aqui, a emancipação diz da capacidade de pensar e decidir, diz de uma autonomia inalienável, enquanto sujeitos históricos, inseridos no tempo, capazes de optar, de transformar, de valorar etc. (FREIRE, 2008, p. 12).

A partir das novas descobertas científicas e tecnológicas, a educação passa a receber uma série de novos impulsos que buscam contribuir para a educação escolar e para enfrentamento dos desafios da produção do conhecimento na contemporaneidade.

É nesse cenário que se insere o debate da educação como direito. A chamada “educação planetária” articula o direito da inclusão, da dignidade, da consciência ecológica, da justiça e da solidariedade humana como princípios fundamentais para o desenvolvimento social e econômico.

FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

Pressupostos filosóficos da educação

A Filosofia da Educação é um “instrumento efetivo de compreensão e transformação da atividade educacional” (SERPA, 2005, p. 2). Isso implica alguns pressupostos metodológicos a propósito da filosofia enquanto tal, dos quais destacamos:

- A filosofia é considerada como teoria universal da atividade humana, “disciplina científica que estuda as regularidades essenciais universais da ativa inter-relação [...] material e ideal, [...] objetiva e subjetiva do homem com o mundo natural e social” (SERPA, 2005, p. 2);
- As suas funções são consciencializar, racionalizar, otimizar e aperfeiçoar a atividade social dos homens;
- O seu objeto de estudo é conforme à universalidade da inter-relação humana com o mundo na sua dupla determinação material e ideal, objetiva e subjetiva;
- A sua finalidade é superar a alienação, fundamentando e promovendo a transformação da realidade através de uma sociedade onde cada vez mais correspondam à essência e à existência humanas;
- Dimensões fundamentais da filosofia: ontológica, gnoseológica, lógica, axiológica, antropológica e praxiológica;
- A região da análise da filosofia é a natureza, a sociedade e o pensamento humano numa perspectiva ativa de relação com o mundo.

A função maior da filosofia da educação é contribuir para que o ser humano adote uma postura reflexiva no que tange à problemática educacional. A realidade educacional pedagógica está em constante mutação por quatro constantes fatores determinantes: a época, o lugar, contexto socioeconômico, político e cultura do lugar. São influenciados pelos objetivos e métodos de ações pedagógicas no contexto escolar.

A educação, quando imbuída dos ideais filosóficos, não se ocupa em “formatar” os seres humanos de maneira homogênea, mas sim oferecer condições ideais para que o educando caminhe com autonomia e encontre, assim, o seu próprio caminho que certamente não serão iguais, pois cada aluno tem o seu tempo, aspirações, valores e inteligências múltiplas.

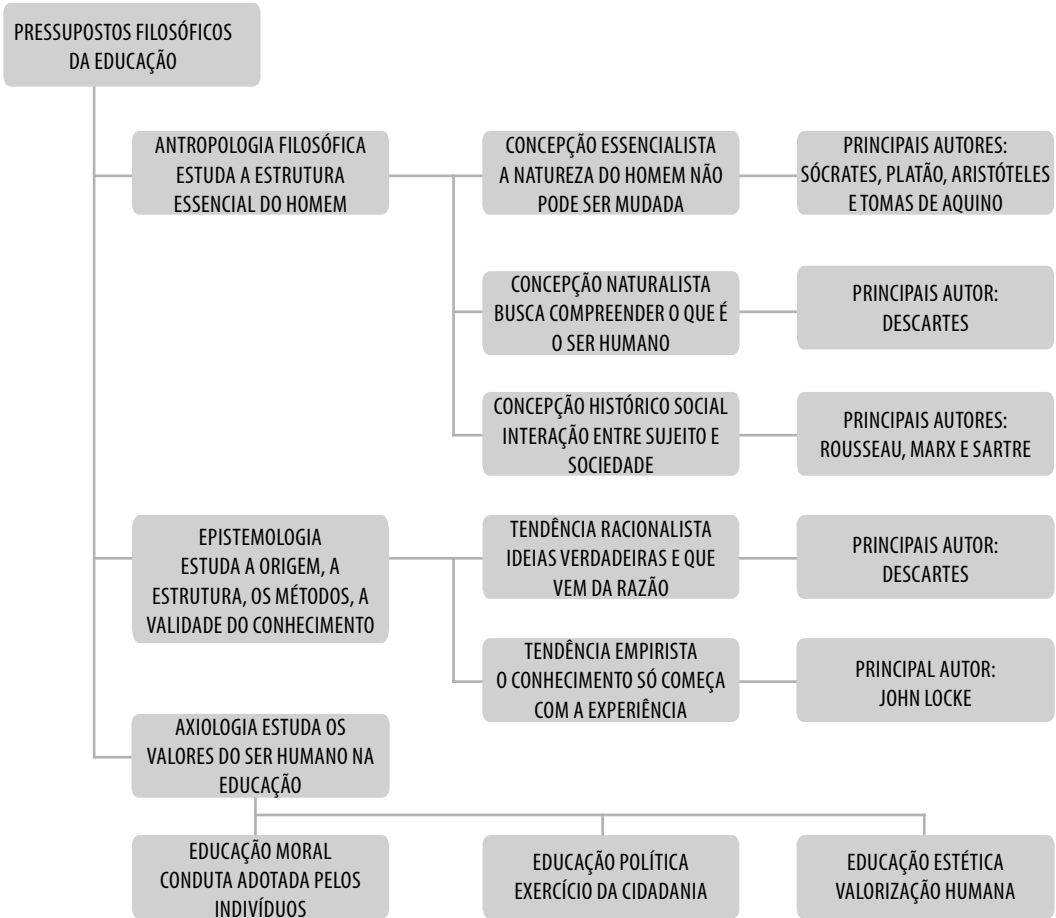
A relação entre educação e filosofia é bastante espontânea. Enquanto a educação trabalha com o desenvolvimento dos homens de uma sociedade, a filosofia faz uma reflexão sobre o que e como devem ser ou desenvolver estes homens e esta sociedade, isto é, uma reflexão sobre os problemas que a realidade educacional apresenta.

O acompanhamento filosófico da ação pedagógica objetiva promover a passagem de uma educação assistemática, pautada no senso comum, para uma educação sistematizada e crítica, portanto, de uma consciência filosófica e, nesse sentido, “podemos melhor compreender a orientação e os pressupostos que movem os educadores, condição para que a sua atuação seja intencional, não apenas empírica” (ARANHA, 2011, p. 8).

Para Severino (2009), a Filosofia da Educação desenvolve uma tríplice tarefa ao tratar das questões antropológicas, epistemológicas e axiológicas. Tomando por base a realidade educacional vivenciada, surgem questões sobre o ser humano que se busca formar (antropologia), sobre as bases do conhecimento presentes nos métodos e ações educativas (epistemologia) e sobre os valores que assumimos, recusamos ou criamos (axiologia). A filosofia da edu-

cação tem a função de mediar a questão da interdisciplinaridade¹, através da qual se estabelece um elo entre as diversas disciplinas, o que auxilia e muito o trabalho desenvolvido pela educação.

O quadro a seguir, baseado nos estudos de Severino (2009), apresenta os Pressupostos Filosóficos da Educação, os quais serão discutidos a seguir:



Fonte: Severino (2009, p. 142).

Esse pressuposto considera o ser humano por ele mesmo e como ele se vê. É uma antropologia da essência do que constitui a natureza de um ser, o que há de fundamental. Questiona o significado do ser, estuda o caráter do homem, vê de que forma ele

convive no seu ambiente biológico. Segundo Aranha (2011, p. 150), “é a investigação sobre o conceito que o ser humano faz de si próprio, de suas faculdades, habilidades e ações que orientam a vida”. Apresenta-se a partir de três concepções de homem:

¹O conceito de interdisciplinaridade fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com os outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação, [...] (FAZENDA, 2001, p. 88).

Antropologia Filosófica – Concepções de Homem

Essencialista	Naturalista	Histórico-social
• Homem compreendido a partir de uma natureza imutável; • A perfeição de cada ser dependeria da realização plena das potencialidades internas.	• Homem entendido como organismo vivo regido pelas leis da natureza; • Homem compreendido a partir do dualismo mente e corpo; • A supremacia seria do corpo, organismo vivo regido por leis da natureza.	• Homem enquanto uma entidade natural e histórica; • A natureza humana determinada pelas condições objetivas de sua existência; • O ser humano seria resultado de um processo de vir-a-ser.

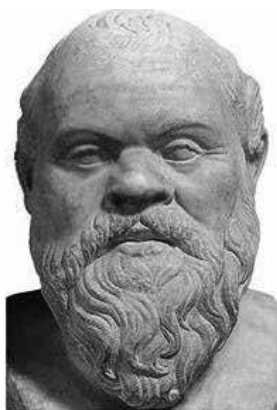
Fonte: Aranha (2011, p. 139).

A concepção essencialista surge a partir do século VI a.C., tem origem na metafísica grega da Antiguidade e se caracteriza pela busca da unidade na multiplicidade dos seres, ou seja, é uma busca pela essência do ser. Nessa concepção, a humanidade teria uma natureza imutável, apesar das diferenças individuais. O grande papel da educação seria ajudar os indivíduos a alcançarem aquele modelo idealizado de homem. Na Idade Média, persiste também essa concepção antropológica essencialista, só que agora dirigida pela visão cristã que defendia uma essência humana advinda de Deus, e que deveria ser alcançada visando a vida eterna. Nesse âmbito, a educação estaria muito próxima da fé.

Principais filósofos/autores da concepção essencialista:

Sócrates

Filósofo nascido em Atenas. Foi o maior representante da pedagogia do Ocidente.



Como educador, pretendeu despertar e estimular a busca pessoal da verdade, despertar o conhecimento de si próprio. Sócrates acreditava que o autoconhecimento era o início do caminho para se atingir o verdadeiro saber, convidava seus discípulos para um mergulho em si mesmo. Em suas aulas, os alunos não recebiam os conteúdos prontos de maneira passiva, mas buscavam construí-los.

Acreditava na seguinte tese: “acreditamos saber, mas precisamos descobrir que não sabemos”. Para esse filósofo, são etapas do saber:

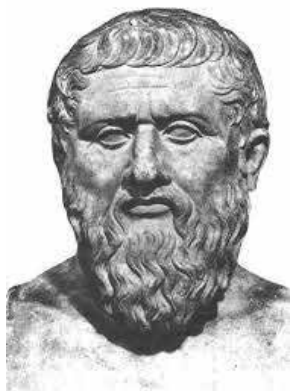
- a) Ignorar sua ignorância;
- b) Conhecer sua ignorância;
- c) Ignorar seu saber;
- d) Conhecer seu saber.

A verdade, escondida em cada um de nós, só é visível aos olhos da razão. Deriva daí a célebre frase: “só sei que nada sei”. O processo de formar o indivíduo para ser cidadão e sábio devia começar pela educação do corpo, que permite controlar o físico. Já para a educação do espírito, Sócrates colocava em segundo plano os estudos científicos, por considerar que se baseavam em princípios mutáveis. Inspirado no aforismo “conhece-te a ti mesmo”, julgava mais importante os princípios universais, porque seriam eles que conduziram à investigação das coisas humanas.

Platão

Nascido em Atenas (séc. V a. C).

Para ele, a filosofia é um saber verdadeiro, comprometido com uma sociedade justa e feliz.

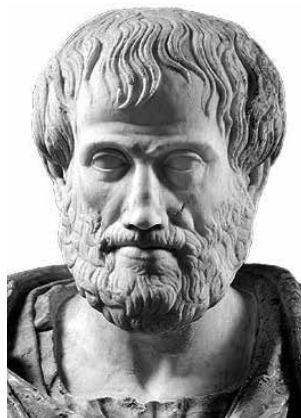


Discípulo de Sócrates e, assim como seu mestre, não concordava com a educação praticada na Grécia de seu tempo: transmissão pelos sofistas, de conhecimentos técnicos, além da oratória, aos jovens da elite econômica grega. Platão defendia a tese de que toda educação devia ser responsabilidade do Estado e os alunos seriam capacitados para ocuparem funções públicas. Homem de visão avançada, dizia que se atingiria uma sociedade mais justa com a instrução dos meninos e meninas, além de preconizar o acesso universal ao processo educativo.

Para ele, a tarefa central de toda educação era “elevantar o espírito” e fazer com que as pessoas saiam do mundo “aparente”, as fazendo olhar para a luz do “verdadeiro ser”. Segundo Platão, a educação seria a única coisa que o homem pode levar para a eternidade. Para se alcançar esse objetivo, ele dizia ser necessário “converter” a alma. Assim, a educação seria a “arte da conversão”.

Aristóteles (384–322 a.C.)

Nasceu na Macedônia, estudou e ensinou na Academia de Atenas. Um dos maiores filósofos da história de toda a Antiguidade.



Aristóteles, ao contrário do seu mestre (Platão), não era idealista, pregava de maneira mais racional e dizia que as ideias estão nas coisas, como sua própria essência. Era também realista em sua concepção educacional e afirmava que três fatores determinariam o desenvolvimento espiritual do homem: disposição inata, hábito e ensino. Acreditava que o homem podia tornar-se a criatura mais nobre, assim como podia tornar-se também o pior de todos os seres. O homem aprende fazendo e se torna mais justo agindo justamente. Cabe à educação a formação do caráter do aluno. Perseguir a virtude significaria, em todas as atitudes, buscar o “justo meio”. A prudência e a sensatez se encontrariam no meio-termo, ou medida justa. Atribuía aos governantes e aos legisladores o dever de regular e vigiar o funcionamento das famílias para garantir que as crianças crescessem com saúde e obrigações cívicas. Por isso, o Estado deveria também ser o único responsável pelo ensino. Na escola, o princípio do aprendizado seria a imitação. Os bons hábitos se formavam nas crianças pelo exemplo dos adultos. Quanto ao conteúdo dos estudos, Aristóteles via com desconfiança o saber “útil”, pois cabia aos escravos exercer a maioria dos ofícios, considerados indignos dos homens livres.

Tomás de Aquino (1225–1274)

Nasceu na Sicília em uma família nobre oriunda da região da Lombardia. Artífice incansável das le-

tras, dono de um espírito metodista, se empenhava em laborar o saber teológico, político e moral de sua época.



Principal representante da Escolástica² (séculos IX ao XV), a qual constituiu-se em estudos obrigatórios para os teólogos, baseando-se na razão a serviço da fé. Aquino “fez parte do movimento de renovação do pensamento católico que se seguiu à patrística... A escolástica tem como principal característica o uso da obra de Aristóteles nas discussões filosóficas e teológicas” (PORTO, 2010, p. 18). Para Aquino, um dos aspectos fundamentais no processo educativo era a sabedoria. “[...] O estudo da sabedoria ultrapassa todos os outros também em utilidade, pois a própria sabedoria conduz ao reino da imortalidade, como declara o Livro da Sabedoria: “O desejo da sabedoria conduzirá ao reino eterno. O contato e a comunhão com a sabedoria não comportam nem amargura nem tristeza, mas só prazer e alegria” (AQUINO, 1988, p. 95-96). Diferente de Santo Agostinho, colocava a razão em primeiro lugar. Tentava explicar a fé por meios racionais, alegando que podia provar a existência de Deus. Argumentava que tudo está em movimento e todo movimento é causado por alguém. Constatou que é preciso que haja um Deus para que o universo esteja em tão perfeita harmonia

Na concepção antropológica naturalista o ser humano é visto como um ser dualista, ou seja, a partir de um substância pensante (alma) e outra bioló-

gica e corporal. Dessa forma, se torna um produto de determinações naturais e não é mais tido como um ser autônomo, capaz de gerir seu próprio destino. “Caracteriza-se pelo enfoque naturalista imposto ao conceito de humanidade, projeto que atingiu seu ápice com o cientificismo positivista³, no século XIX, e que até hoje tem seguidores” (ARANHA, 2011, p. 98). O naturalismo é fundamentado pelo empirismo e pelo positivismo e marcou com a constituição das ciências humanas (final séc. XIX e início XX). Surge na tentativa de emprestar o rigor dos métodos experimentais e matemáticos à análise e dos fenômenos humanos em outras ciências como sociologia, a psicologia e a economia.

Principal autor da concepção naturalista:

René Descartes (1596-1650)



Considerado o pai da Filosofia Moderna, se opôs à tradição escolástica que dominou a Europa por vários séculos. Criou a primeira das teorias do mundo moderno: o inatismo, que tratou do conhecimento de maneira mais metódica. Descartes iniciou sua filosofia pela teoria do conhecimento, buscando uma verdade sobre a qual não houvesse dúvida. A dúvida tornou-se método e tudo foi questionado: o senso comum, os argumentos de autoridade, o testemunho dos sentidos, as verdades deduzidas pelo raciocínio, a realidade do mundo exterior e o seu

²Adaptação do pensamento aristotélico aos interesses da religião, tinha Jesus como o modelo de mestre e educador, o objetivo mais importante seria formar o homem na Fé. Essa filosofia era usada nos colégios e universidades católicas (modelo tomista/aristotélico).

³Desenvolvido a partir das ideias de Augusto Comte, tinha como principal pressuposto abandonar qualquer vestígio de religiosidade e emoção no âmbito do método científico. Para Comte, o conhecimento era positivo quando fundado na observação, porém em observação orientada por um método.

próprio corpo. A partir do ser pensante, existente no corpo, chega então a uma verdade incontestável, à existência desse ser que duvida e que, se duvida, pensa: “penso, logo existo” (cogito, ergo sum). As ideias inatas são verdadeiras e não sujeitas a erro, pois vêm da razão, e a partir delas conhecemos a realidade. Por isso, a filosofia cartesiana é chamada de “racionalista”.

A concepção antropológica histórico social, considerada moderna e contemporânea, recusa uma concepção essencialista do homem, ao afirmar que não há natureza humana universal. Segundo essa concepção, os homens são seres pragmáticos, definidos pelo trabalho e pela convivência coletiva, e as condições econômicas estabelecem os modelos sociais de produção e suas circunstâncias. Duas grandes vertentes representam essa concepção: a marxista, pautada numa compreensão de totalidade com uma fundamentação econômica, e a fenomenológica, defensora de uma autodeterminação mais autônoma do sujeito. A influência dessa concepção na educação vem, principalmente, pela criação de teorias que reconhecem o papel do educando no processo de aprendizagem.

Alguns autores da concepção antropológica histórico social:

Rousseau (1712-1778)

O filósofo Jean-Jacques Rousseau nasceu em Genebra, na Suíça, e inaugurou uma nova era na História da Educação, pois resgata a associação fundamental entre educação e política.

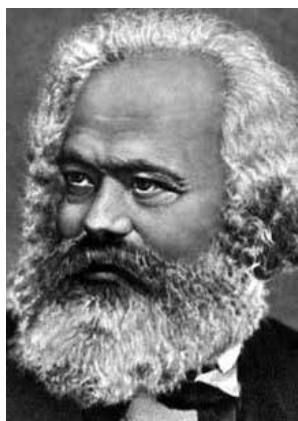


Teve como essência a crença de que o homem é bom naturalmente, embora esteja sempre sob o jugo da vida em sociedade, a qual o predispõe à depravação. Foi um revolucionário na pedagogia: delineou um método liberal de educação com a finalidade de desenvolver a criança sem destruir seu estado “natural”. O núcleo central dos interesses pedagógicos passa a ser a criança e não mais o professor. Ressalta a especificidade da criança, que não deve ser encarada como um adulto em miniatura. Principais propostas da pedagogia de Rousseau:

- O homem deve ser educado para si mesmo e não mais para Deus ou para a vida social;
- A educação afastada do artificialismo das convenções sociais, espontânea original;
- Recusa o intelectualismo, valorizando os sentidos, as emoções, os instintos e os sentimentos;
- Defende a experiência, o ensino ativo voltado para a vida, para a ação;
- Teme a educação que põe a criança em contato com os vícios e a hipocrisia.

Karl Marx (1818-1883)

Nasceu em Trier, sul da Alemanha. Estudou direito em Bonn e depois em Berlim, mas se interessou mais por filosofia e história.



Para Marx, as estruturas sociais e a própria organização do Estado estão diretamente ligadas ao funcionamento do capitalismo. Para o pensador, a ideia de revolução deve implicar mudanças radicais e globais, que rompam com todos os instrumentos de dominação da burguesia. Combater a alienação e a desumanização era, para Marx, a função social

da educação. O filósofo alertava para o risco de a escola ensinar conteúdos sujeitos a interpretações “de partido ou de classe”. Valorizava a gratuidade da educação, mas não o atrelamento a políticas de Estado – o que equivaleria a subordinar o ensino à religião. Era contra a tendência “profissionalizante”, que levava as escolas industriais a ensinar apenas o estritamente necessário para o exercício de determinada função. Entendia que a educação deveria ser, ao mesmo tempo intelectual, física e técnica. Essa concepção, chamada de “oní-teral” (múltipla), difere da visão de educação “integral” porque esta tem uma conotação moral e afetiva que, para Marx, não deveria ser trabalhada pela escola, mas por “outros adultos”.

Discute sobre o processo de produção, sistematização e transmissão do conhecimento. Podemos designar não só o ato de conhecer como uma relação que estabelece entre a consciência que conhece e o objeto conhecido, mas também o produto do conhecimento, o resultado desse ato; o saber adquirido é acumulado.

O termo “epistemologia” significa também o estudo do conhecimento científico, suas hipóteses, seus métodos, a natureza do conhecimento científico, por isso é denominada de “filosofia das ciências” ou “teoria do conhecimento científico”.

O conhecimento pode ser entendido como uma questão de caráter filosófico, sendo a sua principal tarefa a busca da compreensão de si e do mundo e, para tanto, necessário se faz entender a própria capacidade de apreensão ou compreensão. É o que cada indivíduo constrói como produto do processamento, da interpretação, da compreensão dos dados e fatos. É o significado que atribuímos e representamos em nossas mentes sobre a realidade.

EPISTEMOLOGIA

As ciências cognitivas distinguem três tipos de conhecimentos, conforme Perrenoud (1999):

- Conhecimentos declarativos (descrevem a realidade sob a forma de fatos, leis, constantes e regularidades);
- Conhecimentos procedimentais (descrevem o procedimento a aplicar para obter algum tipo de resultado, por exemplo, os conhecimentos metodológicos);

- Conhecimentos condicionais (determinam as condições de validade dos conhecimentos procedimentais).

A origem do conhecimento e o critério da verdade foram investigados pelo filósofo Descartes. Essa problemática iniciou com o filósofo moderno Descartes, que investigou sobre a origem do conhecimento e sobre o critério de verdade: “Dessas indagações derivaram duas tendências – o racionalismo e o empirismo – que marcaram, daí em diante, a reflexão filosófica. O racionalismo teve seu maior expoente em Descartes, defensor das ideias inatas, e o empirismo, em Locke e Hume, que valorizaram a experiência no processo do conhecimento” (ARANHA, 2011, p. 160). Tanto na vertente racionalista, bem como na concepção empirista, a possibilidade de todo e qualquer conhecimento se dá a partir da capacidade cognitiva do sujeito em representar o objeto.

Tendência racionalista

Para Descartes, criador dessa tendência, o conhecimento válido não vem da experiência, mas encontra-se inato na alma. Em relação ao método para atingir esse conhecimento, o filósofo francês propõe colocar em dúvida qualquer conhecimento que não seja claro e distinto. Esse conhecimento pode ser obtido através da análise racional, com a qual é possível apreender a natureza verdadeira e imutável das coisas. As ideias inatas são verdadeiras e não sujeitas a erro, pois vêm da razão, e a partir delas conhecemos a realidade. Por isso, a filosofia cartesiana é chamada de “racionalista”.

Tendência empirista

Consiste em uma teoria epistemológica que indica que todo o conhecimento é um fruto da experiência e, por isso, uma consequência dos sentidos. Opondo-se ao racionalismo, o empirismo critica a metafísica e conceitos como os de causa e substância. Para essa tendência, todo o processo do conhecer, do saber e do agir é aprendido pela experiência, pela tentativa e erro. É a experiência que estabelece o valor, a origem e os limites do conhecimento. Caracterizado pelo conhecimento científico, quando a sabedoria é adquirida por percepções; pela origem das ideias, por onde se percebem as coisas, independente de seus objetivos ou significados.

O principal teórico e criador do empirismo, termo cuja origem é a palavra grega *empeiría*, que significa “experiência”, foi o filósofo inglês John Locke (1632-1704) que, mesmo influenciado por Descartes, criticou suas ideias inatas “ao afirmar que a alma é como uma tábua rasa, uma tábua sem inscrições, uma cera na qual não há nenhuma impressão, porque o conhecimento só começa após a experiência sensível” (ARANHA, 2011, p. 161).



AXIOLOGIA

Um dos mais importantes precursores do iluminismo europeu, com isso, sua contribuição para a educação é extremamente significativa, pois ele também se preocupou com a teoria do conhecimento. Segundo Locke, devia-se evitar a escola, onde a criança pudesse ser bem acompanhada ou vigiada. A partir de seus estudos para desenvolver a individualidade humana, ele marcou o início do Iluminismo que via na razão o fio condutor do homem. Dessa forma, a base de sua doutrina educacional era a renúncia dos desejos se assim a razão não justificasse.

Para Locke, a educação é um valor que todo cavalheiro deve desejar para seus filhos. Porém, não se trata de limitar o aluno ao conhecimento livre. Diferente dos humanistas, Locke insiste em que a virtude, principal objetivo do processo educativo, não depende tão-somente de um sistema de educação baseado em conceitos religiosos, pois a virtude pode ser ensinada através de um sistema de educação secular e cívico.

Estuda as questões relacionadas ao valor que os homens atribuem às coisas, a sua valoração. Valores nos sentidos estéticos, moral, ético, político, social e

buscando nas bases da educação esses valores, para melhor entender e repassar a educação. No sentido ético e moral, as questões da axiologia tratam sobre a diversidade dos valores, natureza, subjetividade, universalidade, relatividade etc. A axiologia volta seus estudos para os valores da educação moral, política e estética.

O tornar-se moral implica em assumir livremente regras que possibilitem o amadurecimento pessoal, na qual a pessoa tem condições de se integrar em uma coletividade. Para Aranha (2011, p. 173), “a moral é o conjunto de regras de conduta adotado pelos indivíduos de um grupo social com a finalidade de organizar as relações interpessoais segundo os valores do bem e do mal”. Dessa forma, cada sociedade, “estimula alguns comportamentos, por considerá-los adequados, e sujeita outros a sanções de diversos tipos, desde um olhar de reprovação até o desprezo ou a indignação”.

ASPECTOS SOCIOEDUCACIONAIS

Cultura e educação

Cultura corresponde à forma como o homem, em diferentes tempos e espaços, transforma a natureza para produzir os meios de sobrevivência, as regras que organizam a produção, a maneira como se educa o ser humano para os comportamentos sociais, como se definem os papéis sociais e a participação nas atividades da vida social, como são estabelecidos os vínculos e os laços de parentesco, como são organizados os atos de tomada de decisão sobre os rumos da vida coletiva, como são representados os elementos sobrenaturais e a vida religiosa, como são contadas as histórias do grupo, como são festejados e celebrados os momentos significativos das biografias individuais e das coletividades, como são educadas as novas gerações e a tantos outros aspectos.

A educação, por sua vez, não se distancia da cultura. Nessa direção vale lembrar uma das frases mais repetidas por Paulo Freire: não apenas ler a palavra, mas ler o mundo através da palavra para transformá-lo. “A educação é fundamentalmente uma questão e uma forma de poder, cuja legitimidade deve ser problematizada. Daí a centralidade da eticidade da educação” (FREIRE, 2009, p. 8).

A estreita relação entre educação e cultura nos processos de formação da cidadania ressalta o caráter indispensável das ações de integração das manifestações intelectuais e artísticas nas práticas pedagógicas de ensino formal e informal.

Fique ligado(a)!!!

A sociologia possibilita condições, na área educacional, para que as discussões em relação a uma escola de qualidade ainda sejam possíveis. Isso porque, mesmo havendo, de um lado, tendências pedagógicas não críticas, à manutenção e preservação do sistema capitalista, há também, do outro lado, uma tendência progressista, que luta pela transformação social na escola.

Ampliando o conhecimento!!!

Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (August Comte) foi um filósofo francês, fundador da sociologia e do positivismo, que trabalhou intensamente na criação de uma filosofia positiva. Na concepção de Comte, a sociologia deveria orientar-se no sentido de conhecer e estabelecer as “leis imutáveis da vida social”. A ciência deveria abster-se de qualquer consideração crítica e, assim, eliminar discussão sobre a realidade existente, deixando de abordar, por exemplo, a questão da igualdade, da justiça e da liberdade. Para Comte, o conhecimento era positivo quando fundado na observação, orientada por um método: a observação empírica era uma espécie de observação vulgar, em que simplesmente se observavam os atos em si, sem se estabelecer relação entre os demais fatos observados. A observação positiva precisava seguir algumas regras, entre elas: selecionar, desmembrar, relacionar, comparar, medir e estabelecer similaridades, estudar o todo, perceber as repetições e, por fim, “estabelecer leis que possibilitem a previsão de movimentos, regularidade e comportamentos futuros do fato estudado” (MEKSENAS, 2002, p. 78).

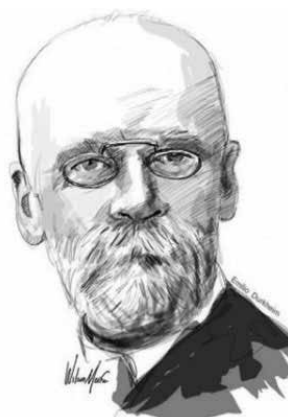
As relações entre educação e sociedade na Idade Moderna

Em se tratando de educação no período da Revolução Industrial e do surgimento e formação da sociologia (entre séculos XVII a XIX), podemos evidenciar algumas características:

- Ideal de educação: homem de espírito livre, capaz de dominar todos os campos do conhecimento;
- Desenvolvimento das técnicas – especialização dos saberes;
- Século da educação, da ideia de progresso e espírito científico, entre outros.

Esses ideais irão acontecer relativamente nas práticas educacionais, pelas condições históricas geradas em cada país no mundo ocidental europeu e norte-americano. As questões educacionais ocorrem de maneira gradativa aos acontecimentos políticos, econômicos e sociais.

Abordagens sociológicas e suas implicações para a educação



Emile Durkheim: considerado um dos pioneiros da sociologia, meio conservador, era contrário a certas mudanças na sociedade de sua época. Para Durkheim, a sociedade é um conjunto de normas de ação, pensamento e sentimento que não existem apenas na consciência dos indivíduos, mas que são construídos exteriormente, isto é, fora das consciências individuais. Sua abordagem teórica e metodológica é denominada “funcionalista”⁴.

⁴Corrente sociológica relacionada ao pensador francês Émile Durkheim (1858-1917). Para ele, cada indivíduo exerce uma função específica na sociedade e sua má execução significa um desregramento da própria sociedade. Sua interpretação de sociedade está diretamente relacionada ao estudo do fato social, que para ele apresenta características específicas: exterioridade e a coercitividade. O fato social é exterior na medida que existe antes do próprio indivíduo e coercitivo na medida em que a sociedade impõe tais regras, sem o consentimento prévio do indivíduo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Funcionalismo>.

Os fatos sociais são o objeto de estudo da sociologia, na Teoria de Durkheim, e se constituem em condutas de regras e normas (leis) coletivas que orientam a vida dos indivíduos em sociedade.

Os homens em sociedade se defrontam com regras de conduta, conhecidas por leis, códigos, decretos e constituições. São as gerações de homens que vão criando e reformulando coletivamente as leis. Essas leis são transmitidas para as gerações seguintes na forma de códigos, decretos, constituições etc. Como indivíduos isolados, temos de aceitá-las; sob pena de sofrer castigos por violá-las.

Fique atento(a)!!

Os fatos sociais têm como características: exterioridade, coercitividade e generalidade. A exterioridade consiste em ideias, normas ou regras de conduta que não são criadas isoladamente pelos indivíduos, mas pela coletividade. A coercitividade são normas e regras que devem ser seguidas pelos membros da sociedade. A não obediência a essas leis gera punição, quando alguém desobedece ao grupo. A generalidade (universalidade) consiste em as normas poderem ser percebidas em qualquer lugar.

Durkheim viu na educação o meio pelo qual a sociedade se perpetua e a escola como sobrevivência da sociedade. A educação transmite valores morais que integram a sociedade; por isso a mudança educacional é importante a partir de dois princípios: pelo reflexo das mudanças sociais e culturais e por ser agente ativo de mudanças que envolvem a sociedade. “A educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta”. Nas palavras de Durkheim, “a educação tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança estados físicos e morais que são requeridos pela sociedade política no seu conjunto”.

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que ainda não se encontram preparadas para a vida social. Tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio

social a qual a criança particularmente se destina (DURKHEIM, 1983, p. 45).

A educação é um exemplo de fato social. O indivíduo não nasce sabendo previamente as normas de conduta necessárias para a vida em sociedade. Esta deve educar os seus membros para aprenderem as regras necessárias à organização da vida social. Ou seja, as gerações adultas transmitem às crianças e adolescentes aquilo que aprenderam ao longo de sua vida em sociedade.

Para Durkheim, o professor representa a sociedade e tem o direito legítimo de provocar os “estados físicos, intelectuais e morais” requeridos pela vida social. “Numa determinada realidade social concreta, o processo educacional se dá através de instituições específicas (família, escola, igreja, comunidade) que se tornam porta-vozes de uma determinada doutrina pedagógica”, mesmo que de forma dicotômica: realizando mudanças ou conservando posturas e doutrinas. Quanto ao educando, a definição de Durkheim atribui-lhe um papel passivo. A criança estaria “naturalmente” em estado de passividade. A definição de educando, nesse viés, é em grande parte determinista⁵.



Max Weber: acreditava firmemente nos ideais democráticos e buscava caminhos que libertassem o homem da cristalização da democracia. Para Max Weber, o objeto da sociologia é a ação social, isto é, toda ação que o indivíduo pratica orientando-se pela ação de outros. Segundo ele, “A ciência diz o

⁵Determinismo é a doutrina que afirma serem todos os acontecimentos, inclusive vontades e escolhas humanas, causados por acontecimentos anteriores, ou seja, o homem é fruto direto do meio. Segue-se que o ser humano seria destituído de liberdade de decidir e de influir nos fenômenos em que toma parte. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Determinismo>

que nós queremos e o que nós podemos, nunca o que nós devemos”.

Para Weber, as relações sociais ocorrem à medida que os indivíduos passam a estabelecer uma relação significativa, isto é, algum tipo de sentido entre várias ações sociais. A ação social só vai existir quando o indivíduo tentar estabelecer algum tipo de comunicação, a partir de suas ações, com os demais. Diferencia-se de Durkheim por não enfatizar normas sociais, e de Karl Marx por não propor a formação de uma sociedade ideal. Weber estabelece diferentes tipos de ação social, agrupando-os de acordo com o modo pelo qual os indivíduos orientam suas ações:

- Ação social tradicional: ação determinada por um costume ou um hábito enraizado. Exemplo: um estudante de um determinado curso segue a tradição da família e, para não fugir à regra, resolve fazer esse curso;
- Ação social afetiva: ação determinada por afetos ou estados emocionais. Exemplo: o ato de uma pessoa presentear outra, movida por um sentimento de amizade;
- Ação social racional com relação a valores: ação determinada pela crença consciente em um valor considerado importante, independentemente do êxito desse valor na realidade. Exemplo: fazer um curso, pois o que interessa é o fato de a pessoa considerar importante algo para a sua vida;
- Ação social racional com relação a fins: ação determinada pelo cálculo racional que estabelece fins e organiza os meios necessários. Exemplo: fazer um determinado curso, colocando em primeiro plano essa finalidade, tudo o que a pessoa fizer está voltada para tal.

Na concepção de Weber, o surgimento da sociedade moderna foi acompanhado por mudanças importantes em modelos de ação social. A ciência e a técnica nos libertam de implorar aos “espíritos” as previsões ou as maneiras de proceder. As outras esferas da sociedade tendem à especialização, tal como a ciência, a burocratização e a marcha da racionalidade (WEBER, 2006, p. 22).

Quanto à educação escolarizada, Weber afirma que é também um meio pelo qual o indivíduo pode ascender socialmente, uma vez que a educação poderia ser considerada uma forma de “poder”, onde aqueles que a possuem são prestigiados e desfrutam de um tratamento diferenciado. Nessa concep-

ção, a escola seria como um dos fatores de estratificação social, um meio de destingir e privilegiar alguns indivíduos.

A PÓS MODERNIDADE E OS NOVOS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO

A pós-modernidade constitui-se como um período histórico que expressa, através da cultura da globalização e da sua ideologia neoliberal, uma estrutura econômica global que mascara as relações de desigualdade entre os povos das grandes potências econômicas e dos países periféricos. Caracteriza-se como um momento de reflexões e indagações acerca do modelo de pensamento baseado na racionalidade ocidental, o qual difundiu, ao longo dos anos, uma visão fragmentada da realidade.

A educação no cenário pós-modernista deve estar igualmente preocupada com a formação técnica do indivíduo, assim como com a sua humanização. Dessa forma, compete à escola conduzir os seus educandos à reflexão sobre a importância de ser um sujeito ativo do processo produtivo e, ao mesmo tempo, um cidadão do mundo, preocupado em promover o bem-estar social, sendo capaz de transformar, por intermédio do conhecimento, a desumanização atual em uma sociedade mais ética, justa e fraterna.



Para Karl Mannheim, a educação vem a ser o processo de socialização dos indivíduos para uma sociedade racional, harmoniosa, democrática, por sua vez controlada, planejada, mantida e reestruturada pelos próprios indivíduos que a compõem. A educação não possui finalidades abstratas. Para Mannheim, a sociedade que determina a educação e

a instrução formal é o exercício de uma necessidade vital, de extrema importância que precisa se relacionar com todas as partes e fatores da sociedade. O principal agente educativo, desse modo, é a comunidade. Podemos ser educados em qualquer espaço formativo, entre distintas concepções e padrões que se orientam no interior da comunidade.

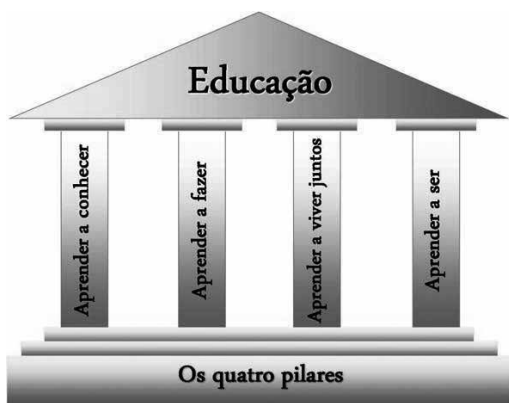


Pierre Bourdieu (1930-2002): a educação, a cultura, a literatura e a arte foram seus primeiros objetos de estudo. Além desses aspectos citados, é importante falar também acerca dos conceitos por ele criados, como espaço social, campo social, habitus e classe social. Esses conceitos são alusivos à posição social que o indivíduo ocupa na sociedade. A violência simbólica foi outro tema central da sua obra. Dedidou-se também ao combate do neoliberalismo sob todas as formas. Criticou os meios de comunicação que, segundo ele, estariam cada vez mais submetidos a uma lógica comercial inimiga da palavra, da verdade e dos significados reais da vida. Foi o crítico do lixo cultural produzido pela mídia contemporânea e também da globalização (ou mundialização) financeira. O sistema de ensino gera a violência simbólica que faz com que os indivíduos vejam como naturais as representações ou as ideias sociais dominantes, que disseminam valores culturais dominantes em toda a sociedade. Manifesta-se, por intermédio da mídia, da pregação religiosa, da propaganda, da moda e da educação.

A evolução do conhecimento científico propiciou a compreensão das certezas e, ao mesmo tempo, nos revelou muitas incertezas. Torna-se essencial que a estrutura educacional, muito mais que acumular conhecimento, ensine o aluno a raciocinar, desenvolver a criatividade, imaginação e o espírito

de iniciativa, e consiga entusiasmar o aluno para a aquisição do conhecimento, inserido na conjuntura atual e desafiadora do mundo contemporâneo, pois é através da reflexão dos tempos atuais que o aluno pode vir a transcender determinados limites, penetrar nas lacunas das certezas e incertezas do conhecimento.

A Unesco produziu um relatório no qual a educação para o século XXI é concebida a partir de princípios que se constituem em quatro pilares da educação. Segundo Delors (2003), são eles:



Fonte: elaboração da autora.

Aprender a conhecer é uma forma de aprendizagem que não se limita à simples aquisição de conhecimentos. Propõe que a educação crie condições para que o indivíduo domine os instrumentos do conhecimento. Essa aprendizagem indica aumento de saberes, que permite compreender a complexidade do mundo e fomenta a capacidade intelectual, motiva o sentido crítico e permite compreender o real, mediante a aquisição de autonomia e do discernimento.

Quanto ao aprender a fazer, essa aprendizagem refere-se à questão da formação profissional, isto é, a educação deve se preocupar em como ensinar o aluno a pôr em prática os seus conhecimentos. Aprender a fazer não é sinônimo de preparar alguém para executar tarefas técnicas simplesmente. Transcende, dessa forma, a noção de qualificação profissional, chegando à noção de competência. Qualidades como a capacidade de comunicar (saber propor, formular ter iniciativa), capacidade de trabalhar e grupo, capacidade de administrar e de solucionar

conflitos (competência social) tornam-se cada vez mais importantes.

Aprender a viver juntos é um dos maiores desafios da educação na atualidade. O espírito crítico e reflexivo dos alunos deve ser estimulado para que a capacidade de abertura à alteridade e de enfrentar as inevitáveis tensões entre pessoas, grupos e nações através do diálogo e da troca de argumentos seja o ponto crucial dessa educação. A postura crítico-reflexiva dará ao estudante a capacidade de perceber a importância de se viver em sociedade e de buscar conhecimentos e atitudes que melhorem a vida do grupo e de participar em projetos comuns para o bem da comunidade a que pertence.

O pilar do aprender a ser sustenta que a educação deve se planejar e se organizar para contribuir com o desenvolvimento integral do indivíduo (espírito e corpo, cognição e intelecto, sensibilidade, senso ético e estético, competência humano pessoal e social, espiritualidade, formação técnico-profissional). A educação deve preparar o indivíduo para a autonomia intelectual e crítica e para o enfrentamento dos diferentes desafios da vida. Deve possibilitar referências intelectuais que proporcionem ao estudante a compreensão do mundo e de si mesmo, que equalize cognição e postura científica com experiências no campo da ética, estética, desportiva, cultural e social. O aprender a ser exige que a educação compreenda que o desenvolvimento do ser humano é um processo dialético que começa pelo conhecimento de si, em seguida, a relação com o outro.

Para Saviani (2008), a educação é um ato político porque contém uma dimensão política na medida

em que a prática educa para a realidade e para a inferência política do ser na sociedade. O educador precisa veicular uma visão crítica da educação, contextualizada no sistema social vigente, através da politização dos agentes educativos e desmistificação do ensino.

A filosofia e a pedagogia são ciências que tratam de um mesmo elemento: o ser humano. A filosofia tenta explicar o homem e responder as suas angústias e indagações, e a Pedagogia preocupa-se em aperfeiçoá-lo, desenvolvê-lo. A reflexão filosófica faz parte da prática docente, e neste sentido, as tendências pedagógicas surgem para definir o papel do homem e da educação no mundo, na sociedade e na escola, o que repercute na prática docente em sala de aula. Libâneo (1999), classifica as tendências pedagógicas em dois grandes grupos: Pedagogia Liberal e a Pedagogia Progressista.

A pedagogia liberal surgiu por volta dos anos 20 e 30 para justificar o sistema capitalista e cumprir o papel de reproduzir a sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista. Apesar de difundir a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições, assim como, o termo liberal não tem o sentido de “avançado”, “democrático”, como se costuma utilizar.

A pedagogia liberal prega que a escola tem a função de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso é necessário aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual.

Quais as tendências da pedagogia liberal?

Tendência tradicional	Historicamente este modelo de pedagogia predominou fortemente na educação brasileira, desde a sua origem até os anos de 1930, mas não se extinguiu e até hoje, podemos observar no cotidiano da sala de aula fortes influências deste pensamento pedagógico nos dias de hoje. Para ficar mais evidente a estrutura da pedagogia tradicional suas principais características são: - O professor é concebido como aquele que detém o poder e o conhecimento; - Os alunos são considerados como agentes passivos de todo o processo de ensino. Sem a figura do “mestre” não há aprendizado; - Os conteúdos de ensino são compreendidos como verdades absolutas; - A realidade social e as individualidades dos alunos não são levados em conta no processo educativo.

Tendência renovada progressivista	O aluno e a aquisição do conhecimento estão no centro do processo educativo. O movimento Escolanovista foi influenciado por esta corrente do pensamento pedagógico junto com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, propondo mudanças no modelo educacional desenvolvido no Brasil, no sentido de ser-lhe atribuído outros papéis sociais. A prática docente pautada no método do aprender fazendo; os conteúdos devem ser compreendidos através de experiências práticas e não mais serem trabalhados através da “metodologia” da repetição e decoração simplista, próprio do modelo tradicional. As principais características da concepção progressivista são: - Valorização do indivíduo como ser livre, ativo e social; - O mais importante não é o ensino, mas o processo de aprendizagem, que deve partir do interesse dos alunos que se processa pela experiência; - O professor é visto como facilitador do processo de busca do conhecimento; - O centro da atividade escolar é o aluno como ser ativo e curioso.
Tendência renovada não diretiva	O aluno também é o centro do processo como na concepção renovada progressivista. A diferença é que a centralidade no aluno se justifica na intencionalidade de formar a personalidade através de experiências significativas. A psicologia ocupa um espaço privilegiado na fundamentação desta corrente do pensamento pedagógico onde o desenvolvimento das relações humanas ganha mais notoriedade que as ações desenvolvidas para trabalhar os conteúdos propriamente ditos. Principais características: - A aprendizagem fundamenta-se na busca da auto-realização humana; - Defendia que as relações sociais poderiam ser mais justas e sem divisões de classes; - Os conteúdos são dispensáveis; - O aluno precisa construir seu próprio conhecimento.
Tendência tecnicista	No processo pedagógico, nem o aluno nem o professor ocupam lugar de destaque, mas sim, a tecnologia. Seguindo o pensamento ideológico do regime militar, o objetivo central do processo educacional seria a produção da mão de obra a fim de atender as expectativas desenvolvimentista da época. Fundamentada na teoria behaviorista ou teoria do comportamento que pregava o condicionamento humano através do processo S-R (estímulo/resposta), a pedagogia tecnicista tinha como metodologia o condicionamento humano através do uso do reforço a fim de adequá-lo à realidade ou exigência pretendida. Prioriza a objetividade científica e elimina qualquer pensamento crítico e/ou pensamentos subjetivos afim de garantir o resultado esperado dentro dos objetivos traçados. A pedagogia tecnicista possui as seguintes características: - Supervalorização da tecnologia programada de ensino; - O professor é um mero especialista na aplicação de manuais; - O aluno é um indivíduo que reage aos estímulos (meios) de forma a corresponder às respostas esperadas pela escola, para ter êxito e avançar; - A escola deve ser um espaço de formação de mão de obra.

Ampliando conhecimentos...

O pensamento pedagógico tecnicista representava o antagonismo ao pensamento do educador Paulo Freire que defendia uma educação emancipatória dos indivíduos e rejeitava qualquer tentativa de mecanização do processo de ensino em nome do desenvolvimento humano. A pedagogia tecnicista

acabava por representar o que Freire denominou de educação bancária onde os alunos eram compreendidos como desprovidos de quaisquer conhecimentos e, portanto, estaria participando do processo de ensino e aprendizagem apenas como simples receptores de conhecimento. O professor seria aquele que depositaria o conhecimento no aluno como se

fosse um depósito bancário onde a relação não tem reciprocidade.

Vamos conhecer agora as tendências da pedagogia progressista...

Antes de mais nada é importante esclarecer que, do ponto de vista histórico, o surgimento/aparecimento de todas as tendências pedagógicas não aconteceram de forma ordenada e cronologicamente. Muito pelo contrário, surgiram a partir da realidade vivenciada em cada momento histórico e, portanto, num mesmo período histórico pode-se perceber diferenciadas tendências no âmbito educacional brasileiro mesmo observando a prevalência de uma determinada tendência a fim de atender, geralmente, aos anseios dos interesses das classes dominantes.

As tendências pedagógicas progressistas são produtos da insatisfação de vários educadores com os modelos de tendências liberais que não tinham como objeto central a emancipação dos indivíduos através do processo educacional. Elas não se conciliam com o modelo social capitalista à medida em que partem de uma análise crítica das realidades sociais politizando todo o processo educacional. A educação é vista como um instrumento de luta social.

A educação é uma prática que pode conduzir à libertação, implicando numa concepção do ser humano e do mundo. Aqui, a emancipação diz da capacidade de pensar e decidir, diz de uma autonomia inalienável, enquanto sujeitos históricos, inseridos no tempo, capazes de optar, de transformar, de valorar etc. (FREIRE, 2008, p. 12).

Tendência libertadora	A origem da pedagogia libertadora está diretamente ligada ao pensamento de Paulo Freire que, no início dos anos 1960, ganhava notoriedade com suas ideias tendo como marco referencial o “método” revolucionário de alfabetização. Essa tendência enfatizava o papel da escola como um instrumento de luta das camadas populares e, juntamente com outras instituições sociais, deveria promover as transformações sociais necessárias para a construção de uma sociedade democrática. A educação é propulsora das consciências coletivas em busca da emancipação e transformando as pessoas em sujeitos históricos e não mais passivos de conhecimentos como fundamentava o pensamento tradicional. O diálogo entre os sujeitos educativos que deve perpassar toda a prática pedagógica. A pedagogia libertadora defendia: - Que a atividade escolar deveria centrar-se em discussões de temas sociais e políticos; - O professor é um coordenador de atividades que organiza e atua conjuntamente com os alunos; - O aluno deve ser compreendido como aquele indivíduo que possui conhecimentos ligados à sua realidade concreta; - A escola deve ser valorizada como instrumento de luta das camadas populares; - Os conteúdos de ensino são extraídos da experiência de vida dos educandos.
Tendência libertária	A escola é vista como um espaço de lutas sociais. A ideia central desenvolvida nessa concepção é a crítica fortemente atribuída ao modelo educacional capitalista onde há a predominância, nos espaços escolares, da disciplina, da ordem, da busca de uniformização (inclusive de pensamento), do controle que influenciam diretamente a construção do conhecimento dos educandos e, por conseguinte, a construção do pensamento da sociedade num processo de reprodução do modelo vigente: o modelo capitalista. O conhecimento aqui é visto numa relação direta com a vida social, aos aspectos da vida concreta. Sinteticamente, as características principais desta tendência são: - Independência teórico-metodológica; - O professor é aquele orientador que interage simultaneamente com o aluno numa reflexão coletiva; - A aprendizagem deve acontecer informalmente; - No processo educativo, a liberdade deve ser total; - Os alunos têm a liberdade de trabalhar ou não os conteúdos desenvolvidos.

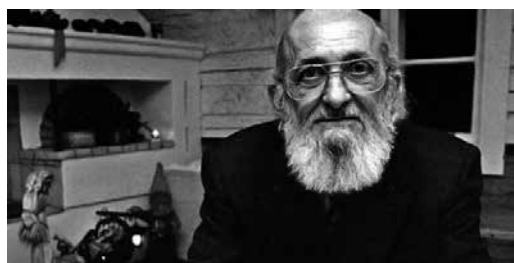
Tendência
crítico-
social dos
conteúdos

Esta tendência surge no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 a partir da crítica feita a alguns educadores de tendência libertadora à medida em que não davam muita ênfase ao conhecimento historicamente elaborado concentrando-se mais na realidade concreta. Os conteúdos escolares devem ultrapassar as questões sociais atuais e dar um salto no sentido de ter acesso ao conhecimento do “acervo cultural da humanidade”. Um dos maiores representantes desta tendência é Dermeval Saviani. A tarefa de uma pedagogia crítica consiste em transmitir conhecimentos universais que são considerados como patrimônio da humanidade e não dos grupos sociais que deles se apropriaram. Fortalece ainda a crítica à concepção libertadora no sentido de que esta prioriza não a aquisição do conhecimento, mas os métodos de sua aquisição. A escola deve preparar o aluno a se inserir na vida social com a aquisição de conteúdos significativos no preparo para a vida. O professor orienta o aluno a partir dos conteúdos trabalhados, que devem corresponder aos interesses dos alunos. Como principais características temos:

- Assegura a função social e política da escola através do trabalho com conhecimentos sistematizados;
- Entende que não basta ter como conteúdo escolar as questões sociais atuais, mas que é necessário que se tenha domínio de conhecimentos, habilidades e capacidades mais amplas para que os alunos possam interpretar suas experiências de vida e defender seus interesses de classe;
- Os métodos buscam favorecer a coerência entre a teoria e a prática;
- O saber objetivo é considerado matéria-prima para a atividade educativa e deve ter primazia sobre o mundo da natureza, ou seja, sobre o saber natural, espontâneo;
- Defende a conversão do saber objetivo em saber escolar de modo a torná-lo assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares.

Paulo Freire (1921-1997)

“Não basta saber ler mecanicamente ‘Eva viu a uva’. É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho.”



Natural do Recife, Pernambuco, Paulo Freire é considerado um dos grandes pedagogos da atualidade e mundialmente respeitado. Foi um pensador criativo que deixou uma contribuição através de suas ideias, criando um método de ensino revolucionário na área de alfabetização, principalmente de jovens e adultos. Embora suas ideias e práticas tenham sido objeto das mais diversas críticas, é inegável a sua grande contribuição em favor da

educação popular. Freire criticava a ideia de que ensinar é transmitir saber porque para ele a missão do professor era possibilitar a criação ou a produção de conhecimentos. Mas ele não comungava da concepção de que o aluno precisa apenas de que lhe sejam facilitadas as condições para o autoaprendizado. Previa para o professor um papel diretivo e informativo, portanto, ele não pode renunciar a exercer autoridade.

Freire condenava a concepção de educação bancária na qual a relação professor-aluno é uma relação que se estabelece a partir da ideia de que os educandos são transformados em recipientes a serem cheios e na qual o educador se mantém em posições fixas e invariáveis, sendo sempre o que doa seu saber ao ignorante.

Para o educador, ninguém ensina nada a ninguém, mas as pessoas também não aprendem sozinhas. “Os homens se educam entre si mediados pelo mundo”, escreveu. Isso implica um princípio fundamental para Freire: o de que o aluno, alfabetizado ou não, chega à escola levando uma cultura que não é melhor nem pior do que a do professor.

Em sala de aula, os dois lados aprenderão juntos, um com o outro – e para isso é necessário que as relações sejam afetivas e democráticas, garantindo a todos a possibilidade de se expressar.

TENDÊNCIAS PÓS-LDB “CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO”, QUE IDEIA É ESSA?

Ao longo da história, vários pensadores discutiram as fontes do conhecimento, inquietando-se com questões como: o que é o conhecimento e como ele é adquirido? Como os homens conhecem? Existe o conhecimento inato ou todos os conhecimentos derivam das experiências? É possível aprender sem a experiência?

A concepção que defende o inatismo entende que todo o conhecimento que temos nasce conosco é inato, não necessitando ser apresentado a nós. Já a concepção empirista entende que todo o conhecimento que temos é adquirido a partir da experiência, através dos sentidos.

Na história da epistemologia, tivemos duas principais escolas de pensamento sobre o que constitui o meio mais importante para o conhecer. Uma é a escola “racionalista”, defendendo que a razão é responsável por esse papel. A outra é a “empirista”, para qual é a experiência, principalmente o uso dos sentidos, ajudados, quando necessário, por instrumentos, a responsável por tal papel.

Conhecer é uma ação que demanda esquemas de assimilação e acomodação, num processo constante de reorganização, que é fruto da atividade daquele que interage com o mundo.

O sujeito age sobre o objeto, assimilando-o: essa ação assimiladora transforma o objeto. O objeto, ao ser assimilado, resiste aos instrumentos de assimilação de que o sujeito dispõe no momento. Por isso, o sujeito reage refazendo esses instrumentos ou construindo novos instrumentos, mais poderosos, com os quais se torna capaz de assimilar, isto é, de transformar objetos cada vez mais complexos.

Essas transformações dos instrumentos de assimilação constituem a ação acomodadora. Conhecer é transformar o objeto e transformar a si mesmo.

O conhecimento não nasce com o indivíduo, nem é dado pelo meio social. O sujeito constrói seu conhecimento na interação com o meio tanto físico como social. Essa construção depende, portanto,

das condições do sujeito – indivíduo sadio, bem-alimentado, sem deficiências neurológicas etc. – e das condições do meio.

A educação deve ser um processo de construção de conhecimento em condição de complementaridade: por um lado, alunos e professores, por outro, os problemas sociais atuais e o conhecimento já construído pelo indivíduo.

O construtivismo seria então uma concepção teórica que parte do princípio de que o desenvolvimento da inteligência é determinado pelas ações mútuas entre o indivíduo e o meio. A ideia é que o homem não nasce inteligente, mas também não é passivo sob a influência do meio. Ao contrário, responde aos estímulos externos agindo sobre eles para construir e organizar o seu próprio conhecimento, de forma cada vez mais elaborada.

Construtivismo significa isto: a ideia de que nada, a rigor, está pronto, acabado e de que, especificamente, o conhecimento não é um dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer outra dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio, de tal modo que podemos afirmar que antes da ação não há psiquismo nem consciência e, muito menos, pensamento (BECKER, 2003, p. 88-89).

O construtivismo é, pois, uma visão de mundo, uma teoria do conhecimento – é um modo de se conceber o ser humano. Essa filosofia visa um acompanhamento da criança, propondo-lhe situações desafiadoras mediante o contato com materiais ou conteúdos provocantes. O sujeito precisa investir no objeto proposto, configurá-lo e aprendê-lo como um desafio.

Para concluir...

Esperamos que este resumo possa possibilitar a você, leitor, uma síntese dos conteúdos que subsidiavam as questões. Indicamos que as bibliografias citadas ao longo do capítulo sejam consultadas, a fim de um maior aprofundamento nos temas abordados.

REFERÊNCIAS

1. AQUINO, Tomás e ALIGHIERI, Dante. Seleção de textos / Sto. Tomás de Aquino, Dante Alighieri;

- tradução Luiz João Baraúna... [et al.]. Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
2. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da Educação*. 5 ed. Moderna, 2011.
 3. ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
 4. BECKER, Fernando. O que é construtivismo? *Revista de Educação AEC*, Brasília, v. 26, n. 88, p. 7-15, abr./jun. 2003.
 5. DURKHEIM, E. *Sociologia, Educação e Moral*. 2ª edição. Porto, Portugal: Rés-Editora Lda, 2001.
 6. FAZENDA, Ivani. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas: Papirus, 2001.
 7. FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
 8. FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
 9. LIBÂNEO, José Carlos. *Tendências pedagógicas na prática escolar*. In LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1999.
 10. MELLO, Luiz Gonzaga de. *Antropologia cultural iniciação, teoria e temas*. Petrópolis: Vozes, 1992.
 11. PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
 12. PORTO, Leonardo S. *Filosofia da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores 2010.
 13. SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 17 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
 14. _____. *Escola e Democracia: polêmicas do nosso tempo*. 32 ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
 15. SERPA, G. R. *Los Fundamentos Filosóficos de la Educación como reconsideración crítica de la Filosofía de la Educación*. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 36/8, p. 1-8, 2005. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/1023Ramos.PDF>> Acesso em: 27 ago. 2017.
 16. SEVERINO, Antônio Joaquim. *A compreensão filosófica do educar e a construção da Filosofia da Educação*. In: ROCHA, Dorothy (Org.). *Filosofia da Educação: diferentes abordagens*. Campinas: Papirus, 2009. p. 9-36.
 17. Weber, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
 18. LARA, José J. F. *Filosofia e Filosofia da Educação*. Disponível em: <<http://educalara.vilabol.uol.com.br/lara2.htm>>. Acesso em: 9 jul. 2017.
 19. *Os Pré-Socráticos*. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/presocratico.htm>>. Acesso em: 2 jul. 2017.
 20. Sócrates. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/socrates.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2017.
 21. Aristóteles. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~cesar/projects/lowtech/mundodesofia/aristoteles.html>>. Acesso em: 18 ago. 2017.
 22. JOLLY, Richard. *Introdução ao desenvolvimento humano: conceitos básicos e mensuração*. s/d. Disponível em: <http://www.soo.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task.>. Acessado em: 10 ago. 2017.

¹PICOLI, E. S. A.; CARVALHO, E. J. G. Projeto político-pedagógico: uma construção “coletiva”? III Encontro de Pesquisa em Educação, I Jornada de Gestão Escolar e XV Semana de Pedagogia – Pedagogia 35 anos: História e Memória. UEM, Maringá, 2008.

²BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

³_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação*. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

⁴SAVIANNI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

⁵MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

⁶LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 21 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

⁷SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889)*. Tese de Doutorado - IE/UFMT, 1999.

⁸FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

SITES

- ⁹CAMPOS, Casemiro de Medeiros. Saberes docentes e autonomia dos professores. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ¹⁰ARANHA, Maria Lúcia. Filosofia da Educação. São Paulo: Moderna, 2006.
- ¹¹GIMONET, Jean-Claude. Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR, 2007.
- ¹²FERREIRO, Emília. Reflexões Sobre Alfabetização. São Paulo: Cortez, 2000.
- ¹³BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
- ¹⁴SCHWARTZMAN, Simon. Políticas educacionais e coesão social: uma agenda latino-americana. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- ¹⁵SAVIANI. Dermeval. Tendências e correntes da educação brasileira. MENDES, D. T. (Coord.) Filosofia da Educação Brasileira. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- ¹⁶BARBOSA, Wilmar do Valle. Tempos pós-modernos. In: LYOTARD, Jean François. A condição Pós-Moderna. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa, posfácio: Silvano Santiago. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. p. VII-XIII.
- ¹⁷PIAGET, Jean. A Psicologia da Inteligência. USA: Routledge, 1999.
- ¹⁸LACERDA, Gustavo Biscaia. Elementos estáticos da teoria política de Augusto Comte: as pátrias e o poder temporal. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, 23, p. 63-78, nov. 2004.
- ¹⁹GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8 ed. São Paulo: Ática, 2002.
- ²⁰BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). Pesquisa participante. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ²¹VASCONCELOS, Celso dos Santos. Pra onde vai o professor? Resgate do Professor Como Sujeito de Transformação. 10ª ed. São Paulo: Libertad, 2003.
- ²²CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Unesp, 1999.
- ²³LUZURIAGA, Lorenzo. História da educação e da pedagogia. 12. ed. São Paulo: Nacional, 1991.
- ²⁴TEIXEIRA, Anísio. Educação não é Privilégio. 5 ed. Or. Marisa Cassim. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- ²⁵LOCKE, John. Coleção Os Pensadores: Argos, 1999.
- ²⁶COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva: discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; caticismo positivista / Augusto Comte. Tradução: José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os pensadores).
- ²⁷BOURDIEU, P. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI. Afrânio (orgs). Escritos de educação. Petrópolis, Vozes, 1998.
- ²⁸WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. 2a edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- ²⁹BRASIL. Lei n.º 7.044/1982 – Altera dispositivos da Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2.º grau. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm. Acesso em: 11 jun. 2017.
- ³⁰Saviani, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

Karina Macêdo

CONCEITUAÇÕES

01. Questão

(METRÔ/DF - IADES - 2014) Quanto ao conceito de educação corporativa, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Relaciona-se unicamente com a formação de mão de obra especializada.
- Ⓑ Prescinde de vinculação com os interesses da instituição.
- Ⓒ Vincula-se exclusivamente aos interesses da equipe gestora.
- Ⓓ Lança mão de estratégias de manipulação e doutrinação de colaboradores para seguir os objetivos da empresa.
- Ⓔ A educação corporativa organiza, de forma coerente e sistematizada, as competências da equipe, possibilitando um processo significativo de inovação dentro da organização.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: o entendimento sobre Educação Corporativa perpassa por perceber um trabalho plural que estrutura ações voltadas para a melhoria da qualidade do desempenho organizacional e pessoal por parte dos colaboradores de uma organização. De acordo com Meister (1999), a Educação Corporativa é um guarda-chuva estratégico para desenvolver os

funcionários, a fim de cumprir as estratégias da organização.

Alternativas A, B, C e D: INCORRETAS. Tais alternativas apresentam conceitos equivocados no que tange ao entendimento sobre Educação Corporativa.

Alternativas E: CORRETA. Entendendo a Educação Corporativa como um mecanismo de instrumentalização, é possível entender que esta tem como objetivo organizar, de forma coerente e sistematizada, as competências da equipe, possibilitando um processo significativo de inovação dentro da organização.

02. Questão

(EBSERH/HU/UFJF - AOC - 2015) A educação corporativa pode ser definida como:

- Ⓐ uma divisão cartesiana entre sujeito e objeto, que deu origem a uma visão da organização como mecanismo para “processamento de informações”.
- Ⓑ uma educação que acontece dentro das grandes corporações.
- Ⓒ uma ação organizacional planejada de modo sistemático, que possibilita a aquisição de habilidades motoras, atitudinais ou intelectuais, assim como o desenvolvimento de estratégias cognitivas que podem tornar o indivíduo mais apto a desempenhar suas funções atuais ou futuras.
- Ⓓ um conhecimento pessoal, específico ao contexto e, assim, difícil de ser formulado e comunicado.

Ⓔ uma preocupação específica sobre a necessidade das organizações adquirirem capacidade de coletar, organizar e disseminar informações somente dentro da empresa.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A visão cartesiana limita a definição da Educação Corporativa, uma vez que não possibilita o entendimento sobre inovação dentro das organizações.

Alternativa B: INCORRETA. As diversas corporações (empresas), independente de seu tamanho, entenderam a importância da educação corporativa para ampliação da qualidade do trabalho desenvolvido por seus colaboradores.

Alternativa C: CORRETA. A Educação Corporativa é uma ação que possibilita ao sujeito uma melhoria e ampliação da visão global sobre suas atividades laborais, o fazendo pensar estrategicamente sobre como proceder diante da realidade o qual esteja efetivamente inserido.

Alternativa D: INCORRETA. O foco das corporações é o trabalho coletivo de seus colaboradores, desta forma a educação corporativa preza pela formação grupal aliada aos objetivos da empresa.

Alternativa E: INCORRETA. A Educação Corporativa visa a inovação da corporação, a partir da recriação de conhecimentos que extrapolam seus espaços internos.

03. Questão

(EBSERH/HU/UFJF - AOCF - 2015) Por gestão do conhecimento entende-se:

- Ⓐ as competências organizacionais baseadas na cultura organizacional e nos objetivos estratégicos da empresa.
- Ⓑ um fator decisivo na formulação de estratégias organizacionais, de modo a ser visto como um ativo intelectual para as organizações. A forma como se gerencia o conhecimento é determinante para o crescimento e competitividade de uma organização.
- Ⓒ a ativação de um conhecimento empresarial que pode ser utilizado na aprendizagem.
- Ⓓ as especificações da gestão que estão relacionadas à organização operacional.

Ⓔ a elaboração do planejamento estratégico de forma a descrever funções de cada membro da organização, bem como os prazos para efetivação das tarefas de produção.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: A nomenclatura “Gestão do Conhecimento” advém do inglês *Knowledge Management* (KM), para melhor entendimento da questão, torna-se necessária a ampliação de conhecimento sobre tal expressão.

Alternativa A: INCORRETA. A gestão do conhecimento se desenvolve a partir da gestão de competências que se delinea a partir de indicadores como visão, missão, estratégias, valores, dentre outros.

Alternativa B: CORRETA. A sociedade vivencia, na atualidade, a chamada era do conhecimento. Desta forma, a gestão do conhecimento é reconhecida como um recurso estratégico inserido nas organizações e no cotidiano das pessoas como objetivo de formular estratégias determinantes para o crescimento competitivo de uma empresa.

Alternativa C: INCORRETA. Aprendizagem é processo de apropriação de informações, as quais, a partir das diversas interações que os sujeitos são submetidos, resultam na construção de conhecimento.

Alternativa D: INCORRETA. A Gestão do Conhecimento se organiza a partir de fatores como aprendizagem, competências, inteligência emocional, capital intelectual, dentre outros. Tais fatores respaldam uma organização estratégica da empresa.

Alternativa E: INCORRETA. A Gestão do Conhecimento pensa, de forma estratégica, as ações de uma organização. Cabe à Gestão de Pessoas descrever as funções de cada membro da organização.

04. Questão

(EBSERH/HU/UFJF - AOCF - 2015) A formação oferecida pela Pedagogia Empresarial tem como objetivo:

- Ⓐ oferecer uma formação continuada como sendo uma extensão do Bacharelado.
- Ⓑ formar o cidadão responsável e crítico, reforçando o mercado de trabalho exigente que tem como prioridade a competência e o individualismo.
- Ⓒ compreender o contexto socioeconômico e produtivo da organização, objetivando situar o trabalho

como processo educativo e ético, desenvolvendo metodologias adequadas à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas, habilitando o aluno para instituir programas de qualificação e requalificação profissional.

Ⓓ educar o aluno para o desenvolvimento de suas habilidades, para suprir o mercado de trabalho no âmbito escolar e formar a mão de obra mais acessível às empresas.

Ⓔ compreender o contexto produtivo sem a mínima compreensão do comportamento humano e suas relações com o meio.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A Pedagogia Empresarial oferece uma formação especializada ao pedagogo (além de outros profissionais) objetivando preparar sua atuação, tanto filosófica quanto política, dentro de uma organização.

Alternativa B: INCORRETA. A Pedagogia Empresarial visa formar o cidadão responsável e crítico, que ultrapasse os aspectos instrumentais demandados pelo mercado de trabalho, garantindo aos sujeitos um desempenho profissional baseado em conceitos como espírito de equipe e criatividade.

Alternativa C: CORRETA. A Pedagogia Empresarial compreender o contexto socioeconômico e produtivo da organização, objetivando situar o trabalho como processo educativo e ético, desenvolvendo metodologias adequadas à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas, habilitando o aluno para instituir programas de qualificação e requalificação profissional. É válido ressaltar, estas ações são projetadas para todas as áreas da empresa (gerencial, administrativa e operacional).

Alternativa D: INCORRETA. O foco do trabalho da Pedagogia Empresarial é articular o desenvolvimento do aluno para sua atuação no mercado, atendendo às demandas atuais das organizações, visando uma formação que valorize a dignidade humana.

Alternativa E: INCORRETA. A Pedagogia Empresarial busca compreender o contexto produtivo nas suas diversas dimensões, prospectando estratégias de socialização que considerem a singularidade dos sujeitos.

05. Questão

(EBSERH/HE/UFSCAR - AOCF - 2015) O termo cultura organizacional é originado da:

- Ⓐ Pedagogia.
- Ⓑ Antropologia.
- Ⓒ Filosofia.
- Ⓓ Sociologia.
- Ⓔ Psicologia.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: A concepção do entendimento sobre o que é Cultura Organizacional perpassa pelo conceito de cultura. De acordo com Chiavenato (2004, p. 165) , “[...] a Cultura organizacional ou cultura corporativa é o conjunto de hábitos e crenças, estabelecidos por normas, valores, atitudes e expectativas, compartilhado por todos os membros da organização. Ela se refere ao sistema de significados compartilhados por todos os membros e que distingue uma organização das demais”. Entende-se, dessa forma, que o conceito de cultura organizacional se constitui, excepcionalmente, dentro de espaços empresariais.

Alternativas A, C, D e E: INCORRETAS. Não são ciências que estudam de forma direta os fenômenos culturais.

Alternativas B: CORRETA. Entendendo a Antropologia como a ciência que estuda a diversidade cultural (costumes, hábitos, crenças, etc.) dos diferentes povos que compõem as sociedades, o tema “Cultura Organizacional” origina-se a partir dos estudos realizados nesta ciência com o objetivo de entender os sujeitos que compõem as organizações, levando em consideração singularidades.

O PAPEL DO PEDAGOGO NA EMPRESA

O trabalho do pedagogo institucional requer o desenvolvimento de uma base conceitual sólida nos temas educacionais, além de atitudes que lhe permitam atuar de forma ética. Com base nessa premissa, julgue os itens a seguir, tendo como referência o trabalho multidisciplinar do pedagogo.

06. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) O pedagogo não deve assumir o papel de educador-educando, mas ter ação enérgica e contribuir com neutralidade para o desenvolvimento curricular da instituição.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. O pedagogo além de assumir o papel de mediador do processo de ensino e aprendizagem a partir do diálogo direto com o educando, tem como atribuição implementar, planejar e acompanhar a proposta curricular da instituição na qual atua.

07. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) Por seu caráter intencional e diretivo, o ensino consiste em um trabalho didático-pedagógico, que pressupõe construção de conhecimento e rigor metodológico, mas que também implica interação, compartilhamento e expressão de afetividade, originando-se de um ato de criação de possibilidades para a produção de conhecimentos.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. Etimologicamente entende-se o ato de ensinar como o processo de deixar marcas nos sujeitos envolvidos. Deixa marcas por ser uma ação revestida de intencionalidade; intenções que precisam atender as necessidades e possibilidades de aprendizagem de cada aluno.

08. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) Competência é a conquista de iniciativa e de responsabilidade diante de situações profissionais com as quais o indivíduo se confronta, constituindo-se como inteligência teórica que se desenvolve a partir dos conhecimentos adquiridos e se transforma à medida que a diversidade das situações aumenta.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. O conceito de competência é entendido a partir uma reflexão da tríade – saber,

saber-fazer e saber ser; ou seja, garantia de conhecimentos teóricos, procedimentos pertinentes à ocorrência apresentada e capacidade de mobilização destes em prol de resolver situações-problemas impostas ao profissional.

09. Questão

(DETRAN/RO - IDECAN - 2014) O pedagogo, dentro da empresa, tem como objetivo principal auxiliar o desenvolvimento comportamental e psicológico das pessoas, levando o grupo a se relacionar melhor uns com os outros, aprendendo a respeitar e a valorizar as ideias de cada um. Acerca desse pressuposto, analise.

- I. O desenvolvimento desse trabalho representa um conjunto de atividades que objetiva explorar o potencial de aprendizagem e a capacidade produtiva das pessoas, visando mudanças de comportamentos e atitudes, assim como a aquisição de novas habilidades e conhecimentos.
- II. Possibilita mudanças no desempenho profissional e motivacional do ser humano, gerando competitividade, aumento do desequilíbrio harmonioso e, conseqüentemente, uma boa lucratividade.
- III. Deve-se trabalhar continuamente a autoestima do grupo, pois é fundamental para que todos estejam em harmonia, assim os trabalhos fluem com mais facilidade; se um funcionário está com a autoestima baixa, seu rendimento não será tão satisfatório quanto poderia ser.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, II e III.
(B) I, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) II e III, apenas.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. O trabalho do pedagogo empresarial tem como foco a formação profissional, apresentando a aprendizagem e capacidade produtiva como potencial das pessoas, visando mudanças de comportamentos e atitudes, assim como a aquisição

sição de novas habilidades e conhecimentos que atendam as demandas da organização.

Assertiva II: INCORRETA. O pedagogo empresarial desenvolve ações que possibilitam mudanças tanto no espaço organizacional quanto no desempenho profissional dos sujeitos, com vistas à garantia da qualidade das tarefas. Tais ações são favorecidas e efetivadas a partir do trabalho colaborativo e flexível entre as equipes de trabalho.

Assertiva III: CORRETA. O trabalho de sensibilização e motivação faz parte das atribuições do pedagogo empresarial. Atividades que permitam desenvolver a continuamente a autoestima do grupo, possibilitam mudanças culturais significativas no ambiente de trabalho.

RESPOSTA: ⑩

10. Questão

(DETRAN/RO - IDECAN - 2014) “Considerando a empresa essencialmente como um espaço educativo, estruturado como uma associação de pessoas em torno de uma atividade com objetivos específicos e, portanto, como um espaço também aprendente, cabe à pedagogia buscar estratégias e metodologias que garantam uma melhor aprendizagem/apropriação de informações e conhecimentos.” Acerca dessa afirmativa e das atividades de um pedagogo na empresa, analise.

- I. Promove a reconstrução de conceitos básicos, como criatividade, espírito de equipe e autonomia emocional e cognitiva.
- II. Ocupa-se basicamente com os conhecimentos, as competências, as habilidades e as atitudes diagnosticadas como indispensáveis/necessárias à melhoria da produtividade.
- III. Qualifica o pessoal da organização, cada um em sua área, seja a administrativa, a operacional, buscando a dedicação exclusiva a uma só atividade.
- IV. Implementa programas de qualificação, difundindo o conhecimento, traçando estratégias e metodologias que assegurem uma melhor aprendizagem dos funcionários.

Estão corretas as afirmativas

- Ⓐ I, II, III e IV.
Ⓑ I e IV, apenas.
Ⓒ I, II e III, apenas.
Ⓓ I, II e IV, apenas.
Ⓔ II, III e IV, apenas.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. É papel do pedagogo, na empresa, articular ações estratégicas que desenvolvam no profissional moderno conceitos como: promove a reconstrução de conceitos básicos, como criatividade, espírito de equipe, autonomia emocional e cognitiva, liderança e flexibilidade.

Assertiva II: CORRETA. O pedagogo empresarial ocupa-se, principalmente, em desenvolver ações educativas que primem pela ampliação da produtividade das organizações através da valorização do capital cultural de seus colaboradores.

Assertiva III: INCORRETA. O trabalho desenvolvido pelo pedagogo, dentro das organizações, prima por ações que reflitam uma coesão na empresa. As pessoas que trabalham na empresa vivenciam uma formação que as qualificam como sujeitos integrais, proativos, empreendedores e aptos a gerirem o trabalho de forma global.

Assertiva IV: CORRETA. É atribuição, do pedagogo empresarial, propor e implementar políticas de qualificação educacional, as quais possibilitem ampliação da construção de conhecimento pelos colaboradores, através do desenvolvimento de habilidades e competências que reverberem num melhor desempenho do grupo.

RESPOSTA: ⑩

11. Questão

(PREF. JABOATÃO/PE - AOCPE - 2015) De acordo com Maria da Glória Gohn (2001), o pedagogo dos tempos atuais adquiriu características específicas que o diferenciam claramente da clássica figura do pedagogo da escola formal do século XIX e XX, uma vez que a expansão do mercado global e o avanço das tecnologias exigiram uma nova postura deste profissional. Dentre essas novas características, o pedagogo deve estar preparado para atuar em um setor que se expande cada vez mais que é:

- Ⓐ a escola formal de tempo integral.
- Ⓑ os espaços não escolares.
- Ⓒ a escola formal de educação especial.
- Ⓓ a EJA – Educação de Jovens e Adultos.
- Ⓔ a educação infantil.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: As atuais concepções, de educação, entendem que o processo de ensino-aprendizagem acontece nos diferentes espaços sociais, e não apenas no espaço da sala de aula. Tais espaços são intitulados como escolares e não escolares. Contudo, em se tratando da relação ensino/aprendizagem, cabe ao pedagogo a tarefa de desenvolver a prática pedagógica nestes ambientes. O trabalho do pedagogo no espaço escolar já está institucionalizado, daí cabe a este profissional o trabalho com os diversos níveis e modalidades da educação: educação especial, educação de jovens e adultos, educação infantil, educação em tempo integral, dentre outros. Com as demandas atuais da sociedade, o trabalho do pedagogo tem ganhado novas conotações e sua atuação vem ganhando novos espaços, como as empresas, hospitais e o terceiro setor. Estes são os espaços considerados como não escolares. Para ampliação desta informação, torna-se necessário conhecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006).

Alternativas A, C, D e E: INCORRETAS. São níveis e/ou modalidades da educação, formalizados como espaços originais de atuação do pedagogo.

Alternativas B: CORRETA. O trabalho do pedagogo tem ganhado notoriedade nos espaços não escolares como: empresas, hospitais e o terceiro setor.

12. Questão

(EBSERH/HU/UFJF - AOCF - 2015) As competências do profissional, que devem ser valorizadas nas empresas, são responsáveis por:

- Ⓐ abrirem mão do saber aprender, pois elas vão aparecendo durante o processo produtivo na empresa.
- Ⓑ assumirem responsabilidades, porém sem assumir os riscos de suas ações, pois quem responde por elas é a própria empresa.

Ⓒ ter um bom relacionamento com colegas de trabalho embora isso seja irrelevante caso não esteja no Planejamento Estratégico da mesma.

Ⓓ ter visão estratégica, conhecer e entender o negócio da organização, seu ambiente, identificando oportunidades e alternativas.

Ⓔ estarem voltadas a um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar; integrar; transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O saber aprender é um dos principais requisitos a ser apresentado pelo profissional no mercado de trabalho, pois o mesmo é desafiado a todo momento a apresentar soluções para os diferentes problemas na empresa.

Alternativa B: INCORRETA. Assumir responsabilidades implica responsabilizar-se por suas ações, mostrando desta forma competências e disponibilidade para novos desafios.

Alternativa C: INCORRETA. As relações interpessoais no trabalho são de fundamental importância para o desenvolvimento profissional e qualidade da execução do Planejamento Estratégico da empresa.

Alternativa D: INCORRETA. Para além de ter visão estratégica, conhecer e entender o negócio da organização, seu ambiente, identificando oportunidades e alternativas, é suma importância que o profissional tenha competências para a resolução de situações-problemas.

Alternativa E: CORRETA. As competências voltadas a um saber agir responsável e reconhecido, que implicam mobilizar; integrar; transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo, compõem um saber pessoal extremamente fundamental para articulações dentro de uma empresa.

13. Questão

(EBSERH/HU/UFJF - AOCF - 2015) Por competência do indivíduo nas organizações, compreende-se:

- Ⓐ um estado, um conhecimento específico.
- Ⓑ somente a formação educacional do indivíduo.

- © um conjunto de aprendizagens sociais, comunicacionais, saber agir responsável, mobilizar, integrar recursos e transferir conhecimentos em um contexto profissional determinado.
- Ⓓ à formação acadêmica necessária à administração da empresa.
- Ⓔ às habilidades de solucionar problemas relacionados ao grupo de trabalho dentro da cultura organizacional.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: De forma geral, as competências são entendidas como a capacidade de mobilizar recursos, construir conhecimentos; tomar atitudes e desenvolver habilidades, tudo em prol da obtenção de resultados. Falando em competências individuais, segundo Chiavenato (2008, p. 143), estas “[...] são as competências que cada pessoa deve contribuir e possuir para atuar na organização ou em suas unidades”. Ainda de acordo com este autor, competências “[...] são aquelas características pessoais essenciais para o desempenho da atividade e que diferenciam o desempenho das pessoas”. Algumas das competências que os indivíduos precisam possuir nas organizações são “[...] aprender a aprender; comunicação e colaboração; raciocínio criativo e resolução de problemas; conhecimento tecnológico; conhecimento de negócios globais; desenvolvimento da liderança; e o autogerenciamento da carreira”. (CHIAVENATTO, 2000, p. 166 e 167).

Alternativas A, B, D e E: INCORRETAS. Ampliando a reflexão sobre os conceitos que tais alternativas trazem sobre competências, é possível visualizar que os mesmos são rasos e/ou incoerentes com a abordagem atual.

Alternativa C: CORRETA. De fato, a concepção atual de competências individuais, nas organizações, as apresentam como um conjunto de aprendizagens sociais, comunicacionais, saber agir responsabilmente, mobilizar, integrar recursos e transferir conhecimentos em um contexto profissional determinado.

14. Questão

(EBSERH/HU/UFJF - AOCF - 2015) O pedagogo deve ser formado para atuar em diferentes áreas, além da docência. O pedagogo empresarial se ocupa de:

- Ⓐ auxiliar na gestão de conflitos, na seleção e em toda contratação de pessoal.
- Ⓑ elaborar o treinamento, a gestão e atuar no setor de produção da empresa.
- Ⓒ desenvolver as competências do indivíduo sem o compromisso social e sustentável.
- Ⓓ desenvolver conhecimentos, competências, habilidades e atitudes diagnosticadas como indispensáveis/necessárias à melhoria da produtividade.
- Ⓔ elaborar o planejamento estratégico da empresa.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. É papel do pedagogo empresarial auxiliar na gestão de conflitos no espaço da organização, contudo, no que tange às questões de contratação de pessoal, o mesmo é responsável pelas etapas de análise curricular, seleção, recrutamento, treinamento e desenvolvimento; as demais etapas ficam a cargo de outros profissionais.

Alternativa B: INCORRETA. A elaboração e desenvolvimento do treinamento é uma das funções do pedagogo empresarial, já a gestão e atuação no setor de produção da empresa não é papel deste profissional, uma vez que o mesmo atua no setor de Recursos Humanos.

Alternativa C: INCORRETA. Cabe ao pedagogo na empresa desenvolver as diversas competências do indivíduo, como o compromisso social e sustentável, uma vez que as ações deste profissional, devem respaldar-se em valores morais e éticos.

Alternativa D: CORRETA. Compete, ao pedagogo, que atua nos espaços empresariais, desenvolver conhecimentos, competências, habilidades e atitudes diagnosticadas como indispensáveis/necessárias à melhoria da produtividade.

Alternativa E: INCORRETA. Não é função do pedagogo empresarial elaborar o planejamento estratégico da empresa, e sim acompanhar tal elaboração juntamente com outros profissionais.

15. Questão

(EBSERH/HU/UFJF - AOCF - 2015) Para o pedagogo empresarial, a construção do conhecimento tem um papel:

- Ⓐ mecanicista.
- Ⓑ pragmático.
- Ⓒ sistemático.

- Ⓓ técnico.
- Ⓔ humanizador.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: O pedagogo, na atualidade, concebe o processo de construção do conhecimento como um instrumento de humanização, uma vez que os indivíduos precisam forma-se através de uma consciência política, a qual favoreça uma atuação e transformação da realidade na qual estiver inserido. Conforme Freire (2006) “[...] a educação deve ocupar a vida, confundir-se com ela e impregnar-se dela, existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo” (FREIRE, 2006, p. 90) .

Alternativas A, B, C e D: INCORRETAS. Tais alternativas apresentam a construção do conhecimento com um papel modelador do comportamento humano.

Alternativa E: CORRETA. O trabalho do pedagogo empresarial visa a construção do conhecimento com foco humanizado.

16. Questão

(EBSERH/HU/UFJF - AOCP - 2015) Para o líder da organização ser capaz de realizar mudanças, ele precisa de:

- Ⓐ trabalho em equipe e de um planejamento estratégico que contemple todos os modelos mentais.
- Ⓑ maestria pessoal, modelos mentais, trabalho em equipe, visão compartilhada e visão sistêmica.
- Ⓒ visão sistêmica e treinamento.
- Ⓓ modelos mentais de reforço de aprendizagem e treinamento.
- Ⓔ visão compartilhada e visão sistêmica.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: Conforme Hunter (2004) ser líder é ter a habilidade de influenciar pessoas para desenvolverem suas atividades entusiasmadamente tendo em vista atingir aos objetivos vistos como sendo para o bem de todos. Desta forma, entende-se que o líder tem um papel importante dentro de uma organização. Pensando neste profissional como um agente de mudanças, é fundamental conhecer algumas características necessárias que o mesmo deve ter. Um bom líder busca criar ambientes com climas

organizacionais favoráveis ao bom desenvolvimento da empresa. Tem virtudes como saber ouvir, saber delegar tarefas, desenvolver o grupo, dentre outras.

Alternativas A, C, D e E: INCORRETAS. As características que o líder deve ter, apresentadas nestas alternativas, não contemplam e/ou estão reduzidas para atender as necessidades de mudanças das organizações.

Alternativa B: CORRETA. Visando atender as necessidades de mudanças das organizações, é imprescindível que o líder tenha maestria pessoal, modelos mentais, trabalho em equipe, visão compartilhada, além da visão sistêmica.

17. Questão

(EBSERH/HE/UFPEL - AOCP - 2015) O trabalho do pedagogo é bastante abrangente e ocupa espaços não escolares. Em relação à atuação do Pedagogo na empresa, podemos afirmar que seu trabalho está voltado:

- Ⓐ para a elaboração dos planos de aula utilizados pelo setor de Recursos Humanos.
- Ⓑ para a elaboração do Projeto Pedagógico da empresa e para os processos de construção de gestão de pessoas.
- Ⓒ somente ao setor de treinamento de pessoal.
- Ⓓ para uma visão tecnicista e não de construção do conhecimento.
- Ⓔ para a instrução dos funcionários.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Os planos de aula não são instrumentos utilizados pelo setor de Recursos Humanos.

Alternativa B: CORRETA. Dentre as atividades do pedagogo empresarial estão a elaboração do Projeto Pedagógico e a construção de gestão de pessoas da empresa.

Alternativa C: INCORRETA. O trabalho do pedagogo na empresa não está voltado somente para setor de treinamento, mas para o de desenvolvimento de pessoal também.

Alternativa D: INCORRETA. A visão tecnicista não revela o trabalho desenvolvido pelo pedagogo nas organizações, uma vez que o mesmo visa a construção do conhecimento sistematizado.

Alternativa E: INCORRETA. O foco do trabalho do pedagogo empresarial está para além da instrução dos funcionários; a prioridade do trabalho deste profissional está voltada para o desenvolvimento dos sujeitos em sua integralidade.

18. Questão

(EBSERH/HE/UFSCAR - AOCF - 2015) Existem três campos de atividades pedagógicas na modalidade não-docente: pesquisa educacional, gestão, coordenação pedagógica nas escolas e atividades extraescolares. Assinale a alternativa que se refere às atividades extraescolares.

- Ⓐ Formação de pesquisadores para construção de conhecimentos científicos na área educacional.
- Ⓑ Coordenação, gestão e supervisão da escola.
- Ⓒ Integração e articulação do trabalho pedagógico-didático e execução de projeto pedagógico escolar.
- Ⓓ Necessidade de novos pedagogos atuando em diversos ambientes de forma sistemática, visando à formação humana no perfil de novos profissionais.
- Ⓔ Organização do trabalho pedagógico docente.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: Entende-se como extraescolares, as diversas atividades de aperfeiçoamento e de atualização cultural realizadas em espaços de natureza não formal. Estas atividades possibilitam aos sujeitos a ampliação de conhecimentos e o desenvolvimento das potencialidades já trabalhadas ou não nos espaços escolares. De acordo com Libâneo (2001) “[...] o campo da atividade pedagógica extraescolar é extenso.” Ainda, de acordo com Libâneo (2001) os campos de atuação do profissional pedagogo, nos âmbitos escolar e extraescolar, que antes eram impensáveis, hoje estão cada vez mais oportunos.

Alternativas A, B, C e E: INCORRETAS. As atividades apresentadas nestas alternativas são realizadas no âmbito da escola.

Alternativa D: CORRETA. As atividades extraescolares apresentam a possibilidade dos pedagogos atuarem em diversos ambientes de forma sistemática, visando à formação humana no perfil de novos profissionais.

19. Questão

(EBSERH/HE/UFSCAR - AOCF - 2015) Cabe, ao Pedagogo Empresarial:

- Ⓐ focar na formação do aluno cidadão.
- Ⓑ atuar como articulador entre desenvolvimento de estratégias organizacionais, desenvolvendo atividades com recursos humanos de uma organização.
- Ⓒ focar na elaboração de planos de aula.
- Ⓓ Elaborar projeto político pedagógico.
- Ⓔ Trabalhar somente com a área da gestão e administração.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: Falando sobre o papel do pedagogo empresarial, entende-se que “[...] atualmente a empresa começa abrir espaço para que este profissional possa de maneira consciente e competente, proporcionar um ambiente que se esteja solucionando problemas, elaborando projetos formulando hipóteses visando à melhoria dos processos instituindo, na empresa, garantindo a qualidade do atendimento contribuindo para a instalação da cultura institucional da formação continuada dos empregados. O pedagogo poderá atuar na empresa produzindo e difundindo conhecimento, assim, exercendo seu papel de educador.” (GONÇALVES, 2009)

Alternativas A, C, D e E: INCORRETAS. Os papéis desempenhados pelo pedagogo empresarial nestas alternativas, por si só, não contemplam e/ou estão reduzidas.

Alternativa B: CORRETA. O pedagogo na empresa atua como articulador na promoção de estratégias organizacionais, desenvolvendo atividades com recursos humanos de uma organização.

O PLANEJAMENTO NA ORGANIZAÇÃO

20. Questão

(EBSERH/HE/UFPEL - AOCF - 2015) A elaboração de projetos na empresa é também responsabilidade do pedagogo empresarial. Esses projetos devem partir de:

- Ⓐ um conteúdo operacional da empresa, sem vínculo com situações problemas.
- Ⓑ procedimentos rotineiros na empresa.

- © uma justificativa pessoal.
- © uma atitude inovadora e sistemática.
- © um problema detectado na empresa. Essencialmente, o projeto é uma ação destinada a uma situação problema ou necessidade.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Os projetos, dentro do espaço organizacional, partem de diversas situações, inclusive de um conteúdo operacional, contudo estão vinculados às diversas situações problemas que emergem deste espaço.

Alternativa B: INCORRETA. Os procedimentos rotineiros na empresa dão norte às ações desenvolvidas neste espaço, não explicitam a necessidade da realização de um projeto.

Alternativa C: INCORRETA. De forma geral, os projetos nascem da necessidade de organização de ações que atendem a um coletivo, desta forma não se justifica a elaboração do mesmo a partir de uma justificativa pessoal.

Alternativa D: INCORRETA. Uma atitude inovadora e sistemática faz parte do rol de habilidades que o desenvolvimento de um projeto empresarial objetiva com seus colaboradores.

Alternativa E: CORRETA. Constitui-se como base para a elaboração de um projeto a identificação de um problema na empresa. Essencialmente, o projeto é uma ação destinada a uma situação problema ou necessidade.

21. Questão

(EBSERH/HE/UFSCAR - AOCP - 2015) Dentre os desafios que dificultam a elaboração do Planejamento Estratégico estão:

- © reunião do grupo de trabalho e estabelecimento das metas conjuntamente.
- © excesso de racionalidade, inflexibilidade na execução e falhas no processo de comunicação.
- © relação entre o grupo de trabalho que não seja unilateral (de cima para baixo).
- © distribuição de responsabilidades.
- © participação de todos os setores da empresa.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: De acordo com Kotler (1975, p. 52), “[...] o Planejamento Estratégico é uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida pela organização, visando maior grau de interação com o ambiente”. Refletindo este conceito, é tranquilo perceber a flexibilidade que o trabalho com este instrumento traz para a empresa, possibilitando um trabalho coletivo sistematizado, relações interpessoais de qualidade e responsabilidades compartilhadas, o que traduz um trabalho em equipe com autonomia cognitiva e emocional.

Alternativas A, C, D e E: INCORRETAS. Tais alternativas não apresentam os desafios que dificultam a elaboração do Planejamento Estratégico nas organizações e, sim, práticas que corroboram para o sucesso da preparação do mesmo.

Alternativa B: CORRETA. O excesso de racionalidade, inflexibilidade na execução e falhas no processo de comunicação enrijecem as possibilidades de construção de um planejamento estratégico empresarial, o que provoca impactos negativos para a concretização deste instrumento gerencial.

Tendo em vista que, assim como uma empresa, a escola necessita planejar suas ações para garantir bom funcionamento, julgue os itens seguintes, relativos à organização e ao planejamento escolar.

22. Questão

(FUB - CESPE - 2013) Ao contrário de ações surgidas de última hora, um projeto é um empreendimento que visa metas claras, apresenta data de início e fim e também previsão de custos.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. Como o próprio nome sugere, projeto é uma proposta de trabalho estruturada através de atividades integradas a objetivos e metas claras que visam a transformação de uma determinada realidade. Os projetos apresentam data de início e fim e também previsão de custos.

23. Questão

(FUB - CESPE - 2013) Na elaboração de projetos, o delineamento do conteúdo constitui parte da dimensão técnica.

Assertiva: INCORRETA. O delineamento do conteúdo, na elaboração de um projeto, constitui parte da dimensão teórica, pois o mesmo norteia as proposições relevantes. A dimensão técnica está relacionada às regras construídas para o desenvolvimento.

24. Questão

(FUB - CESPE - 2013) No trabalho com projetos, é necessário ter clareza dos objetivos, sendo os objetivos específicos os de maior abrangência.

Assertiva: INCORRETA. Os objetivos, por apresentarem o que se pretende alcançar com tal proposta, integram a construção de um projeto. O objetivo geral é o que tem maior abrangência, pois expõe uma síntese sobre o que o projeto almeja obter, já os objetivos específicos revelam-se como desdobramentos do objetivo geral.

25. Questão

(FUB - CESPE - 2013) O processo que permite que as estratégias de ensino sejam avaliadas simultaneamente pelos alunos e pelo professor é chamado de realimentação.

Assertiva: INCORRETA. O processo que permite que as estratégias de ensino sejam avaliadas simultaneamente pelos alunos e pelo professor é chamado de autoavaliação. Processo cíclico que permite a interpretação e/ou renovação dos pontos fracos ou fortes de uma determinada ação.

26. Questão

(FUB - CESPE - 2013) O desenvolvimento cognitivo cessa ao final da segunda infância, sendo esse o ponto principal de dificuldade para a andragogia.

Assertiva: CORRETA. O desenvolvimento cognitivo cessa ao final da segunda infância, sendo este o ponto principal de dificuldade para a Andragogia, que é a ciência voltada para a entender e trabalhar a relação ensino-aprendizagem com o adulto.

27. Questão

(METRÔ/DF - IADES - 2014) Considerando o espectro organizacional, deve-se destacar a grande relevância da prática da pesquisa operacional dentro das instituições. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A aplicação de metodologias de pesquisa operacional é algo recente, uma vez que ela surgiu a partir da década de 2000.
- Ⓑ A pesquisa operacional prescinde da utilização do método científico nas respectivas análises.
- Ⓒ As instituições lançam mão desse recurso na busca por introduzir elementos de objetividade e racionalidade nos processos de tomada de decisão.
- Ⓓ A gestão na perspectiva emancipatória dispensa esse artifício, uma vez que se trata de um recurso de pouca eficiência para os trabalhos em equipe.
- Ⓔ Por se tratar de uma prática oriunda do século passado, a pesquisa operacional está cada vez mais em desuso nas instituições.

DICA DA AUTORA: De acordo com Andrade (1998) a pesquisa operacional surge com a Segunda Guerra Mundial, na década de 40, na busca de encontrar soluções para as questões militares. Atualmente é reconhecida como uma ação de efetividade comprovada, tornou-se um recurso, utilizado pelas organizações, que tem o objetivo de otimizar as operações e ajudar na tomada de decisão de forma assertiva.

Alternativas A, B, D e E: INCORRETAS. Ampliando a reflexão sobre os conceitos que tais alternativas trazem sobre pesquisa operacional, é possível visualizar que os mesmos são incoerentes com a abordagem atual.

Alternativas C: CORRETA. As organizações utilizam a pesquisa operacional como forma de dar concretude às ações com o uso da objetividade e racionalidade nos processos de tomada de decisão.

28. Questão

(METRÔ/DF - IADES - 2014) Quanto à prática da pesquisa aplicada ao ambiente organizacional, é correto afirmar que:

- Ⓐ se observa pouca aplicabilidade dessa prática no cenário de atuação de empresas do serviço público.
- Ⓑ se refere a uma prática exclusiva dos pedagogos organizacionais.
- Ⓒ dispensa a utilização de metodologias bem definidas, uma vez que elas podam a criatividade da equipe.
- Ⓓ auxilia de maneira significativa os processos desenvolvidos pela instituição.
- Ⓔ traz contribuições relevantes unicamente para a equipe gestora.

Grau de Dificuldade

Alternativas A: INCORRETA. O número de pesquisas relacionadas à prática da pesquisa aplicada no cenário de atuação de empresas do serviço público se apresentam insuficientes para que seja possível observar a pouca ou significativa aplicabilidade dessa prática.

Alternativas B: INCORRETA. A pesquisa aplicada não é uma prática exclusiva dos pedagogos organizacionais, outros profissionais que atuam no espaço empresarial também estão aptos a desenvolverem tal atividade, como por exemplo, os administradores.

Alternativas C: INCORRETA. A pesquisa aplicada segue objetivos e metodologia bem estruturada. Desta forma, reflete e instiga, na equipe, um olhar indagador, curioso e criativo.

Alternativas D: CORRETA. A pesquisa aplicada auxilia de maneira significativa os processos desenvolvidos pela instituição, uma vez que a mesma possibilita uma ampliação de visão sobre a organização.

Alternativas E: INCORRETA. A pesquisa aplicada traz contribuições relevantes não apenas para a equipe gestora, mas para todos os membros da organização, uma vez que apresentará dados concretos de todos os setores da mesma.

- Ⓐ os lucros da empresa, minimizando custos operacionais da produção.
- Ⓑ a imagem da organização perante a sociedade, orientando o setor de *marketing* da empresa.
- Ⓒ a implantação de CEI (Centro de Educação Infantil) para colaboradoras com filhos na faixa etária de escolares.
- Ⓓ empreendimento de projetos que promovam resultados positivos, aumentando a produtividade e gerando satisfação aos funcionários, por meio de aprendizagens adequadas e necessárias de acordo com o perfil da empresa.
- Ⓔ empreendimento de projetos de responsabilidade social perante a sociedade.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: O Projeto Pedagógico, no espaço organizacional, é o documento que vai nortear as ações da chamada Educação Corporativa. Segundo Bayma (2004), ao falar sobre Projeto Pedagógico há um reporte instantâneo à dimensão pedagógica, vista como o aspecto de grande importância para este modelo de educação. Neste sentido, cabe enfatizar que o Projeto Pedagógico é fundamentado em ações que propiciam a formação do trabalhador, de modo que o mesmo possa atuar profissionalmente não somente com sua eficácia técnica, mas a partir de uma ação cooperativa, criativa e humana.

Alternativas A, B, C e E: INCORRETAS. Ampliando a reflexão sobre os conceitos que tais alternativas trazem sobre Projeto Pedagógico no espaço organizacional, é possível visualizar que os mesmos apontam conceitos equivocados sobre o conteúdo abordado.

Alternativas D: CORRETA. A partir do Projeto Pedagógico são empreendidos projetos no espaço organizacional que visam promover resultados positivos, os quais primam pelo aumento da produtividade e pela geração da satisfação dos funcionários, por meio de aprendizagens adequadas e necessárias de acordo com o perfil e necessidades da empresa.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ORGANIZAÇÃO

29. Questão

(EBSERH/HE/UFSCAR - AOCF - 2015) O desenvolvimento do projeto pedagógico na empresa deve se ocupar prioritariamente com:

30. Questão

(EBSERH/HU/UFJF - AOCF - 2015) O Treinamento na empresa envolve as seguintes etapas:

- Ⓐ aplicação e diagnóstico.
- Ⓑ diagnóstico, elaboração do programa de treinamento, aplicação ou implementação, avaliação e acompanhamento.
- Ⓒ aplicação e avaliação.
- Ⓓ diagnóstico da realidade, aplicação e, por fim, o acompanhamento.
- Ⓔ diagnóstico, avaliação e acompanhamento.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: “[...] treinamento profissional diz respeito à preparação do indivíduo, com a assimilação de novos hábitos, conhecimento, técnicas e práticas voltadas para a satisfação de demandas no exercício da profissão.” (PACHECO, 2005, p. 18). Como uma das ferramentas mais utilizadas no espaço organizacional, para o desenvolvimento do treinamento, com a efetividade almejada, é necessário o cumprimento de alguns passos. De acordo com Chavenato (2004, p.340 - 342), são eles: “Diagnóstico. É o levantamento de necessidades de treinamento a serem satisfeitas. Essas necessidades podem ser passadas, presentes ou futuras; Desenho. É a elaboração do programa de treinamento para atender as necessidades diagnosticadas; Implementação é a aplicação e condução do programa de treinamento; Avaliação. É a verificação dos resultados obrigados com o treinamento.

Alternativas A, C, D e E: INCORRETAS. Tais alternativas não apresentam os passos necessários para o desenvolvimento do treinamento.

Alternativa B: CORRETA. As etapas que envolvem o desenvolvimento do treinamento são: diagnóstico, elaboração do programa de treinamento, aplicação ou implementação, avaliação e acompanhamento.

31. Questão

(METRÔ/DF - IADES - 2014) Em relação à prática educativa dentro das empresas, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Trata-se de um modelo falido, que possui pouca aplicabilidade no mercado contemporâneo.
- Ⓑ Caracteriza-se como uma metodologia recorrente no leque de ação dos modelos burocráticos de gestão.
- Ⓒ Beneficia unicamente o grupo, não trazendo grandes resultados para a instituição como um todo.

Ⓓ Caracteriza-se pela capacidade de possibilitar momentos de formação capazes de levar a instituição à composição de quadros de funcionários formados para desenvolver seu serviço na própria empresa.

Ⓔ Deve-se priorizar, em todos os processos formativos, a presença obrigatória do gestor, uma vez que ele deve estar a par de tudo o que acontece na empresa.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: Segundo Libâneo (2009, p. 58) “[...] há uma diversidade de prática educativa na sociedade, e em todas elas, desde que se configurem intencional, está presente a ação pedagógica”. A partir de uma interlocução com a reflexão apresenta pelo autor supracitado é que apresenta-se a prática educativa dentro do espaço organizacional, embasada nas necessidades do mercado de trabalho. A prática educativa dentro das empresas visa uma formação ampliada do profissional, no sentido de garantir a melhoria da qualidade na prestação de serviço de maneira consciente e competente. Refletindo estas conjecturas, visualiza-se a prática educativa dentro das organizações como uma ação necessária e crescente, uma vez que tem a pretensão de atender às demandas novas e reais de uma empresa.

Alternativas A, B, C e E: INCORRETAS. Refletindo as proposições apresentadas nestas alternativas, é possível perceber que as mesmas são apresentadas com conceitos que traduzem veracidade sobre a prática educativa na empresa.

Alternativa D: CORRETA. A prática educativa na empresa se apresenta como um momento de interação e formação para os trabalhadores, que a partir da ampliação das habilidades e competências profissionais darão um retorno significativo aos seus serviços na própria empresa.

32. Questão

(METRÔ/DF - IADES - 2014) Assinale a alternativa que apresenta a diferença primordial entre trabalho em grupo e trabalho em equipe.

- Ⓐ No grupo, o trabalho e as decisões são sempre realizados em conjunto, enquanto, nas equipes, o

trabalho é sempre individual e as decisões são tomadas somente pelo líder.

Ⓑ Nos grupos, a responsabilidade por resultados é individual e, nas equipes, as responsabilidades são coletivas.

Ⓒ Os grupos têm objetivos de trabalhos compartilhados, ainda que cada um tenha metas específicas, enquanto, nas equipes, os objetivos de trabalho são individuais.

Ⓓ Nos grupos, o desempenho medido é coletivo e, nas equipes, só existe o compartilhamento de informação.

Ⓔ Não existem diferenças entre o trabalho em grupo ou em equipe, o que importa para a organização é a produção dos indivíduos.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: Apesar de serem utilizadas como sinônimas, as expressões trabalho em equipe e trabalho em grupo possuem significados diferentes. O trabalho em grupo se apresenta com uma ação desarticulada entre os sujeitos (embora se tenha um coletivo de pessoas, as mesmas agem de forma isolada, sem um objetivo comum), enquanto o trabalho em equipe é pensado de uma forma definida, objetiva e focada num objetivo comum, em prol de todos os membros.

Alternativas A, C, D e E: INCORRETAS. Estas alternativas não apresentam conceitos coerentes com a diferença existente entre as expressões trabalho em equipe e trabalho em grupo.

Alternativa B: CORRETA. Falando em diferenças primordiais, apresenta-se o trabalho em grupo com foco na responsabilidade por resultados individuais e, o trabalho em equipe, respaldado nas responsabilidades coletivas.

33. Questão

(METRÔ/DF - IADES - 2014) No que tange à capacitação em serviço e treinamento pedagógico nas empresas, assinale a alternativa correta.

Ⓐ Cabe ao gestor, nesse cenário, pensar currículos e programas necessários para o desenvolvimento da instituição.

Ⓑ O paradigma de capacitação adotado pelas empresas em nada difere daquele que é trabalhado pelas escolas.

Ⓒ O pedagogo empresarial é o profissional formado e capacitado para desenvolver esse trabalho, sem sofrer ou necessitar da interferência de quaisquer outros profissionais.

Ⓓ O uso da capacitação em serviço leva a realidade da instituição para dentro do processo formativo, contextualizando as aprendizagens ao real interesse da organização.

Ⓔ Para que inexistam dificuldades no processo de capacitação em serviço, devem-se selecionar somente os melhores colaboradores da instituição para participação nesses momentos de formação.

Grau de Dificuldade

Alternativas A: INCORRETA. Não é atribuição do gestor, no cenário empresarial, pensar currículos e programas necessários para o desenvolvimento da instituição. Esta é uma ação que deve ficar a cargo do pedagogo empresarial, uma vez que é este o profissional responsável por pensar às questões relacionadas à educação e sua aplicabilidade.

Alternativas B: INCORRETA. O paradigma de capacitação adotado pelas empresas está embasado na Andragogia, uma ciência que busca orientar os adultos em seu processo de construção do conhecimento. Este procedimento se difere em vários aspectos das ações desenvolvidas pela escola, uma vez que o foco do trabalho pedagógico na empresa busca respaldar a ação do sujeito em suas atividades laborais.

Alternativas C: INCORRETA. As ações desenvolvidas no espaço organizacional, em linhas gerais, estão respaldadas em um trabalho realizado por uma equipe. Refletido sobre isto, esclarece-se que, apesar do pedagogo empresarial ser um profissional formado e capacitado para desenvolver esse trabalho, uma vez que é ele quem entende sobre a relação ensino-aprendizagem, o mesmo necessita estabelecer parceria com outros profissionais para uma efetivação de seu trabalho.

Alternativas D: CORRETA. O uso da capacitação em serviço leva a realidade da instituição para dentro do processo formativo, uma vez que possibilita aos sujeitos a reflexão sobre as dimensões técnica e da autoaprendizagem. Desta forma, contextualiza-se as aprendizagens ao real interesse da empresa, que é

uma atuação mais eficiente e eficaz frente às demais organizações.

Alternativas E: INCORRETA. O processo de capacitação em serviço respalda-se na necessidade do desenvolvimento das competências técnicas ou comportamentais dos colaboradores da organização. Desta forma, identifica-se a necessidade de cada sujeito e desenvolve-se o trabalho focado em cada uma das realidades. Pensando assim, as incomplevidades e/ou dificuldades são inerentes ao processo.

34. Questão

(NUCLEP - BIORIO - 2014) Atualmente, as organizações estão sendo, cada vez mais desafiadas a desenvolver programas de capacitação significativos para os seus membros como uma forma de competir e alcançar o sucesso em um ambiente tão volátil. Para tanto, a capacitação pode ser uma fonte de vantagem competitiva em inúmeras organizações. A capacitação e a educação, nesse contexto, podem ser consideradas como:

- Ⓐ as principais formas de manipular os membros da equipe de treinamento, proporcionando um fórum de atitudes e novas práticas compatíveis com os desejos gerenciais.
- Ⓑ os principais processos voltados ao crescimento e ao avanço organizacional, proporcionando um fórum de comunicação de novas estratégias, novos valores e ferramentas para realizar o trabalho a que se propõe.
- Ⓒ estratégias mecanicista de manipulação de recursos humanos voltadas para o interesse capitalista e de lucro imediato.
- Ⓓ recursos adicionais para construção do referencial teórico independentes das propostas acerca da avaliação de desempenho de programas de capacitação que atendam ao lucro imediato.
- Ⓔ fontes de desvantagens competitivas em virtude do alto grau de comprometimento do capital sobre os recursos humanos disponíveis.

Grau de Dificuldade

Alternativas A: INCORRETA. A ideia central do trabalho com a capacitação e a educação gira em torno de tornar o sujeito apto a suas funções no espaço da organização. Desta forma, este processo não

visa manipular e sim permitir, ao trabalhador, uma articulação de seus conhecimentos, de forma competente, as quais possibilitam a adoção de novas atitudes e práticas alinhadas com as necessidades do mercado de trabalho.

Alternativas B: CORRETA. As constantes mudanças ocorridas no mercado de trabalho, traz para a organização a necessidade de renovação de seus processos, que são concretizados a partir de investimentos com a formação continuada de sua equipe de profissionais. A capacitação e a educação dentro da empresa, surge como um dos principais processos voltados ao crescimento e ao avanço organizacional, proporcionando um fórum de comunicação de novas estratégias, novos valores e ferramentas para realizar o trabalho a que se propõe.

Alternativas C: INCORRETA. O trabalho com a capacitação e a educação, dentro da organização, possibilita aos recursos humanos a ampliação da autonomia e o desenvolvimento de habilidades e competências que permitirão, aos sujeitos, uma atuação ampliada no desempenho de suas funções e consequentemente uma manutenção da competitividade na empresa.

Alternativas D: INCORRETA. A educação e a capacitação na empresa são consideradas como recursos adicionais para a ampliação da atuação competente da equipe de colaboradores, tornando assim uma fonte significativa para bons resultados.

Alternativas E: INCORRETA. A educação e a capacitação na empresa são consideradas como fontes de vantagens competitivas uma vez que possibilita que os colaboradores resolvam situações problemas, dentro da organização, por meio da aplicação de conhecimentos sistematizados. É precipitado dizer que para o trabalho com a educação e a capacitação na empresa é preciso alto grau de comprometimento do capital da mesma, uma vez que são ações pensadas e desenvolvidas, muitas vezes, dentro da própria organização.

35. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Para muitos pensadores contemporâneos, a Educação e o Trabalho são ações humanas indissociáveis, na medida em que, historicamente, é através do trabalho que o homem educa-se a si mesmo. Para Saviani, por exemplo, é através do trabalho que “o homem forma-se homem”. Assim, o tra-

balho se constitui como o ato humano que melhor nos caracteriza e mais nos diferencia dos outros animais. A educação escolar surge como um direito exclusivo de alguns que não precisavam trabalhar para garantir a sua própria sobrevivência, na medida em que possuíam servos, escravos, súditos ou operários que os sustentavam com seus trabalhos. Entretanto, após as Revoluções Industriais, começaram a surgir em crescente escala, escolas voltadas às massas de trabalhadores. Esta educação escolar, no entanto, em muito se diferenciava de sua predecessora, que se voltava às elites, na medida em que:

- (A) passou a desassociar a Educação do Trabalho, eliminando a causalidade entre os dois processos sociais;
- (B) buscava uma democratização da sociedade e uma maior distribuição de suas riquezas;
- (C) tinha como objetivo a formação de um operário revolucionário e consciente de seus direitos de classe;
- (D) era uma educação escolar orientada e dirigida pelo povo e, por tanto, se ocupava sobretudo com o desenvolvimento da cultura popular;
- (E) buscava responder às novas demandas da indústria por formação de mão de obra.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: O acesso à educação formal e sistematizada nem sempre foi garantido a todos os cidadãos. Em grande parte da história, a educação foi pertencida às classes dominantes, relegando desta forma o direito das camadas populares. Com o advento da Revolução Industrial, que trouxe diversas e constantes transformações, principalmente, para as relações comerciais e econômicas, surgiu a necessidade de expandir a educação escolar para as demais camadas da população. As novas exigências do mercado de trabalho apontam para a necessidade de sujeitos que possuam múltiplos conhecimentos e uma postura crítica e criativa, pois tais comportamentos dão pistas de que a sociedade está se construindo de uma forma na qual o exercício da democracia será garantido e a relação entre as classes siga a direção do equilíbrio de direitos.

Alternativas A, C, D e E: INCORRETAS. Ampliando a reflexão sobre os conceitos que tais alternativas trazem, é possível visualizar que os mesmos são rasos

e/ou incoerentes com a abordagem sobre educação escolar pós-Revolução Industrial.

Alternativa B: CORRETA. Falando de educação escolar, no contexto pós-Revolução Industrial, visualiza-se que este tipo de educação, que tem caráter intencional e sistematizado, buscava uma democratização das relações estabelecidas socialmente e uma maior distribuição de suas riquezas, de forma a garantir os direitos e deveres de todos os sujeitos de forma mais justa, os tirando de uma condição de cerceamento.

PECULIARIDADES ORGANIZACIONAIS

36. Questão

(METRÔ/DF - IADES - 2014) Nos programas de treinamento e desenvolvimento, é de suma importância que os indivíduos conheçam a cultura organizacional e que passem a se comportar dentro das crenças e dos valores dessa organização. Considerando a cultura organizacional, é correto afirmar que o indivíduo deve aprender e praticar, no dia a dia, o mapeamento:

- (A) Das competências individuais das pessoas que trabalham na empresa, para verificar o que elas conhecem dessa organização.
- (B) Das tarefas e das habilidades de cada indivíduo.
- (C) De quem são as pessoas que têm competência para criar uma cultura organizacional.
- (D) Das crenças dos indivíduos quando realizam as respectivas tarefas nas organizações.
- (E) Das competências essenciais, funcionais e individuais de uma organização, de forma que esse seja o objetivo a ser perseguido pelos indivíduos que nela trabalham (missão, visão e valores).

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: o entendimento das nuances da cultura organizacional perpassa por uma ampliação conceitual. De acordo Schein (1992, p.12), “[...] a cultura de uma organização pode ser definida como um conjunto de pressuposições básicas compartilhadas que o grupo de pessoas nela envolvido aprendeu como resolvem seus problemas de adaptação externa e integração interna, que tem funcionado suficientemente bem para ser considerada válida e, da mesma forma, assimilada pelos novos membros

como a maneira correta de perceber, pensar e sentir em relação aos problemas”. Dessa forma, é possível entender que o mapeamento de uma cultura organizacional se conduz por conceitos como crenças, valores, costumes e ritos, que desaguam na identidade de uma empresa composta pelo trio missão, visão e valores.

Alternativas A, B, C e D: INCORRETAS. Tais alternativas apresentam aspectos resumidos para uma compreensão ampliada sobre a cultura organizacional.

Alternativas E: CORRETA. A partir da compreensão do conceito de cultura organizacional compreende-se que o mapeamento desta está associado às competências essenciais, funcionais e individuais de uma organização, de forma que esse seja o objetivo a ser perseguido pelos indivíduos que nela trabalham o trio valores, missão e visão.

37. Questão

(METRÔ/DF - IADES - 2014) O conflito pode gerar novas ideias a respeito dos processos organizacionais, da solução para velhos problemas, da oportunidade de as pessoas porem à prova suas capacidades, entre outros benefícios ou malefícios. Pelos motivos expostos, torna-se necessário acompanhar os conflitos. Considerando essas informações, assinale a alternativa que apresenta o conceito de conflito intergrupal.

- Ⓐ Orientações em relação ao tempo, à estrutura e às relações interpessoais.
- Ⓑ Indício de exclusão sistemática de certas informações.
- Ⓒ Divergências ou discordâncias entre os membros ou representantes de dois ou mais grupos quanto à autoridade, às metas, aos territórios ou aos recursos.
- Ⓓ Cooperação, que passa a ser exceção, e as pessoas se sentem derrotadas e se põem na defensiva.
- Ⓔ Análise do processo causal.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: o conflito intergrupal é um fenômeno que acontece nas diversas esferas sociais. Focando nas organizações, o mesmo acontece devido às incompatibilidades de objetivos e/ou ideias, como também motivado por fatores econômicos e/

ou emocionais. O conflito intergrupal gera situações estressantes para todos os colaboradores da organização, uma vez que normalmente atrapalha a coordenação e integração dos trabalhos.

Alternativas A, B, D e E: INCORRETAS. Tais alternativas apresentam concepções equivocadas do que é o conflito intergrupal.

Alternativas C: CORRETA. O conflito intergrupal revela-se pelas divergências ou discordâncias entre os membros ou representantes de dois ou mais grupos, quanto à autoridade, às metas, aos territórios ou aos recursos.

38. Questão

(EBSERH/HU/UFJF - AOC - 2015) A avaliação de desempenho é fundamental em toda organização. A avaliação do desempenho representa:

- Ⓐ Uma cultura organizacional que visa à satisfação do trabalhador e um produto de qualidade.
- Ⓑ Uma poderosa ferramenta da gestão de pessoas, uma necessidade no plano econômico, uma necessidade no plano organizacional e responde a uma necessidade humana.
- Ⓒ Uma maneira de controlar a produção.
- Ⓓ Um julgamento de opiniões para que se melhore os resultados na empresa.
- Ⓔ Um momento crítico na empresa, pois ninguém gosta de ser avaliado.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: a avaliação de desempenho é uma ferramenta utilizada, pelas organizações, com o objetivo de apresentar a atuação do colaborador. Segundo Chiavenato (2010, p. 210), “[...] a Avaliação de Desempenho é um processo dinâmico que envolve o avaliado e seu gerente, bem como seus relacionamentos, e representa uma técnica de direção imprescindível na atividade administrativa. Trata-se de um excelente meio de localizar problemas de supervisão e gerência, de integração das pessoas na organização, de adequação das pessoas ao cargo, de identificação de possíveis dissonâncias ou carências de treinamento e construção de competências, e, consequentemente, estabelecer os meios e programas para melhorar continuamente o desempenho humano”.

Alternativas A, C, D e E: INCORRETAS. Os conceitos apresentados não traduzem a ideia da concepção construída sobre avaliação de desempenho.

Alternativas B: CORRETA. A avaliação de desempenho é apresentada como uma poderosa ferramenta da gestão de pessoas, uma necessidade no plano econômico, uma necessidade no plano organizacional e responde a uma necessidade humana.

Julgue os itens que se seguem, a respeito das relações humanas no trabalho e dos tipos de liderança.

39. Questão

(FUB - CESPE - 2013) Devido ao fato de que o estilo de liderança depende da situação, os requisitos do exercício da liderança democrática são variáveis.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. Entende-se por liderança o ato de comandar e/ou influenciar pessoas. Esse ato possui um papel importante nas organizações. Dessa forma, o líder precisa estar preparado para desenvolver seu trabalho respeitando a especificidade de cada realidade, de forma segura e com propósitos definidos.

40. Questão

(FUB - CESPE - 2013) Nas situações em que se verifica o exercício da liderança emergente, o líder surge e assume a direção por reunir mais habilidades para conduzir a equipe aos objetivos diretamente relacionados a uma situação específica.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. Há situações que exigem da organização um redimensionamento de suas ações e, para isso, necessitam da presença de um líder. A liderança emergente, como o próprio nome sugere, acontece de forma natural e espontânea e está associada a um perfil profissional com habilidades e competências variadas.

41. Questão

(FUB - CESPE - 2013) O exercício da liderança situacional pressupõe um líder pessoal e dominador nos elogios e nas críticas ao trabalho de cada liderado.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. Na liderança situacional, o líder trabalha com aspectos situacionais e individuais. Tal liderança perpassa por conceitos como determinar, persuadir, compartilhar e delegar. Dessa forma, tem o foco na maturidade do líder e no fortalecimento das relações entre os colaboradores.

42. Questão

(FUB - CESPE - 2013) Na liderança liberal, as diretrizes são debatidas e decididas pelo grupo e o líder limita-se aos fatos em seus elogios e críticas.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. Na liderança liberal, também conhecida como *laissez-faire*, a presença do líder não oferece orientação nem controle sobre as ações. Dessa forma, o grupo se autogerencia.

43. Questão

(FUB - CESPE - 2013) O líder liberal não faz nenhuma tentativa de avaliar ou regular o curso das coisas e somente eventualmente faz comentários sobre as atividades, quando perguntado.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. O líder liberal apresenta características como desorganização e permissividade, o que traduz uma liderança ineficiente.

Julgue os itens que se seguem, referentes às relações humanas no trabalho e aos diferentes tipos de liderança.

44. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) De acordo com os pressupostos da liderança democrática, cada membro do grupo

po tem liberdade de escolher seus companheiros de trabalho, devendo o líder da equipe ser objetivo, limitando-se a críticas e elogios relativos a fatos ocorridos.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. A liderança democrática segue os princípios da democracia. O trabalho em grupo é uma ação estimulada e o líder busca desenvolver seu trabalho através da persuasão, na busca pela qualidade dos serviços.

45. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) O líder autocrático pronuncia comentários irregulares sobre as atividades dos membros da equipe e determina as providências para a execução das tarefas apenas quando solicitado.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. O líder autocrático é organizado e possui domínio sobre as ações desenvolvidas, contudo, tem um perfil centralizador.

46. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) O líder situacional assume o seu estilo de liderar conforme as diferentes situações cotidianas e, consequentemente, o grupo se sente mais motivado e seguro.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. A liderança situacional é desenvolvida a partir do nível de maturidade dos colaboradores. Dessa forma, o líder trabalha para atender cada uma das situações, na busca de garantir o melhor resultado de sua equipe.

47. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) Emergente é o líder que reúne habilidades para conduzir a equipe a objetivos específicos, porém, nessa situação, a equipe geralmente se desorganiza, o que pode gerar insegurança e atritos entre os membros da equipe.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. O líder emergente tem características ativas, que se apresentam através de suas habilidades e competências para gerir a equipe. Tais características geram segurança para o trabalho e para o gerenciamento da equipe.

48. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) De acordo com o modelo de liderança liberal, o líder deve ser pessoal nos elogios e nas críticas, e a divisão das tarefas deve ocorrer a critério do próprio grupo.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. Na liderança liberal, o líder não procede nem com elogios nem críticas. O mesmo tem um perfil apático, que traz como resultado uma equipe sem direcionamentos e livre para o autodirecionamento.

49. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013) Para a formação de liderança democrática, Peters (2002, p. 87) comenta que a liderança é um processo de estímulo mútuo, pelo qual por meio de ações recíprocas bem-sucedidas, as diferenças individuais são controladas e a energia humana delas deriva encaminhada em benefício de uma causa comum. Segunda a lógica dessa definição, líder é:

- I. A pessoa cujas ideias auxiliam o grupo a orientar-se na direção dos seus objetivos.
- II. A pessoa cujas ideias orientam outros a difundirem seus objetivos.
- III. A pessoa cujas ideias são socializadas e difundidas em seu grupo.
- IV. A pessoa cujas ideias são pensadas e auxiliam a conquistar seus objetivos.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Somente a afirmativa I está correta.
- (B) Somente a afirmativa II está correta.
- (C) Somente a afirmativa III está correta.
- (D) Somente a afirmativa IV está correta.

Ⓔ Somente as afirmativas I e II estão corretas.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: de acordo com Tourinho (1981, p. 58), o líder é uma pessoa que “[...] dirige um grupo com a colaboração dos seus membros”. Entende-se, assim, que o líder é o sujeito capaz de gerir um grupo de pessoas, motivando-as a trabalhar em prol de um objetivo comum, no qual cada um dá o melhor de si.

Assertivas II, III e IV: INCORRETAS. Os conceitos apresentados traduzem conceitos equivocados e/ou inconclusos da real concepção sobre o que é ser um líder.

Assertiva I: CORRETA. Segundo a lógica da definição do autor Peters, sobre o que é ser líder, entende-se que este sujeito é a pessoa cujas ideias auxiliam o grupo a orientar-se na direção dos seus objetivos.

Resposta: Ⓐ

50. Questão

(METRÔ/DF - IADES - 2014) Um fator de suma importância para o relacionamento e a comunicação eficazes nas organizações é a inteligência emocional. Com base no exposto, é correto afirmar que inteligência emocional consiste na:

- Ⓐ Habilidade de se perceber no mundo, reconhecendo seu espaço e suas habilidades corporais.
- Ⓑ Habilidade de se expressar em público, seja por escrito, seja verbalmente, de forma eficaz e agradável.
- Ⓒ Habilidade de fazer todo tipo de cálculo e de percepções lógicas do mundo e do meio em que vive, nas relações com os outros seres humanos.
- Ⓓ Capacidade de se expressar por meio da arte, do esporte, da música e da criatividade, no sentido de tornar sua comunicação produtiva.
- Ⓔ Habilidade de entender a si mesmo e a outras pessoas, percebendo quais as oportunidades de motivação que se pode oferecer; como as pessoas trabalham, como formar um modelo verdadeiro de si e delas e como fazê-las trabalhar cooperativamente.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: falar sobre Inteligência Emocional (EI) é refletir sobre uma habilidade tida como responsável por garantir ou não o sucesso das pessoas. “A inteligência emocional envolve a capacidade de perceber acuradamente, de avaliar e de expressar emoções; a capacidade de perceber e/ou gerar sentimentos quando eles facilitam o pensamento; a capacidade de compreender a emoção e o conhecimento emocional; e a capacidade de controlar emoções para promover o crescimento emocional e intelectual. (MAYER E SALOVEY, 1997, p. 15)”. Dessa forma, pensar nessa habilidade dentro das organizações é pensar na capacidade que os colaboradores podem apresentar na resolução de situações-problemas; é refletir sobre as múltiplas inteligências pautadas nas relações inter e intrapessoais.

Alternativas A, B, C e D: INCORRETAS. Os conceitos apresentados traduzem conceitos equivocados e/ou inconclusos sobre a real concepção relacionada à Inteligência Emocional.

Alternativas E: CORRETA. A Inteligência Emocional é conhecida como a habilidade de entender a si mesmo e as outras pessoas, percebendo quais as oportunidades de motivação que se pode oferecer; como as pessoas trabalham; como formar um modelo verdadeiro de si e delas e como fazê-las trabalhar cooperativamente.

51. Questão

(EBSERH/HU/UFJF - AOCP - 2015) A existência de uma cultura organizacional na empresa é fundamental. A cultura organizacional é definida como:

- Ⓐ Uma ciência social que propõe conhecer o homem em sua comunidade.
- Ⓑ Uma ciência humana que estuda costumes e hábitos da coletividade.
- Ⓒ Uma etnologia que estuda as diferenças entre as culturas.
- Ⓓ Um processo contínuo que é composto de práticas, símbolos, hábitos e valores de uma coletividade que, quando compreendida, define os limites, racionalidade e identidade da organização.
- Ⓔ Uma atitude que define os valores empresariais, mas que não modifica o comportamento.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: a cultura organizacional é um conjunto de regras e valores representados pelos comportamentos diários do grupo de colaboradores que compõem uma empresa. Dessa forma, entende-se que cada organização tem uma cultura própria, o que traz definições sobre seus objetivos, frente às demais organizações. Para Chiavenato (1996), a cultura organizacional versa sobre padrões explícitos e implícitos de comportamentos adquiridos e transmitidos ao longo do tempo que estabelecem uma característica particular de cada empresa.

Alternativas A, B, C e E: INCORRETAS. Tais alternativas apresentam conceitos equivocados sobre o significado de cultura organizacional.

Alternativas D: CORRETA. A cultura organizacional é tida como um processo contínuo composto por práticas, símbolos, hábitos e valores de uma coletividade que, quando compreendida, define os limites, racionalidade e identidade da organização. De forma geral, são as características estruturadas a partir das relações cultivadas pelo grupo de colaboradores de uma organização.

52. Questão

(EBSERH/HU/UFJF - AOCP - 2015) A motivação humana para o trabalho permanece ainda como um dos grandes desafios dentro da realidade das organizações. Entendemos motivação no trabalho como:

- Ⓐ Mudança de comportamento e a crença que motivação e satisfação sejam a mesma coisa.
- Ⓑ Não sendo uma qualidade individual, nem uma característica do trabalho, mas uma visão tecnocrata.
- Ⓒ Um processo intrínseco às pessoas, que prescinde de relações interpessoais mais próximas, onde se procurem conhecer mais os valores e as necessidades dos subordinados.
- Ⓓ Uma crença de que uma pessoa possa literalmente motivar outra e que o resultado é a satisfação.
- Ⓔ A responsabilidade relacionada à produtividade do indivíduo.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: a motivação é conceituada como uma condição orgânica, por isso uma ação interior, que gera no indivíduo disposições representadas pelo interesse, curiosidade, entusiasmo e vontade.

No espaço organizacional, a motivação pode ser mensurada através do clima organizacional que está diretamente ligado às ações comportamentais dos colaboradores. A motivação é um aspecto intrínseco às pessoas, pois ninguém pode motivar ninguém. Segundo Bergamini, “A mesma passa a ser entendida como fenômeno comportamental único e natural e vem da importância que cada um dá ao seu trabalho, do significado que é atribuído a cada atividade desse trabalho e que cada pessoa busca o seu próprio referencial de autoestima e auto-identidade [...]” (BERGAMINI, 1997, p. 54).

Alternativas A, B, D e E: INCORRETAS. Tais alternativas apresentam conceitos equivocados sobre o entendimento do que é motivação no trabalho.

Alternativas C: CORRETA. A motivação no trabalho é vista como um processo intrínseco às pessoas, que prescinde de relações interpessoais mais próximas, onde se procurem conhecer mais os valores e as necessidades dos subordinados. Tal condição possibilita ao colaborador ações profissionais mais elaboradas.

53. Questão

(EBSERH/ HUGG - IBFC - 2017) Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

“_____ afeta atitudes pessoais e comportamentos relevantes para a produtividade individual e grupal, tais como: motivação para o trabalho, adaptabilidade a mudanças no ambiente de trabalho, criatividade e vontade de inovar ou aceitar mudança”.

- Ⓐ Comportamento organizacional
- Ⓑ Qualidade de Vida no Trabalho
- Ⓒ Remuneração
- Ⓓ Liderança e motivação
- Ⓔ Gestão de conflitos

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: Inseridas em uma sociedade moderna e complexa, as organizações vêm buscando reestruturar algumas concepções que até pouco tempo não eram consideradas como importantes para o desenvolvimento do trabalho. O entendimento sobre a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) mostrou-se como uma importante ação no alavan-

car da produtividade dentro das organizações, uma vez que trouxe para o trabalhador mais satisfação e envolvimento com as atividades profissionais. Segundo Chiavenato (2002, p. 391), “[...] a QVT tem o objetivo de assimilar duas posições antagônicas: de um lado, a reivindicação dos empregados quanto ao bem-estar e satisfação no trabalho, do outro, o interesse das organizações quanto a seus efeitos sobre a produção e a produtividade”.

Alternativas A, C, D e E: INCORRETAS. Tais alternativas se apresentam equivocadas.

Alternativas B: CORRETA. No mercado de trabalho contemporâneo, a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) vem sendo considerada como um importante indicador da produtividade. Através da QVT, é possível acompanhar atitudes relevantes para uma efetiva prática profissional.

54. Questão

(EBSERH/ HUGG - UNIRIO - 2016) Sobre o conhecimento, caracteristicamente baseado em estruturas cognitivas, considere as alternativas a seguir e assinale a **incorreta**.

- (A) Conhecimento tácito
- (B) Capacidade de liderança
- (C) Projetos de trabalho
- (D) Processo de aprendizagem
- (E) Intuição

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: O conhecimento, caracteristicamente baseado em estruturas cognitivas, precisa ser entendido como uma ação de criação e recriação interna de cada indivíduo. Os Projetos de Trabalho devem ser considerados como objetos do conhecimento, uma vez que são elementos concretos que visam, através da vinculação da teoria com a prática, estimular os indivíduos a construir conhecimento por meio de interconexões. Buscando definir o que é conhecimento, em suas escritas, Piaget (1973) relata que “[...] ao invés de deixar que a memória prevaleça sobre o raciocínio, ou submeter a inteligência a exercícios impostos de fora, aprenderá ele a fazer por si mesmo funcionar a sua razão e construirá livremente suas próprias noções (PIAGET, 1973, p. 62)”.

Alternativas A, B, D e E: CORRETAS. Tais alternativas apresentam conceitos corretos no que tange o entendimento sobre Conhecimento baseado em estruturas cognitivas.

Alternativas C: INCORRETA. Os Projetos de trabalho são objetos de conhecimento que se constituem como um caminho para a concretização da relação entre a teoria e a prática.

55. Questão

(EBSERH/ HUGG - UNIRIO - 2016) Competências integram um conjunto denominado CHA, respectivamente composto por conhecimentos, habilidades e atitudes. A esse respeito, assinale a alternativa correta que refere-se à dimensão de conhecimentos.

- (A) Capacidade de gerenciar projetos
- (B) Autocontrole
- (C) Boa comunicação
- (D) Domínio do inglês
- (E) Bom relacionamento interpessoal

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: O conjunto denominado CHA – conhecimentos, habilidades e atitudes – são os três pilares que sustentam o conceito de competência. De acordo com Lopes (2007), o Conhecimento é o saber acumulado durante a vida; a Habilidade é o saber fazer, é a capacidade de aplicação do conhecimento de forma prática e produtiva; e a Atitude é o querer fazer, é a ação – a execução das habilidades e do conhecimento construído.

Alternativas A, B, C e E: INCORRETAS. Capacidade de gerenciar projetos, boa comunicação e bom relacionamento interpessoal são considerados como habilidades pessoais, ou seja, é o saber fazer. Já o autocontrole é entendido como uma atitude, uma vez que está relacionado ao querer fazer, à ação propriamente dita.

Alternativas D: CORRETA. Entendendo o conhecimento como uma construção interna do indivíduo, o domínio do inglês é entendido como um conhecimento construído, atingido através de um esforço pessoal e ações/atividades que estimulam a interação sujeito e objeto.

56. Questão

(EBSERH/HUGG - UNIRIO - 2016) A respeito da gestão do conhecimento, considere:

- I. Está atrelada à habilidade de identificação e multiplicação do conhecimento.
- II. Sua eficácia trará vantagem competitiva.
- III. Está intimamente ligada à retenção e/ou captação de talentos.
- IV. Existe independentemente da gestão de informações.
- V. Auxilia no desenvolvimento sustentável da organização.

Estão corretas as afirmativas:

- Ⓐ I, III, V apenas
- Ⓑ II, IV apenas
- Ⓒ I, II, III, V apenas
- Ⓓ III, V apenas
- Ⓔ IV, V apenas

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: A sociedade contemporânea é caracterizada pela diversidade de informações, conhecimentos e avançados recursos tecnológicos, o que traz para as organizações a necessidade de constantes mudanças para a manutenção dos diferenciais de qualidade. É nesta busca incessante por lugar de destaque em um mercado tão competitivo que as organizações passaram a entender a necessidade da Gestão do Conhecimento em seus espaços, uma vez que a mesma é considerada como uma ação importante para sua longevidade e sucesso. Lacombe (2003, p. 490) revela que a gestão do conhecimento pode ser entendida como “[...] o conjunto de esforços ordenados e sistematizados visando criar novo conhecimento, difundi-lo na organização para os que dele precisam e incorporá-los a produtos, serviços e sistemas, bem como a protegê-lo do uso indevido.”

Alternativas A, B, D e E: INCORRETAS. Tais alternativas apresentam considerações equivocadas no que tange o entendimento sobre Gestão do Conhecimento.

Alternativas C: CORRETA. A Gestão do conhecimento está atrelada à habilidade de identificação e multiplicação do conhecimento; à retenção e/ou

captação de talentos, que são colaboradores com múltiplas habilidades e comprometimento com a organização; e ao desenvolvimento sustentável da organização, que visa uma relação harmoniosa com o meio ambiente. Tudo isso preconiza para a empresa uma eficácia atrelada à vantagem competitiva. É necessário entender que a gestão do conhecimento não pode existir sem vínculo com a gestão de informações, uma vez que uma subsidia a outra.

57. Questão

(EBSERH/HUGG - UNIRIO - 2016) Leia atentamente as proposições a seguir sobre comportamento organizacional, atribuindo-lhes valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- I. Refere-se ao estudo do comportamento dentro de ambientes de trabalho.
- II. Atrela-se às análises do comportamento de indivíduos nos mais diversos contextos sociais.
- III. Analisa fatores que têm forte influência nos resultados alcançados pelas organizações em geral.
- IV. Investiga elementos que afetam profissionais e grupos de trabalho.
- V. Foco essencial no modo como as lideranças gerenciam os colaboradores.

Assinale a alternativa que apresenta, de cima para baixo, a sequência correta.

- Ⓐ V, F, V, V, F
- Ⓑ F, F, V, V, F
- Ⓒ V, F, V, F, V
- Ⓓ F, F, F, V, V
- Ⓔ V, V, V, F, V

Grau de Dificuldade

Alternativas B, C, D e E: INCORRETAS. Tais alternativas apresentam conceitos equivocados no que tange o entendimento sobre Comportamento Organizacional, pois trazem os itens II e V como verdadeiros. O Comportamento Organizacional analisa o comportamento dos diversos colaboradores no ambiente institucional.

Alternativas A: CORRETA. O estudo sobre Comportamento Organizacional revela que o mesmo busca entender e acompanhar o comportamento das pessoas dentro de ambientes de trabalho, analisando fatores como: liderança, inteligência emocional, desempenho, motivação, dentre outros, que têm forte influência nos resultados alcançados pelas organizações em geral. Em paralelo, investiga elementos que afetam profissionais e grupos de trabalho, como as relações intra e interpessoais, falta de comunicação, reconhecimento, promoção etc.

58. Questão

(EBSERH/HUGG - UNIRIO - 2016) Sobre competências individuais, assinale a alternativa **incorreta**.

- Ⓐ Estão intimamente relacionadas às habilidades, traços, qualidades, ou seja, características que farão com que o profissional tenha um desempenho adequado nas atividades que lhe são designadas
- Ⓑ Estão relacionadas estritamente ao fazer de cada profissional-colaborador
- Ⓒ Advém da análise dos processos organizacionais ou das responsabilidades que são esperadas em cada cargo
- Ⓓ São observadas a partir dos conhecimentos, habilidades e atitudes
- Ⓔ Devem ser identificadas para cada cargo, antes mesmo do processo de recrutamento e seleção para preenchimento da vaga

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: A definição de competências individuais vem ganhando notoriedade e assumindo espaço importante nas discussões atuais dos profissionais de Recursos Humanos. Perpassa pela ideia da qualificação e caminha pelo conceito de tarefas a serem desenvolvidas por um cargo, ou seja, entende-se por competências individuais os conhecimentos, habilidade e atitudes que o indivíduo/colaborador tem, ou precisa ter, para, na esfera pessoal ou profissional, lidar de forma pertinente com as diversas situações.

Alternativas A, C, D e E: CORRETAS. Tais alternativas apresentam conceitos coerentes sobre o entendimento do que são as competências individuais, quanto apontam que tais competências estão inti-

mamente relacionadas às habilidades, traços, qualidades, ou seja, características que farão com que o profissional tenha um desempenho adequado nas atividades que lhe são designadas; quando relata que as mesmas advêm da análise dos processos organizacionais ou das responsabilidades que são esperadas em cada cargo, sendo observadas a partir dos conhecimentos, habilidades e atitudes; e que devem ser identificadas para cada cargo, antes mesmo do processo de recrutamento e seleção para preenchimento da vaga.

Alternativas B: INCORRETA. As competências individuais estão relacionadas ao fazer de cada profissional-colaborador, mas não de forma exclusiva, uma vez que outros fatores corroboram para a elaboração deste conceito.

59. Questão

(EBSERH/HUGG - UNIRIO - 2016) Planejar pode ser concebido como a base de todo negócio. Quanto ao planejamento estratégico que se faz de modo sustentável, leia as afirmativas a seguir:

- I. É preciso traçar um direcionamento, um caminho a ser percorrido, definindo posicionamento, mercado, clientes e operações da empresa.
- II. A base de todo negócio é o planejamento estratégico.
- III. É preciso traçar um direcionamento, um caminho a ser percorrido, e quanto mais estruturado é o seu planejamento, mais possibilidades sua empresa tem de estar preparada para as adversidades do mercado.
- IV. No planejamento estratégico, é necessário analisar o cenário, ou seja, o contexto de mercado.
- V. Planejar estrategicamente requer entender o cliente, suas necessidades a curto, médio e longo prazo.

Estão corretas as afirmativas:

- Ⓐ I, II, IV apenas
- Ⓑ II, III, V apenas
- Ⓒ III, V apenas
- Ⓓ I, IV, V apenas
- Ⓔ I, II, III, IV, V

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: Toda ação, seja ela do âmbito pessoal ou profissional, em algum momento foi pensada e planejada. Assim, o ato de planejar é visto como uma necessidade do ser humano, na qual reflete-se sobre o que é possível e viável realizar. É nesta linha de pensamento que está inserido o planejamento estratégico, visto que uma organização precisa crescer de forma alinhada e estruturada. De acordo com Drucker (1977), o planejamento estratégico pode ser entendido como uma prática regular, ordenada e sistemática que antevê o futuro, possibilitando tomadas de decisões que reduzam os riscos.

Alternativas A, B, C e D: INCORRETAS. Tais alternativas apresentam incompletude com relação ao quantitativo de afirmativas corretas, uma vez que todas as opções deverão ser consideradas.

Alternativas E: CORRETA. O ato de planejar é visto como um cuidado que deve circundar toda e qualquer ação pessoal e/ou profissional. Desta forma, ao se refletir sobre planejamento estratégico, faz-se necessário entender que o mesmo deve ser feito de modo sustentável, através da organização de um direcionamento, um caminho a ser percorrido, definindo posicionamento, mercado, clientes e operações da empresa; é visto como a base de todo negócio quando busca entender o cliente, suas necessidades a curto, médio e longo prazo.

60. Questão

(EBSERH/ HUGG - UNIRIO - 2016) Sabemos que o conhecimento é um recurso intangível, que reside essencialmente nas mentes das pessoas. Para entender melhor a gestão do conhecimento, o ideal seria entender o conceito de conhecimento e suas características. Nesse sentido, leia as proposições a seguir:

- I. O conhecimento explícito é todo o conhecimento que reside fora da mente humana.
- II. Conhecimento explícito é todo o conhecimento documentado e contido em informações não estruturadas.
- III. O conhecimento implícito é o conhecimento que pode se tornar explícito a qualquer momento.
- IV. Conhecimento implícito é o que reside na mente humana, mas pode ser transferido para o papel ou para outra mente a partir da comunicação.

- V. O conhecimento tácito é o que não está escrito e nem pode ser traduzido em palavras.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II, IV apenas
- (B) II, III, V apenas
- (C) I, II, III, IV, V
- (D) III, IV apenas
- (E) III, IV, V apenas

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: A falta de conhecimento aprisiona a mente humana, tornando-a inapta para ações conscientes. É o conhecimento que torna o ser humano um ser diverso, fundamentando seus atos e práticas sociais. Nas discussões sobre a Gestão do Conhecimento, o mesmo é dividido em três tipos:

- Conhecimento Tácito é o conhecimento construído no dia a dia, nas relações cotidianas, não é passível de concretização, é intangível.
- Conhecimento Explícito é um conhecimento revelado, registrado e publicizado, como os encontrados nos livros.
- Conhecimento Implícito é bastante confundido como o tácito, mas embora ainda seja abstrato, pode, a qualquer momento, ser documentado.

“[...] O conhecimento explícito pode ser facilmente ‘processado’ por um computador, transmitido eletronicamente ou armazenado em banco de dados. No entanto, a natureza subjetiva e intuitiva do conhecimento tácito dificulta o processamento ou a transmissão do conhecimento adquirido por qualquer método sistemático ou lógico” (NONAKA e TAKEUCHI, 1997, p. 8).

Alternativas A, B, D e E: INCORRETAS. Tais alternativas apresentam incompletude com relação ao quantitativo de afirmativas corretas, uma vez que todas as opções deverão ser consideradas.

Alternativas C: CORRETA. As alternativas I, II, III, IV e V estão corretas por apresentarem conceitos coerentes com a definição de cada um dos tipos de conhecimento.

61. Questão

(EBSERH/ HUGG - UNIRIO - 2016) Leia as afirmativas a seguir no que se refere à tomada de decisão:

- I. Quando existe um processo decisório, é inerente que emergam distorções e estas consequentemente afetam análises e conclusões.
- II. É comum ter uma (re)avaliação de caminhos alternativos de uma ação nos processos decisórios.
- III. Nem todo problema será identificado como um problema em um processo decisório.
- IV. A decisão que se faz de modo individualizado poderá afetar o final alcançado.
- V. A tomada de decisão quase nunca virá como uma reação frente a um problema.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, III apenas
- (B) II, IV, V apenas
- (C) III, IV apenas
- (D) I, II, III, IV apenas
- (E) II, V apenas

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: A tomada de decisão é um processo indispensável na gestão corporativa. É através dela que se definem os caminhos a serem seguidos para chegar a um resultado desejado, o êxito de uma organização. “A tomada de decisão organizacional é formalmente definida como o processo de identificação e solução de problemas”. (DAFT, 2006, p.372). Desta forma, de acordo com Ribeiro (2003), os tomadores de decisões precisam pensar de forma global e agir local, usando estratégias que auxiliem tão ação.

Alternativas A, B, C e E: INCORRETAS. Tais alternativas apresentam-se incorretas por não mostrarem todas as opções corretas ou por exibirem a afirmativa V como certa, sendo que a mesma não indica uma compreensão coerente sobre tomada de decisão. A tomada de decisão surge como uma reação frente a um problema.

Alternativas D: CORRETA. As afirmativas I, II, III e IV estão corretas porque expõem considerações adequadas sobre o que circunda uma tomada de decisão.

62. Questão

(EBSERH HRL UFS - AOCP - 2017) A presença do Pedagogo no espaço organizacional da empresa ultrapassa os aspectos instrumentais. Esse trabalho tem como intuito principal provocar transformações no comportamento dos indivíduos para que estes busquem aperfeiçoamento de sua atuação profissional e também pessoal. Em relação à presença do Pedagogo no espaço organizacional, assinale a alternativa correta.

- (A) O Pedagogo na empresa é responsável especificamente pela elaboração do plano de carreira do profissional que nela trabalha.
- (B) Considera-se que a empresa é um espaço educativo, onde também se aprende. Nesse sentido, a Pedagogia busca estratégias e metodologias que garantam uma melhor aprendizagem/apropriação de informações e conhecimentos.
- (C) O Pedagogo tem consciência de que irá solucionar todos os problemas da empresa relacionados a vendas de produtos.
- (D) O setor de Recursos Humanos da empresa é o espaço educativo para o crescimento dos funcionários e da própria empresa.
- (E) Os profissionais que trabalham com a pedagogia reconhecem a importância da sua atuação para a empresa e voltam seus projetos unicamente para a melhoria do relacionamento interpessoal.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: A empresa é considerada como um espaço de valorização das relações humanas, posto que é neste ambiente que a tríade – indivíduo, trabalho e sociedade – é tratada. Este tratamento precisa ser desenvolvido por um profissional que possua competências técnicas e comportamentais, visto que, com esta ação, o mesmo contribuirá para o crescimento da produtividade da organização. Este profissional é o pedagogo, pois é ele que possui conhecimento e habilidades para desenvolver estratégias e metodologias que permitem aos colaboradores oportunidades de reconstrução de conceitos considerados essenciais para uma prática profissional que atenda às demandas da sociedade atual. Ratificando esta concepção, Holtz (2006, p.6) relata que sempre acreditou que “a Pedagogia e a Empresa

fazem um casamento perfeito. Ambas têm o mesmo objetivo em relação às pessoas, especialmente nos tempos atuais. Vejam, tanto a Empresa como a Pedagogia agem em direção a realização de ideais e objetivos definidos, no trabalho de provocar mudanças no comportamento das pessoas. Este processo de mudança provocada no comportamento das pessoas em direção a um objetivo chama-se aprendizagem.”

Alternativa A: INCORRETA. O Pedagogo na empresa não é responsável especificamente pela elaboração do plano de carreira do profissional que nela trabalha. Visto que este profissional também tem papel gestor, dentro da organização, o mesmo pode participar da elaboração do plano de carreira.

Alternativa B: CORRETA. Considera-se que a empresa é um espaço educativo, onde também se aprende. Nesse sentido, a Pedagogia busca estratégias e metodologias que garantam uma melhor aprendizagem/apropriação de informações e conhecimentos. Existe um empoderamento da relação Pedagogia/Empresa, uma vez que a empresa também considerada como um espaço essencial de aprendizagens.

Alternativa C: INCORRETA. O Pedagogo tem consciência de que irá solucionar todos os problemas da empresa relacionados a vendas de produtos. A venda de produtos está correlacionada com o setor comercial da empresa, o qual não é área de atuação do pedagogo. O mesmo, certamente, contribuirá com este setor através das formações e dinâmicas de grupo realizadas com a equipe de vendas.

Alternativa D: INCORRETA. O setor de Recursos Humanos da empresa é o espaço educativo para o crescimento dos funcionários e da própria empresa. O setor de Recursos Humanos é muito amplo e possui algumas subdivisões. Uma das subdivisões – Treinamento e Desenvolvimento (T&D) – desenvolve as ações voltadas para a capacitação das pessoas inseridas na organização.

Alternativa E: INCORRETA. Os profissionais que trabalham com a Pedagogia reconhecem a importância da sua atuação para a empresa e voltam seus projetos unicamente para a melhoria do relacionamento interpessoal. A atuação do pedagogo empresarial é ampla. Envolve diversas ações no que tange à questão da qualificação de pessoas. Além do trabalho voltado para a melhoria das relações interpessoais, são realizados trabalhos voltados para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, autonomia,

criatividade, motivação, trabalho em equipe, dentre outros.

63. Questão

(PEDAGOGO - EBSEERH/ HUGG - IBFC - 2016) Uma excelente maneira de manter os colaboradores motivados é por meio de dinâmicas. Sobre os benefícios das dinâmicas de grupo, considere:

- I. Compreensão mútua dos diferentes perfis entre os integrantes.
- II. Promoção da qualidade do ambiente organizacional.
- III. Maximização do engajamento, motivação e produtividade.
- IV. Aceleração de resultados em curto espaço de tempo.
- V. Aumento da satisfação dos colaboradores e redução de turnover.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II, III apenas
(B) II, III, V apenas
(C) III, IV apenas
(D) I, II, III, IV, V
(E) I, III, IV apenas

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: As dinâmicas de grupo são atividades lúdicas e interativas que visam criar relações interpessoais saudáveis, as quais favorecerão o desenvolvimento de áreas didáticas essenciais para o trabalho, como: a comunicação; a liderança; a escuta; o conflito; a motivação, dentre outras. São realizadas através de resolução de problemas, jogos, brincadeiras e desafios. Seus benefícios estão atrelados ao processo de construção e reconstrução do conhecimento, uma vez que funcionam como mais uma estratégia educativa.

Alternativas A, B, C e E: INCORRETAS. Tais alternativas apresentam-se incompletas.

Alternativas D: CORRETA. Necessário considerar todas as afirmativas como corretas, dado que as mesmas apresentam muitos dos benefícios que as dinâmicas de grupo estimulam e desenvolvem nos indivíduos e nos espaços organizacionais.

64. Questão

(PEDAGOGO - EBSERH/HUGG - IBFC - 2016)

é um processo que consiste nas atividades de busca, identificação, classificação, processamento, armazenamento e disseminação de _____, independentemente do formato ou meio em que se encontra (seja em documentos físicos ou digitais). Seu objetivo é fazer com que as _____ cheguem às pessoas que necessitam delas para tomar decisões no momento certo.

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas.

- (A) Gestão estratégica de pessoas; conhecimento; ideias
- (B) Avaliação de desempenho; informações; análises
- (C) Gestão da informação; informações; informações
- (D) Dinâmicas de grupo; ideias; avaliações
- (E) Retenção de talentos; conhecimentos; informações

Grau de Dificuldade

Alternativas A, B, D e E: INCORRETAS. Alternativas com conceitos equivocados.

Alternativas C: CORRETA. Ao completar corretamente as lacunas da questão, fica evidente que a mesma traz o conceito da Gestão da Informação. “Gestão da informação é a gestão dos processos e sistemas que criam, adquirem, organizam, armazenam, distribuem e utilizam informações. O objetivo da gestão da informação é ajudar as pessoas e organizações no acesso, processo e uso da informação de forma eficiente e eficaz.” (DETLOR, 2010, p. 103)

65. Questão

(PEDAGOGO - EBSERH/HUGG - IBFC - 2016) Quanto a certas etapas que podem integrar a gestão da informação, considere:

- I. **BUSCA:** escolher as fontes de informações confiáveis que se enquadrem nos critérios de qualidade da informação definidos pelo profissional da informação junto ao cliente (ou usuário).

- II. **IDENTIFICAÇÃO:** utilizar informações relevantes que atendam às necessidades do cliente (ou usuário).
- III. **CLASSIFICAÇÃO:** agrupar as informações de acordo com as características e propriedades identificadas, para facilitar o tratamento e processamento.
- IV. **PROCESSAMENTO:** tratar a informação, adequando-a ao melhor formato para facilitar o seu uso e compreensão.
- V. **ARMAZENAMENTO:** utilizar técnicas de classificação e processamento, armazenar as informações para facilitar o seu acesso quando o uso se fizer necessário.
- VI. **DISSEMINAÇÃO:** fazer com que a informação chegue a quem dela precisa no momento certo.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, III apenas
- (B) I, II, III, VI apenas
- (C) II, IV, V, VI apenas
- (D) I, II, III, IV, V, VI
- (E) III, IV, V apenas

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: Falar em Gestão da Informação traz à tona reflexões sobre parâmetros de qualidade dentro da organização, uma vez que a partir dela é possível mapear o espaço corporativo. Davenport (2000, p. 173) conceitua este tipo de gestão como “[...] um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as empresas obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento”. O mapeamento das informações é realizado através do cumprimento de algumas tarefas, a saber: a busca das informações, sua identificação, classificação, processamento, armazenamento e disseminação.

Alternativas A, B, C e E: INCORRETAS. Tais alternativas encontram-se incompletas quanto à resposta correta.

Alternativas D: CORRETA. Todas as afirmativas trazem em seu encorpo etapas e conceitos verdadeiros no que se refere ao entendimento sobre a Gestão da Informação.

66. Questão

(PEDAGOGO - EBSEH/ HUGG - IBFC - 2016) Assinale a alternativa **incorreta** quanto à gestão do conhecimento.

- Ⓐ É a prática de agregar valor à informação e de distribuí-la.
- Ⓑ É um conjunto de processos que visa colaborar para a criação, captura e compartilhamento do conhecimento tácito.
- Ⓒ É um conjunto de processos que visa colaborar para a criação, captura e compartilhamento do conhecimento tácito e implícito entre as pessoas de uma organização.
- Ⓓ Tem como objetivo a criação de ferramentas que auxiliem na disseminação dos conhecimentos tácitos e implícitos dentro desta organização.
- Ⓔ A gestão do conhecimento não depende do processo de gestão da informação.

Grau de Dificuldade

Alternativas A, B, C e D: INCORRETAS. Uma vez que a questão pede o conceito incorreto sobre a Gestão do Conhecimento, estas alternativas tornam-se erradas, pois as mesmas revelam conceituações coerentes sobre este tipo de Gestão.

Alternativas E: CORRETA. O que torna esta alternativa incorreta é a palavra NÃO. A gestão do conhecimento e a gestão da informação são tipos de gestão diferentes e que cumprem papéis específicos dentro de uma organização. Contudo, uma não é independente da outra; elas se subsidiam.

67. Questão

(PEDAGOGO - EBSEH/HRL/UFES - AOCP - 2016) O Clima Organizacional se refere ao ambiente interno de uma empresa, incluindo subordinados, supervisores e direção. Sobre a definição de clima organizacional, assinale a alternativa **incorreta**.

- Ⓐ O Clima Organizacional é constituído pelo meio interno da instituição, sendo que estas têm uma atmosfera psicológica própria de cada uma delas. O Clima Organizacional está relacionado com o ânimo e a satisfação daquilo que os membros têm por necessidades.

Ⓑ Clima Organizacional diz respeito às percepções que os colaboradores de uma organização têm sobre ela e seu ambiente de trabalho. São percepções, opiniões e sentimentos que são expressados por meio de comportamentos por um grupo ou organização, em um dado momento.

Ⓒ Clima Organizacional é definido como uma percepção sintetizada do ambiente e da atmosfera da empresa, trazendo consequências no desempenho, nos padrões de interação entre as pessoas, na satisfação com o trabalho e a empresa, e nos comportamentos que geram absenteísmo e rotatividade.

Ⓓ Clima Organizacional é a forma como as pessoas se sentem em relação à competitividade da empresa e especificamente sobre a qualidade de vida no trabalho.

Ⓔ Clima Organizacional é a qualidade e meio interno do ambiente empresarial. O clima organizacional é percebido pelos colaboradores da empresa e influencia seus comportamentos.

Grau de Dificuldade

Alternativas A, B, C e E: INCORRETAS. Tais alternativas trazem definições coerentes com a ideia do que o Clima Organizacional.

Alternativas D: CORRETA. “O clima organizacional é favorável quando proporciona satisfação das necessidades pessoais dos participantes, produzindo elevação do moral interno. É desfavorável quando proporciona frustração daquelas necessidades” (CHIAVENATO, 2010, p.53) . A partir desta reflexão, entende-se o clima organizacional como a forma como as pessoas se identificam no espaço do trabalho. Assim, a qualidade de vida no trabalho é subsidiada por uma análise do clima organizacional, mas a competitividade da empresa é uma característica que está atrelada e monitorada por fatores específicos vinculados ao mercado.

68. Questão

(PEDAGOGO - EBSEH/HRL/UFES - AOCP - 2016) A motivação relacionada a recompensas psicológicas, como a oportunidade de usar a habilidade de alguém, desafio e realização, um reconhecimento positivo ou apreciação, ou ainda, ser tratado com respeito, refere-se à motivação

- Ⓐ multifacetada.
- Ⓑ extrínseca.
- Ⓒ intrínseca.
- Ⓓ intencional.
- Ⓔ individual.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: A relação entre o querer e o aprender gera a motivação. De acordo com Spector (2002, p. 198), “[...] a motivação é um estado interior que induz uma pessoa a assumir determinados tipos de comportamentos”. Está dividida em intrínseca e extrínseca.

Intrínseca – É a motivação interna, está relacionada ao desejo.

Extrínseca – Relaciona-se aos fatores externos, diretamente ligada a gratificações.

Alternativas A, B, D e E: INCORRETAS. Tais alternativas não contemplam uma resposta correta.

Alternativas C: CORRETA. A motivação intrínseca está relacionada às recompensas psicológicas, por se tratarem de ações internas ao sujeito. Tais recompensas são obtidas através do interesse, da curiosidade, do entusiasmo e da vontade no querer fazer.

69. Questão

(PEDAGOGO - EBSEERH/HR/L/UFES - AOC - 2016) A avaliação de desempenho é uma das mais importantes ferramentas para a Gestão de Recursos Humanos, sendo

- Ⓐ um conjunto de comportamentos, que envolve a mobilização intencional de conhecimentos e habilidades orientadas à realização do trabalho.
- Ⓑ uma avaliação que implica essencialmente em atribuir um juízo de valor somativo sobre o conjunto de comportamentos relacionados somente ao cargo ocupado.
- Ⓒ uma avaliação dos processos de trabalho e dos objetivos estratégicos da instituição que vincular a atuação do servidor com seus demais colegas.
- Ⓓ uma avaliação de caráter somativo, visto que os resultados de desempenho e não do caráter formativo.
- Ⓔ a identificação das necessidades de adequação do funcionário que tem problemas de adequação ao cargo.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Um conjunto de comportamentos, que envolve a mobilização intencional de conhecimentos e habilidades orientadas à realização do trabalho. Exatamente. Avaliação de desempenho é uma ação importantíssima dentro da organização. Visa capacitar o colaborador a se conhecer melhor, percebendo seu potencial e refletindo sobre pontos ainda não desenvolvidos.

Alternativa B: INCORRETA. Uma avaliação que implica essencialmente em atribuir um juízo de valor somativo sobre o conjunto de comportamentos relacionados somente ao cargo ocupado. O ato de avaliar é global, podendo ter valor diagnóstico, formativo e somativo.

Alternativa C: INCORRETA. Uma avaliação dos processos de trabalho e dos objetivos estratégicos da instituição que vincular a atuação do servidor com seus demais colegas. A avaliação não tem como objetivo despertar a competição entre os colaboradores.

Alternativa D: INCORRETA. Uma avaliação de caráter somativo, visto que os resultados de desempenho e não do caráter formativo. No processo avaliativo, é possível contar com as funções diagnósticas, formativas e somativas.

Alternativa E: INCORRETA. A identificação das necessidades de adequação do funcionário que tem problemas de adequação ao cargo. Este é um dos resultados que o ato de avaliar pode apresentar, mas não é o conceito da avaliação de desempenho.

70. Questão

(PEDAGOGO - EBSEERH/HR/L/UFES - AOC - 2016) Nas empresas, a gestão de conflitos é um produto inevitável da vida organizacional. Bem administrado, o conflito pode gerar resultados positivos, ou afetar o desempenho, se tratado de forma errada ou ignorado. O conflito pode ser definido como

- Ⓐ parte da percepção de uma pessoa ou de um grupo que é contraditório e tende a se opor, ainda que consigam realizar as tarefas.
- Ⓑ o resultado das desigualdades existentes entre as pessoas, grupos e organizações, com diferentes pensamentos, desejos e ambições que se agravam no processo de junção dessas diferenças.

© oposição e confronto que ocorrem somente entre grupos nas organizações quando as partes buscam o cumprimento de metas e objetivos, impedindo assim a consecução de suas tarefas.

Ⓓ um choque de personalidade entre duas pessoas, e não entre grupos, que leva à oposição ou resistência, podendo acarretar a elevação de alguma tensão.

Ⓔ desacordos em questões importantes entre pessoas ou grupos em que se acredita que as tentativas para alcançar um objetivo ou uma tarefa são dificultados unicamente por outros grupos.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Parte da percepção de uma pessoa ou de um grupo que é contraditório e tende a se opor, ainda que consiga realizar as tarefas. O conflito não é entendido como parte da percepção, mas como o entendimento, propriamente dito, de uma pessoa ou de um grupo sobre determinadas situações.

Alternativa B: CORRETA. O resultado das desigualdades existentes entre as pessoas, grupos e organizações, com diferentes pensamentos, desejos e ambições que se agravam no processo de junção dessas diferenças. De acordo com Hampton (1991, p.126), “[...] conflito é o processo que começa quando uma parte percebe que a outra parte frustrou ou vai frustrar seus interesses.” A partir desta percepção, se estabelece uma incompatibilidade para as relações interpessoais.

Alternativa C: INCORRETA. Oposição e confronto que ocorrem somente entre grupos nas organizações quando as partes buscam o cumprimento de metas e objetivos, impedindo assim a consecução de suas tarefas. O conflito é uma oposição ou confronto que pode ocorrer entre duas pessoas, entre uma pessoa e um grupo ou entre grupos dentro do espaço organizacional.

Alternativa D: INCORRETA. Um choque de personalidade entre duas pessoas, e não entre grupos, que leva à oposição ou resistência, podendo acarretar a elevação de alguma tensão. Da mesma forma que o conflito ocorre entre duas pessoas, pode ocorrer também entre grupos; é uma situação que independe do número de pessoas.

Alternativa E: INCORRETA. Desacordos em questões importantes entre pessoas ou grupos em que se acredita que as tentativas para alcançar um objetivo

ou uma tarefa são dificultados unicamente por outros grupos. As tensões conflitivas acontecem devido aos desacordos relacionados tanto às diferenças individuais quanto às coletivas, independente se estas acontecem no grupo no qual o indivíduo pertence, ou a grupos diferenciados.

71. Questão

(PEDAGOGO - EBSEH/HRL/UFES - AOCF - 2016) Quando há a necessidade de se desenvolver um programa de treinamento estruturado, é necessário estabelecer suas etapas para que atinja um bom nível de aprendizagem em uma empresa. As etapas do processo de treinamento são as seguintes:

Ⓐ desenvolvimento do projeto; implementação e avaliação.

Ⓑ projeto, implementação; avaliação e avaliação do treinamento.

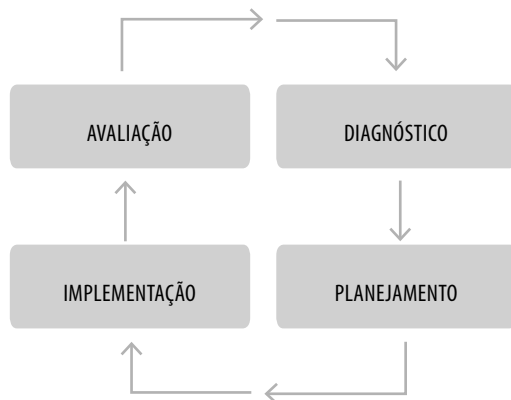
Ⓒ avaliação das necessidades; projeto; implementação e avaliação do treinamento.

Ⓓ implementação; avaliação e treinamento.

Ⓔ mapeamento das competências; projeto e avaliação.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: O programa de treinamento dentro de uma organização representa o preparo para o fazer profissional, uma ação extremamente importante, pois através dela as organizações desenvolvem em seus colaboradores diversas competências organizacionais. Para que o programa atinja seu objetivo, do ponto de vista didático-metodológico, algumas etapas precisam ser seguidas, a saber:



- Diagnóstico – É a etapa inicial. Neste primeiro momento é realizada uma avaliação das necessidades do treinamento na organização, identificando os sujeitos, analisando o “por quê” e “para que” realizar a formação e quando a mesma acontecerá.
- Planejamento – É o momento de definir objetivos para o trabalho a ser realizado. Marras (2011, p.144) fala que “Cabe ao planejamento [...] organizar as prioridades entre o necessário e o possível, enfocando os recursos disponíveis e as necessidades gerais.”
- Implementação – É a etapa prática, a ação propriamente dita.
- Avaliação – Momento de acompanhar como todo o processo foi desenvolvido, comparando se o planejamento realizado atingiu seu objetivo.

Alternativas A, B, D e E: INCORRETAS. Tais alternativas se apresentam incompletas.

Alternativas C: CORRETA. Esta alternativa apresenta as etapas a serem seguidas para a realização de um programa de treinamento estruturado.

umas com as outras pela missão comum, objetivos comuns, obtidos pela negociação entre os membros envolvidos em um plano de trabalho bem difundido” (CARVALHO, 2009, p. 94). Assim sendo, para que este trabalho aconteça de forma efetiva e com qualidade, torna-se necessário que a equipe desenvolva suas ações de forma coesa. Esta característica agrega ao grupo o sentimento de lealdade e confiança.

Alternativas A, B, D e E: INCORRETAS. Tais competências trazem contribuições importantes para o trabalho em equipe, mas não respondem assertivamente à questão.

Alternativas C: CORRETA. Quando o trabalho em equipe não funciona porque a equipe se dispersa, significa que faltou COESÃO. A coesão é uma ação que gera sinergia no grupo. A partir dela, o trabalho acontece com foco em um objetivo comum, as habilidades se complementam, e a presença do respeito e da confiança se estabelece.

72. Questão

(PEDAGOGO - EBSERH/HRL/UFES - AOCF - 2016) Trabalhar em equipe é saber que no mesmo grupo existem várias competências que têm de ser utilizadas para alcançar objetivos que são comuns. Quando o trabalho em equipe não funciona, porque a equipe se dispersa, significa que faltou

- (A) cooperação.
- (B) competição.
- (C) coesão.
- (D) competitividade.
- (E) comunicação.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: A ideia do trabalho em equipe é permeada pela concepção que o apresenta como a capacidade dos indivíduos, individual ou coletivamente, atuarem de forma integrada na busca da realização das diversas tarefas sociais. Destarte, Carvalho (2009) relata que o trabalho em equipe pode ser visto a partir de um “[...] grupo de pessoas com habilidades complementares, comprometidas

Entendendo a necessidade de ampliação de conhecimento sobre os pontos apresentados ao longo do capítulo, este resumo objetiva ampliar a visão relacionada aos conceitos e à organização do trabalho do pedagogo em ambientes organizacionais. Este resumo será organizado, por tópicos, de acordo com os temas apresentados durante o capítulo, o que possibilitará uma certa facilidade para o estudo.

A educação é entendida como um conjunto de ações, fatores e influências que operam sobre os seres humanos com o objetivo de prepará-los para o convívio no meio social. Busca formar um homem integral, por isso envolve o desenvolvimento dos aspectos físico, intelectual, afetivo e moral (ROSÁRIO, 2009).

Partindo desse conceito, a educação, até a década de 1980, tanto nas provisões das políticas públicas quanto na visão dos educadores, valorizava as ações desenvolvidas dentro do espaço escolar, a tão conhecida educação formal.

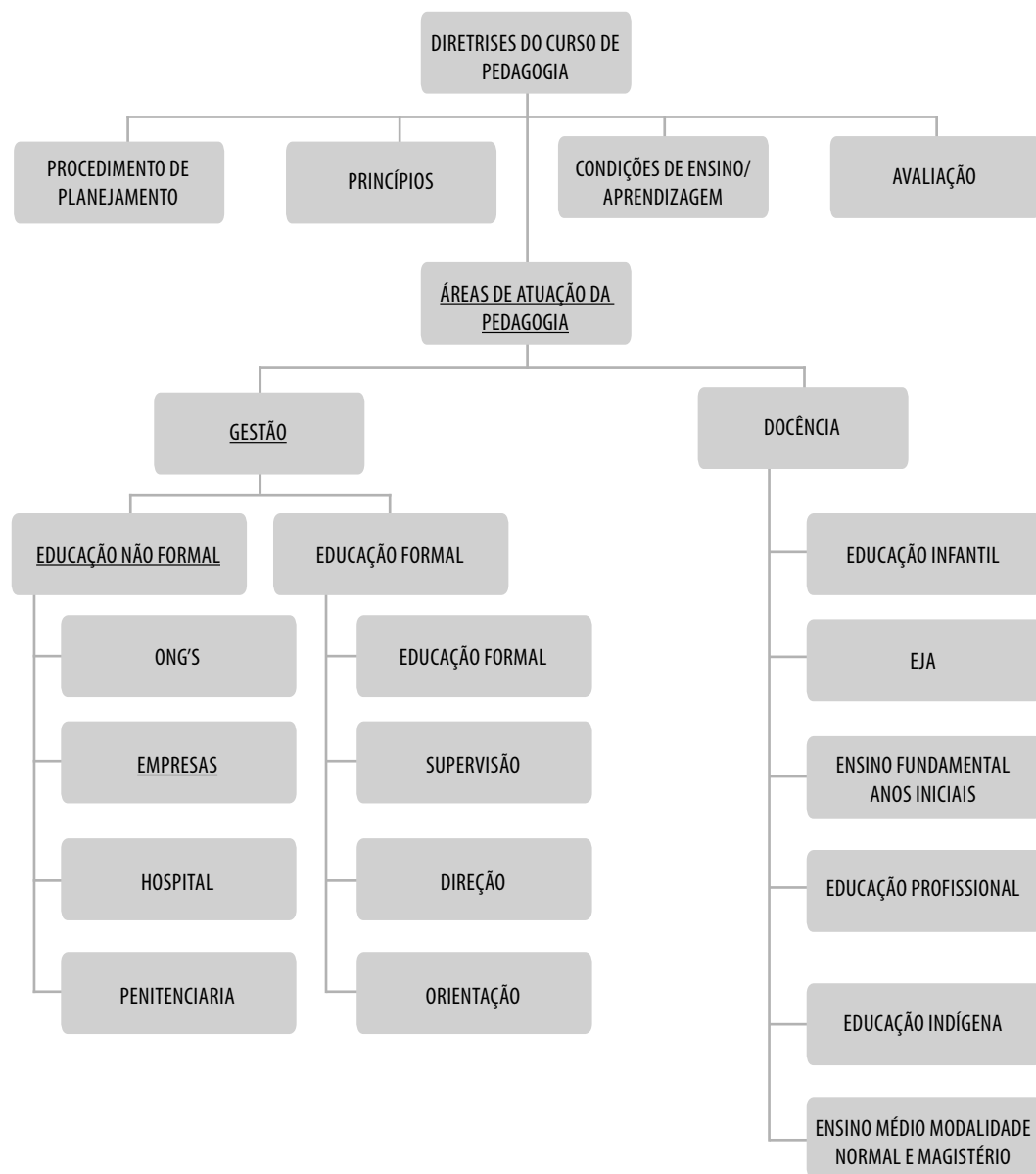
A partir da década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de nº 9.394/96 1996, que os conhecimentos construídos nos espaços extraescolares passam a serem reconhecidos e validados, surgindo assim o entendimento sobre a educação informal (desenvolvida principalmente pela família) e educação não formal, que acontece nos diversos espaços sociais, a exemplo das igrejas, ONGs, sindicatos, dentre outros.

TIPOS DE EDUCAÇÃO		
INFORMAL	FORMAL	NAO FORMAL
Fora da instituição escolar; Relações sociais/familiares; Permanente. Fora da instituição escolar; Relações sociais/familiares; Permanente.	Ambiente escolar Fins e objetivos determinados; Burocratizada.	Prática social; Aprendizagem política; Capacitação para o trabalho;

Para entender essa discussão dentro Pedagogia, é necessário mostrar que ela está respaldada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, de 2006 que, em sua escrita revela que, atualmente, a educação e a ação do pedagogo se apresenta em campos diferenciados.

Assim, para além da atuação na educação formal (docência/gestão), a educação não formal também é um espaço de atuação desse profissional e é nesse campo que este desenvolve suas práticas voltadas para diversas áreas, uma delas a da Pedagogia Empresarial ou Organizacional.

MAPA CONCEITUAL DAS DIRETRIZES DO CURSO DE PEDAGOGIA^{xxxvi}



À Pedagogia cabe o papel da pesquisa, do estudo, do aperfeiçoamento, da aplicação e da avaliação. Tais papéis potencializam o desenvolvimento do ser humano através das diversas situações de construção do conhecimento sistematizado.

Refletindo esse conceito dentro de um espaço demarcado por significativos avanços científicos e representativas presenças das tecnologias digitais, que

é o mundo do trabalho, é necessário dilatar o entendimento da Pedagogia para áreas como a da Pedagogia Empresarial. Esse espaço de atuação do pedagogo é caracterizado como uma possibilidade de ampliação das ações que são desenvolvidas dentro das organizações, uma vez que, devido às profundas transformações, do mundo contemporâneo, as demandas, das pessoas que trabalham nesses espaços, se ampliam.

Educação corporativa

As ações da Educação Corporativa ou da Pedagogia Empresarial giram em torno de atividades como planejamento, gestão, controle e avaliação da aprendizagem, todas na busca da promoção da qualidade e da melhoria dos diferentes processos realizados dentro das empresas (RIBEIRO, 2010)^{xxxvii}. Assim, de acordo com Ferreira (1985, p.74)^{xxxviii}, “[...] um dos propósitos da Pedagogia Empresarial é a de qualificar todo o pessoal da organização nas áreas administrativas, operacional, gerencial, elevando a qualidade e a produtividade organizacionais”.

Dessa forma, a inserção do pedagogo nas organizações está relacionada à formação e à qualificação de pessoas, utilizando-se de elementos que articulam conhecimento com estratégias e metodologias que garantam processos de mudanças no comportamento das pessoas. Pensando nisso, é necessário refletir que uma das funções do pedagogo, nesse contexto, é favorecer a gestão do conhecimento, um conjunto de práticas gerenciais, que possibilita a reconstrução de conceitos como trabalho em equipe, criatividade e a autonomia, com finalidade de favorecer a ampliação do conhecimento na organização.

Contudo, para que isso seja possível, caberá ao pedagogo adotar um olhar atento para as reais demandas da organização, pois o trabalho com a gestão do conhecimento demanda, para além do da identificação da necessidade de treinamentos e formações, uma noção maior sobre as diversas visões de mundo que existem dentro do espaço organizacional, ou seja, será necessário um trabalho voltado para o entendimento da cultura da organização.

A cultura organizacional relaciona-se a um fenômeno multifacetado, no qual as percepções dos atores com relação às práticas desenvolvidas perpassam por um caminho histórico complexo. Ela se apresenta a partir do comportamento dos sujeitos que compõem a organização, os quais trazem, para esse espaço, particularidades que se interlocucionam com valores locais, desenvolvendo, dessa forma, a característica multiculturalista que a cultura organizacional possui. Dessa forma, “[...] falar em cultura implica falar sobre a capacidade de adaptação do indivíduo à realidade do grupo no qual está inserido” (PIRES, MACÊDO, 2005. p. 84)^{xxxix}.

A cultura dentro de uma organização é construída e reconstruída, de forma ininterrupta, pelo grupo de pessoas que compõem a organização. Assim,

evidencia-se que os valores, costumes e crenças destes sujeitos são únicos e compõem identidades diferentes para cada organização. Essa reflexão sugere o entendimento de que cultura organizacional perpassa por uma construção normativa e social, que estrutura ou fragmenta as relações dentro do espaço corporativo.

O papel do pedagogo na empresa

A presença do pedagogo na empresa está relacionada à necessidade de estruturar e ampliar as ações de treinamento e formação, dos colaboradores, no setor de Recursos Humanos (RH). Em linhas gerais, o RH é entendido como um departamento que desenvolve ações voltadas para a seleção, contratação, remuneração, treinamento, dentre outras práticas ligadas diretamente à vida funcional dos colaboradores. Esse departamento adota metodologias estratégicas, a partir da criação de modelos e processos, que possibilitam à organização a obtenção de eficiência, competitividade e agilidade no mundo dos negócios. Chiavenato (2003, s.p)^{xl} conceitua que:

Recursos Humanos é uma área interdisciplinar que tem a capacidade de envolver inúmeros conceitos oriundos de várias áreas, por tratar diretamente com o ser humano, ou seja, indivíduos com personalidades diferentes, o que requer de qualquer especialista na área de Recursos Humanos uma experiência e um bom volume de conhecimento em diferentes áreas.

Embasado em diversos conhecimentos pedagógicos, o pedagogo, no ambiente organizacional, permite a elaboração do planejamento com foco na aprendizagem, alargando, assim, as práticas instrumentalistas desenvolvidas dentro do RH, trazendo para a empresa a possibilidade de elevar as potencialidades do trabalhador a partir do fortalecimento e desenvolvimento das competências. Para um entendimento do que são competências, Parry (1996, p. 50)^{xli} diz que:

Competências é um agrupamento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados, que afeta a maior parte de uma tarefa (papel ou responsabilidade), correlacionado à performance, que pode ser medido a partir de parâmetros bem-aceitos, e que pode ser melhorado através de treinamento e desenvolvimento.

O esquema abaixo ilustra tal conceito.



Destaca-se, assim, que dentro de uma organização, o papel do pedagogo está atrelado a ações como:

- Definir perfil e atribuições dos colaboradores;
- Instituir métodos de formação e aperfeiçoamento;
- Favorecer a estabilidade de mão de obra;
- Valorizar o clima e a cultura organizacional;
- Fortalecer o espírito do trabalho em equipe.

Isso posto, é interessante refletir que cabe ao pedagogo, em sua atuação no RH, estar afinado com as demais áreas da organização, reforçando a sua importância, nesse setor, frente às velozes mudanças do mercado de trabalho que a cada dia demanda novas aprendizagens.

O planejamento na organização

Falar em planejamento é lembrar da máxima que diz que é preciso determinar o que fazer, antes de fazer. O ato de planejar está relacionado à ação de traçar metas e estruturar de que forma as mesmas serão atingidas. Tal ato possibilita prognosticar, de forma inteligente, os objetivos setoriais, considerando diversos aspectos, de modo seguro, econômico e eficiente. Na organização, essa ferramenta, tão conhecida na educação, ganha o nome de “planejamento estratégico”.

O planejamento estratégico adquire destaque nos processos organizacionais devido à possibilidade de comando que oferece. A partir dele, é possível desenvolver a gestão do tempo, de risco, financeira, marketing e pessoal. O planejamento estratégico traz, em sua estrutura, elementos como a visão, a missão e os valores que se apresentam como a identidade da empresa; e possibilita uma análise do

ambiente externo (apresentando as oportunidades e ameaças) e interno (demonstrando as forças e fraquezas) da organização.

O planejamento estratégico é uma ferramenta que permite à organização um olhar sistêmico que, de forma contínua, monitora e controla os resultados. Como desdobramento dessa ferramenta, surge os projetos que objetivam a viabilização das ações planejadas dentro da empresa.

Os projetos são atividades temporárias, centrados na realidade e que buscam resolver, forma prática, o problema apresentado. O objetivo principal é a consolidação das ideias estruturadas no planejamento estratégico. Segundo Duffy (2006, p.8)^{XLII}, “nas empresas, em geral, projeto se refere a um conjunto de atividades relacionadas umas as outras, envolvendo habitualmente um grupo de pessoas que trabalham em conjunto em alguma coisa que será realizada uma única vez [...]”.

Diante disso, vale salientar que as ações propostas nos projetos devem estar alinhadas ao planejamento estratégico, por isso, precisam passar por avaliações e ajustes que atendam às necessidades da organização.

A prática pedagógica na organização

Para um entendimento mais ampliado sobre o que é a prática pedagógica no ambiente organizacional, torna-se necessário refletir sobre o conceito básico dessa ação. Evidenciando o significado dessas duas palavras, revela-se que, a priori, “prática” é entendida como a aplicação de um conhecimento, uma experiência; já a palavra “pedagógica”, etimologicamente, pode ser compreendida como a operacionalização do ato educativo. Em linhas gerais, de acordo com Veiga (1992), a prática pedagógica faz menção a “[...] uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social que pressupõe a relação teoria-prática [...]” (p. 16)^{XLIII}.

Dessa forma, a prática pedagógica na organização está diretamente relacionada às técnicas de capacitação, treinamento e desenvolvimento. Essas práticas são vistas a partir de algumas das atividades que são desenvolvidas dentro do setor de RH; tem como objetivo a formação profissional dos colaboradores, que objetiva possibilitar a estes uma mudança na atuação. Assim, a indicação de capa-

citação, treinamento e desenvolvimento deve estar respaldada nas reais necessidades da organização. Normalmente, são estruturadas pensando em etapas como: organização, execução e autoavaliação.

Tal estruturação acontece a partir de um diagnóstico sobre a necessidade de formação demandada pela empresa; geralmente, as organizações estabelecem uma política de aperfeiçoamento profissional e, assim, a cultura da aprendizagem se amplia. De acordo com Ribeiro (2010), algumas dimensões, como as competências na atuação, técnica, autoaprendizagem e a social, devem ser consideradas pela organização quando se cogita a organização de uma formação.

Algumas estratégias são bastante utilizadas quando se propõem o trabalho voltado para o desenvolvimento dos colaboradores de uma organização. São elas: minicursos, oficinas, conferências, palestras, cursos, dinâmicas de grupo, dentre outros. Uma das marcas registradas do trabalho com essas estratégias, e que influencia a melhoria e o desenvolvimento de uma organização, é conhecida como o trabalho em equipe.

Segundo Reis (2009, p. 61) ^{XIV}, equipe “[...] é um conjunto de indivíduos reunidos com o propósito de gerar sinergia que leve a resultados melhores do que os obtidos por meio da soma ou simples agregação de resultados individuais, havendo interdependência entre seus membros”. Assim, o trabalho em equipe é uma característica marcante no ambiente

organizacional. Com isso, é de fundamental importância o direcionamento deste trabalho, visando o crescimento de toda organização.

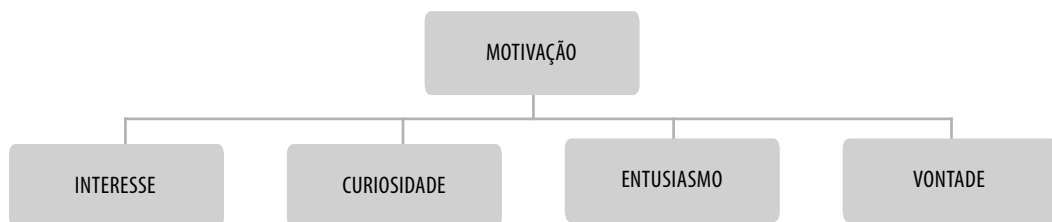
E, prezando pela qualidade do serviço, com foco no trabalho em equipe, é que a idealização e construção de uma prática pedagógica dentro do espaço organizacional precisa reunir saberes para tecê-los em função do mercado de trabalho.

Peculiaridades organizacionais

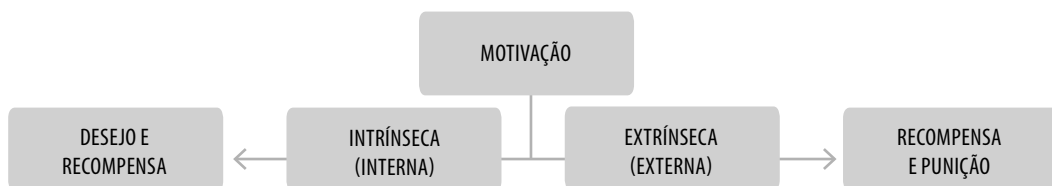
Os processos organizacionais envolvem, de forma geral, ações complexas, uma vez que se desenvolvem essencialmente a partir das relações humanas. Entendendo essa realidade por meio de reflexões ampliadas, percebe-se a importância do pedagogo no contexto das organizações, pois um dos papéis desse profissional é articular, de forma ampliada, a diversidade existente nesse espaço, proporcionando ações práticas que atendam às múltiplas dimensões das aprendizagens organizacionais. Desse modo, vale destacar alguns aspectos importantes nas discussões dentro da dinâmica de uma empresa.

Motivação

Em linhas gerais, a motivação, na organização, compromete o colaborador a dar o melhor de si, dedicando maior tempo e esforço na busca de novas estratégias para melhorar o espaço em que está inserido.



A motivação pode ser entendida como intrínseca ou extrínseca.



Inteligência Emocional (IE)

Diante da realidade do mercado de trabalho atual, numa esfera competitiva, na qual as relações intra e interpessoais se estabelecem de forma a atender as demandas sociais, torna-se necessário uma reflexão sobre o a importância da Inteligência Emocional (IE) no ambiente de trabalho. De acordo

com David Goleman (1998)^{XLV}, a inteligência emocional é o caminho para tomar boas decisões pessoais e, para isso, é preciso ouvir os sentimentos. Assim, é necessário compreender que a Inteligência Emocional bem desenvolvida possibilita uma melhor integração e relacionamento dos colaboradores dentro da organização.



Essa integração e relacionamento, normalmente, está respaldada em competências comportamentais, como algumas das elencadas abaixo:

- Motivação intrínseca;
- Autocontrole;
- Empatia;
- Criatividade;
- Autoconhecimento

Liderança

Algumas reflexões sobre a ideia de liderança apontam que ela é de suma importância para o su-

cesso de uma organização. De acordo com George Terry (1960)^{XLVI}, liderança é a ação de influenciar as pessoas, as estimulando, para que, de forma voluntária, ajam em prol de um objetivo coletivo. A liderança se desenvolve a partir da comunicação humana e, por isso, a depender do tipo de comunicação estabelecida, adota características próprias (ver quadro comparativo). Dentro desse contexto, o papel do líder se estabelece na influência que ele exerce sobre outras pessoas através do controle, motivação, avaliação, orientação, dentre outros.

TIPOS DE EDUCAÇÃO		
	AÇÕES	REAÇÕES
AUTOCRÁTICA	Líder com temperamento impetuoso e autoritarismo; Regras impostas sem consulta ao grupo; Prática dominadora e centralizadora; Disseminação de comentários hostis à atividades desenvolvidas pelas equipes.	Grupo com perfil agressivo e com exaltação de concorrência pessoal e profissional; Insatisfação no fazer profissional; O trabalho acontece sob pressão e com foco na quantidade.
DEMOCRÁTICA	Líder persuasivo e com autoridade; Escolha dos colaboradores a partir das aptidões e talentos; Ações desenvolvidas como foco no êxito;	É possível visualizar a essência do trabalho em equipe acontecer, pois o grupo se complementa; O trabalho acontece de forma satisfatória, atendendo à demanda da qualidade.
LIBERAL	Líder com características pacíficas, apático; Racionalização excessiva; Não há foco nas demandas do trabalho.	Autogerenciamento do grupo; O trabalho revela características de desorganização; O individualismo prepondera.

Avaliação de desempenho

Pensar em avaliação propõe aos sujeitos ampliar o entendimento que se tem sobre a importância deste ato. Nesse sentido, é importante entender a essência dessa prática para uma melhor compreensão de sua dimensão no espaço organizacional. De acordo com Luckesi, a avaliação se apresenta como uma possibilidade de ajudar os sujeitos em sua aprendizagem, dessa forma, o ajuda também “[...] no seu processo de constituição de si mesmo como sujeito existencial e como cidadão” (LUCKESI, 1997, p.174)^{XLVII}.

O acompanhamento das ações dentro do espaço organizacional perpassam por uma análise dos pontos que necessitam de melhoria e o instrumento utilizado nessa prática é a Avaliação de Desempenho. É uma ferramenta importante e, a partir dela, é possível verificar quais ações devem ser adotadas com a finalidade de resolver problemas relacionados à necessidade de formação dos colaboradores, relacionamentos interpessoais, práticas de bonificações, dentre outros.

De acordo com Brandão e Guimarães (2001), a avaliação de desempenho nasce das necessidades que os espaços organizacionais apresentam em provocar mudanças, encorajar ou reforçar algumas posturas de seus colaboradores. Dessa forma, o fazer na empresa relaciona-se ao querer e saber fazer e esta é a circunstância para que as ações sejam realizadas de forma eficiente e eficaz, conforme relata Marras (2000)^{XLVIII}.

Prezado (a) leitor (a), este resumo encerra-se aqui, após uma breve revisão sobre pontos da Pedagogia Empresarial e suas peculiaridades. Se pretendeu, aqui, apresentar a multiplicidade do trabalho do pedagogo nessa área da Pedagogia. Entendendo que, apesar de este ser um espaço de atuação ainda pouco conhecido, vale salientar que para uma atuação significativa, o pedagogo organizacional precisa desenvolver competências que atendam às expectativas desse mercado de trabalho promissor. Na esperança de que esta escrita tenha colaborado com sua construção de conhecimento de forma sistêmica, fica aqui o desejo de sucesso nessa caminhada.

REFERÊNCIAS

- I. MEISTER, Jeanne. C. Educação corporativa. São Paulo: Makron Books, 1999.

- II. CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 529 p.
- III. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- IV. CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- V. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 43.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- VI. HUNTER, James. O Monge e o Executivo: Uma História sobre a Essência da Liderança. 19. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- VII. LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. Editora da UFPR: 2001.
- VIII. GONÇALVES, Roseli. A Pedagogia Empresarial e as Práticas Pedagógicas dentro da Empresa. Disponível em:<<http://www.webartigos.com/artigos/a-pedagogia-empresarial-e-as-praticas-dentro-da-empresa/14896/>>Acesso em:15 de Abril de 2016.
- IX. KOTLER, Philip. Administração de marketing. São Paulo: Atlas, 1975.
- X. ANDRADE, Eduardo Leopoldino de. Introdução à pesquisa operacional: métodos e modelos para análise de decisão. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- XI. BAYMA, Fátima. (org.) Educação Corporativa: desenvolvendo e gerenciando competências. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
- XII. PACHECO, Luiza. Capacitação e desenvolvimento de pessoas. Luiza Pacheco, Anna Cherubina Scofano, Mara Beckert, Valéria de Souza. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- XIII. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- XIV. LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê?. 4ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- XV. SCHEIN, Edgar H. Organizational culture and leadership. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1992.
- XVI. TOURINHO, N. Chefia Liderança e Relações Humanas. Belém: Fiepa, 1981.
- XVII. Mayer, J. D., & Salovey, P. What is emotional intelligence? In P. Salovey & D. Sluyter (Eds.), Emotional development and emotional intelli-

- gence: Implications for educators (p. 3-31). New York: Basic Books, 1997.
- XVIII. CHIAVENATO, Idalberto. Os novos paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas. São Paulo: Atlas, 1996.
- XIX. BERGAMINI, Cecília Whitaker. Desenvolvimento de recursos humanos: uma estratégia de desenvolvimento organizacional. São Paulo: Atlas, 1997.
- XX. CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos. Edição compactada. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- XXI. LOPES, Cristiane Paiva Cavalcanti. Gestão por Competência como ferramenta para um RH estratégico. 2007. 31 f. Monografia (Especialização em Gestão de Equipes) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.
- XXII. LACOMBE, Francisco José. Administração: Princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2003.
- XXIII. DRUCKER, Peter F. Administração Lucrativa. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- XXIV. NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. Criação de conhecimento na empresa. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- XXV. DAFT, R. Organizações: teoria e projetos. São Paulo: Thomson, 2006.
- XXVI. RIBEIRO, Antonio de Lima. Teorias da Administração. São Paulo: Saraiva, 2003
- XXVII. HOLTZ, Maria Luiza Marins. Lições de pedagogia empresarial. Sorocaba: MH Assessoria Empresarial Ltda, 2006.
- XXVIII. DETLOR, B. Information Management. In: International Journal of Information Management, 30, p. 103-108, 2010.
- XXIX. DAVENPORT, Thomas H. Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 2000.
- XXX. CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento Organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010a.
- XXXI. SPECTOR, P. E. Psicologia nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2002.
- XXXII. HAMPTON, D. R. Administração: comportamento organizacional. São Paulo: McGraw-Hill, 1991.
- XXXIII. MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- XXXIV. CARVALHO, Maria do Carmo Nacif de. Relacionamento Interpessoal: como preservar o sujeito coletivo. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
- XXXV. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n.º 3/2006. Diretrizes Curriculares da Pedagogia. Brasília, 2006.
- XXXVI. RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. Pedagogia Empresarial: atuação do Pedagogo na Empresa, 4ed. RJ: wak, 2010. 147p.
- XXXVII. FERREIRA, A. Antônio. Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias. Evolução e Tendências da Moderna Administração de Empresas. São Paulo, 1985.
- XXXVIII. PIRES, José Calixto de Souza; MACÊDO, Kátia Barbosa. Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a05.pdf>> Acesso em: 1 set. 2016.
- XXXIX. CHIAVENATO, I. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- XL. PARRY, Scott. B. The quest for competencies. Training: 1996.
- XLI. DUFFY, M. Gestão de Projetos. Arregimente os recursos, estabeleça prazos, monitore o orçamento, gere relatórios: soluções práticas para os desafios do trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- XLII. VEIGA, Ilma Passos. A prática pedagógica do professor de Didática. Campinas: Papirus, 1992.
- XLIII. REIS, A. M. V. et al. Desenvolvimento de equipes. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- XLIV. GOLEMAN, Daniel. Trabalhar com Inteligência Emocional. Temas & Deabtes Lisboa, 1998.
- XLV. TERRY, George R. Principles of Management. 3 ed. Homewood, Ill: Richard D. Irwin, 1960.
- XLVI. LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem Escolar. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- XLVII. MARRAS, J.P. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. 9.ed. São Paulo: Futura, 2000. p. 173-188.

Patrícia Maltez

01. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013) A educação no Brasil, segundo o que determina a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

- Ⓐ Deve ser gerida e organizada separadamente por cada nível de governo.
- Ⓑ Deve ser gerida e organizada unicamente pelo Governo Federal.
- Ⓒ Deve ser gerida e organizada pelo Governo Federal e pelos municípios.
- Ⓓ Deve ser gerida e organizada pelo Distrito Federal e pelos Estados.
- Ⓔ Deve ser gerida e organizada pelos municípios.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A educação no Brasil é gerida e organizada por cada nível de governo, ficando o Governo Municipal responsável em oferecer creches, pré-escolas e ensino fundamental do 1º ao 5º ano. O Governo Estadual, responsável pelo ensino fundamental do 6º ao 9º ano e pelo ensino médio, atualmente esta etapa do ensino fundamental passou a ser responsabilidade do Município, ficando o Estado responsável pelo ensino médio. O Governo Federal fica na responsabilidade do ensino superior e pela elaboração das leis e programas educacionais. “Na organização do Estado brasileiro, a matéria educacional é conferida pela Lei nº 9.394/96, de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (LDB), aos diversos entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios, sendo que a cada um deles compete organizar seu sistema de ensino, cabendo, ainda, à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva (artigos 8º, 9º, 10 e 11). No tocante à Educação Básica, é relevante destacar que, entre as incumbências prescritas pela LDB aos Estados e ao Distrito Federal, está assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem. E ao Distrito Federal e aos Municípios cabe oferecer a Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental. Em que pese, entretanto, a autonomia dada aos vários sistemas, a LDB, no inciso IV do seu artigo 9º, atribui à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (Diretrizes Curriculares Nacionais, 2013, p. 7).

Alternativa B: INCORRETA. A organização do sistema de ensino é distribuída entre os governos federal, estadual e municipal, cada um tendo uma obrigação específica.

Alternativa C: INCORRETA. Os municípios são responsáveis pelo ensino fundamental do 1º ao 5º ano e pelas creches e pré-escolas.

Alternativa D: INCORRETA. O Estado fica sob responsabilidade do ensino fundamental do 6º ao 9º ano e pelo ensino médio.

Alternativa E: INCORRETA. O município sozinho não tem autonomia para definir todo o programa escolar da pré-escola ao ensino médio, ficando cada etapa sob responsabilidade de um governo.

02. Questão

(CEFET/RJ - CESGRANRIO - 2014) A escola continua sendo lugar de mediação cultural, e a pedagogia, ao viabilizar a educação, constitui-se como prática cultural intencional de produção e internalização de significados para, de certa forma, promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos indivíduos. (LIBÂNEO, José Carlos. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: A teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de VasiliDavydov. Revista Brasileira de Educação. Nº 27, p. 5. Set./out./Nov./dez.2004).

Com base no pensamento acima, a gestão escolar e a equipe docente têm como tarefa central promover uma ambiência de aprendizagem comprometida com:

- Ⓐ A centralidade da organização do planejamento e da sistematização de avaliações somativas com o apoio de instrumentos de verificação, visando à melhoria da aprendizagem.
- Ⓑ A mediação/transposição didática disciplinar baseada nas teorias educacionais de ajuste, eficácia e qualidade, visando à melhoria da aprendizagem.
- Ⓒ Uma prática focada nas disciplinas escolares e na organização das classes baseadas no rendimento e na faixa etária dos alunos, de modo a garantir a aprendizagem.
- Ⓓ Uma orientação que garanta a intervenção deliberada dos profissionais no desenvolvimento dos alunos, de modo a provocar avanços que não ocorreriam espontaneamente.
- Ⓔ Um maior domínio dos recursos tecnológicos para o trabalho pedagógico, de modo a contribuir para a superação das dificuldades de aprendizagem.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A ideia exposta não condiz com a teoria sociocultural, pois tem como foco

a avaliação somativa, que também é classificatória, buscando instrumentos que meçam a quantidade de acertos, além de não focar no desenvolvimento cognitivo do sujeito aprendiz.

Alternativa B: INCORRETA. A escola tem como foco a prática pedagógica voltada para o desenvolvimento integral do sujeito de forma preventiva e não remediativa.

Alternativa C: INCORRETA. Mesmo visando a transposição didática, o ensino ainda está voltado para os procedimentos de ensino.

Alternativa D: CORRETA. Libâneo aborda a importância de a educação buscar meios de desenvolver o pensamento cognitivo do sujeito, tornando este um sujeito crítico e reflexivo das suas ações, sendo capaz de argumentar e resolver problemas.

Alternativa E: INCORRETA. O uso de recursos tecnológicos contribui para o processo de aprendizagem do sujeito, mas não é o suficiente para que a aprendizagem aconteça; uma mediação eficiente contribui mais para a superação das dificuldades de aprendizagem.

03. Questão

(DETRAN/RO - IDECAN - 2014) “Partindo do reconhecimento de que o homem não pode ser apreendido como objeto ou produto, já que ao mesmo tempo, é sujeito e produtor das relações sociais, Vygotsky marcou uma etapa diferenciada no estudo da determinação sócio-histórica do psiquismo”. Considerando a afirmativa e a teoria de Vygotsky, analise.

- I. Define que as origens das formas superiores de comportamento consciente deveriam ser encontradas nas relações sociais que o indivíduo estabelece com o mundo exterior.
- II. Considera que os processos psicológicos humanos se realizavam inicialmente no social enquanto processos intrapessoais ou intrapsicológicos.
- III. Define as concepções que consideram que o comportamento social deriva do individual.
- IV. Afirma que o indivíduo sofre influências sociais de forma passiva e que se fundamentam em um conceito de “ambiente” no sentido estrito de um conjunto de circunstâncias ou contingências que, de acordo com suas características,

podem ou não fornecer elementos que facilitem o desenvolvimento.

Estão corretas as afirmativas:

- Ⓐ I, II, III, IV.
- Ⓑ I e II, apenas.
- Ⓒ I e III, apenas.
- Ⓓ II e III, apenas.
- Ⓔ III e IV, apenas.

Grau de Dificuldade

Assertiva I e II: CORRETAS. Segundo Vygotsky, os fenômenos psicológicos são decorrentes das interações sociais do sujeito.

Assertivas III e IV: INCORRETAS. Segundo a teoria de Vygotsky, os fatores psicológicos são decorrentes das interações sociais que o sujeito vivencia. Assim, as influências sociais têm um importante papel na formação do fenômenos psicológicos do sujeito.

Resposta: Ⓑ

04. Questão

(DETRAN/RO - IDECAN - 2014) Antônio Flávio Barbosa Moreira (2002), no seu artigo “Currículo, diferença cultural e diálogo”, discorre sobre o multiculturalismo como temática obrigatória nas discussões sobre educação, destacando que a cultura “tem adquirido crescente centralidade nos fenômenos sociais contemporâneos (p. 16), [...] trazendo] à luz a sensível diversidade de culturas” (p. 17) e “a associação das diferenças culturais às relações de poder” (p. 17). O autor propõe responder “às condições de mundo contemporâneo por meio de um multiculturalismo crítico” (p. 18). Para ele, reconhecer a diferença cultural na sociedade e na escola traz como primeira implicação, para a prática pedagógica, o abandono de uma perspectiva monocultural, da postura que Stoer e Cortesão (1999) denominam de “daltonismo cultural” (p. 25). Tendo em vista ser imperativo, em sala de aula, o “esforço de se entender o modo ou os pressupostos de interpretação a partir dos quais cada grupo elabora seus significativos” (Moreira, IBID, p. 25), assinale a alternativa que descreve corretamente as ações docentes que caracterizam a postura multicultural na educação.

Ⓐ Mobilização da motivação dos alunos, dinâmicas testadas para que os alunos compreendam conceitos importantes e atividades complementares direcionadas à erradicação de erros recorrentes com vistas a desejada aprendizagem.

Ⓑ Sensibilidade à heterogeneidade entre alunos, reconhecimento de diferenças quanto a saberes e necessidades e propostas didáticas direcionadas às particularidades dos alunos e à promoção de interação, habilidades e competências.

Ⓒ Aulas cuidadosamente planejadas para atender à necessidade dos alunos, atividades elaboradas com antecedência, apresentando desafios para compreender os conceitos estudados e apresentações individuais que permitam expressão de saberes adquiridos.

Ⓓ Dinâmicas diversificadas para garantir o interesse dos alunos, competições nas quais sejam colocados em prática conceitos importantes e avaliações com questões que contextualizam o conteúdo para dar oportunidade da articulação de conhecimentos.

Ⓔ Temáticas variadas para levar a multiculturalidade aos alunos e propostas didáticas para evitar conflitos de entendimento de significação que ocorrem a partir de diferentes referenciais, com vistas à promoção de uma aprendizagem relevante e significativa.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Motivar os alunos para a aprendizagem e dinamizar as atividades são fatores importantes, possibilitando, assim, que os educandos relacionem melhor os novos conteúdos aos que já possuem, ampliando sua compreensão, portanto, não garante a erradicação do erro, pois este é extremamente importante no processo de aprendizagem. Pensando no respeito ao multiculturalismo, precisamos entender aqui a ideia do erro e da aprendizagem desejada. Ao lidarmos com diferenças socioeconômicas e culturais, precisamos considerar as construções culturais elaboradas pelos grupos nos quais convivem. O que pode ser um erro em determinado grupo, em outro pode não ser. Não me refiro aqui apenas às diferenças ideológicas de países, mas dentro de um mesmo país, nas diferentes comunidades, de classes econômicas mais elevadas ou não.

Alternativa B: CORRETA. É preciso compreender que cada sujeito é diferente em sua formação, em sua essência e valorizar e respeitar as diferentes dimensões (religiosas, regionais, econômicas...) que compõem a sua formação; o currículo deve estar aberto para tais diferenças, respeitando e valorizando cada contexto cultural.

Alternativa C: INCORRETA. Planejar cuidadosamente, pensar nas atividades com antecedência é importante para um bom desempenho das atividades nas salas de aulas, portanto, é preciso considerar que cada sujeito é único e deve ser pensado em sua individualidade. Quando pensamos na totalidade da sala de aula, na sua maioria, não estamos promovendo um processo de inclusão de todos, com necessidades educativas especiais ou não.

Alternativa D: INCORRETA. As estratégias de ensino bem estruturadas darão oportunidade a todos, portanto, a avaliação precisa ser também repensada. De nada adiantará uma construção diária em uma concepção e a avaliação em outra, pois uma poderá anular todo o trabalho feito durante o processo. A avaliação precisará ser diária e justa, considerando o que cada sujeito tem apreendido.

Alternativa E: INCORRETA. Trabalhar com diferentes temáticas ajuda o sujeito na sua formação de conceitos, que deverão ser respeitados e não induzidos.

05. Questão

(PREF. ARARUAMA/RJ - FUNCAB - 2015) A teoria piagetiana tem como objetivo central:

- Ⓐ Contribuir de forma decisiva para que apreçam novas estruturas mentais que proporcionem a adaptação cada vez melhor ao ambiente.
- Ⓑ Conceber o conhecimento como algo predeterminado desde o nascimento (inatismo), nem como resultado do simples registro de percepções e informações (empirismo).
- Ⓒ Estudar a gênese dos processos mentais, ou seja, como esses processos são construídos ao longo da vida do adulto.
- Ⓓ Explicar a continuidade entre os processos biológicos e cognitivos, sem tentar reduzir os últimos aos primeiros.
- Ⓔ Provar que a aprendizagem se subordina à interação social.

Alternativa A: INCORRETA. Piaget buscava compreender como o sujeito aprendia, considerava a formação de novas estruturas mentais, porém explicava que a aprendizagem passava por diferentes etapas: equilíbrio, adaptação, assimilação e acomodação.

Alternativa B: INCORRETA. Acreditava que o sujeito aprendia através da sua interação com o meio, considerando isso como um fator primordial para o desenvolvimento e formação das suas estruturas mentais.

Alternativa C: CORRETA. Piaget buscava entender a gênese do conhecimento, como o sujeito aprendia e, diante das suas pesquisas, foi possível elaborar as fases do desenvolvimento cognitivo.

Alternativa D: INCORRETA. Piaget buscava compreender o cognitivo e de que maneira o biológico interferia ou modificava a partir de cada aprendizagem.

Alternativa E: INCORRETA. Piaget não focava no social, mas sim a interação do sujeito com o objeto de aprendizagem.

06. Questão

(PREF. ARARUAMA/RJ - FUNCAB - 2015) Com base nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, foram desdobrados cinco princípios educativos visando à sua concretização na prática. O buscar garantir para o estabelecimento educacional de crianças pequenas um lugar de formação de projetos e de experiências de vida integradas a partir da promoção de condições e de iniciativa para cada um dos participantes que são, ao mesmo tempo diferentes de todos, mas como sujeitos, iguais a todos, envolvendo todos os segmentos presentes no processo educacional, é o princípio da:

- Ⓐ Indissociabilidade entre educar e cuidar.
- Ⓑ Diversidade e singularidade.
- Ⓒ Estética como experiência individual e coletiva.
- Ⓓ Democracia, sustentabilidade e participação.
- Ⓔ Ludicidade e brincadeira.

Alternativa A: INCORRETA. Segundo as diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, "...Essa vinculação institucional diferenciada refletia uma fragmenta-

ção nas concepções sobre educação das crianças em espaços coletivos, compreendendo o cuidar como atividade meramente ligada ao corpo e destinada às crianças mais pobres e o educar como experiência de promoção intelectual reservada aos filhos dos grupos socialmente privilegiados” (Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, p. 81).

Alternativa B: INCORRETA. Esse item não abarca todos os princípios, pois além da diversidade e da singularidade há também os princípios da democracia e sustentabilidade.

Alternativa C: INCORRETA. As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil abordam os princípios éticos, políticos e estéticos, portanto, somente o princípio da estética não atende a todos os segmentos presentes no processo educacional.

Alternativa D: CORRETA. Os segmentos da democracia, da sustentabilidade e participação atende a todos os segmentos da educação.

Alternativa E: INCORRETA. O lúdico e a brincadeira são importantes para o desenvolvimento cognitivo da criança, portanto, os segmentos da diversidade, da sustentabilidade, da participação são tão importantes quanto no processo educacional.

07. Questão

(PREF. ARARUAMA/RJ - FUNCAB - 2015) A teoria de Piaget distingue quatro períodos gerais do desenvolvimento cognitivo: sensório-motor, pré-operacional, operacional/concreto e operacional/formal. Segundo Piaget, o crescimento cognitivo da criança se dá através de:

- (A) Equilibração e contraposição.
- (B) Transferência e aceitação.
- (C) Conscientização e aproximação.
- (D) Investigação e experimentação.
- (E) Assimilação e acomodação.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A equilibrção faz parte dos conceitos de Piaget. Para a formações de estruturas mentais, porém, o crescimento cognitivo da criança se dá através da assimilação e da acomodação.

Alternativa B: INCORRETA. Transferência e contra-transferência são conceitos da psicanálise e a aceitação não faz parte dos principais conceitos elabo-

rados por Piaget. A ideia de aceitação aqui refere-se às conquistas que o sujeito já possui e que o passará para um novo estágio de desenvolvimento.

Alternativa C: INCORRETA. Dentro do que diz respeito às fases de desenvolvimento da criança, a conscientização e aproximação não são conceitos determinantes para o desenvolvimento cognitivo da criança, segundo esse teórico.

Alternativa D: INCORRETA. É através da investigação e da experimentação que as estruturas mentais da criança são desenvolvidas, mas a evolução do desenvolvimento cognitivo da criança se dá pelo processo de assimilação e acomodação dos novos conceitos adquiridos através da investigação e da experimentação.

Alternativa E: CORRETA. Assimilação e acomodação são processos de desenvolvimento cognitivo da criança. Na assimilação, o sujeito busca atrelar os novos conhecimentos aos já existentes. A partir desse momento, a informação é armazenada, ou seja, é acomodada até que uma nova situação exista.

08. Questão

(PREF. ARARUAMA/RJ - FUNCAB - 2015) Conforme o art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento da sua pessoa, preparo para o exercício da sua cidadania e o preparo para o trabalho, assegurando-se lhes, **exceto**:

- (A) Direito à organização e participação em entidades estudantis.
- (B) Direito de ser respeitado por seus educadores.
- (C) Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- (D) Viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.
- (E) Igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A criança e o adolescente, enquanto sujeitos sociais, têm seus direitos e deveres que devem ser preservados. Dar voz a eles é incentivá-los a serem seres políticos que têm o direito de opinar. Uma das formas é organizar e participar

de entidades estudantis. No contexto histórico atual do nosso país, esses jovens estão tendo um papel muito importante.

Alternativa B: CORRETA. O respeito deve existir nas diferentes esferas e situações. A criança e o adolescente têm o direito de serem respeitados pelos educadores. Situações constrangedoras ou ameaças podem render penas criminais para os educadores.

Alternativa C: CORRETA. A LDB garante o acesso às escolas públicas de qualidade próximo a residência do educando.

Alternativa D: INCORRETA. Permitir a saída do menor da comarca onde reside sem expressa autorização judicial pode acarretar em grandes problemas para os pais e para esses jovens, podendo ser encaixado em abandono de menor incapaz.

Alternativa E: CORRETA. Todas as crianças e adolescentes têm o direito de ter acesso e permanecer na escola. Pais que permitem que as crianças não frequentem a escola podem responder processos.

09. Questão

(PREF. CRISTÁLIA/MG - COTEC UNIMONTES - 2015) Quando tratam da identidade de gênero, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil assim orientam: “No que concerne à identidade de gênero, a atitude básica é transmitir, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes e permitir que a criança brinque com as possibilidades relacionadas tanto ao papel de homem como ao da mulher”.

Observadas essas orientações, os educadores devem estar atentos:

- (A) Para assegurar a concepção de que homem não chora e que mulher não briga.
- (B) Para que não sejam reproduzidos, nas relações com as crianças, padrões estereotipados quanto aos papéis do homem e da mulher como, por exemplo, que à mulher cabe cuidar da casa e dos filhos e que ao homem cabe o sustento da família e a tomada de decisões.
- (C) Para manter os estereótipos que surgem entre as próprias crianças, fruto do meio em que vivem.
- (D) Para incentivar a divisão entre meninos e meninas nas salas de aula e nas brincadeiras.

Alternativa A: INCORRETA. Não se refere à ideologia machista de que homem não deve chorar nem a mulher brigar. Refere-se ao respeito a ambos os sexos que permitam aos sujeitos vivenciar diferentes situações independentemente se em décadas anteriores eram definidas como atividades femininas ou masculinas.

Alternativa B: CORRETA. É descontaminar a ideologia defendida anteriormente, quando existiam situações que eram para os homens e situações que eram para as mulheres, o que traziam conflitos emocionais e sociais para os indivíduos que precisavam ter uma dinâmica de vida diferente da que era considerada normal. Por exemplo: um homem que, por determinado motivo, precisava morar sozinho, tinha que desenvolver funções que eram consideradas femininas, como arrumar a casa, fazer comida, passar roupa etc., o que não alterava em nada sua condição masculina.

Alternativa C: INCORRETA. Os propósitos dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil é quebrar os comportamentos estereotipados, trabalhando os valores e as atitudes de respeito aos diferentes gêneros.

Alternativa D: INCORRETA. Segregar meninos em uma sala de aula e meninas em outra, não é trabalhar o direito de igualdade e de respeito.

10. Questão

(PREF. CUIABÁ/MT - FGV - 2015) Com relação às características das funções psicológicas superiores na teoria de Vygotsky, analise as afirmativas a seguir.

- I. São os modos de funcionamento psicológico, tais como a capacidade de planejamento e a imaginação.
- II. Referem-se aos mecanismos intencionais e são processos voluntários.
- III. Originam-se nas relações entre indivíduos e se desenvolvem ao longo do processo de internalização.

Assinale:

- (A) Se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) Se somente a afirmativa II estiver correta.

- © Se somente a afirmativa III estiver correta.
- © Se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- © Se todas as afirmativas estiverem corretas.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. A capacidade de planejamento, execução, controle, criatividade, imaginação, dentre outras, são chamadas de “funções psicológicas” que podem ser superiores ou executivas.

Assertiva II: CORRETA. Algumas funções cerebrais são voluntárias e intencionais, a exemplo do planejamento e construção de metas.

Assertiva III: CORRETA. Segundo Vygotsky, o processo de interação entre os indivíduos contribui para a formação das funções mentais e estas se desenvolvem com o tempo, mediante novas interações no processo de internalização.

Resposta: ©

11. Questão

(PREF. CUIABÁ/MT - FGV - 2015) Relacione os teóricos às respectivas ideias.

1. Piaget
 2. Vygotsky
- I. () O desenvolvimento cognitivo é interpretado a partir da experiência com o meio físico.
 - II. () A aprendizagem interage com o desenvolvimento, produzindo as zonas de desenvolvimento proximal.
 - III. () O sujeito social não é apenas ativo mas, sobretudo, interativo.

Assinale a opção que indica a relação correta, de cima para baixo.

- © 1 – 2 – 2.
- © 2 – 2 – 1.
- © 1 – 1 – 2.
- © 1 – 2 – 1.
- © 2 – 1 – 1.

Grau de Dificuldade

Item I: PIAGET. Piaget explica as fases de desenvolvimento do indivíduo e a importância da interação com o objeto para o seu desenvolvimento.

Item II: VYGOTSKY. Vygotsky aborda sobre o sujeito social e a formação das funções psíquicas a partir das relações do sujeito com o meio social e cultural. Segundo Vygotsky, a aprendizagem perpassa por três zonas: Zona de Desenvolvimento Real – se refere ao que o sujeito já sabe; Zona de Desenvolvimento Potencial – o que ele é capaz de aprender; Zona de Desenvolvimento Proximal – é a distância entre o que já sabe e o que pode aprender, onde as mediações são feitas.

Item III: VYGOTSKY. Vygotsky diz que o sujeito desenvolve suas funções superiores mediante as interações com o outro e com o meio cultural.

Resposta: ©

12. Questão

(PREF. JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE - AOC - 2015) “A atenção é a instância psíquica responsável por selecionar determinadas tarefas importantes ao indivíduo, bem como as ações fundamentais para o cumprimento da referida tarefa, ela não está dada desde o nascimento. Nos primeiros anos da infância, predomina a chamada atenção involuntária – tipo de atenção que responde a qualquer estímulo novo (luzes, cores, sons diferenciados) –, mas que se extingue conforme o indivíduo se adapta à novidade. Paulatinamente, a atenção involuntária vai sendo substituída pela atenção voluntária, responsável por fazer com que o indivíduo permaneça em uma atividade mesmo que esta não seja inteiramente interessante”. O conteúdo dessa citação faz referência à qual concepção de desenvolvimento e aprendizagem?

- © Behaviorista.
- © Construtivista.
- © Neoconstrutivista.
- © Histórico-cultural.
- © Evolucionista.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A concepção behaviorista acredita que a aprendizagem se dá por meio do estímulo-resposta.

Alternativa B: INCORRETA. No construtivismo, a aprendizagem se dá na interação do sujeito com o objeto de conhecimento, no qual suas estruturas cognitivas são modificadas.

Alternativa C: INCORRETA. Os neoconstrutivistas, além de se basearem nas ideias de Piaget, consideram também o desenvolvimento cortical e os modelos de aprendizagem.

Alternativa D: CORRETA. Vygotsky e Luria buscam em seus estudos compreender a influência das funções superiores e executivas para a aprendizagem.

Alternativa E: INCORRETA. Darwin acredita que o desenvolvimento do sujeito se dá através da sua evolução, evolução aqui vista por ele como mudanças biológicas.

13. Questão

(PREF. JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE - AOCF - 2015) No artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil, afirma-se: “A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica”. Segundo a LDBEN nº 9.394/96, devidamente atualizada, a educação infantil compreende o ensino de:

- (A) 0 a 3 anos.
- (B) 0 a 4 anos.
- (C) 0 a 5 anos.
- (D) 0 a 6 anos.
- (E) 0 a 2 anos.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O período correspondente de 0 a 3 anos é referente à creche.

Alternativa B: INCORRETA. Antes, o período até 4 anos correspondia à pré-escola.

Alternativa C: CORRETA. Na nova LDB, passa a ser considerada educação infantil todo o período de 0 a 5 anos. “Art.5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social” (Diretrizes

Curriculares para a Educação Infantil, Resolução nº 5, de 17 de Dezembro de 2009, p. 97).

Alternativa D: INCORRETA. A criança com 6 anos, completos até 31 de março, deve estar inserida no 1º ano do ensino fundamental.

Alternativa E: INCORRETA. Essa idade ainda faz parte da creche.

14. Questão

(PREF. JUATUBA/MG - CONSULPLAN - 2015) Quando se trata de relacionar as ideias dos dois grandes teóricos do interacionismo construtivista (Piaget e Vygotsky), não se pode falar apenas em confronto ou apenas entre os princípios que cada um defende; na verdade, esses autores possuem ideias muito comuns, compartilham concepções e, em muitos momentos, complementam-se. No que se refere às ideias do desenvolvimento cognitivo e à socialização dos indivíduos, analise as afirmativas a seguir, completando-as corretamente com seus respectivos teóricos.

- I. _____ refere-se ao meio como condição para o desenvolvimento cognitivo, mas centraliza sua explicação nos mecanismos de coordenação entre as ações da criança sobre o mundo, dando pouca importância à intervenção social.
- II. Para _____, a criança nasce inserida num meio social que é a família e é nela que estabelece as primeiras relações com a linguagem na interação com os outros. Nas interações cotidianas, a mediação com o adulto acontece espontaneamente no processo de utilização da linguagem, no contexto das situações imediatas.
- III. Para _____, a criança vai se socializando à medida que a pressão do meio externo exige a adaptação de seus pensamentos àquelas do mundo adulto. Na criança muito pequena, portanto, há uma notória falta de socialização. O desenvolvimento cognitivo se dá a partir de esquemas e estruturas de pensamentos e ocorre em etapas pelas quais todos os indivíduos passam.

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as afirmativas anteriores.

- (A) Piaget / Vygotsky / Piaget.

- Ⓑ Vygotsky / Piaget / Piaget.
- Ⓒ Piaget / Piaget / Vygotsky.
- Ⓓ Vygotsky / Vygotsky / Piaget.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Piaget aborda sobre a formação das estruturas cognitivas que são formadas a partir das interações do sujeito com o meio, o aspecto social para ele não é fator determinante. Vygotsky considera o meio como fator determinante na formação das funções psíquicas do sujeito, o que está diretamente ligado ao desenvolvimento.

Alternativa B: INCORRETA. Vygotsky não busca entender a formação das estruturas cognitivas, ele não parte do biológico para o social, mas considera que o meio cultural promove as mudanças comportamentais dos sujeitos. Já Piaget busca compreender o desenvolvimento da inteligência a partir das interações que o sujeito tem com o objeto de conhecimento.

Alternativa C: INCORRETA. Piaget, nos seus estudos, buscou compreender o desenvolvimento da inteligência no sujeito. Inicialmente, Piaget acreditava que o desenvolvimento intelectual infantil sofria influências sociais, depois passou a acreditar que a ação e não a interação social promovia o desenvolvimento do raciocínio. Já Vygotsky defendia que inicialmente a aprendizagem acontecia no intrapessoal e posteriormente no intersocial.

Alternativa D: INCORRETA. Vygotsky não procurou explicar a formação das estruturas cognitivas, mas a influência do meio no desenvolvimento do sujeito.

15. Questão

(PREF. PINHALÃO/PR - FAFIPA - 2015) Segundo Emília Ferreira, o desenvolvimento da alfabetização ocorre em um ambiente social. A respeito da alfabetização na perspectiva construtivista, é correto afirmar:

- Ⓐ No nível pré-silábico, a criança identifica e escreve algumas sílabas, mas ainda não consegue formar palavras.
- Ⓑ No início do nível silábico, a criança relaciona uma letra para cada sílaba.
- Ⓒ Em uma tentativa de escrita da palavra “CAVALO”, uma criança que escreve “IHAERBM” está no nível silábico.

- Ⓓ No nível alfabético, a criança já consegue reproduzir adequadamente todos os fonemas de uma palavra e não há mais ocorrências de erros ortográficos.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O nível pré-silábico corresponde à fase de desenvolvimento da escrita, na qual a criança percebe que é possível fazer uso de símbolos para registrar, portanto, ainda não compreende que tais símbolos correspondem a fonemas que são articulados. Fazem uso de letras e números aleatórios.

Alternativa B: CORRETO. Nesse nível a criança está em processo de desenvolvimento da consciência fonológica, consegue perceber que os sons emitidos na fala podem ser registrados e já conseguem fazer correspondência sonora e gráfica. Inicialmente, coloca a mesma quantidade de letras para cada sílaba, ou seja, se a palavra é trissílaba vai colocar três letras, podendo ainda ser aleatórias. Posteriormente, passa para a fase silábica qualitativa, na qual a criança escreve uma letra para cada sílaba, exemplo: A E A – JANELA.

Alternativa C: INCORRETA. Tal escrita não apresenta nem correspondência quantitativa nem qualitativa.

Alternativa D: INCORRETA. Nesse nível a criança já representa todos os fonemas, portanto, essa representação é fiel à sua escuta e os conflitos ortográficos ainda não são resolvidos: Exemplo: KVALO, KMLO.

16. Questão

(SESI/PA-CONED-2015) A criança, para _____, é essencialmente emocional e gradualmente vai constituindo-se em um ser sociocognitivo. Este autor estudou a criança contextualizada, como uma realidade viva e total no conjunto de seus comportamentos e suas condições de existência.

- Ⓐ Wallon.
- Ⓑ Paulo Freire.
- Ⓒ Vygotsky.
- Ⓓ Emília Ferreira.
- Ⓔ Piaget.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. “Sua teoria pedagógica, que diz que o desenvolvimento intelectual envolve muito mais do que um simples cérebro, abalou as convicções numa época em que memória e erudição eram o máximo em termos de construção do conhecimento. Wallon foi o primeiro a levar não só o corpo da criança, mas também suas emoções para dentro da sala de aula. Fundamentou suas idéias em quatro elementos básicos que se comunicam o tempo todo: a afetividade, o movimento, a inteligência e a formação do eu como pessoa. Militante apaixonado (tanto na política como na educação), dizia que reprovar é sinônimo de expulsar, negar, excluir. Ou seja, ‘a própria negação do ensino’. As emoções, para Wallon, têm papel preponderante no desenvolvimento da pessoa. É por meio delas que o aluno exterioriza seus desejos e suas vontades. Em geral são manifestações que expressam um universo importante e perceptível, mas pouco estimulado pelos modelos tradicionais de ensino” (<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/educador-integral-423298.shtml>).

Alternativa B: INCORRETA. Paulo Freire defendia a ideia de que o sujeito deveria ser crítico, condenando, dessa forma, ao que ele chamava de educação bancária.

Alternativa C: INCORRETA. Vygotsky explicava a influência do meio no desenvolvimento do sujeito.

Alternativa D: INCORRETA. Emília Ferreiro focou seus estudos na aquisição da língua escrita e conseguiu definir as etapas de desenvolvimento da escrita: pré-silábico; silábico; silábico-alfabético e alfabético.

Alternativa E: INCORRETA. Piaget definiu as etapas de desenvolvimento da inteligência do sujeito: sensorio-motor; pré-operatório; operatório concreto e operatório formal.

17. Questão

(UFRB - FUNRIO - 2015) Em seu artigo 31, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96) determina que a educação infantil será organizada de acordo com a seguinte regra comum:

Ⓐ Verificação da aprendizagem mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, para a possível promoção e acesso ao ensino fundamental.

Ⓑ Controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 80% do total de horas.

Ⓒ Atendimento à criança de, no mínimo, quatro horas diárias para o turno parcial e de sete horas para a jornada integral.

Ⓓ Carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por um mínimo de 180 dias de trabalho educacional.

Ⓔ Assegurar às crianças que necessitem de educação especial, preferencialmente em instituições especializadas, de ensino público, filantrópicas e de iniciativa privadas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Na educação infantil não existe reprovação, a avaliação é utilizada com instrumento de registro do seu desenvolvimento.

Alternativa B: INCORRETA. No Art. 31. da LDB, no inciso diz que “controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)” (MEC – LDB9394/96)

Alternativa C: CORRETA. A criança que estuda apenas em um turno deverá ter a carga horária de quatro horas diárias e em turno integral de sete horas diárias.

Alternativa D: INCORRETA. As 800 horas de carga horária anual deverá ser distribuída em 200 dias letivos. Inciso II do Art. 31 da LDB 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Alternativa E: INCORRETA. As crianças com necessidades especiais devem ser inseridas em classes regulares, tanto no âmbito público como privado.

“Art. 31 LDB 9394/96 de 20 de dezembro de 1996

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I. avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II. carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

III. atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV. controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

V. expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)”.

18. Questão

(UFRB - FUNRIO - 2015) O ser humano, graças às suas múltiplas oportunidades de estabelecer relações interpessoais, desenvolve processos psicológicos superiores. Tais processos sempre aparecem inicialmente no plano das relações interpessoais e depois sofrem a mediação dos padrões culturais dominantes. O crescimento pessoal, portanto, é o processo pelo qual o ser humano torna:

- Ⓐ Sua, a cultura do grupo social ao qual pertence.
- Ⓑ O cognitivo em sua expressão máxima.
- Ⓒ As relações interpessoais como as mais significativas.
- Ⓓ A cultura em seu ponto de apoio.
- Ⓔ Os padrões de hábito, como sendo os seus.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Por sermos sujeitos multidimensionais, a cultura do grupo social na qual pertencemos contribui para a nossa formação social, moral e cognitiva. Quando pertencemos a determinado grupo social, nos apropriamos dos seus valores e das suas crenças, o que contribui para a nossa formação enquanto sujeito.

Alternativa B: INCORRETA. A interação social contribui para o nosso desenvolvimento, portanto, nossa cognição vai além das interações sociais, ela perpassa também pelos nossos estados orgânicos e emocionais.

Alternativa C: INCORRETA. As relações sociais contribuem para o nosso crescimento pessoal, mas as nossas estruturas intrapessoais são tão importantes quanto as relações interpessoais.

Alternativa D: INCORRETA. As mudanças socioculturais interferem no processo de formação do sujeito, portanto, analisar, saber posicionar-se diante das situações, criticá-las promoverá a reestruturação intrapsíquica que refletirá na mudança de comportamento, no crescimento pessoal.

Alternativa E: INCORRETA. As relações interpessoais, o conhecimento de padrões de determinados lugares, não precisa ser absorvido pelo sujeito. O indivíduo precisa ser crítico, ético e saber posicionar-se diante de diferentes situações.

19. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) Vygotsky traz grande contribuição para a avaliação da aprendizagem. Para ele, todas as crianças têm possibilidades intrínsecas de progresso intelectual e, assim, na perspectiva da avaliação para promover a aprendizagem, deve-se procurar analisar:

- Ⓐ O que a criança já faz sozinha e não o seu potencial, visando a reforçar esses conceitos já construídos para programar novos passos e processos de domínio de saberes. O seu registro tem por finalidade informar a família visando ao seu processo de acompanhamento dos estudos.
- Ⓑ Se os alunos alcançaram ou não os resultados esperados pelo professor ao término de determinada sequência didática. É fundamental registrar os resultados de desempenho escolar alcançados pelos alunos para informar aos pais e à direção da escola sobre o trabalho desenvolvido em sala de aula.
- Ⓒ O seu potencial de aprendizagem, e não determinar suas capacidades em algum momento para simplesmente apontá-la. É tarefa do avaliador desenvolver estratégias desafiadoras para que a criança, a partir dos conceitos que já construiu, alcance formas mais elaboradas de compreensão da realidade. As avaliações para a aprendizagem servem também para subsidiar a ação educativa dos professores.
- Ⓓ O que já foi construído pelos alunos a partir da assimilação do ensinado. Todo conteúdo ensinado deve-se transformar em conteúdo aprendido. A avaliação escolar é um procedimento para medir essa

aprendizagem, o seu registro visa a informar o aluno e seus familiares.

⑤ Os resultados de desempenho escolar obtidos pelos alunos nos testes aplicados pelo governo (as avaliações externas). Trata-se de uma prova de múltipla escolha elaborada a partir das expectativas de aprendizagem institucional e os seus resultados informam se o aluno está no patamar insuficiente, satisfatório ou plenamente satisfatório para o componente e série ou ano escolar.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Vygotsky considera a avaliação da aprendizagem da criança durante o seu processo de aquisição, ou seja, o que já tem conhecimento e o que pode adquirir de conhecimento.

Alternativa B: INCORRETA. Na concepção de Vygotsky, o que está com o foco é o sujeito aprendiz e suas capacidades de apropriação de novos conhecimentos, a partir do que já tem internalizado, e não o que o professor, enquanto transmissor de conhecimentos, tem apresentado à classe de forma homogênea. A avaliação se dá com o objetivo de acompanhar as aprendizagens do educando, e não como documento para apresentar resultados.

Alternativa C: CORRETA. Vygotsky considera que a aprendizagem perpassa por três zonas distintas: Zona de Desenvolvimento Real, que é o que sujeito já tem internalizado; Zona de Desenvolvimento Potencial, que é o que o sujeito é capaz de aprender; e Zona de Desenvolvimento Proximal, onde as mediações deverão ocorrer, momento da execução das estratégias elaboradas pelo professor para que o sujeito avance na construção dos seus conceitos. A avaliação, nesse contexto, é vista como o sinalizador das competências adquiridas pelo sujeito e o que é capaz de adquirir.

Alternativa D: INCORRETA. A avaliação nessa concepção não tem função de medir o que o sujeito é capaz ou não, mas sim direcionar o trabalho do educador para que o educando possa evoluir na sua aprendizagem.

Alternativa E: INCORRETA. Vygotsky não tinha como foco as avaliações elaboradas pelo governo para medir o processo de ensino e aprendizagem, mas sim avaliar individualmente cada sujeito no seu processo de aprendizagem e daí elaborar situações

mais complexas para que novas aprendizagens fossem conquistadas.

20. Questão

(NUCLEP - BIORIO - 2014) Pedagogos são profissionais que devem estar preparados para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento dos problemas que interferem na saúde, na aprendizagem e no trabalho. O diagnóstico de dificuldades socioeducativas é realizado por meio de recursos que se constituem em instrumentos fundamentais com caráter:

- ① Curativo.
- ② Preventivo.
- ③ Diferenciador.
- ④ Expansionista
- ⑤ Agregador.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O pedagogo precisa ter um olhar muito refinado diante dos seus educandos, conhecer o processo natural de desenvolvimento de cada faixa etária e estar atento aos sinais de alguma dificuldade ou transtorno possível. Dessa forma, sua postura é preventiva e não curativa.

Alternativa B: CORRETA. O pedagogo que acompanha seus educandos, que conhece o processo de desenvolvimento natural e está atento às mudanças de comportamento e expressões dos seus alunos ou percebe que não estão conseguindo avançar na sua aprendizagem, trabalha numa perspectiva preventiva.

Alternativa C: INCORRETA. De nada adianta o pedagogo perceber as alterações apresentadas dos seus educandos e não saber intervir de maneira eficiente. Perceber as diferenças é importante para melhor intervir com seu educando. Perceber e não saber o que fazer é considerado um processo de exclusão.

Alternativa D: INCORRETA. O pedagogo precisa estar bem preparado para trabalhar com a diversidade, com as diferenças, sem expor as dificuldades de seus alunos, mas mediar de maneira correta para que ele avance em sua aprendizagem.

Alternativa E: INCORRETA. Na perspectiva inclusiva, o pedagogo precisa elaborar diferentes situações que a participação de todos seja de igualdade; mesmo cada sujeito tendo sua maneira diferente de par-

ticipar, o importante é que todos tenham o direito de aprender. O pedagogo que têm alunos de inclusão e não faz para que eles aprendam, apenas está inserindo, agregando o educando aos demais, sem dar-lhe condições de igualdade para a sua aprendizagem.

21. Questão

(PREF. DE ALTAMIRA/PA - PREF. DE ALTAMIRA - 2017) É correto que a organização das rotinas na educação infantil

- Ⓐ Deve seguir um padrão para todas as idades.
- Ⓑ Deve proporcionar que sejam vencidos os conteúdos curriculares.
- Ⓒ Deve variar conforme as necessidades de cada faixa etária.
- Ⓓ Não deve seguir nenhum critério.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Na construção da rotina da Educação Infantil é necessário considerar o todo, mas também cada sujeito em sua singularidade.

“Ao fazer o planejamento o professor deve pensar na dificuldade de cada um, o que vai ser modificado no seu plano de aula é o que denomino de intervenções específicas, ou seja, as mediações que serão feitas com cada criança, muitas vezes o recurso que usará para um não será o mesmo que usará para outro, desta maneira o professor atenderá a todos na sala de aula, portanto, um olhar delicado do educador para seu educando modificará sua conduta.” (Rodrigues, Patrícia M. Funções Executivas e Aprendizagem – O uso dos jogos no desenvolvimento das funções executivas).

Alternativa B: INCORRETA. O trabalho na Educação Infantil visa ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a aprendizagem no Ensino Fundamental. O mais importante nesta etapa é garantir que a criança desenvolva tais habilidades, sendo assim o professor não tem que ficar preso a conteúdos curriculares, que na Educação Infantil, conforme a Base Nacional Comum, tem como objetivos:

“Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na

Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.” (http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/3_BNCC-Final_Infantil.pdf)

Alternativa C: CORRETA. Ao pensar na rotina da Educação Infantil, é importante considerar a fase operacional das crianças e suas idades, visando trabalhar o que é necessário para cada faixa etária. Tais fases de desenvolvimento estão correlacionadas com o processo de maturação neurológica, na formação das redes neurais, necessárias para o processo de aprendizagem. Piaget identificou e formalizou as diferentes fases de desenvolvimento: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto, operatório formal. Mesmo não tendo na época de Piaget os estudos das neurociências como temos hoje, ele conseguiu perceber o que era básico em cada fase do desenvolvimento cognitivo da criança.

Alternativa D: INCORRETA. A Educação Infantil é a base de todo processo de aprendizagem, nessa fase, as crianças devem desenvolver inúmeras habilidades que formarão as redes neurais necessárias para as conexões futuras para novas aprendizagem. Essa etapa deve ser pensada como muita responsabilidade, considerando os diferentes fatores envolvidos na aprendizagem do sujeito.

22. Questão

(PREF. DE ALTO BELA VISTA/SC - AMAUC - 2017) O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), no art. 53 afirma que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando a eles todos os direitos abaixo, **exceto**.

- Ⓐ igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Ⓑ direito de ser respeitado por seus educadores;
- Ⓒ direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- Ⓓ direito de organização e participação em entidades estudantis;

Ⓔ acesso à escola pública e gratuita onde o sistema dispuser de vagas ou a critério do adolescente.

Grau de Dificuldade

Alternativa: CORRETO. Tanto a constituição como a LDB garantem a todos os sujeitos o acesso à educação e sua permanência na escola. Tais sujeitos, independente das suas condições físicas, psíquicas ou emocionais, têm o direito a igualdade aos demais dentro da instituição, devendo esta promover atividades que proporcionem a aprendizagem de todos.

Alternativa B: CORRETO. Todos os sujeitos devem ser respeitados por todas as pessoas, inclusive pelos educadores. Ser respeitado pelos educadores é receber a mesma atenção e o mesmo atendimento que os demais, independente da sua situação.

Alternativa C: CORRETO. Todos os sujeitos podem e devem ser avaliados no seu processo de aprendizagem, cabe à instituição e ao professor, que é o mediador direto, avaliar a melhor forma de fazer isso, considerando as limitações e a faixa etária de cada aprendiz. Para isso, existem diversos instrumentos avaliativos que necessariamente não precisam ser uniforme para todos, à medida que as singularidades são valorizadas.

Alternativa D: CORRETO. O Estatuto da Criança e do Adolescente visa à preparação do sujeito para o exercício da cidadania e qualificação do trabalho. É através das entidades estudantis, que possuem um caráter político-social que os estudantes começam aprimorar tal exercício. Todos os estudantes têm o direito a participar, independentemente de qualquer limitação.

Alternativa E: INCORRETA. O Estado tem a obrigação em garantir escola pública e gratuita para todos. Isto é garantido no título III art. 4 da LDB.

23. Questão

(PREF. DE ALTO BELA VISTA/SC - AMAUC - 2017) Caracteriza-se por ser um período de adaptação e integração da criança ao mundo que a cerca através das percepções e das ações. Nesta fase só o corpo reage, por meio de reflexos inatos. É uma etapa de isolamento e indiferenciação (o mundo é ela). Evolutivamente, ocorre o aprimoramento dos movimentos reflexos, a criança adquire habilidades e, no final desta fase

a criança já se percebe como participante do mundo, "com objetos, tempo, espaço, causalidade objetivados e solidários, entre os quais situa a si mesma como um objeto específico, agente e paciente dos eventos que nele ocorrem" (LA TAILLE, 2003). A inteligência é eminentemente prática, baseada essencialmente na experiência imediata através dos sentidos e do movimento. Como ainda não existe a linguagem, para que haja menção das experiências e recordação de acontecimentos e ideias, as crianças ficam restritas à experiência imediata, não conseguindo categorizá-las. Para Piaget, essas características do desenvolvimento intelectual do período chamado:

- Ⓐ sensório-motor
- Ⓑ de esquema
- Ⓒ egocêntrico
- Ⓓ pré-operacional
- Ⓔ operações informais

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETO. A criança com idade entre 0 -2 anos encontra-se no sensório-motor, nesta fase toda aprendizagem acontece através dos sistemas sensoriais e da motricidade, por isso esta nomenclatura.

Alternativa B: INCORRETO. Entendemos por esquemas as conexões sinápticas, que formam as redes neurais necessárias para o armazenamento de informações que foram adquiridas ou modificadas a partir das novas experiências.

Alternativa C: INCORRETO. A fase egocêntrica faz parte do processo de aquisição de conceitos da criança que parte do seu eu. Essa fase é característica do período pré-operatório.

Alternativa D: INCORRETO. É a fase que o aprendiz compreende os conceitos através do seu eu. Nessa fase, a criança busca explicações para a existência de todas as coisas. É a fase do jogo simbólico, do animismo e da necessidade do concreto para a compreensão dos diferentes conceitos.

Alternativa E: INCORRETO. Nas fases descritas por Piaget, a fase das abstrações chama-se operações formais. Operações informais não existe.

24. Questão

(PREF. DE ALTO BELA VISTA/SC - AMAUC - 2017) Vygotsky, em seus estudos, aponta que a brincadeira e as atividades lúdicas que envolvem a interação com o outro têm um grande papel no desenvolvimento da identidade e da autonomia das crianças. A criança, desde muito cedo, pode se comunicar por meio de gestos, sons e ao representar determinado papel na brincadeira, desenvolver sua imaginação. Assim, no que se refere à ludicidade na escola, é correto afirmar:

- Ⓐ As brincadeiras e atividades lúdicas na educação Infantil devem ser constantes, no entanto, se constituem em mais uma das diferentes estratégias que devem ser utilizadas pelo professor, já que servirão apenas para divertir e entreter os alunos.
- Ⓑ Brincar deve ser um processo constante na educação infantil, porém, há também que se ter em mente que a criança aprende pela disciplina e pela repetição de inúmeros comportamentos até que o mesmo seja internalizado e reproduzido em seu cotidiano.
- Ⓒ Brincar é uma das formas privilegiadas das crianças se expressarem, se relacionarem, descobrirem, explorarem, conhecerem e darem significado ao mundo, bem como de construírem sua própria subjetividade, constituindo-se como sujeitos humanos em uma determinada cultura. É, portanto, uma das linguagens da criança e, como as demais, aprendida social e culturalmente.
- Ⓓ As atividades lúdicas se caracterizam pela importância na aprendizagem; entretanto, a educação infantil não deve se ater tanto a essa questão, uma vez que a educação infantil caracteriza-se como uma etapa de aprendizagem tradicional.
- Ⓔ As atividades lúdicas desenvolvidas na educação infantil, dentre elas o jogo, a brincadeira e o brinquedo devem ser utilizados em momentos específicos, para tanto, é necessário objetividade no que se refere ao modo e tempo em que eles são utilizados, pois não é por estarem sendo utilizados nessa etapa da educação que contribuem com o processo de ensino e aprendizagem.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Na educação infantil, a brincadeira tem um papel fundamental no processo de aprendizagem da criança, é brincando que a criança desenvolve habilidades e compreende os conceitos elaborados socialmente.

Alternativa B: INCORRETA. O brincar precisa ter um espaço amplo na Educação infantil, brincando as crianças se expressam livremente, compreendem regras sociais e desenvolvem sua linguagem. Desta forma, não deve ser algo rígido, tais comportamentos são apreendidos no dia a dia da criança.

Alternativa C: CORRETA. Através do brincar, a aprendizagem acontece, é através da experimentação que a criança explora o mundo e se desenvolve. Segundo as Bases Nacional Curricular Comum:

“Brincar de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), de forma a ampliar e diversificar suas possibilidades de acesso a produções culturais. A participação e as transformações introduzidas pelas crianças nas brincadeiras devem ser valorizadas, tendo em vista o estímulo ao desenvolvimento de seus conhecimentos, sua imaginação, criatividade, experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.” (http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/3_BNCC-Final_Infantil.pdf)

Alternativa D: INCORRETA. A aprendizagem acontece na Educação Infantil através do brincar, assim é possível que a criança devolva diferentes habilidades.

“Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.” (MEC-Diretrizes curriculares para a Educação Infantil, p. 30 – 2010)

Alternativa E: INCORRETA. Na Educação Infantil, o brincar deve ter fundamental papel, é brincando que as funções superiores e executivas são estimuladas.

25. Questão

(PREF. DE AQUIRAZ - CETREDE - 2017) Dentre os motivos que justificam ser a brincadeira importante para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, podemos afirmar que a/ao

- Ⓐ brincadeira é importante, mas não permite a elaboração e a expressão de sentimentos e emoções.
- Ⓑ brincadeira é importante, mas não favorece o equilíbrio afetivo da criança, pois provoca muitas frustrações.
- Ⓒ brincar, a criança constrói novas possibilidades de ação e formas criativas de organizar o ambiente, por outro lado, brincar tem o objetivo de provocar competitividade entre as crianças.
- Ⓓ brincar, a criança envolve-se em uma situação imaginária capaz de torná-la agressiva, causando o isolamento por parte de seus pares.
- Ⓔ brincar, a criança movimenta-se em busca de parceria e na exploração de objetos, comunica-se com seus pares, expressa-se através de múltiplas linguagens, descobre regras e toma decisões.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Através do brincar, as crianças se expressam, podendo o profissional perceber suas emoções e os valores constituídos.

Alternativa B: INCORRETA. Conviver com as frustrações é extremamente importante para o autoconceito e autoconfiança da criança, além da formação da sua personalidade. Na brincadeira e no jogo, as crianças aprendem a respeitar regras, a respeitar o outro e a evoluir no processo egocêntrico.

Alternativa C: INCORRETA. O brincar não tem a função de provocar a competitividade, mas de estimular a criança a conviver, respeitar o outro, desenvolver sua expressão oral, orientação espacial e temporal.

Alternativa D: INCORRETA. Através do jogo simbólico, a criança compreende conceitos e regras.

Alternativa E: CORRETA. É através do brincar que múltiplas habilidades e funções cognitivas são desenvolvidas.

26. Questão

(**PREF. DE AQUIRAZ - CETREDE - 2017**) É importante observar que o jogo pode propiciar a construção de conhecimentos novos, um aprofundamento do que foi trabalhado ou, ainda, a revisão de conceitos já aprendidos, servindo como um momento de avaliação processual pelo professor e de autoavaliação pelo aluno.

No entanto, para que o ato de jogar na sala de aula se caracterize como uma metodologia que favoreça a aprendizagem, o papel do professor é essencial. Sem a intencionalidade pedagógica do professor, corre-se o risco de se utilizar o jogo sem explorar seus aspectos educativos, perdendo grande parte de sua potencialidade. Trabalhado de forma adequada, além dos conceitos, o jogo possibilita aos alunos

- I. uma disputa semelhante aos jogos eletrônicos, eficaz no desenvolvimento do raciocínio.
- II. classificar os níveis de dificuldades apresentados nos jogos de acordo com a faixa etária.
- III. desenvolver a capacidade de organização, análise, reflexão e argumentação.
- IV. uma série de atitudes como aprender a ganhar e a lidar como perder, aprender a trabalhar em equipe, respeitar regras entre outras.
- V. um momento de socialização das impressões e de reflexão sobre o que se aprendeu.

Marque a opção que apresenta as afirmativas corretas.

- Ⓐ I – II – III.
- Ⓑ III – IV – V.
- Ⓒ I – IV – V.
- Ⓓ II – III – IV.
- Ⓔ I – II – IV.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: INCORRETA. O jogo na sala de aula tem a capacidade de desenvolver funções cognitivas necessárias para o processo de aprendizagem e para a vida. O jogo eletrônico é uma ferramenta moderna, mas que precisa ter um uso muito definido, seu excesso pode interferir em outros fatores, como o social, emocional e orgânico.

Assertiva II: INCORRETA. O jogo é um estimulador do raciocínio lógico, a adequação não deve se dar pela idade, mas pela capacidade do sujeito; quanto mais estimulado, maior a aprendizagem. Vale ressaltar que o adulto precisa ponderar o que é capaz para o menor, trabalhando assim dentro da zona de desenvolvimento proximal, segundo Vygotsky.

Assertiva III: CORRETA. Organização, análise, reflexão e argumentação são funções cognitivas que são

desenvolvidas desde a Educação Infantil através do lúdico.

“Os jogos são recursos que há muito tempo vem sendo usado no trabalho pedagógico. Além da ludicidade proporcionada pelo jogo, este ajuda a desenvolver habilidades cognitivas necessárias para o melhoramento das funções executivas que refletem na regulação comportamental e na aprendizagem.” (Rodrigues, Patrícia M. Funções Executivas e Aprendizagem – O uso dos jogos no desenvolvimento das funções executivas. Editora 2B, 2017)

Assertiva IV: CORRETA. Brincando a criança aprende os quatro pilares da educação segundo a UNESCO: a conviver, a ser, a fazer e a conhecer.

Assertiva V: CORRETA. Quando o jogo é realizado em sala de aula na perspectiva pedagógica, no qual ele é proposto pelo professor com determinada finalidade, é possível que o educador avalie as estratégias da criança, como ele elabora os conceitos, assim como, ao finalizar, refletir sobre o que fez e como fez, promovendo a socialização da atividade e a possibilidade de o educando refletir sobre suas ações.

Resposta: **®**

27. Questão

(**PREF. DE AQUIRAZ - CETREDE - 2017**) Pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação, analise as afirmações a seguir e marque (V) para as verdadeiras e (F) para falsas.

() O processo pedagógico deve considerar as crianças em sua totalidade, observando suas especificidades, as diferenças entre elas e sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar.

() As propostas das instituições de Educação Infantil devem explicitar concepções, bem como definir diretrizes referentes à metodologia do trabalho pedagógico e ao processo de desenvolvimento/aprendizagem, prevendo a avaliação como parte do trabalho pedagógico, que envolve toda a comunidade escolar.

() A educação infantil deve pautar-se pela indissociabilidade entre o cuidado e a educação. Além disso, tem função diferenciada e complementar à ação da família, não havendo necessidade de comunicação entre elas.

Marque a opção que apresenta a sequência correta.

® F – F – F.

® V – F – V.

® V – V – F.

® V – V – V.

® F – V – F.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: VERDADEIRA. A escola deve valorizar cada educando em suas singularidades, proporcionando situações de aprendizagem e convívio social. Através do brincar é possível o educador perceber a maneira de pensar e de agir de cada sujeito.

Assertiva II: VERDADEIRA. O trabalho da Educação Infantil deve ser pensado em todas as instâncias. Essa etapa é a base da formação cognitiva do sujeito em que estruturas cognitivas estão sendo formadas. Para isso, o currículo da Educação Infantil deve ser feito mediante fundamentação teórica, na qual todo o processo é avaliado, percebendo as conquistas de cada sujeito.

Assertiva III: FALSA. A educação escolar acontece mediante a parceria da família e da escola, mesmo diante de tantas realidades o papel da família ainda é importante.

Resposta: **®**

28. Questão

(**PREF. DE CÁCERES - UFMT - 2017**) Analise a prática pedagógica abaixo da professora Sônia. Sempre que ela trabalha uma família silábica começa com essa música:

O C estava triste pôs-se a chorar
Saíu de sua casa e pôs-se a cantar
O C com A faz CA
O C com O faz CO
O C com U faz CU
O C com E faz CE
O C com I faz CI

De acordo com a psicogênese da língua escrita, analise as afirmativas sobre esse tipo de trabalho.

- I. As crianças são apenas induzidas a responder o que a professora solicita, não havendo espaço para reflexão sobre o que estão produzindo.
- II. As crianças são ensinadas a desenhar letras e construir palavras com elas, mas não se ensina a linguagem escrita.
- III. As crianças são privadas da sistematização da leitura por meio da interação com os mais diversos textos em situações significativas e diferenciadas.
- IV. As crianças não estabelecem relação com elementos do texto escrito antes de dominarem a língua escrita.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e IV apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. Esta é a prática da repetição, esta prática não condiz com a psicogênese. Emília Ferreira defende a ideia de que a criança precisa explorar diferentes situações de leitura e escrita.

Assertiva II: CORRETA. A língua escrita é muito mais do que ensinar traçado de letras: é possibilitar que a criança leia e escreva com intencionalidade.

Assertiva III: CORRETA. A criança vive em um mundo letrado, por onde passar encontrará diferentes formas de escritas, com diferentes finalidades. A psicogênese traz a ideia de mostrar à criança que ler e escrever é muito mais do que codificar símbolos.

Assertiva IV: INCORRETA. As crianças já são capazes de idealizar o que está escrito formalmente mesmo antes de lerem convencionalmente.

Resposta: (A)

29. Questão

(PREF. DE CÁCERES - UFMT - 2017) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, estabelece a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, com a finalidade de garantir o desenvolvimento integral da criança, complementando

a ação da família e da comunidade. Tal diretriz coloca em pauta a questão da formação dos professores em torno da Pedagogia da Infância e da necessidade de contemplar na escola todas as dimensões humanas.

Sobre esse assunto, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Criar espaços e tempos que articulem as diferentes dimensões-cognitiva, expressiva, lúdica, criativa, afetiva, nutricional, médica, sexual, física, psicológica, linguística e cultural.
- (B) Considerar o espaço da sala de aula como espaço privilegiado de uniformização das práticas escolares, tendo em vista, especialmente, a aquisição e a antecipação dos conhecimentos já produzidos em séries anteriores.
- (C) Promover situações que visem interações com as diversas práticas da cultura mediadas pelos outros e pela linguagem.
- (D) Planejar um espaço que estimule a inteligência e a imaginação da criança, permitindo descobertas e aguçando sua curiosidade.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A Educação Infantil tem a finalidade do educar e do cuidar, promovendo o desenvolvimento integral da criança.

Alternativa B: INCORRETA. As práticas das salas de aula não devem ser uniformizadas, cada sujeito tem suas habilidades e necessidades que devem ser pensadas individualmente.

Alternativa C: CORRETA. Na educação infantil, as crianças precisam aprender e estar em contato com diferentes formas de linguagens e culturas, através de comemorações, de imagens, textos, vídeos e demais recursos.

“Na observância das Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

(...)

- Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludi-

cidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnicorracial, de gênero, regional, linguística e religiosa.” (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 2010)

Alternativa D: CORRETA. A curiosidade da criança e a necessidade de exploração do meio é o que contribui para a sua aprendizagem. Assim, o espaço para que a educação infantil aconteça precisa ser estimulador e desafiador para a criança.

30. Questão

(PREF. DE PIRATUBA - AMAUC - 2017) Um dos autores que mais estudos fez sobre as fases do desenvolvimento infantil foi o biólogo Jean Piaget. Sua investigação estava relacionada com o desenvolvimento da inteligência e com a construção do conhecimento humano. Para explicar a sua teoria Piaget descreve os estágios de desenvolvimento cognitivo. Segundo a teoria de Piaget, a maioria das crianças de dois a sete anos encontra-se no estágio de desenvolvimento cognitivo chamado:

- Ⓐ Operatório-formal
- Ⓑ Sensório-motor
- Ⓒ Operatório-concreto
- Ⓓ Pré-operatório
- Ⓔ Fálico

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Operatório-formal: a partir dos 12 anos.

Alternativa B: INCORRETA. Sensório-motor: corresponde de zero a dois anos aproximadamente.

Alternativa C: INCORRETA. Operatório-concreto: Dos sete anos a aproximadamente 12 anos.

Alternativa D: CORRETA. Pré-operatório: dos dois aos 7 anos.

Alternativa E: INCORRETA. Não é fase do desenvolvimento de Piaget e, sim, as fases psicosssexuais de Freud.

A prática da educação infantil no Brasil surge a partir do século XIX com caráter assistencialista às crianças, portanto, com perspectivas diferentes conforme as classes sociais. A educação de crianças menores de 7 anos já entra em discussão desde Aristóteles, que define dois ciclos anteriores: o primeiro dos 2-3 anos aos 5 anos e o segundo dos 5 aos 7 anos. Nessa época ele já alertava para o cuidado de não colocar as crianças em atividades exaustivas, priorizando o lúdico. Já Comenius abordava sobre a “escola materna”, um espaço dentro do contexto familiar para educar.

Entre os precedentes históricos, encontramos já na Grécia de Aristóteles (384 – 322 a.C.), que os 7 anos de idade são considerados como o ponto de partida das aprendizagens formais. O filósofo distingue dois ciclos anteriores à escolaridade institucionalizada: o dos 2 ou 3 anos aos 5 e dos 5 aos 7 anos. Insiste-se na necessidade de, nesses ciclos, evitar fadigas intensas que possam entorpecer o desenvolvimento e reforçam-se os aspectos lúdicos como elementos e experiências úteis para os exercícios a que deverão dedicar-se em idades posteriores...” (Arribas, apud Peix).

No Brasil as instituições que atendiam a essa etapa tinham dois caracteres: para as classes econômicas mais baixas – assistencialista; para as classes econômicas mais favorecidas – as práticas escolares.

Essa vinculação institucional diferenciada refletia uma fragmentação nas concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, compreendendo o cuidar como atividade meramente ligada ao corpo e destinada às crianças mais pobres e o educar como experiência de promoção intelectual reservada aos filhos dos grupos socialmente privilegiados (MEC, 2013 p. 81).

Se voltarmos ao contexto histórico, veremos que tais instituições começaram a surgir a partir da entrada das mulheres nas indústrias. Então, podemos considerar que o advento da indústria foi um dos propulsores das escolas de educação infantil.

Atualmente, conforme a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, a educação infantil assim está organizada:

- 0-3 anos = creches;
- 4-5 anos = pré-escola;

- A partir dos 6 anos = ensino fundamental;

Nesse documento do MEC, “a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei nº 9394/96 art. 29)”. O artigo 5 complementa que “A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social”. Dessa forma, a divisão entre as classes econômicas que anteriormente existia – cuidar para as classes sociais mais baixas e educar para as classes sociais mais favorecidas – deixa de ter esse caráter e passa a ser vista como fator de igualdade independente da classe social econômica da família. Esse foi um dos critérios reformulados pela LDB nº 9394/96. Outro elemento importante trazido por outro documento oficial, os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil, foi o princípio de igualdade e respeito entre os sexos “No que concerne à identidade de gênero, a atitude básica é transmitir, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes e permitir que a criança brinque com as possibilidades relacionadas tanto ao papel de homem como ao da mulher”. Assim, descontaminamos a ideologia defendida anteriormente, que existiam situações que eram para os homens e situações que eram para as mulheres, o que trazia conflitos emocionais e sociais para os indivíduos que precisavam ter uma dinâmica de vida diferente da que era considerada normal. Por exemplo: um homem que, por determinado motivo, precisava morar sozinho, tinha que desenvolver funções que eram consideradas femininas, como arrumar a casa, fazer comida, passar roupa, etc., que não alterava em nada sua condição masculina.

A partir do momento que consideramos de igual condição todos os sujeitos aprendizes, independentemente da classe social que ocupam, respeitamos as diferenças de gêneros e consideramos que todos os sujeitos podem ocupar diferentes funções independente do seu sexo. Assim, estamos atendendo ao seguinte princípio expresso nas Diretrizes Curriculares: princípio da democracia, sustentabilidade e participação.

Se pensarmos nos teóricos da educação Freud, Vygotsky e Piaget, veremos que os objetivos da educação infantil em nosso país estão bem fundamentados e estruturados. Para Piaget, o desenvolvimento precede a aprendizagem. Sua teoria tem como objetivo central entender a gênese do conhecimento, como o sujeito aprendia e diante das suas pesquisas foi possível elaborar as fases do desenvolvimento cognitivo. Segundo ele, a criança passa por quatro fases distintas de desenvolvimento:

- **Sensório-motora (0 a 2 anos):** nessa fase as crianças utilizam os sentidos para o conhecimento do mundo. É nessa fase que ocorre as grandes conquistas motoras do indivíduo;
- **Pré-operatória (3 aos 5 anos):** essa é a fase das representações mentais, as crianças necessitam da vivência simbólica para a compreensão das coisas que o rodeiam;
- **Operatória concreta (6 aos 10 anos):** fase das operações lógicas. A criança nessa fase já é capaz de representar mentalmente as situações e operar sobre elas e o concreto já não é tão necessário como na fase anterior;
- **Operações formais (a partir dos 11 anos):** nessa etapa as crianças já conseguem compreender as situações abstratas, não está mais presa a situações preexistentes e já é capaz de agir diante dos problemas e buscar diferentes hipóteses de solução.

Para Piaget, o crescimento cognitivo da criança se dá através da assimilação e acomodação. Na assimilação o sujeito busca atrelar os novos conhecimentos aos já existentes. A partir desse momento, a informação é armazenada, ou seja, é acomodada até que uma nova situação exista.

Outro teórico que trouxe contribuições importantes para a aprendizagem e, no caso da educação infantil, foi muito importante por abordar as questões sociais foi Vygotsky, que explicava que, a partir do momento que o sujeito vivia em uma sociedade,

esta o modificava e suas aprendizagens eram frutos dessa interação: homem versus meio social. Segundo Vygotsky, o processo de interação entre os indivíduos contribui para a formação das funções mentais e estas se desenvolvem com o tempo mediante a novas interações no processo de internalização. Se pensarmos no desenvolvimento das funções psíquicas, entenderemos que para o sujeito aprender ele necessita da construção de redes neurais constituídas a partir das experiências vividas e das novas aprendizagens. É na primeira infância que ocorre o maior número de sinapses que constituirão as redes neurais que darão suporte às futuras aprendizagens. Exemplificando: não é possível um sujeito conseguir correr se ainda não aprendeu a andar. Vygotsky e Luria estudaram as funções psíquicas do sujeito e, ao concluírem a organização cortical, perceberam que algumas funções, chamadas “executivas” e “superiores”, determinam o comportamento do sujeito, dentre elas: a capacidade de planejamento, execução, controle, criatividade, imaginação. Para Vygotsky, a aprendizagem é que precede o desenvolvimento. Para ele, a aprendizagem passa por três zonas de desenvolvimento:

- **Zona de Desenvolvimento Potencial** – se refere ao que o sujeito já sabe;
- **Zona de Desenvolvimento Potencial** – o que ele é capaz de aprender;
- **Zona de Desenvolvimento Proximal** – é a distância entre o que já sabe e o que pode aprender, onde as mediações são feitas.

Outro teórico que muito contribuiu para a compreensão do comportamento infantil foi Freud. Este buscou compreender, dentre outras coisas, as zonas de prazer do indivíduo, assim classificadas: fase oral, fase anal, fase fálica e fase genital. No período da educação infantil, as crianças estão, possivelmente, em três fases: a oral, a anal e a fálica.

Para Freud, a busca do prazer é a maneira que temos para dar vazão ao forte impulso sexual que chamamos de libido... ela tem início desde os primeiros contatos da criança com o mundo e irá completar-se na puberdade. Ao prazer oral, o primeiro momento dessa maturação, sucede-se o prazer anal da retenção e expulsão das fezes e, mais adiante ainda, o prazer fálico que torna prazerosa a manipulação dos genitais. Com o crescimento da criança, o impulso sexual vai ganhando um contorno cada vez mais nítido. Aos cinco anos de idade a criança já tem

a sexualidade definida (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 1999, p. 233).

Portanto, vemos o cuidado no qual é colocada a criança nos documentos oficiais da educação, a LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais, respeitando todos os aspectos necessários para o desenvolvimento natural da mesma. Seguidora de Piaget, Emília Ferreiro, educadora argentina, buscou nos estudos dele o embasamento teórico para a compreensão das fases de desenvolvimento da escrita. Isso não quer dizer que ela correlacionou as fases da escrita às fases de desenvolvimento de Piaget, mas entendendo que é atuando no seu processo de aprendizagem que a criança aprende. Ferreiro definiu tais fases para o processo de alfabetização e não de uma escolarização precoce na educação infantil. Isso está claramente explicado nas Diretrizes Curriculares Nacionais que diz que a educação infantil não deve antecipar conteúdos que são do segmento posterior, a educação básica. Pensando no processo de alfabetização, Emília Ferreiro assim define as fases da escrita:

- Garatujas: são os primeiros rabiscos da criança no papel, ainda sem formas nem intencionalidades;
- Icônicas: são as formas arredondadas chamadas de “células”, portanto, sem definições;
- Pré-silábica: escrita composta de símbolos diferentes – números e letras aleatórias;
- Silábica: momento no qual a consciência fonológica, como explica Capovilla, começa a se formar. Nessa fase a criança pode utilizar letras aleatórias que representem a mesma quantidade de sílabas, ou letras da própria palavra, sendo uma letra correspondente a cada sílaba;
- Silábica-alfabética: a criança ora escreve uma letra da sílaba ora escreve uma sílaba da palavra;
- Alfabética: a escrita propriamente dita, porém ainda fugindo, algumas vezes, da ortografia correta.

Ferreiro ainda trabalha os conceitos de alfabetizar e letrar. Alfabetizar assume o conceito de

codificar e decodificar; letrar assume o conceito de fazer uso em diferentes situações das construções escritas.

Para atender ao que é proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, precisamos pensar nos currículos de educação infantil. Partindo do princípio que as crianças desse segmento estão nas fases sensório-motora e pré-operatória de Piaget, o currículo da educação infantil deve ser estruturado de maneira que priorize o desenvolvimento da linguagem oral, a exploração dos recursos naturais e ambientais, o contato com a cultura e o brincar.

As propostas curriculares da Educação Infantil devem garantir que as crianças tenham experiências variadas com as diversas linguagens, reconhecendo que o mundo no qual estão inseridas, por força da própria cultura, é amplamente marcado por imagens, sons, falas e escritas. Nesse processo, é preciso valorizar o lúdico, as brincadeiras e as culturas infantis (MEC, 2013, p. 93).

A avaliação é o processo pelo qual o educador averigua como está o desenvolvimento das aprendizagens das crianças diante das estimulações ofertadas no processo de ensino. Nessa etapa deve ser diária e processual, o professor deverá acompanhar e registrar cada avanço apresentado pela criança. Assim, deverá dar continuidade ao que está sendo trabalhado ou repensar as práticas pedagógicas de maneira que a aprendizagem aconteça.

A avaliação se converterá em parte integrante desse projeto educativo, na medida em que orienta e reconduz sua atuação, nos casos em que seja preciso uma intervenção individualizada para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem. A avaliação desse ser entendida como a comprovação da validade do projeto educativo e das estratégias didáticas empreendidas para a consecução dos objetivos propostos. Portanto, o professor deve entendê-la como um instrumento de investigação didática que, a partir da identificação, da coleta e do tratamento de dados, permite-lhe comprovar as hipóteses de ação, com a finalidade de confirmá-las e introduzir nelas as modificações pertinentes. A avaliação deve

proporcionar a retroalimentação a todo o processo didático (ARRIBAS, 2004 p. 390).

Vale ressaltar que, de acordo com as Diretrizes Curriculares, não existe reprovação para as crianças de educação infantil e 1º ano do ensino fundamental. Na LDB, o Art. 31 aborda sobre a avaliação na educação infantil:

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

É na educação infantil que muitas habilidades são desenvolvidas de maneira lúdica e que serão importantes nas etapas posteriores no processo de aquisição de conhecimentos: linguísticos, artísticos, matemáticos e sociais.

[...] o brincar leva a criança a tornar-se mais flexível e a buscar alternativas de ação, porque, enquanto brinca, ela concentra a sua atenção na atividade em si e não em seus resultados e efeitos; a ênfase é dada na atividade e não nos fins. Sendo assim, a incorpora-

ção desses objetos e/ou das ações lúdicas na prática pedagógica pode desenvolver diferentes habilidades que contribuem para as inúmeras aprendizagens e para a ampliação da rede de significados da criança. Pelas atividades lúdicas, as crianças desenvolvem suas habilidades cognitivas e motoras, exploram e refletem sobre a realidade e sobre os costumes da cultura na qual vivem, incorporando a realidade ao mesmo tempo em que ultrapassam, transformando-a pela imaginação (TEIXEIRA, 2014, p. 21-22).

Trabalhar com educação infantil é educar com grande responsabilidade, pois um trabalho ineficaz nessa etapa poderá comprometer todo processo de aprendizagem do sujeito nas etapas posteriores. O pedagogo deve estar preparado para atuar nas classes de educação infantil, portanto, conhecer os teóricos que fundamentam os documentos que definem o currículo da educação infantil é muito importante para uma prática responsável. Quando o professor sabe o que deve ser desenvolvido em cada fase, conseguirá intervir e mediar melhor as situações de aprendizagem e estar atento àquelas crianças que apresentam um desenvolvimento diferente do que é esperado para a sua idade, podendo intervir antes que de fato as dificuldades de aprendizagem apareçam.

Além das Diretrizes Curriculares Nacionais e da LDB existe também em nosso país o Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem como objetivo proteger as crianças e os adolescentes nos seus direitos. Atualmente, o Brasil vem passando por uma reorganização na educação com a construção da Base Comum da Educação, o que possibilitará que em todo o país tenhamos um currículo unificado, como o objetivo de ter uma “educação centrada no desenvolvimento das habilidades essenciais para o século XXI”, dentre os avanços conquistados estão:

- Inclusão de direitos de aprendizagem e de desenvolvimento além de conteúdos acadêmicos;
- À linguagem oral e escrita, matemática e ciências nos campos de experiência.

Desde a aprovação da LDB em 1996, algumas reformulações já aconteceram. Veja algumas no quadro a seguir:

2013 – LEI DE DIRETRIZES E BASES (LDB)/ALTERAÇÃO REDAÇÃO Art. 26.	Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.
2014 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)	Estratégia: 1.9. Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 a 5 anos. Estratégia: 7.1. Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.
Mouse	Periférico de entrada que permite o usuário posicionar uma seta (apontador) através da interface gráfica dos aplicativos.
Teclado	Periférico de entrada que permite o usuário inserir dados através de diversas teclas, inclusive com combinações.
Model	Periférico de entrada e saída que recebe e envia dados de rede de e para um dispositivo, como o computador. Um modem ADSL (de internet de alta velocidade), por exemplo, é capaz de transformar o sinal analógico do telefone para o sinal digital do computador, para troca de dados através da linha de telefone.
Modem	Periférico de entrada e saída que recebe e envia dados de rede de e para um dispositivo, como o computador. Um modem ADSL (de internet de alta velocidade), por exemplo, é capaz de transformar o sinal analógico do telefone para o sinal digital do computador, para troca de dados através da linha de telefone.

Em suma, todos os documentos existentes, além da Base Nacional Comum que está em construção defendem os direitos das crianças da educação infantil que são:

- Conhecer-se;
- Conviver;
- Brincar;
- Explorar;
- Participar;
- Comunicar.

Cabe às instituições de ensino e aos educadores fazer acontecer o que vem expresso nos documentos que organizam os currículos da educação infantil no país.

REFERÊNCIAS

- ARRIBAS, Tereza Llèixa, Educação Infantil. Desenvolvimento, currículo e organização escolar. Porto Alegre. ARTMED, 2004.
- BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ. Isabel. Aprender e ensinar na Educação Infantil. Porto Alegre. ARTMED, 1999.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias. SARAI-VA. São Paulo, 1999.
- DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, MEC Brasília, 2013.
- LDB, MEC, Brasília, 1996.
- TEIXEIRA, Sirlândia. Jogos, brinquedos, brincadeiras e brinquedoteca. WAK. Rio de Janeiro, 2004.
- www.basenacionalcomum/rita_coelho_base_nacional_comum_educacao_infantil.com
- www.mec.gov.br/basenacionalcomum

Patrícia Maltez

LEIA O TEXTO ABAIXO PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES A SEGUIR

De suas pesquisas, [...] elabora algumas categorias para compreender o processo de desenvolvimento humano, sendo a equilíbrio uma categoria fundamental. Para o autor, todo organismo vivo precisa viver em equilíbrio com o meio ambiente [...]. Este ambiente possibilita situações novas, desafiadoras e conflitantes ao indivíduo causando-lhe desequilíbrios, que são necessários para o avanço do seu desenvolvimento. Diante de um conflito (nova tarefa, novo objeto a ser conhecido ou nova palavra a ser aprendida), o indivíduo se desequilibra e, para reequilibrar-se, lança mão de alguns mecanismos fundamentais [...]. Dentre esses mecanismos, encontra-se a assimilação que se manifesta quando o organismo, sem se alterar, procura significado, a partir de experiências anteriores, para compreender um novo conflito. [...] um segundo mecanismo natural do indivíduo e o da acomodação, no qual o organismo tenta restabelecer o equilíbrio com o meio através de sua transformação [...]. Vale frisar que os processos de assimilação e acomodação, embora diferentes, ocorrem simultaneamente na resolução dos conflitos apresentados pelo ambiente em decorrência da interação do indivíduo com o mundo dos objetos.

(VIOTTO; PONCE; ALMEIDA. *As compreensões do humano para Skinner, Piaget, Vygotsky e Wallon: pe-*

quena introdução às teorias e suas implicações na escola. In Revista Psicologia da Educação. Nº 29. São Paulo, Dezembro, 2009)

01. Questão

(DETRAN/MT - UFMT - 2015) Depreende-se da leitura que a teoria em questão foi formulada por:

- Ⓐ Jean Piaget
- Ⓑ Carl Rogers
- Ⓒ Ivan Pavlov
- Ⓓ Paulo Freire

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Piaget, biólogo, buscava compreender como os indivíduos aprendiam. Propulsor da Epistemologia Genética, Piaget dizia que o indivíduo passa por quatro fases de desenvolvimento: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. Considerava que para a aprendizagem acontecer o sujeito passava cognitivamente pelo processo de equilíbrio, assimilação e acomodação. A partir de uma nova situação de aprendizagem estes processos se repetiam.

Alternativa B: INCORRETA. Carl Ransom Rogers, psicólogo estadunidense tinha como linha teórica a “Abordagem Centrada na Pessoa” que compreendia que cada pessoa tinha possibilidades de mudanças,

além da importância da experiência subjetiva e pré-reflexiva.

Alternativa C: INCORRETA. Ivan Pavlov discutia sobre o condicionamento do sujeito no seu processo de aprendizagem, sua teoria estava baseada nos princípios do Behaviorismo.

Alternativa D: INCORRETA. Paulo Freire filósofo e pedagogo brasileiro tinha como abordagem o sociocultural. Paulo Freire preocupava-se com a alfabetização de adultos, principalmente das classes menos favorecidas.

02. Questão

(DETRAN/MT - UFMT - 2015) Um educador que fundamenta sua prática na referida teoria de aprendizagem tende a adotar perspectivas pedagógicas caracterizadas como:

- (A) Behavioristas
- (B) Tradicionais
- (C) Construtivistas
- (D) Dialéticas

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A concepção Behaviorista defendia a ideia do estímulo-resposta, o indivíduo para aprender necessitava ser condicionado para tal.

Alternativa B: INCORRETA. Na teoria tradicional o foco está no professor, no ensino e não o processo de aprendizagem do sujeito.

Alternativa C: CORRETA. Esta concepção foca o processo de aprendizagem no sujeito, este é o construtor do seu conhecimento.

Alternativa D: INCORRETA. As teorias dialéticas acreditam que o conhecimento não é inato nem criado pelo sujeito, mas adquirido por meio de suas experiências e relações com o outro e com o meio.

03. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Do ponto de vista psicológico, falar de aprendizagem significativa equivale a pôr o processo de construção de significados como elemento central do processo de ensino aprendizagem.

Em termos piagetianos, podemos dizer que construímos significados integrando ou assimilando o

novo material de aprendizagem aos esquemas que já possuímos de compreensão da realidade. O que empresta um significado ao material de aprendizagem é precisamente um dos elementos estruturais do Processo de Equilibração Majorante na Teoria Piagetiana.

Trata-se de:

- (A) acomodação
- (B) estabilização
- (C) assimilação
- (D) equilibração
- (E) significação

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A acomodação é um processo pelo qual o indivíduo já possui a informação armazenada na sua cognição.

Alternativa B: INCORRETA. Estabilização = estabilizar, parar; conceito que não condiz à teoria piagetiana.

Alternativa C: CORRETA. É o processo pelo o sujeito, que incorpora os elementos do meio modificando suas estruturas cognitivas.

Alternativa D: INCORRETA. É o processo final destes elementos, após a reestruturação cognitiva, dar-se a acomodação e, por fim, a equilibração até que uma nova situação aconteça.

Alternativa E: INCORRETA. Significação é dar significado. Na teoria piagetiana não se trata de significação, mas de modificações das estruturas mentais para uma nova aprendizagem.

04. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Piaget afirma que toda desequilibração constitui condição necessária da aprendizagem. Uma das formas fundamentais que propiciaria tal fenômeno seria:

- (A) a necessidade de ser novo o objeto sobre o qual se intervém;
- (B) o não ineditismo do objeto sobre o qual se intervém;
- (C) a alteração do contexto do objeto sobre o qual intervém;
- (D) a dissociação entre a desequilibração e o objeto em foco;

Ⓔ a não atuação do educador no contexto no qual o objeto se encontra inserido.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A ideia de desequilíbrio surge a partir da interação do sujeito com o objeto, provocando modificações nas suas estruturas cognitivas.

Alternativa B: INCORRETA. Necessariamente não se trata de um elemento novo, mas de uma nova situação, um novo contexto no qual o sujeito precisa pensar cognitivamente.

Alternativa C: CORRETA. Desequilíbrio no contexto piagetiano é a ideia de ressignificação do objeto em uma nova situação que o leve a pensar sobre ele e modificar suas estruturas cognitivas.

Alternativa D: INCORRETA. Não há uma separação entre a desequilíbrio e o objeto, mas sim uma interação entre eles que provoca modificações cognitivas no sujeito.

Alternativa E: INCORRETA. A teoria Piagetina não anula a importância do professor no contexto, mas considera todos os contextos necessários e importantes para a aprendizagem.

05. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) “Os trabalhos de Vygotsky constituem uma rica fonte de ideias para reconciliar o estudo das experiências culturais com o desenvolvimento cognitivo.” (COLLE apud FREITAS. O pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil, 1984).

Nesse sentido, podemos pensar numa inequívoca aproximação entre os pensamentos de Vygotsky e Bakhtin, em relação à prática pedagógica, na medida em que:

- Ⓐ toda ação pedagógica pressupõe a compreensão do significado social presente em cada contexto no qual ela ocorre;
- Ⓑ O processo de aprendizagem se ancora em processos sinápticos decorrentes dos delineamentos volitivos dos meios nos quais os sujeitos estão inseridos;
- Ⓒ as fases do desenvolvimento pelas quais uma criança passa são diretamente interligadas aos fatores endógenos que propiciarão a sua ocorrência;

Ⓓ a Zona de Desenvolvimento Proximal constitui-se como o estágio atual de desenvolvimento daquele indivíduo;

Ⓔ O estágio das operações formais, quarto e último estágio do desenvolvimento, se caracteriza pelo nascimento da condição da mediação simbólica na criança.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Para uma ação pedagógica eficaz é importante que o educador considere o meio no qual o sujeito está inserido e as influências do mesmo na formação de conceitos elaborados por cada indivíduo.

Alternativa B: INCORRETA. De acordo com a proporção de novas informações que o sujeito adquire no meio social e cultural, novas sinapses são formadas, porém ocorrem a partir das estimulações que o sujeito recebe.

Alternativa C: INCORRETA. As crianças passam pelas fases de desenvolvimento cognitivo, portanto as mudanças de fases acontecem não somente por condições internas, mas pelas estimulações que o sujeito recebe.

Alternativa D: INCORRETA. A Zona de Desenvolvimento Proximal está entre a Zona de Desenvolvimento Real, o que o sujeito já sabe, e a Zona de Desenvolvimento Potencial, o que o sujeito pode aprender. Sendo assim, a Zona de Desenvolvimento Proximal corresponde a distância entre o que o indivíduo sabe e o que ele pode aprender.

Alternativa E: INCORRETA. A mediação simbólica acontece desde os primeiros estágios, na fase pré-operatória.

06. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) No que diz respeito a levar em conta as contribuições dos alunos no transcurso das atividades escolares, ZABALA (A prática educativa, 2008) alerta para a necessidade de se estabelecerem vínculos entre os novos conteúdos e tais conhecimentos prévios que chegam com os alunos. Desta forma, o autor enfatiza que:

- Ⓐ é necessário uma anamnese individual, precisa e detalhada com os alunos de forma a uma máxima identificação desses conhecimentos práticos;

- Ⓑ se faça um levantamento prévio, já na chegada desses alunos na escola, de um perfil sociocultural e de conhecimentos, de forma a um planejamento de curso já consonante com o perfil de cada turma;
- Ⓒ os professores, embora devam seguir uma metodologia unificada de ensino para todos os alunos, devem considerar as realidades educacionais e diversificadas de cada aluno no seu processo avaliativo, que devem ser um processo individualizado;
- Ⓓ é necessário gerar um ambiente que possibilite que os alunos se abram, façam perguntas e comentem o processo que seguem;
- Ⓔ as turmas sejam configuradas de acordo com o perfil evolutivo de cada aluno, considerando seu atual nível de aprendizado e conhecimentos adquiridos.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Para a identificação dos conhecimentos prévios do sujeito, não há necessidade de uma anamnese, mas que o educador considere o currículo oculto de cada indivíduo.

Alternativa B: INCORRETA. Conhecer cada educando é importante, mas se tratando de conhecimentos prévios precisamos compreender que estes não são restritos, a cada nova situação o educador buscará entender o que cada uma já sabe sobre (zona de desenvolvimento potencial) e estimular que possa adquirir novas informações sobre o que está sendo trabalhado, reelaborando seus conceitos.

Alternativa C: INCORRETA. Ao elaborar um plano de aula, o educador deverá levar em consideração as habilidades e limitações de cada educando, promovendo intervenções diferenciadas para que todos possam alcançar os objetivos propostos. Esta prática não deve ser usada unicamente no período avaliativo, mas no dia a dia.

Alternativa D: CORRETA. A sala de aula deve ser um ambiente estimulador e respeitador das diferenças presentes. Um ambiente que proporciona aos sujeitos as possibilidades de interagirem e opinarem sobre as diferentes situações de aprendizagem, favorece a formação dos sujeitos críticos e construtores dos seus conhecimentos.

Alternativa E: INCORRETA. Para que a aprendizagem aconteça não é necessário formar turmas no mesmo nível de conhecimento, mas a interação de diferen-

tes níveis de conhecimento contribui para a aprendizagem de todos.

07. Questão

(SUSAM - FGV - 2014) As opções a seguir indicam aspectos do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, de Lev Vygotsky, à **exceção de uma**. Assinale-a:

- Ⓐ Distância entre o que a criança já sabe e o que ela pode saber com alguma assistência.
- Ⓑ As integração de crianças em diferentes estágios de desenvolvimento é fator essencial para a aprendizagem.
- Ⓒ O professor é considerado a única fonte de saber dentro de sala de aula.
- Ⓓ Existência de um limite que o significa que os alunos não conseguem fazer algumas tarefas, mesmo com assistência.
- Ⓔ O foco do trabalho do professor e o que a criança pode aprender no futuro.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Vygotsky em seus ensinamentos explica que a criança passa por três zonas de desenvolvimento durante seu processo de aprendizagem: Zona de Desenvolvimento Real – o que a criança já apresenta de conhecimento, a Zona de Desenvolvimento Potencial – o que a criança pode aprender após as interações e mediações e a Zona de Desenvolvimento próxima – que é a distância entre o que ela já sabe e o que ela pode aprender, é neste campo que a mediação do professor deve acontecer.

Alternativa B: INCORRETA. A mediação e a interação entre as crianças, o adulto e o objeto de conhecimento fazem parte dos estudos de Vygotsky, porém não é a definição de Zona de Desenvolvimento Proximal.

Alternativa C: INCORRETA. Na concepção de Vygotsky o professor é um dos mediadores do processo de aprendizagem, pois as demais crianças e os objetos de conhecimento são tanto quanto importantes.

Alternativa D: INCORRETA. As crianças são seres pensantes, que estão o tempo inteiro cercados de diferentes situações que lhes promovem a aprendizagem, mesmo as crianças que apresentam alguma limitação física ou cognitiva têm condições de

aprendizagem, portanto, existindo mediações, a criança tem sim condições de aprendizagem, não ficando restrita.

Alternativa E: INCORRETA. O professor precisa entender o que as crianças precisam aprender, mas antes precisam conhecer a zona de desenvolvimento real de cada uma e atuar na zona de desenvolvimento proximal, respeitando os limites e potencialidades de cada sujeito. Respeitar aqui não significa não estimular, mas até onde a criança conseguiu naquele momento chegar na sua aprendizagem.

08. Questão

(SEDUC/AM - FGV - 2014) Com relação às características da Teoria de Vygotsky, analise as afirmativas a seguir:

- I. A formação do ser humano se dá em uma relação dialética entre o sujeito e a sociedade ao seu redor.
- II. O ensino de um novo conteúdo se resume a aquisição de uma só habilidade.
- III. Os processos psicológicos mais complexos só se formam e se desenvolvem pelo aprendizado.

Assinale:

- ☐ A se somente a afirmativa I estiver correta.
- ☐ B se somente a afirmativa II estiver correta.
- ☐ C se somente a afirmativa III estiver correta.
- ☐ D se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- ☐ E se todas as afirmativas estiverem corretas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Conforme os estudos de Vygotsky, a cultura exerce grande influência na formação do sujeito. Porém é correto afirmar, também que os processos psicológicos mais complexos só se formam e se desenvolvem pelo aprendizado.

Alternativa B: INCORRETA. Quando o sujeito aprende, várias áreas do seu funcionamento neurológico estão em ação, desenvolvendo assim diferentes habilidades.

Alternativa C: INCORRETA. Os processos psicológicos mais complexos se formam sim pelo aprendizado, mas esta aprendizagem recebe uma influência muito grande do social, da cultura.

Alternativa D: CORRETA. O sujeito quando aprende, recebe influências da cultura que modificam os processos psicológicos mais complexos. De acordo com a teoria de Vygotsky a aprendizagem acontece na interação do sujeito com os elementos da sociedade, elementos culturais. Assim o conhecimento não é estático e sim dialético. A partir do momento que o sujeito internaliza novos conhecimentos novas estruturas cognitivas são formadas ou ampliadas. Desta forma muitas habilidades são adquiridas quando acontece uma nova aprendizagem.

Alternativa E: INCORRETA. A alternativa II não corresponde à teoria de Vygotsky, pois aprender envolve várias áreas funcionais. Por exemplo: Para a criança desenvolver o processo de leitura além na necessidade social, que é saber ler e compreender a linguagem escrita, áreas do cérebro são ativadas para isto: lobo occipital, frontal, parietal temporal, cada uma com uma função específica.

09. Questão

(SEDUC/AM - FGV - 2014) As opções a seguir apresentam aspectos da dificuldade de aprendizagem, à **exceção de uma**. Assinale:

- ☐ A Um atraso, desordem ou imaturidade em um ou mais processos de linguagem falada, leitura, escrita, ortografia, caligrafia ou aritmética.
- ☐ B Os principais exemplos das dificuldades específicas de aprendizagem são a dislexia, a disgrafia, a disortografia, a discalculia e o TDAH.
- ☐ C as estratégias de intervenção devem se basear no enriquecimento das áreas fortes, sem que haja desencorajamento das áreas fracas.
- ☐ D a dificuldade de aprendizagem surge em indivíduos que apresentam lesão cerebral.
- ☐ E Os problemas de aprendizagem são dependentes do momento de aprendizagem e do contexto escolar.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Dislexia – dificuldade no processamento da leitura; disgrafia – dificuldade no desenvolvimento da escrita; disortografia – dificuldade em apropriar-se das regras ortográficas; discalculia – dificuldade em aritmética. São dificuldades de aprendizagem específicas.

Alternativa B: INCORRETA. O sujeito com Transtorno de déficit de atenção com ou sem hiperatividade, sente dificuldade na aprendizagem devido algumas funções executivas: controle inibitório, planejamento, iniciativa, metas e algumas funções superiores: atenção e memória apresentarem alterações.

Alternativa C: INCORRETA. Cada área do nosso cérebro assume funções específicas, porém o funcionamento não acontece de forma isolada, todas as áreas se integram. Se o sujeito apresenta alteração em uma determinada área do cérebro, outras que possuem um funcionamento adequado deverá receber mais estimulações, a fim de que consiga suprir a necessidade daquela que encontra-se alterada.

Alternativa D: CORRETA. Uma dificuldade de aprendizagem não tem como única causa uma lesão cerebral, mas uma simples dificuldade de processamento pode causá-la, como é o caso da dislexia de desenvolvimento.

Alternativa E: INCORRETA. Ao analisar um sujeito com dificuldade de aprendizagem é importante considerar os aspectos: orgânicos e emocionais do sujeito no momento da aprendizagem, além das condições pedagógicas: proposta de ensino, metodologias, intervenções, condições do ambiente escolar, dentre outras.

10. Questão

(SEDUC/AM - FGV - 2014) Leia os fragmentos a seguir:

“O método científico deveria subsidiar o trabalho de sala de aula.”

“O caminho mais viável para aprender é o fazer.”

“Grande defensor da escola pública.”

Os fragmentos apresentam ideias presentes na obra de:

- (A) Emília Ferreiro
- (B) Anísio Teixeira
- (C) Jean Piaget
- (D) Lev Vygotsky
- (E) Pierre Bourdieu

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Emília Ferreiro aborda sobre o processo de alfabetização e letramento e considera importante a construção do conhecimen-

to pela criança, não desconsidera a importância da escola neste processo.

Alternativa B: CORRETA. Tais considerações fazem parte dos conceitos de Anísio Teixeira, que sempre defendeu a escola pública e laica.

Alternativa C: INCORRETA. Jean Piaget procurou em suas pesquisas entender o desenvolvimento biológico no processo de aprendizagem do sujeito.

Alternativa D: INCORRETA. Lev Vygotsky defendia a importância da mediação e dos elementos culturais no processo de aprendizagem do sujeito, defendia a ideia que a aprendizagem acontecia na interação com o outro e com o meio.

Alternativa E: INCORRETA. Pierre Bourdieu defendia a ideia de que os conteúdos trabalhados na escola considerava a classe dominante, considerando, assim, um agravio, uma violência os alunos da classe dominada.

11. Questão

(PREF. URUAÇU/GO - IBEG - 2014) A educação é um reflexo dos modos de vida do homem; encontra-se, pois, estreitamente atrelada ao contexto das relações sociais, construindo-a e nela sendo construída.

É correto afirmar com relação às características da teoria construtivista que:

- I. Na perspectiva construtivista, a ação do sujeito sobre o objeto é o que determina a aprendizagem, o ser humano interagindo de forma contínua com suas experiências positivas, evitando de forma constante os erros possíveis dessas experiências.
- II. O conhecimento é a equilíbrio/reequilíbrio entre assimilação e acomodação, ou seja, entre os indivíduos e os objetos do mundo.
- III. O desenvolvimento mental dá-se espontaneamente a partir de suas potencialidades e da sua interação com o meio. O processo de desenvolvimento mental é lento, ocorrendo por meio de graduações sucessivas através de estágios: período da inteligência sensório-motora; período da inteligência pré-operatória; período da inteligência operatória; período da inteligência operatório formal.
- IV. Noções como proporção, quantidade, causalidade, volume e outras, surgem da própria inte-

ração da criança com o meio em que vive. Vão sendo formados esquemas que lhe permitem agir sobre a realidade de um modo muito mais complexo do que podia fazer com seus reflexos iniciais, e sua conduta vai enriquecendo-se constantemente. Assim, constrói um mundo de objetos e de pessoas onde começa a ser capaz de fazer antecipações sobre o que irá acontecer.

- V. A teoria construtivista inibe a participação do aluno no próprio aprendizado, valoriza a intervenção do educador de forma constante como mecanismo reforçador das experiências adquiridas.

É correto apenas o que se afirma em:

- Ⓐ II, III e IV
Ⓑ III, IV e V
Ⓒ I, II e IV
Ⓓ II, IV e V
Ⓔ II e III

Grau de Dificuldade

Assertiva I: INCORRETA. Na teoria construtivista o erro é importante no processo de aprendizagem, é errando que o sujeito reorganiza suas ideias e consegue aprender.

Assertiva II: CORRETA. Na concepção de Piaget o sujeito interage sobre o objeto de conhecimento, assim os processos de equilíbrio e desequilíbrio são constantes para que ocorram os processos de assimilação e acomodação. Para adquirir conhecimento o sujeito passa pelos processos de desequilíbrio, no momento que surge algo que lhe é novo, o sujeito tem a necessidade de buscar mais informações, acessar suas estruturas cognitivas em busca de algo que lhe referencie e se reestruturar cognitivamente para que esta informação seja inserida, estes são os processos de assimilação e acomodação, quando o sujeito acomoda a informação nova, dar-se novamente o processo de equilíbrio, até que uma nova informação aconteça.

Assertiva III: CORRETA. O sujeito passa por diferentes períodos de inteligência: sensório-motora – inteligência inicial na qual toda aprendizagem está ligada ao corpo; pré-operatória – período que a criança necessita de elementos concretos para que a aprendizagem aconteça; operatória concreta

– período que as crianças não necessitam literalmente do objeto concreto, mas é capaz de percebê-los mentalmente e agir sobre. Operações formais – período das abstrações.

Assertiva IV: CORRETA. Segundo Piaget, quando o sujeito apresenta noções de proporções, quantidade, causalidade, volume, reversibilidade, inclusão de classes, dentre outras, este já é capaz de fazer antecipações de situações que irão acontecer.

Assertiva V: INCORRETA. Portanto, nesta teoria o sujeito é ativo durante todo o seu processo de aprendizagem, o professor é o mediador.

Resposta: Ⓐ

12. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013) Apesar de Piaget e Vygotsky compartilharem algumas crenças – por exemplo, que o desenvolvimento é um processo dialético e que as crianças são cognitivamente ativas no processo de imitar modelos em seu mundo social (Tudge e Winterhoff, 1993) – eles divergem na ênfase sobre outros aspectos. Quais são eles?

- Ⓐ desenvolvimento versus aprendizagem, interação social com os objetos, interação horizontal versus interação vertical.
Ⓑ desenvolvimento versus aprendizagem, interação social versus interação com objetos.
Ⓒ desenvolvimento versus aprendizagem, interação biológica versus social. Interação afetiva versus cognitiva.
Ⓓ desenvolvimento versus aprendizagem, interação biológica versus cronológica, interação afetiva versus cognitiva.
Ⓔ desenvolvimento versus aprendizagem, interação vertical versus horizontal, interação afetiva versus cognitiva.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Piaget e Vygotsky defendem que a interação do sujeito com o meio e com o objeto de conhecimento favorecem a aprendizagem, portanto Piaget analisa o processo interno do sujeito, ou seja, a verticalidade, já Vygotsky analisa a interação do sujeito com a cultura no seu processo de aprendizagem, a horizontalidade.

Alternativa B: INCORRETA. Os dois teóricos partilham da mesma ideia: o desenvolvimento cognitivo está atrelado à aprendizagem, assim como a importância do meio social e da interação com o objeto de conhecimento.

Alternativa C: INCORRETA. Piaget e Vygotsky consideram a aprendizagem um resultado de fatores internos que são modificados na interação com o meio. Portanto, Piaget não buscou pesquisar sobre a influência direta do meio social no desenvolvimento biológico, Vygotsky considera que o meio social contribui para o desenvolvimento das funções superiores do sujeito. Piaget analisa o desenvolvimento e a aprendizagem de dentro para fora do sujeito e vygotsky de fora para dentro.

Alternativa D: INCORRETA. Piaget e Vygotsky estabelecem a relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem a importância dos fatores afetivos sobre os cognitivos, mas Vygotsky não busca uma relação da idade cronológica para o desenvolvimento das funções superiores, Piaget estabelece esta relação nas definições das fases de desenvolvimento do sujeito.

Alternativa E: INCORRETA. Piaget analisa a aprendizagem e o desenvolvimento em uma relação verticalizada, já Vygotsky horizontalizada. Portanto os dois concordam na existência de uma relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem e a importância do afetivo no cognitivo.

13. Questão

(DETRAN/RO - IDECAN - 2014) “As teorias de aprendizagem buscam reconhecer a dinâmica envolvida nos atos de ensinar e aprender, partindo do reconhecimento da evolução cognitiva do homem, tentando explicar a relação entre o conhecimento pré-existente e o novo conhecimento.” Considerando essa afirmação, relacione as teorias citadas às suas características.

1. Teoria genética de Piaget.
2. Teoria construtivista de Bruner.
3. Teoria sociocultural de Vygotsky.
4. Teoria do aprendizado de C. Rogers.
5. Teoria das inteligências múltiplas de Gardner.

() O ponto central desta teoria é a estrutura cognitiva do sujeito. As estruturas cognitivas mudam através dos processos de adaptação: assimilação e acomodação.

() O interesse e a motivação são essenciais para o aprendizado bem sucedido. Enfatiza a importância do aspecto interacional do aprendizado. O professor e o aluno aparecem como os responsáveis pela aprendizagem.

() O desenvolvimento cognitivo é limitado a um determinado potencial para cada intervalo de idade (ZDP): o indivíduo deve estar inserido em um grupo social e aprende o que seu grupo produz; e, o conhecimento surge primeiro no grupo, para só depois ser interiorizado. A aprendizagem ocorre no relacionamento do aluno com o professor e com outros alunos.

() O aprendizado é um processo ativo, baseado em seus conhecimentos prévios e os que estão sendo estudados. O aprendiz filtra e transforma a nova informação, infere hipóteses e toma decisões. O aprendiz é participante ativo no processo de aquisição de conhecimento. A ilustração está relacionada a contextos e experiências pessoais.

() No processo de ensino, deve-se procurar identificar as inteligências mais marcantes em cada aprendiz e tentar explorá-las para atingir o objetivo final, que é o aprendizado de determinado conteúdo.

A sequência está correta em:

- (A) 1,4,3,2,5
- (B) 1,4,2,3,5
- (C) 2,3,1,5,4
- (D) 4,5,3,2,1
- (E) 3,2,1,5,4

Grau de Dificuldade

Item 1: 1. Piaget, nos seus estudos, buscou compreender o desenvolvimento da inteligência no sujeito. Inicialmente, Piaget acreditava que o desenvolvimento intelectual infantil sofria influências sociais, depois passou a acreditar que a ação e não a interação social promovia o desenvolvimento do raciocínio. Nestas pesquisas, ele definiu as fases que os sujeitos passam no seu desenvolvimento, considerando fases hierarquizadas nas quais nenhuma pode anteceder a outra, tais fases constituem uma construção de esquemas, ou estruturas cognitivas, que mudam de acordo com a evolução de cada fase, no processo de adaptação.

Item 2: 4. Carl Rogers explica que a relação entre o sujeito e o professor deve ser próxima, ou seja,

o professor deve estar à disposição do seu aluno, orientando de maneira que este se autoatualize. Os objetivos devem ser claros, considerando a motivação e estimulá-lo.

Item 3: 3. Vygotsky, psicólogo soviético que trouxe grandes contribuições para a psicologia e para a educação. Vygotsky procurou compreender como o social e a cultura interferiam no processo de aprendizagem do sujeito. Este psicólogo definiu três zonas essenciais no processo de aprendizagem: Zona de desenvolvimento real – o que o sujeito já sabe, a zona de desenvolvimento potencial – o que o sujeito pode aprender, a zona de desenvolvimento proximal – local na qual as mediações devem ser feitas para que o sujeito saia da zona de desenvolvimento real e alcance a zona de desenvolvimento potencial.

Item 4: 2. Bruner traz em seus estudos contribuições de Carl Rogers, Piaget e Vygotsky, e consegue desta forma agregar os estudos destes três teóricos na teoria construtivista, teoria esta que coloca o sujeito como ativo no seu processo de aprendizagem, con-

sidera as estruturas cognitivas de Piaget, as interações sociais de Vygotsky, o professor como ancorador do aprendiz, dando-lhe condições para que se autoatualize.

Item 5: 5. Gardner traz grandes contribuições para a educação, ele considera que cada sujeito possui uma ou mais inteligências desenvolvidas que promovem o seu desenvolvimento. Compreendendo as inteligências mais desenvolvidas de cada sujeito o professor pode explorá-las de maneira que atinja seus objetivos.

Resposta: **A**

14. Questão

(IFNMG - GESTÃO DE CONCURSOS - 2014) Conforme as abordagens psicológicas e suas repercussões no processo de ensino e aprendizagem consideradas por Gomes (2002) associe as abordagens pedagógicas da COLUNA I às suas respectivas definições na COLUNA II.

COLUNA I	COLUNA II
1. Abordagem inatista/gestaltista	() o professor ensina e o aluno aprende por meio de transmissão de conteúdos previamente estabelecidos pelo currículo.
2. Abordagem ambientalista/Behaviorista	() Considera o sujeito que aprende como um sujeito interativo, ativo e único no seu processo de construção de conhecimento e formula o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal.
3. Abordagem piagetiana	() As condições hereditárias são determinantes para o desenvolvimento dos indivíduos, definindo sua capacidade de aprendizagem ou de percepção.
4. Abordagem sociocultural	() Aprender envolve compreensão, raciocínio lógico e reflexão: e os erros dos alunos são considerados como parte do processo de ensino e aprendizagem.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- A** 3, 2, 4, 1
- B** 2, 4, 1, 3
- C** 4, 2, 3, 1
- D** 1, 4, 2, 3

Grau de Dificuldade

Item 1: Ambientalista-behaviorista. O foco está no processo de aprendizagem, mas este tem como base

a relação estímulo-resposta. Desta forma o conteúdo tem papel de destaque.

Item 2: Sociocultural. Vygotsky explica que o processo de aprendizagem passa por três zonas: Zona de Real – o que o indivíduo já sabe, Zona de Desenvolvimento Proximal – é a zona de atuação dos mediadores, que promoverão estímulos para que a aprendizagem alcance a Zona de Desenvolvimento Potencial.

Item 3: Inatista-gestáltica. A concepção inatista defende que a aprendizagem é que depende do desenvolvimento, o que o sujeito é capaz ou não de

aprender depende do seu nível maturacional e as condições de hereditariedade.

Item 4: Piagetiana. Nesta abordagem, o sujeito é um ser ativo que por meio das interações com o objeto de conhecimento reorganiza suas estruturas mentais. O erro faz parte do seu processo de aprendizagem. No processo de aprendizagem o indivíduo faz uso do raciocínio lógico, da compreensão e da reflexão sobre suas ações.

Resposta: (B)

15. Questão

(CEFET/RJ - CESGRANRIO - 2014) O trecho abaixo indica amplos desafios para a prática docente.

Um curso de professores deveria possibilitar confronto entre abordagens, quaisquer que fossem elas, entre seus pressupostos e implicações, limites, pontos de contrastes e convergência. Ao mesmo tempo, deveria possibilitar ao futuro professor a análise do próprio fazer pedagógico, de suas implicações, pressupostos e determinantes, no sentido de que ele se conscientizasse de sua ação, para que pudesse, além de interpretá-la e contextualizá-la, superá-la constantemente.

(MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986, p. 109)

Sobre as diferentes abordagens pedagógicas, aquela que considera a relação professor-aluno como não imposta, que permite que o educador se torne educando e a aprendizagem seja favorecida pela mediação é a:

- (A) tradicional
- (B) humanista
- (C) comportamentalista
- (D) ambientalista
- (E) sócio-histórico-cultural

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A concepção tradicional tem como foco o processo de ensinagem: as dinâmicas propostas pelo professor e o conteúdo.

Alternativa B: INCORRETA. Na teoria humanista o sujeito é quem se autoatualiza, o professor estabelece os objetivos mais explícitos possíveis e o educando é quem precisa buscar sua aprendizagem. Esta teoria compreende que todo sujeito tem o fator motivador que precisa ser estimulado.

Alternativa C: INCORRETA. “A abordagem comportamentalista parte do princípio de que as ações e as habilidades são determinadas por suas relações com o meio em que se encontram... Ao enfatizar a influência dos fatores externos e ambientais, essa concepção teórica afirma que o mais importante na determinação do comportamento do indivíduo são as suas experiências, aquilo que ele aprende durante a vida... sua preocupação básica é explicar como os comportamentos são aprendidos.” (FONTANA, Roseli; CRUZ, Nazaré – Psicologia e Trabalho Pedagógico). Nesta abordagem, mesmo o foco sendo a aprendizagem, busca compreender como os fatores externos interferem nos internos, como formas de condicionamentos.

Alternativa D: INCORRETA. Esta corrente considera que os fatores externos são mais importantes que os fatores internos, é uma abordagem que tem como base o empirismo. Desta forma, o foco está no professor e nos fatores externos e não na relação horizontalizada entre os sujeitos e o meio.

Alternativa E: CORRETA. Nesta abordagem há uma relação horizontalizada entre os sujeitos, o objeto de conhecimento e o meio, no qual a interação entre eles dá-se a aprendizagem, o desenvolvimento.

16. Questão

(CEFET/RJ - CESGRANRIO - 2014) A perspectiva da educação inclusiva traz como premissa a prevalência de um único sistema educativo para todos, ou seja, a inclusão de:

- (A) todo e qualquer tipo de deficiência ou alta habilidade, na escola de educação especial.
- (B) Todas as crianças com deficiências mentais e físicas, na escola de educação especial.
- (C) todas as crianças com deficiências ou necessidades educativas especiais, na escola regular.
- (D) crianças surdas e cegas na escola de educação especial, a partir do ensino obrigatório de Braille e da Língua de sinais.

Ⓔ crianças com necessidades educativas especiais, em turmas de educação especial da escola regular.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O processo de inclusão defende que todos os sujeitos com deficiência ou não devem estar inseridos na escola regular. Partem da ideologia que a convivência entre os sujeitos modifica os comportamentos e isto favoreceria as pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.

Alternativa B: INCORRETA. A escola especial não tem no processo de inclusão seu destaque, o processo de inclusão deve acontecer nas escolas regulares.

Alternativa C: CORRETA. A escola regular precisa inserir, com competência, todas as crianças independentemente das suas dificuldades ou limitações.

Alternativa D: INCORRETA. As crianças com limitações sensoriais precisam está dentro das escolas regulares e estas precisam organizar seu programa de ensino de maneira que atendam a todas elas. As escolas regulares precisam ter, também, mediadores para estas crianças e proporcionar o ensino do Braille e da Língua de sinais, respeitando assim cada limitação.

Alternativa E: INCORRETA. O princípio da inclusão não compartilha da ideia de salas especiais em escolas regulares, mas sim estes sujeitos estarem inseridos nas salas regulares e receberem as mediações necessárias. Isto seria uma falsa inclusão.

17. Questão

(IFPR - CETRO - 2014) Segundo a resolução nº 02/2001 do CNE/CEB, consideram-se educandos com necessidades especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem, **exceto**:

- Ⓐ dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares.
- Ⓑ dificuldades de comunicação, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis.
- Ⓒ sinalização diferenciada dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis.

Ⓓ grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Ⓔ bom acompanhamento das atividades curriculares e interação com outros alunos, porém com limitações vinculadas a uma causa orgânica específica.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Um educando que apresenta dificuldades acentuadas ou limitações no processo de desenvolvimento não possui, de fato, necessidade especiais, em muitos casos estes sujeitos não receberam estimulações suficientes, não possui transtornos nos processamentos neurológicos nem lesões que o classifiquem como necessidades especiais.

Alternativa B: CORRETA. Os sujeitos que possuem comprometimento na sua comunicação e necessitem de linguagens e códigos apropriados são considerados sujeitos com necessidades especiais.

Alternativa C: CORRETA. Estes sujeitos possuem comprometimentos em áreas neurológicas que limitem sua comunicação e compreensão demandando do uso de recursos que contribuam para o desenvolvimento das suas habilidades.

Alternativa D: CORRETA. As altas habilidades também são consideradas necessidades especiais, uma vez que cada indivíduo apresenta habilidades diferenciadas. Ainda há muito o que se descobrir sobre as altas habilidades, uma vez que “ainda está permeado de mitos e concepções elitistas que provocam reações contraditórias, as quais vão do fascínio ao antagonismo.” (Chagas, 2008, p. 17 apud Fleith; Alencar – Desenvolvimento de Talentos e Altas Habilidades)

Alternativa E: CORRETA. Os indivíduos com necessidades educacionais especiais podem interagir bem com seus colegas, conseguir um bom desempenho nas atividades curriculares, mas apresentam causas orgânicas que podem trazer prejuízos em uma ou mais áreas neurológicas.

18. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) O processo de ensino-aprendizagem está associado às relações interpessoais. É na interação social que conseguimos reorganizar o conhecimento e as funções psicológicas.

No contexto de escolarização existem muitas formas de interações sociais. Assinale a alternativa que descreve um tipo de relação que favorece o sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

- Ⓐ O ensino-aprendizagem é uma atividade compartilhada; compete ao professor ensinar, ou seja, transmitir e socializar saberes de sua disciplina e, aos alunos, assimilar e adquiri-los. A avaliação tem como finalidade verificar esta aprendizagem.
- Ⓑ Educar é um ato da fala de alguém que domina informações e, por isto, tem a autoridade. Informação é poder. Não há como estabelecer uma relação igualitária de troca, pois são encontros de gerações diferentes, com informações diferentes.
- Ⓒ Na escola, a relação entre os indivíduos é marcada pela estrutura hierárquica, na qual intervém um elemento de autoridade ou de prestígio. Nesse tipo de relação, o indivíduo coagido deve atribuir valor às proposições daquele reconhecido e instituído como autoridade, mas a recíproca não é verdadeira.
- Ⓓ Aceitar o outro, esta é a questão. A afetividade está presente em todos os momentos ou etapas do trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor com o aluno. As condições de ensino, incluindo a relação professor-aluno, devem ser pensadas e desenvolvidas levando-se em conta a diversidade dos aspectos envolvidos no processo, o outro como legítimo.
- Ⓔ Na escola, a relação com o outro implica a aceitação da hierarquia como legítima na convivência. Há necessidade de se estabelecer uma relação fundada na obediência, no controle da turma. Trata-se de relações de poder. Em sala de aula, compete ao professor controlar e direcionar a relação e impedir comportamentos desajustados que prejudicam e comprometem a aprendizagem.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Houve um período da história da pedagogia que o processo de ensino e aprendizagem dava-se desta forma, o professor era o detentor do saber e o indivíduo era como uma tabula rasa, sem conhecimentos, sem estruturas cognitivas que o permitisse a sua aprendizagem. O processo de ensino está centrado na transmissão de conhecimentos.

Alternativa B: INCORRETA. Todos os sujeitos possuem conhecimentos que são próprios das suas vivências e experiência, desta forma a relação ensino-aprendizagem deve acontecer na sua horizontalidade.

Alternativa C: INCORRETA. Considerando que o processo de ensino-aprendizagem está associado às relações interpessoais e, que o indivíduo aprende na interação com o outro e com o meio, o respeito ao conhecimento do outro (aprendente ou professor) precisam ser valorizados. Nesta interação as funções superiores são desenvolvidas.

Alternativa D: CORRETA. Ao considerarmos a importância das mediações, da interação do sujeito com o meio e a formação das suas funções superiores, estamos entendendo a concepção sócio-histórico-cultural. Nesta concepção vemos a importância da afetividade na construção de vínculos positivos que contribuem no processo de aprendizagem.

Alternativa E: INCORRETA. Na educação o processo hierárquico deve existir, uma vez que o professor precisa ser o adulto da situação nos processos de mediação e construção de conhecimentos, portanto não que este seja o dono da verdade e por isto deve desconsiderar as vivências dos seus educandos, mas deverá conduzi-los, orientá-los para que estes elaborem seus conceitos diante das situações.

19. Questão

(NUCLEP - BIORIO - 2014) A pedagoga Marta explicou que um novo corpo de conhecimentos está se desenvolvendo graças à associação entre a psicologia e a neurociência, gerando valiosa contribuição para aprofundar o conhecimento das funções indispensáveis ao processo de aprendizagem como: percepção, atenção, memória, abstração, raciocínio, processamento de informação, afetividade, funções motoras e funções executivas, dentre inúmeras outras. A pedagoga enfatizou que a neuropsicologia:

- Ⓐ extrapola os conhecimentos sobre a epistemologia genética piagetina como crítica que existe uma exacerbação do bio em detrimento do psicossocial que estuda somente as estruturas hierárquicas do cérebro humano para decodificar os problemas do sistema nervoso central.
- Ⓑ Fornece informações sobre o comportamento, tendo como escopo a atividade cerebral produzida por milhões de células neurais, também trata das

influências do ambiente incluindo-se, nelas, as relações interpessoais.

© considera o psíquico e o corporal como ordens de realidade distintas, o que não significa que são ordens de realidade autônomas e que não corresponde à autonomia e independência que serve de base para a criação de classificação e categorias de aprendizagem.

Ⓓ é um campo do conhecimento humano que vem se estruturando como estudo das relações entre cérebro, mente e comportamento e que trata das relações entre cognição e comportamento, investigando as diferentes funções cerebrais, com ênfase para os processos mentais superiores.

Ⓔ envolve estudos sobre as composições sensoriais, moleculares e bioquímica do sistema nervoso e suas diferentes manifestações por meio de atividades intelectuais como, por exemplo: a linguagem, a resolução de problemas e o planejamento.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A neuropsicologia é um campo de conhecimento que busca entender o comportamento humano através das funções neurológicas. Piaget trouxe uma excelente contribuição para a neuropsicologia, seus estudos sobre a formação das estruturas mentais e as fases de desenvolvimento do indivíduo são informações importantes para a compreensão do sistema nervoso humano.

Alternativa B: INCORRETA. A neuropsicologia busca entender o comportamento no sentido mais amplo, as influências que os sujeitos recebem do meio contribuem para a formação das redes neurais que terão um importante papel no seu processo de aprendizagem e no seu desenvolvimento, porém está além do biológico, engloba também os fatores entre o cérebro, a mente e o comportamento, ou seja, suas funções.

Alternativa C: INCORRETA. O comportamento é reação do corpo às influências psíquicas. A neuropsicologia estuda esta relação entre o cérebro, a psique e o comportamento.

Alternativa D: CORRETA. “A neuropsicologia é uma ciência que se desenvolveu inicialmente a partir da convergência entre a Neurologia e a Psicologia, no objetivo comum de estudar as modificações comportamentais resultantes de lesão cerebral. Atualmente, podemos situá-la em uma área de interface entre

as Neurociências (neste caso, ela também pode ser chamada de Neurociência Cognitiva), e as ciências do comportamento (Psicologia do Desenvolvimento, Psicolinguística, entre outras) entendendo que o seu enfoque central é o estudo da relação do sistema nervoso, comportamento, e cognição, ou seja, o estudo das capacidades mentais mais complexas como a linguagem, a memória e a consciência. (Pinheiro apud Metrink, 2011, p. 33)

Alternativa E: INCORRETA. A linguagem, a resolução de problemas e o planejamento, compõem as funções superiores e executivas do nosso cérebro, portanto a neuropsicologia vai além disto, busca compreender a relação entre o cérebro, a mente e o comportamento.

20. Questão

(INSS - FUNRIO - 2014) Capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situações. Um exercício que passa por operações mentais complexas que permitem determinar e realizar uma ação adaptada à situação.

O enunciado acima refere-se à noção de:

- Ⓐ metacognição
- Ⓑ autonomia
- Ⓒ competência
- Ⓓ alteridade
- Ⓔ heteronomia

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Metacognição é o processo pelo qual o sujeito busca compreender suas formas de pensamento.

Alternativa B: INCORRETA. A autonomia é uma habilidade que o sujeito tem de solucionar suas necessidades sem depender que outro o faça por ele.

Alternativa C: CORRETA. É a ação que o indivíduo realiza mobilizando seus recursos cognitivos, planejando, flexibilizando seu pensamento, ou seja, buscando em suas funções mentais tanto superiores como executivas ações para resolver determinadas situações.

Alternativa D: INCORRETA. “É a ideia que todo sujeito interage e depende do outro”.

Alternativa E: INCORRETA. Conceito contrário a autonomia, o sujeito é dependente do outro.

21. Questão

(COSEAC - UFF - 2017) O Método Montessori parte do concreto rumo ao abstrato. Para tornar esse processo o mais rico possível, a educadora italiana desenvolveu materiais didáticos que constituem um dos aspectos mais conhecidos de seu trabalho. São objetos simples, mas muito atraentes, e projetados para provocar o raciocínio. Há materiais pensados para auxiliar todo tipo de aprendizado, do sistema decimal à estrutura da linguagem. Esse material tem, ainda, o caráter peculiar de ser:

- (A) Divertido.
- (B) Autocorretor.
- (C) Durável.
- (D) Desafiador.
- (E) Reciclável.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Apesar de serem divertidos, os materiais Montessorianos vão além da diversão, pois têm um objetivo de promover estimulações sensório-motoras e reguladora de funções cognitivas. “Montessori acreditava que antes de se iniciar qualquer trabalho puramente intelectual, os sentidos deveriam estar plenamente desenvolvidos” (Lar Montessori).

Alternativa B: CORRETA. O trabalho Montessoriano visa estimular a criança a desenvolver sua aprendizagem. Tais materiais promovem a percepção do erro pela criança, sem que haja a interferência do adulto, sendo este autocorretor dos erros da criança.

Alternativa C: INCORRETA. Embora os primeiros materiais Montessorianos fossem de madeira, ser durável não era o objetivo primordial para o desenvolvimento da criança.

Alternativa D: INCORRETA. A variedade dos materiais Montessorianos promove a construção e elaboração dos conceitos pela criança. É através dos desafios que a criança aprende, mas nessa concepção, muito além dos desafios estava a possibilidade de a própria criança, através da manipulação e exploração do ambiente, perceber seus erros e corrigi-los sem a intervenção do adulto.

Alternativa E: INCORRETA. Embora estejamos na era da reciclagem e muito material pode ser construído pela criança ou pelo adulto, a reciclagem não era o objetivo central do método Montessori.

22. Questão

(COSEAC - UFF - 2017) Para Freinet, a atividade é o que orienta a prática escolar e o objetivo final da educação é formar cidadãos para o trabalho livre e criativo, capazes de dominar e transformar o meio e emancipar quem o exerce. Um dos deveres do professor, segundo o autor, é criar uma atmosfera laboriosa na escola, de modo a estimular as crianças a fazerem experiências, procurar respostas para suas necessidades e inquietações, ajudando e sendo ajudadas por seus colegas e buscando no professor alguém que organize as tarefas. Freinet apresentou um confronto entre a escola tradicional e a escola proposta por ele, em que:

- (A) A técnica sobrepujava os conteúdos curriculares.
- (B) A ação política era essencial, como filosofia de educação.
- (C) O mundo midiático era fundamental, como meio de aprender.
- (D) O trabalho tinha posição central, como metodologia.
- (E) O desenvolvimento afetivo era visto como desnecessário.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Freinet buscava uma pedagogia revolucionária para sua época. A escola proposta por Freinet tinha a necessidade de promover ações para que a criança resolvesse seus conflitos com a aprendizagem através da experimentação, explorando o ambiente e estabelecendo trocas.

Alternativa B: INCORRETA. Freinet viveu durante as duas guerras mundiais, foi preso e adquiriu problemas de saúde devido aos gases inspirados. Seu modelo de educação ia de encontro ao que era proposto pelo sistema e buscava uma filosofia a fim de formar sujeitos atuantes na sociedade que viviam. Naquela época já se falava da importância de estimular os educados a se posicionarem, postura ensinada nas atividades de análise de diferentes situações sociais e culturais, através das experiências e dos contatos

com sujeitos que viviam em outras comunidades, com outras realidades.

Alternativa: INCORRETA. O uso da imprensa, a produção do jornal da escola e a produção de livros com escritos dos seus alunos já faziam parte da prática pedagógica de Freinet, portanto, ele defendia que o sujeito, para aprender, deveria explorar e ter contato com diferentes situações.

Alternativa D: CORRETA. A aprendizagem acontecia por meio das vivências dos seus educandos. Estes aprendiam pelas vivências, análises e trocas. Freinet defendia que os professores deveriam oportunizar seus alunos, através de diferentes metodologias exploratórias para que estes pudessem de fato aprender. Portanto, o trabalho tinha uma posição central, como metodologia.

Alternativa E: INCORRETA. Freinet valorizava seus alunos como um todo. A relação afetiva de confiança permeava por todo seu trabalho

23. Questão

(IFB - IFB - 2017) Os processos de inclusão nas escolas são muito importantes e poderosos na medida em que rompem com paradigmas conservadores e limitantes que indicam haver alunos ideais e, por contrapartida, alunos indesejáveis. Indique a sentença correta.

- Ⓐ Ambientes escolares inclusivos podem necessitar que se eleja uma identidade como norma em relação às demais para que seja fundamentada uma concepção de identidade padrão.
- Ⓑ Nas escolas inclusivas, a identidade normal é tida como natural, generalizada e positiva em relação às demais, e sua definição provém do processo pelo qual o poder se manifesta na escola, elegendo uma identidade específica através da qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas.
- Ⓒ Apesar das identidades serem transitórias, instáveis, inacabadas e, portanto, os alunos não serem categorizáveis, é importante definir certas características escolhidas pela equipe escolar para visualização de padrões desejáveis.
- Ⓓ Na inclusão, pode ser necessário atribuir a certos alunos identidades que facilitam as formas de trabalho, tais como: alunos especiais ou com problemas de aprendizagem e outros tais.

- Ⓔ A inclusão questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Ambiente inclusivos respeitam e consideram todas as diferenças, oferecendo oportunidades de aprendizagem a todos os sujeitos, independente da sua condição física, psíquica ou cultural.

Alternativa B: INCORRETA. Na escola inclusiva não deve existir um padrão de sujeito, pois estes são considerados seres singulares.

Alternativa C: INCORRETA. Pensar em escola inclusiva é pensar em cada sujeito como tal, com suas habilidades e suas limitações. Não se pode pensar em uma padronização de sujeitos e ideologias com tamanha diversidade em uma sociedade. O princípio de tudo é o respeito pelo outro e a sua valorização.

Alternativa D: INCORRETA. Esta é uma maneira preconceituosa de se dirigir ao outro. Naturalmente somos seres inacabados em processo de construção, cada um com suas habilidades e com suas limitações que precisam ser respeitadas. Todos os sujeitos têm possibilidade de aprender.

Alternativa E: CORRETO. O processo de inclusão é uma luta constata dos direitos de todos, o que é defendido pela própria constituição. Para isso, muitos paradigmas precisam ser quebrados, como a elaboração de um único modelo que atenda a toda demanda, a ideia do aluno perfeito, a estruturação escolar para atender aos alunos que necessitam de uma atenção diferenciada em seu processo de aprendizagem. Tal processo é possível, portanto, as escolas e os educadores precisam repensar as práticas e as ideologias nas quais ainda estão presas.

24. Questão

(IFB - IFB - 2017) São muitos os profissionais que colaboram com a construção da área de conhecimento vinculada à Psicologia da Educação. Abaixo seguem duas colunas, uma delas referente aos nomes desses profissionais (coluna A) e outra trazendo contribuições para o campo (coluna B).

Coluna A	Coluna B
I. Ivan Petrovich Pavlov	1. () Desenvolveu a teoria do behaviorismo, na qual o ambiente é que condiciona o comportamento humano.
II. B. F. Skinner	2. () Dedicou seus estudos à Teoria da Aprendizagem Social.
III. Jean Piaget	3. () Contribuiu nos estudos do comportamento mecânico, baseados pelo estímulo.
IV. Albert Bandura	4. () Estudou se estrutura cognitiva da criança influencia no ato de aprender.
V. Vygotsky	5. () Investigou as relações nas quais e pelas quais o indivíduo se desenvolve.

Relacione a coluna A e B e marque a alternativa que contenha a sequência correta das associações:

- (A) II, IV, I, III, V.
- (B) II, V, I, III, IV.
- (C) III, I, II, V, IV.
- (D) III, V, IV, I, II.
- (E) III, IV, II, V, I.

Grau de Dificuldade

Assertiva 1: II. B. F. Skinner, defensor do behaviorismo, teoria do comportamento, era quem afirmava que o ambiente era o condicionador do comportamento humano. “No comportamento operante (de Skinner), o ambiente é modificado e produz consequências que agem de novo sobre ele, alterando a probabilidade de ocorrência futura semelhante” (Nova Escola- Série Grandes Pensadores).

Assertiva 2: IV. Albert Brandura questionava ao behaviorismo de Skinner, valorizava os processos cognitivos, além de ter proposto a Teoria da Aprendizagem Observacional ou Aprendizagem Social.

Assertiva 3: I. Ivan Pavlov, também behaviorista, defende o comportamento respondente a um estímulo que procede de uma resposta.

Assertiva 4: III. Piaget defendia a ideia de estruturas cognitivas que eram formadas e modificadas a partir das experiências vividas pelo sujeito.

Assertiva 5: V. Vygotsky falava da importância das relações que o sujeito estabelecia com o meio cultural promovendo a aprendizagem.

Resposta: (A)

25. Questão

(IFB - IFB - 2017) Lev Semenovitch Vygotsky tem um papel fundamental na configuração do campo da chamada Teoria Sócio-Histórica. Sobre os estudos de Vygotsky, leia atentamente as afirmativas abaixo.

- I. Uma das preocupações do autor era demonstrar as evidências de um processo evolutivo que não poderiam ser identificadas apenas nos processos biológicos.
- II. O autor indica em suas contribuições a existência de uma relação de determinação dialética da sociedade e da cultura na constituição de processos psíquicos superiores.
- III. Afirmar que a natureza humana só pode ser compreendida através da sua história.
- IV. O desenvolvimento da criança é composto por fases.
- V. Desenvolveu o conceito de Zona de Desenvolvimento Relativo.

Com base nas afirmativas anteriores, marque a opção em que todas as alternativas estejam corretas:

- (A) I, II e III apenas.
- (B) I, III, IV apenas.
- (C) II, III e V apenas.
- (D) II, IV e V apenas.
- (E) I, IV e V apenas.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA: Vygotsky ia além das questões biológicas. Ele defendia que as interações sociais que o sujeito estabelecia contribuía para sua aprendizagem.

Assertiva II: CORRETA. As funções cognitivas superiores eram desenvolvidas mediante as relações que o sujeito estabelecia com o meio. Exemplo disso é o desenvolvimento da linguagem.

Assertiva III: CORRETA. Por acreditar na formação social do sujeito, para compreender suas relações, sua aprendizagem e seu comportamento é importante conhecer o sujeito na sua formação integral, as relações que estabelecem com o meio e a cultura nos quais está inserido.

Assertiva IV: INCORRETA. Não é Vygotsky que defende a ideia das fases de desenvolvimento, mas sim Piaget.

Assertiva V: INCORRETA. As zonas de desenvolvimento descritas por Vygotsky são: Zona de desenvolvimento Real, Zona de desenvolvimento Potencial e a Zona de desenvolvimento Proximal.

Resposta: (A)

26. Questão

(IFB - IFB - 2017) A partir da teoria de Piaget, sobre o período das operações formais, assinale a opção correta.

- (A) Ocorre o aparecimento da vontade como qualidade superior e que atua quando há conflitos de tendências ou intenções. A criança adquire uma autonomia crescente em relação ao adulto, passando a organizar seus próprios valores morais.
- (B) Nesse período, a criança conquista, através da percepção e dos movimentos, o universo que a cerca.
- (C) No aspecto afetivo, surgem os sentimentos interindividuais, sendo que um dos mais relevantes é o respeito que a criança nutre pelos indivíduos que julga superiores a ela.
- (D) O indivíduo domina, progressivamente, a capacidade de abstrair e generalizar, cria teorias sobre o mundo, principalmente sobre aspectos que gostaria de reformular.
- (E) A cooperação é uma capacidade que se desenvolve ao longo desse período e será um facilitador do trabalho em grupo, que se torna cada vez mais absorvente.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Nas operações formais, o indivíduo já é capaz de abstrair diferentes situações e posicionar-se sobre.

Alternativa B: INCORRETA. Nas operações formais, as crianças já conseguiram superar essa fase da observação direta, das explorações, percepções e movimentos. Já são capazes de antecipar respostas e elaborar conceitos sobre.

Alternativa C: INCORRETA. A fase das operações formais é a fase na qual o sujeito está firmando sua identidade. Por já conseguir abstrair as informações e construir seus próprios conceitos, julgam-se capazes de resolver as diferentes situações sozinho, um dos aspectos da própria adolescência. “É uma fase cheia de questionamentos e instabilidade, que se caracteriza por uma intensa busca de “si mesmo” e da própria identidade, os padrões estabelecidos são questionados, bem como criticadas todas as escolhas de vida feita pelos pais, buscando assim a liberdade e auto-afirmação”¹.

Alternativa D: CORRETA. É a fase da abstração e da elaboração de conceitos. Fase que os adolescentes acham que podem resolver todos os conflitos a partir do seu ponto de vista, é o “egocentrismo cognitivo”.

Alternativa E: INCORRETA. inicialmente, a tendência do adolescente é afastar-se de todos. Progressivamente, começa a absorver características de grupos de adolescentes, como a maneira de se vestir, de falar. Isso implica nas suas relações com o outro, o que inicialmente dificulta o trabalho em grupo, pois devido ao egocentrismo cognitivo característico dessa fase, torna-se difícil, às vezes, compreender o ponto de vista do outro.

27. Questão

(IFB - IFB - 2017) Leia as afirmativas abaixo a partir das relações entre as teorias de Vygotsky e Piaget.

- I. Maturação, experiências físicas, transmissões sociais e culturais e equilíbrio são fatores desenvolvidos na teoria de Piaget.
- II. Vygotsky enfatiza o aspecto interacionista, pois considera que é no plano intersubjetivo, isto é,

na troca entre as pessoas, que têm origem as funções mentais superiores.

- III. Vygotsky deu ênfase ao processo de internalização como mecanismo advindo da maturação do indivíduo e que intervém no desenvolvimento das funções psicológicas complexas.
- IV. A teoria de Piaget apresenta a dimensão interacionista, mas sua ênfase é colocada na interação do sujeito com o objeto físico.
- V. A teoria de Vygotsky apresenta um aspecto construtivista, na medida em que busca explicar o aparecimento de inovações e mudanças no desenvolvimento a partir do mecanismo de internalização.
- VI. Para Piaget, os processos intersíquicos – partilhados entre pessoas – só podem funcionar durante a interação das crianças com os adultos. À medida que a criança cresce, os processos acabam por ser executados dentro das próprias crianças (intrapíquicos).

Assinale a alternativa que apresenta somente as afirmativas CORRETAS:

- (A) I, II, IV, VI.
- (B) I, II, III, IV.
- (C) III, IV, VI.
- (D) II, IV, V, VI.
- (E) I, II, IV, V.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETO. Piaget explicava na sua teoria a importância do processo de maturação, porém alertava para a necessidade do sujeito interagir com o meio para que as estruturas cognitivas fossem desenvolvidas. Neste processo as crianças passavam pelas etapas de equilíbrio, assimilação e acomodação.

Assertiva II: CORRETO. Para Vygotsky a aprendizagem acontece mediante as relações que o sujeito tem com o meio cultural e social.

Assertiva III: INCORRETO. Vygotsky não abordava os mecanismos de maturação, ele focava no social e não no biológico.

Assertiva IV: CORRETO. Para Piaget as estruturas cognitivas são desenvolvidas mediante as interações que o sujeito tem com o objeto de conhecimento.

Assertiva V: CORRETO. Vygotsky era defensor da ideia que a criança aprendia mediante as relações que estabelecia com o meio social e cultural.

Assertiva VI: INCORRETO. Piaget explicava que a criança passava por fases distintas do desenvolvimento, pois partir dos aspectos biológicos para o social.

Resposta: (E)

28. Questão

(**PREF. ALTAMIRA - PREF. ALTAMIRA - 2017**) Diferente da teoria de Piaget que enfatiza a existência de processos internos e o desenvolvimento espontâneo dos processos mentais, Vygotsky enfatiza que:

- (A) O desenvolvimento mental ocorre pelo tipo de alimentação que é dada à criança.
- (B) O desenvolvimento mental da criança se desenvolve pela interação com o meio social.
- (C) O desenvolvimento mental se dá pelo uso de vitaminas e sais minerais.
- (D) O desenvolvimento mental é genético.

Grau de Dificuldade

Alternativa: INCORRETA. O desenvolvimento mental é dado a partir das relações socioculturais que o sujeito estabelece.

Alternativa: CORRETA. Vigostki defendia sempre a importância das relações sociais do sujeito para o seu desenvolvimento cognitivo.

Alternativa C: INCORRETA. Vygotsky não falava dos fatores orgânicos e sociais e culturais.

Alternativa D: INCORRETA. Essa ideia não é verdadeira. Ele acreditava que todo sujeito podia se desenvolver a partir das interações com o meio e os estímulos recebidos.

29. Questão

(**PREF. ALTAMIRA - PREF. ALTAMIRA - 2017**) Capacidades cognitivas estão relacionadas aos seguintes aspectos:

- (A) Afinidade com as habilidades manuais e emocionais.
- (B) Compreensão do outro e atuação em grupo.

- © Habilidade de equilíbrio que faz com que a criança ande de bicicleta.
- Ⓓ Exercitação dos sentidos, a observação, a percepção, a compreensão, dentre outros.

Grau de Dificuldade



Alternativa A: INCORRETA. Capacidades cognitivas estão relacionadas aos aspectos mais amplos que possibilitam ao sujeito a percepção e análise do todo.

Alternativa B: INCORRETA. Compreender o outro em suas dimensões, saber viver e trabalhar em grupo é um dos quatro pilares da educação: saber conviver.

Alternativa C: INCORRETA. O equilíbrio é extremamente importante para a realização de diferentes atividades, principalmente no processo de aprendizagem.

Alternativa D: CORRETA. As capacidades cognitivas estão ligadas às funções superiores e executivas que provêm da exercitação dos sentidos, da observação, da percepção, compreensão, linguagem, regulação, dentre outros.

Alternativa C: INCORRETO. O desenvolvimento da inteligência acontece de maneira sistemática e assistemática, no dia a dia do indivíduo.

Alternativa D: CORRETA. Por toda a vida as pessoas aprendem, sendo assim, não há um período limite, é um processo contínuo.

30. Questão

(PREF. ALTAMIRA - PREF. ALTAMIRA - 2017) É certo que tanto para Vygotsky quanto para Piaget o desenvolvimento da inteligência:

- Ⓐ Se completa na idade adulta.
- Ⓑ É interrompido na terceira idade.
- Ⓒ Ocorre exclusivamente mediante conteúdos escolares.
- Ⓓ É um processo que nunca se conclui.

Grau de Dificuldade



Alternativa A: INCORRETO. O desenvolvimento da inteligência perpassa por toda a vida do sujeito, mediante as novas situações as quais o indivíduo é exposto.

Alternativa B: INCORRETO. Não há interrupção para o desenvolvimento da inteligência, independentemente da idade todos os sujeitos aprendem por toda a vida.

A educação, durante seu percurso histórico, passou por diferentes fases. É possível pensar em educação antes do nascimento de Cristo, com as ideias de Sócrates, que viveu entre 460 a.C. a 399 a.C. Nessa época, Sócrates “já dizia que o ensino é sempre mais que o ensino” (FRANCO, 2012, p. 45). Ele já transcendia a ideia de educação, colocando como dialética que se aproxima das concepções de aprendizagem da psicologia do desenvolvimento.

A educação socrática comporta a ideia de um processo de aprendizagem concreto, através do qual o aprendiz forja o seu próprio pensamento, constrói e fundamenta suas próprias convicções por meio de interações verbais com o educador (FRANCO, 2012, p. 46)

Nessa época, a principal característica humana era a razão, o que diferenciava o homem dos animais. Nesse mesmo período (427-347 a.C.) surgem as ideias de Platão, discípulo de Sócrates, que buscava localizar a razão em nosso corpo, “determinando a cabeça como o lugar que guarda a alma do homem. A medula seria, portanto, o elemento de ligação da alma e do corpo” (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 1999, p. 33). Já Aristóteles, discípulo de Platão (384 a.C.-322 a.C.), dizia que a alma e o corpo não eram dissociados. “Para Aristóteles, a *psyché* seria o princípio ativo da vida. Tudo aquilo que cresce, se reproduz e se alimenta possui a sua *psyché* ou alma” (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 1999, p. 33).

Daremos um salto para 400 d. C, como o aparecimento do cristianismo, tornando-se a principal religião da Idade Média. Nesse período, no qual a Igreja Católica monopolizava o saber, temos as ideias de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Santo Agostinho partilhava das ideias de Platão e considerava que a alma era um meio de ligar o homem a Deus. Já São Tomás de Aquino estava vivenciando as reformas religiosas e o surgimento do protestantismo, época que estava iniciando o capitalismo, Revolução Francesa e Industrial na Inglaterra. Este busca o conceito de essência e existência em Aristóteles e afirma que “o homem, na sua essência, busca a perfeição através da sua existência. Porém ao contrário

de Aristóteles, afirma que somente Deus seria capaz de reunir a essência e a existência, em termos de igualdade” (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 1999, p. 35).

Na transição do século XVI para o século XVII, René Descartes fala da separação do corpo (*matéria*) e da mente (*espírito*, *alma*). Assim, define que o homem possui uma substância material e uma substância que referencia como a *psyché* (mente, pensamento). Assim, é possível o estudo do corpo morto desprovido de alma e espírito.

Nesse mesmo período surge Juan Amós Comenius, educador tcheco que viveu entre 1592 a 1620, período da expansão marítima e da reforma da igreja. Foi nessa época que surgiram as grandes escolas jesuíticas, com o intuito de frear o protestantismo. Nesse contexto, Comenius surge com a ideia de uma pedagogia que busca a “democratização do acesso à escola e da permanência nela; preocupa-se com o caráter humanizador da educação; considera a adequação da educação aos estágios de desenvolvimento das crianças e busca, ainda, caminhos para fazer a aprendizagem” (FRANCO, 2012, p. 49).

O século XIX tem como destaque a ciência e o avanço do capitalismo, com o processo de industrialização:

É em meados do século 19 que os problemas e temas da psicologia, até então estudados exclusivamente pelos filósofos, passam a ser, também, investigados pela Fisiologia e pela Neurofisiologia em particular. Os avanços que atingiram também essa área levaram à formulação de teorias sobre o sistema nervoso central, demonstrando que o pensamento, as percepções e os sentimentos humanos eram produtos desse sistema (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 1999, p. 39).

No século XX, a psicologia científica foi substituída pelo behaviorismo ou Teoria, Gestalt e Psicanálise. O behaviorismo foi uma abordagem psicológica que teve sua base fundamentada pela fisiologia através de Ivan Pavlov, em seu experimento com a salivação de cães. A partir disso, surge o conceito principal dessa abordagem: estímulo-resposta. O behaviorismo não aceitava os processos

mentais interiores, toda resposta orgânica era fruto de estímulos externos. Dentre os behavioristas temos: Watson, Skinner, Willians James.

Na metade do século XX, as ideias behavioristas são questionadas e agora volta-se à ideia socrática de corpo e *psyché*, dando um passo para a Psicologia da Gestalt. A tradução do termo alemão “Gestalt” que mais se aproxima significa “forma”. Por esse motivo, muitos estudiosos a chamam de Teoria da Forma. Abordagem psicológica, que buscava compreender a ilusão de ótica através dos fenômenos psíquicos. O que difere os behavioristas dos gestaltistas é que, para estes, entre o estímulo-resposta há a percepção, não podendo analisar o comportamento distante de um conjunto de situações mais complexas.

Ainda dentro das psicologias do século XX temos a psicanálise, que teve como construtor Sigmund Freud (1856-1939). Com ele, a psicologia toma um novo rumo, passando agora a considerar os sonhos, as fantasias, os “processos misteriosos” da nossa *psyché* como problema de investigação científica, criando a psicanálise.

O termo psicanálise é usado para se referir a uma teoria, a um método de investigação e a uma prática profissional. Enquanto teoria, caracteriza-se por um conjunto de conhecimentos sistematizado sobre o funcionamento da vida psíquica... a psicanálise, enquanto método de investigação, caracteriza-se pelo método interpretativo, que busca o significado oculto daquilo que é manifesto por meio das ações e palavras ou pelas produções imaginárias, como os sonhos, os delírios as associações livres, os atos falhos...) (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 1999, p. 70).

Na psicanálise surgem também as instâncias psíquicas descritas por Freud como: inconsciente, pré-consciente e consciente.

- Inconsciente: pode ser considerado como o local de armazenamento dos nossos sonhos, desejos, fantasias;
- Pré-consciente: é todo conteúdo que não está ao nosso alcance, na nossa percepção, na nossa consciência, mas que em um determinado momento pode vir à tona;
- Consciente: é tudo aquilo que está próximo à nossa percepção.

Além desses conceitos, Freud, em análise dos seus pacientes, descobriu que as neuroses estavam ligadas ao comportamento reprimido da sexualidade nos primeiros anos de vida infantil, o que o levou a definir as fases de desenvolvimento sexual: fase oral (boca), fase anal (ânus), fase fálica (órgãos genitais) e fase genital (objeto de desejo é o outro). Freud, na segunda década do século XX, introduz os conceitos psíquicos: Id, Ego e Superego.

- Id: desejos, fantasias – princípio do prazer;
- Ego: controle – princípio da realidade;
- Superego: exigências socioculturais – princípio da moralidade.

A Psicanálise trouxe inúmeras contribuições para a compreensão do desenvolvimento e comportamento humanos. Ainda no início do século XX temos as contribuições de Lev Vygotsky, médico russo que viveu a Primeira Guerra Mundial e atendia aos feridos. Vygotsky é o precursor da Psicologia Sócio-Histórica-Cultural. Esse teórico teve uma vida curta, morreu aos 37 anos, mas seus estudos modificaram os rumos da psicologia da época vigente.

Vygotsky ia de encontro com as concepções psicológicas anteriores que relacionava o desenvolvimento apenas à maturação do organismo. Ele defendia que as funções psicológicas se desenvolviam a partir das interações do sujeito com o meio. Dessa forma, esse teórico explicava a importância do outro para a compreensão do mundo. Assim, segundo ele, a aprendizagem acontece na maturação, na interação, na dialética do sujeito com as relações sociais e não como um desenvolvimento pronto e acabado, fruto da maturação de um sistema, desconsiderando suas relações. Portanto, para ele, o desenvolvimento se dá de fora para dentro, das relações interpessoais para a intrapessoal.

Segundo a Psicologia Sócio-Histórica-Cultural, o desenvolvimento e a aprendizagem são processos interdependentes, responsáveis pelos processos psicológicos. Nesse processo, os indivíduos passam por etapas de construção de conhecimento, chamadas, por ele, de zonas, que são três:

- Zona de Desenvolvimento Real: refere-se ao que o sujeito já tem apropriado;
- Zona de Desenvolvimento Potencial: refere-se à capacidade do sujeito de alcançar outro nível de conhecimento;
- Zona de Desenvolvimento Proximal: refere-se aos estímulos recebidos, às experiências do su-

jeito para que este possa sair da ZDR e alcançar a Zona de Desenvolvimento Potencial.

Esse movimento é constante, pois enquanto sujeitos pensantes aprendemos por toda a vida:

Sintetizando, poderíamos dizer que, para Vygotsky, as relações entre aprendizagem e desenvolvimento são indissociáveis. O indivíduo, imerso em um contexto cultural, tem seu desenvolvimento movido por mecanismos de aprendizagem acionados externamente. A matéria-prima deste desenvolvimento encontra-se fundamentalmente, no mundo externo, nos instrumentos culturais construídos pela humanidade. Assim, o homem, ao buscar respostas para as necessidades de seu tempo histórico, cria, junto com os outros homens, instrumentos que consolidam o desenvolvimento psicológico e fisiológico obtido até então (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 1999, p. 126).

Jean Piaget, fundador da epistemologia genética que viveu entre 1896 e 1980, trouxe grandes contribuições à psicologia contemporânea. Piaget buscava compreender as mudanças na inteligência do sujeito mediante seu crescimento. Ele acreditava que à medida que o sujeito interagia com o objeto, explorando-o, suas estruturas cognitivas eram modificadas e o sujeito aprendia. Explicava, também, que era por meio da tentativa e do erro que essa aprendizagem ia se constituindo. Assim, este passava por alguns esquemas: equilíbrio, assimilação, acomodação. Conceitos principais da epistemologia genética. Piaget definia as fases da vida e assim as nomeou:

- **Sensório-motor (0-2 anos):** nesse estágio toda aprendizagem passa pelos órgãos sensoriais e pelo desenvolvimento motor. É a fase na qual o engatinhar, o andar e o falar estão em voga;
- **Pré-operatório (2-6 anos):** é o período no qual o jogo simbólico assume papel importante. Através da representação, o sujeito constrói seus conceitos e entende o mundo que o rodeia. A linguagem está em pleno desenvolvimento. No final dessa fase a criança procura entender a causa e a finalidade das coisas, entra na fase dos porquês;
- **Operações concretas (7-11 ou 12 anos):** nessa fase o egocentrismo, que é uma das marcas do período anterior, é superado. Nesse momento começa a surgir o período da lógica, ou seja, coordenar diferentes pontos de vista. Isso al-

tera dois âmbitos da *psyché* da criança: afetivo, intelectual. No afetivo, a criança adquire autonomia em relação ao adulto e é capaz de desenvolver trabalhos em grupo. No intelectual, está o aparecimento das operações mentais que darão condição de integrar uma ação física ou mental para um determinado fim e reverter-lá.

- **Operações formais (a partir dos 11-12 anos):** é o momento que o adolescente sai do pensamento concreto para o abstrato, ou seja, é capaz de realizar as operações no campo das ideias e não do concreto.

Durante todo o processo de desenvolvimento, o sujeito passa por etapas de reestruturação cognitiva que, segundo Piaget, são:

- **Equilibração:** a ideia de equilibração surge a partir do momento que o sujeito entra em contato com o novo e para conhecê-lo precisa explorar, causando, dessa forma, o desequilíbrio;
- **Assimilação:** conceito elaborado por Piaget que representa o processo pelo qual acrescentamos novas informações aos conceitos já existentes em nossa cognição;
- **Acomodação:** é o processo pelo qual necessitamos modificar as informações já internalizadas anteriormente.

Discípula de Piaget, temos Emília Ferreiro, que parte dos princípios de Piaget e define as fases de desenvolvimento do processo de alfabetização. São elas:

- **Garatujas:** são os primeiros rabiscos das crianças no papel, sem formas, sem definições, exploram todo espaço do papel sem perceber os limites do mesmo;
- **Ícônicas:** são as primeiras formas circulares que a criança faz no papel, dessas células originam os primeiros desenhos;
- **Pré-silábica:** fase da escrita na qual a criança já tem consciência que utilizamos símbolos para representar nossa fala na escrita, portanto, ainda não são capazes de relacionar tais símbolos à correspondência sonora, fazem uso de letras e números aleatórios;
- **Silábica:** nessa fase a criança inicialmente percebe que os sons emitidos podem ser representados e passam a colocar a mesma quantidade de sílabas e o número de letras, mesmo sem correspondência sonora (ex: DHM – CAMISA). Na

fase mais avançada, a consciência fonológica da criança já está mais desenvolvida e esta é capaz de relacionar o som à grafia, mesmo sendo uma letra de cada sílaba (ex: AIA – CAMISA);

- Silábica-alfabética: a criança, nessa fase, já é capaz de identificar duas ou mais letras de uma sílaba e representar (ex: KMIA);
- Alfabética: a criança já consegue escrever praticamente todas as letras da palavra, mesmo que não tenha a ortografia correspondente (ex: CAMIZA);

As contribuições de Emília Ferreiro para o processo de alfabetização são extremamente importantes, portanto, vale ressaltar que mesmo tendo sua fundamentação em Piaget, é um equívoco relacionar as fases da escrita às fases de desenvolvimento de Piaget. O processo de alfabetização acontece no final do período pré-operatório para o início do operatório concreto.

Ainda no âmbito da psicologia contemporânea temos as contribuições de Ausubel e Gardner. David Paul Ausubel (1918-2008) fala sobre a aprendizagem significativa que parte dos conhecimentos prévios do indivíduo para a aquisição de novos conhecimentos. Aprender significativamente para ele era dar condição ao sujeito de acrescentar informações ou modificá-las em suas estruturas mentais. Dessa forma, o sujeito seria capaz de relacionar, interpretar novos conhecimentos.

Howard Gardner aborda as múltiplas inteligências e cria uma nova linha de pensamento da inteligência que vai além dos conhecidos testes de Q. I de Alfred Binet. Gardner e seus colaboradores descrevem oito inteligências: linguística, lógico-matemática, espacial, musical, sinestésica, interpessoal, intrapessoal e naturalista. Segundo esse teórico, todas as pessoas possuem tais habilidades, portanto, cada uma possui determinadas inteligências mais desenvolvidas que as outras pessoas.

No novo contexto educacional, se está atrelando pedagogia e psicologia às neurociências. Através da Neuropsicologia podemos compreender os processos neurológicos para a aprendizagem e, assim, entender os processos de cognição, as dificuldades e os transtornos de aprendizagem. A Neuropsicologia é um ramo da psicologia que está em pleno desenvolvimento e seus conceitos precisam ser agregados à educação contemporânea.

REFERÊNCIAS

1. BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias, São Paulo, 1999.
2. FRANCO, Marai Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e prática docente, Editora Cortez, São Paulo, 2012.
3. HERMETO, M. Clara; MARTINS, Ana Luísa. O livro da Psicologia, São Paulo Globo Livros, 2012
4. PSICONLINEWS. A Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner. Disponível em: <http://www.psiconlineWS.com/2015/05/teoria-das-inteligencias-multiplas-de-gardner.html>
5. REVISTA Nova Escola, Grandes pensadores. Disponível em: <http://novaescola.org.br/formacao/david-ausubel-aprendizagem-significativa-662262.shtml>
6. REVISTA Nova Escola, Grandes pensadores. Disponível em: <http://novaescola.org.br/formacao/cientista-inteligencias-multiplas-423312.shtml>

Poliana Marina Mascarenhas e Jefferson Moreira

01. Questão

(CEFET - CESGRANRIO - 2014) Antônio é professor recém-formado e, ao chegar ao colégio, se depara com o quadro abaixo, afixado no mural de entrada.

“Virando os jogos dos aprendizados”

Para onde caminharemos?

- *Adesão de uma visão mais igualitária da escola;*
- *Possibilidade de reunir o que já foi aprendido e o que deve vir a sê-lo, nos vários campos do conhecimento;*

- *Participação ativa e dinâmica dos estudantes desencadeando forças em geral;*

- *Ruptura com o esquema tradicional de ensino por disciplina;*

- *Articulação entre trabalho individual e coletivo, e valorização de atitudes;*

- *Combinação entre o trabalho realizado internamente e o de várias outras instituições e agências.*

Em conversa posterior com a equipe docente, a coordenação pedagógica destaca alguns pontos sobre a concepção de avaliação da aprendizagem escolar a ser adotada no planejamento.

- O trabalho escolar passa a ser avaliado, não como julgamento definitivo e dogmático do professor, mas como uma comprovação para os estudantes de seu progresso em direção a noções mais sistematizadas.

- Parte-se de uma relação direta com a experiência dos estudantes, confrontada com o saber trazido de fora.

- Passa a ser imperativo propor conteúdos e modelos compatíveis com experiências vividas, para que os estudantes se mobilizem para uma participação ativa.

Pelo exposto, o projeto educativo está pautado na:

Ⓐ concepção de avaliação enquanto mensuração, por meio de provas e testes voltados para a medida de aptidões e habilidades dos alunos.

Ⓑ concepção tecnicista de avaliação com ênfase na eficácia e na competência.

Ⓒ concepção de avaliação formativa, que demanda um processo acompanhado de uma intervenção diferenciada.

Ⓓ concepção que rompe com a diversidade de práticas avaliativas e prioriza a avaliação somativa.

Ⓔ concepção que fomenta a criação de hierarquias de excelência, pela valorização do mérito.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: A avaliação formativa não despreza a avaliação somativa. Contudo, lhe concede um caráter qualitativo, porque utiliza os dados quantitativos para traçar novas estratégias para o alcance dos objetivos pré-estabelecidos.

Alternativa A: INCORRETA. O que foi proposto pela escola vai de encontro à perspectiva de mensuração, que consiste basicamente em testes de verificação e quantificação de resultados. O projeto proposto nega o julgamento definitivo e volta à atenção para o acompanhamento do progresso do aluno.

Alternativa B: INCORRETA. A concepção tecnicista se baseia em uma epistemologia comportamental e se preocupa em quantificar a aprendizagem.

Alternativa C: CORRETA. Ao considerar o que já foi aprendido e o que deve vir a sê-lo pelo aluno, suas experiências de aprendizagem dentro e fora da escola, a avaliação formativa, preocupa-se com o processo de aprendizagem e com os diferentes caminhos que ela percorre, na intenção de pensar novas estratégias para alcançar os objetivos que ainda não foram vislumbrados.

Alternativa D: INCORRETA. A avaliação proposta vai de encontro à perspectiva somativa, a qual, prima pelo resultado como fim em si mesmo. Ela rompe com a diversidade das práticas avaliativas porque suas ações são sempre definidas pelo professor, sem levar em conta, muitas vezes, a necessidade do aluno. Sem desprezar a avaliação somativa, que pode ter um papel importante no processo avaliativo, a avaliação formativa se utiliza dos dados da somativa para traçar novos caminhos para ensinar e aprender.

Alternativa E: INCORRETA. Essa prática preza pela avaliação por competência e é pautada na concepção tecnicista, que nega as experiências do aluno, o progresso do mesmo, pois visa apenas o resultado final, fazendo da avaliação um momento classificatório e excludente.

02. Questão

(FUNDAÇÃO CASA – CETRO – 2014) Vygotsky traz grande contribuição para a avaliação da aprendizagem. Para ele, todas as crianças têm possibilidades intrínsecas de progresso intelectual e, assim, na perspectiva da avaliação para promover a aprendizagem, deve-se procurar analisar:

Ⓐ o que a criança já faz sozinha e não o seu potencial, visando a reforçar esses conceitos já construídos para programar novos passos e processos de domínio de saberes. O seu registro tem por finalidade informar a família visando ao seu processo de acompanhamento dos estudos.

Ⓑ se os alunos alcançaram ou não os resultados esperados pelo professor ao término de determinada sequência didática. É fundamental registrar os resultados de desempenho escolar alcançados pelos alunos para informar aos pais e à direção da escola sobre o trabalho desenvolvido em sala de aula.

Ⓒ o seu potencial de aprendizagem, e não determinar suas capacidades em algum momento para simplesmente apontá-la. É tarefa do avaliador desenvolver estratégias desafiadoras para que a criança, a partir dos conceitos que já construiu, alcance formas mais elaboradas de compreensão da realidade. As avaliações para a aprendizagem servem também para subsidiar a ação educativa dos professores.

Ⓓ o já construído pelos alunos a partir da assimilação do ensinado. Todo conteúdo ensinado deve-se transformar em conteúdo aprendido. A avaliação escolar é um procedimento para medir esta aprendizagem, o seu registro visa a informar o aluno e seus familiares.

Ⓔ os resultados de desempenho escolar obtidos pelos alunos nos testes aplicados pelo governo (as avaliações externas). Trata-se de uma prova de múltipla escolha elaborada a partir das expectativas de aprendizagem institucional e os seus resultados informam se o aluno está no patamar insuficiente, satisfatório ou plenamente satisfatório para o componente e série ou ano escolar.

Grau de Dificuldade



DICA DO AUTOR: Vygotsky não trata especificamente da avaliação da aprendizagem, e sim, do processo de aprendizagem do sujeito. É importante se apropriar da sua teoria para entender como ela contribui para os processos da avaliação escolar, uma vez que o teórico defende a mediação social como imprescindível para que o desenvolvimento ocorra. Construir a avaliação da aprendizagem requererá “[...] a relação educador/educando exige o processo avaliativo mediador, que, por sua vez, só sobrevive por meio do resgate à sensibilidade, do respeito do outro, da convivência e de procedimentos dialógicos e significativos” (HOFFMANN, 2005, p. 15).

Alternativa A: INCORRETA. Para Vygotsky, todo sujeito tem um potencial para aprender, que deve ser mediado por alguém mais experiente. O autor não se preocupa com o reforço da aprendizagem, mas com a importância da mediação nesse processo.

Alternativa B: INCORRETA. O desenvolvimento da aprendizagem se dá por mediação, e interessa mais o processo de aprendizagem que o resultado final. O registro serve de informação para pais, alunos e direção, mas, sobretudo, para direcionar o trabalho do professor e do aluno.

Alternativa C: CORRETA. Vygotsky não defende que o sujeito possui uma capacidade e/ou habilidade para determinada atividade, mas sim que todos têm o potencial para aprender. O professor como mediador, precisa planejar atividades que desenvolva essas potencialidades em favor de conseguir sucesso no processo de ensinar e aprender. A avaliação entra como subsídio para o professor perceber os avanços e as necessidades encontradas nesse processo.

Alternativa D: INCORRETA. Nem tudo o que é ensinado pelo professor é aprendido. Na concepção de educação baseada nos princípios Vygotskianos, a avaliação não tem a função de medir, mas de informar à professores e alunos o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Alternativa E: INCORRETA. As avaliações institucionais têm a função de medir e classificar, para, a partir disso, construir políticas públicas. Essas avaliações são denominadas por Luckesi de exames. Como momento pontual, diverge da perspectiva Vygotskyana de acompanhar e intervir no processo de desenvolvimento da aprendizagem.

03. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) Leia o texto abaixo.

Ao avaliar, o professor torna-se um aprendiz do processo, pois se aprofunda nas estratégias de pensamento do aluno, nas formas como ele age, pensa e realiza essas atividades educativas. Só assim é que o professor pode intervir, ajudar e orientar esse aluno. É um comprometimento do professor com a aprendizagem do aluno. Segundo Cipriano Carlos Luckesi, provas e exames são apenas instrumentos de classificação e seleção, que não contribuem para a qualidade do aprendizado nem para o acesso de todos ao sistema de ensino.

Márcio Ferrari. Adaptado.

Segundo essa concepção, é correto afirmar que:

Ⓐ não há avaliação se ela não trazer um diagnóstico que contribua para melhorar a aprendizagem.

Hoje, aplicamos instrumentos de qualidade duvidosa: corrigimos provas e contamos os pontos para concluir se o aluno será aprovado ou reprovado. O processo foi concebido para que alguns estudantes sejam incluídos e outros, excluídos. Do ponto de vista político-pedagógico, é uma tradição antidemocrática e autoritária, porque está centrada na pessoa do professor e no sistema de ensino, não em quem aprende.

Ⓑ a avaliação do desempenho escolar já foi estudada e estabelecida desde o Ratio Studiorum, dos padres da ordem dos jesuítas, ou a Didactica Magna, do educador tcheco Comênio e possibilita a justa classificação dos alunos com a finalidade de garantir a continuidade dos estudos a partir de pré-requisitos adquiridos. A inclusão no sistema escolar depende do esforço do aluno; o que não adianta é garantir a continuidade de estudos sem os conhecimentos escolares dos anos anteriores.

Ⓒ a avaliação possibilita a tomada de decisão em torno da aprovação e da retenção. Durante o ano letivo, ela orienta o aluno sobre o que estudar e a necessidade de estudos, pois, se o estudante não aprende, é exclusivamente por responsabilidade dele, desde que a aula tenha sido ministrada.

Ⓓ a progressão continuada é, na verdade, promoção automática e tira toda e qualquer responsabilidade do professor, do aluno e da própria instituição. Na verdade, foi uma exclusão social disfarçada. Agora, temos crianças avaliadas e que aprendem e, de outro lado, analfabetos funcionais não avaliados pelos professores e pela escola, mas marginalizados na sociedade.

Ⓔ é necessário avaliar para além das provas e exames, temos que avaliar o caderno do aluno, atribuir pontos pelo comportamento, pelas tarefas realizadas, pela participação e não centrar apenas no desenvolvimento cognitivo do aluno.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: “O ato de examinar é classificatório e seletivo. A avaliação, ao contrário, diagnóstica e inclusiva” (LUCKESI, 2015).

Alternativa A: CORRETA. A intenção da avaliação é entender os avanços e necessidades do aluno, para que, a partir deste diagnóstico, se possa pensar estratégias de ensino que leve este aluno a aprender o que ainda não foi conquistado. Os instrumentos uti-

lizados para avaliar e o modo com o qual os professores, muitas vezes, os utilizam se reduzem a quantificação, classificação e por consequência, exclusão. Dessa forma, a avaliação não tem um compromisso político-pedagógico com o aluno.

Alternativa B: INCORRETA. A avaliação estabelecida no Ratio Sutdiorum e na Didática Magna se configura como exames classificatórios, nos quais o que menos interessa é a aprendizagem do aluno, e sim, as notas obtidas nos instrumentos utilizados, o que não garante que os resultados retratem a real aprendizagem.

Alternativa C: INCORRETA. A avaliação possibilita a tomada de decisão em torno do que e de como ensinar. Sua função não é apenas de orientar os alunos, mas também o trabalho do professor. A aprendizagem é responsabilidade tanto do aluno como do professor.

Alternativa D: INCORRETA. Existe na questão uma confusão entre os conceitos de progressão continuada e promoção automática. A primeira, propõe um alargamento do tempo de aprendizagem da série para o ciclo, o que não prevê perder de vista os objetivos de aprendizagem, que podem ser trabalhando num maior espaço de tempo. A promoção automática sugere falta de planejamento, orientação e compromisso com o processo de ensinar e aprender.

Alternativa E: INCORRETA. É preciso, antes de mais nada, eleger os instrumentos de avaliação que devem estar pautados em critérios pré-definidos e relacionados com os objetivos de ensino. Vale ressaltar que alguns elementos como comportamento, atividade de casa são obrigações do aluno. Para além de conceitos, a escola deve avaliar procedimentos e atitudes.

04. Questão

(IFBA - FUNRIO - 2014) Avaliar não é medir. A avaliação envolve um processo maior do que lançar notas, quantificar erros e acertos.

A concepção de ensino e aprendizagem que compreende o conhecimento como algo quantificável, compreende a avaliação como um processo:

- (A) formativo.
- (B) qualitativo.
- (C) investigativo.
- (D) diagnóstico.

(E) classificatório.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O processo formativo não se preocupa com a mensuração e com a quantificação. A avaliação formativa visa garantir a busca por estratégias de melhorias do processo de ensino e aprendizagem.

Alternativa B: INCORRETA. O processo qualitativo ganha ascensão quando, a partir dos resultados obtidos, da verificação e quantificação dos erros e acertos, o professor busca soluções para garantir o alcance dos objetivos que ainda não foram atingidos, retomando os conteúdos, planejando novas estratégias, buscando construir novos vínculos dos alunos com determinado saber.

Alternativa C: INCORRETA. A avaliação como medida tem fim nela mesmo, não deseja investigar o que o aluno aprendeu ou não aprendeu, apenas classificar através de uma dada média.

Alternativa D: INCORRETA. A avaliação diagnóstica objetiva traçar um perfil inicial do aluno, o que concede maior subsídio para a intervenção do professor no processo de ensino-aprendizagem, que poderá melhor adequar as suas estratégias em favor das necessidades do aluno.

Alternativa E: CORRETA. O processo avaliativo classificatório exclui o diagnóstico, a investigação, a subjetividade e o próprio processo de ensino e aprendizagem, pois está pautado na quantificação e tem fim nele mesmo, apenas classifica e exclui.

05. Questão

(IFBA - FUNRIO - 2014) Pode-se dizer que o portfólio é:

- (A) um instrumento de avaliação que permite a quantificação dos erros e acertos dos estudantes, sendo de grande valia para a atribuição das notas finais.
- (B) uma ferramenta de trabalho para o professor que pode utilizá-lo como um dossiê para comprovar as notas finais que cada estudante tirará.
- (C) eficiente na obtenção de dados acerca das aprendizagens dos estudantes, constituindo-se num conjunto despretensioso de tarefas realizadas ao longo do ano.

- Ⓓ usualmente utilizado nas salas de aula, propiciando trocas e *feedbacks* constantes entre professoras e alunos, posto que cada um elabora o seu.
- Ⓔ um dossiê da trajetória do estudante, constituindo-se em um instrumento de registro que propicia a memória dos processos de ensino e de aprendizagem.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Primeiro é importante dizer que como os métodos de ensino, os instrumentos de avaliação estão condicionados à concepção de cada professor.

Alternativa A: INCORRETA. Embora o portfólio seja um instrumento legítimo de avaliação e que pode ser quantificado ao final do processo, sua principal função é fazer o aluno e o professor perceberem os avanços e as necessidades do processo de ensinar e aprender.

Alternativa B: INCORRETA. O portfólio é uma ferramenta de trabalho também do aluno, e não tem fins de comprovação, mas sim de perceber os avanços alcançados e os retrocessos no percurso de ensino e aprendizagem.

Alternativa C: INCORRETA. É inegável a eficiência do portfólio como instrumento de coleta de dados na avaliação, porém, os objetivos, a escolha das atividades que vão integrar o documento, as intenções do seu uso não são despretensiosas, pois devem ser as que mais evidenciam os avanços do aluno.

Alternativa D: INCORRETA. As trocas entre os pares ocorrem, possibilitando a avaliação de todos os envolvidos no processo. Assim, o portfólio é um instrumento de avaliação do aluno, do professor, da aula, do processo de ensino e aprendizagem, contudo, ele é um instrumento do aluno.

Alternativa E: CORRETA. Esta proposta avaliativa possibilita ao aluno retomar as suas produções para analisá-las, perceber a sua forma e o seu compromisso com o aprender, bem como, seu envolvimento com o conteúdo. Sobre tudo, fomenta a autoavaliação, porque o aluno analisa a sua trajetória de aprendizagem. “O avaliar deve ser um acompanhar, um analisar, um pensar, um atender. Um momento de descanso para pensar no que viemos realizando, em como nos sentimos e o que estivemos fazendo” (Fernández, 2001, p. 39).

06. Questão

(IFNMG - FUNDEP - 2014) Para Sanmartí (2009), a avaliação não só mensura os resultados, como também condiciona o que e como se ensina, principalmente o que aprendem os estudantes e de que maneira o fazem. Sobre a avaliação, é **incorreto** afirmar que:

- Ⓐ ela tem como finalidade principal a regulação, tanto das dificuldades e erros dos alunos quanto do processo de ensino.
- Ⓑ é preciso diversificar os instrumentos de avaliação, pois qualquer aprendizagem contempla diferentes tipos de objetivos.
- Ⓒ a avaliação, compreendida como autoavaliação e coavaliação, constitui inevitavelmente o motor de todo o processo de construção do conhecimento.
- Ⓓ os instrumentos de avaliação podem ser bons ou maus, independentemente se são adequados ou não às finalidades de sua aplicação.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: É preciso estar atento ao que solicita a questão, bem como, os conceitos trazidos em cada consignam, como regulação ou mesmo os instrumentos de avaliação expostos.

Alternativa A: INCORRETA. A afirmativa está correta. A avaliação tem função de regular a atividade do aluno e do professor.

Alternativa B: INCORRETA. Os instrumentos de avaliação precisam estar a serviço dos objetivos de aprendizagem, e, por isso, devem ser diversificados.

Alternativa C: INCORRETA. A autoavaliação permite o diálogo sobre o processo de ensino-aprendizagem, e ajuda o aluno a tomar consciência do percurso da sua aprendizagem, se responsabilizando pelos seus avanços e necessidades.

Alternativa D: CORRETA. A afirmativa é incorreta visto que a escolha dos instrumentos é uma prerrogativa indispensável para garantir o sucesso do ato avaliativo. Eles são, acima de tudo, instrumentos de coleta de dados sobre o processo ensino-aprendizagem e precisam estar à serviço das finalidades da avaliação, adequando-se aos objetivos propostos no planejamento e atendendo aos critérios estabelecidos.

07. Questão

(INSS - FUNRIO - 2014) A mediação entre professores, conteúdos e alunos é uma condição para que a avaliação formativa aconteça. Nessa concepção, a avaliação possui a tarefa de:

- Ⓐ acompanhar a forma como o aluno aprende e orientar o professor para ajustar suas ações pedagógicas.
- Ⓑ selecionar os alunos que estão aprendendo para que se orientem no processo de aprendizagem.
- Ⓒ orientar os professores para que possam tomar decisões quanto à hierarquização das aprendizagens dos alunos.
- Ⓓ regular os processos de aprendizagem para que a escola possa formar as turmas por meio de mérito.
- Ⓔ ajudar na comparação das aprendizagens a partir dos processos de seleção e classificação que ela possibilita.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Todas as questões incorretas se referem à perspectiva classificatória da avaliação.

Alternativa A: CORRETA. A abordagem formativa pressupõe conhecer as diferentes fases de aprendizagem do aluno, suas formas de aprender e quais possibilidades de intervenções podem favorecer a aprendizagem.

Alternativa B: INCORRETA. A avaliação formativa não tem a pretensão de selecionar, mas de contribuir com o desenvolvimento do aluno. A avaliação meramente quantitativa limita-se a classificar e selecionar.

Alternativa C: INCORRETA. Mais uma vez, o enfoque a classificatório, noção que não se inclui na perspectiva formativa. Para Ribeiro (2011), avaliação formativa contribui com o desenvolvimento integral do aluno (ZABALA, 1998), o que envolve capacitá-los para aprender a aprender.

Alternativa D: INCORRETA. A formação de turmas por mérito valida a perspectiva da avaliação classificatória, seletiva e excludente. A avaliação formativa é reguladora, mas não possui essa finalidade de segregação, apresenta-se para o professor, como possibilidade de regular o seu ensino e a sua aprendizagem, bem como, a aprendizagem do aluno. Além disso, apresenta-se para o aluno como instrumento

que possibilita o desenvolvimento das suas competências metacognitivas, de suas competências de autoavaliação e também de autocontrole (FERNANDES, 2009).

Alternativa E: INCORRETA. A avaliação formativa não visa a comparação, nem tão pouco tem a intensão de selecionar ou classificar, estes pré-requisitos se enquadram perspectiva do exame. “Com os exames, o sistema de ensino e o educador tem em suas mãos um instrumento de poder, cuja autoridade pode ser exacerbada em autoritarismo; infelizmente, essa tem sido a tendência e a prática em nossas escolas. Com os exames em mãos, os educadores, representando o sistema social, no geral, têm se servido desse recurso para controlar disciplinarmente os educandos” (LUCKESI, 2005, p.17).

08. Questão

(PREF. URUAÇU/GO - IBGE - 2014) A Avaliação _____ apresenta indicações sobre conhecimentos, aptidões, interesses (ou outras qualidades do aluno). Determina a posição dos alunos no início de uma unidade de ensino, período ou ano, além das causas subjacentes de dificuldades de aprendizagem.

Marque a alternativa que representa o tipo de avaliação apresentada no enunciado da questão:

- Ⓐ Formativa.
- Ⓑ Somativa.
- Ⓒ Diagnóstica.
- Ⓓ Crítica.
- Ⓔ Cooperativa.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: As duas últimas alternativas não estão conceituadas como concepção de avaliação. Parecem ser usadas apenas para confundir o candidato.

Alternativa A: INCORRETA. A avaliação formativa engloba a avaliação diagnóstica, regulatória e somativa. Esse tipo de avaliação se preocupa em conhecer os processos de aprendizagem do aluno, contudo, não resume o seu trabalho ao início de um determinado período, mas abrange todo processo de ensino-aprendizagem.

Alternativa B: INCORRETA. A avaliação somativa visa sintetizar e apresentar os resultados do processo de ensino-aprendizagem ao final de determinado período (unidade, ano, ciclo). Ela fornece dados para que novos diagnósticos sejam feitos e as estratégias sejam planejadas.

Alternativa C: CORRETA. A avaliação diagnóstica tem objetivo de “[...] conhecer o que cada um dos alunos sabe, sabe fazer e é, e o que pode chegar a ser, saber fazer ou ser [...]” (ZABALA, 1998, p. 199). Ocorre no início de um período específico, pois norteia toda a prática pedagógica.

Alternativa D: INCORRETA. A criticidade é uma premissa de qualquer forma de avaliação que se preocupa com o desenvolvimento do processo de aprendizagem. No entanto, esta não se aplica como concepção de avaliação.

Alternativa E: INCORRETA. Toda forma de avaliação formativa tem caráter cooperativo, por entender que os sujeitos do processo são participantes ativos do ato avaliativo. Porém, a avaliação descrita na questão está demarcada por em tempo determinado, manifestando-se no início da atividade de ensino, a fim de possibilitar ao professor o conhecimento sobre o que os alunos sabem, para a partir desses dados, ajustar o trabalho pedagógico às necessidades educativas dos alunos.

09. Questão

(PREF. JUATUBA/MG - COSUPLAN - 2015) A avaliação é parte integrante do processo ensino-aprendizagem e proporciona apoio ao professor, contribuindo para a obtenção de produtos ou resultados de aprendizagem. As avaliações as quais o professor procede enquadram-se em três grandes tipos: avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Considerando as funções das avaliações, relacione cada uma das afirmativas dadas aos tipos de avaliação a seguir.

1. Diagnóstica.
2. Formativa.
3. Somativa.

() Busca a determinação da presença ou ausência de habilidades e pré-requisitos, bem como a identificação das causas de repetidas dificuldades na aprendizagem.

() Permite constatar se os alunos estão, de fato, atingindo os objetivos pretendidos, verificando a compatibilidade entre tais objetivos e os resultados efetivamente alcançados durante o desenvolvimento das atividades propostas.

() Visa informar ao professor e ao aluno sobre o rendimento da aprendizagem no decorrer das atividades escolares e a localização das deficiências na organização do ensino para possibilitar correção e recuperação.

() Determina o grau de domínio do aluno em uma área de aprendizagem, o que permite outorgar uma qualificação que, por sua vez, pode ser utilizada como um sinal de credibilidade da aprendizagem realizada.

A sequência está correta em:

- (A) 2, 2, 1, 3.
- (B) 1, 2, 2, 3.
- (C) 2, 1, 3, 1.
- (D) 3, 1, 3, 2.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: É importante salientar que a avaliação formativa engloba a avaliação diagnóstica e a somativa. Além disso, elas não ocorrem em períodos estanques, mas se colaboram em todo o processo.

Item 1: DIAGNÓSTICA. Avaliação inicial que concede dados para planejar o ato educativo, no sentido de traçar os objetivos, conteúdos e estratégias de aprendizagem baseadas na real situação dos alunos. Para HADJI (2001, p. 19), a avaliação diagnóstica “[...] identifica certas características do aprendiz e faz um balanço, certamente mais ou menos aprofundado, de seus pontos fortes e fracos.”

Item 2: FORMATIVA. Ocorre durante todo processo educativo e visa acompanhar o alcance dos objetivos propostos. Hadji (2001, p. 19) ressalta que a principal função da avaliação formativa é a de regular a atividade docente e discente. “Trata-se, portanto, de levantar informações úteis à regulação do processo de ensino-aprendizagem” (CHUEIRI, 2008, p. 58).

Item 3: FORMATIVA. Como o quesito anterior, acompanhar a aprendizagem para propor intervenções que visem melhorar o desempenho dos alunos, é função da avaliação formativa.

Item 4: SOMATIVA. A avaliação formativa “Esta se relaciona mais ao produto demonstrado pelo aluno em situações previamente estipuladas e definidas pelo professor, e se materializa na nota” (SORDI, 2001, p. 173). Sendo assim, a avaliação somativa se encarrega de realizar a síntese dos dados coletados.

Resposta: (B)

10. Questão

(PREF. MANDAGUARI/PR - FAUEL - 2015) Atualmente um dos maiores desafios dos professores está no processo de “avaliação”, pois mesmo sendo ratificado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, este processo ainda apresenta “falhas” na prática escolar. De acordo como embasamento legal, sobre a “avaliação”, podemos afirmar:

- (A) Deve ser classificatória, excludente.
- (B) Deve ser emancipadora, processual, contínua, com aspectos qualitativos sobre os quantitativos.
- (C) Deve ser formativa, somativa, com aspectos quantitativos sobre os qualitativos.
- (D) Deve ser semestral, cumulativa e classificatória, com prevalência quantitativa.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Para a LDB 9394/96, a Ed. Básica será organizada de acordo com algumas regras, entre elas, “[...] a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental” que pode ser feita: por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola; por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas; independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola; por progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino; poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares.

Alternativa A: INCORRETA. O embasamento legal é respalda a avaliação classificatória e aponta os caminhos, porém, visa incluir por meio de aceleração,

possibilidades de avanços, aproveitamento de estudos e obrigatoriedade de recuperação.

Alternativa B: CORRETA. Segundo a LDB 9394/96, a avaliação escolar deve ser “[...] contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Alternativa C: INCORRETA. Na lei não fica clara o caráter formativo da avaliação, porém, como já citado anteriormente, os aspectos qualitativos devem prevalecer sobre os quantitativos.

Alternativa D: INCORRETA. A lei não determina a periodicidade. Determina que deverá ser processual e cumulativa, sem prevalência do quantitativo.

11. Questão

(SEDUC/AM - FGV - 2014) As opções a seguir apresentam diretrizes sobre a avaliação no Ensino Fundamental, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Deve promover, facultativamente, períodos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo.
- (B) Deve utilizar instrumentos e procedimentos adequados à faixa etária e ao desenvolvimento do aluno.
- (C) Deve possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com defasagem entre a idade e a série.
- (D) Deve assumir um caráter processual, formativo e participativo.
- (E) Deve subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias a abordagens pedagógicas.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: O inciso I do artigo 32 da RESOLUÇÃO Nº 7, de 2010, que Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, sintetiza as respostas dessa questão: “I – assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, com vistas a: a) identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e detectar problemas de ensino; b) subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente; c) manter a família

informada sobre o desempenho dos alunos; d) reconhecer o direito do aluno e da família de discutir os resultados de avaliação, inclusive em instâncias superiores à escola, revendo procedimentos sempre que as reivindicações forem procedentes”.

Alternativa A: CORRETA. Esta é única opção incorreta visto que o documento prevê que os períodos de recuperação são obrigatórios e não facultativos, como determina a Lei nº 9.394/96;

Alternativa B: INCORRETA. O art. 32, das Diretrizes reza sobre os instrumentos de avaliação: “[...] utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando”.

Alternativa C: INCORRETA. Também no art. 32, está prevista aceleração para quem tem defasagem idade/série.

Alternativa D: INCORRETA. A ação pedagógica avaliativa prevista nas diretrizes deve “assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica”.

Alternativa E: INCORRETA. Essas decisões devem estar de acordo com as necessidades dos alunos, no sentido de intervir para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho do professor.

12. Questão

(SEDUC/AM - FGV - 2014) Com relação às políticas de avaliação, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Ocorreram inicialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra e se estenderam, ao longo da década de 1980, para outros países.
- () Baseavam-se, principalmente, na organização de sistemas de avaliação padronizada e diagnóstica para estudantes de diferentes níveis de escolaridade.
- () Na década de 1990 estavam centralizadas nas ideias das organizações internacionais como, por exemplo, a OCDE.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.

- (B) F, V e V.
(C) V, V e F.
(D) V, V e V.
(E) F, F e F.

Grau de Dificuldade



Item 1: VERDADEIRO. Inglaterra, em meados do séc. XIX e Estados Unidos, no final do séc. XIX, entre 1887 e 1898, foram percursores das políticas de avaliação, e acabaram por influenciar outros países, inclusive o Brasil.

Item 2: VERDADEIRO. “A avaliação, aos poucos, começa a desenvolver procedimentos ainda utilizados nos dias de hoje, como o survey, e instrumentos objetivos padronizados. Além disso, determinadas práticas ainda persistem, porque baseadas na obtenção de escores dos alunos como principal elemento para a avaliação da eficiência de programas educacionais, aliás, traço característico das avaliações realizadas no atual contexto brasileiro” (2014).

Item 3: VERDADEIRO. As políticas de avaliação ainda hoje são regidas pelas normas de órgãos internacionais.

Resposta: (D)

13. Questão

(SEDUC/AM - FGV - 2014) Com relação à avaliação e ao currículo por competências, analise as afirmativas a seguir.

- I. A avaliação é um processo orientado por normas e parâmetros de referência definidos como um conjunto de padrões válidos em diferentes ambientes produtivos.
- II. A função diagnóstica da avaliação tem como objetivo reconhecer se os estudantes alcançaram os resultados esperados.
- III. O currículo parte da análise de situações concretas e da definição das competências requeridas em situações específicas, recorrendo às disciplinas de acordo com a necessidade.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

- © se somente a afirmativa III estiver correta.
 ④ se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
 ⑤ se todas as afirmativas estiverem corretas.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. (PERRENOUD, 2000).

Assertiva I: CORRETA. A avaliação no currículo por competência se constrói a partir de definição de objetivos. Os critérios são o parâmetro para julgar e não a classificação.

Assertiva II: INCORRETA. A avaliação diagnóstica visa conhecer o que sabem os alunos para possuir subsídios para organizar a prática pedagógica.

Assertiva III: CORRETA. O currículo preza pela funcionalidade prática do conteúdo, a chamada transposição didática.

Resposta: ⑤

14. Questão

(SESI/PA - CONED - 2014) Preencha a lacuna com termo que corretamente lhe dá sentido:

“A Avaliação _____ permite ao professor detectar e identificar deficiências na forma de ensinar, auxiliando na reformulação do seu trabalho didático, visando aperfeiçoá-lo. Para que seja realizada com eficiência, ela deve ser planejada em função de todos os objetivos, deste modo o instrutor continuará seu trabalho ou irá direcionar de maneira que a maioria dos alunos alcance plenamente todos os objetivos propostos.”

- ① Diagnóstica
 ② Somativa
 ③ Formativa
 ④ Emancipatória
 ⑤ Seletiva

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A avaliação diagnóstica objetiva conhecer previamente como está o aluno, para a partir de então propor intervenções pertinentes.

Alternativa B: INCORRETA. A avaliação somativa se ocupa do processo final e apresenta a síntese dos resultados do processo de ensino e aprendizagem.

Alternativa C: CORRETA. A avaliação formativa integra uma prática de avaliação que visa desenvolver as aprendizagens, a partir de análises de atividades docentes e discentes.

Alternativa D: INCORRETA. A avaliação emancipatória inclui os conceitos de emancipação, decisão democrática, transformação e crítica educativa.

Alternativa E: INCORRETA. A avaliação seletiva não pretende repensar, nem reformular o trabalho pedagógico, e sim selecionar os ditos “mais aptos”.

15. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Para Maria Tereza Esteban, há na avaliação escolar uma necessidade de se compatibilizar com a concepção da aprendizagem enquanto um processo permanente e marcado por continuidades, rupturas, retrocessos. Entretanto, para a autora, os processos e resultados da avaliação escolar continuam profundamente marcados pela homogeneidade e pela estagnação, o que faz da avaliação, em muitos casos, um ato de julgar o outro.

Sendo a sala de aula um espaço marcado pela diversidade de saberes e desejos, pelo movimento, pela surpresa e pela desavaliação? Assim, Esteban afirma a necessidade de um processo avaliativo investigativo, contínuo e quer ordem, para que ou para quem serve esse modelo de espeite a diversidade.

Em contraponto a essa perspectiva, a avaliação homogênea se caracterizaria como um:

- ① processo contínuo e permanente, que leva em consideração a diversidade dos saberes em sala de aula;
 ② modelo avaliativo realizado pontualmente ao longo do ano e que mantém uma relação de respeito à diversidade;
 ③ processo avaliativo contínuo, permanente e preocupado com as diferentes formas de aprendizagem entre os alunos;

- Ⓓ modelo avaliativo marcado pela produção de resultados parciais que se unem organicamente e se complementam;
- Ⓔ modelo avaliativo marcado pela produção de resultados parciais e passíveis apenas de conclusões provisórias.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: A questão apresenta conflito entre os quesitos, portanto, o candidato deve estar atento a palavras ou expressões-chave que estão diretamente ligadas ao conceito de uma educação homogênea, “na qual todos se igualam por seu não-saber, por sua dificuldade de aprender, por serem irrequietos, desatentos” (ESTEBAN, 2001, p. 4). Assim, considera os alunos como iguais na maneira de pensar, aprender e agir, além de ter grande foco nos resultados.

Alternativa A: INCORRETA. A avaliação homogênea não se caracteriza pela continuidade, nem tão pouco considera a diversidade de saberes. Para ela só existe uma forma correta de saber, apenas uma verdade sobre determinado objeto.

Alternativa B: INCORRETA. A avaliação homogênea é pontual, mas não respeita a diversidade, seja ela, de saberes, de cultura, desenvolvimento ou de formas de aprender.

Alternativa C: INCORRETA. Essas características dizem respeito à um tipo de avaliação que pretende repensar o ato educativo, a avaliação homogênea não considera diferentes formas de aprender, pois concebe o processo de ensino como um ato reprodutivo.

Alternativa D: INCORRETA. Na perspectiva homogênea os resultados não se complementam, porque como a avaliação não é considerada um processo contínuo e sim um ato estanque, que ocorre de maneira pontual, e que privilegia sempre o resultado final.

Alternativa E: CORRETA. A avaliação que se preocupa com a heterogeneidade da classe não visa reconhecer o processo da aprendizagem, mas sim, os seus resultados.

16. Questão

(UFRB - FUNRIO - 2015) Miguel, aluno do 7º ano do Ensino Fundamental, apresenta sérios problemas em rela-

ção à sua postura em sala de aula: desrespeita os colegas, os professores, atrasa-se no início das aulas, não faz as tarefas solicitadas pelos professores, sai constantemente mais cedo, atende celular na sala de aula, etc. Apesar das inúmeras intervenções dos professores e coordenadores, esse aluno demonstra não compreender os limites estabelecidos. A escola tem um sistema de avaliação constituído por uma semana de provas ao final de cada bimestre, com notas de 0 a 10. Ao final do período, as notas são somadas e tira-se uma média. Mesmo com todas as questões apontadas acima, Miguel sempre tira notas máximas em suas provas, entre 8 ou 10, o que deixa os professores bastante insatisfeitos.

De acordo com a situação descrita, pode-se dizer que nessa escola, é preciso alterar:

- Ⓐ o currículo das áreas de conhecimento que não desperta a curiosidade dos estudantes.
- Ⓑ as práticas didáticas que se organizam uma vez a cada bimestre, durante uma semana.
- Ⓒ as abordagens das diferentes disciplinas como matemática, ciências, história ou geografia.
- Ⓓ os planejamentos pedagógicos do curso e de aula que parecem estar desvinculados da realidade.
- Ⓔ o sistema de normatização da avaliação que não favorece uma mudança de postura do estudante.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: É preciso estar atento ao que traz a questão, como foco principal, visto que, diante de uma avaliação mais aprofundada de cada quesito, teríamos outras respostas corretas, porque não é possível pensar o processo real de mudança da avaliação, sem modificar as concepções de ensinar e aprender, o que traz aí uma série de modificações: no currículo, nos planejamentos, nas práticas.

Alternativa A: INCORRETA. Mudar a forma de avaliar supõe uma mudança de concepção e consequentemente do currículo, porém, este não é o foco questão.

Alternativa B: INCORRETA. A mudança de concepção também perpassa pela mudança de práticas, mas não se manifesta na questão, a qual relata a avaliação como sendo pontual, ao final de cada bimestre, compiladas numa semana de provas.

Alternativa C: INCORRETA. Mais uma vez, é importante dizer que uma mudança de paradigma mexeria

com toda a estrutura do processo de ensino e aprendizagem, mas as abordagens das áreas específicas não estão descritas na questão.

Alternativa D: INCORRETA. A questão não tem foco no planejamento e sim na avaliação.

Alternativa E: CORRETA. O sistema de avaliação que preza pelo resultado final dos trabalhos da unidade não favorece o compromisso do aluno perante a sua aprendizagem. O aluno estuda apenas para conseguir a nota, e, provavelmente, não para aprender.

17. Questão

(UFRB - FUNRIO - 2015) Os testes de larga escala, amplamente difundidos no Brasil, a partir de programas de avaliação externa nos âmbitos municipais, estaduais e federais, tratam de avaliar:

- Ⓐ o desempenho dos estudantes.
- Ⓑ a aprendizagem dos alunos.
- Ⓒ o processo de ensino e aprendizagem.
- Ⓓ a eficiência dos professores.
- Ⓔ as escolas e seus processos didáticos.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Os testes de larga escala, conhecidos como avaliações externas tem a função de medir o desempenho dos estudantes.

Alternativa B: INCORRETA. Os testes de larga escala são incapazes de avaliar a aprendizagem, uma vez que são propostas homogêneas de avaliação.

Alternativa C: INCORRETA. Este também não é possível de ser avaliado com exames externos, visto que, um teste não é capaz de validar este processo.

Alternativa D: INCORRETA. A eficiência do professor não é foco das avaliações institucionais.

Alternativa E: INCORRETA. Os testes de larga escala mensuram o desenvolvimento dos estudantes, porém, classifica a escola, mas não os processos didáticos.

18. Questão

(UFRB - FUNRIO - 2015) O Artigo 24 da Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 indica, no seu inciso V, os critérios para a verificação do rendimento escolar.

Dentre os critérios apontados na Lei, não se verifica o seguinte:

- Ⓐ avaliação do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos e dos resultados de provas finais.
- Ⓑ possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.
- Ⓒ possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado.
- Ⓓ aproveitamento de estudos concluídos com êxito.
- Ⓔ obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Essa questão é incorreta, pois para a LDB, a “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” (Art. 24, Cap. 5).

Alternativa B: INCORRETA. A questão está correta, pois aceleração de estudos está prevista no parágrafo V da LBB 9394/96, que define critérios para a Avaliação.

Alternativa C: INCORRETA. No mesmo capítulo da alternativa anterior reza a questão da aceleração.

Alternativa D: INCORRETA. O aproveitamento de estudos também está previsto no cap. V, do art. 24.

Alternativa E: INCORRETA. A alternativa está correta, pois está previsto na lei que obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

19. Questão

(UFRB - FUNRIO - 2015) Quando um professor entra na sala de aula e diz – “Hoje, vamos fazer uma avaliação!” – essa fala possui um equívoco.

A fala correta seria:

- Ⓐ “Hoje, vamos fazer um teste”, porque o teste reflete todo o processo de aprendizagem do aluno.

- Ⓑ “Hoje, vamos fazer uma prova”, porque avaliação é um processo que acontece ao longo de todo o percurso de aprendizagem dos estudantes.
- Ⓒ “Hoje, vamos fazer alguns exercícios de avaliação”, porque os exercícios darão conta de avaliar o aluno integralmente.
- Ⓓ “Hoje, vamos fazer uma prova”, porque a prova é o instrumento que possibilita acompanhar o processo de avaliação.
- Ⓔ “Hoje, vamos fazer um relatório sobre o processo de aprendizagem”, porque só assim o professor pode acompanhar os conteúdos aprendidos pelos alunos.

Grau de Dificuldade



DICA DO AUTOR: A questão trata de um assunto fácil, porém, possui muitas pegadinhas que podem confundir o candidato, portanto, é importante saber que apenas um instrumento de avaliação, geralmente, não dá conta de avaliar o processo de aprendizagem. A não ser que o instrumento envolva outras atividades, como é o caso do portfólio, que engloba uma série de atividades que podem dar subsídios ao processo de avaliação, ou ainda o relatório, que descreve de maneira reflexiva tudo que de mais significativo ocorreu em determinado tempo.

Alternativa A: INCORRETA. Primeiro é preciso pensar sobre a diferença entre teste e prova. Teste, testa a aprendizagem; prova apresenta evidências sobre a aprendizagem, não há diferença. Ambos se configuram como um instrumento de coleta de dados, porém, não dá conta de refletir todos os processos, visto que, apenas um instrumento se torna ineficiente para avaliar objetivos conceituais/factuais, procedimentais e atitudinais. No caso do teste, geralmente abarca os conteúdos conceituais/factuais.

Alternativa B: CORRETA. A prova é apenas um instrumento que recolhe dados sobre o processo de ensino e aprendizagem. A avaliação é algo mais amplo, que vai refletir sobre os dados coletados a partir do instrumento, a fim de promover a melhoria do ato educativo.

Alternativa C: INCORRETA. Toda atividade pode se configurar em um instrumento de avaliação desde que tenham objetivos claros e critérios estabelecidos, inclusive os “exercícios”. Contudo, apenas um instrumento, é insuficiente para avaliar o aluno de forma integral.

Alternativa D: INCORRETA. A prova é um instrumento pontual, não permite o acompanhamento de todo o processo de ensino-aprendizagem.

Alternativa E: INCORRETA. O relatório é um instrumento legítimo de avaliação, e permite descrever o processo de ensino-aprendizagem, mas não é somente ele que permite acompanhar este processo.

20. Questão

(UNIFESP - VUNESP - 2014) Hoje existem dados de boa qualidade para descrever a estrutura e os resultados de todos os níveis do sistema educacional brasileiro. Tais informações são obtidas, principalmente, pelos mecanismos de avaliação adotados no Brasil.

A seguir, encontram-se relacionadas algumas das avaliações adotadas e algumas de suas características.

Avaliação	Características
1. Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.	a) O exame tem por objetivo fazer um diagnóstico da qualidade do ensino que os alunos de Educação Básica da rede estadual de São Paulo estão recebendo; participam da prova estudantes de 3.º, 5.º, 7.º e 9.º anos do Ensino Fundamental e de 3.ª série do Ensino Médio da rede estadual.
2. Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP.	b) Procura medir a capacidade dos jovens de 15 anos para usarem os conhecimentos que têm de forma a enfrentarem os desafios da vida real, em vez de simplesmente avaliar o domínio que detêm sobre o conteúdo do seu currículo escolar específico.
3. Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA.	c) Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores, é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni).

Avaliação	Características
	d) É um instrumento pedagógico, sem finalidades classificatórias, que fornece informações sobre o processo de alfabetização aos professores e gestores das redes de ensino.

A correta relação entre as avaliações e suas características é aquela expressa em:

- (A) 1-c; 2-a; 3-b
- (B) 1-b; 2-c; 3-d
- (C) 1-c; 2-d; 3-a
- (D) 1-a; 2-d; 3-c
- (E) 1-d; 2-c; 3-c

Grau de Dificuldade

Item 1: C. Refere-se ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que objetiva avaliar o desempenho do estudante ao fim da escola básica. Podem participar concluintes ou estudantes que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. Este exame é usado como critério de seleção do ProUni - Programa Universidade para Todos. Muitas universidades utilizam os resultados do ENEM como critério de seleção para o ingresso na universidade.

Item 2: A. Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP – Isso fica claro quando cita que o exame é um diagnóstico da qualidade do ensino que os alunos de Educação Básica da rede estadual de São Paulo. As outras alternativas descrevem avaliações a nível nacional.

Item 3: B. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA - é uma avaliação classificatória, “[...] aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em cada país participante há uma coordenação nacional. No Brasil, o PISA é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)”. Áreas do conhecimento cotidiano integram o rol das questões dessa avaliação.

Resposta: (A)

21. Questão

(UFCA/CE - CCV UFC - 2014) Entre as finalidades do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), apontadas pela Lei 10.861/2004, pode-se elencar:

- (A) promover o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior.
- (B) construir os parâmetros de autoavaliação do estudante do ensino médio público, com vistas à sua inserção automática no ensino superior.
- (C) elaborar, com base no planejamento estratégico, a missão e o plano de desenvolvimento das instituições públicas de ensino superior.
- (D) autorizar o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação e pós-graduação, em conformidade com o que exige a atual LDB (Artigo 72).
- (E) expandir a oferta do ensino superior público, prioritariamente nas regiões que apresentam maior distorção de formação em nível de graduação entre homens e mulheres.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. No art. 1º, § 1º estão definidas as finalidades da melhoria da qualidade da educação superior, entre elas, a descrita na questão: “[...] a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional” (BRASIL, 2004).

Alternativa B: INCORRETA. Não está previsto nesta lei parâmetros de autoavaliação de estudante do ensino médio público, tão pouco a sua inserção automática no ensino superior. Ela se destina a assegurar processo de avaliação dos cursos de graduação, do desempenho dos estudantes, ou seja, de instituições de educação superior.

Alternativa C: INCORRETA. A missão e o plano de desenvolvimento institucional deve ser apresentada em favor de mostrar o seu perfil das atividades,

curso, projetos e setores da instituição de ensino superior.

Alternativa D: INCORRETA. Esta lei prevê a constituição de parâmetros para o credenciamento e a renovação de credenciamento e reconhecimento de cursos de graduação.

Alternativa E: INCORRETA. A expansão da oferta só é citada na lei como finalidade de orientação deste processo.

22. Questão

(UNIFESP - VUNESP - 2014) A realização de uma avaliação de sistema com grande amplitude, como a SAEB, Prova Brasil, SARESP e outras, para ser efetiva, exige a construção de uma matriz de referência que dê transparência e legitimidade ao processo de avaliação, informando aos interessados o que será avaliado. Em relação à Matriz de Referência, é correto afirmar que:

- Ⓐ engloba todo o currículo escolar vigente no Brasil, estabelecendo o que deve ser aferido por meio do tipo de instrumento de medida.
- Ⓑ é o referencial curricular mínimo do que será avaliado em cada disciplina e série, informando as competências e habilidades esperadas dos alunos.
- Ⓒ são procedimentos, estratégias de ensino ou orientações metodológicas, determinando o conteúdo para o desenvolvimento do trabalho do professor em sala de aula.
- Ⓓ permitem diferenciar os alunos que conhecem o conteúdo e já desenvolveram as competências requeridas dos demais.
- Ⓔ fornecem o índice de dificuldade de cada questão, o que permite equilibrar as provas com questões de diferentes graus de dificuldade.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Não engloba todo o currículo, mesmo porque o currículo envolve elementos, práticas e culturas individuais da cada instituição de ensino, e que não é possível mensurar.

Alternativa B: CORRETA. Se refere a uma diretriz curricular a qual todas as escolas devem adotar como base para a construção dos seus currículos, por disciplina/ano.

Alternativa C: INCORRETA. Os procedimentos, estratégias de ensino, orientações metodológicas e conteúdos a serem ensinados são de responsabilidade da instituição de ensino. A matriz de referência cede as competências e habilidades que se espera em cada área e ano de escolaridade.

Alternativa D: INCORRETA. Não permite diferenciar os alunos, mas as escolas que ainda precisam desenvolver as competências propostas.

Alternativa E: INCORRETA. Esse não é o objetivo da matriz de referência. O seu objetivo é publicizar o que deve ser desenvolvido ao longo do processo de ensino-aprendizagem, para que as escolas tenham um parâmetro do que alcançou e/ou falta alcançar.

23. Questão

(PREF. CUIABÁ - FGV - 2015) As opções a seguir apresentam características do Sistema Nacional de Avaliação, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- Ⓐ Em 2005, o SAEB passou a ser composto pela Avaliação do Rendimento Escolar (ANRESC/Prova Brasil) e pela Avaliação Nacional de Educação Básica (ANEB).
- Ⓑ A Prova Brasil passou a ser aplicada para todas as escolas públicas com mais de 20 alunos, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo.
- Ⓒ A ANEB é amostral e dela participam as escolas privadas e as públicas.
- Ⓓ A Avaliação Nacional da Alfabetização é uma avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas.
- Ⓔ A Prova Brasil avalia os alunos em Matemática, Língua Portuguesa, Ciências e História.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Esta alternativa é correta, pois o Sistema de Avaliação da Educação Básica, de acordo com a Portaria n.º 931, de 21 de março de 2005, é composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica e pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar.

Alternativa B: INCORRETA. Alternativa está correta. A Prova Brasil é aplicada em escolas públicas que tenham no mínimo 20 estudantes matriculados no

quinto e no nono anos do ensino fundamental. Os resultados são publicados por escola/ município e por estados.

Alternativa C: INCORRETA. A alternativa está correta. A Aneb “[...] abrange, de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados na 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira” (INEP)

Alternativa D: INCORRETA. A alternativa está correta e trata na ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização, que objetiva avaliar o nível de alfabetização e letramento em Linguagem e Matemática, além das condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas.

Alternativa E: CORRETA. Esta alternativa é a incorreta, pois a Prova Brasil examina os alunos em Língua Portuguesa e Matemática.

24. Questão

(PREF. IBIPORA - UNICENTRO - 2016) Sua função é a verificação do processo de ensino aprendizagem, isto é, o que os alunos efetivamente aprenderam, sendo uma forma de acompanhar o desenvolvimento e refletir sobre a prática pedagógica.

Estamos nos referindo:

- (A) ao PPP.
- (B) a avaliação.
- (C) a aula expositiva e dialogada.
- (D) aos objetivos educacionais.
- (E) a concepção educacional.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: A questão parece restringir o ato de avaliar à ação de meramente verificar a aprendizagem, mas ao longo do contexto, propõe ação de avaliação.

Alternativa A: INCORRETA. A função do PPP é direcionar e fundamentar o trabalho da escola.

Alternativa B: CORRETA. A avaliação é uma possibilidade de conhecer sobre o que o aluno sabe, o que permite a reflexão sobre o processo de ensinar e aprender.

Alternativa C: INCORRETA. A função da aula expositiva e dialogada é comunicar um determinado conteúdo.

Alternativa D: INCORRETA. A função dos objetivos educacionais é nortear o trabalho pedagógico, ele está atrelado ao processo de avaliar, porém não tem a função de verificar a aprendizagem.

Alternativa E: INCORRETA. A concepção educacional fundamenta as práticas pedagógicas, inclusive as práticas avaliativas.

25. Questão

(IF/BAIANO - FUNRIO - 2016) “A democracia não é, absolutamente, a ditadura da maioria. Pelo contrário, ela pressupõe a proteção das minorias e a não reprodução de ideias que possam parecer afastar-se de padrões estabelecidos, que possam parecer absurdas (...).” (MORIN, E. Ética, cultura e educação. São Paulo: Cortez, 2001, p. 32)

Para que a avaliação seja mais democrática e inclusiva devemos então, tentar estabelecer com nossos alunos avaliações que não os coloquem afastados com padrões de respostas que pareçam absurdas como nos afirma Morin. Para considerarmos esse contexto de avaliação mais democrática, esta deve apresentar uma dimensão:

- (A) racionalista, utilizando padrões didáticos tradicionais e socialmente referendados.
- (B) tecnicista, valorizando a utilização de técnicas e métodos avaliativos tecnológicos.
- (C) culturalista, considerando os saberes e as diversidades culturais trazidas pelos alunos.
- (D) universalista, referendando unicamente os saberes do legado cultural da humanidade.
- (E) individualista, focando os resultados de cada aluno em cada faixa etária e disciplina escolar.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A concepção racionalista preza pelo domínio da razão e ao pensamento lógico.

Alternativa B: INCORRETA. A concepção tecnicista pode sugerir a ideia da educação fabril, que preza pelos resultados, desprezando assim, o processo e o contexto dos sujeitos que ensinam e aprendem.

Alternativa C: CORRETA. Essa afirmativa está correta pois uma das formas de valorização da democracia é reconhecer e considerar os contextos culturais dos alunos.

Alternativa D: INCORRETA. Considerando que cada sujeito é singular, ao valorizar apenas o legado cultural do conjunto social, deixa-se de reconhecer a subjetividade.

Alternativa E: INCORRETA. Ao contrário da alternativa D, esta afirmativa foca na individualidade e renega o caráter social da construção do sujeito que aprende.

26. Questão

(EMSERH - FUNCAB - 2016) A avaliação na educação infantil e no ensino fundamental é compreendida como um valioso instrumento para:

- I. o(a) professor(a) refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar às necessidades colocadas pelas crianças.
- II. o aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades.
- III. a instituição de ensino estabelecer suas prioridades para o trabalho educativo.
- IV. o(a) professor(a) definir critérios para planejar as atividades.
- V. conferir à educação o caráter de terminalidade.

Está correto apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) II e III.
- (E) I, II, III e IV.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. Tendo caráter processual e formativo, a avaliação, nestes níveis de ensino, possibilita a reflexão do ensino e da aprendizagem, visando ajustar o processo às necessidades do educando.

Assertiva II: CORRETA. Nestes níveis, a avaliação não interessa apenas ao professor, mas também ao aluno que é sujeito do seu processo de aprender. Portanto, ela deve possibilitar ao aluno a percepção das suas necessidades e avanços.

Assertiva III: CORRETA. A avaliação direciona o trabalho da instituição como um todo, direcionando os objetivos e as metas de aprendizagem.

Assertiva IV: CORRETA. De posse da avaliação, o professor tem subsídios para definir seus objetivos e critérios de aprendizagem.

Assertiva V: INCORRETA. A avaliação é um processo que não tem fim nela mesmo. Cada reflexão realizada em cima dos dados coletados, possibilita um repensar da ação educativa, que, posteriormente, será avaliação e assim suscetivelmente.

Resposta: (E)

27. Questão

(EMSERH - FUNCAB - 2016) Referente à Educação infantil: “[...] a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento de registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.” (Art. 31, BRASIL, 1996). A avaliação nessa etapa deve ser:

- (A) assistemática.
- (B) descontextualizada.
- (C) bimestral com provinha.
- (D) processual.
- (E) informal.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Toda avaliação, independente do nível de ensino, precisa de sistematização para ser coerente.

Alternativa B: INCORRETA. Configurada como descontextualizada, a avaliação perde seu caráter primordial, que é considerar o sujeito, e se restringe à mera verificação. Só considerando o produto e não o processo.

Alternativa C: INCORRETA. Ao delimitar o tempo e um único instrumento de avaliação (no caso da prova, avalia apenas conteúdos conceituais e factuais, não sendo apropriado para a Educação Infantil), o tempo de aprender se restringe e é possível que nem todas as crianças tenham a mesma evolução.

Alternativa D: CORRETA. O caráter processual não se limita à divisão de quantidades (pontos), soma de instrumentos etc., mas, à possibilidade do professor

e aluno tomarem consciência do que foi ensinado e aprendido, e a partir disso, planejar novas ações que culminem na aprendizagem significativa.

Alternativa E: INCORRETA. É importante entender que o acompanhamento do processo de aprendizagem sem o objetivo de promoção não significa a informalidade da avaliação. Esta, na educação infantil, está centrada no desenvolvimento integral da criança e não apenas no que se restringe ao seu cognitivo.

28. Questão

(EMSERH - FUNCAB - 2016) A concepção de avaliação atualmente defendida orienta que o(a) professor(a) realize a avaliação, na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de:

- I. análise das produções dos alunos.
- II. atividades específicas para avaliação.
- III. julgamentos sobre sucessos ou fracassos dos alunos.
- IV. notas, conceitos, estrelas, carimbos com desenhos de caras tristes ou alegres.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- (A) I, II e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) IV.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Essa questão não é difícil, apenas apresenta algumas distorções. Quando, no seu enunciado, ela cita: “A concepção de avaliação atualmente defendida [...]”, restringe as práticas avaliativas, na teoria, a práticas formativas, porém, não é isso que ocorre na realidade da maioria das escolas. Historicamente falando, avançamos nas discussões sobre concepções de ensino e aprendizagem, o que garante avanços no processo de avaliação, mas isso não significa dizer que outras concepções não mais existem nas práticas escolares, ou tenham ficado obsoletas. É preciso apenas ter claro que os obje-

tivos da avaliação vão apontar em que concepção esta se assenta, como os contrapontos da questão: quando se preocupa em considerar a atividade do aluno, com objetivos e critérios claros, no sentido de fazer intervenções na prática pedagógica, é uma prática avaliativa formativa que se fundamenta em uma pedagogia relacional; por outro lado, se o seu foco for a nota, os sucessos e fracassos do aluno, a avaliação está restrita à verificação, com foco apenas no produto, fundamentada numa pedagogia diretiva.

Assertiva I: CORRETA. Analisar as produções dos alunos permite ao professor repensar as suas práticas.

Assertiva II: CORRETA. As atividades avaliativas precisam ser selecionadas levando em conta os objetivos e os critérios de ensino propostos, além disso, precisam propiciar, ao professor e ao aluno, possibilidades de percepção dos avanços e necessidades.

Assertiva III: INCORRETA. A preocupação em julgar e classificar o aluno é uma característica da verificação e não da avaliação. A simples verificação se baseia na pedagogia tradicional.

Assertiva IV: INCORRETA. Mais uma vez, as características da questão se voltam para a verificação. Os símbolos caracterizam uma abordagem Behaviorista que preza pelo reforço positivo/negativo.

Resposta: (B)

29. Questão

(IF/BAIANO - FUNRIO - 2016) “A democracia não é, absolutamente, a ditadura da maioria. Pelo contrário, ela pressupõe a proteção das minorias e a não repressão de ideias que possam parecer afastar-se de padrões estabelecidos, que possam parecer absurdas (...)” (MORIN, E. Ética, cultura e educação. São Paulo: Cortez, 2001, p. 32).

Para que a avaliação seja mais democrática e inclusiva devemos então, tentar estabelecer com nossos alunos avaliações que não os coloquem afastados com padrões de respostas que pareçam absurdas como nos afirma Morin. Para considerarmos esse contexto de avaliação mais democrática, esta deve apresentar uma dimensão:

- Ⓐ racionalista, utilizando padrões didáticos tradicionais e socialmente referendados.
- Ⓑ tecnocrata, valorizando a utilização de técnicas e métodos avaliativos tecnológicos.
- Ⓒ culturalista, considerando os saberes e as diversidades culturais trazidas pelos alunos.
- Ⓓ universalista, referendando unicamente os saberes do legado cultural da humanidade.
- Ⓔ individualista, focando os resultados de cada aluno em cada faixa etária e disciplina escolar.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: É importante ressaltar que considerar os saberes e as diferentes culturas dos alunos não é negar a função social da escola, que deve subsidiar e sistematizar os conhecimentos historicamente construídos. Mas é inseri-los na cultura, perceber em que momentos, convergem e/ou divergem, afinal, conforme cita Santos (2005), todo conhecimento é autoconhecimento e o conhecimento é local e global.

Alternativa A: INCORRETA. A dimensão racionalista preza pelo domínio da razão, em detrimento a outros aspectos do homem e da sociedade. A escola tradicional tem suas bases fundadas nesta perspectiva.

Alternativa B: INCORRETA. A dimensão Tecnocrata preza por padrões definidos de eficácia e eficiência. Os que se mostram contrários aos padrões preestabelecidos, são marginalizados.

Alternativa C: CORRETA. A cultura é diversa, e, portanto, garante o respeito e a partilha de saberes e experiências culturais.

Alternativa D: INCORRETA. Ao prezar apenas por uma maneira de pensar e perceber o mundo, o universalismo restringe o saber do sujeito e tenta enquadrá-lo em uma única perspectiva.

Alternativa E: INCORRETA. Como algumas correntes anteriores, o individualismo forja a democracia e não aceita que o sujeito aprenda com o social.

30. Questão

(UFMA - UFMA - 2016) Ao abordar a didática na sala de aula ou a didática organizacional, depara-se com uma questão central, que é a avaliação. Os processos avaliativos, dependendo de sua intencionalidade, podem expressar-se em avaliações diagnósticas, avaliações de desempenho, avaliações de progra-

mas e avaliações institucionais, assim como podem utilizar abordagem quantitativa ou qualitativa e diferentes instrumentos para a coleta de informações.

Em relação às várias práticas avaliativas, analise as afirmativas a seguir, assinalando com F as falsas e com V as verdadeiras.

- () Necessitam de um referencial teórico ou matriz conceitual.
- () Seus instrumentos determinam os objetivos da avaliação.
- () Suas funções são definidas a partir dos sujeitos envolvidos.
- () Favorecem o processo de tomada de decisões após a análise dos dados.
- () Seus resultados não podem ser comunicados, são sigilosos.

Assinale a sequência CORRETA.

- Ⓐ V V F V F
- Ⓑ F V V F V
- Ⓒ F F V V V
- Ⓓ V F V V F

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. Toda e qualquer prática pedagógica, inclusive a avaliação, necessita ter fundamentos teóricos claros. São esses referenciais que delinearam as práticas.

Assertiva II: INCORRETO. São os objetivos que determinam o instrumento de avaliação. São eles que sinalizam qual instrumento será mais propício para que o sujeito possa levantar dados sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Assertiva III: CORRETO. São os sujeitos, suas concepções, posturas, aprendizagens, desenvolvimento que vão definir a função da avaliação.

Assertiva IV: CORRETO. Essa é a principal função da avaliação. Qualquer verificação tem um fim no produto, na nota, já a avaliação avança para refletir sobre os porquês e como será o processo a partir das análises realizadas.

Assertiva V: INCORRETA. Toda e qualquer avaliação precisa comunicar seus resultados, não com fim de desqualificar, como faz a verificação, mas com o in-

tuito de conhecer como aprende, quais caminhos foram percorridos para o alcance ou não de determinada meta.

Resposta: ①

31. Questão

(UFMA - UFMA - 2016) A avaliação educacional se configura como um momento importante da prática pedagógica. Marque a alternativa que não condiz com o pensamento atual sobre o processo avaliativo.

- ① A escola, os docentes, os discentes e os pais e/ou responsáveis necessitam da comprovação apenas quantitativa dos resultados do ensino e da aprendizagem para analisar e avaliar o trabalho desenvolvido.
- ② A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem.
- ③ A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à aplicação de provas, atribuição de notas e classificação dos alunos.
- ④ A avaliação cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar.
- ⑤ A avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o docente a tomar decisões sobre o seu trabalho.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Esta alternativa é incorreta porque toda a comunidade escolar precisa de mais que o resultado final para analisar o processo de ensino-aprendizagem. O foco da questão é o produto e não o processo.

Alternativa B: INCORRETA. Esta alternativa é correta, pois o trabalho do professor voltado para a avaliação constante, pode melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

Alternativa C: INCORRETA. A alternativa nega a verificação e aponta a complexidade da avaliação.

Alternativa D: INCORRETA. A função da avaliação vai além de verificar o rendimento escolar.

Alternativa E: INCORRETA. É como o professor qualifica a avaliação que vai subsidiar o processo de ensinar e aprender.

32. Questão

(IFAP - FUNIVERSA - 2016) Acompanhar as atividades, avaliando-as, leva à reflexão, com base em dados concretos, sobre como a escola se organiza para colocar em ação o seu Projeto Político-Pedagógico. Acerca da avaliação do PPP, assinale a alternativa correta:

- ① O processo avaliativo do PPP deve ser realizado apenas pelos educandos, pois são os maiores interessados na comunidade escolar.
- ② Os avaliadores que comungam das ideias de uma visão crítica analisam o PPP como algo estanque e desvinculado dos aspectos políticos e sociais.
- ③ A avaliação tem um compromisso amplo com a eficiência e eficácia das propostas colocadas no PPP, por isso deve ser rígida e decisória.
- ④ A avaliação do PPP, em uma visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar e se esforçar para propor ações alternativas.
- ⑤ Para que seja um processo válido, a avaliação do PPP deve ser realizada por avaliadores externos que não estejam envolvidos com os problemas locais.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETO. Conforme pontua Veiga (1996), ao discutir sobre a avaliação do Projeto Político-Pedagógico, toda a comunidade escolar deve participar do seu processo de avaliação. O PPP é um documento que revela as concepções, os anseios e objetivos que direcionarão as ações de toda a comunidade escolar, portanto, todos devem ser participativos na sua elaboração, execução e avaliação.

Alternativa B: INCORRETO. A perspectiva crítica analisa os elementos da escola atrelados a uma posição política e projetos de sociedade definidos. Sendo assim, os avaliadores do PPP que comungam das perspectivas críticas tendem a conceber esse documento como um elemento direcionador de práticas que explicitam, inevitavelmente, uma concepção de homem e um projeto de sociedade.

Alternativa C: INCORRETO. A avaliação do PPP deve possuir um sentido democrático e dialógico, o que implica um constante processo de revisão dos ele-

mentos contidos nesse documento. Conforme salienta Veiga (1996), a avaliação do PPP implica sempre tomada de decisões sobre os seus aspectos, com vistas a sua melhoria e constante revisão.

Alternativa D: CORRETO. Sob os pressupostos de uma análise crítica, a avaliação do PPP deve buscar conhecer a realidade escolar, e propondo um conjunto de ações alternativas mediante os problemas detectados.

Alternativa E: INCORRETO. A avaliação do PPP deverá ser realizada por todos os agentes que o vivenciam cotidianamente. Uma avaliação externa que não proporciona uma análise reflexiva nos sujeitos que concretizam as ações delineadas no PPP cotidianamente sobre os problemas enfrentados não contribui para o seu real sentido.

33. Questão

(IFAP - FUNIVERSA - 2016) A avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu consequente planejamento de ensino. Acerca da avaliação na perspectiva da construção do conhecimento, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ No PPP, devem estar descritas todas as formas de avaliação utilizadas pelos professores em sala de aula.
- Ⓑ A avaliação da aprendizagem é um processo diferente da avaliação do PPP, por isso não existe articulação entre as duas formas de avaliar.
- Ⓒ A avaliação da aprendizagem visa à verificação do conhecimento adquirido pelo estudante durante o processo de ensino e aprendizagem.
- Ⓓ Um dos princípios do PPP é a melhoria da qualidade do ensino, sendo que a avaliação da aprendizagem deve ser um dos instrumentos utilizados para identificar caminhos para que isso ocorra.
- Ⓔ Uma das tarefas do professor é conhecer o PPP para que possa direcionar suas ações pedagógicas, o que não interfere na forma de avaliar seus alunos.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETO. O documento que explicita todas as formas de avaliação desenvolvidas pelos professores no desempenho do trabalho pedagógi-

co é o plano de ensino, conforme assinala Vasconcelos (1989).

Alternativa B: INCORRETO. A avaliação da aprendizagem é, de fato, um processo que toma contornos diferentes da avaliação do PPP. Todavia, a avaliação da aprendizagem deve estar pautada em pressupostos explícitos no PPP.

Alternativa C: INCORRETO. A prática da avaliação da aprendizagem implica em tomadas de decisões sobre os resultados apresentados por meio de diferentes instrumentos de coleta de dados. Conforme sublinha Luckesi (2011), a avaliação da aprendizagem, no seu sentido emancipatório, deve ultrapassar a mera perspectiva de classificação dos estudantes.

Alternativa D: CORRETO. Conforme preconizado por Veiga (1996), o Projeto Político-Pedagógico deve objetivar sempre a melhoria da qualidade do ensino. Assim, a avaliação da aprendizagem se constitui importante mecanismo para diagnóstico desse processo, com vistas a sua mudança.

Alternativa E: INCORRETO. O professor deve conhecer o Projeto Político-Pedagógico da instituição em que atua. Somente assim poderá desenvolver um trabalho articulado aos pressupostos assumidos pela instituição e, consequentemente, desenvolver um trabalho coletivo junto à comunidade escolar.

34. Questão

(IFAP - FUNIVERSA - 2016) Cipriano Carlos Luckesi afirma que a avaliação, diferentemente da verificação, envolve ato que ultrapassa a obtenção de configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer ante ou com ele. A verificação é uma ação que “congela” o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto em uma trilha dinâmica de ação. De acordo com esse autor, é correto afirmar que o(a):

- Ⓐ objetivo da avaliação da aprendizagem é estabelecer uma classificação do educando, expressa em sua aprovação ou reprovação.
- Ⓑ avaliação tem como função aferir a aprendizagem à medida que tem servido para desenvolver o ciclo do medo por meio da ameaça da reprovação.
- Ⓒ verificação da aprendizagem visa à melhoria da qualidade e do nível de aprendizagem dos educandos.

- Ⓓ verificação se manifesta como um processo de compreensão dos avanços, dos limites e das dificuldades que os educandos estejam encontrando.
- Ⓔ maioria das escolas brasileiras opera com a verificação e não com a avaliação da aprendizagem.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Para Luckesi (2011), a avaliação da aprendizagem deve ultrapassar a mera classificação dos educandos, o que implica a tomada de decisões sobre os resultados apresentados por meio de exames ao longo do ano letivo. Os resultados apontados por meio de diferentes instrumentos de coletas de dados devem se constituir ponto de partida para o delineamento de atitudes sobre como garantir a aprendizagem dos estudantes.

Alternativa B: INCORRETO. A avaliação, no seu sentido emancipatório, deve constituir um importante momento para consolidar a aprendizagem dos estudantes. De acordo com Luckesi (2011), a avaliação emancipatória visa, acima de tudo, contribuir para que tal objetivo seja alcançado.

Alternativa C: INCORRETO. A mera verificação da aprendizagem, por meio de provas e exames, não contribui, de fato, para a melhoria da qualidade e do nível da aprendizagem dos estudantes. Os resultados apresentados por meio de testes e/ou avaliações constituem, de fato, uma atitude que pode contribuir para a garantia da qualidade da aprendizagem dos estudantes.

Alternativa D: INCORRETO. A mera verificação dos resultados de provas e exames não contribui, de fato, para a possibilidade de mudanças substanciais na efetivação da aprendizagem dos estudantes.

Alternativa E: CORRETO. De acordo com Luckesi (2011), a maioria das escolas brasileiras realizam, apenas, a verificação e não o processo de avaliação da aprendizagem. Avaliar implica uma tomada de decisão sobre os resultados apontados por meio de diferentes instrumentos de coleta de dados, o que não tem acontecido em muitas instituições educacionais que utilizam dos resultados apresentados nas avaliações para, meramente, classificar os estudantes como aprovados e/ou reprovados.

35. Questão

(IFSUL/MG - EFSUL/MG - 2016) Conforme amplamente documentado na literatura, o Provão nasce no âmbito de globalização e neoliberalismo, em que o ensino superior é caracterizado por massificação e diversificação, por um lado, e maior autonomia institucional, por outro. Neste contexto, o estado, tanto no Brasil como no exterior, buscando conter despesas públicas e valorizando o mercado como mecanismo de alocação de recursos escassos, inicia uma política de “gerenciamento à distância”, garantindo qualidade e responsabilidade social através de processos de avaliação em lugar dos de intervenção e de controle direto. A partir da década de 80, no cenário internacional, um modelo geral de avaliação de ensino superior começa a emergir, caracterizado pela combinação de autoavaliação e avaliação externa realizada por pares (BILLING, 2004). Embora este modelo não tenha se manifestado uniformemente, variando de acordo com as características específicas dos diversos contextos nacionais, é interessante observar que, dentre, aproximadamente, 40 países para os quais existem estudos na literatura disponível, apenas o Brasil adotou o uso de um exame nacional de cunho obrigatório. VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V.; SOARES, J. F. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ. [online], vol. 14, n. 52, p. 293, 2006. A Lei n. 10.861/2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e definiu que a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação:

- Ⓐ Do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.
- Ⓑ Do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.
- Ⓒ Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Prova Brasil.
- Ⓓ Do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETO. O ENADE avalia o rendimento de estudantes ingressantes e concluintes de cursos de graduação no Brasil.

Alternativa B: INCORRETO. O IDEB foi criado pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tendo por objetivo medir a qualidade do ensino na Educação Básica no Brasil.

Alternativa C: INCORRETO. A prova Brasil é direcionada a alunos dos 5º e 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública e privada de ensino. Sendo assim, visa avaliar o rendimento da Educação Básica no Brasil.

Alternativa D: INCORRETO. O ENEM é instrumento de avaliação da qualidade do Ensino Médio no Brasil. Mais recentemente, este exame tem servido como instrumento de ingresso de estudantes no Ensino Superior, por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU.

36. Questão

(IFSUL/MG - EFSUL/MG - 2016) Do ponto de vista teórico, muitas são as formulações que tratam da avaliação. No ambiente educacional, ela compreende três dimensões básicas: I – Avaliação da aprendizagem; II – Avaliação institucional interna e externa; III – Avaliação de redes de Educação Básica. É a concepção de educação que deve fundamentar as dimensões da avaliação e das estratégias didático pedagógicas a serem utilizadas. Essas três dimensões devem estar previstas no projeto político-pedagógico para nortear a relação pertinente que estabelece o elo entre a gestão escolar, o professor, o estudante, o conhecimento e a sociedade em que a escola se situa. (BRASIL, PARECER CNE/CEB n. 7/2010, p. 47). Qual definição de avaliação institucional está em consonância com o Parecer CNE/CEB n/ 7/2010?

Ⓐ A avaliação institucional externa, promovida pelos órgãos superiores dos sistemas educacionais, inclui, entre outros instrumentos, pesquisas, provas, tais como as do SAEB, Prova Brasil, ENEM e outras promovidas por sistemas de ensino de diferentes entes federativos, dados estatísticos, incluindo os resultados que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e/ou que o complementem ou o substituam, e os decorrentes da supervisão e verificações in loco.

Ⓑ A avaliação de redes de Educação Básica é periódica, feita pela própria escola, de forma democrática e engloba os resultados da avaliação institucional. Esses dados são analisados pela equipe escolar, no intuito de identificar as fragilidades a serem melhoradas. Essas informações não são divulgadas para a sociedade para que não se crie uma competição entre escolas e sistemas.

Ⓒ A validade da avaliação institucional externa está na sua função diagnóstica, liga-se à aprendizagem, possibilitando o aprendiz a recriar, refazer o que aprendeu, criar, propor e, nesse contexto, aponta para uma avaliação global, que vai além do aspecto quantitativo, porque identifica o desenvolvimento da autonomia do estudante, que é indissociavelmente ético, social, intelectual.

Ⓓ A avaliação na Educação Infantil é realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, com o objetivo de promoção, mesmo em se tratando de acesso ao Ensino Fundamental.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETO. A consigna torna-se verdadeira ao corroborar com o que está disposto.

Alternativa B: INCORRETO. Ao colocar em relevo que a avaliação da Educação Básica deve ser realizada pela própria escola, a consigna torna-se incorreta. Além disso, os resultados dessas avaliações realizadas devem ser divulgados para a sociedade, mediante o princípio da transparência.

Alternativa C: INCORRETO. A avaliação institucional deve estar voltada para a análise do clima organizacional da instituição e outros aspectos que a comprometem. Portanto, a consigna torna-se incorreta mediante as questões focalizadas no excerto que passam a ser o processo de aprendizagem dos alunos.

Alternativa D: INCORRETO. Conforme preconizado pela LDB 9394/96, art. 31, inciso 1, a avaliação na Educação Infantil deve ser realizada mediante o acompanhamento e registro de desenvolvimento das crianças. Contudo, essa avaliação não tem sentido de promoção, mesmo que para o acesso desse sujeito ao Ensino Fundamental.

37. Questão

(PREF. DE GOIÂNIA - UFG - 2016) Leia o excerto: O que pretende introduzir é a perspectiva da ação avaliativa como uma das ações pela qual se encorajaria a reorganização do saber. Ação, movimento, provocação, na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa. Professor e aluno buscando coordenar seus pontos de vista, trocando ideias, reorganizando-as. HOFFMANN, Jussara M.L. Avaliação: mito e desafio - uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Educação e realidade. 1991.

Neste excerto, a autora apresenta um conjunto de ideias

que se refere ao paradigma da avaliação:

- (A) Classificatória.
- (B) Reproiativa.
- (C) Mediadora.
- (D) Diagnóstica

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A avaliação classificatória busca, somente, classificar os estudantes como aprovados e/ou reprovados. O que não está coerente com os elementos sinalizados no excerto supracitado.

Alternativa B: INCORRETA. A avaliação reprovativa busca, meramente, reprovar ou aprovar os estudantes, sem tomar uma ação efetiva sobre os dados apresentados por meio de diferentes instrumentos de coleta de dados. Este aspecto é contraditório com os aspectos propostos no excerto supracitado.

Alternativa C: CORRETA. O excerto vai ao encontro dos pressupostos da avaliação mediadora, preconizada no Brasil por Hoffman (2010). Essa perspectiva de avaliação busca auxiliar e contribuir com a consolidação da aprendizagem dos estudantes ao longo do processo avaliativo. O conceito de mediação, proposto pela autora supracitada, está ancorado nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky.

Alternativa D: INCORRETA. A avaliação, no seu sentido diagnóstico, deve buscar fazer o levantamento da situação em que se encontram os estudantes.

38. Questão

(PREF. DE ITAQUITINDA/PE - 2016) No contexto de uma educação para a diversidade, alguns princípios devem nortear a prática de ensino, uma vez que possibilitam a aprendizagem em qualquer contexto educacional. Dentre estes princípios temos:

- I. Negociação de objetivos.
- II. Práticas homogeneizadoras.
- III. Colaboração e apoio mútuo.
- IV. Avaliação permanente.
- V. Aprendizagem ativa e significativa.

Estão corretas:

- (A) III, IV e V.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, III, IV, V.
- (D) III e IV.
- (E) Todas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETO. A referida assertiva torna-se incorreta, pois não contempla os aspectos sinalizados no item I sobre a negociação de objetivos.

Alternativa B: INCORRETO. A referida assertiva torna-se incorreta, pois não contempla os aspectos sinalizados no item I sobre os princípios de uma aprendizagem ativa e significativa.

Alternativa C: CORRETO. A assertiva está correta, pois a configuração de práticas homogeneizadoras não está coerente com os princípios de uma educação que contemple as diversidades.

Alternativa D: INCORRETO. A alternativa torna-se incorreta por não contemplar outros aspectos sinalizados na consigna e que, certamente, têm implicações na configuração de práticas que colaborem para a diversidade.

Alternativa E: INCORRETO. O item II da consigna supracitada leva-nos a afirmar que a proposta de que todas as alternativas estão corretas é inválida, por ferir princípios básicos do trabalho pautado na valorização das diversidades.

39. Questão

(PREF. DE MATOZINHOS/MG - FUMARC - 2016) Dentro do ambiente escolar, a avaliação da aprendizagem vem sendo objeto de constantes estudos, com variados enfoques de tratamento, abordada em todos os segmentos internos e externos do contexto escolar. Cada uma das atividades ou tarefa que configura os conteúdos de aprendizagem no processo de ensino, são referenciais funcionais para avaliar e acompanhar os avanços dos alunos. Segundo Antoni Zabala (1998), a avaliação dos conteúdos está conforme sua tipologia, ou seja, avaliação dos conteúdos factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais, cada qual com suas características. Numere os parênteses considerando o seguinte critério:

1. Avaliação de conteúdos conceituais.
2. Avaliação de conteúdos factuais.
3. Avaliação de conteúdos procedimentais.
4. Avaliação de conteúdos atitudinais.

() Conteúdo traduzido em conhecimento de acontecimentos, situações, dados e fenômenos concretos e singulares, como, por exemplo, a idade de uma pessoa, a localização ou altura de uma montanha, nomes de acontecimentos históricos, etc.

() Nas provas escritas, é conveniente propor problemas e exercícios que não correspondam ao tema que se está trabalhando, incluir problemas de temas anteriores e outros que ainda não tenham sido trabalhados.

() Esses conteúdos implicam saber fazer, e o conhecimento sobre o domínio deste saber fazer só pode ser verificado em situações de aplicação desses conteúdos.

() A fonte de informação para conhecer os avanços na aprendizagem desses conteúdos é a observação sistemática de opiniões e das atuações nas atividades grupais, nos debates, nas atividades esportivas etc.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) 1 - 4 - 2 - 3
- (B) 2 - 1 - 3 - 4
- (C) 3 - 1 - 2 - 4
- (D) 4 - 2 - 1 - 3

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETO. A sequência proposta não estabelece relação entre conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais de forma coerente.

Alternativa B: CORRETO. A sequência estabelecida estabelece uma correta relação com a tipologia de conhecimentos, proposta por Zabala (1998).

Alternativa C: INCORRETO. A sequência não estabelece relação entre conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais de forma coerente.

Alternativa D: INCORRETO. A sequência não estabelece relação entre conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais de forma coerente.

40. Questão

(IFBA - FUNRIO - 2014) Pode-se dizer que o portfólio é:

(A) um instrumento de avaliação que permite a quantificação dos erros e acertos dos estudantes, sendo de grande valia para a atribuição das notas finais.

(B) uma ferramenta de trabalho para o professor que pode utilizá-lo como um dossiê para comprovar as notas finais que cada estudante tirará.

(C) eficiente na obtenção de dados acerca das aprendizagens dos estudantes, constituindo-se num conjunto desprezível de tarefas realizadas ao longo do ano.

(D) usualmente utilizado nas salas de aula, propiciando trocas e *feedbacks* constantes entre professores e alunos, posto que cada um elabora o seu.

(E) um dossiê da trajetória do estudante, constituindo-se em um instrumento de registro que propicia a memória dos processos de ensino e de aprendizagem.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O portfólio, enquanto instrumento de avaliação numa perspectiva dialógica e transformadora, busca, acima de tudo, contribuir para a efetivação do processo de aprendizagem, sob uma perspectiva qualitativa.

Alternativa B: INCORRETA. Torna-se incoerente a utilização do portfólio por parte do professor como um instrumento que busque, apenas, atribuir notas fi-

nais para os estudantes. Este instrumento de coleta de dados se insere numa perspectiva de avaliação formativa, devendo colaborar para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem.

Alternativa C: INCORRETA. A consigna torna-se incorreta quando pontua que as atividades do portfólio constituindo-se num conjunto desprezível de tarefas realizadas ao longo do ano.

Alternativa D: INCORRETO. A utilização do portfólio deve ultrapassar a mera perspectiva de que cada estudante elabore o seu. Torna-se necessário um trabalho colaborativo e de ajuda mútua entre professor e aluno na sua elaboração.

Alternativa E: CORRETO. O portfólio, enquanto instrumento de coleta de dados que se insere numa perspectiva de avaliação mediadora e formativa é um importante registro para a memória dos processos de ensino e aprendizagem.

Alternativa D: INCORRETO. A concepção de ensino e aprendizagem baseada nos pressupostos mecanicistas não encontra respaldo com um processo de avaliação diagnóstico.

Alternativa E: CORRETO. Sob os pressupostos de uma concepção de aprendizagem que concebe o conhecimento como algo quantificável, a avaliação da aprendizagem toma os contornos de uma atitude meramente classificatória.

41. Questão

(IFBA - FUNRIO - 2014) Avaliar não é medir. A avaliação envolve um processo maior do que lançar notas, quantificar erros e acertos. A concepção de ensino e aprendizagem que compreende o conhecimento como algo quantificável, tende a conceber a avaliação como um processo:

- (A) Formativo.
- (B) Qualitativo.
- (C) Investigativo.
- (D) Diagnóstico.
- (E) Classificatório.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETO. A avaliação formativa está atrelada aos pressupostos de uma concepção de ensino e aprendizagem que valoriza a produção dos alunos, seus conhecimentos prévios e sua própria autoria.

Alternativa B: INCORRETO. É incoerente pressupor que a concepção de ensino e aprendizagem que compreende o conhecimento como algo quantificável conceba a avaliação da aprendizagem em uma perspectiva qualitativa.

Alternativa C: INCORRETO. A proposta não se enquadra nos pressupostos de uma avaliação quantificável.

A aprendizagem se desenvolve em um contexto social, caracterizado, entre outros aspectos, pela diversidade das experiências e dos conhecimentos dos diferentes atores, e, a avaliação é um elemento primordial neste processo de aprendizagem.

Em primeiro lugar, é preciso diferenciar avaliação de exame: Com os exames, o sistema de ensino e o educador tem em suas mãos um instrumento de poder, cuja autoridade pode ser exacerbada em autoritarismo; infelizmente, essa tem sido a tendência e a prática em nossas escolas. “Com os exames em mãos, os educadores, representando o sistema social, no geral, têm se servido desse recurso para controlar disciplinarmente os educandos” (LUCKESI, 2005, p.17). O exame tem fim em si mesmo, cabe a ele aprovar ou reprovar, julgar se aprendeu ou não, não se preocupam em tratar os dados coletados, apenas atribuir uma nota, um resultado final. Tem, portanto, função classificatória, excludente.

Já a avaliação é acolhedora, vê o instrumento como meio de coletar dados que possam qualificar

a aprendizagem e não como mero momento de atribuir uma nota. Os resultados são diagnósticos para o planejamento de novas ações pedagógicas. Nessa configuração, avaliar é mais que medir. É nessa perspectiva que a práxis pedagógica acontece.

Antes de discutir sobre qualquer prática avaliativa, é imprescindível refletir sobre as concepções de educação, de sociedade, de ensino e aprendizagem, de sujeito. Toda prática docente, e a prática avaliativa está inclusa nela, está fundamentada em uma concepção de ensino e aprendizagem. Toda prática avaliativa é carregada de uma concepção, que fala sobre que tipo de aluno queremos, que tipo de professor somos, como são considerados os saberes, como concebemos a aprendizagem, conforme figura abaixo.

Cada uma dessas pedagogias delinea uma prática, uma avaliação e uma postura que se relaciona epistemologicamente com uma ideia, um valor, uma teoria.

Concepção de educação x avaliação



Figura 1

Na perspectiva da Pedagogia Diretiva, o conhecimento é detido pelo professor. Cabe ao aluno “absorver” o conteúdo e reproduzi-lo na prova, para a partir daí o professor atribuir uma nota, aprovando ou não este sujeito.

Partindo de uma concepção que valoriza o papel dos sujeitos que ensinam e aprendem, na interação com o outro, com a sua cultura e com os diversos recursos que lhe são disponibilizados, a avaliação não se restringe à sua função somativa, uma vez que, o que se deseja são as melhorias no processo de en-

sinar e aprender, e não apenas ter foco no resultado estanque deste processo. Nesse caso, a avaliação formativa assume um caráter de mediar a melhoria dos processos pedagógicos, traçando um diagnóstico, refletindo ações e intervenções, sem, é claro desconsiderar a síntese de todo o processo que se constitui em um resultado. Para Esteban (2001), é investigando o processo de ensino-aprendizagem, que o professor redefine o sentido da sua prática. É essa investigação e redefinição que garante à atividade avaliativa, o seu caráter formativo.



Figura 2

Nesse sentido, a avaliação formativa não despreza os objetivos de ensino, mas visa, ao longo do processo, realizar intervenções que possam subsidiar melhores aprendizagens. Para Perrenoud, “para haver essa ação coletiva o professor acompanha individualmente as intervenções, atendendo os alunos

de forma particular, vigiando-os de perto, procurando auxiliá-los com certa frequência, dando explicações extras, orientando-os para alguns recursos de apoio [...] e outras estratégias” (PERRENOUD, 1999, p. 79). Dessa forma, a avaliação formativa pode ser sintetizada pelo processo descrito na figura abaixo:

Avaliação formativa



Figura 3

É um ciclo que se inicia com um diagnóstico da realidade, o que dá subsídio para a construção de um planejamento prévio sobre a ação a se desenvolver e posteriormente, avaliada. Essa avaliação permite refletir não apenas sobre as aprendizagens do aluno, mas, sobretudo, sobre todo o processo de trabalho realizado, a fim de, mais uma vez, replanejar, no sentido de buscar melhorias no ato educativo.

Assim, a avaliação diagnóstica – visa perceber o que o aluno já sabe, para direcionar a ação pe-

dagógica; a avaliação formativa – tem a intensão de mediar as ações no processo de ensino e aprendizagem; e a avaliação somativa apresenta uma síntese dos dados coletados ao final do processo. De todo modo, elas não acontecem de maneira fracionada, acontecem em uma práxis e não tem fim em si mesma, sobretudo porque a avaliação somativa já traça um diagnóstico para a próxima ação formativa, conforme exposto na figura 4.

Os processos não são dissociados

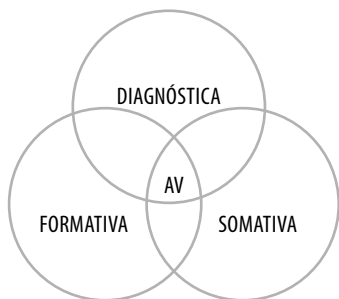


Figura 4

Na perspectiva da avaliação formativa, todos os sujeitos tem o potencial para aprender, precisa apenas de mediações que favoreçam a aprendizagens,

e, essas mediações só podem ser efetivas a partir de uma avaliação consistente e justa. “Construir a avaliação da aprendizagem requererá a relação educador/educando exige o processo avaliativo mediador, que, por sua vez, só sobrevive por meio do resgate à sensibilidade, do respeito do outro, da convivência e de procedimentos dialógicos e significativos” (HOFMANN, 2005, p. 15).

No processo avaliativo, é preciso considerar muitos elementos, primeiro ter clareza dos objetivos de aprendizagem, são eles que norteiam as tomadas de decisões sobre o que, quando avaliar e que instrumentos utilizar. O critério é outro elemento indispensável, pois, permite que o avaliador seja mais justo, ao passo que, possibilita ao avaliado saber sobre o que está sendo avaliado.

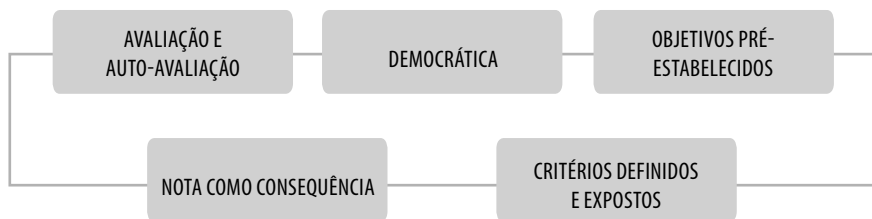


Figura 5

É possível perceber na figura 5 que a avaliação formativa é democrática, porque considera a posição do aluno e do professor como integrantes de um mesmo processo.

A escolha do instrumento de coleta de dados também é imprescindível, uma vez que, são eles que mostraram os resultados que se espera. Hoffmann (2001, p. 118 – 119) destaca que “quando me refiro a instrumentos de avaliação, estou falando sobre testes, trabalhos e todas as formas de expressão do aluno que me permitam acompanhar o

seu processo de aprendizagem – tarefas avaliativas. Os instrumentos de avaliação são registros de diferente natureza” (HOFFMANN, 2001, p. 118 e 119). Ou seja, qualquer atividade sistematizada que possui um objetivo claro e critérios contundentes pode se configurar como atividade avaliativa, desde que os alunos também se apropriem dela como avaliação. Portanto, o que garante a validade do instrumento é a sua pertinência com o objetivo proposto – conteúdos de aprendizagem; e, sobretudo, o que será feito com os resultados obtidos.



Figura 6

Ao contrário do exposto na figura 6, em uma avaliação quantitativa, o instrumento avaliativo se reduz à nota, ao resultado. Configura-se como um exame. Ao contrário, no processo da avaliação formativa, o instrumento é qualificado, ou seja, os

dados coletados servem de base para repensar o processo de ensino e aprendizagem, para perceber que objetivos foram alcançados e que outros tantos precisam ainda ser aprendidos.

Um dos instrumentos mais comuns no processo de avaliação formativa é o portfólio. O portfólio deve ser compreendido como um termômetro do progresso de cada aluno, do trabalho pedagógico de uma turma própria atuação do docente.

Ele é de uma reflexão fundamentada pelo próprio aluno, que de posse de seu processo de aprendizagem observa-o, interage e reconstrói o seu conhecimento. O portfólio deve conter: as produções individuais e coletivas do aluno, por ele selecionadas, com a ajuda do professor; os comentários do professor acerca do progresso e das necessidades que se apresentarem. Enfim, é uma coleção de atividades desenvolvidas durante o processo de aprendizagem.

No que tange a legislação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, em seu artigo 24, destaca as regras da avaliação para a educação básica, nos níveis fundamental e médio. Essas regras, embora tratem a avaliação como processo contínuo, regem pela classificação, promoção e verificação do rendimento escolar:

“II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita: a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola [...]; c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela

escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino; III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino; [...]”.

“V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos; [...]”.

Pode-se perceber, nos itens citados, a contradição entre avaliação como medida e uma tentativa, ainda sem muitos parâmetros, de pensar uma avaliação formativa, quando trata de avaliação contínua.

A avaliação depende da postura adotada pelo educador



É perceptível o quanto a legislação ainda está presa às amarras da concepção tradicional, embora trate de avaliação contínua e processual, continua voltada para a classificação e com foco nos resultados.

Existem ainda outros pontos na LDB 9394/96 que causam interpretações errôneas sobre a avaliação, é o caso, por exemplo, da recuperação e da progressão continuada, esta última geralmente confundida como aprovação automática. A progressão continuada está ligada à organização da escola por ciclos de aprendizagens, e não mais por séries, o que permite organizar os objetivos de aprendizagem em um maior tempo de aprendizagem. Isso não significa abandonar o aluno a sua própria sorte, os objetivos precisam ser cumpridos em cada etapa do ciclo e repensados a cada nova fase.

São muitos os mitos que cercam a avaliação, principalmente, aqueles mais sedimentados na perspectiva tradicional de avaliação. O fato é que este é um processo imprescindível no ato educativo e precisa ser encarado de outras formas, de maneira a contribuir com o ensino e aprendizagem e não apenas se configurar como resultados estanques desse longo e fascinante processo de aprender.

REFERÊNCIAS

1. SAUL, Ana Maria. Referenciais freireanos para a prática da avaliação. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, n. 25, p. 17-24, novembro 2008.
2. DEPRESBITERIS, Lea. Avaliação educacional em três atos. 2ª ed., SP: Editora SENAC São Paulo, 2001.
3. ESTEBAN, Maria Teresa. (org.) Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 3ª ed. RJ: DP&A, 2001.
4. HOFFMANN, Jussara: o jogo do contrário em avaliação, Porto Alegre: Mediação, 2005.
5. Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtiva, 12 ed. Porto Alegre, Educação e Realidade, 1993.
6. Avaliar para promover: as setas do caminho, Porto Alegre: Mediação, 2000.
7. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática, 2ª Ed. rev. – Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2005.
8. MORETTO, Vasco Pedro. Prova: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas. RJ: DP&A, 2001.
9. PERRENOUD, Philippe. Avaliação: Da Excelência à Regulação das Aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Arte Médicas Sul, 1999.
10. TENÓRIO, Robinson Moreira; VIEIRA, Marcos Antonio. Avaliação em educação como hermenêutica à luz de argumentos possíveis entre Sartre e Freire. IN: Avaliação e sociedade: a negociação como caminho. Salvador: EDUFBA, 2009.
11. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.
12. HOFFMAN, J. Avaliação: mito e desafio. Editora Mediação, São Paulo, 2010.
13. LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.
14. VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. Libertad Editora, 2007.
15. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul LTDA, 1998.
16. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Técnicas de ensino: por que não? Campinas, SP: Papirus, 1996.
17. DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas e reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.
18. CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. Avaliação e processo de ensino-aprendizagem. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 3, p. 53-61, set./out. 1997.
19. 1997.
20. PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das
21. aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
22. FERNANDES, Domingos. _____. Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: EdUNESP, 2009.
23. DEPRESBITERIS, Lea. Avaliação educacional em três atos. 2ª ed., SP: Editora SENAC São Paulo, 2001.
24. ESTEBAN, Maria Teresa. (org.) Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 3ª ed. RJ: DP&A, 2001

25. HOFFMANN, Jussara: o jogo do contrario em avaliação, Porto Alegre: Mediação, 2005.
26. _____. Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtiva, 12 ed. Porto Alegre, Educação e Realidade, 1993.
27. _____. Avaliar para promover: as setas do caminho, Porto Alegre: Mediação, 2000.
28. LUCKESI, Cipriano Carlos: avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática, 2ª Ed. rev. – Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2005.
29. MORETTO, Vasco Pedro. Prova: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas. Rj: DP&A, 2001.
30. PERRENOUD, Philipe. AVALIAÇÃO: Da Excelência à Regulação das Aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Arte Médicas Sul, 1999.
31. TENÓRIO, Robinson Moreira; VIEIRA, Marcos Antonio. Avaliação em educação como hermenêutica à luz de argumentos possíveis entre Sartre e Freire. IN: Avaliação e sociedade: a negociação como caminho. Salvador: EDUFBA, 2009.
32. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.
33. HADJI, C. Avaliação desmistificada. Tradução Patrícia C. Ramos. Porto: Artmed, 2001.
34. SORDI, Mara Regina L. de. Alternativas propositivas no campo da
35. avaliação: por que não? In: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria
36. Eugênia (orgs.). Temas e textos em metodologia do Ensino Superior. Campinas,
37. SP: Papirus, 2001.
38. Perrenoud, Philippe. Construindo competências. In Nova Escola (Brasil),
39. Setembro de 2000, pp. 19-31.

Mônica Borges

01. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013) Conforme as Diretrizes Nacionais para o curso de pedagogia e sobre a atuação do pedagogo, é correto afirmar que sua atuação ocorre em:

- Ⓐ Espaços estritamente acadêmicos.
- Ⓑ Contextos escolares e não escolares.
- Ⓒ Contextos hospitalares.
- Ⓓ Espaços de hospitais e empresas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Os espaços acadêmicos são espaços de formação inicial do pedagogo. Nesses espaços (faculdades, universidades) sua formação para a atuação em espaços escolares e não escolares, acontece. O futuro pedagogo pode voltar a esses espaços depois de formado, a fim de atuar como docente dadas as devidas exigências formativas para o desenvolvimento dessa atividade, mas não exclusivamente nos mesmos.

Alternativa B: CORRETA. O pedagogo é o profissional que atua em processos pedagógicos, e também educativos. Por isso, pode desenvolver atividades em várias instâncias da prática educativa, indireta ou diretamente vinculadas à organização e aos processos de aquisição de saberes e modos de ação. Dentre essas instâncias, o pedagogo pode atuar nos sistemas macro, intermediário ou micro de ensino (gestores, supervisores, administradores, planeja-

dores de políticas educacionais, pesquisadores ou outros); nas escolas (professores, gestores, coordenadores pedagógicos, pesquisadores, formadores etc.); nas instâncias educativas não escolares (formadores, consultores, técnicos, orientadores que ocupam de atividades pedagógicas em empresas, órgãos públicos, movimentos sociais, meios de comunicação; na produção de vídeos, filmes, brinquedos, nas editoras, na formação profissional etc.).

Alternativa C: INCORRETA. Apesar da alternativa apresentar um dos espaços de atuação do pedagogo, ela não se restringe a apenas a essa possibilidade, o que, portanto, não traduz toda amplitude de atuação que existe para esse profissional.

Alternativa D: INCORRETA. A alternativa amplia o campo de atuação do pedagogo em relação a alternativa C acrescentando o espaço empresarial, focando nos espaços não escolares e desconsiderando os espaços escolares, que historicamente, tem se constituído o principal campo de atuação do profissional.

02. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013) No pensamento de Vasconcellos (1998), o processo de mudança da prática educacional envolve três aspectos a serem observados pelos professores. Quais são eles?

- Ⓐ A dificuldade de alterar a prática, o papel da reflexão e a perspectiva de construção de uma práxis transformadora.

- Ⓑ A dificuldade de alterar a prática, o papel da reflexão e a articulação com a família.
- Ⓒ A dificuldade de alterar a prática, a mudança na avaliação do processo ensino-aprendizagem e a articulação com a família.
- Ⓓ A dificuldade de alterar a prática, o papel da reflexão e a relação professor-aluno.
- Ⓔ A dificuldade de alterar a prática, a relação professor-aluno e a articulação com a família.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Os três aspectos fundamentais para uma transformação da prática pedagógica, segundo Celso Vasconcellos, estão sintetizados nessa alternativa: A dificuldade de alterar a prática: uma efetiva disposição para querer mudar mesmo diante das dificuldades (tradição pedagógica disseminada em costumes, rituais, discursos, formas de organização) o que demanda a ponderação de que a mudança não depende apenas do indivíduo, dado que os sujeitos vivem em contextos históricos que limitam suas ações em vários aspectos. O papel da reflexão: o compromisso com uma causa exige reflexão (elaboração teórica). A reflexão é uma mediação no processo de transformação e diz respeito ao caráter consciente e orientado a um fim da atuação humana. Também, é necessário interiorizar a mudança, ou seja, criar a partir da reflexão, possibilidades que contribuam, de fato, para uma prática transformadora. Afinal, o professor é o sujeito da transformação.

Alternativa B: INCORRETA. A articulação com a família é uma intervenção que só pode acontecer mediante uma intencionalidade dos professores, ou seja, qualquer inovação, antes de existir na realidade configura-se na imaginação do sujeito e, portanto, é preciso que o mesmo interiorize a necessidade de realizar tal intervenção o que é um indicativo de uma prática de mudança que prevê uma escola democrática, atenta ao diálogo com a comunidade.

Alternativa C: INCORRETA. Celso Vasconcellos trata a questão da avaliação na discussão que faz sobre a prática pedagógica numa perspectiva transformadora. Entretanto, não é ela que promove mudanças, mas, ao contrário, os professores serão capazes de romper com modelos tradicionais de se conceber e realizar processos avaliativos se, primeiramente, se colocarem no processo de construção de um grupo

com uma práxis transformadora, de uma articulação viva entre ação e reflexão.

Alternativa D: INCORRETA. A relação professor-aluno não é um aspecto responsável pelo processo de reflexão e mudança da prática dos professores, mas uma variável que só será modificada se, primeiramente, houver uma mudança na intencionalidade dos professores.

Alternativa E: INCORRETA. Mesmo que sejam variáveis que interferem na prática pedagógica, a relação professor-aluno e a articulação com a família são posteriores a uma concepção de práxis pedagógica, ou seja, se os professores não se percebem como sujeitos reflexivos da sua ação pedagógica, não poderão realizar mudanças na relação que estabelece com os alunos e com a família.

03. Questão

(UFAM - COMVEST - 2013) O pedagogo ocupa um amplo espaço na organização do trabalho pedagógico. Com base nessa afirmação pode dizer, exceto, que o pedagogo é:

- Ⓐ Um articulador no processo de formação cultural que se dá no interior da escola.
- Ⓑ Fundamental na organização das práticas pedagógicas e consequentemente na efetivação das propostas.
- Ⓒ Mediador no processo ensino-aprendizagem, de forma a garantir a consistência das ações pedagógicas e administrativas.
- Ⓓ Fundador para que o processo ensino-aprendizagem se efetive de forma prática e consistente.
- Ⓔ Intercessor na organização das práticas pedagógicas e na avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTORA: as alternativas se confundem por apresentarem a ampla possibilidade de atuação do pedagogo no espaço escolar. Entretanto, os adjetivos utilizados no início de cada proposição dão pistas que ajudam a identificar a exceção.

Alternativa A: CORRETA. O pedagogo é aquele que domina sistemática e intencionalmente as formas de organização do processo de formação cultural

que se dá no interior das escolas a fim de favorecer, também, o acesso à cultura erudita.

Alternativa B: CORRETA. O pedagogo atua como articulador das ações na escola, de forma que, todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, direcionem de forma competente a efetivação dessas ações. Dessa forma, o pedagogo não será o cumpridor de tarefas alheias à sua função, mas desenvolverá um trabalho de assessoria ao processo ensino-aprendizagem, desenvolvido na relação professor-aluno. Portanto, além do conhecimento teórico, ele precisa ter percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos e professores.

Alternativa C: CORRETA. O pedagogo tem relevante importância no trabalho coletivo da escola, como mediador do processo ensino-aprendizagem tanto do ponto de vista das ações formativas, quanto da organização das ações pedagógicas com os professores. Além disso, sua importância se destaca também seja nas tarefas administrativas entendidas como organização racional do processo de ensino-aprendizagem de forma a consolidar o projeto pedagógico construído coletivamente.

Alternativa D: INCORRETA. O processo de ensino-aprendizagem é sustentado pelo Projeto Político-Pedagógico que é construído coletivamente por todos os sujeitos envolvidos nesse processo. Portanto, só o pedagogo não tem o poder de garantir, sozinho, que o processo de ensino-aprendizagem se efetive de forma consistente.

Alternativa E: CORRETA. O pedagogo tem o papel de planejar, decidir, coordenar, executar ações, acompanhar e avaliar as questões didáticas e pedagógicas de forma articulada com os demais profissionais, buscando a efetivação das ações pensadas, coletivamente, no processo ensino-aprendizagem. Ele é, portanto, o mediador das ações pedagógicas.

O trabalho do pedagogo institucional requer o desenvolvimento de uma base conceitual sólida nos temas educacionais, além de atitudes que lhe permitam atuar de forma ética. Com base nessa premissa, julgue os itens a seguir, tendo como referência o trabalho multidisciplinar do pedagogo.

04. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) O pedagogo não deve assumir o papel de educador-educando, mas ter ação ené-

gica e contribuir com neutralidade para o desenvolvimento curricular da instituição.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. O espaço escolar deve ter como princípio a tomada e efetivação de decisões coletivas. Assim sendo, o pedagogo não pode atuar com atitudes impositivas, mas como mediador da organização das práticas educativas. É sua função articular o processo ensino-aprendizagem, garantindo a consistência das ações definidas na proposta curricular de cada instituição. Portanto, não há neutralidade em sua participação, assim como da parte de nenhum envolvido nesse contexto.

05. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) Por seu caráter intencional e diretivo, o ensino consiste em um trabalho didático-pedagógico, que pressupõe construção de conhecimento e rigor metodológico, mas que também implica interação, compartilhamento e expressão de afetividade, originando-se de um ato de criação de possibilidades para a produção de conhecimentos.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. O processo de ensino exige a operacionalização de projetos, métodos e sistemas pedagógicos nas instituições escolares, a identificação as dificuldades dos indivíduos, enfim, desenvolvendo práticas e didáticas pedagógicas visando o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo, esse processo de ensino e aprendizagem precisa considerar as subjetividades, as diferenças dos sujeitos envolvidos. Portanto, é fundamental favorecer a interação entre esses sujeitos a fim de que a produção de conhecimentos seja construída na rede de saberes e experiências oriundas de cada sujeito.

06. Questão

(UNIPAMPA - CESPE - 2013) Competência é a conquista de iniciativa e de responsabilidade diante de situações profissionais com as quais o indivíduo se confronta, constituindo-se como inteligência teórica que se desenvolve a partir dos conhecimentos adquiridos e

se transforma à medida que a diversidade das situações aumenta.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. Para ter iniciativa e responsabilidade diante das situações, o pedagogo precisa pôr em jogo os conhecimentos que possui. Portanto, competência diz respeito ao conjunto de habilidades, atitudes e conhecimentos que o sujeito vai adquirindo/construindo ao longo da vida, bem como à mobilização desses conhecimentos, valores e decisões para agir de modo pertinente numa determinada situação. Ou seja, para sermos competentes, precisamos dominar conhecimentos. Mas também devemos saber mobilizá-los e aplicá-los de modo pertinente à situação.

07. Questão

(CBTU/RJ - CONSULPLAN - 2014) O pedagogo deve analisar e fazer uma adequação dos métodos e abordagens a serem utilizadas aos objetivos e condições diferenciadas de ensino-aprendizagem. Considerando os diferentes paradigmas e abordagens para escolha e melhor condução dos trabalhos numa empresa, analise.

- I. Na abordagem tradicional, os ensinamentos são definidos alheios à vontade daquele que aprende, pois alguém fará o julgamento e organizará a seleção de temas a serem repassados.
- II. Na abordagem comportamentalista, defende-se um comportamento padronizado com o intuito de manter a ordem. O homem tem de se submeter ao ambiente e, a partir daí, explicitar suas ações.
- III. Na abordagem cognitivista, o homem e o mundo possuem relação dinâmica de trocas e atuação constantes. O homem, pela sua inteligência em constante aperfeiçoamento, modifica-se sempre e modifica o meio em benefício próprio.
- IV. Na abordagem sociocultural, o mundo é o resultado da ação do homem e, por isso, o homem deve pré-avaliar suas ações porque elas têm ascendência sobre o ambiente. Neste paradigma, coloca-se nas mãos dos indivíduos as responsabilidades por suas escolhas.

- V. Na abordagem humanista, o homem e o mundo são inseparáveis, mas neste paradigma, o homem se sobressai sobre o mundo por ser o organizador, o estruturador, o grande agente de mudanças.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II, IV e V.
- (D) II, IV e V.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. O ensino tradicional estruturou-se através do método pedagógico expositivo cuja matriz teórica pode ser identificada nos estudos de Herbart (1776-1841). Esse ensino tradicional se constituiu após a revolução industrial e se implantou nos chamados sistemas nacionais de ensino, no momento em que se consolida o poder burguês, acionando-se a escola redentora da humanidade, universal, gratuita e obrigatória como um instrumento de instauração da ordem democrática. O ensino é centrado no professor, figura indispensável para transmissão de conhecimentos, considerado como detentor do saber. Aquele que aprende é apenas um receptor que executa as determinações que lhe são impostas, que não emite suas ideias, não interroga, nem dialoga com a autoridade exterior.

Assertiva II: CORRETA. O comportamentalismo ou Behaviorismo foi criado basicamente pelos os pensadores Ivan Pavlov, John B. Watson e Burrhus Frederic Skinner. A educação segundo essa abordagem deverá transmitir conhecimentos, assim como comportamentos éticos, práticas sociais, habilidades considerada básicas para a manipulação e controle do mundo/ambiente (cultural, social etc.) Esse sistema educacional tem como finalidade básica promover mudanças nos indivíduos, que implicam tanto em aquisição de novos comportamentos quanto a modificação de comportamentos já existentes. A empresa deverá se adaptar de acordo com os comportamentos que se deseja manter. Cabe a ela, portanto, manter, conservar e em parte modificar os padrões de comportamento aceito como úteis e desejáveis para uma sociedade, considerando-se em

determinado contexto cultural. Os comportamentos de quem aprende serão instalados e mantidos por condicionantes e reforçadores arbitrários tais como: elogios, graus, notas, prêmios, reconhecimentos do mestre e dos colegas, prestígio, etc.

Assertiva III: CORRETA. Piaget (1976) é o representante com maior visibilidade dessa abordagem que dá ênfase aos aspectos biológicos na aprendizagem e desenvolvimento humano. Esta abordagem consiste em uma teoria de etapas, uma teoria (epistemologia genética) que pressupõe que os seres humanos passam por uma série de mudanças ordenadas e previsíveis, tendo como pressupostos básicos de sua teoria o interacionismo, a ideia de construtivismo sequencial e os fatores que interferem no desenvolvimento. Nessa teoria, o sujeito é concebido como um ser dinâmico, que a todo momento, interage com a realidade, operando ativamente com objetos e pessoas. Essa interação com o ambiente faz com que construa estruturas mentais e adquira maneiras de fazê-las funcionar. O eixo central, portanto, é a interação organismo-meio e essa interação acontece através de dois processos simultâneos: a organização interna e a adaptação ao meio, funções exercidas pelo organismo ao longo da vida.

Assertiva IV: INCORRETA. Tem como principal inspirador Paulo Freire (1975). Evidencia uma tendência interacionista, já que há interação homem-mundo, sujeito-objeto, é essencial para que o ser humano se desenvolva e se torne sujeito de sua práxis. Consiste, portanto, nas respostas dadas pelo homem à natureza, aos outros homens, às estruturas sociais, e na sua tentativa de ser progressivamente cada vez mais o sujeito de sua práxis, ao responder aos desafios de seu contexto. O ser humano nessa abordagem é o sujeito da educação, pois ela se dá através da reflexão sobre o homem e pela análise do meio de vida desse homem concreto. Ele não participará ativamente da história, da sociedade, da transformação da realidade, se não tiver condições de tomar consciência da realidade e, mais ainda, da sua própria capacidade de transformá-la.

Assertiva V: INCORRETA. O referencial teórico dessa abordagem tem origem no trabalho de Rogers (1972). Essa abordagem dá ênfase ao desenvolvimento da personalidade do indivíduo, dos seus processos e organização pessoal da realidade em sua capacidade de atuar como uma pessoa integrada. O homem é considerado como uma pessoa situada no mundo

e seu objetivo último é a autorrealização ou uso pleno de suas potencialidades e capacidades. Portanto, ele não se sobressai ao mundo, mas interage com ele de modo que, a partir da sua percepção, recebendo os estímulos, as experiências, possa atribuir-lhe significado. Assim, é atribuído ao sujeito papel central e primordial na elaboração e criação do conhecimento, ou seja, do desenvolvimento do seu potencial inerente. O mundo (o ambiente externo) é um fenômeno subjetivo, pois o ser humano reconstrói em si o mundo exterior.

Resposta: Ⓑ

08. Questão

(DETRAN/RO - IDECAN - 2014) Para desenvolver suas atividades em uma empresa, o pedagogo precisa de um entendimento profundo do comportamento humano no contexto organizacional. Considerando esta premissa, o pedagogo deverá, exceto:

- Ⓐ Desenvolver metodologias adequadas à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas.
- Ⓑ Ter conhecimento e uma base teórica que reúne investigação e prática, dando foco para conhecimentos específicos do campo educacional nas organizações.
- Ⓒ Compreender o contexto produtivo da organização, objetivando situar o trabalho somente como um processo de busca do aumento da lucratividade.
- Ⓓ Identificar os problemas profissionais e socioculturais visando à participação de todos, despertando uma visão da nova realidade do mercado de trabalho.
- Ⓔ Precisa estudar e observar o que está acontecendo dentro da empresa e entender o seu andamento, seu desenvolvimento e porque existe um desequilíbrio dentro dela.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A lógica das competências refere-se às novas exigências impostas ao conjunto de iniciativas voltadas à formação do trabalhador e do cidadão, devido às transformações que vêm ocorrendo na sociedade atual. Essas alterações e a consequente evolução tecnológica demandam que os processos de formação também sejam modificados, sobretudo aqueles vinculados ao sistema educacio-

nal do país. A utilização das tecnologias como ferramentas importantes no processo de construção do conhecimento, pelas suas possibilidades e potencialidades, destaca-se como essencial na atuação do pedagogo na empresa. É necessário destacar que não consiste apenas em utilização de máquinas e recursos avançados, mas também se referem às técnicas, conhecimentos, métodos, materiais, ferramentas, e processos usados para resolver problemas ou ao menos facilitar a solução dos mesmos.

Alternativa B: CORRETA. O pedagogo empresarial necessita de uma formação filosófica, humanística e técnicas sólidas cujos conhecimentos o qualificam a interagir com todos os setores da empresa desempenhando sua função com propósito de provocar mudanças em favor dos funcionários, empresa e clientela. Tendo conhecimentos do seu campo específico de atuação, o Pedagogo Empresarial contribui com a valorização dos saberes existentes, além de intervir positivamente na qualificação constante dos funcionários, melhorando as práticas produtivas, possibilitando uma formação constante em termos de referenciais e valores diversificados.

Alternativa C: INCORRETA. A Pedagogia empresarial se ocupa com os conhecimentos, competências, habilidades e atitudes consideradas necessárias para compreender e favorecer a melhoria da sua produtividade. Por isso, o pedagogo desenvolve programas de qualificação/requalificação, produz e difunde conhecimento e adequa práticas de informação e comunicação. Entretanto, esse conjunto de saberes e práticas não colocam para o pedagogo o foco, SOMEMENTE, no aumento da lucratividade, mas no aprimoramento organizacional oportunizando a experimentação de novas alternativas para enfrentar os desafios do contexto onde atuam, promovendo um contínuo aprendizado como filosofia de vida.

Alternativa D: CORRETA. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, umas das atribuições do pedagogo é identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, orientação

sexual, entre outras. Assim sendo, o Pedagogo Empresarial auxilia no desenvolvimento das competências e habilidades de cada indivíduo para que cada profissional desde o menor cargo saiba lidar com várias demandas com incertezas, com várias culturas ao mesmo tempo, gerando assim um resultado positivo no mercado de trabalho que se apresenta na atualidade.

Alternativa E: CORRETA. O pedagogo necessita conhecer tudo quanto diga respeito à pessoa humana, no campo da filosofia, da psicologia, das relações humanas e técnicas envolvidas no sistema organizacional da empresa. Deve ainda observar o que está acontecendo no ambiente de trabalho, perceber seu clima organizacional e como ele funciona. Isso deve ocorrer em todos os setores para que haja uma homogeneidade no aprendizado e crescimento para todos. Agindo assim estará apto para orientar de maneira eficaz toda a empresa, identificando soluções práticas e adequadas diante de problemas que estejam ocorrendo ou venham a ocorrer.

09. Questão

(FUNDAÇÃO CASA - CETRO - 2014) Toda a obra de Paulo Freire é uma concepção de educação embutida numa concepção de mundo. O autor afirma que “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p.67) . Para se construir uma sociedade aberta, aquela em que a democracia possa existir, é necessário desenvolver uma pedagogia:

Ⓐ não diretiva, educar pelo diálogo. Aprender é um ato de conhecimento da realidade concreta, isto é, da situação real vivida pelo educando, e só tem sentido se resulta de uma aproximação crítica dessa realidade, a que se chega pelo processo de compreensão, reflexão e crítica.

Ⓑ diretiva e transmissiva, observando a relação sujeito/conhecimento: sendo o sujeito aluno, o conhecimento é transmitido a ele sem direito a questionamentos. Somente o professor fala e o aluno escuta até conseguir decorar o que foi passado. Os conteúdos são organizados pelo professor, em uma sequência lógica, e a avaliação é realizada por meio de provas escritas e exercícios de casa.

© diretiva e transmissiva, observando a relação professor/aluno: o professor representante do meio social determina ao aluno, que é tabula rasa, o que estudar a cada novo conteúdo. Nessa relação, o ensino e a aprendizagem são polos diferentes, o professor jamais aprenderá com o aluno e o aluno jamais ensinará o professor.

© não diretiva, observando a relação sujeito/conhecimento: o sujeito sendo aluno, dependendo da sua classe social, os resultados serão diferentes. Essa pedagogia acredita que o ser humano nasce com o conhecimento já programado na sua genética, cabendo à escola possibilitar que ele desabroche.

© não diretiva. O professor não diretivo acredita que o aluno aprende por si mesmo. O professor torna-se um auxiliador da aprendizagem despertando o conhecimento que já existe no aluno. Aprender é modificar suas próprias percepções.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTORA: é preciso considerar os pressupostos desenvolvidos em cada alternativa e não apenas as classificações que iniciam o enunciado de cada uma, haja vista que as mesmas não dão conta de traduzir uma relação direta com a proposição da questão: “sociedade aberta e democrática”.

Alternativa A: CORRETA. A concepção não diretiva trazida nessa alternativa não tem relação com ideia de que o aluno aprende sozinho e que o professor não terá nenhuma importância no processo de ensino e aprendizagem. Muito pelo contrário: ela diz-se não diretiva porque preconiza, defende o diálogo como base primordial para que a aprendizagem aconteça. O professor que um conhecimento (conteúdo) e uma condição prévia de conhecimento (estrutura) possa transitar, por força do ensino, da cabeça do professor para a cabeça do aluno. Não acredita que a mente do aluno é tabula rasa, isto é, que o aluno, frente a um conhecimento novo, seja totalmente ignorante e tenha que aprender tudo da estaca zero. Ele acredita que tudo o que o aluno construiu até hoje em sua vida serve de patamar para continuar a construir e que alguma porta se abrirá para o novo conhecimento – é só questão de descobri-la: ele descobre isto por construção. O diálogo entre professor e aluno é essencial, pois este se coloca como mediador do processo de ensino e aprendizagem e ambos podem aprender um com o outro. Além desses aspectos,

é importante reconhecer o destaque que é feito à realidade dos sujeitos. Afinal, o processo educativo deve favorecer compreensão, reflexão e crítica dos contextos socioculturais dos alunos com vistas à sua transformação.

Alternativa B: INCORRETA. A pedagogia diretiva e transmissiva não abre possibilidades para a construção de uma sociedade aberta, democrática, pois é legitimada por uma epistemologia que afirma que o sujeito é totalmente determinado pelo mundo do objeto ou meio físico e social. Quem representa este mundo, na sala de aula, é, por excelência, o professor. Ele, e somente ele, pode produzir algum novo conhecimento no aluno. O aluno aprende se, e somente se, professor ensina. O professor acredita na transferência do conhecimento: o que ele sabe, não importa o nível de abstração ou de formalização, pode ser transferido ou transmitido para o aluno. Tudo o que o aluno tem a fazer é submeter-se à fala do professor: ficar em silêncio, prestar atenção, ficar quieto e repetir, até aderir em sua mente, o que o professor falou. Nesse contexto, nega-se o papel do aluno/educando como sujeito da sua história, como alguém que conhece, constrói conhecimento e é capaz de intervir na sociedade. A ênfase está na reprodução do autoritarismo, da coação, da heteronomia, da subserviência, do silêncio, da morte da crítica, da criatividade, da curiosidade.

Alternativa C: INCORRETA. A teoria que sustenta a pedagogia diretiva é o empirismo. Esta alternativa também não reflete a perspectiva democrática que a Pedagogia precisa desenvolver, pois não considera a capacidade de que, no processo de ensino e aprendizagem, tanto aluno/educando quanto professor aprendam juntos. Além disso, confere ao professor uma atitude autoritária diante do aluno que é considerado uma “tábula rasa”. Esta concepção teórica parte do princípio de que o desenvolvimento da inteligência é determinado pelo meio e não pelo sujeito. A ideia é que o ser humano não nasce inteligente, mas é passivamente submetido às forças do meio que provocam suas reações. O desenvolvimento intelectual pode ser totalmente modelado.

Alternativa D: INCORRETA. Novamente, a ideia de pedagogia não-diretiva se apoia numa concepção de que o conhecimento já está, já nasce no sujeito cabendo ao professor apenas fazê-lo vir à tona. E ainda delega à classe social do sujeito a razão pela qual se obtém resultados diferentes no processo de

ensino e aprendizagem. Entretanto, não é a classe social, o poder econômico dos sujeitos que promovem diferenças nos resultados, mas as condições de aprendizagem e os diferentes ritmos que cada sujeito possui. Portanto, esta alternativa, também, não traduz uma concepção de sociedade democrática e aberta à participação de todos os envolvidos no processo educativo.

Alternativa E: INCORRETA. O pressuposto epistemológico apresentado para pedagogia não-diretiva nesta alternativa não traduz a ideia de sociedade aberta e democrática. A concepção assumida é de uma epistemologia apriorista que preconiza que a ação do aluno se sobrepõe a do professor. Nesse contexto, o aluno já traz um saber que ele precisa, apenas, trazer à consciência, organizar, ou, ainda, recheiar de conteúdo. O professor deve interferir o mínimo possível. Qualquer ação que o aluno decida fazer é, a priori, boa, instrutiva. É o regime do *laissez-faire*: “deixa fazer” que ele encontrará o seu caminho. O professor deve interferir o mínimo possível. O professor não diretivo acredita que o aluno aprende por si mesmo. Ele pode, no máximo, auxiliar a aprendizagem do aluno, despertando o conhecimento que já existe nele. A criança marginalizada, entregue a si mesma, numa sala de aula não diretiva, produzirá, com alta probabilidade, menos, em termos de conhecimento, haja vista que não se concebe a ideia de lhe colocar à disposição de processos de construção de outros conhecimentos. Mais uma vez se percebe uma prática pedagógica que nega a democracia, o diálogo, uma aprendizagem coletiva.

10. Questão

(NUCLEP - BIORIO - 2014) O pedagogo que está comprometido com uma educação transformadora terá como norteadores de seu trabalho dentre outros, os seguintes pontos, **exceto**:

- (A) capacitar-se constantemente.
- (B) estar aberto a mudanças.
- (C) elaborar um trabalho fragmentado.
- (D) refletir criticamente sobre a prática.
- (E) atender aos conflitos na dimensão didática, pedagógica e coletiva.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Atualmente, a sociedade exige cada vez mais profissionais capacitados e treinados para atuarem nas diversas áreas. Portanto, o profissional pedagogo ao se inserir em um mercado de trabalho amplo e diversificado, precisa se qualificar, constantemente, para atender as demandas colocadas pelos diferentes espaços de onde atua. Faz-se necessário, compreender que este processo contínuo de capacitação é o trabalho focado nas pessoas, é o ato ou efeito de capacitar-se, tornar-se capaz, habilitar-se para o trabalho, para produzir e assimilar mudanças.

Alternativa B: CORRETA. Um pedagogo, assim como qualquer outro profissional, deve estar aberto às mudanças e transformações pelas quais passa a sociedade exercitando processos e habilidades cognitivas, sociais e procedimentais dos quais tenha se apropriado durante a sua trajetória acadêmica, que o tornem apto a enfrentar variadas situações nos seus espaços de atuação. É essencial, ainda, se envolver de forma satisfatória nas diferentes experiências sociais e de trabalho, estando aberto às questões da convivência e participação em projetos coletivos e sendo sensível às questões postas pela diversidade e pelas várias culturas existentes.

Alternativa C: INCORRETA. A partir de 1990, há consideráveis mudanças no mundo do trabalho, ocasionadas pela globalização da economia, pela reestruturação produtiva e pelas novas formas de relação entre Estado e sociedade civil. Essas questões mudam radicalmente as demandas dos espaços educativos. Essa concepção de sociedade não dialoga com um trabalho fragmentado, mas considera a integração, a coletividade como princípios essenciais no fazer pedagógico. Portanto, embora cada função do pedagogo tenha sua especificidade, não há uma limitação desta, pois no coletivo, dado o objeto comum de trabalho, deve existir uma articulação entre as áreas específicas, pois desta resulta a compreensão da organização educacional e do trabalho pedagógico em sua totalidade.

Alternativa D: CORRETA. O pedagogo deve refletir sobre a sua prática, vendo-a como um processo de formação constante. Pois, é através da reflexão que ele se torna mais crítico sobre as ações que realiza. Neste sentido, ele poderá cumprir suas funções num nível de ressignificação e inovação para o enfrentamento e minimização dos desafios que surgem e

desenvolver competências coerentes aos projetos educativos dos locais onde atua.

Alternativa E: CORRETA. Os processos educativos presentes nos espaços de atuação do pedagogo são permeados de conflitos de ordem didática, pedagógica e coletiva que envolve os sujeitos que deles fazem parte. Ao abordar as partes em conflito o pedagogo enquanto mediador deve identificar a situação como oportunidade de estímulo da prática de valores como: solidariedade, tolerância e igualdade. Ele tem na mediação de conflito uma alternativa altamente promissora de propor um meio de convivência mais harmonioso, que busca criar novas formas ao mediar integrando as diferenças.

11. Questão

(NUCLEP - BIORIO - 2014) A prática educativa emancipatória requer do educador uma tomada de posição pela missão histórica consciente e consequente da humanidade de destruir as relações de classe que sustentam a alienação e privam o homem de seu desenvolvimento humano.

Avalie se a prática educativa deve ser:

- I. descompromissada do querer fazer.
- II. ético-política.
- III. profissional.
- IV. um comprometimento com o dever e o poder.

Estão corretas apenas:

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, III e IV.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: INCORRETA. A prática educativa emancipatória leva em conta o espaço onde se desenvolvem as ações educativas, os envolvidos nesse processo, a coerência entre os procedimentos adotados; e principalmente, um processo de ensino e aprendizagem mais significativo e consistente de modo a favorecer o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos com vistas a uma educação realmente para todos. Dessa

forma, não há como se pensar numa escola emancipadora se ela se coloca como descompromissada do querer fazer. Ao contrário, ela deve atuar como um instrumento de rompimento da ideologia do estado, um espaço dialético objetivando a transformação social. Por isso, os educadores comprometidos com seus alunos e suas práticas, precisam ser sujeitos que sistematicamente problematizam a educação e sua função na sociedade contemporânea. Afinal, é, especialmente, através da educação que o homem constrói sua história e por isso, ela não pode se eximir do papel histórico-social que possui na construção de uma sociedade capaz de enfrentar os desafios encontrados cotidianamente.

Assertiva II: CORRETA. Uma perspectiva emancipadora da educação é complexa, pois envolve diversas dimensões, dentre elas a ética-política. Nesse sentido, a emancipação tem a ver com a predisposição dos indivíduos em se reconhecerem como sujeitos de direitos, que precisam ser conquistados com o esforço pessoal de cada um. Ao mesmo tempo em que, também, precisam se sentir responsáveis pela construção de uma sociedade mais igualitária colocando-se a serviço de relações solidárias, compartilhando intenções e ações que valorizem a vida. Razão e sensibilidade caminham juntas para que cada sujeito seja capaz de olhar para si e para o outro. Uma prática educativa emancipatória tem a ver, portanto, a efetivação de uma civilidade na qual o social esteja acima dos interesses do capital e pressupõe que a escola colabore na formação de pessoas capazes de resolver conflitos coletivamente. Assim, cabe à escola lidar com conhecimentos e práticas que visem aos interesses da valorização e respeito ao ser humano, ou seja, com a formação ética, entendida aqui não do ponto de vista do conteúdo didático, mas do convívio diário dentro de cada espaço educativo. Paulo Freire (1979) corrobora com estas ideias defendendo que a educação é um instrumento essencial nesse processo de transformação da sociedade, pois permite desvelar a realidade na qual os sujeitos estão inseridos. Através dela é possível politizar o indivíduo, favorecendo ao mesmo apropriar-se da realidade em que vive, tendo sobre ela um olhar crítico, inserindo-se e atuando conscientemente no mundo.

Assertiva III: CORRETA. Outra dimensão de uma educação emancipadora é a profissional. Nesse sentido, o que se objetiva é que a educação contribua

na formação de sujeitos que, inseridos no mundo do trabalho, se contraponham ao projeto dominante neoliberal a atual sociedade capitalista. Para isso, é fundamental que a prática educativa desenvolva competências capazes de favorecer a transformação dos processos e estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas que excluem grande parte da população das condições dignas de vida, apesar dos avanços científicos e tecnológicos de produção. A perspectiva que se pretende de uma educação emancipadora do ponto de vista profissional não é mercantilista, ou seja, voltada para o mercado. A educação deve estar voltada para o mundo do trabalho, entendido aqui não como emprego, mas como tudo aquilo que o sujeito realiza para melhorar sua vida; só assim o trabalho é emancipatório. Apesar de Paulo Freire não ter proposto em seus estudos uma reflexão acerca da educação na dimensão profissional, sua teoria é bastante pertinente ao se pensar o mundo do trabalho, haja vista que também se pretende para este uma perspectiva humanizadora, crítica, reflexiva, dialética e libertadora, que tenha como foco principal a emancipação. Nesse sentido, o trabalho permitirá às pessoas o desenvolvimento da capacidade criativa, inventiva permitindo-lhes construir trajetórias profissionais livres, que atuam como atividades educativas prazerosas em função da opção que cada uma fizer. Portanto, o que se espera é uma educação que liberte pela conscientização, resgatando a autonomia dos sujeitos e não uma educação que domestique e acomode.

Assertiva IV: CORRETA. A sociedade contemporânea tem nos colocado diante de uma ideologia dominante cujo progresso tecnológico está atrelado à ideologia de mercado, suscitando a exploração, alienação e domesticação de milhões de pessoas que têm sido privadas de direitos básicos como educação, trabalho, cultura e lazer. Portanto, pensar numa educação emancipadora significa compreender o papel que a escola tem diante dessa realidade, a força que seu discurso pode ter: mascarar, esconder, reforçar a realidade ou anunciar, denunciar e transformar essa mesma realidade. Aí se encontra seu compromisso com o dever e o poder. Uma educação emancipatória pressupõe a formação de sujeitos cada vez mais conscientes de sua autoria a construção da sociedade em que vivem. Requer, portanto, uma prática educativa alicerçada no compromisso com a libertação dos processos e estruturas capitalistas que ten-

dem a aprisionar a população. É preciso corroborar na formação de pessoas que usam o poder para ir contra tudo que desqualifica a vida, dando supremacia aos interesses do capital.

Resposta: ©

12. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Segundo Paulo Freire (Pedagogia do Oprimido, 1994), “O que não se pode realizar, na práxis revolucionária, é a divisão absurda entre a práxis de liderança e a das massas oprimidas, de forma que, a destas, se restringisse a seguir as determinações da liderança”.

De acordo com essa passagem, Freire enfatiza que:

- Ⓐ a dialética acima descrita é condição fundamental para o restabelecimento do poder nas mãos do povo e a construção, por parte deste, de uma escola que atenda às suas demandas mais prementes;
- Ⓑ essa dicotomia existe, como condição necessária, na situação de dominação, em que a elite dominadora prescreve e os dominados seguem as prescrições;
- Ⓒ a dialética apresentada torna-se a condição que impossibilita a formação crítica nas escolas brasileiras e o consequente fenômeno de exclusão em massa;
- Ⓓ é justamente essa dicotomia que cria as melhores condições para a ascensão do proletariado ao poder e a reconstrução de uma sociedade como novas bases políticas;
- Ⓔ o antagonismo constitutivo das sociedades modernas, fomentado pelos regimes disciplinares e antidemocráticos depende diretamente dos processos políticos aos quais elas estão sujeitas.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: A questão traz uma reflexão sobre a prática revolucionária, mas as alternativas não têm o foco na mesma, mas da dialética opressor-oprimido, ou seja, a prática revolucionária mencionada na questão aparece apenas para se contrapor à evidência destacada na ideia de Freire.

Alternativa A: INCORRETA. A educação é uma prática social que se dá em meio às relações sociais com o

objetivo de colaborar com o processo de humanização plena dos sujeitos. Tal processo deve prever a ruptura das práticas de dominação tão presentes na atual sociedade, expressas nas relações construídas por meio de situações de exploração de uns sobre outros. Nesse sentido, a educação só pode ser crítica e revolucionária favorecendo a humanização plena dos sujeitos, se ela age no sentido de transformar essas relações. Para Freire para que haja a transformação da realidade é preciso a tomada de consciência da real condição material de exploração à qual os sujeitos são constantemente submetidos. Ao reconhecer que a exploração pela qual passa é antiética, ele poderá construir a força necessária para promover a mudança. Um povo empoderado é um povo que se reconhece oprimido e que, por isso, busca forças e alternativas para pensar e agir coletivamente em busca do atendimento às suas demandas mais prementes.

Alternativa B: CORRETA. Apesar de uma prática revolucionária atentar para que haja um diálogo efetivo nas relações humanas, a dicotomia apresentada nessa questão, infelizmente, é bastante evidente na sociedade capitalista a qual vivemos: de um lado dominantes, de outro os dominados. Ela atua no sentido de “domesticar”, minimizar, rebaixar, manipular, coisificar os sujeitos, reduzindo-os a puros objetos, ajustando-os às ordens de autoridades anônimas, os converte em seres acrílicos, não pensantes, ou seja, desumaniza-os. Esta é a condição que os dominantes encontram para poder fazer valer sua ideologia opressora cujos objetivos que importam são apenas aqueles que dizem respeito aos seus interesses. E ao passo em que os mesmos se deixam entrar nessa lógica exploratória e exclusiva conformando-se com ela, aceitando-a, seguindo-a, mais os sujeitos sentem a exigência de se adaptar à expectativa do outro que cada vez mais irá oprimi-lo. Nesse contexto onde as estruturas das relações sociais são verticalizadas não há espaço para o diálogo entre os sujeitos. Portanto, as experiências de diálogo e de participação são limitadas e não encontram força para a transformação da realidade.

Alternativa C: INCORRETA. A dialética apresentada não pode ser vista como obstáculo para que a escola atue no sentido de transformação realidade dos sujeitos. Apesar de ser essa a lógica evidenciada na sociedade capitalista, o que se espera é a superação dessa forma de estrutura relacional, uma estrutura

verticalizada que não abre espaço para a horizontalidade, para os pares, para o diálogo. Contrariamente, a escola precisa reconhecer essa dicotomia e atuar no sentido de romper com os padrões rígidos de poder que cristalizam/enrijecem as ações humanas. Este é, portanto, o desafio que se coloca pra escola: possibilitar o conhecimento de mundo de forma que os sujeitos possam agir sobre ele, transcendendo as situações-limite que lhes são impostas como impedimento para a realização de suas potencialidades e do seu vir-a-ser. Sua atuação precisa ser no sentido de possibilitar a formação de uma consciência esclarecida para o processo do defrontar-se com a realidade, reconhecendo as situações de opressão e exclusão às quais os sujeitos são submetidos, a fim de enxergando, criticamente, a ausência da ética nas relações, construir a crença na sua capacidade de mudar e em união com seus pares enfrentar as condições de dominação. Enfim, a dialética opressor-oprimido deve ser para a educação, para as escolas, a razão pela qual se pensa em uma prática de reflexão crítica, coletiva, participativa.

Alternativa D: INCORRETA. Mantendo uma lógica de exclusão e dominação, os dominantes não abrem possibilidades para que a massa dos oprimidos tenha ascensão. Pelo contrário, numa sociedade que reforça as diferenças entre as classes, não cabe se pensar em distribuição de poder. Ao mesmo tempo em que não cria novas bases políticas, mas reforça as já existentes. O processo de politização, a libertação da consciência e, a consequente instauração de novas bases políticas pressupõe uma gama ampla de elementos que se relacionam entre si e que fazem parte de uma prática revolucionária: postura política, criticidade, solidariedade, afetividade e, principalmente, os processos dialógicos ressaltando que o diálogo é o fator primordial da ação revolucionária. Como enfatiza Freire (1981), é impossível haver práxis revolucionária sem o diálogo.

Alternativa E: INCORRETA. O antagonismo está presente nas sociedades capitalistas modernas na relação verticalizada entre opressores e oprimidos. Estruturada hierarquicamente, ela se caracteriza pelo autoritarismo político e social que evidencia a crescente desigualdade social acentuada pelo capitalismo que tem como base a matriz senhorial e escravocrata. Ao se destacar nessa estrutura hierárquica, a classe burguesa universal faz valer seus princípios nas forças produtivas, nos meios de produção e nas

relações sociais de produção, subvertendo os diferentes modos de vida e os valores existentes em outras classes. Assim, percebe-se que não são, exclusivamente, os processos políticos os responsáveis pelas relações antagônicas dessa sociedade. É fundamental a compreensão de que o ser humano como um ser de relações não está só no mundo, mas com o mundo e isso pressupõe sua condição de refletir sobre si mesmo, suas atividades, sobre os outros, ou seja, um permanente defrontamento com o mundo que lhe confere possibilidades de recusar ao conformismo com a ordem estabelecida e realizar mudanças. A manutenção, portanto, do antagonismo social que caracteriza as sociedades modernas é algo que pode ser modificado mediante as situações de reflexão-ação-reflexão de todo e qualquer sujeito, principalmente aqueles que se encontram na massa oprimida. Corroborando, Freire (1982, p. 105) “não são as situações limites, em si mesmas, geradoras de um clima de desesperança, mas a percepção que os homens tenham dela num dado momento histórico, como um freio a eles, como algo que eles não podem ultrapassar.” Reconhecer as situações limite, aqui no caso o antagonismo moderno, e ter uma consciência crítica sobre elas é que permite aos sujeitos transcendê-la, para transformar o fenômeno no material-social em outro.

13. Questão

(UFCA/CE - CCV/UFC - 2014) Sobre a formação e atuação do pedagogo é correto afirmar que:

- Ⓐ o licenciado em Pedagogia, no caso de sua formação ocorrer na modalidade normal, poderá atuar somente na educação infantil.
- Ⓑ o curso de Licenciatura em Pedagogia restringe-se à formação de profissionais da educação para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- Ⓒ para a formação do licenciado em Pedagogia é central o conhecimento da escola como uma instituição complexa que tem como função única a promoção da educação profissional do estudante.
- Ⓓ a Licenciatura em Pedagogia, etapa inicial da formação do professor, pode ser oferecida na modalidade normal, restringindo-se àqueles formados neste nível, o exercício do magistério na educação

infantil e nos 3 (três) primeiros anos do ensino fundamental.

Ⓔ o curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se, entre outras coisas, à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: Todas as alternativas apresentam alguma informação acerca dos campos de atuação do pedagogo. Entretanto, não contemplam todas as possibilidades que a sua formação garante. Portanto, é preciso atenção para perceber qual delas traz em integridade todas elas.

Alternativa A: INCORRETA. O licenciado em Pedagogia pode exercer funções de magistério não apenas na Educação Infantil, mas também, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Alternativa B: INCORRETA. Apesar de essa alternativa ampliar a primeira, não aborda todos os campos de atuação do pedagogo, haja vista que além da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental ele poderá também atuar nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. O campo de atuação do pedagogo ampliou-se ao longo da história e está fundamentada num conceito mais amplo de educação no qual se defende a ideia de que ela acontece em outras instâncias além da família e da escola, ou seja, as práticas educativas estão presentes em outros espaços da existência humana individual e social, ocorrendo ou não por meio de institucionalização e de diferentes modos. É uma proposta que concebe a educação como prática social e que, por isso, não se restringe ao contexto escolar, abrindo várias possibilidades para o pedagogo exercer sua profissão.

Alternativa C: INCORRETA. No processo formativo no curso de Licenciatura em Pedagogia é fundamental que aconteçam estudos acerca do principal lócus de atuação do pedagogo: a escola. Afinal, enquanto

um dos agentes do processo educativo, o pedagogo tem o papel de desvelar contradições que estão presentes no contexto escolar assegurando a orientação e a realização de ações que promovam aos outros agentes educativos (alunos e professores) o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, possibilitando, assim, que a escola cumpra com o seu papel social. Entretanto, esta alternativa encontra seu erro ao afirmar que a função única da escola é a promoção da educação profissional do estudante. A função da escola é complexa, ampla e envolve diferentes aspectos: culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos. Enquanto instituição social ela é fundamental para a constituição dos sujeitos, de sua formação e para a evolução da sociedade. Por isso, sua função está associada a objetivos e metas que visam a emancipação humana e transformação social. Assim sendo, é preciso que o conhecimento em suas dimensões científica e filosófica seja socializado com qualidade de forma a garantir que se tornem saberes e fazeres necessários para os sujeitos se emanciparem intelectualmente. Isso permitirá não apenas que os alunos tenham uma formação profissional, mas para a vida, ou seja, sua formação como cidadão com a finalidade da emancipação humana e da transformação política e social.

Alternativa D: INCORRETA. Assim como as alternativas A e B, esta também restringe o campo de atuação do pedagogo. Segundo a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, será um professor da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, das disciplinas pedagógicas para o Curso Normal do Ensino Médio e dos cursos de Educação Profissional na área educacional.

Alternativa E: CORRETA. A formação em Pedagogia garante ao pedagogo atuação profissional em diversas instâncias da prática educativa, que se vinculam indireta ou diretamente à organização e aos processos de aquisição de saberes e modos de ação, de acordo com os objetivos definidos em cada instância para a formação humana. Dentre os diferentes espaços de atuação e função pode-se destacar: os sistemas macro, intermediário ou micro de ensino (atuando como gestores, supervisores, administradores, planejadores de políticas educacionais, pesquisadores e afins); as escolas (como professores, gestores, coordenadores pedagógicos, pesquisadores, formadores); em espaços educativos não

escolares (atuação como formadores, consultores, técnicos, orientadores que desenvolvem atividades pedagógicas em empresas, órgãos públicos, movimentos sociais, meios de comunicação); além de poderem também atuar em outras instâncias realizando outras atribuições: produção de vídeos, filmes, brinquedos, livros, materiais pedagógicos, ou ainda, na formação profissional. Percebe-se, portanto, que o licenciado em Pedagogia atua no sentido de promover a realização de práticas educativas nos vários contextos em que elas ocorrem.

14. Questão

(UFCA/CE - CCV/UFC - 2014) Considerando-se o pedagogo um profissional da educação, sua atuação:

- Ⓐ fica restrita ao atendimento em pré-escolas públicas e privadas.
- Ⓑ é exclusivamente voltada para a escola, prioritariamente na educação infantil.
- Ⓒ pode ser exercida em diferentes segmentos, em espaços escolares e não escolares.
- Ⓓ continua restrita à escola, mas deixa de ser exclusiva na educação infantil, podendo atuar também nas séries iniciais do ensino fundamental.
- Ⓔ apesar de permanecer restrita à escola, pode ser exercida na administração e planejamento da instituição de ensino à qual está vinculado.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Durante muito tempo o processo educativo esteve ligado estritamente às ações educativas realizadas na escola e era justamente esse o espaço de atuação do pedagogo. Porém, as transformações pelas quais a sociedade vem passando, especialmente a tecnológica e a perspectiva do mundo globalizado, ressignificou a concepção de educação e, consequentemente, os campos de atuação do pedagogo. A educação ganha prioridade, portanto, não mais apenas dentro da escola, de forma institucionalizada, mas em outros âmbitos que tem a formação humana como objetivo. Daí pode-se citar, dentre outros espaços as empresas, hospitais, ONGs, associações, igrejas, meios de comunicação e projetos sociais. Essa nova perspectiva rompe com preconceitos e ideias que delegam ao

pedagogo apenas a sala de aula como espaço para exercício da sua profissão.

Alternativa B: INCORRETA. A atuação do pedagogo não se restringe à docência, pois a prática pedagógica vai além do exercício da profissão na sala de aula e é um equívoco pensar nesse sentido, já que a Pedagogia enquanto campo de saber que tem a função investigativa do fenômeno educativo, possui uma ampla área de inserção dada a dimensão que a Educação possui na sociedade. Assim sendo, o licenciado em Pedagogia pode desenvolver qualquer trabalho que esteja voltado para este fim, seja nos contextos escolar e não escolar. Além disso, quando atua na escola, ele pode exercer a docência não só na Educação Infantil, mas também nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas para o Curso Normal do Ensino Médio e nos cursos de Educação Profissional na área educacional.

Alternativa C: CORRETA. O trabalho do pedagogo não se limita apenas à escola, pois o mesmo pode atuar em diversos espaços: hospitais, ONGs, empresas, museus, meios de comunicação, projetos sociais, enfim, qualquer espaço onde aconteçam práticas educativas, os conhecimentos pedagógicos se fazem necessários e, portanto, a presença do pedagogo se faça imprescindível. Afinal, a educação se faz presente em instâncias sociais que se localizam para além da escola, ou seja, onde houver uma ação educativa intencional, ali haverá a necessidade de uma pedagogia, de um pedagogo.

Alternativa D: INCORRETA. Apesar de a alternativa ampliar a afirmação da atuação do pedagogo para as séries iniciais do Ensino Fundamental, ainda se limita apenas ao exercício da profissão na escola e não apresenta as outras possíveis instâncias de atuação do pedagogo, conforme explicitado acima.

Alternativa E: INCORRETA. Mais uma vez, essa alternativa também restringe o exercício da profissão do pedagogo à escola, o que não é correto afirmar, conforme já foi demonstrado nos comentários anteriores.

Ⓐ Com a Pedagogia adquirimos conhecimentos e capacidades para conhecer melhor os indivíduos, as habilidades e as competências.

Ⓑ O pedagogo torna-se facilitador do processo de ensino e aprendizagem, mas não atua na formação do profissional.

Ⓒ As atuações pedagógicas se encontram apenas na instituição escolar.

Ⓓ O Pedagogo empresarial vai adotar uma postura diferenciada e vai exigir a produtividade de maneira mecânica, tendo em vista, em um primeiro plano, o lucro da empresa.

Ⓔ A pedagogia empresarial se ocupa com os conhecimentos, competências e atitudes que não estão relacionados à melhoria da produtividade.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Qualquer atividade humana para ser realizada necessita do domínio de certos conhecimentos a fim de que se possa garantir sua efetividade e a eficácia da ação, viabilizando assim os resultados esperados. No desenvolvimento do Pedagogo, portanto, a formação é fundamental para que possa alicerçar sua prática pedagógica. Com base nos diferentes saberes presentes no seu processo formativo, ele poderá colocar-se como mediador cultural e agente de produção e transformação nos diversos espaços educacionais onde pode atuar. Assim sendo, é essencial a apropriação dos instrumentos culturais do saber teórico de cultura e de sua especialidade através das áreas científicas, filosóficas e artísticas. Esse conjunto de conhecimentos favorece o desenvolvimento de competências que podem assim ser caracterizadas: competência técnica (conhecimentos na área de sua especialidade), competência prática (conhecimentos do campo de trabalho), competência científica (voltada para a construção de novos conhecimentos) e competência pedagógica (conhecimentos ligados ao fazer pedagógico, construído na sua ação cotidiana nos diferentes espaços educacionais). Uma formação centrada nesses saberes permite ao pedagogo compreender e atender os sujeitos e as demandas do seu trabalho, bem como agir didática e autonomamente e com competência diante dos desafios que surgem nos processos educacionais nos quais se faz presente, colaborando, assim, para a construção de

15. Questão

(EBSERH/HE UFSCAR - AOCF - 2015) O Curso de Pedagogia forma o profissional de educação que atua em vários espaços não escolares, tendo em vista a formação humana. Assinale a alternativa correta que está relacionada ao Curso de Pedagogia.

espaços mais humanos com vistas a uma sociedade mais participativa e democrática.

Alternativa B: INCORRETA. Enquanto profissional que atua em espaços não escolares sua prática está voltada tanto para a organização de diferentes setores, com vistas ao desenvolvimento e a integração dos processos de gestão e os relacionamentos internos e externos, como na implementação de programas com vistas aos processos de formação, aperfeiçoamento, construção de conhecimentos, desenvolvimento de competências e de habilidades. Portanto, nota-se que o pedagogo não atua somente como mediador do processo de ensino e aprendizagem, mas também na formação do profissional que atua nos espaços educativos não-formais identificando os seus problemas, suas necessidades e oferecendo a intervenção necessária.

Alternativa C: INCORRETA. Os processos educativos não acontecem somente dentro da escola, mas em diferentes espaços sociais. Partindo do pressuposto de que o pedagogo é responsável pela mediação de ações educativas, não se pode restringir sua atuação apenas aos locais formais de educação. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em pedagogia licenciatura, identifica-se em um de seus artigos o indicativo de inserção do pedagogo em espaços onde seus conhecimentos pedagógicos se façam necessários. Assim sendo, essa atuação não se limita à sala de aula, mas se estende a presídios, ONGs, fábricas, hospitais, emissoras de rádio e TV, enfim em diversas áreas onde ele possa intervir pedagogicamente.

Alternativa D: INCORRETA. Enquanto mediador dos processos educativos das empresas, o pedagogo tem o objetivo de organizar, programar, dinamizar, enfim, gerenciar os recursos de aprendizagens necessários para atender as necessidades dos profissionais que atuam nesse espaço. Dessa forma, seu foco está num processo formativo que permita o desenvolvimento de projetos de qualificação e reeducação. Como se vê, a formação não acontece de forma mecânica e nem direcionada apenas para a geração de lucros para a empresa, mas para o estabelecimento de uma organização aprendente que, segundo Senge (2002), está fundamentada nas seguintes características: pensamento sistêmico, domínio pessoal, modelos mentais, a construção de uma visão compartilhada e aprendizagem em equipe. O pensamento sistêmi-

co refere-se o todo de uma empresa: parte contábil, administrativa, produção etc. O domínio pessoal diz respeito ao comprometimento e a capacidade de aprendizagem de cada indivíduo. Os modelos mentais incidem na forma de como cada indivíduo analisa o mundo em sua forma de ver e agir a partir de cultura familiar e social. A construção de uma visão compartilhada está ligada à figura de um líder que socializa com todo o grupo o seu posicionamento, o seu modo de ver, a sua opinião em meio às opiniões expressas pelo coletivo. E por fim, a aprendizagem em equipe que se faz presente em diferentes situações: no esporte, no teatro, na ciência e possibilita que vivenciem experiências coletivas, de construção em grupo, favorecendo o trabalho em equipe que é fundamental dentro de uma empresa. Assim sendo, produtividade e lucro será consequência desse contexto que estabelece como prioridade a gestão de pessoas e os processos relacionais.

Alternativa E: INCORRETA. Apesar de não ser o objetivo principal do pedagogo em sua atuação nas empresas a produtividade da mesma, suas ações promovem a melhora dos resultados da empresa e sua produtividade. Ele contribui significativa e de maneira eficaz nesse processo intencional. Isto porque as práticas pedagógicas previstas visam o desenvolvimento de competências e habilidades que promovam a melhoria do desempenho das pessoas, novas responsabilidades e satisfação pessoal. E tudo isso é fundamental para que qualquer empresa progrida com seus produtos e serviços. Ou seja, a gestão de pessoas e o processo de aprendizagem continuada, os conhecimentos, competências e atitudes possibilitam o desenvolvimento, crescimento e permanência da empresa num cenário tão competitivo dentro dessa sociedade globalizada.

16. Questão

(EBSERH HE/UFPEL - AOCP - 2015) O trabalho do Pedagogo na Empresa está ligado ao processo de gestão do conhecimento. Em relação à gestão do conhecimento, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ O conhecimento aumenta a flexibilidade organizacional e promove maior capacidade de inovação e isso é a única garantia de avanço que a empresa possui.

Ⓑ Ter essa gestão do conhecimento dispensa a necessidade de se ter uma visão empreendedora inovadora e audaciosa do que se pretende alcançar.

Ⓒ A Gestão do Conhecimento é um processo estratégico contínuo e dinâmico que visa gerar o capital intangível da empresa e todos os pontos estratégicos a ele relacionados e estimular a conversão do conhecimento. Deste modo, deve fazer parte da estratégia organizacional e ter sua implantação garantida e patrocinada pela alta gerência, a quem deve estar subordinado todo o processo de Gestão do Conhecimento.

Ⓓ Pelos vários aspectos relacionados à gestão do conhecimento, como o papel da alta administração, cultura, estrutura organizacional, dispensa-se a motivação, pois isso está implícito na atividade do funcionário.

Ⓔ A gestão do conhecimento não é necessária quando se tem avaliação de desempenho.

Grau de Dificuldade



DICA DA AUTORA: A dificuldade da questão se encontra no fato de ser necessário um conhecimento aprofundado sobre os princípios e pressupostos da Gestão do conhecimento, a fim de avaliar se alguns aspectos (avaliação e motivação, por exemplo) são ou não pertinentes no trabalho que o pedagogo realiza.

Alternativa A: INCORRETA. As mudanças ocorridas no século XX de ordem tecnológica e científica, ocasionaram novos arranjos e formas organizacionais nas empresas de modo que se adequassem às exigências da sociedade moderna. A era do conhecimento instaurada a partir desse momento levaram as empresas a adotarem práticas, métodos e procedimentos voltados ao desenvolvimento e à disponibilização do conhecimento numa perspectiva de gestão da inovação e gestão do conhecimento. A Gestão do Conhecimento objetiva favorecer a acessibilidade de informações, a geração de novos conhecimentos e a identificação da memória organizacional (o conhecimento capturado, e sua dinamicidade na relação entre aprender e armazenar esse conhecimento por parte dos que trabalham na empresa). Esses objetivos estão associados à definição das vantagens competitivas entre uma empresa e seus concorrentes. Entretanto essa perspectiva de gestão de conhecimento não é garantia de que a empresa

possa avançar, pois muitas variáveis interferem no cotidiano da empresa, como por exemplo, as relações interpessoais, que é também uma das funções do pedagogo nesse espaço.

Alternativa B: INCORRETA. Apesar de a Gestão do conhecimento ser um fator fundamental para o crescimento da empresa, ela não dá conta de garantir que isso aconteça. O avanço de uma empresa está associado a outros fatores. Por isso, uma visão empreendedora de inovação por parte de todos que atuam na empresa não pode ser descartada. Inclusive, é nesse sentido que o pedagogo desenvolve seu trabalho. Juntamente com a cultura organizacional, ele desempenha a função de provocar mudanças no comportamento das pessoas, a fim de que todos tenham uma visão empreendedora inovadora para a empresa se comprometendo com os objetivos que ela tem e criando condições para sua transformação a fim de favorecer novos ciclos de crescimento. Em suma, a inovação e o empreendedorismo são fundamentais para a sobrevivência das empresas, para que elas não fiquem estáticas diante de um cenário cotidianamente cheio de obstáculos e oportunidades.

Alternativa C: CORRETA. A Gestão do conhecimento dentro da empresa reflete a sociedade contemporânea na qual o conhecimento é o elemento essencial para a criação de estratégias transformadoras. Como espaço educativo, as práticas pedagógicas da empresa passam a ser assim sendo, o pedagogo tem a função de realizar um projeto educativo que tenha como foco a criatividade, a subjetividade, as competências, o trabalho em grupo e as capacidades comunicativas. Ou, seja, percebe-se que a atenção das empresas está voltada para a formação do capital humano desenvolvendo ações que favoreçam a permanência do desenvolvimento e investimento no diferencial do mercado que é o capital intelectual. Dada a importância da Gestão de conhecimento dentro da empresa, é necessário destacar o papel da alta gerência na definição dos campos do conhecimento que devem ser o foco dos funcionários para seu aprendizado, na apresentação clara da estratégia empresarial e no estabelecimento de metas que desafiem e sejam motivadoras. A Gestão do Conhecimento implica, portanto, na atuação da gerência tanto com proposição de práticas que estejam de acordo com o que esta perspectiva de gestão propõe, bem como com a coordenação sistêmica da mesma.

Alternativa D: INCORRETA. É impossível desassociar a Gestão do conhecimento e motivação, haja vista que ambos os conceitos estão voltados para a Gestão de pessoas que é o foco do trabalho do pedagogo nas empresas. Não é possível ter um ambiente favorável para o desenvolvimento continuado, para a criatividade e para a inovação se não há motivação por parte daqueles que realizam o trabalho no cotidiano das organizações. É a motivação que direciona a todos para as metas e objetivos compartilhados pela organização. Ela é fundamental para que todos reconheçam sua importância dentro da empresa, sintam-se mais comprometidos com as atividades profissionais e consequentemente, tenham um melhor desempenho produtivo.

Alternativa E: INCORRETA. Partindo do pressuposto que Gestão do Conhecimento diz respeito ao conjunto de atividades que fomentam o gerenciamento do conhecimento dentro de uma organização, é possível afirmar que não existe processo de busca, produção e construção do conhecimento sem que a avaliação esteja presente. A avaliação do desempenho oferece a possibilidade de identificar causas e hipóteses distanciamento entre os objetivos definidos pela empresa e sua efetivação. A avaliação possibilita o processo de gerencial de organizações alicerçadas no conhecimento. Mais do que um recurso operacional, ela é, portanto, uma função estratégica da administração de pessoal na sociedade contemporânea.

17. Questão

(EBSERH HU/UEJF - AOCF - 2015) O pedagogo deve ser formado para atuar em diferentes áreas, além da docência. O pedagogo empresarial se ocupa de:

- Ⓐ auxiliar na gestão de conflitos, na seleção e em toda contratação de pessoal.
- Ⓑ elaborar o treinamento, a gestão e atuar no setor de produção da empresa.
- Ⓒ desenvolver as competências do indivíduo sem o compromisso social e sustentável.
- Ⓓ desenvolver conhecimentos, competências, habilidades e atitudes diagnosticadas como indispensáveis/necessárias à melhoria da produtividade.
- Ⓔ elaborar o planejamento estratégico da empresa.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Assim como na escola, as atividades do Pedagogo na empresa contemplam quatro campos de atuação: atividades pedagógicas, burocráticas, sociais e administrativas. Assim sendo, embora seu foco seja a formação em serviço, numa perspectiva de Gestão de pessoas, ele pode participar na gestão de conflitos e nos processos de seleção e contratação de pessoal. Entretanto, não é o único responsável por isso, ou seja, não cabe a ao pedagogo toda a contratação de pessoal. Como foi dito, ele participa desse processo por ser um membro que compõem a área de Recursos Humanos dentro da empresa.

Alternativa B: INCORRETA. Ele como o principal responsável pela formação de pessoal no cotidiano da empresa, o pedagogo desenvolve projetos e ações que objetivam que os resultados esperados sejam alcançados. No processo de Gestão de Pessoas e Gestão de conhecimento ele busca potencializar os conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas. Ele assume o papel de desenvolvimento das competências humanas e sua intervenção será no sentido de desenvolver atividades que favoreçam um bem-estar pessoal e coletivo na empresa, contribuindo, assim, para os processos de produção que nela acontecem. Portanto, a produção não é o foco do trabalho do pedagogo, mas consequência da sua ação.

Alternativa C: INCORRETA. Uma empresa se relaciona com diferentes públicos (governo, comunidade, fornecedores, concorrência, acionistas) e por isso possui um compromisso social com as mesmas, suas ações podem tanto oferecer-lhes benefícios, como pode também prejudicá-los, direta ou indiretamente. Assim sendo, ao se pensar no papel do pedagogo como responsável pelo desenvolvimento de competências dentro da empresa, é fundamental situar a importância que o mesmo tem nessa relação da empresa com o social. Ele deve atuar ativamente na responsabilidade social colaborando com os funcionários na construção de uma visão de mundo e de homem capaz de promover mudanças tanto dentro da empresa quanto fora dela de modo a colaborar com um mundo melhor e para a manutenção da vida no planeta. Ou seja, as ações do pedagogo vão além dos aspectos instrumentais chegando à dinâmica das relações entre indivíduos e sociedade contribuindo para a formação de escolhas éticas que promovam o bem comum.

Alternativa D: CORRETA. A produtividade é uma das palavras de ordem dentro das empresas na atualidade e é importante para o seu desenvolvimento como um todo. Assim sendo, a pedagogia Empresarial se ocupa com a construção de conhecimentos e desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes consideradas fundamentais para a melhoria dessa produtividade. Os processos formativos na empresa, consideram o aprimoramento de conhecimento dos funcionários com ideias e objetivos previamente definidos de modo a favorecer mudanças no desempenho individual e coletivo. Dessa forma, esse profissional colabora para a adoção de novas atitudes e práticas que possibilitam um melhor desempenho de todos gerando uma maior qualidade na produtividade da empresa.

Alternativa E: INCORRETA. O planejamento faz parte de um processo que pretende estabelecer objetivos e metas com vistas a um resultado esperado. Ao planejar estrategicamente o setor gerencial, compatibiliza as oportunidades que o ambiente externo oferece às condições internas, sejam elas favoráveis ou não, da empresa, de modo a alcançar seus objetivos futuros. Apesar de ser fundamental a participação/ envolvimento de colaboradores da empresa (o pedagogo, demais funcionários e parceiros externos), sua elaboração é de responsabilidade dos setores mais altos da empresa.

18. Questão

(EBSERH HUUF/JF - AOCF - 2015) Para o Pedagogo Empresarial, a construção do conhecimento tem um papel:

- (A) mecanicista.
- (B) pragmático.
- (C) sistemático.
- (D) técnico.
- (E) humanizador.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A perspectiva mecanicista, concebe o processo educativo como uma relação vertical, na qual quem ensina tem todas as vantagens e competências, é uma autoridade que possui um repositório do conhecimento e, quem aprende, tem todas as insuficiências cabendo-lhe receber todos os conhecimentos que o outro lhe transfere. O

fluxo é de sentido único, pois se acredita que só assim é possível se obter resultado satisfatório. Nessa relação quem ensina não tem nada a aprender com o outro. Dessa forma, tem-se uma prática educativa que prioriza a hierarquia em nome da transmissão de conhecimento favorecendo a formação de sujeitos subservientes, obedientes, limitados em sua capacidade criativa, destituídos de outras formas de expressão e solidariedade. Numa perspectiva de gestão de conhecimento e de gestão de pessoas que é o foco da atuação do pedagogo na empresa, essa concepção “domesticadora” não se enquadra, já que o que toma como referência para o seu trabalho é a interação entre os sujeitos, os conteúdos de aprendizagem e o seu papel como mediador do processo de construção de conhecimento e não de transmissor de informações. Para tanto, o mesmo toma como referência programas instrucionais e/ou diretrizes didáticas que visam ao desenvolvimento de três competências: planejar, facilitar e avaliar a aprendizagem.

Alternativa B: INCORRETA. Numa perspectiva pragmática quem ensina apenas tem o papel de propiciar experiências de aprendizagem para que, quem aprende desenvolva os seus próprios processos de pensamento orientando suas ações. O pragmatismo fundamenta o conhecimento na ação e no comportamento, por isso, o conhecimento é considerado uma ação prática que produz consequências práticas. Evidencia-se, portanto, o caráter individual que esta concepção assume. Dessa forma, não é essa a perspectiva que sustenta o trabalho do pedagogo na empresa, pois sua atuação visa um processo de aprendizagem alicerçado na coletividade, na experiência compartilhada através da linguagem, da observação, prática, etc. O conhecimento se inicia no individual, transita pelo grupal e então, move-se para o nível da empresa. O pedagogo considera que, numa perspectiva de Gestão de conhecimento, os processos de aprendizagem se entrelaçam entre conjuntos de conhecimentos individuais, práticas individuais e parcerias com outros sujeitos dentro da própria empresa ou com outras organizações. Nesse sentido, se evidenciam as competências essenciais da empresa e o conhecimento coletivo é construído.

Alternativa C: INCORRETA. O conhecimento que se visa construir dentro da empresa através da mediação do pedagogo não é um conhecimento sistemático. Isto por que, este é caracterizado pela racio-

nalidade, exatidão e verificação. Diz respeito a um conhecimento que é sistemático, metódico e que prevê experimentação, validação e comprovação como uma forma de representação do real, se valendo da análise das partes isoladas. Mas, o que as empresas têm buscado hoje, dentro de uma concepção de Gestão de conhecimento e de pessoas, é a construção de um conhecimento que provoque mudanças em algo ou alguém, tornando tanto o indivíduo quanto a empresa mais eficientes. Assim sendo, o pedagogo empresarial a ruptura do paradigma hierárquico, autoritário e dogmático, que não concebe todos que atuam na empresa como pessoas capazes de contribuir para o desenvolvimento na empresa. No mundo globalizado que sustenta concepções e práticas de mercado a divisão do trabalho em partes, a hierarquia administrativa, o controle minucioso e as especialidades dentro da empresa não contribuem para a integração, interação, o trabalho coletivo. Por isso, se obscurece a interface das relações que se constituem como essenciais nos processos de construção do conhecimento. Nesse sentido, uma prática de formação tecnicista não contempla essa nova visão empresarial, pois se concebe a presença de um transmissor de conteúdos e de funcionários que assimilam e executam as atividades a ele indicadas reproduzindo o que lhes foi ensinado. E quando se fala em organização aprendente o pedagogo se apresenta, não como aquele que transmite verticalmente conhecimentos, mas que se coloca como mediador do processo de produção e construção do conhecimento aprimorando estratégias capazes de revelar os saberes já construídos e as competências já presentes nas empresas.

Alternativa D: INCORRETA. A discussão sobre construção do conhecimento não encontra relação com uma visão tecnicista. Isto porque o que fundamenta uma visão técnica do conhecimento é o saber fazer, a operacionalização e coloca como prioridade a supervalorização da técnica em detrimento das atividades de pensar, de compreender e de questionar. Nesse contexto, quem aprende dentro da empresa, seria executor de um processo concebido por uma equipe que planeja e controla ações sustentadas na "neutralidade", objetividade e imparcialidade do processo educativo. Os indivíduos, portanto, seriam submetidos a forças do ambiente, num cenário de culturas divididas, valores individuais e os estilos de vida cada vez mais desumanizadores. Não é esse o

objetivo do pedagogo dentro da empresa, quando o que está em jogo é sua mediação no processo de construção de conhecimento. Os funcionários não são máquinas e não se espera que se comportem como tal. A construção do conhecimento por cada pessoa só é passível de acontecer se cada uma encontra um sentido para e por quê aprender. Assim sendo, a construção do conhecimento para o pedagogo não tem um papel tecnicista.

Alternativa E: CORRETA. A construção do conhecimento tem um papel humanizador para o pedagogo, porque visa contribuir para o desenvolvimento integral do sujeito, num processo permanente e contínuo de busca dos seus valores como cidadão e profissional. Desta forma a Educação cumpre com seu objetivo qual é contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo atendendo às suas especificidades sociais no processo de humanização. O trabalho do pedagogo não se volta exclusivamente para a produtividade da empresa (ela é consequência), mas para o ser humano em sua totalidade dentro do espaço onde está considerando-o um sujeito que aprende, que atua conscientemente na realidade na qual está inserido e que constrói o conhecimento a partir do seu potencial criador, da sua intuição, sentimentos, sensações e emoções. Em oposição à compartimentação, à desarticulação, à descontinuidade, à fragmentação essa perspectiva humanizadora de construção do conhecimento objetiva a integração, a articulação, a continuidade, a inter-relação na teoria e nas práticas educativas. Esta é uma perspectiva, portanto, que aponta para práticas humanizadoras dentro e fora da empresa. O pedagogo vê a pessoa em sua totalidade, em toda sua complexidade a fim de que sua mediação no processo de construção do conhecimento dentro da empresa contribua para a evolução da humanidade.

19. Questão

(PREF. JUATUBA/MG - CONSULPLAN - 2015) Segundo Libâneo (2008) “[...] pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana [...]”. Quando nos referimos à educação, podemos atribuir diversas funções sobre o papel do pedagogo

no processo educacional. Acerca destas funções, assinale a afirmativa **incorreta**.

Ⓐ O pedagogo tem como objetivo organizar e orientar o trabalho dos demais profissionais para que a escola atinja suas metas, pois a construção de uma escola democrática é um dos principais desafios do século XXI. E a escola, para ser democrática, necessita, portanto, do trabalho pedagógico e ações humanas que envolvam todos os sujeitos da ação educativa.

Ⓑ O trabalho educativo deve estar orientado para a formação do indivíduo de maneira integral, que vise o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, afetivos, físicos e sociais. A aprendizagem deve ser, portanto, mediada por práticas pedagógicas construtivas que levem o sujeito à prática reflexiva, sendo capaz de exercer sua autonomia, criatividade, sensibilidade e humanidade.

Ⓒ O pedagogo deve orientar e mediar o trabalho pedagógico desenvolvido na instituição de ensino, exercendo um papel central como articulador do processo educativo, mas sozinho não tem poder para estimular a participação da comunidade na gestão da escola. Esse é um desafio político e social, engendrado em bases complexas da organização da sociedade, extrapolando as ações pelas quais o pedagogo responde.

Ⓓ O pedagogo é o responsável pelo conjunto institucional, bem como integrar os diversos setores da escola, além de ser responsável pelas atividades burocráticas. A função do pedagogo escolar é, portanto, organizar o trabalho administrativo e financeiro, todavia deve exercer uma gestão democrática, que leve em consideração a opinião de todos os sujeitos que compõem a escola e flexíveis para a tomada de decisões.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A construção de uma escola democrática é uma das metas da educação para este século. Essa perspectiva aponta para uma gestão escolar assumida com a participação do pedagogo e que possibilita condições reais e igualitárias a todos os profissionais para exercer um papel ativo na mesma se envolvendo com todas as etapas de elaboração e efetivação das atividades pedagógicas. Afinal, qualquer profissional que da escola faz parte,

desenvolve saberes, possui competências e informações a realidade escolar e, por isso, está apto a trabalhar individual e coletivamente. E como cada um faz parte também da dinâmica organizacional da escola, sua participação na gestão democrática e nos processos decisórios da escola é de fundamental importância. Nesse contexto, o pedagogo possui a função de articulador do processo educativo de toda a comunidade escolar. Cabe a ele a organização de um trabalho pedagógico que esteja de acordo com as intenções educativas da escola de modo a possibilitar que os objetivos sejam alcançados.

Alternativa B: CORRETA. O cenário de mundo globalizado da atual sociedade aponta para a ruptura de determinados paradigmas referentes a concepção de ser, humano, de sujeito, bem como de seu processo formativo. O desafio proposto pela atual sociedade é a superação de barreiras que definem limites para a cultura, para o conhecimento e permeiam as relações interpessoais e de poder dentro da escola. O que se propõe é a substituição de padrões burocráticos, tecnicistas, fragmentados e formalistas por paradigmas holísticos, globais, integrais no que diz respeito à concepção de processo educativo, de formação de sujeito. Tal perspectiva sinaliza a necessidade de ressignificação das práticas pedagógicas. Torna-se, portanto, um desafio trabalhar a ressignificação das ações pedagógicas no sentido de pensá-las a partir da integralidade do sujeito, ou seja, pensar no ser humano de forma mais ampla. Para além dos aspectos cognitivos, uma educação integral visa também uma atenção aos aspectos afetivos, físicos e sociais. Assim sendo, as práticas educativas pensadas, orientadas e mediadas pelo pedagogo devem desenvolver as seguintes dimensões: artística, estética, musical, afetiva, espiritual, os valores, a saúde, o corpo, enfim, toda e qualquer dimensão que possibilite ao sujeito o exercício da sua autonomia, criatividade, sensibilidade e humanidade.

Alternativa C: CORRETA. O grande desafio colocado para o pedagogo que atua na escola é o de articular o processo educativo a partir da participação da comunidade escolar na gestão da mesma. Ele precisa investir no desenvolvimento de um trabalho coletivo que considere a participação de todos os envolvidos na comunidade escolar, ou seja, de todos e todas que se interessam pela vida da escola. Mesmo que ele seja o responsável pela organização

e orientação do processo educativo, se não tiver o envolvimento de todos os sujeitos envolvidos na tarefa de educar os objetivos do processo de ensino e aprendizagem não serão alcançados. A participação da comunidade está legalmente regulamentada na Brasil e é fundamental porque além de permitir sua participação nas atividades decisórias de cada instituição, se abre possibilidades para que a classe trabalhadora se coloque também como responsável por sua organização. Esta é uma forma, inclusive de a escola colaborar com a ruptura de condicionantes engendrados na sociedade capitalista que expressam suas características: individualismo, exclusão social, perspectiva de transformação de direitos em serviços, a expressão de suas características.

Alternativa D: INCORRETA. O papel do pedagogo está voltado para a coletividade tanto do ponto de vista do exercício de uma gestão democrática considerando a opinião e a flexibilidade para a tomada de decisões de todos os sujeitos que fazem parte da escola, quanto em relação à sua responsabilidade em organizar os recursos pedagógicos e didáticos e mediar a prática educativa contribuindo para a prática dos professores. Dessa forma, não é de sua responsabilidade lidar com as questões burocráticas, administrativas e financeiras da escola. Quem desempenha essa função é o diretor. Ele é responsável pelo conjunto institucional, bem como integrar os diversos setores da escola, além de ser responsável pelas atividades burocráticas. O diretor escolar é quem organiza o trabalho administrativo e financeiro, apesar de contar com a participação de outros atores educativos dentro de uma perspectiva de gestão democrática.

20. Questão

(IFB - FACTOS - 2017) Um dos clássicos escritos por Paulo Freire traz como título “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa”. Nessa obra, é abordada a questão da formação docente aliada à reflexão sobre a prática educativa-progressista para o desenvolvimento da autonomia do ser dos educandos.

Com base nos escritos, leia atentamente as afirmativas a seguir:

- I. ensinar exige criticidade: a curiosidade ingênua não é a mesma curiosidade que, aproximam-

do-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, torna-se curiosidade epistemológica;

- II. ensinar exige bom senso: a vigilância do bom senso tem grande importância na avaliação que o professor, a todo momento, deve fazer de sua prática;
- III. ensinar exige curiosidade: sem a curiosidade o professor não aprende e nem ensina;
- IV. ensinar exige liberdade e autoridade: quanto mais criticamente a liberdade assume o limite necessário, tanto menos autoridade ela tem para continuar lutando em seu nome.
- V. ensinar exige disponibilidade para o diálogo: o professor se sente seguro porque não há razão para se envergonhar por desconhecer algo.

Com base nas afirmativas anteriores, marque a opção em que todas as alternativas estejam corretas:

- Ⓐ I, II e IV apenas.
Ⓑ I, III, IV apenas.
Ⓒ II, III e V apenas.
Ⓓ II, III, IV e V apenas.
Ⓔ I, IV e V apenas.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: INCORRETA. Para Paulo Freire, a curiosidade ingênua (que se associa ao senso comum) é a mesma curiosidade que, quando se torna epistemológica (ou seja, reflete sobre a natureza, as etapas e os limites do conhecimento), adquire as condições necessárias para uma compreensão mais ampla da realidade. Portanto, essa curiosidade aponta para uma abertura para se estabelecer uma relação entre o que o sujeito já sabe e o que ele pode aprender. Portanto, uma das tarefas mais importantes da prática educativa é o desenvolvimento da curiosidade crítica, ou seja, aproximar-se do conhecimento sem se submeter a ele, não aceitando discursos autoritários, mas que se concentra na pesquisa, nos estabelecimentos de relações e na reflexão com liberdade e autonomia intelectual.

Assertiva II: CORRETA. O bom senso é abordado por Paulo Freire como a capacidade de um agir flexível entre as questões formais que regem a sala de aula e sobre regras claras e justas postas para os alunos. Ensinar exige, portanto, o bom senso do professor

para guiá-lo em situações cotidianas da sala de aula, situações pedagógicas, por vezes, conflituosas que exigem sua autonomia e liberdade para que a aprendizagem dos alunos não seja prejudicada por outras questões que não apontam para o ato educativo. O formalismo insensível e o autoritarismo não tem espaço na sala de aula. O bom senso adverte o professor de que o exercício de sua autoridade tomando decisões que favoreçam o aprendizado, orientar tarefas, cobrar responsabilidades, acompanhar e avaliar a produção não pode ser confundida com autoritarismo. É preciso, portanto, educar o bom senso para que haja a superação de ações meramente instintivas nas relações de sala de aula.

Assertiva III: CORRETA. Um das práticas principais de uma Pedagogia da autonomia é aquela que favorece a curiosidade tanto do estudante quanto do professor. Sem a curiosidade é impossível aprender e ensinar, porque é através da capacidade investigativa, imaginativa e inventiva do professor que ele vai rompendo e ultrapassando os limites conhecidos (gostos, interesses, saberes), assume e favorece aos seus alunos, e a si mesma, a possibilidade de reflexão crítica diante das situações do cotidiano, contribuindo para o movimento do pensamento. Afinal, a reflexão crítica é o ponto de partida para a prática docente, pois é ela que permite que os alunos acompanhem dúvidas do professor, reflitam, relacionem, situem o conhecimento num contexto, completem o raciocínio e formulem uma conclusão. Nesse contexto, o professor que faz uso do autoritarismo impõe obstáculo ao exercício da curiosidade. Afinal, a curiosidade que nega a outra, nega-se a si mesma.

Assertiva IV: INCORRETA. O equilíbrio entre liberdade e autoridade é um exercício indispensável para a conquista da disciplina necessária no processo de ensino e aprendizagem. É no exercício da autoridade do professor que ele abre espaço para uma prática, que não se baseia na defesa do seu ponto de vista como único, mas para uma prática aberta e dialógica. A base para isso é o respeito entre professor e alunos a partir do estabelecimento de alguns limites que não podem ser transgredidos. Se de um lado se tem a autoridade democrática do professor e do outro a liberdade dos alunos, a tendência é que ambos evoluem para uma relação franca e de respeito mútuo. A liberdade deve se exercitar assumindo suas decisões, pois ela amadurece no confronto com outras liberdades. E qual o limite da liberdade? O limi-

te da liberdade é a ética. Quando a liberdade rompe os limites da ética ela se nega da mesma forma que se tivesse sido sufocada. Portanto, quanto mais criticamente a liberdade assume o limite necessário, tanto mais autoridade ela tem para continuar lutando em seu nome.

Assertiva V: CORRETA. A capacidade de o professor estar aberto para o diálogo não tem a ver com uma postura rígida de que tudo sabe e não precisa aprender mais nada, mas ao contrário, coloca o professor numa atitude de abertura para fazer uso dos conhecimentos que já possui e, ao mesmo tempo, reconhecer que pode e deve aprender mais, porque ele não domina todos os conhecimentos e não é o dono da verdade. Essa “humildade pedagógica” confere ao professor o lugar de mediador da aprendizagem, haja vista que o diálogo diminui a distância entre ele e seus alunos favorecendo um conhecimento sobre os modos de ser e viver dos mesmos e abrindo possibilidades para o respeito às diferenças. Dessa forma, a relação de reciprocidade que se estabelece não anula o outro, mas o desperta para a escuta e a fala.

Resposta: ©

21. Questão

(PREF. DE RIO ABAIXO - IDECAN - 2016) Podemos identificar, a todo tempo, os pressupostos que embasam a ação docente, por meio das falas e das práticas em ambientes educativos. A concepção de conhecimento que o educador adota para si, mesmo que de forma inconsciente, determina, em grande parte, sua prática pedagógica, ou seja, a forma como ele entende que o aluno conhece, tende a direcionar o seu fazer pedagógico, no sentido de que a aprendizagem ocorra. A concepção que subjaz à fala do professor “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura” está embasada nos princípios de aprendizagem:

- (A) inatistas.
- (B) empiristas.
- (C) interacionistas.
- (D) construtivistas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Para a corrente inatista de aprendizagem, os sujeitos já nascem com determinadas aptidões, habilidades, qualidade e conhecimentos devido à sua carga hereditária. Assim sendo, o papel da escola, do educador é apenas oportunizar para que esses saberes venham à tona, sem a necessidade de muita interferência sua, ou seja, acredita-se que o aluno aprenda sozinho.

Alternativa B: CORRETA. A base empirista é a crença no fato de que as informações passam a fazer parte do conjunto de conhecimentos de uma pessoa quando estas se tornam hábito para ela. A mente do sujeito funciona, portanto, como uma espécie de esponja que vai retendo e acumulando os conteúdos com os quais a pessoa vai tendo contato. Enfim, a aprendizagem é um acúmulo de informações e, nesse caso, quanto mais as informações são repetidas, mais o sujeito vai internalizando. Portanto, a concepção de aprendizagem que explica, traduz o ditado popular professor “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”, é a empirista.

Alternativa C: INCORRETA. Também defendendo a ideia de ação-interação de Piaget, na qual o sujeito interage com o objeto de conhecimento, o interacionismo amplia-se ao destacar a importância do contexto sócio-histórico-cultural no processo de aprendizagem. Isto porque evidencia-se que é através da interação do sujeito com outros mais experientes e pela força da linguagem que ele vai se apropriando ativamente do conhecimento social, histórico e cultural. É um processo que ocorre ao longo da sua vida pelo contato que vai tendo com o mundo, ou seja, paulatinamente ele vai construindo estruturas linguísticas e cognitivas através da mediação dos grupos dos quais faz parte.

Alternativa D: INCORRETA. Na concepção construtivista a participação ativa do sujeito no processo de aprendizagem é fundamental. Não basta, portanto, que o mesmo seja submetido a uma série de informações com seguidas repetições para que ele aprenda. Nesse sentido, no construtivismo, existe uma relação entre o conhecimento que o sujeito possui (habilidades cognitivas e formas de estruturar o pensamento) e o saber externo, ou seja, o meio. É no contato com o conhecimento que o sujeito põe em jogo o que já sabe, organiza e integra novos conhecimentos aos que já possui.

22. Questão

(PREF. DE RIO ABAIXO - IDECAN - 2016) No contexto do processo educativo, o princípio integração teoria/prática instiga a repensar e ressignificar a prática pedagógica. Quando o professor deseja a relação em seu grau máximo entre os componentes curriculares, o que supõe uma integração de um sistema totalizador, em que ocorre uma unidade interpretativa, com objetivo de construir uma ciência que explique a realidade sem fragmentações, pode-se inferir que trata-se da:

- (A) Pluridisciplinaridade.
- (B) Interdisciplinaridade.
- (C) Transdisciplinaridade.
- (D) Multidisciplinaridade.

Grau de Dificuldade

DICA DA AUTORA: Apesar da questão parecer fácil, é preciso muita cautela na análise dos conceitos, pois a linha tênue que existe na diferenciação de cada um deles reside na forma como a interação entre as disciplinas acontece em cada uma, o que pode confundir o candidato.

Alternativa A: INCORRETA. A pluridisciplinaridade diz respeito à justaposição das disciplinas que considera-se estar num mesmo nível de hierarquia. Dessa forma, elas são agrupadas a fim de se evidenciar as relações que existem entre elas. Ela é, portanto, uma tentativa de se estabelecer relações entre algumas disciplinas destacando-se, apenas, as contribuições de cada uma, com informações próprias de seus campos de saber para o ensino de alguns conteúdos. Portanto, ela não traduz o que a questão sugere, ou seja, a integração de um sistema totalizador, em que ocorre uma unidade interpretativa.

Alternativa B: INCORRETA. A integração de duas ou mais disciplinas na construção de um conhecimento é o que se chama de interdisciplinaridade. Apesar de intentar conciliar conceitos presentes em diferentes áreas para a produção de novos conhecimentos como forma de superação da fragmentação entre as disciplinas, ela ainda não consegue perceber a aprendizagem dos conhecimentos de forma integral nem alcançar a unificação do saber.

Alternativa C: CORRETA. A transdisciplinaridade visa a unidade do conhecimento, ou seja, pretende pro-

porcionar uma nova compreensão da realidade e do conhecimento a partir da articulação entre, além e através das diferentes disciplinas procurando-se assim uma compreensão da complexidade que envolve o movimento do pensamento humano no mundo pós-moderno. O cuidado que se deve ter é de não deixar de se preservar a singularidade de cada disciplina e acabar se convertendo todo o conhecimento a uma única área.

Alternativa D: INCORRETA. A multidisciplinaridade defende a ideia do trabalho conjunto de diferentes disciplinas, ao mesmo tempo, sem, porém, a necessidade de se evidenciar relações que possam existir entre as mesmas.

23. Questão

(**PREF. DE CALMON - CURSIVA - 2017**) Uma educação emancipadora baseia-se:

- (A) Numa forma de educação em que se valorize mais os alunos que apresentam maior capacidade memorização de informações.
- (B) Numa forma de educação na qual o papel do professor, de transmissor, passe a ser de incentivador da aprendizagem.
- (C) Em que o discente tem um papel de agente passivo diante das explicações do professor.
- (D) Num processo de aprendizagem em que o professor é um mero transmissor de conteúdo.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Uma educação emancipadora preconiza o desenvolvimento da autonomia intelectual e moral dos alunos. Dessa forma, a ênfase não está no sujeito que memoriza informações, mas em sujeitos que estejam abertos para a transformação social e, por isso, mais reflexivos e críticos diante da realidade atual.

Alternativa B: CORRETA. O papel do professor numa educação emancipadora deve ser o de quem estimula o aluno a explorar diversas possibilidades de ação nas suas experiências cotidianas, promovendo sempre atividades que encoraje seus alunos para a reflexão, pois o que se espera dos mesmos é que sejam participantes ativos do processo de planejamento, construção e avaliação do conhecimento. Para tanto, é fundamental que o professor considere a totalidade

de dos sujeitos contribuindo para o desenvolvimento de sua formação intelectual e emocional.

Alternativa C: INCORRETA. Uma educação emancipadora é entendida como sinônimo de problematização da realidade, com vistas à transformação social. Portanto, ao contrário de uma educação bancária que se sustenta no depósito de informações no sujeito gerando passividade intelectual, ela propõe a construção coletiva dos conhecimentos valorizando os saberes que cada um traz consigo a partir da sua trajetória de vida. É uma educação que pretende a transformação dos sujeitos (inquietação e investigação temática) como forma de também se transformar a realidade.

Alternativa D: INCORRETA. A perspectiva emancipadora de educação prevê uma prática pedagógica que colabore na formação de sujeitos autônomos, pensantes, capazes de se autogovernar e governar outrem. Dessa forma, o papel do professor não é o de transmissor de conteúdo, mas de um agente de transformação na medida em que desenvolve ações de formação integral criando uma harmonia entre estudo e trabalho de forma a dialogar com a educação crítica e transformadora sugerida por Paulo Freire.

A respeito da relação professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem, julgue os itens subsequentes.

24. Questão

(**SEDF - QUADRIX - 2017**) Na perspectiva comportamentalista, o professor deve recompensar os alunos pela realização correta das tarefas.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. Na perspectiva comportamentalista, a aprendizagem acontece mediante estímulos e respostas na relação que o sujeito estabelece com o meio. É através, portanto, das influências que o meio exerce sobre o comportamento que a pessoa vai aprendendo. Dessa forma, quanto mais estímulos ela recebe, mais respostas positivas dará acerca do seu aprendizado. Nesse sentido, o professor que trabalha a partir dessa teoria, estimula a aprendizagem dos alunos mediante as recompensas que vai dando: medalhas, por exemplo.

25. Questão

(SEDF - QUADRIX - 2017) A perspectiva construtivista adota um princípio segundo o qual, o docente é a figura central do processo de ensino-aprendizagem.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. O processo de aprendizagem numa perspectiva construtivista considera os processos cognitivos dos sujeitos a partir da sua relação com o meio. Mas, é importante, destacar que, ao contrário de uma teoria comportamentalista, não são as influências que o meio exerce sobre ele (como estímulo) que vão gerar a aprendizagem. É no processo de interação do sujeito com o objeto de conhecimento que suas estruturas cognitivas vão sendo utilizadas gerando esquemas de assimilação e acomodação com vistas à construção de novos conhecimentos. Para a teoria construtivista, o sujeito é alguém que pensa (sujeito cognoscente) e é responsável e, por isso, figura central, no processo de ensino e aprendizagem.

26. Questão

(SEDF - QUADRIX - 2017) A teoria freireana aponta o diálogo como uma postura necessária à relação professor-aluno e ao processo de ensino-aprendizagem.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. Em sua obra "Pedagogia da Autonomia", Paulo Freire (1996) destaca o diálogo como um dos elementos fundamentais para que a aprendizagem aconteça. Segundo ele, inclusive, o diálogo é responsável pelo desenvolvimento do sujeito e das suas relações sociais. Portanto, na escola isso não é diferente. Para que a aprendizagem aconteça de forma significativa, não tendo o professor uma postura autoritária (tanto em relação ao saber, quanto sobre a ação dos alunos), a prática dialógica é condição fundamental para que os sujeitos sejam mobilizados a pôr em jogo tudo o que sabem, a refletir sobre sua realidade a agir no sentido de transformar o meio em que vive.

27. Questão

(SEDF - QUADRIX - 2017) Em uma perspectiva Walloniana, a afetividade é confundida com permissividade, o que limita a autoridade do professor.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. A afetividade é um dos conceitos principais da teoria Walloniana, juntamente com a cognição e o ato motor, haja vista que a relação interpessoal entre professor e alunos é um fator determinante para que a aprendizagem aconteça. Isso porque, quanto mais o professor consegue entender o que se passa com o aluno (cansaço, motivação, por exemplo) ele pode usar essas informações a favor do conhecimento, controlando a situação. Dessa forma, percebe-se que o que está em jogo não é o fato de deixar o aluno fazer o que quiser, muito pelo contrário, é conhecendo os sentimentos do aluno que o professor pode manter sua autoridade pedagógica no processo de ensino e aprendizagem. Se ele, ao contrário, desconhece as questões que interferem no emocional do aluno, muito menos possibilidades ele terá de intervir e as situações vão acabar se tornando sinônimo de permissividade.

IDENTIDADE DO PEDAGOGO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Durante muito tempo, o processo educativo esteve ligado estritamente às ações educativas realizadas na escola e era justamente esse o espaço de atuação do pedagogo. Porém, as transformações pelas quais a sociedade vem passando, especialmente a tecnológica e a perspectiva do mundo globalizado ressignificou a concepção de educação e, consequentemente, os campos de atuação do pedagogo. A educação ganha prioridade, portanto, não mais apenas dentro da escola, de forma institucionalizada, mas em outros âmbitos que tem a formação humana como objetivo. Daí pode-se citar, dentre outros espaços, as empresas, hospitais, ONGs, associações, igrejas, meios de comunicação e projetos sociais. Essa nova perspectiva rompe com preconceitos e ideias que delegam ao pedagogo apenas a sala de aula como espaço para exercício da sua profissão.

Portanto, o licenciado em Pedagogia pode exercer funções de magistério não apenas na educação infantil, mas também nos anos iniciais do ensino fundamental, nos cursos de ensino médio, na modalidade normal, de educação profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Para isso, a formação em Pedagogia incide no sentido de lhe garantir essa atuação profissional em diversas instâncias da prática educativa, que se vinculam indireta ou diretamente à organização e aos processos de aquisição de saberes e modos de ação, de acordo com os objetivos definidos em cada instância para a formação humana. Dentre os diferentes espaços de atuação e função, pode-se destacar: os sistemas macro, intermediário ou micro de ensino (atuando como gestores, supervisores, administradores, planejadores de políticas educacionais, pesquisadores e afins); as escolas (como professores, gestores, coordenadores pedagógicos, pesquisadores, formadores); em espaços educativos não escolares (atuação como formadores, consultores, técnicos, orientadores que desenvolvem atividades pedagógicas em empresas, órgãos públicos,

movimentos sociais, meios de comunicação); além de poderem também atuar em outras instâncias realizando outras atribuições: produção de vídeos, filmes, brinquedos, livros, materiais pedagógicos, ou ainda, na formação profissional. Percebe-se, portanto, que o licenciado em Pedagogia atua no sentido de promover a realização de práticas educativas nos vários contextos em que elas ocorrem.

Qualquer atividade humana para ser realizada necessita do domínio de certos conhecimentos a fim de que se possa garantir sua efetividade e a eficácia da ação, viabilizando, assim, os resultados esperados. Na formação do pedagogo, portanto, a formação é fundamental, para que possa alicerçar sua prática pedagógica. Com base nos diferentes saberes presentes no seu processo formativo, ele poderá colocar-se como mediador cultural e agente de produção e transformação nos diversos espaços educacionais onde pode atuar. Assim sendo, é essencial a apropriação dos instrumentos culturais do saber teórico de cultura e de sua especialidade através das áreas científicas, filosóficas e artísticas. Esse conjunto de conhecimentos favorece o desenvolvimento de competências que podem assim ser caracterizadas: competência técnica (conhecimentos na área de sua especialidade), competência prática (conhecimentos do campo de trabalho), competência científica (voltada para a construção de novos conhecimentos) e competência pedagógica (conhecimentos ligados ao fazer pedagógico, construído na sua ação cotidiana nos diferentes espaços educacionais). Uma formação centrada nesses saberes permite ao pedagogo compreender e atender os sujeitos e as demandas do seu trabalho, bem como agir didática e autonomamente e com competência diante dos desafios que surgem nos processos educacionais nos quais se faz presente, colaborando, assim, para a construção de espaços mais humanos com vistas a uma sociedade mais participativa e democrática.

Em relação à escola, o processo formativo no curso de licenciatura em Pedagogia é fundamental para que aconteçam estudos acerca desse que é considerado o principal lócus de atuação do peda-

gogo. Afinal, enquanto um dos agentes do processo educativo, o pedagogo tem o papel de desvelar contradições que estão presentes no contexto escolar, assegurando a orientação e a realização de ações que promovam aos outros agentes educativos (alunos e professores) o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, possibilitando, assim, que a escola cumpra com o seu papel social. Entretanto, essa alternativa encontra seu erro ao afirmar que a função única da escola é a promoção da educação profissional do estudante. A função da escola é complexa, ampla e envolve diferentes aspectos: culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos. Enquanto instituição social, ela é fundamental para a constituição dos sujeitos, de sua formação e para a evolução da sociedade. Por isso, sua função está associada a objetivos e metas que visam à emancipação humana e transformação social. Assim sendo, é preciso que o conhecimento, em suas dimensões científica e filosófica, seja socializado com qualidade, de forma a garantir que se tornem saberes e fazeres necessários para os sujeitos se emanciparem intelectualmente. Isso permitirá não apenas que os alunos tenham uma formação profissional, mas para a vida, ou seja, sua formação como cidadão com a finalidade da emancipação humana e da transformação política e social.

Um campo onde também tem sido enfatizada a atuação do pedagogo é o empresarial. As mudanças ocorridas no século XX de ordem tecnológica e científica ocasionaram novos arranjos e formas organizacionais nas empresas de modo que se adequassem às exigências da sociedade moderna. A era do conhecimento instaurada a partir desse momento levou as empresas a adotarem práticas, métodos e procedimentos voltados ao desenvolvimento e à disponibilização do conhecimento numa perspectiva de gestão da inovação e gestão do conhecimento. A gestão do conhecimento objetiva favorecer a acessibilidade de informações, a geração de novos conhecimentos e a identificação da memória organizacional (o conhecimento capturado e sua dinâmica na relação entre aprender e armazenar esse conhecimento por parte dos que trabalham na empresa). Esses objetivos estão associados à definição das vantagens competitivas entre uma empresa e seus concorrentes.

A gestão do conhecimento dentro da empresa reflete a sociedade contemporânea, na qual o conhecimento é o elemento essencial para a criação de estratégias transformadoras. Como espaço educativo, nas práticas pedagógicas da empresa, o pedagogo tem a função de realizar um projeto educativo que tenha como foco a criatividade, a subjetividade, as competências, o trabalho em grupo e as capacidades comunicativas. Ou seja, percebe-se que a atenção das empresas está voltada para a formação do capital humano, desenvolvendo ações que favoreçam a permanência do desenvolvimento e investimento no diferencial do mercado que é o capital intelectual. Dada a importância da gestão de conhecimento dentro da empresa, é necessário destacar o papel da alta gerência na definição dos campos do conhecimento que devem ser o foco dos funcionários para seu aprendizado, na apresentação clara da estratégia empresarial e no estabelecimento de metas que desafiem e sejam motivadoras. A gestão do conhecimento implica, portanto, na atuação da gerência tanto com proposição de práticas que estejam de acordo com o que essa perspectiva de gestão propõe, bem como com a coordenação sistêmica da mesma.

Então, apesar de não ser o objetivo principal do pedagogo a sua atuação nas empresas, suas ações tendem a promover a melhora dos resultados destas e sua produtividade. Ele contribui significativa e eficazmente nesse processo intencional. Isso porque as práticas pedagógicas previstas visam ao desenvolvimento de competências e habilidades que promovam a melhoria do desempenho das pessoas, novas responsabilidades e satisfação pessoal. E tudo isso é fundamental para que qualquer empresa progrida com seus produtos e serviços. Ou seja, a gestão de pessoas e o processo de aprendizagem continuada, os conhecimentos, competências e atitudes possibilitam o desenvolvimento, crescimento e permanência da empresa num cenário tão competitivo dentro dessa sociedade globalizada.

Além disso, nas empresas o profissional de Pedagogia possui competências para atuar no setor de recursos humanos com vistas à identificação, seleção e desenvolvimento de pessoas para atuarem nesse espaço colaborando de forma cada vez mais qualificada para que a empresa alcance os objetivos organizacionais. Nesse sentido, se utiliza de estraté-

gias e metodologias que favoreçam a aprendizagem, a qualificação, requalificação profissional, a produção e construção de conhecimentos. Entretanto, além disso, ele também desenvolve e adequa métodos de informação e comunicação, planeja situações de integração dos funcionários, é responsável por todo o desenvolvimento profissional dos funcionários, dentre outras funções.

Diante das abordagens feitas acerca da identidade do pedagogo e seus espaços de atuação, percebe-se que o sentido do exercício da sua profissão está, justamente, na compreensão da educação como uma prática social que se dá em meio às relações sociais com o objetivo de colaborar com o processo de humanização plena dos sujeitos, quaisquer que sejam os locais onde os processos educativos ocorram. O que se espera é que as práticas educativas contribuam para a ruptura das práticas de dominação tão presentes na atual sociedade, expressas nas relações construídas por meio de situações de exploração de uns sobre outros. Nesse sentido, a educação só pode ser crítica e revolucionária favorecendo a humanização plena dos sujeitos se ela age no sentido de transformar essas relações. Para Freire, para que haja a transformação da realidade, é preciso a tomada de consciência da real condição material de exploração à qual os sujeitos são constantemente submetidos. Ao reconhecer que a exploração pela qual passa é antiética, ele poderá construir a força necessária para promover a mudança. Um povo empoderado é um povo que se reconhece oprimido e que, por isso, busca forças e alternativas para pensar e agir coletivamente em busca do atendimento às suas demandas mais prementes.

REFERÊNCIAS

1. ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz; CASTANHO, Maria Eugênia. ESPECIALISTAS, PROFESSORES E PEDAGOGOS: Afinal, o que nós somos ou deveríamos ser? Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia2/aesp_prof_ped.pdf
2. BANDEIRA, Anselmo Alves; LEAL, Raimundo Santos. Avaliação de desempenho enquanto elemento de potencialização da gestão do conhecimento. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/>
3. EnADI/ enadi_2009/2009_ENADI246.pdf
4. BRZEZINSKI, I. Profissão Professor Identidade e Profissionalização docente. Brasília: Plano, 2002.
5. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
6. _____. Educação e mudança? 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997
7. _____. Pedagogia do oprimido. 11 ed. . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
8. GADOTTI, M. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Ática, 2008.
9. LEÃO, Denise Maria Maciel. Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a08.pdf>
10. LIBÂNEO, José Carlos. PEDAGOGIA E PEDAGOGOS, PARA QUÊ? São Paulo: Cortez, 2005. 200p.
11. MOZATO, Anelise Rebelato. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUA POSSIBILIDADE EMANCIPATÓRIA. Revista Eletrônica "Fórum Paulo Freire"
12. Ano 1 – Nº 1 – Julho 2005. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/fae/paulofreire/novo/br/pdf/33.pdf>
13. NICOLAU, Isabel. Gestão do conhecimento e flexibilidade organizacional. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1433/1/Nicolau%20Isabel%3bGest%C3%A3odoConhecimentoeFlexibilidadeOrganizacional%3bEGG%3bN.%C2%BA3%3bLx%3bISCTE%3b-Dez2003.pdf>
14. PACHECO, Adriana Romeiro da Silva. A importância do Pedagogo nas empresas. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/b002124.pdf
15. PERRENOUD, P. Práticas políticas pedagógicas, profissão docente e formação. Práticas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
16. PIMENTA, S. G. Formação de professores: Saberes e identidade. In: PIMENTA, S. G. (Org). Saberes Pedagógicos e Atividades Docente. São Paulo: Cortez, 1999.
17. _____. (org.) Pedagogia e Pedagogos: Caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.
18. PRADO, André Alves; SILVA, Elaine Machado da; CARDOSO, Mônica Aparecida Batista da Silva. A Atuação do Pedagogo na Empresa: a aplicação eficiente e eficaz da Pedagogia Empresarial. Disponível em: <http://publicacoes.fatea.br/index.php/eccom/article/view/593/423>.

19. RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. *Pedagogia empresarial: a atuação do Pedagogo na empresa*. Rio de Janeiro. Wark, 2003.
20. SANTIAGO, Anna Rosa Fontella. *PEDAGOGIA CRÍTICA E EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA NA ESCOLA PÚBLICA: um diálogo entre Paulo freire e boaventura santos*. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/225/217>
21. SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Coord.). *Os professores e sua formação*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995. p. 72-92.
22. Soares, Reijane Maria de Freitas. A produção da identidade profissional do Pedagogo: entre valores crenças e competências. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt1/GT1_05_2006.PDF
23. TARDIF, M. *Saberes docentes. Práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
24. VASCONCELOS, Maria Lúcia Marcondes Carvalho; BRITO, Regina Helena Pires. *Conceitos de Educação em Paulo Freire*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

Mônica Borges

01. Questão

(FUB - CESPE - 2013) De acordo com a legislação aplicada à educação a distância (EAD), julgue os itens seguintes.

- I. Criada em 2006, a Universidade Aberta do Brasil tem como
- II. finalidades gerais expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país e tem como prioridades oferecer cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica.
- III. Os cursos de pós-graduação stricto sensu têm a mesma validade, sejam eles realizados de forma presencial ou na modalidade de EAD. Nesse último caso, obrigatoriamente, eles devem incluir atividades presenciais.
- IV. Devido às suas características, assim como às características de seus alunos, há um impedimento legal para o emprego de recursos de EAD para o ensino especial.
- V. Os diplomas obtidos em cursos de EAD, assim como os obtidos em outras modalidades, só adquirem validade após o seu registro; entretanto, no caso dos cursos de EAD, os diplomas devem ser registrados exclusivamente junto à Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação.

DICA DO AUTORA: é necessário conhecer a legislação aplicada à Educação a Distância para poder analisar as alternativas, pois alguns aspectos são bem específicos dessa modalidade de ensino, não se aplicando o que aconteceria com o ensino presencial.

Alternativa I: CORRETA. Conforme o Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, oferecendo, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica. Além disso, o Sistema UAB, tem outras finalidades: oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; ampliar o acesso à educação superior pública; reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país; estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Alternativa II: CORRETA. A expressão stricto sensu é usada para classificar programas de pós-graduação, tanto os que acontecem a distância quanto os

presenciais, para os níveis de titulação acadêmica de Mestrado e Doutorado. De acordo com o MEC, os programas de pós-graduação stricto sensu a distância devem cumprir o mesmo programa e legislação dos cursos presenciais. Além disso, devem cumprir, obrigatoriamente, as seguintes exigências: atividades e provas presenciais, exames de qualificação presenciais e defesas de dissertação ou tese também presenciais.

Alternativa III: INCORRETA. O artigo 2, inciso III do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, afirma que a educação a distância poderá ser ofertada para a modalidade educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes. Portanto, não há impedimento legal, mas, ao contrário, uma definição do direito garantido a este público para que seu processo educativo também possa acontecer à distância, salvo algumas especificidades quanto ao uso de recursos necessários e adaptações curriculares para atender aos alunos com diferentes tipos de deficiência.

Alternativa IV: INCORRETA. A primeira parte da alternativa apresenta uma informação correta, pois, de fato, para que um diploma obtido tanto na modalidade EAD quanto em outras, seja validado é necessário que seja registrado. Entretanto, esse registro não está determinado para ser feito exclusivamente pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação. O Artigo 5º do Decreto nº 5.622/2005, afirma expressamente que os certificados serão expedidos por instituições credenciadas, e terão validade nacional, sendo idêntico ao que ocorre nos programas presenciais. Assim sendo, se toma como válido o que a Lei 9394/96 preconiza em seu parágrafo § 12: os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

02. Questão

(FUB - CESPE - 2013) Julgue os próximos itens, relativos a ambientes virtuais de aprendizagem.

I. Na linguagem das novas tecnologias, chama-se modelagem ou simulação a atividade de construção de cenários de aprendizagem mediada pelo computador.

- II. Tutorial é um software de orientação a um determinado conhecimento, contendo informação organizada de acordo com uma sequência pedagógica.
- III. Por suas características peculiares, os cursos de especialização a distância são desobrigados das exigências quanto ao corpo docente feitas pelo Ministério de Educação para os cursos presenciais.
- IV. Por suas especificidades, os cursos oferecidos na modalidade a distância têm duração diferente da dos mesmos cursos na modalidade presencial.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Na linguagem das novas tecnologias chama-se modelagem ou simulação a utilização de recursos que oportunizam o acesso personalizado de maneira automática às informações hipermidiáticas (definição dos conteúdos, estruturação dos links, dentre outros). Dessa forma, são consideradas as características, motivações, preferências e metas, necessidades e expectativas do aprendiz, ou seja, a modelagem ou simulação diz respeito à modelação do perfil do aprendiz no ambiente virtual para que o mesmo faça o uso de forma satisfatória.

Alternativa B: CORRETA. Tutorial é um termo de origem inglesa comumente utilizado na área da informática para explicar a o funcionamento de um determinado programa, produto ou sistema a pessoas que não sabem ou tem dificuldade para utilizá-los. Ele é, portanto, um pequeno guia com uma sequência de instruções e etapas apresentadas numa ordem lógica e cujo grau de complexidade vai aumentando.

Alternativa C: INCORRETA. Os docentes dos cursos de especialização realizados na modalidade EAD, seguem às mesmas exigências feitas àqueles que atuam na modalidade regular de ensino conforme consta no Art. 24. do Decreto nº 5.622/2005. O mesmo afirma que a oferta de cursos de especialização a distância, por instituição devidamente credenciada, deverá cumprir, além do disposto neste Decreto, os demais dispositivos da legislação e normatização pertinentes à educação, em geral, quanto à titulação do corpo docente. Dessa forma, encontra-se no Art. 4º da Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007, que

estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, as seguintes exigências: “O corpo docente de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, deverá ser constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que 50% (cinquenta por cento) destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em programa de pós-graduação stricto sensu reconhecido pelo Ministério da Educação.”

Alternativa D: INCORRETA. De acordo com definição legal presente no Art. 3º, parágrafo 1º do Decreto nº 5.622/2005, os cursos e programas oferecidos na modalidade a distância, deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

03. Questão

(CEFET/RIO - CESGRANRIO - 2014) Durante a discussão promovida entre educadores de uma escola, três professores apresentaram os seguintes comentários:

Professor X: — É preciso lutar por uma maior valorização da escola, superando a perda de espaço na vida das crianças e dos adolescentes. Passo mais tempo pedindo para eles desligarem seus aparelhos — se desconectarem —, do que trabalhando os conteúdos das aulas.

Professor Y: — Na verdade, a escola não consegue acompanhar as mudanças advindas, sobretudo, do processo de automação que é galopante! Sinto-me desafiado todo o tempo pelas inúmeras possibilidades que eles apresentam.

Professor Z: — Eu vejo a comunidade discente afastada das propostas pedagógicas, dedicando seu tempo livre para dominar os recursos dos iPods e iPad... vejo uma mudança bem agressiva no comportamento dessa garotada.

A partir desses relatos e do diagnóstico realizado sobre outras aprendizagens e tecnologias, um dos temas em destaque para o fórum permanente da escola foi a interação da comunidade escolar pensando as interfaces da Web como Blogs, Twitter, Facebook, com jogos eletrônicos e com ambientes virtuais.

Considerando os estudos recentes sobre novas linguagens, ambientes de aprendizagem e os diferentes artefatos culturais, faz-se urgente considerar:

Ⓐ o tema que é amplo, exigindo conexões que ganham proporções imprevistas e tendem a se multiplicar, fragilizando o já instituído, o que poderia impedir a adesão dos/das profissionais da instituição escolar, já que a grande maioria não teve acesso a essas múltiplas linguagens.

Ⓑ os aspectos tais como a formação precária nas áreas tecnológicas que se reflete na impossibilidade de a equipe pedagógica produzir/desenvolver materiais a partir do paradigma da cibercultura, entendendo suas relações com o processo ensino-aprendizagem.

Ⓒ os inúmeros entraves para a adequação da estrutura do prédio das escolas em função da indefinição daquilo que pode ser adotado, a fim de garantir o ambiente virtual como recurso para desenvolver as habilidades necessárias entre os docentes e discentes.

Ⓓ as experiências pedagógicas que admitem uma gama de materiais didáticos digitais em rede como um campo cujo quadro teórico requer uma ação de conhecimento e formulação multidisciplinar.

Ⓔ as dificuldades advindas da falta de formação contínua, da estrutura precária para o engajamento no debate sobre novas formas de ensino-aprendizagem, aprendizagem em rede e reavaliação das práticas pedagógicas presenciais.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. É notável o grande avanço tecnológico na sociedade contemporânea. Junto com ele vieram algumas preocupações e dentre elas uma que se volta para o papel da educação: a preocupação com a influência das mesmas no processo de ensino-aprendizagem, haja vista as múltiplas que elas oferecem. Isto porque se coloca a exigência de que a escola se posicione no sentido de compreender as transformações engendradas pelas tecnologias, produzindo o conhecimento pedagógico sobre ele ou se virar para a realidade cuja informação tem sido a base da sociedade. Não há como negar que as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) são ferramentas que criam condições de modificar

as formas que as pessoas têm para se relacionarem, construir e transmitir conhecimentos. Por isso, as novas linguagens e as novas formas de aprender não fragilizam o que já era realizado nos processos educativos, mas potencializa o que é e pode ser feito. O desafio que se coloca é o empoderamento dessa verdade pelo o professor que deverá perceber que a inclusão das tecnologias na sua prática pedagógica é diferente daquela adotada em salas de aula com uma perspectiva tradicional de ensino e aprendizagem. Há de se reconhecer que muitos professores não conseguem perceber essa diferença e isto por conta do seu processo formativo, muitas vezes com um currículo onde a formação para o uso das tecnologias na educação esteve ausente ou porque não teve acesso às múltiplas linguagens oferecidas pelas mesmas. Mas, isso não pode ser considerado impedimento, entrave para limitar a interação dos alunos e professores com as tecnologias. É preciso se considerar as políticas de formação continuada para os professores de modo que construam saberes necessários para a compreensão acerca da interação entre conteúdo e tecnologia, estratégias de aprendizagem e de ensino, já que seu papel é o de criar novas possibilidades para ensinar e aprender.

Alternativa B: INCORRETA. Apesar de ser importante considerar a ineficiência dos processos formativos para o professor na área tecnológica não pode se determinar a impossibilidade de que a equipe pedagógica produza ou desenvolva materiais para que a tecnologia se faça presente nas relações entre cibercultura e o processo ensino-aprendizagem. Isto porque o que está em questão não é apenas o artefato material, mas atitudes, práticas, pensamento e valores desenvolvidos a partir das redes de saberes disponibilizados no ambiente da informática (salas de bate-papo virtuais (chats), redes sociais, sites de relacionamento, programas de conservação como Microsoft Network Live Messenger (MSN)). A cibercultura está mais relacionada com a desterritorialização do acesso à informação, ou seja, a uma nova forma de se aprender, às novas configurações das relações no processo de ensino aprendizagem, à ampliação da inserção cultural, destacando a importância às situações de comunicação interativa entre alunos e professores. Se a ênfase for apenas aos materiais, eles podem se tornar apenas como elementos “motivadores” e “animadores” para as aulas. O que se coloca como essencial, é, portanto, uma

formação que permita aos professores perceberem que sua função é muito mais abrangente do que o de um simples transmissor de informação.

Alternativa C: INCORRETA. Este é um dos argumentos apresentados para que se instaure nas escolas práticas pedagógicas que façam uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, se consideramos que os alunos fazem uso das tecnologias, da internet e das redes sociais fora da escola, pode-se perceber que não é o fato de a escola não oferecer condições para isso que se deixará de fazê-lo. É evidente que deve haver uma constante busca pela estruturação das escolas com espaços destinados ao desenvolvimento do conhecimento tecnológico nas mesmas, principalmente, via elaboração e efetivação de políticas públicas. Entretanto, o ambiente virtual como recurso favorável para a aprendizagem dos alunos, pode instaurar independente do espaço físico da escola. Até porque com a criação dos ambientes virtuais de aprendizagem, a sala de aula se abre para outros espaços em novos processos para ensinar e aprender. As relações comunicativas entre alunos e professores se tornam comuns fora da sala de aula. Eles interagem através de e-mail, listas de discussões, fóruns, chats, redes sociais em qualquer lugar, a qualquer hora. Portanto, experimentos educacionais de qualidade podem ser realizados através das tecnologias, à distância, sem que se tenha a garantia de estruturação do espaço físico da escola.

Alternativa D: CORRETA. Ao se contemplar a perspectiva de um trabalho pedagógico que faz uso dos materiais didáticos digitais em rede, significa pensar o processo de ensino e aprendizagem numa perspectiva multidisciplinar. Isto porque a questão central são as bases conceituais engendradas a partir das tecnologias digitais e redes de comunicação. Primeiramente, é preciso considerar que a aprendizagem é um processo de conexão entre as informações e, portanto, os materiais educativos em rede contemplam a junção dos saberes oriundos das diversas áreas de conhecimento. Outro aspecto relevante é a possibilidade de se manter ativa e as conexões de saberes através das trocas e a dinâmica do fluxo de informações compartilhadas, tanto pelos professores como pelos alunos. Além disso, o uso das tecnologias permite que os usuários selecionem as informações conforme sua necessidade e interesse.

Alternativa E: INCORRETA. Apesar de esta alternativa apontar algumas dificuldades encontradas no processo educativo para que as tecnologias se façam presentes nas práticas pedagógicas referentes ao ensino e aprendizagem, algumas questões precisam ser consideradas. Primeiramente, a formação docente para o uso das tecnologias precisa ser garantida em políticas públicas que ofereçam aos professores condições de refletirem sobre sua prática e repensar suas ações a partir da inclusão das tecnologias na sala de aula. Outra questão é que o engajamento do debate sobre novas formas de ensino e aprendizagem e a reavaliação das práticas pedagógicas presenciais não estão atreladas a uma estrutura precária do espaço escolar. Elas advêm de um processo contínuo de formação, inicial e continuada, que possibilite, inclusive, uma postura crítica dos professores no sentido de buscar as mudanças no espaço físico da escola, ou seja, essa questão não é causa, mas consequência.

04. Questão

(IFBA - FUNRIO - 2014) A tecnologia apresenta-se como meio, como instrumento para colaborar no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. A tecnologia reveste-se de um valor relativo e dependente desse processo.

Com a afirmação acima podemos dizer que a tecnologia:

- Ⓐ é fundamental para o desenvolvimento do processo de aprendizagem dos sujeitos.
- Ⓑ garante, por si só, um processo de ensino e aprendizagem exitoso e eficaz.
- Ⓒ permite que os avanços nos processos de aprendizagens sejam compartilhados entre os diferentes sujeitos que dele participam.
- Ⓓ não é um fim em si mesmo e a mediação dos sujeitos em aprendizagem torna-se fundamental para garantir o sucesso do processo.
- Ⓔ inexistente enquanto instrumento de mediação pedagógica dos processos de ensino e aprendizagem.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. É indiscutível a afirmação de que a utilização das tecnologias no processo de

ensino e aprendizagem se constitui como um fator inovador das práticas pedagógicas possibilitando novas formas de ensinar e aprender. Os resultados são vários: os alunos sentem-se mais motivados, ampliação qualitativa das trocas de informações em sala de aula, o aluno tem papel mais ativo na busca de soluções das suas necessidades, estimula a aprendizagem na medida em que a investigação das soluções para as situações de estudo tanto por alunos quanto por professores se torna mais frequente, superação das formas tradicionais na relação ensinar e aprender, dentre outras. Entretanto, a tecnologia não é fundamental, no sentido de que não seja possível, sem ela, acontecer o desenvolvimento do processo de aprendizagem dos sujeitos. Assim fosse, só se aprenderia em espaços onde ela se faz presente e não é isso que vemos ao longo da história e das experiências pedagógicas em diferentes contextos. As tecnologias são, portanto, importantes, mas não a razão do sucesso educacional.

Alternativa B: INCORRETA. Como abordado nos comentários acerca da alternativa anterior, a tecnologia não garante por si só um processo de ensino e aprendizagem eficaz. O uso das tecnologias potencializa as práticas pedagógicas na medida em que oportuniza diferentes formas de se buscar e construir o conhecimento, armazenar e transmitir os saberes construídos. Elas proporcionam novas formas de representar o mundo através de diferentes linguagens: oral, escrita, visual e audiovisual, conectadas ao mesmo tempo num mesmo espaço.

Alternativa C: INCORRETA. É possível compartilhar avanços nas aprendizagens através das tecnologias, mas isso é muito relativo, pois não há uma relação direta entre o que o sujeito aprende e sua necessidade de compartilhar com outros. Alguém pode, portanto, aprender, mas não dispor de interesse em fazer uso das tecnologias para compartilhar o que aprendeu. Esta prática está mais diretamente ligada ao uso dos ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) presentes nos cursos de EAD. A partir da interatividade que esses ambientes oferecem, alunos e professores podem fazer uso dos mesmos para trocar informações, experiências, argumentar ideias, conceitos, opiniões, experienciando situações de compartilhamento dos saberes construídos e os avanços conseguidos no processo de ensino e aprendizagem.

Alternativa D: CORRETA. A tecnologia não tem um fim em si mesmo, ou seja, sem a mediação dos sujeitos é impossível que ela cumpra seu papel educacional de potencializadora da aprendizagem. Assim sendo, é fundamental que os alunos desenvolvam habilidades para utilizar as tecnologias de modo que elas sejam, de fato, ambientes importantes para a construção do conhecimento. Enquanto sujeito do processo de construção do conhecimento, os alunos se tornam participantes ativos questionando, levantando hipóteses, experimentando, investigando, confrontando, e através das tecnologias essa sua postura tende a ser ampliada haja vista os variados recursos que as mesmas oferecem. Nesse sentido, eles se tornam mediadores, pois a tecnologia dispõe o conhecimento e, que os alunos a utilizam como fonte de conhecimento a partir de suas necessidades e interesses. Da mesma forma, os professores se colocam também como mediadores na medida em que toma a tecnologia como estratégia pedagógica cognitiva incluindo-a em atividades de aprendizagem que são propostas aos alunos. Não sendo assim, a tecnologia por si só não é capaz de “injetar” conhecimento nos sujeitos lhes permitindo aprender. Enfim, a aprendizagem via tecnologias está embasada nas teorias construtivistas, segundo as quais o conhecimento não é transmitido, mas construído pelo próprio sujeito.

Alternativa E: INCORRETA. A disseminação das TICs e sua crescente incorporação nas práticas pedagógicas oportuniza a efetivação de diferentes modalidades de ensino-aprendizagem: desde a educação presencial até a educação exclusivamente realizada a distância. A carga informativa presente nas tecnologias assim como os apelos sensoriais multiplicados amplia a capacidade de atenção e o interesse do aluno promovendo a apreensão da informação e facilitando a aprendizagem. Outro fator relevante são as relações sociais que acontecem através das tecnologias permitindo que aprendizagens significativas aconteçam e sejam compartilhadas entre os sujeitos que fazem uso das mesmas. Portanto, a partir dessas premissas e dos comentários já tecidos nas alternativas anteriores, não se pode dizer que a tecnologia inexistente enquanto instrumento de mediação pedagógica dos processos de ensino e aprendizagem, pois é uma importante ferramenta potencializadora dos processos cognitivos dos sujeitos.

05. Questão

(IFBA - FUNRIO - 2014) O que diferencia a educação a distância do ensino presencial, é o efeito que o uso da internet faz trazendo novos desafios para os processos de aprendizagem no que tange à utilização do tempo e espaço por parte dos estudantes. É possível afirmar isso porque estudar a distância faz com que o aluno:

- Ⓐ trabalhe a partir de seu ritmo próprio e navegue por hipertextos e conexões que não são lineares.
- Ⓑ pesquise em conjunto com o professor em busca de informações em textos impressos.
- Ⓒ aprenda a trabalhar em equipe e desenvolva uma aprendizagem mais linear.
- Ⓓ busque alternativas para se ajustar ao ritmo dos colegas de sua turma.
- Ⓔ organize as tarefas de forma que possa refazer sempre a mesma navegação.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A Educação a Distância é uma modalidade de ensino que possibilita a aprendizagem autônoma e independente, distante, fisicamente do professor, a partir da mediação de recursos didáticos, sistematicamente organizados, em diversos meios de tecnologia e comunicação. Nesse sentido, o discente constrói conhecimentos de forma diversificada e particular gerenciando o seu tempo e as suas necessidades e interesses. Para que essa autonomia aconteça, é fundamental que as ferramentas de comunicação e os multimeios (hipertextos e conexões) promovam condições para que a interação entre aluno e objeto de conhecimento aconteça. O papel do professor também é fundamental, pois é ele quem seleciona informações diversificadas e acessíveis que atendam aos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos. No ambiente virtual, professores e alunos tem a possibilidade de construir uma rede na qual os conteúdos de aprendizagem estão abertos à completude numa dinâmica conectiva e colaborativa que fomenta a interação e a construção compartilhada de saberes. Portanto, não há linearidade.

Alternativa B: INCORRETA. O Ambiente Virtual de Aprendizagem oferece uma vasta rede de recursos midiáticos que podem ser inseridos e explorados, e

ferramentas importantes para que a aprendizagem a distância aconteça: conteúdos, páginas interativas, links, recursos audiovisuais fóruns, textos virtuais escritos, tarefas, chat (bate-papo), glossário, redes sociais, etc. Dessa forma, o trabalho conjunto entre aluno e professor não se restringe à busca de informações em textos impressos.

Alternativa C: INCORRETA. A partir da interatividade existente na EAD, alunos e professores podem trocar informações, experiências, argumentar ideias, conceitos, opiniões. Dessa forma, a aprendizagem vai acontecendo, tanto pela aquisição de novos saberes quanto pela transformação/ressignificação dos saberes já construídos. A comunicação e interação estabelecidas favorecem a construção coletiva de conhecimento. Nesse processo há o retorno, *feedbacks*, indagações, sugestões, ponderações, acréscimos de ideias o que evidencia que um processo educativo fundamentado na dialogicidade e, portanto, flexível e não linear.

Alternativa D: INCORRETA. Conforme já abordado anteriormente, a educação que acontece na modalidade a distância, não prevê uniformidade nos tempos e ritmos de estudo dos alunos. Pelo contrário, ela considera a autonomia e a independência dos mesmos. O discente constrói conhecimentos de forma diversificada e particular gerenciando o seu tempo e as suas necessidades e interesses. Dessa forma, é incorreto afirmar que um aluno busca ajustar seu ritmo de aprendizagem aos dos outros.

Alternativa E: INCORRETA. Na educação a distância, o ensino será sempre mediatizado pela interação entre o dispositivo midiático e a gestão da condução do ensino próprio ao aluno. E como as possibilidades dessa interação acontecer são diversas, devido as ferramentas pedagógicas disponibilizadas nos ambientes virtuais de aprendizagem, certamente, o aluno encontrará muitas formas para realizar a navegação: videoaulas, vídeos, áudios, gráficos, textos, blogs, e-portfolios, fóruns, YouTube, audiographics, dentre outras. Essas ferramentas disponíveis para navegação permitem aos alunos diferentes modalidades de aprendizagem, aumentando a interatividade.

06. Questão

(IFNMG - GESTÃO DE CONCURSOS - 2014) Para Coll, Mauri e Onrubia (2010), a avaliação do estado em que está a incorporação das Tecnologias de Informação e Co-

municação (TIC) e das previsões sobre o seu futuro na educação formal e escolar altera, em função do potencial educacional dado, essas tecnologias e os objetivos a serem alcançados com a sua incorporação. Analise as afirmativas sobre a avaliação da incorporação das TIC na educação escolar e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () As TIC vistas como conteúdos curriculares, como objeto de ensino e aprendizagem, apresentam uma avaliação relativamente positiva, e as perspectivas de futuro são otimistas.
- () A incorporação das TIC com a finalidade de tornar mais eficientes e produtivos os processos de ensino e aprendizagem apresentam resultados bem positivos devido ao seu grande uso nas salas de aula.
- () No tocante às atividades docentes, a incorporação das TIC não é necessariamente um fator transformador e inovador das práticas educacionais.
- () Ao considerar as TIC como instrumentos mediadores dos processos intra e interpessoais implicados no ensino e aprendizagem, com o proveito de seu potencial para a promoção de novas formas de aprender e ensinar, os estudos de avaliação apresentam resultados, em geral, muito positivos, salvo raras exceções.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- (A) V F V F.
- (B) F V F V.
- (C) V F F V.
- (D) F V V F.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. As tecnologias da informação e comunicação no contexto educacional são conteúdos ou objeto de ensino e aprendizagem, pois atuam como ferramentas de transformação do ambiente, muitas vezes, tradicional da sala de aula possibilitando a potencialização das práticas pedagógicas bem como da aprendizagem no sentido em que oferecem vários recursos tanto na busca ou construção/produção do conhecimento. Dentro da sala de aula elas precisam manter relação direta com os conteúdos previstos para a aprendizagem dos alunos bem como com as concepções de ensino

e aprendizagem que sustentam as diferentes práticas pedagógicas.

Alternativa B: INCORRETA. A utilização das mídias na educação torna eficiente e produtivo o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula, na medida em que são criados novos espaços de aprendizagem, novas formas de representação da realidade e são ampliados os contextos e o incentivo aos processos cooperativos de produção de conhecimento. Entretanto, os resultados não são diretamente positivos, pois não basta introduzir todo aparato tecnológico nas salas de aula sem se atribuir uma relação com uma concepção mais renovada de educação. Práticas tradicionais através das tecnologias não oferecem possibilidade de resultados mais satisfatórios. Para tanto, os recursos que oferece devem contribuir para com a transformação da realidade, a formação social do sujeito e o desenvolvimento do pensamento reflexivo e da consciência crítica. Nesse sentido, as TICs apresentam um cenário bastante otimista, considerando os resultados positivos quanto ao seu uso na educação.

Alternativa C: INCORRETA. As tecnologias são um fator transformador e inovador das práticas educacionais, quando facilitam a comunicação, mediam a reflexão e a colaboração, a dinâmica entre os sujeitos, favorecendo a adoção de postura pesquisadora entre alunos e professores através da troca de ideias e opiniões. A presença das tecnologias da informação e comunicação na sala de aula possibilitam a construção de novas relações do sujeito social com o conhecimento, transformando a relação emissão/recepção em uma relação dialógica que favorece a cocriação do conhecimento e de soluções criativas para as necessidades educacionais. O docente pode encontrar, portanto, nas tecnologias mais recursos para dar suporte à sua prática pedagógica de forma que os alunos possam ter mais acesso à informação, estabelecer relações com saberes que superam os limites dos materiais tradicionalmente utilizados, ampliar a comunicação e a articulação com a comunidade escolar e a sociedade de forma mais aberta e flexível. Entretanto, não necessariamente, o docente encontra todos esses benefícios ao introduzi-las nas salas de aula. É preciso algumas mudanças na sua forma de conceber a educação diante do atual contexto social, político, econômico e cultural. Dentre os desafios que se coloca para o docente pode-se destacar a necessidade de que sua concepção sobre

ensinar e aprender, sobre o perfil do estudante contemporâneo e as exigências/demandas colocadas pela atual sociedade do conhecimento sejam refletidas e consideradas.

Alternativa D: INCORRETA. Apesar de as TICs atuarem como instrumentos mediadores dos processos intra e interpessoais implicados no ensino e aprendizagem, com o proveito de seu potencial para a promoção de novas formas de aprender e ensinar, os melhores resultados não virão, diretamente, através delas, mas se faz necessário uma compreensão do que, realmente, se espera da educação. Afinal, a tecnologia é parte e não o todo no processo. Paralelo ao seu uso é fundamental que a escola construa com toda a comunidade escolar um currículo que promova as aprendizagens necessárias para uma transformação social com vistas a uma contínua emancipação dos sujeitos.

07. Questão

(IFNMG - GESTÃO DE CONCURSOS - 2014) Segundo Coll e Moneiro (2010), os novos cenários educacionais emergentes na Sociedade da Informação questionam o ponto em que inicia e termina a ação de escolas e professores. Analise as afirmativas sobre esses cenários educacionais.

- I. Um dos cenários seria de salas de aula e escolas com mais e melhores infraestruturas, equipamentos de TIC e com aproveitamento das potencialidades dessas tecnologias para o ensino e aprendizagem por meio de projetos pedagógicos e didáticos.
- II. Um cenário com redução das salas de aula e de escola para outros espaços, restringindo o uso das TIC.
- III. Um cenário global e onipresente, tornando possível o aprendizado em quase qualquer lugar e situação via TIC e desenvolvimento das tecnologias móveis.

A partir dessa análise, pode-se concluir que estão corretas:

- (A) I e II apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) I, II e III.

DICA DO AUTORA: Para responder essa questão, é necessário que se tenham realizado um estudo do livro Educação e aprendizagem no século XXI: novas ferramentas, novos cenários, novas finalidades dos referidos autores. Isso é que torna o grau de dificuldade da questão fácil.

Afirmativa I: CORRETA Coll e Monereo apresentam suas considerações sobre o assunto em questão no seu livro Educação e aprendizagem no século XXI: novas ferramentas, novos cenários, novas finalidades. Este cenário é o primeiro de uma lista de três. Para os autores, as salas de aula e as escolas precisam, realmente, garantir uma estrutura tanto física quanto pedagógica melhor no que diz respeito às TICs. Nesse sentido, tanto se faz necessário a presença do aparato tecnológico quanto de práticas que potencializem o uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem de forma a torná-lo mais reflexivo e crítico. Nesse cenário serão definidos os usos efetivos que alunos e professores farão das TICs, a saber: usos centrados nos conhecimentos e nas atividades autônoma e autorregulada dos alunos (indagação, exploração, experimentação...); usos centrados na apresentação, organização e exploração dos conteúdos da aprendizagem (leituras, esquemas, mapas conceituais etc); apresentação e transmissão de informação e interação e comunicação entre os professores e alunos.

Afirmativa II: INCORRETA No mesmo livro, os autores apresentam como segundo cenário para esta sociedade da informação, e diz respeito à expansão das salas de aula e das escolas para outros espaços (bibliotecas, museus, centros culturais etc.), ou seja, que outros espaços se tornem locais para realização de atividades educacionais com o auxílio das tecnologias. Os autores acreditam que esse cenário será cada vez mais ampliado por conta do próprio desenvolvimento cada vez maior das tecnologias e dos aplicativos que oferece.

Afirmativa III: CORRETA. O terceiro e último cenário apontado pelos autores no livro supracitado diz respeito, justamente, a um cenário global e onipresente, considerado uma “megaescola” onde a capacidade das TICs de estar presente em vários lugares e a ampliação do desenvolvimento das tecnologias móveis, bem como das redes sem fio, possibilitarão que a aprendizagem aconteça em todo lugar e situação.

Resposta: **B**

08. Questão

(INSS - FUNRIO - 2014) Nos cursos on-line, para que não haja a exclusão digital, é necessário haver:

1. material cuja perspectiva seja multicultural;
2. oportunidades iguais para homens e mulheres;
3. consideração das condições de acesso e conexão;
4. espaço para práticas religiosas, tais como ausência de feriados;
5. consideração às diferentes competências linguísticas;
6. consideração às deficiências físicas.

As preocupações descritas acima, fundamentam-se no processo denominado:

- (A) Metodologia de Projetos.
- (B) Ensino Comunicacional.
- (C) Pedagogia das Diferenças.
- (D) Teoria do Aluno Virtual.
- (E) Pedagogia Interativa.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A metodologia de projetos contempla uma perspectiva de aprendizagem que considera fundamental a participação ativa dos alunos que devem vivenciar situações-problema, refletindo sobre elas e tomar atitudes diante dos fatos. Sua base está no levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes, os questionamentos que faz sobre o que ainda não sabe, mas deseja aprender, no levantamento de problemas e hipóteses para sua solução, na pesquisa e reflexão sobre as informações obtidas e na concretização dessas reflexões em ações.

Alternativa B: INCORRETA. O Método Comunicacional é visto como uma ferramenta utilizada para que aulas com momentos de trocas comunicativas aconteçam. Essa metodologia está baseada na teoria de Roman Jakobson e considera fundamental que os estudantes tenham subsídios que lhes deem possibilidade de: identificar os diferentes textos como meio de comunicação social reconhecendo neles as regras de comunicação, diferenciar os textos li-

terários de não literários, analisar e relacionar os elementos e funções do processo comunicativo literário, com vistas às suas influências na vida social e cultural.

Alternativa C: CORRETA. A Constituição de 1988, tem como princípio educacional a garantia do direito incondicional e indisponível de todos os alunos à educação. Essa garantia não se restringe ao acesso e permanência dos estudantes em sala de aula, mas se amplia para outros espaços de aprendizagem onde possa acontecer o processo de ensino e aprendizagem, como acontece no caso dos cursos on-line que são realizados a distância via internet. No entanto, para que isso aconteça é necessário que o direito à diferença seja garantido, haja vista que ele é determinante para que a participação dos alunos no processo escolar geral, aconteça, considerando-se as capacidades de cada um. Nesse sentido, deve-se considerar que os direitos sejam iguais para todos e que existam diferenças entre os estudantes diferença entre os estudantes de diferentes naturezas: religiosas, culturais, de gênero, físicas etc. É isso que uma pedagogia centrada nas diferenças propõe: diferenciar para incluir. Significa reagir contra os valores impostos pela sociedade dominante e rejeitar o pluralismo, como algo natural, que é, simplesmente, a incorporação da diferença pela mera aceitação do outro, sem conflitos, sem confronto. Portanto, as preocupações apontadas na questão dizem respeito às premissas que o processo da Pedagogia das diferenças defende e que é necessária para que os alunos de um modo geral, e mais especificamente, os que realizam cursos on-line se sintam incluídos no processo educacional.

Alternativa D: INCORRETA. No contexto de ensino e aprendizagem da educação on-line, o desafio que se coloca constantemente é saber como, de fato, os sujeitos aprendem. Paralelo a isso com a mesma importância está na necessidade de explorar, ao máximo, o potencial que a ferramenta tecnológica para atender o maior número possível de alunos, considerando suas diferenças individuais. Nesse sentido, se impõe a realização de uma definição de quem seja o aluno virtual, ou seja, aquele sujeito autônomo, que gere seu processo de aprendizagem e é capaz de autodirigir e autorregular este processo. Ao se considerar que na educação on-line as interações acontecem através de uma interface digital, é fundamental conhecer mais sobre as características indi-

viduais dos alunos virtuais a fim de que a mediação do processo de ensino e aprendizagem aconteça de forma mais satisfatória para se alcançar os objetivos estabelecidos.

Alternativa E: INCORRETA. A pedagogia interativa tem sua base nos estudos acerca do conceito de interatividade realizado pelo professor Marcos Silva (2000). Ela pressupõe a ruptura da lógica da transmissão cedendo lugar a um formato de ensino e aprendizagem onde a liberdade dialógica, a cooperação, cocriação e a horizontalização nas relações entre professores e alunos se sobreponham às práticas verticais, imperativas e unilaterais. Ao mesmo tempo em que essa perspectiva pedagógica requer a reconstrução de conhecimentos e do conceito de avaliação de modo que os sujeitos envolvidos sejam ativos.

09. Questão

(METRO/DF - IADES - 2014) No que se refere ao conceito e à prática do e-learning, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Compreende um modelo de ensino que faz uso de tecnologias na busca por oportunizar momentos de formação não presencial.
- Ⓑ Exige obrigatoriamente a presença do gestor na elaboração e tomada de decisões acerca do que é pertinente ser ensinado nos processos formativos.
- Ⓒ Trata-se de um modelo que prescinde da utilização da tecnologia nos processos desenvolvidos.
- Ⓓ Atua de maneira descontextualizada da cena contemporânea da educação corporativa e, por isso, caiu no ostracismo, nos últimos anos, no âmbito empresarial.
- Ⓔ Defende que as situações de aprendizagem devem ocorrer exclusivamente a distância.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O e-learning foi um conceito criado para se referir a todas as formas de aprendizagem via web e quer dizer “aprendizagem eletrônica”. Ele é um modelo de ensino on-line não presencial, que tem como base o uso de tecnologia através da Internet para o seu bom funcionamento, portanto, se caracteriza pela distância física entre aluno e professor.

Alternativa B: INCORRETA. Enquanto modalidade de formação à distância, o e-learning implica a dispo-

nibilização de materiais referentes aos conteúdos de ensino conforme os recursos que a ferramenta tecnológica oferece. A presença do gestor é de suma importância no acompanhamento do envolver os professores autores em todas as etapas do processo de seleção de conteúdos e elaboração do material didático. A gestão prevê decisões referentes ao planejamento, organização, direção e supervisão das ações da mesma forma como acontece na educação presencial. Entretanto, a sua presença nesse processo não se faz obrigatória, já que a modalidade conta com a presença de tutores, autores, revisores, especialistas de EAD, webdesigners, dentre outros, que serão responsáveis pela formatação final do trabalho pedagógico num processo de construção coletiva.

Alternativa C: INCORRETA. Conforme abordado acima, o e-learning é uma modalidade educativa que necessita do uso de meio eletrônico para que possa ser realizada. Através de um ambiente virtual de aprendizagem, os recursos de comunicação, de gestão e de distribuição de conteúdos digitais de uma plataforma e-learning são disponibilizados. Portanto, não há como desprezar as tecnologias.

Alternativa D: INCORRETA. A educação corporativa tem conseguido quebrar as barreiras físicas e tem conseguido disseminar o conhecimento em uma velocidade surpreendente. Tal premissa pode ser confirmada na utilização do ensino à distância – o e-learning – como uma ferramenta de grande valor no desenvolvimento dos talentos dentro das organizações. Entre os diversos motivos que estimulam a utilização dessa plataforma nas empresas, pode-se destacar: a agilidade no processo de capacitação e administração melhor do tempo, aumento na efetividade dos resultados de seu corpo de colaboradores, aumento da qualidade dos serviços prestados aos clientes, melhoria do desempenho dos profissionais nas várias frentes de trabalho executados. Portanto, alinhado às culturas, as demandas sociais e ao mercado da educação global, a prática do e-learning tem se tornado crescente dentro das instituições organizacionais.

Alternativa E: INCORRETA. Uma plataforma e-learning pode ser utilizada tanto no ensino on-line como no tradicional presencial como no semipresencial. Dessa forma, componentes das unidades de ensino podem ser abordadas presencialmente (sala de

aula) ou à distância tendo sempre por suporte os recursos disponibilizados na Internet/web.

10. Questão

(METRO/DF - IADES - 2014) Com relação aos processos de educação profissional e educação a distância, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ O formato vigente de educação profissional remete unicamente ao modelo norte-americano, sem sofrer influências ou interferências de outros modelos.
- Ⓑ Conciliar educação profissional com educação a distância, em processos de formação, exige altos custos por parte da instituição, o que faz com que esse modelo seja pouco rentável e eficaz.
- Ⓒ Uma empresa que faz uso da educação a distância pode dispensar todo o respectivo quadro de formadores, uma vez que, nesse modelo, o formador é completamente prescindível.
- Ⓓ O uso da educação a distância nos processos de formação é uma exclusividade de instituições que atuam nas áreas de tecnologia.
- Ⓔ A educação a distância surgiu na Europa na primeira metade do século 19, sendo a corrente mais predominante a que registra na Suécia, em 1833, a primeira experiência nesse campo de ensino.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O formato vigente de educação profissional remete a diferentes modelos: alemão, francês, austríaco, português, argentino e israelense, transitando entre propostas que caminham no sentido do prosseguimento dos estudos, de preparação para o trabalho, do segmento científico e tecnológico ou da complementaridade da educação profissional, em escolas ou nas empresas.

Alternativa B: INCORRETA. A educação a distância é uma estratégia que amplia as possibilidades de acesso à educação como um todo e, especificamente, na educação profissional. Dentre os fatores que indicam seus benefícios estão: minimização do deslocamento gerando a economia de tempo e dinheiro, o ensino independente que acontece quando e onde os sujeitos têm possibilidades de realizar, gerenciando seu processo de ensino e aprendizagem, o atendimento personalizado e a interatividade entre os membros que dele fazem parte. Assim sendo, os

altos custos e a ineficiência dos processos formativos não podem ser considerados como indicadores para que essa conciliação entre educação profissional e educação à distância aconteça.

Alternativa C: INCORRETA. Como em todo processo formativo, a atuação do formador é imprescindível, pois enquanto profissional habilitado, ele é responsável por dar suporte aos seus colaboradores, produzir conteúdo multimídia, ou seja, material pedagógico apropriado de acordo com os objetivos e a gestão do programa de educação a distância da empresa.

Alternativa D: INCORRETA. O uso da educação a distância nos processos de formação não é uma exclusividade de instituições que atuam nas áreas de tecnologia. Mas, pode se fazer uso dessa modalidade educativa em todos os processos formativos, a saber: no ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação.

Alternativa E: CORRETA. Segundo pesquisas indicam, em 1833, na Suécia, surgiu o primeiro curso profissionalizante a distância: o curso de contabilidade que era ministrado através de correspondências. Ainda no século XIX, um professor de taquigrafia publicou um anúncio em um jornal em Boston, manifestando seu desejo em ensinar sua matéria por correspondência. E em 1840, Pitman iniciou o primeiro curso regular de taquigrafia nessa modalidade.

11. Questão

(TJ/GO - FGV - 2014) Apesar do crescimento nacional da oferta de educação a distância, essa modalidade de ensino tem sido alvo de fortes críticas por parte de diversos profissionais da educação. Uma das críticas mais recorrentes é a da falta de condições materiais e estruturais nas redes de ensino para que se mantenha uma educação de qualidade. Apesar dos protestos, essa modalidade de ensino tem sido desenvolvida por diversas políticas públicas por sua capacidade de levar a oferta das diferentes modalidades e níveis de ensino às pessoas em áreas isoladas e de difícil acesso. Nesse sentido, a educação a distância tem encontrado cada vez mais estímulos, sob a bandeira da democratização do ensino. O Decreto nº 5.622 de 2005, que regulamenta o Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), é um exemplo dessa tendência, na medida em que institui:

- Ⓐ que todos os diplomas certificados em cursos dessa modalidade por instituições credenciadas e registradas têm validade nacional;
- Ⓑ que pelo menos 15% das matrículas na educação pública de nível básico deve ser ofertada pelas redes na modalidade de educação a distância;
- Ⓒ que cursos dessa modalidade podem se estruturar com 100% de sua carga horária a distância, inclusive no que diz respeito à avaliação do aluno;
- Ⓓ a educação a distância como modalidade oficial para todos os níveis e modalidades de ensino, com a exceção da educação especial;
- Ⓔ a educação a distância como modalidade oficial para todos os níveis e modalidades de ensino, com a exceção da educação profissional.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTORA: apesar de ser uma questão fácil, é preciso ter conhecimento do Decreto nº 5.622, de 2005, na íntegra.

Alternativa A: CORRETA. O referido Decreto determina em dois artigos a validade nacional dos diplomas dos cursos oferecidos na modalidade à distância quando expedidos por instituições credenciadas e registradas: Art. 36-D em relação aos diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio e Art. 48. Sobre os diplomas de cursos superiores reconhecidos.

Alternativa B: INCORRETA. O Art. 2o, inciso I do Decreto nº 5.622, de 2005, determina que a educação a distância poderá ser ofertada para a educação básica, nos termos do art. 30 deste mesmo decreto, primeiro define que aconteça nas seguintes situações: complementação de aprendizagem ou em situações emergenciais. Além disso, ao contrário de apresentar percentual de oferta de matrículas, indica os critérios para que a educação à distância aconteça para alunos da Educação Básica. Assim sendo, poderão realizar seus estudos nessa modalidade os alunos que: estejam impedidos, por motivo de saúde, de acompanhar ensino presencial; sejam portadores de necessidades especiais e requeiram serviços especializados de atendimento; se encontram no exterior, por qualquer motivo; vivam em localidades que não contem com rede regular de atendimento escolar presencial; compulsoriamente sejam transferidos para regiões de difícil acesso, incluindo mis-

sões localizadas em regiões de fronteira; ou estejam em situação de cárcere.

Alternativa C: INCORRETA. O decreto deixa claro, em seu § 1º que a educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais. Portanto, não são 100% de atividades a distância. Inclusive, determina no Art. 4º que a “avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante” a realização de exames presenciais.

Alternativa D: INCORRETA. A educação a distância é definida no Decreto nº 5.622, de 2005, como modalidade oficial para todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive para a educação especial, conforme expresso no Art. 2º, inciso III.

Alternativa E: INCORRETA. A educação a distância é definida no Decreto nº 5.622, de 2005, como modalidade oficial para todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive para a educação profissional, conforme expresso no Art. 2º, inciso IV, abrangendo os seguintes cursos e programas: técnicos, de nível médio; e tecnológicos, de nível superior.

12. Questão

(UNIFESP - VUNESP - 2014) Os professores reconhecem que os alunos já não são os mesmos e que está em gestação um novo processo de aquisição de conhecimentos, ainda desconhecido por eles e pela escola. No entanto, apesar dos desafios que trazem à instituição escolar, a integração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano da escola, de modo criativo, crítico e competente é:

- (A) ferramenta de informática fundamental para a formação.
- (B) importante no desenvolvimento dos meios eletrônicos.
- (C) essencial para a formação do jovem.
- (D) resultado do uso de software e hardware na escola.
- (E) essencial para fortalecer as mídias sociais.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Dentro da escola, as TICs atuam como ferramentas pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, como estratégias cognitivas de aprendizagem. Elas possibilitam a aquisição de conhecimento com criatividade, juízo de valor, desenvolvimento da autoestima dos alunos e dinamismo permitindo que adquiram novos valores. Se elas são concebidas como ferramenta de informática, o seu potencial fica reduzido ao ensino puramente técnico da informática, gera aulas descontextualizadas, sem relações entre as disciplinas, haja vista que o foco seria apenas a formação tecnológica para a atuação profissional dos sujeitos no futuro da sociedade.

Alternativa B: INCORRETA. As Tecnologias de Informação e Comunicação, comumente, utilizadas na escola, são consequência de um processo de desenvolvimento da informática, das telecomunicações e das mídias eletrônicas ao longo da história. Sua presença no espaço escolar não promove, portanto, o desenvolvimento de outras tecnologias, mas atua no sentido de atender ao interesse e necessidades dos educandos de modo a favorecer a integração dos estudantes, a aprendizagem no legitimando as intenções educativas dos diferentes contextos escolares.

Alternativa C: CORRETA. Para os jovens, as tecnologias oferecem um espaço de expressão e descoberta. Ela trouxe para eles ferramentas para que as manifestações típicas dessa fase da vida sejam exercidas. Através da internet e dos games, os jovens, por exemplo, experimentam papéis sociais, ampliam suas relações interpessoais e o contato com as informações. Os elementos disponibilizados nesses novos espaços contribuem para a formação da identidade dos jovens. Do ponto de vista pedagógico é importante que as tecnologias sejam usadas para a formação de sujeitos conscientes, críticos e engajados na atual sociedade do conhecimento.

Alternativa D: INCORRETA. Uma perspectiva criativa, crítica e competente do uso das tecnologias na escola não é consequência, resultado do uso de software e hardware. Ainda que se considere o computador (hardware) tanto do ponto de vista do processamento de dados, quanto do software e suas diversas possibilidades (acesso a informações, edição textos, automatização de processos) o uso do mesmo não pode se fazer presente na escola como técnica, ou seja, de conscientização do estudante para o uso da

informática. O que se objetiva é um uso com vistas à formação cidadã dos sujeitos. Logo, é preciso oportunizar ao aluno a possibilidade de agir, criar sobre o software, tomando decisões em relação a algum problema e, se isso acontece, ele se torna sujeito ativo de sua aprendizagem e o processo de construção e reconstrução do conhecimento faz de cada aprendizagem uma descoberta. E esse é o papel que as tecnologias devem exercer na escola.

Alternativa E: INCORRETA. Estamos em uma configuração social diferente que impõe a necessidade de a educação se adaptar às novas demandas formativas que surgem nesse contexto. As redes sociais se entrelaçam ao cotidiano da escola e podem ser um elemento explorado por professores no desenvolvimento das atividades da escola, pois apresentam uma dinâmica de funcionamento que favorece aos sujeitos o interesse em participar, a contribuir com conteúdos e informações, a interagir com diferentes pessoas e espaços, a inovação de experiências, as relações com a diversidade, dentre outros. Entretanto, uma prática criativa, crítica e competente em relação ao uso das TICs na escola, não está condicionada ao uso das mídias sociais na mesma. Até porque se não fazem parte de uma proposta pedagógica com vistas à eficácia do processo de ensino e aprendizagem, podem gerar retrocessos em relação ao que se é esperado. Ainda, é preciso considerar que as próprias mídias possuem limitações que podem interferir no desenvolvimento satisfatório das atividades, como por exemplo, a exposição dos alunos e a impossibilidade de garantir a privacidade dos mesmos.

13. Questão

(UNIFESP - VUNESP - 2014) Segundo alguns autores, como Pierre Lévy, pode-se afirmar que uma técnica não é boa nem má, mas neutra por ser essencialmente condicionante do seu meio, o que significa abrir possibilidades e opções culturais que, sem ela, não poderiam ser pensadas concretamente. Os ambientes educacionais suportados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC apresentam para a educação desafios de diversas ordens, desde o “simples” uso das ferramentas técnicas até a verdadeira apropriação do conteúdo simbólico que pode adequá-las. Ao mesmo tempo em que se constituem

num universo estimulante e motivador para a aprendizagem,

- Ⓐ disponibilizam oportunidades infinitas de desenvolvimento cognitivo e socioafetivo dos alunos.
- Ⓑ fortalecem a memória e as habilidades de adaptação dos alunos.
- Ⓒ trazem o mundo (virtual) para dentro dos indivíduos, na construção de liderança.
- Ⓓ disponibilizam o armazenamento de informações e a memória dos dados.
- Ⓔ estabelecem a comunicação por computador e internet na sala de aula.

Grau de Dificuldade



Alternativa A: CORRETA. Os relacionamentos estabelecidos por todos os envolvidos no cotidiano da escola deixam transparecer os múltiplos, temporais e heterogêneos conhecimentos, habilidades de relacionamento interpessoal e conteúdos da cultura. Esses elementos são fruto de uma construção que acontece ao longo do tempo, na socialização familiar, escolar, numa constante integração de ordem cognitiva e afetiva. Pode-se afirmar que todos os objetos de conhecimento são, ao mesmo tempo, cognitivos e afetivos, e as pessoas são, simultaneamente, portanto, sujeitos de conhecimento e de afeto. Assim sendo, as tecnologias utilizadas na escola, consideradas também como objeto de conhecimento, favorecem novas perspectivas de desenvolvimento, interação, comunicação e crescimento inter e intrapessoal. Isto se dá através das diferentes ações que delas emanam e nas quais os alunos realizam explorando mais ainda a sua capacidade inventiva e criadora. Ao promover a agilidade, o comando, a tentativa e o erro ou o ato de experimentar, as tecnologias contribuem no processo de aprendizagem haja vista que esse processo possibilita que o aluno pense, elabore e aja, buscando resolver suas dúvidas e desafios. Dessa forma, o desenvolvimento cognitivo vai acontecendo. Além disso, as tecnologias na educação disponibilizam oportunidades para que os alunos se desenvolvam social e afetivamente já que manifestam sua interioridade através das representações que fazem para compor sua leitura, para criar ou recriar conhecimentos e para interagir com outros. Portanto, de fato, as TICs oportunizam

um trabalho pedagógico de autonomia conceitual e emocional.

Alternativa B: INCORRETA. As tecnologias mudaram a forma como os acontecimentos vivenciados no momento atual se tornam memória. Esse novo contexto está criando, segundo alguns estudiosos, um esvaziamento de memória. Esse efeito preconiza a ideia de que a memória hoje é menos uma questão de lembrar e mais uma questão de saber para onde olhar, porque a memória humana tem diminuído devido à constante confiança que vem sendo depositada nas tecnologias. De acordo com cientistas, as pessoas tendem a confiar mais nos meios digitais do que na própria memória quando o assunto é armazenamento de informações. Assim sendo, as tecnologias não fortalecem a memória, mas se constituem em uma extensão da mesma, sendo até, muitas vezes, substituída por ela. Em relação às habilidades de adaptação dos alunos pode-se dizer que as tecnologias presentes no contexto educacional podem ajudar efetivamente os alunos, quando forem desafiados e se sentirem estimulados a buscar e socializar informações, construir e reconstruir conhecimento. Entretanto, a mera presença das tecnologias não garante a adaptação do aluno ao contexto escolar e a melhoria do seu desempenho no processo de ensino e aprendizagem. É preciso que as ferramentas tecnológicas favoreçam novas adaptações aos diferentes sistemas de transmissão de conhecimento favorecendo a transformação de fatores complicados em algo mais acessível e sedimentado para os alunos.

Alternativa C: INCORRETA. As novas gerações frequentam a escola já convivem com o mundo virtual desde o seu nascimento, ou seja, já faz parte do seu dia-a-dia. O mundo da internet se tornou o lugar onde todos se encontram, aprendem, jogam, brincam, brigam, trocam fotos, ganham dinheiro, começam e terminam amizades e namoros, vivem aventuras, encontram as mais diferentes oportunidades, buscam sua autonomia, mas onde também correm riscos e perigos. O papel das tecnologias na escola não é trazer o mundo virtual para dentro dos sujeitos, mas lidar com as interações que acontecem tanto no mundo dito como real, quanto o virtual. Promover as interações escolares entre esses dois mundos é o seu grande desafio.

Alternativa D: INCORRETA. A presença das tecnologias na escola possibilita a construção e/ou re-

construção de conhecimento através do acesso às informações que as mesmas disponibilizam. O armazenamento de informações, bem como a memória de dados é uma função, portanto, que não diz respeito ao uso das tecnologias na sala de aula, mas refere-se à própria natureza técnica da máquina (computador ou outra tecnologia). Nesse caso, pode-se referir-se à memória que é um sistema de computação responsável pelo armazenamento das informações que são, foram ou serão manipuladas pelo mesmo.

Alternativa E: INCORRETA. O computador interligado a internet rompeu com as características tradicionais de comunicação. Em oposição ao rádio, cinema, a imprensa e a televisão que são meios de comunicação unidirecionais, ou seja, os meios de comunicação que ligados à internet favorecem uma interação entre os sujeitos já emissor e receptor podem interferir nas mensagens. Esses meios oferecem uma vasta rede de recursos para a veiculação da informação: imagem, som, movimento, representações manipuláveis de dados e sistemas (simulações). Entretanto, a comunicação na sala de aula não pode estar restrita a esses meios, mesmo que as tecnologias estejam inseridas na prática pedagógica. Outras formas de comunicação se fazem presentes na sala de aula, como por exemplo, a principal delas, a comunicação entre alunos e professores, e entre alunos e alunos em experiências em que a fala se torna bastante eficaz. Além disso, é importante destacar que é preciso ter uma clara compreensão acerca das funcionalidades e as consequências do uso das mídias interativas de modo que elas possam, de fato, favorecer processos comunicativos que garantam a participação efetiva de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

14. Questão

(UNIFESP - VUNESP - 2014) É impossível dialogarmos sobre tecnologia e educação escolar sem abordarmos a questão do processo de aprendizagem. Em um processo de aprendizagem, o uso de tecnologias também se altera. Nesse sentido, a tecnologia apresenta-se como:

Ⓐ valor fundamental e essencial no processo de solução das dificuldades de aprendizagem.

- Ⓑ meio e instrumento para colaborar no desenvolvimento do processo de aprendizagem.
- Ⓒ instrumento essencial para favorecer a aprendizagem dos alunos.
- Ⓓ elemento essencial para resolver ou solucionar os problemas educacionais do Brasil.
- Ⓔ solução para melhorar o desempenho nas avaliações nacionais (SAEB) e internacionais (PISA).

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. É inquestionável a importância que as tecnologias têm hoje para a educação. Elas contribuem para que novas formas de ensinar e aprender façam parte do processo de ensino e aprendizagem. Isto porque oferecem uma série de recursos que e meios potencializadores da aprendizagem que podem oportunizar um melhor desenvolvimento dos alunos em diferentes aspectos e, ao mesmo tempo, do professor que reafirma sua postura de mediador e não mais transmissor de conhecimento na prática pedagógica. Entretanto, apesar de tornar esse processo mais interativo e, por isso, mais interessante, as tecnologias da informação não garantem por si qualidade no ensino, nem tampouco a solução das dificuldades de aprendizagem. É preciso considerar que as mesmas estão a serviço do processo de construção e assimilação do conhecimento favorecendo aprendizagens mais significativas para os alunos.

Alternativa B: CORRETA. De fato, as tecnologias da comunicação e informação colaboram no desenvolvimento do processo de aprendizagem. Isto porque são meios que favorecem a construção do conhecimento como elemento imprescindível para a melhoria social, oportunizando expressões multiculturais e integração universal dos sujeitos. A escola, ao fazer uso das tecnologias, em sua prática pedagógica, encontra, nas mesmas, ferramentas para que se transforme de transmissora de conhecimentos em organizadora de aprendizagens oferecendo aos alunos condições necessárias para aprender a obter a informação, para construir o conhecimento e adquirir competências. Nesse sentido, as tecnologias atuam como agregadoras de conhecimento.

Alternativa C: INCORRETA. Por meio da utilização das tecnologias nas práticas pedagógicas é possível vislumbrar um estímulo para a aprendizagem, haja vista que as mesmas oferecem recursos e meios para

que os alunos desenvolvam uma postura crítica, criativa e interativa diante do acesso e construção/reconstrução do conhecimento. Entretanto, esta é uma postura que independe da presença das tecnologias na sala de aula. Ela é decorrente das práticas pedagógicas que concebem o ensino e a aprendizagem como um processo horizontal e não vertical, ou seja, um processo em que professor se coloca como mediador e os alunos sujeitos do processo de construção do conhecimento. Ele não é mais, portanto, o transmissor de informações. Assim sendo, seja com tecnologia, ou sem tecnologias, essa nova forma de se conceber o processo de aprendizagem se relaciona a uma nova visão de construção do conhecimento que envolve professores e alunos, como superação das formas tradicionais na relação de ensino-aprendizagem. Assim sendo, a tecnologia não pode ser concebida como instrumento essencial para favorecer a aprendizagem dos alunos, mas como coadjuvante importante nesse processo.

Alternativa D: INCORRETA. As tecnologias são ferramentas que modificam as relações professor-aluno, as relações educacionais e, diferentes aspectos, oportunizando a ampliação do espaço de ensino e aprendizagem. No entanto, é importante destacar que as mudanças no processo de ensino, não dependem essencialmente do uso das tecnologias na sala de aula, mas de tantos outros aspectos que influenciam a dinâmica do ensinar e aprender, como por exemplo, as características próprias de cada lugar, cultura, objetivos e intenções de cada escola. Assim sendo, a presença das tecnologias no processo educativo pode contribuir ao passo em que melhora a sala, mas não pode dar conta de resolver todos os problemas que existem nesse processo.

Alternativa E: INCORRETA. A introdução das tecnologias na prática pedagógica só tem sentido se objetivar a melhoria da qualidade de ensino, ou, seja, proporcionar um processo de ensino e aprendizagem eficaz. E se, de fato, ela é utilizada como ferramenta para potencializar a aprendizagem dos alunos desafiando-os a buscar, construir e reconstruir conhecimentos, os resultados em quaisquer tipos de avaliação tendem a ser mais satisfatórios. Entretanto, não é mérito desta ou daquela tecnologia uma consequente melhoria dos resultados. Essa situação é consequência de práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento das competências necessárias para a formação integral dos sujeitos

nos diferentes anos seriais. É evidente que, diante da inserção das tecnologias na escola, os sistemas de avaliação da aprendizagem precisam desenvolver novos olhares para perceber a aprendizagem dos alunos em seus diferentes percursos. Portanto, um resultado melhor em termos de avaliação da aprendizagem, não virá pela tecnologia, haja vista que ela é apenas uma parte e não todo, mas por um processo de compreensão do que seja, de fato, ensinar e aprender, nessa sociedade contemporânea respeitando as especificidades da educação como um todo e da própria tecnologia.

15. Questão

(DETRAN/MT - UFMT - 2015) No que diz respeito ao uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nas práticas pedagógicas fundamentadas nas teorias críticas, é **incorreto** afirmar:

- Ⓐ As TIC precisam ser consideradas como produtos da atividade humana, historicamente construídas, portanto como artefatos sociais e culturais que expressam relações de poder, intenções e interesses diversos.
- Ⓑ A mediação tecnológica é adotada com o objetivo primeiro de estabelecer relações intrínsecas entre educação e preparação para o mundo do trabalho, observando, sobretudo, a lógica da competitividade instaurada no mundo globalizado.
- Ⓒ Os ambientes interativos (como chats e grupos de discussão on-line) mostram-se como recursos potenciais nas relações educacionais.
- Ⓓ No mundo marcado pela tecnologia, a escola necessita fazer uso das TIC não apenas para democratizar o acesso a elas como também para favorecer a compreensão das potencialidades da educação.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Toda e qualquer tecnologia é resultado de relações sociais de produção que se estabelecem na sociedade. Portanto, ela é um modo de produção, uma totalidade de dispositivos e invenções que fazem parte de uma sociedade. Ela não é neutra, haja vista que incorpora valores da sociedade industrial e, por isso, resulta num veículo de dominação cultural, controle social e concentração

do poder industrial. A tecnologia está sujeita ao conflito histórico entre os detentores dos meios de produção na sociedade capitalista e a mão de obra assalariada. Assim, ela organiza, perpetua ou modifica as relações sociais através da manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, nela expressos.

Alternativa B: INCORRETA. Apesar de a mediação tecnológica ser, por vezes, adotada com o objetivo primeiro de estabelecer relações intrínsecas entre educação e preparação para o mundo do trabalho, este não é seu objetivo primeiro. Sua utilização no contexto educacional visa ao desenvolvimento do potencial cognitivo dos alunos e se dá num ambiente em condições favoráveis, para que os mesmos desenvolvam projetos individuais, participem de discussões, interajam com os colegas e professores, seja incentivado para o trabalho independente e cooperativo de modo a sistematizar as informações para criar conhecimento de forma significativa e crítica. Dessa forma, o uso das tecnologias com fins mercadológicos sai de cena e se dá lugar a intenção de ser uma ferramenta que possibilite a construção de um projeto condizente com a realidade.

Alternativa C: CORRETA. Os ambientes interativos permitem interações síncronas e assíncronas, ou seja, oferecem condições para que discussões, bate-papos ou outras formas de interação aconteçam em tempo real ou não. Através desses ambientes os sujeitos se conhecem, modificam-se uns aos outros, debatem diferentes temas, negociam as interações, criando às vezes regras próprias. Esses espaços possibilitam diálogos intensos para a aproximação dos interagentes sem que haja proximidade física.

Alternativa D: CORRETA. O grande desafio do uso das tecnologias na educação é fazer com que as mesmas promovam melhorias na qualidade do ensino e não sejam apenas bens produzidos socialmente e que precisem ser democratizados na escola. O que se espera é que as tecnologias da informação e da comunicação sejam capazes de facilitar o desenvolvimento das competências necessárias para a emancipação dos sujeitos na atual sociedade do conhecimento. Portanto, quando são utilizadas no processo de ensino e aprendizagem as tecnologias não são apenas recursos em potencial para a aprendizagem, mas uma ferramenta cada vez mais importante para a vida.

16. Questão

(DETRAN/MT - UFMT - 2015) O expressivo desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) ocorrido nas últimas décadas potencializou a Educação a Distância (EAD). Em relação a essa temática, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() O uso das TIC na educação foi previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 exclusivamente para a modalidade a distância, uma vez que a educação presencial fundamenta-se no diálogo e na interação direta entre os atores envolvidos no processo educativo.

() A EAD altera os conceitos de espaço e tempo historicamente adotados pelas escolas e universidades, pois permite intercomunicação síncrona e assíncrona entre educadores e educandos posicionados em diferentes contextos geográficos e culturais.

() A educação a distância é potencializada pela integração de várias mídias que podem ser acessadas tanto em tempo real como no horário favorável a cada educador e educando.

() O professor que atua na EAD precisa estar atento ao ritmo de cada aluno, às suas formas pessoais de navegação. Na condição de docente não impõe; acompanha, sugere, incentiva, questiona, aprende junto com o aluno.

Assinale a sequência correta.

- (A) V, F, V, F
- (B) V, V, F, F
- (C) F, V, V, V
- (D) F, F, F, V

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTORA: A alternativa que merece maior atenção é a letra A, devido à necessidade de conhecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9494/96.

Alternativa A: INCORRETA. É possível observar na referida Lei que o uso das tecnologias aparece em diferentes artigos, tanto como conteúdo curricular quanto como recurso didático e não apenas quando se refere à modalidade de Educação a Distância. Ao se referir ao Ensino Fundamental a Lei, em seu

Art. 32º, inciso II, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante, dentre outras coisas, à compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade. Quando trata do Ensino Médio destaca, no Inciso IV do Art. 35º, que este terá, dentre outras, a finalidade de favorecer a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. Quando trata do currículo do Ensino Médio, em seu Art. 36º, Inciso I, ressalta que o mesmo deverá destacar a educação tecnológica básica. Se referindo à Educação Profissional, a Lei em seu Art. 39º, menciona que a mesma deve acontecer integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. E ao abordar a Educação Superior, destaca que sua finalidade, dentre outras, conforme consta em seu Art. 43º, é incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, com vistas ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, como modo de desenvolvimento do entendimento do homem e do meio em que vive.

Alternativa B: INCORRETA. A tecnologia com seus recursos digitais possibilita a diminuição das distâncias, a flexibilidade e a adaptação às exigências atuais promovendo a interação social do indivíduo. A educação à distância oferece dois recursos distintos de ensino:

Síncrono, que se dá quando os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem (professor/tutor e aluno) se comunicam em tempo real via web, através de telefone, chat, videoconferência, webconferência, dentre outros recursos, podendo discutir, perguntar, interagir simultaneamente.

Assíncrono, acontece quando os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem (professor/tutor e aluno), não estão na sala de aula ou conectados em tempo real. A participação acontece quando os alunos se inscrevem, participam e terminam quando querem. Necessariamente não se tem a presença do professor/tutor naquele momento. Seu retorno para o aluno, tirando dúvidas, respondendo questões e participando de outras formas, acontece em momentos diferentes do tempo daquele.

Alternativa C: CORRETA. As mídias interativas são utilizadas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem e potencializar a colaboração e interação entre os interagentes participantes de um curso à

distância independentemente de tempo e lugar. Dentre elas, pode-se citar: e-mail, fórum ou lista de discussão, Weblogs ou Blogs, FTP, Chat, videoconferência, audioconferência e teleconferência.

Alternativa D: INCORRETA. Na educação a distância evidencia-se o papel do professor/tutor como alguém que estimule e motive os alunos para a aprendizagem através do gerenciamento do seu tempo e seu ritmo de aprendizagem. O seu desafio é promover a participação, a comunicação, a interação e o confronto de ideias, ou seja, ele atua como mediador dos processos de ensino e de aprendizagem. Além disso, é de sua responsabilidade também criar um ambiente que, através do uso das tecnologias, minimize as distâncias dando segurança ao aluno para se envolver no processo de busca do conhecimento e possibilite a construção coletiva do conhecimento, a transgressão de receitas prontas e acabadas contribuindo para a construção de novos saberes e novos olhares sobre a realidade.

17. Questão

(UFRB/BA - FUNRIO - 2015) A didática hoje leva em conta as novas tecnologias eletrônicas de comunicação e informação (TICs). Inúmeras são as estratégias didáticas que podem ser utilizadas considerando as TICs, **exceto**:

- Ⓐ gestão de espaços virtuais de aprendizagem.
- Ⓑ utilização das redes sociais.
- Ⓒ aulas de exposição frontal.
- Ⓓ trabalhos colaborativos em redes.
- Ⓔ metodologias midiáticas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. As ferramentas disponibilizadas pelas diferentes tecnologias contemporâneas atuam no sentido de minimizar as dificuldades existentes entre professores e alunos causados pela distância física. Com os espaços virtuais de aprendizagem é possível criar um ambiente em que alunos e professores, apesar de geograficamente distantes, se sintam próximos participando de um processo de aprendizado colaborativo. Além disso, favorecem o armazenamento, a distribuição e o acesso às informações no tempo e lugar definidos pelos sujeitos.

Alternativa B: CORRETA. As redes sociais, assim como a escola, também são capazes de favorecer a interação e a construção de conhecimentos e valores. Elas potencializam atividades realizadas em grupo, pois, através das mesmas, os alunos podem se relacionar com outros sujeitos criando contextos de produção coletiva de conhecimento numa rede cooperativa de aprendizagem. Além disso, as redes sociais podem tornar a sala de aula um ambiente mais interativo e dialógico, já que o modelo unidirecional da comunicação, no qual o professor fala e o aluno ouve, tende a ser substituído por um modelo de redes em que todos os sujeitos interagentes têm seu espaço para falar e ser escutado.

Alternativa C: INCORRETA. A aula expositiva, geralmente, recebe bastantes críticas, pois sua concepção está associada às das teorias educacionais mais tradicionais. E tal postura mantida em relação a esta metodologia didática, tal como concebida, realmente não dialoga com perspectivas mais renovadas de educação. Ou seja, a ela está atrelada a ideia de um professor que apresenta as informações para os alunos, transferindo para eles conhecimentos de mundo que foram construídos por ele ao longo de sua trajetória não abrindo espaço para novas construções ou ressignificações. Nesse sentido, a presença das tecnologias da informação e da comunicação no processo de ensino e aprendizagem fica limitada ao uso sem técnica e dissociado dos objetivos didáticos em determinado momento do processo de ensino-aprendizagem; ou à uma ênfase dada ao recurso em detrimento ao próprio conteúdo; ou apenas, ainda, à pré-formatação na apresentação de informações.

Alternativa D: CORRETA. É evidente que a aprendizagem colaborativa não depende, necessariamente, da tecnologia para que possa ocorrer, mas ela tem criado oportunidades para que se crie um ambiente colaborativo no processo de ensino e aprendizagem. As tecnologias potencializam os momentos em que professores e alunos pesquisam, discutem e constroem tanto individual, quanto coletivamente seus conhecimentos. Um exemplo é o computador que contribui para a organização de diversas atividades e pode ser utilizado para que os alunos colaborem mutuamente nas atividades grupais. Essa característica lhe dá um lugar de grande destaque como recurso para a aprendizagem colaborativa.

Alternativa E: CORRETA. A constante evolução das mídias tecnológicas proporcionam condições fa-

voráveis para o desenvolvimento de estratégias didáticas que contribuem significativamente para o processo de ensino e aprendizagem. Isto porque essas mídias podem ser integrantes no processo de aprendizagem dos conceitos curriculares em qualquer modalidade e nível de ensino, desempenhando como mediadoras entre o aluno e a construção do seu conhecimento e potencializando sua capacidade de criativa, inventiva e cognitiva.

18. Questão

(**PROF. ARARUAMA/RJ - FUNCAB - 2015**) Sobre o que diz a Lei 9.394/1996 a respeito da educação a distância, leia as afirmativas:

- I. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.
- II. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por todas as instituições de ensino superior.
- III. A União regulamentará os requisitos para realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.
- IV. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- (A) I, III e IV
- (B) II, III e IV
- (C) I e III
- (D) I, II e III
- (E) II e III

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTORA: Para responder a essa questão é fundamental um conhecimento específico do Art. 80º da Lei 9394/96.

Alternativa I: CORRETA. Esta determinação está expressa na Lei 9394/96 em seu Art. 80º: "O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veicula-

ção de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada."

Alternativa II: INCORRETA. Em seu Art. 80º, § 1º a Lei determina que a educação a distância, será organizada com abertura e regime especiais, mas garante sua oferta para instituições especificamente credenciadas pela União.

Alternativa III: CORRETA. Tal determinação se encontra expressa no Art. 80º da Lei em seu § 2º.

Alternativa IV: CORRETA. No Art. 80º, § 3º, a Lei deixa claro que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, realmente, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

Resposta: (A)

19. Questão

(**SEDUC/AM - FGV - 2014**) Com relação ao uso das novas tecnologias em sala de aula, analise as afirmativas a seguir.

- I. É pouco frequente, uma vez que não é útil na exploração dos conteúdos e na melhoria da aprendizagem.
- II. Aproxima alunos e professores ao introduzir um componente lúdico às aulas.
- III. Sua utilização é dificultada pela falta de infraestrutura das escolas e a formação deficiente dos professores.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Grau de Dificuldade

Alternativa I: INCORRETA. A grande evolução das novas tecnologias da informação e da comunicação provocaram grandes transformações na sociedade e

impulsionaram o seu uso dentro da sala de aula no sentido de promover novas ideias de conhecimento, de ensino e de aprendizagem. Sendo a escola um espaço, realmente, de construção do conhecimento e socialização do saber, a utilização das ferramentas tecnológicas permite um trabalho mais significativo com os conteúdos, porque favorece a ampliação e a criação de novas formas de trabalho, possibilitando que os alunos pesquisem, antecipem e confirmem ideias, experimentem, criem soluções e construam novas formas de representação do conhecimento. Assim, a melhoria na aprendizagem acontece.

Alternativa II: CORRETA. Além de contribuir com a aprendizagem dos alunos ludicamente, porque envolve e atrai, desperta atenção e interesse dos mesmos, a relação de poder professor-aluno ganha uma nova dinâmica com a incorporação das novas tecnologias no processo educativo. Elas aproximam professores e alunos, pois se (re)criam novas linguagem e ampliam-se as possibilidades de expressão. O professor torna-se um animador da inteligência coletiva dos grupos e sua atividade está mais voltada para o acompanhamento e a gestão das aprendizagens, promovendo uma relação mais horizontal entre ele e seus alunos. Sua postura não é de dominador, mas de colaborador. O seu foco é a emancipação humana, dos sujeitos, dos seus alunos e por isso essa aproximação tende a ser ampliada no trabalho pedagógico desenvolvido através das tecnologias. Assim, a relação com o professor fica menos autoritária e mais colaborativa na construção do conhecimento.

Alternativa III: CORRETA. Os dois maiores desafios encontrados para que a tecnologia faça parte das práticas pedagógicas dos professores, dizem respeito à infraestrutura das escolas e a formação docente. Na escola pública o problema situa-se na falta de investimentos substanciais, tanto em equipamentos, quanto em processos formativos para os profissionais da educação. Pesquisas indicam que o número de computadores nas escolas públicas é insuficiente e, além disso, são geralmente instalados em locais impróprios ao uso pedagógico e na maioria das vezes a conexão com a internet tem baixa velocidade. Muitas escolas, inclusive, não possuem o mínimo de condições para receberem o aparato tecnológico, já que não têm, por exemplo, energia elétrica. Os professores, por sua vez, possuem um déficit em sua formação acadêmica com relação ao uso das ferramentas tecnológicas, e quando já en-

contram-se no lócus de atuação da sua profissão não encontram tempo necessário nem políticas de formação continuada para lidar com ferramentas e técnicas mais elaboradas.

Resposta ①

20. Questão

(IFB - FACTOS - 2017) Em relação ao uso de tecnologias digitais no processo ensino e aprendizagem, leias as afirmações a seguir e marque (V) (para as verdadeiras) ou (f) (para as falsas).

- I. () Com a utilização de tecnologia em sala de aula o professor assume um papel secundário no processo de ensino e aprendizagem.
- II. () A Internet é muito útil para a realização de pesquisas acadêmicas, de onde o aluno pode copiar livremente qualquer conteúdo sem citar autoria ou fonte.
- III. () O uso de recursos multimídia, como imagens, sons e vídeos, quando bem aplicados, fornecem um meio mais atraente de aprendizagem.
- IV. () A simples utilização de um computador pelo professor, por si só, já garante a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- Ⓐ F, V, F, V
- Ⓑ V, F, V, F
- Ⓒ F, V, V, V
- Ⓓ V, V, F, F
- Ⓔ F, F, V, F

Grau de Dificuldade

Assertiva I: INCORRETA. As tecnologias da informação e da comunicação permitem uma ampliação nos modos de aprender dos sujeitos e novas formas de pensar sobre a realidade, pois oferecem espaços de aprendizagem abertos, contínuos e não lineares. Entretanto, o processo de ensino e aprendizagem requer algumas outras ações que não são garantidas pela interatividade dos sujeitos apenas com as tecnologias. Dentre muitas outras, pode-se destacar: o estabelecimento de vínculos, o trabalho conjunto, a atuação no coletivo, a partilha de experiências, a

tematização de conteúdos experienciais, a solução de conflitos e identificação de dificuldades de compreensão. Assim sendo, o professor participação ativa mediando todas essas situações.

Assertiva II: INCORRETA. Dada a grande rede de conhecimentos produzidos e disseminados na internet, os alunos encontram na mesma uma grande possibilidade de ampliarem seus saberes a partir da busca que fazem em diferentes espaços disponibilizados do ambiente digital. Isso, torna o aprendizado mais dinâmico e significativo. Ela, portanto, é uma excelente ferramenta para qualquer tipo de aprendizagem, especialmente aquelas em que quem está aprendendo assume o controle. Entretanto, é preciso cautela tanto na forma com as pesquisas nesse ambiente é solicitada, bem como a forma como os alunos fazem uso das informações disponíveis. É fundamental mostrar para os alunos que a busca na rede é uma prática social de leitura e que o seu uso pode favorecer uma série de aprendizagens: o desenvolvimento da habilidade de leitura e interpretação de textos; expansão do universo textual, desenvolvimento da capacidade de análise e síntese das informações; reflexões sobre questões de ética e cidadania relativas à propriedade intelectual, dentre outras. Para tanto, o professor precisa planejar (clareza na proposta de pesquisa e falta de orientação adequada aos alunos) com vistas a essas aprendizagens a fim de que o aluno não restrinja esse momento de contato com a internet para apenas copiar e colar informações.

Assertiva III: CORRETA. As várias ferramentas disponíveis nas tecnologias contemporâneas têm atraído os sujeitos para novas formas de aprendizagem. Isso, porque, os recursos midiáticos favorecem: novas formas de acesso à informação, articulação e ampliação da imaginação individual, a negociação entre grupo e o compartilhamento de informações, redefinição nos modelos mentais, modernização das técnicas de comunicação e mobilização imediata dos saberes práticos, representação de novos estilos de raciocínio e de conhecimento. Dessa forma, o uso dos recursos midiáticos contribui significativamente para o processo de aprendizagem.

Assertiva IV: INCORRETA. O fato de apenas incluir o computador na prática pedagógica não garante a aprendizagem, pois a construção do conhecimento supõe reelaboração e ressignificação da informação num processo coletivo e social que necessita de diá-

logo, análise da informação e criticidade dos dados. Portanto, é fundamental que o uso do computador esteja associado a um planejamento intencional do professor com vistas a aprendizagem significativa dos alunos.

Resposta: **E**

21. Questão

(IFB - FACTOS - 2017) Nos cursos presenciais da educação profissional tecnológica e mesmo no ensino superior, muitas instituições fazem uso de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem para auxiliar na mediação docente. Nesse momento temos vinculado à educação presencial, ferramentas e potencialidades do ensino a distância. As ferramentas de comunicação, disponibilizadas no referido ambiente virtual podem ser classificadas de duas formas (síncronas e assíncronas Coluna A), e possuem vários exemplos (Coluna B).

Coluna A	Coluna B
(I) Síncronas	() e-mail
(II) Assíncronas	() fórum
	() chat
	() lista de discussão
	() webconferência
	() blog

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA de associação, de cima para baixo.

- A** II, II, I, II, I, II
- B** I, I, II, I, II, I
- C** II, I, II, I, II, II
- D** I, II, II, II, I, II
- E** II, I, I, II, I, I

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. No ambiente virtual de aprendizagem (AVA) existem diferentes ferramentas que possibilitam que o processo de ensino e aprendizagem aconteça. Elas são classificadas em síncronas e assíncronas. As ferramentas síncronas são aquelas que exigem a participação simultânea de estudantes e professores em momentos (dia e horário), previamente combinados. As que inde-

pendem de tempo e lugar marcados, por alunos e professores, ou seja, acontecem no momento de livre escolha de ambos, se classificam como assíncronas. Assim sendo, essa alternativa destaca corretamente exemplos de cada uma delas. Síncronas: chat e webconferência. Assíncronas: e-mail, fórum, lista de discussão e blog.

Alternativa B: INCORRETA. E-mail, fórum, lista de discussão e blog: assíncronas. Chat e webconferência: síncronas.

Alternativa C: INCORRETA. E-mail, fórum, lista de discussão e blog: assíncronas. Chat e webconferência: síncronas.

Alternativa D: INCORRETA. E-mail, fórum, lista de discussão e blog: assíncronas. Chat e webconferência: síncronas.

Alternativa E: INCORRETA. E-mail, fórum, lista de discussão e blog: assíncronas. Chat e webconferência: síncronas.

22. Questão

(IFB - FACTOS - 2017) Quando o assunto é informática educativa, podemos tratar de materiais educacionais que permitem a interação do aluno com conteúdos e exercícios disponíveis em meio digital de modo a complementar uma situação de aprendizagem, vinculando, para sua utilização, uma avaliação prévia para verificar se está adequado ao conteúdo pretendido, bem como ao público-alvo.

Marque a alternativa correta que corresponde à nomenclatura do tipo de material educacional definido:

- (A) portal;
- (B) hardware;
- (C) ensino híbrido;
- (D) ambiente virtual de ensino e aprendizagem;
- (E) objetos de aprendizagem.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. PORTAL: um portal é um site na internet que atua como centro de aglomeração de outros sites ou subsites que estão sob ou não, controle da empresa que gesta o portal. Ele é, portanto, uma página da internet que disponibiliza diferentes serviços, tais como: chats, fóruns, notícias e ligações para outros sites.

Alternativa B: INCORRETA. Hardware se refere ao conjunto de elementos físicos que compõe um computador, ou seja, é tudo aquilo que diz respeito à parte material do equipamento. Aí se incluem tanto os componentes internos (disco duro, placa mãe, microprocessador, circuitos, cabos, etc.) quanto os externos (scanner, impressora).

Alternativa C: INCORRETA. As tecnologias digitais contemporâneas podem contribuir significativamente para o processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, por si só elas não garantem isso. O que se defende é uma aprendizagem onde a qualidade da comunicação entre alunos e professores seja ampliada no sentido de promover a construção do conhecimento e da postura crítica. Assim sendo, o ensino híbrido é um modelo possível de combinação entre a tecnologia digital e as interações presenciais. Portanto, não é um tipo de material educativo.

Alternativa D: INCORRETA. O ambiente virtual de ensino e aprendizagem é um espaço utilizados nos processos de Educação a Distância. Nele é possível criar um ambiente em que alunos e professores, apesar de geograficamente distantes, se sintam próximos participando de um processo de aprendizado colaborativo. Além disso, favorecem o armazenamento, a distribuição e o acesso às informações no tempo e lugar definidos pelos sujeitos. Assim sendo, não se constitui um tipo de material pedagógico, mas um ambiente onde a aprendizagem pode acontecer.

Alternativa E: CORRETA. Os objetos de aprendizagem são um material digital que pode ser acessado através do computador, especialmente, pela internet e utilizado num tempo curto (uma ou duas aulas) tendo sempre o foco de um objetivo único de aprendizagem (cada objeto atende a um objetivo específico). De modo geral os Objetos de Aprendizagem (OA) estão associados a conteúdos que se beneficiam das potencialidades oferecidas pelas tecnologias. Fazendo uso dos AO, os alunos têm uma interação maior no processo de aprendizagem e o professor se aproxima mais dos interesses daqueles. São exemplos de objetos de aprendizagem: vídeos, animações, jogos interativos e simulações e hipertextos.

23. Questão

(PREF. DE SÃO LUIS - CESP - 2017) A respeito de Tecnologia Assistiva (TA), assinale a opção correta.

- Ⓐ No contexto das avaliações, não se deve empregar a TA, para não configurar situação de privilégio para o estudante com deficiência.
- Ⓑ Cabe ao profissional habilitado em informática a operacionalização dos recursos da TA.
- Ⓒ A TA visa promover a funcionalidade relacionada à atividade e à participação de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, visando, por exemplo, sua autonomia e inclusão social.
- Ⓓ O termo tecnologia assistiva refere-se aos recursos de acessibilidade ao computador, como, por exemplo, teclados programáveis e teclados virtuais, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- Ⓔ O objetivo central da TA é a alfabetização de pessoas com deficiência.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A avaliação da aprendizagem é uma das questões educacionais que sempre foi motivo de preocupação para os professores e, mais ainda, quando essa se refere aos alunos com algum tipo de deficiência. Entretanto, é preciso ressaltar que os mesmos devem ser avaliados, assim como acontece com seus colegas. E o processo avaliativo deve basear-se numa nova forma de pensar aprendizagem e a avaliação eliminando, dentre outras questões, o estabelecimento de parâmetros para se comparar um aluno com outro, a definição de um mesmo ritmo de aprendizagem para todos e a lógica da exclusão. Dessa forma, é fundamental utilizar a TA para avaliar também, haja vista que o fato de se adequarem às reais necessidades dos alunos, não quer dizer que não proponham desafios. Justamente, ela é utilizada para que os sujeitos sejam capazes de, através delas, entenderem o que sabem e o que não sabem ainda e, ao mesmo tempo, avançarem em seus conhecimentos, em sua aprendizagem.

Alternativa B: INCORRETA. Enquanto recurso pedagógica que atua no sentido de favorecer o processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos com alguma limitação física ou cognitiva, a Tecnologia Assistiva envolve o trabalho de diferentes profissionais, dentre os quais pode-se citar: Professor, Fisioterapeuta, Terapeuta ocupacional, Fonoaudiólogo, Psicólogo, Médico, Enfermeiro, Engenheiro, e também do profissional habilitado em informática, mas não somente ele, como a alternativa sugere.

Alternativa C: CORRETA. A Tecnologia Assistiva é um conjunto de recursos e serviços que visam contribuir para a ampliação das habilidades de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida de forma a proporcionar uma vida independente e inclusiva. Na escola, o uso da TA objetiva a participação dos alunos nas atividades da rotina escolar de acordo com os objetivos de aprendizagem comuns. Alguns exemplos de TA na escola: materiais pedagógicos acessíveis, os recursos que favorecem o acesso ao computador, os recursos para mobilidade, localização e sinalização e mobiliário adequado às necessidades posturais.

Alternativa D: INCORRETA. Os recursos da TA oferecem às pessoas com deficiência possibilidades de aumentar, manter ou melhorar suas habilidades funcionais. Assim sendo, não se resumem aqueles que garantem acesso ao computador, mas a todo material que se preste a essa finalidade. Então, vão desde uma simples bengala a um sistema computadorizado complexo. Podem ser brinquedos, roupas, computadores, softwares e hardwares especiais, dispositivos para adequação da postura, equipamentos de comunicação, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta, auxílios visuais dentre muitos outros.

Alternativa E: INCORRETA. Conforme explicitado nas alternativas acima, a TA atua no sentido de oportunizar aos sujeitos com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida a realização, a participação em diferentes atividades do cotidiano. A escola é um espaço onde ela tem fundamental importância, entretanto, sua função não se restringe a ela, muito menos ao processo de alfabetização, que é apenas um dentre tantos outros objetivos do processo de ensino e aprendizagem.

24. Questão

(IFB - FACTOS - 2017) A Sociedade do Conhecimento ou Sociedade em Tempo Real, marcada pelas descobertas e progressos científicos, possui acesso cada vez mais rápido e a grande quantidade de informações. As tecnologias digitais, apresentando características como a interatividade, a não linearidade e a realidade virtual, atuam como mediadoras na construção do conhecimento. Nesse sentido, é desejável um professor preparado para interagir com uma geração mais dinâmica e curiosa, como discutido por Veen

e Vrakking (2009), denominada “Homo Zappiens”, conhecida também como ‘Geração Espontânea’, por ser imediatista.

VEEN, Wim; VRAKKING, Ben. Homo Zappiens: educando na era digital. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Considerando o texto acima e a formação de professores, leia as alternativas a seguir e marque a correta.

- Ⓐ A formação docente não deve se dar apenas em um dado momento ou situação, mas sim ao longo de toda a vida.
- Ⓑ A formação continuada do professor se dá na universidade enquanto o docente é aluno do curso de licenciatura, independente da área de conhecimento.
- Ⓒ O conhecimento de recursos tecnológicos, por parte do docente, é o suficiente para se ter êxito em sala de aula.
- Ⓓ A formação docente para a atuação com tecnologias digitais cabe àqueles que atuam na educação básica.
- Ⓔ O exercício da profissão docente requer exclusivamente uma sólida formação nos conteúdos científicos próprios da disciplina em que atua.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Uma sociedade cada vez mais tecnológica põe à escola o desafio de dialogar com a mesma de modo que os currículos incluam as habilidades e competências necessárias para que as diferentes tecnologias estejam a serviço da ampliação das formas de aprender e das conhecimentos, alunos e professores maneiras de pensar. Isso porque, imersos nessa Sociedade do Conhecimento torna-se visível que as práticas tradicionais não atendem às demandas contemporâneas acerca do ensinar e aprender. Nesse contexto, coloca-se como questão fundamental e essencial a atuação do professor e sua formação. Espera-se uma formação que colabore na construção das competências necessárias para que o trabalho com as tecnologias aconteça na sala de aula de forma significativa. É preciso, inclusive, que seu processo formativo aconteça a partir dos mesmos princípios que norteiam sua ação com os alunos. Convém ressaltar que a formação docente deve ser continuada e não apenas situada em

um único momento ou situação. Isto, porque, possibilita que o professor construa diferentes conhecimentos sobre as novas tecnologias, sua integração no trabalho pedagógico e de superar os obstáculos administrativos e pedagógicos em toda sua atuação, o que acontece ao longo de muitos anos. Por isso, a formação continuada vai oferecendo ao professor condições para que ele recontextualize, cotidianamente, o processo de ensino e aprendizagem a partir do conhecimento da realidade na qual trabalha, do reconhecimento das suas ansiedades, inquietações, e dificuldades ao longo do tempo. Além disso, os saberes adquiridos com o tempo vão ficando obsoletos, cedendo, por vezes, espaço ao desinteresse dos alunos. Dessa forma, o professor vai construindo os saberes dos quais necessita para utilizar as tecnologias de forma consciente, compatibilizando as necessidades de seus alunos e os objetos pedagógicos que se propõe alcançar.

Alternativa B: INCORRETA. As atividades de formação fazem parte da trajetória de vida do professor e do seu fazer pedagógico e contemplam dois processos: a formação inicial e a formação continuada. O que diferencia uma e outra é o fato de que a formação inicial acontece nas universidades, nos espaços acadêmicos, e a continuada acontece ao longo do exercício da docência. Mas, é importante destacar que as universidades também se constituem em espaços onde a formação continuada acontece, devido ao fato de muitos professores retornarem a elas para fazer um outro curso de graduação ou um curso de especialização, mestrado, doutorado ou outras propostas formativas (seminários, palestras, grupos de estudo, etc.) oferecidas por esses espaços. Além das possibilidades encontradas nas universidades, há que se considerar outros espaços, especialmente a escola, onde o professor vai construindo sua identidade profissional. É na escola, principalmente, onde acontecem as interações entre pares que favorecem a compreensão da própria experiência individual e coletiva.

Alternativa C: INCORRETA. Só o conhecimento acerca dos recursos tecnológicos não garante que o professor consiga êxito no processo de ensino e aprendizagem. E isso decorre do fato de que, para que uma mudança significativa aconteça na sala de aula, é necessário romper com modelos educacionais que aprisionam, alienam e impedem a transformação da realidade, a qual todos estão inseridos. Torna-se fundamental, portanto, que o professor permita

o acesso a novos espaços de aprendizagem, novas formas de conhecimento e novas interações entre todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Alternativa D: INCORRETA. A formação docente para o trabalho com as tecnologias deve atender às necessidades de todos os profissionais que trabalham no processo educativo, haja vista, que em todos os segmentos do ensino as tecnologias devem estar pressentes colaborando para o ensino, aprendizagem, a produção de conhecimentos e a formação da cidadania.

Alternativa E: INCORRETA. No exercício da docência, os professores se deparam diferentes situações problemáticas para as quais os conhecimentos apenas específicos da sua área de atuação, não dão conta de resolver. Para administrá-los e tentar solucioná-los, ele necessita de outros saberes oriundos das múltiplas interações com outras fontes de saberes de diferentes naturezas. Segundo Tardif (2002), essa gama de saberes diz respeito aos conhecimentos pessoais dos próprios professores; aqueles que procedem das instituições de formação escolar e da formação profissional; os saberes oriundos dos dados pessoais, dos livros didáticos utilizados no trabalho e da experiência pessoal cotidiana na profissão, na sala de aula e na escola.

No que concerne às novas tecnologias aplicadas à educação, julgue os próximos itens.

25. Questão

(STJ - CESPE - 2015) A webquest promove o trabalho em grupo, a pesquisa colaborativa e o compartilhamento de ideias para a resolução de uma tarefa.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. A webquest é uma metodologia criada com o objetivo de estimular a pesquisa e o pensamento crítico. Sua principal ferramenta de uso é a internet. Foi idealizada por Bernie Dodge em 1995 e possui, atualmente, mais de dez mil páginas na web fruto de um trabalho coletivo de educadores de vários lugares do mundo. Apresenta uma proposta diferenciada de pesquisa, haja vista que promove o trabalho em grupo de forma construtiva e colaborativa. O seu uso permite que os sujeitos não apenas adquiram novos conhecimentos, mas também algumas habilidades, especialmente as interpessoais,

pois nas interações há a possibilidade de se refletir e adaptar o que se aprendeu. Através dessa metodologia, a aprendizagem cooperativa se efetiva, pois em grupo a pesquisa tem uma abrangência maior, já que diferentes pontos de vista são compartilhados, favorecendo não só a coleta de informações, mas a transformação da informação em conhecimento

26. Questão

(STJ - CESPE - 2015) Google Docs e Wiki são recursos da internet que permitem a escrita colaborativa e o compartilhamento da autoria do texto, desde que os interessados em fazê-lo tenham a autorização do administrador do grupo.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. O Google Docs é um serviço para web que permite, através de seus aplicativos, a colaboração, em tempo real, na edição/criação dos documentos, ou seja, os usuários colaboram mutuamente uns com os outros. Além disso, os documentos também podem ser visualizados, compartilhados, salvos, lidos e editados por qualquer usuário. Atualmente, ainda permite o recurso de publicação direta em um blog. O Wiki é uma ferramenta também editável e colaborativa. O seu conteúdo é pensado e definido pelos usuários da web, promovendo uma rede integrada pela troca de informações. Ambos, pelo fato de serem ferramentas web, são recursos são gratuitos e o usuário não necessita de licenciamento de uso.

27. Questão

(STJ - CESPE - 2015) Fóruns ou listas de discussão são espaços on-line criados para se debater assuntos acerca dos quais os participantes tenham realizado estudos prévios.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. De fato, tanto os fóruns quanto as listas de discussão são ferramentas presentes nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAS) que colaboram para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça. Enquanto espaços de comunicação assíncrona (os interlocutores interagem no

sistema tempos diferentes, ou seja, eles não estão conectados simultaneamente), favorecem a discussão de temas e estudos realizados previamente entre os estudantes e professores, permitindo a troca de sentidos construídos por cada indivíduo na sua diferença. Dessa forma, desenvolve competências comunicativas e contribuem para a construção do conhecimento coletivo.

28. Questão

(STJ - CESPE - 2015) Os recursos audiovisuais foram os principais recursos tecnológicos utilizados na primeira fase da educação a distância.

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. A característica principal da educação a distância é o estabelecimento de uma comunicação entre professor e aluno sem que os mesmos estejam juntos. Para tanto, desde os primórdios da EaD no Brasil, foi necessário o uso de meios que possibilitassem essa comunicação. Apesar de iniciar com a correspondência postal, foi nos anos 1960 que os recursos audiovisuais aparecem, sendo a principal forma de comunicação no processo de ensino e aprendizagem à distância. Primeiramente, foi o ensino via rádio que marcou a EaD, nos anos 1930. O governo brasileiro fez uso de uma rede de emissoras a fim de distribuir programas educativos e culturais. Dentre os projetos veiculados nessas mídias, destacam-se: o Projeto Saci e o Projeto Minerva. Nos anos 1960, esse processo educativo continua e entra em cena o ensino via TV, que ampliou as possibilidades comunicativas na educação. A televisão ampliou a comunicação destacando, então, a presença dos recursos audiovisuais. Os Projetos Saci e Minerva continuaram, só que agora na TV. Além disso, os programas Telecurso Primeiro e Segundo Grau levaram formação para brasileiros em todas as regiões onde era possível acontecer a transmissão.

29. Questão

(STJ - CESPE - 2015) Os objetos de aprendizagem, importantes recursos digitais, não devem ser operados por mais de um Ambiente Virtual de Aprendizagem, devido ao risco de perderem suas características originais.

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. Os objetos de aprendizagem para a Educação à Distância têm, em sua essência, quatro características: acessibilidade, reutilização, durabilidade e interoperabilidade. Considerando-se essas características, eles podem ser encontrados e operados (modificados) a partir de diferentes softwares e ambientes virtuais sem prejuízos de qualidade técnica ou didática. Inclusive, quanto mais um OA for utilizado em diferentes contextos, maior será a sua granularidade, ou seja, ele passa a ser a menor “partícula” de um conhecimento que pode combinar com outros objetos para favorecer a produtividade dos alunos nos ambientes virtuais dos cursos. É importante destacar que, para reutilizar ou disponibilizar os OAs, é fundamental considerar dois aspectos fundamentais: os pedagógicos (capazes de garantir a aprendizagem e a avaliação) e os técnicos (protocolos específicos e padrões para a entrega de pacotes de conteúdo), a fim de garantir sua operabilidade entre diferentes AVA.

NOVAS TECNOLOGIAS E EAD

Ao abordar o aspecto central da discussão acerca da relação entre tecnologias e educação, Lévy propõe uma mudança significativa de concepção do que seja ensinar e aprender. De fato, é essencial pensar que a inserção das tecnologias na escola suscite uma profunda reflexão sobre o que pretendemos com elas, ou seja, garantir o seu acesso enquanto bem cultural produzido pela humanidade a todos os alunos e alunas nas escolas é, sem dúvida, fundamental já que defendemos a ideia de inclusão digital, acessibilidade às tecnologias. Porém, para além do direito à cultura digital, coloca-se a significância que tal garantia encerra em se tratando do fato de que, na escola, ela tem também outras importâncias.

Nesse sentido, esses pressupostos elucidam uma reflexão: a concepção que os professores e professoras têm acerca do que seja ensinar e aprender na contemporaneidade incide diretamente sobre a forma como veem o trabalho com as tecnologias em sua sala de aula. Essa reflexão sugere pensar que quando um novo olhar não for construído sobre os alunos, como sujeitos históricos, na atual conjuntura política, social, econômica, tecnológica, tanto um livro, por exemplo, quanto um computador podem servir aos mesmos propósitos. Ou seja, se o objetivo é simplesmente transmitir informação, os dois a princípio atenderiam a esse objetivo.

No entanto, o que se defende é a potencialização, a maximização da capacidade cognitiva dos(as) estudantes. O que está em jogo é, justamente, a necessidade de entendimento das possibilidades que um ou outro oferece para a aprendizagem dos(as) estudantes.

Assim sendo, vale uma metáfora:

Imagine-se uma carga de computadores fossem doados a uma comunidade feudal. O contato com esse objeto certamente causaria, a princípio, estranheza, medo, dúvida, mas em pouco tempo cada grupo estaria pensando nas possibilidades de utilizá-lo a seu favor. Os senhores feudais obviamente se valeriam de tais instrumentos como meios para

reforçar a fiscalização de seus subalternos e de controle. Por sua vez, os operários, de posse também dos computadores, aproveitariam para vasculhar a vida de seus senhores, seus planos, leis e toda espécie de ação opressora.

Ora, tal metaforização sugere uma reflexão acerca do que a escola enquanto espaço de transformação têm feito com as novas tecnologias, especialmente o computador. Os propósitos têm sido diversos. Mas por quê? Quais os motivos que têm orientado as escolhas e práticas docentes em relação ao uso das tecnologias na escola?

Pensar essa e outras questões que permeiam esse cenário demandam, justamente, entender de que sociedade e de quais sujeitos históricos estamos falando. O século XX foi marcado por significativas transformações nos âmbitos sociais, econômicos, políticos, culturais que modificaram a sociedade atual e que estão ligadas ao surgimento das tecnologias da comunicação e da informação. Elas reorganizaram práticas, vivências, estruturas. Essa nova caracterização de sociedade tem como característica básica a informação digitalizada como nova infraestrutura básica, como novo modo de produção (SILVA, 2002). Começamos, portanto, a lidar com uma série de percepções que aos poucos foram nos permitindo novas formas de ver-ser-estar-no-mundo-com-os-outros. Dentre elas, pode-se destacar: a ampliação quantitativa e qualitativa do espaço comunicacional, ressignificação dos modos de aprender das novas gerações, novas representações sobre as relações, novos modos de interação e trocas culturais, desmaterialização do espaço: a distância física não representa mais um obstáculo à comunicação (hoje se está aqui e lá ao mesmo tempo), transgressão dos limites tradicionais do tempo, ou seja, a materialidade física não esgota a possibilidade do real e o conhecimento se dá em tempo real, isto é, ele é buscado a partir de sua pertinência e eficácia no processo, em circunstâncias determinadas.

O olhar, portanto, para essa nova sociedade, se coloca como uma necessidade de mudança de paradigmas: de uma visão cartesiana, fragmentada, que surgiu na modernidade clássica com René

Descartes e predominou nos séculos XIX e XX com privilégio à objetividade, à neutralidade em oposição às subjetividades, de compartimentarização do conhecimento, sendo este separado da complexidade da realidade, para uma visão holística, global que compreende a dinamicidade interativa que as tecnologias oferecem. Pode-se trazer à tona da reflexão o conceito de rizoma apresentado por Delleuze e Guatarri (1995) como uma forma de compreensão dessa nova realidade. Convém destacar, que apesar de os referidos autores não tomarem a educação para o seio de duas discussões, suas ideias ajudam a elucidar essa nova concepção de sociedade na qual estamos inseridos. Se para eles há uma negação da universalidade dos conhecimentos, prima-se pela multiplicidade de sentidos criados em diferentes dimensões nos chamados “territórios do real”, ou seja, são modos de aprenderes/saberes que tendem a ser inventados e reinventados na construção de realidades e que, por isso, podem ser desconstruídos, desterritorializados. Assim sendo, diferentemente da ramificação hierarquizada do saber metafotrizada na imagem da árvore, a visão rizomática da estrutura do conhecimento não determina começo nem fim para o saber.

Essa nova forma de conceber a realidade aponta, portanto, para o grande desafio posto para a sociedade: ela precisa tomar consciência e participar da construção de uma nova sociedade democrática para que se possa enfrentar o futuro com um olhar mais crítico (LÉVY, 2004). Nesse contexto, como pensar a relação entre tecnologias e educação? Quais os desafios colocados para a escola do ponto de vista dessa nova sociedade da informação e do conhecimento? Partindo-se de duas formas diferentes de olharmos para a realidade, conforme abordado anteriormente, podemos ver nas tecnologias a possibilidade de ser um veículo de transmissão de informação apenas com um fim em si mesmas, produtoras de isolamento, exploração e dependência ou como potencializadoras das possibilidades cognitivas dos alunos e alunas (OLIVEIRA, 2007). Como diz Shaff (1998, p. 24), “nenhum avanço do conhecimento humano é em si reacionário ou negativo, já que tudo depende de como o homem o utiliza como ser social”. Ora, aí então é que reside a autonomia que a escola encontra para lidar com as tecnologias no

processo educativo. A princípio, uma das questões que não se pode perder de vista é que:

[...] estamos diante de um ecossistema comunicativo formado não pelas máquinas ou meios, mas por linguagens, saberes e escritas, pela hegemonia da linguagem audiovisual sobre a tipográfica que desordenam e remodelam as formas de aquisição do saber e do conhecimento” (MARTÍN-BARBERO, 1996 apud SARTORI e SOARES, 2005, p. 2).

E, pensar nessa premissa, significa compreender que o compromisso da escola no processo de formação dos estudantes na contemporaneidade não é o mesmo que ela tinha há algumas décadas. Mudam-se os paradigmas, as formas de aprender, mobilizadas pelas transformações nas lógicas políticas, econômicas, culturais e sociais. Muda também a educação: do ponto de vista dos alunos e alunas, dá-se ênfase à possibilidade de uma formação integral capaz de dialogar com as demandas atuais e, do ponto de vista do(a) docente, evidencia-se a necessidade de aquisição de novas competências.

Em face dos processos de aprendizagem oportunizados pelas tecnologias, algumas questões tornam-se essenciais e dizem respeito, justamente, a uma nova concepção de ensino e aprendizagem que se pretende ser a mobilizadora de novas práticas educativas: ao invés da transmissão unidirecional de informação, prioriza-se a interação e a troca de informação entre professor e aluno; da reprodução passiva de informações procura-se garantir o estímulo à criatividade dos estudantes e, em oposição a um currículo padronizado, à falta de acesso à educação de qualidade, à educação “bancária”, destaca-se uma educação por toda a vida e centrada no aluno.

Nesse contexto entra em cena a Educação a Distância, que vem se consolidando para a democratização dos processos de ensino e aprendizagem mediados pelas tecnologias. Tal modalidade educacional oportuniza o fluxo de relações síncronas e assíncronas entre os membros participantes nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAS).

Esse cenário aponta para uma passagem do ensino presencial marcado pela tradição do giz e da sala de aula para o contexto da educação on-line caracterizado pelo espaço digital da internet com todas as suas ferramentas comunicacionais: fóruns,

redes sociais, bate-papos virtuais, e-mail, fórum ou lista de discussão, weblogs ou blogs, FTP, chat, videoconferência, audioconferência e teleconferência. A EAD vem, portanto, marcando um tempo novo no contexto educacional favorecendo o acesso à informação e aos processos individuais de aprendizagem, considerando os diferentes ritmos e tempo dos sujeitos.

Na Educação a Distância evidencia-se o papel do professor/tutor como alguém que estimule e motive os alunos para a aprendizagem através do gerenciamento do seu tempo e seu ritmo de aprendizagem. O seu desafio é promover a participação, a comunicação, a interação e o confronto de ideias, ou seja, ele atua como mediador dos processos de ensino e de aprendizagem. Além disso, é de sua responsabilidade também criar um ambiente que, através do uso das tecnologias, minimize as distâncias dando segurança ao aluno para se envolver no processo de busca do conhecimento e possibilite a construção coletiva do conhecimento, a transgressão de receitas prontas e acabadas contribuindo para a construção de novos saberes e novos olhares sobre a realidade.

Então, fala-se do aluno que quer aprender e que não deseja necessariamente quantidade de aparato tecnológico na escola e de mídias que deixem as aulas “mais bonitinhas”, mas que maximizem o que ele pode aprender. Fala-se de uma educação que deve ser vista como um instrumento de libertação, de engrandecimento da condição humana, de descoberta de nossas potencialidades e a tecnologia como grande fio condutor desse processo de mudança.

Portanto, não basta introduzir tecnologias, mas é fundamental pensar em como elas são disponibilizadas, já que podem ser utilizadas pelos professores e professoras a partir de dois pontos de vista: vendo o aluno sempre como um ser em falta com os conteúdos e, nesse sentido, as tecnologias serviriam como um canal a mais de transmissão de informações ou reconhecendo o que os alunos e alunas sabem e, ao mesmo tempo, que estão preparados para algumas coisas e que querem e precisam de mais, enfim, que são capazes de mobilizar saberes já construídos, ressignificá-los e criar a partir do que sabem.

REFERÊNCIAS

1. BARZOTTO, Valdir Heitor; GUILARDI, Maria Inês (Org.). *Mídia, Educação e Leitura*. São Paulo: Anhembi Morumbi: Associação de leitura do Brasil, 1999.
2. BELLONI, Maria Luiza. *O que é mídia-educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
3. BLIKSTEIN, Paulo ; ZUFFO, Marcelo Knörich . Onde está a nova educação. Disponível em: www.pucminas.br/seminarioprograd/vi_seminario/pdf. Acesso em: 25 mar. 2010.
4. BONILLA, Maria Helena Silveira; ASSIS, Alessandra de. Tecnologia e novas educações. In: Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 14, n. 23, jan./jun., 2005 - Salvador: UNEB, 2005. Disponível em: <http://www.uneb.br/revistadafaeaba/files/2011/05/numero23.pdf>.
5. BRASIL, Secretaria de Educação a Distância. *Mediatamente! Televisão; Cultura e Educação*. EC/SEED. Brasília, 1999.
6. CABRAL, Socorro. Ambientes de aprendizagem: o desafio da interatividade no contexto da cibercultura. In: Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 14, n. 23, jan./jun., 2005 - Salvador: UNEB, 2005. Disponível em: <http://www.uneb.br/revistadafaeaba/files/2011/05/numero23.pdf>.
7. CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução Roneide Venâncio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
8. CESAR, Cyro. *Como falar no rádio: prática de locução*. São Paulo: IBRASA, 1990.
9. COX, Kenia Kodel. *Informática na educação escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
10. DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de aurélio Guerra Nelo e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: 34, 2000, vol. 1.
11. FERRÉZ, Joan. *Vídeo e Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
12. FONSECA, Mirella Villa de Araujo Tucunduva da; SILVA Cleudimara Sanches Sartori. Acesso e permanência de alunos com Deficiência na educação superior na Modalidade a distância. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/100.pdf>

13. GARCIA, Fernanda Wolf. A importância do uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. Disponível em: [file:///C:/Users/SEDUC/Downloads/sumario2%20\(6\).pdf](file:///C:/Users/SEDUC/Downloads/sumario2%20(6).pdf)
14. GONÇALVES, Ana Angélica Matos Rocha. Formação de professores mediada por tecnologia: a televisão como recurso pedagógico. Feira de Santana: UEFS, 2003.
16. GUTIÉRREZ, Francisco. A mediação pedagógica. Campinas, SP: Papirus, 1994.
17. KEITH, Pratt. Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço: estratégias eficientes para salas de aula on-line. ArtMed, 2002.
18. LAASER, Wolfram. Produção e Projeto de vídeo e TV. Instrucionais em Educação a Distância. www.lbase.org/ined.laaser.br
19. LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1994.
20. _____. As Tecnologias da inteligência. Tradução de Carlos Irineuda Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
21. _____. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. 13 ed. Rio de Janeiro: 34, 2004.
22. _____. O que é o virtual. São Paulo: Editora 34, 1996.
23. LIMA JUNIOR, Arnaud Soares de. As novas tecnologias e a educação escolar. Revista da FAEEBA, Ano 6, n.8, p.89-98, jul. - dez. 1997.
24. LITWIN, Edith (Org.). Tecnologia Educacional: políticas, história e propostas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
25. MARQUESI, Sueli Cristina; ELIAS, Vanda Maria da Silva; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Interações virtuais: perspectivas para o ensino de Língua Portuguesa a distância. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.
26. MARTÍN-BARBERO, J. M. Herança do futuro. Pensar a educação através da comunicação. Disponível: <http://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&sl=es&u=http://comeduc.blogspot.com/2007/04/jess-martn-barbero-heredando-el-futuro.html>
27. MORAES, Maria Candida. Educação a distância e a resignificação dos paradigmas educacionais: fundamentos teóricos e epistemológicos In: Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 14, n. 23, jan./jun., 2005 - Salvador: UNEB, 2005. Disponível em: <http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero23.pdf>
28. MORAN, José M. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. São Paulo: Papirus, 2000.
29. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários a educação do futuro. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.
30. MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papirus, 2000.
31. NEGROPONTE, Nicholas. A vida digital. São Paulo: Companhia das Letras: 1995.
32. OLIVEIRA, Maria Olívia de M. Globalização, Tecnologia e os pressupostos da aprendizagem on-line. In: ORNELLAS, Maria de L. S.(org.) Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação. Salvador: Quarteto, 2007.
33. ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares; OLIVEIRA, Maria Olívia (orgs.) Educação, Tecnologias e Representações Sociais. Salvador: Quarteto, 2007.
34. PELUSO, A (org.) Informática e Afetividade. Baurú: EDUSC, 1998.
35. RIBEIRO, Ana Elisa [et al.] (orgs.) Linguagem, Tecnologia e Educação. São Paulo: Petrópolis, 2010.
36. SANTOS, Carlos Coloda. Cinema e Tv no ensino. Porto Alegre: Saraiva, 1972.
37. SARTORI, A. S. e SOARES, M. S. P. Concepção dialógica e as NTIC: a educomunicação e os ecossistemas comunicativos. Disponível em: www.paulofreire.org.br/pdf/comunicações_orais. Acesso em 22 maio 2007.
38. SCHAFF, Adam. A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo: Brasiliense, 1998.
39. SILVA, Marco. Sala de aula interativa. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.
40. _____. Era digital, cibercultura e sociedade da informação: o novo ambiente comunicacional em educação. Movimento, n. 5, maio 2002, p. 7-27.
41. SILVA, Ivanda Maria Martins. Interfaces digitais na educação a distância: das salas de aula aos ambientes virtuais de aprendizagem. Disponível em: <http://pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/article/view/160/161>
42. SOBRAL, Adail. Internet na escola o que é? como se faz? São Paulo: Loyola, 1999.

43. TOSCHI, Mirza Seabra. Linguagens midiáticas em sala de aula e a formação de professores. In: ROSA, Dalva E. G.; Souza, V. C. (org.). Didática e práticas de ensino: Interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
44. WEISS & Cruz, Alba Maria; LEMME, Mara Lúcia Reis Monteiro da. A informática e os problemas escolares da aprendizagem. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
45. WQLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

Genigleide Santos da Hora e Luzia Gonçalves

01. Questão

(CEFET/RJ – CESGRANRIO – 2014) Em um momento de avaliação do que foi instituída como filosofia educacional, a equipe de coordenação pedagógica de uma escola pública destacou a experiência de um trabalho divulgado na universidade quando da sua participação em seminário de formação contínua:

Fragmentos de uma experiência com alunos de uma escola pública nos anos de 1990

Uma pesquisa sobre práticas pedagógicas de uma escola pública localizada em área de grande risco teve, como um dos aspectos privilegiados, que entender os motivos pelos quais os alunos de uma turma, classificada como “turma de ensino especial”, não estavam alfabetizados visto que cursavam o primeiro ano escolar por quase três anos. A partir de um projeto que envolveu as experiências do cotidiano desses(as) estudantes e que imprimiu uma nova ordenação espacial na sala de aula, os(as) alunos(as) eram estimulados(as) a trazerem suas histórias e aventuras para que, com este suporte, fossem pensadas outras ambiências de aprendizagem. Após cerca de seis meses, estavam todos(as) alfabetizados(as). Para o encaminhamento do debate entre os profissionais, a coordenação pedagógica incluiu o seguinte aporte: problematizar a organização significa avaliarmos nosso papel como participantes no processo de transposição didática, bem como avaliarmos os objetivos do planejamento do fazer coletivo. Ao

adotar tais orientações, a comunidade escolar se aproxima de uma perspectiva na qual a(o):

- Ⓐ Dimensão técnica da didática recupera sua centralidade na interpretação do processo ensino-aprendizagem.
- Ⓑ Manutenção do conhecimento de referência no contrato didático que envolve docentes, discentes e os diferentes saberes escolares perde sentido.
- Ⓒ Multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem como base de uma didática fundamental deve ser necessariamente compreendida.
- Ⓓ Conhecimento cotidiano muda de status e supera os saberes de referência e o conhecimento a ser ensinado como “escolar”.
- Ⓔ Imprescindível é reforçar que o professor deve planejar com base na sua área específica antes, durante e depois da ação realizada.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A Didática Tecnicista fortalece o modelo positivista e não alcança as especificidades discentes nos processos ensino-aprendizagem.

Alternativa B: INCORRETA. Por originar-se de uma didática instrumental e funcionalista com resultados prévios, não prevê diálogos constantes ao pleno desenvolvimento, distanciando-se dos saberes escolares de cada sujeito.

Alternativa C: CORRETA. O universo multicultural de cada contexto reflete a necessidade de criar estratégias

diversificadas na prática pedagógica estabelecendo, na sala de aula, a matética (ramo da didática que se dedica ao estudo do aprender, à arte de aprender) conforme AMÓS COMENIO (2000), que fortalece as relações entre professor-aluno, ou seja, a multidimensionalidade dessa relação entre ensino e aprendizagem.

Alternativa D: INCORRETA. Uma vez destituída da participação dos atores envolvidos, não haverá relações democráticas e muito menos as transformações sociais. Esse tipo de conhecimento cotidiano não muda de status nem supera os saberes, apenas ratificam a didática instrumental, com suas impossibilidades do/ no processo educativo.

Alternativa E: INCORRETA. O trabalho do professor precisará dispor de eixos interdisciplinares: ato de dialogar com outras áreas de conhecimento, oportunizando assim uma visão multidimensional e não compartimentada do conhecimento.

02. Questão

(CEFET/RJ – CESGRANRIO – 2014) A Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, estabelece que o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem:

- Ⓐ Garantir a inclusão do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério.
- Ⓑ Incentivar o estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) por parte dos estudantes de cursos de formação de Educação Especial e de Fonoaudiologia.
- Ⓒ Propiciar aos estudantes de cursos de Fonoaudiologia, quando assim o desejarem, especialização no domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
- Ⓓ Assegurar aos estudantes com deficiência auditiva o acompanhamento de monitores especializados na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
- Ⓔ Imprescindível é reforçar que o professor deve planejar com base na sua área específica antes, durante e depois da ação realizada.

Grau de Dificuldade

DICA DAS AUTORAS: apesar das opções serem evidentes, respondê-las com afirmativas exigirá um conhecimento da lei citada, uma vez que a LIBRAS já é reconhecida como meio legal de expressão e comunicação dos usuários surdos e deve ser reconhecida por todos os

brasileiros, visando eliminar a barreira da comunicação entre os cidadãos brasileiros.

Alternativa A: CORRETA. Essa Lei visa suprir carências e garantias à Comunidade Surda no processo de comunicação e escolarização com qualidade. A partir desse reconhecimento da LIBRAS, passou a integrar as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura e Fonoaudiologia (nível superior) e magistério (nível médio). Por ser uma língua nacionalmente adotada no Brasil conforme lei federal, precisa ser disseminada nos cursos de formação de professores.

Alternativa B: INCORRETA. Conforme já instituída como lei federal, não precisará ser incentivada, mas sim assegurada em todas as modalidades de ensino.

Alternativa C: INCORRETA. O Brasil tornou-se signatário na declaração de Salamanca (UNESCO, 2014). Nesse documento reconheceu os princípios para uma educação inclusiva, principalmente por entender a inclusão como uma competência de todos os habitantes da sociedade. Ao construir ações para aprender a conviver com as diferenças e diversidades, garantir a LIBRAS nos cursos do país é uma prerrogativa necessária.

Alternativa D: INCORRETA. Questão incorreta, pois nem todos os surdos vão precisar de monitoria com profissionais especializados em LIBRAS.

Alternativa E: INCORRETA. O que se sugere para os próximos dez anos deste decreto é que haja professor com o título, em nível de graduação, habilitado para o ensino de Libras. Essa premissa está presente no Artigo 2 da Lei 10.436, de 24/04/2002. Ademais, os movimentos sociais em favor de uma educação bilíngue para os surdos defendem uma escola em que todos - professor, pais e/ou profissionais de apoio - tenham o conhecimento em Libras eliminando, assim, as barreiras atitudinais.

03. Questão

(IF/BA – FUNRIO – 2014) O Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, ao regulamentar a Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 (que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências), considerou os seguintes conceitos em seu texto:

- Ⓐ Dependência, invalidez e incapacidade.
- Ⓑ Dependência, deficiência e invalidez.
- Ⓒ Deficiência, deficiência permanente e incapacidade.
- Ⓓ Incapacidade permanente, deficiência permanente e invalidez.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A concepção de deficiência como sujeitos desprovidos de potencialidades. **Alternativa B: INCORRETA.** O apontamento federal inicia assegurando o pleno exercício dos seus direitos e, associar a deficiência à dependência, é desconsiderar as potencialidades de cada sujeito.

Alternativa C: CORRETA. O documento define de forma clara e objetiva a deficiência e as orientações normativas para orientar cada caso de deficiência, de cunho fisiológico, psicológico, permanente e/ou por invalidez.

Alternativa D: INCORRETA. Está incorreto porque o deficiente não é incapaz.

Alternativa E: INCORRETA. Porque ao considerarem afirmativas preconceituosas e inconsistentes, não têm prerrogativas ao referido Decreto Federal nº 3.298/1999. Também contradiz deliberações, princípios conceituais à organização da educação básica das Políticas Nacionais para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 1999), além de definir que a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

04. Questão

(IF/BA – FUNRIO – 2014) Numa escola de abordagem sociointeracionista de aprendizagem, perto do final do ano, alguns professores consideraram que um grupo significativo de alunos seria reprovado. Coube à coordenadora pedagógica, a partir dessa avaliação:

- Ⓐ Estimular os alunos a estudar, pois a dificuldade de aprendizagem passa exclusivamente pela falta de estudo.
- Ⓑ Elaborar exercícios de fixação, para que os alunos retenham os conteúdos, usando o recurso da memória.
- Ⓒ Estimular os professores a estudarem, pois a dificuldade dos alunos passa pelo desinteresse dos professores.
- Ⓓ Fazer ponderações pertinentes, buscando estimular a equipe de professores na busca de soluções viáveis e produtivas.
- Ⓔ Traçar metas para que cada professor possa repetir todos os conteúdos com os alunos em dificuldade.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Apronta uma afirmativa tecnicista que objetiva a eficiência a qualquer custo. E, com essa fachada da eficiência, pretende perpetuar a sua ação apontando responsabilidades. Afinal, as dificuldades de aprendizagens podem decorrer de outras questões com implicações orgânicas, afetivas, cognitivas etc., que não sejam exclusivamente pela falta de estudo.

Alternativa B: INCORRETA. Justamente porque essa proposta de “exercícios de fixação” diz respeito à abordagem cognitivista e não sociointeracionista.

Alternativa C: INCORRETA. Essa afirmativa de “estimular os professores a estudarem” perpassa pelo viés determinista, “pois a dificuldade dos alunos passa pelo desinteresse dos professores” tem a ver com a noção de causas e consequências. Na realidade, o que prevalece é a decisão técnica dos que sabem na escola, nesse caso, os professores. O seu compromisso é com a eficiência dos alunos.

Alternativa D: CORRETA. Essa questão se aproxima da abordagem sociointeracionista de Vygotsky (1996; 1998), a qual prima pelo desenvolvimento humano que ocorre nas relações de trocas entre parceiros sociais, através de processos de interação e mediação. É o movimento de mudança e transformação. Por ser dialético (valorizar a argumentação, o diálogo dos opostos), supera conflitos e desequilíbrios, para atingir níveis estruturais qualitativamente superiores (MATUI, 1995).

Alternativa E: INCORRETA. Planejar para ter autoridade e controle, eis o slogan do tecnicismo. Está fundamentado na teoria de aprendizagem S-R, que vê o aluno como o depositário dos conhecimentos que devem ser acumulados na mente através das associações.

05. Questão

(IF/BA – FUNRIO – 2014) “Tudo parece sugerir que existem alguns universais cognitivos, porém o fato de serem efetivamente postos em prática depende da natureza dos aprendizados específicos propiciados pelas experiências educativas” (César Coll). Com o trecho acima, podemos afirmar que:

- Ⓐ O crescimento individual e psicológico de uma pessoa é marcado fortemente por suas experiências sensoriais vividas ainda em seu processo uterino.

Ⓑ Os processos psicológicos superiores sempre aparecem em primeiro lugar na vida de uma pessoa e, por essa razão, não sofrem a mediação da cultura.

Ⓒ Todos os processos psicológicos que configuram o crescimento de uma pessoa são fruto da interação constante que mantém com um meio culturalmente organizado.

Ⓓ A competência cognitiva dos sujeitos está fortemente vinculada aos processos psicológicos superiores que são a experiência primeira, independente da interação social e cultural.

Ⓔ O crescimento pessoal é o processo pelo qual o ser humano torna sua a cultura do grupo social em que vive de tal forma que as experiências educativas ficam anuladas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A criança é um ser ativo em processo de desenvolvimento, apesar das experiências vividas no processo uterino.

Alternativa B: INCORRETA. A criança sofre mudanças qualitativas no decorrer de seu desenvolvimento e tem postura ativa, sem a qual é impossível ocorrerem as mudanças comportamentais.

Alternativa C: CORRETA. Salvaguardando afirmativas de Vygotsky (1998), o ser humano é culturalmente sociointeracionista.

Alternativa D: INCORRETA. As experiências sociais colaboram modificando a zona de desenvolvimento proximal do aprendiz, oportunizando a condição de aprender a aprender por intermédio das interações, cooperando assim para o conflito cognitivo de ideias.

Alternativa E: INCORRETA. Segundo Sacristan (2013), promover atos educativos tanto micro quanto macro, os quais transformam nosso crescimento potencial, exige uma (re)interpretação da educação à luz da pluralidade de pensamentos e no respeito à diversidade cultural. Trazendo para a educação especial, esta deve ser compreendida no contexto de atos educativos, promovendo a eliminação das barreiras que impedem o acesso à aprendizagem.

06. Questão

(IF/BA – FUNRIO – 2014) Em relação à educação escolar, não raramente, associa-se inclusão aos portadores de deficiência apenas. Entretanto, quase sempre ficam fora dessa categoria, e não deveriam ficar, os portadores de

altas habilidades, os que apresentam dificuldades de aprendizagem sem serem portadores de deficiência e muito menos outros grupos, como é o caso dos negros, ciganos, anões, índios etc. O convívio com as diferenças potencializa as aprendizagens. A partir dessa perspectiva, o sentido da busca de uma educação inclusiva fundamenta-se em uma escola:

Ⓐ Aberta à comunidade que possua crianças e jovens comprometidos cognitivamente para garantir que os direitos dessas minorias excluídas sejam exercidos.

Ⓑ De educação especial com recursos diferenciados e que possa atender apenas aqueles que estudantes que necessitam de ações educativas especiais.

Ⓒ Que tenha turmas diferenciadas, nas quais os alunos com necessidades educativas especiais possam compor classes específicas para eles.

Ⓓ Resignificada em suas funções sociais e políticas e em suas práticas pedagógicas para garantir a aprendizagem e a participação de qualquer estudante.

Ⓔ Que discrimine as diferenças e as categorize a fim de poder atender às necessidades especiais educativas de cada criança ou jovem de maneira eficiente.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A política de educação inclusiva propõe uma educação de qualidade para todos e não se limita a garantir apenas para crianças e jovens cognitivamente comprometidos os seus direitos educacionais.

Alternativa B: INCORRETA. Está incorreta, pois o princípio de educação inclusiva fundamenta-se numa escola que oferece um ambiente adequado para o desenvolvimento das potencialidades de todos os educandos, com (re)planejamentos e (re)estruturas da dinâmica escolar. Salvaguardando a Declaração Mundial de Educação para Todos que foi tão bem discutida e se propôs uma educação inclusiva fundamentada na escola em Jomtien (1990): “satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, a melhoria da qualidade de vida e do conhecimento, e a participação do cidadão na transformação cultural de sua comunidade”. E, atender apenas aos que necessitam de recursos diferenciados numa escola especial, é estagnar a matriz de política pública de inclusão.

Alternativa C: INCORRETA. Apesar da Resolução nº 2/2001 destacar que haverá, quando necessário, em ca-

râter extraordinário, escolas especiais para alunos com múltiplas deficiências, com dificuldades de sinalização e comunicação e que venham causar riscos a si e ao outro, não se discute a composição de turmas específicas para esse público.

Alternativa D: CORRETA. Ato inclusivo sugere criar condições que respeitem as singularidades. É alcançar meios para uma aprendizagem que valorize a construção mental do aprendiz, enfrentando o grande desafio de construir práticas em favor da aprendizagem autêntica do aprendiz, de mudanças qualitativas nas práticas, causando, assim, a transformação dos atos da condição micro, em favor do crescimento potencial humano. Exige mudança de paradigma, reconhecendo todos os aprendizes como protagonistas e não expectadores.

Alternativa E: INCORRETA. Não basta discriminar diferenças, é preciso compreender que a mudança depende, principalmente, da transformação da mentalidade do sujeito, apesar das mudanças curriculares, e a disponibilização de recursos e serviços serem muito importantes sem um processo de dentro que implica reflexão individual, irá esbarrar nos obstáculos, colaborando, assim, para uma educação inserida e não inclusiva.

07. Questão

(IF/PR – CETRO – 2014) Segundo a Resolução nº 02/2001 do CNE/CEB, consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem, **exceto**:

- Ⓐ Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares.
- Ⓑ Dificuldades de comunicação, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis.
- Ⓒ Sinalização diferenciada dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis.
- Ⓓ Grande facilidade de aprendizagem que os levem a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.
- Ⓔ Bom acompanhamento das atividades curriculares e interação com outros alunos, porém com limitações vinculadas uma causa orgânica específica.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A Resolução nº 2/2001 está vinculando a oferta do serviço de atendimento educacional especializado para pessoas que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento. O enunciado da questão com a palavra “exceto” elimina esse direito assegurado no documento, tornando, assim, a questão irregular.

Alternativa B: INCORRETA. O enunciado dessa questão alude ao sujeito que apresenta especificidades, e não deve ser considerado aluno público-alvo da educação especial.

Alternativa C: INCORRETA. A Resolução nº 2/2002 corresponde às Diretrizes da Educação Especial, sobre ter sinalização diferenciada dos demais alunos, demandando a utilização de outras linguagens, o que está no perfil do aluno público-alvo da educação especial, mas não atende ao enunciado da questão desse edital.

Alternativa D: INCORRETA. Se o público alvo da Educação Especial são pessoas com deficiências, transtornos, distúrbios, dificuldade de aprendizagem permanente e altas habilidades ou superdotação, para efeito da resolução nº2/2001, os aprendizes que possuem grande facilidade de aprendizagem que os levem a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes, não devem ser excluídos.

Alternativa E: CORRETA. Esta questão dá margem para uma interpretação ambígua. O documento nacional elucida aquele aluno que apresentar dificuldades não vinculadas a uma causa orgânica específicas, poderá ser perfil do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Porém, por apresentar bom acompanhamento das atividades curriculares e interação com outros alunos, além de limitações vinculadas uma causa orgânica específica, a Resolução nº 02/2001 considera público-alvo da Educação Especial exceto essa especificidade.

08. Questão

(NUCLEP – BIORIO – 2014) O papel da educação especial na perspectiva inclusiva é muito importante e não pode ser negado, dentro dos limites de suas atribuições, sem que sejam extrapolados os espaços de atuação específica. Essas atribuições complementam e apoiam o processo de escolarização:

- Ⓐ Para alunos com deficiência leves regularmente matriculados nas escolas adequadas.

- Ⓑ De alunos com deficiência regularmente matriculados nas escolas comuns.
- Ⓒ De alunos com deficiência matriculados somente nas escolas públicas.
- Ⓓ De alunos com deficiências visual e auditiva regularmente matriculados nas escolas públicas e privadas.
- Ⓔ Parcial para alunos com deficiência regularmente matriculados nas escolas regulares e específicas.

Grau de Dificuldade



Alternativa A: INCORRETA. Está incorreta, pois a política de educação inclusiva propõe uma educação de qualidade para todos e não se limita a garantir apenas para crianças e jovens cognitivamente comprometidos os seus direitos educacionais.

Alternativa B: INCORRETA. Está incorreta, pois o princípio de educação inclusiva fundamenta-se numa escola que oferece um ambiente adequado para o desenvolvimento das potencialidades de todos os educandos, com replanejamento e reestruturação da dinâmica da escola. E, atender apenas aos que necessitam de recursos diferenciados numa escola especial, é estagnar a matriz de política pública de inclusão. Garante a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/15, que se destina assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Alternativa C: INCORRETA. Está incorreta. Apesar da Resolução nº 2/2001 destacar que haverá, quando necessário, em caráter extraordinário, escolas especiais para alunos com múltiplas deficiências, com dificuldades de sinalização e comunicação e que venham causar riscos a si e ao outro, não se discute a composição de turmas específicas para esse público.

Alternativa D: CORRETA. Opção adequada, pois o ato inclusivo sugere criar condições que respeitem as singularidades, além de alcançar meios para uma aprendizagem que valorize a construção mental do aprendiz, enfrentando o grande desafio de construir práticas em favor da aprendizagem autêntica deste, de mudanças qualitativas nas práticas, causando, assim, a transformação dos atos a nível micro, em favor do crescimento potencial humano. Exige mudança de paradigma, reconhecendo todos os aprendizes como protagonistas e não expectadores.

Alternativa E: INCORRETA. Está incorreto, pois não basta discriminar diferenças, é preciso compreender que a mudança depende principalmente da transformação da mentalidade do sujeito, apesar das mudanças curriculares, além da disponibilização de recursos e serviços serem muito importantes sem um processo de dentro que implica reflexão individual, o que irá esbarrar nos obstáculos, colaborando, assim, para uma educação inserida e não inclusiva.

09. Questão

(POLICIA MILITAR/MG – IBFC – 2015) A concretização da escola inclusiva baseia-se na defesa intransigente de princípios e valores éticos, nos ideais de cidadania, justiça e igualdade para todos, em contraposição aos sistemas hierarquizados de desigualdades e inferioridade. Esses ideais podem ser alcançados por meio da conjunção de esforços e da disposição individual e coletiva para reverter práticas e posturas. Nesse sentido, são destacados alguns fatores, a seguir, que favorecem a transformação da escola para que ela se torne inclusiva:

- I. Valorização das diferenças como objeto de conhecimento, fenômeno educativo e manifestação da complexidade e heterogeneidade da natureza humana.
- II. O desenvolvimento de estratégias de ensino que respeitem diferentes sistemas expressivos, ritmos, estilos de aprendizagem e a manifestação de valores, talentos e habilidades.
- III. Uma concepção de currículo linear, com um sistema fechado, imutável, capaz de refletir e direcionar as experiências vividas.
- IV. Organização flexível dos tempos e dos espaços escolares, arranjos organizacionais e estratégias de ensino condizentes com as necessidades dos alunos.
- V. Atividades que possibilitem o diálogo, a interação grupal, o exercício de cooperação, solidariedade, espírito crítico e a criatividade.

Estão corretos apenas os itens:

- Ⓐ II, III, IV e V apenas.
- Ⓑ I, II, IV e V apenas.
- Ⓒ I, III, IV e V apenas.
- Ⓓ II, III, IV apenas.

Alternativa A: INCORRETA. A questão está incorreta porque não se provoca transformação da escola para que ela se torne inclusiva, considerando uma concepção de currículo linear.

Alternativa B: CORRETA. Porque suscita transformações da escola na perspectiva da inclusão, corrobora com os princípios destacados na questão: I, II, IV e V. Informado acerca dos princípios curriculares, parafraseando Sacristan (1998), se faz necessário que o professor entenda quais metas e objetivos atingir antes de iniciar elaboração do seu plano. Para tanto, que reflitam acerca das finalidades confrontando suas consequências (do que, para que e como fazer) com os objetivos propostos.

Alternativa C: INCORRETA. Por ter incluindo nessa prerrogativa o item III da questão que, na sua essência, contradiz afirmativas de Sacristan (1998), a perspectiva prática entende o plano curricular como função básica dos professores, que reflete em seu trabalho a sua profissionalização.

Alternativa D: INCORRETA. Por assegurar o item III dentro da questão como verdadeira.

10. Questão

(POLÍCIA MILITAR/MG – IBFC – 2015) A expressão “necessidades especiais” tornou-se bastante conhecida no meio acadêmico, no sistema escolar, nos discursos oficiais e mesmo no senso comum. Surgiu da intenção de atenuar ou neutralizar a acepção negativa da terminologia adotada para distinguir os indivíduos, em suas singularidades, por apresentarem limitações físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, linguísticas ou ainda síndromes variadas, altas habilidades, condutas desviantes etc. Tal denominação foi rapidamente difundida e assimilada, talvez, pela amplitude e abrangência de sua aplicabilidade. Diante dessa premissa, é **incorreto** afirmar:

- Ⓐ A tendência atual é empregar termos menos estigmatizantes, mais gentis e menos carregados emocionalmente, em substituição aos mais antigos que adquiriram conotação de desamparo e desesperança.
- Ⓑ A crença democrática de que todas as pessoas nascem iguais e de nossa tentativa de evitar as conotações de inferioridade intrínseca que eventualmente se acrescentam aos termos empregados com referência a grupos de pessoas percebidas como deficientes.

Ⓒ Coerentemente, quanto mais aprendemos acerca das pessoas excepcionais, mais confiantes nos tornamos quanto à nossa capacidade de classificá-la de maneira correta.

Ⓓ A redenominação de antigas categorias reflete as concepções cambiantes e a maior precisão na definição e classificação, representando um reflexo de nossa ênfase cultural.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O princípio de inclusão passou por algumas eras, dentre elas, destacamos: o modelo clínico e de reabilitação do sujeito, o de segregação, inserção e a oferta do serviço da educação especial na perspectiva da inclusão. Estudos revelam que houve movimentos para neutralizar e enviesar termos que fossem mais aceitáveis para a sociedade.

Alternativa B: CORRETA. De fato, houve um período em que se procurava utilizar nomenclaturas mais aceitáveis para minimizar os estigmas.

Alternativa C: INCORRETA. O conhecimento acerca de uma deficiência não nos dará propriedade para classificar de maneira precisa. Até porque, se tivermos sujeitos com o mesmo tipo de deficiências, ainda assim, eles terão singularidades dentro dessa deficiência. Ressaltamos a importância desse assunto acerca das “terminologias” versam questões da maior importância em todos os países. Existe uma literatura consideravelmente grande em várias línguas. No Brasil, tem havido tentativas de levar ao público a terminologia correta para uso na abordagem de assuntos de deficiência, a fim de que desencorajemos práticas discriminatórias e construamos uma verdadeira sociedade inclusiva ratificada Sasaki (2002).

Alternativa D: CORRETA. Essa afirmação alerta-nos sobre a forma como percebemos o sujeito deficiente. Mesmo disseminando o direito de igualdade para todos os deficientes, de forma inseparável, fortalecemos os guetos. O princípio de educação inclusiva carrega resquícios de um modelo expositiva e não num processo de construção do aluno.

11. Questão

(PREF. CRISTÁLIA/MG – COTEC – 2015) Observadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução CEB/CNE n.º 02/2001 –, é **CORRETO** afirmar:

Ⓐ O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Ⓑ O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em escolas específicas de educação especial, em qualquer etapa ou modalidade da educação básica.

Ⓒ Nas classes especiais, o professor deve desenvolver o mesmo currículo desenvolvido nas classes comuns, sem qualquer adaptação.

Ⓓ A partir do desenvolvimento apresentado pelo aluno e das condições para o atendimento inclusivo, a família deve decidir quanto ao seu retorno à classe comum.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. À garantia das matrículas dos alunos especiais preferencialmente na rede regular, assegura o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) desde a educação infantil, e os sistemas de ensino terão que se organizar-se para atender esses alunos, oferecendo-lhes condições para uma educação de qualidade.

Alternativa B: INCORRETA. A lei assegura a matrícula preferencialmente na rede regular, a oferta do tipo de atendimento educacional especializado, nos centros educacionais especializados ou por meio de recursos e serviços educacionais especiais para apoiar, complementar, suplementar. E, se necessário, substituir os serviços educacionais “comuns”, garantindo a educação escolar e promovendo o desenvolvimento das potencialidades e habilidades dos alunos com necessidades educacionais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Alternativa C: INCORRETA. O que se discute constantemente nos documentos oficiais, na legislação brasileira, é a oferta de métodos, técnicas e currículo adequados para atender as necessidades do aluno e não apenas da instituição.

Alternativa D: INCORRETA. Afinal, o princípio da educação inclusiva assegura o direito de todos na educação regular. Embora documento Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas, publicado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2007), contrarie a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de

ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino (2007, p. 9).

12. Questão

(**PREF. CRISTÁLIA/MG – COTEC – 2015**) Conforme o Parecer CNE/CP n.º 5/2005, “Inclusão e atenção às necessidades educacionais especiais são exigências constitutivas da educação escolar, como um todo. Por conseguinte, os professores deverão sentir-se sempre desafiados a trabalhar com postura ética e profissional, acolhendo os alunos que demonstrem qualquer tipo de limitação ou deficiência”. Entre as características dessas limitações ou deficiências, não se encontra:

Ⓐ As que os impeçam de realizar determinadas atividades.

Ⓑ As que os levem a apresentar dificuldades extremamente acentuadas para a realização de determinadas atividades.

Ⓒ As inerentes à situação temporária de fome.

Ⓓ As que requeiram meios não convencionais ou não utilizados por todos os demais alunos para alcançar determinados objetivos curriculares ou, ainda, realizar apenas parcialmente determinadas atividades.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Como o documento traz uma negativa dentre as afirmativas que não se encontra no Parecer nº 5/2005 das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, percebemos que a opção A se destaca como relevante nas investigações sobre as especificidades de como crianças aprendem. Nesse sentido, para o enunciado dessa questão, ela deve ser julgada como incorreta.

Alternativa B: INCORRETA. Mais uma vez, o corpo do parecer aponta especial atenção em relação aos estudantes que apresentarem dificuldades extremamente acentuadas para a realização de determinadas atividades. Para as dificuldades acentuadas, é possível fazer uso da tecnologia assistiva. Garantida pela Lei nº 13.146/15, cabe ao Estado, em seus três níveis – Federal, Estadual e Municipal –, garantir o direito da pessoa com deficiência. No Art. 30, no inciso III – “tecnologia assis-

tiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social". Nesse sentido, a afirmativa está coerente com o parecer, mas em se tratando do enunciado presente na pergunta, não será possível selecioná-la como correta.

Alternativa C: CORRETA. Essa afirmação não se encontra no corpo do parecer como um desafio para o professor trabalhar com uma postura ética e profissional. A questão da privação econômica é uma demanda complexa que exige mudanças qualitativas na dimensão político, social e econômica do país. A criança ou sujeito que apresenta privações econômicas poderá apresentar problemas nas aprendizagens. E, certamente, o cérebro não estará nutrido de forma adequada para produzir as sinapses correta.

Alternativa D: INCORRETA. Rezam documentos oficiais que os estudantes têm direito a acessar todo o repertório curricular, construindo, quando necessário, as devidas adaptações. Por isso, cabe o acompanhamento sistemático das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns, a partir das ações desses professores, mesmos daqueles que não se encontrem capacitados (HORA, 2015).

13. Questão

(PREF. JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE – AOCP – 2015) O artigo 7º da Declaração Mundial de Educação para Todos, publicado em Jontiem (Tailândia), em 1990, estimula a prática que se tornou comum nas políticas públicas em educação executadas no Brasil a partir do referido ano, cuja característica é:

- Ⓐ Responsabilidade da União, Estados e Municípios no completo financiamento da educação pública sem alianças com outros setores da sociedade.
- Ⓑ União, Estados e Municípios realizando alianças para a execução do financiamento da educação com Organizações Não Governamentais (ONGs), mas não com o setor privado.
- Ⓒ Protagonismo do setor privado, das Organizações Não Governamentais (ONGs) e de grupos religiosos no financiamento das políticas públicas em educação.

- Ⓓ Alianças entre a União, Estados e Municípios com o setor privado, as Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos religiosos, comunidade local e famílias.
- Ⓔ Financiamento das políticas públicas em educação somente a cargo da União.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O documento sugere o fortalecimento das alianças em todos os níveis, reconhecendo o papel de todos que trabalham em favor da educação, bem como dos órgãos educacionais.

Alternativa B: INCORRETA. Para esse princípio, não se fazem restrições com o setor privado. As alianças efetivas contribuem significativamente para o planejamento, implementação, administração e avaliação dos programas de educação básica.

Alternativa C: INCORRETA. Não se pretende direcionar os holofotes para o setor privado e as Organizações Não Governamentais, mas a articulação entre os setores sociais em favor de uma educação de qualidade para todos.

Alternativa D: CORRETA. O fortalecimento de alianças promove a união, reconhecendo o papel educacional de todos os envolvidos (famílias, setor educacional, grupos religiosos, organizações não-governamentais), que será a parte fundamental para a renovação da educação de qualidade para todos.

Alternativa E: INCORRETA. A proposta do fortalecimento das alianças e as autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação prioritária de proporcionar educação básica para todos. É compromisso político de todos.

14. Questão

(PREF. JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE – AOCP – 2015) A modalidade de educação especial ampliou-se nos últimos anos por conta das novidades que surgiram em torno da temática. Tais novidades são resultados de um significativo número de pesquisas e discussões que deram um novo entendimento para essa modalidade de ensino. Em 2013, a redação do artigo 58º da LDBEN nº 9.394/96 foi alterada, levando em consideração as novas exigências do sistema de ensino para a modalidade de educação especial. A nova redação do referido artigo é:

- Ⓐ "Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida

preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Ⓑ “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência e altas habilidades”.

Ⓒ “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com altas habilidades ou superdotação”.

Ⓓ “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência”.

Ⓔ “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência ou superdotação”.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Essa opção é a mais completa para efeitos da lei. Consideram-se alunos público-alvo da educação especial aqueles que apresentam: deficiências sensoriais e motoras, transtornos de aprendizagem, superdotação e ou altas habilidades. Embora os últimos representem uma minoria, ainda se encontram invisíveis em nossas escolas.

Alternativa B: INCORRETA. Porque a oferta do atendimento é oportunizada também para alunos com transtornos e síndromes.

Alternativa C: INCORRETA. O artigo 58 da LDB não limita o atendimento, apenas aos superdotados e altas habilidades.

Alternativa D: INCORRETA. A educação especial não oferece serviço apenas para alunos com deficiência.

Alternativa E: INCORRETA. A educação especial não se restringe a alunos com superdotação e altas habilidades.

15. Questão

(PREF. JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE – AOC – 2015) O Plano Nacional de Educação (PNE) é o documento que norteia as ações do Estado nacional em relação às políticas públicas em educação no período de 10 anos. Em julho de 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação com vigência para a próxima década. A modalidade de Educação Especial que abrange, segundo o PNE, crianças e

adolescentes com: deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, está contemplada em qual meta do documento?

Ⓐ 20.

Ⓑ 05.

Ⓒ 18.

Ⓓ 04.

Ⓔ 09.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Essa meta diz respeito à ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência dessa lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Alternativa B: INCORRETA. A meta 05 diz respeito a alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

Alternativa C: INCORRETA. Essa meta é a tentativa de assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para o(a)s profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino. E, para o plano de carreira do(a)s profissionais da educação básica pública, a qual tomará como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

Alternativa D: CORRETA. Os princípios do PNE representam o desejo da sociedade civil em universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Bem acessos à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Alternativa E: INCORRETA. A meta 09 do PNE procura elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência desse PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

16. Questão

(UFCA – CCV/UFC – 2014) Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no seu artigo 208, o dever

do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

- Ⓐ Progressiva universalização do ensino fundamental.
- Ⓑ Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 6 anos de idade.
- Ⓒ Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, exclusivamente na rede regular de ensino.
- Ⓓ Atendimento ao educando, somente do ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte e alimentação.
- Ⓔ Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Esse artigo 208 assegura progressiva universalização do ensino médio gratuito.

Alternativa B: INCORRETA. Já o ensino de nove anos à educação infantil e pré-escola e passa a ser garantia até os 5 anos.

Alternativa C: INCORRETA. O artigo constitucional sugere a oferta do AEE preferencialmente na rede regular de ensino e não exclusivamente. De certo, no seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Alternativa D: INCORRETA. Está incorreta, pois o que diz o princípio VII do artigo 208 da Carta Magna assevera que o atendimento ao educando deve acontecer em todas as etapas da educação básica.

Alternativa E: CORRETA. Salientamos que não apenas a Constituição Federativa Brasileira, mas o próprio PNE (2014), elucida mais uma vez essa oferta da educação básica e gratuita dos 4 aos 17 anos.

17. Questão

(UFCA – CCV/UFC – 2014) A Educação Especial, reconhecida como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvi-

mento e altas habilidades ou superdotação, é um dever constitucional do Estado e sua oferta tem início:

- Ⓐ Na faixa etária de 0 a 6 anos, durante a educação infantil.
- Ⓑ Na faixa etária de 7 a 13 anos, durante o ensino fundamental.
- Ⓒ Na faixa etária de 9 a 17 anos, durante o ensino fundamental e médio.
- Ⓓ Somente a partir dos 6 anos, estendendo-se a todo ensino fundamental e médio.
- Ⓔ Somente a partir dos 4 anos (início da escolaridade obrigatória), na pré-escola.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Esse princípio está correto e presente na Carta Magna, na LDB nº 9.394/96, bem como nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001). Apesar de a legislação indicar que a oferta do serviço da educação especial iniciar na educação, essa modalidade apresenta modelo transversal podendo ser ofertado em todas as modalidades.

Alternativa B: INCORRETA. Assim entendemos quanto mais precoce for à oferta do serviço, melhor será o crescimento potencial do aprendiz, independentemente de sua condição: física, psíquica e/ou sensorial.

Alternativa C: INCORRETA. A legislação descreve a importância de oportunizar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. Não é possível esperar que esse sujeito atinja uma determinada idade para ser contemplado com seus direitos. Ao entrar em contato com o processo de escolarização, o aluno envolvido com um currículo que precisa utilizar estratégias adequadas para o sujeito aprender a aprender.

Alternativa D: INCORRETA. Pensar em ofertar o serviço de AEE, a partir dos 9 anos, pode acarretar prejuízos cognitivos, atrofiando, assim, o aprender.

Alternativa E: INCORRETA. Sabemos que os Alunos Público Alvo da Educação Especial (APAEE) apresentam bons resultados na aprendizagem quando esta é iniciada o mais precoce. Enfim, “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001).

O capítulo da Educação Especial é de fundamental importância o candidato compreender os processos concernentes ao atendimento do aluno com deficiência no espaço escolar. Uma vez que a escola pode ser definida como um conjunto de práticas e ensinamentos voltados para o desenvolvimento da autonomia e sustentabilidade de cada cidadão. E, partindo do princípio de que devemos considerar “Uma Escola para Todos” e que todas as crianças podem e devem ser incluídas, como aquelas com deficiência nas escolas é propiciar ações de igualdade de oportunidade às aprendizagens.

Embora timidamente constatamos que nos últimos anos houve esforços das autoridades brasileiras, articuladas com a sociedade civil, vêm realizando esforços para transformar os sistemas educacionais em espaços inclusivos, conforme explicitam as políticas públicas como: Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Educação Básica das Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas (2007); Plano Nacional de Educação (2014) entre outras ações que repercutem atenção ao aluno com deficiência, afinal, não é apenas a oferta da educação básica e gratuita mas, principalmente, aquelas que atuem de qualidade e de forma inclusiva.

Nesse sentido, o candidato deve tornar-se conhecedor dos Atendimento Educacionais Especializados(AEE) com a intenção de promover garantias a este público junto ao sistema educacional para que enfrentem e constituam os centros ou nas Salas de Recursos Multifuncionais(SRMs), classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Concernentes a Lei das Diretrizes e Bases Nacionais (LDBN, 9.394/96), ratificando ações educacionais como das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001) etc. Segundo as legislações indicam há ofertas de serviços da educação especial em todas modalidades, as quais convocam empoderamento de todos os alunos, concentrando maior atenção na

aprendizagem, porque aprender é um direito para todos.

Assim, ao identificar e reconhecer ações que alicercem essas práticas inclusivas, a exemplo da Libras que foi integralizada nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura, através dessa educação bilíngue, visa suprir carências e garantias à comunidade surda no processo de comunicação e escolarização com qualidade. Bem como envolver entendimentos para uma educação inclusiva com base nas políticas educativas inclusivas, abordagens teóricas e estratégias diversificadas de práticas pedagógicas inclusivas, independente das modalidades de ensino, didático-pedagógico adaptados e com mediações das aprendizagens ações outras que consideramos de extremamente relevância.

Ao aproximar-se das abordagens teóricas podem fundamentar suas práticas pedagógicas com o sócio interacionismo de Vygotsky (1996; 1998), estabelecendo relações em favor dos movimentos por uma educação para todos e corroborando com os níveis de desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, estes em consonância com as Zonas de Desenvolvimento Proximal e Real de Vygotsky (2007; 2009) respeitando as singularidades e valorizando a construção mental do aprendiz, em favor do desenvolvimento potencial humano.

O papel da educação inclusiva é favorecer o Atendimento Educacional Especializado(AEE), acompanhamentos das atividades curriculares independente das limitações vinculadas às causas orgânicas ou específicas de cada um. Para tanto, caberá ao leitor/professor entender e refletir acerca dos objetivos (para que e como fazer) propostos revelam ações aceitáveis para a sociedade atual. Fortalecendo a garantia das matrículas dos alunos especiais na rede regular de ensino, pois só assim, asseguraremos o direito destes da educação infantil ao ensino superior. E competirá aos sistemas de ensino organizarem-se para atender esse público, oferecendo-lhes condições da educação de qualidade e o fortalecimento de alianças inclusivas.

Apesar de muitos discursos da inclusão, poucos se resguardam em suas práticas como aqueles

espaços a serem constantemente discutidos, como os conhecimentos que giram em torno deste tema. A inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular abre fronteiras e extrapola os parâmetros da educação especial. É articular o currículo formal às especificidades do aluno com deficiência. E o despreparo docente, bem como as dificuldades de organizar atividades adaptadas para o aluno com deficiência que se apontaram os obstáculos, ainda poucos enfrentados.

Acreditamos que não basta apenas contemplar os conhecimentos sistemáticos desenvolvidos por elas, é necessário ir além, remeter às reflexões sobre a dimensão política e ideológica dos currículos como fator determinantes das culturas que deve ser veiculada pelas instâncias escolares, cuja compreensão exige exames epistemológicos e políticos.

É na formação pedagógica sob a perspectiva inclusiva que se ultrapassam os embasamentos teóricos para envolver parcerias colaborativas com os pais, corpo docente e alunos. Ademais, é transformando a rotina da escola que se pode permitir a colaboração igualmente significativa de todos os envolvidos. Esses processos de inclusão é para além da sala de aula, mas, é na sala de aula que se tem mais condições de colaborar com a formação e autonomia dos futuros cidadãos.

Por último, os improvisos podem acarretar nos constantes fracassos e evasões destes alunos no ensino regular. E muitas dessas barreiras são acessibilidades arquitetônicas, curriculares, didáticas e avaliativas. É salutar ressaltar que não atuem como meros transmissores de conteúdos sobre/para a inclusão, mas sim tornarem-se mediadores de ações pedagógicas, façam uso das Tecnologias Assistivas, das políticas e das ações geradoras de aprendizagens do agora em prol de um futuro próximo inclusivo. Até porque estes pequenos serão os responsáveis pelas ações de convivências inclusivas das próximas gerações.

Apesar de muitos discursos da inclusão, poucos se resguardam em suas práticas como aqueles espaços a serem constantemente discutidos, como os conhecimentos que giram em torno deste tema. A inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular abre fronteiras e extrapola os parâmetros da educação especial. É articular o currículo formal às especificidades do aluno com deficiência. E o despreparo docente, bem como as dificuldades de or-

ganizarem atividades adaptadas para o aluno com deficiência que se apontaram os obstáculos, ainda poucos enfrentados.

Acreditamos que não basta apenas contemplar os conhecimentos sistemáticos desenvolvidos por elas, é necessário ir além, remeter às reflexões sobre a dimensão política e ideológica dos currículos como fator determinantes das culturas que deve ser veiculada pelas instâncias escolares, cuja compreensão exige exames epistemológicos e políticos.

REFERÊNCIAS [ACRESCENTADAS AO TEXTO SÍNTESE]

1. VYGOTSK, Lev Semiónovich. A construção do pensamento e da linguagem / Lev Semenovich Vygotsky: tradução Paulo Bezerra. 2ª. ed. – São Paulo : WMF Martins Fontes, 2009. (Biblioteca pedagógica).
2. _____. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores / L. S. Vygotsky ; org. Michael Cole. [et. al]; tradução Cipolla Neo, Luíz S. M. Barreto, Solange C. Affeche. – 7.ª Ed. – São Paulo : Martins Fontes, 2007. – (Psicologia e pedagogia).

REFERÊNCIAS

1. AMÓS COMENIO, Juan, Didáctica Magna. Ed. 11 México: editorial Porrúa, 2000.
2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.
3. _____. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.
4. _____.13.146, de 6/julho/2015. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Brasília, DF: Edições Câmara, 2015. p. 6-31.
5. _____. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.
6. CRUZ, Fernanda Miranda da. Uma perspectiva enunciativa das relações entre linguagem e memória no campo da Neurolinguística / Fernanda Miranda da Cruz. - Campinas, SP: [s.n.], 2004.

7. HORA, Genigleide Santos da; ALMEIDA, Wolney Gomes; CAFESEIRO, Jeane Santos. Funcionamento dos Serviços de Apoio nas Salas de Recursos Multifuncionais do Município de Itabuna – Bahia. In: *Inclusão Escolar em foco: organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado* / Enicéia G. Mendes; Fabiana Cia; Gabriela Tannús-Valadão (Org.). – São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. 520 p. – (Observatório nacional de Educação Especial; v. 4). Capítulo 7. pp.177-194 ISBN: 978-85-67256-22-1.
8. MATUI, Giron. *Construtivismo: Teoria Construtivista Sócio-Histórica Aplicada ao Ensino*. Moderna, São Paulo, 1995.
9. SASSAKI, R.K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: *Revista Nacional de Reabilitação*, São Paulo, ano V, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9.
10. SACRISTÁN, José Gimeno et al (org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso, 2013.
11. UNESCO. *Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais*. Disponível: <http://www.portal.mec.gov.br/seesp>. Acesso: 15 mar 2014.
12. VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.
13. _____. *Pensamento e Linguagem*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

Ananda Teixeira do Amaral

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Instrução: As questões de 1 a 3 referem-se ao texto abaixo, produzido pela agência de publicidade Famiglia, expressa uma resposta à campanha realizada, em 2007, pela prefeitura de São Paulo para “limpar a cidade” da poluição visual causada pelos outdoors. Leia-o atentamente antes de responder às questões.

01. Questão



BARROS, Kelly Jornal Propaganda e Marketing. 25 mar.2010. Disponível em <<http://k-barros-olhospublicitarios.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 5 fev. de 2015.

(UFMG – UFMG - 2015) Com base no texto, é correto inferir que o produtor do texto:

- I. lamenta que haja pessoas em situação de rua.
- II. é preconceituoso em relação aos moradores de rua.
- III. está de acordo com a campanha da prefeitura para “limpar a cidade”.
- IV. abre uma discussão sobre o número de outdoors espalhados em São Paulo.

Estão corretas apenas as assertivas

- (A) I e III.
- (B) III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: O sentido da campanha publicitária se constrói com a união do texto verbal ao texto não verbal, ou seja, com a união do texto do outdoor à imagem, logo abaixo dele, de pessoas morando na rua. A agência de publicidade Família, no texto verbal, primeiro responde afirmativamente ao convite da prefeitura para participar da discussão sobre a quantidade de outdoors na cidade de São Paulo, mas, em seguida, questiona as prioridades do governo municipal paulista quando pergunta “vamos?”, convocando a prefeitura e também os leitores do outdoor a repensarem suas prioridades em relação ao que deveria ser discutido. O autor da campanha, portanto, não nega que seja importante discutir o excesso de outdoors em São Paulo, mas defende que seria mais urgente discutir a existência de pessoas em situação de rua. Logo, as assertivas I e III estão corretas; a alternativa a ser marcada é a letra A.

A assertiva II está errada porque o autor não demonstra preconceito com relação aos moradores de rua; ao contrário, demonstra preocupação.

A assertiva IV está errada porque o produtor do texto não abre uma discussão sobre a quantidade de outdoors na cidade; ele responde a uma discussão aberta pela prefeitura de São Paulo.

02. Questão

(UFMG – UFMG - 2015) O efeito da frase de encerramento do texto evidencia a voz de um locutor:

- (A) contestador, que é desfavorável ao início de uma discussão relativa ao problema da poluição visual.
- (B) ingênuo, que desconhece a dimensão do problema social a ser enfrentado pelas autoridades.
- (C) polêmico, que despreza outdoors e valoriza a quantidade de pessoas em situação de rua.
- (D) provocador, que instiga as autoridades a pensar sobre um relevante problema social.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O locutor do texto é contestador, mas não é desfavorável ao início de uma discussão acerca do excesso de outdoors em São Paulo. Ao contrário, ele responde à pergunta da prefeitura afirmativamente: “vamos.”

Alternativa B: INCORRETA. O locutor mostra-se crítico, e não ingênuo. Para ele, o problema prioritário a ser resolvido pelas autoridades é a existência de pessoas em situação de rua na cidade.

Alternativa C: INCORRETA. O autor do texto não despreza outdoors. Ele aceita discutir o assunto, ainda que entenda haver problemas sociais anteriores à poluição visual.

Alternativa D: CORRETA. O autor do texto, com a pergunta “vamos?” e a imagem associada a ela, convida as autoridades a repensarem sua prioridade e a discutirem a existência de moradores de rua em São Paulo.

03. Questão

(UFMG – UFMG - 2015) A função de linguagem predominante no texto é a:

- (A) apelativa.
- (B) emotiva.
- (C) metalinguística.
- (D) referencial.

DICA DO AUTOR: Para responder a esta questão, é necessário conhecer o assunto “funções da linguagem”. Para os estudiosos da comunicação, todos os textos têm uma função predominante de acordo com seu objetivo principal. São seis as funções da linguagem: referencial, emotiva, apelativa, fática, metalinguística e poética. Quando a mensagem tem como objetivo transmitir informações, dizemos que ela tem, predominantemente, função **referencial ou denotativa**. Quando o objetivo da mensagem é expressar os sentimentos, as emoções do emissor, dizemos que ela tem, predominantemente, função **emotiva ou expressiva**. Quando o objetivo da mensagem é persuadir o destinatário, influenciando seu comportamento, a função da linguagem é a **apelativa**, também chamada de **conativa**. Quando o objetivo da mensagem é o de estabelecer ou manter o canal de comunicação aberto, dizemos que a função é **fática**. Quando o objetivo é falar sobre a própria linguagem, dizemos que a função predominante é a **metalinguística**. Quando o foco da mensagem é a elaboração artística, a sonoridade, a construção metafórica, dizemos que o texto tem função **poética**.

Alternativa A: CORRETA. A função de linguagem predominante é a apelativa pois se trata de um texto publicitário, cujo objetivo é persuadir o leitor.

Alternativa B: INCORRETA. A função predominante não é a emotiva, pois o objetivo do texto não é expressar as emoções e os sentimentos daquele que escreve.

Alternativa C: INCORRETA. A função predominante não é a metalinguística porque o assunto do texto não é a linguagem publicitária nem o fazer de um publicitário.

Alternativa D: INCORRETA. A função predominante não é a referencial porque o objetivo principal do texto não é transmitir informações, embora, de alguma forma, informações estejam sendo transmitidas.

04. Questão



Folha de S. Paulo, 26 abr. 2008 - Opinião.

O autor desse texto critica:

- (A) o avanço das vendas do setor de padaria.
- (B) a nova forma de empreendedorismo das padarias.
- (C) o aumento dos preços dos pães nas padarias.
- (D) o crescimento dos consórcios nos serviços das padarias.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A quantidade de pães à venda e o fato de haver um anúncio de consórcio na padaria são sinais de que está havendo retração nas vendas de pão.

Alternativa B: INCORRETA. Não se fazem consórcios para a compra de produtos como pão. O autor do texto criou uma situação inusitada para criticar o alto preço do pão e não para criticar o que seria uma suposta nova forma de empreendedorismo das padarias.

Alternativa C: CORRETA. Consórcio é uma associação, uma união de um grupo de pessoas com a finalidade de autofinanciamento para o acesso a determinados bens de consumo. Participamos de consórcios para

conseguirmos consumir determinados produtos que, por conta do preço, não teríamos condições de consumir de outra maneira. Ao informar ao cliente que, na padaria, há consórcio de pão, fica implícito que o produto está caro, pouco acessível aos consumidores.

Alternativa D: INCORRETA. O autor do texto não está criticando o crescimento de consórcios em padarias já que, na realidade, as pessoas não fazem consórcios para a compra desse produto.

05. Questão

Exigências da vida moderna

Dizem que todos os dias você deve comer uma maçã por causa do ferro.

E uma banana pelo potássio.

E também uma laranja pela vitamina C. Uma xícara de chá verde sem açúcar para prevenir a diabetes.

Todos os dias deve-se tomar ao menos dois litros de água. E uriná-los, o que consome o dobro do tempo.

Todos os dias deve-se tomar um Yakult pelos lactobacilos (que ninguém sabe bem o que é, mas que aos bilhões, ajudam a digestão). Cada dia uma Aspirina, previne infarto. Uma taça de vinho tinto também. Uma de vinho branco estabiliza o sistema nervoso. Um copo de cerveja, para... não lembro bem para o que, mas faz bem. O benefício adicional é que se você tomar tudo isso ao mesmo tempo e tiver um derrame, nem vai perceber.

Todos os dias deve-se comer fibra. Muita, muí-tíssima fibra. Fibra suficiente para fazer um pulôver.

Você deve fazer entre quatro e seis refeições leves diariamente. E nunca se esqueça de mastigar pelo menos cem vezes cada garfada. Só para comer, serão cerca de cinco horas do dia...

E não esqueça de escovar os dentes depois de comer. Ou seja, você tem que escovar os dentes depois da maçã, da banana, da laranja, das seis refeições e enquanto tiver dentes, passar fio dental, massagear a gengiva, escovar a língua e bochechar com Plax. Melhor, inclusive, ampliar o banheiro e aproveitar para colocar um equipamento de som, porque entre a água, a fibra e os dentes, você vai passar ali várias horas por dia.

Há que se dormir oito horas por noite e trabalhar outras oito por dia, mais as cinco comendo são vinte e uma.

Sobram três, desde que você não pegue trânsito. As estatísticas comprovam que assistimos três horas de TV por dia.

Menos você, porque todos os dias você vai caminhar ao menos meia hora (por experiência própria, após quinze minutos dê meia volta e comece a voltar, ou a meia hora vira uma).

E você deve cuidar das amizades, porque são como uma planta: devem ser regadas diariamente, o que me faz pensar em quem vai cuidar delas quando eu estiver viajando.

Deve-se estar bem informado também, lendo dois ou três jornais por dia para comparar as informações.

Ah! E o sexo! Todos os dias, tomando o cuidado de não se cair na rotina. Há que ser criativo, inovador para renovar a sedução. Isso leva tempo – e nem estou falando de sexo tântrico.

Também precisa sobrar tempo para varrer, passar, lavar roupa, pratos e espero que você não tenha um bichinho de estimação. Na minha conta são 29 horas por dia.

A única solução que me ocorre é fazer várias dessas coisas ao mesmo tempo! Por exemplo, tomar banho frio com a boca aberta, assim você toma água e escova os dentes. Chame os amigos junto com os seus pais. Beba o vinho, coma a maçã e a banana junto com a sua mulher... na sua cama.

Ainda bem que somos crescidinhos, senão ainda teria um Danoninho e se sobrares 5 minutos, uma colherada de leite de magnésio.

Agora tenho que ir.

É o meio do dia, e depois da cerveja, do vinho e da maçã, tenho que ir ao banheiro.

E já que vou, levo um jornal... Tchau! Viva a vida com bom humor!!!

VERÍSSIMO, Luís Fernando. Exigências da vida moderna.

Disponível em <http://pensador.uol.com.br/frase/MzI3NDUz/>

Acesso em: 01/11/2015. Adaptado.

(PREF. DE IBIRAÇU - CONSULPLAN - 2015) Considerando-se as características que definem o gênero textual crônica, quais podem ser encontradas no texto de Luís Fernando Veríssimo?

- Ⓐ Presença de reflexões de cunho pessoal e utilização do discurso indireto livre.
- Ⓑ Interlocução constante com leitor e a abordagem de acontecimentos cotidianos.
- Ⓒ Presença de argumentação objetiva e de coloquialismo na fala das personagens.
- Ⓓ Gênero narrativo ficcional e linguagem predominantemente formal e conotativa.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: O conceito de “gênero textual” é relativamente recente e está cada dia mais presente nas provas de concursos. Segundo os linguistas, os gêneros textuais são formas textuais, escritas ou orais, por meio das quais realizamos todas as nossas interações verbais, ou seja, qualquer processo comunicativo só é possível por meio de algum gênero textual. Os gêneros têm características mais ou menos estáveis de composição e têm funções ou objetivos enunciativos específicos. Ata de reunião, receita médica, bula de remédio, procuração, crônica, carta pessoal, bilhete, conversa telefônica são exemplos de gêneros que usamos em nossa vida diária.

Alternativa A: INCORRETA. Para que os leitores tenham acesso às vozes e aos pensamentos dos personagens, os escritores fazem uso dos discursos direto, indireto e indireto-livre. No discurso direto, a fala do personagem/testemunha é transcrita exatamente como foi enunciada. Para distingui-la da voz do narrador/autor, é comum o uso do travessão ou das aspas. No discurso indireto, o narrador/autor conta, ele próprio, aquilo que o personagem/a testemunha teria dito e, no discurso indireto-livre, a voz do narrador se mistura com o pensamento da personagem – e são os leitores, no ato da leitura, que devem diferenciar as vozes do texto. Na crônica “Exigências da vida moderna”, Luís Fernando Veríssimo não faz uso do discurso indireto-livre. Não há vozes de personagens no texto.

Alternativa B: CORRETA. No texto, o cronista conversa com o leitor (usa “você” em todo o texto e, no final, ainda se despede) acerca de todos os imperativos a que estamos submetidos em nossa vida cotidiana.

Alternativa C: INCORRETA. A argumentação não é objetiva; ao contrário, o cronista insere-se no problema. Ele, assim como o leitor, também sofre com as infinitas exigências da vida moderna.

Alternativa D: INCORRETA. O texto não é narrativo, não é ficcional e não tem linguagem formal.

06. Questão

(PREF. DE IBIRAÇU - CONSULPLAN - 2015) No texto, o cronista trata de um tema contemporâneo que diz respeito, sobretudo, à(ao):

- Ⓐ preocupação com dietas impossíveis de serem seguidas.
- Ⓑ desperdício de tempo com complexos hábitos de higiene.
- Ⓒ excesso de tarefas que a vida moderna impõe às pessoas.
- Ⓓ falta de tempo para execução das habituais tarefas domésticas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Não há, no texto, nenhum momento em que o cronista fale sobre dietas impossíveis.

Alternativa B: INCORRETA. O autor cita, no texto, vários hábitos de higiene bucal que, segundo se acredita, seriam necessários, mas não discute nem o desperdício de tempo nem se refere a tais hábitos como complexos.

Alternativa C: CORRETA. O texto, de maneira bem-humorada e irônica, trata do excesso de tarefas a que estamos submetidos contemporaneamente.

Alternativa D: INCORRETA. O texto está questionando o excesso de tarefas que nos leva à falta de tempo, mas não está discutindo a falta de tempo para as tarefas domésticas nem defendendo que devemos usar mais nosso tempo para as tarefas domésticas.

07. Questão

Você sabe com quem está falando?

Não nos parece uma tarefa fácil conciliar desejos (que geralmente são ilimitados e odeiam controles) e a questão fundamental de cumprir regras, seguir leis e construir espaços públicos seguros e igualitários, válidos para todos, numa sociedade que também tem o seu lado claramente aristocrático e

hierárquico. Um sistema que ama a democracia, mas também gosta de usar o “Você sabe com quem está falando?”. O nosso amor simultâneo pela igualdade e, a seu lado, o nosso afeto pelo familismo e pelo partidarismo governados pela ética de condescendência tão nossa conhecida, que diz: nós somos diferentes e temos biografia; para os amigos tudo, aos inimigos (e estranhos, os que não conhecemos) a lei!

O resultado dessa tomada de posição, básica numa democracia, é simples, mas muitas vezes ignorado entre nós: a minha liberdade teoricamente ilimitada tem de se ajustar à sua, e as duas acabam promovendo uma conformidade voluntária com limites, com fronteiras cívicas que não podem ser ultrapassadas, como a de furar a fila ou a de dar uma carteirada.

Na sua simplicidade, a fila é um dos melhores, se não for o melhor, exemplos de como operam os limites numa democracia. Seus princípios são simples e reveladores: quem chega primeiro é atendido em primeiro lugar. Numa fila, portanto, não vale o oculto. Ou temos uma clara linha de pessoas, umas atrás das outras, ou a vaca vai para o brejo. Quando eu era menino, lembro-me bem de como era impossível ter uma fila no Brasil. As velhas senhoras e as pessoas importantes (sobretudo os políticos) não se conformavam com suas regras e traziam como argumento para serem atendidos, passando na frente dos outros, ou a idade, ou o cargo, ou conhecimento com quem estava atendendo, ou algum laço de família. Hoje, sabemos que idosos e deficientes não entram em fila. Mas estamos igualmente alertas para o fato de que um cargo ou um laço de amizade não faz de alguém um supercidadão com poderes ilimitados junto aos que estão penando numa fila por algumas horas.

Do mesmo modo e pela mesma lógica, ninguém pode ser sempre o primeiro da fila (e nem o último), como ninguém pode ser campeão para sempre. Se isso acontece, ou seja, se um time campeão mudar as regras para ser campeão para sempre, então o futebol vai pros quintos dos infernos. Ele simplesmente acaba com o jogo como uma disputa. Na disputa, o adversário não é um inimigo; numa fila, quem está na frente não é um superior. O poder ilimitado e congelado ou fixo em pessoas ou partidos, como ocorre nas ditaduras, liquida a democracia justamente porque ele usurpa os limites nos quais se baseia a fila.

DA MATTA, Roberto

Adaptado de revistatrip.uol.com.br.

(CRF/RO – FUNCAB - 2015) Sobre o texto, é correto afirmar que o autor aborda hábito recorrente no Brasil, relacionado à pergunta feita no título que pode ser comprovado pelo seguinte fragmento:

- Ⓐ “a minha liberdade teoricamente ilimitada tem de se ajustar à sua”.
- Ⓑ “nós somos diferentes e temos biografia”.
- Ⓒ “a questão fundamental de cumprir regras, seguir leis e construir espaços públicos seguros e igualitários”.
- Ⓓ “quem chega primeiro é atendido em primeiro lugar”.
- Ⓔ “um laço de amizade não faz de alguém um supercidadão”.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O fragmento “a minha liberdade teoricamente ilimitada tem de se ajustar à sua” é o trecho que ilustra o que seria, para o autor, a democracia: a conciliação entre o desejo individual e o cumprimento de regras e a construção de espaços públicos seguros e igualitários.

Alternativa B: CORRETA. O fragmento “nós somos diferentes e temos biografia” é usado, no primeiro parágrafo, para ilustrar a consequência, contrária à ideia de democracia, de uma sociedade aristocrática e hierárquica como a brasileira. A ideia de que “nós somos diferentes e temos biografia” explica a existência, num sistema democrático, da pergunta “você sabe com quem está falando?”, tão comum na vida brasileira.

Alternativa C: INCORRETA. O fragmento destaca a ideia do que seria a democracia.

Alternativa D: INCORRETA. O fragmento descreve os princípios da fila, usado, no texto, para justificar a fila como o exemplo de uma fronteira cívica que não pode ser ultrapassada na democracia.

Alternativa E: INCORRETA. O fragmento se opõe ao familismo e ao partidarismo que geram a pergunta “você sabe com quem está falando?”.

08. Questão

(CRF/RO – FUNCAB - 2015) Considerando o con junto do texto, é correto afirmar que o autor:

- Ⓐ faz uma reflexão sobre como usufruir da liberdade e da igualdade sem ofender os outros e sem levar o sistema a uma anarquia.
- Ⓑ defende a ideia de que, embora o cidadão seja livre, é fundamental manter a hierarquia, marca de “modernidade”.
- Ⓒ estimula a hierarquia e o enriquecimento dos poderosos por meio daquilo que é o teste mais claro do limite e da igualdade.
- Ⓓ impulsiona a transformação democrática que mantém o argumento dos laços superando a ordem.
- Ⓔ difunde a ética de condescendência e do poder ilimitado.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O autor do texto defende que a democracia é o sistema que concilia liberdade individual com igualdade de direitos.

Alternativa B: INCORRETA. Em nenhum momento do texto, o autor defende a hierarquia como marca da modernidade; na verdade, ela a problematiza.

Alternativa C: INCORRETA. O autor não estimula a hierarquia; ao contrário, ele defende uma sociedade democrática, igualitária, em que as regras sejam respeitadas por todos.

Alternativa D: INCORRETA. O autor defende que uma sociedade em que laços de familiaridade desrespeitam as regras da coletividade tem dificuldade para a construção democrática.

Alternativa E: INCORRETA. O autor se opõe à ética da condescendência e ao poder ilimitado. No último parágrafo, ele afirma que o poder ilimitado, típico das ditaduras, acaba com a democracia.

09. Questão

5 cuidados básicos com a saúde para ter uma vida plena

Manter-se saudável e ativo é uma das grandes alegrias da vida. É importante sentir-se bem sempre, porém para manter a saúde é preciso cuidar dela diariamente. Assim, recomendam-se pequenos cuidados para que seu corpo e mente permaneçam em equilíbrio por muito mais tempo.

1. Beba água: A água faz muito bem ao organismo, ela atua em todas as funções do corpo hidratan-

do-o e permitindo que a temperatura seja mantida. Por isso, é fundamental que adultos bebam pelo menos 2 litros de água por dia para garantir um bom funcionamento de seu organismo.

2. Alimentação: Comer é fundamental para manter a saúde do corpo, no entanto, a ingestão de bons alimentos faz toda a diferença. O consumo diário de legumes e verduras precisa ser incentivado desde a infância, eles atuam de forma importante para manter o bom funcionamento do organismo. Os grãos, as carnes e as frutas também devem fazer parte das refeições, pois fornecem nutrientes que o corpo precisa para funcionar corretamente. É importante também consumir os alimentos com moderação para se ter uma vida saudável.

Exercícios físicos: Gostar de praticar exercícios físicos não é unanimidade, infelizmente. No entanto, é preciso incluí-lo nos hábitos diários de saúde. Afinal, “É melhor prevenir do que remediar”. Sendo assim, mesmo que você não goste muito de praticá-los, faça isso pensando em sua saúde e bem-estar ao longo dos próximos anos. O importante é adquirir o hábito de praticar exercícios sempre.

Descanso: Ter momentos de relaxamento e um bom período de sono também auxiliam no bom andamento da saúde. Porém, com a vida corrida que muitas pessoas levam atualmente, esses momentos ficam cada vez mais escassos. Para começar você pode ter uma hora para dormir. Estipule com base no seu tempo de sono. Separe pelo menos algum momento na semana para momentos de lazer. Passeie, encontre amigos, faça uma caminhada, vá ao cinema, enfim, faça algo que goste. Dê esse presente para você mesmo.

Faça exames pelo menos uma vez por ano: Procure seu médico para exames de rotina, desta forma você poderá também prevenir o aparecimento de algumas doenças. Defina um mês em sua agenda e a cada ano, faça uma visita a seu especialista para um controle de sua saúde.

Cuide de sua saúde, ela é indispensável para uma vida feliz!

FINHOLDT, Renata. Disponível em: <http://familia.com.br>. Acesso em: 30 set. 2015 (adaptado).

10. Questão

(UNIFAP – UNIFAP - 2015) Sobre a compreensão global do texto depreende-se que:

- Ⓐ apresenta regras comprovadas cientificamente que ajudam na preservação da saúde física e mental.
- Ⓑ destaca a importância de ir ao médico pelo menos uma vez ao ano.
- Ⓒ evidencia recomendações simples para uma relação equilibrada entre corpo e mente.
- Ⓓ mostra ao leitor o quanto a saúde mental e a física estão interligadas.
- Ⓔ enfatiza a necessidade de as pessoas cultivarem hábitos saudáveis para a garantia de longevidade.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O texto não é composto por regras; ele é composto por recomendações.

Alternativa B: INCORRETA. Apenas a última recomendação feita destaca a importância de as pessoas irem ao médico e fazerem exames de rotina pelo menos uma vez ao ano. Não se trata de uma ideia global do texto.

Alternativa C: CORRETA. O autor apresenta cinco recomendações, que ele chama de “cuidados básicos”, para que as pessoas mantenham-se saudáveis e ativas.

Alternativa D: INCORRETA. Apenas a recomendação quatro diz respeito à saúde mental das pessoas; não se trata, portanto, de uma ideia global do texto.

Alternativa E: INCORRETA. Embora saibamos que os cuidados com a saúde possibilitem uma vida mais longa, o autor do texto não enfatiza essa questão.

11. Questão

(UNIFAP – UNIFAP - 2015) Considerando as cinco recomendações elencadas no texto é correto afirmar que:

- Ⓐ a alimentação balanceada é colocada como a principal regra a ser seguida.
- Ⓑ consultas e exames médicos devem fazer parte da rotina diária das pessoas.
- Ⓒ Deve-se beber água sempre que o corpo julgar necessário.
- Ⓓ A prática de exercícios físicos é um hábito facilmente adquirido por todos.
- Ⓔ Momentos que ajudam a relaxar e a dormir não devem ser colocados em segundo plano na vida das pessoas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Apesar de defender a alimentação balanceada, o autor não a apresenta como a principal regra a ser seguida. Não há nenhum tipo de hierarquia entre as recomendações feitas.

Alternativa B: INCORRETA. A última recomendação é que consultas e exames médicos sejam feitos anualmente.

Alternativa C: INCORRETA. O autor defende que os adultos bebam pelo menos dois litros de água por dia.

Alternativa D: INCORRETA. Na recomendação três, o autor faz ressalva de que, infelizmente, a prática de atividade física não é unanimidade e que é preciso que as pessoas invistam na construção de tal hábito. Logo, não está defendendo que se trata de um hábito fácil de adquirir.

Alternativa E: CORRETA. Na recomendação quatro, o autor defende que todas as pessoas precisam cuidar para garantir seus momentos de descanso, já que com a vida contemporânea esses momentos tendem a ser cada vez mais escassos.

12. Questão

(UNIFAP – UNIFAP - 2015) Segundo o texto, momentos destinados ao descanso são escassos haja vista:

- Ⓐ a necessidade de o ser humano trabalhar muito diariamente.
- Ⓑ a falta de saúde e bem estar das pessoas.
- Ⓒ o corre-corre atual presente na vida das pessoas
- Ⓓ o descanso não ser prioridade para muitas pessoas.
- Ⓔ as pessoas não organizarem seu tempo diário.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O autor não fala da necessidade de as pessoas trabalharem muito atualmente.

Alternativa B: INCORRETA. A falta de saúde e bem estar seria uma consequência da falta de descanso e não uma causa.

Alternativa C: CORRETA. A resposta está no texto: “com a vida corrida que as pessoas levam atualmente, esses momentos ficam cada vez mais escassos”.

Alternativa D: INCORRETA. O autor não entra no mérito de que as pessoas não descansem por conta da organização de seu tempo. Em nenhum momento do texto, aparece essa discussão.

13. Questão

Sinto-me um pouco intrusa vasculhando minha infância. Não quero perturbar aquela menina no seu ofício de sonhar. Não a quero sobressaltar quando se abre para o mundo que tão intensamente adivinha, nem interromper sua risada quando acha graça de algo que ninguém mais percebeu.

Tento remonta-la aqui num quebra-cabeças que vai formar um retrato — o meu retrato? Certamente faltarão algumas peças. Mas, falhada e fragmentaria, esta sou eu, e me reconheço assim em toda a minha incompletude.

Algumas destas narrações já publiquei. São meu rebanho, e posso chama-las de volta quando quiser. Muitas eu mesma vi e vivi; outras apanhei soltas no ar, pois sempre há quem se exponha a uma criança que finge não escutar nem enxergar muita coisa da sua vida ao res-do-chão.

Aqui onde estou — diante deste computador, nesta altura e deste ângulo afinal compreendo que não são as palavras que produzem o mundo, pois este nem ao menos cabe dentro delas. Assim aquela menina dançando no pátio na chuva não cabia no seu protegido cotidiano: procurava sempre o susto que viria além.

Então enfiava-se atrás dos biombos da imaginação, colocava as máscaras e espiava o belo e o intrigante, que levaria o resto de sua vida tentando descrever.

Lya Luft, *Mar de dentro*, p. 13-14

(CIA DAS DOCAS - IBFC - 2015) No texto, destaca-se o emprego de duas funções da linguagem. São elas:

- (A) emotiva e poética
- (B) apelativa e referencial
- (C) metalinguística e fática
- (D) referencial e emotiva

DICA DO AUTOR: Para responder a esta questão, é necessário conhecer o assunto “funções da linguagem”. Como explicamos em uma das questões anteriores, são seis as funções da linguagem: referencial, emotiva, apelativa, fática, metalinguística e poética. Quando a mensagem tem como objetivo transmitir informações, dizemos que ela tem, predominantemente, função referencial ou denotativa. Quando o objetivo da mensagem é expressar os sentimentos, as emoções do emissor, dizemos que ela tem, predominantemente, função emotiva ou expressiva. Quando o objetivo da mensagem é persuadir o destinatário, influenciando seu comportamento, a função da linguagem é a apelativa, também chamada de conativa. Quando o objetivo da mensagem é o de estabelecer ou manter o canal de comunicação aberto, dizemos que a função é fática. Quando o objetivo é falar sobre a própria linguagem, dizemos que a função predominante é a metalinguística. Quando o foco da mensagem é a elaboração artística, a sonoridade, a construção metafórica, dizemos que o texto tem função poética.

Alternativa A: CORRETA. No texto, destaca-se a função emotiva, pois o objetivo da autora é falar de si mesma, e a função poética, pois, para falar de si, explora amplamente a linguagem figurada, a construção metafórica.

Alternativa B: INCORRETA. As funções apelativa e referencial não poderiam ser as predominantes, já que os objetivos principais do texto não são nem persuadir o leitor nem informar.

Alternativa C: INCORRETA. As funções metalinguística e fática não poderiam ser as predominantes, já que o texto não está focado nem na explicação do código usado nem na preocupação de manter aberto o canal.

Alternativa D: INCORRETA. Apesar de a função emotiva ser predominante no texto, a função referencial não é. O objetivo de um texto de função referencial é informar, o que faz com que a linguagem denotativa, literal seja uma marca. Observe como a escritora Lya Luft constrói seu texto usando metáforas; seu foco é a elaboração artística da mensagem.

14. Questão



(CIA DAS DOCAS - IBFC - 2015) A propaganda acima busca expressividade na apresentação do texto ao leitor. Desse modo, o recurso que MELHOR se destaca na construção de um efeito semântico é:

- (A) o verbo "denuncie" flexionado no modo imperativo.
- (B) o humor provocado pela imagem do urso com venda nos olhos.
- (C) a palavra infantil que se relaciona com a imagem do urso.
- (D) a ambiguidade provocada pela expressão "dá pena".

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: A questão está solicitando que o candidato identifique o recurso que melhor se destaca na construção do efeito semântico. Podemos depreender, portanto, que há outros recursos, mas menos importantes. Isso pode gerar dificuldade para que a resposta correta seja encontrada.

Alternativa A: INCORRETA. O verbo "denuncie" está realmente flexionado no modo imperativo, já que expressa uma ordem. Essa alternativa não é a correta, entretanto, porque o uso do verbo "denuncie" no imperativo não foi o recurso mais importante para a construção do efeito de sentido pretendido pelo autor da campanha.

Alternativa B: INCORRETA. A imagem do urso com venda nos olhos não gera efeito de humor.

Alternativa C: INCORRETA. A palavra infantil se relaciona com a imagem do urso, já que ursos de pelúcia

são um tipo de brinquedo de crianças. Não é essa relação, entretanto, o mais importante para a construção da expressividade da campanha publicitária.

Alternativa D: CORRETA. O recurso semântico mais expressivo para a construção dos sentidos do texto publicitário em questão é o duplo sentido da expressão "dá pena": "pena" pode ser o sentimento e também pode ser a punição para o crime de exploração sexual infantil.

15. Questão

Acredite, progredimos sim

Faz hoje exatos 50 anos do chamado Comício da Central do Brasil, que funcionou como acelerador para a conspiração já em andamento que acabaria por depor o presidente constitucional João Belchior Marques Goulart, apenas 18 dias depois.

É bom olhar para trás para verificar que, pelo menos no terreno institucional, o país progrediu bastante desde que chegou ao fim o ciclo militar, há 29 anos. É um dado positivo em uma nação com tão formidável coleção de problemas e atraso em tantas áreas como o Brasil.

Ajuda-memória: o comício foi organizado pelo governo Goulart. Havia uma profusão de bandeiras vermelhas pedindo a legalização do ainda banido Partido Comunista Brasileiro, o que era o mesmo que acenar para o conservadorismo civil e militar com o pano vermelho com que se atíça o touro na arena.

Se fosse pouco, havia também faixas cobrando a reforma agrária, anátema para os poderosos latifundiários e seus representantes no mundo político.

Para completar, Jango aproveitou o comício para assinar dois decretos, ambos tomados como "comunizantes" pelos seus adversários: o que desapropriava refinarias que ainda não eram da Petrobrás e o que declarava de utilidade pública para fins de desapropriação terras rurais subutilizadas.

Na visão dos conspiradores, eram dois claros atentados à propriedade privada e, como tais, provas adicionais de que o governo preparava a comunização do país.

Cinquenta anos depois, é um tremendo progresso, do qual talvez nem nos damos conta, o fato de que bandeiras vermelhas – ou azuis ou amarelas ou verdes ou brancas ou pretas – podem ser tranquila-

mente exibidas em atos públicos sem que se considere estar ameaçada a ordem estabelecida.

Reforma agrária deixou de ser um anátema, e a desapropriação de terras ociosas é comum mesmo em governos que a esquerda considera de direita ou conservadores.

Continua, é verdade, a batalha ideológica entre ruralistas e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, mas ela se dá no campo das ideias, sem que se chame a tropa para resolvê-la. Pena que ainda continuemos primitivos o suficiente para que haja mortes no campo (além de trabalho escravo), mas, de todo modo, ninguém pensa em chamar o Exército por causa dessa carência.

Nos quase 30 anos transcorridos desde o fim do ciclo militar, foi possível, dentro da mais absoluta ordem e legalidade, promover o impeachment de um presidente, ao contrário do ocorrido em 1964, ano em que Jango foi impedido à força de exercer o poder.

Votei pela primeira vez para presidente em 1989, quando já tinha 46 anos. Meus filhos também votaram pela primeira vez naquela ocasião, o que significa que uma geração inteira teve capada parte essencial de sua cidadania durante tempo demais.

Hoje, votar para presidente é tão rotineiro que ficou até meio monótono. Democracia é assim mesmo.

Pena que esse avanço institucional inegável não tenha sido acompanhado por qualidade das instituições. Espero que esse novo passo não leve 50 anos.

Clovis Rossi, Folha de São Paulo, 13/03/2014

(SUSAM/AM - FGV - 2014) O texto começa pela recordação do comício do ex-presidente João Goulart. Essa recordação tem a finalidade de

- Ⓐ servir de ponto de referência para avaliação do avanço institucional do Brasil.
- Ⓑ criticar nosso passado político em função de um imenso atraso ideológico.
- Ⓒ mostrar como esse ato político teve importância na nossa história política.
- Ⓓ indicar a oposição, ainda existente, entre reacionários e progressistas.
- Ⓔ atuar como ponto de comparação com o progresso na qualidade das instituições.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O autor do texto defende que houve um avanço institucional no país iniciado depois do fim da ditadura militar. Para desenvolver sua argumentação, faz uma abordagem histórica e comparativa usando como referência o Comício da Central do Brasil, organizado pelo então presidente João Goulart, em 1964.

Alternativa B: INCORRETA. O autor do texto não defendeu que há atraso ideológico no Brasil.

Alternativa C: INCORRETA. A recordação do Comício da Central do Brasil não serviu para que o autor defendesse sua importância. Se consideramos o texto globalmente, verificamos que o autor usou o Comício como referência para defender o avanço institucional do país.

Alternativa D: INCORRETA. O Comício da Central do Brasil não é lembrado com a finalidade de defender que ainda existe oposição entre reacionários e progressistas; o episódio que "funcionou como um acelerador" para o golpe militar é lembrado para mostrar que embora existam divergências ideológicas, elas se dão no campo das ideias.

Alternativa E: INCORRETA. No último parágrafo, o autor afirma explicitamente que, embora tenha havido avanço institucional, tal avanço não foi acompanhado pela qualidade das instituições.

16. Questão

"Faz hoje exatos 50 anos do chamado Comício da Central do Brasil, que funcionou como acelerador para a conspiração já em andamento que acabaria por depor o presidente constitucional João Belchior Marques Goulart, apenas 18 dias depois".

(SUSAM/AM - FGV - 2014) Pelas informações contidas nesse parágrafo do texto, podemos inferir que:

- Ⓐ o Comício da Central do Brasil foi o causador direto da deposição do presidente.
- Ⓑ a realização do Comício deu início a uma conspiração subversiva.
- Ⓒ a deposição do presidente João Goulart foi um ato contra as instituições.
- Ⓓ o tempo entre o Comício e a deposição é visto hoje como bastante longo.
- Ⓔ o Comício foi organizado com a finalidade de acelerar a deposição do presidente.

Alternativa A: INCORRETA. O autor afirma que o Comício foi um “acelerador” e não um causador direto da deposição do presidente João Goulart.

Alternativa B: INCORRETA. A conspiração contra o presidente não se iniciou com o Comício; ela já “estava em andamento”.

Alternativa C: CORRETA. É possível inferir que a deposição do presidente foi um ato contra as instituições, pois o autor informa que uma conspiração acabou por depor um presidente constitucional (ou seja, um presidente que foi selecionado de acordo com os ritos e ditames previstos na Constituição).

Alternativa D: INCORRETA. Ao escrever “apenas 18 dias depois”, o autor está afirmando que o tempo entre o Comício e a deposição foi curto.

Alternativa E: INCORRETA. O Comício foi organizado pelo governo Goulart; não poderia, portanto, ter sido organizado para depor o presidente.

SEMÂNTICA

17. Questão

O fragmento a ser analisado na próxima questão pertence ao texto “Exigências da vida moderna”, de Luís Fernando Veríssimo, que está na seção “Interpretação de Texto” deste capítulo.

(PREF. DE IBIRAPUÇA - CONSULPLAN - 2015) No fragmento “*Todos os dias deve-se comer fibra. Muita, muitíssima fibra. Fibra suficiente para fazer um pulôver.*”

(6ºS), é possível inferir, de acordo com o contexto, que o termo “pulôver” pertence ao campo semântico do(s):

- (A) vegetais.
- (B) vestuário.
- (C) alimentos.
- (D) medicamentos.

Alternativa A: INCORRETA. As fibras são constituintes naturais encontrados principalmente nos alimentos de origem vegetal. Nutricionistas e médicos

têm prescrito uma maior ingestão de fibras porque elas são benéficas para o funcionamento do intestino e para a diminuição da absorção de açúcares e gorduras pelo organismo. É a essa prescrição que o cronista está se referindo quando escreve “todos os dias deve-se comer muita fibra”. O termo “pulôver” não pertence ao campo dos vegetais. Como as fibras, além de serem usadas na alimentação, também são usadas na fabricação de produtos têxteis, o autor faz uma brincadeira.

Alternativa B: CORRETA. Fibras, além de serem usadas na alimentação, também são usadas na fabricação de produtos têxteis, como o pulôver. O autor brinca que uma das exigências da atualidade seria comer diariamente uma quantidade de fibras similar à quantidade necessária para se tecer uma peça de roupa.

Alternativa C: INCORRETA. “Pulôver” não poderia pertencer ao campo semântico dos alimentos, já que uma grande quantidade de fibras não produz um alimento.

Alternativa D: INCORRETA. “Pulôver” não poderia pertencer ao campo semântico dos medicamentos, já que uma grande quantidade de fibras não produz um medicamento.

18. Questão

Os fragmentos que compõem as alternativas da questão a seguir pertencem ao texto “Você sabe com quem está falando?”, de Roberto Da Matta, que está na seção “Interpretação de Texto” deste capítulo.

(CRF/RO - 2015 - FUNCAB) A alternativa em que a expressão ou a palavra destacada pode ser substituída corretamente pela que se encontra entre os parênteses sem alterar o sentido original do texto é:

- (A) “Não nos parece uma tarefa fácil CONCILIAR desejos” (contestar)
- (B) “seguir leis e construir espaços públicos seguros e IGUALITÁRIOS” (oponentes)
- (C) “O nosso amor SIMULTÂNEO pela igualdade.” (coincidente)
- (D) esultado dessa TOMADA DE POSIÇÃO, básica numa democracia” (dúvida)
- (E) “as duas acabam promovendo uma conformidade VOLUNTÁRIA com limites” (imposta)

Alternativa A: INCORRETA. “Conciliar”, no contexto, tem o sentido de “combinar, aliar, unir”.

Alternativa B: INCORRETA. O sentido de “espaços igualitários”, no contexto, é de “espaços em que as pessoas tenham igualdade de direitos”.

Alternativa C: CORRETA. No contexto, o adjetivo “simultâneo” significa “coincidente”, porque o autor está explicando que a sociedade brasileira ama a igualdade, característica fundamental da democracia, ao mesmo tempo, que ama o familismo e o partidarismo.

Alternativa D: INCORRETA. “Tomada de posição” não poderia significar “dúvida”, já que tomar posição envolve decisão.

Alternativa E: INCORRETA. “Voluntária” significa “que age de acordo com sua própria vontade, espontaneamente”; seria, portanto, o inverso de “imposta”.

19. Questão

Sinto-me um pouco intrusa vasculhando minha infância. Não quero perturbar aquela menina no seu ofício de sonhar. Não a quero sobressaltar quando se abre para o mundo que tão intensamente adivinha, nem interromper sua risada quando acha graça de algo que ninguém mais percebeu.

Tento remonta-la aqui num quebra-cabeças que vai formar um retrato — o meu retrato? Certamente faltarão algumas peças. Mas, falhada e fragmentaria, esta sou eu, e me reconheço assim em toda a minha incompletude.

Algumas destas narrações já publiquei. São meu rebanho, e posso chama-las de volta quando quiser. Muitas eu mesma vi e vivi; outras apanhei soltas no ar, pois sempre há quem se exponha a uma criança que finge não escutar nem enxergar muita coisa da sua vida ao res-do-chão.

Aqui onde estou — diante deste computador, nesta altura e deste ângulo afinal compreendo que não são as palavras que produzem o mundo, pois este nem ao menos cabe dentro delas. Assim aquela menina dançando no patio na chuva não cabia no seu protegido cotidiano: procurava sempre o susto que viria além.

Então enfiava-se atrás dos biombos da imaginação, colocava as máscaras e espiava o belo e o intrigante, que levaria o resto de sua vida tentando descrever.

Lya Luft, *Mar de dentro*, p. 13-14

(CIA DAS DOCAS - 2015 - IBFC) No texto, alternam-se exemplos de conotação e denotação. Assinale a opção em que NÃO ocorre o emprego conotativo da linguagem.

- (A) "São meu rebanho, e posso chama-las de volta quando quiser." (3º §)
- (B) "outras apanhei soltas no ar, pois sempre há quem se exponha a uma criança" (3º §)
- (C) "Aqui onde estou — diante deste computador, nesta altura e deste ângulo" (4º §)
- (D) "Então, enfiava-se atrás dos biombos da imaginação, colocava as máscaras" (5º §)

DICA DO AUTOR: Para responder a esta questão, é preciso lembrar os conceitos de “conotação” e “denotação”. A conotação é o uso da língua em sentido figurado, enquanto a denotação é o uso da língua em sentido denotativo, literal.

Alternativa A: CORRETA. O trecho é conotativo, porque o rebanho a que a narradora refere-se são suas narrativas, seus textos.

Alternativa B: CORRETA. A autora diz que algumas histórias que escrevera haviam sido vividas por ela outras histórias teriam sido apanhadas no ar. A autora usa o sentido figurado para se referir às histórias que não viveu e que a teriam inspirado.

Alternativa C: INCORRETA. Nesse fragmento, não há conotação. Todas as palavras estão sendo usadas em seu sentido literal.

Alternativa D: CORRETA. Biombos são anteparos usados para separar espaços. A autora usa a imagem dos biombos para a sua imaginação. Ela diz que a criança que havia sido se escondia nesses espaços para observar o belo e o intrigante da vida, aquilo que seria, durante sua existência, a matéria de sua escrita.

20. Questão

As intermitências da morte

(Fragmento)

A morte conhece tudo a nosso respeito, e talvez por isso seja triste. Se é certo que nunca sorri, é só porque lhe faltam os lábios, e esta lição anatômica nos diz que, ao contrário do que os vivos julgam, o sorriso não é uma questão de dentes. Há quem diga, com humor menos macabro que de mau gosto, que ela leva afivelada uma espécie de sorriso permanente, mas isso não é verdade, o que ela traz à vista é um esgar de sofrimento, porque a recordação do tempo em que tinha boca, e a boca língua, e a língua saliva, a persegue continuamente.

Com um breve suspiro, puxou para si uma folha de papel e começou a escrever a primeira carta deste dia, cara senhora, lamento comunicar-lhe que a sua vida terminará no prazo irrevogável e improrrogável de uma semana, desejo-lhe que aproveite o melhor que puder o tempo que lhe resta, sua atenta servidora, morte. Duzentas e noventa e oito folhas, duzentos e noventa e oito sobrescritos, duzentas e noventa e oito descargas na lista, não se poderá dizer que um trabalho destes seja de matar, mas a verdade é que a morte chegou ao fim exausta. Com o gesto da mão direita que já lhe conhecemos fez desaparecer as duzentas e noventa e oito cartas, depois, cruzando sobre a mesa os magros braços, deixou descair a cabeça sobre eles, não para dormir, porque morte não dorme, mas para descansar. Quando meia hora mais tarde, já refeita da fadiga, a levantou, a carta que havia sido devolvida à procedência e outra vez enviada, estava novamente ali, diante das suas órbitas atônitas.

Se a morte havia sonhado com a esperança de alguma surpresa que a viesse distrair dos aborrecimentos da rotina, estava servida. [...] Entre ir e vir, a carta não havia demorado mais que meia hora, provavelmente muito menos, dado que já se encontrava em cima da mesa quando a morte levantou a cabeça do duro amparo dos antebraços, isto é, do cúbito e do rádio, que para isso mesmo é que são entrelaçados. Uma força alheia, misteriosa, incompreensível, parecia opor-se à morte da pessoa, apesar de a data da sua defunção estar fixada, como para toda a gente, desde o próprio dia do nascimento. É impossível,

disse a morte à gadanha silenciosa, ninguém no mundo ou fora dele teve alguma vez mais poder do que eu. Eu sou a morte, o resto é nada.

SARAMAGO, José. As intermitências da morte. São Paulo:

CompanhiadasLetras, 2005. p.139-40.

(FACELI - 2015 - FUNCAB) As palavras destacadas em “a sua vida terminará no prazo IRREVOGÁVEL e IMPRORROGÁVEL de uma semana” podem ser substituídas, sem alteração do sentido assumido no contexto, respectivamente, por:

- Ⓐ incontestável e inadiável.
- Ⓑ indispensável e inexpugnável.
- Ⓒ irrelevante e urgente.
- Ⓓ imutável e impreterível.
- Ⓔ anulável e protelável.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: “Irrevogável” significa “que não se pode invalidar ou anular” e “improrrogável” significa “que não se pode prorrogar ou adiar”.

Alternativa A: INCORRETA. Dizemos que é “incontestável” aquilo que não podemos negar ou contestar. “Irrevogável” não poderia ser substituído por “incontestável” sem que houvesse mudança de sentido. Já “inadiável”, ou seja, aquilo que não podemos adiar, poderia substituir “improrrogável”.

Alternativa B: INCORRETA. “Indispensável” significa “que não podemos dispensar” (é indispensável algo de que precisamos). “Inexpugnável” significa “invencível, indestrutível”. Essas palavras não poderiam substituir “irrevogável” e “improrrogável” sem que houvesse mudança de sentido.

Alternativa C: INCORRETA. “Irrelevante” significa “sem importância”; não poderia substituir “irrevogável”, pois o que é “irrevogável” é importante. Já “urgente” significa “que é necessário ser feito com rapidez”; pode, portanto, substituir “improrrogável”.

Alternativa D: CORRETA. “Imutável” é aquilo que não se pode mudar; pode, portanto, substituir “irrevogável”, já que algo que não se pode anular é também algo que não se pode mudar. “Impreterível” significa “que não se pode deixar de fazer”. Pode substituir “improrrogável” que significa “que não se pode adiar”, já que o que não se pode adiar, não se pode deixar de fazer.

Alternativa E: INCORRETA. “Anulável” e “protelável” são antônimos de “irrevogável” e “improrrogável”, respectivamente.

21. Questão

(FACELI - 2015 - FUNCAB) No período “Entre ir e vir, a carta não havia demorado mais que meia hora, PROVAVELMENTE muito menos”, o termo em destaque só teria prejuízo para o sentido original do texto, se fosse substituído por:

- (A) certamente.
- (B) seguramente.
- (C) supostamente.
- (D) possivelmente.
- (E) talvez.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA.. O advérbio “certamente” expressa algum grau de dúvida, ainda que pequeno.

Alternativa B: INCORRETA. “Seguramente” é um advérbio que expressa certeza. Se fosse usado para substituir “provavelmente”, haveria prejuízo para o sentido original do texto.

Alternativa C: CORRETA.. O que é suposto é uma hipótese. O advérbio “supostamente” expressa uma suposição, logo não expressa certeza.

Alternativa D: CORRETA.. O advérbio “possivelmente” expressa possibilidade, e não certeza.

Alternativa E: CORRETA.. O advérbio “talvez” expressa possibilidade, e não certeza.

22. Questão

(SUSAM/AM - 2014 - FGV) O fragmento a ser analisado nesta questão pertence ao texto “Acredite, progredimos sim”, de Clovis Rossi, que está na seção “Interpretação de Texto” deste capítulo.

“Reforma agrária deixou de ser um anátema, e a desapropriação de terras ociosas é comum mesmo em governos que a esquerda considera de direita ou conservadores”.

A melhor definição para o vocábulo “anátema”, no contexto em que se insere, é:

- (A) expulsão do seio da igreja, excomunhão.
- (B) maldição, execração, opróbrio.
- (C) reprovação branda e familiar.
- (D) excitação nas funções orgânicas ou nos sentidos.
- (E) estado de pessoa irritada, encolerizada.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Embora um dos significados possíveis de “anátema” seja “expulsão do seio da igreja, excomunhão”, no texto de Clovis Rossi, esse significado não faz sentido.

Alternativa B: CORRETA.. O autor do texto compara o que se pensava sobre a reforma agrária no período em que João Goulart foi deposto com o que se pensa hoje. Antes era uma maldição que levaria o país ao comunismo; hoje a desapropriação de terras ociosas é mais aceita. “Execração” significa “maldição” e “opróbrio” significa “injúria, desonra”.

Alternativa C: INCORRETA. No texto de Clovis Rossi, “anátema” não poderia ser apenas uma reprovação branda e familiar, afinal, segundo o autor, o discurso contra a reforma agrária foi um dos discursos que embasaram a deposição do presidente João Goulart.

Alternativa D: INCORRETA. No contexto, “anátema” não poderia ser “excitação nas funções orgânicas ou nos sentidos”, já que o termo “anátema” refere-se, no texto à reforma agrária e não a uma pessoa.

Alternativa E: INCORRETA. No contexto, “anátema” não poderia ser “estado de pessoa irritada ou encolerizada”, já que o termo “anátema” refere-se, no texto não a uma pessoa, mas à reforma agrária.

23. Questão

O fragmento a ser analisado nesta questão pertence ao texto “Acredite, progredimos sim”, de Clovis Rossi, que está na seção “Interpretação de Texto” deste capítulo.

(SUSAM/AM - 2014 - FGV) “É bom olhar para trás para verificar que, pelo menos no terreno institucional, o país progrediu bastante desde que chegou ao fim o ciclo militar, há 29 anos. É um dado positivo em uma nação com tão formidável coleção de problemas e atraso em tantas áreas como o Brasil”.

Todos os termos sublinhados mostram apreciações de valor.

Assinale a opção em que a estratégia de valorização está identificada corretamente.

- (A) Bom / matiza positivamente uma ação.
- (B) Bastante / indica a grande dimensão de uma qualidade.
- (C) Positivo / mostra qualidade surpreendente.
- (D) Formidável / refere-se a quantidades pequenas, mas significativas.
- (E) Atraso / alude a quantidades e qualidades negativas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O adjetivo “bom” dá um valor positivo à ação de olhar para trás, para o passado.

Alternativa B: INCORRETA. “Bastante” acrescenta intensidade ao verbo “progredir”.

Alternativa C: INCORRETA. “É um dado positivo” não expressa qualidade surpreendente ou admirável, expressa que houve algo bom, apesar dos muitos problemas.

Alternativa D: INCORRETA. O adjetivo “formidável” expressa intensidade, grandiosidade.

Alternativa E: INCORRETA. O termo “atraso” é negativo, mas não se refere a quantidades.

24. Questão

O fundador de Cuiabá

[...]

A exploração continuava até que numa madrugada avistou a maloca dos bravos coxiponés, que, vendo a inferioridade numérica da bandeira, provocaram o combate. [...]

Os paulistas deitaram-se no chão, era essa a tática usada, e responderam com uma descarga contra as trincheiras, que alcançou os indígenas, ouvindo-se gritos de dor, gritos de raiva, gritos terríveis.

Atrás das trincheiras mostravam-se bustos de índios, gesticulando extraordinariamente, num formigar humano, numa confusão indescritível, que permitiu aos paulistas carregarem de novo as suas armas. O combate estava travado.

[...]

Tiros, gritos de dor se faziam ouvir também do lado dos bandeirantes; as setas, atingindo o alvo, se lavavam com o sangue paulista o território de Cuiabá; muitos mordiam a terra já na ânsia da morte.

Os coxiponés abandonaram as trincheiras levando a vitória, que suas buzinas e maracas celebravam numa melodia monótona e triste e que a mata ecoou tristemente.

Nos bastidores da História de Mato Grosso. Cuiabá: SEC-MT; Integrar: Defanti, 2012.

(UFMT - 2014 - UFMT) A linguagem figurada é uma das marcas da escrita do historiador Rubens de Mendonça, o que dá a seu texto subjetividade. Assinale o trecho que NÃO traz linguagem figurada.

- (A) Atrás das trincheiras mostravam-se bustos de índios, gesticulando extraordinariamente, num formigar humano, numa confusão indescritível, que permitiu aos paulistas carregarem de novo as suas armas.
- (B) Tiros, gritos de dor se faziam ouvir também do lado dos bandeirantes; as setas, atingindo o alvo, se lavavam com o sangue paulista o território de Cuiabá; muitos mordiam a terra já na ânsia da morte.
- (C) Os paulistas deitaram-se no chão, era essa a tática usada, e responderam com uma descarga contra as trincheiras, que alcançou os indígenas
- (D) Os coxiponés abandonaram as trincheiras levando a vitória, que suas buzinas e maracas celebravam numa melodia monótona e triste e que a mata ecoou tristemente.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Linguagem figurada é sinônimo de linguagem conotativa. O trecho que não tem linguagem figurada é aquele em que as palavras foram usadas em sentido literal, em seu sentido mais comum.

Alternativa A: CORRETA. Há linguagem figurada em “formigar humano”, usada para expressar a agitação entre os indígenas.

Alternativa B: CORRETA. Há linguagem figurada em “muitos mordiam a terra”, ou seja, caíam, tombavam.

Alternativa C: CORRETA. No trecho apenas há linguagem denotativa. O termo “descarga”, presente no trecho, pode causar alguma dúvida, mas “descarga”, literalmente, é a ação de descarregar a arma.

Alternativa D: INCORRETA. Há linguagem figurada em “a mata ecoou tristemente”, pois à mata, um ser inanimado, foram atribuídos uma ação e um sentimento.

REGÊNCIA VERBAL, REGÊNCIA NOMINAL E CRASE

25. Questão

(JUPEC - 2015 - CETREDE) Assinale, dentre as frases que se seguem, aquela em que está correto o acento indicativo da crase:

- (A) Não podemos assistir com indiferença à estas agressões contra a natureza.
- (B) À população cabe agir imediatamente para evitar o colapso no abastecimento de água.
- (C) Daqui à alguns anos, a sociedade sofrerá consequências ainda mais drásticas de seu descaso para com o planeta.
- (D) O avanço rumo à um consenso, para evitar a crise global, é obrigação de todos os governos.
- (E) A preocupação com o planeta começou à partir da divulgação das ideias de Lovelock.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Antes do pronome “estas” a crase não é possível, já eu não há artigo.

Alternativa B: CORRETA. O verbo “caber” exige a preposição (cabe a) e o complemento “população” é antecedido por artigo “a” (cabe a quem?).

Alternativa C: INCORRETA. O termo “alguns anos” não pode ser antecedido por artigo, logo o “a”, de “daqui a” é apenas preposição.

Alternativa D: INCORRETA. O substantivo “consenso” está acompanhado do artigo “um”; logo, o artigo “a” não seria possível.

Alternativa E: INCORRETA. A expressão é “a partir de”.

26. Questão

(JUPEC - 2015 - CETREDE) Leia com atenção as seguintes frases:

- I. Apesar das previsões de que haveria seca, choveu bastante naquele ano.

- II. A imprensa chamou ao meteorologista de louco, tão logo ele divulgou o prognóstico climático para o trimestre.
- III. Lovelock tem ideias com que nem toda a comunidade científica concorda.

Observando-se a regência das frases acima transcritas, podemos afirmar que:

- (A) Somente as frases I e III estão corretas.
- (B) Somente as frases I e II estão corretas.
- (C) Somente a frase I está correta.
- (D) Somente a frase III está correta.
- (E) Todas as frases estão corretas.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. A preposição que acompanha o substantivo previsões é “de”.

Assertiva II: CORRETA. O verbo “chamar” com sentido de “apelidar”, de “denominar” pode ser usado como VTD ou como VTI. No caso da frase II, foi usado como VTI e foi acompanhado pela preposição “a”.

Assertiva III: CORRETA. O verbo “concordar” deve ser acompanhado da preposição “com” (quem concorda concorda com). A preposição “com” foi colocada antes do pronome relativo “que”, que substitui o antecedente “ideias”. Se as orações do período fossem separadas teríamos “Lovelock tem ideias” e “nem toda a comunidade científica concorda com as ideias.”

Resposta: (E)

27. Questão

O período a ser analisado nesta questão pertence ao fragmento do romance “As intermitências da morte”, de José Saramago, que está copiado na seção “Significação de vocábulos” deste capítulo.

(FACELI - 2015 - FUNCAB) De acordo com os estudos de regência verbal e com o padrão culto da língua, o verbo destacado em “DESEJO-lhe que aproveite o melhor que puder o tempo que lhe resta, sua atenta servidora, morte.” é:

- (A) intransitivo.
- (B) transitivo indireto.

- © transitivo direto.
- © de ligação.
- © transitivo direto e indireto.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O verbo não pode ser intransitivo, pois precisa de complemento.

Alternativa B: INCORRETA. Um dos complementos do verbo é “lhe”, que é um objeto indireto, mas o verbo “desejar”, nesse contexto, tem dois complementos, um indireto e outro direto.

Alternativa C: INCORRETA. Um dos complementos do verbo é “que aproveite o tempo”. Essa oração funciona como objeto direto, já que não tem preposição. O verbo “desejar” não é apenas transitivo direto, entretanto, já que, nesse contexto, tem dois complementos, um indireto e outro direto.

Alternativa D: INCORRETA. O verbo “desejar” é nominal; não indica nem estado, nem qualidade, nem mudança de estado, como faria um verbo de ligação.

Alternativa E: CORRETA. O verbo “desejar” está sendo completado por dois termos: “lhe” e “que aproveite o tempo”. O pronome “lhe” corresponde a “a você”, ou seja, é o objeto indireto. O outro complemento não é antecedido por preposição; trata-se, portanto, de um objeto direto (no caso, uma oração que funciona como objeto direto).

28. Questão

A carestia em Cuiabá

Cuiabá sempre foi a terra de vida mais cara do BRASIL. Quem ler “Os Anais do Senado da Câmara de Cuiabá” certifica disso. Barbosa de Sá não fez segredo. Pintou as coisas com cores realistas. Conta o nosso primeiro cronista que, no ano de 1723, um tal Joaquim Pinto comprou um jaú no Porto Geral por uma quarta de ouro, fê-lo em postas e veio vendê-lo pelas lavras, em que dobrou a parada. Sabendo-o, os deputados confiscaram-lhe os bens para pagar o quinto a El-Rei do negócio que havia feito. Esse Joaquim Pinto foi o primeiro cambionegrista que aparece na nossa história. Outros vieram depois e hoje existem muitos.

Nos bastidores da História de Mato Grosso. Cuiabá: SEC-MT; Integrar; Defanti, 2012.)

(UFMT - 2014 - UFMT) O pronome relativo pode estar acompanhado de preposição em função do termo ao qual se refere, como acontece no trecho Joaquim Pinto comprou um jaú no Porto Geral por uma quarta de ouro, fê-lo em postas e veio vendê-lo pelas lavras, em que dobrou a parada. Nesse trecho, o pronome relativo pode ser substituído corretamente por:

- © na qual.
- © pelas quais.
- © sobre as quais.
- © nas quais.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A preposição a ser usada é “em”, pois “lavras” ou lavouras foram os lugares onde Joaquim Pinto foi vender as postas de jaú que comprara. Como “lavras” está no plural, o artigo é “as”. A contração de “em” + “as” é “nas”. Então, o correto seria “nas quais”.

Alternativa B: INCORRETA. A preposição “por” (pelas é a contração de “por” + “as”) é inadequada, pois a parada não foi dobrada pelas lavras, ela foi dobrada nas lavras.

Alternativa C: INCORRETA. A preposição “sobre” é inadequada, pois não faz sentido dizer que a parada foi dobrada sobre as lavras.

Alternativa D: CORRETA. A preposição a ser usada é “em”, pois “lavras” ou lavouras foram os lugares onde Joaquim Pinto foi vender as postas de jaú que comprara. Como “lavras” está no plural, o artigo é “as”. A contração de “em” + “as” é “nas” (Joaquim Pinto dobrou a parada nas lavras).

29. Questão

(PETROBRAS - 2014 - CESGRANRIO) O acento grave está empregado de acordo com a norma-padrão em:

- © Ensinar implica à necessidade de também aprender.
- © Os professores sempre visam à evolução dos alunos.

- © A educação se constrói à duras penas.
- © Recorrer à métodos pedagógicos alternativos é fundamental.
- © É importante criar discussões àcerca do ensino.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O verbo “implicar” usado no sentido de “ter consequência, acarretar”, de acordo com o que prescrevem os gramáticos normativistas, é transitivo direto, logo não deve ser acompanhado por preposição. O uso da crase (que indica a junção da preposição com o artigo) está fora da norma padrão.

Alternativa B: CORRETA. O verbo “visar”, de acordo com o que prescrevem os gramáticos normativistas, é transitivo indireto e, por isso, deve ser acompanhado da preposição “a”. A junção da preposição “a” com o artigo do substantivo “evolução” determina o uso da crase.

Alternativa C: INCORRETA. O substantivo “métodos” é masculino e está no plural; seu artigo, portanto, é “os”. A junção da preposição com o artigo, nesse caso, seria “aos” (recorrer aos métodos...).

Alternativa D: INCORRETA. A locução prepositiva “acerca de” não tem crase.

Alternativa E: INCORRETA. Vide comentário da alternativa B.

30. Questão

(PETROBRAS - CESGRANRIO - 2014) Na frase a seguir, a regência da forma verbal em destaque está adequada à norma-padrão da língua:

- ① Lembro-me perfeitamente de minha professora, a dona Clotilde.
- ② Os professores devem assistir às crianças, investindo, com isso, em nosso futuro.
- ③ Devemos aspirar professores que tenham amor pelo ensino.
- ④ Ensinar é um ato que obedece a lei do amor.
- ⑤ Informe-me a todos do que ocorreu na sala com dona Clotilde.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O verbo “lembrar”, de acordo com os gramáticos normativistas, quando acom-

panhado do pronome (como em “lembro-me”), deve ser seguido da preposição “de”.

Alternativa B: INCORRETA. O verbo “assistir” com sentido de “auxiliar”, de acordo com os gramáticos normativistas, é transitivo direto, logo não deve ser acompanhado por preposição. A prescrição é que o verbo “assistir” deve ser acompanhado pela preposição “a” quando tiver sentido de “ver”.

Alternativa C: INCORRETA. “Aspirar” com sentido de “desejar, almejar”, de acordo com os gramáticos normativistas, deve ser acompanhado da preposição “a” (aspirar a professores). Sem a preposição, o verbo “aspirar” significa “inspirar, atrair o ar aos pulmões”.

Alternativa D: INCORRETA. O verbo “obedecer”, de acordo com os gramáticos normativistas, é transitivo indireto e deve ser acompanhado pela preposição “a”.

Alternativa E: INCORRETA. O verbo “informar”, de acordo com os gramáticos normativistas, é transitivo direto e indireto. O objeto indireto é “a todos”, então o outro termo só pode ser objeto direto. Sendo objeto direto, o termo não deveria ter sido iniciado por preposição. A frase correta seria “informei a todos o que ocorreu...”.

31. Questão

Nada tanto assim

- 1 Só tenho tempo pras manchetes no metrô
- E o que acontece na novela Alguém me conta no corredor
- 4 Escolho os filmes que eu não vejo no elevador
- Pelas estrelas que eu encontro
- 6 Na crítica do leitor
- 7 Eu tenho pressa
- E tanta coisa me interessa Mas nada tanto assim
- 10 Eu tenho pressa
- E tanta coisa me interessa
- 12 Mas nada tanto assim
- 13 Só me concentro em apostilas
- Coisa tão normal Leio os roteiros de viagem
- Enquanto rola o comercial
- 16 Conheço quase o mundo inteiro por cartão postal
- 18 Eu sei de quase tudo um pouco e quase tudo mal.

Leoni & Bruno Fortunato. Kid Abelha e os Abóboras Selvagens. LP Seu Espião. Warner Music, 1984

(METRÔ/DF - 2014 - IADES) Se, no lugar dos verbos destacados no verso “Escolho os filmes que eu não vejo no elevador” (linha 4), fossem empregados, respectivamente, Esquecer e gostar, a nova redação, de acordo com as regras sobre regência verbal e concordância nominal prescritas pela norma-padrão, deveria ser

- Ⓐ Esqueço dos filmes que eu não gosto no elevador.
- Ⓑ Esqueço os filmes os quais não gosto no elevador.
- Ⓒ Esqueço dos filmes aos quais não gosto no elevador.
- Ⓓ Esqueço dos filmes dos quais não gosto no elevador.
- Ⓔ Esqueço os filmes dos quais não gosto no elevador.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Esse é um tópico de regência considerado difícil, porque, na fala cotidiana, é pouco comum, no Português brasileiro, o uso de preposição antes do pronome relativo. Por exemplo: em vez de os falantes dizerem “Futebol é o esporte de que mais gosto”, dizem “Futebol é o esporte que mais gosto”. Normalmente, os falantes do Português brasileiro (inclusive os de alto grau de escolaridade) nem sentem falta da preposição, por isso esse tópico tem sido assunto recorrente em provas de concurso.

Observe a frase que usamos como exemplo: “Futebol é o esporte de que mais gosto.” O vocábulo “que” é pronome relativo porque retoma o termo anterior. Se essas duas orações fossem desmembradas em dois períodos distintos, teríamos: “Futebol é o esporte.” e “Gosto mais do esporte”. Nesse segundo período, fica evidente que a preposição é necessária. O verbo “gostar” é transitivo indireto, ou seja, esse verbo rege um objeto indireto, e a preposição “de” marca justamente essa regência (quem gosta gosta de). Por isso, a preposição “de” é aquela que devemos colocar antes do pronome relativo.

Alternativa A: INCORRETA. De acordo com as regras da norma padrão, o verbo “esquecer” sem o pronome (como em esqueço-me) não deve ser acompanhado por preposição. Além disso, o verbo “gostar”, como explicamos acima, é transitivo indireto e “pede” a preposição “de”, que deveria ter sido colocada antes do pronome relativo.

Alternativa B: INCORRETA. A regência de “esquecer” está seguindo regras da norma padrão, mas a de gostar, não. Para a frase ficar correta, seria necessário o uso da preposição “de” (em “dos quais”).

Alternativa C: INCORRETA. A regência de “esquecer” está seguindo regras da norma padrão, mas a de gostar, não. O verbo “gostar” não é acompanhado pela preposição “a” (observe como ninguém escreveria “eu gosto a futebol”).

Alternativa D: INCORRETA. A regência de “esquecer”, segundo as regras da norma padrão, está incorreta. De acordo com os gramáticos normativistas, o verbo “esquecer” sem o pronome (como em esqueço-me) não deve ser acompanhado por preposição.

Alternativa E: CORRETA. A regência de esquecer está correta, já que, de acordo com as regras da norma padrão, o verbo “esquecer” sem o pronome (como em esqueço-me) não deve ser acompanhado por preposição. E a regência de “gostar” também está correta, já que a preposição “de” foi usada antes do pronome relativo.

32. Questão

As verdades da razão

Raciocinar não é algo que aprendemos na solidão, mas algo que inventamos ao nos comunicar e nos confrontar com os semelhantes: toda razão é fundamentalmente conversação. “Conversar” não é o mesmo que ouvir sermões ou atender a vozes de comando. Só se conversa – sobretudo só se discute – entre iguais. Por isso o hábito filosófico de raciocinar nasce na Grécia, junto com as instituições políticas da democracia. Ninguém pode discutir com Assurbanipal ou com Nero, e ninguém pode conversar abertamente em uma sociedade em que existem castas sociais inamovíveis. [...] Afinal de contas, a disposição a filosofar consiste em decidir-se a tratar os outros como se também fossem filósofos: oferecendo-lhes razões, ouvindo as deles e construindo a verdade, sempre em dúvida, a partir do encontro entre umas e outras.

[...] Oferecemos nossa opinião aos outros para que a debatam e por sua vez a aceitem ou refutem, não simplesmente para que saibam “onde estamos e quem somos”. E é claro que nem todas as opiniões são igualmente válidas: valem mais as que têm

melhores argumentos a seu favor e as que melhor resistem à prova de fogo do debate com as objeções que lhe sejam colocadas.

[...] A razão não está situada como um árbitro semidivino acima de nós para resolver nossas disputas; ela funciona dentro de nós e entre nós. Não só temos que ser capazes de exercer a razão em nossas argumentações como também – e isso é muito importante e, talvez, mais difícil ainda – devemos desenvolver a capacidade de ser convencidos pelas melhores razões, venham de quem vierem. [...] A partir da perspectiva racionalista, a verdade buscada é sempre resultado, não ponto de partida: e essa busca incluía conversação entre iguais, a polêmica, o debate, a controvérsia. Não como afirmação da própria subjetividade, mas como caminho para alcançar uma verdade objetiva através das múltiplas subjetividades.

Fernando Savater. “As verdades da razão”. In: As perguntas da vida. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

(MAPA - 2014 - CONSULPLAN) Em uma oração, os termos se relacionam entre si em uma relação de dependência. A partir de tal aspecto, analise as assertivas a seguir e identifique a correta.

- Ⓐ Em “atender a vozes” (1º§), “a” pode ser substituído por “às” sem que haja alteração de sentido.
- Ⓑ Em “algo que inventamos ao nos comunicar” (1º§), “ao” pode ser substituído por “à” se “nos” for eliminado.
- Ⓒ Em “Oferecemos nossa opinião aos outros” (2º§), a preposição é obrigatória, de acordo com o termo regente.
- Ⓓ Em “consiste em decidir-se” (1º§), “em” estabelece a mesma relação vista no uso da locução “por intermédio de”.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A alteração estaria correta já que o artigo de “vozes” é “as”; o sentido, entretanto, seria alterado já que o artigo definido determina o substantivo. “Atender a vozes de comando” significa atender a vozes de comando quaisquer, enquanto “atender às vozes de comando” significa atender a vozes de comando específicas.

Alternativa B: INCORRETA. A forma “ao” antes de verbos no infinitivo corresponde a “quando”. Portanto,

se o pronome “nos” fosse eliminado, “ao” não poderia ser substituído por “à”. Essa alteração deixaria a oração sem sentido.

Alternativa C: CORRETA. A preposição “a” é obrigatória por causa do verbo “oferecer” (VTDI).

Alternativa D: INCORRETA. O sentido não é o mesmo e podemos verificar isso substituindo “em” pela locução “por intermédio de”.

33. Questão

(ELETROBRAS/AC - 2014 - IBEG) De acordo a norma padrão e com o período “O que leva à desistência também pode estar influenciando a incapacidade desses jovens de se adequarem a outro ambiente”, o uso do sinal indicativo de crase:

- Ⓐ seria facultativo se, entre “leva” e “desistência”, fosse empregado o pronome aquela.
- Ⓑ poderia ocorrer diante de “incapacidade”.
- Ⓒ seria obrigatório caso o termo “outro ambiente” fosse substituído por uma outra circunstância.
- Ⓓ seria proibido se o termo “outro” fosse substituído pelo pronome aquele.
- Ⓔ seria inviável, nas duas ocorrências, caso os verbos “influenciando” e “se adequarem” fossem substituídos, respectivamente por causando e se expressarem.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Se entre “leva” e “desistência” fosse empregado o pronome “aquela”, ainda assim haveria crase. A crase, nesse caso, seria resultado da junção do “a” preposição exigido pelo verbo “leva” com o “a” inicial de “aquela”. Ficaria assim: “leva àquela desistência”.

Alternativa B: INCORRETA. A crase seria obrigatória antes de “incapacidade”, já que esse substantivo é feminino.

Alternativa C: INCORRETA. Não haveria crase antes de “uma outra circunstância” já que o artigo não seria mais “a”, seria “uma” (e a crase é o sinal gráfico que marca a união do “a” preposição com o “a” artigo).

Alternativa D: INCORRETA. O pronome aquele inicia com “à”, portanto a crase deveria ser usada. Ficaria assim: “se adequarem àquele ambiente”.

Alternativa E: CORRETA. O verbo “causando” é transitivo direto, portanto não é acompanhado por preposição (causando a incapacidade). O verbo “se expressarem” é acompanhado pela preposição “em”, logo a crase não poderia ser usada (se expressarem em outro ambiente).

34. Questão

(ELTROBRAS - 2014 - IBEG/AC) Marque a alternativa que, de acordo com a norma padrão, apresenta uma nova redação para o período “Um dia o Gaúcho chegou tarde na aula e explicou para a professora o que acontecera.”.

- (A) Um dia o Gaúcho chegou tarde a aula e explicou a professora o que acontecera.
- (B) Um dia o Gaúcho chegou tarde na aula e explicou à professora o que acontecera.
- (C) Um dia o Gaúcho chegou tarde à aula, e explicou a professora o que acontecera.
- (D) Um dia o Gaúcho chegou tarde na aula e explicou para a professora o que acontecera.
- (E) Um dia o Gaúcho chegou tarde à aula e explicou à professora o que acontecera.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. De acordo com a norma padrão, deveria haver crase em “chegou tarde à aula”, pois o verbo “chegou” deve ser acompanhado pela preposição “a” e o substantivo “aula” é feminino. Pelo mesmo motivo, também deveria haver crase em “explicou à professora”.

Alternativa B: INCORRETA. O uso da preposição “em” para o verbo “chegar” (chegou em) é marca de variedades não-padrão da língua.

Alternativa C: INCORRETA. Deveria haver crase em “explicou à professora”, pois o verbo “explicou” é VTDI e deve ser acompanhado pela preposição “a” e o substantivo “professora” é feminino.

Alternativa D: INCORRETA. O uso da preposição “em” para o verbo “chegar” (chegou em) e da preposição “para” para o verbo “explicar” são marcas de informalidade, de variedades não-padrão da língua.

Alternativa E: CORRETA. De acordo com a norma padrão, há crase em “chegou tarde à aula”, pois o verbo “chegou” deve ser acompanhado pela preposição

“a” e o substantivo “aula” é feminino. Pelo mesmo motivo, há crase em “explicou à professora”.

CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL

35. Questão

(CRF/RO - 2015 - FUNCAB) Considerando o contexto, como se justifica a concordância do termo em destaque feita em: “Mas estamos igualmente ALERTAS para o fato de que um cargo.”?

- (A) Como funciona como advérbio, modifica o sentido do verbo, modificando-o.
- (B) Funciona como adjetivo, atribuindo característica ao sujeito, concordando com ele.
- (C) Essa palavra concorda com o verbo que está no plural e com o substantivo ao qual se refere.
- (D) A regra afirma que, quando a palavra alerta for procedida por preposições tanto o verbo quanto o adjetivo concordam com ela.
- (E) Assume a mesma função que o sintagma verbal é capaz de exercer e, consequentemente, concorda com o advérbio.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Se tivesse sido usado como advérbio, o termo “alertas” estaria no singular já que o advérbio é invariável.

Alternativa B: CORRETA. O termo “alertas” foi usado no plural, comportando-se como um adjetivo, que tem como função atribuir característica a um substantivo. Na oração analisada, o termo “alertas” está participando de um predicado nominal e está atribuindo característica ao sujeito (nós).

Alternativa C: INCORRETA. Nenhum termo concorda com o verbo; o verbo é que concorda com o sujeito da oração.

Alternativa D: INCORRETA. O verbo concorda com o sujeito da oração e o adjetivo concorda com o substantivo a que ele se refere.

Alternativa E: INCORRETA. O sintagma verbal tem como núcleo um verbo; logo, o termo “alertas” não poderia exercer a mesma função de um sintagma verbal.

36. Questão

(JUPEC - 2015 - CETREDE) A concordância verbal NÃO FOI RESPEITADA em:

- Ⓐ A maior parte dos países enfrentará problemas com a falta de alimentos.
- Ⓑ Os Estados Unidos não acatam as propostas de Lovelock.
- Ⓒ Não sou dos que acreditam nas teorias de uma catástrofe planetária.
- Ⓓ Ele afirma que haverá muitos problemas decorrentes do aquecimento global.
- Ⓔ É possível que se intensifique, nos próximos dez anos, os esforços para reduzir os níveis de poluição.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O verbo está no singular concordando com “a maior parte”.

Alternativa B: CORRETA. O verbo está no plural concordando com o plural do nome do país.

Alternativa C: CORRETA. O verbo está no plural concordando com o pronome “os” (não sou daqueles).

Alternativa D: CORRETA. Quando o verbo “haver” é usado com sentido de existir, deve ficar no singular. O verbo haver, nesse caso, é impessoal.

Alternativa E: INCORRETA. O verbo “intensifique” deveria estar no plural para concordar com o núcleo do sujeito “esforços”. A oração “que se intensifiquem esforços” está na voz passiva sintética. Observe como ela corresponde à passiva analítica: “esforços são intensificados”. Com a oração na voz passiva analítica, podemos ter certeza de que “esforços” é o sujeito paciente da oração.

37. Questão

(JUPEC - CETREDE - 2015) Atentando para as normas da concordância nominal, assinale a alternativa INCORRETA:

- Ⓐ Assim que abriu o jornal, o leitor mais atento julgou inverídica aquela notícia.
- Ⓑ É necessária a participação direta dos cidadãos na tomada de decisões que afetam a sociedade.
- Ⓒ Sua opinião era tal qual as ideias do cientista.
- Ⓓ Diante de qualquer questão colocada em debate, suas opiniões eram sempre as mais ponderadas.

- Ⓔ Dadas as circunstâncias, não havia nada que pudesse ser feito naquela ocasião.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O adjetivo “inverídica” está concordando com o substantivo “notícia” a que se refere.

Alternativa B: CORRETA. O adjetivo “necessário”, da construção “é necessário”, quando seguido de artigo feminino, deve ficar no feminino. Se a construção “é necessário” não for seguida de artigo, o adjetivo “necessário” deve ser usado no masculino. Observe: “é necessária a participação” ou “é necessário participação”.

Alternativa C: INCORRETA. A concordância de “tal qual” é feita da seguinte maneira: “tal” concorda com o termo antecedente e “qual” com o termo posterior. Logo, a frase correta seria: Sua opinião era tal quais as ideias do cientista.

Alternativa D: CORRETA. “Colocada” está no feminino singular, pois concorda com “questão”, e “as mais ponderadas” está no feminino plural para concordar com “opiniões”.

Alternativa E: CORRETA. A expressão “dado o” (ou “dada a”) é regida pelo substantivo a que se refere. Para concordar com “circunstâncias”, “dadas as” está no feminino plural.

38. Questão

O fragmento a ser analisado nesta questão pertence ao texto “Acredite, progredimos sim”, de Clovis Rossi, que está na seção “Interpretação de Texto” deste capítulo.

(SUSAM/AM - 2014 - FGV) “Faz hoje exatos 50 anos”; “há 29 anos”. Sobre as estruturas gramaticais dessas duas frases do texto, assinale a afirmativa correta.

- Ⓐ A primeira frase também poderia estar escrita “Fazem hoje exatos 50 anos”.
- Ⓑ A segunda frase também poderia estar escrita “Devem haver hoje 29 anos”.
- Ⓒ As duas formas verbais não podem ser flexionadas em número.
- Ⓓ As duas formas verbais se referem a tempo passado.
- Ⓔ Só a primeira frase está escrita de forma gramaticalmente errada.

Alternativa A: INCORRETA. Nenhum dos dois verbos poderia ser usado no plural, pois são impessoais.

Alternativa B: INCORRETA. A segunda oração poderia se escrita “Deve haver hoje 29 anos”, com a locução verbal no singular.

Alternativa C: CORRETA. Os verbos “fazer” e “haver” quando expressam tempo transcorrido não vão para o plural, pois são impessoais.

Alternativa D: INCORRETA. As duas formas verbais se referem ao tempo transcorrido, mas a questão pedia que o candidato avaliasse a estrutura gramatical e não o valor semântico dos verbos.

Alternativa E: INCORRETA. As duas orações estão corretas, pois os verbos devem ser usados no singular, já que são impessoais.

39. Questão

(PETROBRAS - 2014 - CESGRANRIO) A concordância verbal NÃO está em consonância com a norma-padrão em:

- (A) A maior parte dos alunos admiram seus professores.
- (B) Fazem anos que a educação brasileira tem buscado novos métodos.
- (C) Não sou dos que acreditam em uma educação tradicional.
- (D) Foi dona Clotilde quem despertou o desejo dos alunos por aprender.
- (E) Prezar e amar é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem.

Alternativa A: CORRETA. O verbo “admirar”, nesse contexto, pode ficar no plural, concordando com “alunos”, ou pode ser usado no singular, concordando com “a maior parte”.

Alternativa B: INCORRETA. O verbo “fazer” com sentido de tempo transcorrido deve ser usado no singular, pois é impessoal.

Alternativa C: CORRETA. O verbo “acreditar” está no plural para concordar com o pronome “os” (da contração “dos”).

Alternativa D: CORRETA. Quando o sujeito da oração subordinada é o pronome “quem”, o verbo deve ser usado, preferencialmente, na terceira pessoa.

Alternativa E: CORRETA. Quando o sujeito composto é formado por núcleos sinônimos ou quase sinônimos, o verbo pode ser usado singular ou no plural.

40. Questão

(IF/PI - 2014 - FUNRIO) As alternativas abaixo contêm frases extraídas de um jornal de grande circulação. Em cada uma delas, há pelo menos um desvio gramatical, exceto numa. Qual?

- (A) E eles sabem porque a vida não é melhor: o dinheiro público é desperdiçado, os governos de maneira geral têm projetos imediatistas de poder.
- (B) Isolado e pressionado por líderes do partido, preocupadas com eventuais abalos à imagem do governo, o prefeito combinou com o governador uma “rendição” conjunta.
- (C) Além da polêmica que derrubou a proposta de uma Constituinte específica, não há consenso também no Congresso sobre qual o melhor instrumento de consulta popular: plebiscito ou referendo.
- (D) Para o jornal francês, os shoppings brasileiros deixam claro a tensão social e racial latente que pode fazer o país derrapar a qualquer momento.
- (E) O ganho para compensar o cancelamento do reajuste virá da redução do percentual recolhido, mas podem haver outros benefícios.

Alternativa A: INCORRETA. A grafia correta seria “por que”, já que se trata de uma pergunta indireta (dica: observe como é possível colocar a palavra “motivo” depois de “por que”).

Alternativa B: INCORRETA. O adjetivo “preocupadas” deveria estar no masculino para concordar com “líderes”.

Alternativa C: CORRETA. Não há desvio gramatical na frase.

Alternativa D: INCORRETA. O adjetivo “claro” deveria estar no feminino para concordar com “tensão”.

Alternativa E: INCORRETA. O verbo “haver” (e consequentemente a locução “pode haver”) quando tem

sentido de “existir” é impessoal, ou seja, deve ser usado sempre no singular.

41. Questão

(CRM/MS - 2014 - MCONCURSOS) Tratando-se de concordância verbal, há uma inadequação em qual alternativa?

- (A) Sobraram mais de um paciente na sala de espera.
- (B) Um e outro fingiam saber o paradeiro da sobrinha.
- (C) Mais de um alpinista já perdeu a vida ao escalar aquela montanha.
- (D) Afiam-se alicates de unha enquanto o cliente passeia por uma hora.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Quando o sujeito é formado pela expressão “mais de um...”, o verbo deve concordar com o substantivo. Assim, segundo os gramáticos normativos, a concordância verbal seria “mais de um paciente sobrou”.

Alternativa B: CORRETA. Quando o sujeito é a expressão “um e outro”, o verbo deve ser usado no plural.

Alternativa C: CORRETA. Quando o sujeito é formado pela expressão “mais de um...”, o verbo deve concordar com o substantivo.

Alternativa D: CORRETA. O verbo está no plural para concordar com o sujeito paciente “alicates”. A oração “afiam-se alicates de unha” está na voz passiva sintética.

42. Questão

(GÁS BRASILEIRO - 2013 - IESDES) Quanto às normas de concordância verbal e nominal, assinale a única alternativa inteiramente correta:

- (A) Feita as contas, chegou-se à conclusão de que faltariam recursos.
- (B) As únicas medidas com as quais concordo, e que acho bastantes, são as sugeridas aqui.
- (C) Um e outro lados manifestaram-se favoráveis.
- (D) Resolveu os dois: trabalho e prova marcadas pela professora.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O termo “feitas” deve ser usado no feminino plural para concordar com o substantivo “contas”.

Alternativa B: CORRETA. O pronome relativo “as quais” concorda com o termo a que se refere (as únicas medidas). O termo “bastantes” é adjetivo, nesse contexto, e concorda com o substantivo a que se refere (medidas). Observe como “bastantes” pode ser substituído por “suficientes”. O termo “bastante” é invariável quando funciona como advérbio de intensidade.

Alternativa C: INCORRETA. Quando o sujeito é formado pela expressão “um e outro...”, o substantivo que acompanha a expressão fica no singular e o verbo pode ser usado no singular ou no plural. Assim, a concordância, de acordo com a norma padrão, seria “um e outro lado manifestaram-se favoráveis”.

Alternativa D: INCORRETA. Quando o adjetivo se refere a dois substantivos de gêneros diferentes e está posposto a eles, ou fica no masculino plural concordando com os dois ou concorda com o substantivo mais próximo.

RELAÇÕES SEMÂNTICAS E PERÍODO COMPOSTO

43. Questão

Vivemos uma geração em que “tomar um porre” é sinônimo de status. Vi, durante os três últimos anos, amigos que eram totalmente contrários ao exagero etílico tornarem-se verdadeiros bebuns. Uma pena. Eles acreditam que a bebida é a desculpa para se tornarem quem eles não têm coragem de ser sóbrios. Ficam mais “alegres”, sentem-se poderosos, sem limites, porém se esquecem de metade das coisas que ocorreram na noite anterior. Pergunto-me qual seria o grande trunfo de viver dessa maneira.

Será que a influência vem da mídia? Comerciais mostram que consumir cerveja atrai mulheres lindas e momentos agradáveis. Somos manipulados por propagandas? Em parte. De certa forma, a ideia daquela felicidade que nos é vendida gera a ansiedade de conquistá-la por meio da bebida. Mas todos nós sabemos que felicidade não se compra. A impressão que tenho é a de um hábito intrínseco à passagem

para a maturidade, como se a bebida fosse um passaporte à vida adulta. [...] A responsabilidade é o que diferencia as fases da vida, e ser independente é muito mais do que comprar uma garrafa de vodka sem precisar mostrar a identidade.

Cada vez mais novos, somos postos em um mundo de loucura e repressão. As algemas atadas são falsamente libertadas quando o álcool passa a atuar na mente. É tudo mera ilusão. Os problemas continuam, a vida permanece a mesma. A diferença é que, por algumas horas, você é que se aliena. Você é que perde a percepção da realidade. Você é que deixa de vivenciar o que existe de fato para fantasiar.

Vale a pena? Embriaguez, alienação, ou sobriedade... Você pode viver da maneira que quiser, é só uma questão de escolha. No entanto, não se esqueça de que para cada escolha haverá uma consequência, uma renúncia e talvez o arrependimento.

SHIMABUKURO, Márcia. Disponível em: <<http://blogdo-folhateen.folha.blog.uol.com.br>> Acesso em 15 fev. 2015

[Adaptado]

(UFMG - 2015 - UFMG) No trecho “mas todos nós sabemos que felicidade não se compra.”, o termo sublinhado pode ser substituído, sem alteração de sentido do texto, por:

- (A) aliás.
- (B) Contudo.
- (C) Enfim.
- (D) portanto.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. “Aliás” significaria, nesse contexto, uma correção, como “melhor dizendo”; modificaria, portanto, o sentido do trecho.

Alternativa B: CORRETA. Assim como o termo “mas”, “contudo” é uma conjunção que expressa adversidade.

Alternativa C: INCORRETA. O termo “enfim” é conclusivo; a relação estabelecida entre os períodos, entretanto, não é de conclusão.

Alternativa D: INCORRETA. O termo “portanto” é conclusivo, mas a relação estabelecida entre os períodos não é de conclusão.

44. Questão

Exigências da vida moderna

Dizem que todos os dias você deve comer uma maçã por causa do ferro.

E uma banana pelo potássio.

E também uma laranja pela vitamina C. Uma xícara de chá verde sem açúcar para prevenir a diabetes.

Todos os dias deve-se tomar ao menos dois litros de água. E uriná-los, o que consome o dobro do tempo.

Todos os dias deve-se tomar um Yakult pelos lactobacilos (que ninguém sabe bem o que é, mas que aos bilhões, ajudam a digestão). Cada dia uma Aspirina, previne infarto. Uma taça de vinho tinto também. Uma de vinho branco estabiliza o sistema nervoso. Um copo de cerveja, para... não lembro bem para o que, mas faz bem. O benefício adicional é que se você tomar tudo isso ao mesmo tempo e tiver um derrame, nem vai perceber.

Todos os dias deve-se comer fibra. Muita, mu-tíssima fibra. Fibra suficiente para fazer um pulôver.

Você deve fazer entre quatro e seis refeições leves diariamente. E nunca se esqueça de mastigar pelo menos cem vezes cada garfada. Só para comer, serão cerca de cinco horas do dia...

E não esqueça de escovar os dentes depois de comer. Ou seja, você tem que escovar os dentes depois da maçã, da banana, da laranja, das seis refeições e enquanto tiver dentes, passar fio dental, massagear a gengiva, escovar a língua e bochechar com Plax. Melhor, inclusive, ampliar o banheiro e aproveitar para colocar um equipamento de som, porque entre a água, a fibra e os dentes, você vai passar ali várias horas por dia.

Há que se dormir oito horas por noite e trabalhar outras oito por dia, mais as cinco comendo são vinte e uma.

Sobram três, desde que você não pegue trânsito. As estatísticas comprovam que assistimos três horas de TV por dia.

Menos você, porque todos os dias você vai caminhar ao menos meia hora (por experiência própria, após quinze minutos dê meia volta e comece a voltar, ou a meia hora vira uma).

E você deve cuidar das amizades, porque são como uma planta: devem ser regadas diariamente, o

que me faz pensar em quem vai cuidar delas quando eu estiver viajando.

Deve-se estar bem informado também, lendo dois ou três jornais por dia para comparar as informações.

Ah! E o sexo! Todos os dias, tomando o cuidado de não se cair na rotina. Há que ser criativo, inovador para renovar a sedução. Isso leva tempo – e nem estou falando de sexo tântrico.

Também precisa sobrar tempo para varrer, passar, lavar roupa, pratos e espero que você não tenha um bichinho de estimação. Na minha conta são 29 horas por dia.

A única solução que me ocorre é fazer várias dessas coisas ao mesmo tempo! Por exemplo, tomar banho frio com a boca aberta, assim você toma água e escova os dentes. Chame os amigos junto com os seus pais. Beba o vinho, coma a maçã e a banana junto com a sua mulher... na sua cama.

Ainda bem que somos crescidinhos, senão ainda teria um Danoninho e se sobrares 5 minutos, uma colherada de leite de magnésio.

Agora tenho que ir.

É o meio do dia, e depois da cerveja, do vinho e da maçã, tenho que ir ao banheiro.

E já que vou, levo um jornal... Tchau! Viva a vida com bom humor!!!

VERÍSSIMO, Luís Fernando. Exigências da vida moderna. Disponível em <http://pensador.uol.com.br/frase/Mzl3NDUz/>
Acesso em: 01/11/2015. Adaptado.

(PREFE. DE IBIRAÇU - 2015 - CONSULPLA) Considerando a organização das ideias e as estruturas linguísticas do texto, assinale a alternativa em que a análise está correta.

- Ⓐ No excerto “E você deve cuidar das amigadas, porque são como uma planta...” (12º§), o “porque” introduz ideia de causa, podendo ser substituído pelo “pois”, sem modificação de sentido.
- Ⓑ No período “Sobram três, desde que você não pegue trânsito.” (10º§), a locução conjuntiva “desde que” apresenta valor semântico de condição, podendo ser substituída pelo “contanto que”, sem prejuízo de sentido.
- Ⓒ No fragmento “Um copo de cerveja, para... não lembro bem para o que, mas faz bem.” (5º§), o conector “mas” estabelece relação semântica de adversidade e pode ser substituído pelo termo “por-

quanto”, sem alteração semântica.

Ⓓ No trecho “Melhor, inclusive, ampliar o banheiro e aproveitar para colocar um equipamento de som, porque (...) você vai passar ali várias horas por dia.” (8º§), o termo “inclusive” tem a função de introduzir uma retificação relacionada à informação anteriormente apresentada no texto. No contexto, pode ser substituído pelo “aliás”, sem mudança semântica.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O termo “porque” pode ser substituído por “pois”; entretanto, ele introduz não uma ideia de causa, mas uma explicação para a afirmação feita na oração anterior. Dizer que as amigadas são como uma planta justifica a advertência de que devemos cuidar delas.

Alternativa B: CORRETA. Segundo o texto, depois de dormir 8h, de trabalhar mais 8h e de passar mais 5h comendo, nós só teríamos 3 h para as demais atividades e, então, o autor faz a ressalva: “desde que você não pegue trânsito”. Trata-se, portanto de uma condição. Se não pegarmos trânsito, poderemos fazer outras atividades nas três horas do dia que nos restam. Além disso, a locução conjuntiva “desde que” pode ser substituída por “contanto que”. Se fizermos isso, veremos que não há mudança de sentido.

Alternativa C: INCORRETA. O conector “mas” estabelece relação semântica de adversidade. Até esse ponto a alternativa estaria correta. A conjunção “mas”, entretanto, não pode ser substituído por “porquanto”, que significa “porque”, “visto que”. Essa substituição alteraria o sentido do texto.

Alternativa D: INCORRETA. O termo “inclusive”, no texto, não introduziu uma retificação, uma correção ao que havia sido dito antes. O cronista afirma que, além de todos os cuidados bucais, nós devemos também aumentar o banheiro, tornando-o mais confortável. O sentido do termo “inclusive”, nesse contexto, foi de “com inclusão de” ou “também”.

45. Questão

(CRF RO 2015 – FUNCAB) A oração destacada em “Hoje, sabemos QUE IDOSOS E DEFICIENTES NÃO EN-TRAM EM FILA.” É:

- (A) Coordenada sindética explicativa.
- (B) Subordinada substantiva objetiva direta.
- (C) Subordinada substantiva objetiva indireta.
- (D) Subordinada adverbial consecutiva.
- (E) Subordinada adverbial causal.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A oração em destaque não é coordenada, porque depende sintaticamente da oração principal, já que completa o sentido do verbo “sabemos”.

Alternativa B: CORRETA. A oração destacada completa o sentido do verbo “sabemos”, funcionando como um objeto direto. Chamamos esse tipo de oração de oração subordinada substantiva objetiva direta.

Alternativa C: INCORRETA. O complemento do verbo saber não é indireto já que não é necessária preposição. Logo, a oração não pode ser objetiva indireta.

Alternativa D: INCORRETA. Não se trata de uma oração adverbial. Observe como toda a oração funciona como um substantivo funciona. Por isso, nós a chamamos de oração subordinada substantiva.

Alternativa E: INCORRETA. Não se trata de uma oração adverbial, já que ela ocupa o lugar de um objeto direto e não se um adjunto adverbial.

46. Questão

(UNIFAP - 2015 - UNIFAP) Para responder a esta questão, é necessário recorrer ao 2º parágrafo do texto que está na seção “Interpretação de Texto” deste capítulo. Para que não precise buscar o texto em outra seção, o parágrafo foi copiado a seguir:

1. Beba água: A água faz muito bem ao organismo, ela atua em todas as funções do corpo hidratando-o e permitindo que a temperatura seja mantida. Por isso, é fundamental que adultos bebam pelo menos 2 litros de água por dia para garantir um bom funcionamento de seu organismo.

No 2º parágrafo, o conectivo “por isso” foi empregado com a finalidade de:

- (A) remeter o leitor à ideia expressa pelo termo anterior.
- (B) introduzir uma exemplificação sobre a ideia anterior.

- (C) relacionar o papel da água e a quantidade ideal para as pessoas.
- (D) estabelecer relação de conclusão com a ideia expressa na sentença inicial do parágrafo.
- (E) indicar a finalidade da água no corpo humano.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O termo anterior a “por isso” é a locução verbal “seja mantida”.

Alternativa B: INCORRETA. Depois do termo “por isso” não há um exemplo.

Alternativa C: INCORRETA. O termo “por isso” não relaciona a função da água à quantidade ideal; ele estabelece uma relação de conclusão entre as ideias.

Alternativa D: CORRETA. O termo “por isso” conecta ideias, estabelecendo entre elas o sentido de conclusão. O autor conclui que as pessoas adultas devem beber, pelo menos, dois litros de água, já que defende que a água faz bem ao organismo, atuando em todas as funções do corpo.

Alternativa E: INCORRETA. A finalidade da água não pode ser beber dois litros, ideia que está depois do termo “por isso”. A finalidade da água está expressa no primeiro período.

47. Questão

Sinto-me um pouco intrusa vasculhando minha infância. Não quero perturbar aquela menina no seu ofício de sonhar. Não a quero sobressaltar quando se abre para o mundo que tão intensamente adivinha, nem interromper sua risada quando acha graça de algo que ninguém mais percebeu.

Tento remonta-la aqui num quebra-cabeças que vai formar um retrato — o meu retrato? Certamente faltarão algumas peças. Mas, falhada e fragmentaria, esta sou eu, e me reconheço assim em toda a minha incompletude.

Algumas destas narrações já publiquei. São meu rebanho, e posso chama-las de volta quando quiser. Muitas eu mesma vi e vivi; outras apanhei soltas no ar, pois sempre há quem se exponha a uma criança que finge não escutar nem enxergar muita coisa da sua vida ao res-do-chão.

Aqui onde estou — diante deste computador, nesta altura e deste ângulo afinal compreendo que não são as palavras que produzem o mundo, pois

este nem ao menos cabe dentro delas. Assim aquela menina dançando no pátio na chuva não cabia no seu protegido cotidiano: procurava sempre o susto que viria além.

Então enfiava-se atrás dos biombos da imaginação, colocava as máscaras e espiava o belo e o intrigante, que levaria o resto de sua vida tentando descrever.

Lya Luft, *Mar de dentro*, p. 13-14

(CIA DAS DOCAS - 2015 - IBFC) Considere o trecho abaixo para responder à questão:

"Não a quero sobressaltar quando se abre para o mundo que tão intensamente adivinha, nem interromper sua risada quando acha graça de algo que ninguém mais percebeu." (1º§)

Os dois fragmentos destacados no trecho relacionam-se sintático-semanticamente. Assinale a opção que indica, corretamente, o tipo de relação sintática que há entre eles e o valor semântico explicitado.

- (A) dependencia sintática; oposição
- (B) independencia sintática; adição
- (C) dependencia sintática; tempo
- (D) independencia sintática; conclusão

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. As orações não dependem sintaticamente uma da outra, ou seja, são duas orações independentes: “não quero sobressaltar a criança” e “não quero interromper sua risada”. Além disso, não há oposição entre elas.

Alternativa B: CORRETA. As orações em destaque são independentes sintaticamente, são duas orações coordenadas. Como são duas negações, a relação que se estabelece entre elas é de adição.

Alternativa C: INCORRETA. São duas orações independentes e entre elas não se estabelece ideia de tempo.

Alternativa D: INCORRETA. São duas orações sintaticamente independentes, mas a segunda oração não é uma conclusão do que está expresso na primeira.

48. Questão

O período a ser analisado nesta questão pertence ao fragmento do romance “As intermitências

da morte”, de José Saramago, que está copiado na seção “Significação de vocábulos” deste capítulo.

(FACELI 2015 - FUNCAB) “Com o gesto da mão direita que já lhe conhecemos fez desaparecer as duzentas e noventa e oito cartas, depois, CRUZANDO SOBRE A MESA OS MAGROS

BRAÇOS, deixou descair a cabeça sobre eles”

O segmento destacado mostra formas reduzidas; a forma reduzida do verbo “cruzar” poderia ser adequadamente substituída, mantendo o sentido do texto, por:

- (A) mas cruza sobre a mesa os magros braços. quando cruzou sobre a mesa os magros braços.
- (B) caso cruze sobre a mesa os magros braços.
- (C) se cruzasse sobre a mesa os magros braços.
- (D) embora cruzasse sobre a mesa os magros braços.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Para responder a esse tipo de questão, faça a substituição da oração original pela oração dada na alternativa e verifique se o sentido do texto é alterado ou não.

Alternativa A: INCORRETA. A oração “cruzando sobre a mesa os magros braços” não expressa adversidade em relação à oração “deixou descair a cabeça sobre eles”.

Alternativa B: CORRETA. Se substituirmos a oração “cruzando sobre a mesa os magros braços” por “quando cruzou sobre a mesa os magros braços, veremos que o sentido do período original se mantém, ou seja, as orações “cruzando sobre a mesa os magros braços” e “deixou descair a cabeça sobre eles” estabelecem uma relação de tempo entre si.

Alternativa C: INCORRETA. A oração “cruzando sobre a mesa os magros braços” não indica uma condição para a ideia expressa na oração “deixou descair a cabeça sobre eles”.

Alternativa D: INCORRETA. A oração “cruzando sobre a mesa os magros braços” não indica uma condição para a ideia expressa na oração “deixou descair a cabeça sobre eles”.

Alternativa E: INCORRETA. A oração “cruzando sobre a mesa os magros braços” não expressa uma concessão, logo não poderia ser iniciada por “embora”.

49. Questão

O fragmento a ser analisado nesta questão pertence ao texto “Acredite, progredimos sim”, de Clovis Rossi, que está na seção “Interpretação de texto” deste capítulo.

(SUSAM*AM - 2014 - FGV) “É bom olhar para trás para verificar...”.

Sobre as ocorrências do vocábulo sublinhado, assinale a afirmativa correta.

- (A) As duas ocorrências mostram o mesmo valor semântico.
- (B) A primeira ocorrência tem valor de finalidade.
- (C) A segunda ocorrência tem sentido de direção.
- (D) A primeira ocorrência equivale a “sobre”.
- (E) A segunda ocorrência equivale a “a fim de”.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A primeira ocorrência de “para” tem valor de direção; a segunda, de finalidade.

Alternativa B: INCORRETA. A primeira ocorrência de “para” tem valor de direção.

Alternativa C: INCORRETA. A segunda ocorrência tem sentido de finalidade.

Alternativa D: INCORRETA. Se fizermos a substituição, veremos que “para” não equivale a “sobre”.

Alternativa E: CORRETA. Se fizermos a substituição, veremos que “para” equivale a “a fim de” (é bom olhar para trás a fim de verificar).

50. Questão

Minhocão do Pari

No rio Cuiabá acima existe um lugar denominado Pari. A água naquele trecho do rio corre velozmente. Além do mais tem uma quantidade de poços. Num deles mora uma agigantada serpente. Ela constitui o terror dos banhistas e canoieiros.

O pescador incauto é atraído pelo minhocão e quando menos espera morre afogado. Vários canoieiros afirmam já terem visto a terrível serpente.

A sua estória é horripilante. Ela tem matado muita gente. O minhocão não é propriamente um mito, mas sim um monstro.

Roteiro Histórico & Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá. Cuiabá: SEC-MT; Integrar; Defanti, 2012.

(UFMT 2014 - UFMT) Assinale a alternativa que apresenta a reescrita das frases dadas em uma única de forma coesa e coerente.

- (A) Num deles mora uma agigantada serpente. Ela constitui o terror dos banhistas e canoieiros.
→ Num deles, onde mora uma agigantada serpente, constitui o terror dos banhistas e canoieiros.
- (B) No rio Cuiabá acima existe um lugar denominado Pari. A água naquele trecho do rio corre velozmente.
→ No rio Cuiabá acima existe um lugar denominado Pari, no qual a água corre velozmente.
- (C) A sua estória é horripilante. Ela tem matado muita gente.
→ A sua estória é horripilante, que tem matado muita gente.
- (D) O pescador incauto é atraído pelo minhocão e quando menos espera morre afogado. Vários canoieiros afirmam já terem visto a terrível serpente.
→ O pescador incauto é atraído pelo minhocão e quando menos espera morre afogado, porque vários canoieiros afirmam já terem visto a terrível serpente.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A construção adequada do período seria: num deles, mora uma agigantada serpente que constitui o terror dos banhistas e canoieiros.

Alternativa B: CORRETA. O uso de “no qual” para conectar as orações é adequado, pois a água corre velozmente no trecho do rio Cuiabá denominado Pari.

Alternativa C: INCORRETA. O uso do pronome “que” é inadequado, pois o pronome retoma o termo antecedente, que, nesse caso, é o adjetivo “horripilante”, o que faz com que o período fique sem sentido.

Alternativa D: INCORRETA. O uso de “porque” é inadequado, pois o fato de vários canoieiros afirmarem

ter visto a serpente não é causa nem explicação para que pescadores morram afogados.

51. Questão

O enunciado desta questão faz referência a linhas de um texto que não foi copiado aqui porque sua leitura não é necessária à resolução.

(PETROBRAS 2014 - CESGRANRIO) O período “Terminada a aula, os meninos faziam fila junto à dona Clotilde, pedindo para carregar sua pasta.” (58-59) pode ser reescrito, mantendo-se o sentido original e respeitando-se os aspectos de coesão e coerência, da seguinte forma:

- Ⓐ Quando terminava a aula, os meninos faziam fila junto à dona Clotilde e pediam para carregar sua pasta.
- Ⓑ Porque terminava a aula, os meninos faziam fila junto à dona Clotilde, além de pedir para carregar sua pasta.
- Ⓒ Ao terminar a aula, os meninos faziam fila junto à dona Clotilde, apesar de pedirem para carregar sua pasta.
- Ⓓ Terminando a aula, os meninos faziam fila junto à dona Clotilde, que pedia para carregar sua pasta.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A oração “terminada a aula” expressa tempo em relação à oração principal. A oração “pedindo para carregar sua pasta”, por sua vez, pode ser substituída por “e pediam para carregar sua pasta”, pois as orações expressam duas ações dos alunos que se somam: eles faziam fila e pediam para carregar a pasta da professora.

Alternativa B: INCORRETA. Segundo o texto original, os alunos não faziam porque a aula tinha terminado. A mudança alterou o sentido do período.

Alternativa C: INCORRETA. A oração “ao terminar a aula” expressa tempo, então estaria correta. O problema o uso de “apesar de” para a última oração.

Alternativa D: INCORRETA. Quem pedia para carregar a pasta eram os meninos e não dona Clotilde.

Alternativa E: INCORRETA. O uso de “embora” e de “cujos” não apenas altera o sentido original do texto, como também cria um período incoerente.

52. Questão

O parágrafo que está copiado a seguir pertence ao texto “As verdades da razão” que está inteiro na seção “Regência verbal, regência nominal e crase” deste capítulo. Para responder à questão, é necessária apenas a consulta ao parágrafo.

[...] A razão não está situada como um árbitro semidivino acima de nós para resolver nossas disputas; ela funciona dentro de nós e entre nós. Não só temos que ser capazes de exercer a razão em nossas argumentações como também – e isso é muito importante e, talvez, mais difícil ainda – devemos desenvolver a capacidade de ser convencidos pelas melhores razões, venham de quem vierem. [...] A partir da perspectiva racionalista, a verdade buscada é sempre resultado, não ponto de partida: e essa busca incluía conversação entre iguais, a polêmica, o debate, a controvérsia. Não como afirmação da própria subjetividade, mas como caminho para alcançar uma verdade objetiva através das múltiplas subjetividades.

Fernando Savater. “As verdades da razão”. In: As perguntas da vida. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

(MAPA - 2014 - CONSULPLAN) Os termos destacados em “Não como afirmação da própria subjetividade, mas como caminho para alcançar uma verdade objetiva através das múltiplas subjetividades.” (305) indicam, respectivamente, uma relação de:

- Ⓐ ressalva e explicação.
- Ⓑ oposição e explicação.
- Ⓒ oposição e finalidade.
- Ⓓ explicação e finalidade.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A conjunção “mas” não conecta as orações estabelecendo apenas uma ressalva, ou seja, fazendo uma correção e o termo “para”

estabelece entre os termos uma relação de finalidade e não de explicação.

Alternativa B: CORRETA. A conjunção “mas” é adversativa, ela opõe duas ideias. O vocábulo “para” estabelece relação de finalidade – alcançar uma verdade objetiva é um objetivo, um fim.

Alternativa C: INCORRETA. A conjunção “mas” opõe duas ideias, porém o termo “para” não estabelece relação de explicação. Alcançar uma verdade não é explicação para o caminho do debate de ideias; é uma finalidade desse caminho.

Alternativa D: INCORRETA. A conjunção “mas” é adversativa; não poderia estabelecer relação de explicação.

53. Questão

(SOPH - 2014 - FUNCAB) Em “[...] nenhuma crônica escrita é tão boa QUE NÃO POSSA SER PIORADA NA EDIÇÃO.”, a oração destacada estabelece ideia de:

- (A) causa.
- (B) consequência.
- (C) conformidade.
- (D) proporção.
- (E) concessão.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A ideia de que a crônica pode ser piorada na edição não é uma causa para o fato de que nenhuma crônica é tão boa.

Alternativa B: CORRETA. A oração destacada indica um fato que é um efeito do que está expresso na primeira oração. Além disso, o intensificador “tão” unido à conjunção “que” (tão... que) expressa ideia de consequência.

Alternativa C: INCORRETA. A oração não expressa ideia de conformidade em relação ao que foi expresso na oração principal.

Alternativa D: INCORRETA. A oração destacada não expressa gradação que relacione o processo verbal indicado na oração principal (nesse caso, “é”) com aquele expresso na subordinada (nesse caso, “possa ser”).

Alternativa E: INCORRETA. A oração concessiva indica que houve uma quebra de expectativa. Algo que se

esperava que acontecesse, não acontece. A oração em destaque não expressa concessão.

ORTOGRAFIA

54. Questão

(JUPEC - 2015 - CETREDE) A alternativa cujas palavras se escrevem, respectivamente, com “ç” e “s” (como em “invenção” e ascensão”) é:

- (A) diver__ão – compreem__ão.
- (B) expan__ão – preten__ão.
- (C) execu__ão – preten__ão.
- (D) infra__ão – execu__ão.
- (E) preten__ão – conver__ão.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Ambas as palavras são grafadas com “s” (diversão e compreensão).

Alternativa B: INCORRETA. Ambas as palavras são grafadas com “s” (expansão e pretensão).

Alternativa C: CORRETA. As palavras são grafadas com “ç” e “s”, respectivamente (execução e pretensão).

Alternativa D: INCORRETA. Ambas as palavras são grafadas com “ç” (infração e execução).

Alternativa E: INCORRETA. Ambas as palavras são grafadas com “s” (pretensão e conversão).

55. Questão

(JUPEC - CETREDE - 2015) Acentuam-se devido à mesma regra de acentuação gráfica as seguintes palavras do texto:

- (A) bióloga – lâmpadas – climáticas.
- (B) pestilência – habitará – vívida.
- (C) Bagdá – Islândia – óculos.
- (D) sustentável – políticas – ozônio.
- (E) Rússia – lâmpadas – Canadá.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. As três palavras são acentuadas porque são proparoxítonas.

Alternativa B: INCORRETA. “Pestilência” é acentuada porque é uma paroxítona terminada em ditongo; “habitará” é acentuada, pois é uma oxítona terminada em “a”; e “vívuda” é acentuada, pois é uma proparoxítona.

Alternativa C: INCORRETA. “Bagdá” é acentuada, pois é uma oxítona terminada em “a”; “Islândia” é acentuada, pois é uma paroxítona terminada em ditongo; e “óculos” é acentuada, pois é uma proparoxítona.

Alternativa D: INCORRETA. “Sustentável” é acentuada, pois é uma paroxítona terminada em “l”; “políticas” é acentuada, pois é uma proparoxítona; e “ozônio” é acentuada, pois é uma paroxítona terminada em ditongo.

Alternativa E: INCORRETA. “Rússia” é acentuada, pois é uma paroxítona terminada em ditongo; “lâmpadas” é acentuada, pois é uma proparoxítona; e “Canadá” é acentuada, pois é uma oxítona terminada em “a”.

56. Questão

Nada tanto assim

- 1 Só tenho tempo pras manchetes no metrô
E o que acontece na novela Alguém me conta no corredor
4 Escolho os filmes que eu não vejo no elevador
Pelas estrelas que eu encontro
6 Na crítica do leitor
7 Eu tenho pressa
E tanta coisa me interessa Mas nada tanto assim
10 Eu tenho pressa
E tanta coisa me interessa
12 Mas nada tanto assim
13 Só me concentro em apostilas
Coisa tão normal Leio os roteiros de viagem
15 Enquanto rola o comercial
Conheço quase o mundo inteiro por cartão postal
18 Eu sei de quase tudo um pouco e quase tudo mal.

Leoni & Bruno Fortunato. Kid Abelha e os Abóboras Selvagens. LP Seu Espião. Warner Music, 1984

(METRÔ/DF - 2014 - IADES) Acerca da acentuação e da ortografia dos vocábulos utilizados no texto, é correto afirmar que:

- Ⓐ “metrô” (linha 1) é acentuado por ser um monossílabo tônico terminado em vogal.
Ⓑ “Alguém” (linha 3) ilustra um caso especial da língua portuguesa: quando empregado no plural, deixa de ser acentuado.
Ⓒ “crítica” (linha 6) e “Só” (linha 1) são acentuados por serem, respectivamente, proparoxítono e monossílabo tônico terminado em “o”.
Ⓓ os autores deveriam ter empregado Mais no lugar de “Mas” (linha 9).
Ⓔ “mal” (linha 18) está grafado incorretamente, já que a forma correta seria mau.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A palavra “metrô” é acentuada, pois é uma oxítona terminada em “o”.

Alternativa B: INCORRETA. “Alguém” é acentuada, pois é uma oxítona terminada em “em” (ninguém, também, porém...).

Alternativa C: CORRETA. A palavra “crítica” é acentuada, pois é uma proparoxítona e “só” é acentuada, pois é um monossílabo tônico terminado em “o”.

Alternativa D: INCORRETA. O termo “mais” é usado para indicar soma, adição e o termo “mas” é usado para expressar adversidade, oposição; logo, os autores usaram a forma adequada para expressar o que desejavam.

Alternativa E: INCORRETA. “Mal”, na linha 18, é advérbio (é o oposto de “bem”), logo está grafado corretamente. A grafia “mau” estaria correta se a palavra fosse um adjetivo (e se fosse o contrário de “bom”).

57. Questão

(Gás Brasileiro - IESES - 2013) Assim como a palavra “sola”, citada no texto, há outros casos de palavras homônimas em língua portuguesa. Assinale a alternativa que completa corretamente o período a seguir:

Daqui _____ pouco, será aberta a _____ da câmara, o que gera alguma _____.

- Ⓐ hã – cessão – tenção.
Ⓑ hã – seção – tensão.
Ⓒ à – seção – tenção.
Ⓓ a – sessão – tensão.

Alternativa A: INCORRETA. O verbo “haver” é usado para a ideia de tempo transcorrido e não de tempo futuro. O substantivo “cessão” significa “o ato de ceder” e esse sentido é inadequado ao contexto. O substantivo “tenção” significa “intenção, plano” e esse sentido é inadequado ao contexto.

Alternativa B: INCORRETA. O verbo “haver” é usado para a ideia de tempo transcorrido e não de tempo futuro e o substantivo “seção” significa “um segmento, uma parte de um todo”, sentido inadequado ao contexto.

Alternativa C: INCORRETA. O uso da crase em “daqui a pouco” está inadequado, pois usamos crase antes de substantivos femininos. O substantivo “seção” significa “um segmento, uma parte de um todo” e esse sentido é inadequado ao contexto. O substantivo “tenção” significa “intenção, plano” e esse sentido é inadequado ao contexto.

Alternativa D: CORRETA. A expressão “daqui a pouco” é grafada com “a” (preposição); está, portanto, correta. O substantivo “sessão” significa “um espaço de tempo que dura uma reunião” e esse sentido é adequado ao contexto. O substantivo “tensão”, escrito com “s”, significa “qualidade ou estado do que é tenso” e esse sentido é adequado ao contexto.

58. Questão

(Gás Brasileiro - IESES - 2013) Quanto ao sentido que queremos dar ao que dizemos/escrevemos, precisamos empregar adequadamente os porquês. Pensando nisso, assinale a única alternativa **incorreta**:

- (A) A direção a questionou porque ela não soube dizer porque não pôde comparecer.
- (B) Porque vale a pena investir no Brasil, continuamos nossa luta.
- (C) O porquê do cancelamento foi questionado por muitos, porque não havia clareza nas informações.
- (D) Ensinei-lhe o caminho por que vim, porque queria que ele também conhecesse a paisagem.

Alternativa A: INCORRETA. Nas duas ocorrências, o termo deveria ter sido grafado separado e sem acento (“por que”), já que se trata de duas perguntas

indiretas. Podemos verificar isso colocando depois dos termos “por que” a palavra “motivo”.

Alternativa B: CORRETA. O vocábulo “porque”, apesar de ter sido usado no início da frase, significa “pois”.

Alternativa C: CORRETA. Grafamos “porquê” quando o termo é um substantivo (e significa “o motivo”). Observe como ele está acompanhado do artigo “o”.

Alternativa D: CORRETA. A primeira ocorrência (por que) corresponde a “pelo qual” e a segunda corresponde a “pois”.

PONTUAÇÃO

59. Questão

O texto de onde o período a ser analisado foi retirado está na seção “Relações semânticas e período composto” deste capítulo.

(UFMG - 2015 - UFMG) Leia este trecho:

Ficam mais “alegres”, sentem-se poderosos, sem limites, porém se esquecem de metade das coisas que ocorreram na noite anterior. Em relação ao emprego de sinais de pontuação, estão corretas as afirmativas, exceto:

- (A) o uso das aspas em “alegres” realça esse termo, sinalizando que, no contexto, seu sentido é digno de destaque.
- (B) o emprego de vírgula no fragmento “Ficam mais “alegres”, sentem-se poderosos” separa duas orações coordenadas.
- (C) o emprego de vírgula em “, porém” separa essa palavra de natureza corretiva, explicativa, em um período composto.
- (D) o uso de vírgula no fragmento “sentem-se poderosos, sem limites” separa termos de uma mesma função sintática.

DICA DO AUTOR: Essa questão foi considerada difícil porque exige o conhecimento de algumas regras de uso da vírgula: as vírgulas separam orações coordenadas assindéticas, orações coordenadas sindéticas e termos de mesma função sintática. Além disso, exige o conhecimento de funções sintáticas e o re-

conhecimento das relações de sentido construídas pelas conjunções.

Alternativa A: CORRETA. As aspas, nesse contexto, estão sendo usadas para destacar o termo “alegres”.

Alternativa B: CORRETA. As orações “ficam mais ‘alegres’” e “sentem-se poderosos” são separadas por vírgulas porque são coordenadas assindéticas, ou seja, são orações independentes sintaticamente que não estão ligadas por meio de conjunção.

Alternativa C: INCORRETA. O emprego da vírgula antes da conjunção “porém” serve para separar a oração iniciada pela conjunção das orações anteriores. A conjunção “porém” estabelece uma relação de adversidade entre as orações, e não uma relação de explicação.

Alternativa D: CORRETA. A vírgula entre “poderosos” e “sem limites” separa dois adjuntos adverbiais. Ambos os termos são modificadores do verbo “sentem-se”.

60. Questão

Os fragmentos a serem analisados nesta questão foram retirados do texto “Você sabe com quem está falando?”, de Roberto Da Matta, que está na seção “Interpretação de Texto” deste capítulo.

(CRF/RO - 2015 - FUNCAB) No primeiro e no segundo parágrafos, o autor empregou dois pontos:

1. “que diz: nós somos diferentes e temos biografia”;
2. “muitas vezes ignorado entre nós: a minha liberdade teoricamente ilimitada tem de se ajustar à sua”.

Sobre as duas ocorrências desse sinal de pontuação, é correto afirmar que:

- (A) Precedem enumerações.
- (B) Só a primeira introduz exemplificação.
- (C) As duas ocorrências introduzem discursos diretos.
- (D) Introduzem explicitações.
- (E) Só a segunda ocorrência prepara uma enumeração.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Não há enumeração em nenhum dos dois trechos destacados.

Alternativa B: INCORRETA. O trecho “nós somos diferentes e temos biografia” não é um exemplo do que estava sendo dito antes dos dois pontos. Trata-se de orações que explicitam o que seria a ética da condescendência.

Alternativa C: INCORRETA. O discurso direto é a citação do que alguém disse exatamente como foi dito. Não há uso do discurso direto em nenhum momento do texto.

Alternativa D: CORRETA. Nas duas ocorrências, os dois pontos introduzem explicitações. Na primeira, “somos diferentes e temos biografia” explicita o que seria a “ética da condescendência” de que falava o autor. Na segunda, “a minha liberdade tem de se ajustar à sua” é a explicitação daquilo que o autor afirmava ser ignorado por muitos.

Alternativa E: INCORRETA. A segunda ocorrência dos dois pontos não precede uma enumeração.

61. Questão

A questão faz referência à linha do texto de onde o período foi retirado. Como, para responder à questão, a leitura do texto não é necessária, não o copiamos aqui.

(JUPEC - 2015 - CETREDE) “Na visão de Lovelock, até 2020, secas e outros extremos climáticos serão lugar-comum.” (linha 10). Na frase acima transcrita, o uso da primeira vírgula, após o nome “Lovelock”, se justifica para:

- (A) Isolar uma oração explicativa.
- (B) Indicar a elipse do verbo.
- (C) Separar o vocativo.
- (D) Separar o adjunto adverbial deslocado.
- (E) Separar a oração coordenada.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O termo “na visão de Lovelock” não é uma oração. Para ser oração, teria que ter verbo.

Alternativa B: INCORRETA. Dizemos que há elipse do verbo, quando o verbo existe, pode ser identificado,

mas não está explícito na oração. O termo “na visão de Lovelock” não tem um verbo elíptico.

Alternativa C: INCORRETA. Vocativo é o termo usado para que nos dirijamos a alguém, como, por exemplo, em “Maria, seu quarto está uma bagunça!”.

Alternativa D: CORRETA.. O termo “na visão de Lovelock” é um adjunto adverbial. Dizemos que está deslocado, porque o lugar original do adjunto adverbial seria o final da oração. Quando estão deslocados, os adjuntos adverbiais devem ser separados por vírgula.

Alternativa E: INCORRETA. Não se trata de uma oração, já que não há verbo.

62. Questão

(UFMT - 2014 - UFMT) Leia o trecho abaixo de Clarice Lispector.

Na minha ânsia de ler, eu nem notava as humilhações a que me submetia: continuava a implorar-lhe emprestados os livros que ela não lia.

Sobre os sinais de pontuação empregados no texto, assinale a afirmativa correta.

- Ⓐ Se a vírgula fosse colocada após notava, ficaria também correta: Na minha ânsia de ler eu nem notava, as humilhações a que me submetia: continuava a implorar-lhe emprestados os livros que ela não lia.
- Ⓑ A vírgula separa uma expressão adverbial no início da frase, fora da ordem canônica da língua portuguesa.
- Ⓒ Os dois pontos foram empregados para anteceder a fala da personagem do texto.
- Ⓓ Os dois pontos poderiam ser substituídos por uma conjunção com valor semântico de consequência.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A vírgula após “notava” ficaria incorreta, pois separaria o verbo de seu complemento. O termo “as humilhações” é objeto direto do verbo “notava”.

Alternativa B: CORRETA.. O adjunto adverbial deslocado (no caso, “na minha ânsia de ler”) deve ser separado do resto da oração por vírgula.

Alternativa C: INCORRETA. Depois dos dois pontos, não há fala de personagem.

Alternativa D: INCORRETA. Se uma conjunção com valor semântico de consequência (como “de modo

que”) fosse usada em vez dos dois pontos, o sentido da frase se perderia.

63. Questão

O parágrafo que está copiado a seguir pertence ao texto “As verdades da razão” que está inteiro na seção “Regência verbal, regência nominal e crase” deste capítulo. Para responder à questão, é necessária apenas a consulta ao parágrafo.

[...] A razão não está situada como um árbitro semidivino acima de nós para resolver nossas disputas; ela funciona dentro de nós e entre nós. Não só temos que ser capazes de exercer a razão em nossas argumentações como também – e isso é muito importante e, talvez, mais difícil ainda – devemos desenvolver a capacidade de ser convencidos pelas melhores razões, venham de quem vierem. [...] A partir da perspectiva racionalista, a verdade buscada é sempre resultado, não ponto de partida: e essa busca incluía conversação entre iguais, a polêmica, o debate, a controvérsia. Não como afirmação da própria subjetividade, mas como caminho para alcançar uma verdade objetiva através das múltiplas subjetividades.

Fernando Savater. “As verdades da razão”. In: As perguntas da vida. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

(MAPA 2014 - CONSULPLAN) Considerando as várias funções da vírgula e sua importância, identifique o motivo pelo qual as vírgulas foram empregadas em “[...] e essa busca incluía conversação entre iguais, a polêmica, o debate, a controvérsia.” (3º§).

- Ⓐ Separar uma enumeração.
- Ⓑ Separar uma aposição explicativa.
- Ⓒ Separar expressões retificativas.
- Ⓓ Separar termos que serão retomados por pronome.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA.. “A conversação entre iguais, a polêmica, o debate, a controvérsia” é uma enumeração de meios por intermédio dos quais a verdade seria buscada.

Alternativa B: INCORRETA. Retificar significa corrigir. Os termos “a conversação entre iguais”, “a polêmica”, “o debate”, “a controvérsia”, no contexto em que estão, não têm função de fazer correção.

Alternativa C: INCORRETA. O apostrofo explicativo é um termo que explica ou esclarece outro termo da oração. Os termos separados por vírgulas não estão funcionando como explicações.

Alternativa D: INCORRETA. Os termos não são retomados por pronome no texto. Para verificar isso, basta ler o período posterior.

64. Questão

O fragmento a ser analisado nesta questão pertence ao texto “As leis do internauta médio” que está na seção “Referenciação” deste capítulo. Copiamos abaixo apenas um trecho do 5º parágrafo, no qual o fragmento a ser analisado está. Apenas este trecho é suficiente para que a questão seja resolvida.

A terceira e última lei do internauta brasileiro médio é a lei da virtude e compensação: ‘a cada virtude corresponde um defeito contrário de igual intensidade e no sentido de derrubar a pessoa’. Basta perceber um ponto positivo de um ser humano para que a terceira lei entre em ação dizendo que ‘em compensação ela tem um defeito péssimo’. Exemplos vívidos e observados são coisas como ‘o Jô é inteligente mas é gordo’, ‘a Miriam Leitão é competente mas é esquisita’, ‘a Gisele é perfeita mas é chata’, ‘a Sabrina é gostosa mas é burra’, ‘o Silvío Santos é rico mas é doido’. Nem os ídolos do futebol escapam. Agora o alvo preferido é o Ronaldinho Gaúcho, ‘que joga bonito mas é feio que dói’. Como se ser o melhor jogador do mundo não fosse suficiente para um craque de futebol. Ronaldinho, Xuxa e até Ayrton Senna já foram desabonados por diferentes razões, inclusive as de foro íntimo, como a orientação sexual de alguns. Talvez a única pessoa que tenha escapado ilesa oficialmente seja o Rei Roberto Carlos, já que ninguém diz ou escreve que ele é famoso mas é pernetta. Mas isso, apenas porque o internauta médio tem medo de atacar as instituições consagradas. (A última vez que ouvi falar sobre a perna mecânica de Roberto foi numa letra de música do ousadíssimo porém extinto Joelho de Porco, que a chamava de Margarida.) Em suma, ninguém é bom o suficiente

para ter suas virtudes em primeiro plano. Sempre há um problema que desmerece ou desabona até o melhor dos melhores.

HERMANN, Rosana. Blônicas, 24 maio 2006. Disponível em: <<http://blonicas.zip.net>> Acesso em: 07 fevereiro 2014.

Adaptado

(SOPH - 2014 - FUNCAB) Em “A terceira e última lei do internauta brasileiro médio é a lei da virtude e compensação: ‘a cada virtude corresponde um defeito contrário de igual intensidade e no sentido de derrubar a pessoa.’” (§ 5), os dois-pontos foram usados para indicar:

- (A) uma enumeração de fatos antecipados pelo narrador.
- (B) a voz do protagonista, na progressão narrativa.
- (C) um desvio proposto pelo discurso.
- (D) detalhamento de algo dito anteriormente.
- (E) uma pausa na progressão discursiva.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Não há uma enumeração depois dos dois pontos.

Alternativa B: INCORRETA. O texto não é narrativo, não se conta uma história. Trata-se de um texto argumentativo, em que se defende um ponto de vista. Logo, no texto, não existe um personagem protagonista.

Alternativa C: INCORRETA. Depois dos dois pontos não é apresentado um desvio, é apresentado um esclarecimento do que é a lei da virtude e da compensação.

Alternativa D: CORRETA. Os dois pontos, nesse contexto, foram usados para introduzir um esclarecimento a respeito de algo mencionado na primeira oração (no caso, a explicação para a terceira lei da virtude e da compensação).

Alternativa E: INCORRETA. Os dois pontos não servem para indicar pausa na progressão discursiva; eles acrescentam uma informação acerca de algo que está antes dos pontos.

COLOCAÇÃO PRONOMINAL

65. Questão

O fragmento a ser analisado nesta questão foi retirado do texto “Você sabe com quem está falan-

do?”, de Roberto Da Matta, que está na seção “Interpretação de Texto” deste capítulo.

(CRF/RO - 2015 - FUNCAB) Assinale a alternativa em que, obedecendo-se, à colocação adequada, substituiu-se corretamente por um pronome oblíquo, o termo destacado em “Não nos parece uma tarefa fácil conciliar DESEJOS”.

- (A) Não nos parece uma tarefa fácil conciliá-los.
- (B) Não nos parece uma tarefa fácil conciliar-lhes.
- (C) Não nos parece uma tarefa fácil a conciliar.
- (D) Não nos parece uma tarefa fácil conciliar-los.
- (E) Não nos parece uma tarefa fácil lhes conciliar.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O pronome oblíquo a ser usado deve ser o pronome “os” porque o termo “desejos” é um objeto direto. O pronome “lhes” apenas seria adequado se se tratasse de um objeto indireto (e o termo “desejos” pudesse ser substituído por “a eles”). A forma “los” aconteceu por questões fônicas — o pronome “os” está acompanhando um verbo terminado em “r”. Por fim, a colocação enclítica é adequada porque não há motivo para a próclise, ou seja, não há termo que atraia o pronome para antes do verbo.

Alternativa B: INCORRETA. O pronome “lhes” apenas poderia ser usado se o termo a ser substituído fosse um objeto indireto. A forma “lhes” corresponde a “a eles”.

Alternativa C: INCORRETA. Esta alternativa nem tem o uso de um pronome oblíquo.

Alternativa D: INCORRETA. Quando usamos a forma “los”, precisamos retirar o “r” do verbo.

Alternativa E: INCORRETA. Além de o pronome “lhes” ser inadequado para substituir “desejos”, a próclise seria também inadequada porque não há motivo para que ela aconteça.

66. Questão

O período a ser analisado nesta questão pertence ao fragmento do romance “As intermitências da morte”, de José Saramago, que está copiado na seção “Significação de vocábulos” deste capítulo.

(FACELI - 2015 - FUNCAB) Considerando o contexto em que se produziu a colocação do pronome oblíquo destacado “aproveite o melhor que puder o tempo que LHE resta”, pode-se afirmar, corretamente, que foi assim realizada porque:

- (A) a gramática normativa recomenda o uso da próclise na presença de atratores, como é o caso do substantivo tempo, que atrai o pronome oblíquo.
- (B) o pronome deve ser colocado antes do verbo, quando iniciam orações subordinadas adjetivas.
- (C) o verbo, em orações subordinadas, impõe o uso da próclise.
- (D) quando há no período elementos com ideia comparativa, deve-se usar a ênclise.
- (E) a gramática normativa impõe o uso da próclise na presença de atratores dos pronomes pessoais oblíquos, como é o caso do pronome relativo.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A próclise é recomendada na presença de atratores, mas o substantivo não é um dos atratores do pronome oblíquo.

Alternativa B: INCORRETA. Não há essa regra para uso da próclise.

Alternativa C: INCORRETA. O verbo não impõe colocações pronominais. É a palavra que antecede o verbo que pode atrair o pronome para antes dele.

Alternativa D: INCORRETA. O “lhe” está em posição proclítica. Não houve ênclise.

Alternativa E: CORRETA. Os pronomes oblíquos são atraídos para a posição proclítica por algumas palavras, entre elas os pronomes relativos. O termo “que” é um pronome relativo porque inicia uma oração adjetiva. Para ter certeza de que se trata de um pronome relativo, observe como ele retoma o termo antecedente (tempo) e como ele pode ser substituído por “o qual”.

67. Questão

O enunciado desta questão faz referência a um texto que não copiamos aqui, porque a leitura do texto não é necessária à resolução da questão.

(PETROBRAS - 2014 - CESGRANRIO) No trecho “lugares onde se tocava música africana.” (l. 31-32), a co-

locação do pronome em destaque se justifica pela mesma regra que determina sua colocação em:

- Ⓐ O aluno se sentiu inebriado ao ver o seio da professora.
- Ⓑ Os professores que se envolvem com o ensino devem ser respeitados.
- Ⓒ Recorrer-se ao amor é uma estratégia para garantir a aprendizagem.
- Ⓓ Muitos educadores lembram-se sempre de sua missão em sala de aula.
- Ⓔ O pianista se deve entregar de corpo e alma a sua arte.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: No trecho “lugares onde se tocava música africana”, o pronome “se” foi atraído para a posição proclítica (ou seja, para antes do verbo) pelo pronome relativo. “Onde” é pronome relativo, pois substitui o antecedente “lugares” (a oração é “tocava-se música africana nos lugares”).

Alternativa A: INCORRETA. O pronome “se” foi colocado antes do verbo, mas, de acordo com as regras prescritas pelos normativistas, deveria estar em posição enclítica, já que substantivos não são atratores de pronomes.

Alternativa B: CORRETA.. “Que”, nesse contexto, é um pronome relativo e isso justifica o uso da próclise. Essa é a mesma regra para uso da próclise do trecho destacado pelo enunciado da questão.

Alternativa C: INCORRETA. O pronome está em posição enclítica, pois, de acordo com os gramáticos normativos, não se inicia frase com pronome oblíquo.

Alternativa D: INCORRETA. O pronome está em posição enclítica, pois, de acordo com os gramáticos normativos, substantivos não são justificativa para a próclise.

Alternativa E: INCORRETA. O pronome deveria estar em posição enclítica, pois, de acordo com os gramáticos normativos, substantivos não são justificativa para a próclise.

68. Questão

(MAPA - 2014 - CONSULPLAN) Quanto à linguagem utilizada na mensagem expressa nos cartazes levados pelos personagens da charge, é correto afirmar

que a substituição por “Me sigam até a verdade” implicaria:

- Ⓐ uma aproximação maior com o público leitor através do uso de uma linguagem atual.
- Ⓑ inadequação linguística, incorrendo em incompreensão da mensagem a ser transmitida.
- Ⓒ desacordo do uso quanto à colocação do pronome oblíquo de acordo com a norma padrão.
- Ⓓ uma manifestação de caráter popular em que há preocupação com o uso da norma padrão da língua.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O uso do pronome antes do verbo não é sinal de atualidade da linguagem.

Alternativa B: INCORRETA. Se o pronome oblíquo fosse colocado em posição proclítica a mensagem seria compreendida do mesmo modo.

Alternativa C: CORRETA.. De acordo com uma das regras de colocação pronominal prescritas pelos gramáticos normativos, o pronome oblíquo não deve ser usado antes do verbo em início de frase.

Alternativa D: INCORRETA. Apenas a mudança na colocação do pronome não faria a manifestação ter caráter popular. Além disso, se o pronome fosse usado em posição proclítica, a norma padrão da língua não estaria sendo usada.

69. Questão

O enunciado da questão faz referência a um texto que não foi copiado aqui, porque, para resolver a questão, não é necessário consultá-lo.

(SEDAM/RO - 2014 - FUNCAB) “E eu sacudo AS MÃOS molhadas de tempo [...]” (§6)

Substituindo corretamente os elementos destacados no fragmento por um pronome em posição proclítica, como seria reescrita a oração?

- Ⓐ E eu sacudo-las molhadas de tempo.
- Ⓑ E eu sacudo-lhes molhadas de tempo.
- Ⓒ E eu as sacudo molhadas de tempo.
- Ⓓ E eu sacudo-nas molhadas de tempo.
- Ⓔ E eu lhes sacudo molhadas de tempo.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O enunciado pede que o pronome substitua o termo “as mãos” em posição proclítica, ou seja, antes do verbo. Em “sacudo-las”, o pronome está depois do verbo. Além disso, a forma “las” é inadequada já que só a usamos quando os verbos terminam em “r”, “s” e “z”.

Alternativa B: INCORRETA. O enunciado pede que o pronome substitua o termo “as mãos” em posição proclítica, ou seja, antes do verbo. Em “sacudo-lhes”, o pronome está depois do verbo. Além disso, a forma “lhes” está incorreta, pois o pronome “lhes” funciona como objeto indireto, isto é, corresponde a “a eles”.

Alternativa C: CORRETA. O pronome “as” está em posição proclítica. Além disso, ele é adequado, pois funciona como objeto direto (o termo “as mãos” é objeto direto do verbo “sacudir”).

Alternativa D: INCORRETA. O enunciado pede que o pronome substitua o termo “as mãos” em posição proclítica, ou seja, antes do verbo. Em “sacudo-nas”, o pronome está depois do verbo. Além disso, a forma “nas” é inadequada já que só a usamos quando os verbos terminam em som nasal.

Alternativa E: INCORRETA. O pronome “lhes” está em posição proclítica, como pede o enunciado; seu uso é inadequado, entretanto, porque o pronome “lhes” funciona como objeto indireto e o termo “as mãos” é objeto direto do verbo “sacudir”.

REFERENCIAÇÃO

70. Questão

O fragmento a ser analisado na questão a seguir pertence ao texto “Exigências da vida moderna”, de Luís Fernando Veríssimo, que está na seção “Interpretação de Texto” deste capítulo.

(PREF. DE IBIRAUÇU - 2015 - CONSULPLAN) “Deve-se estar bem informado também, lendo dois ou três jornais por dia para comparar as informações.” (13º§) Ah! E o sexo! Todos os dias, tomando o cuidado de não se cair na rotina. Há que ser criativo, inovador para renovar a sedução. Isso leva tempo...” (14º§). O termo “isso” tem valor _____ e retoma, por coesão textual, o referente _____. Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- Ⓐ catafórico / renovar a sedução
- Ⓑ anafórico / ser criativo e inovador
- Ⓒ catafórico / comparar as informações
- Ⓓ deítico / ler dois ou três jornais por dia

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Para responder a essa questão, é necessário saber o que significa “anáfora”, “catáfora” e “dêixis”. Dizemos que um elemento referencial é anafórico quando ele se refere a um termo ou a uma ideia que está antes dele no texto. Dizemos que é catafórico, quando remete a um termo ou uma ideia que está depois. Elemento “dêitico”, por sua vez, é aquele que faz referência a algo fora do texto, como, por exemplo, o falante ou a situação de produção de um enunciado.

Alternativa A: INCORRETA. O pronome “isso” refere-se a uma ideia que está posicionada, no texto, antes dele. Trata-se, pois, de uma anáfora e não de uma catáfora.

Alternativa B: CORRETA. O pronome “isso” refere-se à ideia do período anterior de que o sexo, para renovar a sedução, deve ser criativo e inovador. Trata-se, portanto, de um elemento anafórico.

Alternativa C: INCORRETA. O pronome “isso” refere-se a uma ideia que está posicionada, no texto, antes dele; não é, portanto um elemento catafórico.

Alternativa D: INCORRETA. O pronome “isso” não é um dêitico, porque não faz referência a um elemento que esteja fora do texto.

71. Questão

O período a ser analisado nesta questão pertence ao fragmento do romance “As intermitências da morte”, de José Saramago, que está copiado na seção “Significação de vocábulos” deste capítulo.

(FACELI - 2015 - FUNCAB) “A morte conhece tudo a nosso respeito, e talvez por ISSO seja triste.” O uso da forma destacada do demonstrativo, no contexto, se justifica porque:

- Ⓐ retoma elementos, que estão fora do texto, em situação de proximidade.
- Ⓑ faz referência a elementos contextuais, externos ao texto.

- © é um elemento remissivo que faz referência anafórica a ideias já introduzidas no texto.
- Ⓓ consiste na repetição da mesma palavra na progressão narrativa.
- Ⓔ Antecipa a ideia a ser apresentada posteriormente.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O pronome “isso” não está se referindo a algo fora do texto; está se referindo a uma informação anterior.

Alternativa B: INCORRETA. A alternativa B está repetindo a afirmação da alternativa A. Os elementos contextuais estão fora do texto, mas o pronome “isso” retoma algo do próprio texto.

Alternativa C: CORRETA. Fazer uma “referência anafórica” é fazer uma referência a algo que está antes no texto. O pronome “isso” retoma a ideia de que a morte conhece tudo a respeito das pessoas.

Alternativa D: INCORRETA. A palavra “isso” não está repetindo a mesma palavra.

Alternativa E: INCORRETA. O pronome “isso” não anuncia algo que vem depois; ele recupera algo que foi dito antes.

72. Questão

A carestia em Cuiabá

Cuiabá sempre foi a terra de vida mais cara do BRASIL. Quem ler “Os Anais do Senado da Câmara de Cuiabá” certifica disso. Barbosa de Sá não fez segredo. Pintou as coisas com cores realistas. Conta o nosso primeiro cronista que, no ano de 1723, um tal Joaquim Pinto comprou um jaú no Porto Geral por uma quarta de ouro, fê-lo em postas e veio vendê-lo pelas lavras, em que dobrou a parada. Sabendo-o, os deputados confiscaram-lhe os bens para pagar o quinto a El-Rei do negócio que havia feito. Esse Joaquim Pinto foi o primeiro cambionegrasta que aparece na nossa história. Outros vieram depois e hoje existem muitos.

Nos bastidores da História de Mato Grosso. Cuiabá: SEC-MT; Integrar; Defanti, 2012.

(UFMT - 2014 - UFMT) Sobre elementos coesivos no texto, analise as afirmativas.

- I. Na linha 2, disso refere-se à ideia de que Cuiabá tem a vida mais cara do país.
- II. Na linha 4, os pronomes lo, nas duas ocorrências, e o retomam o sentido do mesmo referente: jaú.
- III. Na linha 6, Outros e muitos recuperam o sentido da palavra cambionegrasta. IV - Na linha 5, o pronome lhe refere-se aos bens dos deputados.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. O termo “disso” retoma a ideia do primeiro período de que Cuiabá sempre foi a terra de vida mais cara do Brasil.

Assertiva II: INCORRETA. O pronome “lo” retoma o termo “jaú” (fez o jaú em postas e veio vender o jaú pelas lavras), mas o pronome “o” recupera a ideia de que Joaquim Pinto foi vender o jaú nas lavras pelo dobro do preço.

Assertiva III: CORRETA. Os pronomes “outros” e “muitos” referem-se ao termo “cambionegrasta” (outros cambionegrastas vieram depois e hoje existem muitos cambionegrastas).

Assertiva IV: CORRETA. O pronome “lhe” substitui o termo “dos deputados”.

Resposta: ©

73. Questão

O parágrafo que está copiado a seguir pertence ao texto “As verdades da razão” que está inteiro na seção “Regência verbal, regência nominal e crase” deste capítulo. Para responder à questão, é necessária apenas a consulta ao parágrafo.

[...] A razão não está situada como um árbitro semidivino acima de nós para resolver nossas disputas; ela funciona dentro de nós e entre nós. Não só temos que ser capazes de exercer a razão em nossas argumentações como também – e isso é muito importante e, talvez, mais difícil ainda – devemos desenvolver a capacidade de ser convencidos pelas melhores razões, venham de quem vierem. [...] A partir da perspectiva racionalista, a verdade buscada é sempre resultado, não ponto de partida: e essa busca incluía conversação entre iguais, a polêmica, o debate, a controvérsia. Não como afirmação da própria subjetividade, mas como caminho para alcançar uma verdade objetiva através das múltiplas subjetividades.

Fernando Savater. “As verdades da razão”. In: As perguntas da vida. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

(MAPA - 2014 - CONSULPLAN) A partir de mecanismos linguísticos que permitem uma sequência lógico-semântica entre as partes do texto, identifique a referência corretamente estabelecida quanto ao destacado em “– e isso é muito importante e, talvez, mais difícil ainda –” (3º§).

- Ⓐ A capacidade de exercer a razão em nossas argumentações.
- Ⓑ O exemplo dado de comparação entre razão e árbitro semidivino.
- Ⓒ A consciência de que a razão não está situada como um árbitro semidivino.
- Ⓓ O desenvolvimento da capacidade de sermos convencidos pelas melhores razões.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O pronome “isso” é o sujeito da oração que está entre travessões. A oração entre travessões está intercalada à oração “como também devemos desenvolver a capacidade”; está, portanto, referindo-se a essa oração.

Alternativa B: INCORRETA. O pronome “isso” não tem nenhum relação com o primeiro período do parágrafo.

Alternativa C: INCORRETA. O pronome “isso” não tem nenhum relação com o primeiro período do parágrafo.

Alternativa D: CORRETA. Nesse contexto, o pronome “isso” está se referindo a algo que está depois dele. O que é mais importante e mais difícil do que “exercer a razão em nossas argumentações” é “desenvolver a capacidade de ser convencidos pelas melhores razões”.

74. Questão

As leis do internauta médio

Sinto-me à vontade para falar desta criatura nascida da estatística, o brasileiro médio conectado à rede, porque ele só existe no mundo virtual da matemática. Portanto, não ofende ninguém. Sim, porque, o brasileiro médio, dentro ou fora da rede, pra começar, ofende todo mundo mas não aceita críticas e não leva desaforos pra sua homepage.

Ao longo de mais de uma década de comunicação online tenho observado atentamente o comportamento deste internauta médio e, mesmo sem competência analítica e sem dados de pesquisa tenho, senão conclusões, uma coleção de sentimentos sobre os milhões de pessoas com quem já me relacionei, direta ou indiretamente. E uma coisa posso afirmar: o internauta médio não é burro, mas é muito impulsivo, agressivo, crítico, reativo e sobretudo pessimista.

A primeira lei do internauta médio é a lei da não inércia: nada fica como está, pois tudo o que existe de bom ou ruim, sempre tende a piorar. Vejo a aplicação desta lei diariamente nos comentários do meu blog. São frases como ‘esse blog já foi melhor’, ‘antiamente você postava mais’, ‘você já era’, ‘isso aqui já teve melhores dias’. Mas isso é pinto comparado à demonstração de força da primeira lei durante os ataques do PCC. Todo mundo que soube de um fato em sua cidade, disse que foi no seu bairro. Se foi no bairro, na hora de contar, as pessoas transferiam os tiros para sua rua. E se foi de fato nas imediações de sua rua, no relato virou ‘praticamente em frente à minha casa, escola, trabalho’. Todo mundo fez questão de exagerar e dramatizar todos os fatos. Sem contar a onda de boatos, sempre no sentido de piorar o que já era péssimo. Virou quase uma febre, uma mania.

A segunda lei é o princípio fundamental da dinâmica do julgamento dos outros. A resultante de tudo que age sobre uma pessoa é igual ao produto

de suas medidas (como estatura, idade, massa) pelos seus bens materiais. Mesmo sendo solidário com o coitadinho, mesmo tendo compaixão pelos que sofrem, o internauta brasileiro médio gosta mesmo é de poder, fama e ostentação. É isso que ele quer, é isso que o atrai, para o bem ou para o mal e por isso ele exige que todos os seus ídolos, aqueles a quem ele adora odiar, mantenham essas características em dia, para que ele possa invejá-los e tentar destruí-los no conforto de sua casa. Brasileiro não gosta de chutar cachorro morto, gosta de chutar cachorro feio. Feio e pobre. Só passam pelos critérios de julgamento os que têm corpos perfeitos e fortunas visíveis, obtidos por qualquer meio lícito ou ilícito.

A terceira e última lei do internauta brasileiro médio é a lei da virtude e compensação: 'a cada virtude corresponde um defeito contrário de igual intensidade e no sentido de derrubar a pessoa'. Basta perceber um ponto positivo de um ser humano para que a terceira lei entre em ação dizendo que 'em compensação ela tem um defeito péssimo'. Exemplos vívidos e observados são coisas como 'o Jô é inteligente mas é gordo', 'a Miriam Leitão é competente mas é esquisita', 'a Gisele é perfeita mas é chata', 'a Sabrina é gostosa mas é burra', 'o Silvio Santos é rico mas é doido'. Nem os ídolos do futebol escapam. Agora o alvo preferido é o Ronaldinho Gaúcho, 'que joga bonito mas é feio que dói'. Como se ser o melhor jogador do mundo não fosse suficiente para um craque de futebol. Ronaldinho, Xuxa e até Ayrton Senna já foram desabonados por diferentes razões, inclusive as de foro íntimo, como a orientação sexual de alguns. Talvez a única pessoa que tenha escapado ilesa oficialmente seja o Rei Roberto Carlos, já que ninguém diz ou escreve que ele é famoso mas é perneta. Mas isso, apenas porque o internauta médio tem medo de atacar as instituições consagradas. (A última vez que ouvi falar sobre a perna mecânica de Roberto foi numa letra de música do ousadíssimo porém extinto Joelho de Porco, que a chamava de Margarida.) Em suma, ninguém é bom o suficiente para ter suas virtudes em primeiro plano. Sempre há um problema que desmerece ou desabona até o melhor dos melhores.

O resultado desses enunciados compõe um quadro triste e sombrio do internauta médio, que pode não corresponder a você. Talvez porque você não faça parte da média. Ou porque a lei se aplica

também a mim, pois embora a cronista seja experiente é muito exagerada; e apesar de alguns poucos bens não tem uma linda imagem; e, principalmente, porque nenhuma crônica escrita é tão boa que não possa ser piorada na edição.

HERMANN, Rosana. Blônicas, 24 maio 2006. Disponível em: <<http://blonicas.zip.net>> Acesso em: 07 fevereiro 2014.

Adaptado

(SOPH - 2014 - FUNCAB) Produz-se evidente equívoco de leitura, quando se afirma que o pronome em destaque se refere à passagem do texto indicada em:

- (A) "QUE age sobre uma pessoa" (§ 4) / produto de suas medidas
- (B) "...Fama e ostentação"
- (C) "para que ele possa invejá-LOS..."
- (D) "e por isso ELE exige..."
- (E) "para falar DESTA..."

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Quando voltamos ao 4º parágrafo, vemos que o termo "que" retoma o que está antes dele e não o que está depois.

Alternativa B: CORRETA. O pronome "isso" recupera o que está antes dele: "poder, fama e ostentação". Se substituirmos o pronome "isso" por essa enumeração, confirmaremos a resposta.

Alternativa C: CORRETA. O pronome "los" recupera, anaforicamente, o termo "todos os seus ídolos".

Alternativa D: CORRETA. O pronome "ele" refere-se ao termo "o internauta brasileiro médio"

Alternativa E: CORRETA. O pronome "esta" refere-se ao termo que está depois dele: "o brasileiro médio conectado à rede".

75. Questão

Procuradorias comprovam necessidade de rendimento satisfatório para renovação do FIES

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não pode ser obrigado a prorrogar contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) a estudantes com baixo rendimento acadêmico. Essa foi a defesa da Advocacia-Geral da União (AGU) acatada pela Justiça para

impedir o aditamento indevido aos financiados, sem observar as regras do Ministério da Educação (MEC).

Em duas ações, as estudantes pediam a prorrogação do financiamento estudantil, independentemente do baixo rendimento acadêmico por elas apresentado. Uma das autoras alegava que enfrentou problemas pessoais, pois sua filha estaria doente, o que a levou a ter um baixo rendimento na universidade.

A Procuradoria Federal no estado da Bahia (PF/BA) e a Procuradoria Federal junto ao Fundo (PF/FNDE) esclareceram que a Portaria Normativa MEC nº 15/2011, que dispõe sobre o Fies, estabelece que o não aproveitamento acadêmico em pelo menos 75% das disciplinas cursadas pelo estudante impede a manutenção do financiamento.

Os procuradores destacaram que ficou comprovado, no caso da primeira autora, que os documentos anexados para comprovar a enfermidade da filha se referiam a uma outra pessoa sem qualquer relação de parentesco com a estudante, além de serem de datas posteriores aos semestres que a universitária teve baixo rendimento.

No caso da segunda estudante, a AGU reiterou os mesmos argumentos, pois ela foi aprovada em apenas duas das seis matérias cursadas no primeiro semestre de Engenharia Civil do Centro Universitário Estácio da Bahia, e também usufruiu do aditamento excepcional concedido pela Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CSPA) da instituição, mas teve novamente aproveitamento acadêmico insatisfatório no 1º semestre de 2013.

As procuradorias destacaram, ainda, que a legislação atribui à CSPA a competência de excepcionalmente autorizar, por uma única vez, a continuidade do financiamento, quando há baixo rendimento acadêmico do aluno. Como a estudante obteve rendimento inferior pela segunda vez, ela perdeu qualquer direito a prorrogação do financiamento pelas regras do Fies.

Acolhendo os argumentos da Advocacia-Geral, tanto a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia quanto a 9ª Vara Federal do estado reconheceram ser legal a decisão do FNDE de rejeitar o pedido de prorrogação das estudantes.

A PF/BA e a PF/FNDE são unidades da Procuradoria-Geral

Federal, órgão da AGU. Ref.: Ação Ordinária nº 40279-03.2013.4.01.3300 - 5ª Vara Federal/BA e Ação Ordinária nº 36536-82.2013.4.01.3300 - 9ª Vara Federal/BA.
(Leane Ribeiro. Disponível em: <http://www.agu.gov.br>)

(AGU - 2014 - IDECAN) A coesão textual é o instrumento através do qual os vários segmentos de um texto estão interligados e relacionam-se entre si. Dentre os termos destacados nos trechos a seguir, assinale a correta relação identificada.

- Ⓐ “[...] pois sua filha estaria doente [...]” (2º§) / estudantes.
- Ⓑ “[...] baixo rendimento acadêmico por elas apresentado.” (2º§) / duas ações.
- Ⓒ “[...] o que a levou a ter um baixo rendimento na universidade.” (2º§) / uma das autoras.
- Ⓓ “[...] pois ela foi aprovada em apenas duas das seis matérias cursadas [...]” (5º§) / argumentação.
- Ⓔ “Essa foi a defesa da Advocacia-Geral da União (AGU) acatada pela Justiça [...]” (1º§) / prorrogação dos contratos do FIES.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O pronome “sua” refere-se ao termo “uma das autoras”.

Alternativa B: INCORRETA. O pronome “elas” recupera, no segundo parágrafo, o termo “as estudantes”.

Alternativa C: CORRETA. O pronome “a” recupera o termo “uma das autoras”.

Alternativa D: INCORRETA. O pronome “ela” retoma, no quinto parágrafo, o termo “a segunda estudante”.

Alternativa E: INCORRETA. O pronome “essa” recupera a ideia do primeiro período do texto de que o FNDE não pode ser obrigado a prorrogar contratos do Fies a estudantes com baixo rendimento acadêmico.

MORFOLOGIA

76. Questão

O fragmento a ser analisado nesta questão foi retirado do texto “Você sabe com quem está falando?”, de Roberto Da Matta, que está na seção “Interpretação de Texto” deste capítulo.

(CRF/RO - 2015 - FUNCAB) Em “com fronteiras cívicas que não podem ser ultrapassadas.”, a palavra QUE:

- Ⓐ refere-se ao parágrafo anterior.
- Ⓑ anuncia o que será apresentado.
- Ⓒ retoma a expressão fronteiras cívicas.
- Ⓓ funciona como um conectivo, correspondendo a uma conjunção integrante.
- Ⓔ expressa ideia de causa.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A palavra “que” não se refere ao parágrafo anterior; refere-se ao termo antecedente “fronteiras cívicas”.

Alternativa B: INCORRETA. A palavra “que” não é usada para anunciar o que será apresentado posteriormente no texto, afinal a oração que ela inicia refere-se a um termo anterior – as fronteiras cívicas é que não podem ser ultrapassadas.

Alternativa C: CORRETA.. A palavra “que” serve, nesse contexto, para conectar orações e também para retomar o termo antecedente “fronteiras cívicas”. Trata-se, portanto, de um pronome relativo.

Alternativa D: INCORRETA. O vocábulo “que” funciona como um conectivo, mas, por iniciar oração adjetiva, é um pronome relativo. As conjunções integrantes iniciam orações subordinadas substantivas.

Alternativa E: INCORRETA. O pronome “que” não expressa nenhuma ideia. Ele substitui o termo “fronteiras cívicas”, evitando a repetição.

77. Questão

(UNIFAP - 2015 - UNIFAP) Considere o período seguinte: “Estipule com base no seu tempo de sono. Separe pelo menos algum momento na semana para momentos de lazer. Passeie, encontre amigos, faça uma caminhada, vá ao cinema, enfim, faça algo que goste. Dê esse presente para você mesmo”.

Sobre os verbos no início de cada sentença é correto dizer que:

- Ⓐ a maioria foi empregada em uma pessoa verbal não definida.
- Ⓑ todos foram utilizados no mesmo modo, número e pessoa.
- Ⓒ todos pertencem a 1ª conjugação verbal. todos são classificados como verbos regulares.
- Ⓓ nem todos possuem valor dinâmico na expressão da ação verbal.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Para responder a esta questão, é necessário conhecer a flexão do imperativo, pois todos os verbos que iniciam as sentenças, nesse texto, estão no imperativo. No imperativo afirmativo, as pessoas “você, nós e vocês” são construídas com o presente do subjuntivo; as pessoas “tu e vós” são construídas com o presente do indicativo sem o “s”. Já o imperativo negativo, é construído apenas com o presente do subjuntivo. Mais uma observação: não há, no imperativo, conjugação na primeira pessoa (eu).

Observe o comportamento do verbo “separar”, da 1ª conjugação:

Imperativo afirmativo	Imperativo negativo
----- eu	----- eu
Separa tu	Não separes tu
Separe você	Não separe você
Separemos nós	Não separemos nós
Separai vós	Não separeis vós
Separem vocês	Não separem vocês

Alternativa A: INCORRETA. Observando a conjugação do modo imperativo, podemos verificar que os verbos do texto estão flexionados na mesma pessoa (você).

Alternativa B: CORRETA.. Todos os verbos estão no modo imperativo, todos estão na 2ª pessoa discursiva (você) e todos estão no singular.

Alternativa C: INCORRETA. Os verbos pertencem a diferentes conjugações: “estipular”, “separar”, “passar”, “encontrar” e “dar” pertencem à primeira (-AR); “fazer” pertence à segunda (-ER); e “ir” pertence à terceira (-IR).

Alternativa D: INCORRETA. Os verbos “passar”, “fazer” e “ir”, por exemplo, não são regulares. Ou seja,

Presente do subjuntivo	Presente do indicativo
Eu separe	Eu separo
Tu separes	Tu separas
Ele/ela separe	Ele separa
Nós separemos	Nós separamos
Vós separeis	Vós separais
Eles/elas separem	Eles separam

são verbos que apresentam formas que não obedecem ao paradigma de sua conjugação.

Alternativa E: INCORRETA. Todos os verbos sãoacionais e têm valor dinâmico na expressão da ação verbal.

78. Questão

O período a ser analisado nesta questão pertence ao fragmento do romance “As intermitências da morte”, de José Saramago, que está copiado na seção “Significação de vocábulos” deste capítulo.

(FACELI - 2105 - FUNCAB) “Há quem diga, com humor menos macabro que de mau gosto, que ela leva afevelada uma espécie de sorriso permanente, mas isso não é verdade”

Com relação aos componentes destacados do trecho, é correto afirmar que:

- (A) MAS inicia uma oração subordinada concessiva.
- (B) ISSO é um pronome adjetivo demonstrativo.
- (C) a palavra QUE, em todas as ocorrências, é uma conjunção integrante.
- (D) PERMANENTE é um adjetivo.
- (E) a palavra VERDADE é, sintaticamente, advérbio.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. “Mas” é uma conjunção coordenativa, pois inicia uma oração coordenada adversativa.

Alternativa B: INCORRETA. “Isso” é um pronome substantivo e não um pronome adjetivo. Ele é um pronome substantivo, porque funciona como um substantivo funciona (no caso, como núcleo do sujeito da oração “isso não é verdade”).

Alternativa C: INCORRETA. A primeira ocorrência de “que” compõe uma conjunção subordinativa comparativa (menos... do que). Apenas a segunda ocorrência de “que” é uma conjunção integrante.

Alternativa D: CORRETA. O vocábulo “permanente” está acrescentando uma característica ao substantivo “sorriso”, por isso é classificado morfologicamente como adjetivo.

Alternativa E: INCORRETA. A palavra “verdade”, morfologicamente, é classificada como substantivo e,

sintaticamente, é classificada como predicativo do sujeito.

79. Questão

Os fragmentos a serem analisados nesta questão pertencem ao texto “Acredite, progredimos sim”, de Clovis Rossi, que está na seção “Interpretação de Texto” deste capítulo.

(SUSAM/AM - 2014 - FGV) Todas as frases a seguir mostram uma forma verbal de infinitivo sublinhada. A forma de sua nominalização só NÃO está adequada em:

- (A) “...que acabaria por depor o presidente constitucional João Belchior Marques Goulart, apenas 18 dias depois” / acabaria no depoimento do presidente...
- (B) “É bom olhar para trás para verificar que, pelo menos no terreno institucional, o país progrediu bastante...” / para a verificação de que...
- (C) “...o que era o mesmo que acenar para o conservadorismo civil e militar...” / era o mesmo que o aceno...
- (D) “...Jango aproveitou o comício para assinar dois decretos...” / para a assinatura de dois decretos...
- (E) “...sem que se chame a tropa para resolvê-la...” / para a sua resolução...

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Nominalizar é transformar a forma verbal em nome (substantivo).

Alternativa A: INCORRETA. O verbo “depor” com sentido de “destituir do cargo”, quando nominalizado, passa a “deposição”. “Depoimento” também vem de “depor”, mas com sentido de “testemunhar”.

Alternativa B: CORRETA. O substantivo do verbo “verificar” é “verificação”.

Alternativa C: CORRETA. O substantivo do verbo “acenar” é “aceno”.

Alternativa D: CORRETA. O substantivo do verbo “assinar” é “assinatura”.

Alternativa E: CORRETA. O substantivo do verbo “resolver” é “resolução”.

80. Questão

O fragmento citado nesta questão pertence ao texto “Acredite, progredimos sim”, de Clovis Rossi, que está na seção “Interpretação de Texto” deste capítulo.

“Espero que esse novo passo não leve 50 anos”.

A forma verbal sublinhada pertence ao presente do subjuntivo do verbo “levar”. Assinale a opção que indica a forma verbal que está incorretamente conjugada nesse mesmo tempo e pessoa.

- (A) Requeira (requerer).
- (B) Intervenha (intervir).
- (C) Entretenha (entreter).
- (D) Frequente (frequentar).
- (E) Antepõe (antepor).

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O presente do subjuntivo de “requerer” é “que eu requeira”.

Alternativa B: CORRETA. O presente do subjuntivo de “intervir” é “que eu intervenha” (o verbo “intervir” é conjugado como o verbo “vir”).

Alternativa C: CORRETA. O presente do subjuntivo de “entreter” é “que eu entretenha” (o verbo “entreter” é conjugado como o verbo “ter”).

Alternativa D: CORRETA. O presente do subjuntivo de “frequentar” é “que eu frequente”.

Alternativa E: INCORRETA. O presente do subjuntivo de “antepor” é “que eu anteponha” (verbo “antepor” se conjuga como o verbo “pôr”).

81. Questão

Minhocão do Pari

No rio Cuiabá acima existe um lugar denominado Pari. A água naquele trecho do rio corre velocemente. Além do mais tem uma quantidade de poços.

Num deles mora uma agigantada serpente. Ela constitui o terror dos banhistas e canoieiros.

O pescador incauto é atraído pelo minhocão e quando menos espera morre afogado. Vários canoieiros afirmam já terem visto a terrível serpente.

A sua estória é horripilante. Ela tem matado muita gente. O minhocão não é propriamente um mito, mas sim um monstro.

Roteiro Histórico & Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá. Cuiabá: SEC-MT; Integrar; Defanti, 2012.

(UFMT - 2014 - UFMT) Sobre a linguagem do texto, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) Em Ela tem matado muita gente, a expressão verbal indica ação continuada.
- (B) O termo naquele é um pronome possessivo formado com a junção da preposição em.
- (C) Em pescador incauto, o adjetivo pode ser substituído por imprudente ou ingênuo.
- (D) O termo velocemente liga-se ao ato de correr, indicando circunstância de modo.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A locução “tem matado” indica que a serpente continua matando no presente.

Alternativa B: INCORRETA. O termo naquele e a contração do pronome demonstrativo “aquele” com a preposição “em”.

Alternativa C: CORRETA. “Incauto” significa “que não tem cautela”; pode, portanto, ser substituído por “imprudente ou ingênuo”.

Alternativa D: CORRETA. Em “o rio corre velocemente”, o advérbio “velozmente” está acrescentando ideia de modo ao verbo “correr”.

82. Questão

(IF/PI - 2014 - FUNRIO) As alternativas abaixo transcrevem alguma palavra empregada no texto e propõem a formação de uma palavra derivada. Numa delas, porém, a palavra proposta não serve como exemplo de derivação. Assinale-a:

- (A) apagar /apagamento.

- Ⓑ tarde / entardecer.
- Ⓒ sabão / ensaboar.
- Ⓓ burros / emburrecer.
- Ⓔ água / aguardente.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Esta questão exige o conhecimento de um dos processos de formação de palavras: a derivação. Dizemos que uma palavra é formada por derivação quando a um radical é acrescentado um prefixo, um sufixo ou ainda um prefixo e um sufixo ao mesmo tempo.

Alternativa A: CORRETA. A forma “apagamento” é derivada, pois ao radical foi acrescentado o sufixo “mento”.

Alternativa B: CORRETA. A forma “entardecer” é derivada por foram acrescentados o prefixo “em” e o sufixo “ecer” ao radical.

Alternativa C: CORRETA. A forma “ensaboar” é derivada, pois foram acrescentados ao radical o prefixo “en” e o sufixo “oar”.

Alternativa D: CORRETA. A forma “emburrecer” é derivada, pois foram acrescentados ao radical o prefixo “en” e o sufixo “ecer”.

Alternativa E: INCORRETA. A palavra “aguardente” é formada por processo de aglutinação de dois radicais e não por derivação.

83. Questão

O fragmento a ser analisado nesta questão pertence ao texto “As leis do internauta médio” que está na seção “Referenciação” deste capítulo. Não o copiamos aqui, porque, para resolver a questão, não é necessário consultá-lo.

(SOPH 2014 - FUNCAB) “Sem contar a onda de boatos, sempre no sentido de piorar o que já era péssimo.” (§ 3)

A respeito do trecho acima, quanto aos aspectos gramatical, sintático e semântico, analise as afirmativas a seguir.

- I. DE BOATOS é uma locução adverbial de modo e exerce a função sintática de adjunto adverbial.
- II. QUE é um pronome relativo e retoma a ideia de aquilo, produzida pelo pronome O, que o antecede.

III. É desnecessário explicar a palavra ONDA, pois é um substantivo que pertence ao registro formal da língua escrita.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- Ⓐ I
- Ⓑ II
- Ⓒ III
- Ⓓ I e II
- Ⓔ II e III

Grau de Dificuldade

Assertiva I: INCORRETA. “De boatos” acompanha o substantivo “ondas”; não pode ser, portanto um advérbio. Trata-se de uma locução adjetiva.

Assertiva II: CORRETA. O pronome “que” recupera o pronome “o” que, nesse contexto, é correspondente ao demonstrativo “aquilo”.

Assertiva III: INCORRETA. Tanto a palavra “onda” precisa ser explicada que ela foi (pela locução adjetiva “de boatos”). O termo “onda” para expressar, em sentido figurado, a “intensidade” de algo (no caso, dos boatos) é usado na linguagem coloquial.

Resposta: Ⓑ

84. Questão

A questão faz referência a um trecho do livro “Marley e eu”, usado na prova do CRM MS, de 2014. O trecho não foi copiado aqui porque não é necessário consultá-lo para responder à questão.

(CRM/MS - 2014 - MCONCURSOS) O verbo frear foi empregado no texto no modo infinitivo. Em qual alternativa ele se apresenta conjugado e grafado corretamente?

- Ⓐ O turista freiou imediatamente ao perceber um animal na pista.
- Ⓑ Eles disseram que freariam apenas em caso de perigo, pois o freio estava com problemas.
- Ⓒ Eu freio, você freia, enfim, nós freamos o carro quando é necessário evitar o pior.
- Ⓓ Eu freiei e consegui impedir um grave acidente.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A 3ª pessoa do pretérito perfeito de “frear” é ele “freou”.

Alternativa B: INCORRETA. A 3ª pessoa do plural do futuro do pretérito do verbo “frear” é eles “freariam”.

Alternativa C: CORRETA. A 1ª pessoa e o pronome “você”, no presente do indicativo do verbo “frear”, são eu “freio” e você “freia”. A primeira pessoa do plural não tem o “i” (nós “freamos”).

Alternativa D: INCORRETA. A 1ª pessoa do pretérito perfeito de “frear” é “eu freei”.

85. Questão

Quanto ao gênero dos substantivos, assinale a frase em que a forma em destaque é atendida corretamente:

- Ⓐ Na última noite de festa, a foliã incansável amaneceu pulando o carnaval.
- Ⓑ A pessoa mais agradável durante o jantar foi, sem dúvida, a anfitriã.
- Ⓒ Dentre as hortaliças, o alface foi o mais afetado pelo excesso de chuva.
- Ⓓ A espécie é um achado e tanto.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O feminino de folião é “foliona”.

Alternativa B: CORRETA. O feminino de anfitrião é anfitriã ou anfitriã.

Alternativa C: INCORRETA. “Alface” é um substantivo feminino (a alface).

Alternativa D: INCORRETA. “Espécime” é um substantivo masculino (o espécime).

86. Questão

(Gás Brasileiro - 2013 - IESES) Nas palavras “correspondentes”, “expressividade” e “economia”, quanto ao processo de formação, há, respectivamente:

- Ⓐ Derivação parassintética; derivação sufixal e palavra primitiva.
- Ⓑ Derivação parassintética, derivação parassintética e palavra primitiva.
- Ⓒ Derivação sufixal; derivação parassintética e derivação regressiva.

- Ⓓ Derivação prefixal; derivação prefixal e derivação regressiva.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Essa questão exige o conhecimento de um dos processos de formação de palavras: a derivação. Derivação: A derivação pode ser prefixal, sufixal, parassintética, regressiva e imprópria. A derivação prefixal acontece quando se acrescenta um prefixo a um radical. Por exemplo: a palavra “dementir” foi formada pela junção do prefixo “des” à palavra “mentir”. A derivação sufixal acontece quando se acrescenta um sufixo ao radical. Por exemplo: no vocábulo “pensativo” foi acrescentado ao radical de “pensar” o sufixo “ivo”. A derivação prefixal e sufixal ocorre quando a um dado radical se somam, ao mesmo tempo, um prefixo e um sufixo (como em “infelizmente” e em desigualdade). A derivação parassintética ocorre, assim como a derivação prefixal e sufixal, quando a um determinado radical se somam, simultaneamente, um prefixo e um sufixo. A diferença é que a palavra formada não existe apenas com o prefixo nem apenas com o sufixo (como, por exemplo, em “enraivecer”). A derivação regressiva acontece quando há uma redução na forma fonológica original da palavra. Por exemplo: o substantivo “busca” é formado pela redução do verbo “buscar”. E, por fim, a derivação imprópria se dá quando uma palavra muda de classe gramatical sem que sua forma original seja alterada.

Alternativa A: CORRETA. A palavra “correspondentes” foi formada por derivação parassintética, pois ao radical “respond” foram acrescentados o prefixo “co” e o sufixo “ente”. A palavra “expressividade” foi formada por derivação “sufixal”, pois ao radical “express” foi acrescentado o sufixo “idade”. A palavra “economia” é primitiva; dela derivam outras como economista e economizar.

Alternativa B: INCORRETA. A palavra “expressividade” não pode ter sido formada por derivação parassintética, pois não há nela prefixo.

Alternativa C: INCORRETA. A palavra “correspondentes” não pode ter sido formada por derivação sufixal apenas, pois ao radical foram acrescentados prefixo e sufixo. Além disso, a palavra “expressividade” não

pode ter sido formada por derivação parassintética, pois não há nela prefixo. E a palavra “economia” é primitiva, não foi formada por meio de redução.

Alternativa D: INCORRETA. A palavra “correspondentes” não pode ter sido formada por derivação prefixal apenas, pois ao radical foram acrescentados prefixo e sufixo; a palavra “expressividade” não tem prefixo; e a palavra “economia” é primitiva, não foi formada por meio de redução.

SINTAXE

87. Questão

O texto de onde os fragmentos que compõem a questão a seguir foram retirados está na seção “Relações semânticas e período composto” deste capítulo.

(UFMG - 2015 - UFMG) Assinale a alternativa em que o termo sublinhado foi classificado corretamente nos parênteses.

- Ⓐ somos manipulados por propagandas? (agente da passiva)
- Ⓑ pergunto-me qual seria o grande trunfo de viver dessa maneira. (complemento nominal)
- Ⓒ Vi, durante os três últimos anos, amigos [...] (objeto indireto)
- Ⓓ as algemas atadas são falsamente libertadas [...] (predicado verbo-nominal)

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA.. A frase “somos manipulados por propaganda?” está na voz passiva, porque o sujeito “nós” está sofrendo a ação expressa pelo verbo manipular; trata-se de um sujeito paciente. O termo “por propaganda” é agente da passiva porque é a propaganda que manipula, ou seja, a propaganda é o agente da ação expressa pelo verbo “manipular”.

Alternativa B: INCORRETA. O termo “dessa maneira” não poderia ser complemento nominal já que não está completando um nome, ou seja, um substantivo, um adjetivo ou um advérbio. O termo está acrescentando uma ideia de modo a um verbo.

Alternativa C: INCORRETA. O termo “amigos” é objeto direto do verbo “vi”, porque complementa o verbo sem o auxílio de uma preposição.

Alternativa D: INCORRETA. O predicado não é verbo-nominal, é nominal. O verbo “ser” é um verbo de ligação e “falsamente libertadas” é um predicativo do sujeito.

88. Questão

O fragmento a ser analisado nesta questão foi retirado do texto “Você sabe com quem está falando?”, de Roberto Da Matta, que está na seção “Interpretação de Texto” deste capítulo.

(CRF/RO - 2015 - FUNCAB) Na passagem para a passiva analítica do verbo destacado em “O poder ilimitado e congelado ou fixo em pessoas ou partidos [...] LIQUIDA a democracia”, a correspondência correta de flexão verbal está expressa em:

- Ⓐ Foi liquidada.
- Ⓑ É liquidada.
- Ⓒ Fora liquidada.
- Ⓓ Fosse liquidada.
- Ⓔ Será liquidada.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: A oração em destaque está na voz ativa, porque o sujeito – cujo núcleo é o substantivo “poder” – é agente da ação expressa pelo verbo. Para passar a frase para a voz passiva, devemos colocar o termo que é objeto direto no lugar do sujeito e o que é sujeito na ativa passará a ser agente da passiva.

Alternativa A: INCORRETA. A locução verbal “foi liquidada” está incorreta porque o verbo auxiliar está no passado, fazendo com que o tempo verbal da frase mude. Na frase original, o verbo “liquida” está no presente; a locução verbal deve permanecer no presente.

Alternativa B: CORRETA.. A locução verbal está no presente assim como o verbo “liquida”, da oração na voz ativa, está. A oração na voz passiva fica assim: “A democracia é liquidada pelo poder ilimitado e congelado ou fixo em pessoas ou partidos”.

Alternativa C: INCORRETA. O tempo verbal foi alterado, mudando o sentido do texto.

Alternativa D: INCORRETA. O tempo verbal foi alterado, mudando o sentido do texto.

Alternativa E: INCORRETA. O tempo verbal foi alterado, mudando o sentido do texto.

89. Questão

O fragmento a ser analisado nesta questão foi retirado do texto “Você sabe com quem está falando?”, de Roberto Da Matta, que está na seção “Interpretação de Texto” deste capítulo.

A respeito do trecho “Quando eu era menino, lembro-me bem de como era impossível ter uma fila no Brasil.”, quanto aos aspectos gramatical, sintático e semântico, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os verbos usados são significativos, por isso fundamentais à ideia do predicado nas orações.
- II. ME é pronome pessoal oblíquo.
- III. NO BRASIL atribui ideia de lugar ao trecho a que se refere.

Está correto apenas o que se afirma em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Essa questão envolve não apenas conhecimentos de sintaxe, mas também conhecimentos de morfologia e semântica.

Assertiva I: INCORRETA. Os verbos usados são “era”, “lembro-me” e “ter”. O verbo ser não é significativo; é um verbo de ligação. Ele participa da construção de predicados nominais, como em “eu era menino” e “era impossível”. Nessas orações, os termos fundamentais não são os verbos, são o substantivo “menino” e o adjetivo “impossível”, respectivamente.

Assertiva II: CORRETA. O pronome “me” é classificado morfologicamente como pronome pessoal oblíquo.

Assertiva III: CORRETA. O termo “no Brasil” atribui ideia de lugar ao fragmento. O Brasil era o lugar onde era impossível ter uma fila quando o autor do texto era criança.

Resposta: (E)

90. Questão

Considere o trecho abaixo para responder à questão. Ele pertence ao texto de Lya Luft, que está na seção “Significação de Vocábulo” deste capítulo.

“Não a quero sobressaltar quando se abre para o mundo que tão intensamente adivinha, nem interromper sua risada quando acha graça de algo que ninguém mais percebeu.” (1º§)

(CIA DAS DOCAS - 2015 - IBFC) Assinale a opção em que se aponta, erroneamente, a análise sintática do termo indicado.

- (A) “que tão intensamente adivinha” — objeto indireto
- (B) “o mundo que tão intensamente” — adjunto adverbial
- (C) “Não a quero sobressaltar” — objeto direto
- (D) “ninguém mais percebeu” — sujeito

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O termo “que” é um pronome relativo porque substitui o termo antecedente “mundo”. Se observarmos a relação do termo “mundo” com a oração, veremos que “mundo” é o objeto direto do verbo “adivinha” (a criança tão intensamente adivinha o mundo). O pronome relativo “que” funciona nesse contexto, portanto, como objeto direto.

Alternativa B: CORRETA. O vocábulo “tão” está dando intensidade ao advérbio “intensamente”. Sabemos que apenas os advérbios modificam advérbios. Se o vocábulo “tão” é, morfologicamente, advérbio, sintaticamente é um adjunto adverbial.

Alternativa C: CORRETA. O pronome oblíquo “a” substitui o termo “a criança”, funcionando como objeto direto (alguém não quer sobressaltar a criança).

Alternativa D: CORRETA. O termo “ninguém” é sujeito do verbo “percebeu”.

91. Questão

O período a ser analisado nesta questão pertence ao fragmento do romance “As intermitências

da morte”, de José Saramago, que está copiado na seção “Significação de vocábulos” deste capítulo.

(FACELI - FUNCAB - 2015) Sobre os elementos destacados do fragmento “Se a morte havia sonhado com a esperança de alguma surpresa que a viesse distrair dos aborrecimentos da rotina, estava servida.”, leia as afirmativas.

- I. O verbo “haver” como auxiliar da expressão HAVIA SONHADO fica no plural se o sujeito estiver no plural.
- II. “DE ALGUMA SURPRESA” é objeto indireto da primeira oração.
- III. QUE é uma conjunção integrante.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Essa questão tem assuntos de morfologia e de sintaxe.

Assertiva I: CORRETA. O verbo “haver”, na locução verbal “havia sonhado”, varia de acordo com o sujeito. Por exemplo: as pessoas haviam sonhado com a esperança. O verbo “haver” não varia quando tem sentido de existir, de acontecer.

Assertiva II: INCORRETA. “De alguma surpresa” não pode ser um objeto direto, pois não é um complemento verbal. Observe como o termo está complementando um nome (esperança).

Assertiva III: INCORRETA. O termo “que” não é uma conjunção; é um pronome relativo. Observe como ele tem a função de substituir o termo que o antecede e como, nesse contexto, pode ser substituído por “a qual”.

Resposta: (A)

92. Questão

O período a ser analisado nesta questão pertence ao fragmento do romance “As intermitências

da morte”, de José Saramago, que está copiado na seção “Significação de vocábulos” deste capítulo.

(FACELI - FUNCAB - 2015) Em “CARA SENHORA, lamento comunicar-lhe que a sua vida terminará no prazo irrevogável e improrrogável de uma semana.” os termos destacados compõem a função de:

- (A) vocativo.
- (B) aposto.
- (C) sujeito.
- (D) adjunto adnominal.
- (E) complemento nominal.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O vocativo é o termo usado para interpelar diretamente o receptor. Nesse período, a personagem escreve a alguém a quem chama de “cara senhora”.

Alternativa B: INCORRETA. O aposto tem a função de explicar outro termo da oração principal, como em “Antônio, administrador da empresa, já deu início à reunião.”

Alternativa C: INCORRETA. O sujeito do verbo “lamento” é “eu”. É possível reconhecê-lo pela desinência verbal.

Alternativa D: INCORRETA. O adjunto adnominal se associa a substantivos que ocupam a posição de núcleo de uma função sintática qualquer; não é o caso do termo “cara senhora”.

Alternativa E: INCORRETA. O complemento nominal completa o sentido de substantivos, adjetivos ou advérbios e o termo “cara senhora” não tem essa função.

93. Questão

O fragmento a ser analisado nesta questão pertence ao texto “Acredite, progredimos sim”, de Clovis Rossi, que está na seção “Interpretação de Texto” deste capítulo.

(SUSAM/AM - 2014 - FGV) “Ajuda-memória: o comício foi organizado pelo governo Goulart. Havia uma profusão de bandeiras vermelhas pedindo a legalização do ainda banido Partido Comunista Brasileiro, o que era o mesmo que acenar para o conservadorismo civil e militar com o pano vermelho com que se atia o

touro na arena”. Sobre as formas verbais desse segmento do texto, assinale a afirmativa correta.

- Ⓐ A frase “o comício foi organizado pelo governo Goulart” está na voz passiva e sua forma ativa correspondente é “o governo Goulart organizou o comício”.
- Ⓑ A forma verbal “havia” não tem sujeito expresse e equivale a “existiam”.
- Ⓒ A forma verbal “pedindo” equivale a “que embora pedissem”.
- Ⓓ A forma verbal “acenar” equivale à forma desenvolvida “estar acenando”.
- Ⓔ A forma verbal “se atia” exemplifica o que se denomina construção com sujeito indeterminado.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A frase “o comício foi organizado pelo governo Goulart” está na voz passiva, pois o sujeito está sofrendo a ação expressa pelo verbo (chamamos esse tipo de sujeito de sujeito paciente). Para passarmos a frase para a voz ativa, devemos colocar o termo que é agente na voz passiva no lugar do sujeito e o termo que é sujeito paciente no lugar do complemento verbal: o governo Goulart organizou o comício.

Alternativa B: INCORRETA. A forma verbal “havia” não tem sujeito, é impessoal, e equivale a “existia”, pois o núcleo do sujeito do verbo “existir” (o verbo existir tem sujeito) é “profusão”.

Alternativa C: INCORRETA. A forma verbal “pedindo” equivale a “que pediam...”.

Alternativa D: INCORRETA. Se substituirmos “acenar” por “estar acenando”, veremos que o sentido do trecho muda.

Alternativa E: INCORRETA. O sujeito de “se atia” está expresse; é “o touro”. A frase está na voz passiva sintética. Podemos verificar isso, passando a frase para a voz passiva analítica (o touro é atiado).

94. Questão

O enunciado da questão faz referência à linha do texto de onde a oração a ser analisada foi retirada. Não copiamos o texto aqui, pois sua leitura não é necessária à resolução da questão.

(METRÔ DF 2014 - IADES) Conforme a norma-padrão, a oração “As obras foram iniciadas em janeiro de 1992” (linha 8) poderia ser reescrita da seguinte maneira:

- Ⓐ Iniciou-se as obras em janeiro de 1992.
- Ⓑ Se iniciou as obras em janeiro de 1992.
- Ⓒ Iniciaram-se as obras em janeiro de 1992.
- Ⓓ Teve início as obras em janeiro de 1992.
- Ⓔ Deu-se início as obras em janeiro de 1992.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: A oração destacada está na voz passiva analítica. Observe como a oração é formada por um sujeito paciente (que sofre a ação expressa pelo verbo) e por uma locução verbal. Observando as alternativas dadas como possibilidades de resposta, percebe-se que a prova está verificando se o candidato sabe passar a oração da voz passiva analítica para a voz passiva sintética, observando a concordância verbal.

Alternativa A: INCORRETA. O verbo deveria estar no plural para concordar com o sujeito “as obras”, que está no plural.

Alternativa B: INCORRETA. O verbo deveria estar no plural para concordar com o sujeito “as obras”, que está no plural.

Alternativa C: CORRETA. O verbo “iniciar” está no plural concordando com o núcleo do sujeito “obras”.

Alternativa D: INCORRETA. O verbo “ter” deveria ter sido usado no plural para concordar com o núcleo do sujeito.

Alternativa E: INCORRETA. O verbo “dar” está concordando com o sujeito. O problema dessa alternativa não é o verbo, é a ausência da crase antes do substantivo “obras” (quem dá início dá início a alguma coisa).

95. Questão

Os fragmentos que compõem as alternativas desta questão pertencem ao texto “As verdades da razão” que está inteiro na seção “Regência verbal, regência nominal e crase” deste capítulo. Como, para responder à questão, não é necessária a consulta ao texto, não o copiamos aqui.

(MAPA - 2014 - CONSULPLAN) Considerando as funções estabelecidas sintaticamente pelas palavras em determinada oração, identifique o termo ou expressão destacado(a) cuja função sintática DIFERE dos demais:

- (A) “[...] ouvindo as deles e construindo a verdade [...]” (1º§)
- (B) “[...] sociedade em que existem castas sociais inamovíveis.” (1º§)
- (C) “Por isso o hábito filosófico de raciocinar nasce na Grécia [...]” (1º§)
- (D) “‘Conversar’ não é o mesmo que ouvir sermões ou atender a vozes de comando.” (1º§)

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O termo destacado é objeto direto do verbo “construindo”. Nas demais letras da questão, os termos destacados são sujeitos.

Alternativa B: CORRETA. O termo destacado é sujeito do verbo “existem”. A classificação do pode causar dúvida, porque, nesse caso, o sujeito está posposto ao verbo. Para termos certeza de que se trata do sujeito, podemos colocá-lo antes do verbo e podemos colocá-lo no singular. Fazendo isso, observaremos que o verbo também irá para o singular.

Alternativa C: CORRETA. O termo em destaque é sujeito do verbo “nasce”.

Alternativa D: CORRETA. “Conversar” é sujeito do verbo “é”.

96. Questão

(IF/PI - FUNRIO - 2014) O cidadão se dirigiu à autoridade e perguntou: – Por que não se fez nada antes? Nessa pergunta foi empregado o pronome SE com o mesmo valor morfossintático que ocorre na seguinte frase:

- (A) Por que não se pensou nisso antes?
- (B) Por que não se falou nele antes?
- (C) Por que não se acreditou nela antes?
- (D) Por que não se esteve no local antes?
- (E) Por que não se contratou ninguém antes?

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: A oração “por que não se fez nada antes?” está na voz passiva sintética, logo o “se” é pronome apassivador e “nada” é sujeito paciente. A oração corresponde à forma passiva analítica “por que nada foi feito antes?”.

Alternativa A: INCORRETA. O verbo “pensou” é transitivo indireto; não pode, portanto, compor a voz passiva sintética. O pronome “se”, nesse caso, é índice de indeterminação do sujeito.

Alternativa B: INCORRETA. O verbo “falou” é transitivo indireto; não pode, portanto, compor a voz passiva sintética. O pronome “se”, nesse caso, é índice de indeterminação do sujeito.

Alternativa C: INCORRETA. O verbo “acreditou” é transitivo indireto; não pode, portanto, compor a voz passiva sintética. O pronome “se”, nesse caso, é índice de indeterminação do sujeito.

Alternativa D: INCORRETA. O verbo “esteve” é intransitivo e “no local” é adjunto adverbial. O pronome “se”, nesse caso, é índice de indeterminação do sujeito.

Alternativa E: CORRETA. O verbo “contratou” é transitivo direto. O “se”, nesse caso, é pronome apassivador e “ninguém” é sujeito paciente. Na passiva analítica a oração seria “por que ninguém foi contratado antes?”.

97. Questão

O texto a que pertence o período a ser analisado nesta questão não foi copiado aqui, porque, para a solução da questão, sua leitura não é necessária.

(Eletrobras/AC - 2014 - IBEG) A respeito das questões morfossintáticas que envolvem o trecho “Maíra alerta que a qualidade da Educação Básica no Brasil é um tema que preocupa cada vez mais as grandes empresas.”, marque a alternativa correta.

- (A) Há três orações que se relacionam por coordenação.
- (B) A 2ª oração é subordinada, pois desempenha a função de complemento verbal da 1ª.
- (C) A 3ª oração apresenta uma explicação sobre o substantivo “tema”, por isso classifica-se como coordenada sindética explicativa.
- (D) Apenas a 2ª oração está constituída por um predicado verbal, pois apresenta um verbo que expressa uma ação realizada pelo sujeito.

- Ⓔ O termo “as grandes empresas” é o sujeito da 3ª oração.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O período é formado por três orações, mas elas não se relacionam por coordenação. Trata-se de orações subordinadas.

Alternativa B: CORRETA. A 2ª oração é subordinada e complementa o verbo “alerta” da primeira oração. Observe como a 2ª oração expressa o que Maíra alerta. Trata-se de uma oração subordinada substantiva objetiva direta.

Alternativa C: INCORRETA. A 3ª oração funciona como um adjetivo; não é, portanto, uma coordenada. Trata-se de uma oração subordinada adjetiva.

Alternativa D: INCORRETA. O verbo da 2ª oração é o verbo “ser”; a 2ª oração é constituída, portanto, por predicado nominal.

Alternativa E: INCORRETA. O sujeito do verbo “preocupa” é o pronome relativo “que” que está substituindo o termo antecedente “tema”. O termo “as grandes empresas” é o complemento verbal.

98. Questão

Acerca das relações sintáticas no período “Perguntaram para a professora por que o Gaúcho falava diferente.”, marque a alternativa correta.

- Ⓐ Há duas orações coordenadas entre si. As duas orações apresentam o mesmo sujeito.
- Ⓑ Apenas a 1ª oração apresenta predicado verbal.
- Ⓒ Apenas a 2ª oração apresenta verbo intransitivo.
- Ⓓ A 2ª oração funciona como complemento do termo “professora”

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Há duas orações subordinadas entre si, pois há relação sintática entre elas.

Alternativa B: INCORRETA. A primeira oração tem sujeito indeterminado e a segunda oração tem sujeito simples (o Gaúcho).

Alternativa C: INCORRETA. Os verbos de cada oração são “perguntaram” e “falava”. Os dois são verbos nominais. Logo, trata-se de predicados verbais.

Alternativa D: CORRETA. O verbo falava é intransitivo porque não tem complemento. O termo “diferente” não é complemento é um adjunto adverbial.

Alternativa E: INCORRETA. A 2ª oração é complemento do verbo “perguntaram”, que é transitivo direto e indireto.

CORRESPONDÊNCIA OFICIAL

99. Questão

(UNIFAP - 2015 - UNIFAP) Os gêneros Institucionais ou burocráticos fazem parte do processo de leitura e produção textuais que circulam nas Instituições públicas ou privadas. Sobre esses gêneros pode-se informar que:

- Estão presentes somente na comunicação interna da Instituição.
- Possuem uma estrutura definida, são limitados, fazem uso de recursos linguísticos próprios como modalizadores verbais e expressões formulaicas. Iii - entre eles destacam-se o ofício, o memorando, o parecer técnico e o requerimento.
- Podem ser usados no mesmo contexto situacional, pois a intenção comunicativa desses gêneros é sempre a mesma.

Assinale a opção que apresenta as alternativas corretas:

- Ⓐ somente II e III
- Ⓑ somente II, III e IV
- Ⓒ somente I, III e IV
- Ⓓ somente I e III
- Ⓔ I, II, III e IV

Grau de Dificuldade

Assertiva I: INCORRETA. Os gêneros institucionais ou burocráticos estão presentes não apenas na comunicação interna, mas também na comunicação externa de uma instituição.

Assertiva II: CORRETA. Cada gênero burocrático possui uma estrutura específica e faz uso de recursos linguísticos próprios.

Assertiva III: CORRETA. O ofício, o memorando, o parecer e o requerimento são exemplos de gêneros burocráticos.

Assertiva IV: INCORRETA. Cada gênero é usado para uma finalidade específica. Por exemplo: o memorando é um tipo de comunicação eminentemente interna, que se caracteriza pela agilidade e pela simplicidade, enquanto o requerimento é um documento por meio do qual se solicita algo a uma autoridade e se caracteriza pela formalidade.

Resposta: A

100. Questão

(Cia das Docas - 2015 - IBFC) Considerando as normas para redação de correspondências oficiais e a estrutura desses documentos, assinale a opção em que se faz uma afirmação correta.

- A O memorando é um documento utilizado para comunicação interna em uma empresa.
- B Deve-se sempre usar o vocábulo "obrigado/a" como fecho de correspondências oficiais.
- C Os números presentes no corpo do texto de uma ATA não devem vir escritos por extenso.
- D Um parecer é um documento usualmente empregado para registrar as decisões de uma reunião ou assembleia.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. O memorando é um documento usado na comunicação interna.

Alternativa B: INCORRETA. Os fechos adequados para a correspondência oficial são "respeitosamente" e "atenciosamente".

Alternativa C: INCORRETA. Na ata, os números sempre devem ser escritos por extenso.

Alternativa D: INCORRETA. A ata é o documento usualmente usado para registrar as decisões de uma reunião ou assembleia. O parecer é o texto por meio do qual se apresenta uma opinião técnica.

101. Questão

(CRM/MS - 2014 - MCONCURSOS) A correspondência oficial conhecida como memorando possui algumas características que lhe são peculiares. Assinale a alternativa que menciona uma delas.

- A A forma e estrutura do memorando é a do padrão ofício, excetuando-se que o seu destinatário

não deve ser citado pelo cargo que ocupa.

B É uma forma de comunicação interna e, dependendo da finalidade, também externa ao órgão de origem.

C A rapidez e a simplicidade de procedimentos burocráticos devem acompanhar o trâmite do memorando em qualquer órgão.

D Os despachos ao memorando são dados numa folha de protocolo separada, onde se alistam aqueles que foram emitidos no dia.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Quanto à forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, mas seu destinatário deve ser mencionado pelo cargo que ocupa.

Alternativa B: INCORRETA. O memorando é uma forma de comunicação interna.

Alternativa C: CORRETA. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve ser pautada pela rapidez e pela simplicidade.

Alternativa D: INCORRETA. Por conta da agilidade característica desse gênero, os despachos devem ser dados na mesma folha do documento.

102. Questão

"Os atos oficiais, aqui entendidos como atos de caráter normativo, ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos públicos, o que só é alcançado se em sua elaboração for empregada a linguagem adequada."

Manual de Redação da Presidência da República.

(AGU - 2014 - IDECAN) Acerca da linguagem utilizada nos atos e comunicações oficiais, é correto afirmar que se trata do uso de

- A uma linguagem erudita.
- B riqueza de figuras de linguagem.
- C norma padrão com presença de vocabulário técnico.
- D uma linguagem específica, restrita a determinado grupo.
- E expressões pessoais características de tal gênero textual.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A linguagem não deve ser erudita, ou seja, rebuscada e cheia de preciosismos. Nos atos de comunicação oficiais, a linguagem deve ser objetiva e deve estar dentro das regras da norma padrão.

Alternativa B: INCORRETA. As figuras de linguagem são inadequadas nas comunicações oficiais porque geram polissemia. Os textos das comunicações oficiais devem ser objetivos, pois devem ser compreendidos do mesmo modo por qualquer destinatário.

Alternativa C: INCORRETA. A correspondência oficial deve fazer uso da norma padrão, ou seja, deve seguir as regras prescritas pela gramática normativa, e deve ter vocabulário técnico (mas não o jargão técnico de uma área específica).

Alternativa D: INCORRETA. A correspondência oficial não pode ter uma linguagem específica de determinado grupo já que deve ser entendida por qualquer cidadão brasileiro.

Alternativa E: CORRETA. As expressões pessoais não devem fazer parte da correspondência oficial por conta de seu caráter público, impessoal.

MORFOLOGIA

As **classes de palavras** são substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

SUBSTANTIVO

Substantivos são as palavras com que se nomeiam os seres (empresa, contador), as qualidades (maldade, inteligência), os estados (saúde, felicidade), os processos (entrega, adequação).

Podem ser classificados como:

- **Simples** (formados por apenas um radical, como “livro”) e **compostos** (formados por mais de um radical, como “livro-caixa”).
- **Concretos** (são aqueles que dão nome aos seres, reais ou imaginários, que têm existência independente, como imposto e estoque) e **abstratos** (são os que designam ações, estados, qualidades, sentimentos, ou seja, seres cuja existência depende sempre da existência de outro ser, como gerenciamento, saúde, generosidade, compromisso, orgulho etc.).
- **Próprios** (são aqueles que dão nome a um único ser, de uma dada espécie, como Clara e Salvador) e **comuns** (são os que nomeiam todos os elementos de uma dada espécie, como funcionário e cidade).

Há ainda um tipo específico de substantivo comum, os chamados de coletivos: aqueles que, no singular, fazem referência a um conjunto de seres, como código (de leis), banda (de músicos), constelação (de estrelas) etc.

- **Primitivos** (são os substantivos que não têm origem em outros substantivos da língua. Por exemplo: fluxo) e **derivados** (são os substantivos formados a partir de radical já existente. Por exemplo: fluxograma, afluência).

ADJETIVO

Adjetivos são palavras que caracterizam o substantivo (contador atento) ou que estabelecem, com o substantivo, relações de tempo, espaço, procedência etc. (relatório semanal, bairro italiano, vinho português).

A **locução adjetiva** é o termo formado por mais de uma palavra e equivale a um adjetivo. As locuções adjetivas são iniciadas por preposição. Por exemplo: A locução “de contabilidade” corresponde ao adjetivo “contábil”.

ARTIGO

Artigos são palavras que se antepõem aos substantivos e que os determinam. Os artigos podem ser definidos (o, a, os, as) ou indefinidos (um, uma, uns, umas).

NUMERAL

Numerais são as palavras que indicam quantidade exata de seres ou o lugar que os seres ocupam em uma série (primeiro, segundo etc.).

Podem ser: cardinais (um, dois, três), ordinais (primeiro, segundo, terceiro), multiplicativos (dobro, triplo) e fracionários (meio, dois terços)

VERBO

Verbos são as palavras que podem variar em número (singular e plural), pessoa (1ª, 2ª ou 3ª), modo (indicativo, subjuntivo e imperativo), tempo (presente, pretérito perfeito, futuro do presente etc.), voz (ativa, passiva e reflexiva) e aspecto. Indicam ações, processos, estados, mudanças de estado e fenômenos meteorológicos.

A **locução verbal** é formada por um verbo auxiliar e um verbo principal. O verbo auxiliar expressa as noções gramaticais de número, pessoa, tempo, modo, aspecto e voz e, na locução verbal, o verbo auxiliar é o único a ser conjugado. O verbo principal é responsável pela ideia principal da locução verbal e é usado sempre na forma nominal (ou seja, no infinitivo, no gerúndio ou no particípio).

Por exemplo: A empresa **tinha iniciado** a investigação de problemas administrativos. A locução “tinha iniciado” é formada pelo auxiliar “tinha”, no pretérito imperfeito do indicativo, e pelo verbo principal “iniciado”.

Os auxiliares mais frequentes são ser, haver, ter e estar. Exemplos: A auditoria foi contratada mediante licitação; eu **hei de passar** no concurso; a receita **tinha facilitado** a prestação de contas; o profissional **estava se dirigindo** ao local de trabalho quando o incidente aconteceu.

As vozes verbais

A voz verbal indica a relação entre o verbo e o sujeito desse verbo. São três as vozes verbais: a ativa, a passiva e a reflexiva.

Na **voz ativa**, o fato expresso pelo verbo é praticado pelo sujeito. Por exemplo: Em “Os deputados aprovaram a Medida Provisória que aumenta progressivamente o Imposto de Renda sobre ganhos de capital”, o sujeito do verbo “aprovaram” é “os deputados”.

Na **voz passiva**, o fato expresso pelo verbo não é praticado pelo sujeito. Nesse caso, o sujeito sofre a ação verbal e outro (o agente da passiva) é quem age.

- Voz passiva analítica: A Medida Provisória que aumenta progressivamente o Imposto de Renda sobre ganhos de capital *foi aprovada* pelos deputados. Nessa frase, o sujeito da locução verbal “foi aprovada” é “a Medida Provisória” e nós o chamamos de sujeito paciente; o termo “pelos deputados” é chamado de agente da passiva.
- Voz passiva sintética: *Aprovou-se* a Medida Provisória que aumenta progressivamente o Imposto de Renda sobre ganhos de capital. O sujeito

é “a Medida Provisória” e, porque sofre a ação expressa pelo verbo, é chamado de sujeito paciente. O pronome “se”, nesse caso, é chamado de pronome apassivador.

Na **voz reflexiva**, o sujeito pratica e sofre a ação expressa pelo verbo. Por exemplo: Ele se preparou para o concurso. O sujeito “ele” praticou a ação (preparou) e a sofreu ao mesmo tempo (preparou a si mesmo).

A noção de aspecto verbal

O **aspecto verbal** informa a maneira como o locutor (ou seja, aquele que fala ou escreve) considera a ação expressa pelo verbo. Veja as oposições aspectuais a seguir:

- **Aspecto pontual / aspecto durativo:** oposição aspectual que indica que a ação expressa pelo verbo dura menor ou maior extensão de tempo. Exemplos:

Aspecto pontual: O contador *acabou de realizar* o fechamento da folha de pagamento.

Aspecto durativo: O contador *continua a fazer* o fechamento da folha de pagamento.

- **Aspecto incoativo / aspecto conclusivo:** o primeiro indica o início de uma ação e o segundo, o fim.

Exemplos:

Aspecto incoativo: Comecei a analisar a viabilidade do projeto.

Aspecto conclusivo: Acabei de analisar a viabilidade do projeto.

- **Aspecto contínuo / aspecto descontínuo:** oposição aspectual que indica continuidade ou descontinuidade da ação expressa pelo verbo.

Exemplos:

Aspecto contínuo: O boleto continua a ser enviado pelo correio.

Aspecto descontínuo: O boleto voltou a ser enviado pelo correio.

PRONOME

Pronome é a palavra que:

- recupera o conteúdo de um termo já mencionado antes.

Exemplos:

As Micro e Pequenas Empresas são importantes para qualquer economia. **Elas** são excelentes empregadoras e geradoras de empregos. O pronome “elas” recupera o termo “As Micro e Pequenas Empresas”.

As Micro e Pequenas Empresas são importantes para qualquer economia e **isso** se dá por vários motivos. O pronome “isso” recupera a ideia de que as Micro e Pequenas Empresas são importantes para qualquer economia.

- acompanha um substantivo, limitando a significação dele. Exemplo: **Essas** empresas são mais ágeis que as de maior porte.

Quando os pronomes substituem outros termos, dizemos que são **pronomes substantivos**; quando acompanham um substantivo são **pronomes adjetivos**. Então, nas frases dadas como exemplo, os pronomes “elas” e “isso” são chamados de pronomes substantivos e o pronome “essas”, que acompanha o substantivo “empresas”, é chamado de pronome adjetivo.

CLASSIFICAÇÃO DOS PRONOMES:

Dependendo do papel que exercem nas frases, os pronomes podem ser de diferentes tipos.

Pronomes Pessoais

Os três elementos de um ato de comunicação são chamados de **pessoas gramaticais**.

1ª pessoa gramatical	ser que fala ou escreve.
2ª pessoa gramatical	ser com quem se fala ou para quem se escreve.
3ª pessoa gramatical	o assunto, ou seja, a respeito do que a primeira pessoa fala ou escreve.

Pessoa gramatical	Pron. pessoal do caso reto	Pron. pessoal do caso oblíquo
1ª pessoa do singular	Eu	Me, mim, comigo
2ª pessoa do singular	Tu	Te, ti, contigo
3ª pessoa do singular	Ele / ela	Se, si, consigo, o, a, lhe, ele, ela
1ª pessoa do plural	Nós	Nos, conosco, nós
2ª pessoa do plural	Vós	Vos, convosco, vós
3ª pessoa do plural	Eles / elas	Se, si, consigo, os, as, lhes, eles, elas

Em Português brasileiro, o pronome “você”, originalmente pronome de tratamento porque procedente da forma “Vossa Mercê”, é usado como pronome pessoal de 2ª pessoa, substituindo o pronome “tu”. O pronome “você” (ou “vocês”, no plural) é usado sempre com a forma verbal de 3ª pessoa.

Pronomes de tratamento

Os pronomes de tratamento são também, como os pronomes do caso reto e os do caso oblíquo, pronomes pessoais.

Dependendo da idade, da posição social, da posição hierárquica ou do grau de intimidade que temos com o interlocutor, devemos nos dirigir a ele de forma mais ou menos cerimoniosa.

Apesar de os pronomes de tratamento pertencerem à 2ª pessoa (já que se referem à pessoa com quem o locutor fala), gramaticalmente exigem a concordância do verbo em 3ª pessoa.

Alguns pronomes de tratamento:

Pronomes de Tratamento		
Vossa alteza	V.A.	príncipes e duques
Vossa Excelência	V.Ex.ª	altas autoridades do governo e das forças armadas

Pronomes de Tratamento		
Vossa Majestade	V.M.	reis, imperadores
Vossa Santidade	V.S.	papas
Vossa Senhoria	V.Sã.	autoridades em geral: chefes, diretores e pessoas a quem se quer tratar com distanciamento e respeito
senhor, senhora	sr., sra.	geralmente pessoas mais velhas que aquele que fala ou a quem aquele que fala quer tratar com distanciamento e respeito

Vossa Excelência ou Sua Excelência?

O tratamento **Vossa Excelência** é empregado quando nos dirigimos diretamente a uma autoridade. Quando falamos dela para outra pessoa, devemos empregar **Sua Excelência**. Esse mesmo princípio vale para os outros pronomes de tratamento.

Compare os exemplos:

Em “– Vossa Excelência permanecerá na sala?”, alguém pergunta diretamente à autoridade sobre a sua permanência na sala.

Já em “– Antônio, Sua Senhoria permanecerá na sala. Espere-a, por favor.”, alguém fala da autoridade a Antônio.

Pronomes Possessivos

Pronomes possessivos são palavras que indicam que alguma coisa pertence a uma das três pessoas gramaticais (1ª, 2ª, 3ª).

A cada pronome pessoal corresponde um conjunto de pronomes possessivos.

Pronomes pessoais	Pronomes possessivos
Eu	Meu(s), minha(s)
Tu	Teu(s), tua(s)
Ele(a)/você	Seu(s), sua(s)
Nós	Nosso(s), nossa(s)
Vós	Vosso(s), vossa(a)
Eles(as)/vocês	Seu(s), sua(s)

Pronomes Demonstrativos

Pronomes demonstrativos são palavras que indicam a localização dos objetos no espaço.

Pronomes demonstrativos	Emprego
Este(s), esta(s), isto	Indicam o que está perto do próprio falante. E indicam tempo presente com relação à 1ª pessoa.
Esse(s), essa(s), isso	Indicam o que está perto do ouvinte. Também indicam tempo passado ou tempo futuro pouco distante ao momento em que acontece o ato de comunicação.
Aquele(s), aquela(s), aquilo	Indicam o que está longe do falante e também do ouvinte. Também indicam passado vago ou distante.

Os pronomes demonstrativos também são usados para indicar um elemento textual (palavra, expressão, frase etc.) que já foi citado no texto ou que ainda vai ser citado.

Exemplos:

Faltou luz. **Isso** atrasou o atendimento.

O pronome “isso” refere-se a um elemento já citado: o fato de ter faltado luz.

O Dia Nacional do Administrador é **este**: 09 de setembro.

A opinião dos profissionais é **esta**: em um futuro próximo, a crise estará controlada.

Os pronomes “este” e “esta” referem-se a um elemento apresentado adiante.

Pronomes Indefinidos

Pronomes indefinidos são palavras usadas para se referir aos seres, mas sem determiná-los com exatidão.

Pronomes indefinidos variáveis	Pronomes indefinidos invariáveis
Algum(ns), alguma(s)	Alguém
Nenhum(ns), nenhuma(s)	Ninguém
Todo(s), toda(s)	Tudo
Outro(s), outra(s)	Outrem
Muito(s), muita(s)	Nada
Pouco(s), pouca(s)	Cada
Certo(s), certa(s)	Algo
Tanto(s), tanta(s)	Quem
quanto(s), quanta(s)	
Qualquer, quaisquer	
Qual, quais	
Bastante, bastantes	

Pronomes relativos

São pronomes relativos aqueles que fazem referência a um termo anterior. Eles introduzem as orações subordinadas adjetivas.

VARIÁVEIS		INVARIÁVEIS
masculino	feminino	
o qual, os quais cujo, cujos quanto, quantos	a qual, as quais cuja, cujas quanta, quantas	que quem onde quando como

Veja os exemplos:

Empresas **que** respeitam o consumidor entregam exatamente aquilo que prometem.

O pronome “que” refere-se ao termo da oração principal “empresas”, substituindo-o. As duas orações que compõem esse período são “Empresas entregam exatamente aquilo que prometem” e “Empresas respeitam o consumidor”.

O relatório indicou os clientes **cujas** contas estão pendentes há mais de trinta dias.

O pronome “cujo” (e suas flexões) é usado quando há ideia de pertencimento entre os termos. Observe que, no exemplo dado, o pronome “cujas” refere-se ao termo “clientes”. O pronome “cuja” retoma o termo antecedente e, ao mesmo tempo, liga as orações evitando a repetição de palavras. As duas orações do período são: “O relatório indicou os clientes” e “As contas dos clientes estão pendentes há mais de trinta dias”.

Pronomes interrogativos

São aqueles usados para fazer perguntas diretas ou indiretas.

Pronomes Interrogativos	
Que	Quais
Quem	Quanto(s)
Qual	Quanta(s)

Exemplos de perguntas diretas:

Que é fluxo de caixa?

Quais são as prioridades financeiras de sua empresa?

Exemplos de perguntas indiretas:

Não sei *quantos* anos ela tem de experiência profissional.

Quero saber *quais* são as prioridades financeiras de sua empresa.

ADVÉRBIO

Advérbios são palavras invariáveis que se ligam a verbos, indicando as circunstâncias da ação verbal; a adjetivos, especificando as qualidades expressas por eles; e a outros advérbios, intensificando seu sentido.

Tipos de advérbio:

Lugar: aí, aqui, lá, atrás, abaixo, adiante, à esquerda, para dentro etc.

Tempo: hoje, ontem, depois, antes, logo, amanhã, à noite, de tempos em tempos etc.

Modo: bem, mal, depressa, devagar, tranquilamente, facilmente, de má vontade, passo a passo, às pressas etc.

Intensidade: muito, pouco, bastante, meio, menos, mais etc.

Dúvida: acaso, possivelmente, provavelmente etc.

Afirmação: sim, certamente, efetivamente.

Negação: não, absolutamente, de modo algum etc.

Exemplos:

- Advérbio associado ao verbo:

Este ano foram acrescentados dados sobre os pagamentos de seguridade social pelo empregador.

Os dados sobre contratação e demissão de funcionários **certamente** comporão o relatório.

- Advérbio associado a um adjetivo:
As lideranças do sindicato ficaram **muito** preocupadas com a elevação do índice de desemprego.
Os índices mesmo que **levemente** alterados impactarão a economia.
- Associado a outro advérbio:
Essa situação **muito** provavelmente trará consequências positivas para a empresa.
É preciso executar o procedimento **bem** rapidamente.

Advérbios interrogativos

Alguns advérbios (de lugar, tempo, modo ou causa) podem ser usados em enunciados interrogativos (perguntas diretas ou indiretas).

Exemplos:

Onde estão as planilhas? (lugar)

Quero saber **onde** estavam as planilhas. (lugar)

Quando poderemos iniciar o relatório? (tempo)

Não sabemos **quando** devemos iniciar o relatório. (tempo)

Como você gostaria que eu redigisse o documento? (modo)

Por que os dados ainda não foram divulgados? (causa)

Diga-me **por que** os dados ainda não foram divulgados. (causa)

PREPOSIÇÃO

As **preposições** são palavras invariáveis que ligam outras palavras entre si, estabelecendo relações de sentido entre elas.

São consideradas conectivos, ou seja, elementos de ligação entre termos. As preposições podem introduzir:

- Complementos verbais: Obedeço **aos** protocolos.
- Complementos nominais: Continuo fiel **aos** meus ideias.
- Locuções adjetivas: Ela é uma pessoa **de** palavra.
- Locuções adverbiais: Agi **com** rapidez.
- Orações reduzidas: **Ao** receber as informações necessárias, ele finalizou o relatório.

As preposições podem ser de dois tipos:

- **Essenciais (ou seja, as que sempre atuam como preposições):** a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por, sem, sob, sobre, trás.
- **Acidentais (as que funcionam como preposição em certo contexto):** afora, consoante, como, durante, exceto, fora, mediante, segundo, senão, tirante, visto, conforme, salvo, malgrado etc.

Locução prepositiva

É uma locução prepositiva o conjunto de duas ou mais palavras que têm o valor de uma preposição. A última palavra dessas locuções é sempre uma preposição.

Exemplos: abaixo de, acima de, apesar de, através de, de acordo com, dentro de, depois de, embaixo de, em frente a, em vez de, junto de, perto de.

Combinações e contrações

As preposições podem unir-se com palavras de outras classes gramaticais. Se não há perda de elemento fonético na junção entre a preposição e a palavra de outra classe, chama-se esse fenômeno de **combinação**. Se há perda fonética, a junção da preposição com outra palavra recebe o nome de **contração**.

Combinação	Contração
ao = a (preposição) + o (artigo)	do = de (preposição) + o (artigo)
aos = a (preposição) + os (artigo)	dum = de (preposição) + um (artigo)
aonde = a (preposição) + onde (pronome)	na = em (preposição) + a (artigo)
	desta = de (preposição) + esta (pronome)
	neste = em (preposição) + este (pronome)
	à = a (preposição) + a (artigo)

Exemplos:

Observe como a preposição “em”, nas frases seguintes, está associada aos artigos “o” ou “a”, respectivamente.

Indicadores econômicos podem causar grande impacto **no** mercado.

As diferenças **na** confiança do consumidor têm implicações **no** mercado imobiliário.

As preposições podem estabelecer variadas **relações semânticas** entre os termos que ligam. Veja mais sobre isso na seção, deste resumo, **RELAÇÕES SEMÂNTICAS E PERÍODO COMPOSTO**.

CONJUNÇÃO

As conjunções são palavras invariáveis que ligam orações, estabelecendo entre elas relações de coordenação ou de subordinação.

As conjunções que coordenam orações são chamadas de **conjunções coordenativas**. Elas iniciam as orações coordenadas sindéticas ligando-as às orações coordenadas assindéticas.

- Aditivas: e, mas também, não só.
- Adversativas: mas, porém, contudo, todavia.
- Alternativas: ou... ou, ora... ora, seja... seja.
- Conclusivas: logo, portanto, por isso, por conseguinte.
- Explicativas: pois, porque.

As conjunções que subordinam as orações, estabelecendo entre elas uma relação de dependência sintática são chamadas de **conjunções subordinativas**. As conjunções subordinativas ligam as orações subordinadas adverbiais à oração principal e as **conjunções subordinativas integrantes** ligam as orações subordinadas substantivas à oração principal.

- Causais: porque, visto que.
- Comparativas: como, mais que, menos que, assim como, tal qual.
- Concessivas: embora, ainda que, conquanto, mesmo que.
- Condicionais: se, caso, desde que, salvo se.
- Conformativas: conforme, segundo, consoante, como.
- Consecutivas: tão... que, tal... que, tanto... que.
- Finais: para que, a fim de que, de modo que.
- Proporcionais: à medida que, à proporção que, quanto mais... menos...

- Temporais: quando, mal, logo que, assim que, sempre que, depois que.
- Integrantes: que, se.

Você encontrará exemplos de uso dessas conjunções na seção, deste capítulo, destinada à revisão do período composto.

INTERJEIÇÃO

As interjeições são palavras invariáveis que exprimem sensações e emoções.

Alguns tipos de interjeição:

- de alegria: viva!, oba!
- de aplauso: bravo!, bis!
- de estímulo: vamos!, avance!
- de desejo: oxalá!, tomara!
- de espanto ou surpresa: chi!, oh!, puxa!
- de invocação: psiu!, ô!, atenção!
- de suspensão: alto!, basta!

PALAVRAS DENOTATIVAS

As palavras denotativas são aqueles que não fazem parte de nenhuma classe morfológica específica, porque não se enquadram nos critérios definidores dessas classes.

Elas podem ser:

- de inclusão: até, inclusive, até mesmo, também etc. Exemplo: Depois de ouvir as instruções, os funcionários ocuparam seus postos, **inclusive** João.
- de exclusão: apenas, senão, salvo, só, somente etc. Exemplo: Dos interessados à vaga, **apenas** um tinha qualificação para desempenhar a função.
- de designação: eis. Exemplo: **Eis** o especialista!
- de realce: cá, lá, é que, ora etc. Exemplo: Eu **é que** não vou me importar com o que dizem!
- de retificação: aliás, isto é, ou melhor etc. Exemplo: Ele me pediu que o ajudasse, **ou melhor**, suplicou.
- de situação: **afinal**, agora, então etc. Afinal, quem se responsabilizará pelo erro?

PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS

- **Composição:** Há dois tipos de composição, a composição por **justaposição** e a composição por **aglutinação**.

Na primeira, acontece a combinação de dois ou mais radicais sem que haja mudança em suas formas fonológicas. Por exemplo: passatempo e guarda-roupa. Já na composição por aglutinação acontece alteração na forma fonológica dos radicais. Por exemplo: embora (em + boa + hora) e planalto (plano + alto)

- **Hibridismo:** Processo em que uma nova palavra se forma pela junção de radicais de línguas diferentes.
- **Redução ou abreviação:** Processo em que uma nova palavra se forma pela eliminação de parte da palavra original. Exemplos: foto vem de fotografia; quilo vem de quilograma.
- **Siglonimização:** É a criação de siglas. Exemplo: ONU é sigla de Organização das Nações Unidas e CPF é sigla de Cadastro de Pessoa Física.
- **Onomatopéia:** Consiste na formação de palavras pela tentativa de representar sons. Exemplo: ti-que-taque, bague-bague.
- **Derivação:** A derivação pode ser prefixal, sufixal, prefixal e sufixal, parassintética, regressiva e imprópria.
 - A derivação **prefixal** acontece quando se acrescenta um prefixo a um radical. Por exemplo: a palavra “desnecessário” foi formada pela junção do prefixo “des” à palavra “necessário”.
 - A derivação **sufixal** acontece quando se acrescenta um sufixo ao radical. Por exemplo: no vocábulo “construtivo” foi acrescentado ao radical de “construir” o sufixo “ivo”.
 - A derivação **prefixal e sufixal** ocorre quando a um dado radical se somam, ao mesmo tempo, um prefixo e um sufixo (como em “infelizmente” e em desigualdade”).
 - A derivação **parassintética** ocorre, assim como a derivação prefixal e sufixal, quando a um determinado radical se somam, simultaneamente, um prefixo e um sufixo. A diferença é que a palavra formada não existe apenas com o prefixo nem apenas com o sufixo (como, por exemplo, em “enraivecer”).
 - A derivação **regressiva** acontece quando há uma redução na forma fonológica original da palavra. Por exemplo: o substantivo “busca” é formado pela redução do verbo “buscar”.

- E, por fim, a derivação **imprópria** se dá quando uma palavra muda de classe gramatical sem que sua forma original seja alterada.

SINTAXE

DISTINÇÃO ENTRE FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO

Frase

É todo enunciado linguístico que, em uma situação comunicativa, tem sentido completo.

As frases podem ser:

- Nominais: quando não há verbo.

Exemplos:

Que situação!

Mudanças no recolhimento de impostos para microempreendedores.

- Verbais: quando há um ou mais verbos.

Exemplos:

Fique atento às mudanças!

Menores de idade também devem declarar imposto de renda.

Muitos clientes desorganizados e difíceis são, na maioria das vezes, pessoas que só precisam de orientação.

Oração

É todo enunciado linguístico estruturado em torno de um verbo ou de uma locução verbal. Ou seja, na oração, há sempre um predicado.

Exemplos:

Choveu muito ontem.

Apesar da crise, tenho resistido à demissão de funcionários.

Esperamos // que todos fiquem satisfeitos com o

1ª oração

2ª oração

atendimento.

Período

Enunciado de sentido completo, formado por uma ou mais orações. Quando tem apenas uma oração, o período é chamado de **simples**; quando tem mais de uma oração, é chamado de **composto**.

Exemplos:

- Período simples: Apesar da crise, tenho resistido à demissão de funcionários.

- Período composto:
Esperamos//que todos fiquem satisfeitos com o atendimento.

Muitos clientes desorganizados e difíceis são, na maioria das vezes, pessoas//que só precisam de orientação.

OS TERMOS ESSENCIAIS DA ORAÇÃO

O **sujeito** e o **predicado** são chamados de termos essenciais. Apesar de considerado termo essencial, o sujeito nem sempre está presente nas orações; o predicado, entretanto, é obrigatório.

Sujeito é o termo da oração a respeito do qual se faz uma declaração. Ou ainda, é o termo com o qual o verbo da oração concorda em número (singular ou plural) e pessoa (1ª, 2ª e 3ª pessoa).

Predicado é o termo da oração que declara alguma informação a respeito do sujeito.

Observe as frases abaixo:

O contador finalizou rapidamente os cálculos. → sujeito: o contador

Descobriu muitas coisas na internet o concursando. → sujeito: o concursando

Dica: Para se identificar o sujeito de uma oração, é preciso observar o verbo e, em seguida, determinar o termo a quem esse verbo se refere. Identificado o sujeito, o restante da oração será o predicado.

Núcleo do sujeito: é a palavra principal que dele participa.

Veja os exemplos:

Os técnicos do setor concluíram todas as análises.

As vantagens e as desvantagens do aumento do salário mínimo foram discutidas.

No primeiro período, o núcleo do sujeito é “técnicos”; no segundo, há dois núcleos: “vantagens” e “desvantagens”.

CLASSIFICAÇÃO DO SUJEITO

Sujeito Determinado

- Sujeito Simples: expresso por um único núcleo.
Exemplos:
Os estudantes//apresentaram comunicações orais no Congresso de Contabilidade.
A equipe de RH//é muito dedicada.
Os técnicos do setor//concluíram todas as análises.

- Sujeito Composto: apresenta dois ou mais núcleos.

Exemplo:

As vantagens e as desvantagens do aumento do salário mínimo//foram discutidas.

- Sujeito Oculto ou Elíptico: não está expresso explicitamente na oração, mas pode ser identificado pelo contexto.

Na frase “Os aparatos tecnológicos revolucionaram o cenário corporativo e também geraram uma série de dúvidas”, dizemos que o sujeito do verbo “geraram” está oculto. Apesar de não estar expresso, podemos determinar o sujeito do verbo “gerar” pelo contexto (trata-se do termo “os aparatos tecnológicos”, presente na primeira oração).

Sujeito Indeterminado

Observe o diálogo:

– Já disponibilizaram todas as informações no site da Receita?

– Sim, estão todas lá!

Chamamos o sujeito da oração “Já disponibilizaram todas as informações no site da Receita?” de **sujeito indeterminado**, porque ele não está expresso na oração e não podemos identificá-lo (como acontece com o sujeito oculto).

Formamos o sujeito indeterminado de duas maneiras:

- com o verbo na 3ª pessoa do plural:
Criaram um aplicativo para ajudar as pessoas a organizarem suas finanças pessoais.

- com o verbo na 3ª pessoa do singular + “se”:

Precisa-se de novos programas que auxiliem o trabalho do contador.

Fala-se muito sobre a competência daquela equipe de contabilidade!

Cuidado com a diferença entre as orações seguintes:

Precisa-se de novos programas que auxiliem o trabalho do contador.

- Nessa oração, tem-se sujeito indeterminado. Alguém precisa de novos programas, mas não podemos determinar quem.
- Observe que o verbo é transitivo indireto e que ele é usado no singular.
- O “se” é chamado, nesse caso, de índice de indeterminação do sujeito.

Atendem-se dezenas de clientes diariamente.

- Nessa oração, tem-se uma frase na voz passiva sintética; o sujeito, portanto, é simples e paciente (dezenas de clientes). Essa frase corresponde a “Dezenas de clientes são atendidos diariamente”.
- Observe que o verbo é transitivo direto. E que está no plural concordando com o sujeito.
- O “se”, nesse caso, é chamado de partícula apassivadora ou pronome apassivador.

Oração Sem Sujeito ou Oração de Sujeito Inexistente

Observe a oração a seguir:

Hoje fez muito calor no Rio de Janeiro.

Ao examinar o verbo “fazer” a fim de identificar o sujeito, verificamos que não há um termo que expresse o elemento de que se fala. Nessa oração, portanto, não há sujeito; há apenas predicado. Trata-se de uma oração sem sujeito.

Ocorre oração sem sujeito quando:

- os verbos haver e fazer indicam tempo transcorrido:

Faz dois meses // que o primeiro balanço foi

1ª oração

2ª oração

finalizado.

Há dois meses // não o vejo.

1ª oração

2ª oração

- o verbo haver tem sentido de existir

Houve, durante muito tempo, pouco investimento na área.

Há conflitos no ambiente de trabalho que exigem líderes habilidosos.

- os verbos ser e estar indicam tempo ou clima:

Foi uma manhã agitada no setor de RH.

Está muito quente hoje.

- o verbo expressa um fenômeno da natureza (chover, relampejar, trovejar, anoitecer, amanhecer, ventar):

Choveu tanto que faltou luz.

Já amanheceu no Japão.

PREDICADO

É tudo aquilo que se atribui ao sujeito. Ou, dizendo de outro modo: encontrado o sujeito de uma oração, tudo o que sobra é o predicado.

TIPOS DE PREDICADO

Sugerimos que, antes de estudar os tipos de predicado, faça uma revisão de predicação verbal, complementos verbais, predicativos do sujeito e adjuntos adverbiais. Esses assuntos estão, neste resumo, logo depois da seção “Tipos de Predicado”.

Existem três tipos de predicado:

- **verbal:** o núcleo é um verbo ou uma locução verbal.

Sujeito	Predicado
O profissional de administração	manipulava os dados com perícia.
O estudante	estava lendo um livro sobre liderança.
A reforma proposta	foi aprovada pela gerência.

Observação: o verbo do predicado verbal é sempre nocional, ou seja, não pode ser um verbo de ligação. Logo, o predicado verbal nunca será composto por predicativo.

- **nominal:** o núcleo é um nome, isto é, um substantivo, um adjetivo, uma locução adjetiva, um numeral ou um pronome.

Sujeito	Predicado
Aquela jovem	é uma profissional cuidadosa.
O administrador	estava apto a desempenhar as funções do cargo.
Ele	foi o primeiro .
O auxiliar	é aquele .

- **verbo-nominal:** o núcleo é, ao mesmo tempo, um verbo e um nome. Ele expressa uma dupla informação: ação e estado.

O núcleo nominal desse tipo de **predicado** se chama predicativo e pode se referir ao sujeito (predicativo do sujeito) ou ao objeto (predicativo do objeto).

Exemplos:

verbo intransitivo

A secretária **saiu** do expediente **exausta**.

Sujeito

predicativo do sujeito

- **Objeto indireto:** é o termo que completa o sentido dos verbos transitivos indiretos. São chamados de indiretos porque se ligam ao verbo por meio de uma preposição.

Exemplo: Em “O empresário investiu no aumento da satisfação dos funcionários”, o termo “no aumento da satisfação dos funcionários” é objeto indireto do verbo “investiu”. O complemento, nesse caso, está ligado ao verbo por meio da preposição “em”.

Observação: Pronomes oblíquos na função de Objeto

Os pronomes *o, os, a, as* funcionam como objeto direto e os pronomes oblíquos *lhe e lhes* funcionam como objeto indireto.

Observe o exemplo: Nós entregamos os recibos à contadora.

Se substituirmos o termo “os recibos” por um pronome, a frase ficará: Nós **os** entregamos à contadora.

Se substituirmos o termo “à contadora” pelo pronome, a frase ficará: Nós **lhe** entregamos os recibos. O pronome oblíquo “*lhe*” corresponde a “a ela”.

Complementos nominais

São os termos da oração que completam o sentido de certos substantivos, adjetivos e advérbios. O complemento nominal se associa a um nome por meio de uma preposição.

Exemplos:

Todos têm grande admiração pelo profissional de administração. → O termo “pelo profissional de administração” completa o sentido do substantivo “admiração”.

O gestor ficou interessado no resultado da pesquisa de opinião. → O termo “no resultado da pesquisa de opinião” completa o sentido do adjetivo “interessado”.

Fazer um estoque compatível com as vendas do negócio é o grande desafio do empreendedor. → O termo “com as vendas do negócio” completa o sentido do adjetivo “compatível”.

O funcionário agiu contrariamente às determinações do chefe. → O termo “às determinações do chefe” completa o sentido do advérbio “contrariamente”.

Agente da passiva

O agente da passiva é aquele que pratica a ação expressa pelo verbo quando a frase está na voz passiva analítica.

Exemplos:

O relatório de auditoria interna foi redigido por um profissional competente. → O termo “por um profissional competente” é chamado de agente da passiva, porque o profissional é que redigiu o relatório. O sujeito dessa oração é simples e paciente: “o relatório de auditoria interna”.

Os danos cambiais sobre os balanços foram amenizados pela mudança contábil. → O termo “pela mudança contábil” é o agente da passiva, pois foi a mudança contábil que amenizou os danos cambiais sobre os balanços.

Predicativos

Predicativo do Sujeito: é o termo que, no predicado, atribui características ao sujeito. O núcleo do predicativo, morfologicamente, é um adjetivo, uma locução adjetiva, um substantivo, um numeral ou um pronome.

Exemplos:

Os funcionários da loja são dedicados. (dedicados: adjetivo)

Ela tornou-se uma ótima gerente. (gerente: substantivo)

Meu parecer é esse. (esse: pronome)

Nos exemplos acima, o predicativo do sujeito acompanhou apenas verbos de ligação, entretanto o predicativo do sujeito também pode acompanhar verbos intransitivos ou transitivos. Observe:

Após feriado de carnaval, dólar opera estável. (O termo “estável” é um adjetivo que caracteriza o núcleo do sujeito “dólar”; o verbo “opera” é intransitivo).

O auditor terminou o trabalho de campo cansado. (O termo “cansado” é um adjetivo que caracteriza o núcleo do sujeito “auditor”; o verbo “terminou” é VTD.)

Predicativo do Objeto: há predicativos que não se referem ao sujeito, mas ao complemento verbal.

Exemplos:

Os colegas consideram Lúcia excelente auditora. (O termo “excelente auditora” caracteriza “Lúcia”).

Os candidatos ao concurso acharam a prova fácil. (O vocábulo “fácil” caracteriza o núcleo do objeto direto “prova”).

Observação:

Distinção entre **Predicativo do Objeto e Adjunto adnominal do Objeto**:

O predicativo do objeto não pertence ao termo objeto. A prova disso é que, se substituirmos o objeto direto pelos pronomes **o, a, os, as**, o predicativo do objeto continuará sendo expresso.

Veja a diferença:

Os candidatos acharam a prova fácil.

Os candidatos acharam-na fácil.

Os candidatos fizeram uma prova fácil.

Os candidatos fizeram-na. → O adjetivo “fácil” não continua expresso porque ele pertence ao objeto direto. É apenas um adjunto adnominal do substantivo “prova”.

TERMOS ACESSÓRIOS DA ORAÇÃO

Os termos acessórios são o adjunto adnominal, o adjunto adverbial e o aposto.

Adjunto adnominal

Adjuntos adnominais são os termos que se associam a substantivos, especificando, precisando ou modificando seu sentido. Correspondem, na Morfologia, aos termos que classificamos como artigos, adjetivos, locuções adjetivas, pronomes adjetivos e numerais adjetivos.

Exemplo:

	<u>O artigo do pesquisador</u> foi publicado	
Morfologia	Artigo	loc. Adjetiva
Sintaxe	ADN	ADN
	em <u>dois reconhecidos</u> periódicos .	
Morfologia	numeral	adjetivo
Sintaxe	ADN	ADN

Observação: Distinção entre **adjunto adnominal** e **complemento nominal**

A locução adjetiva pode ser, sintaticamente, ou adjunto adnominal ou complemento nominal. Então, quando se trata de uma locução adjetiva, como distinguir o adjunto adnominal do complemento nominal?

Enquanto o complemento nominal representa o *alvo da ação*, o adjunto adnominal representa o agente da ação e, em certas frases, pode também indicar posse. Observe:

Na frase acima, o termo “do pesquisador” é adjunto adnominal porque o pesquisador é quem faz o artigo, é o agente da ação. Já na frase “Tenho grande admiração por aquele profissional!”, o termo “por aquele profissional” é complemento do nome “admiração”, porque o profissional é admirado, ou seja, o profissional “sofre” a ação expressa pelo nome.

No termo “os procedimentos das auditorias contábeis”, a locução adjetiva “das auditorias contábeis” é adjunto adnominal, pois as auditorias é que têm procedimentos. Já em “o aprimoramento dos procedimentos”, a locução adjetiva “dos procedimentos” é complemento nominal, porque os procedimentos são aprimorados.

Adjunto adverbial

São adjuntos adverbiais os termos que, na morfologia, classificamos como advérbio e locução adverbial. Os adjuntos adverbiais se associam a verbos, acrescentando-lhes circunstâncias ou intensificando seu sentido, e se associam também a adjetivos ou a outros advérbios, intensificando seu sentido.

Exemplos:

Ele sempre examina os relatórios **cuidadosamente**. (circunstância de modo)

A entrega dos pareceres técnicos era feita **regularmente**. (circunstância de tempo)

Aquele caso foi **bem** difícil de resolver. (intensidade)

A gerência reagiu **muito** favoravelmente às ações estabelecidas pelo relatório. (intensidade)

Aposto

É o termo que explica, esclarece, desenvolve ou resume outro termo da oração.

Tipos de Aposto:

- Explicativo

Exemplo: John Davison Rockefeller, **um dos homens mais ricos da História**, era contador, investidor e empresário.

- Enumerativo

Exemplo: Algumas virtudes - **honestidade, zelo, sigilo, competência, prudência, humildade e imparcialidade** - são consideradas imprescindíveis para todo profissional de administração.

- Resumitivo (ou recapitulativo)

Exemplo: Obter clientes por meio de agenciador, deixar de executar os serviços contábeis contratados, não executar os serviços de acordo com os princípios contábeis, adulterar ou manipular documentos em benefício próprio ou de seu cliente, **todos esses comportamentos** são infrações graves para um profissional de contabilidade.

- Especificativo

Exemplo: O especialista em empreendedorismo **José Dornelas** escreveu obras que se tornaram referência na área.

VOCATIVO

O vocativo é o termo usado para chamar a pessoa com quem o emissor fala ou para quem ele escreve. Não mantém relação sintática com nenhum outro termo da oração; não pertence, portanto, nem ao sujeito, nem ao predicado. Na escrita, esse termo deve ser separado do resto da oração por vírgulas.

Exemplo:

Colaborador Fábio, favor dirigir-se ao setor de compras com brevidade.

RELAÇÕES SEMÂNTICAS E PERÍODO COMPOSTO

VALORES SEMÂNTICOS DAS PREPOSIÇÕES

As **preposições** podem estabelecer variadas relações entre os termos que ligam.

Alguns exemplos:

Relação de instrumento: Limparam as superfícies **com** detergente alcalino.

Relação de companhia: Estive **com** o administrador.

Relação de modo: Ele digita **com** dificuldade.

Relação de causa: O funcionário reclamava **de** dor.

Relação de posse: O conhecimento técnico **do** contador é um diferencial.

Relação de finalidade: A escolha do transporte adequado é importante **para** o sucesso da entrega.

Relação de lugar: O relatório está **sobre** a mesa.

PERÍODO COMPOSTO: COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO

O período composto é formado por mais de uma oração, que pode ser coordenada ou subordinada.

1. Período composto por **coordenação**: é composto por orações independentes, ou seja, uma oração não é função sintática da outra.

Você trabalha durante o dia na loja // e trabalha à noite em casa.

2. Período composto por **subordinação**: é composto por orações dependentes, isto é, uma oração é função sintática da outra:

Quero // que você chegue com 15 minutos de antecedência.

3. Período composto por **coordenação e subordinação**: combina os dois tipos de oração (coordenada e subordinada).

Um colega pediu // que eu chegasse mais cedo, // mas não consegui. *or. subordinada*
or. coordenada

PERÍODO COMPOSTO POR COORDENAÇÃO

Orações Coordenadas

São as orações ligadas por conjunções coordenativas, explícitas ou subentendidas.

- **Orações coordenadas assindéticas**: sem conjunção.
- **Orações coordenadas sindéticas**: orações com termo de ligação explícito, ou seja, com conjunção coordenativa.

Exemplo: Toda empresa tem chefes,

oração coord. assindética

mas são poucas aquelas formadas por verdadeiros líderes. *oração coordenada sindética*

As conjunções **coordenativas** introduzem as orações coordenadas sindéticas e expressam variadas **relações semânticas** entre as orações que compõem o período.

Classificação da oração coordenada sindética	Principais conjunções	Relações semânticas
Aditiva Exemplo: Não apenas obedece às regras de segurança da empresa, mas também as reconhece como as mais adequadas.	e, mas também, não só	As conjunções aditivas estabelecem entre dois termos ou duas orações a ideia de adição.
Adversativa Exemplo: Fiz corretamente o procedimento, no entanto o resultado não foi o esperado.	mas, porém, contudo, todavia.	As conjunções adversativas estabelecem entre termos ou orações uma relação de oposição.
Conclusiva Exemplo: As estratégias de <i>marketing</i> foram eficientes para atrair novos clientes, portanto haverá aumento na lucratividade do negócio.	logo, portanto, por isso, por conseguinte.	As conjunções conclusivas iniciam as orações que têm valor conclusivo.
Explicativa Exemplo: Comprometa-se com o trabalho, porque a crise tem gerado aumento no número de desempregados.	pois, porque.	As conjunções explicativas iniciam as orações que explicam algo afirmado na oração principal.
Alternativa Exemplo: Ou você renegocia prazos para o pagamento das prestações ou não conseguirá honrar compromissos.	ou... ou, ora... ora, seja... seja.	As conjunções alternativas estabelecem entre palavras ou orações relações de alternância, de exclusão.

PERÍODO COMPOSTO POR SUBORDINAÇÃO

O período composto por subordinação é formado por oração principal e por oração subordinada à principal.

- **Oração Principal:** é aquela que é completada sintaticamente por outra.
- **Oração Subordinada:** aquela que completa sintaticamente a oração principal.
As orações subordinadas podem ser:

substantivas: exercem função sintática própria de substantivo.

Desejo a sua recuperação. →

subst

Desejo que você se recupere.

or. sub. subst.

adjetivas: exercem função própria de adjetivo.

Procura-se um gestor competente. →

adj.

Procura-se um gestor que seja competente.

or. sub. adj.

adverbiais: exercem função própria de advérbio ou locução adverbial.

or. sub. adverbial temporal

Quando comecei na profissão, trabalhava com ficha tríplice e cópia de diário em gelatina.

As Orações Subordinadas Substantivas

São introduzidas, normalmente, pelas conjunções subordinativas integrantes **que** e **se**. As conjunções integrantes não têm valor semântico.

- Subjetivas: exercem a função de sujeito da oração principal.

Exemplo: É necessário que a empresa realize ao menos uma auditoria interna anual. A oração “que a empresa realize ao menos uma auditoria interna anual” é sujeito de “é necessário”.

- Predicativas: funcionam como predicativo da oração principal.

Exemplo: Nossa vontade é que a imagem do contador seja representada de forma mais positiva em novelas e filmes.

- Objetivas Diretas: funcionam como objeto direto da principal.

Exemplo: O técnico explicou que muitos micro-empresendedores desconhecem a necessidade de recolhimento mensal.

- **Objetivas Indiretas:** funcionam como objeto indireto da oração principal.

Exemplo: Lembrou-se de que ainda não tinha concluído o parecer.

- **Completivas Nominais:** funcionam como complemento nominal da oração principal.

Exemplo: Estou curiosa para ver o resultado do processo seletivo.

- **Apositivas:** funcionam como aposto da oração principal.

Exemplo: Só lhe digo isto: não haja com imprudência!

As Orações Subordinadas Adjetivas

São introduzidas pelos pronomes relativos que, quem, o qual (e flexões), quanto, onde, como, cujo (e flexões). Classificam-se como restritivas ou explicativas.

- **Restritivas:** restringem, limitam a significação do termo antecedente.

Exemplo 1: Os contadores que estão se adaptando à Era Digital terão um importante papel na economia.

Observe como a oração restringe o sentido do substantivo “contadores”. Apenas aqueles que estão se adaptando à Era Digital terão papel importante na economia.

Exemplo 2: Os deputados aprovaram a Medida Provisória que aumenta progressivamente o Imposto de Renda sobre ganhos de capital.

A oração sublinhada é restritiva porque apenas uma MP foi aprovada, aquela que aumenta progressivamente o IR sobre ganhos de capital.

- **Explicativas:** esclarecem um termo da oração principal. No exemplo a seguir, a oração adjetiva esclarece algo sobre o profissional. Não se trata de restrição ao vocábulo porque a ideia é a de que reconhecimento e ascensão na carreira são desejos de qualquer profissional que está ingressando em uma organização.

Exemplo: O profissional, que ingressa numa organização, almeja reconhecimento e ascensão na carreira.

Observação: Na escrita, podemos ainda identificar as orações adjetivas pelo uso das vírgulas. As explicativas sempre estão separadas da principal por vírgulas; as restritivas, nunca.

As Orações Subordinadas Adverbiais

Indicam a circunstância em que ocorre a ação expressa pelo verbo da oração principal. São introduzidas pelas conjunções subordinativas.

As **conjunções subordinativas** introduzem as orações subordinadas adverbiais. Essas conjunções, assim como as conjunções subordinativas, também expressam sentidos variados, estabelecendo **relações semânticas** entre as orações.

Classificação da oração subordinada adverbial	Principais conjunções	Relações semânticas
Causal Exemplo: Muitas empresas não conseguem executar seus planos de crescimento porque os funcionários não estão motivados e não buscam aprimoramento.	porque, visto que, pois que, como	As conjunções subordinativas causais indicam a causa do fato expresso na oração principal.
Comparativa Exemplo: Assim como todos os outros instrumentos de gestão são atualizados periodicamente, o fluxo de caixa também deve ser.	como, (mais) que, (menos) que, assim como, tal qual	As conjunções subordinativas comparativas estabelecem uma relação de comparação entre os fatos expressos nas duas orações.
Concessiva Exemplo: No último ano, embora o número de diligências para fiscalização tenha sido maior, o quantitativo de processos abertos resultantes de autuações diminuiu.	embora, ainda que, se bem que, conquanto, mesmo que	As conjunções subordinativas concessivas concedem ou admitem uma ideia contrária à ideia expressa na oração principal.

Classificação da oração subordinada adverbial	Principais conjunções	Relações semânticas
Condicional Exemplo: Se ele comprar mercadorias a mais, corre o risco de perdê-las por prazo de validade.	se, caso, uma vez que, desde que, salvo se, sem que	As conjunções subordinativas condicionais expressam condição sob a qual se realiza a oração principal.
Conformativas Exemplo: Conforme anunciado pela Receita Federal do Brasil, o programa gerador da Declaração de IRPF 2016 foi liberado para download.	conforme, segundo, consoante, como	As conjunções subordinativas conformativas exprimem adequação ou conformidade com a oração principal.
Consecutivas Exemplo: O Exame de Suficiência está tão exigente que o índice de aprovação está baixo.	tão... que, tal... que, tanto... que, de modo que, de forma que...	As conjunções subordinativas consecutivas exprimem consequência da oração principal.
Finais Exemplo: Estou me especializando em contabilidade a fim de ser promovido na empresa.	para que, a fim de que, de sorte que, de modo que, porque	As conjunções subordinativas finais indicam a finalidade para a qual se destina a oração principal.
Proporcionais Exemplo: À medida que vou me qualificando, novas possibilidades de trabalho na área vão surgindo.	à medida que, à proporção que, quanto mais... menos...	As conjunções subordinativas proporcionais expressam ideia de proporção.
Temporais Exemplo: “Quando o contabilista comete infrações previstas no Código de Ética, estas são analisadas e julgadas pela Câmara de Ética e Disciplina do Conselho Regional de Contabilidade.” (Abordagens éticas para o profissional contábil, pág.22)	quando, mal, logo que, assim que, sempre que, depois que...	As conjunções subordinativas temporais indicam em que tempo ocorreu o que está afirmado na oração principal.

ORAÇÕES REDUZIDAS

São as orações (coordenadas ou subordinadas) que apresentam verbos em formas nominais (infinitivo, particípio ou gerúndio) e não se iniciam por conjunções.

Tipos de Orações Reduzidas

- Reduzidas de Infinitivo:
Conhecer o capital de giro
or. sub. subst. subjetiva, reduzida de infinitivo
é importante para administrar bem o negócio.
or. principal
- Reduzidas de Particípio
or. sub. adv. temporal, reduzida de particípio.
Terminada a reunião,

demitiram dez funcionários.

or. principal

- Reduzidas de Gerúndio
Recolhendo todos os impostos corretamente,
or. sub. adv. condicional, reduzida de gerúndio
a empresa não terá problemas com a Receita.
or. principal

REGÊNCIA VERBAL

Regência verbal é a maneira como os verbos se relacionam com seus complementos.

Chegar/ ir – devem ser introduzidos pela preposição **a**.

Exemplo: **Vou ao** escritório. / **Cheguei ao** escritório agora.

Morar/ residir – normalmente vêm introduzidos pela preposição **em**.

Exemplo: Maria **mora em** Florianópolis. / Maria **reside em** Florianópolis.

Obedecer/desobedecer – exigem a preposição **a**.

Exemplo: Alguns funcionários **obedecem às** regras da empresa. / Alguns funcionários **desobedecem às** regras da empresa.

Preferir - exige dois complementos: um sem preposição e o outro com a preposição **a**.

Exemplo: **Prefiro** Administração Financeira **a** Recursos Humanos.

Simpatizar/antipatizar – exigem a preposição **com**.

Exemplo: **Simpatizo com** a área de Recursos Humanos / **Antipatizo com** a área de Recursos Humanos.

Verbos que apresentam mais de uma regência

- Agradar
 - a) no sentido de acariciar → VTD.
Exemplo: Maria agradava a colega que havia sido hostilizada pelo chefe.
 - b) no sentido de ser agradável → VTI.
Exemplo: Os resultados da empresa agradaram aos diretores.
- Agradecer
 - a) no sentido de mostrar-se grato, quando o objeto for coisa → VTD.
Exemplo: O cliente agradeceu o atendimento da equipe.
 - b) no sentido de manifestar gratidão, quando o objeto for pessoa ou ser personificado → VTI.
Exemplo: O cliente agradeceu à equipe de atendimento.
 - c) no sentido de manifestar gratidão e/ou re-compensar, retribuir, quando se refere a coisas e pessoas → VTDI.
Exemplo: O cliente agradeceu o excelente atendimento à equipe.
- Aspirar
 - a) no sentido de cheirar, sorver → VTD
Exemplo: O funcionário aspirou produto tóxico.

b) no sentido de almejar, pretender → VTI (exige a preposição **a**).

Exemplo: O funcionário aspirava **a** uma promoção.

- Assistir
 - a) no sentido de prestar assistência, ajudar, socorrer → VTD
Exemplo: O gerente assistia os trainees da sua equipe.
 - b) no sentido de ver, presenciar → VTI (exige a preposição **a**).
Exemplo: Antes da mudança de diretoria, os funcionários não podiam assistir **à** apresentação trimestral dos resultados da companhia.
 - c) no sentido de caber, pertencer → VTI (exige a preposição **a**).
Exemplo: Assiste **ao** empregado o direito de receber pelas horas extras trabalhadas.
 - d) no sentido de morar, residir → VI (exige a preposição **em**).
Exemplo: O funcionário assistiu **em** Itabuna por muito tempo.

- Atender
Quando o complemento é pessoa, é mais comum o uso do objeto direto. Se não se trata de pessoa, utiliza-se, indiferentemente, objeto direto ou objeto indireto, embora seja mais comum o uso do objeto indireto.

Exemplos: João atenderá os fornecedores por ordem de chegada.

A recepcionista sempre atendia **aos** telefonemas de maneira educada.

- Esquecer, esquecer-se/lembrar, lembrar-se
 - a) Quando não são pronominais, são usados sem preposição.
Exemplo: Esqueci o relatório de vendas em casa.
 - b) Quando são pronominais, são acompanhados pela preposição **de**.
Exemplo: Lembrava-se sempre **de** atualizar a posição do Contas a Pagar.

- Proceder
 - a) no sentido de ter fundamento → VI (sem preposição).

Exemplo: As queixas do gestor não procedem, porque os computadores são recém comprados.

b) no sentido de originar-se, vir de algum lugar → exige a preposição de.

Exemplo: Os elevados índices de desemprego procedem **da** crise econômica.

c) no sentido de dar início, executar → VTI (usa-se a preposição a).

Exemplo: O gestor procedeu **à** avaliação de desempenho dos funcionários.

- Pagar / perdoar

a) quando tem por complemento uma coisa → VTD

Exemplo: O assistente, após o recebimento, pagou as mercadorias.

b) se tem por complemento pessoa → exige a preposição a.

Exemplo: A equipe de vendas não perdoou **ao** gestor.

- Querer

a) no sentido de desejar → VTD

Exemplo: O contador quer passar no próximo concurso.

b) no sentido de estimar, ter afeto → VTI (usa-se com a preposição a)

Exemplo: Os colaboradores querem **à** sua gerência.

- Visar

a) no sentido de mirar → VTD

Exemplo: O administrador da empresa visou as metas para projetar as mudanças necessárias.

b) no sentido de dar visto → VTD

Exemplo: O gerente geral visou o relatório.

c) no sentido de ter em vista, objetivar → VTI (exige a preposição a).

Exemplo: Viso **a** um melhor cargo.

REGÊNCIA NOMINAL

Alguns nomes também exigem complementos preposicionados. Veja alguns exemplos:

acessível a	idêntico a
acostumado a, com	impossível de
adaptado a	impróprio para
aflito com, em, para,	imune a
por	incompatível com
alheio a	independente de, em
alienado de	indiferente a
análogo a	lento em
ansioso de, para, por	natural de
apto a, para	necessário a
atento a, em	negligente em
aversão a, para, por	nocivo a
benéfico a	paralelo a
capaz de, para	passível de
certo de	perito em
compatível com	perpendicular a
comum a, de	possível de
contrário a	possuído de
desfavorável a	posterior a
diferente de	preferível a
difícil de	prejudicial a
entendido em	prestes a
equivalente a	propício a
escasso de	próximo a, de
essencial para	relacionado com
estranho a	residente em
fácil de	responsável por
favorável a	seguro de, em
generoso com	semelhante a
grato a	sensível a
hábil em	suspeito de
habitado a	útil a, para

Exemplos:

O gerente é **atento a** sua equipe.

O supervisor de RH está **acostumado a** equipes menores.

A assistente Maria é **perita em** impostos indiretos.

João está **responsável pelo** *check list* de divulgação das demonstrações financeiras.

CRASE

A crase é o resultado de um processo fonológico por meio do qual dois fonemas vocálicos idênticos, na fala, são ditos como um fonema apenas. Na escrita, esse processo fonológico é grafado com um acento grave (').

Embora diga respeito a qualquer fusão de fonemas idênticos, normalmente, quando se estuda a crase, se dá ênfase à fusão da preposição **a** com os artigos **a, as** ou com os pronomes demonstrativos **aquela(s), aquele(s), aquilo** ou com os pronomes relativos **a qual, as quais**.

Para verificar se há ocorrência de crase ou não, é preciso observar o termo regente e o termo regido.

Na oração, "Admiro a contadora.", o termo regente "admiro" é um VTD. Não é acompanhado, portanto, por uma preposição. Quem admira, admira alguém. A palavra contadora está precedida apenas por um artigo feminino. Logo, não há crase.

Já em "Refiro-me à contadora veterana.", o verbo "referir" é VTI. O verbo "referir-se" é acompanhado pela preposição "a" (quem se refere, se refere a alguém). Como a palavra contadora é feminina, temos, então, nesse caso, a junção da preposição "a" com o artigo "a"; logo, é preciso usar o acento grave na escrita.

Em "pagamento a prazo", não há crase, pois o substantivo "prazo" é masculino.

Exemplos:

É necessário ensinar **à** estagiária como utilizar o sistema.

A assistência prestada **às** empresas requer atenção e perícia.

Às vezes, precisamos auxiliar colegas no trabalho.

Perguntaram **àquele** funcionário se ele estaria na empresa sexta, à noite.

O trainee está apto **à** promoção.

A profissional **à qual** me referi integra aquela equipe.

CONCORDÂNCIA NOMINAL

Regra geral: O artigo, o numeral, o adjetivo e o pronome adjetivo concordam em gênero e número com o elemento substantivo (substantivo, pronome substantivo ou numeral substantivo) a que se referem.

Exemplo:

o	principal	índice	financeiro
artigo	adjetivo	substantivo	adjetivo
os	principais	índices	financeiros
artigo	adjetivo	substantivo	adjetivo

Casos especiais:

- Um adjetivo referindo-se a dois substantivos ou mais

Quando se liga a mais de um substantivo, é preciso observar se o adjetivo tem função de adjunto adnominal ou predicativo.

- Adjetivo com função de adjunto adnominal:

Quando o adjetivo está **anteposto** aos substantivos:

Regra: o adjetivo concorda com o substantivo mais próximo.

Exemplo: Aquele funcionário, mesmo em aviso prévio, tem preservada a alegria e o comprometimento.

Quando o adjetivo está **posposto** aos substantivos:

Regra: se os substantivos são de mesmo gênero e estão no singular → o adjetivo conserva gênero dos substantivos e vai para o plural ou concorda em número com o substantivo mais próximo.

Exemplos:

a alegria e a responsabilidade preservadas.

ou

a alegria e a responsabilidade preservada.

Regra: se os substantivos são de gêneros diferentes e estão no singular → o adjetivo vai para o masculino plural ou concorda com o substantivo mais próximo.

Exemplos:

a alegria e o comprometimento preservados.

ou

a alegria e o comprometimento preservado.

Regra: se os substantivos têm o mesmo gênero, mas têm números diferentes → o adjetivo conserva o gênero dos substantivos e vai para o plural ou ainda pode conservar o gênero dos substantivos, mas concordar em número com o substantivo mais próximo.

Exemplos:

taxas e meta preservadas.

ou

taxas e meta preservada.

Regra: se os substantivos são de gêneros diferentes e estão no plural → o adjetivo geralmente vai para o plural e para o gênero do substantivo mais próximo. Mas, pode acontecer também de o adjetivo ir para o masculino plural.

Exemplos:

impostos e taxas elevadas.

ou

impostos e taxas elevados.

Regra: se os substantivos são de gêneros e números diferentes → o adjetivo pode ir para o masculino plural ou ser usado com gênero e número do substantivo mais próximo.

Exemplos:

índice e taxas alterados.

ou

índice e taxas alteradas.

- **Adjetivo com função de predicativo:**

Regra: se o sujeito composto for constituído por substantivos de mesmo gênero → o adjetivo concordará com o gênero dos substantivos e irá para o plural.

Exemplo: a alegria e a responsabilidade estão preservadas.

Regra: se o sujeito composto for constituído por substantivos de gêneros diferentes → o adjetivo irá para o masculino plural.

Exemplo: a responsabilidade e o humor estão preservados.

Regra: se o predicativo estiver anteposto ao sujeito e o verbo de ligação estiver no singular → o adjetivo concordará com o substantivo mais próximo.

Exemplo: Está elevada a meta e as taxas.

- **Mesmo**

Essa palavra pode ser **pronome**, advérbio ou palavra denotativa de inclusão.

Regra: quando é pronome de reforço, concorda com o substantivo a que se refere.

Exemplo: Os gestores mesmos resolveram preencher os formulários.

Regra: quando é **advérbio** (mesmo= realmente), é invariável.

Exemplo: A assistente resolveu mesmo o problema.

Regra: quando é **palavra denotativa de inclusão** (mesmo=inclusive), é invariável.

Exemplo: Mesmo um estagiário pode atualizar as informações no sistema.

- **Anexo**

Regra: o adjetivo “anexo” deve concordar com o substantivo que modifica.

Exemplos: Os **resultados** da empresa estão anexos à mensagem.

As **demonstrações financeiras** foram anexas ao relatório da administração.

Obs.: a expressão “em anexo” é invariável. Exemplo: As planilhas estão sendo enviadas em anexo.

- **Bastante**

Regra: quando “bastante” é pronome, concorda com o substantivo a que se refere.

Exemplo: Durante a auditoria, bastantes **procedimentos** foram realizados.

Regra: quando “bastante” é advérbio, é invariável.

Exemplo: Os investidores estavam bastante **esperançosos**.

- É bom, é proibido, é necessário

Regra: quando o substantivo que atua como sujeito da oração “é necessário” vem precedido por um elemento determinante, como o artigo → o adjetivo concorda em gênero e número com o substantivo.

Exemplos: **A cautela** no manuseio do equipamento é necessária.

É proibida a **entrada** de pessoas não autorizadas.

Regra: quando o substantivo não vem precedido por determinante → o adjetivo permanece no masculino singular.

Exemplos: É necessário **cautela** no manuseio do equipamento.

É proibido **entrada** de pessoas não autorizadas.

- Meio

Essa palavra pode ser numeral ou advérbio.

Regra: quando é **numeral** (meio= metade), concorda com a palavra a que se refere.

Exemplo: Ele realizou a reunião em meia hora.

Regra: quando é **advérbio** (meio= um pouco), é invariável.

Exemplos: O administrador ficou meio preocupado com a situação da empresa.

A administradora ficou meio preocupada com a situação da empresa.

CONCORDÂNCIA VERBAL

Regra geral: o verbo concorda em número e pessoa com o núcleo do sujeito a que se refere.

Exemplos:

O presidente nomeia os líderes das áreas no início de cada ciclo.

Os presidentes nomeiam os líderes das áreas no início de cada ciclo.

Casos especiais:

- Sujeito composto anteposto ao verbo:

Regra geral: sujeito formado por elementos ordenados → verbo no plural.

Exemplos:

O PIS e a COFINS são impostos incidentes sobre a receita.

O PIS e a COFINS têm a mesma base de cálculo.

Outros casos de sujeito composto anteposto ao verbo:

- Sujeito composto formado de palavras sinônimas

Regra: verbo fica no plural ou concorda com o núcleo mais próximo.

Exemplos: Alegria e contentamento marcou a reação da equipe à notícia do resultado da empresa.

ou

Alegria e contentamento marcaram a reação da equipe à notícia do resultado da empresa.

- Sujeito composto formado por pessoas gramaticais diferentes.

Regra: o verbo irá para o plural e ficará na pessoa de número mais baixo.

- eu + tu/você + ele → verbo na 1ª pessoa do plural (nós)

- eu + tu ou eu + você → verbo na 1ª pessoa do plural (nós)

- eu + ele → verbo na 1ª pessoa do plural (nós)

- tu/você + ele → verbo na 2ª ou 3ª pessoas do plural (vós, vocês)

Exemplos:

Eu, você e ele estaremos na empresa no sábado, à noite.

Você e Mário estarão na empresa no sábado, à noite.

- Sujeito composto seguido de aposto recapitulativo (tudo, nada, ninguém, nenhum, cada um)

Regra: o verbo fica no singular, concordando com o aposto.

Exemplo: Os melhores especialistas, consultores e sistemas, **tudo tem** sido contratado para aprimorar os controles internos da companhia.

- Núcleos do sujeito ligados por “com”

Regra: quando se deseja atribuir a ação verbal a todos os elementos → verbo vai para o plural

Exemplo: O coordenador com os assistentes elaboraram a ementa do curso de capacitação.

Regra: quando se deseja realçar a ação do antecedente → verbo concorda com o antecedente (normalmente, nesse caso, o segmento introduzido por “com” fica entre vírgulas)

Exemplo: O coordenador, com os assistentes, elaborou a ementa do curso de capacitação.

- Núcleos do sujeito ligados por “nem”

Regra: o verbo é, normalmente, usado no plural, mas pode ser usado também no singular.

Exemplo: Nem Ana nem Paula vieram trabalhar hoje.

Obs.: o verbo ficará obrigatoriamente no plural quando “nem... nem...” estiver seguido de substantivos no plural.

- Núcleos do sujeito ligados por "ou"

Regra: quando a ação verbal se refere a todos os elementos do sujeito → o verbo vai para o plural.

Exemplo: Um administrador ou um contador são capazes de ocupar essa função.

Regra: quando se trata de uma retificação → o verbo concorda com o elemento mais próximo.

Exemplo: O presidente ou o vice pode assinar o documento.

Regra: quando a ação verbal se aplica a um dos elementos apenas → o verbo fica no singular, concordando com o mais próximo.

Exemplo: João ou Antônio me substituirá durante minhas férias.

- Sujeito constituído pelas expressões "Um e outro", "nem um nem outro"

Regra: o verbo pode ser usado no singular ou no plural.

Exemplos: Um e outro já chegou. / Um e outro já chegaram.

Nem um nem outro veio trabalhar. / Nem um nem outro vieram trabalhar.

- Sujeito composto posposto ao verbo

Regra geral: o verbo fica no plural ou concorda com o núcleo mais próximo.

Exemplos:

Devem entrar em vigor, a partir de janeiro, a nova **diretriz** do CFC e os novos **pronunciamentos** contábeis.

ou

Deve entrar em vigor, a partir de janeiro, a nova **diretriz** do CFC e os novos **pronunciamentos** contábeis.

Outro caso de sujeito composto posposto ao verbo:

Regra: quando a ação for reflexiva → o verbo vai para o plural.

Exemplo: Abraçaram-se líder e liderado.

- O pronome relativo "quem" na função de sujeito
- Regra: o verbo é usado na 3ª pessoa do singular ou concorda com o termo antecedente.

Exemplos:

Fui eu quem solicitou o material.

ou

Fui **eu** quem solicitei o material.

- O pronome relativo "que" na função de sujeito

Regra: o verbo concorda com o termo antecedente.

Exemplos: Fui **eu** que solicitei o material.

Foi o **supervisor** que solicitou o material.

- Expressões partitivas (a maior parte de, grande número de, a maioria de, uma parte de) + substantivo no plural

Regra: o verbo pode ser usado no singular, concordando com o núcleo da expressão partitiva, ou no plural, concordando com o substantivo subsequente à expressão.

Exemplos: A maior parte das empresas daquele grupo está sendo investigada.

ou

A maior parte das empresas daquele grupo estão sendo investigadas.

- Expressões que indicam quantidade aproximada (mais de, menos de, perto de) + numeral

Regra: o verbo concorda com o numeral.

Exemplos: Cerca de mil funcionários entraram em greve.

Mais de um funcionário reclamou das condições de trabalho.

- Porcentagem

Regra: quando o sujeito é composto pela expressão numérica de uma porcentagem → o verbo concorda com a expressão numérica.

Exemplo:

A maior incidência de desemprego ocorre entre os 20 e 24 anos e 65% têm menos de 30 anos de idade.

Regra: quando a expressão numérica indicativa de porcentagem vier acompanhada de substantivo → o verbo concordará com o numeral ou com o substantivo.

Exemplos:

10% da **população** brasileira tem dado entrada no seguro desemprego.

ou

10% da população brasileira têm dado entrada no seguro desemprego.

- Pronome de tratamento em posição de sujeito

Regra: o verbo ficará sempre na 3ª pessoa.

Exemplo: Vossa Excelência será bem-vindo.

- Sujeito oracional
Regra: se o sujeito for oracional, o verbo deverá ficar no singular.

Exemplo: Faltava ainda fazer o relatório.
or. sub. subst. subjetiva

- Verbo + se
 - Verbo intransitivo + se (índice de indeterminação do sujeito) → o verbo fica no singular.

Exemplo: Come-se apenas nos intervalos.

- Verbo transitivo indireto + se (índice de indeterminação do sujeito) → o verbo fica no singular.

Exemplo: Precisa-se de administradores.

- Verbo transitivo direto + se (pronome apassivador) → verbo concorda com o sujeito.

Exemplos: Analisou-se o **erro** cometido. / Analisaram-se os **erros** cometidos.

Verbos impessoais (orações sem sujeito)

- Verbos que indicam fenômenos da natureza (chover, nevar, ventar, amanhecer etc.) → são usados no singular.

Exemplo: Ventou muito ontem.

- Verbo haver com sentido de existir ou acontecer → é usado no singular.

Exemplo: Houve muitas demissões naquela empresa.

- Verbos que fazem referência a tempo, cronológico ou meteorológico (haver, fazer, ir, estar, ser) → são usados no singular.

Exemplos:

Há cinco meses sou sócio desta empresa.

Está muito quente aqui!

- Verbos "existir", "acontecer", "faltar", "sobrar", "começar" empregados normalmente com sujeito posposto

Regra: o verbo concorda com o sujeito posposto.

Exemplos:

Existem razões suficientes para que se faça a auditoria logo.

Ainda não começou a reunião, pois faltam dois supervisores.

Verbo "ser"

- Sujeito constituído por pron. interrogativo, indefinido ou demonstrativo (como "quem", "tudo", "nada", "isso" etc.) + verbo ser + substantivo plural

Regra: o verbo normalmente concorda com o substantivo plural (predicativo), mas também pode ficar no singular, concordando com o pronome.

Exemplos:

Nem tudo são flores na relação entre líderes e liderados.

ou

Nem tudo é flores na relação entre líderes e liderados.

- Sujeito ou predicativo referindo-se a pessoa

Regra: o verbo concorda sempre com a pessoa.

Exemplo: Sua alegria eram os **familiares** sempre presentes.

- Sujeito ou predicativo constituído por pronome pessoal

Regra: o verbo concorda com o pronome.

Exemplo: **Ele** era perito em marketing.

O diretor sou **eu**.

- Sujeito e predicativo constituídos por substantivos comuns

Regra: o verbo concorda com o sujeito ou com o predicativo.

Exemplos:

O **tema** da aula de hoje foi Ativo Circulante.

ou

O tema da aula de hoje foram os **métodos** de custeio.

- Na indicação de data

Regra: o verbo concorda ou com o numeral ou com o substantivo "dia".

Exemplos:

Hoje são 20 de novembro.

Hoje é dia 11 de julho.

Hoje é 24 de dezembro. (nesse caso, o verbo está concordando com a ideia implícita de dia)

- Na indicação de horas

Regra: o verbo concorda com o predicativo, ou seja, com as horas.

Exemplos: Já é uma hora.

São duas horas.

ORTOGRAFIA

A comum dificuldade com a grafia de vocábulos parônimos e homônimos tem feito com que esses sejam assuntos recorrentes em concursos diversos.

Parônimos: palavras parecidas na pronúncia e na grafia, mas com significados diferentes.

absolver (inocentar)	absorver (sorver, aspirar)
comprimento (extensão)	cumprimento (saudação)
descrição (ato de descrever)	discrição (reserva, prudência)
eminente (elevado, sublimado)	iminente (que está prestes a acontecer)
flagrante (evidente, manifesto, ato que se observa no momento em que ocorre)	fragrante (perfumado)
inflação (alta de preços)	infração (violação, delito)
infligir (aplicar pena)	infringir (desrespeitar lei ou regra)
ratificar (confirmar)	retificar (corrigir)
tráfego (trânsito)	tráfico (comércio ilegal)

Homônimos: palavras que têm a mesma pronúncia (e em alguns casos a mesma grafia), mas que têm significados diferentes.

acender (pôr fogo, pôr em funcionamento sistema elétrico)	ascender (subir)
acento (sinal gráfico)	assento (objeto ou lugar em que a gente se senta)
caçar (capturar animais)	cassar (suspender os direitos de alguém)
cela (pequeno aposento)	sela (arreio)
censo (recenseamento)	senso (juízo, razão)
cerrar (fechar)	serrar (cortar)
cheque (ordem de pagamento)	xeque (lance de jogo de xadrez)
concertar (combinar, harmonizar)	consertar (reparar)
esperto (inteligente)	experto (perito)
espiar (observar)	expiar (pagar por um erro por meio de uma pena)
incipiente (principiante)	insipiente (ignorante)
são (sadio)	são (forma do verbo ser)

sessão (intervalo de tempo que dura uma reunião, um filme etc.)	sexta (sexta-feira)
seção (um segmento, uma subdivisão)	cesta (recipiente)
cessão (ato de ceder)	sesta (hora de descanso após almoço)
taxar (fixar um preço)	tachar (pôr defeito em, acusar)

Exemplos com os vocábulos *sessão*, *seção* e *cessão*: Assistiram juntos a uma **sessão** do filme “O Lobo de Wall Street”.

Na **seção** do jornal destinada a finanças, sempre são publicadas informações da bolsa de valores.

O artista assinou um termo de **cessão** de direitos de uso de imagem para a campanha contra o trabalho escravo contemporâneo.

A seguir estão outras palavras que habitualmente oferecem dificuldade na grafia e que, por isso, são também sempre cobradas em concursos:

- há / a

Usa-se o verbo “há” para a indicação de tempo transcorrido e usa-se a preposição “a” para o tempo futuro.

Exemplos:

Fiz o procedimento **há** meia hora.

Farei o procedimento daqui **a** meia hora.

- mais / mas

O vocábulo “mais” é usado para indicar intensidade e para a ideia de adição. Já a conjunção “mas” expressa oposição, contraste e pode ser substituída por “porém”.

Exemplos:

A demonstração ia ser assinada, **mas** os auditores sugeriram alterações.

Uma demonstração auditada inspira **mais** confiança aos investidores.

- mau / mal

A palavra “mau” é um adjetivo enquanto a palavra “mal” pode ser, a depender do contexto, um substantivo ou um advérbio. Um recurso eficaz para a identificação da grafia adequada é a substituição de “mau” por “bom” e de “mal” por “bem”.

Exemplos:

Aquele trabalho me faz **mal**.

Ele é um **mau** profissional.

- por que / porque / por quê / porquê

Por que

- quando “por que” equivale a “pelo qual” e flexões

Exemplo: Não acreditaram nos motivos **por que** ela teria sido demitida.

- em início de pergunta

Exemplo: **Por que** o relatório ainda não foi liberado?

- quando se trata de uma pergunta indireta (depois de “por que” é possível usar a palavra “razão”)

Exemplo: Não sabemos **por que** José foi advertido.

Porque

- quando se trata de uma explicação ou de uma causa (“porque” pode ser substituído por “pois”)

Exemplo: José foi advertido **porque** não estava correspondendo às expectativas.

Por quê

- Quando o vocábulo estiver isolado ou em final de frase

Exemplo: A mercadoria do cliente ainda não foi liberada **por quê?**

Porquê

- Quando se trata do substantivo. Nesse caso, é sinônimo de “o motivo” e vem precedido de um artigo ou de outro determinante.

Exemplo: Já explicamos o **porquê** do procedimento ao auditor.

- senão / se não

Senão pode ser substituído por “caso contrário”. Já “se não” expressa condição e pode ser substituído por “se por acaso não”.

Exemplos:

Faça um bom trabalho, **senão** será demitido.

Se não fizer um bom trabalho, será demitido.

ACENTUAÇÃO

Recebe(m) acentuação gráfica:

- todas as palavras **proparoxítonas**.

Exemplos: método, época, líquidos, técnico, depósito

- as palavras paroxítonas terminadas em:

r – éter, revólver

l – útil, disponível

n – hímen, sêmen

x – tórax

i, is – júri, lápis

us – vírus

um (uns) – álbum, álbuns

ão (ãos) – órgão, órgãos

ã (ãs) – órfã, órfãs

ei (eis) – jôquei, úteis

ps – fórceps

ditongo crescente – ocorrência, critérios

- as palavras **oxítonas** terminadas em:

a (as) – sofá, sofás

e (es) – café, ipês

o (os) – avô, avós

em (ens) – armazém, também, parabéns

- os **monossílabos tônicos** terminados em:

a (as) – pá, pás

e (es) – pé, pés

o (os) – nó, sóis

- os ditongos abertos **éi, éu, ói** nas palavras oxítonas e nos monossílabos.

Exemplos: anéis, chapéu, herói, constrói, céu

- o **i** e o **u** tônicos dos **hiatos**, quando aparecem sozinhos na sílaba ou seguidos de s.

Exemplos: sa-í-da, e-go-ís-mo, ju-í-zes

Observação:

O **i** e o **u** tônicos não levam acento gráfico se a sílaba seguinte ao hiato se iniciar por nh (como em ra-i-nha e ba-i-nha) ou se o hiato estiver acompanhado de consoante que não seja s (como em ju-iz e ca-ir)

- os verbos **ter** e **vir** e seus derivados na 3ª pessoa do plural.

Exemplos: eles têm, eles vêm, eles detêm, eles intervêm

- a forma verbal **pôde** (passado) para diferenciar de **pode** (presente).

Exemplo: Ontem ela pôde sair; hoje ela não pode.

- a forma verbal “pôr” para diferenciar da preposição “por”.

Exemplos: A secretária precisa pôr em ordem todas as fichas dos clientes.

Muitos profissionais trabalham por amor à profissão.

PONTUAÇÃO

- O uso da vírgula

A vírgula é usada para:

- separar termos de mesma função sintática:

Exemplo:

Economistas, empresários, lideranças sindicais, lideranças políticas e jornalistas divergem quanto ao assunto. → Os termos separados por vírgulas são núcleos do sujeito da oração.

- separar o vocativo:

Exemplo: Colaboradora Maria, por favor, compareça ao setor de RH.

- separar o aposto:

Exemplo: Marilena Chauí, filósofa e professora da USP, escreveu textos sobre ideologia, ética e política.

- separar certos predicativos:

Exemplos: Atento ao prazo, o contador iniciou o relatório.

Era difícil de acreditar que aquele auditor, tão atento e criterioso, tivesse sido imprudente.

- separar termos explicativos, retificativos, conclusivos (por exemplo, aliás, ou melhor, isto é, ou seja, portanto, em suma...):

Exemplos:

A pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de descobrir a opinião dos empresários de uma determinada cidade a respeito do desempenho profissional dos contadores, ou seja, de conhecer a realidade que envolve o exercício da profissão contábil no local.

A auditoria ainda não acabou; a equipe, aliás, ainda se encontra na empresa.

Em suma, para que a taxa de rejeição diminua é necessário investimento na imagem da empresa.

- separar conjunções adversativas e conclusivas deslocadas:

Exemplos:

Aquele profissional tem bastante experiência; convém, portanto, ouvi-lo.

Em 1991, uma lei foi criada para garantir a contratação de pessoas com deficiência; observa-se, entretanto, que há ainda muito a ser feito para seu efetivo cumprimento.

- separar os adjuntos adverbiais deslocados:

Exemplos:

Os estudantes de contabilidade encontram, na universidade, professores engajados na produção e na difusão de conhecimento.

“No desempenho de suas atividades, todo profissional, além do aprendizado técnico constante, precisa assimilar conceitos éticos e empenhar-se em vivenciá-los durante toda a sua carreira profissional.” (Abordagens éticas para o profissional contábil, pág. 19)

Obs.: Os adjuntos adverbiais formados por apenas uma palavra não precisam ser separados por vírgula, a não ser que se queira dar ênfase a eles.

Exemplos: Amanhã, finalizarei o relatório.

As organizações, atualmente, têm aumentado o seu interesse por atitudes éticas.

- separar as datas:

Exemplos: Brasília, 01 de julho de 2015.

A Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, estabeleceu cotas para a contratação de pessoas com deficiência; observa-se, entretanto, que essa lei não tem sido suficiente para aumentar a inserção de deficientes no mercado de trabalho.

- marcar a ocorrência do zeugma (ou seja, da supressão do verbo):

Exemplo: Marcus fez um curso de especialização em contabilidade tributária e Cristiano, em gestão de pessoas.

- separar o *sim* e do *não* usados nas respostas: Não, porque precisei ir embora mais cedo.

Sim, já verifiquei a correspondência.

- separar as orações coordenadas assindéticas:

Exemplo: Os programas de promoção da saúde eficientes são os que informam, incentivam, motivam e criam meios de gerar mudanças no comportamento de seus colaboradores.

- separar as orações coordenadas sindéticas:

Exemplos: Você é um ótimo contador, porém tem de se especializar.

Você sabe que precisará faltar, portanto adiante o relatório.

As coordenadas iniciadas por “e”, “ou” e “nem” normalmente não são separadas por vírgula.

Exemplo: As empresas perceberam que a produtividade dos seus funcionários está diretamente relacionada à sua sensação de bem-estar e começaram a investir nisso.

- separar orações subordinadas adverbiais antepostas à principal:

Exemplos: À medida que vou me qualificando, novas possibilidades de trabalho na área vão surgindo.

Embora os cálculos possam ser efetuados manualmente, usaremos o computador para facilitar o processo.

- separar as orações adjetivas explicativas da oração principal:

Exemplo: A empresa implantou um programa de promoção de saúde e qualidade de vida, que visa ao bem-estar dos colaboradores e de seus familiares.

Um profissional saudável, que se sente bem no ambiente de trabalho, produz mais.

Obs.: enquanto as orações subordinadas adjetivas explicativas são sempre separadas da oração principal por vírgulas, as orações adjetivas restritivas nunca são. Exemplo de restritiva: A empresa que implantou o programa de qualidade de vida já conseguiu resultados. Observe que, enquanto as orações explicativas acrescentam informação ao termo a que se referem, as restritivas restringem o sentido desse termo.

- separar as orações adverbiais reduzidas quando antepostas à principal:

Exemplos: Verificados todos os cálculos necessários, a escrita do relatório pode começar.

Desenvolvendo programas de capacitação profissional, a empresa beneficia seus colaboradores e se qualifica para enfrentar desafios do mercado.

- O uso do ponto e vírgula

Usa-se o ponto-e-vírgula nos seguintes casos:

- para separar os itens de uma enumeração:

Exemplo:

“O que se percebe é que o contabilista apresenta a terceiros, que são usuários de suas informações, o resultado de seu trabalho [...]. Caso essas informações não sejam fornecidas com base no conhecimento técnico e na ética, poderão trazer sérios problemas, como:

a) ao empresário contratante dos trabalhos, informações que poderão levá-lo a tomar decisões prejudiciais à empresa;

b) aos sócios, acionistas ou proprietários, prejuízos na avaliação de seus patrimônios;

c) aos credores ou fornecedores de créditos, prejuízos pelo eventual não-recebimento de seus direitos;

d) ao País, pelo não-recebimento de impostos, o que causará danos a todos de maneira geral.” (Abordagens éticas para o profissional contábil, pág. 21)

- para separar as partes principais de um período, cujas secundárias estão separadas por vírgula:

Exemplo:

“Instruir os funcionários sobre como alcançar melhor qualidade de vida agrega muitos benefícios às empresas. Os colaboradores se sentem mais motivados, reconhecem que a empresa está preocupada com seu bem-estar, o que aumenta sua produtividade; há uma redução de custos com relação às doenças de trabalho; estreita-se o relacionamento interpessoal dentro da empresa, facilitando processos; os funcionários se sentem estimulados a buscar, em seguida, um maior aperfeiçoamento profissional, o que acaba revertendo numa equipe com melhor formação profissional.” (Disponível em <http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/gestao-rh/investir-na-qualidade-de-vida-do-funcionario-aumenta-a-produtividade-da-empresa>. Acesso em 06/02/2016.)

- para separar orações coordenadas com a conjunção deslocada:

Exemplo: Você é um ótimo contador; precisa, porém, dedicar-se mais ao estudo das disciplinas cobradas nos concursos públicos.

- O uso dos dois-pontos

Usam-se dois-pontos nos seguintes casos:

- introduzindo citação ou transcrição:

Exemplo:

“Lopes Sá (1996, p.161) considera algumas virtudes como básicas e que são comuns a quase todas as profissões, afirmando: ‘Virtudes básicas profissionais são aquelas indispensáveis, sem as quais não se consegue a realização de um exercício ético competente, seja qual for a natureza do serviço prestado’”. (Abordagens éticas para o profissional contábil, pág. 25, citando LOPES DE SÁ, Antonio. Ética Profissional. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.)

- introduzindo uma enumeração:

Exemplo: “A saúde e a alimentação dos funcionários são os benefícios que as empresas costumam

priorizar, o que pode ser feito de duas maneiras: conscientizando os colaboradores de que a saúde é um patrimônio de valor inestimável e que a alimentação está entre os 40% dos fatores que mais matam ou invalidam pessoas em todo o mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde, e utilizando ferramentas (palestras, cursos e técnicas) que dão suporte psicológico e maturidade disciplinar para mudanças de hábito.” (Disponível em <http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/gestao-rh/investir-na-qualidade-de-vida-do-funcionario-aumenta-a-produtividade-da-empresa>. Acesso em 06/02/2016.)

- introduzindo um esclarecimento ou uma explicação:

Exemplos: Na faculdade, descobri uma profissão maravilhosa: a contabilidade.

Disse-me algo importante: que eu fora aprovada em todas as fases da seleção.

COLOCAÇÃO PRONOMINAL

Os pronomes pessoais oblíquos átonos, em relação aos verbos, podem ser usados em três posições.

• Próclise

No Português brasileiro a tendência dos falantes é de usar o pronome em posição proclítica, ou seja, antes do verbo. A gramática normativa estabelece, entretanto, que a **próclise** ocorre apenas quando houver palavras que “atraiam” o pronome para antes do verbo.

Palavras que atraem os pronomes oblíquos justificando a próclise:

- palavras de sentido negativo

Exemplos:

Não **nos** dirigiu a palavra enquanto realizava os procedimentos.

Ninguém **lhes** informou que deveriam elaborar todos os relatórios financeiros em um dia.

- advérbios

Exemplos: Sempre **me** pedem ajuda.

Recentemente **nos** interessamos pela contabilidade gerencial.

- pronomes substantivos (indefinidos, demonstrativos, relativos)

Exemplos: Alguém **me** procurou na recepção da empresa?

Isso **nos** leva a solicitar ajuda.

O funcionário que se predispôs a ajudá-lo não tinha o conhecimento necessário.

- conjunções subordinativas

Exemplo: Quando **a** transferiram de unidade, ela não se adaptou.

- preposição “em” seguida de gerúndio

Exemplo: Em se tratando do artigo 29, caso um segurado tenha doença grave, ele pode solicitar a antecipação do pagamento a que tem direito.

Além disso, justificam também a próclise:

- frases exclamativas

Exemplo: Como **me** sinto bem aqui!

- frases interrogativas

Exemplo: Quando **te** chamaram?

- frases que expressem desejo

Exemplo: Que Deus **nos** ajude!

• Mesóclise

A **mesóclise** ocorre apenas quando os verbos estão no futuro do presente ou no futuro do pretérito (desde que a próclise não se justifique).

Exemplo:

Entregar-**lhe**-ei o resultado da pesquisa de satisfação assim que estiver pronto.

Se precisassem, procurar-**me**-iam em minha sala.

Se houver um dos elementos que justifique a ocorrência de próclise, a mesóclise é desfeita.

Exemplo: Isso **nos** levará a procurar ajuda. (o pronome “isso” atrai o oblíquo “nos”)

• Ênclise

A **ênclise** é, segundo a gramática normativa, baseada no Português escrito de Portugal, a posição “normal” do pronome. Por isso, os gramáticos normativos prescrevem que só não se usa a ênclise se houver justificativa para a próclise ou para a mesóclise.

A ênclise é necessária quando houver:

- verbo iniciando a oração

Exemplo: Entregou-**me** as informações solicitadas.

- verbo no imperativo afirmativo

Exemplo: Certifique-**se** de que as alterações propostas foram realizadas.

- verbo no gerúndio

Exemplo: Os contadores precisam reconhecer as necessidades de seus clientes, oferecendo-**lhes** soluções pertinentes.

- verbo no infinitivo impessoal

Exemplo: Verifique se as alterações do relatório foram enviadas. Em caso positivo, pode corrigi-lo.

- **Colocação dos pronomes átonos nas locuções verbais**

- Com verbo auxiliar + verbo principal no gerúndio ou infinitivo:

Se não houver elemento que justifique a próclise, o pronome pode ser colocado depois do verbo auxiliar ou depois do verbo principal.

Exemplos: Devo **-lhe** entregar o relatório ainda hoje.

Devo entregar **-lhe** o relatório ainda hoje.

Se houver elemento que justifique a próclise, o pronome pode ser colocado antes da locução verbal ou depois do verbo principal.

Exemplos: Ninguém **o** quis preocupar com a notícia.

Ninguém quis preocupá **-lo** com a notícia.

- Com verbo auxiliar + verbo principal no particípio:

Se não houver elemento que justifique a próclise, o pronome deverá ficar depois do verbo auxiliar (nunca depois do verbo no particípio).

Exemplo: Haviam **-me** informado isso tudo.

REFERENCIAÇÃO

A coesão textual, assim como a coerência, é uma propriedade dos textos. É por meio da coesão que se estabelecem as ligações, os laços que constroem a unidade de sentido de um texto.

Um texto não é uma colagem de frases soltas, que não se relacionam entre si. Para que os sentidos vão se construindo, é necessário que as palavras, as frases, os parágrafos estejam conectados, amarrados. E existem elementos linguísticos que fazem esse importante papel. Eles conectam as partes do texto, construindo o que se pode chamar de tessitura textual.

Os elementos de coesão são bastante variados e seu estudo é muito útil para quem deseja aperfeiçoar a escrita. Aqui, por conta dos objetivos deste material, trataremos, de forma bastante abreviada, de apenas um tipo de coesão textual: a referenciação.

A coesão referencial ou referenciação tem sido assunto recorrente nas provas de concurso. Ela cria, no texto, um sistema de relações entre as palavras, permitindo que o leitor vá retomando referentes e dando significado ao texto.

Observe os períodos abaixo:

A Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, estabeleceu cotas para a contratação de pessoas com deficiência; observa-se, entretanto, que essa lei não tem sido suficiente para aumentar a inserção de deficientes no mercado de trabalho.

As empresas perceberam que a produtividade dos seus funcionários está diretamente relacionada à sua sensação de bem-estar e começaram a investir nisso.

O termo “essa lei” retoma o termo “a Lei 8.213” que apareceu anteriormente no texto. Assim acontece com o termo “nisso” que retoma o termo “a sua sensação de bem-estar”. Nos dois exemplos dados, os termos referenciais “essa lei” e “nisso” ligam-se a elementos de referência que os antecedem no texto. Chamamos esse fenômeno de **anáfora**.

A **catáfora** é o fenômeno coesivo inverso à anáfora. Na catáfora, a forma referencial aparece primeiro e apenas depois o termo referente é explicitado. Observe o exemplo:

Ele ainda não terminou o relatório. **José** é muito meticoloso e costuma fazer relatórios bem detalhados.

No exemplo acima, primeiro o pronome “ele” é usado e, depois, é explicitado o termo (José) a quem o pronome “ele” se refere.

A seguir estão alguns elementos responsáveis pelo estabelecimento da coesão referencial:

- **Pronomes**

Quando o assunto referenciação aparece nas provas de concurso, normalmente o que se enfoca são os pronomes. Essa classe de palavra constitui importante recurso de coesão textual. Observe:

- pron. pessoal:

Exemplo: A assistente teve dificuldade em elaborar o relatório. **Ele** era muito complexo.

Nesse exemplo, o pronome pessoal de 3ª pessoa retoma o termo “relatório” da frase anterior. Ao fazer isso, o pronome conecta a segunda frase à primeira.

- pron. possessivo:

Exemplo: A minha **sala** é no quinto andar; a **sua**, no sétimo.

O pronome possessivo “sua” retoma o termo “sala” da primeira oração.

- pron. demonstrativo:

Exemplo: Pegue outro **cartucho** para a impressora, porque **este** acabou.

O pronome “este” recupera o termo “cartucho” da primeira oração.

- pron. indefinido:

Exemplo: **Muitos contadores** fazem concurso público. **Alguns** por vontade e **outros** por falta de opção.

Os pronomes “alguns” e “outros” remetem ao termo “muitos contadores” da primeira frase, ligando a segunda frase à anterior.

- pron. relativo:

Exemplo: O **funcionário que** foi transferido ontem não demonstrou insatisfação.

O pronome “que” substitui o termo “funcionário” na oração subordinada. Se separássemos as duas orações, teríamos:

O **funcionário** // **que** foi transferido ontem // não demonstrou insatisfação.

A oração principal “o funcionário não demonstrou insatisfação” está ligada à oração subordinada adjetiva “(o funcionário) foi transferido ontem” por meio do pronome “que”.

• Numerais

Exemplo: **Dois gerentes** já foram deslocados. O **primeiro** irá para Salvador e o segundo, para Niterói.

Os numerais ordinais “primeiro” e “segundo” estão ligando as frases porque estão se remetendo ao termo “dois gerentes” da primeira frase.

• Advérbios

Exemplo: Joana fez o treinamento em controles internos **nos Estados Unidos**. **Lá** as práticas são mais avançadas.

O advérbio “lá” está recuperando o termo “nos Estados Unidos” da primeira frase.

• Repetição de palavra

Exemplo: “Já para melhorar o **relacionamento** pessoal e familiar dos colaboradores, uma das saídas é o desenvolvimento da empatia, que nada mais é do que a habilidade de se colocar no lugar das outras pessoas, compreendendo-as e influenciando-as

com elegância e sutileza. Um bom **relacionamento** se mantém com confiança, diálogo aberto, sinceridade, integridade e ética.” (Disponível em <http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/gestao-rh/investir-na-qualidade-de-vida-do-funcionario-aumenta-a-produtividade-da-empresa>. Acesso em 06/02/2016.)

Ouvimos muitas vezes, durante a nossa vida escolar, que a repetição de palavras deve ser evitada. Devemos, de fato, evitar a repetição desnecessária, aquela que torna o texto cansativo. Entretanto, quando feita de forma adequada, a repetição de palavras é um recurso para que o escritor consiga a almejada coesão textual.

• Sinônimos

Exemplo: O **empregado** foi homenageado durante a festa da empresa. Todos passaram a conhecer os feitos desse **funcionário**.

O sinônimo “funcionário” recupera o vocábulo “empregado” da primeira oração.

• Hiperônimos e hipônimos

Chamamos de hiperônimo o termo de significação mais genérica que engloba outros mais específicos. Por exemplo: pássaro é hiperônimo de sabiá, de beija-flor, de canário; veículo é hiperônimo de carro, de moto, de caminhão; eletrodoméstico é hiperônimo de liquidificador, geladeira, fogão.

Enquanto o hiperônimo é um termo mais genérico, o hipônimo é um termo específico. Assim, retornando aos exemplos dados anteriormente, sabiá é hipônimo de pássaro e moto é hipônimo de veículo.

Os hiperônimos e os hipônimos são recursos de coesão muito ricos porque retomam termos anteriores no texto e, ao mesmo tempo, acrescentam um conhecimento sobre ele.

Veja um exemplo: Felipe teve dificuldade na apuração do **ICMS**. Ele não tem muito conhecimento sobre esse **imposto**.

Dizemos que o vocábulo “imposto” é hiperônimo do vocábulo “ICMS”, porque o termo “imposto” está se referindo ao termo “ICMS” da primeira frase e “ICMS” é um tipo de imposto.

Agora observe outro exemplo: Muitos **impostos** são apurados com base na receita da companhia. O **ISS** é um deles.

Nesse segundo exemplo, o termo referencial é “ISS”, pois é ele quem remete ao referente “impostos” que está na frase anterior. Logo, dizemos, nesse caso, que “ISS” é hipônimo de “impostos”.

- **Expressões caracterizadoras:**

A expressão caracterizadora é um recurso de coesão valioso porque, além de ligar as partes do texto, ainda acrescenta informações ao termo referente.

Exemplo: **Antônia** se formou em 2003. **A dedicada administradora** trabalha em sua própria empresa desde então.

O termo “a dedicada administradora” retoma o termo “Antônia” da primeira frase e ainda acrescenta a informação de que Antônia é uma administradora dedicada.

Algumas frases usadas como exemplos foram retiradas dos seguintes textos:

10. Abordagens éticas para o profissional contábil. Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: CFC, 2003.
11. Investir na qualidade de vida do funcionário aumenta a produtividade da empresa. Publicado em 14/03/2011. Disponível em <http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/gestao-rh/investir-na-qualidade-de-vida-do-funcionario-aumenta-a-produtividade-da-empresa>. Acesso em 06/02/2016.

REFERÊNCIAS

1. ABAURRE, Maria Luiza M. Gramática: texto: análise e construção de sentido. São Paulo: Moderna, 2006.
2. ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
3. BECHARA, Evanildo. 37 ed. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
4. CUNHA, Celso, LINDLEY CINTRA, Luís F. 5 ed. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
5. CUNHA, Celso, PEREIRA, Cilene da Cunha (organização). Gramática essencial. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
6. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. 19 ed. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2004.
7. MENDES, Gilmar Ferreira e FORSTER JÚNIOR, Nestor José. Manual de redação da Presidência da República. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.
8. PASCHOALIN, Maria Aparecida, Spadoto, Neusa Te Rezinha. Gramática: teoria e exercícios. São Paulo: FTD, 1996.
9. TERRA, Ernani. 11 ed. Minigramática. São Paulo: 2012.

Davi Monteiro Alves de Queiroz

LÓGICA PROPOSICIONAL/SILOGISMOS

01. Questão

(IBEG – ELETROBRÁS / ACRE – 2014) Na eleição para presidente, no segundo turno, o candidato A será eleito ou não será eleito. Do ponto de vista lógico, a afirmação da proposição caracteriza:

- (A) Um silogismo.
- (B) Uma tautologia.
- (C) Uma equivalência.
- (D) Uma contingência.
- (E) Uma contradição.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Para começar o nosso capítulo, vamos para as questões que aparecem com maior frequência nas provas de concurso: as questões de lógica proposicional.

Como primeira dica, deixarei aqui apenas uma revisão rápida sobre os conectivos lógicos:

- ($\wedge$, ou “e”) = Conjunção lógica;
- ($\vee$, ou “ou”) = Disjunção lógica;
- ($\Rightarrow$, ou “se... então”) = Implicação lógica;
- ($\Leftrightarrow$, ou “se e somente se”) = Equivalência lógica.

Agora, vemos que esta primeira questão servirá para definirmos algumas coisas:

- **Silogismo:** é o argumento típico dedutivo, composto de 3 proposições. Essas três proposições são descritas a partir de 3 termos combinados dois a dois, da seguinte forma: um termo A implica num termo B (primeira proposição), e um termo B implica num termo C (segunda proposição). Neste caso, chegamos à conclusão de que o termo A implica no termo C (terceira proposição).
- **Tautologia:** é uma afirmação que, não importam as condições do contexto, será sempre considerada verdadeira. Um exemplo é quando dizemos que um evento X vai acontecer, ou não vai acontecer (em linguagem simbólica, temos que “X ou não-X” é verdadeiro). Ora, não existe uma terceira possibilidade, portanto isso é necessariamente verdadeiro.
- **Contradição:** é o contrário da tautologia, ou seja, é uma afirmação que sempre é considerada falsa. Isso acontece normalmente quando temos duas proposições mutuamente excludentes e dizemos que ambas devem ocorrer (em linguagem simbólica, é como dizer que “X e não-X” podem ser verdadeiros ao mesmo tempo). Como a afirmação de uma delas implica na negação da outra, é impossível isso ser verdade.
- **Contingência:** é quando uma afirmação pode ser verdadeira ou falsa, dependendo das condições do ambiente sobre o qual afirmamos al-

guma coisa. No geral, a maioria das construções fundamentais da lógica proposicional fala de situações contingenciais, em que, para determinarmos a verdade ou falsidade de alguma coisa, precisamos conhecer os valores de verdade das condições iniciais.

- **Equivalência:** é quando temos duas afirmações aparentemente distintas, mas que trazem o mesmo valor de verdade. Isso acontece em muitas situações – por exemplo, “ $x = 4$ ” e “ $3x = 12$ ” são afirmações equivalentes; isso significa que, se for verdade que $x = 4$, então é necessariamente verdade que $3x = 12$, e vice-versa (inclusive, vamos abordar mais sobre isso ao falarmos de conectivos lógicos).

Vamos agora à questão. Está dito que, na eleição para presidente, no segundo turno, o candidato A será eleito ou não será eleito.

Pelas definições que vimos acima, isso é claramente uma tautologia (afirmação que sempre será verdade, independente das condições), pois ela afirma que um evento X (candidato A será eleito) vai acontecer ou não vai acontecer (“X ou não-X”).

Resposta: Ⓐ

02. Questão

(IBEG – ELETROBRÁS / ACRE – 2014) Um Silogismo é um termo filosófico perfeito com o qual Aristóteles designou a argumentação lógica perfeita, constituída de três proposições declarativas que se conectam de tal modo que a partir das duas premissas iniciais é possível deduzir uma conclusão. De acordo com as declarações a seguir:

- I. Se Brasília é a capital do Brasil, então o PT ganhou as eleições para presidente.
- II. Se o PT ganhou as eleições para presidente, então o candidato B perdeu as eleições.

É possível concluir que:

- Ⓐ Se o PT ganhou as eleições para presidente, então Brasília é a capital do Brasil.
- Ⓑ Se o PT perdeu as eleições para presidente, então Brasília é a capital do Brasil.
- Ⓒ Se Brasília é a capital do Brasil, então o candidato B perdeu as eleições.

- Ⓓ Se o candidato B ganhou as eleições, então Brasília é a capital do Brasil.
- Ⓔ Se Brasília é a capital do Brasil, então o candidato B ganhou as eleições.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Sim, nesta questão temos a definição de silogismo, e por isso ela está aqui (podem ler a definição de silogismo descrita na dica do autor da primeira questão, e comparem com esta da segunda questão).

Juntemos essas informações com a noção de “implicação lógica”:

- **Implicação (ou condicional):** também conhecida como “se... então”, é a relação entre duas afirmações em que uma primeira é vista como uma “hipótese” (que pode ser verdadeira ou falsa) e a outra é uma “tese”. Funciona da seguinte forma: caso a hipótese seja verdadeira, então podemos afirmar que a tese é verdadeira também. Porém, caso a hipótese seja falsa, então não podemos afirmar nada sobre a tese (ela ainda pode ser verdadeira, mas também pode ser falsa).

O símbolo usado para indicar uma implicação lógica é este: “ $\Rightarrow$ ”.

Agora, tudo que precisamos fazer é aplicar o que aprendemos para encontrar a resposta correta.

Vamos começar transformando as afirmações em linguagem simbólica:

Chamamos “A” a afirmação de que “Brasília é a capital do Brasil”.

Chamamos “B” a afirmação de que “o PT ganhou as eleições para presidente”.

Chamamos “C” a afirmação de que “o candidato B perdeu as eleições”.

Temos então que:

A proposição I diz que “A implica em B” (ou ainda, “ $A \Rightarrow B$ ”).

Já a proposição II diz que “B implica em C” (ou ainda, “ $B \Rightarrow C$ ”).

Agora, aplicando a noção de silogismo: “ $A \Rightarrow B$ ” e “ $B \Rightarrow C$ ” significam, juntos, que “ $A \Rightarrow C$ ” (“A implica em C”). Ou seja: “se Brasília é a capital do Brasil, então o candidato B perdeu as eleições”.

Resposta: Ⓒ

03. Questão

(CAIP – FUMEC / CEPROCAMP – 2015) Uma negação lógica para a afirmação “Se a Terra é redonda, então o céu é azul” está contida na alternativa:

- (A) O céu é azul e a Terra não é redonda.
- (B) Se a Terra não é redonda, então o céu não é azul.
- (C) O céu não é azul se, e somente se, a Terra não é redonda.
- (D) A Terra é redonda e o céu não é azul.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Vamos agora ao conceito de “**negação lógica**”. Uma negação lógica acontece quando, dada uma proposição qualquer com valores de verdade conhecidos, afirmamos uma outra proposição sobre o mesmo tema, mas com todos os valores de verdade invertidos. Quando fazemos isto, estamos negando a proposição anterior.

O símbolo usado para indicar uma negação lógica é este: “ $\neg$ ”.

Dito isso, vamos destacar aqui a negação da implicação lógica:

p	q	$p \Rightarrow q$	$\neg(p \Rightarrow q)$	$p \Rightarrow \neg q$
V	V	V	F	F
V	F	F	V	V
F	V	V	F	F
F	F	V	F	F

Portanto, temos aqui que a conjunção entre a verdade da hipótese e a falsidade da tese (ou a negação da tese) é a negação da implicação lógica.

Com isso, podemos resolver esta questão e também a próxima.

Esclarecido esse assunto, vamos à questão. A proposição é: “Se a Terra é redonda, então o céu é azul”. Chamamos de “A” a afirmação de que “a Terra é redonda”.

Chamamos de “B” a afirmação de que “o céu é azul”. Assim, a nossa proposição se tornou um “ $A \Rightarrow B$ ”, em linguagem simbólica.

Para negar isso, escrevemos então “ $A \wedge \neg B$ ” (“A e não-B”).

Voltando à linguagem textual, temos que “a Terra é redonda e o céu não é azul”.

Resposta: (D)

04. Questão

(IDECAN – SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2014) Afirmar que não é verdade que “se Pedro não é brasileiro, então João é corintiano” é equivalente a dizer que:

- (A) ou Pedro é brasileiro ou João não é corintiano.
- (B) Pedro não é brasileiro e João não é corintiano.
- (C) Pedro não é brasileiro ou João não é corintiano.
- (D) se João não é corintiano, então Pedro é brasileiro.
- (E) se Pedro não é brasileiro, então João é corintiano.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Vamos direto à questão. A proposição é: “se Pedro não é brasileiro, então João é corintiano”. Chamamos de “A” a afirmação de que “Pedro é brasileiro”.

Chamamos de “B” a afirmação de que “João é corintiano”.

Como a nossa afirmação começa com “Pedro não é brasileiro”, então na verdade estamos começando com a negação de A, ou seja, “ $\neg A$ ” (lê-se “não-A”).

Assim, a nossa proposição se tornou um “ $\neg A \Rightarrow B$ ”, em linguagem simbólica.

Para negar isso, escrevemos então “ $\neg A \wedge \neg B$ ” (“não-A e não-B”).

Voltando à linguagem textual, temos que “Pedro não é brasileiro e João não é corintiano”.

Resposta: (B)

05. Questão

(BIORIO – NUCLEP – 2014) Sempre que é feriado, Adamastor vai pescar ou vai ao cinema. Hoje não é feriado. Assim, hoje Adamastor:

- (A) não foi pescar nem foi ao cinema.
- (B) foi pescar mas não foi ao cinema.
- (C) foi ao cinema mas não foi pescar.
- (D) pode ter ido ao cinema ou ido pescar.
- (E) não foi pescar.

DICA DO AUTOR: Essa questão é muito interessante para recordar um nuance da implicação lógica: quando a hipótese é verdadeira, sabemos que a tese será verdadeira. Porém, o que acontece quando a hipótese é falsa?

p	q	$p \Rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Como já dissemos antes, não podemos afirmar nada sobre a tese. Mas, isso nos diz mais ainda: significa que a tese pode ser verdade ou não, e isso não contradiz em nada a implicação lógica.

Sendo assim, devemos ficar atentos a isso.

Vamos agora à questão.

A primeira proposição é: “sempre que é feriado, Adamastor vai pescar ou vai ao cinema”. Podemos reescrever assim: “se é feriado, então Adamastor vai pescar ou vai ao cinema”.

Chamamos de “A” a afirmação de que “é feriado”.

Chamamos de “B” a afirmação de que “Adamastor vai pescar”.

Chamamos de “C” a afirmação de que “Adamastor vai ao cinema”.

Para descrevermos a situação em que pelo menos uma das situações entre B e C acontece, escrevemos a disjunção “B ou C” (em linguagem simbólica, “ $B \vee C$ ”).

Assim, a nossa proposição se tornou um “ $A \Rightarrow (B \vee C)$ ”, em linguagem simbólica.

Em seguida, surge a informação de que “hoje não é feriado”. Portanto, o valor de verdade para A no dia de hoje é falso. Sendo assim, todas as possibilidades de valor de verdade para B e C mantêm a implicação verdadeira, como podemos ver abaixo:

A	$B \vee C$	$A \Rightarrow (B \vee C)$
F	V	V
F	F	V

Como qualquer valor de verdade para B e C é válido, podemos traduzir isso na linguagem textual como a afirmação de que “Adamastor pode ter ido ao cinema ou ido pescar”.

Resposta: ①

LÓGICA PURA

06. Questão

(CONSULPLAN – MAPA – 2014) Qual das figuras é **diferente** das demais?



DICA DO AUTOR: Agora, vamos às questões de lógica pura. Puzzles lógicos ou questões que testam a inteligência visual serão abordados aqui.

Esta, por exemplo, é uma questão de pura observação. Se você for atento a detalhes visuais, poderá ver rapidamente qual é a resposta correta.

As alternativas A, B e C trazem a mesma figura; a única diferença é que essa figura aparece rotacionada em ângulos diferentes.

Já a alternativa D traz uma figura que é “espelhada” em relação às demais (compare as figuras das alternativas B e D).

Resposta: Ⓓ

07. Questão

(BIORIO – NUCLEP – 2014) No planeta distante de XFRYW, cada ano tem 262 dias. JCV mora nesse planeta e resolveu dar uma festa na qual quer ter certeza de que ao menos duas pessoas fazem aniversário no mesmo dia. Para isso, JCV terá de reunir no mínimo a seguinte quantidade de pessoas:

- (A) 263.
- (B) 524.
- (C) 1.580.
- (D) 36.460.
- (E) 42.520.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Para esta questão, enunciaremos o *Teorema de Dirichlet*, também conhecido como o *Princípio das Casas dos Pombos*:

“Se n pombos devem ser postos em m casas, e se $n > m$, então pelo menos uma casa irá conter mais de um pombo.”

Dito isto, é fácil ver que, dado que temos m casas, o número mínimo de pombos para atingirmos essa condição do teorema é $m + 1$.

Resolução

Seja o planeta XFRYW, com seus 262 dias por ano. Assim, sabemos que, se JCV chamar 262 pessoas para a sua festa, ainda existe a possibilidade de cada uma fazer aniversário num dia diferente.

Porém, basta adicionar mais 1 pessoa à festa que, pelo Princípio das Casas dos Pombos, teremos pelo menos duas pessoas fazendo aniversário no mesmo dia do ano do planeta XFRYW.

Sendo assim, JCV deve reunir, no mínimo, 263 pessoas.

Resposta: Ⓐ

08. Questão

(BIORIO – NUCLEP – 2014) As equipes que ficam, a cada turno, de plantão num certo setor são formadas por

um chefe e três funcionários. A tabela abaixo mostra as escalas de plantão para quatro dias:

Dia	Equipe
1	Márcio, Batista, Cardoso e Dorival
2	Márcio, Batista, Lopes e Gastão
3	Batista, João, Cardoso e Lopes
4	Dorival, Lopes, Batista e Gastão

Nessas escalas há dois chefes e cinco funcionários. Os chefes são:

- (A) Cardoso e Batista.
- (B) Márcio e Lopes.
- (C) Cardoso e Gastão.
- (D) Dorival e João.
- (E) Lopes e João.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Aqui nós temos um pequeno puzzle. Se você gosta de jogos de raciocínio, pode se divertir com esta questão e, quando descobrir a resposta (ou quando se cansar), pode conferir aqui.

Sabemos que as equipes que ficam de plantão num certo setor são formadas por um chefe e três funcionários. Sabemos também que existem sete integrantes da empresa, sendo dois chefes e cinco funcionários, para montar essas equipes.

Pensando bem, o que precisamos encontrar são duas pessoas que:

1. não estejam trabalhando juntas em nenhuma equipe;
2. não deixem passar nenhum dia sem ter um deles na equipe.

Se encontrarmos duas pessoas que satisfazem a essas condições, então esses dois são os principais candidatos a serem os chefes das equipes.

Dito isso, é só observar: e então podemos ver que Cardoso e Gastão preenchem os requisitos (Cardoso está nos dias 1 e 3; Gastão está nos dias 2 e 4). Além disso, checamos que nenhum outro par de membros de equipe que satisfaça aos postulados acima.

Portanto, vimos que Cardoso e Gastão são os chefes das equipes.

Resposta: Ⓒ

TEORIA DOS CONJUNTOS

09. Questão

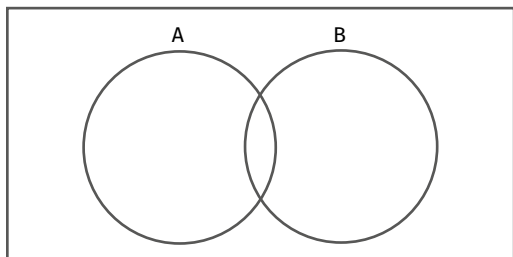
(CAIP – FUMEC / CEPROCAMP – 2015) Do total de candidatos que prestaram um vestibular em uma universidade, alguns optaram somente para os cursos de Administração ou de Ciências Contábeis. Sabe-se que 210 optaram pela Administração, 190 por Ciências Contábeis, e 105 pelos dois cursos. Os números de alunos que somente optaram pela Administração e somente optaram por Ciências Contábeis foram, respectivamente:

- (A) 102 e 88.
- (B) 105 e 85.
- (C) 103 e 87.
- (D) 104 e 86.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Agora uma questão simples, para a qual normalmente usamos o *Diagrama de Venn*, embora neste caso não seja necessário.

Eis um exemplo genérico do *Diagrama de Venn*:

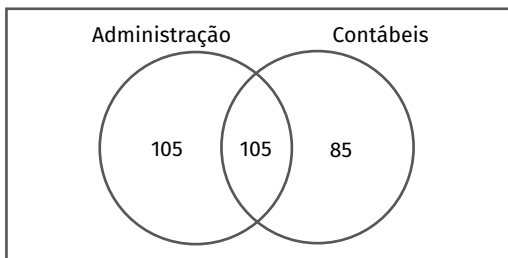


Queremos saber aqui quantos alunos prestaram vestibular para apenas um dos cursos. Para isso, fazemos a diferença entre todos os alunos que prestaram vestibular para aquele curso e os que prestaram para os dois cursos, de modo a excluí-los.

Começando por Administração: 210 optaram pela Administração, sendo que 105 deles tentaram os dois cursos. Logo, os que optaram somente por Administração são $210 - 105 = 105$ candidatos.

Agora Ciências Contábeis: 190 optaram pelas Contábeis, sendo que 105 deles tentaram os dois cursos. Logo, os que optaram somente por Ciências Contábeis são $190 - 105 = 85$ candidatos.

Pelo Diagrama de Venn (apenas para ilustrar):



Resposta: (B)

ARITMÉTICA / NÚMEROS INTEIROS

10. Questão

(BIORIO – NUCLEP – 2014) O capítulo III de um livro começa na página 187 e vai até a página 235. João resolveu ler o capítulo todo num único dia. João gasta em média 4 minutos e meio para ler uma página. Para cumprir a resolução ele gastará:

- (A) 3h 36min.
- (B) 3h 40min 30s.
- (C) 3h 45min.
- (D) 3h 49min 30s.
- (E) 3h 54min.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Aqui iniciamos as questões que dão mais ênfase aos cálculos. Esta, por exemplo, não tem muito segredo: é ler a questão, interpretá-la e “botar a mão na massa”.

Vale notar que, para esta questão, vamos usar o algoritmo da divisão com resto. Questões de aritmética utilizam este conceito com bastante frequência. Primeiramente, precisamos descobrir quantas páginas o capítulo III possui. Para isso, pegamos o número da última página do capítulo III (235) e subtraímos todas as páginas que vêm antes da primeira, que são 186 páginas – CUIDADO, não subtraia da primeira página do capítulo (187), ou então seria como se João estivesse começando da página 188 (que não é a primeira página).

$235 - 186 = 49$ páginas tem o capítulo III.

Agora, vamos ao tempo de leitura: João demora 4 minutos e meio (4,5 minutos) para ler uma página; para ler 49 páginas, ele gastará o tempo de:

$$49 \times 4,5 = 220,5 \text{ minutos.}$$

Agora, vamos converter isso para minutos e segundos: 220,5 minutos = 220 minutos e 30 segundos.

Por fim, para converter de minutos para horas, usaremos o algoritmo da divisão com resto:

$$220 \text{ minutos} \div 60 = 3 \text{ horas, com resto de 40 minutos.}$$

$$\text{Logo, } 220,5 \text{ minutos} = 3\text{h } 40\text{min } 30\text{s.}$$

Resposta: B

11. Questão

(CONSULPLAN – MAPA – 2014) Considere os seguintes dados de certo ano:

- foi ano da segunda metade do século XX;
- começou num domingo e terminou numa segunda-feira;
- a soma de seus algarismos é 22.

O ano em questão é:

- A 1966.
- B 1975.
- C 1984.
- D 1993.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Nesta questão, voltamos a trabalhar com o algoritmo da divisão com resto, mas, além disso, precisamos de alguma cultura geral para resolver esta questão. Em especial, precisamos conhecer anos bissextos e, acima de tudo, precisamos PERCEBER que vamos trabalhar com anos bissextos; interpretação é tudo aqui.

Anos bissextos são anos que têm 366 dias, e nós os identificamos da seguinte maneira: todo ano bissexto é um múltiplo de 4 (ou seja, se dividirmos o número do ano por 4, teremos uma divisão exata, com resto igual a 0).

Resolução

Para descobrir qual é o ano do qual a questão está falando, vamos começar analisando as informações mais simples: no caso, as afirmações 1 e 3:

“Foi ano da segunda metade do século XX” e “a soma de seus algarismos é 22”. Isso nos dá 5 possibilidades: 1957, 1966, 1975, 1984 e 1993.

Agora, vamos para a afirmação 2, que tem informações muito sutis: “começou num domingo e terminou numa segunda-feira”. E agora, ninguém sabe de cor o calendário desses anos pra saber até mesmo os dias da semana! O que fazer?

Calma, não vamos nos desesperar. Vamos trabalhar com o que nós conhecemos.

- Quantos dias tem um ano normal? 365 dias, ok.
- E um ano bissexto? Esse tem 366 dias.
- Em que isso vai nos ajudar? Em tudo.

Todos sabem que uma semana tem 7 dias. Então, o que precisamos fazer é verificar quantas semanas têm um ano comum, e quantos dias sobram. Dividiremos 365 dias de um ano por 7 dias de uma semana, através do algoritmo da divisão com resto:

$$365 \div 7 = 52 \text{ semanas, com resto de 1 dia.}$$

Isso significa que um ano comum só poderia começar num domingo e terminar num domingo! (ou começar numa segunda e terminar numa segunda, ou começar em qualquer outro dia da semana e terminar no mesmo dia da semana). Portanto, o ano em questão só pode ser bissexto – e, de fato, ao dividir 366 por 7, obtemos 52 semanas com resto de 2 dias (domingo e segunda, ok).

Agora, um pouco mais de conhecimentos gerais: um ano bissexto corresponde obrigatoriamente a um número múltiplo de 4 (exemplos: 2004, 2008, 2012). Isso nos dá a informação de que o ano em questão é o 1984 (faça a divisão de 1984 por 4 e verá que o resultado é um número inteiro, ou que o resto é zero; ou seja, $1984 \div 4$ é uma divisão exata).

Resposta: C

OPERAÇÕES COM FRAÇÕES/ PORCENTAGEM

12. Questão

(IDECAN – SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2014) A geratriz da dízima periódica 0,2333... é uma fração do tipo p/q , em sua forma irredutível. O valor de $p + q$ é:

- A 37.

- (B) 38.
- (C) 39.
- (D) 40.
- (E) 41.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Vamos agora às frações. Esta é uma questão bem direta, em que precisamos procurar a fração geratriz de uma dízima periódica. Existe uma fórmula para isso, mas aqui vamos mostrar que ela não é necessária, pois existe um método muito mais lógico, sem deixar de ser simples.

Primeiramente, vamos chamar essa fração de “x” (como uma incógnita simples). Então:

$$x = 0,2333...$$

Multiplicando essa equação por 10, para que o período comece da primeira casa decimal:

$$10x = 2,3333...$$

Multiplicando novamente por 10 elevado à quantidade de algarismos do período (neste caso, $10^1 = 10$, mesmo):

$$100x = 23,3333...$$

Agora, vamos subtrair as duas últimas equações que temos:

$$\begin{cases} 100x = 23,3333... \\ 10x = 2,3333... \end{cases}$$

E então:

$$90x = 21$$

Agora que eliminamos o período, podemos escrever a fração e colocá-la na forma irredutível:

$$x = \frac{21}{90} = \frac{7}{30}$$

Portanto, temos que $p = 7$ e $q = 30$.

Logo, $p + q = 7 + 30 = 37$.

Resposta: (A)

13. Questão

(IADES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL –

2014) A dona da confeitaria havia cortado vários bolos iguais em pedaços de $\frac{1}{5}$, e haviam sobrado 7 desses pedaços. Ela separou-os de dois em dois, obtendo 3 pacotes com $\frac{2}{5}$ de bolo em cada, sobrando ainda $\frac{1}{5}$. Fazendo-se a divisão usual, tem-se $\frac{7}{5} \div \frac{2}{5} = \frac{7}{2} = 3\frac{1}{2}$. Apesar dos resultados diferentes, é correto afirmar que o resto da divisão matemática de $\frac{7}{5}$ por $\frac{2}{5}$ é igual a:

- (A) 0.
- (B) $\frac{1}{5}$.
- (C) $\frac{2}{5}$.
- (D) $\frac{3}{5}$.
- (E) $\frac{1}{2}$.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Essa questão é muito rápida de se fazer, mas também é muito fácil de errar – e também de perder tempo tentando resolvê-la – se não conhecermos bem os fundamentos básicos a respeito dos números racionais (conjunto numérico no qual as frações estão incluídas).

O fundamento que precisamos saber é que, no conjunto dos números racionais, todo número diferente de zero possui inverso multiplicativo. Isso significa: **no conjunto dos números racionais, toda divisão possível é exata** (usamos o termo “possível” aqui para lembrar que é impossível dividir por zero).

Pronto. A dica acima resolve a questão, pois, se toda divisão possível entre números racionais é exata, isso significa que toda divisão entre números racionais deixa resto igual a zero.

Resposta: (A)

RAZÕES E PROPORÇÕES

14. Questão

(CAIP – FUMEC / CEPROCAMP – 2015) Em determinado concurso somente para os cargos A e B, os candidatos podiam apenas se inscrever para um desses cargos. Ao final do prazo para as inscrições, identificou-se que razão entre o número de candidatos inscritos para o cargo A e o número de candidatos inscritos para o cargo B podia ser representada pela fração $\frac{7}{9}$. Sabendo-se que 5.600 candidatos se inscreveram nesse concurso, é correto afirmar que o número de candidatos inscritos para o cargo A foi:

- (A) 4.356.
- (B) 2.450.
- (C) 1.244.
- (D) 3.801.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Para questões de razão e de proporção, usamos regras de três – essa é a primeira coisa que se precisa saber. Além disso, questões de proporção costumam exigir alguma interpretação de texto – esta não é diferente.

Para esta questão, devemos estar atentos para notar o que as razões estão representando, e reescrevê-las de acordo com os dados que temos e as informações que queremos.

Primeiramente, sabemos que a razão entre o número de candidatos inscritos para o cargo A e o número de candidatos inscritos para o cargo B é de $7/9$.

$$\text{Ou seja, } \frac{A}{B} = \frac{7}{9}$$

Porém, nós não temos o número de candidatos inscritos para o cargo A, nem para o cargo B; em vez disso, temos o total de candidatos, que é de 5.600. Precisamos então transformar essa razão para que ela se refira ao total de candidatos, e faremos isso da seguinte forma:

$$\text{Total} = \text{Cargo A} + \text{Cargo B}$$

$$\frac{A}{A+B} = \frac{7}{7+9} = \frac{7}{16}$$

Agora podemos dizer que os candidatos do cargo A estão para 5.600 assim como 7 está para 16.

$$\frac{A}{5.600} = \frac{7}{16}$$

Resolvendo a regra de três:

$$16A = 7 \times 5.600$$

$$A = 7/16 \times 5.600 = 7 \times 350 = 2.450 \text{ candidatos.}$$

Resposta: (B)

SEQUÊNCIAS

15. Questão

(IDECAN – SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2014) Considere a sequência: $7/9$; 9 ; $7/3$; 3 ; 7 ; 1 ; 21 ; $1/3$;...

É correto afirmar que o produto entre o seu nono termo e décimo termo é:

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 5.
- (E) 7.

DICA DO AUTOR: Questões de sequências se caracterizam por testar a nossa capacidade de enxergar padrões e, a partir daí, aplicá-los para descobrir próximos termos. Nesse sentido, elas se assemelham bastante às questões de Progressão Aritmética e de Progressão Geométrica (inclusive pelo fato de que uma Progressão é, por definição, uma sequência). Porém, diferente das Progressões Aritmética e Geométrica, uma sequência pode não ter um padrão tão óbvio, além de que cada sequência tem sua própria lei, que pode ser bem conhecida, mas também pode ser algo único. Por isso podemos encarar essas questões como espécies de puzzles.

Vale somar um termo com o seguinte, vale fazer a diferença, vale inclusive trocar letras por números (já que a ordenação de números é mais natural), desde que eles obedeçam a um padrão lógico.

Vamos agora à questão. Observe que esta sequência pode se dividir em duas subsequências diferentes: uma com os termos ímpares e outra com os termos pares. Mais ainda: essas subsequências são Progressões Geométricas.

Vejam os então qual a razão de cada uma dessas subsequências:

- Sequência dos ímpares: $7/9$; $7/3$; 7 ; 21 ;...

Dividindo cada termo pelo seu antecessor ($21 \div 7$, $7 \div 7/3$, $7/3 \div 7/9$), vemos que a razão é 3. Então o nono termo é igual a $21 \times 3 = 63$.

- Sequência dos pares: 9 ; 3 ; 1 ; $1/3$;...

Fazendo a mesma coisa ($1/3 \div 1$, $1 \div 3$, $3 \div 9$), notamos que a razão aqui é de $1/3$. Portanto, o décimo termo é igual a $1/3 \times 1/3 = 1/9$.

Agora, fazemos o produto: $63 \times 1/9 = 7$.

Resposta: (E)

MATEMÁTICA FINANCEIRA

16. Questão

(CAIP – FUMEC / CEPROCAMP – 2015) Um capital de R\$ 10.000,00 foi emprestado a juros simples e devolvido, de uma só vez, após 8 meses. Se a taxa de juros anual cobrada foi de 18%, então é certo afirmar que o montante correspondente a esse empréstimo foi de:

- (A) R\$ 11.800,00.
- (B) R\$ 14.400,00.
- (C) R\$ 18.900,00.
- (D) R\$ 11.200,00.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Matemática Financeira é um assunto com muitas definições, e portanto precisamos estar bem atentos ao enunciado da questão.

Esta questão, por exemplo, envolve juros simples; isso significa que as contas podem ser feitas de forma mais intuitiva. Porém, vamos deixar aqui a fórmula básica:

$$M = C \times (1 + i \times t)$$

Legenda: M é o montante, C é o capital investido, i é a taxa de juros simples e t é o tempo da aplicação.

Vamos começar. Um capital de R\$ 10.000,00 emprestado a juros simples, com uma taxa igual a 18% ao ano, por um período de 8 meses.

Começamos convertendo o período de tempo para a unidade da taxa de juros:

$$8 \text{ meses} = 2/3 \text{ de ano.}$$

Agora aplicamos a fórmula para achar o montante:

$$M = R\$ 10.000,00 \times (1 + 0,18 \times 2/3)$$

$$M = R\$ 10.000,00 \times (1 + 0,12)$$

$$M = R\$ 10.000,00 \times 1,12$$

$$M = R\$ 11.200,00.$$

Resposta: (D)

17. Questão

(IADES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – 2014) Paulo dividiu uma quantia Q que possuía em duas partes iguais, para investir em dois empreendimentos diferentes. Uma das partes apresentou perda de 10% ao fim de um mês, seguida de outra perda de 10% sobre o que havia restado, ao fim do segundo mês. A outra parte apresentou, ao fim desses dois meses, um ganho de 20%. Em relação à quantia Q inicial, a variação foi de:

- (A) 0,005%.
- (B) 0,05%.
- (C) 0,31%.
- (D) 0,5%.
- (E) 3,1%.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Já nessa questão, precisamos de uma boa interpretação. O motivo é que, em muitas questões de matemática financeira, o enunciado não vai mencionar se o problema envolve juros simples ou compostos. E aí vai a grande dica: se a questão não disser nada, então provavelmente vamos trabalhar com juros compostos.

No caso desta questão em especial, não falamos em juros, mas em rendimento. A lógica é parecida: taxa incidindo sobre um montante já modificado no período anterior.

Segue, portanto, a fórmula para o cálculo do montante numa aplicação de juros compostos:

$$M = C \times (1 + i)^t$$

Legenda: M é o montante, C é o capital investido, i é a taxa de juros compostos e t é o tempo da aplicação.

Como já dissemos acima, esta é uma questão sobre o rendimento de uma aplicação. E ela começa assim: dividimos a aplicação em duas metades (50% cada), e fazemos as contas conforme o que foi mencionado.

Para a primeira aplicação:

$$C = 50\%$$

i = -0,1 ao mês (o sinal negativo aqui reflete o rendimento negativo)

$$t = 2 \text{ meses}$$

$$M = 50\% \times (1 - 0,1)^2$$

$$M = 50\% \times (0,9)^2$$

$$M = 50\% \times 0,81$$

$$M = 40,5\%$$

Agora, para a segunda aplicação:

$$C = 50\%$$

$$i = 0,2 \text{ em dois meses}$$

$$t = 1 \text{ período (dois meses)}$$

$$M = 50\% \times (1 + 0,2)^1$$

$$M = 50\% \times 1,2$$

$$M = 60\%$$

Agora, somando os dois montantes percentuais:

$$40,5\% + 60\% = 100,5\%$$

Desta forma, vemos que a variação em relação ao Q inicial foi de 0,5%.

Resposta: (E)

18. Questão

(FUNDATEC – SECRETARIA DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL – 2014)

Há sete candidatos diferentes para prefeito de uma cidade. De quantas maneiras diferentes os nomes dos candidatos podem ser impressos na cédula de voto?

- (A) 7!
 (B) 7²
 (C) (7)⁷
 (D) 7 + 7
 (E) 2 × 7

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Começaremos agora as questões de Análise Combinatória. Primeiramente, vamos usar o conceito de **permutação**, que ocorre quando temos que descobrir de quantas maneiras podemos organizar uma quantidade qualquer de elementos numa fila.

Segue a fórmula básica para a permutação de n elementos:

$$P(n) = n!$$

Legenda: n é um número inteiro positivo, P(n) é a função “permutações de n” e n! é chamado de “n fatorial”.

Exemplo para uma permutação de 5 elementos: P(5) = 5! = 5 × 4 × 3 × 2 × 1 = 120 possibilidades.

Temos 7 candidatos a prefeito. Podemos organizá-los em P(7) = 7! posições (sim, é só isso a questão).

Resposta: (A)

19. Questão

(CONSULPLAN – MAPA – 2014) Um pai comprou 6 barras de chocolate e pretende entregar 1 para cada um de seus 6 filhos. Se 2 dessas barras são de chocolate branco e as demais, de chocolate preto, de quantas formas ele poderá distribuir as barras?

- (A) 15.
 (B) 20.
 (C) 24.
 (D) 30.

DICA DO AUTOR: Já para esta questão e a próxima, vamos usar o conceito de combinação, que se dá quando temos k casas para serem preenchidas por n elementos (k é menor ou igual a n), numa escolha sem reposição e sem ordem.

Segue a fórmula da combinação de n elementos, k a k:

$$C_k^n = \frac{n!}{k! \times (n-k)!}$$

Legenda: n e k são números naturais e “x!” é a notação para “x fatorial” (vide exemplo acima).

Um pai comprou 6 barras de chocolate, sendo 2 de chocolate branco e as outras de chocolate preto. Esse pai pretende entregar 1 para cada um de seus 6 filhos. Essa é uma questão de combinação porque o que precisamos fazer é contar as possibilidades de “duplas de filhos” que receberão chocolate branco.

Aplicaremos então a fórmula para a combinação de 6 elementos, 2 a 2:

$$C_2^6 = \frac{6!}{2! \times 4!}$$

$$C_2^6 = \frac{6 \times 5}{2 \times 1} = 15 \text{ formas diferentes de distribuir os chocolates}$$

Resposta: (A)

ESTATÍSTICA BÁSICA E PROBABILIDADE

20. Questão

(CAIP – FUMEC / CEPROCAMP – 2015) Na tabela abaixo constam informações sobre o número de filhos dos 25 candidatos finalistas em um concurso.

Nº de filhos	Nº de candidatos
0	5
1	7
2	5
3	3
Mais de 3	5
Total	25

Com base nas informações contidas na tabela, é correto afirmar que o número total de filhos desses finalistas é, necessariamente:

- (A) menor que 41.
- (B) igual a 41.
- (C) maior ou igual a 46.
- (D) maior que 41 e menor que 46.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Questões de Estatística envolvem habilidade em leitura de tabelas, gráficos e, às vezes, noções de Probabilidade. Algumas questões de Probabilidade podem precisar também de noções de Análise Combinatória (o assunto anterior), mas geralmente não é o caso.

Para esta questão, precisamos apenas ler a tabela corretamente.

Queremos saber o número estimado de filhos dos 25 candidatos finalistas de um determinado concurso. Calcularemos então:

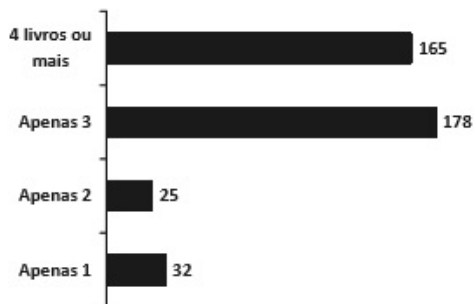
- Filhos dos candidatos com 0 filhos: $5 \times 0 = 0$ (parece um cálculo estúpido, mas é bom ter método).
- Filhos dos candidatos com 1 filho: $7 \times 1 = 7$.
- Filhos dos candidatos com 2 filhos: $5 \times 2 = 10$.
- Filhos dos candidatos com 3 filhos: $3 \times 3 = 9$.
- Filhos dos candidatos com mais de 3 filhos: $5 \times 4 = 20$ ou mais.

Agora podemos encontrar o total estimado de filhos: $0 + 7 + 10 + 9 + "20 \text{ ou mais}" = 46$ ou mais filhos. Ou seja, o número de filhos é necessariamente maior ou igual a 46.

Resposta: (C)

21. Questão

(CAIP – FUMEC / CEPROCAMP – 2015) Considere o gráfico abaixo com informações sobre o número de livros lidos por 400 pessoas, em determinado período.



Com base nas informações do gráfico acima, avalie as afirmações I e II:

- I. O número de pessoas que leram apenas dois livros corresponde, necessariamente, a 6,25% do número total de pessoas.
- II. A razão entre o número de pessoas que leram apenas quatro livros e o número total de pessoas corresponde, necessariamente, a 0,4125.

Os valores lógicos das afirmações I e II, nessa ordem, são:

- (A) verdade e verdade.
- (B) falsidade e falsidade.
- (C) verdade e falsidade.
- (D) falsidade e verdade.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Para esta questão, devemos interpretar apropriadamente o gráfico. Inclusive, quando interpretamos corretamente o gráfico, vemos que só precisamos verificar uma das duas proposições usando cálculos (a outra é respondida apenas com a interpretação).

Vamos verificar a proposição I:

25 pessoas, de um total de 400, leram apenas 2 livros. O percentual de pessoas que leram apenas 2 livros é, portanto, igual a $25/400 \times 100\% = 6,25\%$ (proposição I é verdadeira).

Agora vamos à proposição II:

Observando o gráfico, vemos que não há uma informação precisa sobre pessoas que leram apenas 4 livros; portanto, nada pode se afirmar em relação à razão exata de pessoas que leram apenas 4 livros (proposição II é falsa).

Resposta: ©

MATRIZES E DETERMINANTES

22. Questão

(IDECAN – SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2014) Dadas as matrizes $A = (a_{ij})_{2 \times 3}$ em que $a_{ij} = i - j$ e $B = (b_{ij})_{3 \times 2}$ em que $b_{ij} = i^2 - j$. Seja a matriz C a matriz resultante do produto das matrizes A e B , nesta ordem. Assim, o elemento C_{11} será:

- (A) 17.
- (B) 18.
- (C) 19.
- (D) -18.
- (E) -19.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Começamos o conteúdo de Matrizes. Uma matriz é uma tabela de números, disposta em linhas e colunas. Escrevendo em linguagem matemática, dizemos que uma matriz A possui m linhas e n colunas, e fazemos assim:

$$A = (a_{ij})_{m \times n}$$

Legenda: m e n são números inteiros positivos, m representa o número de linhas e n o número de colunas da matriz; i e j são parâmetros inteiros positivos, tais que:

$$1 \leq i \leq m$$

$$1 \leq j \leq n$$

e a_{ij} é a representação do elemento que pertence à linha i e à coluna j na matriz A .

Outra coisa que precisamos saber aqui é a operação de **multiplicação de matrizes**. Como o processo de multiplicação de matrizes envolve muitos passos,

vamos deixar isso para a própria resolução da questão (e também para o resumo da teoria, no final do capítulo). Aqui, vamos apenas definir a condição necessária e suficiente para que duas matrizes possam ser multiplicadas:

Sejam as matrizes A e B . O produto $A \times B$ existe se e somente se o número de colunas de A for igual ao número de linhas de B , e o produto $B \times A$ existe se e somente se o número de colunas de B for igual ao número de linhas de A .

Primeiramente, vamos escrever a matriz A na sua forma extensa:

$$A = (a_{ij})_{2 \times 3}; a_{ij} = i - j$$

$$A = \begin{pmatrix} a_{11} & a_{12} & a_{13} \\ a_{21} & a_{22} & a_{23} \end{pmatrix} = \begin{pmatrix} 0 & -1 & -2 \\ 1 & 0 & -1 \end{pmatrix}$$

Da mesma forma, vamos escrever a matriz B na sua forma extensa:

$$B = (b_{ij})_{3 \times 2}; b_{ij} = i^2 - j$$

$$B = \begin{pmatrix} b_{11} & b_{12} \\ b_{21} & b_{22} \\ b_{31} & b_{32} \end{pmatrix} = \begin{pmatrix} 0 & -1 \\ 3 & 2 \\ 8 & 7 \end{pmatrix}$$

Como A tem 3 colunas e B tem 3 linhas, podemos fazer $A \times B$, e o resultado será uma matriz que tem o número de linhas de A (2 linhas) e o número de colunas de B (2 colunas). Chamando essa matriz de C :

$$C = A \times B$$

$$C = \begin{pmatrix} 0 & -1 & -2 \\ 1 & 0 & -1 \end{pmatrix} \begin{pmatrix} 0 & -1 \\ 3 & 2 \\ 8 & 7 \end{pmatrix}$$

Por fim, precisamos saber qual é o valor do elemento c_{11} da matriz C . Descobrimos isso fazendo a seguinte operação:

$$c_{11} = (a_{11} \times b_{11}) + (a_{12} \times b_{21}) + (a_{13} \times b_{31})$$

$$c_{11} = (0 \times 0) + (-1 \times 3) + (-2 \times 8)$$

$$c_{11} = 0 - 3 - 16$$

$$c_{11} = -19$$

Resposta: ©

SISTEMAS DE EQUAÇÕES DO 1º GRAU

23. Questão

(CAIP – FUMEC/CEPROCAMP – 2015) Fixou-se uma meta para a receita relativa à venda de X unidades de um determinado produto. Se cada unidade desse produto for vendida a R\$ 45,00, a receita das vendas supera a meta em R\$ 600,00. Se cada unidade desse produto for vendida a R\$ 40,00, a receita das vendas será R\$ 120,00 abaixo da meta. Nessas condições, é correto afirmar que X é igual a:

- (A) 144.
- (B) 142.
- (C) 141.
- (D) 143.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Chegamos aos Sistemas de Equações do 1º Grau. Nesta questão, além de resolver o sistema, precisamos entender o que diz o texto e, desta forma, armar o sistema de forma correta. Depois, temos alguns métodos diferentes para resolver o sistema; aqui, vamos usar o **método da adição**.

Primeiro, vamos atribuir incógnitas: “x” para o número de unidades de um produto e “y” para a meta de receita pela venda dos produtos.

Vamos armar agora a primeira equação: “se cada unidade desse produto for vendida a R\$ 45,00, a receita das vendas supera a meta em R\$ 600,00”; isso é o mesmo que:

$$45x = y + 600$$

Agora, a segunda equação: “se cada unidade desse produto for vendida a R\$ 40,00, a receita das vendas será R\$ 120,00 abaixo da meta”; isso significa:

$$40x = y - 120$$

Temos aqui as duas equações; faremos agora a diferença entre elas:

$$45x - 40x = y - y + 600 - (-120)$$

$$5x = 720$$

$$x = 144 \text{ unidades do produto.}$$

Resposta: (A)

24. Questão

(IDECAN – SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2014) Um estudante, ao resolver um problema, chegou ao seguinte sistema linear:

$$\begin{cases} 2x+3y+2z=12 \\ x+3y+2z=13 \\ x+2y+2z=11 \end{cases}$$

É correto afirmar que $x + y + z$ é igual a:

- (A) 1.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 7.
- (E) 9.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Sistemas de Equações do 1º Grau, ou Sistemas Lineares, podem ser resolvidos por vários métodos diferentes, mas é recomendável aprender o **método da adição**. Este método, também conhecido como **método da eliminação de Gauss**, se relaciona muito com a operação de escalonamento de matrizes, de modo que resolver o sistema é **escalonar a matriz estendida do sistema**.

Porém, aqui nós não aplicaremos matrizes; em vez disso, usaremos apenas o método da adição.

Seja o sistema linear:

$$\begin{cases} 2x+3y+2z=12 \\ x+3y+2z=13 \\ x+2y+2z=11 \end{cases}$$

Para descobrir o valor de x, podemos fazer a diferença entre a equação I e a equação II. O resultado é o seguinte:

$$2x - x + 3y - 3y + 2z - 2z = 12 - 13$$

$$x = -1$$

Agora, descobrimos o valor de y fazendo a diferença entre a equação II e a equação III. E este é o resultado:

$$x - x + 3y - 2y + 2z - 2z = 13 - 11$$

$$y = 2$$

Com os valores de x e y, tudo que precisamos é substituí-los na equação III:

$$-1 + 2(2) + 2z = 11$$

$$2z = 11 - 3$$

$$z = 8/2 = 4$$

Agora, fazemos o somatório: $-1 + 2 + 4 = 5$.

Resposta: (C)

25. Questão

(MSCONCURSOS – CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO MATO GROSSO DO SUL – 2014) Seja r uma reta tal que r intercepta o eixo Oy no ponto de ordenada 1. Dada uma reta s que passa por $P = (1; 2)$ e, sendo P o ponto de intersecção entre r e s , podemos concluir que a equação reduzida da reta r é:

- (A) $y = x - 1$
- (B) $y = x + 1$
- (C) $y = -x - 1$
- (D) $y = -x + 1$

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Geometria Analítica... este assunto pode ter questões extremamente difíceis, mesmo em nível de ensino médio. Não é o caso desta questão.

Aqui, nós só precisamos saber o que é uma equação de reta num plano cartesiano, e também que uma reta é determinada por dois pontos.

Como sabemos, a equação de uma reta num plano cartesiano é similar a uma função de 1º grau: $y = ax + b$. Agora, vamos ao problema: seja r uma reta que intercepta o eixo Oy no ponto de ordenada 1.

Sabemos que, no eixo Oy , o valor da abscissa é zero ($x = 0$). Se y intercepta o eixo Oy no ponto de ordenada 1, então sabemos qual é o primeiro ponto que determina r : é o ponto $(0; 1)$.

E como temos a informação do ponto de intersecção com Oy , já podemos descobrir qual é o coeficiente linear da equação da reta; basta substituir x e y na equação:

$$1 = a(0) + b$$

$$b = 1$$

Falta descobrirmos o coeficiente angular.

Agora, temos a informação de uma reta s que intercepta r no ponto $P = (1; 2)$. Isso significa que r passa por $P = (1; 2)$.

Substituindo x e y na equação da reta r , e lembrando que já sabemos o valor do coeficiente linear ($b = 1$):

$$2 = a(1) + 1$$

$$a = 2 - 1 = 1$$

Pronto. Como $a = 1$ e $b = 1$, podemos escrever a equação da reta r : $y = x + 1$.

Resposta: (B)

26. Questão

(FUNDATEC – SECRETARIA DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL – 2014)

Considerando os operadores lógicos usados nas sentenças compostas abaixo, é correto afirmar que a sentença composta que representa um condicional INCORRETA é:

- (A) Se 2 é ímpar, então 2 é par.
- (B) 2 é par, logo 11 é primo.
- (C) Se 2 é par, então 6 é primo.
- (D) 5 é ímpar, portanto 4 é par.
- (E) 4 ser ímpar implica que 5 é par.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Para esta questão, vamos analisar cada alternativa a partir dos valores de verdade da implicação lógica (ou condicional, como chamamos aqui) – lembrando que a única possibilidade de um condicional ser falso é quando a hipótese é verdadeira, mas a tese é falsa.

Alternativa A: INCORRETA. “2 é ímpar” é falso. Como a hipótese é falsa, o condicional é verdadeiro independente da tese.

Alternativa B: INCORRETA. “2 é par” é verdadeiro e “11 é primo” é verdadeiro. Hipótese verdadeira e tese verdadeira implicam em condicional verdadeiro.

Alternativa C: CORRETA. “2 é par” é verdadeiro e “6 é primo” é falso ($6 = 2 \times 3$). Hipótese verdadeira e tese falsa implicam em condicional falso.

Alternativa D: INCORRETA. “5 é ímpar” é verdadeiro e “4 é par” é verdadeiro. O raciocínio é igual ao da alternativa B.

Alternativa E: INCORRETA. “4 é ímpar” é falso. O raciocínio é igual ao da alternativa A.

27. Questão

(IDECAN – SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2014)

Considere a seguinte proposição: “serei aprovado do se e somente se eu estudar muito”. A sua negação pode ser escrita como:

- (A) “Serei aprovado ou estudarei muito.”
- (B) “Estudarei muito e não serei aprovado ou serei aprovado e não estudarei muito.”
- (C) “Serei aprovado ou não estudarei muito e estudarei muito ou não serei aprovado.”

- Ⓓ “Serei aprovado e não estudarei muito ou não estudarei muito e não serei aprovado.”
- Ⓔ “Não serei aprovado e não estudarei muito ou estudarei muito e não serei aprovado.”

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Agora, vamos falar mais sobre a equivalência lógica – agora explorando a relação bicondicional (também conhecida como “se e somente se”), em que duas afirmações não precisam dizer a mesma coisa, mas mesmo assim a implicação mútua acontece.

Como já vimos na breve definição acima, a relação bicondicional é verdadeira quando “A implica em B” e, ao mesmo tempo, “B implica em A” (vale notar que a implicação simples não é recíproca). Desta forma, vamos ver a tabela-verdade da negação da bicondicional:

p	q	$p \Leftrightarrow q$	$\neg(p \Leftrightarrow q)$	$p \Leftrightarrow \neg q$
V	V	V	F	F
V	F	F	V	V
F	V	F	V	V
F	F	V	F	F

Como podemos ver agora, nós negamos uma equivalência lógica quando afirmamos que, caso uma das afirmações seja verdade, então a outra não deve ser – ou o contrário, se uma das afirmações for falsa, então a outra deve ser verdadeira.

Por isso essa negação recebe o nome de “exclusão mútua”, que também se traduz em linguagem simbólica como “ $(p \wedge \neg q) \vee (\neg p \wedge q)$ ” (lê-se “p e não-q, ou não-p e q”).

Resolução

Vamos à questão. A proposição é: “serei aprovado se e somente se eu estudar muito”.

Chamamos de “A” a afirmação de que “serei aprovado”.

Chamamos de “B” a afirmação de que “estudarei muito”.

Assim, a nossa proposição se tornou um “ $A \Leftrightarrow B$ ”, em linguagem simbólica.

Para negar isso, podemos escrever de duas formas:

1- “ $A \Leftrightarrow \neg B$ ”, que significa “A se e somente se não-B”;

2- “ $(A \wedge \neg B) \vee (\neg A \wedge B)$ ”, que significa “A e não-B, ou não-A e B”.

Voltando à linguagem textual a partir da forma 2, temos a afirmação de que “estudarei muito e não serei aprovado ou serei aprovado e não estudarei muito”.

Resposta: Ⓑ

28. Questão

(CAIP – FUMEC – CEPROCAMP – 2015) Se Cláudio é analista de sistemas, então André e Márcia são professores. Se Arnaldo não é advogado, então Mirian é analista de sistemas e João é dentista. Consta-se que João não é dentista e que André não é professor. Conclui-se corretamente dessas informações que:

- Ⓐ Arnaldo é advogado e Cláudio não é analista de sistemas.
- Ⓑ Arnaldo não é advogado e Cláudio é analista de sistemas.
- Ⓒ Mirian não é analista de sistemas e Márcia não é professora.
- Ⓓ Mirian é analista de sistemas e Márcia é professora.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Para essa questão, vamos abordar uma equivalência muito importante para qualquer concurseiro, visto que ela é cobrada em várias questões diferentes. Chama-se “**implicação contrapositiva**”.

Explicando: existem duas formas de verificarmos uma implicação lógica; uma delas é pela via direta (afirmamos a hipótese e concluímos a tese), e a outra é pela via da contrapositiva (negamos a tese e, a partir daí, concluímos com a negação da hipótese). Parece estranho, mas é totalmente correto afirmar que os dois métodos são equivalentes. Vejamos na tabela-verdade:

p	q	$\neg q$	$\neg p$	$\neg q \Rightarrow \neg p$
V	V	F	F	V
V	F	V	F	F
F	V	F	V	V
F	F	V	V	V

Se você for buscar logo acima (questão 5), verá que a coluna dos valores de verdade de " $p \Rightarrow q$ " é idêntica à de " $\neg q \Rightarrow \neg p$ ". Portanto, a implicação direta é mesmo equivalente à contrapositiva. E repito: isso é uma ferramenta que dá um grande diferencial na maioria dos concursos que envolvem questões de raciocínio lógico e matemática.

Nesta questão, temos duas proposições para analisar. São elas:

- Se Cláudio é analista de sistemas, então André e Márcia são professores;
- Se Arnaldo não é advogado, então Mirian é analista de sistemas e João é dentista.

Chamamos de "A" a afirmação de que "Cláudio é analista de sistemas".

Chamamos de "B" a afirmação de que "André é professor".

Chamamos de "C" a afirmação de que "Márcia é professora".

Chamamos de "D" a afirmação de que "Arnaldo é advogado".

Chamamos de "E" a afirmação de que "Mirian é analista de sistemas".

Chamamos de "F" a afirmação de que "João é dentista".

Então, o que temos em linguagem simbólica é: " $A \Rightarrow (B \wedge C)$ " (lê-se "A implica em B e C") e " $\neg D \Rightarrow (E \wedge F)$ " (lê-se "não-D implica em E e F").

Agora, podemos destrinchar cada uma das proposições acima em outras proposições, mais simples:

- " $A \Rightarrow (B \wedge C)$ " pode ser destrinchada em duas proposições: " $A \Rightarrow B$ " e " $A \Rightarrow C$ " – afinal, a verdade de A implica na verdade tanto de B, quanto de C.
- Da mesma forma, " $\neg D \Rightarrow (E \wedge F)$ " pode ser destrinchada em " $\neg D \Rightarrow E$ " e " $\neg D \Rightarrow F$ ".

Agora, temos duas informações dadas na questão: "João não é dentista" ($\neg F$) e "André não é professor" ($\neg B$). Aplicaremos então a **contrapositiva** nas proposições " $A \Rightarrow B$ " e " $\neg D \Rightarrow F$ ". O resultado é o seguinte:

- " $A \Rightarrow B$ "; logo " $\neg B \Rightarrow \neg A$ ".
- " $\neg D \Rightarrow F$ "; logo " $\neg F \Rightarrow D$ ".

Traduzindo essas conclusões (" D " e " $\neg A$ ") para a linguagem textual, temos que "Arnaldo é advogado" e "Cláudio não é analista de sistemas".

Resposta: (A)

29. Questão

(FUNDATEC – SECRETARIA DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL – 2014)

Dadas as proposições, analise:

- Todos os motoristas são responsáveis.
- Nenhum motorista é responsável.
- Alguns motoristas não são responsáveis.
- Existem motoristas responsáveis.
- Não existem motoristas que são responsáveis.

Dentre as alternativas a seguir, selecione aquela que associa corretamente uma proposição categórica com a sua negação.

- (A) A negação da proposição IV é a proposição III.
(B) A negação da proposição I é a proposição III.
(C) A negação da proposição II é a proposição III.
(D) A negação da proposição I é a proposição II.
(E) A negação da proposição I é a proposição V.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Aqui, vamos precisar de uma noção inicial sobre os quantificadores lógicos.

Quantificadores são marcadores lógicos que indicam quantidades. Mas não são como números, que indicam quantidades exatas; em vez disso, eles indicam duas formas básicas de quantificação:

- a **existência** (símbolo " $\exists$ "; lê-se "existe");
- a **universalidade** (símbolo " $\forall$ "; lê-se "para todo").

Quando dizemos que "existe elemento com a propriedade P", estamos dizendo que "alguns elementos têm a propriedade P". Podem ser todos? Podem (mas não necessariamente). Mas com certeza existe pelo menos um.

Da mesma forma, quando dizemos que “para todo elemento a propriedade P é válida”, estamos dizendo que “todos os elementos têm a propriedade P”. Sabemos quantos são? Não exatamente; mas podemos garantir que são todos.

Agora, como negar proposições com quantificadores? Vejamos aqui:

- A negação da existência é a não-existência. Então, dizer que “não existe elemento com a propriedade P” é o mesmo que dizer que “todos os elementos não têm a propriedade P”; logo, é **uma universalidade em relação à negação de P**.
- Já a negação da universalidade é a não-universalidade. Ou seja, dizer que “nem todo elemento possui a propriedade P” é o mesmo que dizer que “existe elemento que não possui a propriedade P”; portanto, é **uma existência em relação à negação de P**.

Alternativa A: INCORRETA. “Existem motoristas responsáveis” e “alguns motoristas não são responsáveis” não são nem mesmo proposições excludentes, quanto mais a negação uma da outra.

Alternativa B: CORRETA. “Todos os motoristas são responsáveis” e “alguns motoristas não são responsáveis” são a negação exata uma da outra (uma é a universalidade, a outra é a não-universalidade).

Alternativa C: INCORRETA. “Nenhum motorista é responsável” e “alguns motoristas não são responsáveis” também não são proposições excludentes (idem à alternativa A).

Alternativa D: INCORRETA. “Todos os motoristas são responsáveis” e “nenhum motorista é responsável” são afirmações excludentes; porém, CUIDADO: “todos” e “nenhum” são ambos quantificadores de universalidade e, como vimos acima, nós negamos uma universalidade afirmando a existência de um caso contrário.

Alternativa E: INCORRETA. “Todos os motoristas são responsáveis” e “não existem motoristas que são responsáveis” também são afirmações excludentes; mas, assim como a alternativa D, essas proposições não se negam. Uma maneira de pensar nisso sem usar quantificadores é que essas afirmações (assim como as da alternativa D) não representam todas as possibilidades (portanto, elas podem ser falsas ao mesmo tempo).

Observação: Como podemos ver aqui, as alternativas D e E são bastante tentadoras e muitos podem

marcar uma das duas como verdadeira; por isso é importante estudarmos os quantificadores lógicos.

30. Questão

(IDECAN – SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2014) Se é verdade que “alguns candidatos são estudiosos” e que “nenhum aventureiro é estudioso”, então, também é necessariamente verdade que:

- Ⓐ algum candidato é aventureiro.
- Ⓑ algum aventureiro é candidato.
- Ⓒ nenhum aventureiro é candidato.
- Ⓓ nenhum candidato é aventureiro.
- Ⓔ algum candidato não é aventureiro.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Agora é hora de aplicar o que aprendemos sobre quantificadores lógicos e silogismos.

Aqui, vamos transformar tudo em linguagem simbólica: candidatos serão representados pela letra “c”, aventureiros pela letra “a” e pessoas estudiosas pela letra “s”.

Agora, vamos às proposições:

- “Alguns candidatos são estudiosos”; isso é o mesmo que dizer que “existem candidatos que são estudiosos”. Em linguagem simbólica, escrevemos “ $\forall s \exists c (c = s)$ ” (lê-se “para todo s, existe c tal que $c = s$ ”).
- “Nenhum aventureiro é estudioso”; isso é o mesmo que dizer “todo aventureiro não é estudioso”. Em linguagem simbólica, escrevemos “ $\forall a \forall s (s \neq a)$ ” (lê-se “para todo a e para todo s, temos $s \neq a$ ”).

Juntando as duas proposições simbólicas (aqui entra a primeira parte do silogismo): “ $\forall a \forall s \exists c (c = s; s \neq a)$ ” (lê-se “para todo a e para todo s, existe c tal que $c = s$, com $s \neq a$ ”).

Vamos transformar isso em linguagem textual agora:

- “ $\forall a \forall s \exists c (c = s; s \neq a)$ ”; isso significa que, “existem candidatos que são estudiosos, dos quais nenhum é aventureiro”.

Agora, reparando bem, esta informação sobre ser ou não ser estudioso está sobrando no texto; podemos eliminar isso (aqui vem a segunda parte do silogismo) e ficamos com a seguinte frase: “existem

candidatos que não são aventureiros”; simbolicamente, temos: “ $\forall a \exists c (c \neq a)$ ” (lê-se “para todo a, existe c tal que $c \neq a$ ”).

Por fim, isso significa que “algum candidato não é aventureiro”.

Resposta: Ⓔ

LÓGICA PURA

31. Questão

(BIORIO – NUCLEP – 2014) Joaquim, Mendonça e Lorico são funcionários da Nuclep. Um é engenheiro, outro é mecânico e o terceiro é administrador. Joaquim é mais alto do que o administrador. Mendonça é mecânico. Lorico não é o mais baixo dos três. Assim:

- Ⓐ Lorico é o engenheiro e é o mais baixo.
- Ⓑ Mendonça é o mais alto e Joaquim é o administrador.
- Ⓒ Joaquim é o mais baixo e Lorico é o administrador.
- Ⓓ Lorico é o mais alto e Joaquim é o administrador.
- Ⓔ Mendonça é o mais baixo e Joaquim é o engenheiro.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Temos aqui outros dois puzzles (este e a próxima questão), cuja forma de resolver é chocar as informações para descobrir as respostas por eliminação. Faremos isso nesta questão e na questão seguinte.

Começaremos listando os nomes dos funcionários – Joaquim, Mendonça e Lorico – e suas funções – um é engenheiro, outro é mecânico e o terceiro é administrador. Além disso, vemos pelas informações a seguir que a questão quer que classifiquemos os três pela altura também.

Vamos analisar agora a informação de que “Joaquim é mais alto do que o administrador”: isso significa, em primeira mão, que Joaquim não é o administrador. Juntando isso com o fato de que “Mendonça é mecânico”, temos que **Joaquim só pode ser engenheiro**.

Como Mendonça é mecânico e Joaquim é engenheiro, temos que Lorico é o administrador.

Agora, vamos à altura: pela informação de que “Joaquim é mais alto que o administrador”, podemos dizer que Joaquim é mais alto que Lorico. Porém, temos a informação de que “Lorico não é o mais baixo dos três”; isso nos obriga a determinar que **Mendonça é o mais baixo dos três**.

Portanto, Mendonça é o mais baixo e Joaquim é o engenheiro.

Resposta: Ⓔ

32. Questão

(CONSULPLAN – MAPA – 2014) Em três xícaras – uma grande, uma média e uma pequena – foram colocadas uma certa quantidade de chá com temperaturas diferentes. Considere que:

1. ou a xícara grande recebeu chá morno ou a xícara média recebeu a menor quantidade de chá;
2. A quantidade de chá colocada na xícara maior foi inferior à da xícara que recebeu chá quente, e a xícara pequena não foi a que recebeu a maior quantidade de chá;
3. o chá frio não foi colocado na xícara média e a xícara pequena recebeu mais chá do que a de tamanho grande.

Desejando servir uma criança com chá morno, um adolescente com chá frio e um adulto com chá quente, deve-se entregar a eles, respectivamente, as xícaras:

- Ⓐ pequena, grande e média
- Ⓑ média, pequena e grande
- Ⓒ grande, pequena e média
- Ⓓ grande, média e pequena

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Vamos começar juntando algumas informações:

Na afirmação 3, é dito que a xícara pequena recebeu mais chá do que a xícara grande. Ao mesmo tempo, na afirmação 2, é dito que a xícara pequena não recebeu a maior quantidade de chá.

Isso nos permite concluir que existe uma xícara que recebeu mais chá do que a pequena, e só pode ter sido a xícara média (já que a grande recebeu me-

nos). Pronto, agora temos a informação sobre a quantidade de chá em cada xícara:

- Grande = menor quantidade de chá;
- Média = maior quantidade de chá;
- Pequena = o meio termo.

Agora, na afirmação 1, é dito que “ou a xícara grande recebeu chá morno ou a xícara média recebeu a menor quantidade de chá”; como a xícara média não recebeu a menor quantidade de chá (na verdade, recebeu a maior), **então a xícara grande recebeu chá morno.**

Por fim, voltando à afirmação 3, temos que o chá frio não foi colocado na xícara média; como o chá frio também não foi colocado na xícara grande (que recebeu chá morno), **então o chá frio só pode ter sido servido na xícara pequena.**

E, por eliminação, **vemos que a xícara média recebeu chá quente.**

Concluímos entregando as xícaras: a criança recebe a xícara grande, o adolescente recebe a xícara pequena e o adulto recebe a xícara média.

Resposta: ©

33. Questão

(IADES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – 2014) Certo número de três algarismos, em comparação com os números 192, 231, 408, 409 e 510, apresentou as seguintes propriedades: não ter algarismos comuns com 231; ter um único algarismo em comum com 192, mas que não está na mesma posição; ter um único algarismo em comum com 409, que está na mesma posição; ter um algarismo em comum com 408, mas que não está na mesma posição; ter um único algarismo comum com 510, na mesma posição.

Com base nessas informações, o número é:

- Ⓐ 498.
- Ⓑ 549.
- Ⓒ 581.
- Ⓓ 589.
- Ⓔ 809.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Por fim, mais um puzzle, desta vez envolvendo números e algarismos. Devemos organizar e confrontar as informações para descobrirmos o número referido.

Vamos na ordem das informações dadas sobre o número que queremos encontrar:

- “Não tem algarismos comuns com 231”; 2, 3 e 1 não fazem parte do número.
- “Tem um único algarismo em comum com 192, mas que não está na mesma posição”; como 1 e 2 não fazem parte do número, sobra o 9, o qual, no nosso número, não estará no meio.
- “Tem um único algarismo em comum com 409, que está na mesma posição”; como sabemos que o 9 é algarismo do número, então 4 e 0 não fazem parte do número; além disso, este é o posicionamento do 9 no nosso número.
- “Tem um algarismo em comum com 408, mas que não está na mesma posição”; como sabemos que 4 e 0 não fazem parte do número, temos que o 8 faz parte do número, mas não está na posição da direita (assumida pelo 9).
- “Tem um único algarismo comum com 510, na mesma posição”; como 1 e 0 não fazem parte do número, resta o 5 na posição da esquerda. Isso nos diz que o 8 só pode estar na posição do meio.

Agora podemos ver que o número em questão é o 589.

Resposta: Ⓓ

TEORIA DOS CONJUNTOS

34. Questão

(IDECAN – SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2014) Dados os conjuntos $A = \{a, b, c, d, e, f\}$ e $B = \{b, d, g, h, i\}$, assinale a alternativa INCORRETA.

- Ⓐ $b \subset A$
- Ⓑ $B \not\subset A$
- Ⓒ $A \cap B = \{b, d\}$
- Ⓓ $A - B = \{a, c, e, f\}$
- Ⓔ $A \cup B = \{a, b, c, d, e, f, g, h, i\}$

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Começamos a seção de Teoria dos Conjuntos. Vamos começar explicando alguns sinais de relações de elemento com conjunto, ou de conjuntos com outros conjuntos:

- Pertence ($\in$) e Não Pertence ($\notin$): indicam se um termo qualquer é elemento de um conjunto ou não;
- Contido ($\subset$) e Não Contido ($\not\subset$): indicam se um conjunto qualquer é subconjunto de um outro conjunto ou não;
- Interseção ($\cap$): é o maior conjunto formado pelos elementos que existem em todos os conjuntos da interseção;
- União ($\cup$): é o menor conjunto formado pelos elementos que existem em pelo menos um dos conjuntos da união.
- Exclusão ($-$): dados dois conjuntos A e B, o conjunto “A – B” é formado apenas pelos elementos de A que não estão em B.

Ok. Agora, podemos responder a esta questão analisando cada alternativa.

Alternativa A: INCORRETA. A relação de “contido” é feita entre dois conjuntos; portanto, “b” não pode estar contido em nada (a relação correta seria a de “pertence”).

Alternativa B: CORRETA. De fato, B não está contido em A, ou seja, existem elementos de B que não fazem parte de A.

Alternativa C: CORRETA. Como podemos ver, “b” e “d” são os únicos elementos que pertencem tanto a A quanto a B.

Alternativa D: CORRETA. Aqui a alternativa C ajuda: como “b” e “d” estão em B, são eles os elementos que devemos excluir de A quando fazemos “A – B”.

Alternativa E: CORRETA. Para fazer a união, basta juntar todos os elementos de cada conjunto, sem repetir.

ARITMÉTICA / NÚMEROS INTEIROS

35. Questão

(IDECAN – SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2014) Se o ano de 2012 começou em um domingo, então o dia 31 de dezembro de 2017 acontecerá em qual dia da semana?

- (A) Sábado
- (B) Domingo
- (C) Terça-Feira
- (D) Quarta-Feira
- (E) Segunda-Feira

DICA DO AUTOR: Assim como a questão anterior, precisamos trabalhar com o algoritmo da divisão com resto nesta questão e também com números bissextos.

Nunca é demais lembrarmos que podemos identificar um ano bissexto fazendo a divisão do seu número por 4 (se a divisão for exata, então o ano é bissexto).

Seja o dia 1º de janeiro de 2012 um domingo. Queremos descobrir que dia da semana é o dia 31 de dezembro de 2017.

Para isso, vamos recordar que, para descobrirmos em que dia da semana cai o último dia do ano, precisamos saber qual é o resto da divisão da quantidade de dias do ano por 7 (quantidade de dias da semana).

Normalmente, um ano tem 365 dias; desta forma, dividindo 365 por 7, saberemos quando cai o último dia do ano analisando o resto dessa divisão.

$365 \div 7 = 52$, com resto igual a 1.

Isso significa que, num ano de 365 dias, o primeiro e o último dia do ano caem no mesmo dia da semana (se começou num domingo, terminará num domingo).

Porém, existem os anos bissextos; então, precisamos saber quanto é o resto da divisão de 366 por 7 para saber quando cai o último dia do ano num ano bissexto.

$366 \div 7 = 52$, com resto igual a 2.

Ou seja: num ano bissexto, o penúltimo dia do ano é igual ao primeiro dia do ano; portanto, o último dia será o seguinte (se o ano começou num domingo, terminará numa segunda-feira).

Precisamos agora identificar quantos anos bissextos temos entre 2012 e 2017:

- 2012 $\div$ 4 é uma divisão exata; logo, 2012 é bissexto.
- 2013 $\div$ 4 não é uma divisão exata.
- 2014 $\div$ 4 não é uma divisão exata.
- 2015 $\div$ 4 não é uma divisão exata.
- 2016 $\div$ 4 é uma divisão exata; logo, 2016 é bissexto.
- 2017 $\div$ 4 não é uma divisão exata.

Perfeito. Agora é só analisar como começa e termina cada ano:

- 2012 é bissexto e começa num domingo; então, ele termina numa segunda-feira.
- 2013 não é bissexto e começa numa terça-feira; então, ele termina numa terça-feira.
- 2014 não é bissexto e começa numa quarta-feira; então, ele termina numa quarta-feira.
- 2015 não é bissexto e começa numa quinta-feira; então, ele termina numa quinta-feira.
- 2016 é bissexto e começa numa sexta-feira; então, ele termina num sábado.
- 2017 não é bissexto e começa num domingo; então, ele termina num domingo.

Resolvida a questão: o dia 31 de dezembro de 2017 é um domingo.

Resposta: Ⓔ

36. Questão

(BIORIO – NUCLEP – 2014) A soma das idades dos dois irmãos mais novos de Pedro é 55, e a soma das idades de seus dois irmãos mais velhos é 61. Daqui a onze anos, a soma das idades dos cinco irmãos será igual a:

- Ⓐ 190.
- Ⓑ 192.
- Ⓒ 196.
- Ⓓ 198.
- Ⓔ 200.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Agora, temos uma questão que envolve desigualdade. Questões com desigualdades podem ser classificadas como questões que envolvem funções, mas esta, em especial, envolve exclusivamente números inteiros; sendo assim, vamos resolvê-la aqui.

Para resolver questões com desigualdades, precisamos ter bastante atenção, pois todas as informações são confrontadas para que possamos chegar a uma resposta correta.

Vamos começar estabelecendo o óbvio: irmãos mais novos têm idade menor que irmãos mais velhos. Dito isso, vamos ao problema. Precisamos estimar a idade de Pedro.

A soma da idade dos dois irmãos mais novos de Pedro é 55; isso significa que um dos irmãos mais novos de Pedro pode ter, no mínimo, $55 \div 2 = 27,5$ anos.

Arredondaremos 27,5 para cima: 28 anos. Além disso, sabemos que, se um deles tiver 28 anos, o outro terá 27 anos (pois $28 + 27 = 55$).

Isso nos diz que Pedro tem mais do que 28 anos (29 anos, no mínimo).

Já a soma da idade dos dois irmãos mais velhos de Pedro é 61; isso significa que um dos irmãos mais velhos de Pedro pode ter, no máximo, $61 \div 2 = 30,5$ anos. Arredondaremos 30,5 para baixo: 30 anos. Além disso, sabemos que, se um deles tiver 30 anos, o outro terá 31 anos (pois $30 + 31 = 61$).

Isso nos diz que Pedro tem menos do que 30 anos (29 anos, no máximo).

Confrontando as informações acima, já sabemos a idade de Pedro (29 anos) e também a dos seus quatro irmãos (27 e 28 pros mais novos, 30 e 31 pros mais velhos).

Agora é só fazer conta de somar.

Daqui a 11 anos, as idades dos cinco irmãos serão de 38, 39, 40, 41 e 42 anos, e a soma das idades será de $38 + 39 + 40 + 41 + 42 = 200$ anos.

Resposta: Ⓔ

OPERAÇÕES COM FRAÇÕES / PORCENTAGEM

37. Questão

(IDECAN – SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2014) Uma torneira enche um tanque de 7,68 m³ em 4 horas. Sabendo-se que 1 m³ equivale a 1.000 litros, é correto afirmar que a vazão, em litros por minuto, dessa torneira, é:

- Ⓐ 32.
- Ⓑ 1,92.
- Ⓒ 19,2.
- Ⓓ 1920.
- Ⓔ 0,032.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Por fim, uma questão propriamente dita de operações com frações. Aqui nós vamos aplicar a máxima de que “toda fração é uma divisão” – ou seja, vamos dividir o numerador pelo denominador e encontrar um número inteiro ou decimal.

Uma torneira enche um tanque de 7,68 m³ em 4 horas. Vamos começar transformando essa unidade de medida de m³ em litros:

$$7,68 \text{ m}^3 = 7,68 \times 1.000 = 7.680 \text{ litros.}$$

Transformaremos também as 4 horas em minutos:

$$4 \text{ horas} = 4 \times 60 = 240 \text{ minutos.}$$

Agora podemos escrever que a vazão da torneira é de 7.680 litros por 240 minutos. Vamos simplificar essa fração:

$$\text{Vazão} = 7.680/240 = 768/24 = 256/8 = 32 \text{ litros por minuto.}$$

Resposta: (A)

RAZÕES E PROPORÇÕES

38. Questão

(CAIP – FUMEC/CEPROCAMP – 2015) No mês de novembro de 2014, observou-se que o número de atendimentos ao público em determinada repartição pública teve um acréscimo de 25%, em relação ao mês anterior. Se naquele mês foram atendidas 500 pessoas, então no mês de outubro de 2014 o número de atendimentos foi de:

- (A) 375.
- (B) 425.
- (C) 400.
- (D) 450.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Porcentagem. As questões de porcentagem podem ser bastante elaboradas, mas no geral são simples. Basta lembrarmos que um valor percentual é uma fração centesimal.

Exemplo: 6% = 6/100 = 0,06.

Esta questão, porém, além de ser de porcentagem, é também uma questão de proporção.

Vamos começar. No mês de novembro de 2014, observou-se que o número de atendimentos ao público em determinada repartição pública teve um acréscimo de 25%, em relação ao mês anterior.

Considerando o mês de outubro como tendo um atendimento de 100%, podemos considerar que o mês de novembro teve um atendimento de 100% + 25% = 125%.

Além disso, sabemos que 500 pessoas foram atendidas em novembro.

Chamaremos agora o número de pessoas atendidas no mês de outubro de “x”.

Assim, temos uma proporção direta: x está para 100% = 1, assim como 500 está para 125% = 1,25.

$$x/1 = 500/1,25$$

Portanto:

$$x = 500 \div 1,25 = 400 \text{ pessoas.}$$

Resposta: (C)

SEQUÊNCIAS

39. Questão

(BIORIO – NUCLEP – 2014) Observe a sequência: Z, W, S, N,... A próxima letra é:

- (A) F.
- (B) G.
- (C) H.
- (D) I.
- (E) J.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: A chave aqui é pensar nas letras como se fossem números. Vamos trocar as letras por suas posições no alfabeto.

$$Z = 26; W = 23; S = 19; N = 14.$$

Agora reparemos neste padrão: 26 – 23 = 3; 23 – 19 = 4; 19 – 14 = 5.

Podemos intuir que o próximo termo estará na posição de número 14 – 6 = 8 do alfabeto (pois 14 – 8 = 6). Terminamos a questão ao observar que a oitava letra do alfabeto é o H.

Resposta: (C)

40. Questão

(CAIP – FUMEC/CEPROCAMP – 2015) Considere a sequência 2; -1; 5; -7; 17; -31;...

Obedecendo à mesma regularidade, pode-se afirmar corretamente que o próximo elemento dessa sequência é:

- (A) 64
- (B) 63
- (C) 66
- (D) 65

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Da mesma forma que a questão anterior, vamos observar a diferença entre um termo qualquer e o termo seguinte:

$$2 - (-1) = 3; -1 - 5 = -6; 5 - (-7) = 12; -7 - 17 = -24; 17 - (-31) = 48.$$

Reparem agora essa sequência formada com as diferenças: 3; -6; 12; -24; 48.

É uma Progressão Geométrica, e a razão é igual a -2. Isso significa que a próxima diferença será igual a $48 \times (-2) = -96$.

Com isso, temos que o próximo termo será o $-31 - (-96) = 65$.

Resposta: (D)

MATEMÁTICA FINANCEIRA

41. Questão

(IADES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – 2014) Um capital C teve uma diminuição de 6% em determinado mês e, no mês seguinte, um aumento de 4% sobre o capital resultante. O percentual x de variação do capital inicial, nesses dois meses, satisfaz:

- (A) $1\% < x \leq 2\%$
- (B) $0\% < x \leq 1\%$
- (C) $-1\% < x \leq 0\%$
- (D) $-2\% < x \leq -1\%$
- (E) $-3\% < x \leq -2\%$

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Novamente, temos uma questão sobre o rendimento de uma aplicação de capital. Mas, desta vez, não temos uma variação fixa para estabelecermos como base. Devemos, portanto, fazer uma conta de cada vez, na ordem enunciada.

Outra dica: saber usar aproximações de resultados é muito importante aqui, visto que, se tentarmos fazer a conta exata, vamos perder muito tempo.

Um capital C teve uma diminuição de 6% em determinado mês. Considerando a porcentagem do capital C (que começa em 100%), isso significa que o montante do primeiro mês é de $100\% - 6\% = 94\%$.

Agora, vamos usar mais lógica do que cálculo.

No mês seguinte, tivemos um aumento de 4% sobre o capital resultante. Isso significa que tivemos um aumento de 4% sobre o capital que agora é de 94%. Ora, 4% de 94% é um pouco menor do que 4% de 100% (que é igual a 4%). Assim, esse aumento, em relação ao C inicial, é um pouco menor do que 4% (digamos que seja aproximadamente 3,8%).

Desta forma, um valor aproximado para o montante resultante, após dois meses, é de aproximadamente $94\% + 3,8\% = 97,8\%$ (como eu já disse, este valor não é exato).

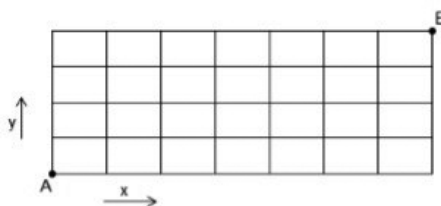
Porém, mesmo usando apenas valores aproximados, podemos descobrir, com certeza, que a variação x do capital inicial, nesses 2 meses, é de aproximadamente $97,8\% - 100\% = -2,2\%$, que satisfaz a afirmação " $-3\% < x \leq -2\%$ ".

Resposta: (E)

ANÁLISE COMBINATÓRIA

42. Questão

(IDECAN – SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2014) Observe a figura. Quantos caminhos diferentes há para ir de A até B, andando sobre as linhas da grade e sempre nos sentidos das setas x e y?



- (A) 28.
- (B) 120.
- (C) 330.
- (D) 360.
- (E) 720.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Esta questão também é de combinação pelo seguinte motivo: para chegar do ponto A ao ponto B pelas linhas de grade, vamos obrigatoriamente andar por 11 segmentos da grade, sendo 4 deles na direção vertical. Precisamos então definir de quantas formas diferentes podemos tomar esses caminhos na vertical.

Faremos isso com uma combinação de 11 elementos, 4 a 4:

$$C_4^{11} = 11! / (4! \times 7!)$$

$$C_4^{11} = (11 \times 10 \times 9 \times 8) / (4 \times 3 \times 2 \times 1) = 11 \times 10 \times 3 = 330 \text{ formas diferentes de traçar o caminho de A até B.}$$

Resposta: ©

43. Questão

(FUNDETEC – SECRETARIA DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL – 2014)

Quantas senhas de exatamente 6 caracteres podem ser formadas sabendo que o usuário poderá escolher entre 26 letras maiúsculas, 26 letras minúsculas, 10 algarismos e poderá repetir a escolha?

- (A) $6 \times (26 + 26 + 10)$
- (B) $6 \times (26 \times 26 \times 10)$
- (C) $(26 + 26 + 10)6$
- (D) $(26)6 + (26)6 + (10)6$
- (E) $(26)2 + (26)2 + (10)2$

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Agora vamos ao Princípio Fundamental da Contagem. Na verdade, este é o primeiro assunto que vemos quando trabalhamos com Análise Combinatória, pois é a partir daqui que surgem todas as fórmulas relativas ao assunto.

O Princípio Fundamental da Contagem é bastante intuitivo e compreende duas proposições básicas:

- **Princípio Aditivo:** quando o universo de possibilidades pode ser separado em dois grupos mutuamente excludentes, contamos os casos separadamente e depois somamos os resultados;
- **Princípio Multiplicativo:** quando temos eventos independentes que ocorrem simultaneamente, sem interferência de um evento sobre o outro, contamos as possibilidades de cada evento e depois fazemos multiplicamos os resultados.

DICA DO AUTOR: Vamos começar. Supomos uma senha de 6 caracteres; todos os caracteres podem (ou não) ser repetidos, e cada caractere é um evento independente dos demais. Então, aqui nós aplicamos o princípio multiplicativo.

Além disso, para cada caractere, podemos usar uma letra minúscula, uma letra maiúscula ou um algarismo numérico. Cada uma dessas possibilidades é um caso isolado, que exclui os demais casos. Portanto, aplicamos o princípio aditivo aqui.

Assim, para cada caractere temos $26 + 26 + 10$ possibilidades.

Por fim, para formarmos a senha de 6 caracteres, multiplicamos 6 fatores de $"26 + 26 + 10"$.

Isso nos dá o resultado de $(26 + 26 + 10)^6$ senhas diferentes.

Resposta: ©

44. Questão

(IDECAN – SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2014)

Sabe-se que um livro possui 828 páginas, sendo todas numeradas. Quantas vezes o algarismo 2 foi usado?

- (A) 270.
- (B) 271.
- (C) 272.
- (D) 273.
- (E) 274.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Aqui nós vamos usar novamente o Princípio Fundamental da Contagem. Mas, desta vez, vamos nos focar um pouco mais no Princípio Aditivo. Seja um livro com 828 páginas. Para contarmos quantas vezes o algarismo 2 foi usado, devemos separar em vários casos:

- Quantas vezes o 2 foi usado na casa das unidades;
- Quantas vezes o 2 foi usado na casa das dezenas;
- Quantas vezes o 2 foi usado na casa das centenas.

Vamos começar. Na casa das unidades, o 2 foi usado uma vez a cada 10 páginas, até a página 820; depois foi usado mais uma vez (página 822). Logo, o 2 foi usado $82 + 1 = 83$ vezes na casa das unidades.

Em seguida, vemos que, na casa das dezenas, o 2 foi usado 10 vezes a cada 100 páginas, até a página 800; depois foi usado mais 9 vezes (páginas 820 a 828). Logo, o 2 foi usado $80 + 9 = 89$ vezes na casa das dezenas.

Por fim, sabemos que, na casa das centenas, o 2 foi usado exatamente 100 vezes (páginas 200 a 299).

Agora somamos os casos e descobrimos que o algarismo 2 foi usado $100 + 89 + 83 = 272$ vezes no total.

Resposta: ©

ESTATÍSTICA BÁSICA E PROBABILIDADE

45. Questão

(IDECAN – SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2014) Em um setor de uma determinada empresa trabalham 30 pessoas, sendo 20 mulheres. Uma comissão de 3 funcionários será formada, de forma aleatória, por sorteio. A probabilidade de esta comissão ser formada por pessoas do mesmo sexo é, aproximadamente:

- (A) 17%
- (B) 20%
- (C) 27%
- (D) 1%
- (E) 35%

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Temos agora uma questão de Probabilidade – uma questão bastante trabalhosa, por sinal. Sugerimos ao leitor um bom estudo de Análise Combinatória antes de tentar resolver essa questão. Além disso, deixaremos aqui a definição básica de uma probabilidade:

Probabilidade = (Casos favoráveis) / (Casos possíveis)
Observação: É fácil ver que a probabilidade de um evento qualquer ser favorável sempre será um valor entre 0 e 1 (ou entre 0% e 100%).

Primeiramente, vamos calcular os casos possíveis: de um setor com 30 funcionários, podemos formar comissões diferentes com 3 funcionários fazendo a combinação de 30 elementos, 3 a 3:

$$C_3^{30} = 30! / (3! \times 27!)$$

$C_3^{30} = (30 \times 29 \times 28) / (3 \times 2 \times 1) = 5 \times 29 \times 28 = 4.060$ comissões diferentes.

Agora vamos aos eventos favoráveis (comissões formadas por pessoas do mesmo sexo); mas, antes disso, devemos separar os eventos favoráveis em dois casos excludentes:

- A comissão é formada apenas por mulheres;
- A comissão é formada apenas por homens.

Para o primeiro caso, temos 20 mulheres. Fazemos a combinação de 20 elementos, 3 a 3:

$$C_3^{20} = 20! / (3! \times 17!)$$

$C_3^{20} = (20 \times 19 \times 18) / (3 \times 2 \times 1) = 20 \times 19 \times 3 = 1.140$ comissões diferentes.

Para o segundo caso, temos 10 homens. Fazemos a combinação de 10 elementos, 3 a 3:

$$C_3^{10} = 10! / (3! \times 7!)$$

$C_3^{10} = (10 \times 9 \times 8) / (3 \times 2 \times 1) = 5 \times 3 \times 8 = 120$ comissões diferentes.

Desta forma, temos $1.140 + 120 = 1.260$ comissões diferentes com pessoas do mesmo sexo.

Por fim, fazemos a razão dos casos favoráveis pelos casos possíveis:

- Probabilidade = $1.260 / 4.060 \times 100\%$
- Probabilidade = $12.600 / 406\%$
- Probabilidade $\approx 31\%$.

Resposta: ©

MATRIZES E DETERMINANTES

46. Questão

(IDECAN – SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2014) Se o determinante de uma matriz é igual a um valor x , representamos como $\det(A) = x$. Sendo B uma matriz quadrada de ordem 3 e $\det(B) = 4$, é correto afirmar que o valor de $\det(3B)$ será igual a:

- (A) 4.
- (B) 12.
- (C) 36.
- (D) 96.
- (E) 108.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Para essa questão, vamos recordar algumas propriedades dos determinantes. Em especial, devemos nos lembrar de duas propriedades para responder a esta questão:

“Seja D o determinante de uma matriz de ordem n . Se todos os elementos de uma linha ou uma coluna da matriz forem multiplicados por um número k , o determinante da nova matriz será igual a $k \times D$.”

E, como consequência:

“Seja D o determinante de uma matriz de ordem n . Se todos os elementos da matriz forem multiplicados por um número k , o determinante da nova matriz será igual a $kn \times D$.”

Seja B uma matriz quadrada de ordem 3, tal que o determinante de B (escrevemos “ $\det(B)$ ”) é igual a 4. Multiplicamos todos os elementos da matriz B ; chamamos essa nova matriz de $3B$.

Então:

$$\det(3B) = 3^3 \times 4$$

$$\det(3B) = 27 \times 4 = 108.$$

Resposta: (E)

SISTEMAS DE EQUAÇÕES DO 10 GRAU

47. Questão

(MISCONCURSOS – CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO MATO GROSSO DO SUL – 2014) Observe o sistema linear a seguir:

$$\begin{cases} x - y + z = 1 \\ 2x + y + 2z = 0 \\ 3x - y + z = 1 \end{cases}$$

Ao escalonarmos esse sistema, podemos concluir que:

- (A) Trata-se de um sistema incompatível.
- (B) Esse sistema é compatível e indeterminado.
- (C) Este sistema é compatível e determinado e seu vetor solução é $(0, -2/3, 1/3)$.
- (D) Este sistema é compatível e determinado e admite como solução a tripla ordenada $(1, 2, 3)$.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Mais uma vez, destacaremos aqui a importância de conhecer o método da eliminação de Gauss: se não soubéssemos isso, teríamos que usar o método de Kramer, que consiste em usar determinantes das matrizes dos coeficientes e fazer a razão entre elas – sem falar que o método só tem 100% de eficácia para sistemas possíveis e determinados. Porém, com a eliminação de Gauss, fica tudo mais fácil.

Seja o sistema linear:

$$\begin{cases} x - y + z = 1 \\ 2x + y + 2z = 0 \\ 3x - y + z = 1 \end{cases}$$

Para classificá-lo, vamos começar descobrindo o valor de x através da diferença entre a equação III e a equação I:

$$3x - x - y + y + z - z = 1 - 1$$

$$2x = 0, \text{ ou seja, } x = 0.$$

Agora, substituímos o valor de x na equação I e na equação II, e ficamos com o seguinte sistema:

$$\begin{cases} -y + z = 1 \\ y + 2z = 0 \end{cases}$$

Somamos então as duas equações:

$$y + y + z + 2z = 1 + 0$$

$$3z = 1$$

$$z = 1/3$$

Substituindo o valor de z na equação III, temos:

$$y + 2(1/3) = 0$$

$$y = -2/3$$

E assim temos a nossa resposta: o sistema é possível, determinado e o trio ordenado que satisfaz ao sistema é:

$$\left(0, -\frac{2}{3}, \frac{1}{3}\right)$$

Resposta: (C)

GEOMETRIA PLANA / TRIGONOMETRIA

48. Questão

(IDECAN – SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2014) Sabe-se que um polígono regular com 8 lados possui x diagonais. É correto afirmar que o valor de x é:

- (A) 16.
- (B) 20.
- (C) 22.
- (D) 24.
- (E) 28.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: E agora começamos com Geometria Plana. Temos aqui uma questão bem simples sobre diagonais de polígonos. Tudo que precisamos fazer é aplicar a fórmula:

$$\text{Diagonais}(n) = (n \times (n-3)) / 2$$

Legenda: n é o número de lados do polígono.

Um polígono de 8 lados tem x diagonais. Determinamos o valor de x com a fórmula das diagonais:

$$x = (8 \times (8-3)) / 2$$

$$x = 4 \times 5 = 20 \text{ diagonais.}$$

Resposta: (B)

49. Questão

(IADES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – 2014) Se todos os lados e a altura de um quadrilátero qualquer forem duplicados, então sua área ficará multiplicada por:

- (A) 2.
- (B) 22.
- (C) 23.
- (D) 24.
- (E) 25.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Esta questão envolve mais “visão geométrica” do que cálculo, propriamente. E qual é a visão geométrica que precisamos aqui: é a noção de que uma área se relaciona com duas grandezas de comprimento (uma relativa à base, outra relativa à altura).

Caso o leitor tenha problemas em visualizar a questão, sugerimos usar um sistema de coordenadas, transformando este problema de Geometria Plana num problema de Geometria Analítica.

Seja um quadrilátero qualquer. Estabelecendo um dos lados como base, temos também uma altura relativa, que é perpendicular a essa base.

Ao duplicarmos todos os lados, significa que nós duplicamos a base e também a altura.

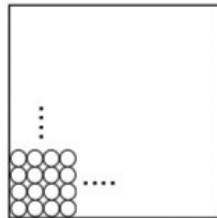
Desta forma, a área, que é dada como $k \times b \times h$ (sendo b a base, h a altura e k uma constante relativa ao formato do polígono), ficará igual a $k \times 2b \times 2h$.

Isso é o mesmo que dizer que a nova área é 22 ($k \times b \times h$). Nota: isso acontece com qualquer polígono, não apenas com quadriláteros.

Resposta: (B)

50. Questão

(CONSULPLAN – MAPA – 2014) Sobre a superfície de uma mesa de forma quadrada, cujo perímetro mede 320 cm, foram colocadas várias fileiras de moedas dispostas lado a lado, conforme indicado na figura, e que se estenderam por toda a superfície da mesa.



Se o diâmetro de cada moeda é igual a 2,5 cm e cada uma tem o valor de R\$ 0,25, então, as moedas totalizam:

- (A) R\$ 240,00.
- (B) R\$ 256,00.
- (C) R\$ 272,00.
- (D) R\$ 280,00.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: E agora falaremos um pouco mais sobre medidas de área; de fato, uma unidade de área pode ter qualquer formato, além de poder ser medida com qualquer unidade de área (neste caso, a nossa unidade de área é uma moeda de 25 centavos). Começamos esta questão descobrindo qual é o comprimento dos lados da mesa.

Se a mesa é quadrada, então o seu perímetro é igual a 4 vezes o lado ($P = 4L$). Sendo o perímetro igual a 320cm, então temos $4L = 320\text{cm} \Rightarrow L = 80\text{cm}$.

Agora, vamos calcular quantas moedas são necessárias para preencher um lado da mesa.

Cada moeda tem o diâmetro de 2,5cm. Como o lado da mesa mede 80cm, então precisamos de $80\text{cm} \div 2,5\text{cm} = 32$ moedas para preencher um lado da mesa. Então, para preencher a mesa toda, precisaremos de 32 fileiras com 32 moedas em cada (pois a área da mesa quadrada é igual a L^2).

Por fim, as moedas são de R\$0,25. Então, 32 fileiras de 32 moedas de R\$0,25 totalizarão $32 \times 32 \times \text{R\$}0,25 = 32 \times \text{R\$}8,00 = \text{R\$}256,00$.

Resposta: (B)

Vamos recapitular, agora, os assuntos abordados.

LÓGICA PROPOSICIONAL/SILOGISMOS

Primeiramente, falaremos sobre os fundamentos da lógica proposicional – questões deste assunto exigirão alguns desses fundamentos.

Sejam p , q afirmações lógicas quaisquer. Eis aqui alguns dos símbolos mais comuns e suas respectivas tabelas-verdade:

($\wedge$): conjunção, interseção (“e”);

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

($\vee$): disjunção, união (“ou”);

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

($\Rightarrow$): condicional, implicação (“se... então”);

p	q	$p \Rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

($\Leftrightarrow$): bicondicional, equivalência (“se e somente se”).

p	q	$p \Leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F

p	q	$p \Leftrightarrow q$
F	V	F
F	F	V

ALGUMAS EQUIVALÊNCIAS IMPORTANTES

- A Afirmação Contrapositiva:

$$(p \Rightarrow q) \Leftrightarrow (\neg q \Rightarrow \neg p)$$

Muito útil para questões em que temos a negação da tese como primeira informação; quando isso acontece, a resposta é a negação da hipótese.

p	q	$\neg q$	$\neg p$	$\neg q \Rightarrow \neg p$
V	V	F	F	V
V	F	V	F	F
F	V	F	V	V
F	F	V	V	V

Como podemos ver, a tabela-verdade de ($\neg q \Rightarrow \neg p$) começa e termina igual à de ($p \Rightarrow q$). Isso mostra a equivalência entre ambas as sentenças.

- A Disjunção ($\neg p \Rightarrow q$):

Esta disjunção também é equivalente à condicional ($p \Rightarrow q$). É uma maneira interessante de se pensar sentenças de questões de silogismos.

p	q	$\neg p$	$\neg p \vee q$
V	V	F	V
V	F	F	F
F	V	V	V
F	F	V	V

Novamente, vemos que a sua tabela-verdade é equivalente à de ($p \Rightarrow q$).

- A Bicondicional ($\neg p \Leftrightarrow \neg q$):

Esta é equivalente à bicondicional ($p \Leftrightarrow q$). Isso serve pra mostrar que “se... então” é diferente de um “se e somente se”, pois o último admite recíproca,

enquanto o primeiro não admite. Se fizermos a recíproca de uma condicional, estaremos cometendo uma falácia (explicaremos mais tarde).

p	q	$\neg q$	$\neg p$	$\neg q \Leftrightarrow \neg p$
V	V	F	F	V
V	F	F	V	F
F	V	V	F	F
F	F	V	V	V

De fato, a tabela-verdade de $(\neg p \Leftrightarrow \neg q)$ é equivalente à de $(p \Leftrightarrow q)$.

ALGUMAS NEGAÇÕES CLÁSSICAS

A negação da conjunção $(p \wedge q)$: $\neg p \vee \neg q$.

p	q	$p \wedge q$	$\neg(p \wedge q)$	$\neg p \vee \neg q$
V	V	V	F	F
V	F	F	V	V
F	V	F	V	V
F	F	F	V	V

A negação da disjunção $(p \vee q)$: $\neg p \wedge \neg q$.

p	q	$p \wedge q$	$\neg(p \vee q)$	$\neg p \wedge \neg q$
V	V	V	F	F
V	F	V	F	F
F	V	V	F	F
F	F	F	V	V

A negação da condicional $(p \Rightarrow q)$: $p \wedge \neg q$.

p	q	$p \wedge q$	$\neg(p \Rightarrow q)$	$p \wedge \neg q$
V	V	V	F	F
V	F	F	V	V
F	V	V	F	F
F	F	V	F	F

Observação: Repare que $(p \wedge \neg q)$ também é a negação de $(\neg p \vee q)$; isso se explica, pois $(\neg p \vee q)$ é equivalente a $(p \Rightarrow q)$.

A negação da bicondicional $(p \Leftrightarrow q)$: $p \Leftrightarrow \neg q$, ou $\neg p \Leftrightarrow q$.

p	q	$p \wedge q$	$\neg(p \Leftrightarrow q)$	$\neg p \Leftrightarrow \neg q$
V	V	V	F	F
V	F	F	V	V
F	V	F	V	V
F	F	V	F	F

Observação: Também chamamos a negação da bicondicional de “exclusão mútua”.

PROCURANDO CONTRADIÇÕES OU FALÁCIAS

Vejamos estes exemplos: $(p \wedge \neg p)$, $(p \Leftrightarrow \neg p)$.

p	$\neg p$	$p \wedge \neg p$	$p \Leftrightarrow \neg p$
V	F	F	F
F	V	F	F

Estas são as formas clássicas de identificar contradições. Não pode ser verdade uma afirmação e a sua negativa, ao mesmo tempo. Quando chegamos a situações como estas, temos certeza de que estamos diante de uma contradição.

Agora, vejamos esta relação: $(p \Rightarrow q) \Leftrightarrow (q \Rightarrow p)$.

p	q	$p \Rightarrow q$	$q \Rightarrow p$	$(p \Rightarrow q) \Leftrightarrow (q \Rightarrow p)$
V	V	V	F	F
V	F	V	F	F
F	V	V	F	F
F	F	F	V	V

Isto é a relação entre uma implicação e a sua recíproca. Como podemos ver, a relação final de equivalência entre uma implicação e a outra não é sempre verdade. Logo, ela é uma falácia. Por exemplo: Se um candidato passar num concurso, então ele é muito estudioso $(p \Rightarrow q)$. Porém, não é sempre que um candidato muito estudioso passará num concurso $(\neg p \wedge q)$ é uma situação verdadeira na tabela $p \Rightarrow q$, porém falsa na tabela $q \Rightarrow p$). Chamamos esta falácia de “Falácia da afirmação da consequência”.

Vamos agora para esta relação: $(p \Rightarrow q) \Leftrightarrow (\neg p \Rightarrow \neg q)$.

p	q	$p \Rightarrow q$	$q \Rightarrow p$	$(p \Rightarrow q) \Leftrightarrow (q \Rightarrow p)$
V	V	V	V	V
V	F	F	V	F
F	V	V	F	F
F	F	V	V	V

Analogamente à tabela anterior, pode-se ver que a equivalência entre as duas implicações não é verdadeira; basta perceber que, em duas linhas, temos valores de verdade opostos em cada afirmação. Logo, a equivalência é uma falácia. Ela é chamada de “Falácia da negação da hipótese”.

QUANTIFICADORES LÓGICOS

- Definições, Tipos e Utilização dos Quantificadores:

Quantificadores são marcadores lógicos que indicam quantidades. Mas não são como números, que indicam quantidades exatas; em vez disso, eles indicam duas formas básicas de quantificação:

- a *existência* (símbolo “ $\exists$ ”; lê-se “existe”);
- a *universalidade* (símbolo “ $\forall$ ”; lê-se “para todo”).

Quando dizemos que “existe elemento com a propriedade P”, estamos dizendo que “alguns elementos têm a propriedade P”. Podem ser todos? Podem (mas não necessariamente). Mas com certeza existe pelo menos um.

Da mesma forma, quando dizemos que “para todo elemento a propriedade P é válida”, estamos dizendo que “todos os elementos têm a propriedade P”. Sabemos quantos são? Não exatamente; mas podemos garantir que são todos.

- Negando Proposições com Quantificadores:

Para negar proposições que envolvem quantificadores, vamos usar uma lógica similar à da negação de proposições sem quantificadores: a de que, para termos uma negação, precisamos de duas condições:

- Tudo que é válido na proposição afirmativa é rejeitado na proposição negativa;
- Tudo que é rejeitado na proposição afirmativa é válido na proposição negativa.

Assim, podemos definir a negação relativa aos quantificadores:

- A negação da existência é a não-existência. Então, dizer que “não existe elemento com a propriedade P” é o mesmo que dizer que “todos os elementos não têm a propriedade P”; logo, **é uma universalidade em relação à negação de P**.

- Já a negação da universalidade é a não-universalidade. Ou seja, dizer que “nem todo elemento possui a propriedade P” é o mesmo que dizer que “existe elemento que não possui a propriedade P”; portanto, **é uma existência em relação à negação de P**.

FALÁCIAS E GENERALIZAÇÕES

Por fim, vamos explicar o que é uma falácia, o que é uma generalização e como negar uma generalização.

Uma falácia acontece quando cometemos uma falha lógica ao definirmos as nossas hipóteses ou os nossos argumentos e, como consequência, a nossa tese não pode ser provada – ou seja, existem contra-exemplos para a tese defendida. Foi o que fizemos anteriormente com a falácia da afirmação da consequência e com a falácia da negação da hipótese.

Generalizações são afirmações do tipo “Todo X é Y” ou “Nenhum A é B” ou “Temos P se, e somente se, tivermos Q”. Para mostrar que elas são verdadeiras, precisamos usar construções lógicas elaboradas; já para negá-las, precisamos apenas de um exemplo contrário. Ou seja:

Não importa se 1 milhão de casos confirmam uma generalização; se houver pelo menos 1 caso em desacordo, então a generalização foi negada (não podemos afirmá-la).

Se tiver alguma dúvida sobre a afirmação acima, é só voltar um pouco e estudar os quantificadores lógicos (a negação da universalidade é a não-universalidade).

Além disso, é importante conhecer as tabelas-verdade da condicional e da bicondicional, já que elas costumam ser o modelo lógico para as generalizações. Note também que negar uma generalização é o mesmo que dizer que ela é uma falácia.

LÓGICA PURA

Aqui, vamos discutir não sobre os fundamentos da lógica (já que eles foram tratados no capítulo anterior). Em vez disso, falaremos das questões de lógica pura.

Similarmente às questões de lógica proposicional, temos que trabalhar com afirmações, nem sempre verdadeiras, para chegarmos a uma conclusão sólida. Diferentemente das questões de lógica proposicional, as questões de lógica pura não são focadas nos fundamentos explicados acima (embora eles possam ser úteis).

Em verdade, o problema de lógica pura é uma situação que precisamos resolver usando o nosso raciocínio lógico, ou conteúdos matemáticos, ou sequer mencionarmos um assunto qualquer. São como um jogo de quebra-cabeça (ou puzzle). Isso significa que, se estivermos acostumados a resolver problemas quaisquer usando a lógica, então não teremos grandes dificuldades com essas questões.

TEORIA DOS CONJUNTOS

Para este assunto, temos alguns fundamentos que nos ajudarão a resolver questões. Em primeiro lugar, falaremos do conceito de união, interseção, inclusão e separação de conjuntos; noções de lógica proposicional podem nos ajudar aqui.

OPERAÇÕES COM CONJUNTOS

Sejam A e B conjuntos. Podemos ter, então:

- União de A e B = $A \cup B$

Temos que todo elemento de $(A \cup B)$ pertence a A, a B ou a ambos.

- Interseção de A e B = $A \cap B$

Temos que todo elemento de $(A \cap B)$ pertence obrigatoriamente a A e também a B.

Observação: Quando temos a situação em que nenhum elemento de A está em B, temos algumas situações interessantes:

- $(A \cup B) = A + B$ (em número de elementos);
- $(A \cap B) = \emptyset$ (símbolo para o conjunto vazio).

- Inclusão de A em B = $A \subset B$

Lê-se “A está contido em B”. Todo elemento de A está em B, ou seja: $(A \cup B) = B$, e $(A \cap B) = A$.

- Operações de Exclusão

- Exclusão de B em relação a A: $A - B$.

Em verdade, $A - B = A - (A \cap B)$.

Isso caracteriza os elementos que estão apenas em A (ou que estão em A, mas não em B).

- Exclusão de A em relação a B: $B - A$.

Em verdade, $B - A = B - (A \cap B)$.

Isso caracteriza os elementos que estão apenas em B (ou que estão em B, mas não em A).

PRINCÍPIO DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO

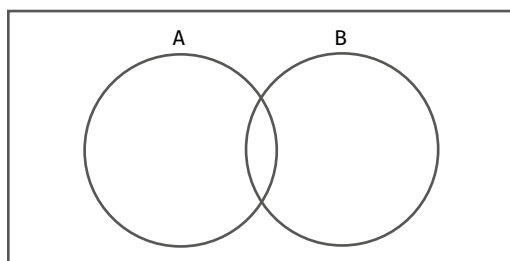
Este princípio surge como uma consequência das operações de exclusão acima, assim:

$(A \cup B) =$ Todos os elementos de A e B + todos os elementos apenas de A + todos os elementos apenas de B.

$$(A \cup B) = (A \cap B) + A - (A \cap B) + B - (A \cap B)$$

$$(A \cup B) = A + B - (A \cap B)$$

Em verdade, o conceito de separação de conjuntos é o que fundamenta o uso do Diagrama de Venn. Eis um exemplo do **Diagrama de Venn** para dois conjuntos:



ARITMÉTICA / NÚMEROS INTEIROS

Para este assunto, vamos supor que a tabuada já é conhecida por todos. Sendo assim, vamos começar pela ordem de prioridade para efetuar operações entre números, a seguir:

- Operações dentro de parênteses “()” (colchetes “[]”, chaves “{ }”) devem ser resolvidas primeiro. Raízes de grandes expressões são consideradas como parênteses, assim: $\sqrt{(6 \times 2 + 4)} = \sqrt{(6 \times 2 + 4)} = (6 \times 2 + 4)^{(1/2)}$.
- Onde não houver parênteses, resolvemos primeiro os expoentes (potências e raízes).
- Após resolvidos os expoentes, resolvemos as multiplicações e as divisões (da esquerda para a direita).
- Por fim, resolvemos as adições e as subtrações (novamente, da esquerda para a direita).

E bem, já que tivemos um exemplo de como funciona uma raiz, então vamos detalhar isso melhor: sejam 3 números – a, m, n – pertencentes ao conjunto dos números inteiros (ou racionais, ou reais), com $a > 0$ (ou seja, a deve ser positivo) e $n \neq 0$ (ou seja, n não pode ser 0). Então:

$$\sqrt[n]{a^m} = a^{(m/n)}$$

Agora, falaremos sobre a definição e as propriedades da operação de potenciação.

Primeiramente, $a^0 = 1$, para qualquer $a \neq 0$ (inteiro, racional ou real). E a^n , para n inteiro e positivo ($n > 0$), é igual a: $a \times a \times a \times \dots \times a$ (“n” vezes).

PROPRIEDADES DAS OPERAÇÕES DE POTENCIAÇÃO

Sejam 4 números – a, b, m, n – pertencentes ao conjunto dos números inteiros (ou racionais, ou reais), com $a, b > 0$ (ou seja, a e b devem ser positivos). Então:

$$a^m \times a^n = a^{(m+n)}$$

$$a^n \times b^n = (a \times b)^n$$

$$(a^m)^n = a^{(m \times n)}$$

BASES E EXPOENTES NEGATIVOS

Sejam 2 números – a, n – pertencentes ao conjunto dos números inteiros (ou racionais, ou reais), com $a > 0$ (ou seja, a deve ser positivo). Então:

$$-a^n = (-1) \times a^n$$

$$(-a)^n = (-1)^n \times a^n$$

$$a^{(-n)} = (1/a)^n$$

PROPRIEDADES DAS OPERAÇÕES DE ADIÇÃO E MULTIPLICAÇÃO

Sejam 3 números – a, b, c – pertencentes ao conjunto dos números naturais (vale também para os inteiros, os racionais e os reais). Então:

- Propriedade Comutativa

$$a + b = b + a$$

$$a \times b = b \times a$$

- Propriedade Associativa

$$a + (b + c) = (a + b) + c$$

$$a \times (b \times c) = (a \times b) \times c$$

- Propriedade Distributiva

$$a \times (b + c) = a \times b + a \times c$$

Digo que estas propriedades são importantes porque elas resolvem alguns problemas em expressões algébricas, em especial quando temos algumas incógnitas.

Observação: Essas propriedades não valem para as operações de subtração e divisão – exceto se tratarmos a subtração como uma soma com números negativos e a divisão como uma multiplicação de frações (trataremos de operações com frações no próximo tópico).

ALGORITMO DA DIVISÃO COM RESTO

Primeiramente, usamos o algoritmo da divisão com resto quando estamos trabalhando com o conjunto dos números naturais (IN). E o seu fundamento é o seguinte:

Sejam a, b, números naturais; então existem números q, r, também naturais, $r < b$, tais que:

$$a = q \times b + r$$

Em outras palavras, se dividirmos a por b, sempre encontraremos um quociente q e um resto r, tal que $r < b$. Isso é especialmente útil quando temos problemas envolvendo dias da semana, ou dias do ano, em que precisamos descobrir o resto da divisão para encontrarmos uma resposta.

Dizemos, também, que uma divisão é exata quando o resto da divisão é igual a zero. Exemplo:

$$18 \div 3 = 6; \text{resto} = 0 \text{ (pois } 6 \times 3 = 18).$$

DIVISIBILIDADE E NÚMEROS PRIMOS

- Definição para Divisibilidade

Um número natural a é divisível por um número natural b se, e somente se, a divisão de a por b for exata.

Exemplo: todos os números pares são divisíveis por 2.

- Definição para Números Primos

São aqueles números naturais que só são divisíveis por 1 e por eles próprios.

Exemplos: 2, 3, 5, 7, 11, 13, 17, 19...

- Teorema Fundamental da Aritmética

Todo número maior que 1 que não é primo pode ser fatorado em um produto de números primos, re-

petidos ou não. Caso os fatores primos se repitam, escrevemos a sua potência.

Exemplo: $140 = 2^2 \times 5 \times 7$.

MÁXIMO DIVISOR COMUM E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM

- Definição de Máximo Divisor Comum (MDC)

O MDC entre dois números é, como o próprio nome diz, o maior número que divide os dois, ao mesmo tempo, resultando em quocientes inteiros e restos iguais a zero. O mesmo vale para o MDC entre mais do que dois números – embora, no geral, problemas que envolvam MDC envolvem apenas dois números.

- Definição de Mínimo Múltiplo Comum (MMC)

O MMC entre dois números é, como o próprio nome diz, o menor número que, simultaneamente, é múltiplo de ambos. O mesmo vale para o MMC de mais do que dois números – e diferente do que acontece com os problemas de MDC, existe uma boa quantidade de problemas de MMC entre mais do que dois números.

- Como Achar o MDC e o MMC entre Dois ou Mais Números

Os passos para o MDC são os seguintes:

- Efetue a fatoração de cada um dos números envolvidos (exemplo: 18 e 20; fatorando 18, temos 2×3^2 ; fatorando 20, temos $2^2 \times 5$).
- Encontrados os fatores primos de cada número original, escreva somente os que forem comuns a ambos (exemplo: para 18 e 20, escrevemos 2).
- Coloque sobre cada fator primo comum o menor expoente dentre os apresentados na fatoração dos números e efetue a conta (exemplo: para 18 e 20, temos apenas o 2). Este será o MDC de todos os números em questão.

Os passos para o MMC são os seguintes:

- Igual ao passo I para encontrar o MDC.
- Encontrados os fatores primos de cada número original, escreva todos eles, sem repetir, num único produto (exemplo: para 18 e 20, escrevemos $2^2 \times 3^2 \times 5$).
- Coloque sobre cada fator primo o maior expoente dentre os apresentados na fatoração dos

números e efetue a conta (exemplo: para 18 e 20, fazemos $2^2 \times 3^2 \times 5 = 180$). Este será o MMC de todos os números em questão.

Observação: Vale lembrar também que, se dois ou mais números quaisquer têm o MDC = 1, então eles são chamados de primos entre si, ou coprimos. Neste caso, o MMC entre eles será igual ao seu produto.

Exemplo: entre 8 e 15, o MDC é igual a 1 ($8 = 2^3$, $15 = 3 \times 5$) e o MMC é igual a 120 ($2^3 \times 3 \times 5 = 8 \times 15 = 120$).

OPERAÇÕES COM FRAÇÕES / PORCENTAGEM

Aqui, definiremos rapidamente as operações de soma e de multiplicação entre frações.

Sejam a, b, c, d, números inteiros, com b e d diferentes de zero, então a/b e c/d são frações, e fazem parte do conjunto dos números racionais (Q). a e c são chamados numeradores, enquanto b e d são os denominadores.

SOMA DE FRAÇÕES

$$\frac{a}{b} + \frac{c}{d} = \frac{a \times d + c \times b}{b \times d}$$

$$\text{Exemplo: } \frac{2}{5} + \frac{1}{4} = \frac{2 \times 4 + 1 \times 5}{5 \times 4} = \frac{8 + 5}{20} = \frac{13}{20}$$

Observação: Podemos usar também a noção de MMC para definirmos o denominador (veja “simplificação de frações”).

MULTIPLICAÇÃO DE FRAÇÕES

$$\frac{a}{b} \times \frac{c}{d} = \frac{a \times c}{b \times d}$$

$$\text{Exemplo: } \frac{3}{8} \times \frac{5}{6} = \frac{3 \times 5}{8 \times 6} = \frac{15}{48}$$

SIMPLIFICAÇÃO DE FRAÇÕES

Quando temos uma fração a/b qualquer, sabemos que ela será igual a $\frac{2a}{2b}$, $\frac{3a}{3b}$, $\frac{10a}{10b}$, etc..

Quando podemos fazer a operação contrária (ou seja, dividir a e b por um número comum), dizemos que estamos **simplificando** a fração. Quando não existir mais um número comum que possa dividir a e b, dizemos que a fração é **irredutível**.

Exemplo:

$$\frac{96}{144} = \frac{96 \div 2}{144 \div 2} = \frac{48}{72} = \frac{48 \div 2}{72 \div 2} = \frac{24}{36} = \frac{24 \div 2}{36 \div 2} = \frac{12}{18} = \frac{12 \div 2}{18 \div 2} = \frac{6}{9} = \frac{6 \div 3}{9 \div 3} = \frac{2}{3} \text{ (2/3 é a forma irredutível de 96/144).}$$

PORCENTAGEM

Questões de operações com frações costumam apresentar algumas noções de porcentagem, que nada mais é do que uma fração de denominador igual a 100 (ou ainda, $100\% = 1$).

Exemplo 1: $75\% = 75/100 = 0,75$.

Exemplo 2: $40\% \text{ de } 90 = 90 \times 40/100 = 360/100 = 36$.

De qualquer modo, ao lidarmos com questões deste assunto, tudo que precisamos nos lembrar é da máxima: toda fração é uma divisão.

RAZÕES E PROPORÇÕES

Razão nada mais é do que outro nome para “fração”. A relação de igualdade entre duas razões é o que chamamos de proporção. Aqui, as questões dão mais ênfase na parte de estabelecer as proporções. Para isso, falaremos um pouco sobre proporção direta e inversa.

PROPORÇÃO DIRETA

Sejam a e b grandezas diretamente proporcionais (diferentes de 0). Então, podemos dizer que $a = k \times b$, onde k é a razão entre a e b .

Exemplo: 2 torneiras abertas por um período de 1 hora vazam 100 litros de água. Se ficarem abertas por 2 horas, vazarão 200 litros de água. Ou seja: $100/1 = 200/2$, ou $200 = 2 \times 100$.

PROPORÇÃO INVERSA

Sejam a e b grandezas inversamente proporcionais. Então podemos dizer que $a = k/b$, onde k é a razão inversa entre a e b .

Exemplo: 2 torneiras abertas enchem uma caixa d'água em 1 hora e meia. Se tivéssemos 3 torneiras, a caixa d'água ficaria cheia em 1 hora. Ou seja: $1,5 \times 2 = 1 \times 3$, ou $1,5 = 3/2$.

SEQUÊNCIAS

Questões sobre sequências, quando não estamos falando de sequências específicas (progressões aritmética ou geométrica, especialmente), costumam exigir o mesmo tipo de raciocínio que é pedido nas questões de lógica pura. É como um quebra-cabeça que precisamos desvendar. Ou seja, devemos observar a sequência e encontrar um padrão que satisfaça a sua construção. Isso servirá para descobrirmos os termos seguintes.

Vale somar um termo com o próximo (ou fazer a diferença entre eles), dividir um termo pelo anterior, o que vier. Às vezes, depende mais de intuição do que de conhecimento matemático, mas é o que esse tipo de questão pede: a observação de padrões lógicos.

Dito isso, vamos nos aprofundar mais nos tipos mais simples de sequências lógicas: as Progressões Aritméticas e as Progressões Geométricas (essas noções podem nos ajudar mesmo quando a sequência dada não é de nenhum dos dois tipos).

PROGRESSÕES ARITMÉTICAS

Questões de progressão aritmética podem se apresentar de muitas maneiras. Então, deixarei aqui algumas fórmulas úteis para a resolução das questões deste assunto.

Fórmula para encontrar a razão da PA, conhecendo o valor de 2 termos e suas posições, n e k :

$$r = \frac{a_n - a_k}{n - k}$$

Legenda: a_n é o termo da PA que está na posição n e a_k é o termo da PA que está na posição k , e k é menor que n .

Fórmula para descobrir o termo n de uma PA, dado que conhecemos o primeiro termo e a razão:

$$a_n = a_1 + (n - 1)r$$

Legenda: a_n é o termo da PA que está na posição n , a_1 é o primeiro termo e r é a razão da PA.

Fórmula para descobrir o próximo termo de uma PA, conhecendo a sua razão:

$$a_n = a_{n-1} + r$$

Legenda: a_{n-1} é o termo da PA que está na posição anterior à do termo a_n , e r é a razão da PA.

Fórmula da soma dos primeiros n termos de uma PA, em função do primeiro termo e do n -ésimo termo:

$$S_n = \frac{(a_1 + a_n) \times n}{2}$$

Legenda: a_n é o termo da PA que está na posição n e a_1 é o primeiro termo.

PROGRESSÕES GEOMÉTRICAS

O que foi dito para Progressão Aritmética vale também para Progressão Geométrica. As questões deste assunto são variadas, e conhecer as fórmulas ajuda bastante.

Fórmula para descobrir a razão da PG, dado que conhecemos dois termos consecutivos:

$$q = \frac{a_{n+1}}{a_n}$$

Legenda: a_{n+1} é o termo da PG que está na posição seguinte à do termo a_n .

Fórmula para encontrar o termo n de uma PG, dado que conhecemos o primeiro termo e a razão:

$$a_n = a_1 \times q^{n-1}$$

Legenda: a_n é o termo da PG que está na posição n , a_1 é o primeiro termo e q é a razão da PG.

Fórmula da soma dos primeiros n termos de uma PG, em função do primeiro termo e da razão:

$$S_n = a_1 \times \frac{1-q^n}{1-q}$$

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Matemática financeira é um assunto que pode complicar bastante; porém, dificilmente as questões de matemática financeira envolverão um conhecimento mais aprofundado do que o de juros simples.

Sendo assim, trabalharemos aqui as fórmulas úteis para a resolução de questões envolvendo juros simples (para juros compostos, é melhor consultar outro livro).

ALGUMAS DEFINIÇÕES

- Capital: quantia inicial a ser investida;
- Juro: ganho sobre o capital durante a aplicação;
- Montante: quantia equivalente à soma do capital com o juro, no final da aplicação ($M = C + J$).
- Taxa de Juros: taxa relativa ao crescimento do capital, durante a aplicação. Normalmente é dada em porcentagem.

FÓRMULAS FREQUENTES

Fórmula para o cálculo do juro, numa aplicação de juro simples:

$$J = C \times i \times t$$

Legenda: J é o juro, C é o capital investido, i é a taxa de juros simples e t é o tempo da aplicação.

Fórmula para o cálculo do montante, numa aplicação de juro simples:

$$M = C \times (1 + i \times t)$$

Legenda: M é o montante, C é o capital investido, i é a taxa de juros simples e t é o tempo da aplicação.

Observação: para as fórmulas 1 e 2, o tempo deve estar na unidade de medida correspondente à da taxa de juros, e a taxa de juros deve estar na sua forma decimal (lembrando que $100\% = 1$).

Fórmula do cálculo da parcela a ser paga em uma aplicação qualquer, em caso de parcelas iguais:

$$P = M/t$$

Legenda: P é a parcela do período, M é o montante e t é o tempo da aplicação.

Nunca é demais alertar que os enunciados das questões de matemática financeira exigem muita atenção. Portanto, **cuidado**.

ANÁLISE COMBINATÓRIA

Análise combinatória - Se partirmos da definição inicial de que análise combinatória nada mais é do que a habilidade de contar as possibilidades, podemos cair no erro de pensar que as questões de análise combinatória são de fácil resolução. Ledo engano: não é simples prever qual técnica vamos

usar para resolver uma questão deste assunto. Porém, o carro-chefe da análise combinatória é o Princípio Fundamental da Contagem.

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM

O Princípio Fundamental da Contagem se divide em dois: o **princípio aditivo** e o **princípio multiplicativo**.

Usamos o **princípio aditivo** quando podemos separar os eventos em casos; como os casos representam situações que não podem acontecer ao mesmo tempo, então a resposta final é encontrada quando somamos as possibilidades de todos os casos distintos.

Exemplo: tenho 3 pares de sapatos, 1 par de botas e 1 par de sandálias; para eu me calçar, eu só posso escolher “sapatos”, “botas” ou “sandálias”. Então, eu posso me calçar com $3 + 1 + 1 = 5$ calçados diferentes.

Já o **princípio multiplicativo** é usado quando temos eventos diferentes, com um certo nível de independência, acontecendo ao mesmo tempo. Se cada resultado de um evento independente abre a possibilidade de se combinar com os outros eventos, então a resposta final é encontrada quando multiplicamos as possibilidades de cada um desses eventos.

Exemplo: tenho 4 calças e 7 camisas para me vestir; posso escolher uma calça e uma camisa. Para cada calça escolhida, posso combinar 7 camisas diferentes; como tenho 4 calças, então posso me vestir de $4 \times 7 = 28$ maneiras diferentes.

ESCOLHAS COM REPOSIÇÃO E ESCOLHAS SEM REPOSIÇÃO

Escolha com reposição: eu posso repetir um elemento já escolhido em outra casa.

Exemplo: Quantos números de 3 algarismos eu posso formar, usando apenas os algarismos ímpares? Esta é uma escolha com reposição (eu posso repetir os algarismos quantas vezes eu quiser), então a resposta é: 5 possibilidades na centena $\times$ 5 na dezena $\times$ 5 na unidade = 125 números diferentes.

Escolha sem reposição: eu não posso repetir um elemento escolhido anteriormente.

Exemplo: Numa sala com 5 cadeiras, de quantas maneiras 3 membros de uma família podem se sentar para assistir TV? Esta é uma escolha sem reposição (ninguém senta no colo de ninguém), então a

resposta é: 5 possibilidades para o primeiro membro da família $\times$ 4 possibilidades para o segundo $\times$ 3 possibilidades para o terceiro = 60 maneiras diferentes.

PERMUTAÇÕES E COMBINAÇÕES

As noções de Permutação e de Combinação são formas especiais de contar, pois resolvem alguns problemas frequentes de forma mais rápida. Elas são derivadas do Princípio Fundamental da Contagem.

• Permutação

Uma **permutação** acontece quando temos n casas para serem preenchidas por n elementos, numa escolha sem reposição. Cada ordem diferente é chamada uma permutação dos n elementos. Para saber quantas possibilidades de permutações existem para n elementos, existe a fórmula a seguir:

$$P(n) = n!$$

Legenda: n é um número inteiro positivo, $P(n)$ é a função “permutações de n ” e $n!$ é chamado de “ n fatorial”.

Exemplo para uma permutação de 5 elementos: $P(5) = 5! = 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1 = 120$ possibilidades.

• Combinação

Já uma **combinação** se dá quando temos k casas para serem preenchidas por n elementos (k é menor ou igual a n), numa escolha sem reposição e sem ordem. Devemos notar que há uma diferença entre escolhas com ordem e sem ordem; o número 263 é diferente do número 632, embora os algarismos escolhidos sejam os mesmos. Mas uma equipe de “Maurício, Lorena e Cássio” e outra de “Cássio, Maurício e Lorena” são, na verdade, a mesma equipe, pois ambas têm os mesmos componentes.

Combinação de n elementos, k a $k = C_k^n = \frac{n!}{k! \times (n-k)!}$

Legenda: n e k são números naturais e “ $x!$ ” é a notação para “ x fatorial” (vide exemplo acima).

PRINCÍPIO DAS CASAS DOS POMBOS

Este princípio, também conhecido como **Teorema de Dirichlet**, tem um enunciado bastante simples, mas muito poderoso, pois resolve vários problemas que parecem não ter solução rápida. Seu enunciado é:

“Se n pombos devem ser postos em m casas, e se $n > m$, então pelo menos uma casa irá conter mais de um pombo.”

Observação: neste livro, as questões de Princípio da Casa dos Pombos foram inseridas na seção de lógica pura.

ESTATÍSTICA BÁSICA / PROBABILIDADE

Questões de estatística básica para concursos normalmente pedem apenas o básico, que são os assuntos de aritmética básica, média aritmética, operações com frações, porcentagem, razões e proporções. Como ainda não falamos muito sobre média aritmética, citaremos agora a sua fórmula:

$$\text{média} = \frac{a_1 + a_2 + \dots + a_n}{n}$$

Legenda: $a_1, a_2, \dots, a_n$ são números e n é a quantidade de números.

Também falaremos rapidamente sobre o conceito de probabilidade matemática:

Dado um evento aleatório qualquer, a probabilidade de esse evento ter um resultado favorável é igual à razão entre o número de casos favoráveis e o número total dos casos possíveis. Em linguagem matemática (ver razões e proporções para entender melhor):

$$\text{Probabilidade} = \frac{\text{Casos favoráveis}}{\text{Casos possíveis}}$$

Observação: É fácil ver que a probabilidade de um evento qualquer ser favorável sempre será um valor entre 0 e 1 (ou entre 0% e 100%).

Além disso, é sempre bom lembrar que, em questões de estatística básica, podemos encontrar alguns gráficos. Sim, saber ler gráficos ajuda bastante na resolução dessas questões.

Por fim, algumas questões de probabilidade envolvem conhecimentos de análise combinatória; por isso, é importante estudar e entender como relacionar os dois conteúdos entre si.

MATRIZES E DETERMINANTES

Questões de matrizes e determinantes não costumam aparecer na maioria dos concursos, mas, quando aparecem, costumam exigir bastante conhecimento sobre o assunto. Por via das dúvidas, é me-

lhor se preparar, pois o assunto é grande – inclusive, não abordaremos tudo do assunto neste livro; recomendamos um livro didático complementar caso o leitor queira se aprofundar no assunto.

DEFINIÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE UMA MATRIZ

Uma matriz é uma tabela de números, disposta em linhas e colunas. Escrevendo em linguagem matemática, dizemos que uma matriz A possui m linhas e n colunas, e fazemos assim:

$$A = (a_{ij})_{m \times n}$$

Legenda: m e n são números inteiros positivos, m representa o número de linhas e n o número de colunas da matriz; i e j são parâmetros inteiros positivos, tais que:

$$1 \leq i \leq m$$

$$1 \leq j \leq n$$

e a_{ij} é a representação do elemento que pertence à linha i e à coluna j na matriz A .

Exemplo de uma matriz 2×3 :

$$A = (a_{ij})_{2 \times 3}; a_{ij} = i^2 - j$$

$$A = \begin{pmatrix} a_{11} & a_{12} & a_{13} \\ a_{21} & a_{22} & a_{23} \end{pmatrix} = \begin{pmatrix} 0 & -1 & -2 \\ 3 & 2 & 1 \end{pmatrix}$$

Note que as formas mostradas acima são representações da mesma matriz (embora a representação mais comum seja a última).

TIPOS DE MATRIZES

É importante conhecer alguns tipos de matrizes mais notáveis; são eles:

- Matriz Oposta

Dada uma matriz A , existe uma matriz B única tal que **os elementos de A são simetricamente opostos aos elementos de B** . Chamamos B de **matriz oposta de A** .

Podemos nos referir à matriz oposta como $-A$ (no caso acima, temos que $B = -A$).

$$A = \begin{pmatrix} 0 & -1 & -2 \\ 3 & 2 & 1 \end{pmatrix}; B = \begin{pmatrix} 0 & 1 & 2 \\ -3 & -2 & -1 \end{pmatrix}$$

; então $B = -A$ (ou $A = -B$).

- **Matriz Transposta**

Dada uma matriz A, existe uma matriz C única tal que **as linhas de A são iguais às colunas de C (em quantidade e também em elementos)**, e vice-versa. Chamamos B de **matriz transposta de A**.

Podemos nos referir à transposta como A^t (no caso acima, temos que $C = A^t$).

Exemplo:

$$A = \begin{pmatrix} 0 & -1 & -2 \\ 3 & 2 & 1 \end{pmatrix}; C = \begin{pmatrix} 0 & 3 \\ -1 & 2 \\ -2 & 1 \end{pmatrix}$$

; então $C = A^t$ (ou $A = C^t$).

Vale notar que $(A^t)^t = A$ (a transposta de uma matriz transposta é a própria matriz original).

- **Matriz Quadrada**

Uma matriz quadrada tem o número de linhas igual ao número de colunas.

Dizemos que uma matriz quadrada com n linhas (e n colunas, obviamente) é de **ordem n**.

Exemplo de uma matriz quadrada de ordem 3:

$$A = \begin{pmatrix} 1 & 3 & 0 \\ -5 & -1 & 2 \\ 4 & 0 & -2 \end{pmatrix}$$

Uma coisa importante de se saber sobre uma matriz quadrada é que ela tem uma **diagonal principal** e uma **diagonal secundária** (no caso acima, vemos que os elementos da diagonal principal são 1, -1 e -2 e os da diagonal secundária são 0, -1 e 4).

- **Matriz Simétrica**

Uma matriz A é simétrica quando ela e a sua transposta são iguais ($A = A^t$).

Exemplo de matriz simétrica de ordem 2:

$$E = \begin{pmatrix} 1 & 7 \\ -7 & 2 \end{pmatrix}; \text{note que } E^t = E.$$

Note que toda matriz simétrica é, obrigatoriamente, uma matriz quadrada.

- **Matriz Antissimétrica**

Uma matriz A é antissimétrica quando a sua transposta é igual à sua oposta ($A^t = -A$, ou $A = -A^t$).

Exemplo de matriz antissimétrica de ordem 3:

$$F = \begin{pmatrix} 0 & 5 & -1 \\ -5 & 0 & 3 \\ 1 & -3 & 0 \end{pmatrix}; \text{note que } F^t = -F.$$

- **Matriz Identidade**

Uma matriz identidade é uma matriz quadrada com as seguintes características:

- Os elementos da diagonal principal são todos iguais a 1;
- Os demais elementos são todos iguais a 0.

Simbolicamente, as matrizes identidade de ordem n são representadas como " I_n " (I_2 para a identidade de ordem 2, I_3 para a identidade de ordem 3, e assim por diante).

OPERAÇÕES COM MATRIZES

- **Soma e Subtração de Matrizes**

As operações de soma e subtração de matrizes são bastante diretas:

- Só podemos somar ou subtrair matrizes que tenham o mesmo número de linhas e de colunas;
- Para somar ou subtrair matrizes, operamos o elemento " a_{ij} " da primeira matriz com o " a_{ij} " da segunda matriz.

Exemplo:

$$A = \begin{pmatrix} 1 & 0 \\ 1 & 2 \end{pmatrix}; B = \begin{pmatrix} 0 & -2 \\ 3 & -1 \end{pmatrix}; A+B = \begin{pmatrix} 1+0 & 0-2 \\ 1+3 & 2-1 \end{pmatrix} = \begin{pmatrix} 1 & -2 \\ 4 & 1 \end{pmatrix}$$

- **Multiplicação de Matrizes**

Já a multiplicação de matrizes é uma operação bem mais complicada. Primeiro vamos determinar a condição de existência de um produto entre duas matrizes:

Sejam as matrizes A e B. O produto $A \times B$ existe se e somente se o número de colunas de A for igual ao número de linhas de B, e o produto $B \times A$ existe se e somente se o número de colunas de B for igual ao número de linhas de A.

Exemplo:

A é uma matriz 2×3 e B é uma matriz 3×1 . Então $A \times B$ existe (número de colunas de A = número de linhas de B), mas $B \times A$ não existe.

Agora, vamos à operação propriamente dita:

Aceitas as condições de existência, o produto $A \times B$ é uma matriz C , a qual terá o mesmo número de linhas que A e o mesmo número de colunas que B .

No exemplo acima, o produto $A \times B$ é uma matriz C que possui 2 linhas e 1 coluna (2×1).

Por fim, para calcular cada elemento da matriz produto, vamos direto para um exemplo e depois explicamos melhor:

$$\text{Sejam } A = \begin{pmatrix} 1 & 0 & -2 \\ 2 & 1 & 0 \end{pmatrix} \text{ e } B = \begin{pmatrix} 3 \\ 2 \\ 1 \end{pmatrix} \text{ Então } A \times B = C = \begin{pmatrix} c_{11} \\ c_{21} \end{pmatrix}$$

Calculando c_{11} :

$$c_{11} = (a_{11} \times b_{11}) + (a_{12} \times b_{21}) + (a_{13} \times b_{31})$$

$$c_{11} = (1 \times 3) + (0 \times 2) + (-2 \times 1)$$

$$c_{11} = 3 + 0 - 2$$

$$c_{11} = 1$$

Calculando c_{21} :

$$c_{21} = (a_{21} \times b_{11}) + (a_{22} \times b_{21}) + (a_{23} \times b_{31})$$

$$c_{21} = (2 \times 3) + (1 \times 2) + (0 \times 1)$$

$$c_{21} = 6 + 2 + 0$$

$$c_{21} = 8$$

$$\text{Logo, } A \times B = C = \begin{pmatrix} 1 \\ 8 \end{pmatrix}$$

Ou seja, para calcular um elemento c_{ij} de um produto de matrizes, fazemos assim:

$$c_{ij} = (a_{i1} \times b_{1j}) + (a_{i2} \times b_{2j}) + \dots + (a_{in} \times b_{nj})$$

Legenda: c_{ij} é o elemento da matriz C que está na linha i e na coluna j , e n é o número de colunas da matriz A (que é igual ao número de linhas da matriz B).

DETERMINANTES

Primeiramente, devemos dizer que só podemos falar de determinante de uma matriz no caso de termos uma **matriz quadrada**.

Dito isso, podemos afirmar que o determinante de uma matriz é um número associado a essa matriz, o qual descobrimos pela sua ordem e pelos seus elementos.

Chamamos o determinante de uma matriz A como **det(A)**.

Para ilustrar, faremos aqui o determinante de uma matriz de ordem 2 (para outros exemplos ou para maiores esclarecimentos, consulte um livro de matemática do ensino médio):

O determinante de uma matriz de ordem 2 é igual ao produto dos elementos da diagonal principal, subtraído do produto dos elementos da diagonal secundária.

Exemplo:

$$A = \begin{pmatrix} 2 & 1 \\ 3 & 4 \end{pmatrix}; \det(A) = (2 \times 4) - (1 \times 3) = 8 - 3 = 5.$$

PROPRIEDADES DOS DETERMINANTES

- Se a matriz tiver pelo menos uma linha inteira ou uma coluna inteira formada por zeros, então o seu determinante é igual a zero.
- Se a matriz tiver linhas múltiplas entre si (ou colunas múltiplas entre si), então o seu determinante é igual a zero.
- Se multiplicarmos os elementos de uma mesma linha (ou uma mesma coluna) por um número real k qualquer, então o seu determinante também será multiplicado pelo mesmo número real k (isso inclui o zero, como podemos ver acima).
- Se uma matriz de ordem n tiver todos os seus elementos multiplicados por um número real k qualquer, então o seu determinante será multiplicado por k^n (k elevado a n); o motivo disso é que são n linhas (ou n colunas) multiplicadas por k .
- Se trocamos as linhas (ou as colunas) de uma matriz, então o seu determinante mudará de sinal (se era positivo, se tornará negativo e vice-versa).

Existem outras propriedades, mas vamos deixar isso para a leitura complementar.

Outra coisa que não abordamos aqui é o **escalamento de matrizes**; porém, já podemos adiantar que existe uma relação entre este processo e a resolução de sistemas lineares pelo **método da adição**.

SISTEMAS DE EQUAÇÕES DO 1º GRAU

Um sistema de equações de 1º grau (ou sistema linear) é um conjunto de equações que dizem respeito a um conjunto de incógnitas, relacionadas entre si por operações de soma (ou subtração), ou proporção direta. A resolução de um sistema de

equações de 1o grau acontece quando descobrimos todas as combinações de valores possíveis que as incógnitas podem assumir. Felizmente, o normal em questões de concurso é que estes sistemas tenham apenas uma solução.

Existem 3 métodos bastante conhecidos para se resolver sistemas de equações do 1o grau: o método da substituição, o método da adição e o método da comparação.

MÉTODO DA SUBSTITUIÇÃO

Exemplo 1:

$$x + y = 10$$

$$y = 4x$$

Substituindo o valor de y ($= 4x$) na primeira equação, temos:

$$4x + x = 10$$

$$5x = 10$$

$$x = 2; y = 8.$$

MÉTODO DA COMPARAÇÃO

Exemplo 2:

$$y = 7x - 15$$

$$y = 2x$$

Comparando os valores de y na primeira e na segunda equação, temos:

$$7x - 15 = 2x$$

$$5x = 15$$

$$x = 3; y = 6.$$

MÉTODO DA ADIÇÃO

Exemplo 3:

$$x + y = 12$$

$$2x - y = 9$$

Somando a primeira e a segunda equação, temos:

$$3x = 21$$

$$x = 7; y = 5.$$

O método da adição é também chamado de **Método da Eliminação de Gauss**, ou **Método do Escalonamento**. Para quem está familiarizado com o conteúdo de matrizes, o método da adição é o que resolve mais rapidamente qualquer sistema linear (e não apenas sistemas de equações com duas incógnitas).

GEOMETRIA ANALÍTICA

Questões de geometria analítica são bastante raras em concursos. Normalmente elas podem ser resolvidas com conhecimentos simples de funções do 1o grau (equações de reta); porém, às vezes é necessário saber algo mais.

Geometria analítica é um ramo da geometria (plana ou espacial) que utiliza coordenadas de um plano ou espaço para simplificar (ou, às vezes, para possibilitar) os cálculos de medidas geométricas, transformando contas problemáticas em funções algébricas. Seu mentor, René Descartes, fez as primeiras formalizações sobre o tema; através dessas formalizações, conseguimos, hoje, fazer uma relação direta entre a geometria e a álgebra – por isso ele foi tão importante. Assim, em homenagem a Descartes, chamamos o plano de coordenadas “ x ” e “ y ” de plano cartesiano.

Bom, agora vamos às formulações propriamente ditas.

- Geometria num plano de coordenadas ($\mathbb{R} \times \mathbb{R}$)
Dado um plano de coordenadas “ x ” e “ y ”, podemos traçar uma variedade de formas geométricas. Tais formas geométricas são descritas por equações variadas (a seguir):
 - Equações de Reta
Forma estendida: “ $ax + by + c = 0$ ” (a , b e c são constantes reais)
Forma reduzida: “ $y = ax + b$ ” (a e b são constantes reais; não vale para retas verticais; no caso de termos uma reta vertical, a equação é “ $x = c$ ”, com c real)
 - Equações de Circunferência
São expressas por: “ $(x - x_0)^2 + (y - y_0)^2 = r^2$ ” (x_0 e y_0 são as coordenadas do centro da circunferência e r é o seu raio)
 - Equações de Parábola
Parábolas de concavidade vertical: “ $y = ax^2 + bx + c$ ”
Parábolas de concavidade horizontal: “ $x = ay^2 + by + c$ ”

- Sobre Equações de Reta

Sejam as retas r e s pertencentes ao mesmo plano (equação de r : " $y = a_{rx} + b_r$ "; equação de s : " $y = a_{sx} + b_s$ ");

- Se r e s são paralelas, temos: $a_r = a_s$

- Se r e s são perpendiculares, temos: $a_r = -\frac{1}{a_s}$

- Se r e s passam por um mesmo ponto $P = (x_i; y_i)$, temos:

$y_i = y_i$ (uma tautologia)

$a_r x_i + b_r = a_s x_i + b_s$ (esta é uma boa maneira de descobrir valores relacionados a equações de retas, desde que tenhamos dados suficientes).

CALCULANDO MEDIDAS DE SEGMENTOS E DISTÂNCIAS

- Distância entre os pontos $P = (x_1; y_1)$ e $Q = (x_2; y_2)$:

$$d(P,Q) = \sqrt{(x_1 - x_2)^2 + (y_1 - y_2)^2}$$

- Distância entre o ponto $P = (x_i; y_i)$ e a reta " $ax + by + c = 0$ ":

$$d(P,r) = \frac{|ax_i + by_i + c|}{\sqrt{a^2 + b^2}}$$

- Distância entre duas retas r e s , paralelas:

$$d(r,s) = \frac{|c_r - c_s|}{\sqrt{a^2 + b^2}}$$

Observação: Para esta equação, as retas devem estar escritas na forma " $ax + by + c = 0$ ", com $a_r = a_s$ e $b_r = b_s$ (mas podemos ter $c_r \neq c_s$). Se as retas r e s escritas na forma " $ax + by + c = 0$ " tiverem coeficientes " a " e " b " tais que $a_r b_s \neq a_s b_r$ – ou seja, se a razão a/b (ou b/a) não for igual para as duas retas, então elas não são paralelas e $d(r, s) = 0$, visto que elas se encontram num ponto.

Ressalto aqui que as fórmulas e observações aqui descritas são referentes apenas à Geometria Analítica aplicada ao plano (para geometria analítica no espaço, existem muitas outras coisas a considerar). Além disso, o assunto de geometria analítica no plano não se encerra aqui, mas certamente os conceitos mais complicados não cairão nas provas da maioria dos concursos.

GEOMETRIA PLANA / TRIGONOMETRIA

Com questões de geometria, é preciso ter, além do conhecimento matemático, uma dose de experiência em resolver problemas. Portanto, fazer muitos exercícios deste assunto é uma boa ajuda, e também exercícios de lógica pura.

- Fórmulas de Áreas Frequentes

Área do paralelogramo = Área do retângulo = base $\times$ altura

Área do quadrado = lado²

Área do losango = $\frac{\text{diagonal maior} \times \text{diagonal menor}}{2}$

Área do trapézio =

$\frac{(\text{base maior} + \text{base menor}) \times \text{altura}}{2}$

Área do triângulo = $\frac{\text{base} \times \text{altura}}{2}$

Outra fórmula de área do triângulo = $\frac{L_1 \times L_2 \times \sin(e)}{2}$

Legenda: L_1 e L_2 são lados do triângulo, e " e " é o ângulo formado entre esses dois lados.

Área do triângulo equilátero = $\frac{L^2 \sqrt{3}}{4}$

Legenda: L é o lado do triângulo.

Área de um hexágono regular = $\frac{6 \times (L^2 \sqrt{3})}{4}$

Observação: Note que, se dividirmos o hexágono regular em 6 partes iguais, usando suas diagonais centrais (como uma pizza), teremos 6 triângulos equiláteros.

- Fórmulas Relativas a Polígonos

Primeiramente, vamos determinar a soma dos ângulos internos de um triângulo:

$$\alpha + \beta + \gamma = 180 \text{ graus}$$

Agora, constatamos que um polígono qualquer de n lados pode ser dividido em $n - 2$ triângulos; um quadrilátero se divide em 2 triângulos; um pentágono

no em 3 triângulos) de modo que os ângulos internos do polígono se mantêm nos triângulos resultantes.

Com isso, temos a fórmula da soma dos ângulos internos de um polígono de n lados:

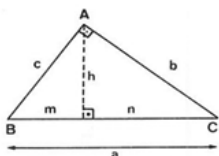
$$\text{Soma}(n) = (n - 2) \times 180 \text{ graus}$$

Outra fórmula importante é a do número de diagonais de um polígono de n lados:

$$\text{Diagonais}(n) = \frac{n \times (n-3)}{2}$$

- Relações Métricas no Triângulo Retângulo

Seja um triângulo retângulo, com hipotenusa a e catetos b e c ; α é o ângulo reto, oposto à hipotenusa a . Chamaremos h a altura relativa à hipotenusa a , m a projeção horizontal de c sobre a e n a projeção horizontal de b sobre a .



$$a \times h = b \times c$$

$$b^2 = a \times n$$

$$c^2 = a \times m$$

$$h^2 = m \times n$$

- Teorema de Pitágoras

Em todo triângulo retângulo, o quadrado da sua hipotenusa (o lado oposto ao ângulo reto) é igual à soma dos quadrados dos catetos (os outros dois lados).

$$a^2 = b^2 + c^2$$

- Seno, Cosseno e Tangente de um Ângulo não-reto no Triângulo Retângulo

$$\text{Seno do ângulo } \beta = \text{sen}(\beta) =$$

$$\frac{\text{Cateto oposto ao ângulo } \beta}{\text{Hipotenusa}}$$

$$\text{Cosseno do ângulo } \beta = \text{cos}(\beta) =$$

$$\frac{\text{Cateto adjacente ao ângulo } \beta}{\text{Hipotenusa}}$$

$$\text{Tangente do ângulo } \beta = \text{tg}(\beta) =$$

$$\frac{\text{Cateto oposto ao ângulo } \beta}{\text{Cateto adjacente ao ângulo } \beta}$$

Relação entre seno, cosseno e tangente:

$$\text{tg}(\beta) = \frac{\text{sen}(\beta)}{\text{cos}(\beta)}$$

- Fórmula da Lei dos Senos

$$\frac{\text{sen}(\alpha)}{a} = \frac{\text{sen}(\beta)}{b} = \frac{\text{sen}(\gamma)}{c}$$

Legenda: a é o lado oposto ao ângulo α ; b é o lado oposto ao ângulo β e c é o lado oposto ao ângulo γ .

- Fórmula da Lei dos Cossenos

$$a^2 = b^2 + c^2 - 2bc \times \text{cos}(\alpha)$$

Legenda: a é o lado oposto ao ângulo α ; b e c são os lados que formam o ângulo α .

Observação: Repare que a Lei dos Cossenos é uma generalização do Teorema de Pitágoras (pois vale para qualquer triângulo).

- Fórmulas Relativas a Circunferências e Círculos

Fórmula do comprimento de uma circunferência em função do seu raio:

$$C = 2\pi r$$

Legenda: C é a medida do comprimento da circunferência, r é o seu raio e π é o número irracional chamado "pi" (aproximadamente 3,14).

Área de um círculo em função do seu raio:

$$\text{Área} = \pi r^2$$

Relação de proporção entre medidas de ângulos (radianos e graus):

$$2\pi \text{ radianos} = 360 \text{ graus}$$

REFERÊNCIAS

1. LIMA, Elon Lages; CARVALHO, Paulo Cezar Pinto; WAGNER, Eduardo & MORGADO, Augusto César. A Matemática do Ensino Médio. Volumes 1, 2 & 3. 9a ed.. Rio de Janeiro: SBM, 2006.
2. SMOLE, Kátia Stocco & DINIZ, Maria Ignez. Matemática – Ensino Médio. Volumes 1, 2 & 3. 6a ed.. São Paulo: Saraiva 2010.
3. GIOVANNI, José Ruy & BONJORNO, José Roberto. Matemática Completa. Volumes 1, 2 & 3. 2a ed. renov.. São Paulo: FTD, 2005.

Matheus Cardoso de Andrade Silva

01. Questão

Grau de Dificuldade

(SEDAM/RO – FUNCAB – 2014) Observe a planilha criada no BrOffice Calc 2.0

	A	B
2	IDADE	ALTURA
3	3anos	
4	3a 5m	99
5	3a 11m	102
6	4anos	
7	4a 4m	103

O ícone que permite alinhamento conforme o da célula A4 é:

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 
- (E) 

Alternativa A: INCORRETA. O botão exibido é utilizado para alinhar textos à esquerda. O texto da célula A4 está centralizado.

Alternativa B: CORRETA. O botão exibido é utilizado para alinhar textos no centro assim como está na célula A4.

Alternativa C: INCORRETA. O botão exibido é utilizado para alinhar textos à direita. O texto da célula A4 está centralizado.

Alternativa D: INCORRETA. O botão exibido é utilizado para criar listas enumeradas, não tendo qualquer relação com a formatação de texto.

Alternativa E: INCORRETA. O botão exibido é utilizado para recuar parágrafos, não tendo qualquer relação com a formatação de texto.

02. Questão

(SEDAM/RO – FUNCAB – 2014) No BrOffice Writer 2.0, a tecla ou combinação de teclas que permite localizar determinado texto em um documento é:

- (A) CTRL + F
- (B) F1
- (C) CTRL + P
- (D) PageDown
- (E) CTRL + Z

Alternativa A: CORRETA. CTRL + F é o atalho, quase universal, utilizado em diferentes sistemas para localizar texto em um documento.

Alternativa B: INCORRETA. F1 abre o Menu de ajuda do BrOffice.

Alternativa C: INCORRETA. CTRL + P é o atalho usado para imprimir o documento.

Alternativa D: INCORRETA. PageDown é uma tecla usada para avançar no documento em direção ao fim.

Alternativa E: INCORRETA. CTRL + Z é o atalho que desfaz a última operação realizada num texto.

03. Questão

(SEDAM/RO – FUNCAB – 2014) A operação que permite salvar em seu computador um arquivo disponível da internet é:

- (A) importar.
- (B) refresh.
- (C) upload.
- (D) download.
- (E) anexar arquivo.

Alternativa A: INCORRETA. Não é uma operação para salvar arquivos de internet. É normalmente usada por sistemas para abrir arquivos de formatos diferentes dos usados pelo software.

Alternativa B: INCORRETA. É uma operação para atualizar os dados exibidos numa tela, normalmente encontrada em navegadores.

Alternativa C: INCORRETA. É a operação exatamente oposta a de salvar arquivos da internet. Essa operação envia arquivos para a internet, falando de maneira simplificada.

Alternativa D: CORRETA. Essa é a operação que salva arquivos da internet. Ela baixa e salva os arquivos no seu computador.

Alternativa E: INCORRETA. Essa operação é similar ao upload, mas é comumente encontrada em clientes de e-mail.

04. Questão

(SEDAM/RO – 2014 – FUNCAB) A ferramenta mais indicada para realizar pesquisas na Internet é:

- (A) Google Search.
- (B) Firewall.
- (C) Outlook.
- (D) BrOffice Impress.
- (E) Ferramentas Administrativas do Windows.

Alternativa A: CORRETA. É o buscador mais utilizado no planeta.

Alternativa B: INCORRETA. Firewall é um software que protege sistemas, redes, dentre outros.

Alternativa C: INCORRETA. Outlook é um cliente de e-mail criado pela Microsoft.

Alternativa D: INCORRETA. BrOffice Impress é um software criado para criar apresentações de slides.

Alternativa E: INCORRETA. Ferramentas Administrativas do Windows são ferramentas usadas para gerenciar e manter o Windows.

05. Questão

(SEDAM/RO – FUNCAB – 2014) Sobre aplicativos de correio eletrônico, é correto afirmar que:

- (A) somente um arquivo pode ser anexado.
- (B) a mensagem poderá ter somente destinatários que constem do Catálogo de Endereços.
- (C) mensagens recebidas há mais de 30 dias são automaticamente excluídas da Caixa de Entrada.
- (D) destinatários em cópia oculta (Cco) não têm conhecimento dos destinatários que estão em cópia (Cc) na mensagem.
- (E) mensagens podem ser enviadas em formato HTML ou formato texto.

Alternativa A: INCORRETA. Mais de um arquivo pode ser enviado ao mesmo tempo. O limite máximo depende do serviço de e-mail.

Alternativa B: INCORRETA. Qualquer e-mail, contido ou não no Catálogo de Endereços, pode ser incluído como destinatário de um e-mail.

Alternativa C: INCORRETA. Não necessariamente. Isso depende de cada aplicativo de e-mail e de configurações existentes nesse aplicativo.

Alternativa D: INCORRETA. O que ocorre é o inverso, destinatários em cópia (Cc) não conseguem ver os destinatários ocultos (Cco).

Alternativa E: CORRETA. As mensagens de e-mail podem conter texto, figuras, arquivos, HTML ou a mistura deles.

06. Questão

(POLICIA FEDERAL – CESPE – 2014) A ativação do firewall do Windows impede que emails com arquivos anexos infectados com vírus sejam abertos na máquina do usuário.

() CORRETA () INCORRETA

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. Firewalls mais novos conseguem rastrear vírus nos e-mails recebidos, sejam eles via aplicativo ou através do serviço de e-mail e informar ao usuário. Contudo, eles não conseguem impedir que o arquivo malicioso seja baixado para o computador do usuário ou tão pouco que o e-mail seja aberto.

07. Questão

(POLICIA FEDERAL – CESPE – 2014) *Phishing* é um tipo de malware que, por meio de uma mensagem de e-mail, solicita informações confidenciais ao usuário, fazendo-se passar por uma entidade confiável conhecida do destinatário.

() CORRETA () INCORRETA

Grau de Dificuldade

ASSERTIVA: CORRETA. O phishing lidera hoje o roubo de identidade de usuários, é engenharia social e usa mensagens de e-mail para solicitar informações confidenciais dos clientes. Phishing é popular entre os criminosos, pois é muito mais fácil de enganar alguém a clicar em um link malicioso em um e-mail aparentemente legítimo do que tentar romper as defesas de um computador.

08. Questão

(POLICIA FEDERAL – CESPE – 2014) A computação em nuvem, mecanismo muito utilizado atualmente, dispensa o hardware para armazenamento de dados, que ficam armazenados em softwares.

() CORRETA () INCORRETA

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. A computação em nuvem pode ser definida, de maneira breve, como a prática de usar uma rede de servidores remotos hospedados na Internet para armazenar, gerenciar e processar dados, em vez de um servidor local ou um computador pessoal. Ou seja, existe hardware para armazenar os dados, mas se encontra em servidores remotos na internet.

09. Questão

(POLICIA FEDERAL – CESPE – 2014) Por ser o Linux, o kernel, ou seja, o sistema operacional em si, para que ele funcione, será necessária a sua instalação em conjunto com outros aplicativos ou utilitários, especialmente em distribuições como Debian e Ubuntu.

() CORRETA () INCORRETA

Grau de Dificuldade

ASSERTIVA: CORRETA. O kernel do Linux, falando de maneira breve, é um conjunto de funções que gerenciam as principais funções de um sistema operacional, como a execução de programas, gerenciamento de memória, de dispositivos de entrada e saída (monitor, impressora, mouse, etc.), dentre outros. Distribuições Linux adicionam outras funções e aplicativos, como interfaces gráfica, editores de texto, dentre outros.

10. Questão

(POLICIA FEDERAL – CESPE – 2014) O DualBoot permite que dois sistemas operacionais sejam instalados e utilizados simultaneamente em uma mesma máquina.

() CORRETA () INCORRETA

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. O dualboot é um recurso usado para que dois ou mais sistemas operacionais (como o Linux, Windows, etc.) possam ser instalados no mesmo computador, mas que não podem ser utilizados simultaneamente. Para que isso aconteça, é preciso usar ferramentas de virtualização.

11. Questão

(POLICIA FEDERAL – CESPE – 2014) O Microsoft Word apresenta a opção de criar documentos em colaboração, que permite que duas ou mais pessoas possam revisar e alterar um mesmo documento. Para tanto, o Word oferece modos de marcação e destaque para as partes do texto alteradas.

() CORRETA () INCORRETA

Grau de Dificuldade

Assertiva: CORRETA. Essa é uma das funcionalidades do Word, onde é possível saber quem fez uma alteração, qual foi a alteração ou somente um comentário realizado. Mas é importante lembrar que isso não é feito de forma simultânea, como acontece no serviço similar do Google, o Google Docs.

12. Questão

(POLICIA FEDERAL – CESPE – 2014) No Microsoft Excel, a opção Congelar Painéis permite que determinadas células, linhas ou colunas sejam protegidas, o que impossibilita alterações em seus conteúdos.

() CORRETA () INCORRETA

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. Quando se congelam painéis, congela-se o painel superior ou o esquerdo, ou ambos, para manter os títulos fixos enquanto se rola uma planilha. Mas não impede a alteração de seus conteúdos.

13. Questão

(SOPH – FUNCAB – 2014) Na estrutura padrão de diretórios do Linux, o local onde são armazenados os arquivos de configuração (scripts) e os arquivos de inicialização do sistema é:

- (A) /dev
- (B) /etc
- (C) /lib
- (D) /mnt
- (E) /var

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O diretório /dev é destinado aos arquivos de dispositivos ligados ao sistema operacional.

Alternativa B: CORRETA. O diretório /etc é destinado aos arquivos de configuração do sistema operacional.

Alternativa C: INCORRETA. O diretório /lib é destinado a módulos, também chamado de bibliotecas, de funções que são usadas e reaproveitadas pelo sistema operacional.

Alternativa D: INCORRETA. O diretório /mnt é destinado aos arquivos que são usados para dispositivos externos funcionem corretamente no sistema Linux, como um pendrive.

Alternativa E: INCORRETA. O diretório `/var` é destinado aos arquivos com variáveis utilizadas pelo sistema operacional, como diretórios importantes do Linux.

14. Questão

(SOPH – FUNCAB – 2014) Alguns comandos do Linux estão disponibilizados na Coluna I. Estabeleça a correta correspondência com os seus significados, disponibilizados na Coluna II.

Coluna I	
1	ls
2	quota
3	chown
4	cat
Coluna II	
()	Mostra o uso do disco e seus limites
()	Muda o dono ou grupo de um arquivo ou diretório
()	É utilizado para concatenar arquivos
()	Lista o conteúdo de um diretório

A sequência correta é:

- (A) 3,1,2 e 4.
- (B) 4,1,2 e 3.
- (C) 2,3,4 e 1.
- (D) 1,3,2 e 4.
- (E) 3,2,4 e 1.

Grau de Dificuldade

Alternativas A, B, D e E: INCORRETAS. Vide comentários da alternativa C.

Alternativa C: CORRETA. O comando **ls** lista o conteúdo de um diretório esteja dentro dele ou fora. O **quota** é usado para mostrar o uso do disco do computador, percentual livre, ocupado, etc. O **chown** é usado para alterar o dono ou grupo de um arquivo ou diretório e, por fim, o comando **cat** é usado para concatenar arquivos, mas somente do mesmo tipo.

15. Questão

(SOPH – FUNCAB – 2014) É uma consequência das medidas de proteção contra ataques de “spoofing” em uma rede corporativa:

- (A) a diminuição da utilização de protocolos não roteáveis na rede.
- (B) o aumento do uso de software livre por parte dos usuários da rede.
- (C) a necessidade de utilização de um sistema operacional de código aberto nos servidores da rede.
- (D) o monitoramento bastante rigoroso do tráfego da rede.
- (E) a migração para a topologia de rede em malha com protocolo aberto.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Essa opção não faz sentido, já que o roteamento é feito em pacotes de dados, endereços de IP, redes, dentre outros.

Alternativa B: INCORRETA. O tipo de software utilizado não influencia na proteção contra ataques de “spoofing”, já que é um problema de mais baixo nível, um problema de rede.

Alternativa C: INCORRETA. O tipo de sistema operacional utilizado não influencia na proteção contra ataques de “spoofing”, já que é um problema de mais baixo nível, um problema de rede.

Alternativa D: CORRETA. Um monitoramento mais rigoroso da rede pode ajudar na detecção de pacotes com endereços de IP inválidos, ou pacotes sem conteúdo.

Alternativa E: INCORRETA. A topologia da rede não influencia nos ataques de nível de protocolo, já que a topologia define a estrutura física da rede.

16. Questão

(SOPH – FUNCAB – 2014) O método de organização de arquivos do tipo aleatório com acesso direto apresenta algumas desvantagens. Uma das desvantagens da utilização desse método está relacionada com a:

- (A) lentidão de acesso a um determinado registro.

- Ⓑ preocupação de ordenação no armazenamento do arquivo.
- Ⓒ criação de uma área de índice para gravação dos registros.
- Ⓓ necessidade de utilização da técnica de balance-line para organização do arquivo.
- Ⓔ maior ocupação de memória durante o processo.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Uma das vantagens organização de arquivos do tipo aleatório com acesso direto é o acesso imediato aos arquivos.

Alternativa B: INCORRETA. Por ser uma organização aleatória, a ordenação dos arquivos não faz parte desse tipo de organização de arquivos.

Alternativa C: INCORRETA. Dentre outras finalidades, índices de arquivos são utilizados para definir a localização de um arquivo ou registro. Nesse tipo de organização essa localização não é utilizada.

Alternativa D: INCORRETA. A técnica de balance-line é utilizada em organização de arquivos do tipo sequencial.

Alternativa E: CORRETA. Dentre as desvantagens desse tipo de organização, como o maior risco de perda de dados, mais memória é necessária para buscar os arquivos e maneira aleatória.

17. Questão

(FUNDAÇÃO HOSPITALAR GETULIO VARGAS – FUNDATEC – 2014)
 “Pode ajudar a impedir que hackers ou softwares mal-intencionados (como worms) obtenham acesso ao seu computador através de uma rede ou da Internet. Também pode ajudar a impedir o computador de enviar software mal-intencionado para outros computadores”. Essa descrição melhor descreve características de qual ferramenta do Microsoft Windows 7?

- Ⓐ Backup.
- Ⓑ Windows Update.
- Ⓒ Firewall.
- Ⓓ Windows Anytime Upgrade.
- Ⓔ Gerenciador de Tarefas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Backup é uma medida de segurança para garantir que os dados não sejam perdidos em situação atípicas, como a inutilização, por acidente, de equipamentos técnicos.

Alternativa B: INCORRETA. Windows Update é uma ferramenta do Windows que gerencia as atualizações desse sistema operacional.

Alternativa C: CORRETA. O Firewall é a primeira defesa de quase todos os sistemas operacionais existentes. Dentre outras características do Firewall são a proteção a acessos indevidos, roubos de senhas, dentre outros.

Alternativa D: INCORRETA. Windows Anytime Upgrade é uma parte descontinuada do Windows que era usada para facilitar a atualização entre as versões do Windows, caso este tivesse mais de uma.

Alternativa E: INCORRETA. Gerenciador de Tarefas é um programa que gerencia os programas em execução, processos do sistema, dentre outros.

18. Questão

(FUNDAÇÃO HOSPITALAR GETULIO VARGAS – FUNDATEC – 2014) Sobre o índice de experiência do Microsoft Windows 7, analise as assertivas abaixo.

- I. Esse recurso classifica o desempenho dos principais componentes de hardware, como CPU, unidade de disco e placa gráfica.
- II. Analisa a experiência do usuário com a interface gráfica do Windows, obtendo estatísticas de uso para propor melhorias na interface.
- III. Esse recurso monitora os erros do sistema operacional Windows e os corrige.

Quais estão corretas?

- Ⓐ Apenas I.
- Ⓑ Apenas II.
- Ⓒ Apenas I e III.
- Ⓓ Apenas II e III.
- Ⓔ I, II e III.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. O Índice de Experiência do Windows é uma medição que informa como o seu PC funciona com o Windows e usa uma pontuação

básica para classificar a experiência que você pode esperar, baseando-se nos principais componentes de hardware, como CPU, unidade de disco e placa gráfica. Uma pontuação básica mais alta significa que o seu PC será mais rápido e terá uma melhor capacidade de resposta do que um PC com uma pontuação básica mais baixa.

Assertivas II e III: INCORRETAS. Vide comentários na assertiva I.

Resposta: (A)

19. Questão

(FUNDAÇÃO HOSPITALAR GETULIO VARGAS – FUNDATEC – 2014) Em relação aos arquivos ocultos do Microsoft Windows 7, analise as assertivas abaixo:

- I. O atalho de teclado Ctrl+O permite mostrar/esconder arquivos ocultos no Windows Explorer.
- II. Arquivos ocultos ocupam menos espaço no disco rígido, pois, ao serem ocultados, são automaticamente compactados.
- III. É possível escolher se o arquivo ficará oculto ou visível, alterando suas propriedades, que podem ser acessadas clicando com o botão direito do mouse no ícone do arquivo e clicando em Propriedades.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: INCORRETA. Ctrl+O é um atalho para abrir um arquivo.

Assertiva II: INCORRETA. Arquivos ocultos não ocupam menos espaço ou são comprimidos.

Assertiva III: CORRETA. Eles são arquivos normais como quaisquer outros. Onde é possível escolher se o arquivo ficará oculto ou visível, alterando suas propriedades, que podem ser acessadas clicando com o botão direito do mouse no ícone do arquivo e clicando em Propriedades.

Resposta: (B)

20. Questão

(FUNDAÇÃO HOSPITALAR GETULIO VARGAS – FUNDATEC – 2014) Sobre o Chrome (Versão 34.0.1847.3), analise as assertivas abaixo:

- I. Ao se clicar no botão , será exibida uma lista de opções, entre as quais, uma que permitirá imprimir a página em exibição.
- II. O símbolo  no canto direito da barra de endereços permite adicionar a página corrente aos favoritos.
- III. O atalho de teclado Shift+Esc permite acessar o gerenciador de tarefas do Chrome.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. Além da opção de impressão, o Menu em questão também apresenta downloads, históricos, favoritos, dentre outros.

Assertiva II: CORRETA. Clicando no símbolo  é possível adicionar uma página aos favoritos.

Assertiva III: CORRETA. Usando o atalho de teclado Shift+Esc permite acessar o gerenciador de tarefas do Chrome, que além de mostrar as abas abertas, também mostra processos executados em paralelo, etc.

Resposta: (E)

21. Questão

(FUNDAÇÃO HOSPITALAR GETULIO VARGAS – FUNDATEC – 2014) Considere uma planilha do Microsoft Excel 2007 que contém a fórmula “=ARRED(0,76;1)” em uma célula qualquer. O resultado obtido nessa célula é:

- (A) 0.
- (B) 0,7.
- (C) 0,76.
- (D) 0,8.
- (E) 1.

Alternativa A: INCORRETA. A função ARRED arredonda o primeiro número para a quantidade de casas definida no segundo argumento para o número mais próximo do primeiro argumento. Assim, 0 não pode ser a resposta, pois não é o número com uma casa decimal mais próximo de 0,76.

Alternativa B: INCORRETA. A função ARRED arredonda o primeiro número para a quantidade de casas definida no segundo argumento para o número mais próximo do primeiro argumento. Assim, 0,7 não pode ser a resposta, pois não é o número com uma casa decimal mais próximo de 0,76.

Alternativa C: INCORRETA. A função ARRED arredonda o primeiro número para a quantidade de casas definida no segundo argumento para o número mais próximo do primeiro argumento. 0,76 não pode ser a alternativa correta, pois tem duas casas decimais.

Alternativa D: CORRETA. A função ARRED arredonda o primeiro número para a quantidade de casas definida no segundo argumento para o número mais próximo do primeiro argumento. 0,8 é o número mais próximo de 0,76 com uma única casa decimal.

Alternativa E: INCORRETA. A função ARRED arredonda o primeiro número para a quantidade de casas definida no segundo argumento para o número mais próximo do primeiro argumento. Assim, 1 não pode ser a resposta, pois não é o número com uma casa decimal mais próximo de 0,76.

Fonte: <https://support.office.com/pt-br/article/Função-ARRED-c018c5d8-40fb-4053-90b1-b3e7f61a213c>

22. Questão

(CRP 7 – FUNDATEC – 2014) Para responder a próxima questão, considere os seguintes arquivos e seus conteúdos:

Arq1.txt ilha tropical	Arq2.txt ilha	Arq3.txt tropical
ilha.txt FUNDATEC	tropical.txt FUNDATEC	ilha tropical.txt FUNDATEC

Esses arquivos estão salvos na Área de Trabalho do Windows 7. Marque a alternativa que indica os arquivos que aparecerão como resultado da busca “ilha AND tropical”, sem as aspas, feitas na ferramenta de pesquisa do Windows disponível no menu Iniciar. Considere o Windows com suas configurações padrão.

- Ⓐ ilha tropical.txt, Arq1.txt
- Ⓑ ilha tropical.txt, ilha.txt, tropical.txt
- Ⓒ ilha tropical.txt
- Ⓓ ilha tropical.txt, ilha.txt, tropical.txt, Arq1.txt, Arq2.txt, Arq3.txt
- Ⓔ Arq1.txt, Arq2.txt, Arq3.txt

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A ferramenta de busca do Windows irá buscar todos os arquivos que tenham ambas palavras ocorrendo ao mesmo tempo, seja no conteúdo do arquivo ou no nome do título. Assim, somente os arquivos ilha tropical.txt, Arq1.txt irão aparecer.

Alternativa B: INCORRETA. ilha.txt e tropical.txt não aparecem, pois não possuem, nem no conteúdo nem no nome do arquivo, ambas as ocorrências ao mesmo tempo.

Alternativa C: INCORRETA. ilha tropical.txt aparece nos resultados, mas Arq1.txt também teria de aparecer pelos motivos acima explicados.

Alternativa D: INCORRETA. ilha.txt, tropical.txt, Arq1.txt, Arq2.txt e Arq3.txt não aparecem, pois não possuem, nem no conteúdo nem no nome do arquivo, ambas as ocorrências ao mesmo tempo.

Alternativa E: INCORRETA. Arq1.txt, Arq2.txt, Arq3.txt não aparecem, pois não possuem, nem no conteúdo nem no nome do arquivo, ambas as ocorrências ao mesmo tempo.

23. Questão

(CRP 7 – FUNDATEC – 2014) Associe os formatos de arquivo, na Coluna 1, com os programas do LibreOffice adequados para abri-los, na Coluna 2.

Coluna I	
()	odp
()	odt
()	ods
()	odg
Coluna II	
1	LibreOffice Draw
2	LibreOffice Impress
3	LibreOffice Writer
4	LibreOffice Calc

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- (A) 1 – 4 – 3 – 2.
- (B) 2 – 3 – 4 – 1.
- (C) 4 – 3 – 1 – 2.
- (D) 3 – 1 – 4 – 2.
- (E) 3 – 4 – 2 – 1.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Uma dica é associar as ultimas letras aos programas: t para text (texto), p para print (imprimir), g para graphics (gráficos) e s para spreadsheets (planilhas).

Alternativas: A, C, D e E: INCORRETAS.

Alternativa B: CORRETA. A extensão de arquivos para o LibreOffice Writer é o odt, o mais comum. Assim, eliminamos as alternativas A, D e E que associaram odp e ods ao LibreOffice Writer.

24. Questão

(CRP 7 – FUNDATEC – 2014) Avalie as assertivas sobre o navegador Google Chrome.

- I. O Google é o único buscador que pode ser associado às pesquisas realizadas diretamente na barra de navegação.
- II. Com ele é possível sincronizar instantaneamente informações como favoritos, histórico de navegação, temas e senhas com o Google Chrome instalado em outras máquinas do usuário.

III. As alterações feitas em seus favoritos e configurações gerais do Google Chrome enquanto o modo de navegação anônima está ativado são sempre salvas.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: INCORRETA. pois o Google Chrome já trás outros buscadores (e.g. Bing, Duck Duck Go, etc.) como opções.

Assertiva II: CORRETA. Ao fazer o login com sua conta Google no Google Chrome ele sincroniza instantaneamente informações como favoritos, histórico de navegação, temas e senhas com o Google Chrome instalado em outras máquinas do usuário.

Assertiva III: CORRETA. A navegação anônima somente deixa de registrar no histórico as páginas visitadas, cookies e outros dados que indiquem quais sites foram visitados. As configurações gerais do Google Chrome enquanto o modo de navegação anônima está ativado são sempre salvas.

Resposta: (E)

25. Questão

(MINISTÉRIO DA SAÚDE – CESPE – 2013) Ao se clicar o botão será aberta uma nova guia do navegador, na qual poderá ser exibida outra página da Web sem que a página atual seja fechada.

() CORRETA () INCORRETA

Grau de Dificuldade

Assertiva: INCORRETA. O referido botão adiciona uma página à lista de favoritos.

26. Questão

(PREF. MUNICIPAL DE ITUPIRANGA/PR - 2015 - IMA) Estando na área de trabalho do Windows 7, quando o usuário pressiona a combinação de teclas: Windows + F, surgirá a caixa de diálogo:

- (A) Localizar.
- (B) Executar.
- (C) Windows Explorer.
- (D) Encerrar o Windows.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Essa combinação é utilizada para buscar arquivos e pastas.

Alternativa B: INCORRETA. Windows + R é a combinação usada para abrir a caixa de diálogo para executar comandos.

Alternativa C: INCORRETA. Windows + E é a combinação usada para abrir o Windows Explorer.

Alternativa D: INCORRETA. ALT + F4, sem janelas abertas, encerra o Windows e desliga o computador. Há também a combinação Windows + L que encerra o Windows, mas não desliga o computador.

27. Questão

(PREF. MUNICIPAL DE ITUPIRANGA/PR - 2015 - IMA) Numa planilha do Microsoft Office Excel, a fórmula: =A2*C2, implica em:

- (A) Dividir A2 por C2.
- (B) Subtrair A2 por C2.
- (C) Multiplicar A2 por C2.
- (D) Somar A2 por C2.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A fórmula correta seria =A2 / C2, usando o sinal "/".

Alternativa B: INCORRETA. A fórmula correta seria =A2 - C2, usando o sinal "-".

Alternativa C: CORRETA. O sinal "*" é utilizado, em fórmulas no Excel, para multiplicar valores numéricos de células de uma planilha.

Alternativa D: INCORRETA. A fórmula correta seria =A2 + C2, usando o sinal "+".

28. Questão

(PREF. MUNICIPAL DE ITUPIRANGA/PR - 2015 - IMA) No BrOffice estão disponíveis diversos aplicativos voltados à produtividade, sendo inclusive estes similares aos encontrados no pacote Microsoft Office, sendo correspondente do PowerPoint o BrOffice:

- (A) Writer.
- (B) Impress.
- (C) Calc.
- (D) Draw.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O Writer é o correspondente do Microsoft Office.

Alternativa B: CORRETA. O Impress é o correspondente do Microsoft PowerPoint.

Alternativa C: INCORRETA. O Calc é o correspondente do Microsoft Excel.

Alternativa D: INCORRETA. O Draw é o correspondente do Corel Draw.

29. Questão

(PREF. MUNICIPAL DE ITUPIRANGA/PR - 2015 - IMA) O navegador "rápido, simples e seguro". Nele é possível definir o mecanismo de pesquisa padrão da omnibox, tais como Google, Google Chrome é oferecido aos internautas como um Yahoo, Bing, etc. Para tanto, basta clicar na ferramenta (Personalizar e controlar o Google Chrome) e depois:

- (A) Gerenciador de tarefas.
- (B) Configurações.
- (C) Buscar.
- (D) Editar.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O gerenciador de tarefas mostra as extensões, abas e outros processos que o Google Chrome está executando

Alternativa B: CORRETA. Configurações é o local onde se altera as preferências do usuário, como a pesquisa padrão da omnibox.

Alternativa C: INCORRETA. A opção Buscar busca na página corrente a palavra digitada no diálogo que é exibido.

Alternativa D: INCORRETA. Editar é a opção que engloba as operações de copiar, colar e recortar.

30. Questão

(FUMEC - 2015 - CAIPIMES) A figura abaixo representa a parte superior da janela do Word 2007 e o espaço contornado se refere à guia que contém botões correspondentes à formatação de parágrafos. Não fazendo parte desse conjunto o botão:

- (A) Classificar
- (B) Lista de vários níveis.
- (C) Mostrar marcas de parágrafo.
- (D) Cor da fonte.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O botão de classificar é o segundo, da direita para a esquerda da primeira linha.

Alternativa B: INCORRETA. O botão de lista de vários níveis é o terceiro, da esquerda para a direita, da primeira linha.

Alternativa C: INCORRETA. O botão de classificar é o primeiro, da direita para a esquerda da primeira linha.

Alternativa D: CORRETA. O botão de cor da fonte está no bloco à esquerda ao bloco contornado, na segunda linha, da direita para a esquerda.

31. Questão

(FUMEC - 2015 - CAIPIMES) Sobre a navegação na internet e mensagens eletrônicas, é INCORRETO afirmar:

- (A) URL consiste numa linguagem de marcação utilizada para a produção de algumas páginas da Web que permite criação de documentos que podem ser lidos em praticamente qualquer tipo de computador e transmitidos pela internet.
- (B) Além de mensagens de e-mail simples contendo texto, é possível anexar praticamente qualquer tipo de arquivo em uma mensagem como: documentos, imagens e música e também pode-se encaminhá-la a outras pessoas sem precisar digitá-la novamente.

(C) O navegador Internet Explorer oferece o recurso de salvar uma figura de uma página da Web, sem abri-la.

(D) É possível criar um atalho na área de trabalho da página da Web que está sendo exibida.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. URL não é uma linguagem. URL se refere ao endereço de rede no qual se encontra algum recurso, como por exemplo, um arquivo de computador ou um dispositivo periférico (impressora, unidade de rede etc.) ou um site na internet.

Alternativa B: CORRETA. Somente alguns tipos de arquivos não é possível anexar a um e-mail, como arquivos executáveis (e.g. exe), para evitar que programas maliciosos sejam enviados em massa para usuários desavisados, por exemplo.

Alternativa C: CORRETA. Utilizando a barra de menu ou o botão direito do mouse sobre a figura, é possível salvar uma figura sem sequer abri-la.

Alternativa D: CORRETA. Ao criar esse atalho, o navegador é aberto automaticamente e, em seguida, abre-se a página que foi salva como atalho.

32. Questão

(FUMEC - 2015 - CAIPIMES) Analise abaixo as afirmações em geral sobre o PowerPoint 2007 e identifique-as como (V) verdadeiras ou (F) falsas.

()	Uma apresentação personalizada básica é uma apresentação separada ou uma apresentação que inclui alguns slides originais.
()	Uma apresentação personalizada com hiperlinks é uma forma rápida de navegar para uma ou mais apresentações separadas.
()	A guia Inserir tem o conjunto mais abrangente de itens a serem inseridos, inclusive formas, hiperlinks, cabeçalhos e rodapés e sons.
()	O painel de tarefas Personalizar Animação permite ver informações importantes sobre um efeito de animação, incluindo o tipo de efeito de animação, a ordem de vários efeitos de animação entre si e uma parte do texto do efeito de animação.

()	Você pode visualizar a animação de textos e objetos para um slide ou para a apresentação inteira.
()	Você pode adicionar sons de arquivos do seu computador, de uma rede, ou do Microsoft Media Gallery, gravar os seus próprios sons para serem adicionados a uma apresentação ou utilizar música de um CD.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) V – V – V – V – V – V.
- (B) V – F – V – V – F – V.
- (C) F – V – V – V – F – V.
- (D) V – V – F – F – V – V.

Grau de Dificuldade

Assertiva I: CORRETA. Use uma apresentação personalizada básica para dar apresentações separadas para grupos diferentes em sua organização. Por exemplo, se a sua apresentação contiver um total de cinco slides, você pode criar uma apresentação personalizada chamada "Local 1" que inclui apenas os slides 1, 3 e 5. Você pode criar uma segunda apresentação personalizada chamada "Local 2" que inclui os slides 1, 2, 4 e 5. Quando você cria uma apresentação personalizada de uma apresentação, você sempre pode executar a apresentação inteira em sua ordem sequencial original.

Assertiva II: CORRETA. Além de facilitar a navegação, utilize uma apresentação personalizada com hiperlinks para organizar o conteúdo de uma apresentação. Por exemplo, se você cria uma apresentação personalizada principal sobre a nova organização geral da sua empresa, é possível criar uma apresentação personalizada para cada departamento da sua organização e vinculá-los a essas exibições da apresentação principal.

Assertiva III: CORRETA. A guia de Inserir, comparada com as demais, tem o conjunto mais abrangente de itens que, além dos itens já mencionados, também consta figuras, tabelas, caixas de texto, comentários etc.

Assertiva IV: CORRETA. A animação é uma excelente maneira de focalizar em pontos importantes, controlar o fluxo de informações e aumentar o interesse do espectador na sua apresentação. Você pode aplicar efeitos de animação a textos ou objetos em

slides individuais, a slide mestre ou a espaços reservados em layouts do slide.

Assertiva V: CORRETA. Um dos principais recursos do PowerPoint é poder visualizar um único slide sem ter de percorrer toda a apresentação.

Assertiva VI: CORRETA. Também é possível tocar uma prévia de um som e também tornar o ícone de som invisível durante uma apresentação de slides ocultando-o ou fazendo com que ele se mova para fora do slide na área cinza. Também, somente os arquivos de som no formato .wav (WAV: um formato de arquivo no qual o Windows armazena sons como waveforms. Esses arquivos têm a extensão .wav. Dependendo de vários fatores, um minuto de som pode ocupar de 644 kilobytes a 27 megabytes de armazenamento) podem ser incorporados – todos os outros tipos de arquivos de mídia são vinculados.

Resposta: (A)

33. Questão

(DETRAN/MT - 2015 - UFMG) Considere a figura apresentada abaixo de uma planilha do LibreOffice Calc 4.2.5.2 (idioma Português) em sua configuração padrão de instalação.

D5				
	A	B	C	D
1	Código	Descrição	Pontuação	Resultado
2	2424	Infração simples	3	2424 - Infração simples
3				

De acordo com a planilha, o texto exibido na célula D2 pode ser obtido pela fórmula:

- (A) =CONCATENAR(A2; " - "; B2)
- (B) =SOMA(A2; " - "; B2)
- (C) =UNIR(A2; " - "; B2)
- (D) =STRING(A2; " - "; B2)

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. A função CONCATENAR combina os valores passados para a função, seja uma célula ou um número ou caractere qualquer.

Alternativa B: INCORRETA. A função SOMA somente aceita valores numéricos.

Alternativa C: INCORRETA. Embora exista o recurso de união de células no LibreOffice, não existe essa função.

Alternativa D: INCORRETA. Essa função também não é encontrada no LibreOffice e funções de texto não são usadas para concatenações.

34. Questão

(DETRAN/MT - 2015 - UFMT) A coluna da esquerda apresenta funcionalidades do Firefox 34.0.5 e a da direita, o que cada uma permite realizar. Numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda.

Coluna 1ª	
1	Barra de pesquisa
2	Modo privativo
3	Complemento
4	Firefox Sync
Coluna 2ª	
()	Personalizar o Firefox com estilos e recursos extras.
()	Navegar na internet sem guardar informações sobre sites e páginas visitados.
()	Sincronizar os favoritos, históricos e preferências do Firefox entre diferentes computadores e/ou dispositivos.
()	Buscar rapidamente na Internet, por meio do mecanismo de pesquisa.

Marque a sequência correta.

- (A) 2, 1, 3, 4.
- (B) 3, 2, 4, 1.
- (C) 1, 3, 2, 4.
- (D) 4, 3, 1, 2.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: A barra de pesquisa, além de Buscar rapidamente na Internet, por meio do mecanismo de pesquisa, também permite acessar todos os seus mecanismos de pesquisa favoritos. O Modo Privativo ou Navegação Privativa permite navegar na internet sem guardar informações sobre sites e páginas visitados. Também inclui Proteção contra rastreamento na navegação privada, a qual impede que seja rastreado enquanto navega. Os complementos são como os aplicativos que você instala para adicio-

nar sinos e assobios para o Firefox. Você pode obter complementos para comparar preços, verificar o tempo, mudar o visual do Firefox, ouvir música, ou mesmo atualizar o seu perfil no Facebook. Personalizando, assim, o Firefox com estilos e recursos extras. E o Firefox Sync, além de sincronizar os favoritos, históricos e preferências, também pode sincronizar senhas, complementos, preferências, dentre outros.

Resposta: (B)

35. Questão

(DETRAN/MT - 2015 - UFMT) A respeito de periféricos, analise as afirmativas.

- I. A tela de monitor LCD é formada por duas placas de vidro e, atrás de uma delas, encontra-se o tubo de raios catódicos, responsável por gerar a imagem.
- II. Nas impressoras a jato de tinta, utiliza-se uma cabeça de impressão móvel, a qual se move horizontalmente pelo papel enquanto a tinta é espirrada por minúsculos esguichos.
- III. Em mídias ópticas Blu-ray, utilizam-se células de memória flash para aumentar a capacidade de armazenamento em relação aos DVD e aos CD-ROM.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: O monitor tradicional é que é formado por tudo de raios catódicos. Telas de LCD possuem um líquido (do inglês, Liquid Crystal Display) entre as placas de vidro. Já as mídias de Blu-ray utilizam o mesmo material dos DVDs e CD-ROMs, contudo utilizam um raio diferente para gravar e ler os dados do disco. Por fim, as impressoras a jato de tinta utilizam, de fato, uma cabeça de impressão móvel, a qual se move horizontalmente pelo papel enquanto a tinta é espirrada por minúsculos esguichos.

Resposta: (A)

36. Questão

(ETRAN/MT - 2015 - UFMT) Considere uma planilha do Microsoft Excel 2007 (idioma Português) em que as células A1, A2, B1, B2 contenham respectivamente os valores 8, 10, 4, 2. Quais valores são retornados pelas formulas =SE(B1<A2/2;B2;A1) e =MÁXIMO(A1;B2)-MÍNIMO(A2;B1), respectivamente?

- (A) 8 e 8.
- (B) 8 e 4.
- (C) 2 e 4.
- (D) 2 e 8.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: Vamos por partes.

Se $A2 / 2 = 5$, temos $=SE(4 < 5; 2; 8)$, logo o resultado é 2, pois o primeiro argumento é a condição, o segundo é se a condição é verdadeira e o segundo argumento é retornado se a condição é falsa. Assim já eliminamos as alternativas A e B.

O $=MÁXIMO(A1;B2)$, que é $=MÁXIMO(8; 4)$ que é igual a 8 e

O $=MÍNIMO(A2; B2)$, que é $=MÍNIMO(10; 4)$ que é igual a 4, temos que $=MÁXIMO(A1;B2) - MÍNIMO(A2;B1)$ e igual a 4.

Resposta: ©

37. Questão

(NUCLEP - 2014 - BIORIO) Um dispositivo de entrada e de saída empregado na configuração de microcomputadores possui as seguintes características:

- é uma tela sensível ao toque que funciona quando pressionada, dispensando o uso de outros dispositivos como o mouse ou o teclado.
- pode ser utilizado em serviços disponibilizados em museus, shoppings, agências bancárias ou eventos públicos, com a finalidade de permitir a visualização de informações na tela do monitor de vídeo.
- possui a desvantagem de apresentar mau funcionamento, resultante da sujeira ou gordura depositada na tela pelo contato direto da ponta dos dedos na tela.

Esse dispositivo é conhecido como:

- (A) silkscreen.
- (B) windscreen.
- (C) multiscreen.
- (D) superscreen.
- (E) touchscreen.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Silk-screen é uma técnica de impressão de imagens em telas.

Alternativa B: INCORRETA. Windscreen é uma tela de proteção contra o vento.

Alternativa C: INCORRETA. Multiscreen é uma técnica de transformação de vídeos em diferentes resoluções para serem exibidos em telas de diferentes tamanhos

Alternativa D: INCORRETA. Pode ser encontrada como uma denominação comercial para telas TV muito grandes.

Alternativa E: CORRETA. Touchscreen é o dispositivo descrito nas características acima.

38. Questão

(NUCLEP - 2014 - BIORIO) Atualmente, os pendrives são bastante utilizados como dispositivo de armazenamento de dados, particularmente em backup, na realização de cópias de segurança. No comércio, é comum se encontrar esse dispositivo com a seguinte capacidade de armazenamento:

- (A) 8 GBytes
- (B) 4 MBytes
- (C) 64 TBytes
- (D) 500 TBytes
- (E) 128 MBytes

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Além de pen-drives de 8GB, ainda é possível encontrar alguns com 4GB e até 2GB.

Alternativas B e E: INCORRETAS. Não há mais pen-drives sendo vendidos com MBytes em larga escala.

Alternativas C e D: INCORRETAS. Não há ainda pen-drives sendo vendidos com Tbytes em larga escala.

39. Questão

(NUCLEP - 2014 - BIORIO) Um funcionário da NUCLEP acessou o Windows Explorer do sistema operacional Windows XP, em um microcomputador versão desktop e executou os seguintes procedimentos:

- Selecionou a pasta DOCUMENTOS no disco C;
- Para selecionar todos os arquivos gravados nessa pasta, ele executou um atalho de teclado.

Esse atalho de teclado corresponde a pressionar as teclas CTRL e:

- (A) T.
- (B) S.
- (C) A.
- (D) X.
- (E) Z.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. CTRL + T não tem qualquer efeito, nessa versão do Windows.

Alternativa B: INCORRETA. CTRL + S não teria efeito na pasta, pois é um atalho para documentos de texto.

Alternativa C: CORRETA. CTRL + A seleciona todos os arquivos em uma pasta.

Alternativa D: INCORRETA. CTRL + X teria recordado a pasta selecionada

Alternativa E: INCORRETA. CTRL + Z desfaz a última realizada no Windows Explorer.

40. Questão

(NUCLEP - 2014 - BIORIO) Em um notebook com sistema operacional Windows 7 BR, um usuário está acessando o site do Google Brasil no Internet Explorer 9 BR. Nessas condições, executar o atalho de teclado WINDOWS + D tem o seguinte significado:

- (A) abrir a janela do Painel de Controle.
- (B) mostrar a janela de downloads.
- (C) acionar o Windows Update.
- (D) exibir a área de trabalho.
- (E) desligar o notebook.

Grau de Dificuldade

Alternativas A e C: INCORRETAS. Esse atalho não existe nativamente. É preciso criá-lo manualmente.

Alternativa B: INCORRETA. O atalho correto é CTRL+J.

Alternativa D: CORRETA. Esse atalho é do Windows e tem prioridade sobre o atalho do IE 9.

Alternativa E: INCORRETA. O atalho padrão para desligar a máquina, no Windows, é o ALT + F4.

41. Questão

(NUCLEP - 2014 - BIORIO) Entre os utilitários básicos para configuração e verificação de redes, um serve para exibir a configuração TCP/IP atual, sendo também usado para liberar e renovar manualmente configurações TCP/IP atribuídas por um servidor DHCP. Esse utilitário é o:

- (A) ping
- (B) netstat
- (C) ipconfig
- (D) tracert
- (E) ftp

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O ping é uma ferramenta de rede para verificar a alcançabilidade de um endereço IP numa rede.

Alternativa B: INCORRETA. O netstat é uma ferramenta de linha de comando que mostra as conexões TCP de entrada e saída, tabela de rotas, dentre outros.

Alternativa C: CORRETA.

Alternativa D: INCORRETA. O tracert é uma ferramenta que mede o trânsito entre um endereço IP e outro numa rede.

Alternativa E: INCORRETA. FTP é um protocolo de transferência de arquivos.

42. Questão

(NUCLEP - 2014 - BIORIO) Um funcionário da NUCLEP está utilizando o browser Firefox Mozilla para acessar um site, cuja URL é <http://www.brasil.gov.br/>, que se refere ao Portal Brasil. Posteriormente, para acessar o

site configurado como página inicial do Firefox Mozilla, ele deve acionar o ícone (imagem abaixo) ou executar o seguinte atalho de teclado:



- (A) Ctrl + Home
- (B) Alt + Home
- (C) Shift + F11
- (D) Alt + F11
- (E) Ctrl + F11

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. Essa combinação não é um atalho válido no Firefox.

Alternativa B: CORRETA. Essa combinação é universal em qualquer sistema operacional compatível com o Firefox, como o Linux e Mac OSX.

Alternativa C: INCORRETA. F11 é utilizada para colocar a aba aberta em tela cheia. Essa combinação com Shift não é válida.

Alternativa D: INCORRETA. F11 é utilizada para colocar a aba aberta em tela cheia. Essa combinação com Alt não é válida.

Alternativa E: INCORRETA. F11 é utilizada para colocar a aba aberta em tela cheia. Essa combinação com Ctrl não é válida.

43. Questão

(NUCLEP - 2014 - BIORIO) No uso dos recursos do correio eletrônico, existem diversos sites na internet que oferecem uma infraestrutura de e-mail para que usuário possa criar, modificar, excluir ou mesmo imprimir mensagens de correio, como por exemplo, Yahoo, Hotmail ou Gmail. Essa infraestrutura é conhecida como:

- (A) WebMail
- (B) SendMail
- (C) AirMail
- (D) CardMail
- (E) GreenMail

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA. Webmail é a infraestrutura mais

Alternativa B: INCORRETA. Sendmail é uma infraestrutura de e-mail de propósito geral suporta funções básicas de e-mail, como SMTP.

Alternativa C: INCORRETA. Airmail é um cliente de e-mail para Mac OSX e iOS.

Alternativa D: INCORRETA. Cardmail é um nome para diferentes produtos relacionados a e-mail.

Alternativa E: INCORRETA. Greenmail é mais conhecida como uma técnica do mercado financeiro para inflacionar preços.

44. Questão

(SEDAM/RO - 2014 - FUNCAB) Suponha que ao utilizar um aplicativo no ambiente operacional Linux, o mesmo não esteja mais respondendo e você queira finalizá-lo. Para tal operação, o comando a ser utilizado é:

- (A) end
- (B) kill
- (C) shell
- (D) jobs
- (E) rm

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. *end* não é um comando válido.

Alternativa B: CORRETA. *kill*, seguido do identificador do programa em execução, encerra-o imediatamente.

Alternativa C: INCORRETA. *shell* é a denominação para um tipo de terminal de linha de comando.

Alternativa D: INCORRETA. *jobs* não é um comando válido.

Alternativa E: INCORRETA. *rm* é um comando de exclusão de arquivos e pastas.

45. Questão

(SEDAM/RO - 2014 - FUNCAB) Sobre o sistema operacional Linux, é correto afirmar que:

- (A) depende do sistema operacional Windows para funcionar em um computador
- (B) não suporta interface gráfica.
- (C) é um sistema de código aberto.

- Ⓓ é um sistema pago.
 Ⓔ possui restrição quanto ao número de máquinas a ser instalado.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O Linux é um sistema operacional independente, logo não depende de outro para funcionar.

Alternativa B: INCORRETA. Algumas distribuições Linux não acompanham interface gráfica, mas a maioria suporta interface gráfica, como o Ubuntu.

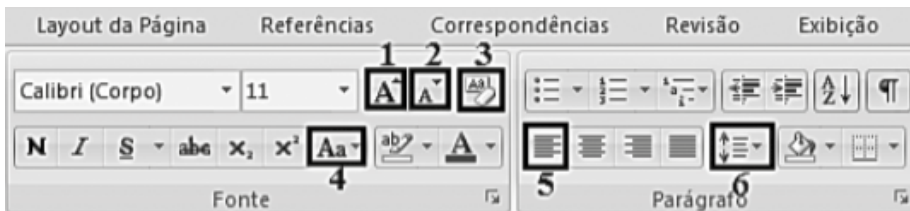
Alternativa C: CORRETA. O Linux é um software livre, de código aberto e uso gratuito.

Alternativa D: INCORRETA. O Linux é um software livre, de código aberto e uso gratuito.

Alternativa E: INCORRETA. Não possui qualquer restrição a quantidade de máquinas.

46. Questão

(DETRAN/MT - 2015 - UFMT) A figura abaixo ilustra um fragmento de tela da área de trabalho do Microsoft Word 2007 (idioma Português) com algumas regiões destacadas e numeradas de 1 a 6.



Sobre a figura, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

()	As ferramentas indicadas pelos números 1 e 2 permitem alternar a formatação de um texto selecionado entre maiúsculas e minúsculas, respectivamente.
()	O botão indicado pelo número 3 é utilizado para limpar toda a formatação de um texto selecionado, deixando o texto sem formatação.
()	Por meio da ferramenta indicada pelo número 4, é possível aumentar ou diminuir o tamanho da fonte de um texto selecionado.
()	O botão indicado pelo número 5 corresponde ao alinhamento de parágrafo Justificado.
()	O botão indicado pelo número 5 corresponde ao alinhamento de parágrafo Justificado.

Assinale a sequência correta.

- Ⓐ V, F, V, V, F.
 Ⓑ V, V, V, F, F.
 Ⓒ F, F, F, V, V.
 Ⓓ F, V, F, F, V.

Grau de Dificuldade

DICA DO AUTOR: As ferramentas indicadas pelos números 1 e 2 aumentam e diminuem, respectivamente, a fonte do texto, em vez de alternar entre maiúscula e minúscula. O botão indicado pelo número 3, de fato, deixa o texto selecionado sem qualquer formatação. A ferramenta indicada pelo número 4 formata o texto, alterando a primeira letra ou todas elas para maiúscula ou minúscula. Já o botão indicado pelo número 5 corresponde ao alinhamento de parágrafo à esquerda, em vez de justificado. E, por fim, a ferramenta indicada pelo número 6 possibilita, de fato, alterar o espaçamento entre as linhas de um texto selecionado.

Resposta: Ⓓ

47. Questão

(SEDAM/RO - 2014 - FUNCAB) No sistema operacional Linux, o KDE representa:

- Ⓐ uma interface gráfica.

- Ⓑ o prompt do sistema operacional
- Ⓒ o Kernel do sistema operacional
- Ⓓ um navegador da internet
- Ⓔ um sistema de busca da Internet

Grau de Dificuldade

Alternativa A: CORRETA.

Alternativa B: INCORRETA. Prompt do sistema operacional é um terminal de linha de comandos do Linux.

Alternativa C: INCORRETA. O Kernel do sistema operacional é um módulo do Linux que possui as principais funções do sistema.

Alternativa D: INCORRETA. Um navegador de internet é um programa usado para navegar na internet, como o Firefox e Chrome.

Alternativa E: INCORRETA. Sistema de busca da Internet são serviços que indexam e buscam sites, arquivos e outras fontes de informação (e.g. Google, Bing, Duck Duck Go, etc.)

48. Questão

(SEDAM/RO - 2014 - FUNCAB) Sobre a manipulação de contas de usuários no sistema operacional Linux, é correto afirmar que:

- Ⓐ o comando adduser não permite criar um grupo no sistema.
- Ⓑ o comando adduser não permite adicionar um usuário a um grupo do sistema.
- Ⓒ o arquivo `/etc/shadow` pode ser acessado por todos os usuários.
- Ⓓ o arquivo `/etc/adduser.conf` contém os padrões para a criação de novos usuários no sistema.
- Ⓔ o arquivo `/etc/passwd` contém as senhas dos usuários e somente pode ser acessado pelo usuário root.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O comando adduser é um comando para criar um novo usuário ou atualizar as informações de usuário existente.

Alternativa B: INCORRETA. O comando adduser é o comando usado exatamente para adicionar um usuário a um grupo do sistema.

Alternativa C: INCORRETA. O arquivo `/etc/shadow` somente pode ser acessado pelo administrador do sistema.

Alternativa D: CORRETA. O arquivo `/etc/adduser.conf` contém configurações para os comandos adduser e addgroup.

Alternativa E: INCORRETA. O arquivo `/etc/passwd` contém as senhas dos usuários, mas pode ser acessado por qualquer usuário.

49. Questão

(SEDAM/RO - 2014 - FUNCAB) Segundo o formato padrão ODF, arquivos com extensão ODS representam arquivos criados pelo aplicativo:

- Ⓐ BrOffice Writer.
- Ⓑ BrOffice Calc.
- Ⓒ Microsoft Office Excel.
- Ⓓ BrOffice Draw.
- Ⓔ BrOffice Impress.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. A extensão para o BrOffice Writer é `.odt`

Alternativa B: CORRETA. A extensão para o BrOffice Calc é `.ods`

Alternativa C: INCORRETA. A extensão para o Microsoft Office Excel é `.xls` ou `.xlsx`, para versões mais recentes.

Alternativa D: INCORRETA. A extensão para o BrOffice Draw é `.odg`

Alternativa E: INCORRETA. A extensão para o BrOffice Impress é `.odp`

50. Questão

(SEDAM/RO - 2014 - FUNCAB) Ao associar a fórmula a seguir em uma célula de uma planilha, o BrOffice Calc 2.0 indica um erro na construção da fórmula. "**=SOMA(C1-C5)**" Para que a fórmula esteja correta, deve-se substituir o traço (-) por:

- Ⓐ #
- Ⓑ |
- Ⓒ <
- Ⓓ >
- Ⓔ :

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. (#) causa um erro de sintaxe e não corresponde a nenhuma operação lógica ou matemática.

Alternativa B: INCORRETA. (|) é normalmente utilizado em operações booleanas (AND, OR, etc.).

Alternativa C: INCORRETA. (<) é normalmente utilizado em operações lógicas.

Alternativa D: INCORRETA. (<) é normalmente utilizado em operações lógicas.

Alternativa E: CORRETA. (:) é utilizado para delimitar intervalos de células, como o requerido pela fórmula SOMA.

51. Questão

(SEDAM/RO - 2014 - FUNCAB) Observe, na imagem abaixo, a sequência de comandos executados no sistema operacional Linux.

```
[/home]$ ls
vidarlo
[/home]$ cd ..
[/]$ cd etc
[/etc]$ ls
0.0.10.in-addr.arpa  csh.cshrc
adduser.conf         csh.login
adjtime              csh.logout
aliases              db.cache
alternatives         debconf.conf
apm                  debian_version
```

Sobre essa sequência de comandos, é correto afirmar que:

- Ⓐ [/home] é o diretório raiz.
- Ⓑ db.cache é o nome de um diretório.
- Ⓒ o comando cd.. remove o diretório home.
- Ⓓ na primeira linha, o comando ls cria o diretório home.
- Ⓔ o comando cd etc muda o diretório corrente para o diretório etc.

Alternativa C: INCORRETA. O comando cd.. muda do diretório corrente para o anterior ou parente.

Alternativa D: INCORRETA. O comando ls lista arquivos e/ou pastas existentes no diretório corrente.

Alternativa E: CORRETA. O comando cd é usado para navegar entre diretórios e pastas.

Grau de Dificuldade

Alternativa A: INCORRETA. O diretório raiz é o [/].

Alternativa B: INCORRETA. db.cache é um arquivo do tipo .cache

WINDOWS

Atalhos

Os atalhos de teclado são combinações de duas ou mais teclas que você pode usar para executar uma tarefa que normalmente exigiria um mouse ou outro dispositivo apontador. Atalhos de teclado podem facilitar o seu trabalho com o PC, permitindo que você poupe tempo e esforços ao trabalhar com o Windows e outros aplicativos.

A maioria dos aplicativos também fornece teclas de aceleração que facilitam o trabalho com menus e outros comandos. Confira os menus de aplicativos para conhecer as teclas de aceleração. Se uma letra de uma palavra estiver sublinhada em um Menu, isso geralmente significa que você pode pressionar a tecla Alt junto com a tecla sublinhada em vez de clicar nesse item de Menu. Quando estiver usando um teclado virtual, você também pode ver alguns atalhos quando pressionar a tecla Ctrl.

Pressione esta tecla	Para
Ctrl+C (ou Ctrl+Insert)	Copiar o item selecionado
Ctrl+X	Recortar o item selecionado
Ctrl+V (ou Shift+Insert)	Colar o item selecionado
Ctrl+Z	Desfazer uma ação
Alt+Tab	Alternar entre aplicativos abertos (exceto aplicativos de desktop)
Alt+F4	Fechar o item ativo ou sair do aplicativo ativo
Tecla do logotipo do Windows + L	Bloquear o computador ou trocar de usuário
Tecla do logotipo do Windows + D	Exibir e ocultar a área de trabalho

Mais atalhos podem ser encontrados em [1].

Segurança

A Central de Segurança do Windows pode ajudar a aumentar a segurança de seu computador inspecionando o status de vários componentes fundamentais da segurança do computador, inclusive configurações de firewall, atualizações automáticas do Windows e configurações de software antimalware, de segurança da Internet e do Controle de Conta de Usuário.

Um firewall pode ajudar a impedir que hackers ou softwares mal intencionados (como worms) obtenham acesso ao seu computador através de uma rede ou da Internet. Um firewall também pode ajudar a impedir o computador de enviar software mal intencionado para outros computadores. O Windows verifica se o computador está protegido por um software firewall. Se o firewall está desativado, a Central de Segurança exibirá uma notificação e colocará um ícone da Central de Segurança na área de notificação. Para mais informações, acesse [2].

Índice de Experiência

O Índice de Experiência do Windows mede a capacidade de configuração de hardware e software do computador e expressa essa medida como um número denominado pontuação básica. Uma pontuação básica mais alta significa geralmente que o computador terá um desempenho melhor e mais rápido do que um computador com uma pontuação básica mais baixa ao executar tarefas mais avançadas e intensivas em recursos.

Cada componente de hardware recebe um subtotal individual. A pontuação básica do computador é determinada pelo menor subtotal. Por exemplo, se o menor subtotal de um componente individual de hardware for 2,6, a pontuação básica será 2,6. A pontuação básica não é uma média dos subtotais combinados.

Mais informações, vide fonte [3].

LINUX

Comandos

No Linux, o terminal de linha de comando é o método mais usado por administradores de sistemas ou usuários avançados, pois oferece o maior número de possibilidades. Existem vários tipos de comandos de terminal no Linux, como comandos de controle de acesso, comunicação, transferência de arquivos, ajuda, dentre. Os principais comandos são:

- ls: Lista todos os arquivos do diretório
 - df: Mostra a quantidade de espaço usada no disco rígido
 - top: Mostra o uso da memória
 - cd: Acessa uma determinada pasta (diretório)
 - mkdir: Cria um diretório
 - rm: Remove um arquivo/diretório
 - cat: Abre um arquivo
 - vi: Abre o editor vi para editar/criar arquivos
- Para mais comandos, acesse [4].

Ambientes gráficos

Na maioria dos sistemas operacionais, existe um modo texto e um modo gráfico. No Linux, não

existe um só ambiente gráfico. Existem dezenas. Os ambientes dominantes são o KDE e o Gnome. Mas há outras opções, mais leves, e igualmente eficientes.

- XFCE
- LXDE
- MATE
- Cinnamon

Cada um deles tem estilos e filosofias diferentes para tipo de usuário. Alguns são criados para usuários avançados e outros para atrair usuários de outros sistemas, como o Windows. Para mais informações, vide [5].

MICROSOFT OFFICE

O Microsoft Office é uma suíte de aplicações para escritório que contém programas como processador de texto (Word), planilha de cálculo (Excel), banco de dados (Access), apresentação em slides (PowerPoint), e-mails (Outlook) e anotações (OneNote). Sua primeira versão continha somente o Microsoft Word, Excel e PowerPoint e era somente para Windows. A versão 2013 passou a funcionar também em smartphones, tablets e na nuvem, mesmo em computadores que não têm o Office instalado. Espera-se o lançamento oficial do Office 16 no segundo semestre de 2015.

Nome	Descrição	Extensões
Microsoft Word	O Microsoft Word é o processador de textos da Microsoft. Atualmente, também compatível com computadores Apple, o Word possui recursos avançados de formatação de textos, inserção de gráficos e tabelas, além de uso para trabalhos acadêmicos e compartilhados com controle de referências e anotações e revisões.	.doc, .docx
Microsoft Excel	É um editor de planilhas produzido da Microsoft para Windows, mas também compatível com computadores Apple - além de dispositivos móveis como o Windows Phone, Android ou o iOS. Seus recursos incluem uma interface intuitiva e ferramentas de cálculo e de construção de gráficos. É também possível utilizar macros e linguagem de programação (VB Script). É o aplicativo de planilha eletrônica dominante, disponível para as referidas plataformas.	.xls, .xlsx
Microsoft PowerPoint	Microsoft PowerPoint é um programa utilizado para criação/edição e exibição de slides, para Windows e computadores Apple. Há ainda uma versão mobile para smartphones que rodam os sistemas Windows Phone, iOS e Android. O PowerPoint é usado em apresentações, cujo objetivo é informar sobre um determinado tema, podendo usar: imagens, sons, textos e vídeos que podem ser animados de diferentes maneiras. O PowerPoint inclui uma ferramenta especial de formatação de texto (WordArt), modelos de apresentação pré-definidos, galeria de objetos gráficos e uma gama de efeitos de animação e composição de slides. O formato nativo do PowerPoint é o PPT, para arquivos de apresentações, e o PPS, para apresentações diretas. A partir da versão 2007 do programa, a Microsoft introduziu o formato .PPTX.	.ppt, .pptx, .pps, .ppsx

Nome	Descrição	Extensões
Microsoft Access	O Microsoft Access, também conhecido por MSAccess, é um sistema de gerenciamento de banco de dados da Microsoft, incluído no pacote do Microsoft Office Professional, ele permite o desenvolvimento rápido de aplicações (RAD - Rapid Application Development) que envolvem tanto de dados como também a interface a ser utilizada pelos usuários.	.mdb, .accdb
Microsoft Outlook	Microsoft Outlook é mais um integrante do Pacote Office. Diferentemente do Outlook Express (versão mais simples do Outlook), que é usado basicamente para receber e enviar e-mail, o Microsoft Outlook além das funções de e-mail, possui um calendário completo, onde é possível, por exemplo, agendar compromissos diários, semanais e mensais. Ele também traz também um rico gerenciador de contatos, onde é possível cadastrar todas as informações relevantes sobre os mesmos, como endereço, telefones, detalhes sobre emprego, dentre outros. Oferece ainda um Gerenciador de tarefas, as quais é possível organizar em forma de lista, com todos os detalhes sobre determinada atividade a ser realizada. O Outlook mais recente também é oferecido online.	.dbx
Microsoft OneNote	O Microsoft OneNote é uma ferramenta para anotações, coleta de informações e colaboração multi-usuário desenvolvida pela Microsoft. Ele também acrescenta características modernas às notas, como desenhos, fotos, áudio e vídeo (multimídia), bem como compartilhamento multi-usuário de notas, além de uma eficiente busca rápida por todos os campos das notas.	.one

BROFFICE

BrOffice era o nome adotado no Brasil da suíte para escritório gratuita e de código aberto OpenOffice.org. O BrOffice incluía seis aplicativos: um processador de textos (o Writer), uma planilha eletrônica de cálculos (o Calc), um editor de apresentações (o Impress), um editor de desenhos vetoriais (o Draw), um gerenciador de banco de dados (o Base) e um editor de fórmulas científicas e matemáticas (o Math). As funções, entre quase todos os aplicativos do BrOffice e o Pacote Office, são análogas, propositadamente para que a transição entre os sistemas pelos usuários seja mais simples. Assim:

1. O Writer corresponde ao Microsoft Word;
2. O Calc corresponde ao Microsoft Excel;
3. O Impress corresponde ao Microsoft PowerPoint;
4. E o Base corresponde ao Microsoft Access.

INTERNET

Chrome

O Google Chrome é um navegador desenvolvido pelo Google, gratuito e de código aberto. O navegador está disponível em mais de 51 idiomas para as plataformas Windows, Mac OS X, Android, Ubuntu, Debian, Fedora e openSUSE. Atualmente, o Chrome é o navegador mais utilizado no mundo. O navegador

também possui um modo de navegação anônima (ou Modo Privativo). Esse recurso é usado para quem quer usar a internet sem que seus dados e cookies sejam salvos no histórico. Os principais recursos do Chrome são:

- Barra de endereço com recursos de auto-completar, batizada de "omnibox"
- Modo privativo
- Aplicativos web podem ser executados em uma janela própria sem a barra de endereços e ferramentas
- Lista negra atualizada automaticamente contra phishing e malware utilizando a API de navegação segura do Google
- Abas e plugins são executados como processos separados
- Ferramentas para desenvolvedores de sites
- Tradução automática quando entra em um site que está em outra língua.

Firefox

O Firefox é um navegador livre e multi-plataforma desenvolvido pela Mozilla Foundation, gratuito e de código aberto. O Mozilla Firefox funciona em vários sistemas operacionais, como Microsoft Windows, Mac OS X, Linux, dentre outros. Segundo seus desenvolvedores, o objetivo do Firefox é ser um navegador que incluía as opções mais usadas pela maioria dos usuários, de modo que o

torne o melhor possível. Outras funções não incluídas originalmente encontram-se disponíveis através de extensões e plugins nos quais qualquer pessoa possa criar um. Os principais recursos nativos do Firefox são:

- Navegação por abas;
- Bloqueador de janelas indesejadas;
- Gerenciador de downloads;
- Temas;
- Extensões (ou add-ons);
- Plugins;
- Modo Privativo.

Mecanismos de Busca

O mecanismo de busca é “um banco de dados que ajuda as pessoas a encontrar informações na Internet de acordo com palavras ou termos digitados pelos usuários”.

Os mecanismos de busca vasculham a Internet diariamente, e armazenam todas as informações encontradas num banco de dados de forma organizada. Quando o usuário faz uma busca na Internet, esse banco de dados é acessado e retorna com todas as informações relacionadas à palavra ou termo pesquisado. O Google é o mecanismo de busca mais utilizado no mundo e vale mais de centenas de bilhões de dólares. Contudo, há muitos outros mecanismos desse tipo, como o Microsoft Bing, da Microsoft, Yahoo, da empresa Yahoo, Duck Duck Go, um mecanismo livre e de código aberto e muitos outros.

Computação em nuvem

"Computação em nuvem", por definição, diz respeito à entrega sob demanda de recursos de TI e aplicativos pela Internet, com modelo de definição de preço conforme a utilização. A computação em nuvem oferece uma forma simples de acessar servidores, armazenamento, bancos de dados e um conjunto amplo de serviços de aplicativo pela Internet. Com a cloud computing, muitos aplicativos, assim como arquivos e outros dados relacionados, não precisam mais estar instalados ou armazenados no computador do usuário ou em um servidor próximo. Esse conteúdo passa a ficar disponível nas nuvens, isto é, na internet.

Ao fornecedor da aplicação cabem todas as tarefas de desenvolvimento, armazenamento, manutenção, atualização, backup, escalonamento, etc.

Um exemplo prático dessa nova realidade é o Office Online, da Microsoft, serviço que dá acesso a recursos básicos de edição de textos, apresentações de slides, entre outras funcionalidades, de maneira completamente on-line. Tudo o que o usuário precisa fazer é criar uma conta e utilizar um navegador de internet compatível, o que é o caso da maioria dos browsers da atualidade. O usuário não precisa se preocupar com nenhum desses aspectos, apenas em acessar e utilizar. As principais vantagens de se utilizar computação em nuvem são:

- Na maioria dos casos, o usuário pode acessar as aplicações, independente do seu sistema operacional ou do equipamento usado;
- O usuário não precisa se preocupar com a estrutura para executar a aplicação - hardware, procedimentos de backup, controle de segurança, manutenção, entre outros;
- Compartilhamento de informações e trabalho colaborativo se torna mais fáceis, pois todos os usuários acessam as aplicações e os dados do mesmo lugar: a nuvem;
- Dependendo do fornecedor, o usuário pode contar com alta disponibilidade: se um servidor parar de funcionar, por exemplo, os demais que fazem parte da estrutura continuam a oferecer o serviço;
- O usuário pode contar com melhor controle de gastos. Muitas aplicações em cloud computing são gratuitas e, quando é necessário pagar, o usuário só o faz em relação aos recursos que usar ou ao tempo de utilização. Não é necessário, portanto, pagar por uma licença integral de uso, tal como é feito no modelo tradicional de fornecimento de software;
- Dependendo da aplicação, o usuário pode precisar instalar um programa cliente em seu computador ou dispositivo móvel. Mas, nesses casos, todo ou a maior parte do processamento (e até mesmo do armazenamento de dados) fica por conta das "nuvens".

Periféricos

Os periféricos são dispositivos de comunicação com o mundo exterior. Existem dois tipos básicos de periféricos: os de entrada e os de saída. Os periféricos de entrada são aqueles que recebem informa-

ções de fora do dispositivo, como um computador pessoal. Exemplos típicos de periféricos de entrada são o teclado e o mouse. Os periféricos de saída exi-

be o dado produzido pelo dispositivo. Exemplos de periféricos de saída são a impressora, o monitor de vídeo, dentre outros.

Nome	Descrição
Monitor	Principal periférico de saída que exhibe ao usuário as principais informações do sistema. Há vários tipos de monitores, como LCD, CRT, Plasma, dentre outros.
Mouse	Periférico de entrada que permite o usuário posicionar uma seta (apontador) através da interface gráfica dos aplicativos.
Teclado	Periférico de entrada que permite o usuário inserir dados através de diversas teclas, inclusive com combinações.
Modem	Periférico de entrada e saída que recebe e envia dados de rede de e para um dispositivo, como o computador. Um modem ADSL (de internet de alta velocidade), por exemplo, é capaz de transformar o sinal analógico do telefone para o sinal digital do computador, para troca de dados através da linha de telefone.
Modem	Periférico de entrada e saída que recebe e envia dados de rede de e para um dispositivo, como o computador. Um modem ADSL (de internet de alta velocidade), por exemplo, é capaz de transformar o sinal analógico do telefone para o sinal digital do computador, para troca de dados através da linha de telefone.

REFERÊNCIAS

1. <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/keyboard-shortcuts#keyboard-shortcuts=windows-8>
2. <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows-vista/using-windows-security-center>
3. <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows-vista/What-is-the-Windows-Experience-Index?749bb040>
4. <http://www.devmedia.com.br/comandos-importantes-linux/23893#ixzz43h7RkGe8>
5. https://pt.wikibooks.org/wiki/Linux_para_iniciantes
6. https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Chrome
7. https://pt.wikipedia.org/wiki/Recursos_do_Mozilla_Firefox
8. https://pt.wikipedia.org/wiki/Mozilla_Firefox
9. http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10375/10375_4.PDF
10. <https://aws.amazon.com/pt/what-is-cloud-computing/>
11. <http://www.infowester.com/cloudcomputing.php>

Formato: 17×24 cm
Tipografias: Fira Sans, Farsan e Pridi.
Papeis: Offset 75 mg